

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACEX



ENCONTRO CIENTÍFICO E CULTURAL DO UNIFACEX - ENEX

DE 06 A 09 DE NOVEMBRO DE 2018

**NATAL/RN
2018**

**COPYRIGHT © 2018 – ANAIS ENCONTRO CIENTÍFICO E CULTURAL DO
UNIFACEX - ENEX**

CENTRO PARA FORMAÇÃO DE EXECUTIVOS-CIFE - MANTENEDOR

CHANCELER – JOSÉ MARIA BARRETO DE FIGUEREDO
DIRETORA ADMINISTRATIVA – CANDYSSE MEDEIROS DE FIGUEIREDO
DIRETOR FINANCEIRO – OSWALDO GUEDES DE FIGUEIREDO NETO

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACEX – MANTIDA

REITORA – CANDYSSE MEDEIROS DE FIGUEIREDO
PRÓ-REITOR ACADÊMICO – RICHARD MEDEIROS DE ARAÚJO
SECRETÁRIO – JÚLIO APARECIDO KENED DE BRITO
PRÓ-REITORA ADMINISTRATIVA - CANDYSSE MEDEIROS DE FIGUEIREDO

Todos os resumos contidos nestes Anais foram reproduzidos de cópias fornecidas por seus autores, portanto, o conteúdo apresentado é de suas exclusivas responsabilidades. Assim, a comissão organizadora do Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX não se responsabiliza pelas consequências decorrentes do uso de quaisquer dados publicados nestes Anais.

**UNIFACEX
BIBLIOTECA SETORIAL NÍSIA FLORESTA BRASILEIRA AUGUSTA
DIVISÃO DE APOIO AO USUÁRIO
FICHA CATALOGRÁFICA NA FONTE**

E56a Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX – ENEX (15, Natal, RN, 2018).

Anais do XV Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX – ENEX, 06 a 09 de novembro de 2018/ Comissão Organizadora: Richard Medeiros de Araújo [*et al.*]. - Natal: UNIFACEX, 2018.
678 p.

1. Congresso Científico. 2. Pesquisa. 3. Resumo. I. Centro Universitário Facex (UNIFACEX). II. Araújo, Richard Medeiros (Org.) [*et al.*]. III. Título.

RN/BSNFBA 001/2019

CDU 37:058

COMISSÃO CIENTÍFICA

Duílio Assunção Marçal de Araújo
Deyla Moura Ramos Isoldi
Iêda Isabella de Lira Souza
Luzia Kelly Alves da Silva Nascimento
Fábio Claudiney da Costa Pereira
Íverton Rodrigo Barbosa Gomes
Emmanuelle Séfora Cabral Silva
Vania Alberton
Vanessa da Nóbrega Dias
Tayssa Suelen Cordeiro Paulino
Joyce Mariana Alves Barros
Adriana Carla de Azevedo Borba
Noemi Favassa
Genykléa Silva de Oliveira
Lucia de Fatima da Cunha
Karolina de Moura Manso da Rocha
Kaline Mendonça dos Santos
Gislana Pereira de Oliveira
Andressa Caroline de Lara Menezes de Medeiros
Wanessa Kaline de Araújo Moura
Márcia Cunha da Silva Pellense
Marla Teciana de Oliveira Gurgel Braga
Herta Janine Batista Costa
Moaldecir Freire Domingos Júnior
Ana Regina de Lima Moreira
Tarso Rocha Lula Pereira
Waleska Patricia de Lima Santos

NOME AVALIADOR(A)

Alice Dantas de Medeiros
Izabel Christina do Nascimento Feitosa
Karin Juliane Duvoisin Bulik Mota
Lenilton Silva da Silveira Júnior
Hilderline Câmara de Oliveira
Saulo Medeiros Diniz
Maria Páscoa do Vale
Élida Raquel Mercês da Silva
Delanne Cristina Souza de Sena Fontinele

ARQUITETURA E URBANISMO.....	09
ACÚSTICA E MATERIAIS.....	10
ARQUITETO E PAISAGISTA GABRIEL GUEVREKIAN.....	18
BIOLOGIA	21
PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA RUA BELA VISTA SOBRE O DESCARTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	22
CONCEPÇÕES DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA ACERCA DAS QUESTÕES SOCIOCIENTÍFICAS ATRELADAS À BIOTECNOLOGIA	26
HISTÓRICO DAS APLICAÇÕES DE FICOCOLÓIDES NO SETOR COMERCIAL: UM ENFOQUE NA INDÚSTRIA COSMÉTICA E DE HIGIENE.....	32
O JOGO DIDÁTICO COMO INSTRUMENTO PARA O ENSINO DE BIOLOGIA.....	39
O USO DE RECURSOS LÚDICOS COMO MÉTODO DE APRENDIZAGEM NO ENSINO DE ZOOLOGIA.....	43
DIREITO.....	47
FUNCIONALISMO PENAL: DO RACIONALISMO DE ROXIN AO EXTRESMISMO DE JAKOBS	48
ALIENAÇÃO PARENTAL - DISCUTINDO A PROBLEMATIZAÇÃO.....	59
PENSÃO ALIMENTÍCIA E O ACESSO À JUSTIÇA NO OLHAR DO USUÁRIO HIPOSSUFICIENTE E EM VULNERABILIDADE SOCIAL	63
RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	71
ABANDONO AFETIVO: RESPONSABILIDADE CIVIL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS JOVENS	78
MULHERES INVISÍVEIS: DA INEFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS À VULNERABILIDADE SOCIAL	83
PERÍODO DE GRAÇA DA PREVIDÊNCIA.....	86
EUTANÁSIA NO BRASIL - E OS EFEITOS DA SUA ILEGALIDADE	92
A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE DAS DEMANDAS JUDICIAIS	98

A RESPONSABILIDADE DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - UMA ANÁLISE A RESOLUÇÃO Nº 414/2010- ANEEL	100
LIMITAÇÕES À PROPRIEDADE	103
DIREITO DO CONSUMIDOR NO COMÉRCIO ELETRÔNICO: ANÁLISE DAS NORMAS VIGENTES	111
ALIENAÇÃO PARENTAL - SEUS EFEITOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS	118
O PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL: AUSÊNCIA ESTATAL OU DIFICULDADE ORÇAMENTÁRIA?.....	124
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES - A APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA.....	130
AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA - ANÁLISE NORMATIVA E SUA APLICABILIDADE .	136
APLICAÇÃO DO DIREITO SINÉRGICO	141
ADOÇÃO: UMA VISÃO UNIVERSAL DO MUNDO JURÍDICO	147
CRISE PENITENCIÁRIA BRASILEIRA - MODELO SOCIALIZADOR DA APAC	152
JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: O DIREITO CONSTITUCIONAL A SAÚDE E O DEVER DO ESTADO DE FORNECER MEDICAMENTO DE ALTO CUSTO	157
A IMPORTÂNCIA DA LEI Nº 13.709/2018 NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	161
ABANDONO FAMILIAR: CONSEQUÊNCIAS DO ABANDONO DE LAR E USUCAPIÃO FAMILIAR.....	165
BIGAMIA E OS DESDOBRAMENTOS JURÍDICOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA	172
RESPONSABILIZAÇÃO PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS EM FACE DOS CRIMES AMBIENTAIS.....	177
ALIENAÇÃO PARENTAL - CAUSAS E EFEITOS NO SEIO FAMILIAR	183
SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: A INCONGRUÊNCIA COM AS NORMAS PENAIIS	190

VIOLENCIA OBSTÉTRICA COMO VIOLENCIA DE GÊNERO E VIOLENCIA INSTITUCIONALIZADA E A RESPONSABILIDADE CIVIL: UM DEVER/DIREITO (RE) DESCOBERTO	197
ABORTO - SUAS IMPLICAÇÕES EM NOSSA SOCIEDADE	202
O EXERCÍCIO ARBITRÁRIO DA AUTOTUTELA: LINCHAMENTO	208
VIOLENCIA CONTRA A MULHER - DESAFIOS NOS ÂMBITOS JURÍDICO E SOCIAL	217
CONDUTA BRASILEIRA NO ÂMBITO MUNDIALIZADO DA CRISE DOS REFUGIADOS: VANGUARDA, DESAFIOS E CONSEQUÊNCIAS DO REFÚGIO.	224
EFEITOS PREVIDENCIÁRIOS DO ACIDENTE DE TRABALHO	231
A CONSTITUIÇÃO COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA NAS ESCOLAS	239
TRÁFICO HUMANO: UMA ANÁLISE ACERCA DA PERSPECTIVA SOCIAL E DOS DISPOSITIVOS LEGAIS DO MERCADO SEXUAL DE MULHERES.....	243
OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	252
O LADO INEFICIENTE DAS COTAS RACIAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS	258
ABUSO SEXUAL INFANTIL NO SEIO FAMILIAR	260
PSICOPATIA E O DIREITO PENAL BRASILEIRO: CONSTRUÇÃO DE UM PANORAMA NACIONAL ATUAL E SUAS PERSPECTIVAS.....	264
EDUCAÇÃO FÍSICA	271
AVALIAÇÃO DO IMC EM ALUNOS DO FUNDAMENTAL II UTILIZANDO O PROESP	272
RELATO DE EXPERIENCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO LL.....	277
JOGOS POPULARES NA ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA.....	283
O ESTÁGIO SUPERVISIONADO E O "SER PROFESSOR" UMA EXPERIÊNCIA COM O PARKOUR	293
ENFERMAGEM.....	297
CUIDADOS DE ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DE INFECÇÕES DO TRATO URINÁRIO NOS PACIENTES EM USO DE SONDA URETRAL	298
ESCLEROSE MÚLTIPLA: UMA REVISÃO DA LITERATURA.....	302

O USO DE PLANTAS MEDICINAIS NO TRATAMENTO DE FERIDAS CRÔNICAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA	309
OS DESAFIOS NA PROMOÇÃO À SAÚDE DO HOMEM NA ATENÇÃO BÁSICA.	318
MECANISMOS DE AÇÃO CENTRAL DO PARACETAMOL E SUAS MANIFESTAÇÕES FISIOLÓGICAS	328
GERENCIAMENTO DE ENFERMAGEM NO MANEJO CLÍNICO DE PACIENTES SUBMETIDOS A HEMODIÁLISE: ATENÇÃO PARA ALTERAÇÕES ORGÂNICAS E PSÍQUICAS.....	334
EDUCAÇÃO SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA: O PAPEL DO ENFERMEIRO	339
ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO EM UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: PERCEPÇÃO ENFERMEIROS E USUÁRIOS	344
OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFISSIONAIS PARA A ADESÃO DOS HOMENS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE	352
A CONTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NA PROMOÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO	360
A EFETIVIDADE DAS CAMPANHAS DE IMUNIZAÇÃO NO COMBATE DA INFLUENZA H1N1- UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	366
CÂNCER DE PRÓSTATA: UMA REVISÃO DA LITERATURA.....	372
MÉTODOS NÃO FARMACOLÓGICOS PARA O ALÍVIO DA DOR EM PACIENTES ONCOLÓGICOS	379
MÉTODOS NÃO FARMACOLÓGICOS PARA ALÍVIO DA DOR DESENVOLVIDOS DURANTE O TRABALHO DE PARTO.....	384
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍFILIS CONGÊNITA NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN.....	393
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM PARA O ALÍVIO DA DOR ATRAVÉS DE MÉTODOS NÃO FARMACOLÓGICOS NO RECÉM-NASCIDO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA	399
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A PACIENTES EM CUIDADOS PALIATIVOS EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA.....	409

CUIDADOS DE ENFERMAGEM AO RECÉM-NASCIDO PRÉ-TERMO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL	416
A RELEVÂNCIA DA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE PARA O CUIDADO EM ENFERMAGEM.....	424
O COMPORTAMENTO DO ENFERMEIRO NAS AÇÕES EDUCATIVAS DIANTE DE PACIENTES COM INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA NA ATENÇÃO BÁSICA...	432
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM: DIFICULDADES ENCONTRADAS NO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO	438
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA	443
AS CONSEQUÊNCIAS DA SÍNDROME DE BURNOUT NOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM.....	448
A IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM NOS CUIDADOS À VITIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	457
A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO PELO ENFERMEIRO A PUÉRPERA COM NEONATO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL	465
ENGENHARIA CIVIL.....	474
ESTUDO DE PARÂMETROS PARA A INCORPORAÇÃO DA ETAPA DE ADSORÇÃO EM CARVÃO ATIVADO PARA TRATAMENTO DE ÁGUA DA LAGOA DO JIQUI.....	475
ANÁLISE DO PROJETO DA ESTAÇÃO CIENTÍFICA DO ARQUIPÉLAGO DE SÃO PEDRO E SÃO PAULO	483
OS BENEFÍCIOS DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DIRETOR E DO CÓDIGO DE OBRAS EM TIBAU DO SUL/RN, BEM COMO PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO PARA ATUALIZAÇÃO DO TEXTO	487
ESTUDO DE CASO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE TIBAU DO SUL/RN	491
COMPARATIVO DA RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO E ABSORÇÃO DE ÁGUA DE TIJOLOS ECOLÓGICOS E BLOCOS CERÂMICOS	495
ANÁLISE DA COMPACTAÇÃO DO SOLO DE UMA FUNDAÇÃO DO TIPO	

RADIER.....	502
FARMÁCIA.....	510
AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIFÚNGICA DE GARRAFADAS ADQUIRIDAS EM FEIRAS LIVRES DO RIO GRANDE DO NORTE.....	511
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE MICROBIOLÓGICA E ATIVIDADE ANTIFÚNGICA DE GARRAFADA MEDICINAL COMERCIALIZADA NA FEIRA LIVRE DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN.....	519
AVALIAÇÃO DA ROTULAGEM DE AZEITES DE OLIVA SEGUNDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE: ITENS OBRIGATÓRIOS E OPCIONAIS.....	527
LEVANTAMENTO ETNOFARMACOLÓGICO DE PLANTAS MEDICINAIS COMERCIALIZADAS EM FEIRAS LIVRES DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E LESTE POTIGUAR	534
ANÁLISE DA QUALIDADE MICROBIOLÓGICA DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO OBTIDA DE DIFERENTES FONTES DE ARMAZENAMENTO	542
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE MICROBIOLÓGICA DE PLANTAS MEDICINAIS COMERCIALIZADAS EM FEIRAS LIVRES NO RIO GRANDE DO NORTE	548
ANÁLISE MICROBIOLÓGICA PRIMÁRIA DE LEITE UHT COMERCIALIZADOS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE NATAL/RN.....	554
COMPLICAÇÕES GESTACIONAIS E NEONATAIS DECORRENTES DO USO DE CRACK.....	561
FISIOTERAPIA.....	567
AVALIAÇÃO POSTURAL DE CRIANÇAS ESTUDANTES DO COLÉGIO FACEX.....	568
ALTERAÇÕES POSTURAS INFLUENCIADAS PELO AMBIENTE ESCOLAR EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA REVISÃO DE LITERATURA	575
NUTRIÇÃO.....	582
ELABORAÇÃO DE UM LANCHE SAUDÁVEL PARA O PÚBLICO ESCOLAR INFANTIL	583
ELABORAÇÃO DE UMA PIZZA DE FARINHA DE COUVE FOLHA PARA O PÚBLICO ESCOLAR INFANTIL.....	591

SAÚDE DO HOMEM E OBESIDADE: UM RELATO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE.	597
APROVEITAMENTO INTEGRAL DA ENTRECASCA DA MELANCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	600
ASSOCIAÇÃO DO POLIMORFISMO RS 9939609 DO GENE FTO COM A PREDISPOSIÇÃO PARA OBESIDADE	605
PEDAGOGIA.....	613
FORMAÇÃO CONTINUADA E REFLEXÃO: CONDIÇÃO PARA UMA PRÁTICA DE QUALIDADE!?......	614
DESENHO UNIVERSAL - POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE TODOS NO ESPAÇO ESCOLAR E NA SOCIEDADE	623
A INDISCIPLINA NA SALA DE AULA: A VISÃO DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PRIVADA DO MUNICÍPIO DE NATAL	629
PRÁTICAS DE LEITURA LITERÁRIA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ARNALDO MONTEIRO BEZERRA	637
PSICOLOGIA	644
A MANIFESTAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER RELACIONADA AO CONSUMO DE ÁLCOOL E/OU DROGAS PELOS AGRESSORES	645
SERVIÇO SOCIAL	650
VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL: EM BUSCA DE UMA AVALIAÇÃO	651
IMPACTOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NA VIDA DA CLASSE TRABALHADORA	656
CRÔNICA DE UMA MORTE ANUNCIADA: AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E A LUTA DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS.....	662
A IMPORTÂNCIA E O DESAFIO PARA O/A ASSISTENTE SOCIAL NA PREVIDÊNCIA E A SUA PARTICIPAÇÃO NA LUTA DE CLASSES.....	669
VIOLÊNCIA E ATO INFRACIONAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA FUNDASE/RN	675

ARQUITETURA E URBANISMO

ACÚSTICA E MATERIAIS

AUTORES:

Nayara Dantas Nogueira
Michelli Silva de Oliveira
Caio Rerisson Viana de Freitas
Carlos Eduardo de Souza e Silva

RESUMO: A poluição sonora é hoje a terceira principal fonte de poluição no mundo, atingindo de forma danosa 10% da população mundial com exposições sonoras que causam perdas auditivas. Mediante este problema, este trabalho aborda os conceitos inerentes ao som, e como alguns materiais podem trazer um maior conforto acústico, desmistificando seu uso e aplicabilidades. Através de pesquisas realizadas no laboratório de conforto do Centro Universitário Unifacex, foram realizados testes de eficiência em absorção sonora em uma caixa de drywall, acrescida de material (teoricamente até então) fono-absorvente, sendo: a lã de rocha, a espuma acústica casca de ovo e caixa de ovo tradicional de papelão. Nossa busca é demonstrar através de vários testes realizados como esses materiais se comportam quando expostos a ruídos, bem como apresentar sua composição, vantagens e desvantagens, além das atenções necessárias quanto a sua aplicabilidade, comprovando cientificamente as verdades e os mitos que envolvem esses materiais na rede infinita de informações – a internet.

Palavras - chaves: Isolamento. Acústica. Materiais.

INTRODUÇÃO: O presente trabalho de pesquisa foi elaborado com o objetivo de investigar o desempenho dos materiais lã de rocha, espuma casca de ovo e caixa de ovo de papelão comum em relação a absorção sonora, investigando como tais materiais agem no isolamento de uma parede de drywall, apontando assim sua eficiência acústica, principais problemáticas e misticismos populares que envolvem estes materiais, e como através do uso dos mesmos podemos melhorar os índices de conforto ambiental de uma edificação em detrimento a um problema de ordem mundial crescente – a poluição sonora. O som pode ser conceituado como a sensação auditiva produzida por uma variação da pressão atmosférica a partir de vibração mecânica, que se propaga em forma de ondas, através de meio elástico e denso. Para que essas ondas possam se propagar, se faz necessário um meio, um canal de transmissão sendo o mais comum deles o ar. Além disso, o som também pode se propagar em meios sólidos como a estrutura de edifícios e em meios líquidos tal como a água. A velocidade de propagação depende principalmente do meio em que ele é produzido. É importante ressaltar que o sistema auditivo humano não responde de modo linear aos estímulos que recebe, mas sim de uma forma logarítmica. Os sons de baixas frequências são percebidos como sons graves e as altas frequências como sons agudos. Para uma pessoa com audição normal, as frequências audíveis variam de 20 a 20.000 Hz. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a poluição sonora é a terceira principal fonte de poluição, perdendo apenas para a poluição do ar e da água. Dados mais recentes da OMS estimam que

10% da população mundial está exposta a níveis de pressão sonora que potencialmente podem causar perda auditiva induzida por ruído, entendendo por ruído todo o som considerado desagradável. Em aproximadamente metade destas pessoas o prejuízo auditivo pode ser atribuído ao ruído intenso. A perda auditiva induzida por ruído é um problema de saúde pública, as pessoas percebem, avaliam e reagem aos sons/ruídos mesmo quando estão dormindo. Por este motivo, o organismo pode reagir ao ruído com aumento da produção de hormônios, elevação do ritmo cardíaco, contração dos vasos sanguíneos, entre outras reações. Se a exposição ao ruído ocorrer por longo tempo, estas reações podem se tornar persistentes e afetar o organismo e a saúde como um todo. A NBR 10.151, tabela 1, apresenta os valores de níveis de ruídos permitidos para ambientes externos, diurnos e noturnos, conforme segue abaixo:

Tabela 1 - Nível de critério de avaliação (NCA) para ambientes externos em dB(A).

TIPOS DE ÁREAS	DIURNO	NOTURNO
Áreas de sítios e fazendas	40	35
Áreas estritamente residenciais urbana, hospitais ou escolas	50	45
Área mista, predominantemente residencial	55	50
Área mista com vocação comercial e administrativa	60	55
Área mista com vocação recreacional	65	55
Área predominantemente industrial	70	60

Fonte: NBR 10.151, 2000.

METODOLOGIA: Para realização deste trabalho acadêmico, foi produzida uma caixa de drywall com 2,92m², e aplicado três tipos de materiais com propriedades físicas diferentes, teoricamente todos fono-absorventes, de modo que sua eficiência em absorção acústica possa ser comparada. Para tal, uma caixa de som, da marca JBL, foi colocada dentro da caixa de drywall e com auxílio de um decibelímetro digital, foram retirados 15 níveis de volume da música *Walls of jericho – Halloween*, verificando a cada nível a capacidade de absorção acústica dos materiais. Os materiais foram submetidos a testes separados, e em conjunto. Primeiramente foram colhidos os dados referentes a quantidade de decibéis emitidos no ambiente sem nenhum tipo de isolamento, posteriormente a caixa de som foi coberta com a caixa de *drywall* sem nenhum material revestindo sua parte interna. Em seguida as paredes internas da caixa foram revestidas com a caixa de ovo de papelão, a lã de rocha e a espuma acústica de casca de ovo separadamente e os resultados obtidos foram colhidos. O local de execução deste experimento se deu no laboratório de conforto ambiental do Centro Universitário UNIFACEX. **REVISÃO DA LITERATURA: Desempenho acústico dos materiais.** Para se pensar em um ambiente qualificado acusticamente, se faz necessário, por parte do profissional habilitado, um conhecimento de espaço e materiais, onde todo o projeto com suas especificidades é fundamental para uma eficiência, atentando-se para todos os detalhes que por sua vez possam garantir que o ambiente possa ter uma boa qualidade acústica. Antes de compreendermos o projeto acústico, temos que voltar

um pouco a antiguidade, nos primórdios, as capitais Grécia e Roma com os seus teatros ao ar livre, projetos que marcaram o princípio da acústica. É importante ressaltar, que não se sabe ao certo se os gregos e os romanos tinham ou não a intenção de projetar um ambiente acústico, porém, as lições deixadas por eles são resultados que de forma nenhuma podem ser deixados à margem do esquecimento quando abrimos o diálogo acerca do concebimento de um ambiente acústico. Todos os seus estudos e seus aprimoramentos serviram como parâmetro para chegarmos ao conhecimento atual. Com o passar das décadas, um grande passo para o avanço no conhecimento da acústica, foi, o entendimento do fenômeno que conhecemos como som. Assim, a autora pioneira em publicações em língua portuguesa no Brasil sobre a acústica, Léa Cistina, destaca que “A acústica só se torna um dado de projeto a partir do momento em que se entende o que é o fenômeno chamado som e como ele se propaga, pois este é um conhecimento elementar para promover a qualidade acústica do ambiente” (SOUZA, 2016, p. 24). Ao se conhecer todas as características do projeto, suas formas, os materiais a serem adotados, o ambiente e volume, passa-se ao arquiteto a “missão” de aplicar, da melhor forma, todas as técnicas a fim de se obter um resultado satisfatório nos projetos, pois, cada um desses detalhes, mesmo que aparente a sua simplicidade, têm uma grande influência nas propriedades do som. Cabe, assim, ao arquiteto, projetar um espaço com qualidade e eficiência acústica, baseando-se em cada propriedade pré-estabelecida. Nessa perspectiva, concordamos com Souza (2016), ao defender que “Como informação básica para o desenvolvimento de qualquer projeto arquitetônico, o local é o parâmetro inicial, em função do qual são levantados dados, analisadas as potencialidades, o contexto e as alternativas para o projeto”. (SOUZA, 2016, p. 45). Isso significa que o arquiteto deve identificar todos os sons e as atividades que refletem no projeto, vislumbrando o local a qual será inserido e analisado os potenciais prejuízos acústicos que devem ser evitados. Para tal, são fundamentais o levantamento e a análise de dados que se relacionam com o meio topográfico, geográfico e as características estruturais do entorno, levantando todos os dados que possam se relacionar com o espaço projetado. Ao identificar toda essas características e necessidades devem ser tomadas as medidas necessárias para garantir a qualidade acústica do ambiente, considerando todos os parâmetros e definindo os materiais a serem aplicados. Sobre os materiais, deve-se destacar o uso de materiais absorventes/porosos e os materiais com espaço de ar entre paredes duplas, como é o caso do *drywall*, o uso combinado destes materiais é aconselhado, pois, torna o resultado mais eficiente. Mais uma vez, recorremos ao editorial Bê-á-bá da arquitetura ao destacar que:

O ouvinte apresenta diferentes exigências acústicas para a palavra falada e para a música. Por outro lado, para a música as exigências estéticas da plateia são maiores; por outro, para a palavra falada, a inteligibilidade é indispensável. A questão da inteligibilidade da palavra muitas vezes se relaciona a aspectos quantitativos, porém, para a música, uma grande influência de aspectos subjetivos é encontrada. A inteligibilidade da voz humana depende da recepção clara de sons, que muitas vezes são de curta duração, enquanto a música apresenta sons que são sustentados por uma fração de tempo mais prolongada. (SOUZA, 2016, p.112).

Como outrora aqui exposto, cada material apresenta capacidade de absorção. Estes materiais em conjunto com o material de construção e, sendo aplicados de forma eficiente, influenciarão positivamente no projeto. Entretanto, caso estes materiais sejam combinados de formas erradas, haverá uma influência negativa, deixando, assim, o ambiente acústico ineficaz. O desempenho acústico de uma edificação depende, basicamente, de dois fenômenos acústicos, independentes e que devem ser estudados de formas isoladas. A absorção sonora determina a qualidade acústica interna do local analisado. Fonte e receptor encontram-se no mesmo ambiente. Já a transmissão sonora é determinante do nível de ruído que se transmite através de esquadrias, paredes, lajes e forros. Fonte e receptor encontram-se em ambientes distintos. Quando o som atinge uma superfície, como uma parede de alvenaria, parte da energia sonora reflete de volta ao ambiente, parte da energia é retida pela parede, que se transforma em calor e é dissipado no ambiente e parte se transmite ao outro lado da parede. Para aumentar o isolamento acústico da parede, deve-se aumentar a sua massa. Isso é possível se for aplicada a lei de massa para calcular seu desempenho. Outra opção é criar outra parede, transformando-a em parede dupla (executando a outra parede, deixando uma câmara de ar entre elas), e, nesse caso aplicando a lei de massa-mola-massa para calcular seu desempenho. A instalação de material fono-absorvente na superfície da parede ajuda a controlar a parcela de energia refletida para o ambiente, influenciando no condicionamento acústico desse ambiente, mas a energia que se transmite (isolamento) permanece praticamente a mesma. De uma forma geral, todos os materiais absorvem energia sonora em maiores ou menores quantidades de acordo como as características e composição. Podemos dividir esses materiais em três categorias sendo estas: porosos e fibrosos, ressoadores e membranas. Os materiais que possuem características porosas ou fibrosas são mais eficazes em altas frequências, ou seja, acima de 1000 Hz. Já os ressoadores são normalmente mais eficazes em frequências medianas, sendo estas sensivelmente entre os 400 e os 1000 Hz, e por último, as membranas apresentam uma maior absorção sonora para baixas frequências. Existem no mercado diversos materiais absorventes utilizados para tratamento acústico de edificações, como lã de vidro, lã de rocha, espuma de melamina e de poliuretano. Nesta pesquisa demonstramos a eficácia de alguns desses materiais bem como buscamos desmitificar algumas informações produzidas e repassadas no meio social sobre a temática. Este estudo irá utilizar três tipos de materiais com propriedades físicas diferentes, além da caixa acústica que foi construída utilizando o *drywall*. Dessa maneira, a escolha do material é determinante para o (in) sucesso do projeto, em consonância com Souza, (2016) que destaca.

Como pode ser constatado, estão englobadas diversas escalas de atuação, todas elas primordiais para a qualidade dos ambientes. Mais ainda, atualmente, a importância dos aspectos acústicos como parâmetros de projeto não se limita às preocupações com ambientes especiais. (SOUZA, 2016, p.146).

Buscando medir a eficiência de alguns materiais de uso mais comum quando falamos de tratamento acústico, foi utilizada a espuma acústica tipo caixa de ovo e a lã de rocha, afim de analisar qual obtém o melhor desempenho nesse experimento. O terceiro material a ser utilizado será a caixa de ovo comum, com o objetivo único e exclusivo de desmistificar a sua eficiência como material de isolamento acústico.

Drywall: Para utilização do ensaio foi construído uma caixa de drywall tipo SD comum, com 2,92 m² e com uma espessura de 12,5 mm em cada lado da caixa. O drywall é um tipo de sistema de construção estruturado com perfis de aço galvanizado, coberto por chapas de gesso acartonado. Uma parede de drywall possui em média, uma espessura de 70 mm contra 150 mm de uma parede de concreto tradicional, além disto, a parede de drywall possui apenas 10% do peso de uma parede de concreto maciço. Como principais vantagens, podemos citar ainda uma elevada produtividade, rigidez, custo mais baixo, ganho de espaço de área útil, menos sujeiras, revestimento de pequena espessura, embutimento de instalações elétricas além do fator de isolamento acústico. Já as principais desvantagens do drywall são a baixa resistência a impactos, baixa resistência à umidade, proliferação de bactérias e fungos e etc.

MATERIAIS UTILIZADOS PARA ISOLAMENTO ACÚSTICO.

Lã de Rocha. A lã de rocha provém de fibras minerais de rochas vulcânicas, entre elas o basalto e o calcário. Relatos históricos afirmam que estas fibras já eram utilizadas pelos nativos das ilhas havaianas na cobertura de suas moradias para protegê-los do frio e do calor. É um produto altamente utilizado para o tratamento do isolamento acústico em conjunto com as paredes de drywall, podendo ser aplicada em forros, divisórias, em dutos de ar condicionados, em tubulações com baixas, médias e altas temperaturas de 50°C a 750°C. A lã de rocha pode ser encontrada em forma de placas ou mantas e é totalmente imune a ação do fogo. A lã de rocha é composta de fibras originadas de basalto aglomerado com resina sintética. As principais características deste material são: isolante acústico, isolamento térmico, incomburente, pH neutro, anti-parasita, não corrosivo e imputrescível, não poluente e possui um ótimo custo/benefício. Mesmo sendo uma alternativa versátil, existem casos em que a lã de rocha não é indicada, principalmente quando aplicada de maneira exposta, tendo em vista que a mesma pode gerar pó que tende a se espalhar pelo ambiente e causar coceira e irritação nos ocupantes desse ambiente.

Espuma casca de ovo. A espuma absorvente acústica permite isolar e absorver com eficiência ruídos incômodos de outros ambientes, bem como os que são reverberados (eco). A mesma pode ser encontrada com sua face externa lisa ou em forma de cunhas, popularmente conhecida como espuma casca de ovo ou caixa de ovo. Por ser um material poroso, as placas de espuma acústica de poliuretano, também conhecida como espuma casca de ovo, possuem alta eficiência no tocante a absorção acústica. Porém, é válido ressaltar que este material é indicado para ambientes com áreas grandes/médias, tendo em vista que o maior problema de salas pequenas são as frequências graves e este material é mais eficiente para absorção de frequências agudas ou médias, no máximo. Outra observação que cabe ser ressaltada é o potencial inflamável que a mesma possui, assim esses equipamentos precisam ser revestidos de chapas metálicas, lã de vidro ou alvenaria.

Caixa de ovo 30 unidades de papelão: A embalagem de ovos tem desempenho quase mítico, conceito utilizado principalmente entre músicos de poder absorver, isolar, 'abafar' o som. As mais diversas funções são associadas ao objeto, sempre com performance imbatível ao ser apresentar na extensa rede de informações que é a internet. O formato geométrico da caixa de ovo, muito semelhante ao da espuma casca de ovo, por exemplo, pode ser um grande catalisador na difusão desta ideia. É importante, porém, lembrarmos que a eficiência de materiais no que diz respeito a absorção acústica, está diretamente ligado à sua composição (porosos e fibrosos,

ressoadores e membranas) e não somente ao seu formato. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Conforme exposto na metodologia, os materiais já expostos neste trabalho foram submetidos a testes separados e em conjunto e os resultados obtidos podem ser contemplados conforme tabela 2 abaixo:

Tabela 2. Variação de absorção acústica de acordo com os níveis de som indicado em dB(A).

Nível sonoro (Db)	Caixa de som sem isolamento	Caixa de som com isolamento da parede de drywall	Caixa de som com isolamento drywall + caixa de ovo de papelão	Caixa de som com isolamento drywall + lã de rocha	Caixa de som com isolamento drywall + espuma acústica casca de ovo
Nível 01	92,4 dB	83,3 dB	71,8 dB	66,0 dB	64,9 dB
Nível 02	88,4 dB	80,4 dB	69,1 dB	65,4 dB	63,0 dB
Nível 03	85,2 dB	75,9 dB	64,1 dB	62,9 dB	61,2 dB
Nível 04	82,0 dB	72,8 dB	61,9 dB	59,7 dB	59,4 dB
Nível 05	78,5 dB	70,8 dB	60,3 dB	58,3 dB	58,0 dB
Nível 06	76,0 dB	67,3 dB	59,4 dB	57,9 dB	57,2 dB
Nível 07	73,0 dB	63,3 dB	58,3 dB	57,4 dB	56,8 dB
Nível 08	67,0 dB	60,1 dB	57,9 dB	57,0 dB	56,5 dB
Nível 09	63,0 dB	59,3 dB	57,0 dB	56,4 dB	56,2 dB
Nível 10	62,0 dB	57,9 dB	57,0 dB	56,4 dB	56,2 dB
Nível 11	60,0 dB	57,0 dB	57,0 dB	56,4 dB	56,2 dB
Nível 12	58,1 dB	56,5 dB	57,0 dB	56,4 dB	56,2 dB
Nível 13	57,6 dB	56,5 dB	57,0 dB	56,4 dB	56,2 dB
Nível 14	56,2 dB	56,5 dB	57,0 dB	56,4 dB	56,2 dB

Fonte: Autoria própria, 2018.

A acústica da sala variou de 92 a 56,2 decibéis quando a caixa de som foi ligada sem que houvesse nenhum tipo de isolamento acústico. Em um segundo momento a caixa de som foi submetida ao isolamento acústico somente com a utilização da caixa de drywall montada pela equipe, havendo uma variação de 83,3 a 57,9 decibéis. Faz-se importante ressaltar que a partir da variação de som do nível dez para o onze houve estabilidade na vibração sonora. Posteriormente, em um terceiro momento as paredes internas da caixa de drywall foi revestida com a caixa de ovo de papelão comum, havendo uma variação entre 71,8 a 57,0 decibéis. Em um quarto momento a caixa de drywall foi revestida internamente com a lã de rocha, e neste caso houve uma variação de 66,0 a 56,4 decibéis. Por último, a caixa de

drywall foi revestida com a espuma acústica e neste caso houve uma variação de 64,9 a 56,2 decibéis. Nos três últimos materiais houve uma estabilidade na variação sonora entre os níveis dez para o nove. Fica evidente a eficiência da espuma acústica casca de ovo no que se refere ao isolamento acústico da parede drywall supracitada, tendo em vista que este material é designado para tal finalidade. A lã de rocha também se mostrou eficiente para o isolamento acústico da caixa de drywall. A caixa de ovo se mostrou eficiente no que diz respeito ao isolamento acústico da caixa de drywall, porém, um fator primordial ao qual esse isolamento pode ser associado, é o tamanho da caixa produzida. Por possuir uma pequena metragem quadrada, essa mesma eficiência pode não ser aplicada a ambientes maiores.

CONCLUSÃO: Alguns fatores contribuíram para eficiência da absorção acústica dos materiais, sendo o primordial deles o tamanho da caixa de drywall utilizada. Por sua área quadrada ser demasiadamente pequena materiais como a caixa de ovo comum se mostraram exímios isolantes acústicos. Em determinados momentos alguns ruídos externos ao laboratório de conforto do centro educacional Unifacex, provocaram variações sonoras. Os testes foram realizados mais de uma vez, porém seu resultado teria sido diferente com absoluta certeza se estivéssemos em um ambiente acusticamente tratado. Ao final do estudo foi possível observar que os materiais se comportaram de forma eficiente, ao serem aplicados na caixa de drywall. O próprio drywall apesar de sua pequena espessura já se mostra eficaz no isolamento. Materiais como a espuma acústica caixa de ovo e lã de rocha teriam seu desempenho aprimorado se o sistema construtivo da caixa fosse o de massa-mola-massa. A caixa de ovo se mostrou eficaz no isolamento acústico, mas devido a sua composição física não absorve com eficiência a acústica do ambiente, sendo um forte produto do imaginário popular, ao ser comparada com eficiência como material fono-absorvente. Fica evidente que a utilização de materiais com potencialidade de isolamento, como paredes de alvenarias, poderia ter seu potencial em níveis de conforto acústico altamente aprimorados se materiais fono-absorventes fossem utilizados, nos testes a redução de ruído em uma parede de drywall revestida com a espuma acústica foi de 18,4 dB, comprovando sua eficiência. O alto custo desses materiais que servem para absorção acústica acaba por retirá-los de usos residenciais, sendo estes direcionados a estúdios, igrejas, boates e demais ambientes que causem maior produção sonora/ruído.

REFERÊNCIAS

AEC Web. Lã de Rocha é solução para conforto acústico de edificações. Disponível em: <https://www.aecweb.com.br/cont/m/rev/la-de-rocha-e-solucao-para-conforto-acustico-de-edificacoes>. Acesso em: 16 out. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA A QUALIDADE ACÚSTICA. Poluição sonora. Disponível em: <https://www.proacustica.org.br/>. Acesso em: 09 out. 2018.

SIMÕES, Flávio Maia. **Acústica Arquitetônica**. Rio de Janeiro (RJ): Procel Edifica, 2011.

SOUZA, Lea Cristina Lucas de; ALMEIDA, Manuela Guedes de; BRAGANÇA, Luís. **Bê-á-Bá da acústica arquitetônica**: ouvindo a arquitetura. São Carlos (SP): EDUFSCAR, 2016.

ARQUITETO E PAISAGISTA GABRIEL GUEVREKIAN

AUTORES:

Vanessa Silva de Lima

Roniely Dias Soares

Thallis Yago Silva de Oliveira

RESUMO: Arquiteto armênio, nascido em Istambul (1900 – 1970). Gabriel Guevrekian estudou arquitetura na Academia de Belas Artes da Áustria em Viena, onde recebeu seu diploma em 1919 e logo após trabalhou com Oskar Strand e Josef Hoffman até 1922, quando se estabeleceu em Paris sendo reconhecido como um dos protagonistas da vanguarda europeia no País. Esteve ativamente envolvido nos primeiros estágios do CIAM (Congresso internacional de Arquitetura Moderna) onde serviu como secretário geral, ocupando o cargo de representante do movimento internacional moderno na Pérsia em 1933 quando retornou para lá a convite do governo. Seus principais trabalhos e área de atuação foi na tentativa de aproximação às novas correntes plásticas que se desenvolviam desde o início do século XX, Gabriel contribuiu para a aplicação de motivos geométricos em jardins que trazem referências do art déco, do cubismo e do expressionismo. O arquiteto é deveras lembrado por três pequenos jardins temporários da Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas de Paris dentre os anos de 1925 e 1928, sendo eles: O Jardim da Água e da Luz (1925); O pequeno jardim triangular da Villa Noailles em Hyères (1926-27); Os jardins do Villa Heim (Neuilly, 1928), bem como a Villa Heim (Neuilly, 1928).

Palavras - Chaves: Arquiteto. Jardins. Modernista.

INTRODUÇÃO: Autor, educador, desenhista industrial, polemista e arquiteto e paisagista Gabriel Guévrekian tem em seu grandioso currículo três principais obras que foram desenvolvidas mostrando intensa influência do cubismo e do expressionismo dotada de forte conotação decorativa, tornando-o um dos maiores representantes dessa tendência na Europa nos anos de 1920. **METODOLOGIA:**

Para concepção do presente trabalho, foi utilizado o método de pesquisa exploratória, de modo a levar-nos a compreender como funcionavam as criações do Arquiteto e paisagista naquela época. Para tal finalidade, foram utilizadas pesquisas bibliográficas via internet, bem como orientações ministradas em sala de aula.

PRINCIPAIS TRABALHOS E ÁREA DE ATUAÇÃO: Tentativa de aproximação às novas correntes plásticas que se desenvolviam desde o início do século XX, Gabriel contribuiu para a aplicação de motivos geométricos em jardins que trazem referências do art déco, do cubismo e do expressionismo; O Arquiteto é deveras lembrado por três pequenos jardins temporários da Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas de Paris dentre os anos de 1925 e 1928, sendo eles:

- O Jardim da Água e da Luz (1925);
- O pequeno jardim triangular da Villa Noailles em Hyères (1926-27);
- Os jardins do Villa Heim (Neuilly, 1928).
- Villa Heim (Neuilly, 1928).

JARDIN D'EAU ET DE LUMIERE - (Jardim de água e luz): Esse jardim foi desenhado e exposto na exposição internacional de 1925 em Paris, tendo como princípios básicos o cubismo órfico ou simultaneísmo. Suas características são: Forma triangular, grandes espelhos triangulares e cama de plantação, no centro havia uma esfera de vitrais eletricamente impulsionada e internamente iluminada, possuía pequeno poste situado a meio caminho entre a esfera e o ápice do recinto ao longo do eixo central do jardim, cujo único jato de água é emitido. Embora este jardim estivesse visualmente aberto no lado voltado para a esplanada dos Inválidos, ele foi projetado como um quadro que se olhava, mas não entrava. Fez uso de materiais até então alheios ao mundo dos jardins, como vidro, concreto e luz elétrica, sendo um jardim para ser contemplado, não pisado. São criados diferentes níveis de visão simultâneos, devido aos efeitos dinâmicos produzidos pelas cores, água e o movimento do globo, assim como no cubismo, tratava-se de fazer com que o observador sentisse que se movimentava embora permanecesse parado. **JARDIM PARA VILLA NOAILLES EM HYÈRES - (1926-27):** Guevrékian projetou um dos jardins sob o terraço que acompanhava o terreno, que fica situado na encosta da montanha que baixava em direção à cidade de Hyères. Assim como no jardim anterior, Gabriel repete o uso da base triangular, com uma Subdivisão por canteiros de formas geométricas cobertos de flores coloridas, onde existe uma visão frontal e muros laterais, que estão à disposição de uma escultura rotativa (de Lipchitz) no centro da cena. É uma das obras do período entre guerras que vem sendo reabilitada mais recentemente. O uso do colorido foi inspirado nas pinturas de Sonia e Robert Delaunay, além dos moldes que ele fez na Esplanada dos Inválidos para a exposição de 1925. **VILLA HEIM (NEUILLY, 1928):** Situada na Villa de Madrid, em Paris, foi construído entre 1927 e 1930 por Guevrékian com colaboração de Ernest Denis. Gabriel consegue incorporar as consequências espaciais do cubismo no plano arquitetônico, desenvolvimento espacial através de uma altura que pode ser visto a partir do terraço da última volta dos planos abertos dos terraços inferiores com jardim próprio. É constituída por uma concentração de quartos retangulares com vegetação esparsa, ligados com 90° curvas e mudanças de nível de luz. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A necessidade de conhecer as propostas iniciais de um novo estilo que traz influência do cubismo e do expressionismo dotada de forte conotação decorativa, nos proporcionou compreender como de modo criativo e simplista Gabriel Guevrekian solucionou dificuldades para irrigação, drenagem e concepção formal de suas obras naquela época. **CONCLUSÃO:** Explanar brevemente a vida e as principais obras do Arquiteto e paisagista armênio Gabriel Guévrekian, utilizadas como forte tendência modernizante atuantes na Europa do séc. XX. Nos fez compreender a tamanha importância e vida que o paisagismo proporciona nas mais diversas obras, assim como desde o modo como o arquiteto solucionou dificuldades para irrigação, drenagem e concepção formal de suas obras naquela época, até os mais diversos sentimentos que uma concepção paisagista pode provocar em seus clientes e espectadores. É deveras gratificante poder obter tal conhecimento sobre essa temática, pois dessa forma é possível nos aprofundarmos e colocarmos em prática todo o aprendizado, uma vez que estes seguem nos influenciando nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

HUNT, John Dixon; CONAN, Michel. 2002. **The Cubist Garden**. Tradition and Innovation in French Garden Art (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002). Disponível em: <http://www.tehranprojects.com/The-Cubist-Garden>. Acesso em: 24 set. 2018.

MAREFAT, Mina. 2002. GUEVREKIAN, GABRIEL. v. XI, Fasc. 4, p. 382-383. Disponível em: <http://www.iranicaonline.org/articles/guevrekian>. Acesso em: 24 set. 2018.

MUÑOZ, Alberto Mengual. **Casa Heim**. 2017. Disponível em: https://www.urbipedia.org/index.php?title=Casa_Heim. Acesso em: 22 set. 2018.

OLIVEIRA, Ana Rosa de. **Gabriel Guevrékian. E os Estereótipos do Jardim Moderno**. 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/08.020/1734>. Acesso em: 23 set. 2018.

BIOLOGIA

PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA RUA BELA VISTA SOBRE O DESCARTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

AUTORES:

Raiza Garcia de Almeida
Daiane Rocha de Freitas
Maria Da Paz Siqueira de Oliveira
Lúcia Maria de Almeida
Priscila Daniele Fernandes Bezerra

RESUMO: No decorrer do tempo tem sido perceptível a falta de responsabilidade e descaso com o descarte do lixo, na sociedade. Sendo assim, é importante analisar a forma como o homem interpreta esse meio, e diante do impacto que o lixo pode trazer a humanidade, analisar também como se dá o descarte e disposição do lixo. A presente pesquisa teve como objetivo verificar como os moradores analisam o descarte do lixo produzido nas residências da Rua Bela Vista, município de Nísia Floresta/RN. A pesquisa refere-se a um estudo exploratório, com moradores da Rua Bela Vista, situada na Praia de Tabatinga, Município de Nísia Floresta, no estado do Rio Grande do Norte. Foram realizadas entrevistas por residência/estabelecimento, onde foi utilizado como ferramenta principal um questionário. Ao final do estudo ficou evidenciado a necessidade de desenvolver propostas educativas direcionadas à destinação correta e consciência sobre o consumo e produção dos resíduos sólidos de origem doméstica.

Palavras - chave: Resíduos sólidos. Descarte. Moradores.

INTRODUÇÃO: A questão do lixo atinge toda a população e é um problema que vem se agravando com o passar dos anos. No decorrer do tempo tem sido perceptível a falta de responsabilidade e descaso com o descarte do lixo, na sociedade. Tal fato se dá por diferentes fatores, tais como, crescimento populacional, consumismo desenfreado e pela falta de consciência do ser humano. A industrialização trouxe consigo novos materiais a serem descartados, assim como o aumento do consumo atrelado ao crescimento populacional, gerando também cada vez mais lixo. Das cidades mais populosas até as comunidades mais carentes, um número crescente de pessoas e administrações municipais vem se esforçando na busca das melhores soluções para as questões do lixo urbano (GRIPPI, 2006). Silva et al. (2015) afirma que o meio ambiente é tudo que está ao nosso redor, e que este passa por constantes mudanças, sendo assim, tratando-se da própria condição de existência de vida terrestre, a maneira como tratamos o meio ambiente e o modificamos, causa danos sem reversão que refletem diretamente na nossa sobrevivência e na dos outros seres vivos. O artigo 225 da Constituição Federal diz que:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para às presentes e futuras gerações”. (BRASIL, 1988).

Assim, importa saber que a preocupação com o bem-estar social envolve também pensar no consumo e produção de forma consciente, respeitando as diferentes

formas de vida. Sendo assim, é importante analisar a forma como o homem interpreta esse meio, e diante do impacto que o lixo pode trazer a humanidade, analisar também como se dá o descarte e disposição do lixo, além de verificar como o homem se posiciona sobre esses resíduos. Com a necessidade de um ambiente efetivamente saudável, faz-se necessária a busca de várias ações junto à população. Dessa maneira, a presente pesquisa teve como objetivo verificar como os moradores analisam o descarte do lixo produzido nas residências da Rua Bela Vista, município de Nísia Floresta/RN. **METODOLOGIA:** A pesquisa refere-se a um estudo exploratório, o qual aconteceu no mês de setembro de 2018 com moradores da Rua Bela Vista, situada na Praia de Tabatinga, Município de Nísia Floresta, no estado do Rio Grande do Norte. Foram realizadas entrevistas por residência/estabelecimento, sendo utilizado como ferramenta principal um questionário estruturado com questões abertas e fechadas, contendo 6 seguintes questões que giravam em torno do descarte correto dos resíduos, descarte da vizinhança, sobre o local onde o lixo é descartado, destino do lixo, formas de melhoria de descarte e quanto a aceitação de mudança do descarte. Por fim, os dados foram analisados e quantificados. **REFERENCIAL TEÓRICO:** Diante do processo acelerado de urbanização local e a nível global, as cidades estão sofrendo uma grande pressão populacional, visto que mais da metade da população mundial vivem nos centros urbanos. De acordo com Gouveia (1999) essa urbanização desenfreada tem trazido graves impactos na saúde da população com os grandes tormentos da poluição, da violência e da pobreza, a população passou a viver hoje em ambientes insalubres. Ainda para Gouveia (1999), “A coleta, a disposição final e o tratamento adequado dos resíduos sólidos continua sendo um dos mais importantes problemas ambientais de qualquer centro urbano na atualidade”. E esta problemática tende a se acentuar devido à falta de medidas de promoção da educação para redução dos resíduos e a disposição adequada dos resíduos. Para Schalch *et al.* (2002) o manejo inadequado dos resíduos sólidos pela população, bem como como por parte do poder público, é considerado, na maioria das vezes, o maior responsável pela degradação ambiental e pela perda da qualidade de vida em centros urbanos de médio e grande porte. Então, a percepção ambiental, nesse caso, pode agir como um instrumento de educação ambiental, agindo e envolvendo a população, para que esta compreenda os riscos da má disposição do lixo e torne-se sensível ao problema apresentado. Melazo (2005) afirma que a percepção ambiental é compreendida como um instrumento integrante de um processo participativo, o qual envolve fatores sensoriais, socioculturais, além de valores ambientais direcionados às comunidades urbanas e ao espaço natural como um todo. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Após a análise das respostas foi observado que do público consultado, 20% considera que realiza o descarte correto dos resíduos produzidos, já a maioria (80%) acredita que não realiza esse descarte correto. É possível considerar que tal fato pode se dar pela falta de informação sobre a forma correta de destinar o lixo, pois falta uma proposta de educação direcionada pelos órgãos públicos para as comunidades. Rêgo, Barreto e Killinger (2002) afirmam que pouco se conhece sobre as repercussões da disposição dos resíduos sólidos urbanos para a saúde humana e sobre as práticas sanitárias da população em relação a eles. A falta do conhecimento sobre essa questão pode ser causadora de vários problemas que assolam as comunidades, sendo importante repensar propostas educativas que viabilizem a informação e os cuidados para os

moradores. Quando questionados sobre o descarte dos vizinhos, 60% dos entrevistados consideram ruim e os demais dividem-se entre regular (20%) e bom (20%). Dessa maneira, pensar na disposição do lixo no ambiente externo como algo que foge da responsabilidade do gerador torna-se um pensamento errôneo, visto que os domicílios e as áreas imediatamente ao redor da casa, pertencentes ao terreno, também fazem parte do domínio privado, sendo utilizados como área de lazer (RÊGO, BARRETO e KILLINGER, 2002). Sobre o local onde o lixo é colocado para a coleta pública, para que o transporte de limpeza pública possa coletar os resíduos, 80% considera que o local é adequado e apenas 20% considera que o local é inadequado. Lazzari e Reis (2011) consideram que a maneira como o lixo é disposto para que os profissionais da limpeza realizem a coleta deve ser bem analisado não somente pelo risco de contaminação ambiental, mas também pensando que o profissional responsável pela coleta se expõe à riscos. A totalidade do público entrevistado (100%) não sabem para onde vai o lixo depois que é coletado de suas residências. Essa informação confirma a hipótese de que a população não recebe orientação quanto as formas corretas de descarte, destinação e até mesmo medidas educativas que orientem para boas práticas. Da mesma forma, o total dos entrevistados (100%) consideram que poderiam melhorar o descarte dos resíduos e aceitariam sugestões para essa mudança. Para Waldman (2012), além do sistema de coleta, o Estado, enquanto gerenciador de tal sistema deve pensar em uma concepção contemporânea de gestão dos resíduos sólidos, pensada na prevenção e diminuição da geração de lixo. **CONCLUSÕES:** Tendo como base as entrevistas realizadas na Rua Bela Vista, situada na Praia de Tabatinga, Município de Nísia Floresta, no estado do Rio Grande do Norte, obtivemos resultados satisfatórios com relação a participação dos moradores, principalmente quando refere-se a um assunto tão polêmico como os resíduos descartados por cada residência. Ficou evidenciado a necessidade de desenvolver propostas educativas direcionadas à destinação correta e consciência sobre o consumo e produção dos resíduos sólidos de origem doméstica. É de grande importância que os moradores recebam informações sobre o descarte correto, tendo em vista uma melhor qualidade de vida para todos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.
- GOUVEIA, Nelson. Saúde e meio ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental. **Saúde e sociedade**, v. 8, p. 49-61, 1999.
- GRIPPI Sidney. **Lixo Reciclagem e sua história**. 2 ed. Rio de Janeiro, Interciência, 2006.
- JACOB, P. Pós-Graduado em Ciência. **Educação Ambiental, Cidadania e sustentabilidade**. Professor associado da Faculdade de Educação e Pós-graduação em Ciências Ambiental da USP, SP. 2003.

LAZZARI, Michelly Angelina; REIS, Cássia Barbosa. Os coletores de lixo urbano no município de Dourados (MS) e sua percepção sobre os riscos biológicos em seu processo de trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 3437-3442, 2011.

MELAZO, G.C. **Percepção ambiental e educação ambiental**: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. Olhares e Trilhas, Uberlândia, ano VI, n. 6, p. 45-51, 2005.

RÊGO, Rita de Cássia Franco; BARRETO, Maurício L.; KILLINGER, Cristina Larrea. O que é lixo afinal? Como pensam mulheres residentes na periferia de um grande centro urbano. **Cadernos de saúde pública**, v. 18, p. 1583-1591, 2002.

SCHALCH, V. *et al.* **Gestão e gerenciamento de resíduos sólidos**. São Carlos: UFSCAR, 2002.

SILVA, Gabriella Alves da *et al.* Consciência ambiental de alunos universitários do curso de administração de uma IES privada e a relação com seu lixo. **Caderno de Graduação-Humanas e Sociais-FACIPE**, v. 2, n. 2, p. 21-28, 2015.

WALDMAN, Maurício. **Gestão do lixo domiciliar**. Considerandos sobre a atuação do Estado. *In*: TEXTO DE SUBSÍDIO PARA A CONFERÊNCIA “ECOLOGIA HUMANA E MOVIMENTOS SOCIAIS”, desenvolvida no Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. USP, 2012.

CONCEPÇÕES DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA ACERCA DAS QUESTÕES SOCIOCIENTÍFICAS ATRELADAS À BIOTECNOLOGIA

AUTORES:

Narita Renata de Melo Seixas

Caio Italon de Oliveira Torres

Larissa Belizia Baracho de Oliveira

Delanne Cristina Souza de Sena Fontineli

RESUMO: O DNA é uma molécula que carrega inúmeras informações sobre as características hereditárias e mesmo depois de identificada e estudada, ainda desperta a curiosidade e necessidade de estudos cada vez mais específicos. As ferramentas biotecnológicas vêm auxiliando estudos nas áreas de biologia molecular e genética (engenharia), que envolvem o conhecimento acerca do DNA, proteínas e outras moléculas associadas. Entretanto, a abordagem em salas de ensino médio pelos educadores, quanto a utilização e benefícios que podem ser gerados por essas ferramentas, têm enfrentado dificuldades devido a questões diversas. Diante disso, este trabalho objetivou, por meio de revisão de literatura, analisar o nível de conhecimento e aceitação de discentes do ensino médio e fundamental, quanto aos possíveis avanços e benefícios que podem ser gerados por essas ferramentas biotecnológicas empregadas nas áreas de biologia molecular e genética. Adicionalmente, foram abordados alguns pontos importantes que tratam sobre a aceitação das informações a partir do estudo de mutações gênicas em benefício da humanidade e do futuro. Foi possível concluir que a dificuldade quanto a compreensão da utilização dessas ferramentas estar mais associada aos conceitos preconcebidos, por questões morais, como a utilização desse conhecimento não somente no diagnóstico de doenças, mas também para fins estéticos, do que, por dificuldade de compreensão das técnicas e conceitos. Dessa forma, percebeu-se a necessidade de propostas pedagógicas que permitam questionamentos e reconstrução de conceito.

Palavras - chave: Biologia molecular. Biotecnologia. Questões sociocientíficas.

INTRODUÇÃO: A biotecnologia é caracterizada por um conjunto de técnicas e ferramentas que permitem a seleção, manipulação e modificação de organismos. Associadas a essas técnicas biotecnológicas as áreas de biologia molecular e genética vem avançando tão rapidamente que chega a ser difícil acompanhar cada descoberta e compreender todo o seu potencial em cada um dos campos de atuação. Dentre as inúmeras subáreas que têm avançado gradativamente, destaca-se a engenharia genética, que consiste na manipulação direta de genes, comumente através de técnicas desenvolvidas em laboratório, buscando melhorar ou criar processos, produtos ou até organismos (BRUNET, 2000). A engenharia genética passou a ser mais evidente após a proposta da estrutura química do Ácido Desoxirribonucleico (DNA), no ano de 1953, desde então, importantes resultados vêm sendo apresentados no que diz respeito a doenças genéticas e as possibilidades de detectá-las e buscar alternativas para corrigi-las *in vivo*, antes mesmo do surgimento de sintomas e/ou do desenvolvimento da doença, aumentando assim a probabilidade de prolongar o tempo de vida dos seres

humanos (VICTORINO, 2000). A necessidade de corrigir alterações e tornar novamente funcional os sistemas orgânicos tem levado a uma melhor compreensão do funcionamento dos genes. Os estudos nesta área vêm acontecendo de uma maneira bastante eficiente e tem permitido uma maior proximidade no conhecimento e aplicação em tratamentos que permitam a cura de doenças genéticas graves, bem como alterações não genéticas (LINDEN, 2010). Entretanto, estes estudos tão importantes são desconhecidos para a maioria dos indivíduos. Grande parte da população e estudantes é leiga quando se trata de avanços científicos na área de manipulação gênica. Este distanciamento se dá, não somente pela dificuldade de compreensão técnica que dificulta sua abordagem em sala, mas também pela forma inacessível de como essas informações são transmitidas, levando, muitas vezes, os estudantes a se fundamentarem em concepções prévias associadas a aspectos religiosos, éticos e morais (PEDRANCINI *et al.*, 2008). Tal cenário favorece o surgimento de um elevado índice de negação por partes dos discentes em relação a essas temáticas, uma vez que o raciocínio moral interfere em seus julgamentos, especialmente quando são levantadas questões acerca da manipulação gênica em humanos. Os alunos, por sua vez, trazem para a sala de aula uma bagagem moral que resulta na rejeição à essas abordagens, especialmente quando estas vão contra seus preceitos. Consequente, os estudantes desenvolvem certa aversão quando se trata dessas discussões, mesmo sem conhecê-las a fundo (GUIMARÃES; CARVALHO; OLIVEIRA, 2010). Diante desse contexto, considerando a importância de melhor divulgar o conhecimento sobre assuntos relacionados ao estudo em biologia molecular e genética (engenharia) associadas às ferramentas biotecnológicas, bem como, fomentar discussões sobre essas temáticas atuais, surgiu a proposta de levar esses conteúdos e suas respectivas discussões para os diversos níveis educacionais com a finalidade de informar os estudantes e cidadãos do futuro as recentes descobertas nas áreas de conhecimento de biologia molecular e genética. Para tanto, esta revisão bibliográfica tem como objetivo realizar um levantamento de dados a partir da leitura de artigos e outros materiais didáticos que abordem as questões sociocientíficas atreladas às áreas de conhecimento de biologia molecular e genética, e analisar o nível de conhecimento e aceitação de discentes do ensino fundamental e médio. De modo que sirva de base para uma reflexão por parte dos docentes ou profissionais da área, em pensar estratégias que auxiliem os estudantes a reconhecer os avanços e benefícios que podem ser gerados a partir desse conhecimento. **METODOLOGIA:** Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizamos o método de levantamento bibliográfico do tipo exploratório, visando proporcionar uma maior familiaridade com o problema em questão (GIL, 2008). A referida pesquisa bibliográfica ocorreu no período de julho à outubro de 2017, tomando como base o banco de dado *SCIELO* (*Scientific Eletronic Library Online*) e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) onde foram utilizados os descritores: biologia molecular, mutação gênica, biotecnologia e questões sociocientíficas. A busca se deu por critérios de inclusão, sendo estes, a língua portuguesa e ano de publicação entre 1995 e 2013. Foram encontrados X artigos, dos quais, foram selecionados 13 (treze) que serviram de base para a elaboração deste trabalho, os demais foram descartados devido não abordarem as temáticas propostas nos objetivos aqui propostos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Com o desenvolvimento do Projeto Genoma Humano (PGH), tornou-se possível conhecer especificamente alguns dos genes responsáveis pelas características fenotípicas e

genotípicas dos seres humanos que, de forma benéfica, resultou na identificação das mais diversas doenças, entre elas as comportamentais/psicológicas (ZATZ, 2000). Corrêa (2002) traz essa ideia ainda mais solidificada, visto que, o investimento no (PGH) certificaria uma diminuição no sofrimento humano, já que o mesmo seria capaz de induzir possíveis curas de doenças consideradas irreversíveis. No ponto de vista de Maftum, Mazza e Correia (2004), os avanços na área de biologia molecular e genética associados às técnicas de biotecnologia, corroboram com a medicina preventiva que consegue diagnosticar com antecedência, patologias possíveis de serem desenvolvidas ainda na fase embrionária do indivíduo. Ainda assim, estes avanços são alvos de inúmeras discussões entre os estudiosos e principalmente, no meio social. Para Raskin (1995), por exemplo, tais descobertas foram um tanto ousadas, uma vez que deu ao homem o poder de causar interferências nos processos tidos como naturais, já que os mesmos alterariam geneticamente as condições da espécie humana. Segundo Oliveira (2001), mesmo com a existência de um conselho de ética que norteia as pesquisas na área da biotecnologia e engenharia genética, é observado uma elevação das ideias dos indivíduos que, tendem a desejar a criação de um clone de si mesmo e ainda, realizar modificações genéticas em animais a fim de utilizar seus órgãos para transplantes em seres humanos, o que até então, não apresentou resultados positivos. Pedrancini *et al.* (2008), observa em sua trabalho que, mesmo a sociedade encontrando-se em um tempo onde as descobertas científicas e tecnológicas ganham cada vez mais espaço no cotidiano das pessoas, grande parte delas desconhece o preparo que possibilita reproduzir opiniões fundamentadas sobre o tema em questão e com isso, relata a importância de compreender como alunos do último ano do ensino médio encaram questões significativamente polêmicas no meio acadêmico na atualidade, e um exemplo são os Transgênicos. O posicionamento dos discentes diante deste conteúdo é avaliado de forma negativa em virtude dos conhecimentos previamente adquiridos. De acordo com Lourenço e Reis (2013), é necessário que o docente responsável por abordar tal temática faça uso destes conhecimentos prévios para a construção do conhecimento científico, de forma a mostrar similaridade entre o observado ao cotidiano dos mesmos, fazendo ainda uso de métodos que os estimulem a refletir sobre os benefícios e malefícios da utilização de determinada técnica. Guimarães e colaboradores (2010), constataam que, quando se trata de manipulação genética em seres humanos, muitos dos estudantes se posicionam a favor de tais procedimentos, sobretudo quando estes são para fins terapêuticos. Todavia, quando eram indagados a respeito da manipulação exclusivamente estética, os discentes demonstraram serem contra. Este cenário, por sua vez, é um indicativo que os alunos possuem concepções embasadas nas suas visões de mundo, ou seja, nos valores morais e éticos que lhes foram transmitidos durante o convívio social. Percebe-se, então, que essas representações sociais interferem no processo de ensino aprendizagem dos mesmos, uma vez que vão influenciar na possibilidade de recebimento de novos conteúdos. Tais concepções advêm, muitas vezes, de instituições específicas, como igrejas, associações, movimentos sociais e a própria família, sendo importante para que o mesmo possua uma sensação de pertencimento ao meio social no qual está inserido. Entretanto, quando o aluno é totalmente sujeito à essas instituições, torna-se mero reprodutor acrítico de seus discursos, de forma a não conseguir opinar e questionar sem envolver suas crenças e preceitos previamente estabelecidos,

quando confrontados com o saber científico (GUIMARÃES; CARVALHO; OLIVEIRA, 2010). Da mesma forma, Souza e Farias (2011), evidenciam que as crenças religiosas dos alunos os impedem de refletir a respeito dessas temáticas. Segundo os autores, a crença de que Deus criou tudo de forma perfeita e que a alteração humana seria uma afronta aos seus ensinamentos, faz com que muitos alunos criem repulsa aos temas relacionados à biotecnologia. Por consequência tal barreira impede que os educandos se apropriem do conhecimento científico, comprometendo o desenvolvimento de habilidades estreitamente associadas a alfabetização científica, como a capacidade investigativa, crítica e autônoma do indivíduo. Além disso, ao se abster dessas discussões, o aluno deixa de ser um sujeito consciente de questões pertinentes ao seu dia-a-dia, e de como elas impactam diretamente sua saúde e bem-estar, como é caso da manipulação genética e dos organismos transgênicos e geneticamente modificados. Trabalhos como os de Lourenço e Reis (2013) e Souza e Farias (2011), apontam que os alunos cometem diversos erros conceituais, quando a temática envolve a área biotecnológica. Muitos ainda acreditam que os transgênicos, por exemplo, são frutos de melhoramentos genéticos, evidenciando uma confusão por parte dos discentes, que são levados a crer que os dois termos são sinônimos. Assim também, alguns possuem as concepções de transgênicos são, na verdade, produtos artificiais, ou que são constituídos a partir de mutações. Assim, para reversão desse quadro, cabe ao professor ou profissionais da área pensar e refletir sobre estratégias (por exemplo, que envolvam o lúdico) que reconheçam as representações sociais que os alunos possuem, de modo a fazê-los perceber a necessidade de compreender esses temas, que são de interesse social, por exemplo, através de diálogos e debates em sala (concordando ou discordando), ou mesmo na utilização de estratégias lúdicas que possam levar a reflexão desses conceitos. **CONCLUSÃO:** Considerando os pressupostos observados, é nítido o grande progresso nas áreas de biologia molecular, genética (“engenharia” genética) associadas as ferramentas biotecnológicas e todas as possibilidades geradas por estas, como por exemplo: o mapeamento genético para a cura de doenças, que até então não tenham cura; a capacidade de selecionar embriões viáveis quanto a presença de genes que levem a doenças neurodegenerativas, motoras ou até letais ou ainda a “escolha” de genes que resultem em características fenotípicas específicas, como o sexo, cor dos olhos, cabelos e pele. Este progresso, por sua vez, é alvo de discussões entre a comunidade cristã e os defensores da ciência, como mostra a pesquisa apresentada anteriormente, onde as pessoas religiosas defendem a ideia de que somente uma divindade pode interferir e definir as características de cada um, e de outro lado, os não religiosos defendem a utilização desses avanços, pois acreditam que maior parte desses avanços e tecnologia poderá melhorar a qualidade de vida da população. Somado a isso, nota-se que até assuntos mais gerais, como é o caso da mutação genética, são deturpados na visão dos discentes, devido aos mesmos já possuírem um conceito previamente estabelecido e moldado pela sociedade em que se inserem. Com isso, observa-se o importante papel das escolas como propagadoras deste conhecimento e, conseqüentemente, fomentadoras dessas discussões, levando aos alunos uma visão prévia que possibilite a formação de opinião crítica construtiva para sua vida cotidiana, sem interferências nos aspectos éticos e morais. Percebe-se, portanto, que a falta de embasamento científico favorece com que o aluno se torne refém de suas concepções prévias, não sendo

capaz de elaborar novos conceitos a partir de outra perspectiva, fundamentada no saber formal. Dessa forma, estratégias de atividades lúdicas que gerem discussão e diálogos em sala de aula, devem favorecer o desenvolvimento de “novos” conceitos a partir de reflexões que gerem pensamentos críticos pelos discentes, em lugar, somente, de aceitação dos conceitos previamente concebidos.

REFERÊNCIAS

BRUNET, Karina Schuch. Engenharia genética: implicações éticas e jurídicas. **Revista Jurídica**, v. 274, 2000.

CORRÊA, Marilena V. O Admirável Projeto Genoma Humano. **Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 12, p.277-299, mar. 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. [S.l.]: Atlas S.A., 2008.

GUIMARÃES, Márcio; CARVALHO, Washington; OLIVEIRA, Mônica. Raciocínio Moral na Tomada de Decisões em Relação a Questões Sociocientíficas: o exemplo do melhoramento genético humano. Itabaiana, SE. **Ciências e Educação**, v. 16, n. 02, 2010.

LINDEN, Rafael. **Terapia gênica**: o que é, o que não é e o que será. São Paulo, SP. Estudos avançados, v. 24, n. 70, p. 31-69, 2010.

LOURENÇO, Anete Pedro; REIS, Lucilene Geralda dos. Transgênicos na sala de aula: concepções e opiniões de alunos do Ensino Médio e uma prática pedagógica. **Revista Vozes dos Vales**, Minas Gerais, v. 3, p.1-27, 2013.

MAFTUM, Mariluci; MAZZA, Verônica; CORREIA, Marilene. A biotecnologia e os impactos bioéticos na saúde. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v 06, n. 01, 2004.

OLIVEIRA, Simone Born de. **Manipulação Genética e Dignidade Humano**: da Bioética ao Direito. 2001. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Pós Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. PEDRANCINI, Vanessa *et al.* Saber científico e conhecimento espontâneo: opiniões de alunos do ensino médio sobre transgênicos. Bauru: **Ciência & Educação**, v. 14, n. 1, 2008.

RASKIN, Salmo. Ética e Genética. Curitiba: **Educar em Revista**. 1995.

SOUZA, Aline Furtuozo de; FARIAS, Gilmar Beserra de. Percepção do Conhecimento dos Alunos do Ensino Médio sobre Transgênicos: Concepções Que Influenciam na Tomada de Decisões. **Experiências em Ensino de Ciências**, Cuiabá, v. 6, n. 1, p.21-32, mar. 2011. Disponível em: http://if.ufmt.br/eenci/artigos/Artigo_ID130/v6_n1_a2011.pdf. Acesso em: 25 out. 2018.

VICTORINO, Valério. A Revolução da Biotecnologia: questões da sociabilidade. Tempo Social; **Rev. Sociol.** USP, São Paulo, v. 12, n.2, nov. 2000.

ZATZ, Mayana. **Projeto Genoma Humano e Ética**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 3, 2000.

HISTÓRICO DAS APLICAÇÕES DE FICOCOLÓIDES NO SETOR COMERCIAL: UM ENFOQUE NA INDÚSTRIA COSMÉTICA E DE HIGIENE

AUTORES:

Caio Italon de Oliveira Torres
Narita Renata de Melo Seixas
Larissa Belizia Baracho de Oliveira
Priscila Daniele Fernandes Bezerra

RESUMO: As macroalgas marinhas são organismos conhecidos mundialmente por apresentarem substâncias antioxidantes, vitaminas e alguns minerais benéficos para o uso humano, o que eleva o potencial de exploração de diversas espécies. No Brasil, as algas começaram a ser utilizadas no período da Segunda Guerra Mundial e hoje o país é um dos maiores produtores de biomassa, a qual ganha finalidades importantes no setor econômico, principalmente na indústria de higiene e cosméticos. Os ficocolóides são substâncias que se classificam como ágar, alginato e carragenana, onde constituem-se de agentes gelificantes, espessantes e emulsificantes responsáveis por proporcionar forma e consistência aos produtos industrializados. Esta revisão de literatura objetiva apresentar a importância de se reconhecer a presença das algas no cotidiano, de forma a identificar propriedades de ficocolóides em diversos produtos utilizados no dia-a-dia. Além de que, faz-se importante também identificar o porquê de se preservar e cultivar as espécies de algas marinhas, para que a produção de sua matéria-prima não cause prejuízo nas indústrias e principalmente, não cause danos ao ambiente, já que as mesmas são importantes organismos fotossintetizantes e biorremediadores, que colaboram com a redução de diversos gases provenientes dos combustíveis fósseis.

Palavras - chave: Ficocolóides. Macroalgas. Potencial econômico.

INTRODUÇÃO: As macroalgas marinhas são consensualmente classificadas em três grandes divisões: Chlorophyta (algas verdes), Ochrophyta (algas pardas) e Rhodophyta (algas vermelhas). Estas diferem-se umas das outras devido a combinação de pigmentos fotossintetizantes presentes no talo desses organismos, bem como os aspectos fisiológicos que as conferem maior ou menor quantidade de vitaminas, teor proteico, conteúdo mineral, entre outras substâncias (VASCONCELOS; GONÇALVES, 2013; SILVA, 2010). Esses organismos, de forma geral, são conhecidos por serem fonte de substâncias antioxidantes, vitaminas das mais diversas e alguns minerais, como já citado anteriormente. Devido a isso, muito de seu potencial alimentício é explorado em larga escala no mundo, especialmente na culinária oriental, que já usufrui deste recurso como sendo parte importante de sua dieta. (VASCONCELOS; GONÇALVES, 2013; PEREIRA, 2014). No entanto, a utilização desses seres para consumo humano não restringe-se apenas ao panorama alimentício, uma vez que em todo o mundo, são utilizadas aproximadamente 221 espécies de macroalgas em diferentes setores da economia, das quais são colhidas anualmente cerca de quatro toneladas devido às suas importantes finalidades nas indústrias de higiene, alimentícias, farmacêuticas,

químicas, cosméticas e outras (PEREIRA, 2010). No Brasil, as macroalgas começaram a ser utilizadas pela indústria no período da Segunda Guerra Mundial, mas devido a carência de conhecimento quanto à localização, qualidade, biologia e ecologia das espécies estocadas, bem como os componentes encontrados nas mesmas e as devidas precauções quanto ao uso, fizeram com que as iniciativas para a utilização dessa matéria-prima não obtivessem sucesso (CARVALHO, 1987). Hoje, o Brasil é um dos maiores exportadores dessa biomassa, que é subvertida para os mais diversos usos alternativos devido suas potencialidades já descobertas. Estudos mais recentes, como os de Vasconcelos e Gonçalves (2013), atestam possíveis usos para esses organismos na indústria, uma vez que a extração de certas substâncias, como os ficocolóides, possibilitam diversas aplicações, principalmente na produção de cosméticos, devido sua versatilidade e singularidade. São denominadas ficocolóides as substâncias mucilaginosas formadas de polissacarídeos coloidais extraídos de dois grupos de macroalgas. Nas algas pardas, obtem-se os alginatos, enquanto nas algas vermelhas é possível auferir os ágar e as carragenanas. Cada tipo de ficocolóide, isto é, os ágar, carragenanas e alginatos, diferem-se de acordo com o grupo de polissacarídeos que os constituem, bem como suas respectivas particularidades que, por sua vez, atendem diversos nichos do mercado (MALLMANN e JAHNO, 2015). O primeiro ficocolóide a ser introduzido na indústria foi o ágar, descoberto em 1658, o qual foi comercializado na forma de gel ou de extratos quentes. A carragenana, por sua vez, foi utilizada como agente nas cervejarias na metade do século XIX. O ficocolóide mais recente na indústria é o alginato que foi introduzido no mercado no século XX (FACCINI, 2007). Além disso, o uso dos extratos de algas para se obter ficocolóides e seus subprodutos, que são utilizados pelas grandes indústrias cosméticas e de higiene, também não é algo recente. Não obstante, a medida em que ocorre as descobertas de novas e diferentes propriedades de ficocolóides, ocorre também o avanço da produção de novos e melhores produtos. Reconhecer a importância das macroalgas e como estas estão presentes no dia-a-dia, é um passo inicial para que os indivíduos se sensibilizem às questões ecológicas atreladas a esses seres. Desse modo, a população pode se alertar acerca de questões que as envolve direta ou indiretamente, uma vez que esses organismos são necessários, não somente para o equilíbrio a nível ecológico, mas também para a manutenção dos recursos hídricos e matéria prima para diversos setores da indústria (TEIXEIRA, 2007). Dado o exposto, considerando a presença significativa das macroalgas no cotidiano da população e a pouca difusão desse conhecimento para com a mesma, este trabalho objetiva por meio de um levantamento bibliográfico mostrar a presença dos ficocolóides em diversos produtos que são utilizados diariamente, dando ênfase à utilização na indústria cosmética e de higiene, além de ressaltar aspectos associados a importância da conservação de sua matéria prima, as macroalgas. **METODOLOGIA:** A princípio, o presente trabalho se deteve a pesquisa do tipo exploratória onde fora realizado uma revisão de literatura/bibliográfica a respeito do tema em discussão, para assim, suscitar esclarecimentos mais claros as macroalgas. Visando alcançar o objetivo que este trabalho se propõe atingir, foi realizada uma busca por artigos em bancos de dados como Science, Periódicos, Revistas Científicas, Dissertações de Mestrado e Sites como o Ciência Viva, se detendo a alguns descritores: Algas Marinhas, Utilização de Ficocolóides, Indústria Cosmética e de Higiene e Ficocolóide na Indústria Brasileira. A pesquisa realizou-se no período de abril a maio de 2018, e

para melhor desenvolvimento do trabalho, utilizamos artigos publicados entre os anos 1987 e 2016, dentre os quais priorizamos 16 trabalhos distintos para melhor elaboração deste estudo. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Não é de hoje que a humanidade utiliza as algas para fins comerciais e na produção de cosméticos, encontrando no mercado uma vasta disponibilidade de produtos oriundos desse recurso com destinação ao tratamento da pele (WANG *et al.*, 2015). Em meio ao potencial das algas marinhas, os avanços da biotecnologia também favoreceram o surgimento de novos produtos que potencializaram o surgimento de novas aplicações cosméticas como produtos para o cabelo, cremes antienvelhecimento, produtos para proteção solar e outros. Os estudos que analisam as propriedades dessas algas têm ganhado espaço entre os pesquisadores que observam as diferentes propriedades medicinais e sua influência na indústria farmacêutica e cosmética. Tal fato se justifica, pois, as algas biosintetizam polissacarídeos, conhecidas como ficocolóides, que impregnam a parede celular das algas exercendo funções envolvidas na permeabilidade seletiva das células (LIMA, 2013; MALLMANN e JAHNO, 2015). Para a produção de ficocolóides, são coletadas 1 milhão de toneladas de algas frescas, onde são extraídos 55 mil toneladas da substância em questão que, por vez, gera um capital de 585 milhões de dólares (FACCINI, 2007). Essa matéria prima é empregada nos mais variados tipos de indústrias e sua utilização tende a aumentar à medida que novas propriedades são desenvolvidas, favorecidas pelo caráter adaptativo que a substância coloidal possui. A maioria dos ficocolóides, no entanto, encontram seu uso mais comum na indústria alimentícia, onde estes atuam como aditivos aos alimentos para lhes conferir propriedades características do produto típico, como aspecto gelatinoso, viscosidade, entre outros (SOUZA, 2011). Observa-se, com isso, que o valor nutricional dos ficocolóides não é um fator primordial para sua aplicação nos produtos alimentícios, como ocorre de forma similar na indústria cosmética, por exemplo, onde a textura e as capacidades gelificantes e emulsificantes ganham maior destaque. Contudo, sabe-se através de estudos, como os de Almeida (2007), que esses extratos advindos das macroalgas possuem propriedades ditas umectantes, bastante úteis na fabricação de xampus e cremes para a pele. Somado a isso, ainda promovem maior hidratação e reduzem a elasticidade estática dos fios de cabelos, devido a ação dos polissacarídeos, que também reduzem a oleosidade da pele, uma vez que formam uma camada lipofóbica, impedindo que as gotículas de gordura se espalhem. Wang e colaboradores (2015) reforçam, inclusive, a eficácia das ações antienvelhecimento desses extratos, quando aplicados sobre a pele. Acredita-se que haja um estímulo para produção de colágeno, onde o mesmo atua na regeneração dos tecidos. Trabalhos como o de Pereira (2010) ressaltam que cerca de 101 espécies de algas são utilizadas na indústria de extração dos ficocolóides, sendo 41 alginófitas, 33 agarófitas e 27 carragenófitas. Na Indústria brasileira, as aplicações dos ficocolóides tem ganhado visibilidade com relação a produção de produtos cosméticos, principalmente, como mostra o trabalho de Vasconcelos e Gonçalves (2013), que confere a presença do cultivo de algas marinhas em diversas praias do litoral brasileiro, com objetivo de produção de ficocolóides para extração de seus subprodutos. Os agentes gelificantes, espessantes e emulsificantes dessas substâncias conferem características essenciais para dar forma e consistência a inúmeros produtos cosméticos e higiênicos, de forma a não apresentar toxicidade em suas propriedades, mas isso irá

dependem da espécie utilizada (SOUZA, 2011). De acordo com Tyrrel (2016), esses produtos são encarregados de absorver e acumular um complexo de vitaminas e minerais provenientes das algas, que são essenciais na realização da manutenção da pele, mantendo a mesma rejuvenescida com o uso de agentes como hidratantes, loções, máscaras faciais, cremes anticelulites, shampoos etc. Nesse recorte da indústria, os ágar e as carragenanas são as principais matérias-primas, sendo estas últimas muito utilizadas na produção de cosméticos devido à sua ação de estabilizar partículas, proporcionando a consistência desejada ao produto. Os ágar são constituídos de polissacarídeos que possibilita a formação de dois importantes subprodutos: a agarose e a agarpectina, bastante utilizadas na biologia molecular (preparação de meio de cultura), por possuir a capacidade de formação de gel em baixas concentrações, resistência à degradação por microrganismos e a baixa reatividade com outras moléculas, além de serem utilizados pelas mais diversas indústrias, principalmente em forma de pó. Os gêneros *Gelidium* e *Gracilaria* são uns dos que mais se obtém o ágar advindo do processo de extração (FACCINI, 2007; SOUZA, 2011). As carragenanas estão presentes principalmente, na parede celular de algas vermelhas do gênero *Eucheuma* e *Kappaphycus*, e possuem grande utilidade, na indústria alimentícia, devido apresentar propriedades gelificantes e estabilizantes, estando presente na produção de sorvetes, gelatinas e pudins (FACCINI, 2007). Também podem ser encontradas em grande escala na composição de cremes dentais, loções, xaropes etc, além de serem bastante utilizadas para imobilização de sistemas na área da biotecnologia. Essa substância pode apresentar-se em forma de pó ou gel, sem transferir sabor e odor, e de acordo com o método utilizado para extração, elas podem ser refinadas ou semi-refinadas (SOUZA, 2011). Os alginatos são extraídos de algas dos gêneros *Laminaria* e *Macrocystis*, em sua maioria, sendo comumente utilizados como agentes estabilizantes, emulsificantes e gelificantes. Seu uso na produção de sorvetes é devido à capacidade de impedir a formação de cristais de gelo. Podendo, também, ser utilizados na fabricação de papéis e tintas para tecidos, além de serem aplicados na indústria de cerveja, impedindo a formação de espuma por formar uma película resistente à formação de bolhas (FACCINI, 2007). Para tanto, a presença dessas substâncias em variados produtos utilizados pelo homem só alcançará maior sucesso econômico se houver o constante cultivo e preservação das espécies disponíveis, em vista que as indústrias se beneficiam de sua matéria-prima, além das mesmas possuírem papel ecológico de grande importância. Vidotti e Rollemberg (2004) abordam em seu trabalho o quanto importante é conhecer as principais interações entre as algas e o ambiente, de forma a justificar que, grandes comunidades de algas são controladas, com relação a manter sua composição em condições benéficas, pelos fatores ambientais dos quais são submetidas. Além disso, destaca-se que, para melhor perceber as diversas aplicações das algas como importantes indicadores ecológicos, deve-se levar em consideração a diversificação de seu habitat e dos parâmetros ecológicos do meio em que se encontram. Para Fonseca (2016), um fator importante para se manter uma elevada produção de algas marinhas, é a grande eficiência fotossintetizante que as mesmas apresentam, visto que, isso beneficia o ambiente no sentido de causar diminuição do efeito estufa e equilíbrio nas alterações climáticas que o planeta apresenta, além de que, isso iria favorecer a biorremediação, processo responsável pela redução ou remoção das contaminações ambientais, e a remoção do gás carbono proveniente do uso de

diversos combustíveis fósseis. Tendo em vista esses problemas, faz-se necessário evitar que as mesmas sejam expostas a ambientes que possam causar efeitos adversos, bem como exposição à temperatura, radiação solar, concentração de nutrientes inadequadas, devendo mantê-las em ambientes onde ocorra uma boa movimentação da água e elevada transparência, podendo assim, evitar mudanças que afetem a produtividade da biomassa, o que, conseqüentemente, deixaria a indústria carente dessa matéria-prima para a preparação de seus produtos (PAULA e PEREIRA, 1998). Por fim, importa compreender a importância das macroalgas por seu papel ecológico, mas também pela diversidade de produtos que elas podem fornecer, analisando suas características morfofisiológicas para que seja possível potencializar seus usos. **CONCLUSÃO:** É inegável o potencial econômico atribuído às macroalgas, em virtude das inúmeras possibilidades de aplicações que estas oferecem, não somente na perspectiva alimentícia. Diversos setores da indústria já exploram livremente seus recursos, extraíndo desses organismos compostos e substâncias que são usualmente comercializadas, servindo de matéria-prima e sendo incorporadas aos mais diversos produtos. Neste último aspecto, nota-se que a indústria cosmética e de produtos de higiene são umas das mais beneficiadas, uma vez que os ficocolóides propiciam, através de suas propriedades, conferir aos produtos atributos emulsificantes, estabilizantes e gelificantes, por exemplo. Estes promovem maior estabilidade das partículas, textura e aparência características de produtos, como cremes, xampus, géis, pastas e loções. Além disso, observou-se a multifuncionalidade dessas substâncias, que também podem ser, em sua maioria, alternativas naturais, com baixos índices de toxicidade para serem aplicadas na superfície corpórea. Somado a isso, o alto teor nutritivo desses extratos demonstra sua funcionalidade ao garantir a manutenção do aspecto saudável da pele e cabelos, além de nutri-los profundamente. Esse cenário é de grande valia para o mercado, que vê potencial nos subprodutos das algas e, conseqüentemente, tende a ser cada vez mais fomentado pelo desenvolvimento de novas propriedades. No entanto, faz-se necessário dar ênfase a preservação dos bancos naturais desses organismos, para que assim, sejam propiciados novos estudos a fim de descobrir novos recursos provenientes desses seres que venham a ser de interesse econômico, em especial a indústria de cosméticos. Deve-se atentar, também, aos cuidados acerca do cultivo e processo de extração dos ficocolóides, para que os mesmos possam ser aproveitados ao máximo de suas potencialidades. Com isso, para trabalhos futuros, é preciso que haja abordagens que visem explicitar e expor o uso dos ágaros, alginatos e carragenanas no mercado cosmético, para que, dessa forma, a população reconheça a utilidade das macroalgas, não somente à nível alimentício, mas também reconhecer toda sua gama de usos. Assim, identificando a utilidade dessas substâncias direta e indiretamente ao ser humano, é possível que haja uma maior sensibilização por parte da comunidade a respeito da preservação desses organismos, que estão fortemente presentes no ecossistema aquático.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cristhiano Sibaldo de *et al.* **Obtenção e caracterização de extratos de algas para uso na indústria de cosméticos:** obtenção e caracterização de extratos

de algas para uso na indústria de cosméticos. Infarma - Ciências Farmacêuticas, Brasília, Df, v. 19, n. 5/8, p.154-159, 2007.

CARVALHO, Francisco de Assis Fernandes de. Produção, comercialização e industrialização de algas marinhas na América do Sul. **Arquivos de Ciências do Mar**, Fortaleza, Ce, v. 26, n. 1, p.51-58, dez., 1987.

FACCINI, André Luís. Importância econômica e cultivo de algas marinhas. In: X Simpósio de Biologia Marinha UNISANTA, 10, 2007, Santos. **Anais [...]** Santos, SP: Ceciliana, 2007. p. 1 - 16. Disponível em: [http://sites.unisanta.br/simposiobiomar/2007/downloads/material/apostila do curso economica e cultivo.pdf](http://sites.unisanta.br/simposiobiomar/2007/downloads/material/apostila%20do%20curso%20economica%20e%20cultivo.pdf). Acesso em: 05 abr. 2018.

FONSECA, Juliana Azevedo. **Aplicação de Algas na Indústria Alimentar e Farmacêutica**. 2016. 63 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Farmacêuticas, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2016. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5827/1/PPG_29141.pdf. Acesso em: 08 maio 2018.

LIMA, Ticiane de Brito. Perfil de Textura de Géis Aquosos Elaborados a Partir da Iota-Carragenana da Alga Marinha Vermelha *Solieria filiformis*. In: ANAIS DO III SIMPÓSIO DE BIOQUÍMICA E BIOTECNOLOGIA, 3., 2013, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: ISSN, 2013. v. 2, p. 331 - 335. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/bbr/article/view/15835/12986>. Acesso em: 02 maio 2018.

MALLMANN, Lesile Daniela; JAHNO, Vanusca Dalosto. As diversas aplicações de algas marinhas através dos saberes populares visando a utilização sustentável. **Ambientalmente Sustentável**, Espanha, v. 2, n. 20, p.1841-1856, dez., 2015. PAULA, Edison José de; PEREIRA, Ricardo T. Lima. **Cultivo de Algas: Da "Marinomia" à Maricultura da Alga Exótica, *Kappaphycus alvarezii* para produção de carragenanas no Brasil**. 1998. Disponível em: <http://www.panoramadaaquicultura.com.br/paginas/Revistas/48/ALGAS.asp>. Acesso em: 10 maio 2018.

PEREIRA, Leonel. EXTRACÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DAS CARRAGENANAS: Departamento de Botânica, Laboratório de Microscopia e Ficologia. In: **ARTIGO SÍNTESE SOBRE CARRAGENANAS**. Universidade de Coimbra, 3000 Coimbra, Portugal: Universidade de Coimbra, 2010. p. 1 - 28. Disponível em: <http://www.cienciaviva.pt/rede/oceanos/1desafio/Artigosintesesobrecarragenanas.pdf>. Acesso em: 08 maio 2018.

_____. Algas: Conhecer, Usar e Preservar. In: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA VIDA, 2010, Coimbra. **Algas - Conhecer, Usar e Preservar**. Universidade de Coimbra: Município de Viana do Castelo, 2014. v. 1, p. 1 - 51. Disponível em: [https://ecoescolas.abae.pt/outros/seminario/2014/docs/painel_I/4. Leonel Pereira.pdf](https://ecoescolas.abae.pt/outros/seminario/2014/docs/painel_I/4.%20Leonel%20Pereira.pdf). Acesso em: 05 abr. 2018.

SILVA, Ingrid Balesteros. **Diversidade de Algas Marinhas**. 2010. Disponível em: http://www.biodiversidade.pgibt.ibot.sp.gov.br/Web/pdf/Diversidade_Algas_Marinhas_Ingrid_Balesteros.pdf. Acesso em: 05 maio 2018.

SOUZA, Gabrielle Chaiben Consentino Franco de. Algas marinhas. *In*: **AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E AQUICULTURA**, 1., 2011, Paraná. **Dossiê técnico**. Paraná: Instituto de Tecnologia do Paraná - Tecpar, 2011. v. 1, p. 1 22. Disponível em: <http://www.respostatecnica.org.br/dossie-tecnico/downloadsDT/NDU4Ng>. Acesso em: 07 maio 2018.

TEIXEIRA, Dárlio Inácio Alves. Simpósio - macro e microalgas: Cultivo, extensão e aplicações biotecnológicas de algas marinhas. *In*: XXX REUNIÃO NORDESTINA DE BOTÂNICA, 2., 2007, Universidade Regional do Cariri. **Cultivo, extensão e aplicações biotecnológicas de algas marinhas**. Pernambuco: Cadernos de Cultura e Ciência, 2007. v. 2, p. 1 - 3. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/cadernos/article/viewFile/254/163>. Acesso em: 02 maio 2018.

TYRRELL, David. ALGAS MARINHAS: 2016, São Paulo. **Algas marinha marcam presença no mercado global de beleza**. São Paulo: Mintel, 2016. v. 1, p. 1 - 1. Disponível em: <http://brasil.mintel.com/blog/noticias-mercado-beleza/algas-marinhas-marcam-presenca-no-mercado-global-de-beleza>. Acesso em: 02 maio 2018.

VASCONCELOS, Bárbara Monique de Freitas; GONÇALVES, Alex Augusto. Macroalgas e seus usos: Alternativas para as indústrias brasileiras. **Revista Verde**, Mossoró, v. 8, n. 5, p.125-140, 2013.

VIDOTTI, Eliane Cristina; ROLLEMBERG, Maria do Carmo E. Algas: da economia nos ambientes aquáticos à bioremediação e à química analítica. *In*: **DEPARTAMENTO DE QUÍMICA**, 1., 2004, Maringá, Paraná: Universidade Estadual de Maringá, 2004, v. 27, p. 139 - 145. Disponível em: http://quimicanova.sbq.org.br/imagebank/pdf/Vol27No1_139_23-DV02216.pdf. Acesso em: 22 abr. 2018.

WANG, Hui-Min David *et al.* Exploring the potential of using algae in cosmetics. **Bioresource technology**, v. 184, p. 355-362, 2015.

O JOGO DIDÁTICO COMO INSTRUMENTO PARA O ENSINO DE BIOLOGIA

AUTORES:

Leonardo Barbosa da Silva

Ligia Saraiva Higino de Oliveira

RESUMO: Atualmente as escolas públicas sofrem com a falta de estrutura e recursos para os docentes desenvolverem suas atividades no ambiente escolar, lhes colocando em situações de trabalho insuficientes, ficando inviável o desenvolvimento de métodos de ensino, sendo necessário recorrer metodologias educacionais alternativas. Dessa forma foi desenvolvida uma proposta de ensino alternativa através do uso de conteúdo teórico dialogado e do jogo didático como recurso intensificador do processo de aprendizagem, em uma turma do ensino médio, trabalhando com o assunto de sistema muscular. Ao final das atividades foi verificado a eficácia do método de ensino sendo possível confirmar a eficácia do jogo como estratégia de aprendizagem no desenvolvimento dos conteúdos, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento científico dos alunos.

Palavras-chave: Jogo Didático. Ensino de Biologia.

INTRODUÇÃO: A instituição escolar tem como papel principal preparar os discentes para as diversas situações do cotidiano, lhes auxiliando no desenvolvimento crítico e científico; mas em contrapartida o ensino tradicional vem se tornando alvo de várias discussões relacionadas à falta de estratégias de ensino que estimulem o envolvimento ativo dos alunos, favorecendo o quadro de desinteresse dos mesmos, exigindo que o docente busque metodologias inovadoras; sendo necessário repensar em formas alternativas de ensino dos conteúdos de biologia. Termos científicos são frequentemente usados nesta área das ciências naturais, sendo um dos fatores que dificultam a aprendizagem dos discentes. Dessa forma (OLIVEIRA *et al.*, 2009, p. 22) destacam que “a linguagem científica tem particularidades específicas e merece, em educação de Ciências, uma particular atenção pois interfere na compreensão de conceitos científicos”. Outro fator que dificulta a aprendizagem no âmbito escolar poderia ser explicado pelo fato de os alunos não terem a oportunidade de assistir aulas que despertem sua curiosidade, lhes trazendo o interesse em estudar os mais amplos temas contidos na biologia, presenciando sempre metodologias de ensino baseadas em métodos arcaicos e sem estímulo a aprendizagem. Os PCN's da área de Ciências Naturais tratam em seus documentos, justamente da importância de recursos estimuladores da aprendizagem, e relatam as dificuldades enfrentadas na prática dentro da sala de aula:

A despeito de sua importância, do interesse que possa despertar e da variedade de temas que envolvem, o ensino de Ciências Naturais tem sido frequentemente conduzido de forma desinteressante e pouco compreensível. Quando há aprendizagem significativa, a memorização de conteúdos debatidos e compreendidos pelo estudante é completamente diferente daquela que se reduz à mera repetição automática de textos cobrada em situação de prova, (BRASIL, 1998, p.26).

Nesse sentido, Vasconcelos e Souto, (2003) alertam para problemas causados por um trabalho mais ligado à memorização do que ao aprendizado propriamente dito, sem estímulo ao aprendizado.

A abordagem tradicional orienta a seleção e a distribuição dos conteúdos, gerando atividades fundamentadas na memorização, com raras possibilidades de contextualização. Ao formular atividades que não contemplam a realidade imediata dos alunos, perpetua-se o distanciamento entre os objetivos do recurso em questão e o produto final. Formam-se então indivíduos treinados para repetir conceitos, aplicar fórmulas e armazenar termos, sem, no entanto, reconhecer possibilidades de associá-los ao seu cotidiano. O conhecimento não é construído, e ao aluno relega-se uma posição secundária no processo de ensino-aprendizagem, (VASCONCELOS & SOUTO, 2003, p.94).

O maior desafio do professor é tornar as suas aulas significativas e instigantes, sendo capaz de levar o aluno a construir seu conhecimento científico. Segundo (SOARES, 2008), o potencial do jogo didático como estratégia alternativa para o desenvolvimento do ceno científico nos discentes tem se tornado uma excelente estratégia de em sala de aula. Dessa forma (LOPES, 2001) afirma que o processo de aprendizagem através do jogo didático torna a metodologia de ensino mais eficiente, uma vez que o lúdico tem a capacidade de prender a atenção do aluno ao tema. Neste sentido, os jogos didáticos ganham cada vez mais espaço como uma ferramenta de ensino na área da biologia, preenchendo as lacunas existentes por falta de infraestrutura adequada nas escolas.

Assim, os jogos possibilitam ao docente contextualizar os conteúdos e esta flexibilidade sugere uma maior autonomia do processo de ensino, onde o conteúdo poderá ser adaptado de acordo com as necessidades, e realidade socioeconômica cultural de seus alunos, como pleno funcionamento da ferramenta, e do que esta proposta poderá explorar (GARCIA & NASCIMENTO, 2017, p. 4).

Apoiado neste exposto e justificado pela deficiência nos métodos de ensino dos conteúdos de biologia, este trabalho buscou como requisito avaliativo das práticas como componente curricular, o desenvolvimento de uma metodologia didática que contribuísse com o desenvolvimento do conhecimento de forma significativa, em uma turma do ensino médio; promovendo o conhecimento sobre o sistema muscular e sua relação com a locomoção, através do desenvolvimento de aulas dialogadas e aplicação de um jogo didático, estimulando o interesse dos discentes em aprender sobre um tema por vezes negligenciado devido à variedade de nomenclaturas, desenvolvendo conceitos e promovendo trabalho em equipe. **METODOLOGIA:** A aplicação da proposta foi realizada na Escola Estadual Antônio de Oliveira Fagundes, situada na Avenida Vereador Manoel Barreto de Lima, na cidade de Passagem/RN, junto a turma da 3ª série do ensino médio, turno vespertino, contando com a participação regular de quatorze alunos, com aulas ministradas entre os meses de abril e maio de 2017, com um total de três encontros. No primeiro momento foi conversado com o professor sobre os métodos de ensino utilizados no decorrer das aulas, para a partir deste ponto elaborar o andamento da intervenção. Durante os encontros foi desenvolvido o conteúdo teórico e dialogado sobre sistema muscular, enfatizando seus principais pontos no decorrer das aulas. Como proposta norteadora para auxiliar o processo de aprendizagem foi desenvolvido um jogo

envolvendo o conteúdo assistido em sala, denominado “Trajeto Muscular”, o qual consistiu de uma pista com dois percursos confeccionados com material EVA colorido uma em cor azul e outra verde com nove casas cada, sendo necessário confeccionar um dado com papelão, o qual foi utilizado para sorteio das rodadas e um baralho contendo vinte perguntas referentes ao assunto. A dinâmica do jogo seguiu com a divisão da turma em dois grupos de acordo com a cor da pista do percurso, formando as equipes azul e verde; sendo um representante de cada grupo escolhido, para percorrer o trajeto. A cada rodada o dado era jogado, e a cor que saísse seria correspondente ao grupo que responderia à pergunta. A cada pergunta feita, o representante do grupo teve trinta segundos para responder, se ele não soubesse a resposta, o restante do grupo teria mais um minuto; caso ninguém respondesse passaria a vez para o grupo rival, caracterizando como vencedora a equipe que completasse o percurso primeiro. Por fim houve a socialização dos resultados e um breve debate sobre o método do jogo como facilitador do processo de aprendizagem. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** No decorrer dos encontros dialogados os discentes mostraram-se interessados no assunto, já durante a aplicação do jogo observamos uma empolgação ainda maior de todos em participar da atividade, sendo o vencedor do jogo o grupo verde que obteve nove pontos e a equipe azul com um total de oito pontos, sendo esta última a única que errou uma pergunta. A dinâmica proporcionou que os alunos pudessem demonstrar o conhecimento conceitual adquirido durante os diálogos promovidos durante as aulas teóricas, onde ao invés de apenas colocar no papel para si e o docente avaliador, o saber foi compartilhado com toda a turma, sempre gerando a discussão das respostas entre ambas as equipes, caracterizando um compartilhamento mútuo de conhecimento, trazendo ainda a possibilidade de um recurso avaliativo alternativo além do método tradicional. Durante a socialização final os alunos fizeram ótimos comentários referente ao uso do jogo durante as aulas, e ainda sobre os diálogos promovidos durante os encontros teóricos; podendo caracterizar a proposta de ensino desenvolvida como um recurso norteador significativo e eficaz no desenvolvimento do processo de aprendizagem, apoiado no potencial do uso do jogo como método intensificador de processo de ensino, conforme relatam (SILVEIRA e BARONE, 1998) em sua caracterização do recurso do jogo como:

Um método eficaz que possibilita uma prática significativa daquilo que está sendo aprendido. Até mesmo o mais simplório dos jogos pode ser empregado para proporcionar informações factuais e praticar habilidades, conferindo destreza e competência (1998, p.02).

Dessa forma o caráter educacional na atualidade exige que o docente tenha a capacidade de desenvolver o senso de linguagem científica em sala de aula, através de recursos lúdicos alternativos, tendo os jogos didáticos como uma forma de possibilitar aos educandos um enriquecimento e desenvolvimento de personalidade, lhes permitido a construção de novas formas de pensamento, situando docente como guia e avaliador do conhecimento (CUNHA, 2012). **CONCLUSÃO:** Podemos concluir que os objetivos da realização desta intervenção foram alcançados, sendo possível trabalhar na prática com materiais alternativos, trazendo uma aula diferenciada e inovadora para a turma em questão, promovendo a exposição e discussão do conhecimento através da ludicidade, contribuindo para uma aprendizagem mais eficiente dos discentes, quando comparado apenas ao método tradicional de ensino. Portanto, o uso desses tipos de atividades se torna um

instrumento viável aos docentes que não possuem recursos e estruturas adequadas na instituição, para o desenvolvimento de suas propostas de ensino, destacando que quando o professor busca recursos alternativos o conhecimento é tido como produto final do plano de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Ciências Naturais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 138 p.

CUNHA, Marcia Borin. **Jogos no ensino de química**: considerações teóricas para sua utilização em sala de aula. 2012. Química nova na escola. v. 34, n. 2, p. 92-98, maio, 2012.

GARCIA, L. F. C.; NASCIMENTO, P. M. P. O jogo didático no ensino de ciências: uma análise do jogo “descobrimos o corpo humano”. **Anais XI Encontro de Pesquisa em Educação em Ciências**, p. 1-11, 2017. Disponível em: <http://www.abrapecnet.org.br/enpec/xi-enpec/anais/resumos/R1187-1.pdf>.
LOPES, M. G. **Jogos na Educação: criar, fazer e jogar**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Tereza *et al.* Compreendendo a aprendizagem científica na formação de professores. **Educar em Revista**, v.25, n. 34, p. 19-33, 2009.

SILVEIRA, S. R.; BARONE, Dante Augusto Couto. **Jogos Educativos computadorizados utilizando a abordagem de algoritmos genéticos**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Informática. Curso de Pós-Graduação em Ciências da Computação, 1998.

SOARES, M. H. F. B. Jogos e Atividades Lúdicas no Ensino de Química: Teoria, Métodos e Aplicações *In: Anais do XIV Encontro Nacional de Ensino de Química (XIV ENEQ)*, Curitiba - Paraná, 2008.

VASCONCELOS, S. D. & SOUTO, E. O livro didático de ciências no ensino fundamental – proposta de critérios para análise do conteúdo zoológico. **Ciência & Educação**, v. 9, p. 93-104. 2003.

O USO DE RECURSOS LÚDICOS COMO MÉTODO DE APRENDIZAGEM NO ENSINO DE ZOOLOGIA

AUTORES:

Leonardo Barbosa da Silva
Paulo Ricardo Souza Costa
Tálita Juliani Vicente da Silva

RESUMO: Alicerçado na problemática permeada nas práticas ao ensino de zoologia atualmente defasado na rede pública; o presente trabalho dedicou-se na execução de uma proposta de ensino alternativa, objetivando redefinir e aprimorar metodológicas que aperfeiçoem o ensino da disciplina em questão. O trabalho foi realizado em uma turma do ensino médio utilizando recursos expositivos, interativo e lúdico como um jogo de tabuleiro humano com perguntas e respostas, e modelização de algumas espécies de vertebrados. Ao término das atividades, concluiu-se que a proposta foi capaz de contribuir de maneira satisfatória no desenvolvimento e assimilação do conteúdo abordado, contemplando e estimulando os discentes a produzirem resultados positivos no processo de aprendizagem.

Palavras - chave: Ensino de Zoologia. Proposta de Intervenção. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO: Lecionar os conteúdos de zoologia apresenta-se como um desafio aos professores da rede pública de ensino, uma vez que a aprendizagem dos conteúdos requer uma ampla complexidade de aspectos metodológicos, caracterizando uma tarefa árdua para os docentes, fazendo com que estes excluam tais assuntos de seu cronograma didático, partindo para outras temáticas, as quais consideram convenientes e relevantes ao estudo em sala de aula, deixando a turma privada de um conhecimento aparentemente irrelevante, impossibilitando o desenvolvimento do educando no que se refere à compreensão dos processos evolutivos dos seres vivos e o posicionamento dessas espécies no meio em que vivem. Os autores (ARAÚJO *et al.*, 2011) e (SEIFFERT-SANTOS & FACHÍN-TERÁN, 2011), destacam várias problemáticas que tendem a dificultar o ensino de zoologia, dentro do contexto das ciências naturais, como: I. A falta de recursos instrutivos alternativos; II. Exposição oral como único recurso por parte do professor para ministrar os conteúdos de Zoologia; III. Tempo reduzido do professor para planejar e executar suas atividades acadêmicas em sala; IV. O uso exclusivo do livro didático no decorrer das aulas. Dessa forma, (SANTOS & TÉRAN, 2009) ressaltam que o ensino de zoologia enfrenta grandes dificuldades com relação à escolha dos procedimentos metodológicos mais adequados para facilitar o ensino e promover um entendimento por parte dos alunos; não pelo descaso do docente, mas devido à falta de recursos que a educação enfrenta na atualidade, enfatizando que se os conteúdos em si já demonstram certas dificuldades em relação à aplicação no ambiente escolar, o professor deve buscar meios alternativos que venham a facilitar o processo de ensino. Para (SEPULVEDA, 2001) e (CARNEIRO, 2004) existem outras problemáticas que dificultam o ensino de zoologia, como a falta de coesão em conceitos desenvolvidos durante as aulas, e conceitos errôneos nos livros didáticos. Já (TIDON e LEWONTIN, 2004) destacam as falhas, e a má qualidade do ensino no decorrer da formação do docente como um dos fatores que influenciam na qualidade do ensino; contribuindo para um contexto de metodologias retrogradadas dentro do

contexto escolar. No pensamento de (SANTOS e GUIMARÃES, 2010), o docente tem a capacidade de desenvolver métodos de ensino que promovam o processo de aprendizagem, inserindo em suas aulas atividades dinâmicas que estimulem o aluno a interagir com o assunto, através de recursos tecnológicos e lúdicos, desenvolvendo propostas de intervenção previamente planejadas. Justificado pela deficiência no ensino dos conteúdos de zoologia na rede pública, este trabalho buscou desenvolver junto à disciplina de Zoologia dos Vertebrados I, do curso de Ciências Biológicas, uma proposta de intervenção em uma turma do ensino médio, objetivando redefinir e aprimorar uma metodologia ou sequência didática, atribuída ao conhecimento da disciplina de zoologia, referenciando-se ao estudo das duas classes de peixes Chondrichthyes (peixes cartilaginosos) e Osteichthyes (peixes ósseos); com o propósito específico de reformular os conceitos de peixe; desenvolvendo o estudo através de recursos alternativos, evidenciando os aspectos morfológicos, de modo a possibilitar aos discentes diferenciar os representantes destes grupos; bem como suas características morfológicas, habitat, nicho ecológico e seus mecanismos de sobrevivência, proporcionando aos envolvidos uma visão diferente sobre os conteúdos de zoologia. **METODOLOGIA:** A proposta foi realizada na Escola Estadual José Fernandes Machado, situada no bairro de Ponta Negra, Natal/RN. Sendo desenvolvida com a turma do 3º ano do ensino médio, com encontros durante o mês de agosto de 2017, contando com a frequência regular de doze alunos. Esta turma foi indicada pela docente responsável, visto que os mesmos haviam assistido parcialmente o conteúdo de vertebrados no ano letivo anterior. Antes da aplicação foi realizado um diagnóstico com a professora sobre o nível de conhecimento da turma, referente aos assuntos de zoologia, e como estes, se mostravam motivados durante as aulas de biologia, seguido de discussão e apresentação da temática a ser trabalhada. Ao início das atividades foi aplicado um breve nivelamento de conhecimento referente aos vertebrados. Em seguida deu-se o desenvolvimento da proposta de ensino, onde foi solicitado aos discentes que conceituassem o que era um peixe, (objeto de estudo do trabalho), mas ninguém quis se pronunciar, sendo assim, explicamos a todos o conceito científico e popular do que realmente se tratava. Na sequência foram abordadas as características gerais dos peixes, partindo para a classificação nas duas grandes classes Osteíctes e Condrictes, mostrando suas características diagnósticas, curiosidades e peculiaridades, para que os alunos pudessem vir a conseguir identificar as diferenças entre os dois grupos, através de aulas expositivas e dialogadas por meio de slides explicativos através de imagens gifs, desenvolvidos com o fundamento de chamar a atenção da turma. No encontro seguinte foram realizadas duas dinâmicas com o objetivo de fixar o conteúdo estudado e coletar os dados referentes à aprendizagem. Primeiro foi aplicado um jogo baseado em um tabuleiro, composto de três pistas distintas com cinco casas cada uma, e um conjunto de cartas com perguntas chave referentes ao assunto trabalhado em sala; onde os alunos competiam em três grupos de quatro componentes; sendo um aluno para andar no tabuleiro e os outros para sacar as cartas e responder as perguntas. O tabuleiro foi confeccionado com folhas de papel A4, e giz de cera, cujo objetivo era o jogador completar o trajeto até a casa de número cinco e ganhar a partida. Foram confeccionadas vinte cartas, referentes ao tema trabalhado durante a aula. Para decidir qual grupo iniciaria o jogo foi realizado o sorteio através de um dado, iniciando por aqueles grupos que obtiverem maior pontuação. A segunda dinâmica

consistiu em dois modelos separados por características morfológicas dos peixes das classes osteíctes e condrictes, cujo objetivo era montá-los de forma correta. As peças de ambos os modelos foram embaralhadas, em seguida foi solicitado aos alunos que tentassem montar de acordo com o que foi estudado. Após todas as etapas foi realizado um feedback geral com a turma, e solicitado aos mesmos, que registrassem individualmente seu nível de satisfação, referente à qualidade metodológica do ensino, e se está lhes proporcionou alguma facilidade de aprendizagem quando comparado ao uso apenas do livro didático. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Durante a aplicação das atividades verificamos a empolgação de toda a turma, sendo observada a participação e a facilidade com que responderam às perguntas durante o jogo; obtendo também resultados excelentes em relação à montagem dos modelos, no qual todos conseguiram monta-los adequadamente. Ao analisarmos o resultado do feedback solicitado individualmente no final da aula, verificamos que 91,66% da turma, referente a onze alunos, conseguiram compreender a proposta da metodologia aplicada e avaliou como positiva o conjunto de aula e atividades lúdicas, conforme registradas: *Aluno 1. “As aulas foram muito interessantes. Adorei estudar os peixes”.* *Aluno 2. “Gostei muito do assunto, e achei as aulas bem divertidas, já que não foi utilizado nenhum livro, e teve as dinâmicas, que tornaram tudo mais interessante”.* *Aluno 3. “Aula muito legal, aprendi muitas coisas que não sabia sobre os peixes, inclusive que em algumas espécies os peixes podem mudar de sexo. Os estagiários conseguiram explicar tudo muito bem, adorei montar os modelos”.* Com base nestes resultados, podemos dizer que a proposta de ensino aqui apresentada se caracteriza como eficaz, visto que no decorrer das atividades, os discentes foram capazes de compreender a temática de forma satisfatória, possibilitando o alcance dos resultados como esperado. Sendo dessa forma, possível destacar a capacidade do docente em buscar meios de ensino que facilitem o processo de aprendizagem de seus alunos, tornando-se capaz de ir além do livro didático. É preciso que o docente esteja atento as metodologias de ensino alternativas e diversificadas, colocando o aluno como gestor do próprio conhecimento (BASTOS, 2013). Dessa forma, quando o professor se mostra motivado e busca aplicar aulas diferenciadas incentivando a turma com estratégias criativas, a mesmo por sua vez, sente-se entusiasmada a participar dos encontros em classe. **CONCLUSÃO:** Este trabalho constatou que o ensino dos conteúdos de zoologia dentro das ciências naturais enfrenta uma série de dificuldade, mas que por sua vez o docente quando responsável por gerir os mecanismos que possibilitem a obtenção de conhecimento em determinada turma deve estar atento às necessidades de seus alunos, acompanhando seus êxitos e dificuldades quanto ao processo de aprendizagem, tendo em vista o seu papel como educador. Todavia, se faz necessário ao professor não negligenciar o estudo de determinados assuntos seja por não ter recursos didáticos ou tempo de aula disponível, buscando meios viáveis e não deixar seus alunos passarem a séries subsequentes desnivelados e privados do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, O. L. *et al.* Uma abordagem diferenciada da aprendizagem de Sistemática filogenética e taxonomia zoológica no Ensino Médio. In: **ANAIS DO X CONGRESSO**

NACIONAL DE EDUCAÇÃO: I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade E Educação. Curitiba, 2011. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4302_3411.pdf. Acesso em: 27 maio 2018.

BASTOS, P. S. Metodologias e estratégias para o ensino de Zoologia. *In: Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora, como exigência parcial para a obtenção de título de licenciado do curso de licenciatura em Ciências Naturais, da faculdade UNB Planaltina, sob a orientação da Prof.^a Dra. Elizabeth Maria Mamede da Costa.* p. 14, 2013. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8185/1/2013_PedroSouzaBastosJunior.pdf. Acesso em: 14 out. 2018.

CARNEIRO, A. P. N. **A Evolução Biológica aos olhos de professores não licenciados.** Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Tecnológica) – Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, UFSC, Florianópolis, 2004.

SANTOS, S. C. S.; TERÁN, A. F. (2009). Possibilidades do uso de analogias e metáforas no processo de ensino-aprendizagem do ensino de Zoologia no 7º ano do ensino fundamental. *In: VIII Congresso Norte Nordeste de Ensino de Ciências e Matemática, RR, Boa Vista, 2009. Anais [...].* Boa Vista: UFRR, 2009.

SANTOS, A. B. e GUIMARÃES, C. R. P. A utilização de jogos como recurso didático no ensino de zoologia. **Rev. Elétrons. Investig. Educ. Cienc.** v.5, n. 2., 2010.

SEPULVEDA, C. **A relação religião e ciência na trajetória de formação profissional de alunos protestantes da licenciatura em ciências biológicas.** Projeto de Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA-UEFS, Salvador, 2001.

SEIFFERT-SANTOS, S.C.S. &FACHÍN-TÉLAN, A. (2011b). Conhecimentos teóricos para a docência no ensino de zoologia em licenciaturas em Manaus/AM. *In: ANAIS 20º ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL NORTE NORDESTE*, UFAM, Manaus-AM. 23 a 36 Ago. 2011. Manaus: Faculdade de Educação [CD-ROM].

TIDON, R.; LEWONTIN, R.C. **Teaching evolutionary biology.** Genetics and Molecular Biology, 27, p. 1-8, 2004.

DIREITO

FUNCIONALISMO PENAL: DO RACIONALISMO DE ROXIN AO EXTRESMISMO DE JAKOBS

AUTOR:

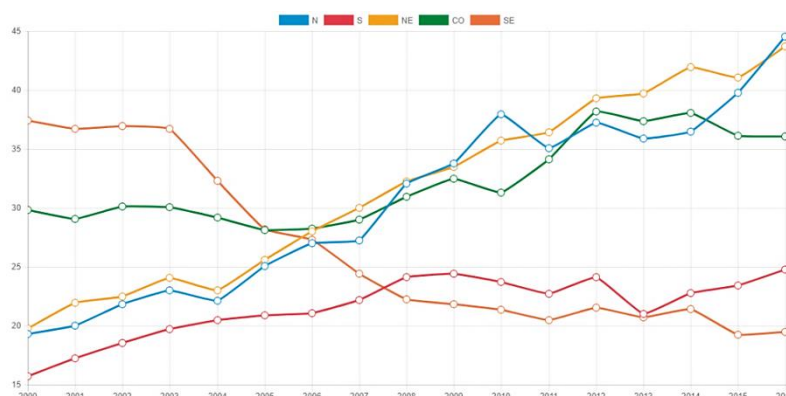
Pedro Augusto Filgueira Albuquerque

RESUMO: Dados estatísticos dão conta da escalada da violência no Brasil nos últimos 18 anos (IPEA, 2018; ONU, 2018) com especial ênfase nos homicídios que já ultrapassam a média global. Parte disso ocorre pela expansão do crime organizado, bem como pela falência de estruturas do Estado em prevenir e reprimir ações criminosas. Esse cenário faz ressurgir no campo doutrinário da ciência jurídica penal um debate iniciado na década de 1980 sobre o “Funcionalismo Penal” e suas ramificações com Claus Roxin e Günther Jakobs. Este trabalho busca, por meio de revisão da literatura e, pesquisa documental, demonstrar as bases teóricas deste debate, o conceito de “Velocidades do Direito Penal” e, em especial, os aspectos do “Direito Penal do Inimigo” que diante das atuais circunstâncias de escalada do medo, ganham notada atenção de todos, que buscam, dentre outras coisas responder: qual a função do Direito Penal frente a esta criminalidade moderna?

Palavras-chave: Criminalidade. Funcionalismo Penal. Direito Penal do Inimigo.

INTRODUÇÃO: É fato notório corroborado pelos dados estatísticos que o Brasil perpassa umas de suas fases mais violentas da história, exemplo manifesto disso são as taxas de homicídio ao longo dos anos apuradas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em 2018.

**TAXA DE HOMICÍDIO POR REGIÃO 2000 – 2016
(POR 100.000 HAB)**



Fonte: IPEA, 2018.

Apenas a região sudeste conseguiu diminuir suas taxas ao longo dos últimos 18 anos, todavia, o crescimento em todas as outras regiões dão conta que existe na verdade uma migração do crime, conforme aponta Jacobo (2011, p.1):

“criaram espécies de filiais pelo Nordeste, o crime é dinâmico. Grandes organizações criaram estruturas espalhadas pelo país. São as mesmas que

existiam no RJ e SP. No nordeste geram condições ideais – onde falta o controle básico do aparelho público. Mas isso é um fenômeno que vai além do NE. Hoje não existem zonas tranquilas. Houve a massificação da violência”.

Trata-se do crime organizado que impõe nova ordem aos entes federados, constituindo verdadeiro estado paralelo: Domínio de regiões, bairros, facções; que a própria mídia dá conta de acompanhar diariamente. Tome-se ainda, por referência, que o Brasil tem a terceira maior população carcerária mundial, evoluindo ano após anos o número de apenados:

“O total de pessoas encarceradas no Brasil chegou a 726.712 em junho de 2016. Em dezembro de 2014, era de 622.202. Houve um crescimento de mais de 104 mil pessoas. Cerca de 40% são presos provisórios, ou seja, ainda não possuem condenação judicial” (VERDÉLIO, 2017, p.1).

Um último dado que permite fechar o quadro nacional são os inquéritos policiais concluídos, conforme a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) em ultimo levantamento oficial (2011), apresentou como média apenas 10% de inquéritos finalizados, o que não se desdobra necessariamente em punição. Efetivamente uma média de 8% de homicídios e 4% dos furtos são punidos. Pelo exposto o Estado é chamado a responder sobre sua real capacidade de responder as demandas urgentes sociais, e não só isso, pois o próprio sistema jurídico penal ocupa o cerne deste imbróglio: responsável por comunicar a sociedade a efetiva vigência de suas regras e institutos, bem como a efetiva reprovação dos comportamentos contraditórios à lei (ESTEFAM, 2017), os dados demonstram uma total inversão: Homicídios não investigados, superpopulação carcerária sem devido processo legal e crescente violência (crime organizado). Tudo faz ressurgir, em especial no campo das Ciências Jurídicas, o clássico debate acerca do funcionalismo penal, pois, considerado como a ferramenta por excelência do Estado para harmonizar e frear comportamentos contrários à sociedade, como se posiciona o Direito Penal nesta atual realidade? A resposta desta pergunta remonta aos estudos de Claus Roxin e Günther Jakobs, tendo neste especial destaque dada sua teoria sobre o Direito Penal do Inimigo, e sua força social em momentos de medo generalizado. Este artigo busca demonstrar que a crise na segurança pública hodierna retoma o debate acerca do Funcionalismo Penal Racional Teleológico e do Direito Penal Máximo no contexto das velocidades do Direito Penal. **REVISÃO DA LITERATURA:** Conforme Masson (2018), Direito Penal de forma resumida pode ser definido como ramo do direito público em que consistem princípios e regras destinadas a combater o crime mediante a imposição de sanção penal. Disto abstrai-se que a pena é a ferramenta pela qual a força cogente do preceito primário faz-se valer perante a sociedade, garantido não só sua eficácia e vigência, mas também a força materializada do *Jus Puniendi*. Diz-se que a pena tem finalidade de reprovar a ação, bem como prevenir tanto a reincidência, como que outros indivíduos também cometam o mesmo crime, é o que se abstrai da parte final do Art. 59 (Código Penal):

“O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para **reprovação e prevenção** do crime” (Grifo Nosso). (BRASIL, 1940).

Todavia, há também uma função comunicativa na aplicação da pena (ESTEFAM, 2017) ou o que Masson (2018, p. 590-591) denomina “Prevenção Geral Positiva, que consiste em demonstrar e reafirmar a existência, a validade e a eficiência do direito penal [...] repousa na conservação e no reforço da confiança na firmeza e poder de execução do ordenamento jurídico”. Este é, portanto, um dos pontos fundamentais em termos de valor institucional da regra, isso porque comunica aos cidadãos de determinada comunidade que aquelas regras as quais todos se comprometeram seguir estão valendo e, como decorrência, surge o Princípio da Confiança, que em outras palavras nada mais é que a legítima expectativa que cada cidadão deposita no outro sobre o regular respeito às regras vigentes (CAPEZ, 2018; CHARLLES, 2018). Veja-se que no âmbito penal, em que se debatem bens jurídicos relevantes como vida e liberdade, a frustração dessa confiança gera não só uma fratura social, como também exige uma plena, rápida e eficiente resposta estatal que não só reprove e previna, mas também comunique para todos que a regra está vigente. Os dados apresentados quanto à evolução dos homicídios, criminalidade em geral, evolução do encarceramento sem devido processo e, o mais importante, taxa de inquéritos inconclusos apresentados anteriormente dão conta de um grave problema estatal, que afeta principalmente a função da prevenção geral positiva, explica em parte a desconfiança nas instituições e em última instância na própria força do Direito Penal. Nessa esteira, afirma Masson (2018), que o instrumento principal requisitado para controlar “novos” problemas e riscos sociais, bem como a sensação de insegurança é o Direito Penal numa concepção moderna atrelada a questões de política criminal, todavia faz surgir um profundo dilema na disciplina:

“Como enfrentar todas essas novas complicações? Com intervenção máxima, incriminando o maior número possível de condutas, mesmo sabendo ser seu arsenal insuficiente para tanto? Ou deveria limitar-se somente aos casos extremos, de afronta a bens jurídicos individuais [...] em suma, deveria o Direito Penal manter seu perfil clássico, ou adaptar-se aos novos tempos?” (MASSON, 2018, p. 106).

Funcionalismo Penal e Velocidades do Direito Penal: Segundo Aguiar (2016), escolas penais podem ser entendidas como as diversas correntes filosófico-jurídicas em matéria penal, corpos de doutrinas com conjuntos de princípios valores coerentes entre si, tendo como objeto central a relação Direito e Crime. Masson (2018) demonstra a importância destas no atual contexto de uma criminalidade cada vez mais complexa, moderna e numa sociedade em rede, onde as informações fluem com maior velocidade, para o bem e para o mal, trazendo novos dilemas que devem ser respondidos pela doutrina específica. Aqui se ressalte também a correspondência da discussão com a teoria tridimensional do direito de Miguel Reale, uma vez que a realidade jurídica é sempre analisada sob viés dos fatos concretos da realidade fática, dos valores e correspondentes axiológicos de cada grupo social em determinado momento e, por fim, da própria norma em sua essência de validade, eficácia e capacidade transformadora; todos esses fatores apesar de compreenderem espaços próprios devem ser dialeticamente cruzados. Pelo exposto, de início importa observar o Funcionalismo Penal, definido como “é um movimento doutrinário que surge na Alemanha na década de 1970 e rapidamente se propaga para o resto do mundo, inclusive o Brasil, com base no questionamento: qual a função do Direito Penal no mundo moderno?” (MASSON, 2018, p. 102). O

primeiro desdobramento deste questionamento é que tal ramo deve ser prático e não apenas um campo meramente teórico, partindo-se sempre do pressuposto de sua função aplicável à realidade, assim, divide-se em inúmeras vertentes funcionalistas, ainda assim pode-se compreender como três características fundamentais: **a. Proteção do bem jurídico**; entendido que este é o único fim legítimo, assim rechaça qualquer outra finalidade qual seja amedrontar, discutir questões políticas, religiosas ou morais. **b. Desapego da técnica jurídica excessiva**; o direito penal não deve ficar restrito a um formalismo exagerado, a flexibilidade deve ser utilizada na medida necessária para proteção do bem jurídico. **c. Prevalência do jurista sobre o legislador**; operadores do direito possuem papel fundamental em compreender a aplicação na prática, a lei “é um ponto de partida, mas não engessa a atuação”, sempre sob ótica da proteção do bem jurídico. O principal desdobramento em termos doutrinários é o “Funcionalismo Moderado”, de “Política Criminal” ou “Racional Teleológico” tendo como expoente Claus Roxin. Para ele, o Direito Penal pode ser compreendido como ramo próprio com princípios e valores, mas que não se dissocia dos demais ramos do direito, exatamente como dois círculos concêntricos, em que o Direito Penal está contido em um sistema muito mais amplo, tendo a Constituição como ápice e neste encontrando limites. Por fim, a ideia de política criminal é a aplicação da lei em sintonia com anseios sociais, de tal forma que se torne uma ferramenta capaz de ajudar a coletividade a solucionar problemas, portanto, o direito penal não está acima dos indivíduos, mas a serviço destes, sendo esta, sua finalidade prática - racional teleológico. (MASSON, 2018; BOARO, 2016; MASI, 2012; ROXIN, 2000). Outro ramo doutrinário também funcionalista é o proposto por Günther Jakobs denominado “Funcionalismo Radical” ou “sistêmico”, que também desenvolve a teoria do Direito Penal do Inimigo. Seu funcionalismo expõe que os únicos limites do direito penal são aqueles impostos pelo próprio ramo (radical), possui um próprio conjunto de valores que independe dos demais ramos do direito, tornando-se um sistema próprio: **autônomo**, **autorreferente** (o próprio direito penal se serve de referência, conceitos, definições) e **autopoiético** (se renova e atualiza por conta própria). Em paralelo à teoria de Roxin, que observa círculos concêntricos, aqui seriam independentes. E a principal função do direito penal é a proteção da norma, uma vez que para se efetuar e se impor como força cogente e obrigatória, gozando de plena autoridade, deve ser aplicado de forma rígida e reiterada (MASSON, 2018; SCHMITT, 2017; VILELA, 2014; CABETTE, 2012).

Funcionalismo Penal	
TELEOLÓGICO RACIONAL OU DE POLÍTICA CRIMINAL	RADICAL, SISTÊMICO
Claus Roxin	Günther Jakobs
Finalidade de servir a sociedade e resolver problemas, limitado pelos demais ramos do direito.	Finalidade de impor-se, aplicar-se de forma rígida e reiterada, garantir sua autoridade e força obrigatória (teoria da prevenção geral).

Fonte: Autoria própria, 2018.

Diante dessas diferenças importa, por fim, observar o que preceitua a Teoria sobre as Velocidades do Direito Penal proposta por Jesús Maria S. Sanchez (MAGALHÃES, 2014; ROSA et al., 2013) afirmando que “ao longo da história, o

Direito Penal desenvolveu-se em duas velocidades: A primeira trata do ‘direito penal com prisão’; a segunda do ‘direito penal sem prisão’” (MASSON, 2018, p. 110). O direito penal com prisão diz respeito àqueles poucos crimes que dentro do universo de todos os tipos descritos, inevitavelmente irá perder a liberdade (homicídio, latrocínio, extorsão mediante sequestro, por exemplo). Neste caso, a “velocidade” é lenta e com alto grau de garantismo (processual), uma vez que a liberdade individual está sob risco. No direito penal ‘sem prisão’ estão aquelas infrações que permitem ao final penas alternativas (restritivas de direito e multa) que abarcam a maior parte dos delitos. A velocidade é mais rápida já que a real liberdade não está sob risco e são permitidas flexibilizações (exemplo são os juizados especiais criminais). O Direito Penal do Inimigo surge como uma “terceira velocidade” e conforme descreve Magalhães (2014, p.1):

“ficou marcado pelo resgate da pena de prisão por excelência, além de flexibilizar e suprimir diversas garantias penais e processuais penais. Trata-se de uma mescla entre as velocidades acima [...]se expande o Direito Penal do inimigo ou inimigos do Direito Penal, consistindo num direito de emergência, de exceção”.

Segundo Masson (2018) para compreender a relevância desta teoria, importa de início entender o contexto de seu surgimento, especificamente na Alemanha, década de 1980, durante a reunificação das Alemanhas onde existia um medo e desconfiança da parte ocidental, na nova convivência com os desconhecidos “comunistas”. Em essência, expõe Masson (2018) os motivos ensejadores da teoria eram: o medo do desconhecido e daquilo que não se podia controlar. Saliente-se que esse pensamento se refletia em toda a sociedade alemã ocidental e, por isso, tais teorias encontravam respaldo. Ocorre que o resto do mundo vivia uma onda democrática e eram incompatíveis com um Direito Penal Autoritário. Essas ideias retornam ao debate com vigor em 2001, mais especificamente 11 de setembro, tendo como marco o atentado terrorista nos EUA às Torres Gêmeas. O sentimento de medo generalizado, contra aquilo que não se podia controlar se refez presente. A pergunta ressurgiu: Como controlar esse novo tipo de criminalidade? O atual Código Penal é suficiente? Como resposta Jakobs publica em 2003 o livro “Direito Penal do Inimigo” (ALVES, 2010; MASSON, 2018). Direito Penal do Inimigo e Terceira Velocidade do Direito Penal se confundem e ganham força na contemporaneidade, isso porque novas formas de criminalidade, não só fogem ao controle estatal, como impõe cada vez mais regras de conduta aos privados (milícias, crime organizado dentro de cadeias, domínio de territórios por facções), as taxas de homicídio, roubo, encarceramento e inquéritos inconclusos dão conta do gargalo enfrentado, voltando-se naturalmente as atenções ao Sistema de Direito Penal que por excelência deve reprimir tais condutas. Têm-se configurado um verdadeiro dilema social, no qual observado através da teoria tridimensional do direito torna evidente seus pontos fulcrais: Uma constituição e um sistema baseado em princípios democráticos e garantista para todos os cidadãos sem exceção, um complexo de garantias e sistemas pré-processuais e processuais baseados no princípio da inocência e da ampla defesa, todos em sinergia com a teoria funcionalista de Claus Roxin, em que se exige um Direito Penal mínimo. Por outro lado, dá-se na realidade uma total incapacidade do Estado fornecer tais garantias na prática (sistema prisional e devido processo legal), as forças policiais, por excelência aplicadores primeiros do Direito

Penal estão aquém daquilo que se prevê juridicamente para suas ações, como resultado uma sociedade com medo e cobrando mudanças rápidas. Cenário este, perfeito para o ressurgimento no espaço público do debate acerca das Velocidades do Direito Penal. **METODOLOGIA:** O método cartográfico serviu de base para elaboração da pesquisa, uma vez que ilumina categorias como: Escala, projeção e simbolização que podem ser utilizados no estudo do direito aplicado (Prado Filho e Teti, 2013), permite ao pesquisador conciliar a pesquisa jurídica com outros ramos científicos bem atendendo aos pressupostos da teoria tridimensional do direito criado por Miguel Reale. Ao tratar da escala, buscou-se analisar as teorias em seus limites, alcances e até onde se propõe chegar a partir de seus direcionamentos normativos, cabe aqui a ressalva que o fato tratado neste trabalho tem raiz fortemente internacional, um problema que se generaliza no mundo, mas que possui especificidades em cada país, logo ultrapassa fronteiras, cabendo aqui uma observação específica ao contexto local. A projeção busca observar como a norma se lança no mundo real, quais as relações que cria com outras normas e institutos como cria, modifica ou inova, logo há uma relação entre aquilo que se buscou e aquilo que se projeta, bem observada ao comparar as diferentes doutrinas acerca do próprio conceito de Direito Penal, sua função retributiva, preventiva e comunicativa, bem como cada uma dessas representa um caminho dogmático diferente. Por último, a simbolização observa como a sociedade e o legislador captura aquilo que foi proposto pela lei, passa por um processo interpretativo que tomam como base paradigmas sociais. Assim, o método proporciona um estudo jurídico de viés multidisciplinar, próprio do sentido tridimensional do direito explicitado. Ressalta-se que para fins de procedimento metodológicos foram utilizadas pesquisas documentais: em especial a Constituição Federal de 1988 e o Código Penal Brasileiro, bem como pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos que conceituem a base da doutrina que inova em princípios, bem como na interpretação das normas jurídicas. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Dada a terceira velocidade do direito penal, resta compreender o que é “inimigo” e como é tratado do ponto de vista jurídico. Todos, no seio de uma sociedade, nascem cidadãos, contudo há aqueles que: Cometem crime grave, reincidem em crime grave, transforma-se em criminoso habitual (faz da prática de crimes seu meio de vida), por fim, este mesmo sujeito passa a integrar uma organização criminosa (em sentido latu) ou mesmo, torna-se um terrorista (o inimigo por excelência). Estas são condições que dividem cidadãos e “inimigos”. Como consequência, divide-se também o Direito Penal em dois, aquele aplicado aos cidadãos: “Direito Penal do Cidadão” (garantista). E, aquele aplicado ao inimigo: “Direito Penal do Inimigo”, conforme Masson (2018), Schiappacassa (2010) e Miguel (2009): **autoritário** (suprime direitos e garantias como ampla defesa, duplo grau de jurisdição, incomunicabilidade do preso), **direito de guerra** (parte do pressuposto que o inimigo não reconhece a legitimidade do Estado), **prospectivo** (fundamenta-se na periculosidade do agente, risco que o sujeito representa, olha para o que pode vir a ocorrer), **direito penal do autor e etiquetamento** (em contraposição ao direito penal do fato), **pune os atos preparatório** (antecipa a tutela, avançando uma etapa no *intercriminis*), como meio de prova o Poder estatal pode valer-se de “**interrogatório severo**”, com base no princípio da proporcionalidade, por fim, fala-se também na **ampliação nos poderes da polícia** (quebra da reserva de jurisdição). Apesar de adotar no combate ao

terrorismo alguns dos pressupostos do Direito Penal do Inimigo (a condenação por atos preparatórios): (Lei nº 13.260/16).

Art. 5º **Realizar atos preparatórios** de terrorismo com o propósito inequívoco de consumir tal delito:

Pena - a correspondente ao delito consumado, diminuída de um quarto até a metade.

§ 1º Incorre nas mesmas penas o agente que, **com o propósito de praticar atos** de terrorismo:

I - recrutar, organizar, transportar ou municiar indivíduos que viajem para país distinto daquele de sua residência ou nacionalidade; ou

II - fornecer ou receber treinamento em país distinto daquele de sua residência ou nacionalidade. (BRASIL, 2016).

O Brasil, pelas próprias garantias observadas tanto no caput do art. 5º da Constituição Federal, como em alguns de seus artigos deixa evidente sua aderência ao funcionalismo de Claus Roxin (Teleológico Racional).

Art. 5º **Todos são iguais perante a lei**, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

III - ninguém será submetido a **tortura** nem a tratamento desumano ou degradante;

XLVII - não haverá penas: b) de **caráter perpétuo**; e) cruéis;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o **devido processo legal**;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o **contraditório e ampla defesa**, com os meios e recursos a ela inerentes; (BRASIL, 1988).

Princípios penais como “Intervenção Mínima”, “humanidade”, “Adequação Social”, “Ultima Ratio” e em especial o princípio da Insignificância em suas duas espécies desenvolvido pela doutrina e aplicado pacificamente pelos tribunais, combinam-se com a Constituição para demonstrar o posicionamento pátrio sobre o tema. Como causas supraleais que excluem tipicidade, ou mesmo a punibilidade ainda que cometido o delito, o princípio da bagatela dá ao aplicador do direito liberdade para compreender e analisar o caso concreto, conforme ensinamento de Claus Roxin, na esteira do funcionalismo penal, não há crime quando a conduta do agente é insignificante, não ofende nem põe em perigo o bem tutelado pela norma penal, diametralmente oposto da lógica de Jakobs em que a principal finalidade do Direito Penal é a sustentação da eficácia da norma (Teoria da Prevenção Geral). Além de um juízo formal de subsunção do fato à norma, observa-se a “tipicidade material”, instrumento de Política Criminal, por isso as condições são amplas e genéricas – Garante a flexibilidade na aplicação sempre a luz ao caso concreto. A doutrina já evolui para a própria “Insignificância Imprópria” (Claus Roxin), esse segundo princípio considera o fato típico, ilícito, bem como a culpabilidade do agente, iniciando, portanto a ação penal, contudo, pelo decorrer do tempo entre fato e início do processo (não se confunde com prescrição), o agente demonstra bom comportamento e sua punição gerará mais problemas que benefícios, permitindo-se o juiz realizar tal ponderação sobre desnecessidade da pena ao caso concreto, pois conforme caput do art. 59 do Código Penal esta deve ser **necessária e suficiente**.

É considerada uma causa supralegal de extinção da punibilidade, em outras palavras, o Estado não tem interesse em punir. Se considerar os fatores que na década de 1980 deram origem ao Direito Penal do Inimigo, a saber: sensação generalizada de medo na sociedade, bem como noção de não poder controlar a causa, é natural que este discurso no Brasil ganhe certo eco social, as taxas de homicídio demonstram que o receio é verdadeiro, especialmente naqueles estados onde a taxa é o dobro da média brasileira. A própria doutrina já anuncia que teoria e prática nem sempre encontram perfeito acompanhamento, em especial Zaffaroni ao cunhar o conceito de “**direito penal subterrâneo**”, deixa evidente as contradições de nosso tempo. Segundo Coelho (2018, p.1):

“trata-se do exercício irregular do poder punitivo do Estado [...] justamente daquele praticado ao arripio da legalidade, às escuras (ou obscuramente), envolvendo tortura, arbítrio, cárcere privado, sempre com a finalidade de ‘tutelar a interesse público e combater a criminalidade’”.

Schiappacassa (2008, p.1) complementa “o sistema penal subterrâneo institucionaliza a pena de morte, desaparecimentos, torturas, sequestros, exploração do jogo, da prostituição, entre outros delitos”. Estes não entram nas estatísticas oficiais e conforme explana Masson (2018) apresenta um risco, uma vez que encontra certo respaldo e legitimidade na própria sociedade e nas demais forças policiais do Estado. Concluindo, portanto que o Direito Penal do Inimigo é inconstitucional e de impossível aplicabilidade no país, todavia, tem ocorrido informalmente ações exatamente conforme seus preceitos e o atual momento eleitoral trouxe para a grande mídia um debate dos mais complexos da seara do Direito Penal. **CONCLUSÃO:** Em momentos de crise a população de forma legítima tem o direito de exigir do Estado um posicionamento efetivo sobre suas possíveis resoluções. Quando este problema envolve a questão da segurança pública, a situação ganha uma tônica mais forte, dado que os bens jurídicos em jogo são de alta relevância, em especial a vida. Os dados revelam uma situação, de fato extrema: O Brasil está como o 9º país mais violento do mundo, com taxa de homicídio de 31 a cada 100 mil habitantes em 2017 (ONU, 2018). A média mundial é de 6,4. Na África a média é 10, já na Europa 3,3. Para se ter base comparativa, alguns estados federados possuem taxas como: RN – 68; AC – 63; CE – 59; PE – 57; AL – 56 (ANUÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2018). Como observado, o surgimento do Direito Penal do Inimigo se deu na Alemanha em um contexto de medo e incertezas sobre a capacidade do Estado controlar e impor suas regras, o Brasil do séc. XXI pode estar nesta mesma situação, campo fértil para tal discurso, ainda que contrário aos princípios constitucionais. O direito, mais que normas positivadas se desdobram na realidade fática pela capacidade de gerar os efeitos pretendidos. Dito isso, é legítimo que se questione a capacidade real do Direito Penal em responder a criminalidade moderna (MASSON, 2018), as contradições de nosso tempo estão dadas: adota-se de forma correta um funcionalismo penal alinhado com os países de primeiro mundo, que como observado, já apresentam taxas mínimas de criminalidade, mas, por outro lado, o Brasil, apresenta taxas discrepantes e, ao contrário do esperado, têm-se diariamente violações a tais “garantias”, seja por parte das vítimas diretas dos crimes, seja por parte dos agentes que cometem, alastrando-se um Direito Penal Subterrâneo que tem na autotutela sua máxima.

REFERÊNCIAS

AFP. **“Paz, drogas e corrupção estão no centro das eleições na Colômbia”**. NSC NA, 2018. Disponível em: <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/mundo/noticia/2018/05/paz-drogas-e-corrupcao-estao-no-centro-das-eleicoes-na-colombia-10353582.html>. Acesso em: 22 set. 2018.

AGUIAR, Leonardo. **“Escolas Penais”**. JusBrasil, 2016. Disponível em: <https://leonardoaaaguiar.jusbrasil.com.br/artigos/333110363/escolas-penais>. Acesso em: 12 set. 2018.

BOARO, Guilherme. **“O funcionalismo Penal de Claus Roxin”**. Ciências Criminais, julho de 2016. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/o-funcionalismo-penal-de-claus-roxin/>. Acesso em: 23 set. 2018.

CABETTE, Eduardo Luiz. **“Direito penal do inimigo e Gunther Jakobs”**. JusBrasil, 2012. Disponível em: <https://eduardocabette.jusbrasil.com.br/artigos/121937787/direito-penal-do-inimigo-e-gunther-jakobs>. Acesso em: 23 set. 2018.

CALDERÓN, Verónica. **As autodefesas avançam no México**. El País, 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/05/internacional/1388947127_151089.html. Acesso em: 23 set. 2018.

CHARLLES, Silvimar. **“O Princípio da Confiança Legítima”**. JusBrasil, 2018. Disponível em: <https://silvimar.jusbrasil.com.br/artigos/539201487/o-principio-da-confianca-legitima-e-uma-ampliacao-do-principio-da-seguranca-juridica-ou-e-um-novo-principio>. Acesso em: 12 set. 2018.

COELHO, Pedro. **Direito Penal Subterrâneo**. EBEJI, 2018. Disponível em: <https://blog.ebeji.com.br/direito-penal-subterraneo/>. Acesso em: 22 set. 2018.

GARCÍA, Jacobo. **José Manuel Mireles Fundador da Autodefesa de Michoacán**. El País, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/25/internacional/1495735964_063012.html. Acesso em: 22 set. 2018.

GOMEZ, Rafael. **Lavagem de dinheiro viabiliza tráfico e corrupção**. BBC Brasil, 2002. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/020827_crime2eleirg.shtml. Acesso em: 22 set. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Taxa de Homicídios**. Atlas da Violência, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 30 ago. 2018.

MADEIRO, Carlos. **Crime organizado migrou do Sudeste para o Nordeste há nove anos, dizem especialistas**. Uol Notícias, outubro de 2011. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/10/10/primeiros-indicios-de-atuacao-do-crime-organizado-no-nordeste-ocorreram-em-2002.htm> . Acesso em: 30 ago. 2018.

MASI, Carlos Velho. **As Modernas Teorias do Delito e suas receptividades no Direito Penal Brasileiro**. Conteúdo Jurídico, Brasília, DF, novembro 2012. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,as-modernas-teorias-do-delito-e-suas-receptividades-no-direito-penal-brasileiro-desafios-da-dogmatica-acerca-d,40567.html>. Acesso em: 23 set. 2018.

MIGUEL, Érika Andrade. **“Direito penal do inimigo”**. Direito Net, 2009. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5304/Direito-penal-do-inimigo>. Acesso em: 23 set. 2018.

ONU. **Relatório da Organização Mundial da Saúde**. Organização Mundial da Saúde, 2018. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/272596/9789241565585-eng.pdf?ua=1&ua=1>. Acesso em: 12 set. 2018.

ORTÍZ, Román. **A cocaína retorna à Colômbia**. El País, 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/11/internacional/1526053418_062442.html. Acesso em: 22 set. 2018.

ROSA, Wendell; LUCCHESI, Érika; GUEDES, Márcio. A Expansão do Direito Penal e a Perigosa Mitigação do Princípio da Taxatividade. **Revista Reflexão e Crítica do Direito**, Ribeirão Preto – SP, a. I, n. 1, p. 2-12 jan./dez. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/pedroalbuquerque/Downloads/349-1312-1-PB.pdf> . Acesso em: 22 set. 2018.

ROXIN, Claus. **“Política Criminal e Sistema Jurídico Penal”**. Trad. Luis Grecco. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/6339862/claus-roxin---politica-criminal-e-sistema-juridico-penal>. Acesso em: 12 set. 2018.

SCHIAPPACASSA, Luciano Vieiralves. **“Direito Penal Subterrâneo”** JusBrasil, 2008. Disponível em: <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/110017/o-que-se-entende-por-direito-penal-subterraneo-luciano-schiappacassa>. Acesso em: 12 set. 2018.
SCHIAPPACASSA, Luciano Vieiralves. **“Principais características do direito penal do inimigo”**. JusBrasil, 2010. Disponível em: <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/154649/quais-as-principais-caracteristicas-do-direito-penal-do-inimigo-luciano-vieiralves-schiappacassa>. Acesso em: 12 set. 2018.

SCHMITT, Leonardo. **O Funcionalismo Radical de Günther Jakobs**. Empório do Direito, 2017. Disponível: <http://emporiiododireito.com.br/leitura/o-funcionalismo-radical-de-gunther-jakobs-1508244707>. Acesso em: 12 set. 2018.

VERDÉLIO, Andreia. **Com 726 mil presos, Brasil tem terceira maior população carcerária do mundo.** Agência Brasil, 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/populacao-carceraria-do-brasil-sobe-de-622202-para-726712-pessoas>. Acesso em: 01 set. 2018.

VILELA, Leonardo. **“Direito penal do inimigo: o funcionalismo radical de Jakobs.** JusBrasil, 2014. Disponível em: <https://leocoutocpa.jusbrasil.com.br/artigos/114727908/direito-penal-do-inimigo-o-funcionalismo-radical-de-jakobs>. Acesso em: 12 set. 2018.

ALIENAÇÃO PARENTAL - DISCUTINDO A PROBLEMATIZAÇÃO

AUTORES:

Matthaeus Krummenauer Vieira Pahim

Francisco Roberto Ferreira Dantas

Pedro Henrique Costa dos Santos

RESUMO: Discorreremos com transparência e objetividade sobre o tema Alienação Parental colocando seu fato social e jurídico e a relação que se dá entre esses dois. Transcorremos no texto a importância de combater tal caso e mostrar as consequências para futuro das crianças e adolescentes na sociedade.

Palavras - chave: Alienação Parental. Fato social/jurídico. Consequências.

INTRODUÇÃO: Alienação parental faz alusão segundo a lei nº 12.318 de 26 de agosto de 2010, ao direito à convivência familiar, violado quando o filho passa a ser considerado objeto de disputa, afastando-o do convívio, quando o detentor da guarda visa destruir a relação do filho com o outro genitor, induzindo a criança ou adolescente a repudiar o outro, colocando obstáculos, influenciando-o na manutenção dos vínculos afetivos. Em nossa abordagem veremos que esta prática de alienação parental fere os direitos fundamentais da criança e do adolescente e afeta diretamente o convívio familiar, tendo os pais como os principais acusados, observa-se ainda que outros membros da família ou de responsabilidade poderão ser apontados por essa prática, incorrendo em crime. Além dos tios, tias, avós, de natureza paterno ou materna, se encaixam também toda e qualquer pessoa detentora da guarda. A primeira grande evolução em se tratando de mudança de mentalidade sobre o tema ocorreu em 1959, quando em assembleia geral da ONU foi aprovado por unanimidade a Declaração dos Direitos da Criança, a partir daí os genitores e países, passaram a ter a obrigação de proteger e educar suas crianças. (20 de Novembro de 1959, UNICEF). Em 1985 Richard Gardner observou em seus pacientes que eram filhos, comportamentos semelhantes fazendo com que ele começasse um estudo sobre o caso o que resultou no termo Síndrome de Alienação Parental para representar esse fenômeno. Em 12 de junho de 2012 foi enviada uma petição assinada por aproximadamente 1.700 pais, responsáveis e familiares de crianças vítimas de alienação parental via ABCF (Associação Brasileira Criança Feliz). A petição visava o reconhecimento pela ONU (Organização das Nações Unidas) como um abuso contra crianças e violência familiar. Apresentava, ainda, o reconhecimento da violação dos direitos individuais e fundamentais. À alienação parental como tema ainda pouco explorado e trabalhado, nos mostra o quanto a sociedade ignora o fato no que diz respeito a sua relevância, inclusive, passando despercebido na maioria das vezes. A matéria aqui proposta é de fundamental importância uma vez que envolve profissionais de diversas áreas. A lei nº 12.318 de 26 de agosto de 2010, veio com objetivo de punir ou inibir essa prática cada vez mais frequente nos divórcios com filhos, tendo o estado que propor medidas para controlar, diminuir ou erradicar tais prejuízos para o futuro da criança. A norma nos diz no art. 8º que a “alteração de domicílio da criança ou adolescente é irrelevante para determinação da competência relacionada às ações fundadas em direito familiar...”. Notório que as crianças e adolescentes possuem proteção e amparo

legal, todavia não se faz suficiente, pois existem alguns problemas no sistema jurídico operacional. A normatividade brasileira se demonstra preocupada no que se refere à convivência familiar e ao crescimento saudável com proteção. Nesse cenário, dificilmente será identificado notadamente, sendo assim, busca-se explicar esse fato à luz de teorias críticas da cultura, confrontando o desconhecimento expressivo em pleno século XXI, com uma maior compreensão a respeito da alienação parental, bem como, recorrer ou reportar-se à autoridades competentes. Juridicamente, compete a multidisciplinaridade, que desde o professor até o juiz, sem reflexos preconceituosos, procurem orientar as partes, identificar o problema e legalmente coibir. Nesse contexto, o profissional da psicologia terá um importante papel, quando em sua avaliação verificar os indícios da síndrome deve orientar os alienadores responsáveis com o intuito de evitar o fato. Os educadores por sua vez, que em dado momento tenham alguma experiência perceptível dessa natureza com a criança ou adolescente, deve orientá-las a esse respeito, buscar a coordenação da instituição para relatar o problema, e solicitar que seus responsáveis sejam convocados e orientados com a intenção de juntos resolverem pedagogicamente. Portanto o tema abordado será detalhado, como a problematização existente na sociedade, dentro das famílias e como afeta o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Um fato que não se apresenta como novo na sociedade, mas é atual para o legislativo, uma vez que teve lei promulgada apenas em 2010. Temos a norma ligada diretamente ao direito, uma lei que pode ter constante mudanças, pelas modificações repentinas da família e a estes comportamentos que surgem de gerações em gerações. **METODOLOGIA:** Fundamentamos esse projeto com base em pesquisas científicas, realizada através de meios físicos e virtuais (artigos em site, e documentos impressos), não dispensando o fundamento legal nem os autores de livros que tratam de maneira mais específica, mas abordando o que se sabe de maneira geral nos dias de hoje. Do latim “methodus” significa caminho ou via para realização de algo. Se caracterizando como uma pesquisa qualitativa, que fornecendo uma base rica em conhecimento ao leigo, abrangendo toda a gama de conhecimento. Buscamos uma análise jurídico-social da Alienação Parental no Brasil, objetivando entender a problemática, semelhanças e diferenças das jurisprudências. Intentamos que este tema de suma importância jamais poderá ser tão negligenciado, considerando os transtornos causados. Acompanhamos a teoria normativa kelseniana que, com o aparecimento do fato (síndrome), foi valorado um bem jurídico (integridade física e moral infanto-juvenil) e em detrimento da violação desse bem, foi posto uma norma (Lei nº 12.318). O que procuramos aqui é expor, provocar, para tornar o conhecimento mais acessível, destacamos ainda a importância de conhecer a complexidade do assunto que mais adiante teremos a missão de explorar. Para isso, foi necessário recorrer aos meios supracitados para repassar com segurança e precisão a discussão do assunto. **REVISÃO DA LITERATURA:** Com base nos levantamentos e análises do que já foi publicado sobre o tema escolhido verificamos que em 1959, em assembleia geral da ONU foi aprovado por unanimidade a Declaração dos Direitos da Criança. (20 de novembro de 1959, UNICEF). Posteriormente verificou-se que em 1985, Richard Gardner observou em seus pacientes que eram filhos, comportamentos semelhantes fazendo com que ele comesse um estudo sobre o caso o que resultou no termo Síndrome de Alienação Parental para representar esse fenômeno. Já em 1990, pudemos verificar o engatinhar da normativa com a chegada do ECA – Estatuto da Criança e

do Adolescente, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Acompanhamos em 2006, a exemplo de jurisprudência, um caso em que o tribunal de justiça do Rio Grande do Sul, constatou através do trabalho da equipe multidisciplinar, por meio de vários exames e contato com o pai que a mãe alienava a filha fazendo falsas memórias sobre o seu pai, acusando-o de abuso enquanto menor. (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, 2006). Passados 20 (vinte) anos após a normativa de 1990 o ECA, pudemos verificar uma retomada no que parecia esquecido como resultado do descaso sobre o assunto, a lei nº 12.318 de 26 de agosto de 2010, veio com objetivo de punir ou inibir essa prática cada vez mais frequente nos divórcios com filhos, tendo o estado que propor medidas para controlar, diminuir ou erradicar tais prejuízos para o futuro da criança. A partir daí pudemos verificar uma movimentação positiva já em 12 de junho de 2012, com o envio de uma petição assinada por aproximadamente 1.700 pais, responsáveis e familiares de crianças vítimas de alienação parental via ABCF (Associação Brasileira Criança Feliz). A petição visava o reconhecimento pela ONU (Organização das Nações Unidas) como um abuso contra crianças e violência familiar. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A maior riqueza do nosso trabalho foi desde o conhecimento até a disseminação do conteúdo, pois, uma vez informado, poderemos esclarecer e conscientizar no que diz respeito a prática. O relevante tema nos fez pensar, refletir e ir além, buscando a origem, a problematização, a abrangência e consequência da Alienação Parental. A exemplo de jurisprudência, o tribunal de justiça do Rio Grande do Sul em 2006, mostrado neste trabalho, em que o pai foi acusado pela mãe por estuprar a filha. Foi constatado através do trabalho da equipe multidisciplinar, por meio de vários exames e contato com o pai que a mãe alienava a filha fazendo falsas memórias sobre o pai, acusando-o de abuso enquanto menor. A promotora de justiça da comarca de santa Vitória do palmar Dra. Daniela Silveira Timm, ao recolher o laudo psicológico fornecido pelo psicólogo e pela assistente social, provaram a alienação por parte da mãe. (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, 2006). A normatização veio para ajudar as crianças e adolescentes contra a alienação produzida pelos pais, tios ou pessoas que estejam autorizadas e na tutela da guarda dos filhos. A resposta que temos a partir desta lei nº 12.318 de 2010 tivemos um significado aumento de conhecimento pelos genitores, consequentemente uma diminuição na alienação dentro das famílias e consequentemente uma procura maior para guarda compartilhada no que se decorrer de divórcios de casais com filhos. Portanto analisando o tema e o os autores, podemos ver uma importante evolução de proteção contra crianças e adolescentes e que funciona dentro das famílias, tanto para educar os pais como para auxiliar os filhos, no entanto ainda se tem uma brecha quando os pais usam desta lei para se auto beneficiar, pelo qual temos que está sempre atento as mudanças e fazer valer nossos direitos. **CONCLUSÃO:** A síndrome descoberta por um psiquiatra foi o ponto de partida para uma grande descoberta social. O fenômeno da Alienação parental foi se tornando mais evidente e, mesmo que lentamente, medidas foram tomadas em combate. A descoberta pela psiquiatria, a discussão na ONU e a legislação posta pelo Brasil, foi de - relevante importância para que o fenômeno tenha, com o decorrer do tempo, enfraquecido. Houve significativa diminuição consciente, pelo menos por parte daqueles que se mantiveram informados da resposta do Estado no que se refere a Alienação Parental. A lei reprimiu e foi importante para que a matéria se disseminasse, tornando assim, cada vez mais público, explicando também, a

conduta e alertando sobre a suas sanções. Vale salientar que ainda há significativo desconhecimento por parte da população brasileira. É sabido que uma boa parte do povo não tem noção da problemática, tão pouco da própria existência da Alienação Parental. Contudo, a preocupação e a importância do nosso trabalho foi discorrer, informar e conscientizar sobre o que vem a ser Alienação Parental, discutindo a sua problematização e expondo suas causas e consequências. Acreditamos que toda matéria exposta seja suficiente para granjear o público.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA CRIANÇA FELIZ. **ALIENAÇÃO PARENTAL - CARTA A ONU**. Disponível em: <http://abcfbrasil.blogspot.com/2012/06/alienacao-parental-carta-onu.html>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 ago. 2018.

CAIRES, Gabriel Vieira. **A Importância do Combate a Síndrome da Alienação Parental**. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-do-combate-a-sindrome-da-alienacao-parental-sap/67639>. Acesso em: 25 ago. 2018.

DHNET, Direitos Humanos. **Declaração Universal dos Direitos das Crianças – UNICEF**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex41.htm. Acesso em: 30 ago. 2018.

NASCIMENTO, Magnus. **JUSTIÇA COMBATE A ‘ALIENAÇÃO PARENTAL**. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/justia-a-combate-a-a-alienaa-a-o-parentala/344233>. Acesso em: 25 ago. 2018.

STRÜCKER, Bianca. **Alienação Parental**. Disponível em: http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15557&revista_caderno=12. Acesso em: 25 ago. 2018.

PENSÃO ALIMENTÍCIA E O ACESSO À JUSTIÇA NO OLHAR DO USUÁRIO HIPOSSUFICIENTE E EM VULNERABILIDADE SOCIAL

AUTORA:

Clebia de Oliveira Nunes Nobre

RESUMO: O artigo vem analisar e discutir sobre o caminho percorrido pelo usuário hipossuficiente e em vulnerabilidade social na procura por pensão alimentícia. Bem como, mencionar as principais dificuldades encontradas pela Defensoria Pública brasileira na busca da efetivação dos direitos dos que dela necessitam. Vislumbra ainda, o dever objetivo de cuidar que se encontra positivado na Constituição Federal de 1988, no qual a família tida como base da sociedade tem especial proteção do Estado e, nesse contexto tanto o Estado, a sociedade e a família são responsáveis solidários pelo bem-estar de seus membros e com prioridade absoluta as crianças, os adolescentes e os jovens. A justiça gratuita, por vezes, é o único meio que permite as pessoas reivindicarem de tais direitos. Portanto, torna-se de grande relevância o estudo de como garantir direitos e proteção de pessoas vulneráveis, sendo os alimentos necessidade primária e fundamental inerente a pessoa humana e consequentemente da sociedade brasileira.

Palavras - chave: Pensão alimentícia. Acesso à Justiça. Vulnerabilidade social.

INTRODUÇÃO: A Dignidade da pessoa humana¹ é o princípio estruturante, o qual permeia toda discursão jurídica em torno do tema abarcado pelo presente artigo. Inicialmente, este trabalho traz uma análise e discussão referente ao acesso à justiça como direito fundamental e a isonomia seletiva como forma de equilibrar as desigualdades de um sistema jurídico moderno e democrático. A finalidade deste artigo é diferenciar o usuário hipossuficiente do usuário hipossuficiente em vulnerabilidade social, no tocante ao direito subjetivo à gratuidade da justiça e à assistência judiciária, desmistificando a ideia de que o acesso à justiça gratuita é para aquele que se encontra na pobreza. Data vênia, ousamos discordar de tal posicionamento. O art. 6º do Diploma Constitucional elenca os direitos sociais que devem ser prestados pelo Estado e a assistência aos desamparados encontra-se neste rol (Art. 6º, CF/88). No entanto, em virtude do grande déficit de defensores públicos nos Estados, garantir direitos torna-se uma luta desproporcional, já que o direito de cuidar é violado e o poder de polícia do Estado é acionado, sendo que a demanda de ações é maior que a oferta de servidores, nisso, determinados processos que necessitam de agilidade na sua resolução acabam se arrastando por muito tempo, prorrogando a solução dos litígios. Destaca-se, o importante papel da mãe na criação dos filhos em torno do abandono material pelo pai e as consequências resultantes desse abandono, decorrentes do dever de cuidar negligenciado, possibilitando a prisão do alimentante inadimplente, quando todos os outros meios de negociação e conciliação fracassam, prevalecendo o princípio da

¹ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana;

proteção da família e do melhor interesse da criança e do adolescente. **METODOLOGIA:** A proposta de pesquisa é uma análise investigativa reflexiva bibliográfica, que objetivou analisar as publicações científicas sobre o acesso à justiça delimitando-se ao campo da ação de alimentos pelo usuário hipossuficiente. Destacam-se vastos estudos em relação a pensão alimentícia, todavia, poucos se debruçam em diferenciar os hipossuficientes na forma da lei. Baseia-se, a breve historicidade e a atual conjuntura do acesso à justiça, bem como uma abordagem acerca do dever de cuidar, suas consequências jurídicas e a importância da assistência gratuita para os usuários em vulnerabilidade social via Defensoria Pública. **REVISÃO DA LITERATURA: GARANTIA DE DIREITOS ATRAVÉS DA SELETIVIDADE: DA JUSTIÇA GRATUITA E DA DEFENSORIA PÚBLICA NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.** O benefício da Justiça gratuita está previsto na Lei nº 1.060/1950, conhecida como Lei da Assistência Judiciária e no novo Código de Processo Civil (CPC/2015). No acesso à justiça, nos sécs. XVIII e XIX, imperava o formalismo processual e individualista dos litígios². Na contemporaneidade o acesso à justiça é direito fundamental do indivíduo, um novo paradigma que tem a função de satisfazer as necessidades da coletividade e não somente dos abastados e influentes da sociedade. Aqueles que comprovarem insuficiência de recursos, possuem o direito subjetivo³ a gratuidade da justiça⁴. É a lei, que aplicada ao caso concreto autoriza a conduta de uma parte. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado em qualquer fase no processo, caso haja elementos nos autos que comprovem a falta de verdade na solicitação, o juiz poderá negar o pedido (Art. 100, parágrafo único, CPC/2015). Embora se configure como direito fundamental, a gratuidade da justiça não alcança a todos os cidadãos, há uma seletividade de caráter econômico, com o objetivo de equacionar os polos: capacidade x necessidade. Aquele que comprova não dispor de meios econômicos para efetivar seus direitos, terá sua carência preenchida pelo Estado. Faz-se, necessário desmistificar a ideia a qual à justiça gratuita é tão somente prestada aquele que é pobre, mas que esta será ofertada a quem dela necessitar, conforme apregoado pelo Diploma maior do nosso ordenamento jurídico⁵. O hipossuficiente na forma da lei e o benefício da justiça gratuita. Com o advento da constitucionalização dos direitos fundamentais, consagrados pela Carta Magna de 1988, o acesso à justiça⁶ se revela como uma importante conquista da sociedade democrática de direito, garantindo aos hipossuficientes usufruir do mais básico dos direitos. ⁷ Não

² (CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant, p. 9).

³ Direito subjetivo é a possibilidade de um indivíduo, legitimado pela norma, de exercer determinado conduta.

⁴ Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios têm direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

⁵ LXXIV, Art. 5º, CF/88 - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

⁶ (Art. 5º, XXXV, CF/88)

⁷ No sentido jurídico da palavra, hipossuficiência, é um adjetivo que significa ausência ou carência, quando não existem recursos suficientes para o próprio sustento. Como também, é usado como substantivo masculino e feminino: Pessoa que não possui condições financeiras para se sustentar.

existem critérios estritamente legais, de sorte que cabe ao magistrado a adoção de parâmetros para aferir, no caso concreto, o cabimento ou não desse benefício. No entanto, é preciso esclarecer que nem todo hipossuficiente, está necessariamente na pobreza⁸. Qualquer indivíduo está sujeito a passar por dificuldades, que poderão perdurar por um longo período de tempo, ou apresenta-se de modo passageiro e estranho ao indivíduo, e que não o permita naquele momento comprometer-se economicamente sem que comprometa o seu sustento e o da sua família. Estudioso do tema, Vicente de Paula Faleiros (2006)⁹, estabelece uma correlação entre a percepção de pobreza e as experiências vividas pelo indivíduo, no qual a inclusão/exclusão pode se referir a maior ou menor dependência econômica a outrem ou as instituições públicas. **Vulnerabilidade social:** a realidade fática na assistência judiciária gratuita. A vulnerabilidade social é uma particularidade que indica um estado de fraqueza, referindo-se tanto ao comportamento das pessoas, como objetos, situações, ideias e etc. No contexto sociofamiliar, compreende-se o fenômeno da vulnerabilidade e suas consequências para além do enfoque nas variáveis puramente econômicas, porém, Carmo (2018), esclarece que devido ao precário acesso à renda, os sujeitos ficam privados ou acessam com mais dificuldade os meios de superação das vulnerabilidades vivenciadas, nesses termos torna-se possível associar a vulnerabilidade à precariedade no acesso à garantia de direitos e proteção social, caracterizando a ocorrência de incertezas e inseguranças e o frágil, ou nulo acesso a serviços e recursos para a manutenção da vida com qualidade (CARMO, 2018, p.7). A Vulnerabilidade social é cruel e excludente, colocando as famílias a margem da sociedade, passando a depender de políticas públicas para sua sobrevivência, contudo, Silva (2011, p.7), aduz que, mesmo o Estado viabilizando estes acessos, ainda assim, não exclui a vulnerabilidade social do indivíduo, pois este é atendido através de medidas focalizadas que não favorecem a efetivação de sua cidadania e tão pouco de sua emancipação socioeconômica.

Nas palavras de Faleiros,

Considerando que a cidadania tem como pressuposto a participação e a garantia e a efetividade de direitos, isso implica a real prestação de serviços pelo poder público e existência de condições (ou meios) de vida (...) A negação da cidadania, por sua vez, pressupõe o impedimento e ausência desses direitos e dessas condições. (FALEIROS, 2006).

Com os vínculos familiares fragilizados, quando não rompidos, e necessitando do básico para a sua subsistência, esses usuários são revestidos do termo jurídico hipossuficiente, e chegam a Defensoria Pública em busca de solucionar conflitos, dos quais, grande quantidade da demanda é familiar com pedido de alimentos

⁸ Pobreza é a condição de quem é pobre, ou seja, que não tem as condições básicas para garantir a sua sobrevivência com qualidade de vida e dignidade. A pobreza também costuma se referir a classe social e econômica das pessoas que são pobres.

⁹ (FALEIROS, 2006, p.2).

necessários.¹⁰ A Assistência Judiciária é um Direito fundamental e ferramenta essencial para efetivação do acesso à justiça de acordo com enunciado no inciso LXXIV, art. 5º da CF/88 e o art. 185 do CPC/2015 respectivamente. Para o Conselho Nacional de Justiça¹¹ (CNJ), todos têm direito a um defensor público. (CNJ, 2013). No entanto para Santos¹² (2013, p.109), em uma sociedade tão desigual como a brasileira, o acesso à justiça se torna um dilema de difícil resolução. Embora todos sejam iguais perante a lei, a prática social nega a efetivação do direito fundamental ao tratamento isonômico entre os cidadãos e de acesso à justiça, conformando à cidadania a tradicional desigualdade social brasileira. Conforme dados levantados pela ANADEP, atualmente, o Brasil tem 5.935 defensoras e defensores públicos estaduais em atividade, número muito aquém do necessário para atender toda a demanda existente. O Rio Grande do Norte ocupa a 5ª pior posição no ranking que mostra a proporção de defensoras e defensores públicos x o público-alvo da Defensoria Pública. Com apenas 64 profissionais, o estado tem um defensor (a) para cada grupo de 22.268 pessoas. De acordo com Diagnóstico do Ministério da Justiça de 2015, o ideal é um defensor (a) público (a) para atender cada grupo de 15 mil pessoas, adotando apenas o critério do rendimento (até três salários mínimos). (ANADEP, 2018). Deve levar em consideração a dignidade da pessoa humana o contexto social e a realidade de cada indivíduo. Grande é a contribuição daqueles que mesmo em meio a precariedade e as dificuldades, encontram uma maneira de garantir o acesso à justiça aos desamparados na forma da lei, aos que se encontram em vulnerabilidade social ou na qualidade de hipossuficiente temporário. **DOS ALIMENTOS E O DEVER DE CUIDAR:** O dever de cuidar transcende ao núcleo familiar. Sendo de responsabilidade simultânea da família, da sociedade e do Estado, colocar a criança e/ou o adolescente e ao jovem a salvo de toda e qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Os alimentos compreendem o mínimo existencial na cadeia de subsistência do indivíduo (Art. 227, CF/88). A obrigação de alimentar estende-se na falta dos pais aos ascendentes, descendentes, e aos irmãos, consanguíneos ou não, observando a ordem de sucessão (art. 1697 CC/02). Embora a literalidade da norma não traga a obrigação de alimentar pelos parentes afins, Tartuce (2017, p. 1474) posiciona-se positivamente diante da decisão do STF, do ano de 2016, que reconheceu a possibilidade jurídica da multiparentalidade e do duplo vínculo de filiação. (Lei nº 11.924, de 17 de abril de 2009). Para o douto doutrinador, restringir o vínculo estabelecido entre tais pessoas ao uso do nome em tempos de valorização da socioafetividade parece limitado. No plano concreto dos alimentos, o art. 1694 do Código Civil, especifica em seu § 1º, o binômio necessidade-possibilidade. O encargo alimentar jamais pode ser tal a ponto de sufocar o alimentante, obrigando-

¹⁰ Dentro do Direito Civil, a Ação de Alimentos é uma das demandas mais recorrentes da Justiça Brasileira. Em Roraima, por exemplo, a Defensoria Pública do Estado (DPE) atende todos os dias milhares de pessoas que buscam ingressar com esse tipo de ação. Só em 2017, foram ingressadas 2.170 ações de alimentos (pensão alimentícia). Dados extraídos do site da Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores públicos. (ANADEP).

¹¹ É uma instituição pública que visa a aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual.

¹² O autor traz em seu artigo coleta de dados através de entrevistas realizadas com defensores públicos e com usuários da instituição. O objetivo do trabalho é conhecer melhor a Defensoria Pública do Rio de Janeiro a partir do cruzamento de olhares entre os defensores públicos e os seus assistidos.

lhe ao sacrifício de sua própria subsistência para sustentar o alimentante. O binômio necessidade/possibilidade é encontrado na maioria dos julgados¹³. Outro ponto relevante a respeito do dever de alimentar é a discussão sobre a prisão civil dos avós, no qual o enunciado 599 da VII Jornada de Direito Civil, realizada em 2015, traz a seguinte redação:

Deve o magistrado, em sede de execução de alimentos avoengos, analisar as condições do (s) devedor (es), podendo aplicar medida coercitiva diversa da prisão civil ou determinar seu cumprimento em modalidade diversa do regime fechado (prisão em regime aberto ou prisão domiciliar), se o executado comprovar situações que contraindiquem o rigor na aplicação desse meio executivo e o torne atentatório à sua dignidade, como corolário do princípio de proteção aos idosos e garantia à vida.

Em outras palavras, existe a responsabilidade objetiva de cuidar, não podendo os responsáveis se esquivarem de suas consequências jurídicas. Aqueles que verdadeiramente não podem pagar, devem tomar as medidas cabíveis para negociação, como por exemplo, propor revisional, negociar redução, enfim, justificar oficialmente sua dificuldade, pois uma vez esgotados todos os recursos, aplicar-se-á a pena privativa de liberdade que será cumprida em regime fechado, separado dos presos comuns. O Cerceamento, será a última medida adotada pela justiça como meio de coibir o abandono material já consolidado por parte de um dos genitores. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) revela o número de presos por falta de pagamento de pensão alimentícia em 14 estados brasileiros e no Distrito Federal. Os números obtidos em datas diversas no decorrer do primeiro semestre de 2012, mostram que São Paulo registrava 499 presos em janeiro de 2012. O Distrito Federal com 234 presos (Janeiro e fevereiro de 2012) e Minas Gerais (228), Paraná (102), Santa Catarina (98), Rio de Janeiro (37) e Espírito Santo (24). As regiões Norte e Nordeste têm o menor número de prisões. Amazonas e Maranhão não registraram nenhum preso em fevereiro de 2012. Roraima, Paraíba e Alagoas registraram um preso apenas, Pernambuco (6), Pará (9) e Mato Grosso (32). Os dados foram fornecidos em datas aleatórias pelas secretarias de Estado de Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, entre outras, dos respectivos estados (IBDFAM 2012). Segundo, Rodrigo da Cunha Pereira,¹⁴ advogado e presidente do IBDFAM, a responsabilidade de alimentar os filhos acaba recaindo sobre as mulheres, tendo ou não tendo dinheiro, e se viram, reviram e se desdobram para fazer a sua parte e a do pai que não se compromete com seus filhos. Segundo dados da Divisão de Vigilância e Capturas da Polícia Civil de São Paulo, de maio de 2016, há 27.413 mandados de prisão expedidos em ações de execução de alimentos pendentes de cumprimento e cerca de 1/4 desses devedores estão foragidos. Milhares deles permanecem sem cumprimento em virtude das dificuldades de localização dos devedores¹⁵ (Pereira, 2016, CONJUR). A obrigação de alimentos quando negligenciada, gera para o

¹³ TJ-MA - AGRAVO DE INSTRUMENTO AG 211442008 MA (TJ-MA) Data de publicação: 10/03/2009.

¹⁴ Rodrigo da Cunha Pereira é advogado e presidente nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), mestre (UFMG) e doutor (UFPR) em Direito Civil e autor de livros sobre Direito de Família e Psicanálise.

¹⁵ Fonte: Boletim de notícias CONJUR (Revista Consultor Jurídico, 9 out. 2016).

responsável alimentante, sanção jurídica que chega a pena privativa de liberdade de um a três meses de reclusão¹⁶. O prazo para quitação do débito é de 3 dias. O Estado de São Paulo registrou em 2016, 17.537 prisões de pais que não pagaram pensão alimentícia para os filhos. Em 2017, de janeiro a outubro chegaram ao número de 19.715 prisões. Um aumento de 2.178 de encarceramentos. As informações são da Polícia Civil do Estado de São Paulo e foram obtidas pela reportagem do R7 via Lei de Acesso à Informação. Após a análise dos estudos foi possível identificar que houve um aumento significativo das prisões dos devedores executados no período entre os anos de 2012 a 2017, o resultado quantitativo é expressivo e inicialmente remete a uma ideia de eficácia da aplicação da medida repressiva encarceradora. Todavia, numa visão social e protecionista familiar, verifica-se que os vínculos familiares ficam mais fragilizados e na maioria das vezes, os filhos são envolvidos em uma relação de alienação parental¹⁷ subsequente ao fim do relacionamento. **CONCLUSÃO:** Como garantir e proteger pessoas vulneráveis, na maioria das vezes famílias fragilizadas pelo desemprego, pelo abandono material e que ficam a margem da sociedade sem conhecer seus direitos e onde busca-los? Direitos, que por vezes são negligenciados, e dessa forma, os princípios da solidariedade familiar e da dignidade da pessoa humana quando não desprezados são precarizados. Em consequência da ausência de um Estado comprometido com a erradicação da pobreza e da desigualdade social, vemos as mazelas da questão social¹⁸ fragilizar famílias. De um lado os filhos que necessitam dos alimentos, e os pais que por motivos diversos alegados não suprem as carências das crianças, e do outro a máquina estatal que negligencia a efetivação do direito fundamental dos cidadãos e do acesso à justiça. Frente as dificuldades encontradas, o Estado é chamado a resolver a questão via encarceramento do devedor. O equilíbrio entre o bem lesionado e a sanção posta se dá considerando o grande número de pais que abandonam o seu dever de cuidar, tornando inevitável a sua aplicação. Diante disso, surge a necessidade de fortalecer os meios de mediação e conciliação de conflitos, que tem se mostrado frágeis e ineficazes nas ações de alimentos, ou ainda, meios judiciais menos agressivos, visando reduzir o crescente número de encarceramentos e ampliar a eficácia na solução dos litígios por vias menos invasivas.

REFERÊNCIAS

A MULHER SEMPRE PAGA PENSÃO ALIMENTÍCIA, DIZ ESPECIALISTA EM DIREITO DA FAMÍLIA. Disponível em: <https://noticias.r7.com/record-news/jornal-da->

¹⁶ Súmula 309 do STJ.

¹⁷ Lei nº 12.318/2010, art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

¹⁸ Segundo Iamamoto (1998, p.27) “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

record-news/videos/a-mulher-sempre-paga-pensao-alimenticia-diz-especialista-em-direito-da-familia-26082017. Acesso em: 29 ago. 2018.

ANADEP nos estados no Rio Grande do Norte é destaque da semana.

Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=38287>. Acesso em: 28 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil. Site da Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm, 2016. Acesso em: 17 ago. 2018.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Lei nº 11.924, de 17 de abril de 2009 -** Publicação Original. Legislação Informatizada Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11924-17-abril-2009-587713-publicacaooriginal-111486-pl.html>. Acesso em: 11 ago. 2018.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant G.; NORTHFLEET, Ellen Gracie. **Acesso à justiça.** Porto Alegre: Fabris, 1988.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. The concept of vulnerability and its meanings for public policies in health and social welfare. **Cadernos de saúde pública**, v. 34, n. 3, 2018.

DIÁLOGOS SOBRE JUSTIÇA. Secretaria de Reforma do Judiciário. RR: **Pedido de alimentos é a maior demanda da Defensoria Pública.** Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=36436>. Acesso em: 24 ago. 2018.

ENUNCIADO 599. **VII Jornada de Direito Civil.** Conselho da Justiça Federal. Disponível em: <http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/857>. Acesso em: 11 ago. 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Inclusão Social e Cidadania.** 32ª International Conference on Social Welfare. Brasília: 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

LEVANTAMENTO REVELA O NÚMERO DE PRESOS POR PENSÃO ALIMENTÍCIA EM DIVERSAS REGIÕES BRASILEIRAS. Instituto Brasileiro de Direito de Família. Disponível em: <https://ibdfam.jusbrasil.com.br/noticias/100289999/levantamento-revela-o-numero-de-presos-por-pensao-alimenticia-em-diversas-regioes-brasileiras>. Acesso em: 11 ago. 2018.

QUASE 65 PAIS SÃO PRESOS POR DIA POR DEIXAR DE PAGAR PENSÃO ALIMENTÍCIA. Giorgia Cavicchioli. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/quase-65-pais-sao-presos-por-dia-por-deixar-de-pagar-pensao-alimenticia-13122017>. Acesso em: 11 ago. 2018.

SANTOS, André Filipe Pereira Reis dos. **Defensoria Pública do Rio de Janeiro e sua clientela.** *Espaço Jurídico*, v. 14, n. 1, p. 107-126, 2013.

SILVA, Elizângela Samara da. **As entrelinhas da inclusão/Exclusão Social na atualidade:** uma discussão conceitual. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/jornada_eixo_2011/desigualdades_sociais_e_pobreza/as_entrelinhas_da_inclusao_exclusao_social_na_atualidade_uma_discussao_conceitual_.pdf. Acesso em: 21 ago. 2018.

TJ-MA - AGRAVO DE INSTRUMENTO AG 211442008 MA (TJ-MA). JusBrasil.

Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=Bin%C3%B4mio+necessidade+possibilidade+que+norteia+a+fixa%C3%A7%C3%A3o+dos+alimentos>. Acesso em: 11 ago. 2018.

RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

AUTORES:

José Victor de Oliveira Teixeira
Iago Martins da Fonseca

RESUMO: O trabalho analisa a eficiência da LEP em seus princípios elementares e fundamentais na tentativa de devolver o indivíduo ao convívio harmônico na sociedade. Além de analisar a atual conjuntura do fato social, como as leis são aplicadas, tal como se são aplicadas de forma eficaz na realidade.

Palavras - chave: Ressocialização. Execução Penal. Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO: O presente trabalho busca estabelecer a relação entre o fato social e o fato jurídico em volta da ressocialização, analisando a Lei de Execução Penal, que regulamenta o fato, além da Constituição Federal Brasileira de 1988. Além disso, analisa a atual conjuntura do fato social, como as leis são aplicadas, tal como as assistências, se são aplicadas de forma eficaz na realidade. O trabalho analisa autores e filósofos para embasamento teórico sobre o tema e nortear o pensamento para edificar uma possível intervenção para mudar essa realidade. Tem como objetivo geral analisar formas e aplicações das leis e medidas socioeducativas no sistema prisional brasileiro, visando uma ressocialização mais eficiente e significativa dos indivíduos reclusos. Além disso, tem como objetivos específicos: investigar na constituição, nas normas infraconstitucionais e nas políticas públicas aplicadas, os princípios e normas que regulamentam e executam as formas de ressocialização dos encarcerados; mostrar, dentro do processo histórico brasileiro os possíveis fatos que perpetuam a ineficiência da ressocialização no Brasil; analisar a efetividade e a limitação das normas frente ao fato social; e, identificar as soluções possíveis para reintroduzir o indivíduo na sociedade e proporcionar uma vida digna. Este trabalho não tem, necessariamente, o objetivo de mostrar a solução do problema, mas destina-se a apresentação, reflexão e compreensão da atual situação do sistema prisional brasileiro. Focado nas medidas de ressocialização, o trabalho pretende analisar o motivo da falha de seus princípios elementares e fundamentais na tentativa de devolver um criminoso para uma convivência harmônica na sociedade. Diante de um ordenamento jurídico com tantas proteções e garantias para uma ressocialização, e por outro lado, o que se pode notar nos indivíduos que saem das penas (cumprindo-a inteiramente, ou não), é facilmente perceptível a falha na execução dessas normas e medidas. Este trabalho busca compreender o motivo dessas falhas, bem como as possibilidades de reverter a situação. Além disso, os reflexos que essa problemática causa na sociedade como um todo. Reflexos atuais e futuros. Para se compreender a relação entre o fato social e o fato jurídico, é imperativa a análise da norma jurídica, sua aplicabilidade e reflexos no seu objeto na realidade social. Para isso, neste trabalho, será feita uma análise sobre o ordenamento jurídico que norteia o fato social aqui exposto, como A lei de Execução Penal e nossa atual Constituição Federativa. Bem como elas são aplicadas aos indivíduos reclusos, tal como seus reflexos. Embora as discussões, debates e trabalhos acadêmicos venham tratando dessa questão com mais frequência contemporaneamente, o problema da ressocialização não é atual. Analisando o

contexto histórico e social, as penas passaram por transformações em suas finalidades. As primeiras civilizações, sem escrita, não tinham o equilíbrio da relação entre a infração e a pena. Por exemplo, nessas civilizações eram comuns as penas de morte ao infrator, muitas vezes, por atos incabíveis cometidos por ele. Em civilizações posteriores as penas passam a variar de acordo com a infração cometida, entretanto as penas eram voltadas para a agressão física e/ou recompensação financeira e adotando o critério da proporcionalidade da infração cometida. Diante de vários processos e transformações, atualmente é que as sociedades buscam adotar medidas socioeducativas ao detento, a fim de assegurar uma ressocialização do indivíduo, utilizando normas mais humanizadas. O trabalho faz uma análise de autores como Dráuzio Varella, Paulo Freire; Michael Foucault, Cesare Beccaria, Manoel Barros da Motta. Autores que norteiam o pensamento sobre essa realidade. Além disso, busca analisar dados estatísticos, para mostrar quantitativamente e, posteriormente, qualitativamente, a atual realidade desse fato social. Este trabalho visa apresentar uma análise e reflexão crítica da atual situação do sistema prisional brasileiro. Além disso, pretende abordar medidas socioeducativas a serem usadas ou que são usadas, mas que precisam ser melhoradas ou aprimoradas, visando formas de ressocialização mais eficazes aos apenados, para que possam voltar a conviver harmonicamente na sociedade.

METODOLOGIA: Para alcançar estas direções, foi aplicado o Método Cartográfico como análise do fato social em questão, e ainda, para que seja apurada sua complexidade e possíveis soluções. Este permite um meio estratégico de análise crítica e ação política, tratando de movimentos, relações, jogos de poder, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade, etc. Liga-se, portanto, ao campo de conhecimento das ciências humanas e sociais. Tratamos de uma análise, através de uma escala Grande (detalhada), a aplicação e a efetividade da Constituição Federal Brasileira de 1988 e da Lei de Execução Penal, primordialmente, frente à ressocialização dos apenados no Brasil. Ainda analisando por meio de uma ótica humanizada, pontos a serem melhorados diante da responsabilidade do Estado perante os seus cidadãos, independentemente das condutas praticadas por estes. Além disso, verificamos o posicionamento jurisprudencial em relação aos fatores determinantes para uma eficaz ressocialização. Após a averiguação nas normas e sua aplicabilidade na ressocialização dos apenados, analisamos como a escala projeta-se na sociedade e, pode ser verificado que a superlotação, a falta de estrutura e de higiene, expõe toda a falência desse sistema. Portanto, o que se explana na teoria é diferente do que acontece na prática. Portanto, as consequências dessas falhas na ressocialização do indivíduo recluso são as constantes violências tanto em âmbito externo aos presídios, quanto internamente. Como também, a superlotação é produto de uma má reformulação do indivíduo que acaba reincidindo nas práticas infratoras. Além do mais, o aumento nos índices de violência e consequências da falha da aplicação das normas de ressocialização e sua ausência de humanização. Esse fato negativo gera insegurança social e a falta de uma saúde mental devido às preocupações constantes com essa violência.

REVISÃO DA LITERATURA: O Filósofo Michel Foucault (1975), em seu livro Vigiar e punir tem como ideias principais, um processo histórico da reclusão: tortura, punição, disciplina e prisão. Tortura foi tornada pública a fim de criar medo nas pessoas e forçá-los a participar no método de controle, concordando com seus vereditos. O teatro de tortura pública

deu lugar a gangues de cadeias públicas. Punição se tornou "suave", embora por razões não humanitárias, Foucault sugere. Ele argumenta que reformistas estavam descontentes com a natureza imprevisível, desigualmente distribuída da violência que o soberano poderia infligir no condenado. A disciplina cria "corpos dóceis", ideal para a nova economia, política e guerra da idade industrial moderna – órgãos que funcionam em fábricas, ordenaram regimentos militares em salas de aula escolares. A prisão é uma parte de uma vasta rede, incluindo escolas, instituições militares, hospitais e fábricas, que constrói uma sociedade panóptica para seus membros. Este sistema cria "carreiras disciplinares" para aqueles trancados em seus corredores. É operado sob a autoridade científica administradora, psicologia e criminologia. Para Foucault, a disciplina é o meio mais eficaz para transformar o comportamento dos criminosos, sendo a prisão o ambiente ideal para exercer a disciplina, uma vez que “[...] a prisão além do local da execução da pena, é ao mesmo tempo local de observação dos indivíduos punidos” (Foucault, 2012 p.235). Cesare Beccaria (1997) acredita em meios mais humanitários, devendo ser justos e proporcionais aos delitos e as penas. Para Beccaria (1997), a pena nunca pode ser uma vingança da sociedade. Em seu livro “Dos Delitos e das Penas”, o autor procura proteger a dignidade da pessoa humana, preferindo prevenir o delito a puni-lo. Aborda várias formas de prevenção, como as ciências, o incentivo do interesse dos magistrados em compreender as leis que aplicam, a premiação pelas virtudes e da educação. Considerando a última como o meio mais seguro de se prevenir.

[...] O meio mais seguro, porém mais difícil, para prevenir os delitos é aperfeiçoar a educação [...] ousou também dizer que ele está muito intimamente ligado à natureza do governo, razão para que seja sempre um campo estéril, só cultivando aqui e acolá por alguns poucos sábios, até nos mais remotos séculos da felicidade pública. (BECCARIA, 1997, p. 136).

A execução penal brasileira atual vai se preocupar em proteger, reeducar, reintegrar e reabilitar o detento para o convívio harmônico em sociedade. Isso faz parte da ressocialização do apenado. A reformulação desses indivíduos na conjuntura social brasileira é regulamentada pela lei de execução penal, garantindo direitos do apenado, assistências, educação e estabelece do trabalho do preso.

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.

Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. (BRASIL,1984).

Indubitavelmente, uma das melhores formas que se tem da ressocialização é preocupar-se, principalmente, com a educação nos presídios, uma vez que dessa forma é que se pode ter uma mudança de consciência do indivíduo privado de liberdade. Não é tratando-o apenas com o encarceramento e preterição que se chega a esse fim, mas o fazendo entender quem ele foi, quem é e quem pode ser, como ensina Paulo Freire (1983). Sobre essa questão, é prevista na Lei de Execução Penal a assistência educacional compreendida pela escolaridade e a formação profissional do indivíduo recluso.

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

(BRASIL, 1984).

Paulo Freire (2007), autor brasileiro na área da educação, em seu livro *Educação Como Prática da Liberdade*, trata da educação de adultos e como esse mecanismo pode transformar a sociedade. Freire (2007) tenta, ao educar adultos em uma sociedade, a transformação da consciência mágica do indivíduo em consciência crítica. Dráuzio Varella atuou voluntariamente na Casa de Detenção de São Paulo. Neste local, o médico presenciou e relatou em seu livro “*Estação Carandiru*” a realidade do funcionamento daquela prisão, da estrutura, das condições de saúde, entre outras precariedades. O autor fala o que ouviu dos presos e do ele mesmo presenciou enquanto atendia os enfermos em tais condições. Uma de suas narrações é “a cadeia infantiliza o homem e que tratar de presos requer sabedoria pediátrica” (VARELLA, 1999). Sobre a precariedade das penitenciárias, Motta (2011) ressalta que mesmo as prisões sendo extremamente protegidas, elas não são universos isolados nem desconectados da sociedade. Assim, atrocidades cometidas neste local acabam tendo consequências além dos muros.

A prisão não é um espaço isolado. É um sistema onde, a toda hora, presos conseguem cavar buracos, advogados e parentes circulam. Ele é furado. Quando a delinquência toma um caráter muito maciço, e o funcionamento da polícia e da justiça está associado à corrupção, o controle disso se torna algo altamente problemático. A prisão, na verdade, faz parte desse contexto social que está em crise. Claro que, se não há recursos para melhoria das condições do sistema judiciário e prisional, a situação piora, como estamos vendo agora. (MOTTA, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O Sistema Prisional Brasileiro tem como principal objetivo a reintegração, a reeducação e a proteção dos detentos. Assim como a reabilitação do mesmo para conviver em sociedade¹⁹. No entanto, esse sistema parece não estar cumprindo o seu papel na atual conjuntura político-jurídica, visto que o número de reincidências cresce anualmente em um percentual cada vez maior. Um a cada quatro ex-condenado recebe uma nova condenação dentro de cinco anos após o cumprimento da pena anterior²⁰. Essa reincidência deriva da incapacidade do estado intervir notoriamente na mudança de consciência do indivíduo infrator e na falta de individualização da pena. Estatisticamente, no Brasil,

¹⁹ QUEIROZ JÚNIOR, Aderaldo. A realidade carcerária: um retrocesso à ressocialização. 2014.

²⁰ IPEA, 2015.

a maior parte da população carcerária do Brasil é negra e a maioria dos delitos são²¹ : Crimes contra o patrimônio; lei das drogas; e, Crimes contra a pessoa. Além disso, a maior parte da população carcerária do Brasil é negra e a maioria dos delitos é (INFOPEN, 2015): Crimes contra o patrimônio; lei das drogas; e, Crimes contra a pessoa. Este trabalho é necessário ao esclarecimento dos limites jurídicos na ressocialização do apenado, assim como a responsabilidade estatal na concretização destes preceitos. Para que desta forma, o cidadão possa se conscientizar acerca da responsabilidade pública na ressocialização do apenado e não descaracterizar o real sentido das normas “penalizadoras”. No Brasil, ao cometer um crime contra a sociedade, o infrator passa pelo julgamento para ser dada uma sentença e a pena. Se condenado, ele é levado à reclusão para a penitenciária. É neste ambiente que o problema se agrava. Embora o ordenamento jurídico brasileiro proteja, em sua redação, o preso com assistências e amparos, isso não se apresenta no fato jurídico-social. Na maioria dos presídios os presos são tratados com preterição e desprezo. Consequentemente, passa a agir com revolta. Ao contrário da proposta de ressocializar, na realidade, a cadeia está piorando o indivíduo. Assim, os efeitos da degradação do indivíduo em conviver harmonicamente em sociedade não ficarão apenas por dentro dos muros do presídio. Devido à falta de estrutura, por exemplo, muitos dos presos fogem. Eles começam a agir ainda pior fora da cadeia, com pensamentos de vingança. Além dos mandados de crime que são feitas de dentro da cadeia por telefone, mesmo que não se possa ter acesso a esse tipo de comunicação. Portanto, problemas na estrutura intensificará a violência dentro e fora do presídio. Desde a decisão transitada em julgado e sua integração ao sistema carcerário, o indivíduo recluso não possui uma estrutura adequada nos presídios nem uma assistência integral e eficiente. A falta desse acompanhamento e estrutura gera uma maior vulnerabilidade do apenado, ou seja, uma maior possibilidade de reincidência, como também um menor índice de reintegração social e no mercado de trabalho. A população prisional do Brasil ultrapassa os 620.000 presos, com déficit de vagas superando os 250.000 presos (INFOPEN, 2015). A superlotação, portanto, é um problema sério nos presídios, contra a dignidade da pessoa humana, princípio constitucional. Além das garantias da LEP, uma das bases da ressocialização do indivíduo recluso está prevista no artigo 5º da Constituição Federal do Brasil de 1988, em que defende o respeito à integridade física e moral do apenado. Conforme o inciso III do artigo 5º da Constituição Federativa da República do Brasil, "Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante". Mas não é isso que se nota quando, em noticiários, observa-se a falta de elementos fundamentais para ressocializar o indivíduo, como a Assistência Médica. Ou ainda da Assistência Educacional, ou seja, usufruir da educação como ferramenta para redução da pena, visando à reformulação moral e ética do apenado. Conforme o médico e escritor Drauzio Varella (1999, p. 94), "a cadeia infantiliza o homem e [...] tratar de presos requer sabedoria pediátrica". A inércia na busca por uma solução para este problema é intensificada pela consciência coletiva de uma boa parcela da população, que acredita que o criminoso é apenas um parasita da sociedade. Assim, repetem discursos como “o bandido tem que sofrer”, ou ainda, “bandido bom é bandido morto”. É verdade que uma pessoa que praticou algo contra o bem da

²¹ INFOPEN, dez./2015.

comunidade precisa ser punido pelo que fez, mas não se pode esquecer que o criminoso continua sendo uma pessoa humana. Tendo, por garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana, o direito à vida. E o direito à vida abrange o direito a integridade física e moral, a alimentação, a saúde e a educação. **CONCLUSÃO:** Nota-se que as normas da Execução Penal no Brasil é uma das mais modernas do mundo, mas há falha na sua aplicabilidade, como explanado nesse trabalho. Portanto, há a necessidade de mais estudos e análises a fim de reverter essa precariedade. Uma das possíveis soluções é a aplicação de trabalho aos apenados como forma de ressocialização. Essa ideia já é aplicada em alguns presídios brasileiros, mas precisa de muitas melhorias. O preso precisa saber o que está fazendo e o porquê. Não apenas o obrigar e fazê-lo entender apenas como uma obrigação. É preciso que o preso entenda o valor que aquele trabalho terá para ele, se reconheça com seu trabalho e se orgulhe pelo que fez. A solução desse e de muitos problemas não é tratando das consequências, mas sim prevenindo as causas. É preferível a prevenção de um problema à remediação. Portanto, essa pesquisa caminhará para um estudo de criminologia e prevenção ao crime. A solução mais eficaz, partindo da ideia de prevenção, é pensar na implementação de mais educação nos presídios. Sendo ela de importância indubitável. Uma educação de maior qualidade no Brasil, possivelmente, diminuiria a alarmante população carcerária brasileira. No entanto, como há falha na aplicação para prevenção, usar a educação como tratamento da consequência que foi gerada, poderia ser uma alternativa relevante. A tentativa de resolver o problema apenas com medidas punitivas, que não visam ressocializar nem buscam a conscientização do infrator, vem se mostrando ineficaz. O apenado precisa saber quem ele foi no passado, quem ele é no presente e quem ele pode ser no futuro. Assim, virá a consciência, como ensina Paulo Freire (1983). O indivíduo recluso precisa adquirir a capacidade de perceber a relação entre si e o ambiente, a sociedade. Infelizmente, estas formas de aplicação podem ser ineficazes se a conjuntura social brasileira continuar como a atual em relação ao descaso com o combate e prevenção ao crime, pois a maioria dos indivíduos reclusos, antes, não puderam ser “socializados”, tampouco poderão ser “ressocializados”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 7.210, Lei de Execução Penal.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 maio 2017.

BECCARIA, Cesare Bonesana. **Dos delitos e das penas.** Trad. Lúcia Guidicini, Alessandro Berti Contessa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org). **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 117-139, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. **Educação e Mudança**. Col. Educação e comunicação/v. 1/12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIXO, Marcelo. **Desintegração do sistema prisional, segurança pública e exclusão social**. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000702171&lang=pt. Acesso em: 09 maio 2017.

INFOPEN. **Base de dados Infopen: população carcerária brasileira de 2014 a 2015**. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisional/base-de-dados-infopen-csv.csv>. Acesso em: 27 jun. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA(IPEA). **Reincidência Criminal no Brasil: Relatório de Pesquisa**. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf. Acesso em: 15 maio 2017.

LIMA, Jhêssica Luara Alves de. Reabilitação criminal, ressocialização e direitos humanos. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 92, set 2011. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10246. Acesso em: 10 maio 2017.

MACIEL, José Fabio Rodrigues; Aguiar, Renan. **História do Direito**. Col. Direito Vivo. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MOTTA, Manoel Barros da. **Crítica da Razão Punitiva: Nascimento da prisão no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

PRAZO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. **A cartografia como método para as ciências humanas e sociais**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 38, p.45-59, jan./jun., 2013.

QUEIROZ JÚNIOR, Aderaldo Ribeiro de. **A realidade carcerária: um retrocesso à ressocialização**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/29379/a-realidade-carceraria-um-retrocesso-a-ressocializacao>. Acesso em: 01 maio 2017.

VARELLA, Dráuzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ABANDONO AFETIVO: RESPONSABILIDADE CIVIL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS JOVENS

Antônio Oscar de Oliveira Galvão
Brendda Melo de Queiroz Teixeira
João Vinicius Lucena Lopes
Pryscila Dayane de Oliveira Cruz

RESUMO: A presente pesquisa trata do abandono afetivo, apresentando a nova família diante do CC/02²², CF/98²³ e do ECA²⁴ e os prejuízos causados no psicológico do tutelado ante a falta de afeto do responsável, bem como jurisprudências sobre a temática.

Palavras-chave: Abandono afetivo. Responsabilidade Civil. Indenização.

INTRODUÇÃO: A presente pesquisa trata da temática do abandono afetivo na atual conjuntura brasileira, mostrando a nova visão familiar diante do Código Civil de 2002, Constituição Federal do Brasil de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É apresentado no decorrer da abordagem, os prejuízos causados no psicológico do tutelado em razão da falta de afeto de um ou mais responsáveis na presença educacional e emocional do tutelado. Os posicionamentos jurisprudenciais sobre a temática fazem análise a respeito da existência da responsabilidade civil dos tutores perante seus tutelados. Por ser um conhecimento novo, ao qual tem como base as pesquisas bibliográficas internacionais e artigos psicológicos trazidos para o âmbito nacional, os doutrinadores brasileiros repassam um imenso conhecimento para a sociedade em relação aos prejuízos causados ao tutelado, onde hodiernamente, é possível ver decisões favoráveis à reparação desse dano perante o judiciário, a fim de punir o tutor e evitar futuros abandonos, no qual tem-se três objetivos para a pena: a punição, o aprendizado e a reabilitação. A importância do acompanhamento parental na vida dos filhos é relevante também para o Direito Penal. Um levantamento feito pelo Ministério Público entre 2015 e 2016 (DEL-CAMPO, 2016 apud LOBEL, PAGNAM, 2016) observou que 2 entre 3 jovens infratores do estado de São Paulo não convivem com o pai em suas casas, além disso, 42% destes jovens não possuíam nenhum tipo de contato com seus progenitores, traçando uma conexão direta entre o abandono e a marginalização na juventude. A temática do abandono afetivo se faz necessária de ser estudada pelo fato da falta de informação não só doutrinária, mas principalmente social onde grande parte da população não sabe qual o seu significado, como suceder de fato e como agir quando ocorrer o abandono afetivo, assim buscando trazer a lei ao encontro de toda parcela da sociedade e abandonar o caráter elitista das normas. Os objetivos da exploração acerca da temática do abandono afetivo é: caracterizar a temática na atual sociedade brasileira; explicitar as normas que são cabíveis ao processo; expor a importância das normas para prevenção e tratamento das vítimas que sofrem desse

²² Código Civil de 2002

²³ Constituição Federal do Brasil de 1988

²⁴ Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

abandono; enfatizar os tipos de consequências acarretadas ao tutelado; Expor a precarização que as normas e órgãos que tratam o tema no Brasil e Propor a criação e melhoria das normas de regulação da relação entre tutor e tutelado, assim como o investimento em órgãos que auxiliem e amparem essas relações. **REVISÃO DA LITERATURA:** Para embasar esse pensamento, foi utilizado primeiramente o âmbito internacional, através dos psicólogos Rochilin (1961) com seu artigo *The Dread of Abandonment: A contribution to the Etiology of the Loss Complex and Depression* e Nagera (1970) *The Psychoanalytic Study of the Childreferente*, referente ao dano psicológico causado pelo abandono afetivo. Aproximando para o âmbito nacional, foram utilizados os doutrinadores: Áries (1990) **História social da criança e da família**. Dias (2013) **Manual de direito das famílias**. Fraga (2005) **A guarda e o direito de visitação sob prisma do afeto**, ao qual expõem a importância do afeto na vida do tutelado, e o quanto isso interfere na vida do mesmo, desenvolvendo assim, a ideia de necessidade quanto a um trabalho judiciário maior sobre o tema. Para reforçar esse âmbito jurídico doutrinário, foi utilizado a Constituição Federal de 1988, o Código Civil de 2002, Código Penal de 2003 e o Estatuto da criança e do adolescente, de 1990, legitimando assim as intervenções ao mesmo tempo em que é exposto como é tratado na própria legislação brasileira. Maria Berenice Dias em seu livro **Manual de direito das famílias** caracteriza a relação de afeto como um ramo do direito e da família, sendo família qualquer relação afetiva mesmo sem o parentesco sanguíneo, acarretando as responsabilidades entre tutores e tutelado além do parentesco sanguíneo; dentro das responsabilidades enquadra-se criar, educar e garantir financeiramente, porém, superior aos cuidados financeiros, está a necessidade do poder parental e a garantia da relação afetiva entre os tutores e tutelados que ultrapassam o valor monetário. Afirma, ainda, que a relação do abandono afetivo é reforçada pela alienação parental causada pela separação dos genitores, ao qual usa o sentimento do filho como vingança. Thelma Fraga, por sua vez, expõe em seu livro **A guarda e o direito de visitação sob prisma do afeto**, a importância da família para a formação psicossocial da criança, uma vez que é o primeiro lugar onde o emocional da criança é tratado, e a falta desse apoio familiar inicial em forma do afeto é a maior causa de problemas na formação e vida de quem sofre com abandono afetivo. Jeferson Gonzaga em seu livro **O valor jurídico nas relações paterno-filiais**, reforça a importância dos tutores na formação dos tutelados, o quanto menor a idade maior a necessidade da relação sócio afetiva. Adriana Maluf em seu livro **Direito das famílias** caracteriza o afeto como um estado psicológico que permite a demonstração dos sentimentos que transcendem as características sexuais, formando uma relação íntima, ao qual a afetividade tem papel fundamental na formação da autoestima e da personalidade do indivíduo, uma vez que a ligação sócia afetiva formada, causa no tutelado admiração e espelhamento, sendo um dos principais fatores na formação do indivíduo. Trazendo os posicionamentos jurisprudenciais sobre a temática, se tem a primeira decisão no julgamento do processo de nº 141/1030012032-0, pelo juiz Mario Romano Maggioni, em 15.09.2003, na 2ª Vara da Comarca de Capão da Canoa – RS. Neste caso, o pai foi condenado em face de sua filha de 9 anos ao pagamento de 200 salários-mínimos de indenização por dano moral e o caso de abandono afetivo julgado pelo juiz Evaldo Dantas Segundo da comarca de Governador Dix-Sept Rosado, no dado caso o juiz condenou o pai pagar 50 mil a filha pelo ato do abandono afetivo, expondo

como a temática vem crescendo na nossa sociedade. **METODOLOGIA:** É apresentado na pesquisa o método bibliográfico, pautado nos principais doutrinadores brasileiros do direito da família, bem como nos artigos científicos nacionais, artigos científicos internacionais, jurisprudências e do método cartográfico, escala – projeção – simbolização, estabelecendo como base a evolução do direito sócio afetivo do indivíduo, onde através destas ferramentas de análises alternativas que se tem a compreensão referente a temática, em conjunto com o meio de pesquisa externa com o intuito de trazer a experiência empírica para o artigo. No desenvolvimento do projeto foi utilizado o meio de pesquisa qualitativa, no qual por meio da pesquisa externa foi observado o órgão Estatal que acompanha a volta do jovem infrator para a vida social, com o intuito de ver como tal órgão trata o valor afetivo entre tutores e tutelados, em busca de estudar a relação entre o abandono afetivo e o aumento da entrada de jovens na vida criminal. No método cartográfico se tem a escala, ao qual baseia-se no âmbito nacional e tenta regularizar o fato social. O direito do indivíduo é a principal característica da regulamentação deste fato, se baseando na Constituição Federal de 1988, estatutos, normas, decretos. Esse estatuto do abandono afetivo, busca a defesa do direito do indivíduo perante seus responsáveis. A projeção tem como base a relação entre o fato social, que é o abandono sócio afetivo e os danos causados perante o ato ilícito, e o fato jurídico que regulariza este fato social. A simbolização caracteriza como crime a quebra das leis que protege o tutelado, expondo os direitos que os favorecem. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A partir do estudado da temática foi possível ver um antigo e retrogrado ponto de vista do valor da tutela no direito, no qual a responsabilidade do tutor sobre o tutelado era apenas de suprir financeiramente com pensões, indenizações, e, dar o básico como: educação, saúde, lazer e moradia, entretanto com os estudos psicológicos sobre a importância do tutor para o tutelado foi possível ver que esse ponto de vista é equivocado. Para combater esse conceito de desvalorização do afeto, é necessário o aprofundamento da normatização em torno do tema em busca do alcance ao dever-ser, que vem com a aplicabilidade do direito na sociedade, esse deve-ser é caracterizado como estabelecimento da presença dos tutores no desenvolvimento da personalidade dos tutelados, assim garantindo um crescimento seguro para o tutelado. Para obter o dever-ser é necessária além do avanço na normatização em torno do tema, a melhoria na relação entre social e jurídico, para a conscientização sobre a importância e regulamentação do fato. É possível salientar a importância da troca do valor do amparo em relação ao tutelado, que antes se observava intimamente ligado ao valor monetário, acarretando assim uma mudança social e jurídica. É considerável uma formação de normas que regulamente e complemente a favor de melhor assegurar o afeto em prol do tutelado. Entretanto, além da falta regulamentação sobre o tema, o reconhecimento de sua importância pela sociedade e pelo Estado é mínimo, visto que uma parcela da população se quer sabe o significado de afeto, tutor, tutelado e a importância da relação entre eles. Além do desconhecimento sobre o tema pela população, foi possível enxergar, a partir da pesquisa externa, a precariedade e sucateamento dos órgãos que exercem intimamente a função de regular e auxiliar a relação entre tutor e tutelado, órgãos que além de estarem com seus locais em extrema decadência estrutural, onde faltavam materiais básicos, tem seus profissionais desinformados como: assistentes

sociais que não sabiam da existência do abandono afetivo e da regulação do mesmo, assim expondo o grande despreparo desses órgãos para tratar da temática.

CONCLUSÃO: Apesar dos magistrados ainda não terem uma opinião em relação à questão e existirem posicionamentos contrários à temática, vem prevalecendo de modo geral o argumento de que o dever de indenizar não é o de obrigar o amor ao filho (a), e sim o de estabelecer a presença dos tutores no desenvolvimento da personalidade dos tutelados, assim criar o vínculo entre tutor e tutelado não apenas a obrigação de amar, diminuindo os danos causados no psicológico do tutelado, obtendo dessa maneira uma melhoria no Ordenamento Jurídico Brasileiro e aproximação com a sociedade, onde sem a devido trabalho jurídico-social sobre o tema as taxas de abandono afetivo só tendem a aumentar, causando graves danos aos tutelados. Há necessidade de uma melhor regulação, em razão da ineficiência atual, onde essa nova legislação deve ser acessível a todos, com o intuito de não formar um direito elitista, sendo necessário um melhor desenvolvimento no âmbito da ação em razão dos casos, onde atualmente só é desenvolvido após o abandono já ter ocorrido, quando os tutelados já estão com um desenvolvimento psicológico e de personalidade formada, sendo assim uma norma para reparar e não evitar o abandono, para alcançar essa norma eficaz é preciso forma uma normatização que evite o problema e não apenas repare. Avisto disso, é essencial o vínculo familiar na formação psicossocial dos tutelados, bem como a representação legal como protetor legal desses, com o intuito de proporcionar um bem-estar familiar, prevenindo possíveis problemas que a falta desse afeto pode ocasionar, como a inserção desses jovens no mundo do crime. Faz-se necessário, assim, a busca ao alcance do dever-ser, que vem com a aplicabilidade do direito na sociedade, esse dever-ser é caracterizado como a troca do papel do afeto transformando-se em uma obrigação de amparo entre tutor e tutelado. Para se obter o mesmo, é necessária além do avanço na normatização em torno do tema, a melhoria na relação entre social e jurídico para a conscientização sobre a importância e regulamentação do fato. É possível salientar a importância da troca do valor do amparo em relação ao tutelado, que antes se observava intimamente ligado ao valor monetário, acarretando assim uma mudança social e jurídica. Sendo assim, se faz necessário além de uma regulação sobre o tema, investimento por parte do Estado em busca de expor a importância desse tema para a população de todas as classes econômicas, visando o aperfeiçoamento da relação jurídica-social. Além do investimento na informação, se faz necessário investimento nos órgãos que atuam na relação entre tutor e tutelado para estabelecer um melhor amparo e auxílio. Sendo assim a melhor forma de regular e amparar esse tema na sociedade, uma vez que o sistema jurídico já é composto por infinitas normas, porém uma norma só se faz efetiva quando atinge e ampara todas as parcelas da população e não apenas a elite.

REFERÊNCIAS

ABANDONO AFETIVO E O ORDENAMENTO JURÍDICO. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/25122/abandono-afetivo-e-o-ordenamento-juridico-brasileiro>. Acesso em: 01 set. 2018.

ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed., 1990.

ARTIGOS ACADÊMICOS SOBRE O ABANDONO AFETIVO. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?artigo_id=12913&n_link=revista_artigos_leitura. Acesso em: 28 ago. 2018.

BOWLBY, John. Grief and mourning in infancy and early childhood. **Psychoanal Study Child**, v. 15, Londres, 1969, p.679-688.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm. Acesso em: 27 ago. 2018.

_____. **Código Penal**. Alterado pela L-010.741-2003. Disponível em: http://www.dji.com.br/codigos/1940_dl_002848_cp/cp244a247.htm. Acesso em: 25 ago. 2018.

_____. **Código Civil**. Brasília, DF: Senado, 2002.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília, DF: Senado, 1990.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 6. ed. São Paulo: RT, 2013.

FRAGA, Thelma. **A guarda e o direito de visitação sob prisma do afeto**. Niterói: Impetus, 2005.

INFÂNCIA E FAMÍLIA NO BRASIL IMPÉRIO. Disponível em: <http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2011/01/infancia-e-familia-no-brasil-imperio.html>. Acesso em: 27 set. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 01 set. 2018.

LOBEL, FABRÍCIO; PAGNAM, ROGÉRIO. Folha de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://folha.com/no1786011>. Acesso em: 05 set. 2018.

NAGERA, H. Children's reaction to death of important objects: a developmental approach. **The Psychoanalytic Study of the Child**, v. 25, p. 360-400, 1970.

ROCHLIN, **The Dread of Abandonment**: A contribution to the Etiology of the Loss Complex and Depression, 1961.

MULHERES INVISÍVEIS: DA INEFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS À VULNERABILIDADE SOCIAL

AUTORES

Sandra Mara de Araujo Ferreira
Nicolle Raissa Gomes Claudino
Sara Luiza Vicente da Silva
Bianca Muniz Pinheiro
Beatriz Oliveira Lobato
Daiany Dinamerico Pinheiro Lacerda

RESUMO: A proposta deste artigo é colocar em evidência a problemática acerca de mulheres em situação de rua e a violência sofrida por elas, trazendo à tona a vasta lacuna existente entre a norma (que em tese deveria proteger essas mulheres e seus direitos garantidos na Constituição Federal) e a sua aplicabilidade por parte da atuação governamental, como também a conduta e o posicionamento da sociedade em geral diante desse contexto. O Presente grupo realizou um projeto de extensão chamado “Mulheres Invisíveis”. O qual teve como público alvo o grupo de apoio a moradores em situação de rua. A extensão tratou de levar a temática sobre as mulheres em situação de rua para pessoas que já possuem contato com a classe, para que assim, o conhecimento jurídico do grupo fosse de fato passado adiante com clareza e efetividade. Dessa forma, com a finalidade de contribuir com a mudança desse fato social e disseminar o conhecimento normativo que trata desse fato, o presente trabalho utilizou-se da interdisciplinaridade e de situações práticas para enfatizar a problemática e proporcionar sensibilização na sociedade.

Palavras-chave: Mulheres de rua. Violência. Ineficácia Normativa.

INTRODUÇÃO: O presente relato de experiência tem como principal objetivo adentrar na vivência do grupo “João Paulo II” localizado em Macaíba/RN. O motivo disso é claro, eles trabalham com moradores de rua, e a grande intenção foi conhecer, de fato e de direito com uma roda de conversa enriquecedora para ambos os grupos, como essa realidade é feita, e através disso, mostra-lhes um pouco da normativa que protege a população de rua, principalmente as mulheres. Nesse contexto, é importante ver que a temática das mulheres em situação de rua e a violência sofrida por elas, tanto física, como simbólica (moral e psicológica), que é trabalhada por Pierre Bourdieu (1930-2002), é de imenso desvalor social, e por isso, justifica-se como uma problemática de todos. Com isso, iremos destacar a evolução histórica e sociocultural dos moradores de rua, que não possui data concreta para seu início, mas em meados do século XIX começava a revolução industrial ¹ no Brasil, a qual deu início ao êxodo rural, que é a saída dos moradores do campo para a cidade, nesse caso, para trabalhar nas indústrias e movimentar a máquina capitalista ² da época. No entanto, não foram todas as pessoas que se habituaram a nova realidade do país, e foram excluídos da produção. Os quais, segundo Marx (1818-1883) faz parte do “exército industrial de reserva”, e por não terem maiores opções, acabam por tentar a sobrevivências nas ruas. Somado a isso, também será

tratada a criação de normas e princípios que resguarda seus direitos. Como também, enfatizar a ineficácia normativa e as melhores formas de responsabilizar o Estado por essa situação de extrema miséria. **METODOLOGIA:** Seguindo a proposta cartográfica, elaboramos nosso projeto seguindo o viés qualitativo, usando como escala a necessidade de abordagem sobre essa temática desde seu contexto histórico a sua invisibilidade perante a sociedade chegando ao olhar jurídico, durante a análise notamos que da existência normativa até a sua aplicabilidade existe uma vasta lacuna a ser preenchida, por parte da atuação governamental no que se diz respeito a essa população e por parte da sociedade em geral mediante sua conduta e posicionamento diante essa problemática. Sendo assim, o público alvo, como já dito é grupo de apoio a moradores de rua João Paulo II, localizado em Macaíba, RN. A extensão tratou de levar a temática sobre as mulheres em situação de rua para pessoas que já possuem contato com a classe, para que assim, o conhecimento jurídico do grupo fosse de fato passado adiante com clareza. No dia 4 de junho de 2018, às 19 horas, deu-se início a extensão na cidade de Macaíba, a apresentação contou com slides explicando o que é a violência contra mulher, qual a normativa que a resguarda, as diferenças de necessidades entre homens e mulheres em situação de rua. Bem como, também mostrou o decreto de Lei que traz garantias fundamentais, a lei 7.053, a qual, de acordo com o artigo 1º é: “Política Nacional para a População em situação de Rua, a ser implementado de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste decreto” com a responsabilidade do Estado. Logo após essa exposição de conhecimento, foi a vez do grupo João Paulo II contar mais sobre suas experiências sociais, formando assim uma roda de conversa. Além disso, foi feito um questionário sobre a extensão, com três perguntas: “1) Diante da nossa apresentação quais foram os valores acrescentados a ação social executada pelo grupo? ” “2) A perspectiva jurídica aqui apresentada de alguma forma agregou em seus pensamentos sobre as mulheres em situação e rua? “e “3) Em sua opinião o que poderia ser feito para mudar essa realidade?”. As respostas foram ótimos indicadores de que realmente o projeto de extensão tinha cumprido seu objetivo de forma positiva e agregado valores para o grupo. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O impacto dessa extensão foi além do que se esperava, exatamente pelo contato que o grupo João Paulo II tem com essas mulheres moradoras de rua, o que fez com que a roda de conversa com as perguntas acima mencionadas transformassem a experiência em uma troca de conhecimentos. Com base nos “resultados esperados” os quais fora, relatados no Projeto de Intervenção interna na disciplina de Interdisciplinar III, foi visto que: “Por fim, o que se espera com esse projeto é levar mais conhecimento social e jurídico, além de provocar melhorias no comportamento dos ouvintes, os quais levarão as competências adquiridas para as suas atividades semanais”. É de total relevância afirmar que tal resultado foi positivamente alcançado, visto que, o grupo de apoio João Paulo II esteve presente no local marcado e participou ativamente da atividade, através de perguntas e experiências que viveram ao longo das atividades com os moradores de rua. Ademais, ao falar da realidade social que as mulheres lidam todos os dias nas ruas de todo o Brasil, foi de grande importância a fala de casos concretos levados por nós e falados por eles. Com isso, o conteúdo jurídico que levamos foi de muita utilidade para os ouvintes, os quais se mostraram interessados. Como mostrado nos “Indicadores e avaliação” no Projeto de Intervenção Externa, tínhamos como meio de avaliação um questionário com perguntas sobre o entendimento do assunto

levado e tratado por nós. Assim, foi realizado com sucesso e obtivemos diversas respostas motivadoras. Como exemplo, para a resposta sobre a pergunta de número 3, que foi dada por uma das participantes do grupo: “Para mudar essa realidade é importante a responsabilização do nosso Estado e a conscientização das pessoas sobre essas mulheres, pois ainda é muito grande o preconceito sofrido por elas” Com isso, observamos em conjunto com o grupo “João Paulo II” que as normas constitucionais, como o princípio da dignidade humana e o princípio da isonomia, bem como o decreto de Lei nº 7.053, não são conhecidos por grande parte das pessoas que são “instruídas” e, tão pouco pelas moradoras de rua. Além de não conhecerem sobre tais direitos, essas normas não são o suficiente para essas indivíduos em situação de vulnerabilidade. Pois, são praticamente desconhecidas, por esse motivo, toda violência sofrida por elas, não possui visibilidade das autoridades, nem tão pouco da sociedade, que as faz sentir cada vez mais a invisibilidade de morar na rua. **CONCLUSÃO:** Por fim, é notável que o presente tema não possua muita atenção das autoridades, bem como da sociedade como um todo. Por esse motivo, foi dado o nome “Mulheres Invisíveis” ao projeto de extensão, que foi realizado com o grupo “João Paulo II” localizado em Macaíba. Com isso, durante a extensão obtivemos os resultados alcançados positivos, de acordo com os indicadores das respostas do questionário que realizamos na extensão. Além disso, o diálogo entre nós e o grupo acrescentou na realidade dos dois projetos, o deles, por levarem um pouco do conhecimento jurídico, e o nosso por entender mais a atividade social que eles realizam.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 5 set. 2018.

_____. **Decreto de Lei nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 05 set. 2018.

_____. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf. Acesso em: 05 set. 2018.

MARX, Karl. **O capital**. 1867. Disponível em: <https://coletivocontracorrente.files.wordpress.com/2013/10/tmps7j7bv.pdf>. Acesso em: 05 set. 2018.

PERÍODO DE GRAÇA DA PREVIDÊNCIA

AUTORES:

Sergivaldo Soares Antas de Gouveia
Clenilson Faustino
Shirley Anastacio Rodrigues da Costa
Leonardo Pereira Silveira

RESUMO: A previdência social revela-se como um direito fundamental de todo homem advindo de suas reivindicações por meio de conquistas e lutas históricas. Em razão disso, sua importância não pode e nem deve ser mitigada. Por conta disso é necessário que haja um esforço para que o direito à previdência não se torne ineficaz por conta da inércia do Estado que não se mobiliza para conscientizar os destinatários acerca da assistência previdenciária. Infelizmente milhares de trabalhadores brasileiros nem sequer ouviram falar sobre direitos previdenciários básicos que lhes assiste, tendo assim, seus direitos fundamentais violados por não os conhecer. Direitos esses que lhes são negados por mera falta de vontade política e de senso humanitário. O direito tem de ter eficácia, e essa eficácia só é alcançada quando o destinatário do direito é contemplado com o pleno cumprimento da norma. Para que isso se concretize, é preciso fazer com que o indivíduo conheça o ato normativo.

Palavras - chave: Direito fundamental à previdência social. Período de graça. Desconhecimento dos direitos básicos de assistência previdenciária.

INTRODUÇÃO: O presente artigo é produto da análise crítica do desconhecimento entre os destinatários do direito previdenciário, em especial os trabalhadores urbanos, do instituto período de graça, este assim denominado pela doutrina pátria. Tal instituto está tipificado no art. 15, II, da lei nº 8.213/91 (lei de benefícios do Regime Geral de Previdência Social) e assegura a cobertura de todos os riscos sociais, que possam vir a afligir o trabalhador, por um período determinado no ato normativo supracitado, ainda que o empregado perca sua atividade laborativa da qual extraia os recursos para sua subsistência. Essa previsão normativa de manter o segurado empregado coberto pelo sistema previdenciário — mesmo sem está exercendo uma atividade laborativa lícita — é uma exceção ao **caráter contributivo** do regime geral de previdência, este instituído pela Constituição Federal no seu art. 201, caput. O pano de fundo que contextualiza e que também motivou a confecção desse artigo é o atual cenário de desemprego em massa que assola o Brasil com índices alarmantes. Atualmente o país tem 13,2 milhões de desempregados, conforme dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Citei que um dos motivos que impulsionou a criação desse artigo é o grande número de desocupados, porquanto, ao perder a atividade laborativa é que se dará início à extensão da cobertura previdenciária (período de graça) que manterá o segurado protegido contra eventuais riscos sociais que o possam atingir, permitindo assim, que o indivíduo venha a ter direito a todos os benefícios da previdência social, exceto salário família, por um decurso de tempo delimitado no ato normativo já mencionado. Aliado ao cenário de desemprego há ainda o alto número de

trabalhadores que não têm conhecimento mínimo de seus direitos assecuratórios. O foco do assunto aqui abordado está voltado para a análise do, quase total, desconhecimento — por parte dos trabalhadores — dos seus direitos previdenciários básicos, fato esse, que após uma pesquisa feita de forma empírica pelo grupo que compôs esse trabalho científico, foi constatado que dentre dez trabalhadores entrevistado nessa pesquisa de campo, nove não conhece ou nunca ouviu falar sobre o instituto período de graça (manutenção da qualidade de segurado), ou seja, cerca de 90%. Um dado preocupante, tendo em vista o grande problema social que a falta de uma renda mínima para subsistência das famílias pode gerar ao Estado. Pois, só o fato de está desempregado já é por demais angustiante, visto que o trabalhador perdeu sua fonte de renda e não ter como se sustentar quando se encontra além de desempregado também incapacitado para qualquer atividade laborativa, é ainda mais perturbador. Ainda tratando de dados estatísticos, faz-se necessário citar os dados colhidos pela FenaPrevi (Federação Nacional de Previdência Privada e Vida) numa de suas pesquisas nos mostrando que a maioria dos brasileiros quando perguntados sobre o sistema público de previdência social, apenas 11% considerou que sabia muito ou o suficiente a respeito do tema. O levantamento que ouviu 1.500 indivíduos com mais de 23 anos de todas as classes sociais e em todas as regiões do país, ainda mostrou que 86% sabem pouco, sabem nada, ou desconhecem totalmente o assunto. Três por cento (3%) da amostra não souberam responder. Esses dados nos dá uma noção do quão importante é o assunto aqui abordado, sendo o escopo do período de graça manter o trabalhador que perdeu seu emprego de forma involuntária coberto contra eventuais ocorrências de risco sociais. Como dito no parágrafo anterior, o período de graça, assim como os benefícios que ele garante aos segurados empregados da previdência social, visa também minimizar os índices de criminalidade existentes no País, porquanto, é sabido que há uma relação entre o aumento da criminalidade e alto índices de pessoas socialmente vulneráveis, conforme nos mostra a criminologia (ciência que estuda os fatores que contribuem para o aumento da criminalidade). Assim, o conhecimento do instituto previdenciário aqui trabalhado traz eficácia à norma do art. 15, II da lei 8.213/91, porque ela objetiva garantir o mínimo existencial quando o indivíduo se encontrar desempregado e, por qualquer motivo, incapacitado para executar uma atividade laborativa lícita, desde que cumpra cumulativamente os requisitos para a concessão de cada benefício. Todavia, grande parte dos proletários brasileiros deixa de ter acesso aos benefícios previdenciários, quando desempregados e acometidos por moléstias que os deixam incapacitados, por não conhecer a norma do que instituiu o período de graça. A problemática aqui narrada não é causada pela norma, e sim, pela indisposição política e ineficiência dos órgãos relacionados à pasta previdenciária que permanecem na inércia de não criar projetos de conscientização dos segurados e beneficiários do RGPS, este que é regido pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Esses órgãos, que representam o Estado, quando agem dessa forma, deixam de dar cumprimento a um direito que inclusive é reconhecido internacionalmente, porquanto consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em que no seu artigo 25, parte B, diz: “toda pessoa tem direito à segurança em caso de desemprego, doença,

invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.” Portanto, esse artigo também visa evidenciar a violação de um direito que é essencial à pessoa humana. As violações que o Estado, por inércia, causa aos seus cidadãos proletários não se limita ao âmbito internacional, pois há também no âmbito interno, porque o tema previdenciário é abordado pela Constituição da República, inclusive com status de direito fundamental de segunda dimensão, sendo tipificado no Art. 6º, e mais precisamente nos Artigos. 201 e 202, todos constantes na CF/88 (Constituição Federal). Sendo assim, trabalhadores e beneficiários da previdência social, ao não terem ciência dos seus direitos referentes a esta matéria, estão sendo privados dos seus direitos fundamentais, o que é inconcebível para um Estado democrático de direito. E isso demonstra uma inércia estatal que consolida a máxima que diz: “só tem direito quem os conhece”. Ainda dentro do aspecto constitucional do tema, necessário se faz transcrever o que diz Canotilho: “Pode-se afirmar que a constitucionalização desses direitos revela a fundamentalidade dos mesmos, reafirmando sua positividade no sentido de serem posições juridicamente garantidas e não meras proclamações filosóficas, funcionando como garantidor da ordem jurídica. A positivação constitucional contribui para a efetividade dos valores morais, para tornar efetiva a existência dos direitos fundamentais, tal como o direito previdenciário, no qual sua existência depende de todo um aparato legislativo para a realização da norma.” (CANOTILHO, 2001). Portanto, a previdência social e seus institutos protetivos é uma necessidade, sendo o seguro social meio necessário e eficaz de garantia de uma vida digna. **REVISÃO DA LITERATURA:** Quanto à norma específica que regulamenta a previdência social, lei nº 8.213/91, ao ser analisada foi possível constatar que a lacuna existe entre o **dever ser** e o **ser** não era a norma o problema, muito pelo contrário, a norma é boa, porém não tem chegado aos seus destinatários, resultado da inércia e falta de iniciativa política em buscar resolver essa discrepância em que a fonte do direito e ao mesmo tempo destinaria deste (a sociedade), consegue ter acesso amplo ao conhecimento daquilo que lhe pertence. Dessa forma, mais do que um bônus, a garantia necessária da vida digna é um ônus social, já que a dignidade da pessoa humana é também um dever, se enquadrando aí a garantia do auxílio e manutenção de meios de sobrevivência aqueles que por algum acidente ou até mesmo por razões de idade se tornaram inativos socialmente. Eis o motivo pelo qual devemos tentar resolver esse problema. **METODOLOGIA:** Buscamos examinar doutrinas que permitiam a visualização completa do conceito e estrutura sobre o tema, identificando, assim, o universo estrutural e jurídico sobre o período de graça, um dos institutos do direito previdenciário, para influenciar didaticamente ao jurista e leitor a respeito do tema, como também, para instruir e suprir o déficit de conhecimento do tema pela sociedade. Buscamos auxiliá-los ao conhecimento, pois visamos um impacto social de conhecimento do direito e norteamento. Na projeção da pesquisa temos uma base de estudos que fundamentando toda a argumentação necessária para verificar a realidade numérica de informações aprofundadas sobre o período da graça, analisando todos os requisitos básicos que o configura, assim, explicando como essa cobertura previdenciária funciona, sua estrutura e quais são seus benefícios, instruindo e

fomentando aquele que procura pelo direito ou estuda. Realizamos uma pesquisa bibliográfica em obras sobre o direito previdenciário, o ato normativo Lei nº 8.213/91, bem como artigos, revistas e jornais online, tendo o foco numa fundamentação e explanação do conhecimento sobre o tema abarcado, pois o simbolismo mostra que a realidade jurídica diverge da realidade social sobre a temática. Paralelamente, realizamos uma pesquisa legislativa para conhecimento das leis aplicáveis ao tema, obtendo às informações necessárias, realizando um o processo intelectual de depuração, buscando termos ao trabalho a demonstração da relevância do problema e a pertinência, ou não, a respeito do tema. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O objetivo geral do artigo é inferir a falta de conhecimento do empregado em relação à instituição jurídica, período de graça, da previdência social. Em vista, que estamos com um número grande de desempregados na praça, no qual alguns são aptos a este instituto. Tendo como base tal objetivo o trabalho foi a campo para que possamos elaborar um conhecimento sobre o tema em epigrafe. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica em obras sobre o direito previdenciário, o ato normativo Lei 8.213/91, bem como artigos, revistas e jornais online para a fundamentação e explanação do conhecimento sobre o tema abarcado, pois o simbolismo mostrava que a realidade jurídica diverge da realidade social sobre a temática. **CONCLUSÃO:** A limitação encontrada na pesquisa que impossibilita a eficácia do instituto do tempo de graça é o seu desconhecimento pelo titular do direito. E em meio, ao nível de desemprego que chegamos neste ano, este instituto se faz necessário, pois acoberta boa parte desses trabalhadores recém desocupados. Massa essa de trabalhadores que perdeu sua fonte de renda e estão à mercê de riscos sociais que poderiam ser dirimidos pelo conhecimento de tal direito. Já não bastasse isso, temos ainda a indisposição política e a ineficiência dos órgãos relacionados ao tema previdenciário, que permanecem na inércia de não criar projetos de conscientização dos segurados e beneficiários do RGPS, este que é regido pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Sendo assim, trabalhadores e beneficiários da previdência social, ao não terem ciência dos seus direitos referentes a esta matéria, estão sendo privado dos seus direitos fundamentais, o que é inconcebível para um Estado democrático de direito. E isso demonstra uma inércia estatal que consolida a máxima que diz: “só tem direito quem os conhece”.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Dayse Coelho de. 2007. **A fundamentalidade dos direitos sociais no Estado Democrático de Direito**. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3237. Acesso em 11 set. 2018.
- AVELINA NETA, Avelina. **Alíquota Reduzida Para Segurado Facultativo Sem Renda Própria: um exemplo de política de inclusão previdenciária**. Informe de Previdência Social, v. 27, n. 04, abril. 2015.

BALERA, Wagner. Sistema de Seguridade Social. 5. ed. São Paulo: LTr, 2009.
BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e Constitucionalização do Direito (O triunfo tardio do Direito Constitucional no Brasil). **Revista de Direito Administrativo nº 240**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.

BIBLIOTECA VIRTUAL DE DIREITOS HUMANOS. Declaração Universal dos Direitos Humanos . Acesso em: 11 set.2018. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>. Acesso em: 11 set. 2018.

BRASIL. **A Previdência Social como Direito Fundamental**. [S.l: s.n.], 2007.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Decreto nº 3048, de 06 de maio de 1999**. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Disponível em: [ww2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1999/decreto-3048-6-maio-1999-368532-publicacaooriginal-96753-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1999/decreto-3048-6-maio-1999-368532-publicacaooriginal-96753-pe.html).

_____. **Instrução Normativa INSS/PRES nº 77, de 21 de Janeiro de 2015** - DOU de 22/01/2015. Disponível em: <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/38/inss-pres/2015/77.htm> . Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. **Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015**. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Brasília: Senado, 2015.

_____. **Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8212cons.htm. Acesso em: 11 set. 2018.

_____. **Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991**. Disponível em: BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 27. ed. São Paulo: Malheiros: 2012. Acesso em: 11 set. 2018.

_____. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília: Senado, 1991.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Ed.49. Brasília: Câmara. 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Estado de Direito**. Lisboa: Gradiva, 2001.
CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. 13. ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

DANTAS, Emanuel; BARBOSA, Edvaldo; FERREIRA, Arivânia. **Medidas de inclusão previdenciária no Brasil**. Informe da Previdência Social, v. 24, n. 09, setembro. 2012.

DERBLI, Felipe. **O Princípio da proibição de retrocesso social na Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

DUTRA, Carina Lentz. **O direito à previdência social na perspectiva da tutela jurisdicional dos direitos**. 2011. Disponível em: http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2011_2/carina_dutra.pdf. Acesso em: 11 set. 2018.

FAÇANHA, Josanne. A Previdência Social Brasileira: da origem histórica ao panorama atual. **Revista Humanas**, Paço Lumiar, MA, v.2, n.3, p.33-45, jul. 2015.

FENAPREVI. **Maioria dos Brasileiros Desconhece as Regras do Sistema Previdenciário Brasileiro**, aponta pesquisa FenaPrevi/Ipsos. Disponível em: <https://www.cnseg.org.br/fenaprevi/servicos-apoio/noticias/maioria-dos-brasileiros-desconhece-as-regras-do-sistema-previdenciario-brasileiro-aponta-pesquisa-fenaprevi-ipsos.html>. Acesso em: 11 set. 2018.

GOES. Hugo. **Manual de Direito Previdenciário**. 13. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2016.

IBRAHIM. Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. 18. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2013.

JUVENTUDE. Informe da Previdência Social, v. 27, n. 05, maio. 2015.

KERTZMAN. Ivan. **Curso Prático De Direito Previdenciário**. 14. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

MOTTA. Sylvio. **Direito Constitucional: Teoria, Jurisprudência e Questões**. 26. ed. São Paulo: Método, 2016.

PREVIDÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Brasília: Senado, 1999.

RUFATO, Andrea; BARBIERI, Carolina. **Trabalho Docente e Proteção Social na Seguridade Social**. institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Brasília : Senado, 1991.

EUTANÁSIA NO BRASIL - E OS EFEITOS DA SUA ILEGALIDADE

AUTOR:

Rogério Fernandes de Moraes

RESUMO: O presente artigo visa esclarecer a eutanásia, abrangendo toda polêmica que a envolve e também posições de doutrinadores. Só foi possível adquirir os resultados a partir de pesquisas bibliográficas e pesquisas em campo. Visto isso, alcançamos de forma almejada todos os resultados esperados.

Palavras - chaves: Eutanásia. Pensadores. Polêmica.

INTRODUÇÃO: Na opinião de Santana (2013) a palavra eutanásia se origina a partir do grego (eu + thanatos) que pode ser traduzido como “boa morte” ou “morte sem dor”. Afirma Zamataro (2013) o termo eutanásia foi proposto pela primeira vez pelo filósofo inglês Frank Bacon no século XVIII, quando escreveu na sua obra “*Historia vitae et mortis*”, segundo a visão de Bacon, os médicos além de abreviarem sua vida por casos irreversíveis também a cometia no caso do paciente não ter condições de viver, em estado terminal, para aliviar seu sofrimento. Tal ato foi repudiado pela igreja católica, por afrontar o direito a vida, comparando por sua vez o sofrimento humano com o sofrimento de Cristo. Nesse meio são ramificados três tipos de eutanásia, a ativa, passiva e de duplo efeito. A ativa é a que se pratica em casos misericordiosos, por motivos de piedade onde não se pode mais ajudar o paciente. A eutanásia passiva ou indireta é quando deixa o paciente ir a óbito sem buscar uma cura pra seu caso. E por ultimo a eutanásia de duplo efeito é quando em uma ação indireta dos médicos o deixam ir a óbito (CORDEIRO, 2010). Conforme Molinari (2014) a eutanásia é um tema muito abrangente no meio social, e consequentemente polêmico em relação aos pensamentos religiosos. Há países que aceitam sua pratica dependendo dos fatos apresentados. O primeiro país do mundo a consagrar a eutanásia foi a Holanda, desencadeando outros a aceitarem tal fato. Países esse: Bélgica, Suíça, Alemanha, Estados Unidos, Uruguai e Colômbia. Por outro lado há uma grande maioria que não aceitam como também consideram, sujeito a uma sanção caso efetuado. O Brasil é um bom exemplo desses países. Esse tema foi escolhido pela sua grande abrangência no meio social, tendo em vista, que a eutanásia tem sido assunto de diversas indagações nos últimos tempos, existem fortes controversas sobre os aspectos contraditórios e favoráveis a este temática. Além disso, as discursões polemizadas relacionadas à eutanásia designam de inúmeras argumentações divergidas, tanto de opiniões acadêmicas, quanto opiniões de senso comum. Desta forma, nunca chega a uma união no que tange ao Direito, à Filosofia e à Medicina. Diante do exposto, pretendemos desenvolver um artigo cujo objetivo central de refletir, a partir da legislação vigente em nosso país, a respeito da eutanásia enfatizando os aspectos contraditórios e favoráveis, botando em pratica todo nosso apanhado que foi adquirido ao realizar o projeto de intervenção externa, mostrando um bom senso coletivo dos jovens, e sua perspectiva pessoal diante dos avanços sociais e tecnológicos, e finalizar com um breve resumo da forma que é mais aceita em nosso país, fundamentando, por sua vez, com opiniões de autores que defendem ou se opõem ao contexto atual.

METODOLOGIA: A metodologia utilizada se deu através de consulta a sites, livros e também a artigos científicos e jurídicos, como exemplo as leis que abordam esse tema existente no código penal, na constituição. No entanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e descritiva, pois se emprega de uma fonte de autores, descrevendo fatos e fenômenos sem modifica-los. Na elaboração do artigo também foi utilizado o método cartográfico, em que o pesquisa se encontra com a explanação histórica da norma, deste modo, o método que foi aplicado na pesquisa em apreço retrata uma dialética, em que buscou uma apuração da realidade, consequentemente, uma análise das construções argumentativas, por fim, a reflexão da síntese primária da tese e antítese já concluída, baseada em fundamentos legais, documentais e doutrinários. Além disso, a seguinte pesquisa apresentou-se em uma escala nacional, pois a eutanásia é criminalizada em âmbito pátrio, podendo analisá-la a partir da sua proibição, materializando-se de modo negativo em um exercício criado no meio social, político e jurídico. Projetando-se em forma de leis previstas o código penal, que indiretamente penalizam sua prática, para uma extinção total desta conduta que é repudiada. Observando toda essa previsão na norma jurídica, não simboliza, ou até mesmo não reflete na sociedade de forma tão aceitável, pois há controversas de opiniões juridicamente relevantes envolvendo sua legalização. Para melhor fundamentar nosso apanhado de pesquisas, utilizamos o método qualitativo, que é basicamente um método de pesquisa social que emprega técnicas de juntar dados através de uma apreciação cuidadosa, por meio de entrevistas abertas, grupos de debates ou pela observação das opiniões dos participantes. Esse método também foi executado no projeto de extensão do Interdisciplinar III, ao explanar em sala de aula toda a temática exposta, e colher informações que enriqueceram nosso trabalho.

REVISÃO DA LITERATURA: A análise da eutanásia é de suma importância, não especificamente por ser um tema muito atual e controverso, mas para conhecê-lo melhor a partir de pensamentos de filósofos e professores, para que o leitor diante disto possa tomar uma posição para defendê-la ou criminalizá-la, mas todo esse processo ocorre sobre a luz da legislação, que mesmo de forma indireta, abrange essa temática, criminalizando-a por sua grande relação com a moral em nosso cotidiano, e principalmente por afrontar o direito à vida. Ela não tem uma norma específica que lhe direcione uma sanção, mais por meio de outras ela pode ser punida, por ser considerado crime de homicídio; induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio; ou omissão de socorro. A mesma se encaixa em três artigos do código penal brasileiro que estão a luz do texto constitucional disposto no artigo 5º “Todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida [...]”. Visto isso, podemos frisar que em nenhuma hipótese o indivíduo investido de direitos e obrigação pode optar por tirar sua própria vida ou pedir que outro o faça em nenhuma hipótese, pois estará ferindo seu direito à vida e o que a nossa própria constituição suprema dita que é a inviolabilidade da vida. Nesse meio, abrange três artigos de forma não específica, mas que penalizam a sua conduta. Encontra-se na parte especial do Código Penal, o artigo 121 – matar alguém; seja por piedade, ou até mesmo efetuando a morte por vontade do paciente, o indivíduo que realizou vai ser acusado de homicídio, e ao analisar os fatos a sua pena pode variar de 06 (seis) a 20 (vinte) anos, podendo esse ato se caracterizar em o homicídio privilegiado, quando é cometido por motivo de relevante valor social ou moral, que acarretará a diminuição da pena, de 1/3 à 1/6. O Segundo

é o artigo 122 – Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça; como podemos ver, também é um crime que viola o direito a vida, só que o agente não o comete diretamente, mas utiliza meios para que venha ter aquele fim. A pena neste caso é mediana, reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos se o suicídio se consuma, ou reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave. E por último o artigo 135 – omissão de socorro; nesse caso ele vai omitir que a vítima está morrendo achando que é melhor para ela assim, ou deixar de prestar socorro ao paciente que se encontra em estado crítico e o deixando ir a óbito. Neste caso temos uma pena menor comparada aos outros dois, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa, visto que o 121 e 122 são considerados mais complexos. Além destes artigos, podemos identificar princípios que regem o nosso direito, mas por sua vez se encontram em conflitos, como é o caso dos princípios da dignidade da pessoa humana que se encontra logo no art. 1º, inciso III, da CF/88, o da inviolabilidade da vida previsto no artigo 5º *caput*, como visto anteriormente, que posto nesse tema se contrapõe ao princípio da autodeterminação do povo previsto no artigo 4º, inciso III, da CF/88. Partindo da ideia de que o estado nos dá o direito de ditar nossos próprios atos por meio do princípio da autodeterminação, que ao analisar por um lado nos daria o direito de escolha a morte digna para aliviar o sofrimento. Mas esta escolha fere o direito a vida, que é protegida pelo princípio da inviolabilidade da vida, fazendo com que o paciente o paciente pereça aos poucos e, tendo de certa forma o seu direito de dignidade da pessoa humana violado. É um conflito que traz muitas indagações doutrinárias a respeito de qual princípio deva prevalecer, sendo que a constituição está resguardando os direitos do indivíduo que engloba todos eles. Vale salientar que a atual interpretação entende que a vida vale mais que o direito de escolha. Para esclarecer esse entendimento nos valem as lições de Jose Afonso da Silva, sobre “vida” na Constituição Federal:

Não será considerada apenas no seu sentido biológico de incessante auto-atividade funcional, peculiar à matéria orgânica, mas na sua acepção biográfica mais compreensiva. Sua riqueza significativa é de difícil compreensão porque é algo dinâmico, que se transforma incessantemente sem perder sua própria identidade. É mais um processo (processo vital), que se instaura com a concepção (ou germinação vegetal), transforma-se, progride, mantendo sua identidade, até que mude de qualidade, deixando, então, de ser vida para ser morte. (SILVA, 2000, p. 200).

No entanto, nos aparándo das palavras de Jose Afonso da Silva, podemos ver que a inviolabilidade do direito a vida não seria algo superior ao direito de escolha, visto que, o direito a vida, como Silva diz não é no sentido biológico, mas todo um contexto que envolve seu bem-estar psicológico, para assim dar continuidade a vida com dignidade, englobando aqui o princípio da dignidade da pessoa humana. Voltando para uma comparação internacional vemos que há uma relação muito forte entre indivíduo e a escolha da boa morte, já está ocorrendo uma prática em alguns países desta escolha, que ele em sua consciência consente em seu prontuário médico se ele quer ou não a eutanásia em caso de algum acidente e não tenha possibilidade de sobreviver. Esta é uma relação muito clara em que cada um tem o direito à morte por escolha própria, mesmo contrapondo o pensamento moral. Esse procedimento não ocorre no Brasil, desta forma, não há casos de eutanásia, ao menos relatados, ficando o grupo impossibilitado de acrescentar jurisprudências ou

relatos da eutanásia no território brasileiro. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A partir de alguns objetivos traçados, podemos alcançar de forma consistente os resultados almejados, e assim nos aprofundar um pouco mais sobre o tema apresentado, de modo que fique mais claro o entendimento dos leigos, visto que não tem muito conhecimento sobre o tema. Nosso trabalho foi fundamentado com opiniões de doutrinadores que defendem a criminalização e a legalização desta conduta, baseado nos longos anos de pesquisa dos mesmos, enriquecendo assim nosso artigo para melhores resultados. Primeiramente podemos destacar aqui opiniões similares que buscam definir a abreviação da vida de forma crítica, tentando assim, defender sua tese que a legalização da eutanásia seria uma conduta prejudicial ao bem estar social e o direito a vida do indivíduo. Segundo o ponto de vista ético na medicina, afirma o professor Dr. José Roberto Goldim que “Eu não darei qualquer droga fatal a uma pessoa, se me for solicitado, nem sugerirei o uso de qualquer uma deste tipo”. Destaca ainda sobre a prática da eutanásia e do suicídio assistido o professor Goldim (2004, p.01):

A tradição hipocrática tem acarretado que os médicos e outros profissionais de saúde se dediquem a proteger e preservar a vida. Se a eutanásia for aceita como um ato médico, os médicos e outros profissionais terão também a tarefa de causar a morte. A participação na eutanásia não somente alterará o objetivo da atenção à saúde, como poderá influenciar, negativamente, a confiança para com o profissional, por parte dos pacientes. A Associação Mundial de Medicina, desde 1987, na Declaração de Madrid, considera a eutanásia como sendo um procedimento eticamente inadequado.

Outra influente pensadora é a professora Damares Alves, onde ela defende de maneira árdua a não legalização da eutanásia, onde diz ela, “isso é muito sério, o que estamos vendo é uma vontade e iniciativa para instituir no Brasil a cultura da morte”, [...] (ALVEZ, 2015). Contrapondo-se as opiniões anteriormente citadas vamos expor alguns autores que defendem a legalização da eutanásia, e podendo assim conhecer “os dois lados da moeda”, e posteriormente relaciona-los em meio a nossa legislação. Em primeira instância podemos citar o Dr. Gilberto Thums, procurador de justiça e professor da FMP, ele apresenta argumentos a favor da eutanásia, afirmando ele que a não realização da eutanásia é de certa forma egoísmo por parte da família que impede na maioria das vezes que o paciente possa morrer com dignidade. Seu ponto central ao defender a eutanásia é que o indivíduo deve morrer de forma nobre e não ficar vegetando por decisão de terceiros, assim prologando sua angústia e sofrimento. E por fim um pensamento de um genial médico, cujo nome é Genival Veloso de França, professor de Medicina e Direito da UFPB onde destaca seu ponto de vista a favor da eutanásia. Segundo Fernandez (2016 apud FRANÇA 2016):

O ato de promover a morte antes do que seria de esperar, por motivo de compaixão e diante de um sofrimento penoso e insuportável, sempre foi motivo de reflexão por parte da sociedade. Agora, essa discussão tornou-se ainda mais presente quando se debatem os direitos individuais como resultado de uma ampla mobilização do pensamento dos setores organizados da sociedade e quando a cidadania exige mais direitos. Além disso, surgem cada vez mais tratamentos e recursos capazes de prolongar por muito tempo a vida dos pacientes

descerebrados, o que pode levar a um demorado e penoso processo de morrer. (FRANÇA, 2016, p. 01).

Ambas as apreciações tem o intuito dentro de seu ponto de vista de defender o bem estar do ser humano, mediante aos seus argumentos os que defendem sua legalização querem diminuir seu sofrimento direcionando total escolha do indivíduo de “boa morte”, e por outro lado procuram estender o tempo de vida do paciente apontando seu direito de viver, que ao ser violado poderia causar uma cultura de morte. Podemos relacionar também o que foi adquirido em nosso trabalho de extensão, que ao ver da grande maioria dos alunos com idade média de 17 anos, a eutanásia seria uma forma de dar maior autonomia ao direito de escolha de indivíduo, uma vida digna, diferente de uma vida infeliz, passar anos sofrendo com uma doença que vai lhe consumindo aos poucos até ter o mesmo fim que poderia ter antecipado. Contudo, diante de tudo isto, o pensamento que prevalece é o dos que criminalizam, pois essa prática querendo ou não sofre muito influência da moral e da religião, que exercem de forma significativa peso sobre o direito, mesmo de forma implícita, apesar de o direito ser laico. Desta forma, mesmo com a eutanásia sendo legalizado a prática em algumas das grandes economias mundiais, não está se alicerçando no Brasil, e assim o indivíduo tendo seus dias prolongados.

CONCLUSÃO: A eutanásia são técnicas de abreviar a vida de pacientes em estado vegetativo ou terminal e que estão sofrendo de dores insuportáveis. Esta prática não é novidade, eram bastante praticadas em tempos muito antigos. Atualmente, muito se debate sobre a eutanásia, sendo correto que as leis da maioria dos países civilizados combate tal exercício, apesar desse ato ser uma realidade social. Em nosso país a eutanásia é impedida, ficando classificada inclusive como crime, sujeito a uma sanção muito rigorosa. Em outras nações, especialmente na Holanda a prática já é assegurada pela lei, sendo empregada em várias situações, para tornar mínimo o sofrimento do indivíduo que se encontra em um caso muito delicado, podemos afirmar aqui que seria por ato de piedade. Mediante as melhorias da medicina começaram a aparecer indagações que num passado próximo perseveravam, a padrão da bioética do médico em conservar vivo, sem medir esforços um paciente que está inconsciente, sem nenhuma esperança de retorno. Além do mais, a lei que trata da eutanásia no Brasil que estão sendo questionadas por grandes pensadores deste tema, sendo classificada como atrasada e desproporcional com os fatos atuais, a autorização da eutanásia e a sua regularização apresenta ser de grande importância, portando devem ser abraçados pelo legislador pátrio, essa seria a principal forma de legalização. Por meio de um objetivo geral podemos alcançar todos os específicos e refletir, a partir da legislação vigente em nosso país, a respeito deste tema muito contraditório, enfatizando em especial a criminalização e descriminalização para poder melhor estruturar o pensamento dos que a não conhecem aprofundamento e assim podendo se posicionar melhor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 05 de outubro de 1988.

_____. **Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.** Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez., 1940.

CORDEIRO, Everton Fernandes. **Eutanásia:** algumas pontuações sobre o tema e suas relações com a atuação do psicólogo. Disponível em: http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_42402/artigo_sobre_eutanasia--algumas-pontuacoes-sobre-o-tema-e-suas-relacoes-com-a-atuacao-do-psicologo. Acesso em: 28 set. 2018.

GOLDIM, José Roberto. **Eutanásia no Brasil.** Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/eutanbra.htm>. Acesso em: 30 set. 2018.

_____. **Eutanásia.** Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/eutanasi.htm>. Acesso em: 02 out. 2018.

MOLINARI, Mário. **Eutanásia:** análise dos países que permitem. Disponível em: <https://mariomolinari.jusbrasil.com.br/artigos/116714018/eutanasia-analise-dos-paises-que-permitem>. Acesso em: 09 out. 2018.

PEREIRA, Barbara. **Quais os tipos de eutanásia que existem?** Disponível em: http://eutanasia10g.blogspot.com.br/2010/06/quais-sao-os-tipos-de-eutanasia-que_06.html. Acesso em: 02 out. 2018.

SÁ, Maria Fatima Freire de. **Direito de morrer eutanásia, suicídio assistido.** 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

SANATANA, Ana Lúcia. **Eutanásia.** Disponível em: <http://www.infoescola.com/etica/eutanasia/>. Acesso em: 09 out. 2018.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo.** 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

ZAMATARO, Yves. **Eutanásia – direito a uma morte digna ou um crime?** Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI179433,41046-Eutanasia+direito+a+uma+morte+digna+ou+um+crime>. Acesso em: 10 out. 2018.

A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE DAS DEMANDAS JUDICIAIS

AUTOR:

Euclides Alves da Silva Neto

INTRODUÇÃO: Com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, a dogmática jurídica brasileira, tipicamente tímida quanto à eficácia jurídica de princípios e normas constitucionais, avançou celeremente para o reconhecimento da aplicabilidade de todos os dispositivos constitucionais. Dessa forma, temos a saúde como um dos direitos fundamentais que compõem o mínimo existencial garantidos a todos pela CF, a possibilidade da condenação do Sistema Único de Saúde (SUS) em prestações positivas de saúde, como medicamentos, cirurgias, etc, dever que lhe cabe por expressa determinação constitucional, tornou-se perfeitamente aceitável para a doutrina jurídica brasileira, prevalecendo a concepção de que o juiz, ao verificar no caso em concreto a omissão ou ineficácia do Poder Público, deve supri-la por meio de sua ordem. Portanto, ao se recorrer a justiça para ter acesso a bens de serviços de saúde que não obtiveram no SUS, a este fenômeno, dá-se o nome de Judicialização da Saúde. **METODOLOGIA:** Será realizado um estudo descritivo e exploratório, de abordagem quantitativa. O objeto pesquisado será os processos judiciais impetrados contra a Secretaria da Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Norte (SESAP), para o fornecimento de medicamentos à saúde no ano de 2017. Os dados serão coletados no portal do Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Norte – E-SAJ, no setor de Demandas Judiciais da SESAP e da Unidade Central de Agentes Terapêuticos. Foram selecionadas as ações judiciais que foram impetradas com demandas de medicamentos e observados os seguintes aspectos: números de processos judiciais demandando medicamentos, número de medicamentos e insumos por processo judicial, produtos solicitados, municípios responsáveis por maior número de processos e o condutor da ação. **REVISÃO DA LITERATURA:** A obrigação de fazer, prestação positiva, mediante a elaboração de políticas públicas é múnus do Estado. O direito à saúde pública encontra-se positivado na Constituição Federal expressamente nos artigos 6º e 196, sendo um direito social e fundamental. A saúde é inerente ao ser humano, bem como à sua vida com dignidade, sendo um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, expresso na CF em seu art. 1º, inciso III. Assim, além das obrigações inerentes ao Poder Executivo na implementação dos serviços de saúde pública, as novas características da legislação de saúde pública e a incapacidade do atual sistema em suprir as necessidades mínimas da população acabaram por mobilizar o Poder Judiciário com o propósito de dirimir os conflitos existentes. Para Nunes e Junior (2016), “a judicialização em si não é boa nem ruim. Ela traz problemas, mas também provoca melhorias. O fato é que o direito, com sua linguagem do legal/ilegal e sua tradição positivista, não é suficiente para concretização de um direito que é social e que tem sua dimensão política pungente”. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Realizado busca no E-SAJ, do TJRN, com o descritor “medicamentos à saúde”, encontrado um total de 97 processos. Por seu turno, no setor de Demandas Judiciais e na UNICAT, ficou evidente o malgrado em fornecer os dados, dessa forma, não logrei êxito na obtenção dos dados em razão de tal óbice. Sendo assim,

foram analisados apenas os dados encontrados no E-SAJ do TJRN. Após análise dos processos, restaram 47 processos, por se tratar de ação direta contra o Estado do RN, demandando medicamentos e, 50 processos, que embora acionassem diretamente o Estado do RN, requeriam outras demandas que não os medicamentos e também impetradas contra os municípios. Quanto ao número de produtos por processo, foi encontrado 29 processos que solicitavam apenas 1 medicamento, 8 que pediam 2 produtos, 4 processos que pediam 3, 1 processo que pedia 4, 1 processo que pedia 12 e 4 processos que não especificaram o medicamento. Referente ao município com mais autores, destaca-se Mossoró com 13 processos, seguido de Natal com 6 e Pau dos ferros com 5 processos. Destaca-se quanto aos patronos dos autores, dentro os quais, 22 processos foram patrocinados por advogados particulares, 15 pela defensoria pública e 10 ajuizamentos de ação civil pública pelo Ministério Público. **CONCLUSÃO:** O Poder Judiciário tem se mostrado ativo na determinação do cumprimento do direito fundamental à saúde, mesmo em detrimentos de vários problemas relacionados ao processo de judicialização, a saber: os custos abusivos para o sistema, os poucos beneficiários, a extrapolção de leis, a falta de regulamentação sobre o processo de concessão de medicamentos pela via judicial... somado a isso, ainda podemos acrescentar o perfil elitizado dessa pequena parcela da população que vai aos tribunais. O ativismo judicial na saúde tem sido praticado de forma a ignorar o gasto com apenas um cidadão. Se tal postura for continuamente desprezada, corre-se o risco de o acúmulo das ações individuais gerar um grande prejuízo à coletividade. Dessa forma, há a necessidade de estreitar, com urgência, os canais de comunicação entre gestor e magistrados, para que não se inviabilize a gestão estratégica do sistema.

Palavras-chave: Judicialização. Saúde. Medicamentos.

REFERÊNCIAS

LOTTENBERG, C. L. **Saúde e cidadania:** a tecnologia a serviço do paciente e não ao contrário. São Paulo: Atheneu, 2015.

MAPELI JÚNIOR, Reynaldo. **Judicialização da saúde:** regime jurídico do SUS e intervenção na administração pública. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

NUNES, C. F. O.; R. JÚNIOR, A. N. **Judicialização do direito à saúde na região Nordeste, Brasil:** dimensões e desafios. Caderno de saúde coletiva, 2016, Rio de Janeiro, 24 (2): 192-199.

A RESPONSABILIDADE DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - UMA ANÁLISE A RESOLUÇÃO Nº 414/2010- ANEEL

AUTORA:

Ana Beatriz de Oliveira Faria

RESUMO: A Iluminação Pública tem uma grande importância no crescimento urbano das cidades, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas em que nelas residem. Para manter uma cidade organizada, é de suma importância projetos de melhorias, de acordo com o crescimento econômico e urbanístico da cidade, manutenção das redes elétricas públicas para se ter um ambiente iluminado e organizado para uma qualidade de vida satisfatória. Para se obter uma iluminação pública de qualidade é preciso que alguém seja responsável pelas manutenções tanto das redes físicas quanto dos projetos de adequação. Neste artigo o enfoque é o direcionamento da responsabilidade da iluminação pública, qual órgão público, ou empresa tem obrigação mediante o ordenamento jurídico de manter uma iluminação pública de qualidade, mas precisamente na cidade de Natal no Estado do Rio Grande do Norte. Inicialmente apresenta-se um histórico de iluminação pública, em seguida o direcionamento das responsabilidades de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e a Resolução Normativa nº 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Conclui-se que o Estado que tem obrigação de cuidar da manutenção e das melhorias da iluminação Pública, podendo sim direcionar a uma empresa privada, mediante licitação, em que a empresa de distribuição de energia tem apenas obrigação de manutenção e melhorias com seus clientes, ou seja, seus consumidores, quanto a iluminação pública da cidade é de inteira responsabilidade do município.

Palavras - chave: Iluminação Pública. Responsabilidade. ANEEL.

INTRODUÇÃO: É provável que nos primórdios da história da luz, como na Idade da Pedra, tenha servido apenas com a função de melhorar a visibilidade dos objetos e espaços do cotidiano do homem, em lugares escuros. Neste artigo pretende-se direcionar a real responsabilidade da iluminação pública, e quais seriam seus respectivos serviços para se obter uma iluminação pública de qualidade. Adentrando primeiramente com uma interpretação histórica, isto é, de como se iniciou a iluminação pública nas cidades, as primeiras iluminações, de quem era a responsabilidade antigamente. Como ficou a responsabilidade depois da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e com a Resolução Normativa nº 414 de 9 de setembro de 2010, estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica, mais conhecida como a ANEEL. Por se tratar de um patrimônio público, tendo em vista que na cidade de Natal quem é responsável pela distribuição de energia elétrica é uma empresa privada é importante a sociedade ter o direcionamento a quem deve recorrer em relação a iluminação pública da cidade.

METODOLOGIA: De acordo com a vivência na empresa privada que distribui energia elétrica na cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. Chamada de Companhia de Energética do Rio Grande do Norte (Cosern). Foi realizado uma análise jurídica a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 mais precisamente no art. 30, inciso V. e a Resolução Normativa nº 414 de 9 de setembro de 2010, estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Com

embasamento nas demandas recebidas relacionadas a manutenção preventiva e manutenções de melhoria por meio da população, relacionadas a iluminação pública. **REVISÃO DA LITERATURA:** A iluminação iniciou na era da idade da pedra quando o homem utilizava da iluminação natural e artificial, através da claridade da lua, ou do fogo. A iluminação tem um papel fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Nos povos antigos, a iluminação iniciou com a utilização de óleos de origem animal ou vegetal. Antes da chegada dos portugueses ao Brasil, os indígenas utilizavam a luz natural do sol e da lua, e o fogo para iluminar. Trouxeram da Europa as formas de iluminação por meio da queima de óleos para o Brasil. O óleo de oliva era um dos mais utilizados, porém a matéria prima tinha um alto custo, então apenas os burgueses conseguiam utilizar esse recurso. Com o passar do tempo no Brasil, o óleo de oliva foi substituído pelo óleo de mamona e o óleo de coco, por ser uma matéria prima mais barata, por ter em abundância e ser acessível para todas as classes sociais do país. Posteriormente começou a produção de velas feitas de cera de abelha e gordura animal. A iluminação pública iniciou no Brasil no século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, era utilizado lampiões a base de óleos nas ruas principais da cidade, ou seja, onde pessoas de condição financeira viviam. No início do século XX, houve uma pequena evolução utilizando máquina a vapor para iluminar a cidade, e em meados 1887 uma usina elétrica começa a operar na região Sul do Brasil, dando origem ao primeiro serviço municipal de iluminação pública, passando a progredir na iluminação de outras cidades. Com essa intensa evolução da iluminação, veio a invenção da lâmpada que implicou em mais um grande progresso na iluminação pública, iniciando por lâmpadas incandescentes, depois a vapor de mercúrio, a vapor de sódio, em seguida a multivapores metálicos, lâmpadas de indução e as mais atuais como as de leds. Percebe-se uma transformação de acordo com o desenvolvimento e a necessidade que uma organização social precisa, mediante transformações ditadas pela sociedade. Com esses desenvolvimentos sociais, veio a necessidade de melhorar a iluminação pública, então viram o início de uma nova era, os postes, de início eram a gás onde uma pessoa era responsável em ascende-los todos os dias e com o passar dos tempos foi evoluindo assim com as lâmpadas. Existiu a necessidade de ter uma empresa para cuidar especificamente da distribuição da energia elétrica e da iluminação pública, na década de 1930, os responsáveis pela iluminação pública era o comitê de Distribuição (CODI), pela qual passaram anos, na década de 1960 houve uma melhoria na iluminação com a mudança das lâmpadas a vapor de sódio de alta pressão, melhorando a visibilidade nas ruas. Com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no art. 30, inciso V, que diz que é de competência dos municípios, organizar e prestar diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local (..), foi transferido a responsabilidade para os municípios, que poderiam decidir a administração ou ceder a uma empresa terceirizada. Por não haver mais interesse da concessionária de distribuição, em administrar esse serviço público, o Departamento Nacional de águas e energia elétrica (DNAEE), foi o órgão responsável para regular e fiscalizar os serviços de energia elétrica no país. Até que em 1996, a Agência Nacional de Energia Elétrica, mais conhecida como ANEEL, foi criada, com uma missão de proporcionar condições favorável para o mercado de energia elétrica, mantendo o equilíbrio em benefício da sociedade. De acordo com a resolução normativa nº 414/2010 da ANEEL, no art. 218, diz que a distribuidoras devem transferir os ativos

de iluminação pública, as prefeituras. Sendo de inteira responsabilidade do município, que pode ser direta ou sob regime de permissão ou concessão. As empresas contratadas que ficam responsáveis de manter o fornecimento de energia elétrica necessária para o abastecimento de todo o município, debitando o consumo as Prefeituras, conhecida como Contribuição de Iluminação Pública (CIP), tarifas debitadas nas faturas das unidades consumidoras. E se estiver estipulado em contrato também são responsáveis pela manutenção de redes, lâmpadas, postes de iluminação, projetos de melhorias são de inteira responsabilidade do município. Caso as empresas que distribuem energia não sejam responsáveis pela devida manutenção, o Estado então é o responsável, então a sociedade que precisar dos serviços, devem solicitar a prefeitura. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Essa discussão tem como resultado, conscientizar as pessoas a procurarem os órgãos competentes de maneira correta, saber a quem precisam recorrer caso precisem resolver um problema da sociedade, qualidade de vida é responsabilidade de todos. Contudo a iluminação pública é de responsabilidade do Estado. Cabe a sociedade reivindicar seus direitos de melhorias de projetos, ampliações de iluminação, manutenções de lâmpadas e redes elétricas. **CONCLUSÃO:** Exigir uma iluminação pública de qualidade, é um dever societário mesmo que não haja informações corretas por parte do Estado, em muitas vezes culpar as concessionárias prestadoras de serviços, pela lâmpada queimada no poste na rua, ou por projetos de iluminação pública ultrapassada, muitas vezes pondo a segurança das pessoas em risco é dever do cidadão reivindicar qualidade no serviço público, principalmente nas manutenções e fiscalizações.

REFERÊNCIAS

ANEEL. **Resolução Normativa nº 414/2010**. 2010. Disponível em: http://www.aneel.gov.br/documents/656827/16228368/ren2010414_Texto_Atualizado_Compacto_28rev_800_2017-29.pdf/6f42da02-7ce0-b9b7-7a8f-041731263807. Acesso em: 23 out. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

CODI, 1988. **Substituição de Lâmpadas Incandescentes no Sistema de Iluminação Pública**. Comitê de Distribuição (CODI), Abradee, Rio de Janeiro: Relatório SCPE. 33.01 de 13/10/1988.

ROSITO Luciano Haas. **As origens da iluminação Pública no Brasil**. 2009. Disponível em: <http://www.osetoelettrico.com.br>. Acesso em: 15 out. 2018.

LIMITAÇÕES À PROPRIEDADE

AUTORES:

Priscilla Bezerra de Souza

Francisco Vieira Sousa Júnior

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo de forma geral discorrer sobre um dos temas mais polêmicos e de grande relevância social, o instituto da propriedade. Demonstrar as limitações, restrições no que tange ao direito de propriedade. Utilizando-se de metodologia doutrinária, pesquisa acadêmica.

Palavras-chave: Propriedade. Limitações à propriedade. Função Social.

INTRODUÇÃO: O presente trabalho será abordado sobre as limitações do direito de propriedade. Os objetivos aqui buscados é analisar quanto aos efeitos jurídicos, partindo da premissa de que nenhum bem, nenhuma propriedade é absoluta. Definir as limitações ao direito de propriedade, analisar os efeitos para a sociedade. Em tempos remotos o direito de propriedade era tido como absoluto e ilimitado, é certo que houve uma mudança de paradigmas com o advento de pensamentos individualistas; egocêntrico propagados pelos Romanos. O direito de propriedade é um direito fundamental desde a Constituição de 1824 e resguardada até hoje em nossa Constituição de 1988. O direito de propriedade também se configura como direito inviolável e individual elencados no artigo 5º da Carta maior no inciso XXII. Ao passo que na própria Constituição remete ao princípio da função social remetendo, contudo, que a propriedade atenderá a sua função social. Aqui é perceptível uma restrição; limitação ao caráter absoluto do direito de propriedade. Segundo José Afonso da Silva (2010), as limitações ao direito de propriedade consistem nos condicionamentos que atingem os aspectos tradicionais desse direito, critérios como absoluto, exclusivo e perpétuo. Absoluto quando assegura ao proprietário a liberdade de dispor da coisa da forma que quiser; exclusivo, quando imputado ao proprietário e só a ele, cabe; perpétuo, porque não desaparece com a vida do proprietário, e será objeto de direito sucessório transmitindo para seus herdeiros, significando que tem duração ilimitada. Assim, o direito visto antes como absoluto passa ter algumas restrições. Restrições essas que vão limitar ao direito tradicionalmente tido como absoluto, e condicionam os aspectos de sua característica absoluta, agora visto como relativo e resguardado pela Constituição Federal. Tal relativização se dá pelo princípio da função social da propriedade. Isso quer dizer que deve melhor ser visto um bem, quando tiver uma função social. A desapropriação é uma limitação e como sendo ela afeta diretamente a característica de perpétuo do bem. Pela desapropriação é como é realizado pelo Poder Público a transferência compulsória da propriedade particular. (AFONSO, 2010). Para o particular em seu íntimo e pessoal gera preocupação quanto ao tema, ora, uma propriedade é um bem que na maioria das vezes é adquirido de forma onerosa exceto outras opções de aquisição de bens, mas no geral se dá pela aquisição

onerosa e isso faz com que esse cidadão tenha em seu interior a certeza de que aquele bem é seu independentemente de qualquer outra coisa. Porém há situações em que poderá esse bem ser desapropriado para garantir a função social desse bem em prol da coletividade. Portanto, a desapropriação segue o princípio da função social em prol da coletividade em detrimento do particular. Esse tipo de situação que é resguardada pela Carta maior gera satisfação para a coletividade, já que atingirá os anseios destas, mas que por outro lado, o privado gera desaprovação, insatisfação e insegurança jurídica. Dada a relevância que é o tema polêmico da propriedade, verificaremos o direito de propriedade como um direito individual; absoluto em detrimento de um direito que é limitado constitucionalmente. Quebrando paradigmas com relação ao critério absoluto adotado em tempos atrás numa doutrina liberal que fora modificada por um viés constitucional fundado na função social que se deve dá a propriedade. Há jurisprudência quanto ao tema:

STJ - AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL AREsp 1244034 SP 2018/0024573-9 (STJ)

Data de publicação: 16/04/2018

Ementa: ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE. **DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA.** ARBITRAMENTO DA INDENIZAÇÃO. CONSIDERAÇÃO DO LAUDO PERICIAL PROVISÓRIO. POSSIBILIDADE DE NÃO OBSERVÂNCIA DA CONTEMPORANEIDADE. EXCEÇÃO À REGRA GERAL. 1. O art. 26 do Decreto-Lei 3.365 /1941 atribui à justa indenização o predicado da contemporaneidade à avaliação judicial, sendo desimportante, em princípio, o laudo elaborado pelo ente expropriante para a aferição desse requisito ou a data da imissão na posse. Precedentes. 2. Admite-se, no entanto, que a instância ordinária, senhora da instrução processual, mediante persuasão racional devidamente motivada, estabeleça outro referencial probatório para a definição da indenização justa. Precedentes. 3. Agravo conhecido para negar provimento ao recurso especial. (BRASIL, 2017, online).

METODOLOGIA: Este trabalho foi elaborado a partir de uma obra de Direito Constitucional de José Afonso da Silva, da 33ª edição do ano de 2010, tema muito interessante sobre direito de propriedade, no capítulo V, título III sobre as limitações a propriedade. É destacável a relevância e que gera muita polêmica no que diz respeito a quebra de paradigmas sobre um direito constitucionalmente previsto em detrimento das situações em que a propriedade observará a função social e assim, desprende-se do que antes era tido como um direito absoluto. Foi então pesquisado alguns artigos na internet, porém, foi analisado apenas algumas leituras no que diz respeito ao tema em específico, e pude notar o quanto esse tema é relevante, contudo, foi aprofundado a metodologia da obra de José Afonso, pois nesta obra há um melhor conceito, definição e características mais satisfatório do que os artigos pesquisados. Foi adicionado uma jurisprudência referente a desapropriação para a utilização pública, bem como as devidas referências. **REVISÃO DA LITERATURA:**

A propriedade é um bem inviolável, individual resguardado pela Constituição Federal, e será observado em primeiro lugar o princípio da função social. Nos dizeres do José Afonso da Silva (2010, p. 283) podemos destacar:

O princípio vai além do ensinamento da igreja, segundo o qual “sobre toda a propriedade particular pesa uma hipoteca social”, mas tendente a uma simples vinculação obrigacional. Ele transforma a propriedade capitalista, sem socializá-la. Condiciona-a como um todo, não apenas seu exercício, possibilitando ao legislador entender com os modos de aquisição em geral ou com certos tipos de propriedade, com seu uso, gozo e disposição. Constitui, como já disse, o fundamento do regime jurídico da propriedade, não de limitações, obrigações e ônus que podem apoiar-se — e sempre se apoiaram --- em outros títulos de intervenção, como a ordem pública ou a atividade de polícia. A função social, assinala Pedro Escribano Collado, “introduziu, na esfera interna do direito de propriedade, um interesse que pode não coincidir com o do proprietário e que, em todo o caso, é estranho ao mesmo”, constitui um princípio ordenador da propriedade privada e fundamento da atribuição desse direito, de seu reconhecimento e da sua garantia mesma, incidindo sobre seu próprio conteúdo.

De acordo com Erika Nicodemos o direito a propriedade é muito importante, e sem dúvida fundamental para que haja a circulação de riquezas, bem como segurança jurídica, ao passo que atualmente esse direito não mais possui o caráter absoluto que detinha antes no Estado Liberal, havendo portanto, uma flexibilização a esse caráter absoluto para que haja uma finalidade de que outros direitos e princípios de relevância equiparada sejam privilegiados. Direitos como que estão ligados diretamente a função social da propriedade urbana e rural, proteção do meio ambiente, defesa do patrimônio histórico, artístico, cultural entre outros. Que estão intimamente ligados também ao princípio da solidariedade previsto pela Constituição Federal de 1988. Partindo da premissa de que deve a propriedade está fundada no princípio da solidariedade conclui-se, que a propriedade não deve beneficiar apenas quem a detém, mas sim a coletividade. Em vista disto, existe uma série de previsões constitucionais e legais que impõe limites; restrições sendo elas negativas e afirmativas ao proprietário e ao possuidor. (NICODEMOS, 2013, online). Ainda nos dizeres de Erika Nicodemos também podemos destacar:

Em relação à propriedade imóvel urbana, a Constituição da República explicita de que forma será cumprida sua função social, determinando, em seu artigo 182, parágrafo 2º que será atendida quando atender às exigências fundamentais de ordenação expressa no plano diretor. O parágrafo 4º do mesmo artigo estabelece sanções aplicáveis na hipótese de imóvel não edificado, subutilizado ou não utilizado como forma de constranger o proprietário a observar a função social de seu imóvel. Nesse sentido, poderá incidir p parcelamento ou edificação compulsória, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo e, por fim, a desapropriação, prévia e justa, mediante pagamento de títulos da dívida pública, cuja emissão deverá ser aprovada pelo Senado Federal, resgatáveis em até dez anos em parcelas iguais, anuais e sucessivas. Tais formas de desapropriação constituem hipóteses de desapropriação por interesse social, de modo a prestigiar a função social da propriedade.

A propriedade sem dúvida teve uma característica de direito absoluto mas que, com o passar do tempo foi se modificando e quebrando esse paradigma de caráter absoluto. A propriedade privada é um instituto muito antigo, o ideal de propriedade privada já aparecia em tempos remotos, ainda mesmo nas primeiras famílias. Com o surgimento das famílias veio consigo a propriedade privada, a ideia de habitar, ter um lar e que fosse pertencente aquele determinado grupo. Ou seja, cada grupo cada família tinha uma espécie de lar, uma espécie de propriedade privada. Cada grupo quer pertencer à algo que pode ser chamado de seu, cada grupo quer ter algo para si, que seja seu por direito, e que o direito pudesse resguardar algo tão precioso que é sua propriedade privada. E a verificar que o termo propriedade também era usado com outros sentidos. A ideia de propriedade nos dizeres de Coulanges (2006) podemos vislumbrar o citado a seguir:

Há três coisas que, desde as mais antigas eras, encontram-se fundadas e solidamente estabelecidas nas sociedades grega e itálica: a religião doméstica, a família, o direito de propriedade; três coisas que tiveram entre si, na origem, uma relação evidente, e que parecem terem sido inseparáveis. A ideia de propriedade privada fazia parte da própria religião. Cada família tinha seu lar e seus antepassados. Esses deuses não podiam ser adorados senão por ela, e não protegiam senão a ela; eram sua propriedade exclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Ao iniciar este tópico é preciso fazer uma breve reflexão no que tange as limitações da propriedade sobre a perspectiva de José Afonso da Silva, já que foi a partir de sua obra que foi iniciado o presente trabalho. No capítulo V, na página 283, pode-se constar uma característica de personalidade quando o citado autor elaborou um subtópico que abordava sobre a Função Social e Transformação do Regime de Propriedade, cujo texto apresenta que o princípio vai além da igreja, pela qual sobre quaisquer propriedade privada pesa uma hipoteca social. Nota-se que a coletividade é um peso em detrimento do particular e de que a sociedade estará na observância de que se a propriedade privada não estiver sendo usada, disponibilizada, ou de alguma forma o proprietário não fruir, não gozar não der uma função para esta, a coletividade dará uma função social, já que o proprietário nada fez, ficou inerte, deixando-a sem nenhuma produtividade. No trecho que aduz sobre o condicionamento dessa propriedade foi destacado o seguinte, que ao citar que a propriedade privada está condicionada não apenas no seu exercício, como também ao legislador entender com os modos de aquisição em geral ou com certos tipos de propriedade, com seu uso, gozo e disposição, é dizer que a propriedade ela está sim condicionada como o todo e que o legislador com seu ato de legislar (elaborar leis) pode atingir até mesmo nas propriedades privadas, e que poderá ser válido os meios de aquisição que nem sempre obedecem aos critérios de conformidade contratual e acordo entre as partes. Sendo assim muitas aquisições poderão ser realizadas sem a presença de consentimento entre as partes envolvidas. Assim, no último parágrafo deste capítulo observa-se que ele faz uma conclusão sobre o tema, senão vejamos:

Mas é certo que o princípio da função social não autoriza a suprimir, por via legislativa, a instituição da propriedade privada. Contudo, parece-nos que pode fundamentar até mesmo a socialização de algum tipo de propriedade, onde precisamente isso se torne necessário a realização do princípio, que

se põe acima do interesse individual. Por isso é que se conclui que o direito de propriedade (dos meios de produção principalmente) não pode ser mais tido como um direito individual. A inserção do princípio da função social, sem impedir a existência de instituição, modifica sua natureza, pelo que, como já dissemos, deveria ser prevista apenas como instituição do direito econômico. (AFONSO, 2010, p. 284).

Portanto, nota-se que pela Constituição Federal, o direito de propriedade é tido como um direito inviolável, individual, nos dizeres de José Afonso preleciona que no que se refere ao direito de propriedade não pode ser tido como um direito individual, ou seja ao que parece há divergência de informações, mas que se justifica quando a propriedade observará ao princípio da função social, já que este predominará em eventual discussão. Pode-se verificar, mais uma das variadas divergências no direito, mas ao referido tema, que é polêmico e que sofre muitas divergências no que diz respeito as informações citadas e ao que preleciona a Constituição. Ao abordar sobre Fustel de Coulanges, pode-se fazer menção e uma correlação com a propriedade, já que Coulanges escreveu sobre temas que envolvem não só estudos jurídicos, como também sociologia, antropologia e economia. Como não citar já que é possível concluir que a propriedade por ser um instituto muito antigo veio intimamente ligado com as sociedades, as famílias. Já que Coulanges preleciona como a família, a propriedade e a religião são uma unidade e que como unidade precisam ser analisadas. A propriedade deve ser analisada juntamente com os estudos sociais entrelaçados. Já que, é pela origem que podemos entender o que se passa na atualidade. Como já dito, faz-se aqui uma ratificação de que para entendermos o direito que temos hoje é necessário entender sua origem, seus primeiros atos, e declínios, suas primeiras ilustrações e características para que possam nos fazer sentido quando forem tecnicamente utilizados. Ao utilizar uma técnica sem conhecer sua gênese demonstra uma certa frustração de não entender como ela foi fundada hoje, ora, é muito importante saber o contexto, principalmente quando falamos de leis, artigos, normas, enfim, ressalta-se aqui a importância de todo o seu percurso, com seus elementares primordiais que impulsionaram e deram aquele fim. Nos trechos citados por Erika Nicodemos (2013, online) faz-se uma breve citação no que tange ao contexto histórico quando ele aborda o seguinte:

O direito de propriedade, sem dúvidas, é fundamental para garantir a circulação de riquezas, bem como a segurança jurídica. Todavia, a concepção desse direito, atualmente, não mais possui o caráter absoluto que detinha no Estado Liberal. Portanto, hodiernamente, o direito de propriedade é flexibilizado a fim de serem privilegiados outros direitos e princípios de relevância equiparada, tais como a função social da propriedade rural e urbana, proteção do meio ambiente, defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural, entre outros. Esta relativização está intimamente ligada ao princípio da solidariedade, previsto constitucionalmente. Sob a perspectiva da solidariedade, conclui-se que a propriedade não deve ser destinada a beneficiar apenas aquele que a detém, mas, também, toda a coletividade. Em vista disto, existe uma série de previsões constitucionais e legais que impõe limites negativos e afirmativos ao proprietário e ao possuidor, que serão, adiante, analisadas.

Porém, não há sobretudo uma riqueza de detalhes, nota-se que ela citou algumas informações que é interessante analisar neste tópico, como na primeira frase ela já informa que o direito de propriedade é um direito fundamental e que ele é muito

importante ele é fundamental para que haja garantia de circulação de riquezas. Nessas informações por ela citadas, percebe-se que ela dá a devida importância para a propriedade e o quanto ela influencia no comércio, o quanto ela é capaz de atingir e poder fazer circular riquezas, bem como segurança jurídica, ora se é fundamental que a constituição resguarde o direito à propriedade, é fato que ao fazê-lo transmite segurança jurídica. Ainda que não seja mais um direito tido como absoluto que era na época do Estado Liberal, ele é atualmente flexibilizado mas justamente pelo fato de atender a função social. Contudo, foi citado este trecho por duas vezes neste trabalho, pois, é possível vislumbrar aqui muitas informações importantes. Neste mesmo trecho ela faz citação a um breve contexto histórico, a importância da propriedade para o comércio, bem como para a sociedade, aborda também a quebra de paradigmas, antes a propriedade com um viés absoluto que dá espaço para a flexibilização desse direito com o advento da Constituição Federal de 1988. A Constituição Federal é vista como a carta maior inaugural, cujo seu corpo trouxe muitos direitos sociais, direitos modernos para sua época e sem dúvida flexibilizar o caráter absoluto da propriedade para uma função social, para o bem da coletividade é destacável sua modernidade e sua escolha por novos paradigmas que visam como um todo para que satisfaça o coletivo, já que este é um peso maior se comparado ao individual. Logo, o coletivo deve prevalecer quanto ao individual. É bom que os direitos de muitos, de uma coletividade sejam priorizados para que assim possa ser efetivamente dada a função social da propriedade que muitas vezes nas mãos do particular ficaria sem utilização, sem produtividade, sem fim objetivo. Por fim, é importante salientar sobre Função social da propriedade e seu contexto. De acordo com Rebeca Ferreira Brasil (BRASIL, 2005, online), vivemos em uma sociedade capitalista, logo, tudo tem dono. Todos querem serem proprietários de alguma coisa. Ao longo dos séculos, a propriedade adquiriu uma importância exorbitante e consequentemente prejudicando, muitas vezes, o aspecto social e os valores humanos. As consequências dessa concepção exclusivamente capitalista surgem de forma avassaladora, destruindo a sociedade a própria sociedade que a criou, assim, escravizando os seres humanos com seus próprios desejos e cobiças e animalizando-os quando buscam mais riquezas e poder. Para concluir sobre este tópico em que foi conferido para os resultados e discussões, conclui-se com este último parágrafo para fazer uma última análise do que foi pesquisado. Neste último trecho de informações pude verificar que como sociedade capitalista, temos e queremos algo para dizer que é nosso. Esse trecho remonta com nitidez os pensamentos de propriedade desde tempos remotos. Onde a sociedade os grupos precisavam se instalar em um determinado local para que sim tivesse uma melhor qualidade de vida. O capitalismo prima pela propriedade e por quem primeiro a consiga, mas quando analisamos mais profundamente temos que pensar no todo, no coletivo. O trecho citado acima demonstra que muitos aspectos sociais e valores humanos ficaram para trás por causa da propriedade privada, identifica-se que nesta parte quer dizer que o egoísmo de ter como seu a todo custo sem vislumbrar as demais perspectivas gerou um descontentamento, e uma certa insatisfação como um todo. E essa prejudicialidade ganha mais peso quando se trata de uma sociedade, um grupo, ou povo. A Constituição como guardião do povo, vem limitar o direito a propriedade privada para que as demais camadas possam se beneficiar, na medida em que algum bem não esteja cumprindo a função social que a mesma estabelece como critério que deve ser seguido, seja pelo possuidor ou proprietário.

Em meu entendimento mais uma vez, ressalto que a Constituição Federal de 1988, que é de fato nossa guardiã, nossa base fundamental para qualquer direito deve ser respeitada, deve ser cumprida e como já foi analisado com um olhar moderno, avanço significativo para o povo brasileiro que ocorreu no ano de 1988 até os dias atuais. Se a nossa Carta Maior limita a propriedade, ora, antes vista que deveria ser do proprietário a todo custo, não importasse as consequências, nem se questionava tal direito, pois era absoluto, não podia ser tocado, absolutamente inviável de mexê-lo, contudo na década de 88 ressalto, houve mudança ou mesmo quebra de paradigmas, quando nossa Constituição trouxe consigo uma relativização, uma limitação a esse direito anteriormente absoluto. **CONCLUSÃO:** Em virtude dos fatos mencionados e levando-se em consideração aos aspectos limitadores da propriedade, conclui-se que as mudanças trazidas pela Constituição Federal são de grande relevância e polêmica. Em vista dos argumentos mencionados no presente trabalho, podemos destacar e concluir que a propriedade privada é limitada. E o que mais pôde-se enfatizar foi na mudança de paradigmas por exemplo, quando a um determinado período a sociedade viveu em uma época em que a propriedade privada tinha um viés absoluto. Com o advento da Carta maior de 1988, houve uma modernização e levando-se em conta que o direito a propriedade deve ser observado a partir da função social. Conforme a evolução da própria sociedade houve uma progressão; evolução de direitos. Isso demonstra que as limitações advindas da Constituição foi um avanço para que então possam ser observados outros aspectos do que tão somente o particular. Isso demonstra que houve progressão de direitos e ainda que polêmico o tema, deve vislumbrar o princípio da função social da propriedade, pois sem sua observância não há que se falar em direito de propriedade, deverá fazê-lo baseados na Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS

FUNÇÃO SOCIAL da Propriedade-uma relevância sócio-jurídica. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2181/Funcao-social-da-propriedade-uma-relevancia-socio-juridica> . Acesso em: 13 out. 2018.

BRASIL. **Agravo em Recurso Especial nº1.244.034.** 2º turma. 10/04/2018. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/574629961/agravo-em-recurso-especial-aresp-1244034-sp-2018-0024573-9?ref=juris-tabs>. Acesso em: 13 out. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 05 de outubro de 1988. 17. ed. São Paulo: 2014.

COULANGES, Numa-Denys Fustel de. **A cidade Antiga.** Ebook digital, São Paulo: Américas S.A, 2006.

NICODEMOS, Erika Cassandra de. **Limitações ao direito de propriedade.** Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,limitacoes-ao-direito-de-propriedade,45761.html>. Acesso em: 13 out. 2018.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 33. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

DIREITO DO CONSUMIDOR NO COMÉRCIO ELETRÔNICO: ANÁLISE DAS NORMAS VIGENTES

AUTORAS:

Izabel Maria de Araújo Silva
Ana Tereza Borburema da Silva

RESUMO: O estudo identifica e analisa a aplicabilidade das normas jurídicas vigentes relativas ao comércio eletrônico, suas desvantagens nas compras online e as instituições das quais se pode recorrer quando há um direito violado.

Palavras-chaves: Comércio eletrônico. Compras online. Direito do consumidor.

INTRODUÇÃO: O consumo supre as necessidades básicas humanas e, para que isso ocorra, é necessário que haja uma relação bilateral entre consumidor e fornecedor de bens e serviços. Atualmente, com os avanços tecnológicos, as relações de consumo passam a ser vantajosas e a serem realizadas também no ambiente virtual, onde hoje tem uma grande popularidade devido à universalização e acessibilidade, dando aos consumidores comodidade, maior variedade e menos custos. Porém, há também desvantagens, como a vulnerabilidade para fraudes, exposição dos dados pessoais, demora à entrega do produto ou até mesmo produtos com vício ou com qualidade inferior ao esperado no ato da compra. Uma pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) Brasil e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), verificou que 42,1% dos consumidores veem como desvantagens não poder experimentar o produto, 41,6% não o levar na hora da compra e 78% preferem o cartão de crédito para pagamentos *online*. Dessa forma, esses dados evidenciam fragilidades relevantes no meio virtual. As primeiras normas se consolidaram no Brasil através da promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988. Embora não seja um código específico para a proteção do consumidor, consta em seu art. 5º e art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que é dever do Estado garantir sua defesa. O código de Defesa do Consumidor (CDC) entrou em vigor em 11 de setembro de 1990, por meio da Lei nº 8.078/90, onde as relações de consumo passaram a ser disciplinadas por normas específicas, reduzindo as desigualdades entre fornecedor e cliente. No âmbito internacional, em 1985 a ONU editou a resolução 39-248 sobre a proteção ao consumidor, positivando o princípio da vulnerabilidade. Além disso, no artigo 100, inciso I do CDC, reforça a competência dos tribunais nacionais se for necessário reivindicar um fornecedor estrangeiro e no seu artigo 9º, §2º, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) mostra que a obrigação do cumprimento da lei se constitui no lugar que reside o proponente dessa. O CDC, que a princípio era utilizado de forma analógica no meio virtual, já não consegue suprir as necessidades e disciplinar o comércio eletrônico, aumentando assim a vulnerabilidade dos consumidores e os processos judiciais, formados pelas lacunas das leis, dando início a uma nova problemática, pois o consumidor é considerado como hipossuficiente pelo CDC. Com o intuito de reduzir a discrepância entre fornecedor e consumidor e disciplinar o comércio eletrônico, em 13 de março de 2013, passa a vigorar o decreto federal nº 7.962/13, atribuindo novas regras ao CDC

para regulamentar o comércio eletrônico. Embora essa regulamentação ofereça amparo ao consumidor, ainda há lacunas que as normas vigentes não suprem, de forma a tornar o consumidor vulnerável, pois há fornecedores que não cumprem as leis, não fornecem informações claras a respeito do produto e não permitem devoluções, como também há consumidores que são leigos em relação aos seus direitos. Como podemos ver, no processo nº 71007310048 (Nº CNJ: 0073361-64.2017.8.21.9000) 2017/CÍVEL do Estado do Rio Grande do Sul, onde uma consumidora teve ação indeferida ao relatar que o produto que comprou não era exatamente o que estava à venda no site. A mulher afirmou que efetuou a compra do armário, composto por três módulos, pelo valor de R\$ 320 no site da Americanas. Na entrega, no entanto, constatou que só veio um compartimento. A consumidora alegou realização de propaganda enganosa na oferta e requereu obrigação de fazer de entrega do restante do produto e indenização por danos morais, mas, o juízo de primeira instância considerou o pedido improcedente por entender que houve um equívoco por parte da autora no momento da compra do produto. Esta pesquisa de análise sócio-jurídico tem como objetivo analisar a aplicabilidade das normas vigentes no comércio eletrônico. Apresentando como objetivos específicos: pesquisar sobre compras online e suas desvantagens, identificar as normas jurídicas que asseguram os direitos no comércio eletrônico e as instituições das quais se pode recorrer quando há um direito violado. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa se deu por meio de pesquisa bibliográfica, que abrange a leitura, análise e interpretação de livros, artigos científicos e jurídicos, como por exemplo leis que asseguram o direito do consumidor no comércio virtual. O método utilizado para desenvolver o projeto de pesquisa é o método cartográfico, no qual possui três mecanismos principais de distorção da realidade: a escala, a projeção e a simbolização. O consumo eletrônico no Brasil é colocado como fato social e as normas jurídicas que asseguram os direitos dos consumidores como o fato jurídico. Na escala há três espaços jurídicos que equivalem a diferentes formas de direito: o direito local, o nacional e o mundial, colocando o direito nacional estatal como de média escala. As normas que dispõem sobre o Direito do Consumidor online estão previstas na Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu art. 5º e no art. 48 do ADCT, no CDC na Lei nº 8.078/90 e no decreto federal nº 7.962/13. A projeção permite a análise do direito a começar pela relatividade da diferença entre o fato social e o fato jurídico. Cada tipo de projeção produz um centro e uma periferia, no qual considera-se centro o pleno funcionamento entre a lei e a sociedade e a periferia a não efetividade das leis. No estudo, a ineficiência está no fato do CDC não suprir todas as necessidades, não disciplinar o consumo eletrônico e não existir um código específico para as compras eletrônicas, apenas o decreto de nº 7.962/13. Com relação a simbolização, as considerações presentes neste estudo é que, embora a regulamentação ofereça amparo ao consumidor pelo uso do CDC de forma analógica, ainda há lacunas que as normas vigentes não suprem, de forma a tornar o consumidor vulnerável, pois há fornecedores que não cumprem as leis, não fornecem informações claras e não permitem devoluções, assim como há consumidores leigos sobre os direitos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O comércio eletrônico cresce a cada ano. É o que mostra o estudo realizado pelo SPC Brasil e CNDL em que a cada dez internautas no país, nove fizeram pelo menos uma compra pela internet nos últimos 12 meses, o que corresponde a 89,2%. Sendo que apenas 4,0% da amostra relataram nunca ter feito compras online. Com as constantes

transformações nas relações de consumo decorrentes dos avanços tecnológicos, surge a necessidade da criação e modernização de normas que atendam às necessidades dessa nova modalidade de comércio, a fim de regulamentar as relações comerciais bem como garantir os direitos e segurança para os consumidores. Antes da promulgação da CF/88, era aplicada à proteção ao consumidor normas de Direito penal, comercial e civil. (CARVALHO; CASTRO, 2017). Somente com a promulgação da CF/88 que se dá o marco inicial da consolidação de normas voltadas para defesa do consumidor. Embora não seja um código específico para solucionar conflitos de interesses decorrentes da relação de consumo, consta em seu artigo 5º:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXII- o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor; (BRASIL,1988).

Percebendo que as disposições normativas até então vigentes não iriam satisfazer a proteção ao consumidor, o artigo 48 do ADCT dispôs que: o Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação da CF, elaborará o código de defesa do consumidor. Assim, em 11 de setembro de 1990, por meio da Lei nº 8.078/90, surge o CDC e as relações de consumo passaram a ser disciplinadas por normas específicas importantes e fundamentais, dando segurança aos consumidores e reduzindo as desigualdades entre fornecedores e clientes. Entretanto, antes mesmo da criação do CDC já existiam entidades atuando na defesa dos consumidores. A criação de órgãos de proteção ao consumidor foi importante na garantia dos direitos e preservação da tutela contra o abuso do poder econômico. A exemplo do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), fundação organizacional, cuja criação demanda previsão legal por meio de leis e decretos estaduais ou municipais. Tem como atribuições orientar o consumidor sobre seus direitos, planejar e executar políticas de defesa do consumidor bem como mediar conflitos entre consumidores e fornecedores de bens e serviços conduzindo a um acordo entre as partes. Atua desta forma como instância de instrução e julgamento, no domínio de sua competência e da legislação complementar, com base em regular procedimento administrativo. Outro órgão responsável pela proteção ao consumidor são as Delegacias de Polícia de Defesa do Consumidor (DECON) que reprime e investiga infrações penais ao direito do consumidor previstos no CDC, através da denúncia de atos ilícitos, como fraudes, publicidade enganosa e venda de produtos impróprios para o consumo. Há também as delegacias especializadas em cybercrimes nas quais os consumidores podem denunciar os atos ilegais praticadas no meio virtual como fraudes, vazamento de informações e estelionato. Também é possível acionar a justiça caso o impasse não tenha sido resolvido amigavelmente no Procon ou o consumidor se sinta lesado e no direito de pleitear uma indenização. Neste caso, o consumidor pode recorrer ao Juizado Especial Cível (JEC), onde irá dar início ao processo formal de uma ação. Com a promulgação do CDC, alguns dispositivos referentes a oferta, publicidade, arrependimento e sistema de dados passam a ser aplicados de forma análoga nas relações de consumo online tendo em vista que há equivalências entre as relações jurídicas de consumo presenciais e

eletrônicas. Relação esta considerada por Rizzatto (2012, p. 120) quando há uma transação de produtos e serviços entre fornecedor e consumidor. Baseando-se nos princípios da transparência e veracidade, o art. 31 do CDC consta que na oferta e apresentação de um produto ou serviços os fornecedores devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores. Deste modo permitirá que o consumidor tenha conhecimento de todos os aspectos do bem e do serviço. Com relação a publicidade consta no art. 36 do CDC que: “a publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.” Assim sendo o consumidor deve entender que se trata de uma publicidade, sendo vedado desta forma propagandas subliminares, prevenindo assim propagandas enganosas e abusivas, proibidas segundo o Art. 37 do CDC. No que concerne ao sistema de dados, segundo o art. 43, o consumidor terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes. De acordo com o Art. 49 o consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial especialmente por telefone ou a domicílio. Tal dispositivo assegura ao consumidor o direito de arrependimento. Embora ainda não tenha se pensado na hipótese de arrependimento nas contratações firmadas pelo e-commerce quando o CDC entrou em vigor, pois as compras online não tinham a propagação que tem hoje, pode-se aplicar o artigo de forma análoga para os consumidores online, pois as compras virtuais encontram-se introduzidas tacitamente no referido dispositivo (CARVALHO; CASTRO, 2017), já que ao utilizar o advérbio ‘especialmente’ dá abertura para a adesão de modalidades de contratação que se enquadrem nas mesmas circunstâncias. O CDC, mesmo utilizado de forma análoga, não soluciona todos os conflitos demandados pelas relações de consumo, pois há diversos dispositivos que não são aplicáveis a essa nova modalidade de comércio. Visando preencher as lacunas das leis, é sancionado o decreto federal nº 7.962 que regulamenta a Lei nº 8.078/90, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico, abrangendo os seguintes aspectos: informações claras a respeito do produto, serviço e do fornecedor, atendimento facilitado ao consumidor, e respeito ao direito de arrependimento. Este decreto tem por finalidade garantir segurança jurídica aos consumidores que adquirem bens e serviços por meio do comércio eletrônico, atribuindo diversas obrigações aos fornecedores e prestadores de serviços. De maneira que na inobservância das condutas descritas no Decreto ensejará aplicação das sanções previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 1990. Deste modo, em seu artigo 2º determina que os sítios eletrônicos ou demais meios eletrônicos utilizados para oferta ou conclusão de contrato de consumo devem disponibilizar, em local de destaque e de fácil visualização, as seguintes informações:

- I - nome empresarial e número de inscrição do fornecedor, quando houver, no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;
- II - endereço físico e eletrônico, e demais informações necessárias para sua localização e contato;

- III - características essenciais do produto ou do serviço, incluídos os riscos à saúde e à segurança dos consumidores;
- IV - discriminação, no preço, de quaisquer despesas adicionais ou acessórias, tais como as de entrega ou seguros;
- V - condições integrais da oferta, incluídas modalidades de pagamento, disponibilidade, forma e prazo da execução do serviço ou da entrega ou disponibilização do produto; e
- VI - informações claras e ostensivas a respeito de quaisquer restrições à fruição da oferta. (BRASIL,1990).

Em seu art. 3º discorre sobre oferta de compras coletivas, nova modalidade de mercado no *e-commerce* que oferece grandes descontos em produtos e serviços para um número pré-estabelecido de consumidores. O artigo determina que os sítios eletrônicos devem conter, além das informações previstas no artigo 2º, a quantidade mínima de consumidores para a efetivação do contrato, o prazo para utilização da oferta pelo consumidor e identificação do fornecedor responsável pelo sítio eletrônico e do fornecedor do produto ou serviço ofertado. Visando garantir o atendimento facilitado ao consumidor, o art. 4º impõe diversas obrigações ao fornecedor como: apresentar sumário do contrato antes da contratação, com as informações necessárias ao pleno exercício do direito de escolha do consumidor, enfatizadas as cláusulas que limitem direitos, disponibilizar o contrato ao consumidor em meio que permita sua conservação e reprodução, manter serviço de atendimento em meio eletrônico, que possibilite ao consumidor a resolução de demandas e utilizar mecanismos de segurança eficazes para pagamento e para tratamento de dados do consumidor. O decreto, em seu artigo 5º, regulamenta o direito de arrependimento no comércio eletrônico, já resguardado pelo CDC em seu artigo 49. Contudo, apenas se reforçou os princípios da informação e da transparência, pois obrigam o fornecedor a fornecer de forma clara e objetiva os meios adequados e eficazes para o exercício do direito de arrependimento pelo consumidor. Todavia, o novo dispositivo não estabeleceu prazo para o direito de arrependimento, de forma que ainda é utilizado o prazo do CDC, do qual a redação necessita ser renovada. Mesmo ainda com lacunas na lei, o Decreto é de suma importância na garantia dos direitos nas compras *online*, entretanto, ainda há grande demanda de conflitos resultantes das transações comerciais eletrônicas. Dados do Consumidor.gov de 2017 mostram que 8,0% foi o registro de reclamações referente ao segmento comércio eletrônico, sendo as reclamações mais recorrentes com relação a não entrega/demora na entrega do produto (30,43%), Oferta não cumprida/serviço não fornecido/venda enganosa/publicidade enganosa (18,25%) e Dificuldade/atraso na devolução de valores pagos/reembolso/retenção de valores (15,79%). Essa crescente demanda de conflitos pode estar relacionada ao não conhecimento das leis pelos consumidores, de modo a torna-los mais vulneráveis e susceptíveis a cair nas armadilhas do meio virtual. Essa falta de informação poderia ser sanada se houvesse um dispositivo que obrigasse sites eletrônicos, que fornecem bens e serviços, a disponibilizar a mídia do CDC e do Decreto nº 7.962, como ocorre na lei 12.291 que fixou a obrigação dos estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços disponibilizarem ao público em geral um exemplar do CDC. Esta iniciativa além de permitir que o consumidor tomasse conhecimento dos seus direitos, faria com que este pudesse denunciar sites eletrônicos que oferecem bens e serviços duvidosos. Atualmente, existem serviços online que possibilitam a resolução de

conflitos entre consumidores e fornecedores, entretanto, não tem a publicidade necessária para alcançar o público alvo. A exemplo, o Consumidor.gov.br, que é uma ferramenta provida pelo Estado e monitorado pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), que tem por objetivo solucionar conflitos de consumo pela internet de forma rápida e desburocratizada baseando-se em princípios de transparência e controle social. Todavia, necessita de adesão formal das empresas ao serviço mediante assinatura de termo, deste modo tal serviço só soluciona os conflitos apenas das empresas participantes. Embora seja um avanço, o mercado eletrônico é vasto e crescente e nem todas as empresas estão empenhadas para solucionar o problema com o consumidor, pois visam apenas lucro. Observamos com o estudo realizado que embora tenha havido avanços, ainda existem deficiências e que é necessário um olhar mais atento ao dinamismo do e-commerce por parte das autoridades competentes para regular, controlar e inibir os abusos cometidos no meio eletrônico. Por parte dos órgãos competentes, a iniciativa de criar ou editar leis de forma mais célere, acompanhando as mudanças, traria o benefício de evitar novos conflitos e uma alternativa para solucionar as já existentes. A criação de medidas destinadas a educar, dar acesso e conhecimento aos consumidores de seus direitos também contribuiria para a redução de abusos sofridos e não solucionados por não saber que se tinha uma alternativa, um direito. Um maior envolvimento por parte das entidades que atuam na defesa do consumidor, como o Procon por exemplo, de forma incisiva também traria uma grande redução nos casos em que novos transtornos são gerados em decorrência da lentidão em solucionar as primeiras ocorrências. Agindo de forma célere e ativista, facilmente evitaria esses conflitos subsequentes. Por fim, foi percebido que a maior carência dos consumidores é a existência de leis adequadas e cumpridas em tempo hábil no campo jurídico e acesso e conhecimento das mesmas no campo social.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, concluiu-se que o e-commerce é uma nova modalidade de comércio que está cada vez mais inserida na sociedade devido à comodidade e facilidade na obtenção de bens e serviços. Contudo a legislação brasileira não possuía dispositivos específicos para regulamentar tal modalidade. Inicialmente as relações jurídicas de consumo eletrônico eram regulamentadas a luz do Código de Defesa do Consumidor, onde os dispositivos referentes a oferta, publicidade, arrependimento e sistema de dados eram aplicados de forma análoga nas relações de consumo online. Porém, com a crescente demanda do e-commerce e os diferentes conflitos decorrentes da discrepância nas relações entre consumidor e fornecedor, surge a necessidade de normas específicas, pois o consumidor é considerado hipossuficiente pelo CDC. O Decreto nº 7.962/13, criado para suprir as lacunas existentes no CDC, tem por finalidade garantir segurança jurídica aos consumidores online e desta forma impõe diversas obrigações aos fornecedores e prestadores de serviços que no descumprimento das condutas impostas estão sujeitos a sanções previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 1990. Entretanto mesmo visando promover um equilíbrio nas relações de consumo, ainda se percebesse uma discrepância, de modo que o consumidor ainda se encontra vulnerável pois além de ter questões não expostas na legislação vigente ainda há pouco conhecimento das leis pelos consumidores de modo a torna-los mais susceptível a cair nas armadilhas do meio virtual.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Raquel Terezinha. **O comércio eletrônico à luz da legislação brasileira.** Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 17 fev. 2017. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.588484>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BLUM, Rita Peixoto Ferreira. **Direito do Consumidor na Internet.** São Paulo: Quartier Latin, 2002.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 maio 2018.

_____. **Decreto-lei nº 7.962/13, de 11 de setembro de 1990.** Dispõe sobre a contratação no comércio eletrônico. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/D7962.htm. Acesso em: 03 maio 2018.

_____. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.** Código de Defesa do Consumidor. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm. Acesso em: 03 maio 2018.

CARDOSO, Philipe. Conheça seus direitos com as novas normas de compra pela internet. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, v. 19, n. 3886, 20 fev. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/26751>. Acesso em: 06 maio 2018.

CONSUMIDOR.GOV.BR. Boletim Consumidor.gov.br 2017. Disponível em: <https://www.consumidor.gov.br/pages/publicacao/externo/>. Acesso em: 26 julho 2018.

COSTA, Kelly Caroline Carvalho; CASTRO, Renata Romani. A Proteção Jurídica do Consumidor no Comércio Eletrônico. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**, [s.L.], v. 12, n. 1, p. 139-172, jun. 2017. ISSN 1983-4225. Disponível em: <https://www.revista.direitofranca.br/index.php/refdf/article/view/455>. doi:<http://dx.doi.org/10.21207/1983.4225.455>. Acesso em: 26 jun. 2018.

GOMES, Laís Duran. **O comércio eletrônico e o amparo do consumidor no direito brasileiro.** Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 31 maio 2018. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.590805&seo=1>. Acesso em: 26 jun. 2018.

NUNES, Luis Antônio Rizzatto. **Curso de direito do consumidor.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 120.

SPC BRASIL. **Pesquisa:** 89% dos internautas fizeram compras online no último ano, aponta estudo do SPC Brasil e CNDL. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/3111>. Acesso em: 03 maio 2018.

ALIENAÇÃO PARENTAL - SEUS EFEITOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS

AUTORAS:

Sabrina Maria Bezerra de Oliveira

Dayane Romane da Silva Aciole

Patrícia Nathalia Chaves Sena Barbosa

RESUMO: O presente trabalho tem como finalidade promover a sensibilização e prevenção no que tange a prática da alienação parental. Vislumbrando que, como consequência desta ação, pode surgir a Síndrome da Alienação Parental (SAP) para os casos em que a criança é induzida a romper laços afetivos com seu genitor (a) ou outro familiar através de uma “reforma de pensamento”. O estudo também busca admitir que não existe solução fácil e simples, sobretudo, porque o problema é de ampla complexidade. Ainda, apontar a importância do apoio de profissionais como os da área da Psiquiatria e da Psicologia, para que se chegue a conclusões confiáveis no que tange determinadas situações. Buscando, sempre, meios para que a dignidade das crianças e dos adolescentes seja respeitada, se fazendo necessário adotar uma maior cautela no momento de tratar da temática em questão. Por fim, apontar normas existentes acerca do tema, salientando que a prática da alienação parental não é prevista como crime.

Palavras - chave: Alienação parental. Síndrome. Problema.

INTRODUÇÃO: A pesquisa para este trabalho partiu da premissa de que a problemática da alienação parental é pouco conhecida, tornando-se inegável a necessidade de uma discussão acerca da temática. Atentando também, a necessidade de se fazer uma ponderação à frequência com que esse abuso é praticado contra crianças e adolescentes no seio de diversas famílias brasileiras. Falando no tema de uma forma simplista: a prática da alienação parental ocorre quando os genitores - ou os detentores da guarda da criança ou adolescente - interferem na relação harmônica entre os menores e seus familiares, tentando desconstruir o vínculo familiar existente entre os alienados. A maior incidência de casos se dá em separações litigiosas, nas quais os genitores disputam a guarda dos menores. O Brasil é principiante na temática, uma vez que a alienação parental passou a ser conhecida neste apenas quando a Doutora Maria Berenice Dias começou a explorá-lo em artigos e palestras envolvendo o direito de família. Como consequência dessa prática, surge a Síndrome da Alienação Parental (SAP), estudada pelo psiquiatra norte-americano Richard Gardner, para os casos em que a criança é induzida a romper laços afetivos com seu genitor (a) ou outro familiar através de uma “reforma de pensamento”, ou seja, induzindo o menor a criar falsas memórias. É imprescindível admitir que não exista solução fácil e simples, sobretudo, porque o problema é de ampla complexidade. Para os operadores do Direito, o auxílio dos profissionais da área da Psiquiatria e da Psicologia é fundamental, pois somente com a participação de tais áreas do conhecimento é possível chegar a um desfecho confiável, analisando cada caso de forma isolada. Faz-se necessário que um tema de tamanha importância social como o da alienação parental seja conhecido pela sociedade em geral. Outrossim, apontar a existência de

uma norma dentro do ordenamento jurídico brasileiro sobre a temática (vislumbrando a eficiência desta), pretendendo também com o trabalho apontar eventuais soluções à problemática em questão. Inclui-se a necessidade demasiada de a área jurídica caminhar em conjunto com áreas de conhecimento do comportamento humano, na tentativa de alcançar maior êxito na dissolução de cada caso específico. **METODOLOGIA:** A metodologia escolhida é a do método cartográfico, utilizando três elementos: escala, projeção e simbolismo, incluindo a vertente metodológica equiparada a natureza qualitativa. O projeto utiliza entrevistas com profissionais que militam na área explorada, visando permitir um aprofundamento prático e teórico. Inicia-se o trabalho com o elemento escala, que é uma expectativa normativa e estrutural, tendo por intenção analisar e problematizar acerca da alienação parental. As pesquisas tiveram embasamento em artigos publicados pela Doutora Maria Berenice Dias, em estudos feitos pelo psiquiatra norte-americano Richard Gardner, conteúdos publicados na internet, estatísticas e, para base jurídica, leitura das normas da Constituição, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e de jurisprudências. O segundo importante elemento chama-se projeção. É nele que a norma ganha vida, a problematização da real situação dos litigiosos e dos alienados, diálogo da norma com o social. Observa-se que existe um meio que funciona e outro que não funciona, sendo estes a norma e a aplicação dela, respectivamente. O terceiro elemento é a simbolização, onde o projeto tem por intenção aprofundar o conhecimento jurídico e social acerca da alienação parental e seus efeitos psicológicos e sociais. A técnica de pesquisa é a de documentação indireta, visto que consiste no recolhimento de informações sobre o assunto abordado. Por esse motivo, a pesquisa é basicamente centrada em análises a legislação e obras doutrinárias afetadas ao tema. Como a matéria tem caráter interdisciplinar, utilizam-se obras contendo as opiniões de juristas, psicólogos e demais profissionais envolvidos no universo da alienação parental. **REVISÃO DA LITERATURA:** Após a exploração do tema feita pela Doutora Berenice Dias, surgiu a Lei nº 12.318 de 2010, esta foi promulgada dispondo sobre a alienação parental. Como consequência dessa prática, surge a Síndrome da Alienação Parental (SAP), estudada pelo psiquiatra norte-americano Richard Gardner, para os casos em que a criança é induzida a romper laços afetivos com seu genitor (a) ou outro familiar através de uma “reforma de pensamento”, ou seja, induzindo o menor a criar falsas memórias. No âmbito da Psicologia, o psiquiatra norte-americano Richard Gardner, na década de 80, tratou da síndrome de alienação parental (SAP). Segundo Gardner, a síndrome se desenvolve a partir de programação ou lavagem cerebral realizada por um dos genitores para que o filho rejeite o outro responsável. A comoção gerada acerca do sofrimento das crianças que, poderiam ser vítimas da SAP, teve como consequência e grande conquista, a elaboração do projeto de Lei nº 4853/08, com a finalidade de identificar e punir devidamente os responsáveis pela alienação parental. Sendo o projeto sancionado pelo Presidente da República, em agosto de 2010, surgindo então a lei nº 12.318/10. A lei da guarda compartilhada nº 13.058, prevê a divisão da responsabilidade da vida dos filhos entre pai e mãe. A aprovação desta lei (que ocorreu em dezembro de 2014), assim como um projeto de lei ainda em tramitação (PL 4488\2016), visa à penalidade de reclusão de três meses a três anos, com agravantes de 1\3, em caso constatado de alienação, caso a vítima seja portadora de deficiência física ou mental, sendo essa submetida à violência física ou psicológica, auferirá segundo o projeto, métodos mais agravantes. Como destaque,

um dos casos mais conhecidos por alienação parental e que envolve ação de guarda foi o caso do menino Sean Goldman, filho de mãe brasileira (Bruna Bianchi) e pai americano (David Goldman) no ano de 2009, na qual o genitor (pai da criança) teve uma luta constante com a Justiça brasileira, visando que fora reconhecido o seu direito como pai. Nessa seara, a criança sofreu alienação por parte da família materna, na qual o menor chegou a conviver por alguns anos no estado do Rio de Janeiro. Assim sendo, por força dos tratados internacionais em que o Brasil é signatário, o STF entendeu por direito, que o pai estava apto para com suas responsabilidades como único genitor legal do menor. A convenção de Haia da qual o Brasil se tornou signatário por meio do decreto presidencial nº 3.413 de 14 de abril de 2000²⁵. No que faz referência a jurisprudências, há atualmente baixa disponibilidade, uma vez que o tema pode ser considerado como de recente conhecimento social, ademais, deve-se ressaltar a comprovada dificuldade em detectá-lo. Abaixo segue acórdão da 7ª Câmara do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

DIREITO DE VISITAS. PAI. ACUSAÇÃO DE ABUSO SEXUAL. PEDIDO DE SUSPENSÃO. SUSPEITA DE ALIENAÇÃO PARENTAL. 1. Como decorrência do poder familiar, o pai não-guardião tem o direito de avistar-se com a filha, acompanhando-lhe a educação, de forma a estabelecer com ela um vínculo afetivo saudável. 2. A mera suspeita da ocorrência de abuso sexual não pode impedir o contato entre pai e filha, mormente quando o laudo de avaliação psicológica pericial conclui ser recomendado o convívio amplo entre pai e filha, por haver fortes indícios de um possível processo de alienação parental. 3. As visitas ficam mantidas conforme estabelecido e devem assim permanecer até que seja concluída a avaliação psicológica da criança, já determinada. Recurso desprovido. Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves. (RIO GRANDE DO SUL. AI: 70049836133. Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 03/09/2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Tomando como base a proposta inicial da pesquisa realizada para este trabalho, torna-se claro identificar que a discussão acerca do tema “alienação parental” destoa a incidência com que os abusos (de que trata este fato social) tem ocorrido no seio de inúmeras famílias brasileiras. Isso porque, a temática é pouco conhecida e ainda menor é a frequência com que esta é debatida no âmbito social, ao mesmo tempo em que se tornam cada vez mais frequentes casos em que se constatam a prática de alienação parental, quer seja em divórcios litigiosos ou não. Falar de alienação parental é de extrema importância, e não menos importante é se falar na dificuldade que os operadores do direito enfrentam quando se trata de casos que envolvam o tema supracitado. É extremamente importante que se tenha um olhar crítico acerca da temática em questão, uma vez que devido à falta de entendimento, aos olhos de muitas pessoas não se consegue vislumbrar a alienação parental como um problema, existindo assim, certa naturalidade na prática. Pesquisar sobre a problemática da alienação parental, nos leva a refletir sobre o porquê de um tema de tamanha delicadeza ser pouco explorado. Faz pensar se um tema tão complexo como este não merecia uma maior valoração, até mesmo por parte das próprias famílias. Visto que, as atitudes condenáveis tomadas pelo alienador podem causar danos psicológicos irreparáveis ao menor alienado. Então surge o questionamento: não seria a alienação parental um tema tão pouco

explorado justamente pelo fato de que se prática em desfavor de pessoas inocentes, incapazes de se defender, e ainda pior e mais perverso, ser o praticante aquele que deveria zelar pela integridade daquele menor de idade? Outro viés a ser mencionado é o fato de que alguns alienadores não terem a real ideia de que seus atos se caracterizam como um abuso tão cruel, mesquinho e avassalador-psicologicamente falando. Há um aspecto que, a priori não estava elencando em nossos objetivos iniciais de pesquisa sobre alienação parental, mas que, ao decorrer da pesquisa restou claro a grande importância que se faz em ser mais explorado, que é a questão das falsas denúncias de abuso sexual. Este aspecto está muito ligado ao fato de que o direito precisa- indispensavelmente- ser parceiro de outras áreas do conhecimento para constatar a veracidade de cada denúncia. E por último, mas não menos importante, os dados encontrados a luz da pesquisa, nos faz entender que a prática da alienação parental é uma atitude desleal, se levada em consideração a vulnerabilidade dos indivíduos da minoridade- que são as vítimas de tal abuso. E ainda o fato de geralmente serem praticados por pessoas que estejam em posse da guarda do menor alienado, ou até mesmo tentando consegui-la. É fato que a alienação parental vem ganhando espaço no Direito da Família, e se observa mais frequentemente em ações nas Varas de Família como também nas de Infância e Juventude. O fato em discussão necessita de uma atenção especial do nosso Poder Judiciário, precisa que este ande de mãos dadas com profissionais altamente capacitados de áreas correlatas, como da psicologia e psiquiatria. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os números de casos que relatam denúncias de práticas da alienação parental vêm sofrendo um considerável crescimento no estado de Minas Gerais, isso se dá pelo singelo crescimento no acesso a informação sobre o tema, o que leva a uma conscientização do problema, segundo os especialistas. “O aumento de ações comprova que os pais alienantes estão correndo o risco de serem punidos judicialmente”, diz o advogado gaúcho Ayrton Cleudes Viana. Partindo para a discussão em outras áreas podemos destacar o âmbito da Psicologia e Psiquiatria, em que o psiquiatra norte-americano Richard Gardner, na década de 80, tratou da síndrome de alienação parental (SAP). De acordo com Gardner, a síndrome se desenvolve a partir de programação ou lavagem cerebral realizada por um dos genitores para que o filho rejeite o outro responsável. É imprescindível mencionar que os danos antes supracitados, são uma afronta ao direito de integridade física e moral de crianças e adolescentes. Que fere de forma cruel o futuro dos menores alienados. Assim, resta clara a necessidade de se fazer cada vez abordagens acerca do tema, de levar mais informação a sociedade, para que esta possa arcar com sua parcela de responsabilidade, que não é pequena, mas sim, apesar dos avanços, considerada ainda mínima.

CONCLUSÃO: Diante da discussão acerca da alienação parental, é possível observar que o problema não está na norma em si, uma vez que ela é boa e viável, mas na sua aplicabilidade. É necessário primeiramente que exista uma conscientização da sociedade para se combater o problema, tendo em vista os efeitos negativos são de cunho psicológico ao menor, assim como as relações deste com os demais membros da sociedade. Percebe-se no decorrer do trabalho a necessidade dos operadores do Direito e os demais profissionais estarem interligados, trabalhando e aprofundando-se intensamente na temática em questão, desmistificando-as. Precisa-se que o judiciário seja cauteloso na identificação dos atos de Alienação Parental, principalmente quando se existe denúncias de abuso

sexual, para que seja determinada a veracidade do que está sendo alegado. De um lado exige-se a celeridade, do outro a cautela para que todos os fatos sejam devidamente apurados e as decisões não venham a piorar a situação, além de se necessário, as devidas punições sejam aplicadas. Podendo o genitor alienador chegar a perder o pátrio poder. Outro fato importante, é que a prática da alienação parental não é prevista como crime. O que nos leva a refletir se é justo e possível que se concorde com o veto do Presidente da República, sob o fundamento de que o ECA já contempla de instrumentos de punições suficientes, com finalidade de vedar a prática da alienação parental. A questão do abuso sexual é uma vertente da temática que anseia por um maior aprofundamento em trabalhos posteriores, tendo em vista as lacunas encontradas no decorrer das pesquisas para embasamento da discussão deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.318 de 26 de agosto de 2010.** Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 10 set. 2018.

CONGRESSO NACIONAL DE JUSTIÇA. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/judiciario/86643-alienacao-parental-aco-es-crescem-85-na-justica-mineira-em-2017>. Acesso em: 07 maio 2018.

DOMIGOS, L. Catraquinha. **Entenda a Alienação Parental e suas Consequências a Pais e Filhos**, 2017. Disponível em: <https://catraquinha.catracalivre.com.br/geral/familia/indicacao/alienacao-parental/>. Acesso em: 16 mar. 2018.

FAMÍLIA, I. B. D. D. D. Jusbrasil. **Advogados defendem punição para Alienação Parental**, 2009. Disponível em: <https://ibdfam.jusbrasil.com.br/noticias/1946045/advogados-defendem-punicao-para-alienacao-parental>. Acesso em: 16 mar. 2018.

FREITAS, D. jusbrasil. **Princípio do Melhor Interesse da Criança**, 2015. Disponível em: <https://danielecsf.jusbrasil.com.br/artigos/198144998/principio-do-melhor-interesse-da-crianca>. Acesso em: 16 mar. 2018.

FREITAS, Douglas Phillips. **Alienação parental: comentários à Lei 12.318/2010**. 2.ed. rev, atual. e ampl. Rio de Janeiro.

GUARDA COMPARTILHADA, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13058.htm. Acesso em: 16 mar. 2018.

GUATIMOSIM, A. C. M. **Conteúdo Jurídico**. A aplicação da Convenção de Haia como forma de evitar a Alienação Parental, 2015. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-aplicacao-da-convencao-de-haia-como-forma-de-evitar-a-alienacao-parental,54082.html>. Acesso em: 16 mar. 2018.

GUILHERMANO, J. F. pucrs.br. **Alienação Parental**: aspectos jurídicos e psíquicos, 2012. Disponível em: http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2012_1/juliana_guilhermano.pdf. Acesso em: 16 mar. 2018.

PLANALTO. planalto.gov.com.br. **Lei da Alienação Parental, 2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm. Acesso em: 16 mar. 2018.

ZEGER, I. Conjur. **Brasil desrespeitou Convenção de Haia no Caso Sean Goldman**, 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-dez-14/brasil-desrespeitou-convencao-haia-sean-goldman>. Acesso em: 16 mar. 2018.

O PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL: AUSÊNCIA ESTATAL OU DIFICULDADE ORÇAMENTÁRIA?

AUTORES:

Pedro Henrique da Silva Queiroz

José Estefano do Nascimento

RESUMO: Realizamos, neste trabalho, análise sobre o Princípio da Reserva do Possível como mecanismo estatal para driblar a efetivação de direitos inerentes à sociedade. Além disso, o artigo avalia as justificativas produzidas pelo Estado quando utilizam o princípio.

Palavras-chave: Reserva do Possível. Ausência do Estado. Serviços negados à sociedade.

INTRODUÇÃO: A reserva do possível teve sua origem na década de 70 na Alemanha, o seu apogeu ocorreu após a célere decisão judicial da Corte Constitucional Alemã em um caso que ficou conhecido como “Numerus Clausus”. Essa decisão marcou a aplicação da teoria da reserva do possível, visto que era um novo instituto na época. O caso tratava sobre a limitação do número de vagas nas universidades públicas, a qual foi demandada uma ação por estudantes de medicina que não haviam sido aceitos em universidades Alemãs. Segundo Fernando Mânica (2007), a pretensão foi fundamentada no art. 12 da lei fundamental daquele Estado, segundo a qual “todos os alemães têm direito a escolher livremente sua profissão, local de trabalho e seu centro de formação”. Diante disso, a Corte Constitucional utilizou-se da reserva do possível para alegar que “o direito a prestação positiva [...] encontrava-se dependente da reserva do possível [...] o cidadão só poderia exigir do Estado aquilo que razoavelmente se pudesse esperar.” (ÁVILA, 2013). Dessa forma, a Corte não admitiu a ausência de recursos, contudo, se era razoável ou não destinar orçamentos estatais para aquele pleito específico, tendo em vista que isso feriria o bem comum. Segundo Sarlet (apud GUIO, 2014) a teoria da reserva do possível é, portanto entendida como “limite ao poder do Estado de concretizar efetivamente direitos fundamentais a prestação”. Tal instituto trata do afastamento da intervenção do poder judiciário na efetivação dos direitos fundamentais, porém, essa ausência de recursos deve ser justificada, ou seja, a insuficiência de recursos financeiros deverá ser comprovada por parte do Estado. Alguns doutrinadores defendem que esse instituto tem relevante importância no ponto de vista econômico, visto que as necessidades são inacabáveis e os recursos são insuficientes, no entanto, existe ainda o entendimento de que a reserva do possível tem sido interpretada como limitações à efetivação dos direitos fundamentais sociais, dessa forma, podemos perceber que há inúmeros conceitos relacionados à reserva do possível, contudo, uma conotação essencial permeia na maioria das conceituações que aduz que:

A reserva do possível [...] deve ser compreendida sob a visão dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade entre a pretensão deduzida, qual seja a efetividade dos direitos prestacionais constitucionais, e as possibilidades financeiras do Estado. (ÁVILA, 2013).

A ideia de insuficiência de recursos financeiros por parte do Estado para prestar serviços que abrange direitos socioeconômicos e culturais: direito ao trabalho, à educação, ao salário mínimo à saúde etc. (ÂVILA, 2013). A Constituição de 1988 traz em seu art. 196 que a saúde é direito de todos e dever do estado, além disso, que esse deve perseguir os meios disponíveis para reduzir o risco de doenças e agravos, garantindo o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Diante disso, a tutela jurisdicional do direito à saúde, se tornou viável por meio do princípio do acesso à justiça, destinando o Estado ao polo passivo nas relações processuais. Porém, o Estado tem o dever de prestar a efetivação de políticas públicas, busca relativizar essa obrigação alegando a falta de recursos e a reserva do possível, mas na verdade acaba produzindo uma justificativa para não cumprimento dessa obrigação. Ademais, permeia nas decisões jurisprudenciais que a mera alegação de ausência de recursos não é suficiente para a não realização da tutela que diz respeito aos direitos fundamentais a saúde. "Nesse sentido, União, Estados e Municípios possuem responsabilidade solidária para assegurar a garantia do direito à saúde, podendo ser pleiteado de qualquer um desses entes federativos." (GUIO, 2014). Segundo Bonavides (2009), o texto constitucional de 1988 destaca a importância dos direitos sociais, direitos esses que por ventura, eram esquecidos nas constituições anteriores. Os direitos sociais não devem concretizar-se apenas como uma simples utopia. Eles garantiram avanços à sociedade e sua importância não deve ser reduzida. Com isso, faz-se cada vez mais importante o amparo e proteção judicial, quando tem sua jurisdição provocada, para controlar direitos sociais pertinentes ao cidadão:

[...] o verdadeiro problema do direito constitucional da nossa época está, ao nosso ver, em como juridicizar o Estado social, como estabelecer e inaugurar novas técnicas ou institutos processuais para garantir os direitos sociais básicos, a fim de fazê-los efetivos (BONAVIDES, 2009).

METODOLOGIA: O trabalho consiste em analisar o Princípio da Reserva do Possível, desde sua inserção no Brasil, até sua utilização contemporânea. Primeiro, verificamos o contexto histórico-social deste princípio e como acontece sua aplicação por meio do Estado. Em segundo plano, o artigo mostra as justificativas utilizadas pelo governo com base no princípio do mínimo existencial para ausentar-se em promover direitos. Por este viés metodológico, o trabalho se propõe a relacionar o fato social com o conjunto normativo Brasileiro e, com isso, identificando a intervenção jurisdicional para solução do conflito entre o Estado e a sociedade. Com isto, mencionamos no artigo jurisprudências relacionadas ao Princípio da Reserva do Possível, produzindo, com isso, análise qualitativa sobre o resultado quando utilizado este princípio. Por conclusão, consta no raciocínio metodológico do artigo, criticar o Estado Brasileiro – enquanto país em desenvolvimento social e econômico – por utilizar o Princípio da Reserva do Possível para não efetivar direitos sociais e propor a regularização de garantias previstas há trinta anos na Constituição Federal. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Há em questão duas vertentes discutidas nesta seara, que indica que não há possibilidade de efetivação se não há recursos e a de que estabelece a impossibilidade baseada na falta de previsão orçamentária para gastos com medicamentos. Trazendo essa vertente para a realidade brasileira, esse argumento ainda é levantado recorrentemente pelo Estado. Apesar de que a Doutrina e a jurisprudência não compartilhem de entendimento pacífico sobre a

reserva do possível e a intervenção do poder judiciário para com o executivo, quando a demanda trata-se de direitos sociais - saúde e medicamentos - as decisões proferidas sobre esses direitos são quase unânimes em conceder a tutela ao requerente. Essa responsabilidade se estende a todos os entes federados, ou seja, Município, Estado e União (GUIO, 2014). Essa atuação do poder judiciário não se dá apenas e tão somente em função da sociedade, mas também com o intuito de promover a efetivação da Constituição Federal (LURCONVITE, 2010). Para melhor entendimento é trazido à baila uma ementa do acórdão do egrégio Tribunal de Justiça do Espírito Santo:

EMENTA: apelo voluntário e Remessa necessária. MANDADO DE SEGURANÇA. Fornecimento de medicamentos de alto custo. INSULINA GLARGINA LANTUS E ATOVASTATINA 20 MG. Preliminares. ilegitimidade passiva. ausência de interesse processual. rejeitadas. Direito a saúde. SENTENÇA MANTIDA.

Não há que se falar em ilegitimidade passiva do Município recorrente, pois é notório que a Constituição em seu art. 196, ao mencionar o termo “Estado”, o emprega de forma genérica, restando clara, a intenção do poder constituinte em pulverizar de forma solidária a responsabilidade entre os entes federados.

No que concerne a configuração do interesse processual, impõe-se a presença de utilidade do provimento, aferida pela necessidade da atividade jurisdicional e pela adequação do procedimento e do provimento desejado.

Preliminares Rejeitadas.

O direito a saúde está amplamente garantido pela Constituição Federal e não pode ser limitado por decisão administrativa, cabendo ao Estado assegurar essa garantia. Assim, demonstrada a necessidade do uso de medicamento de alto custo, deve o Estado fornecê-lo, dado que prevalece o direito à saúde.

Recurso e remessa necessária conhecidos e improvidos. (Ap n. 24.07.033488-3, Rel. Des. Ney Batista Coutinho, órgão julgador: Quarta Câmara Cível, data do julgamento: 22-09-2009, data da publicação no Diário (26-10-2009).

Dessa forma, nota-se que a jurisprudência vem tendo o entendimento de que apesar da desordem financeira pública alegada pelo Estado, os direitos fundamentais à saúde não podem ser relativizados. Isso atesta que o princípio da reserva do possível não deve prevalecer em casos de fornecimento de medicamentos, pois é inadmissível que o Poder Público se mostre indiferente ao problema de saúde existente na sociedade, podendo assim ser responsabilizado por omissão ou por contrariedade à constituição federal (GUIO, 2014). Ao tratarmos do princípio da reserva do possível, verificamos a relação entre a negligência do Estado em ausentar-se ao efetivar os direitos sociais em prol da comunidade e a sua justificativa na ordem jurídica (orçamentária) para não prestar o serviço social. Por este viés, verificamos que o Estado brasileiro usa de um termo de origem internacional, inserido no Brasil em um contexto histórico, cultural e financeiros totalmente distintos, para exonerar-se na prestação de atividades em prol da população. Com isso, o Brasil, além de estar utilizando um princípio proveniente de em uma realidade social diferente dos países europeus, está empregando uma ideia equivocado quando aplicada à República brasileira, tendo em vista que um país em desenvolvimento, não deve omitir-se em prestar o que de fato é direito da sociedade (ÁVILA, 2013). A reserva do possível está estreitamente ligada à má gestão

financeira dos administradores públicos. Nesta ideia, por estarmos inseridos em um modelo político de estado social, os recursos públicos são inesgotáveis, tendo em vista que o Estado está em constante arrecadação financeira e, com isto, só não conseguem suprir as necessidades sociais caso os planeje seu orçamento de forma irresponsável (STIBORSKI, 2015). Por isto, o Estado nunca consegue comprovar a insuficiência de recursos públicos para prestar assistência à comunidade (ÁVILA, 2013). Em muitos casos, o administrador da verba pública, utiliza do argumento jurídico, que corresponde à ausência de autorização orçamentária – tendo em vista que não estava previsto no orçamento – para realizar determinadas despesas nos cofres públicos (STIBORSKI, 2015). Para entendermos essa ideia, devemos ter conhecimento de que o poder executivo elabora seu orçamento e envia para o legislativo, que discute, reprovou ou aprova o orçamento previsto para anos subsequentes – são exemplos: o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) (ÁVILA, 2013). O Estado prova que não tem previsão legal para realizar determinada despesa na máquina pública, a qual, este é o argumento que produz mais eficácia. Contudo, o gestor ainda fabrica um argumento inconsistente, tendo em vista que o Poder Executivo tem autonomia para pedir ao legislativo a inclusão de gastos que não estavam previstos no orçamento. Por continuidade, o legislativo mostra-se competente para realizar análise e inclusão – respeitando limites constitucionais – de custos nos orçamentos públicos, inclusive, gastos que efetivam direitos sociais que são recorridos pela sociedade (ÁVILA, 2013). A falta de políticas públicas, somada ao alto custo dos medicamentos e pesquisas para a devida produção de remédios para pessoas com doenças raras incidem diretamente nessa classe, que apesar de atingirem uma quantidade mínima de pessoas em relação ao total de brasileiros, sofrem em decorrência desses fatores, e em consequência, esses problemas também atingem o mercado privado, ou seja, as farmácias, uma vez que essas indústrias não se interessam pela produção dos medicamentos que essas pessoas necessitam. A razão pelo qual isso acontece é o alto custo para a produção, que reflete consequentemente no preço final do medicamento. Ademais, como esses medicamentos são destinados a uma parcela muito pequena da população, estes geralmente não têm condições de arcar com a despesa desses produtos, diante disso, a produção se torna economicamente inviável para o setor privado. Devido a esse fator e as necessidades dos doentes, o único meio é a importação do produto, o tornando-lhe, desse modo, mais caro e gerando seu processo mais burocrático. Faz-se necessário à autorização da ANVISA para a compra do remédio (GUIO, 2014). **CONCLUSÃO:** Levar em consideração a aplicabilidade da reserva do possível diante da alegação do Estado sob a hipótese de insuficiência de recursos seria mitigar os direitos fundamentais já existentes (LURCONVITE apud MACIEL; SOUZA, 2008). Por esse entendimento, “A saúde configura, paralelamente ao direito à vida, o direito mais importante dos seres humanos, eis que sem saúde não há vida, e sem vida há morte.” (LURCONVITE, 2010). Nesse diapasão, é indubitável não associar o direito à saúde – direitos sociais – à ideia do mínimo existencial previsto no art. 6º de nossa Carta Magna, que resumo seria: “um direito às condições mínimas de existência humana digna que não pode ser objeto de intervenção do Estado e que ainda exige prestações positivas” (TORRES, 1999), ou seja, o direito a vida. É nítida, ainda, a presença intrínseca da dignidade da pessoa humana na noção de mínimo existencial, constatando assim que “[...] o não

cumprimento do Estado de garantir à saúde e outros direitos sociais previstos constitui violação à constituição, seguindo assim a teoria da efetividade máxima dos direitos fundamentais sócias.” (PIOVESAN, 2007). Por conclusão, a reserva do possível não deve ser uma justificativa de exoneração estatal, pois, dessa forma, o Estado estará ausentando-se de obrigações previstas na Constituição Federal de 1988: obrigação de assegurar direitos fundamentais e sociais ao povo desta República. Os gestores públicos devem, com isto, realizar planejamento orçamentário respeitando os limites constitucionais e produzindo o efetivo objetivo da administração pública – o bem-estar social.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Kellen Cristina de Andrade. Teoria da reserva do possível. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, v. 18, n. 3558, 29 mar. 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/24062>. Acesso em: 21 ago. 2018.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. PC Editorial Ltda. Brasil, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 21 ago. 2018.

GUIO, Priscila Zuchi. **Direito à saúde X reserva do possível**. A tutela jurisdicional dos medicamentos órfão. Jus, disponível em: <https://jus.com.br/artigos/46011/direito-a-saude-x-reserva-do-possivel/1>. Acesso em: 21 ago. 2018.

LURCONVITE, Adriano dos Santos. A inaplicabilidade da reserva do possível em face do mínimo existencial à saúde. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 79, ago 2010. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8240. Acesso em: 21 ago. 2018.

MÂNICA, Fernando Borges. **Teoria da Reserva do Possível: Direitos Fundamentais a Prestações e a Intervenção do Poder Judiciário na Implementação de Políticas Públicas**. Disponível em: http://fernandomanica.com.br/site/wp-content/uploads/2015/10/teoria_da_reserva_do_possivel.pdf. Acesso em: 21 ago. 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 3. ed. Rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 265.

STIBORSKI, Bruno Prange. **Reserva do possível: Origem, conceito e ordens**. Jusbrasil. Disponível em <https://bstiborski.jusbrasil.com.br/artigos/197458820/reserva-do-possivel-origem-conceito-e-ordens>. Acesso em: 21 ago. 2018.

TORRES, Ricardo Lobo. **O direito ao mínimo existencial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 110.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES - A APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA

AUTORAS:

Patricia Diniz Santos
Francisca Barbara Sabino
Claudia Cristiane Davim
Raphaela Victor da Silva

RESUMO: A violência contra as mulheres é um problema recorrente em todo o mundo. A Lei Maria da Penha representou uma grande conquista para a sociedade e um avanço da legislação no combate à violência contra a mulher.

Palavras-chave: Direitos da Mulher. Violência doméstica. Lei Maria da Penha.

INTRODUÇÃO: O Brasil está entre os países com maior índice de homicídios femininos, estando na quinta posição em um ranking de 83 nações, com uma taxa de feminicídios de 4,8 para 100 mil mulheres segundo dados do Mapa da Violência 2015. Comprometidos com a questão da violência contra as mulheres, um problema não apenas do nosso país, mas recorrente em todo mundo, utilizaremos essa trabalho acadêmico com objetivo de estudar, entender e procurar resposta para as questões que devem levar ao enfrentamento e combate desse problema, verificando a real eficácia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e de toda a rede de enfrentamento e combate criada para atender a precípua necessidade de minimizar ou acabar com essa questão tão maléfica as mulheres. Na pesquisa, constatamos, ainda, que por mais que o gênero seja o mesmo, muitas mulheres encontram discriminação e violência dependendo de suas características individuais, podendo desencadear uma discriminação específica por ser bissexual, negra, deficientes ou lésbicas, porém o perfil das mulheres que mais sofrem violência de acordo com estatísticas levantadas, são mais negras do que brancas, por causa da cultura machista e daqueles que não aceitam o papel que elas ocupam na sociedade. Esse aspecto mudou pouco nas últimas décadas, devido ao descaso de muitos serviços da saúde, segurança e justiça, em relação à violência doméstica e familiar que é tratada como se a mulher fosse responsável, de alguma forma pela violência sofrida, não se levando em conta muitas vezes a questão da hipossuficiência e vulnerabilidade da vítima. De acordo com a lei nº 11340/2006, toda mulher tem direito a vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso a justiça, ao esporte ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (artigo 3º). Todos esses direitos já estavam consagrados na declaração universal dos direitos humanos. O artigo 4º garante que na interpretação da lei devem ser considerados os fins sociais a que ela se destina e as condições particulares das mulheres em situação de risco, o que significa garantir a preservação física e psíquica da vítima, acima de qualquer outro interesse. Neste intento, perceberemos que o foco maior de enfrentamento e combate à violência, característica de uma cultura machista, está na atuação conjunta das instituições voltadas para esse problema e agindo de forma articulada e com a multiplicidade de serviços disponíveis ao apoio dessas vítimas.

Exemplos se sucedem, a aplicabilidade da lei está ocorrendo em todo o país e as ações são extremamente necessárias para o combate de um mal que conhecemos e sabemos que não é exclusivo do nosso país. O enfrentamento e combate a violência doméstica precisa ser cada vez mais articulado, visando à garantia da integridade física, psicologia e moral das mulheres vítimas deste tipo de crime.

METODOLOGIA: No presente trabalho utilizamos a metodologia cartográfica como método de pesquisa na qual abordamos como escala a empregabilidade da Lei 11.340, Lei Maria da Penha, que estabelece medidas de proteção e assistência a mulheres que sofreram violência doméstica, seja ela física, moral ou psicológica. Para isso foi realizada pesquisa bibliográfica em sites, leis e artigos, visando estudar, entender e procurar respostas na questão da violência doméstica e os avanços alcançados pela legislação. Como projeção da pesquisa temos a coleta de números sobre a violência, elaborando um panorama de como vem sendo tratada a Lei e sua aplicação no combate à violência contra a mulher. Como simbolização, mostramos a importância da visibilidade desse tema, pois comumente existe a culpabilização da vítima. Abordamos, ainda, a importância da rede de proteção, tal como delegacias especializadas, promotorias públicas, defensorias, juizados, entre outros, importante para o combate aos alarmantes números da violência doméstica no Brasil, considerado um dos maiores do mundo.

REVISÃO DA LITERATURA: Até algumas décadas atrás, a legislação brasileira era composta de leis que discriminavam a mulher. O código penal, de 1940, era um exemplo disso, no qual um dos artigos previa a extinção da punibilidade a um estuprador caso se casasse com a vítima. Durante muito tempo, a tese defesa da honra foi muito utilizada quando homens agrediam ou matavam mulheres, justificando o crime e, por muitas vezes, a Justiça acatava o argumento, absolvendo o agressor. A mudança na legislação ocorreu somente em 2005, quando foram alterados termos como “mulher honesta” e “mulher virgem” e foi retirado da lei o crime o adultério. Outro exemplo disso, a Lei nº 9.099/1995 dos Juizados Especiais Criminais, que tratava de delitos de menor potencial ofensivo, foi base para o julgamento de muitos casos de violência doméstica contra mulheres. Desta forma, era comum a aplicação de punições alternativas para os agressores, como a doação de cestas básicas ou o pagamento de multas. O primeiro órgão a adotar medidas em prol de uma política destinada a eliminar a discriminação contra a mulher foi a ONU. Em 1979, fruto de um intenso trabalho das mulheres e movimentos civis, foi criada a resolução 34/180. Em setembro de 1981 esta convenção aprovada entrou em vigor e contempla duas vertentes: uma de caráter punitivo que é contra a discriminação e uma positiva que estabelece e que promove a igualdade entre homens e mulheres. Em 1984, o Brasil ratificou esta convenção aprovada pela ONU. Em 22 de setembro de 2006 entrou em vigor no Brasil a Lei nº 11.340, conhecida como a Lei Maria da Penha. Em seu artigo 5º estabelece como violência doméstica e familiar aquela que é sofrida pelas mulheres por meio de “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Em 2011, o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou constitucional o artigo 41 da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que tem a seguinte redação: "Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei 9.099, de setembro de 1995". Com essa decisão, o STF considerou que a violência contra a mulher é grave porque não se limita apenas ao aspecto físico,

mas também ao seu estado psíquico e emocional. Assim foi descartado o argumento de que o juízo competente para julgar agressões contra a mulher seria o Juizado Criminal Especial. A constitucionalidade da Lei Maria da Penha foi questionada, levando ao julgamento, em 2012, de duas ações de controle concentrado de constitucionalidade – Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 19 e Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4424. O julgamento da ADC 19 e da ADI 4424, o STF teve caráter vinculante, criando jurisprudência quanto ao tratamento que deve ser dado aos processos de violência doméstica contra a mulher. No seu voto, o Ministro do STF Marco Aurélio defendeu que:

No tocante à violência doméstica, há de considerar-se a necessidade da intervenção estatal. (...) No caso presente, não bastasse a situação de notória desigualdade considerada a mulher, aspecto suficiente a legitimar o necessário tratamento normativo desigual, tem-se como base para assim se proceder a dignidade da pessoa humana – art. 1º, III –, o direito fundamental de igualdade – art. 5º, I – e a previsão pedagógica segundo a qual a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais – art. 5º, XLI. A legislação ordinária protetiva está em fina sintonia com a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, no que revela a exigência de os **Estados** adotarem medidas especiais destinadas a acelerar o processo de construção de um ambiente onde haja real igualdade entre os gêneros. Há também de se ressaltar a harmonia dos preceitos com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – a Convenção de Belém do Pará –, no que mostra ser a violência contra a mulher uma ofensa aos direitos humanos e a consequência de relações de poder historicamente desiguais entre os sexos. (...) Procede às inteiras o pedido formulado pelo PGR, buscando-se o empréstimo de concretude maior à CF. Deve-se dar interpretação conforme a Carta da República aos arts. 12, I; 16; e 41 da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha – no sentido de não se aplicar a Lei 9.099/1995 aos crimes glosados pela lei ora discutida, assentando-se que, em se tratando de lesões corporais, mesmo que consideradas de natureza leve, praticadas contra a mulher em âmbito doméstico, atua-se mediante ação penal pública incondicionada. (...) Representa a Lei Maria da Penha elevada expressão da busca das mulheres brasileiras por igual consideração e respeito. Protege a dignidade da mulher, nos múltiplos aspectos, não somente como um atributo inato, mas como fruto da construção realmente livre da própria personalidade. Contribui com passos largos no contínuo caminhar destinado a assegurar condições mínimas para o amplo desenvolvimento da identidade do gênero feminino.
[ADI 4.424, voto do rel. min. Marco Aurélio, j. 9-2-2012, P, DJE de 1º-8-2014.]

No Brasil, o STF, na seção 542 do dia 26/09/2015, aprovou uma súmula determinando que as ações penais resultantes de Violência Doméstica, no que diz respeito à lesão corporal passassem a ser públicas e incondicionais. Ainda no sentido de proteger as mulheres outras leis foram aprovadas, como a lei Estadual 13.924/2013 (Bahia), que trata da responsabilidade dos hospitais e postos de saúde de comunicar as delegacias especializadas em atendimento às mulheres, os dados e prontuários das vítimas atendidas naquelas instituições. Outra lei muito importante é a Lei do feminicídio, de nº 13.104/15, promulgada em 9 de março de 2015, durante

o governo de Dilma Rousseff, que altera o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/40), em seu art. 121, tornando o feminicídio uma circunstância qualificadora do homicídio e, o art. 1º da Lei nº 8.072/90, tornando-o crime hediondo. Uma outra medida foi a criação da rede de enfrentamento das vítimas de violência doméstica, uma ação de iniciativa da Secretaria de Políticas Públicas para mulheres/Presidência da República, que é composta por várias instituições governamentais e não governamentais, como por exemplo: Delegacias Especializadas no Atendimento as Mulheres (DEAM), Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFCM), as Promotorias Públicas Especializada, as Defensorias Públicas, os Centros de Referência em atendimento as Mulheres, as Casas-Abrigo e muitas outras. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A violência doméstica é considerada uma violação aos direitos humanos. Os índices de violência doméstica no nosso país ainda estão entre os maiores do mundo, mas a Lei Maria da Penha é modelo para muitos países. A Constituição Federal, no artigo 226, § 8º estabelece que “o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. Assim, a Lei Maria da Penha foi um instrumento criado para coibir e prevenir a violência contra a mulher. A lei do feminicídio (Lei nº 13.104/15) veio complementar a política de combate à violência contra a mulher como mais um mecanismo de proteção. A Lei inclui no Código Penal o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, o feminicídio: o crime contra a mulher por razões do sexo feminino. O crime foi incluído no rol de crimes hediondo, com previsão de penas mais duras, de 12 a 30 anos de prisão, e não têm os atenuantes que outros tipos de crimes têm. A efetividade da lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio não se deu de forma uniforme em todo o país, porque a implementação depende da estrutura da rede de proteção e do próprio judiciário, em cada região do país. De acordo com matéria veiculada na Tribuna do Norte, em 21/06/2018, o Rio Grande do Norte foi o Estado com maior número de feminicídios em 2017, proporcionalmente, com 14,1 casos a cada mil mulheres. Para a advogada, Lucineide Freire, presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB, em entrevista à Tribuna do Norte, os números de feminicídio são menores em estados em que os tribunais têm maior atendimento à demanda, ou seja, aqueles que dão maior celeridade aos processos de violência doméstica. O Tribunal de Justiça do RN tinha, ao fim de 2017, 8.497 processos de violência doméstica e familiar parados e 1.380 ações de feminicídio pendentes de julgamento, tendo sido julgados apenas 112 casos. Esses números demonstram que apesar da rede de apoio e legislação que protegem a mulher contra a violência, ainda falta celeridade com relação aos processos de violência doméstica. Assim o problema da falta de celeridade processual também contribui para que os números de violência doméstica e feminicídio sejam alarmantes. **CONCLUSÃO:** Em busca de saídas para o enfrentamento do grave problema da violência doméstica, a informação é uma grande aliada. As mulheres precisam saber dos seus direitos e para isto tem-se a promoção de campanhas, reunindo grupos de mulheres vítimas de violência doméstica como uma forma de esclarecimento para que todas possam buscar seus direitos e a ajuda tão necessária. Os órgãos de atendimento, como os Juizados da Violência Doméstica e Familiar, Promotorias Especializadas e Núcleos do Gênero do Ministério Público, Defensorias Especializadas de Atendimento à Mulher e Ouvidoria da Mulher têm também importante papel neste enfrentamento. Para fazer um estudo sobre a questão da

violência contra a mulher é preciso analisar a discriminação histórica. A sociedade ainda tende a diminuir a condição de agressor, amenizando as muitas formas de violência como se fosse um fato isolado, fruto apenas de uma atitude impensada. Isso só prova que a sociedade permanece repetindo condutas machistas ao tirar a responsabilidade do homem e, na maioria das vezes, culpar a mulher, que é a própria vítima, pela violência sofrida. O Brasil tem mostrado esforços no combate à violência contra a mulher, mas ainda existe um obstáculo: a impunidade. Pois as estatísticas soam como um alerta de que a lei não está sendo aplicada como deveria e que o país falha em não reduzir mais o sofrimento de milhares de brasileiras. Muitas vezes, os juízes beneficiam os agressores com a lentidão nos processos, ou priorizam a conciliação mesmo com evidências de abusos. Persistem mitos de que a reconciliação do casal resolve a violência, visando à retratação e evitando o risco de morte da vítima. Casos simbólicos precisam ter dos juizados, daqueles que julgam, um olhar mais empático e fiel ao que diz o corpo da lei em relação ao crime cometido. Não se pode permitir que a questão da hipossuficiência e vulnerabilidade sejam afastadas pelo simples “achismos” de um douto julgador. Sendo necessária para a correção dessa falha a intervenção de Tribunais Superiores e, infelizmente, demoram tanto a se pronunciarem que recorrentemente réus acabam sendo beneficiados pela prescrição da culpa. Portanto, podemos constatar que apesar dos avanços da legislação e das políticas públicas de combate à violência contra a mulher, ainda existe um longo caminho a seguir e muito a se fazer, principalmente porque é um problema que afeta toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

BARSTED, Linhares. **O Avanço Legislativo Contra a Violência de Gênero: a Lei Maria da Penha**. Disponível em:
http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista57/revista57_90.pdf. Acesso em: 04 maio 2018.

BRASIL. Legislação. **Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 03 maio 2018.

_____. Senado Notícias. **Publicadas duas leis para combate à violência contra a mulher**. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/04/04/publicadas-duas-leis-para-combate-a-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 03 maio 2018.

_____. **Lei de Juizados não se aplica à violência doméstica**. Disponível em:
<https://www.conjur.com.br/2011-mar-24/lei-juizados-especiais-nao-aplica-casos-violencia-domestica>. Acesso em: 03 maio 2018.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha Na Justiça**. [S.l.]: Revista dos Tribunais, 2007.

MAPA DA VIOLÊNCIA 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br . Acesso em: 04 maio 2018.

MARTINELLI, Andréa. **'Meu sofrimento se transformou em luta', diz Maria da Penha sobre 10 anos da lei que leva seu nome**. HuffPost Brasil. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2016/08/%E2%80%98Meu-sofrimento-se-transformou-em-luta-diz-Maria-da-Penha-sobre-10-anos-da-lei-que-leva-seu-nome.pdf> . Acesso em: 04 maio 2018.

OLIVEIRA, Andréa Karla Cavalcanti da Mota Cabral de. **Histórico, produção e aplicabilidade da Lei Maria da Penha**. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/8429/historico_producao_oliveira.pdf . Acesso em: 04 maio 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Cartilha. **Lei nº11.340 de 07 de agosto de 2006**. (MARIA DA PENHA). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002185/218596POR.pdf> . Acesso em: 04 maio 2018.

TRIBUNA DO NORTE. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/norn-1-380-casos-de-feminicidio-ficaram-sem-solucao-em-2017/416319T>. Acesso em: 23 jun. 2018.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DECORRE DE RELAÇÃO E NÃO DE CONVIVÊNCIA. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-abr-04>. Acesso em: 29 ago. 2018.

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA - ANÁLISE NORMATIVA E SUA APLICABILIDADE

AUTORES:

Jéssica Thereza Valentin de Oliveira
Marcos Vinícius Cruz Bezerra

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar a necessidade da realização da audiência de custódia no processo penal brasileiro. Esse ato é conhecido como resolução através da Convenção Americana de Direitos Humanos adjunto com o Pacto Internacional de Direitos civis e Políticos.

Palavras-chaves: Audiência de Custódia. Direitos inerentes à pessoa. Prisão.

INTRODUÇÃO: A Audiência de Custódia, a qual teve início em fevereiro de 2015 e, um ano depois, em 01/02/2016 foi que entrou em vigor uma resolução que regulamenta tais audiências no Poder Judiciário. A resolução estipulou prazo de 90 dias, contados a partir da entrada em vigor, para que os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais se adequassem ao procedimento. O objetivo da audiência de custódia é enfrentar o problema, garantir a rápida apresentação do preso a um juiz nos casos de prisão em flagrantes, de forma como pode ser abordado e analisando os direitos constitucionalmente garantidos, por meio de apreciações de forma adequada e apropriada da prisão sendo antecipada pelas agências de segurança pública do Estado. Como é cediço, nos termos do artigo 306 do Código de Processo Penal, atualmente deve o magistrado ser imediatamente comunicado acerca da prisão de qualquer indivíduo, com remessa do auto de prisão em flagrante. A ideia é que o acusado seja apresentado e entrevistado pelo juiz, em uma audiência em que serão ouvidas também as manifestações do Ministério Público, da Defensoria Pública ou do advogado do preso existente no Brasil. Assim, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas ele deverá decidir, com fundamento apenas no que consta em referido documento, se deverá relaxar a custódia, acaso entenda ser ela ilegal, converter em prisão preventiva, se presentes os requisitos legais ou se irá conceder a liberdade provisória, com ou sem imposição de medidas cautelares pessoais diversas da prisão. Ressalte-se que o conceito de custódia se relaciona com o ato de guardar, proteger. Visando os efetivos direitos inerentes à pessoa do preso, pois consiste na sua condução, sem demora, à presença de uma autoridade judicial. Há, portanto, o controle imediato da legalidade e da necessidade da prisão, assim como apreciar questões relativas à pessoa do cidadão conduzido, notadamente a presença de maus tratos ou tortura, com a necessidade prévia do exercício do contraditório. Com o presente trabalho, objetiva-se analisar a audiência de custódia à luz do processo penal brasileiro. Parte-se da abordagem do conceito do instituto e da previsão normativa na esfera internacional. Com análise as regras internas do ordenamento jurídico, e posicionamentos acerca da questão. Nesse caso com o conceito de Audiência de Custódia na qual seus objetivos principais são a garantia da integridade física do preso e a possibilidade processual de conceder-lhe a liberdade ou outra medida diversa da prisão. Verificou-se que a Audiência de Custódia parte de uma prisão delituosa cujos contornos legais estão estabelecidos no Código de Processo Penal Brasileiro. Ainda, o diploma em comento traz os

requisitos de manutenção da prisão em flagrante delito bem como àqueles que possibilitam a soltura do indivíduo preso. Todavia as vantagens da efetivação da audiência de custódia, concluído pela necessidade de mudança do regramento jurídico interno para a uniformização da implantação da referida audiência no Brasil. Junto ao Projeto de Lei nº 554/2011, que tramita no Senado Federal na qual pretende promover alterações no Código de Processo Penal para o fim de tornar indispensável à realização de audiência de custódia quando da prisão de um indivíduo. **METODOLOGIA:** Utilizando o Método Cartográfico, utilizando a escala: levantamento de informações sobre a audiência de custódia no Brasil; A projeção: apresentação do tema quanto a projeção nacional e internacional; e a simbolização: direcionando a intenção e o objetivo do projeto. Tendo em vista o desenvolvimento futuro de uma lei, conhecendo o caminho diretamente com a constituição, projeto possibilita uma aprendizagem significativa sobre o tema tratado. O levantamento de dados estatísticos para compreender o problema em questão é de suma importância, seguido de opiniões de juízes e promotores que estão diretamente ligados com as audiências e podem, com propriedade, opinar sobre a eficácia e eficiência da aplicação da norma. Dessa forma, o nosso projeto apresenta, além de conclusões e levantamentos baseados em normas, em jurisprudência e também diversos artigos, fomentando uma discussão de viés acadêmico sobre a audiência de custódia. **REVISÃO DA LITERATURA:** A respeito do tema em questão, afirma Ricardo Lewandowski, no ano de 2016:

Há quem defenda que o estágio de civilização de uma nação pode ser medido pela qualidade de suas prisões. E não existe nenhum constrangimento em encarar essa realidade de frente. A deterioração dos ambientes carcerários e o baixo investimento em ações sociais para aqueles que ali se encontram reforçam o potencial crimínogeno desses espaços, em que direitos são tratados como artigos de luxo e considerados regalias.

De acordo com o senador Humberto Costa (PT-PE), na qual foi o relator de projetos na CCJ, depõe que às vezes o desencarceramento e um bom atendimento aos condenados aos que cumprem a pena pode ser bom para o país e para que possamos ter uma política judiciária.

Infelizmente, as prisões temporárias e preventivas às vezes se arrastam por um longo tempo e muitos desses casos poderiam ser resolvidos sem necessidade de prisão. Com as audiências, o juiz pode analisar com tranquilidade se é possível que o preso responda ao processo em liberdade ou não, e, em boa parte dos casos, a possibilidade de responder em liberdade é grande. Isso beneficia o enfrentamento da superlotação carcerária - argumenta.(PAOLA, 2018, p.01).

Segundo o Senador Capiberibe (2015) enfatiza outro ponto fundamental na Audiência de Custódia, que é a garantia de que o cidadão preso não sofra violência ou tortura, pois em uma sociedade como a nossa é fundamental que sejam realizadas as audiências de custódia, que já é uma prática. Só que é preciso ter uma lei que garanta esse direito a todos os cidadãos que por acaso sejam detidos pelas forças de segurança. É uma garantia de vida, inclusive. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Conforme o resultado obtido é de mera importância ressaltar a diversidade de opinião existente no Brasil sobre a audiência de custódia, pois muita das vezes é ser vista como o fim da

punição e das prisões, o que em regra está errado, tendo em vista uma aplicação mais humana, legal e processualmente constitucional. Tencionando a vinculação dos direitos e garantias fundamentais do indivíduo garantidos pela nossa constituição e tratados internacionais e principalmente no meio carcerário.

O encontro pessoal do preso com o juiz, em um curto prazo o temporal, pode significar um passo decisivo rumo à evolução civilizatória do processo penal, resgatando-se o caráter humanitário e até antropológico da jurisdição (LOPES Jr. & PAIVA, 2014).

O que muito é discutido é que essa resolução não tem eficácia, mas para que tenha efetividade, a prática da audiência de custódia pelos nossos tribunais precisa vir acompanhada da mudança cultural por parte dos nossos operadores do direito, para que o processo penal se torne mais eficaz no que é possível sua eficácia respeitando a Dignidade humana e os princípios constitucionais dela decorrentes. Desenvolvendo uma nova política criminal processual, na qual depende da coragem de magistrados, promotores, advogados, defensores, enfim, de todos os operadores do direito, para reconhecer e aplicar medidas alternativas, que fujam do terrível cotidiano das prisões, especialmente as cautelares, desta monotemática solução de preservação da ordem processual, e apontem para a valorização da dignidade. Com esse tipo de mudança será possível um sistema processual penal que garanta, em matéria de prisão cautelar, a acusatoriedade, a ampla defesa e o contraditório, o respeito à presunção de inocência, e a preferência da liberdade frente o caráter excepcional da prisão cautelar. A prática desta resolução visa à multiplicidade e a complexidade, por entender que estes ainda não são os modos próprios da constituição na realidade, apenas um arbitramento. **CONCLUSÃO:** Diante dos fatos e análises os resultados advindos das audiências de custódia e as necessidades para sua aplicação, em parte, podem trazer algumas incertezas tanto para o ideal funcionamento do sistema processual criminal quanto para a sociedade. Apesar de já ter mais de um ano de vigência, o projeto das audiências de custódia ainda é novo e traz muita desconfiança o que é normal. Mas é evidente que exista também uma intervenção do Estado para solucionar o problema carcerário no país. Não se justifica colocar o preso em condições desumanas, que é a realidade da maioria dos presídios no Brasil, sem antes uma previa colocação em ser ouvido. Não se pode auferir, ainda, se o instituto está melhorando o sistema prisional e contribuindo para que haja a razoabilidade da aplicação da prisão, pois os critérios que são utilizados para a soltura não são apenas objetivos, ou seja, se houve ou não tortura, se a prisão é ou não legal. O juiz pode entender, de acordo com a situação, que a prisão não precisa ser mantida e pode ser substituída ou concedida a liberdade. O Brasil aderiu à Convenção no ano de 1992, entretanto, recentemente, mais de 20 anos após, é que, após recomendação feita pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foram adotadas medidas efetivas para colocar em prática a audiência de custódia. Trata-se de algo positivo, tendo em vista que concede a possibilidade de o magistrado, pouco tempo depois da prisão, ter contato direto e pessoal com o preso em flagrante. Nessa oportunidade, é verificada a necessidade da manutenção da custódia cautelar e também se houve algum tipo de abuso por parte da autoridade policial no momento em que ocorreu a prisão ou mesmo imediatamente após. Ressalte-se que o conceito de *custódia* se relaciona com o ato de *guardar*, ou mesmo de *proteger*. Sendo assim, o instituto visa proteger,

resguardar os direitos inerentes à pessoa do preso. Portanto, a audiência de custódia pode ser entendida como relevante forma de acesso à jurisdição penal, tratando-se de uma das garantias de liberdade pessoal que se traduz em obrigações positivas a cargo do Estado. Com efeito, consiste efetivamente em meio de ampla defesa à pessoa do preso.

REFERÊNCIAS

FERREIRA JÚNIOR, José Carlos P. **A audiência de custódia no Processo Penal brasileiro**. 2016. Disponível em: <https://oab.grancursosonline.com.br/audiencia-de-custodia-no-processo-penal-brasileiro/>. Acesso em: 16 out. 2018.

PAOLA, Lima. **Especial Cidadania**: Já em uso no país, audiências de custódia podem virar lei. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/04/05/ja-em-uso-no-pais-audiencias-de-custodia-podem- virar-lei/tablet>. Acesso em: 16 out. 2018.

MANSO, Eduardo de Oliveira. **Audiência de custódia, suas polêmicas e sua importância para o processo penal brasileiro**. 2017. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,audiencia-de-custodia-suas-polemicas-e-sua-importancia-para-o-processo-penal-brasileiro,58263.html>. Acesso em: 17 out. 2018.

SANTOS, João Paulo Nascimento dos. **Considerações sobre a audiência de custódia**. 2015. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17098. Acesso em: 05 set. 2018.

TUPINÁ, Yone. **Audiência de Custódia**: uma visão geral para fundamentar as discussões acerca do tema. 2016. Disponível em: https://yoneluara.jusbrasil.com.br/artigos/402092795/audiencia-de-custodia-uma-visao-geral-para-fundamentar-as-discussoes-acerca-do-tema?ref=topic_feed. Acesso em: 18 out. 2018.

APLICAÇÃO DO DIREITO SINÉRGICO

AUTORA:

Maria Eliane Monteiro dos Santos

RESUMO: O texto apresenta uma reflexão a respeito do ensino das disciplinas zetéticas no curso de Direito e como o conhecimento advindo dessas disciplinas irá contribuir no exercício da profissão, pois auxiliará os profissionais da área jurídica a tomarem decisões que somente a lei, em determinados casos, não é capaz de solucionar. O presente trabalho parte do princípio que o direito sinérgico, o qual consiste na coesão dos elementos intrínsecos e extrínsecos ao ambiente do direito, precisa ser aplicado no exercício da profissão do direito. Logo, para que isso aconteça, é necessário enfatizar, durante a graduação, que não é somente o conhecimento jurídico desenvolvido nas disciplinas dogmáticas, que irá formar o profissional do Direito, mas também todo o saber originado por meio das disciplinas zetéticas. O resultado obtido por meio de pesquisa bibliográfica foi um conceito de aplicação prática no exercício da profissão do profissional do Direito. O conhecimento alcançado a partir das análises promoverá uma mudança acerca da aplicação do direito na sociedade.

Palavras-chave: Ensino. Zetéticas. Direito sinérgico.

INTRODUÇÃO: A forma como o profissional da área jurídica aplicará o direito no âmbito social está diretamente relacionado ao conhecimento adquirido na academia. Independentemente de ser conhecimento científico, teológico, empírico, filosófico e/ou tácito este irá influenciar nas suas decisões, pois por mais que sejam elementos extrínsecos ao direito, estes estão inseridos no âmbito social. Logo, auxiliam os profissionais da área jurídica a tomarem decisões que somente a lei não é capaz de solucionar determinados conflitos. Por esse motivo o presente trabalho parte do princípio que o direito sinérgico é a coesão dos elementos intrínsecos e extrínsecos ao ambiente do direito. O objetivo é a busca pelo equilíbrio entre as partes não usando somente o conhecimento jurídico desenvolvido nas disciplinas dogmáticas²⁶, mas também todo o saber originado por meio das disciplinas zetéticas²⁷. Essas disciplinas são basilares para o exercício pleno do direito, pois são investigativas, inquisidoras e faz com que o aluno desde a graduação reflita sobre a sociedade e circunstâncias que circundam o fato jurídico, levando-o a enxergar que a letra de lei é extremamente importante, mas que essa para ser aplicada de forma eficiente precisa haver uma reflexão, que sem dúvida, precisa do conhecimento advindo das zetéticas. Segundo Ferreira apud Ghirardi; Feferbaum (2013, p.20):

²⁶ PESSOA, Leonel Casarino. Em torno da distinção entre as perspectivas zetética e dogmática: nota sobre a pesquisa jurídica no Brasil. Prisma Jurídico, São Paulo, v.4, 2005, p.23-32.

²⁷ Ibid., p.23-32.

As ciências dogmáticas preocupam-se com a resolução de problemas práticos e não, fundamentalmente, com a obtenção de um conhecimento verdadeiro sobre seu objeto. No caso do direito, seu raciocínio parte de um ponto não problematizável (um dogma, no caso, a Constituição) e busca encontrar os conteúdos materiais e procedimentais para solucionar um conflito social. Seu objetivo, portanto, não é filosófico ou meramente científico, mas concreto: converter as normas existentes (decisões que já foram tomadas) em uma nova norma (decisão que será tomada), por meio de um processo que exige “peças” a serem também produzidas.

Nessa constante mutação pela qual passa a sociedade todos os fatos sociais jamais serão cobertos pela lei, assim como também, em determinados casos somente a letra de lei não será suficiente para que a real finalidade do direito seja alcançada, logo, é notório o profissional da área jurídica no decorrer do exercício da sua profissão irá encontrar casos jurídicos de difíceis resoluções que precisarão serem analisados sob uma perspectiva do direito sinérgico que consiste na união do conhecimento jurídicos com as demais ciências humanas: Antropologia, Arqueologia, Ciência, Política, Filosofia, Geografia, História, Psicologia, Sociologia, Teologia, Ciências Sociais Aplicadas, Administração, Comunicação, Direito, Economia, Letras, Linguística. Os profissionais da área jurídica, em especial, o advogado exerce uma das profissões mais antigas e admiráveis que existe. O termo advém do latim “advocare” que significa apelar, chamar, invocar. Interceder em prol de alguém. Essa é a missão do advogado, logo, saber argumentar é essencial para o bom desempenho da sua profissão. Na realidade, é necessário muito mais do que isso. O exercício da advocacia exige muita leitura, interpretação, análise crítica, persuasão e retórica e isso é adquirido por meio de muito estudo, não somente da letra de lei, princípios, doutrinas e jurisprudências, mas também de disciplinas tais como filosofia, sociologia, antropologia, história do direito, psicologia, Interpretação e produção de texto, as quais são encontradas nas grades curriculares iniciais dos cursos de direito. Muitas vezes essas disciplinas propedêuticas são estudadas superficialmente pelos alunos e, não é incomum, serem taxadas como chatas e sem importância, pois os alunos não conseguem visualizar essas disciplinas no exercício da profissão. Segundo (GHIRARDI; FEFERBAUM, 2013) é preciso integrar o seu processo de ensino-aprendizagem à formação de um profissional do Direito, sem hierarquizações entre essas disciplinas e as disciplinas jurídicas, e sem interações lineares e pouco problematizadas entre elas. O pensamento que Direito não existe de forma isolada deve iniciar na graduação. Os graduandos precisam entender que o Direito é fruto da dinâmica social, e a sociedade está em constante mutação, logo, precisam enxergar e aplicar o direito de forma sinérgica. O estado [...] de fato, é o supremo e legal depositário da vontade social e fixa a situação de todas as outras organizações. Põe sobre o seu domínio todas as formas de atividade, cujo controle ele julga conveniente. (AZAMBUJA, 2005, p.4), mas muitas vezes para fazer realmente justiça é necessário ir de encontro ao que o estado estipula como norma para determinados casos. Observar de forma particular os fatos de uma lide é de fundamental importância, pois a lei que resolve a situação A1 pode não ser

exatamente a mesma que irá resolver a do caso A2, pois como afirma REALE (2016, p.171):

A lei vai variando de sentido em função de múltiplos fatores, pois uma circunstância de ordem técnica imprevista pode alterar completamente a significação e o conteúdo de um texto legal, o mesmo ocorrendo quando se altera a tábua dos valores de aferição da realidade social.

O seu eixo central do projeto parte do princípio que o direito, como ciência humana, necessita observar os fatos sociais de forma abrangente. Isso significa dizer que o operador do direito, assim como o juiz de direito precisam avaliar cada caso levando em consideração não somente, ambiente intrínseco ao direito, ou seja, leis, costumes, analogia, princípios gerais do direito e equidade, mais também o ambiente extrínseco ao direito, ou seja, os fatos sociais, as relações sociais, comportamentos, cultura, ambiente, enfim, tudo que está ligado as ciências (antropologia, arqueologia, ciência, política, filosofia, geografia, história, psicologia, sociologia, teologia, ciências sociais aplicadas, administração, comunicação, direito, economia, letras, linguística). Segundo Soares (2017, p. 112), o sistema jurídico é aberto, porque o direito é um fenômeno histórico-cultural e submetido às transformações que ocorrem no campo dinâmico dos valores e dos fatos sociais. Então, sendo o sistema jurídico aberto e mantendo interação com o ambiente intrínseco e extrínseco ao direito, isso significa dizer que existirá sinergia entre o direito e esses ambientes. É fundamental que o operador observe o direito de forma sinérgica. Isso não significa dizer que ele precisa ser um profundo conhecedor de todas as ciências humanas, mas é de suma importância que ele identifique, faça uma relação com a área jurídica. O intuito é analisar os fatos com cautela e de forma acurada para que dessa forma a justiça seja realmente feita, não sendo somente levado em conta a lei pura e seca. Esse profissional da área jurídica somente terá essa visão de um direito sinérgico se essa interação das ciências humanas for estimulada desde a graduação. Todas as disciplinas têm o mesmo grau de importância e precisam ser estudadas com o mesmo afinco. A psicologia tem grande relevância na esfera jurídica para a resolução de casos onde aspectos relacionados à personalidade, traumas, desordens emocionais e psíquicas estão em pauta. Já a sociologia ajuda a compreender o desenvolvimento, transformação e mutação das relações sociais, relacionadas a cultura, religião, família, sexualidade, entre outros. Com relação à antropologia é possível entender os modos crenças, rituais, mitos de determinados povos. Quando se trata de relacionar filosofia e direito não se pode deixar de falar em moral, valores, justiça, razão. Esses, e outros muitos termos, fazem parte do campo de estudo da filosofia e são inerentes também ao direito. Quando se fala em estudar história, seja ela do direito ou não, significa conhecer o passado, compreender e refletir sobre o presente e, assim, buscar meios para melhorar o futuro. Isso precisa ser feito constantemente, não somente pelos profissionais do direito, mas por todos. E o que dizer das Letras. Ler interpretar e produzir texto faz parte de toda e qualquer profissão, e se essa, for advocacia, a

responsabilidade aumenta, pois, a palavra, seja ela escrita ou falada, é o meio usado pelo advogado para alcançar os seus objetivos profissionais. Não se está buscando interdisciplinaridade entre o direito e as demais ciências humanas e sim a sinergia. Ou seja, o direito irá convergir com as demais ciências humanas para atingir o seu principal fim a harmonia e justiça. Mostrar como as disciplinas zetéticas têm o mesmo grau de importância que as dogmáticas na formação do graduando de direito, pois a sinergia existente entre elas formará o direito sinérgico, o qual tem como objetivo soluções mais harmônicas de dilemas, buscando sempre a solução com base na coesão entre os elementos intrínsecos e extrínsecos ao ambiente do direito. A proposta do trabalho é que o direito precisa ser aplicado de forma sinérgica com as demais ciências, principalmente, quando a resolução de um caso seja complexa. O direito somará esforço com as demais ciências para assim poder atingir seu êxito no final. Esse entendimento precisa iniciar na academia a partir do momento que as disciplinas zetéticas passarem a serem vistas como essenciais para o bom exercício do direito. O graduando de direito precisa entender que muitas vezes a melhor solução para determinados fatos jurídicos parte da sinergia entre os elementos intrínsecos ao Direito, ou seja, a analogia, os costumes, os princípios gerais do direito e a equidade; assim como também os elementos extrínsecos ao Direito (economia, sociologia, antropologias, psicologia). Nesse momento não está se tratando de interdisciplinaridade e sim de cooperação entre o direito e as demais ciências. **METODOLOGIA:** Na execução no presente trabalho foi usado o método cartográfico geográfico para se fazer uma análise de como as disciplinas dogmáticas e zetéticas são vistas nos anos iniciais do curso de direito para isso foram usados dados secundários a respeito de tal assunto. Já com relação aos dados colhidos e observações feitas foram frutos de uma revisão bibliográfica baseada na cartografia. Para se chegar ao direito sinérgico, percorreu-se o ambiente educacional, legal, literário e social, assim como também se analisou como a lei determina que o direito seja ensinado na academia e como esse é realmente aplicado na prática durante o exercício profissional. O método cartográfico seguido se compara a um rizoma que se estende e se desdobra num plano horizontal, de forma acêntrica, indefinida e não hierarquizada, abrindo-se para multiplicidade, tanto de interpretações quanto de ações (PRADO FILHO, 2013). Nesse sistema existem os princípios de conexão e heterogeneidade, da multiplicidade, da ruptura assignificante e da cartografia e decalcomania. Por meio desse método vários estudos a respeito do ensino do direito no Brasil foram analisados com o fim de verificar como o ensino do direito está sendo trabalhado. Assim como também foi realizada pesquisa bibliográfica e como resultado surgiu o conceito e aplicação do direito sinérgico, o qual tem suas bases firmadas na graduação do curso de direito e a sua aplicação prática após a graduação. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Hoje em dia é possível enxergar a interdisciplinaridade no ensino do direito. Essa interação entre disciplinas, tais como: filosofia, psicologia, antropologia, história, entre outras, possibilita a formulação de um saber crítico-reflexivo na academia, mas todo esse conhecimento precisa migrar da graduação para o campo profissional. Isso somente ocorrerá quando existir uma valorização das disciplinas zetéticas por parte do alunado do curso de direito, assim como também a interdisciplinaridade entre as dogmáticas e zetéticas serem

enxergadas como arcabouço que sustentará o direito sinérgico, o qual consiste na aplicação das normas jurídicas em colaboração com as demais ciências humanas no exercício da profissão. O direito Sinérgico une os elementos intrínsecos ao direito, ou seja, leis, costumes, analogia, princípios gerais do direito e equidade, assim como também o ambiente extrínseco ao direito que consiste nas demais ciências humanas. **CONCLUSÃO:** A sociedade passa por constantes mudanças e é claro o aumento da complexidade das relações sociais contemporâneas, logo a aplicação do direito sinérgico tem como fim estabelecer uma relação dialógica com as outras ciências humanas com o intuito de encontrar soluções mais harmônicas para casos de difíceis solução. Nota-se que o direito sinérgico nada mais é do que a aplicação prática, no âmbito do Direito, dos conhecimentos advindos das disciplinas zetéticas trabalhadas interdisciplinarmente com as disciplinas dogmáticas. É notório que direito sinérgico tem um longo caminho a ser percorrido, mas nesse curto trecho percorrido no presente trabalho foi deixado uma trilha que pode levar a diferentes caminhos.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 44.ed. São Paulo: Globo, 2005.

CADERNOS FGV DIREITÓRIO. **A Formação da Advocacia Contemporânea**.

Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12656/Cadernos%20FGV%20DIREITO%20RIO%20-%20Vol.%2010.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 set. 2018.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

COULANGES DE, Numa-Deny Fustel. **Cidade Antiga**. São Paulo: Edameris, 1961.

DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO DE DIREITO. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/dir_dire.pdf. Acesso em: 13 set. 2018.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: WMF Martins, 2010.

ENSINO DO DIREITO EM DEBATE : reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente / José Garcez Ghirardi e Marina Feferbaum (Org.). São Paulo : Direito GV , 2013. (Série pesquisa Direito GV).

PESSOA, Leonel Casarino. **Em torno da distinção entre as perspectivas zetética e dogmática:** nota sobre a pesquisa jurídica no Brasil. Prisma Jurídico, São Paulo, v.4, 2005, p.23-32.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Revista Barbarói**. Santa Cruz do Sul (RS), jan./jun. 2013. n.38, p.45-59. Disponível em:

<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2471/2743>. Acesso em: 05 set. 2017.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares do direito**. São Paulo: Saraiva, 2016.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA - Educação e advocacia no III milênio. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/363/r138-03.pdf?sequence=4> Brasíliaa. 35 n. 138 abr./jun., 1998. Acesso em: 12 set. 2018.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Hermenêutica e interpretação jurídicas**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Introdução ao estudo do direito**: primeiras linhas. São Paulo: Atlas, 2007.

ADOÇÃO: UMA VISÃO UNIVERSAL DO MUNDO JURÍDICO

AUTORES:

Marielle Araújo de Medeiros
Samara Kassiane Soares Porpino
Victor Fonseca e Silva

RESUMO: Foi decidido informar às pessoas sobre a adoção no âmbito nacional e internacional. Acarreta para conhecimento de todos, a convenção Haia, Cadastro Nacional de adoção e a Declaração Universal dos Direitos das Crianças de 1959 em seu princípio sete.

Palavras-chave: Adoção internacional. Convenção da Haia. ECA.

INTRODUÇÃO: A adoção surgiu na antiguidade. Um instituto milenar que tinha como objetivo o culto doméstico e a perpetuação do instituto da família. Na atualidade, a adoção possui caráter humanitário com a proteção dos interesses e direitos do adotado. O objetivo é de acolher crianças e adolescentes com incapacidades absoluta ou relativa que por algum motivo são privadas do convívio familiar. É possível observar que os primeiros vestígios de uma normatização vieram do Código de Hamurabi, impondo penas e ditando como deveria prosseguir a adoção, hoje, são impostas leis e regras severas e de maior eficácia, para garantir segurança e bem-estar aos menores. Com isso, existe a convenção da Haia que é um tratado multilateral entre 75 nações, prezando sempre o direito da criança e do adolescente e tendo a ideologia de que a família é algo de suma importância para a formação de um cidadão. Foi assinado em 1980 na Holanda sobre os aspectos civis do Sequestro Internacional de crianças. No Brasil o tratado entrou em vigor somente em 2000, quando houve sua ratificação o pelo Congresso Nacional. Hoje há no mundo cerca de 44.000 adoções internacionais de todos os Países por ano. O Brasil envia, em média, pouco mais de 300 crianças por ano, isso significa que uma parcela muito pequena das crianças brasileiras está indo para a adoção fora do País, até porque a adoção internacional antigamente era vista como uma fragilidade do Estado ser incapaz de dar condições mínimas para as crianças, então, por uma questão de humanidade as pessoas viajavam para outros países para adotar uma criança de um país pobre. A partir daí os Estados fazem o possível para poder dar qualidade de vida para as crianças e se livrar dessa imagem de Estado falido. Ter um filho é um sonho de muitas pessoas, mas em alguns casos só é possível por meio da adoção. Quando esse processo envolve pessoas de diferentes países, é necessário seguir regras para proteger principalmente o direito da criança. No âmbito jurídico quando se fala de adoção, logo se imagina um processo burocrático e demorado, e quando se fala em adoção internacional pensamos em um processo ainda mais complicado. A adoção internacional é reconhecida como um meio de oferecer uma família e um lar permanente a criança que não teve essa oportunidade no país de origem. O que os pais procuram através de uma adoção na verdade é o amor, e o amor de família tem critérios empíricos, portanto, no momento em que se encontra esse sentimento por uma criança fora do país a lei possibilita o auxílio e regras para a realização de uma adoção internacional. O objetivo não é mostrar a

adoção como um ato de generosidade ou caridade a uma criança, mas na verdade tratar a adoção de uma criança como uma inserção dessa a um âmbito familiar, garantindo a ela os direitos fundamentais, laços afetivos, apoio para o desenvolvimento físico e psicológico para a construção de sua personalidade e qualidade de vida. **METODOLOGIA:** Ao referente trabalho de análise sócio jurídica, foi aplicado o método de pesquisa por meio da internet, livros, artigos, estatutos como o da Criança e do Adolescente, Constituição Federal brasileira, Convenção Haia. Também foi utilizado coleta de dados e desse modo, o método cartográfico que está dividido em: escala encontrada na introdução do trabalho, dentro da coleta de dados, e na relação mencionada junto com a Constituição e as outras leis específicas que assegura direitos garantidos ao cidadão jovem; projeção que está clara no desenvolver de todo o projeto, nas discussões esclarecendo as normas, a história, os desafios, e problematizando a teoria dentro da prática; e, por fim, a simbolização que busca soluções e meios para os quais são fundamentais para a existência da norma e sua aplicação eficaz, são os resultados alcançados, as pesquisas conclusivas e reflexões fruto deste trabalho. **REVISÃO DA LITERATURA:** Enfatiza Marques (2002, p. 458):

“A adoção internacional significa no Brasil, hoje, um desenraizamento cultural e social da criança, que é levada para outra família e outra língua. É a adoção internacional dos anos 90, que ficou conhecida como adoção intercultural...”

Camargo (2005, p. 16), deixa a entender que adoção não é um simples gesto de humanidade ou intercultural como enfatiza Marques, mas uma comprovação de que se pode criar uma filiação paterna e materna, constituindo uma família empírica, que gera experiências e se tornam pessoas com laços familiares tão quanto os biológicos. É por meio de relatos assim que o presente trabalho busca entender as críticas e reconhecimentos positivos sobre a prática de adoção nacional ou internacional, procurando saber quais os pontos negativos como a interculturalidade, como os positivos que trazem laços humanizados de amor e afeto. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O processo de adoção internacional é um processo social e não pode ser negado, logo, deve ser encarado pelo Estado e por seus magistrados como um meio de disponibilizar uma família àqueles que não tem. Pode ser um meio eficaz para diminuir o número de crianças abandonadas evitando, também, a marginalização. É preciso ressaltar que o processo de adoção deve-se observar todos os requisitos rigorosos previstos em lei, seja internacional ou nacional. Atualmente, de acordo com a legislação brasileira, para que um estrangeiro consiga adotar uma criança tem que se submeter a um amplo leque de critérios de ordem jurídica e burocrática como dispõe o artigo 46 da Lei nº 13.509 de novembro de 2017, que altera a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 e dispõe sobre adoção: “a adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, observadas a idade da criança ou adolescente e as peculiaridades do caso”. Já em casos fora do território brasileiro, o parágrafo 3º do artigo 46 ressalta: “em caso de doação por pessoal ou casal residente ou domiciliado fora do país, o estágio de convivência será de no mínimo 30 dias e, no máximo, 45 dias, prorrogável por até igual período, uma única vez, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária”. Entretanto, devido a

burocracia e lentidão do poder legislativo do país, ocorre, muitas vezes, a adoção ilegal, onde estrangeiros se dirigem ao Brasil, visitam, em sua maioria, comunidades que apresentam famílias de baixa renda, e em seguida lançam propostas sem o consentimento da justiça, sendo mais fácil, porém, ilegal. É importante ressaltar que nesta ilegalidade são encontradas, muitas vezes, casos de violência, tráfico etc. Este ato prejudica a segurança jurídica da criança presente na Constituição brasileira, assim como na Convenção das Nações Unidas, ECA, Código Civil. A Convenção Haia foi o primeiro mecanismo regulador na adoção internacional, que proporciona o reconhecimento de padrões internacionais e intergovernamentais de adoção entre países, e, o que melhorou os aspectos entre determinadas regiões. Essa Convenção veio para inibir possíveis irregularidades, tais como a falsificação de registros e subornos, que antes eram comuns em alguns países. O objetivo principal é que a lei seja cumprida pela maior quantidade de pessoas, outros três são: obrigação dos Estados a respeitarem todos os direitos das crianças; instaurar um sistema de cooperação Estado; e prevenir abusos nos processos de adoção, assegurando o seu reconhecimento nos Estados que ratificarão a Convenção e seguem suas instruções. Com a Convenção, foi possível visualizar uma unificação de normas, permitindo a centralização das mesmas, referentes à adoção internacional. Ainda é possível vislumbrar a criação de autoridades centrais dentro dos parâmetros legais. Artigo 51º da Lei nº 13.509 de 22 de novembro de 2017:

“Considera-se adoção internacional aquela na qual o pretendente possui residência habitual em país-parte da Convenção Haia, de 29 de maio de 1993, relativa a proteção das crianças e à cooperação em matéria de adoção internacional, promulgada pelo decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999 e deseja adotar criança em outro país-parte da Convenção”. (BRASIL, 2017).

Em 2009, a legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente alterou a lei nº 12.010, onde pretende acelerar o processo de adoção querendo reduzir o tempo de permanência da criança na instituição de adoção. Vale salientar que é o poder público quem propõe as condições para que se efetive a adoção, de acordo com o descrito no artigo 227, parágrafo 5º da Constituição Federal de 1988. A Declaração Universal dos Direitos das Crianças de 1959 reconhece 10 (dez) princípios de interesse da criança. No sétimo princípio diz que “o interesse superior da criança deverá ser o interesse diretor daqueles que têm a responsabilidade por sua educação e orientação; tal responsabilidade incumbe, em primeira instância, a seus pais”. Nesse sentido, percebe-se que a adoção é regulamentada como natureza jurídica de direito público, buscando fundamentos também na Constituição e no ECA. **CONCLUSÃO:** Conclui-se, portanto, que, em vista dos constantes avanços, a adoção deixa de ser um simples contrato de acordo bilateral de vontade das partes, para ser assistida pelo Poder Público, o qual passou a estabelecer regras e condições para efetuar a adoção, passando a ser matéria de interesse universal. Falando em direitos, antes do século XX ocorriam divergências entre os direitos possuídos pelos filhos biológicos e perflhados de um casal. Com tal discernimento, foi sancionado o artigo 227, da Constituição Federal brasileira de 1988, parágrafo 6º para igualar aos dois, os mesmos direitos e deveres: “os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”. Sendo assim,

ambos são iguais perante a lei, sem distinções. Independentemente de ser um filho biológico ou adotivo deve ser tratado com o mesmo laço familiar. Outro fato importante e curioso que foi observado por meio de pesquisas, dentro desta temática, é que no cadastro nacional há maior número de pessoas que desejam adotar do que crianças que podem ser adotadas, e mesmo assim ainda vivemos numa sociedade com um número relevante de indivíduos – incapazes civilmente – abandonados, ou seja, sem família, órfãos. Todavia, mediante a todas estas proteções, nacionais e internacionais, ainda se tem a adoção ilegal, que muitas vezes geram maus tratos e violência contra o indivíduo adotado. Esses atos são mais comuns em locais carentes, pois, é neles que está o maior número de pessoas incapazes de criar e sustentar seus filhos devido à falta de recursos financeiros e sociais – bem-estar, políticas públicas, infraestrutura, cabendo ao Estado tomar medidas socioeducativas, e soluções para que este número de atos ilegais não se agrave. Apesar disso, o interesse superior da criança deve ser sempre lembrado e colocado em destaque nas decisões relativas à adoção, devendo se sobrepor a qualquer outro interesse que possa estar envolvido no processo, tendo em vista que o objetivo principal é o de proporcionar ao menor, um convívio familiar estável, qualidade de vida e um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa brasileira**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

CAMARGO, Lázaro Mário. **Adoção tardia**: representações sociais de famílias adotivas e postulantes à adoção (mitos, medos e expectativas). 269p – Assis, 2005. CÁPUA, Valdeci Ataíde. **Adoção Internacional**: Procedimentos Legais. Curitiba: Juruá, 2009.

COSTA, Flavio Jobim da. **Adoção Internacional no Brasil**: um estudo doutrinário a partir de sua evolução legislativa. Porto Alegre. UFRGS. 2011.

DHNET. **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sig/onu/c_a/lex43.htm. Acesso em: 23 jun. 2018.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. **Uma reflexão sobre crianças e adolescentes em situação de rua**. 2016. Disponível em: <http://fundaçãotelefonica.org.br/promeninotrabalho infantil/colunistas/uma-reflexao-sobre-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 24 jun. 2018.

LEAL JÚNIOR, João Carlos; PIRES, Natália Taves. Adoção internacional no ordenamento jurídico brasileiro: um exame sob o prisma do princípio constitucional

da dignidade da pessoa humana. **Revista do Direito Público**, v. 3, n. 1, p. 30-42, 2008.

MARQUES, Claudia Lima. **A Convenção de Haia de 1993 e o regime de adoção internacional no Brasil após a aprovação do novo Código Civil brasileiro em 2002**. 499 p. Coimbra: [s.n.], 2002.

MÔNACO, Gustavo Ferraz de Campos. **Direitos da criança e adoção internacional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

NASCIMENTO, Joacinay Fernanda do Carmo. **Adoção á brasileira**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14879. Acesso em: 23 jun. 2018.

CRISE PENITENCIÁRIA BRASILEIRA - MODELO SOCIALIZADOR DA APAC

AUTORAS:

Marielle Araújo de Medeiros
Andreia da Silva Teixeira
Maria Paula Abrantes de Almeida
Vanessa Giovanna de Oliveira Silva

RESUMO: Em frente ao panorama sufocante da crise penitenciária brasileira, a referida pesquisa traz a APAC e seu modelo socializador como uma alternativa capaz de sanar os graves problemas enfrentados pelo sistema carcerário do país.

Palavras-chave: Crise Penitenciária. Modelo Socializador. APAC.

INTRODUÇÃO: O sistema prisional brasileiro teve seu surgimento em 1830, com o Código Criminal do Império, quando a pena de prisão foi introduzida no país aparecendo de duas formas: a prisão simples e a prisão com trabalho. Os relatos daquela época descreviam as estruturas penitenciárias como precárias, contrariando o previsto na constituição de 1824 que as definiam como “seguras, limpas e bem arejadas havendo diversas casas para a separação dos réus, conforme a circunstâncias, e natureza dos seus crimes”, entretanto nada disso acontecia na realidade e os presos eram submetidos à condições precárias em celas superlotadas, sujas e sem assistência nenhuma do Estado. Mesmo quase dois séculos depois, o sistema prisional brasileiro não conseguiu evoluir o bastante para superar todos os problemas de seus primórdios. Ainda existe o mesmo contrassenso entre o ideal teórico e a realidade atual que viola o artigo quinto da Constituição Federal de 1988, que trata dos direitos e garantias fundamentais dos seres humanos independentemente da sua posição na sociedade, cor, orientação sexual, classe econômica. O artigo 12 da LEP (Lei de Execução Penal), datada de 11 de julho de 1984, que trata dos direitos dos detentos e da sua reintegração à sociedade, por exemplo, prevê assistência alimentícia aos detentos, assim como vestuário e um ambiente higiênico. No entanto, o que se vê são presos vivendo em situações desumanas em meio ao lixo, disputando espaços nas pequenas celas e sendo expostos a vários tipos de doenças. Foi com o intuito de reverter essa situação que em 1972 Mário Ottoboni, advogado e fundador da APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), começou a reunir amigos que se sensibilizassem com as condições caóticas enfrentadas pelos presos, iniciando um projeto que atualmente é tido como uma das poucas soluções efetivas para o grave problema da crise penitenciária no Brasil. O grupo começou acompanhando os detentos em seu tempo livre, como voluntários, e sua capacidade de se relacionar com eles levou, poucos anos depois, ao pedido de administrar um pavilhão penitenciário. É então que, em meio a esse panorama asfíxiante, surge a APAC (Associação para a Proteção e Assistência aos Condenados), que defende um modelo de prisão sem policiais, armas nem motins, onde os detentos não usam uniformes, têm uma cama individual e comida digna. As unidades prisionais que adotam a metodologia da APAC destacam-se das unidades convencionais por terem como princípio o cumprimento digno da pena mantendo os detentos num ambiente limpo e

organizado no qual eles próprios recebem funções administrativas. A assistência da sociedade também se faz presente nesse modelo através do voluntariado, que fornece assistências básicas (médica, alimentícia) que garantem dignidade durante o cumprimento da pena. A partir desses pontos torna-se visível a importância de analisar a estrutura da metodologia utilizada pela APAC como alternativa que apresenta melhores resultados no que diz respeito ao baixo custo de construção e da vaga, além do cumprimento da Lei de Execução Penal e da própria Constituição Federal, demonstrando que a eficiência dessa entidade encara o panorama asfixiante da situação atual nas penitenciárias convencionais assoladas pela crise.

REVISÃO DA LITERATURA: A pesquisa foi fundamentada nos estudos autores e doutrinadores que dedicaram seus trabalhos mais importantes ao tema. No âmbito internacional, Michel Foucault - francês, filósofo e teórico social - através de sua obra "Vigiar e Punir", expôs suas ideias revolucionárias acerca do sistema prisional, criticando a brutalidade do modelo e frisando métodos importantes como o de divisão em relação a gravidade do delito, como um dos sete princípios fundamentais para garantir melhores condições ao cumprimento da pena nos sistemas carcerário. O também historiador deu início ao Grupo de Informações sobre Prisões (GIP), formado por intelectuais franceses também indignados com o sistema prisional. O autor considerava de suma importância a garantia de estudos e capacitações para que o apenado fosse capaz de retornar ao mercado de trabalho e consequentemente à sociedade de maneira eficiente, sem mais necessidade de cometer crimes. A Lei de Execuções Penais traz em suas determinações a implantação de ensino médio, regular com formação geral ou educação profissional de nível médio nas penitenciárias sobre o preceito constitucional da universalização educação, entretanto é claro e evidente que não há aplicação desses preceitos nas penitenciárias convencionais do país, e os apenados, quando saem das cadeias, não têm nenhuma opção no mercado, pois não receberam instrução durante seu período de pena, o que reflete no índice assustador de reinserção ao crime que é de 80%. Na Apac, por sua vez, são oferecidos aos detentos através de trabalho voluntário da sociedade, esse tipo de assistência, bem como trabalhos laborterápicos e cursos profissionalizantes, o que é refletido no fato de que menos de nove por cento das pessoas que saem na APAC retornam ao crime. Michel Foucault durante a sua vida trabalhou as questões falhas dos sistemas penitenciários, sempre frisando a importância de uma aplicação de pena sem aspectos de crueldade, focado na reinserção do apenado a sociedade, e suas ideias e pensamentos aparecem, no contexto atual, mais refletidas no modelo socializador das entidades apaqueanas do que nas estruturas convencionais das penitenciárias brasileiras. Cesare Beccaria, conhecido por representar o iluminismo penal, tem sua obra "Dos Delitos e Das Penas" considerada um marco basilar para o Direito Penal, e de suma importância para o Direito moderno, pois traz os princípios fundamentais para a aplicação de uma pena justa, e estão inclusive presentes no ordenamento jurídico brasileiro tanto na Constituição Federal de 1988, quanto nas Lei de Execuções Penais (LEP). Igualdade perante a lei, anulação da pena de morte, eliminação da tortura, implantação de julgamentos públicos e céleres, penas consistentes e proporcionais, são alguns dos pilares tratados pelo autor, que têm influência no ordenamento jurídico do país, mas que não são postos em prática. Beccaria, em 1764 (ano da obra citada), já havia reconhecido que aspectos cruéis de punição são ineficazes e que é preciso ter um olhar humanitário acerca da

aplicação das penas para que os apenados retornem a sociedade sem oferecer riscos. No âmbito nacional, Rogério Greco - jurista, professor e Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais - pertence a uma nova geração de penalistas, que defende posturas minimalistas. Rogério Greco tem muitos trabalhos sobre a crise penitenciária brasileira, demonstrando sua preocupação com o assunto em seu livro “Sistema Prisional - Colapso Atual e Soluções Alternativas”, além de tratar de problemas ainda mais específicos existentes graças à crise, como em seu artigo “Os doentes do sistema prisional”, onde detalha a situação de presidiários doentes, demonstrando indignação com a situação. Esses três autores e suas obras serviram como inspiração e embasamento acerca do presente tema, seus trabalhos idealistas são refletidos nas estruturas apaqueanas, demonstrando que o é possível pôr em prática um modelo que cumpre com as previsões legais e o posicionamento de estudiosos da área, capaz também de suprir as falhas do sistema penitenciário brasileiro. **METODOLOGIA:** A pesquisa sobre o sistema carcerário foi realizada com o método bibliográfico de pesquisa e cartográfico – escala, projeção e simbolização. Na Escala foram relacionados os fatos sociais com os fatos jurídicos, demonstrando o contrassenso entre o que está positivado e a realidade, a preocupação com a inércia do sistema e o surgimento de uma entidade que difere do modelo convencional de penitenciária. Na projeção foi apresentado o modelo apaqueano e os resultados positivos comprovados pelas entidades que adotam sua metodologia, bem como os requisitos para conseguir uma vaga na entidade. Frisando, por fim, na simbolização, a APAC como uma alternativa capaz de aliviar o panorama sufocante das penitenciárias brasileiras e a dificuldade na implantação dessa instituição no país, um deles é a aceitação do apenado quando é instaurado na sociedade, nessa situação seria crucial a realização de um trabalho de conscientização com a sociedade, tendo em vista que esse é um processo longo e que requer planejamento. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os contrassensos gritantes entre o estipulado nas leis que determinam a estrutura das penitenciárias, os direitos dos detentos e a realidade desumana enfrentada por eles, originaram uma reflexão acerca de alternativas capazes de aliviar o panorama caótico enfrentado no setor carcerário do país que tem a quarta maior população carcerária do mundo e um déficit de mais de 250 mil vagas, segundo o Levantamento Nacional de Informações penitenciárias (Infopen). Tendo em vista que a crise penitenciária se inicia junto com o surgimento do próprio sistema – que nunca foi capaz de colocar em prática o seu principal objetivo, a ressocialização – é claro e evidente que o modelo instalado é ineficaz e falido, e que metodologias capazes de suprir as necessidades desse sistema precisam de atenção, para que ele, gradativamente, seja substituído por um eficaz. A metodologia estudada e trabalhada durante a pesquisa foi o modelo socializador e humanista da Associação de Proteção e Assistência Aos Condenados (APAC), que trata os apenados como “recuperados” – nomenclatura criada e utilizada nas entidades apaqueanas para se referir aos detentos – esse termo reflete a intenção humanitária do modelo de tratar os condenados como seres humanos falhos passíveis de recuperação, o que deveria acontecer no padrão penitenciário do país, no qual, entretanto, os presos além de viverem numa estrutura precária, sofrem abusos constantes das autoridades, o que tem influência direta na forma como eles assumem uma postura na sociedade depois que saem da prisão. Tratar os detentos como seres humanos não deveria, mas é, considerado algo inovador, e essa é a referência do modelo

apaqueano: oferecer uma nova visão tanto ao recuperando quanto a sociedade acerca da condenação, tratando-a como uma medida capaz de “matar o criminoso e salvar o homem” (lema da APAC) e não como um simples meio de punição que alimenta sentimento de injustiça e indignação tanto de um lado quanto do outro. Por isso, a participação da sociedade através de trabalho voluntário, é tida como de suma importância na metodologia da APAC, dessa forma a população - além de ajudar oferecendo assistência médica, alimentícia, religiosa – consegue acompanhar os resultados proporcionados pela associação na vida do recuperando, e assim reconhecer que é possível que essas pessoas retornem a sociedade sem oferecer riscos. As estruturas apaqueanas são mantidas através de doações dessas pessoas, bem como de empresas e entidades, sendo consideradas de baixo custo. Estruturalmente a APAC oferece ambientes limpos, confortáveis e higiênicos, os recuperandos têm acesso a cursos supletivos e profissionais, e recebem assistência médica e psicológica. O índice nacional de pessoas que voltam a praticar crimes é, aproximadamente, de 85% nas penitenciárias convencionais e na APAC corresponde a apenas 8,62%, de acordo com dados da Fraternidade Brasileira de Assistência ao Condenado (FBAC), o custo de um detento na associação não ultrapassa o valor de um salário mínimo, enquanto que, a despesa de cada preso para o Estado oscila entre R\$ 1.900,00 e R\$ 2.200,00. Os benefícios e a eficiência da APAC podem ser a cura para o sistema prisional falido instaurado no país, entretanto o preconceito da sociedade com a humanização da pena é uma barreira a ser enfrentada pela metodologia que pratica os Direitos Fundamentais amparados pela Constituição de 1988. Se suprida essa falsa ideia de que a pena existe única e exclusivamente para castigar o infrator, metodologias inovadoras e que respeitam os direitos humanos poderiam ter maior aplicabilidade no Brasil, sanando a calamidade do sistema atual. **CONCLUSÃO:** Entre 1995 a 2005 tal população carcerária brasileira cresceu 94%. A prisão acaba sendo mais um espaço de punição, exclusão e materialização da criminalização da pobreza do que um local de ressocialização, tal como deveria ser. Comprova-se o dito alhures, no tocante à exclusão, com a explanação da seguinte pesquisa: metade dos presos tem menos de 30 anos, 95% são pobres, do sexo masculino e 2/3 não completaram o primeiro grau. De acordo com o exposto acima e no decorrer desse presente projeto, conclui-se pela fragilidade e consequente ineficiência do sistema prisional brasileiro, com todos seus problemas latentes sempre presentes no cotidiano do preso e com muitas propostas de soluções a tais dificuldades, mas poucas efetivações praticas. Diante desse cenário, surge a possibilidade de medidas alternativas como um caminho a ser percorrido para solucionar a crise instalada na realidade prisional brasileira. Apresenta-se, portanto, como medida alternativa (e como dito anteriormente nesse projeto), a APAC, associação amparada pela Carta Maior para atuar nos presídios, trabalhando com princípios fundamentais, tal como a valorização humana. Entende-se, por outro lado, as dificuldades que a implantação de um sistema como esse teria que enfrentar para se ver efetivado em solo brasileiro. Cite-se como exemplo, a participação da comunidade, que já tem enraizado um conceito já formado sobre o modelo prisional, de forma que a aceitação de uma forma alternativa a esse modelo já conhecido geraria incômodos e implicações. Haveria que se ter, nesse aspecto, uma discussão com a comunidade sobre qual a responsabilidade de cada um nesse novo sistema. Somando-se a isso, imprescindível seria também a conjugação dos esforços de todos os Poderes (Judiciário, Ministério Público, Prefeitura, comunidade,

aqui incluídos empresários, comunidades religiosas, voluntários) para que o projeto dê certo e cumpra com seus objetivos e metas. É certo também que a implantação de um sistema inovador como a APAC demanda tempo e planejamento. Mas antes de tudo, mister é que a própria sociedade esteja aberta a recebe-lo, entendendo seu modo de funcionamento. É preciso, portanto, antes de tudo, conscientização social sobre um tema que é de interesse de toda a coletividade.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. São Paulo: Saraiva, 3. ed., 2004.

CARTILHA. **Novos Rumos na Execução Penal**: Projeto do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Cartilha editada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, lançado em dezembro de 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: vozes, 2009. 36.ed.

JADE, Líria. **Entendendo a crise no sistema prisional brasileiro**. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/especiais/entenda-crise-no-sistema-prisional-brasileiro>. Acesso em: 03 maio 2017.

OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso?: método APAC**. São Paulo: Paulinas, 2001.

PEREIRA, André Arnaldo. **Sistema carcerário brasileiro: como melhorar?**. Disponível em: <https://juridicocerto.com/p/andrearnaldopereira/artigos/sistema-carcerario-brasileiro-como-melhorar-2852>. Acesso em: 10 maio 2017.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios Básicos do Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 5.ed., 10ª tiragem, 2002.

YAROCHEWSKY, Leonardo Isaac. **Caos penitenciário: propostas efetivas para reverter a crise**. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/01/17/caos-no-sistema-penitenciario-propostas-efetivas-para-reverter-crise2/>. Acesso em: 03 maio 2017.

ZAMPIER, Débora. **Prisões provisórias são a regra e contrariam legislação penal, conclui estudo**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/82535-prisoas-provisorias-sao-regra-e-contrariam-legislacao-penal-conclui-estudo>. Acesso em: 03 maio 2017.

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: O DIREITO CONSTITUCIONAL A SAÚDE E O DEVER DO ESTADO DE FORNECER MEDICAMENTO DE ALTO CUSTO

AUTORA:

Jenny Karolinn da Silva Feijo

RESUMO: A judicialização da saúde é uma expressão cada vez mais presente nos cenários de assistência à saúde no Brasil materializada, principalmente, pelos mandados judiciais para a obtenção de medicamentos de alto custo.

Palavras-chave: Saúde. Direitos fundamentais. Judicialização.

INTRODUÇÃO: A judicialização da saúde caracteriza-se pela reivindicação da saúde na esfera do Poder Judiciário, onde o mesmo passa a ter o papel de tomada de decisões coletivamente vinculantes. Atribuindo-se ou não ao Judiciário a prerrogativa de aplicar de maneira direta e imediata o preceito que positiva o direito à saúde. O Supremo Tribunal Federal começou a definir as regras básicas e os parâmetros a serem adotados para a concessão de medicamentos não oferecidos pelos Sistema Único de Saúde (SUS) nem integrantes do protocolo de alto custo. Porém, a temática ainda continua sem definição pelo Tribunal. A questão da judicialização da saúde já dura anos e ainda persistirá, em razão da continua e reiterada omissão do Estado em, efetivamente, garantir a saúde digna dos cidadãos. Uma vez que a saúde se tipifica como um bem jurídico indissociável do direito à vida, é certo que o Estado tem o dever de tutelá-la. Dessa forma, *A Saúde encontra-se entre os bens intangíveis mais preciosos do ser humano, digna de receber a tutela protetiva estatal. Dessa forma, a atenção à Saúde constitui um direito de todo cidadão e um dever do Estado, devendo estar plenamente integrada às políticas públicas governamentais.* Desse modo, o projeto apresenta a problemática relativa a forma de atuação Estatal frente a esse tema complexo e sensível. Analisando a sujeição do direito à saúde ao princípio da Reserva do possível, bem como os possíveis impactos das demandas judiciais para a coletividade. Portanto, questiona-se: de que modo a “judicialização” da saúde pode se caracterizar como uma alternativa eficaz e equânime para ampliar o acesso ao Direito Constitucional a saúde? **METODOLOGIA:** O método de abordagem utilizado foi o Hipotético-dedutivo, pois através deste surge um problema que vai desencadear a pesquisa: quais os parâmetros que o Estado deve obedecer em relação ao fornecimento de medicamentos de alto custo”. Em seguida, formula-se hipótese: “o Estado deve fornecer medicamentos na medida de suas possibilidades”. Após formulada a hipótese deduz-se as consequências da mesma; e finalmente a experimentação – a hipótese será testada, sendo que os resultados da experiência podem confirmá-la ou refutá-la. O método de procedimento utilizado foi o: comparativo, para que seja possível o confronto entre os elementos, levando em consideração seus atributos. Promovendo o exame dos resultados a fim de obter diferenças ou semelhanças que possam ser constatadas, e as devidas relações entre as duas. No presente projeto, a comparação consiste em confrontar as possibilidades do Estado *versus* custo dos

medicamentos. Nas técnicas de pesquisa foram utilizadas Bibliografias e a Jurisprudência. **REVISÃO DE LITERATURA:** O projeto abordará a temática sob um eixo fundamental: análise doutrinária sobre o tema. Segundo Miriam Ventura (2008), o tema "judicialização da saúde" é bastante polêmico e envolve a eterna dicotomia entre o direito individual e o coletivo. Por um lado, a participação do Judiciário pode ser considerada um fenômeno positivo, uma vez que pode reduzir as violações de direito cometidas pelo próprio Estado contra seus cidadãos. Por outro lado, o excesso de demandas judiciais pode prejudicar o exercício da cidadania. De acordo com o Ministro Luís Roberto Barroso (2007), a Judicialização é um tema complexo. Porém, deve ser apreciado com cautela. Segundo ele, "tais excessos e inconsistências não são apenas problemáticos em si. Eles põem em risco a própria continuidade das políticas de saúde pública, desorganizando a atividade administrativa e impedindo a alocação e impedindo a alocação racional dos escassos recursos públicos. No limite, o casuísmo da Jurisprudência brasileira pode impedir que políticas coletivas, dirigidas à promoção da saúde pública, sejam devidamente implementadas. Trata-se de hipótese típica em que o excesso de Judicialização das decisões políticas pode levar à não realização prática da Constituição Federal". Conforme a Servidora pública Federal Liliane Coelho da Silva (2018), a Lei orgânica da Saúde Lei nº 8.080/90) foi uma tentativa válida de regulamentar o conteúdo da CF/88, "Implementada da mesma forma como o legislador previu, essa norma faria do Brasil um dos mais avançados na matéria, por prever um sistema de saúde de ponta para todos os brasileiros". No entanto, conforme foi abordado, estamos muito distantes de alcançar o objetivo ali pretendido, em face da precariedade de atendimento oferecida aos usuários do sistema público de saúde. Nesse prisma, questiona-se a validade constitucional da judicialização da saúde, uma vez que os cidadãos tentam obter por via judicial prestações pouco ou não implementadas em políticas públicas por aquele que possui como função primária fazê-las, evidencia-se nesse ponto a ineficácia do poder executivo. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados encontrados no presente estudo não são conclusivos em relação ao paradoxo existente entre o acesso à Justiça e a efetividade do direito à saúde. Pode-se considerar que a Judicialização da saúde estimula a concretização do direito social à saúde, por outro lado, tem-se que o Judiciário autoriza demandas perante o Estado através da emoção, sem considerar a globalidade de políticas públicas. Somado a isso, alguns consideram que tal fenômeno desestimula o mau funcionamento do Estado: seja por corrupção ou pura omissão dos poderes Executivo e Legislativo. Contudo, isto vem ao encontro do Princípio da Reserva do Possível e ao orçamento do Poder público. De forma que, o executivo não pode ser obrigado a concretizar direitos que exigem esforços materiais desproporcionais. **CONCLUSÃO:** Diante do exposto, observa-se a instauração de uma controvérsia. Tendo argumentos válidos de ambos os lados. Apesar disso, é possível distinguir uma tendência e simpatia à possibilidade da judicialização frente a conjuntura atual, entendimento partilhado nesse Trabalho. Pois, é impossível não perceber a importância desse movimento: é através dele que centenas de pessoas que obtiveram resposta negativa do SUS e do Estado estão preservando sua dignidade, vida e saúde. Além disso, tem servido para demonstrar

ao Estado a necessidade de estabelecer parâmetros para fornecer medicamentos de alto custo. No entanto, apesar da boa-vontade do Judiciário, o movimento precisa ser visto e analisado com certa cautela. Pois, é inegável que o Brasil não consegue fornecer a todos os cidadãos uma condição de vida digna. Sendo incumbido ao Judiciário, como guardião do ordenamento jurídico brasileiro, quando acionado, preservar esses direitos. Logo, como ressaltado, essa intervenção não pode ser feita sem critérios, deve-se observar as necessidades básicas do ser humano, sem afetação do conteúdo mínimo, porém, sem afastar-se do previsto nas normas.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **Da falta de efetividade à judicialização excessiva:** direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial. Rio de Janeiro: E-Gov, 2007. Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/conteudo/da-falta-deefetividade-%C3%A0judicializa%C3%A7%C3%A3o-excessivadireito-%C3%A0-sa%C3%BAde-fornecimento-gratuito-de> . Acesso em: 04 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990:** dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Senado, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm. Acesso em: 03 set. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:** promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 03 set. 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, Liliane Coelho da. Judicialização da saúde: em busca de uma contenção saudável. *In: ÂMBITO JURÍDICO*, Rio Grande, XVI, n. 112, maio 2013. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13182 . Acesso em: 03 set. 2018.

SCHEINBERG, Morton. Judicialização da saúde, um mal necessário. **O Estado de São Paulo**, 22 fev. 2009. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090223/not_imp328572,0.php. Acesso em: 05 set. 2018.

VENTURA, Miriam. Judicialização da saúde: a balança entre acesso e equidade. **Portal do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde.** Disponível em

http://www.cebes.org.br/default.asp?site_Acao=mostraPagina&paginald=134&mNoti_Acao=mostraNoticia&noticiald=174. Acesso em: 05 set. 2018.

A IMPORTÂNCIA DA LEI Nº 13.709/2018 NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

AUTORES:

Jenny Karolinn da Silva Feijo

Daiana Costa Martins Moraes

Lucas Mateus Gomes Pessoa

RESUMO: A Lei nº 13.709/2018 dispõe sobre o tratamento de dados pessoais. Nesse sentido, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais traz regras para disciplinar a forma como os dados pessoais dos indivíduos podem ser armazenados por empresas ou mesmo por outras pessoas físicas.

Palavras-chave: Dados Pessoais. Armazenamento. Proteção.

INTRODUÇÃO: A Lei nº 13.709/2018 dispõe sobre o tratamento de dados pessoais e altera trechos do Marco Civil da Internet. Vale destacar, que "dado pessoal" para finalidade da Lei refere-se a toda informação relacionada a uma pessoa natural. Tais como: nome, RG, CPF, profissão, estado civil, grau de escolaridade etc. Nesse sentido, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais traz regras para disciplinar a forma como os dados pessoais dos indivíduos podem ser armazenados por empresas ou mesmo por outras pessoas físicas. Dessa forma, o objetivo da Lei é proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, bem como a autodeterminação informativa, a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem. Nesse sentido, é notório que os serviços atualmente oferecidos, especialmente por meio de empresas que trabalham com novas tecnologias, têm como uma de suas características a constante coleta de dados pessoais do usuário. Assim, por exemplo, a partir do momento em que uma pessoa faz uma conta e acessa o Facebook, o Instagram ou qualquer outra rede social, a empresa passa a coletar dados pessoais relacionados com aquele usuário. Tais informações vão sendo inseridas em um banco de dados cada dia mais completo a respeito da pessoa. Neste banco de dados há informações sobre seu nome, e-mail, cidade, profissão, círculo de amizades e, principalmente, seus gostos e interesses. Como já foi dito, isso acontece com praticamente todos os serviços baseados nas novas tecnologias. Por exemplo, é o caso do Google, WhatsApp, Uber, Airbnb, Waze etc. Nesse prisma, há coleta de dados em toda interação que fazemos via internet. No entanto, os armazenamentos dos dados pessoais são altamente lucrativos porque eles definem tendências de consumo, políticas, religiosas, comportamentais etc. Podendo servir para que empresas e políticos direcionem suas estratégias de acordo com essas informações. Diante desse cenário, buscando avançar e fortalecer as regras relacionadas a proteção de dados, a União Europeia (UE) aprovou, em 2016 o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR), que elenca uma série de direitos sobre como dados pessoais de cidadãos podem ser usados, armazenados e processados. **METODOLOGIA:** O método a ser utilizado para produção desse projeto de análise sócio- jurídico, será o método indutivo, onde inicia-se a partir da observação de casos particulares até chegar a uma conclusão geral que culminou na criação da respectiva Lei. O procedimento de pesquisa a ser utilizado será o material bibliográfico. De forma que, será realizado estudos na

própria Lei nº 13.709/18, essa que compõe todo o conjunto da obra, sendo fonte primordial para o desenrolar do projeto, foram utilizadas informações jornalísticas essas de grande importância para exposição prática do tema, e por fim, o foram utilizadas fontes originárias do direito, como por exemplo a constituição federal, como também os princípios fundamentais que regem a aplicação do direito na sociedade. Inicialmente, buscaremos expor através de informações jornalísticas o quanto é preocupante o mal-uso dos dados pessoais dos indivíduos (pessoas naturais) e pessoas jurídicas, dentro de uma sociedade organizada, principalmente quando esses dados podem influenciar economicamente, juridicamente, politicamente e no desenvolver da social. Posteriormente, buscaremos demonstrar o Direito dos cidadãos de terem sua identidade, informações privadas, dados pessoais, opinião política, opção sexual e convicção religiosa, invioláveis, isto é, o Direito dos cidadãos de terem sigilo sobre informações pessoais, Direito esse que é assegurado em nossa carta magna, a constituição federal de 1988. Por fim, argumentaremos sobre a importância do surgimento da lei 13.709/18 no país, essa que veio assegurar de maneira específica e legal, a proteção de dados pessoais e sigilosos dos indivíduos, tanto pessoas físicas, quanto pessoas jurídicas, limitando o uso desses dados e evitando o compartilhamento ou a comunicação dos mesmos, como forma de preservação. Devendo ser utilizados somente para fins de interesse público, tendo como objetivo cumprir atribuições legais do serviço público, bem como executar as competências legais. Sendo, portanto, atribuída a responsabilidade civil, a todos aqueles que detém tais dados, podendo ser passível de indenização moral e ressarcimento do dano causado, além de sanções administrativas e multas.

REVISÃO DE LITERATURA: Na opinião de com Rafael A. F. Zanatta, Bárbara Simão e Juliana Oms do Instituto Brasileiro de defesa do consumidor (2018) “ A aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (PLC 53/2018) representa um ciclo de renovação no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, fortalecendo os direitos individuais e difusos protegidos pela Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e ampliando as capacidades de coordenação de uma política nacional de defesa do consumidor no século XXI” pelo fato da referida Lei trazer um nível de detalhamento de conceitos e princípios jurídicos próprios para o uso de dados pessoais, sendo superior ao nível jurídico brasileiro em relação a um ambiente de confiança e segurança para economias digitais. De acordo com o Professor Fabrício Mota Alves (2018), " a Lei nº 13.709 representa um marco normativo para a sociedade brasileira" pois, é a legislação que mais efetivamente buscar solucionar o diálogo necessário entre a preservação e o respeito aos direitos fundamentais da liberdade e privacidade em uma sociedade informacional com o desenvolvimento econômico e tecnológico. Segundo a Professora Cintia Rosa de Lima (2017), embora alguns direitos e garantias relativos a privacidade e intimidade sejam garantidos pela Constituição Federal e pelo Código Civil. Era necessária uma Lei que regulamentasse a forma como esses dados devem ser protegidos. Ainda, a Professora afirma que é imprescindível a existência de um órgão regulador para garantir um nível adequado de proteção dos dados. Somado a isso, ela sugere a adoção de um Ombudsman, como existe no Canadá, sem poder de aplicar sanções, mas capaz de aprovar regras específicas, sendo um órgão de fiscalização multissetorial. "Tendo um diálogo constante com vários aspectos da sociedade, o resultado são normas que foram debatidas e, portanto, têm legitimidade", reforça.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Os resultados

encontrados no presente estudo não são conclusivos, por se tratar de lei que não produziu efeitos concretos, portanto sua efetividade só deverá ser debatida e estudada com mais ênfase futuramente. Contudo podemos afirmar que a lei 13.709/18, terá consequências maiores no mundo de relações virtuais, uma vez que toda a população tem cada vez mais acesso a internet e a exigência da conectividade digital para concretizações de negócios e relacionamentos entre empresas e clientes. Sendo de suma importância para um ambiente seguro e propícios a investimentos e o fortalecimento desses mercados no Brasil. Tendo a essa legislação o potencial para aprimoramento nas relações de consumo, partindo da definição de conceitos mais precisos sobre “dados pessoais”, abrindo espaço para novos direitos que passaram a complementar o rol de direitos básicos para segurança no código de defesa do consumidor. **CONCLUSÃO:** Diante do exposto observamos que a nova lei é essencial para a proteção de direitos da personalidade, como já atentamos vivemos em uma era digital onde o surgimento de fatores de risco é constante, devido a exposições provocadas pela tecnologia da informação, dentre as outras diretrizes como o Marco Civil da internet que tutelou apenas de forma simples a proteção de dados pessoais, essa inovação legislativa vai além, fazendo distinções entre “dados pessoais” e dados sensíveis” tendo assim tratamentos distintos. As empresas de pequeno e médio e grande porte deverão investir em tecnologia de segurança, como cybersegurança e implantações de compliance efetivos para prevenção e detecção de violações de dados pessoais, especialmente por que a lei prevê atenuação das penalidades pela adoção de políticas de boas práticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018:** dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).

Brasília: Senado, 2018. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 01 set. 2018.

_____. **Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:**

promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 03 set. 2018.

_____. **Ciência e Tecnologia:** Autonomia de órgão fiscalizador de segurança da informação preocupa especialistas, 31 de maio de 2017. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ciencia-e-tecnologia/535595-autonomia-de-orgao-fiscalizador-de-segurancada-informacao-preocupa-especialistas.html>. Acesso em: 17 out. 2018.

_____. **Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Dizer o Direito, 18 ago. 2018. Disponível em:

<https://www.dizerodireito.com.br/2018/08/lei-137092018-lei-geral-de-protecao-de.html>. Acesso em: 25 ago. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev.ampl. São Paulo: Atlas,1991. 270p.

SÁNCHEZ, Álvaro; LLANO, Pablo. Vazamento de dados do Facebook causa tempestade política mundial. **El País**, 20 de março de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/19/internacional/1521500023_469300.html. Acesso em: 10 set. 2018.

SERPRO. **Comunicação Empresarial do Serpro**. Serpro participa de audiência pública sobre proteção de dados pessoais, 01 jun. 2017. Disponível em: <http://www.serpro.gov.br/menu/noticias/noticias-2017/serpro-participa-de-audiencia-publica-sobre-protecao-de-dados-pessoais.html>. Acesso em: 17 out. 2018.

ABANDONO FAMILIAR: CONSEQUÊNCIAS DO ABANDONO DE LAR E USUCAPIÃO FAMILIAR

AUTOR:

Kaio Flávio Dantas Alves

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar as consequências sociais e jurídicas ocasionadas pelo abandono familiar, tratará de expor as normas jurídicas a respeito da usucapião familiar, presente no Código Civil, bem como a fundamentação principiológica e constitucional referente às garantias básicas da moradia como forma de manutenção da dignidade da pessoa humana, asseguradas pela Constituição Federal Brasileira e as influências dos dispositivos internacionais presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas de 1948, além de indicar as soluções de cunho assistencial e jurídico para resolução da problemática em destaque às vítimas atingidas pelo fenômeno social do abandono de lar.

Palavras-chave: Usucapião. Familiar. Abandono.

INTRODUÇÃO: Mediante a incidência do abandono familiar e as consequências do abandono de lar no seio familiar, tivemos o interesse inicial de investigar a respeito desse fenômeno social e as consequências jurídicas ocasionadas por tal prática, sendo essa a temática de trabalho da nossa pesquisa científica. Na perspectiva história, temos que desde o desenvolvimento primário e basilar do direito, com os Romanos, a família fora colocada em patamar de base/fundamento à formação da sociedade e, no Direito Canônico, contemplamos o elevado grau de importância atribuída a este instituto que reflete até hoje no nosso Direito Civil. Em poucas palavras, podemos dizer que o núcleo familiar é de suma importância para a manutenção de uma sociedade justa onde a normativa brasileira tem interesse de proteger tal instituição. É, portanto, de preocupação primária e central da jurisdição a incolumidade da família, quando possível, e a resolução de seus conflitos, dos mais emergentes aos mais arraigados. Desse modo, escolhemos tratar de um tema pouco explorado e que grande parte da população desconhece a lei referente à usucapião familiar. Podemos dizer que nosso público alvo serão mulheres, cujo lar fora evadido por seu ex-companheiro, em sua maioria com pouco acesso à educação e desconhecimento acerca das normas jurídicas as quais as amparam. Desta forma, indubitavelmente, caracteriza-se o tema a ser tratado neste projeto o abandono de lar, como grave empecilho e vetor de conflitos sociais, causa direta, por exemplo, do desamparo, do aumento da pobreza e da desigualdade social, as quais põe a estabilidade do sistema jurídico-social em cheque. A partir de então, deparamo-nos com um enclave cultural, ao passo que, na maioria das vezes, o homem abandona seu lar em busca de novas perspectivas, deixando sua companheira e filhos desamparados, à mercê do flerte entre sorte e realidade, resta às mulheres abandonadas a obrigação insolúvel de cuidar do lar, dos filhos, de prover o sustento digno familiar. Essa situação desleal com a mulher abandonada é,

sem dúvidas, um desrespeito ao ideal normativo do dever ser presente na Teoria Pura do Direito de 1934 de Hans Kelsen e, sobretudo, dos conceitos universais de moral que conhecemos e que estão presentes, por exemplo, na tese do imperativo categórico do filósofo Immanuel Kant, segundo diz que a pessoa deve agir de modo que sua atitude possa ser adequada a uma máxima moral universal, que possa se tornar uma lei universal, sendo o dever o princípio supremo de toda a moralidade, ou seja, faça para os outros o que gostaria que outros fizessem para você mesmo (KANT, 1979). Teremos como objetivo deste trabalho a investigação de informações e conhecimentos sociojurídicos a respeito do abandono familiar e das consequências jurídicas da usucapião familiar. Além de elencar informações sociais sobre o fato social do abandono familiar e realizar investigação de pesquisa jurídica a respeito da normativa que aborda a usucapião familiar presente no Código Civil de 2002, pesquisaremos fundamentação principiológica a respeito do direito de moradia como forma de garantia da dignidade humana presente na Constituição Federal Brasileira e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, correlacionando informações multidisciplinares a respeito de alguns dos órgãos assistenciais públicos como forma de apoio às famílias impactadas por essa problemática, indicando alternativas e meios para a resolução do problema jurídico causado pelo abandono de lar nas esferas judiciais; e tentaremos contribuir com a disseminação de relevantes informações sociais e jurídicas a respeito da temática desenvolvida. Assim sendo, faz-se de suma importância para a garantia da dignidade da pessoa humana a existência de normativa legal que ampare pessoas vítimas desse fato social, por isso, nos interessamos em investigar o tema tratado sob a ótica jurídica internacional, nacional constitucional e infraconstitucional, com isso entender melhor os reflexos e consequências desse problema social na vida dos atingidos pelo abandono de lar. **METODOLOGIA:** Para elaborar a pesquisa de investigação foi usado o método cartográfico, sendo a escala a medida usada para a demonstração do fato social e fato jurídico abordado pelo projeto que está exemplificado no escopo deste trabalho, onde o direito dos cidadãos atingidos pelo abandono familiar é a principal característica da regulamentação do fato social, usando como base normativa de referência jurídica a Constituição Federal de 1988 e as leis presentes no Código Civil de 2002; a projeção é a análise objetiva da relação existente entre o fato social, que é o abandono familiar, e o fato jurídico, usucapião familiar, que normatiza tal fato social; a simbolização é a interpretação das consequências advindas dessa relação de fato social e jurídico. Para apresentar a temática fizemos pesquisa científica usando o método bibliográfico, como também recorremos à consulta de artigos científicos nacionais sobre o tema tratado. **REVISÃO DA LITERATURA:** No intuito de garantir a proteção da dignidade humana através da manutenção da moradia através do acesso à informação normativa acerca do tema tratado, vital à isonomia jurídica e construção de uma sociedade mais justa, embasamo-nos, sob ponto de vista normativo, nos seguintes extratos dos diplomas legais vigentes. No contexto internacional referente à normativa do direito à moradia, temos que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) produzida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, traz importantes princípios que tentam orientar as nações, aderentes a este tratado internacional, nas suas

legislações nacionais com conceitos de afirmação normativa da dignidade da pessoa humana, assegurando direitos básicos, vejamos. Art. 25: Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestiário, habitação, cuidados médicos e serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle. (NAÇÕES UNIDAS, 1948). Como direito constitucional, precisamos destacar o que entendemos como um direito social assegurado a todos pela Constituição Federal Brasileira de 1988, podemos perceber no art. 6º da Constituição a prevalência de que o direito à moradia é inerente a todo indivíduo e fundamental para a garantia da sua dignidade humana. É um direito erga omnes, ou seja, para todos, um direito fundamental resguardado pela Constituição que assegura condições materiais mínimas para qualquer cidadão, destarte fica impossível desassociar a relação de dignidade humana ao direito à moradia.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC nº 26/2000 e EC nº 64/2010).

Já na observância da legislação infraconstitucional presente no Código Civil Brasileiro, no caso do abandono de lar, existe a usucapião familiar nos termos do art. 1.240-A/CC acrescido pela Lei nº. 12.424/2011, essa lei confere ao ex-cônjuge abandonado o domínio integral da propriedade nas seguintes condições, vejamos:

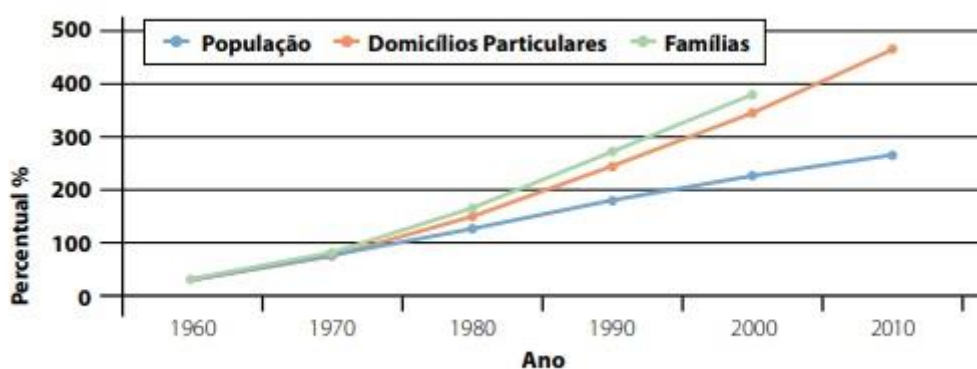
Art. 1.240-A. Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (CC/2002).

Vale salientar ainda que a lei traz um prazo mínimo para que seja caracterizado e ocorra de fato o abandono de lar, prevendo expressamente que deve ser contínuo o lapso temporal de 02 (dois) anos e, desse modo, assegura juridicamente o direito de divórcio para o cônjuge abandonado, ao passo que a lei prevê, mediante o ato, o rompimento do nexo de comunhão plena de vida estabelecida a priori no casamento contraído após 1 (um) ano de abandono. Portanto, nos termos do artigo supramencionado, poderá o ex-cônjuge, abandonado, solicitar a esfera judicial competente a usucapião familiar do imóvel, além do divórcio, desde que preenchidos os requisitos legais acima expostos. Porém, onde procurar ajuda especializada para resolver tal situação de alta complexidade? Visto as diversas variáveis que essas mulheres se encontram, como por exemplo, baixas condições econômicas, pouca escolaridade e escasso acesso a informações jurídicas. Nos resultados e discussão deste trabalho iremos nos preocupar em responder essa questão e disponibilizar informações jurídicas e sociais que facilitem o acesso à justiça e a resolução da problemática que trata este trabalho. Com isso, tentamos garantir com a nossa pesquisa de investigação externa a disseminação de informações relevantes para tratamento jurídico e social do abandono familiar e das consequências da usucapião

familiar presente no Código Civil Brasileiro de 2002, todavia, vale salientar que as esferas judiciais precisarão ser provocadas pelo público atingido para garantir a efetividade da normativa brasileira que trata o tema. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Com esse trabalho conseguimos compreender melhor a existência de dois mundos de realidades bem divergentes, estamos falando da realidade social das pessoas que são atingidas pelo abandono familiar, estas, em sua maioria, de baixas condições financeiras e baixa escolaridade, e o mundo das normas jurídicas e do direito, que “não protege quem dorme”. Sendo assim, nos deparamos com um enclave cultural, ao passo que, na maioria das vezes, o homem abandona seu lar em busca de novas perspectivas, deixando sua companheira e filhos desamparados, à mercê do flerte entre sorte e realidade, resta às mulheres abandonadas a obrigação insolúvel de cuidar do lar, dos filhos, de prover o sustento digno familiar. Todavia, com essa pesquisa conseguimos identificar dispositivos normativos que garantem a manutenção da dignidade da pessoa humana abandonada, no passo que existe, na sociedade brasileira, uma legislação pertinente sobre a usucapião familiar, dispositivo este que protege as famílias vítimas do abandono de lar, normativa infraconstitucional bem fundamentada em princípios constitucionais que foram pautados para assegurar direitos básicos e de preservação da dignidade da pessoa humana, princípios estes, inclusive, que nos remetem aos direitos universais defendidos pela ONU no pós Segunda Guerra Mundial, declarados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, já mencionados neste trabalho. Queremos dizer com isso que a normativa existe, o que é louvável, mas ela está sendo eficaz? O que percebemos é que na prática todo esse escopo legislativo não ganha efetividade jurídica se o público alvo atingido por este problema não conseguir ter acesso à justiça para efetivar seus direitos, entenda-se por isso, conseguir acessar as esferas judiciais brasileiras, enfrentar as custas processuais e conseguir um advogado para iniciar uma ação judicial, para isso é necessária informação mínima para conseguir acesso gratuito à justiça, já que estamos tratando de pessoas hipossuficientes. Porém, onde procurar ajuda especializada para resolver tal situação de alta complexidade? Visto as diversas variáveis que essas mulheres se encontram, como por exemplo, baixas condições econômicas, pouca escolaridade e escasso acesso a informações jurídicas. Nesse sentido é preciso informar as mulheres abandonadas por seus maridos os mecanismos existentes na sociedade de apoio social como, por exemplo, os organismos do Ministério de Desenvolvimento Social, por meio do CRAS – Centro de Referência e Assistência Social e CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Nestes órgãos elas encontraram apoio multidisciplinar social, orientações a respeito dos direitos e deveres, orientação jurídica, além de projetos que seus filhos poderão ingressar em período que eles não estejam em sala de aula ou que a mesma estiver trabalhando, inclusive auxiliando na busca por vagas em creches públicas, dependendo da idade dos seus filhos e enquadramento em cada programa. Deste modo, encontrarão serviços de apoio e proteção à família, assistência às pessoas vulneráveis que estão em situação de risco ou que tiveram seus direitos violados. Entretanto, essas mulheres precisarão de apoio jurídico especializado para acessar as esferas judiciais a fim de garantir seu direito à usucapião familiar, visto que pós-constatação das sequelas práticas do problema em tela, notamos que este fenômeno é mais pujante em famílias desfavorecidas socioeconomicamente, dessa forma e obrigatoriamente elas precisarão entrar com um processo judicial para

solução definitiva do problema em destaque, sendo assim indicamos algumas formas de conseguir acesso gratuito à justiça, como por exemplo nas Defensorias Públicas, no Ministério Público de suas cidades e nos Núcleos de Práticas Jurídicas das Universidades Públicas e Privadas espalhadas pelo Estado. De acordo com o gráfico exposto logo abaixo produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), podemos perceber o crescimento da quantidade de famílias brasileiras, da população e dos domicílios particulares desde 1960 até 2010, conseguimos analisar que no Brasil existem mais domicílios particulares que famílias em 2010, isso nos mostra a lacuna provocada pela desigualdade social no nosso país, dessa forma, no nosso país não deveria haver pessoas sem moradia, visto que existem mais lares que famílias, todavia sabemos que muitos não tem onde morar, sendo assim, a legislação referente à usucapião familiar é um importante instrumento de manutenção da moradia para famílias abandonadas, pois garante a manutenção do lar familiar.

Crescimento percentual acumulado da população, dos domicílios particulares e das famílias – 1970 a 2010



Fonte: IBGE (Censos 1970, 1980, 1991, 2000, 2010)

CONCLUSÃO: Como podemos perceber o direito à moradia configura como um primordial direito básico garantido no nosso sistema jurídico brasileiro desde a Constituição Federal de 1988, e também positivado no nosso Código Civil de 2002, por ser de caráter dos direitos e garantias básicas que todo ser humano precisa ter acesso, como forma de inclusão e de desenvolvimento social, direito estes que são reflexos de importantes conquistas sócias vindouras desde a criação da Declaração Universal do Direitos Humanos, de 1948. Todavia, a problemática a respeito da usucapião familiar e dos reflexos jurídicos nas vidas das pessoas atingidas por este problema não se resume apenas à solução apresentada pelo Código Civil a respeito dessa garantia jurídica básica assegurada por nosso sistema normativo, o que percebemos com esta exploração jurídica foi que inúmeras vertentes incidem sobre este fato social e jurídico que, muitas vezes, dificultam o acesso da efetivação dos direitos das pessoas vítimas desse fato social, seja por baixa escolaridade e por falta de informações a respeito das normas que regulam o assunto, ou seja por hipossuficiência financeira, que restringe o acesso à justiça por intermédio de um advogado privado. Entretanto, no decorrer da produção deste trabalho, nos preocupamos em apontar as possíveis soluções para este último problema apontado no parágrafo anterior, pois sabemos da importância que é ter acesso a informações que garantam a efetivação de direitos através do acesso aos canais de justiça

gratuita, como por meio das Defensorias Públicas, Núcleos de Práticas Jurídicas das Universidades Públicas e Privadas, espalhadas pelo país, Ministério Público e Promotorias Municipais, além dos canais de apoio social interdisciplinar dos centros de referência social, CRAS e CREAS, do Ministério do Desenvolvimento Social, já indicados anteriormente neste trabalho. Sendo assim, consideramos que além de direitos positivados pelo ordenamento normativo nacional, precisamos de mecanismos de apoio à população carente para efetivar tais direitos, não basta o direito está escrito se não reflete na vida cotidiana das pessoas, é necessário maior acesso à justiça, maior esclarecimento de informações jurídicas, tudo isso também permeia pelo acesso à educação da população, pois uma população esclarecida e informada saberá como buscar e efetivar seus direitos básicos garantidos pela nossa Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Unidade de Atendimento**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento>. Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada**. Brasília, DF: SDH/PR, 2013.

_____. **Código Civil**. Brasília, DF: Senado, 2002.

COELHO, André. **A distinção entre ser e dever-se em Hans Kelsen**. Disponível em: <http://aquitemfilosofiasim.blogspot.com.br/2008/06/distino-entre-ser-e-dever-ser-em-hans.html>. Acesso em: 30 abr. 2018.

DIAS, Jean. **O imperativo categórico de Immanuel Kant e a finalidade da pena**. Disponível em: <https://jeancarlodias.jusbrasil.com.br/artigos/447814905/o-imperativo-categorico-de-imannuel-kant-e-a-finalidade-da-pena>. Acesso em: 30 abr. 2018.

GONÇALVES, Fabiana Rodrigues. **Direitos sociais: direito à moradia**. Disponível em: <https://helberfreitas.jusbrasil.com.br/artigos/145423551/direitos-sociais-direito-a-moradia>. Acesso em: 25 mar. 2018.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

_____. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos**. São Paulo: Martin Claret: 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 24 maio 2018.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. **A cartografia como método para as ciências humanas e sociais**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.38, p.45-59, jan./jun. 2013.

BIGAMIA E OS DESDOBRAMENTOS JURÍDICOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

AUTORES:

Kaio Flávio Dantas Alves

Nathalia Kissy Florêncio da Silva

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo levantar informações jurídicas e sociais a respeito de como a bigamia é tratada pelo ordenamento jurídico brasileiro, assim como tentaremos identificar as mudanças sociais a respeito da temática que envolve o casamento e as novas formas de união familiar que surgem no Brasil, analisaremos a diferença entre a prática da bigamia de fato e a de direito, dessa forma, investigaremos qual a efetividade penal a cerca do crime de bigamia e quais os desdobramentos do tema no ramo do direito civil que refletem nas famílias afetadas pela prática.

Palavras-chave: Bigamia. Família. Casamento

INTRODUÇÃO: Conforme a ocorrência do tema a ser explorado neste projeto, percebemos a importância social e de segurança jurídica do fenômeno social denominado como bigamia a ser explorado nesta breve análise acadêmica social e jurídica, tentaremos abordar as consequências sociais, familiares, patrimoniais, morais e jurídicas que envolvem esse polêmico tema, que é a bigamia. No intuito de explorar a produção dos efeitos jurídicos atuais nas famílias e pessoas envolvidas com a bigamia, iremos pesquisar desde a sua conceituação etimológica, histórica, social e os desdobramentos jurídicos atuais referentes ao tema tratado, logo tentaremos expor decisões judiciais atuais e jurisprudências a respeito da bigamia no país, também tentaremos olhar para fora da normativa brasileira, no intuito de comparar a normatização a respeito do tema em outros países. Primeiramente, é importante a conceituação da palavra bigamia, de acordo com o jurista Eduardo Luiz Santos Cabette, “a bigamia é o estado de quem ao mesmo tempo tem dois consortes, estado em que, ainda presa ao vínculo conjugal anterior, uma pessoa realiza um novo casamento”. Analisando estes conceitos, podemos perceber claramente a instituição “casamento”, ou consorte, como elemento principal de caracterização do tema, dessa forma, a dupla, no mínimo, consumação simultânea do vínculo conjugal para identificar a bigamia como prática social (fato social) que iremos explorar as nuances consequentes jurídicas (fato jurídico) envolvidas na temática que refletem na vida das pessoas. É importante ressaltar que este conceito é o mesmo adotado para a caracterização do tema perante o Código Penal Brasileiro, que veremos em maiores detalhes na justificativa desta análise científica. Dessa forma, iremos analisar as consequências sociais e jurídicas do fenômeno denominado como bigamia na sociedade brasileira, elaborando uma análise científica qualitativa a respeito da bigamia como forma de contribuir no âmbito social para o aprimoramento do entendimento da questão com a análise de uma possível lacuna legislativa referente à configuração da bigamia nos casos de subtração de união estável e casamento matrimonial simultaneamente, com isso diferenciaremos a bigamia de fato da bigamia de direito. Com isso, percebemos o enorme campo de diversas questões que envolvem o tema bigamia, de forma objetiva e clara, trataremos de expor uma pesquisa qualitativa com respaldo bibliográfico no intuito

de contribuir com a discussão a respeito do tema, esclarecendo interessados no assunto e por fim, suscitando uma discussão de um assunto que muitas vezes é tratado como tabu e diversos puderes morais, queremos levar a discussão a nível acadêmico para contribuir com o desenvolvimento e amadurecimento do pensamento formal que liga as questões desse assunto social, familiar e jurídico.

METODOLOGIA: Para elaborar a pesquisa científica usaremos o método cartográfico, sendo a escala a medida usada para a demonstração do fato social e fato jurídico abordado pelo projeto que está exemplificado no corpo deste trabalho, onde o direito dos cidadãos atingidos pela bigamia é a principal característica da regulamentação do fato social, usando como base normativa de referência jurídica a Constituição Federal de 1988, as leis presentes no Código Civil de 2002 e no Código Penal Brasileiro; a projeção é a análise objetiva da relação existente entre esse fenômeno social, que é a bigamia, e o fato jurídico, a normativa brasileira que trata desse tema exposta em detalhes nesse projeto de produção de artigo científico, que normatiza tal fato social; a simbolização é a interpretação das consequências advindas dessa relação sócio-jurídica. Para apresentar a temática fizemos pesquisa científica de análise qualitativa usando o método bibliográfico, como também recorreremos à consulta de artigos científicos nacionais sobre o tema tratado.

REVISÃO DE LITERATURA: Sob a luz do Direito Internacional, provavelmente em decorrência da forte influência religiosa e cultural exercida nas sociedades através das diversas doutrinas adotadas pelas nações, há pouca normativa que versa no que diz respeito à bigamia em específico, principalmente em países de origem religiosa cristã e laicos, todavia essas relações matrimoniais podem ser entendidas de duas formas diversas, a depender da jurisdição de cada país, podendo ele ser culturalmente poligâmico (relação entre três ou mais pessoas), ou monogâmico (relação apenas entre duas pessoas), esse último tipo o mais adotado nos países ocidentais de origem cristã ou laica e que tiveram forte influência do Direito Romano e Canônico na esfera civil. No Brasil, país de predominância cultural monogâmica, a bigamia ocorre quando um indivíduo, seja ele homem ou mulher, preso a um vínculo conjugal anterior, contrai novo casamento com outrem, nos mesmos trâmites legais e em um mesmo espaço de tempo, simultaneamente. A Constituição da República Brasileira de 1988, no seu Art. 226, menciona que a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado, sendo esta instituição de elevado interesse social que a normativa brasileira deve proteger, garantindo direitos e promovendo a paz social, visto que o parágrafo sétimo funda alguns dos princípios que a normativa brasileira precisa assegurar a seus cidadãos, baseado na dignidade da pessoa humana e a livre escolha de seus indivíduos, vejamos a letra de lei.

Art. 226 - § 7º - Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. (art. 226, § 7º, CF/88).

Já na observância da legislação infraconstitucional presente no Código de Direito Penal Brasileiro, percebemos a preocupação do legislador em tipificar o fenômeno social da bigamia como uma prática que precisa ser punida e evitada, produzindo

sentido pedagógico a toda sociedade, já que é a lei considera crime e prevê sanção penal para tal conduta. Sendo assim, a bigamia é crime de ação penal pública incondicionada e está previsto no Art. 235 do Código Penal Brasileiro, sendo esta conduta passível de pena de dois a seis anos de reclusão. Quando criada tal legislação em 1940, o legislador vislumbrava unicamente proteger o instituto familiar a fim de impedir que fatos alheios pudessem vir a desarmonizar essa sociedade conjugal, valendo-se dos princípios contidos na constituição federal brasileira para atestar a validade da imposição normativa penal sobre essa prática social.

Art. 235 - Contrair alguém, sendo casado, novo casamento: Pena - reclusão, de dois a seis anos. § 1º - Aquele que, não sendo casado, contrai casamento com pessoa casada, conhecendo essa circunstância, é punido com reclusão ou detenção, de um a três anos. (art. 235, § 1º, CP/1940).

Conforme notícia publicada pelo site Jus Brasil – Fonte TJ-GO, um caso prático que exemplifique o ocorrido, aconteceu em Goiânia no ano de 2010. Um juiz da 11ª vara da cidade supracitada, condenou um homem a 2 anos e 3 meses de reclusão sob regime aberto por ter se casado com duas mulheres. Seu primeiro casamento aconteceu no ano de 2005, no qual a união teve duração de apenas 3 meses, ficando este separado judicialmente enquanto o divórcio tramitava em juízo. Em 2007, deu entrada em um outro casamento apresentando sua certidão de nascimento. Casou-se novamente, consumando assim, o crime de bigamia. Nos autos, consta que o réu alegou ter sido orientado pelo advogado responsável pelo divórcio de que não haveria problemas em casar-se novamente, uma vez que estava na condição separado judicialmente. O réu, além de ter cometido crime de bigamia, ainda responde por falsidade ideológica por ocultar sua condição civil no processo de habilitação para o casamento. Por outro lado, o crime de bigamia não teria sido configurado caso este tivesse apenas constituído união estável com a segunda companheira. Apesar de o Código Civil Brasileiro de 2002, no seu artigo 1.723, reconhece esse tipo de união conjugal como válida, a denominada união estável, resguardando na prática os direitos dos contraentes, mesmo assim, não sendo suficiente para caracterização da bigamia. Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. (art. 1.723 da lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002/CC). Atualmente, apesar de vivermos em uma sociedade onde prevalece a cultura monogâmica, ou seja, onde as determinações legais vigentes admite que o indivíduo possa contrair apenas um casamento, é notório que com a modernização, as formas de relações conjugais antes engessadas vem se modificadas ao longo do tempo, tornando-se mais flexíveis essas relações amorosas e com isso, abre-se um leque de questões a serem discutidas no que concerne a segurança jurídica das relações conjugais, refletindo em consequências sociais, familiares, patrimoniais e morais. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Destarte, parece tornar-se cada vez mais comum na sociedade brasileira, pessoas casadas civilmente, embora separadas de corpos, unir-se a outrem em união estável antes mesmo de ajuizado o divórcio da primeira relação matrimonial, justamente por terem a segurança de que esse tipo de relação não configura crime na prática, apesar do Código Penal Brasileiro tipificar como crime a bigamia, mas efetivamente não se vê com frequência pessoas sendo presas por esse motivo. Sendo assim, nesse momento, nasce uma lacuna legislativa a

partir desse fenômeno social, pois quando o indivíduo casado civilmente e que paralelamente mantém uma união estável com outra pessoa não configuraria bigamia, por não ser a união estável o tramite legal idêntico ao matrimônio ou consorte tipificado na lei e caracterizado etimologicamente, já explicado anteriormente. Vale salientar que muito dos casos fáticos nem mesmo dão entrada no divórcio em juízo, a fim de eximir da responsabilidade de dividir patrimônio com a segunda união estável que mantém, sendo assim, identificamos uma lacuna legislativa existente na sociedade brasileira, que permissivamente autoriza a prática desse fenômeno social, a bigamia de fato, pois acontece na prática, mas não para o direito, onde só pode ser considerada aos olhos da lei quando o indivíduo contrai dois cônjuges civis simultaneamente. Essa lacuna na jurisdição brasileira permite aos indivíduos eximir-se da punibilidade por crime de bigamia, possibilitando um incentivo à fraude de casamento real constituído em segunda união estável, gerando um fenômeno que aqui denominaremos como bigamia de fato, mas não de direito, já que sequer pode ser considerada bigamia nesses casos, onde apenas a contração de união estável e casamento civil não é considerada bigamia pela normativa brasileira que trata do tema, como explicamos o conceito e caracterização da bigamia que é atestada no momento em que um indivíduo adquire matrimônio civil simultâneo, ou seja, quando esse cidadão já casado, casa civilmente e novamente com outrem. A partir dessa identificação podemos perceber a insegurança jurídica entorno dessas relações sociais, pois nasce uma enorme discussão a respeito dos direitos garantidos pelo matrimônio civil do primeiro casamento, e dos direitos de fato adquiridos com a segunda união estável, quando essa assim for tipificada dentro da lei. Dessa forma, o poder legislativo precisa se manifestar produzindo lei para reger tal relação social que produz efeitos jurídicos. Dentre os diversos tipos de matrimônios existentes, tais como: Políginia, Poliandria, Monogamia, Endogamia e Exogamia, a Poligamia é atualmente a mais confundida com a bigamia no Brasil. O termo poligamia tem origem grega, consiste na relação de afetividade com mais de um parceiro, onde todas as partes sabem da existência dessas relações e as aceitam. Percebemos que muitas pessoas ao tratar da bigamia logo relacionam com o poliamor (poligamia), sem tomar ciência de que há divergência conceitual entre os dois termos. Apesar de existir nexo entre o a bigamia e a poligamia quanto a pluralidade nas relações afetivas, o que faz com que uma seja considerada crime e outra não, esta no simples fato de que para que haja crime de bigamia, como dito anteriormente, é necessário que o indivíduo contraia novo casamento estando ainda ligado matrimonialmente a outrem, enquanto a Poligamia por não se tratar de uma relação monogâmica, já exclui de imediato a tipificação de crime. Apesar de atualmente a poligamia ser um novo modelo de família que esta surgindo, no direito brasileiro ainda não há amparo legal, sendo ainda discutido pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça, Ministério Público e IBDFAM – Instituto brasileiro de direito de família. Dessa forma, trataremos os aspectos que os diferem afim de que essas diferenças sejam esclarecidas. **CONCLUSÃO:** Diante dos casos fáticos identificados na sociedade, essa prática de se relacionar onde pessoas ainda casadas civilmente, embora separadas de corpos, une-se a outrem em união estável, cientes de que esse tipo de relação na prática, não configura crime, em muitos casos, usam dessa lacuna legislativa como forma de burlar o sistema jurídico a fim de proteger seus bens patrimoniais adquiridos na primeira união civil, gerando insegurança jurídica às partes envolvidas. Desse modo, possibilita ao indivíduo eximir-se das

responsabilidades civis e penais pelo crime de bigamia, sendo assim, a prática da bigamia de fato corrobora com essa insegurança jurídica respaldada na falta de legislação pertinente e da pouca efetividade social do dispositivo penal que regula tal fato, pois apenas a bigamia de direito, aquela onde o indivíduo casa com outrem simultaneamente, já preso a um casamento civil anterior, é que pode ser taxada como crime e sofrer as penas impostas pela lei. Com isso, desenvolvemos essa pesquisa com o propósito de analisar a diferença entre a prática por nós denominada de bigamia de fato e bigamia de direito, discorrendo sobre a prática da bigamia de fato sob as famílias, bem como investigar a efetividade da lei penal criada com a finalidade de combater o crime de bigamia no Brasil. Além disso, com o levantamento das informações jurídicas e sociais, será possível identificar as mudanças sociais com os novos formatos de união familiar, diferenciando principalmente a poligamia da bigamia, por ser tais práticas facilmente confundidas pelas pessoas. Dessa forma, percebemos a necessidade de criação de legislação pertinente à temática que identifique, reconheça e descreva esses novos enlances matrimoniais, estabelecendo novos parâmetros de segurança jurídica para as famílias envolvidas nessa seara matrimonial, para assim, afastar a possibilidade de fraude matrimonial e assegurar os envolvidos dos seus direitos e deveres civis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Código Civil**. Brasília, DF: Senado, 2002.

_____. **Código Penal**. Brasília, DF: Senado, 1940.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **Bigamia, Bem Jurídico e Poliafetividade**: um prognóstico transdisciplinar entre Direito Penal e "Direito das Famílias". Disponível em: <https://eduardocabette.jusbrasil.com.br/artigos/560216373/bigamia-bem-juridico-e-poliafetividade-um-prognostico-transdisciplinar-entre-direito-penal-e-direito-das-familias>. Acesso em: 05 set. 2018.

MAIA, Dione Souza. **O CRIME DE BIGAMIA NA SOCIEDADE MODERNA**. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/atualidades/o-crime-bigamia-na-sociedade-moderna.htm>. Acesso em: 05 set. 2018.

TJ-GO. **Bigamia**: juiz condena homem casado com duas mulheres. Disponível em: <https://coad.jusbrasil.com.br/noticias/2434585/bigamia-juiz-condena-homem-casado-com-duas-mulheres>. Acesso em: 05 set. 2018.

RESPONSABILIZAÇÃO PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS EM FACE DOS CRIMES AMBIENTAIS

AUTORES:

Juvenil Rodrigues Neto
Tiago Mateus de Melo Sena
Wesley Eugenio Sales Costa
Alex Fernandes Pereira Limão

RESUMO: O trabalho tem por objetivo mostrar a relação entre a Lei nº 9.605 e a aplicação do direito penal em face dos entes coletivos, proporcionando ao leitor um novo ponto de vista sobre a importância da tutela dos recursos ambientais e seus desdobramentos.

Palavras-chave: Crimes Ambientais. Personalidade Jurídica. Direito Penal.

INTRODUÇÃO: Da revolução industrial até a atualidade, a humanidade aprimora suas tecnologias em escala industrial utilizando-se dos recursos naturais como se fossem fontes inesgotáveis de matéria-prima e a natureza tem encontrado uma forma de responder a isso, as catástrofes naturais vêm tomando proporções bem maiores do que naturalmente teriam e estão intrinsecamente interligadas ao descaso humano. É reconhecido que, o meio ambiente ecologicamente equilibrado constitui requisito essencial para que todos os indivíduos possam desfrutar de uma vida minimamente digna, considera-se então para diversos doutrinadores direito fundamental ainda que não esteja inserido no rol do Art. 5º da CF/1988 encontra garantias no ordenamento jurídico para sua efetiva proteção como o Art. 5º da CF/88 e Lei de crimes ambientais Nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1988 os quais instituem atos punitivos em defesa do meio ambiente, os quais se manifestam por meio de sanções cíveis e penais em face dos transgressores sejam estas pessoa física ou jurídica além da responsabilização de reparo pelos danos causados. Porém foi possível identificar divergências doutrinárias em relação à ação penal em face dos entes coletivos delituosos. No final da década de oitenta era um consenso na doutrina e nas jurisprudências que os entes coletivos não eram passíveis de responsabilização penal, pois naquela época apenas as pessoas físicas poderiam ser criminalmente punidas. A mudança ocorreu pós constituição de 1988 quando foi reconhecida a responsabilidade penal das pessoas jurídicas e também a criação de medidas legislativas sobre as situações de crimes ambientais (lei 9.605/1998) "(a) um ilícito criminal ambiental (b) tiver sido cometido no seu interesse ou benefício, (c) por decisão de seu representante legal, contratual ou de seu órgão colegiado." (Bidino, claudio, 2016, p. 3). Apesar de na lei de crimes ambientais não mostrar que é proibido denunciar a pessoa jurídica isoladamente, a legislação adota o "sistema da dupla imputação" que funciona com a imputação da responsabilidade penal para a pessoa jurídica, sem excluir as pessoas físicas envolvidas nesse ente coletivo. No estado do Rio Grande do Norte, as monoculturas de crustáceos são atividades econômicas bastante lucrativas. O RN, além de suas paisagens exuberantes tem um mercado abrangente no tocante a esse ramo, atrelado ao turismo e as riquezas naturais, além disso, a grande produção de camarão, sendo um grande fornecedor do item em escala mundial. O baixo custo de investimento, o alto valor de revenda, a

falta de concorrência e a abrangência mercadológica faz com que cada vez mais essa atividade cresça e mais abusos aconteçam como o oriundo de uma denúncia do ministério público federal (MPF) após vistoria realizada pelo Instituto de Defesa do Meio Ambiente de Natal (IDEMA), no dia 15/12/20, em um dado viveiro de camarão, localizado no bairro Jardim Lola, Estuário Potengi, no município de São Gonçalo do Amarante (RN). Constatou-se que o viveiro se encontra sobre uma área onde houve desmate de 1,95 hectares de manguezal, em propriedade da União, ocupando, ainda, 0,40 hectares de Área de Preservação Permanente (APP) da margem do Rio Potengi, contrariando as normas legais de proteção ao Meio Ambiente (Lei nº 9.605/98). O Juízo da 14ª Vara Federal do Rio Grande do Norte condenou, inicialmente, o réu à pena de detenção por sete meses e ao pagamento de 20 dias-multa, na proporção de um quarto (1/4) do salário mínimo vigente na data do crime. Após apelação feita pela defesa do réu, a pena inicial de privativa de liberdade foi substituída por uma restritiva de direito, esta que ao olhar moderno possui mais eficiência na sua aplicação, sendo resguardados os princípios da pena que é o de reeducar o delinquente. Em contraditório com o exemplo aludido, Savigny juntamente com o pensamento romano-germânico afirmaram que a pessoa jurídica não possui personalidade e nem vontade próprias, e que portanto, seria incapaz de manifestar sua vontade, requisito este indispensável para a culpabilidade e, dessa forma, torna-se impossível sua responsabilização penal, pois não poderia ela, praticar conduta que gerasse efeitos nesta esfera. Savigny sustenta a ideia de que a pessoa jurídica seria um ente fictício formado pela vontade de seres humanos com objetivos em comum e por esse motivo impossibilitaria a penalização da pessoa jurídica pela dificuldade de investigar e individualizar a conduta, estabelecer a culpa e aplicar a pena. Enraizado no pensamento de que a pena tem sentido de castigo, essa parte da doutrina afirma a impossibilidade da aplicação penal à esses entes coletivos. Além de acreditar que o ordenamento jurídico pátrio não está preparado para a implantação da sua responsabilidade penal. Doutrinadores clássicos como Savigny, baseiam-se no antigo postulado “Societas delinquere non potest” embasados pela Teoria da Ficção, que define pessoa jurídica como ente fictício do ordenamento jurídico composto pela vontade de pessoas com intuito de galgar um objeto comum. Nesse contexto, Luís Flávio Gomes e Silvio Maciel (2011, p. 38), relativamente a aplicação da pena para o delito previsto na lei em comento, lembram que:

É muito importante lembrar que esta lei tem por objetivo expresso a reparação do dano ambiental. O intuito claro da lei Ambiental é a reparação dos prejuízos ambientais (sempre que possível) ou ao menos sua compensação. Por isso, a maioria dos institutos da parte geral está relacionada com a reparação ou com a compensação do dano ambiental, circunstância que não se pode perder de vista a interpretação da presente lei.

Por fim, essa linhagem acredita que a adoção da pena para os entes coletivos constituiria ofensa à teoria do crime, especialmente na caracterização da culpabilidade; imputabilidade e tipicidade. Por outro lado, os professores Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Ney de Barros Bello Filho e Flávio Dino de Castro e Costa (2011, p. 72) analisam de forma diferente:

O princípio da pessoalidade da pena está previsto no art. 5º, inciso XLV e quer dizer que nenhuma pena passará da pessoa do condenado, e que ninguém será responsabilizado criminalmente por ato de outrem. Ora, quando um preposto,

administrador ou sócio de uma empresa praticam ato típico, e a responsabilidade por esse ato é sustentada pela empresa, não há ruptura do pressuposto constitucional causado pela comprovação de que o ato, em verdade, era ato da própria empresa, apenas praticado por intermédio de um seu representante. 5 O ato criminoso, na verdade, não é ato da pessoa física, mas sim ato da própria pessoa jurídica que se corporifica por meio de um dos seus dirigentes, empregados, sócios ou prepostos. O ato não é da pessoa física e a responsabilidade sustentada pela pessoa jurídica, mas sim ato do ente moral sustentado por ele próprio.

Como se os atos da pessoa jurídica fossem manifestações autônomas mas que por sua vez corporificadas pelo(s) seu(s) sócio(s), prepostos ou empregados e que portanto, o ente moral poderia ser responsabilizado penalmente, entende-se que, a mesma ciência que atribui personalidade à pessoa jurídica deve ser capaz de atribuir-lhe personalidade. Logo, se esta tem impulso oficial no ordenamento jurídico e pratica atos no meio social através da atuação pontual de seus administradores, poderá a vir praticar condutas típicas, e, portanto, ser passível de responsabilização penal é importante ressaltar que nessa corrente as penalizações desses entes não devem ser entendidas na forma tradicional, como uma espécie de castigo baseada na culpa, responsabilidade individual subjetiva e pressupostos defendidos pela Escola Clássica, mas de certa forma deve ser observada à luz de uma nova perspectiva pautada na responsabilidade social do agente. Nessa doutrina moderna a conotação social da responsabilidade dos atos praticados pelos agentes, o contexto clássico de individualização da pena é superado e começa-se a vislumbrar a penalização de uma nova forma, mais dinâmica cujos conceitos jurídicos variam de acordo com um critério normativo e não naturalístico. Essa corrente, afirma que a inconceptibilidade de penas privativas para pessoas jurídicas é um argumento pouco convincente tendo em vista que o ordenamento jurídico penal Brasileiro prevê as mais variadas formas de sanção para os entes morais como penas autônomas de multas, de prestação de serviços à comunidade, restritivas de direitos, liquidação forçada e desconsideração da pessoa jurídica, todas adaptadas à sua natureza jurídica. Ressaltam também que não há ofensa ao princípio constitucional de que “nenhuma pena passará da pessoa do condenado”, pois é incontroversa a existência de duas pessoas distintas: uma física – que de qualquer forma contribui para a prática do delito, e uma jurídica, cada qual recebendo punição de forma individualizada, decorrente de sua atividade lesiva e natureza jurídica. Finalizam que, no aspecto legislativo, no direito brasileiro, tem-se a previsão da responsabilidade penal da pessoa jurídica, tanto no artigo 173 § 5º, quanto no artigo 225, § 3º da Carta Magna de 1988 que cuidam da proteção à ordem econômica e ao meio ambiente, estabelecendo repressão de delitos cometidos pelas pessoas jurídicas. Também com a expressa referência na Lei dos Crimes Ambientais (art. 3º, da Lei 9605/98), fica, por fim, superada a polêmica quanto à pertinência da responsabilização penal das pessoas jurídicas, devendo a doutrina, doravante, a se preocupar com a delimitação dos meios adequados para efetivá-la. Por fim, o STJ já pôs o tema em debate várias vezes, podendo ser citadas as seguintes: Recurso 8 Especial nº 800.817- SC; Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 865.86 – PR; Recurso Especial nº 610.114 - RN conforme ementas abaixo:

EMENTA-RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE. OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. LEGITIMIDADE PASSIVA. PESSOA JURÍDICA. RESPONSABILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DO ENTE MORAL E DA PESSOA FÍSICA. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

1. Aceita-se a responsabilização penal da pessoa jurídica em crimes ambientais, sob a condição de que seja denunciada em coautoria com pessoa física, que tenha agido com elemento subjetivo próprio.

O Superior tribunal de justiça entende que há a possibilidade de responsabilização jurídica pelas práticas de delitos ambientais condicionada à punição simultânea da pessoa física que tenha agido com elemento subjetivo próprio e que também atue em nome da pessoa jurídica e em seu benefício. A par das posições doutrinárias esboçadas neste estudo, fato é que a jurisprudência brasileira é pacífica em relação à responsabilidade penal dos entes coletivos. A legislação existe cabe aos que são atingidos, cumpri-la. Independentemente quando se tratar do infrator, seja ele pessoa física ou jurídica. Visto que insuficientes as sanções nas esferas cível e administrativa, o legislador constitucional muniu o Poder Público de Poderes que lhe permitem desempenhar o papel de polícia ambiental, mediante adoção de medidas preventivas e repressivas também na esfera penal. A participação do direito penal nessa esfera visa coibir a criminalidade praticada pelos grandes empresários que causam lesões disseminadas em massa tanto ao meio ambiente diretamente quanto as pessoas (habitantes) daquele local. Vezes que, estes infratores não são identificados e concomitantemente saem ilesos. O mais importante é que, todas as modalidades indicadas são espécies do gênero reparação do dano. Esse cenário indica a necessidade de que o ministério público, atue no processo penal de modo a identificar qual a forma de reparação mais eficaz nesses casos, ou seja a pessoa jurídica delituosa deve ser identificável ao poder punitivo do estado, algo que muitas vezes não acontece. Logo, a efetiva responsabilização penal das pessoas jurídicas tem-se constituído na prática um meio eficaz e preventivo o qual vem inibindo as repetitivas ações delituosas ambientais, aplica-se então, as chamadas penas pecuniárias tais quais, afetam diretamente o patamar mais sensível desses entes, o financeiro, não obstante, ainda nesse contexto reside a maior visibilidade de reprovação social que aliado ao aspecto financeiro gera redução significativa nos atos danosos ao meio ambiente. **METODOLOGIA:** Em primeiro plano, capturamos as duas principais correntes que divergem sobre a penalização penal. Em seguida traçamos um paralelo em cada uma dela com as consequências que suas aplicações causariam na sociedade e assim buscamos confronta-las em face da eficácia jurídica e social. Isso só foi possível graças ao auxílio indispensável de jornais, que registram e evidenciam as mazelas sociais fruto da penalização como também da omissão, muito das vezes por uma inferência tardia. Os livros de cunho jurídico foram fundamentais para que fosse possível compreender as bases legais dos pensamentos opostos como também enxergar a aplicação teórica no nosso cotidiano. **REVISÃO DA LITERATURA:** Todo e qualquer autor sempre são necessários para o conhecimento. É certo, que área penal, necessita da interdisciplinaridade para que seja realizada uma pesquisa robusta, portanto para o feito, além da CF/88 fora consultado os autores Fernando Capez, Rogerio Grecco, Savigny, Julio Fabrini Mirabete, Eugênio Raul Zaffaroni e Miguel Reale. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Abordamos sobre a responsabilização dos crimes ambientais praticados pela pessoa jurídica, mostrando através de diferentes linhas doutrinárias cada modo de observar a responsabilização desta e foi possível identificar que apesar das diversas linhas de pensamento sobre o tema, o Direito está em constante mutação novos entendimentos surgem a partir da vivência humana e foi possível identificar mudanças significativas nas decisões jurídicas para

casos semelhantes ao objeto da pesquisa. O direito penal se modifica. O direito penal humanizado se constrói. **CONCLUSÃO:** Segundo Ludwig Von Mises, líder da Escola Austríaca de pensamento econômico, um dos fatores que colaboram para a pobreza de uma nação é a proibição de produzir bens ou serviços que são apreciados por outros. A responsabilização penal das empresas jurídicas de forma desmedida é exatamente este fator, sua existência traz uma falsa sensação de justiça e harmonia social quando empresas sofrem com suas sanções penais. Quem de fato cometeu o delito se esconde na figura da empresa e de maneira desproporcional quem de fato sofre com as condenações é a comunidade na qual a pessoa jurídica está inserida, nesta hipótese, é eminente um cenário de desemprego. Se a empresa for fechada, de maneira integral, seus trabalhadores serão demitidos e iniciará um ciclo que independente de sua proporção, ocasionará em pobreza. Assim sendo, a responsabilização penal para os entes coletivos no nosso cenário atual expressa somente um caráter vingativo e desalinhado com a sociedade pois a imputação desta não estará cumprindo com seu objetivo social de reeducar. Portanto, para que tanto a eficácia social como também a eficácia jurídica sejam alcançadas de maneira satisfatória e que resulte em harmonia entre ambos, a responsabilização jurídica deve atingir somente a figura responsável pelo crime e a empresa deve ser preservada, esse cenário indica a necessidade de que o ministério público atue no processo penal de modo a identificar qual forma de reparação mais eficaz nesses casos, inibindo ações delituosas ambientais e pondo em prática o que é chamado de direito penal humanizado, com penas mais flexíveis que cumprem seu objetivo principal, a reeducação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 out. 1988.

_____. **Lei Ordinária nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF 13 fev. 1998.

_____. **Superior Tribunal de Justiça**, Recurso Especial nº 610.114 – RN (2003/0210087-0) Rel. Min. GILSON DIPP. j. 17/11/ 2005 Quinta turma.

_____. **Superior Tribunal de Justiça**. Recurso Especial nº 800.817- Santa Catarina, Rel. Min. Celso Limongi- Des. Convocado do TJSP, Julgamento: 04/02 2010-Órgão Julgador:Sexta Turma.

_____. **Superior Tribunal de Justiça**:Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 865.86 –Rel.Min. Adilson Vieira Macabu (Des. Convocado do TJRJ, j. 20/10/ 2011- Órgão Julgador Quinta Turma.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito penal 1: parte geral**. 22. ed.. [S.l.]: Saraiva, 2017.

COSTA NETO, Nicolao Dino de; BELLO FILHO Ney de Barros; COSTA, Flávio Dino de Castro e. **Crimes e Infrações Administrativas Ambientais**. [S./]: Livraria do Advogado, 2011. 3. ed., p. 56.

GOMES Luiz Flávio; MACIEL, Sílvio. **Crimes Ambientais – Comentários à Lei nº 9.605/1998**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal-Parte geral**. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

MIRABETTE, Júlio Fab. **Manual de Direito penal**. 15. ed. [S./]: Atlas, 2017.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. [S./]: Saraiva, 1973.

SAVIGNY, Fred. Carl Von. **System of the modern Roman law**. 1840.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. **Em busca das penas perdidas**. [S./]: Revan, 2010.

ALIENAÇÃO PARENTAL - CAUSAS E EFEITOS NO SEIO FAMILIAR

AUTORES:

Maria Eliza Pereira Nogueira
Kaio Marcelo Costa e Camara
Mercia Cristina Domingos Xavier
Simone Kecia da Silva
Jose Nilo Lopes de Araujo Junior
Mirelly Tarsila Nunes Santos

RESUMO: A Síndrome da Alienação Parental (SAP), traz consequências maléficas, na medida em que destrói as relações parentais normais necessárias para o desenvolvimento social de uma criança. Cada vez mais comum nos casos Direitos de Família brasileiros. Necessitando de estudos que promovam seu combate.

Palavras-chave: Direito. Alienação. Criança.

INTRODUÇÃO: A Síndrome da Alienação Parental (SAP), termo originalmente proposto em 1985 pelo psiquiatra infantil americano Richard Gardner, através da realização de estudos na área da psiquiatria, com a avaliação de crianças de famílias em situações de divórcio, definida como “um distúrbio infantil, que surge, principalmente, em contextos de disputa pela posse e guarda de filhos.”, e que “manifesta-se por meio de uma campanha de difamação que a criança realiza contra um dos genitores, sem que haja justificativa para isso”, é cada vez mais comum nos casos judiciais envolvendo Direitos de Família no território brasileiro. A SAP, conceituada como síndrome, envolve um conjunto de sintomas que aparecem na criança em consequência da ação um alienador, geralmente um genitor, que através de “lavagem cerebral”, “programação” e “doutrinação”, atuam para a formulação de campanha difamatória contra o outro genitor, sem a justa motivação. Apesar de não ser um fenômeno novo nos campos médicos e jurídicos, somente em 2010 com a lei federal 12.318, a alienação parental passou a compor a normatividade jurídica brasileira, trazendo em seu Art. 2º, o seguinte conceito:

Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este. (BRASIL, 2010).

Valendo-nos deste mesmo mecanismo podemos associar, entendendo a SAP com a consequência de violência, crueldade e opressão, promovida pelo alienador contra a criança, à agressão a artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente, como por exemplo, o Art. 18, que traz: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.”, e na esfera constitucional ao artigo 227 da Constituição Federal, que estabelece dentre outros pontos o dever da família de colocar as crianças salvo destes tipos de ação. O alienador tem por objetivo ao

praticar a alienação, na maioria dos casos, prejudicar o vínculo da criança ou do adolescente com o genitor, provocando efeitos psicológicos e emocionais no alienado. Uma forma de identificar a prática da síndrome é analisar os comportamentos dos pais, avós ou responsáveis. No caso das crianças e dos adolescentes a ansiedade, nervosismo, agressividade, e depressão, entre outros, podem ser indicativos de que a síndrome está ocorrendo. Os prejuízos causados são imensuráveis no vínculo entre pais e filhos, na formação da criança em seus aspectos intelectual, cognitivo, social e emocional. A relevância do tema pode ser evidenciada, conforme consta em matéria do Instituto Brasileiro de Direito da Família, publicada em 2014:

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem, no Brasil, cerca de 60,8 milhões de crianças e adolescentes. Segundo pesquisa do Datafolha, 20 milhões são filhos de pais separados. Destes, 80% já foram vítimas, em algum grau, de alienação parental.²⁸

Outras matérias como: “Mediação de conflitos e alienação parental”², publicada em 17/02/2016; “Alienação parental e o judiciário”³, publicada em 02/10/2015 e “Alienação parental: o que a Justiça pode fazer?”⁴, publicada em 17/10/2015, reforçam o entendimento da importância deste fato jurídico para a atualidade do direito brasileiro. O presente artigo tem por objetivo apresentar o conceito de alienação parental, causas e efeitos no seio familiar. Voltando a temática para uma visão social e jurídica, sua correlação com a formação do homem e desenvolvimento da sociedade. A transparência e divulgação dos dados estatísticos no tocante a estes crimes são de fundamental importância, pois a alienação parental ainda é pouco divulgada nas mídias sociais, jornais e canais de telecomunicações. Acreditamos que o conhecimento das características dessa prática e sua ilegalidade, motivarão as vítimas ou envolvidos a buscarem as ferramentas que a legislação brasileira já dispõe para coibi-la. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada neste artigo é a cartográfica, tendo por base o estudo da observação direta e análise de documentação colhida de dados primários e secundários. O método cartográfico é comparado a um rizoma que se estende e se desdobra num plano horizontal, de forma acêntrica, indefinida e não hierarquizada, abrindo-se para multiplicidade, tanto de interpretações quanto de ações (PRADO FILHO, 2013). Nesse sistema existem os princípios de conexão e heterogeneidade, da multiplicidade, da ruptura assignificante e da cartografia e decalcomania. Conforme Prado Filho (2013), o princípio de conexão e heterogeneidade afirma que qualquer ponto do rizoma pode e deve estar conectado a qualquer outro fora da rede heterogênea, variável, acêntrica e aberta. O princípio da multiplicidade recusa o pensamento da unidade e

²⁸SCARTON, Suzy. Projeto de lei que busca acabar com alienação parental. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/ibdfam-na-midia/8652/Projeto+de+lei+busca+acabar+com+a+aliena%C3%A7%C3%A3o+parental>. Acesso em: 05 set. 2018.

²Disponível em: <https://mcorreaferrnandes.jusbrasil.com.br/noticias/305629003/mediacao-de-conflitos-e-alienacao-parental?ref=serp>. Acesso em: 05 set. 2018.

³Disponível em: <https://direito-legal.jusbrasil.com.br/noticias/238583661/alienacao-parental-e-o-judicio?ref=serp>. Acesso em: 05 set. 2018.

⁴Disponível em: <https://ambito-juridico.jusbrasil.com.br/noticias/220337343/alienacao-parental-o-que-a-justica-pode-fazer?ref=serp>. Acesso em: 05 set. 2018.

do pensamento centrado no uno. Já o princípio da ruptura assignificante indica que o rizoma pode ser rompido e ou quebrado em qualquer ponto, como também pode retomar sua operação a partir de uma de suas linhas. E, por fim, o princípio da cartografia e decalcomania que afirma que o rizoma tem que traçar uma cartografia, desenhando um mapa como diagrama variável, em contraste com o decalque que é fixo, reprodutivo e serializado. Seguindo a metodologia, iniciamos com pesquisas simples sobre judicialização de casos que envolvam situações de alienação parental em nosso país. Em seguida passamos para um âmbito mais específico, onde focamos nas causas e consequências da alienação parental para a família e sociedade. Depois, analisando artigos acadêmicos, com uma ampla camada de informações sobre o tema, principalmente no que se refere ao aumento de processos jurídicos envolvendo o tema, materializando a busca de justiça, como consequência das agressões causadas ao ordenamento jurídico brasileiro. Analisamos dados sociais, estatísticos e jurídicos, observando os critérios necessários para coibição desta prática, a projeção da aplicabilidade da norma, suas eventuais lacunas inseridas na realidade social e a simbolização da captura do tema pela sociedade. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Estudos apontam que a maioria dos casos jurídicos em que se apresenta a prática da Alienação Parental ocorre no momento dos divórcios. Momento em que o genitor que se sente afetado com a separação utiliza-se desta prática como instrumento de retaliação para atingir seu(ua) ex-companheiro(a). Como por exemplo, na jurisprudência a seguir:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE GUARDA. PEDIDO INCIDENTE DE ALIENAÇÃO PARENTAL CONFIGURADA. A guarda é instituto que visa à proteção dos interesses dos menores. O seu bem-estar deve se sobrepor, como um valor maior, a quaisquer interesses outros, seja dos genitores ou de terceiros. Na hipótese, a forma como procedeu o genitor, em completo desrespeito à própria filha, impedindo o convívio da filha com a mãe, e plantando falsas memórias contra a genitora, dão conta da alienação parental praticada pelo genitor. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70076918309, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro, Julgado em 25/04/2018).

O ambiente familiar onde ocorre a alienação parental é bastante conflituoso, com fortes animosidades entre os pais e até mesmo as famílias do casal que está se divorciando. Nestes casos uma das tarefas mais árduas para o Poder Judiciário e para os profissionais paralegais (psicólogos e assistentes sociais) é identificar se de fato há algum abuso para com os direitos das crianças e adolescentes ou se estão sendo implantadas falsas memórias. Sendo assim, os profissionais que trabalham nas Varas de Família precisam estar atentos para não tratar o agressor como vítima. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros, como:

- I - Realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;
- II - Dificultar o exercício da autoridade parental;
- III - Dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;
- IV - Dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;
- V - Omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;

VI - Apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;

VII - Mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós. (BRASIL, 2010).

No poder judiciário, na questão da Síndrome de Alienação Parental, um aspecto muito importante a ser observado é a utilização da perícia técnica, normalmente composta por assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras (especialistas da área de psiquiatria forense). Os profissionais dessa área atuam como peritos, por designação formal de autoridade judicial ou administrativa, ou como assistentes ou assessores técnicos, contratados pelas partes interessadas. Para propiciar o exercício destas funções, a psiquiatria forense utiliza conhecimento científico e clínico, visando a fornecer noções técnicas indispensáveis à solução de questões de ordem técnico psiquiátrica ou afins nos procedimentos jurídicos. Auxiliando com conhecimento teórico e também prático sobre a psicologia infantil, a saúde mental da criança e do adolescente e sua família. No art. 3º da Lei nº 12.318/2010 traz que:

A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda. (BRASIL, 2010).

Quando identificada, esta prática deve ser coibida e devem ser adotadas as medidas para a preservação da integridade psicológica de todos os envolvidos, podendo a questão ser tratada no âmbito judicial. Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

- I - Declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
- II - Ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- III - Estipular multa ao alienador;
- IV - Determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
- V - Determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
- VI - Determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
- VII - Declarar a suspensão da autoridade parental. (BRASIL, 2010).

Caracterizado mudança abusiva de endereço, inviabilização ou obstrução à convivência familiar, o juiz também poderá inverter a obrigação de levar para ou retirar a criança ou adolescente da residência do genitor, por ocasião das alternâncias dos períodos de convivência familiar. Como poderemos ver na jurisprudência a seguir:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. FAMÍLIA. REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS. ALIENAÇÃO PARENTAL. SUSPENSÃO DO DIREITO DE VISITAÇÃO POR PARTE DA MÃE. CABIMENTO. Em que pese seja evidente a importância da convivência da criança com sua genitora,

considerando serem verossímeis as alegações de prática de atos de alienação parental, devem ser suspensas as visitas até o esclarecimento dos fatos. RECURSO PROVIDO. (Agravado de Instrumento nº 70076334036, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro, Julgado em 28/03/2018).

A atribuição ou alteração da guarda dar-se-á por preferência ao genitor que viabiliza a efetiva convivência da criança ou adolescente com o outro genitor nas hipóteses em que seja inviável a guarda compartilhada.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE GUARDA C/C ALIMENTOS. ALIENAÇÃO PARENTAL. As alterações de guarda, em regra, devem ser evitadas, na medida em que acarretam modificações na rotina de vida e nos referenciais dos menores, e, por conseguinte, geram transtornos de toda ordem. Ratificada a guarda paterna, com quem a criança se encontra bem adaptada mantida as visitas da mãe. RECURSO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70075723270, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro, Julgado em 12/12/2017).

Está posto no Art. 227 da Constituição Federal:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

No Estatuto da criança e do Adolescente, lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, o Art. 3º apresenta:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990).

No Art. 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990).

E no Art. 5º:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, 1990).

Ficando evidente ser de todos, e principalmente das crianças, os direitos fundamentais da convivência saudável, preservando-se o afeto devido nas relações entre filhos e genitores no seio do grupo familiar. Apesar das evidências da tipificação na área cível trazidas pelas leis supracitadas, ainda não existe tipificação específica na área criminal para este tipo de atuação por parte do alienador. Quando muito, busca-se conseguir o enquadramento por analogia com o crime de calúnia, previsto no Art. 138 do Código Penal. **CONCLUSÃO:** Uma convivência familiar saudável é direito fundamental de todos. O amor, o casamento, a união pode acabar, assim, a probabilidade do fim da relação torna-se inevitável. No entanto, se esse relacionamento deu origem a uma vida, o filho, não deve ser utilizado como instrumento de disputa, guerra ou vingança por um dos genitores com o objetivo de afastar ou prejudicar o convívio da criança ou adolescente com a outra parte envolvida na relação. É muito importante a rápida identificação de ações que caracterizam a existência da alienação parental nos casos judiciais brasileiros, para isso, é de fundamental a participação dos demais profissionais através de suas perícias técnicas, apoiando o judiciário nos evidenciando os comportamentos característicos de sua ocorrência. Verificamos que já existem normatividade suficiente no ordenamento jurídico brasileiro para enquadramento e punibilidade na seara cível para o crime de alienação parental, desde a advertência até a alteração de guarda e a suspensão do poder familiar, no entanto, observamos que diante dos prejuízos graves para os indivíduos e sociedade, ainda necessitamos avançar para sua correta qualificação na seara penal. O aumento no número de casos envolvendo situações de alienação parental, traz questionamentos sobre a situação das relações sociais que se encontram vigentes na atualidade, muito estudadas pelos ramos da sociologia, a fragilização dos laços familiares, a importância das figuras parentais na formação dos novos indivíduos e o sentimento de posse patológica sobre os filhos. Diante deste contexto, está evidenciada a importância da ação do judiciário para a punição desta prática, como também sua prevenção, através de ações de promoção e esclarecimento ao público em geral, sobre o conceito e consequências negativas da alienação parental para sociedade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: CN, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado .htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 23 ago. 2018.
- _____. **Lei nº 12318, de 26 de agosto de 2010**. Alienação Parental. Alienação Parental. Brasília, mar. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm. Acesso em: 23 ago. 2018.
- _____. **Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. (ECA). Presidente da República. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 23 ago. 2018.

GARDNER, Richard A. **O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)?**. 2002. Disponível em: <http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1/o-dsm-iv-tem-equivalente>. Acesso em: 23 ago. 2018.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Revista Barbarói**. Santa Cruz do Sul (RS), jan./jun. 2013. n.38. p.45-59. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2471/2743>. Acesso em: 05 set. 2017.

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul TJ-RS - Apelação Cível : AC 70075723270 RS (TJ-RS - AC: 70075723270 RS, Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro Data de Julgamento: 12/12/2017, Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 15/12/2017) Disponível em: <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/532319193/apelacao-civel-ac-70075723270-rs>. Acesso em: 13 set. 2018.

_____. **Agravo de Instrumento : AI 70076334036 RS**. (TJ-RS - AI: 70076334036 RS, Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro, Data de Julgamento: 28/03/2018, Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 29/03/2018) Disponível em: <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/561374419/agravo-de-instrumento-ai-70076334036-rs?ref=serp>. Acesso em: 13 set. 2018.

_____. **Apelação Cível: AC 70076918309 RS** (TJ-RS - AC: 70076918309 RS, Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro, Data de Julgamento: 25/04/2018, Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 27/04/2018). Disponível em: <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/574596620/apelacao-civel-ac-70076918309-rs?ref=serp>. Acesso em: 13 set. 2018.

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: A INCONGRUÊNCIA COM AS NORMAS PENAIS

AUTORES:

Thalyane de Oliveira Dantas
Maria Luisa Oliveira Medeiros
Rannah Raylla Lopes Pereira Crisanto

RESUMO: Neste trabalho abordará aspectos teóricos que norteiam a análise sócio jurídica voltada ao sistema prisional no Brasil. A pesquisa objetiva a compreensão dos motivos de cárceres e a percepção da omissão do Estado em melhorar o sistema prisional, que encontra-se atualmente em colapso.

Palavras-chave: Sistema prisional brasileiro. Constituição brasileira de 1988. Lei de Execuções Penais.

INTRODUÇÃO: Devido às grandes manifestações presidiárias entre facções na penitenciária de Alcaçuz, localizada no Rio Grande do Norte, ocorridas em janeiro de 2017, também visualizada como uma chacina sangrenta despertou a necessidade de avaliar os questionamentos dos detentos. Utilizando os direitos humanos fundamentais, e sua relação com os fatos ocorridos, observando-se que é algo cruel. Compreendendo as questões que levam ao encarceramento de um indivíduo, de maneira reincidente, baseando-se no entendimento do sistema prisional brasileiro e suas reais dificuldades abordadas nos seus questionamentos dentro da penitenciária, somado com a falta da intervenção do Estado no fator de ressocialização e educação objetivando a diminuição da criminalidade. Visando a necessidade de analisar a detenção e a sua forma de punir, de modo crítico e objetivo. A princípio, o código penal brasileiro submetia-se as Ordenações Filipinas, que traziam no seu livro V um rol de crimes e penas, que começaram a ser aplicadas no Brasil, tendo entrado em vigor a partir da Lei de 11 de janeiro de 1603 vigorando por 220 anos, rompendo com as Ordenações Filipinas apenas em 1830. Tratamos do sistema prisional brasileiro e a incongruência com as normas penais. Para com as normas atuais, como a Lei de Execuções Penais (LEP) e a Constituição Federal de 1988. Enfatizando que os presos possuem mais de 15 incisos no Artigo 5º, da CF/88 com garantias fundamentais. As quais são desrespeitadas e descumpridas na prática do sistema carcerário brasileiro, ocasionando diversas consequências negativas para as vidas dos detentos. O Brasil é o quarto país com maior índice de população carcerária, perdendo apenas para os Estados Unidos, China e Rússia. De modo a transformar as prisões em depósitos de pessoas, degradando a dignidade do preso. **METODOLOGIA:** Este trabalho conta com a metodologia cartográfica, a qual se divide em três partes: Escala, projeção e simbolismo. A escala sendo uma expectativa normativa, associando-se a necessidade de um conjunto de leis adequadas para suprir as dificuldades e falhas do sistema prisional, a projeção sendo a problematização entre o fato social e a norma jurídica, relacionando a teoria e a prática, abordando a Lei de Execuções Penais (LEP) e a Constituição Federal (1988), que ditam a normatização de forma direta ou indireta do sistema prisional e a real aplicabilidade das mesmas analisando se existe eficácia e efetividade realmente. E por fim o simbolismo, que é um aprofundamento do conhecimento jurídico e social, mesclando então o fator jurídico com outros ramos de ciências

humanas: psicologia, sociologia, assistência social e a filosofia. Além do mais, a metodologia também foi embasada nos métodos: quantitativos e qualitativos, respectivamente, trabalhando com a leitura de gráficos que relatam a realidade da superlotação dos centros de detenção. Já na questão qualitativa foi abordado o embasamento histórico diante da “evolução” que existiu no quesito, aplicação das penas. **REVISÃO DA LITERATURA:** A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, LEP, publicada em 1984 e em vigor desde 1985, considerada um dos aparatos jurídicos mais desenvolvidos do mundo, o que se busca com esta lei é a melhor harmonização social, e a recuperação e ressocialização do preso para não voltar a cometer delitos. Em seu art.1º, mostra que tem como objetivo a efetivação dos dispositivos da sentença ou decisão criminal, visando uma harmônica integração social do condenado, sendo assim sua responsabilidade a execução e o preso. O Estado exerce sobre o homem que comete crime, o direito de punição, mas deve-se visar na reeducação do preso para que ele não saia do ergástulo pior do que quando adentrou. Atualmente a Lei de Execuções Penais (LEP), é responsável pelo regimento e efetividade das penas. Sendo que na prática não é aplicada corretamente ocasionando no sofrimento dos presos, tanto fisicamente quanto psicologicamente. Pela péssima alimentação, vestuário, locais insalubres para realização das necessidades básicas de higiene e materiais, falta de locais apropriados para dormir e a superlotação das celas (déficit de 250 mil vagas). De modo que os detentos estão sofrendo uma penalização duplicada, pela perda da liberdade ambulatorial e as precárias condições de vida no presídio. O Brasil convive com um abandono do sistema prisional, o que deveria ser um instrumento de ressocialização, muitas vezes, funciona como escola do crime, devido à forma como é tratado pelo estado e pela sociedade (ASSIS, 2007). O autor refere-se que o Estado vem sendo omisso com o sistema penitenciário, gerando em um mau funcionamento. Os presos deveriam entrar na prisão para serem reeducados e penalizados pelos delitos cometidos, porém saem da cadeia revoltados com o sistema que é uma verdadeira máquina do crime. Como a própria Constituição Federal/88 em seu artigo 5º garante em seu inciso III que ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante; e em seu inciso XLIX. Levando em consideração a obra do doutor de Direito e mestre de direito constitucional, Ingo Wolfgang Sarlet, Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. A dignidade da pessoa humana é constituída por uma:

Qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. (BRASIL, 1988).

Já seguindo a linha de raciocínio de, Erving Goffman (1922-1982), em sua obra *Manicômios, prisões e conventos*, desenvolveu a ideia de “instituições totais” e sua sistematização de características que relacionava a estruturação física das prisões,

mostra que a adversidade da incongruência entre a realidade jurídica e a realidade empírica permuta, sendo consideradas as prisões nada mais que “estufas para mudar pessoas”. No artigo, *A importância da interdisciplinaridade na pesquisa jurídica: olhando o Direito sob outro viés*, de Bárbara Baptista, é ressaltada a sua falta de entendimento do por que as doutrinas e as normas eram diferentes da prática. Comparando com o nosso projeto, este tema tem total relevância, tendo em vista que a principal pergunta do mesmo é o porquê a previsão normativa do sistema penitenciário não funciona na prática? E qual seria a razão para a lacuna existente entre ambos, a ideia e a realidade? Hans Kelsen (1881-1973), foi um jurista e filósofo que em sua obra *Teoria Pura do Direito*, apresentou uma distinção entre o ser e dever ser. Um estaria relacionado com a natureza, de forma mecânica. Enquanto o outro teria relação com o raciocínio do homem. Em sua distinção de natureza ontológica, o ser seria o fato e o dever ser a norma. Seguindo a linha do projeto, o fato seria que os presos estão sendo tratados de forma infame, enquanto a norma garante e resguarda uma conduta não é aplicada. Voltado para o direito uma das formas de melhorar a ineficácia na aplicação das normais penais. Seria a privatização das prisões, tendo como base que o Estado não vem cumprindo com o previsto e a iniciativa privada poderia resolver e dar condições do preso se recuperar, sendo reinserido na sociedade de forma eficaz. Fazendo referência com a reflexão empírica, notamos que a solução está clara, mas a dificuldade está sendo na capacidade, conhecimento ou boa-fé do Estado (já que é este o responsável direto pelos centros detentivos do país), citando uma fala do importante antropólogo, sociólogo, educador, escritor e político brasileiro, Darcy Ribeiro (1922-1997): “Se os governantes, não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios”. Segundo a plataforma digital G1, com a possível correlação ao pensamento de Darcy Ribeiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o Judiciário pode obrigar que a administração pública promova obras emergenciais em presídios, mesmo quando houver o argumento de que não há recursos em caixa para as obras. O homem é por natureza é um ser livre, entretanto, com a evolução da sociedade e aumento na taxa de comportamentos sociais que diferiam do normal, ou seja, fatos sociais que prejudicavam de alguma maneira um indivíduo, a sociedade passou a ter necessidade de punir, de alguma forma quem praticava tal comportamento. Tendo em vista esse pensamento punitivo e o grande número de delitos ocorridos diariamente, a estrutura do sistema prisional brasileiro acaba sendo falha, pois visa na resolução do fato social (crimes praticados) de forma superficial, desse modo, o fato social acaba se sobrepondo ao fato jurídico. Já dizia o advogado, Fábio Coelho Dias, que o sistema penal na sociedade capitalista tem o objetivo de controlar seletivamente a criminalidade, (na teoria). Quem passa pelo sistema penitenciário, seja em qualquer lugar do mundo, não é bem visto pela sociedade. Daí dizer-se que, o sistema penal nessas circunstâncias tem o seu papel invertido. Ainda parafraseando o advogado, “em vez de controlar a criminalidade e ressocializar o criminoso, age exatamente de forma inversa, isto é, cria a delinquência, de forma seletiva, e perpetua o delinquente imprimindo-lhe o estigma de ex-presidiário.” (DIAS, Fábio Coelho). Portanto, pode-se afirmar que a ação do estado é falha. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** De acordo com Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), do Ministério da Justiça, a população brasileira ultrapassou a marca de 622 mil presos, em privativa de liberdade, no ano de 2017, segundo esses dados apresentados se mantiverem o

ritmo de aprisionamento em 2022, o país terá cerca de um milhão de detentos. Tal aumento vem prejudicando os detentos como mencionado acima, ocasionando a perda do princípio da humanização vigente em todos os aparatos jurídicos. Renato Marcão, na sua obra *Curso de Execução Penal*, cita acórdão do Tribunal, dizendo que diante da falência das instituições prisionais do Brasil, as autoridades das execuções penais não podem deixar de tomar certas medidas humanitárias em favor dos sentenciados. Com este trabalho, trazemos ao mundo acadêmico, uma visão interdisciplinar do problema que é a falta de humanização quanto ao sistema prisional, e a sua inconformidade com as normas penais. Mostrando que este inconveniente não é somente do ramo do direito, é, também, uma realidade sociológica, psicológica, política e principalmente administrativa. A pena possui caráter pedagógico, assim seu principal objetivo deveria ser a ressocialização do apenado com a sociedade. Todavia na prática não se obtém êxito, o mesmo sai dos presídios muitas vezes pior do que quando iniciou o cumprimento da pena. Vimos isso ao comparar o índice de reincidência ao crime e conseqüentemente à cadeia. O fato é que a cada dia que passa aumenta o número de apenados entrando nos presídios. E o pensamento da sociedade vai se tornando mais preconceituoso, estigmatizado por conceitos pré-estabelecidos, gerando assim uma “cultura do aprisionamento”. A norma a qual deveria ser a responsável pela punição e reeducação do preso vem sendo relapsa na sua aplicação prática. Causando diversos resultados negativos para a sociedade. O primeiro seria no âmbito administrativo, onde temos uma enorme discrepância do que é para o que deveria ser. O Brasil deveria investir mais na educação para que assim as pessoas tivessem mais oportunidades. Entretanto o estado aplica mais dinheiro no presídio do que na educação de um aluno da rede pública. E mesmo com uma divergência de 13 vezes o valor de um aluno investido no preso (Canal Portal Uai, 2017). Seguindo essa linha notamos que mais uma vez a prática se faz diferente do que foi estipulado, e apesar do investimento no preso ser superior ao da educação, eles ainda vivem de forma desumana. Voltando para área social, como dito anteriormente, a população possui um grande preconceito com o ex-detento. Evidenciamos tal alegação quando fizemos uma exposição do trabalho, realizada na Escola Estadual Professor Eliah Maia do Rêgo, Parnamirim/RN. Assim tivemos uma experiência prática de como os adolescentes pensam. Realizamos uma dinâmica a qual denominamos de: dinâmica do funil, que consistia em nada mais que fazer uma analogia do tanto de água jogada dentro do funil com um preso, relatando a superlotação das prisões. Questionando qual seria a solução para o problema, com unanimidade das opiniões expressadas o desejo de que se tampasse o funil em baixo resolveria. Todavia, caso ocorresse à água iria extrapolar a base do funil. A solução encontrada por eles, foi à diminuição com a quantidade de água que entrava, afirmando que não havia a necessidade de bloquear em baixo do funil. Fizemos também questionamentos, como “você concorda com bandido bom é bandido morto? Você acredita que o homem é produto do meio? E por último se você acha que existe dignidade nas prisões brasileiras?”. O resultado foi como esperado, os adolescentes responderam sim em sua maioria para todas as perguntas. Mostrando como a realidade é alarmante para o meio jurídico. As pessoas acham que as condições nos presídios, a forma como os detentos são tratados é certo. Revelando que a sociedade quer o cumprimento da pena de qualquer modo, independente da humanização e a dignidade do preso. **CONCLUSÃO:** Levando-se em conta o que foi observado que

na teoria a norma é muito bonita, tem tudo para sanar os crimes e impedir que volte a acontecer. Todavia, na prática, ela é destorcida e desrespeitada, suscitando na atual desordem prisional. Salientamos a necessidade das pessoas conhecerem as normas jurídicas, não só isso, mas como de fato é a realidade carcerária. Evidenciando que não existe o chamado sistema prisional, fundamentando-se na desorganização, desarmonização e na falta de aplicação das normas. Logo constatamos que o principal problema do sistema penal brasileiro está na má execução da norma positivada. A qual vem transformando as cadeias em depósitos de pessoas, não pensando na ressocialização. Outro problema seria a falta de tolerância das pessoas com os ex-detentos, de modo a interferir na sua reinserção na sociedade. Para remediar tais adversidades, seria preciso mais que uma lei ou código. Explicitando a não interação harmoniosa entre o direito e o fato social, perduram déficits na eficácia jurídica que acaba provocando a não resolução do fato social, transformando os dois em ineficazes. O crime continuará ocorrendo, segundo a tese defendida pelo sociólogo, Émile Durkheim (1858-1917), crime se dá a partir da sua universalidade, ou seja, é um fenômeno observado em todas as sociedades, assim o crime sempre acontecerá no âmbito jurídico, dever-se-ia exercer a sua eficácia de modo que transformasse ou amenizasse o fato social. Um dos limitadores do projeto foi exatamente o pensamento antigo e enraizado do homem fazer justiça com as próprias mãos que, infelizmente, até hoje para muitos é a forma correta e única de justiça. Um dos principais objetivos do projeto era o de tentar quebrar este pensamento, e mostrar que apesar dos crimes cometidos, o preso tem o direito à dignidade tanto dentro do presídio quanto fora. Além da análise de forma crítica dos direitos do apenado, seu tratamento, estrutura prisional e as falhas da aplicação da LEP. Um dos meios de soluções indicados foi o investimento na educação, assim ocasionaria em uma mudança no número de presos e na superlotação dos presídios. Ressaltando que caso houvesse tal prioridade teríamos mais escolas do que presídios. Sendo assim a ideia de ressocialização do preso teria mais efeito e aceitação, evitando a reincidência no cometimento de crimes e a maneira do apenado ser visto pela sociedade. Apresentamos também a iniciativa de privatização das cadeias, voltado para o âmbito do direito administrativo. Enfatizando que tais métodos teriam que serem feitos de forma paulatina para se alcançar os resultados desejáveis. Frisando que não conseguimos apresentar uma solução que erradicaria de vez com o problema supramencionado. Quando iniciamos o trabalho não tínhamos uma delimitação como a que temos agora. O mesmo estava tão amplo que tivemos que afunilar o tema, limitando para tratar da LEP, direitos fundamentais e a sua ineficácia na prática. Entretanto o grupo acha de extrema relevância indicar, recomendar um projeto ao qual falasse da experiência dos detentos no encarceramento, após o encarceramento e a sua reinserção no meio social. Voltado tanto para o âmbito jurídico quanto para o psicológico e sociológico. A realização desse trabalho trás para quem o ler um “olhar” mais social dos fatos, tendo como intenção que não seja visto apenas o direito “duro e frio”, esperamos conseguir orientar os leitores, de modo a aflorar o senso crítico e perceptivo tanto no âmbito jurídico quanto o social, onde possa ser capaz de identificar o que são direitos fundamentais dos apenados, e qual é a sua eficácia e necessidade na vida do preso, os limites entre o ato de punir e o quão é indispensável à desmistificação de estereótipos sociais. Formalizando assim, um conteúdo que contém não somente o direito em si, mas sim, enxergar as normas

jurídicas de maneira reiterada a outros ramos da ciência humana. Concluindo que segundo o portal UAI, no vídeo “Sistema prisional uma conta que não fecha”, para diminuir com os maus resultados, o Estado deve promover mais educação de qualidade, mais informações e mais políticas públicas, além de minimizar os interesses privados no poder público (corrupção) e a cultura do aprisionamento, para que assim gere menos desigualdade, menos violência e menos presídios superlotados. O sistema pune, porém, não cumpre a função básica de educar ou mesmo reeducar e qualificar o indivíduo para que, a realidade mude e não haja a necessidade de cometer delitos novamente. Parafraseando o juiz federal Erivaldo Ribeiro dos Santos, é preciso dar oportunidade aos egressos (Jornal Gazeta do Povo, 2010).

REFERÊNCIAS

ARGÔLO, Caroline. **Sistema penitenciário atual: incompatibilidade com a lei de execução penal.** 2015. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/41175/sistema-penitenciario-atual-incompatibilidade-com-a-lei-de-execucao-penal#_ftn8https://jus.com.br/artigos/41175/sistema-penitenciario-atual-incompatibilidade-com-a-lei-de-execucao-penal#_ftn8. Acesso em: 06 set. 2018.

BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. **A Importância da Interdisciplinaridade na Pesquisa Jurídica:** Olhando o Direito sob outro viés. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/barbara_gomes_lupetti_baptista.pdf. Acesso em: 06 set. 2018.

BECCARIA, Cesare Bonesana. **Dos Delitos e das Penas.** [S.l.: s.n.], 1764. 242 p. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/delitosB.pdf>. Acesso em: 10 maio 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

COELHO, André. **A distinção entre ser e dever-ser em Hans Kelsen.** 2008. Disponível em: <http://aquitemfilosofiasim.blogspot.com/2008/06/distino-entre-ser-e-dever-ser-em-hans.html>. Acesso em: 06 set. 2018.

DIAS, Fábio Coelho. **O sistema penal e o processo de ressocialização brasileiro.** Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8456. Acesso em: 27 jun. 2017.

DULLIUS, Aladio Anastácio; HARTMANN, Jackson André Müller. **Análise do sistema prisional brasileiro.** 2017. Disponível em: http://ambitojuridico.com.br/site/?artigo_id=10878&n_link=revista_artigos_leitura. Acesso em: 06 set. 2018.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974. 316p. Disponível em: <http://www.observasmjc.uff.br/psm/uploads/Manicomios-prisoas-e-conventos.pdf>. Acesso em: 10 maio 2017.

LOMBROSO, Cesar. **NO DIREITO PENAL: o destino d' O Homem Delinquente**. 2015. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/20137072/lombroso-no-direito-penal--o-destino-d-o-homem-delinquente>. Acesso em: 08 set. 2018.

MESQUITA, Pedro Henrique. **Sistema prisional brasileiro: privatização como parte da solução**. 2015. Disponível em: <https://pedromesquita92560.jusbrasil.com.br/artigos/252789746/sistema-prisional-brasileiro>. Acesso em: 27 jun. 2017.

MONTEIRO, Brenda Camila de Souza. **A lei de execução penal e o seu caráter ressocializador**. 2017. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18106&revista_caderno=22. Acesso em: 07 set. 2018.

PORTAL UAI, Canal. **Sistema prisional: uma conta que não fecha**. 2017. Disponível em: https://youtube.com/watch?v=Ou8O4nZ6p20&time_continue=132. Acesso em: 02 out. 2018.

QUEIROZ JÚNIOR, Aderaldo Ribeiro de. **Direitos fundamentais do preso**. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/29380/direitos-fundamentais-do-preso>. Acesso em: 08 set. 2018.

RIBEIRO, Darcy. **Se os governantes não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios**. Conferência, 1982. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/01/15/interna_politica,839547/darcy-ribeiro-estava-certo-educacao-e-o-caminho-para-reduzir-crime.shtml. Acesso em: 10 set. 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002, p. 62.

WALTER, Bruna Maestri. **Em busca de uma nova chance**. 2010. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/em-busca-de-uma-nova-chance-0rlj6zhcm9o9g9bxc8wx3cj7y/>. Acesso em: 02 out. 2018.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA COMO VIOLÊNCIA DE GÊNERO E VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA E A RESPONSABILIDADE CIVIL: UM DEVER/DIREITO (RE) DESCOBERTO

AUTORES:

Cássia Thereza de Souza Oliveira
Iranilson Silva de Freitas

RESUMO: A violência obstétrica é uma forma de violência de gênero na qual atenta diretamente questões de direitos humanos, caracterizada por agressões verbais, físicas ou psíquicas a mulher durante a gestação, no momento do parto e/ou no pós-parto, assim como no atendimento de complicações de abortamento. Desse modo, o presente artigo tem por finalidade análise e estudo, a violência obstétrica como violência de gênero e violência institucionalizada bem como a Responsabilidade Civil como sendo um direito, um dever, que por muitos ainda é desconhecido.

Palavras-chave: Abuso. Desrespeito. Agressões a parturientes.

INTRODUÇÃO: Violência trata-se de toda ação ou efeito de empregar força física ou intimidação moral contra outrem. No tocante a violência obstétrica trata-se daquela que acontece no momento da gestação, parto, nascimento e/ou pós-parto, inclusive no atendimento ao abortamento. Pode ser física, psicológica, verbal, simbólica e/ou sexual, além de negligência, discriminação e/ou condutas excessivas ou desnecessárias ou desaconselhadas, muitas vezes prejudiciais e sem embasamento em evidências científicas. Essas práticas submetem mulheres a normas e rotinas rígidas e muitas vezes desnecessárias, que não respeitam os seus corpos e os seus ritmos naturais e as impedem de exercer seu protagonismo.²⁹ O número de parturientes vítimas de violência obstétrica no Brasil vem tornando-se uma realidade recorrente. Ter um atendimento adequado tem sido cada vez mais difícil, e as poucas que possuem esse auxílio julgam como sorte. Desse modo, pode-se observar ainda que há uma grande parcela de pacientes que sofrem com essas agressões e muitas vezes não sabem que o atendimento dado é inadequado e abusivo, não reconhecendo que terem sido desrespeitadas. O presente trabalho teve como objetivos analisar a violência obstétrica como componente de uma violência de gênero, discutir a violência institucionalizada, além de compreendê-la no âmbito da Responsabilidade Civil, sendo um dever, por muitos, desconhecido. Desse modo, esse tipo de entrave constitui uma problemática que atinge mulheres de todas as classes, mas que pode vir a ser sentido fortemente por aquelas margeadas à sociedade e de classes sociais desfavorecidas, principalmente aquelas que não possuem assistência adequada à saúde. É de fundamental importância fazer menção de que a legislação Brasileira não tem norma federal específica para a violência obstétrica, e é de maneira plausível que são aplicadas as leis por tipificação da conduta por crimes no código penal: lesão corporal (art. 129);

²⁹ CARNEIRO, Ana Catarine. **Você sabe o que é violência obstétrica?**. O blog da saúde, 2018. Disponível em: <http://www.blog.saude.gov.br/index.php/promocao-da-saude/53079-voce-sabe-o-que-e-violencia-obstetrica>. Acesso em: 28 ago. 2018.

homicídio (art. 121); constrangimento ilegal (art. 146) e maus tratos (art. 136). Já na seara civil podemos adentrar diante da responsabilidade civil visando a aplicação de reparação indenizatória pelos danos morais, materiais e estéticos. Nos últimos anos a passou a ter grande enfoque pela mídia e por movimentos sociais ganhando cada vez mais espaço para discussões acerca do assunto. Não obstante, apesar da grande visibilidade trata-se de um tema que ainda é desconhecido por muitos. Assim, não raro é encontrar mulheres que sofreram tais abusos e não conhecem seus direitos diante de tal situação. Posto isso, é de grande relevância tornar público e conhecido as garantias dispostas as parturientes que foram lesadas e tiveram suas garantias violadas. **METODOLOGIA:** Procedimento utilizado para a realização dessa pesquisa baseou-se em um levantamento bibliográfico, de caráter exploratório, com buscas realizadas em bases de dados eletrônicas, entrevistas e sites. Dessa forma, concluiu-se que o tema em pauta é pouco discutido, e ainda desconhecido por muitas mulheres que sofreram essa agressão. De acordo com a leitura obtida, e visando à reflexão sobre os aspectos penais e sociais em decorrência da falta de tipificação penal própria, notou-se a necessidade de promover uma discussão teórica aprofundada do tema exposto. Transformando a metodologia utilizada para a perspectiva do método cartográfico de análise, foi realizada uma conferência para os profissionais de saúde do Hospital Regional Alfredo Mesquita Filho, de Macaíba/RN, e percebeu-se que na escala do método, há uma estrutura normativa eloquente, em comparação a realidade do cenário atual. Desse modo, obteve-se a conscientização dos profissionais supracitados com ênfase na humanização dos procedimentos realizados neste hospital, para com as gestantes. Além disso, noções da Responsabilidade Civil foram citadas de maneira clara e objetiva, com o intuito de informar aos presentes as possíveis punições previstas no código penal. **REVISÃO DA LITERATURA:** A Organização Mundial de Saúde (OMS) define violência como a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis. Outrossim, a violência obstétrica é uma forma de violência de gênero que implica na violação dos direitos humanos, caracterizada pela imposição de intervenções danosas à integridade física e psicológica de gestantes, perpetrada pelos profissionais de saúde. O papel da mulher diante da sociedade já passou por grandes transições ao longo dos anos, tendo em vista que foram conquistados direitos, porém, ainda é fortemente vítima de abusos quanto ao gênero, se encaixando a violência obstétrica como um deles. Tal desrespeito está ligado diretamente à violência de gênero e outras afrontas a direitos cometidos nas instituições de saúde contra suas usuárias (Diniz, 2005). Dessa forma, faz-se parte da violência institucional, cometida pelos profissionais, caracterizando-se por negligência e maus-tratos dos técnicos com os usuários, englobando a violação de direitos reprodutivos, além da peregrinação por muitos serviços até o então recebimento do atendimento assim como a aceleração do parto para liberar leitos. (Gomes, 2014). À vista disso, Diniz e Chacham (2006) mostram a necessidade de mudanças diante da assistência obstétrica tida no Brasil atualmente, objetivando à prudência em intervenções desnecessárias e abusivas, em apoio ao parto vaginal normal. Além do mais, resgatando o parto como eventos naturais e fisiológicos, a humanização também busca dar as mulheres autonomia, fazendo com que possam ser adquiridos poderes que foram deixados para trás. Poderes esses que são baseados na circunstância biológica da mulher, em sua capacidade reprodutiva e instinto materno (Tornquist, 2002). Recolocando-a como dona e autônoma de seu

corpo e sexualidade. No entanto, Diniz e Chacham (2006) apresentam que no Brasil e na América Latina a integração de mudanças preconizadas pela medicina baseada em evidências é lenta e recebida com resistências, visto que na maioria das instituições de ensino de medicina é priorizado o modelo intervencionista, enaltecendo a tecnologia, procedimentos cirúrgicos e exames primorosos, enquanto o foco dos cuidados relativos a mulher com intuito de prática e estímulo do parto natural não recebem atenção. E mesmo que esse modelo assistencial esteja elevando as taxas de mortalidade materna, essas intervenções desnecessárias são vividas cotidianamente numa realidade dolorosa e cruel por muitas parturientes, nas quais revelam expressivas violações de direitos humanos. (Muniz & Barbosa, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO: No Brasil, dados indicam que 25% das gestantes³⁰ são vítimas de atos de violência cometidos durante a assistência à saúde que lhes é prestada seja antes, durante ou após o trabalho de parto. E por toda a problemática que envolve a violência de gênero no Brasil, com seus números assustadores, podemos deduzir que a sociedade brasileira possui um sentimento machista profundamente enraizado em seu âmago. O reflexo dessa característica social brasileira é fácil e fortemente sentido pelas gestantes, diariamente em nosso país, ao ser associado e aceito pelo “senso comum” e, mais lamentavelmente, pela prática dos profissionais em saúde, que todas as dores e sofrimentos, físicos ou psicológicos, são justificados no momento do parto, um sentimento traduzido tão simplesmente pelo dito popular que diz que “é pelas dores do parto que a mulher paga os seus pecados”. Porém, as consequências dos abusos sofridos pelas mulheres vão além das marcas físicas e psicológicas deixadas em seu corpo e sua mente; muitas vezes – e quantas vezes – deixam marcas irreparáveis em uma segunda vítima: o recém-nascido, culminando no aumento do número de casos de sequelas físicas e neurológicas³¹, muitas vezes irreversíveis, e até mesmo na morte do pequeno ser. Nossa Legislação pátria, à despeito de ser uma das mais modernas do mundo em alguns aspectos, ainda é muito insipiente no tocante à violência obstétrica, não havendo lei federal específica que trate do tema, embora já se observe atividade legislativa no âmbito estadual, em algumas unidades da federação, no sentido de tratar da problemática. Legalmente, pois, o que se observa hoje é que, embora seja uma violência à gestante, no âmbito penal não há qualquer tipificação nesse aspecto, motivo, inclusive, pelo qual alguns dispositivos legais dispersos em outras leis e que visam coibir esse tipo de conduta possui sua eficácia reduzida de forma significativa, sendo o tema tratado, normalmente, genericamente, através da subsunção a outros tipos penais, a depender das consequências causadas na mulher, podendo ser aplicado as sanções relativas à lesão corporal, por exemplo, ou homicídio, em outros crimes previstos no código. Na seara civil, o assunto é tratado nos termos da responsabilidade da reparação plena, o que dá margem à

³⁰ PEDROSA, Ana Paula. **Violência obstétrica atinge 25% das mulheres no Brasil**. O tempo, 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/violencia-obstetrica-atinge-25-das-mulheres-no-brasil/>. Acesso em: 27 set. 2018.

³¹ MARTINS, Laís Barros. **“Sofri violência obstétrica e convivo com as sequelas do parto”**. Bebê, 2017. Disponível em: <https://bebe.abril.com.br/parto-e-pos-parto/sofri-violencia-obstetrica-e-convivo-com-as-sequelas-do-parto/>. Acesso em: 30 set. 2018.

reparação indenizatória por dano material e moral, para a mãe e recém-nascido, já havendo, inclusive, precedentes judiciais no tocante à responsabilização médica pelos danos causados. Desta feita, diante das graves consequências existentes, associadas às ações que envolvem o período do parto, e mediante o sabido desconhecimento da população acerca dos direitos que lhes são conferidos, com propósito de não deixar o direito ser mero fruto do senso comum, é considerado de suma importância a conscientização de todos os cidadãos sobre a proposta trazida no presente trabalho. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que diante das pesquisas pôde ser observado que a violência obstétrica não dispõe de definição ímpar, muito menos é definida nos preceitos legais por conta da falta de legislação específica federal que puna a crueldade e procedimentos que essas mulheres são submetidas. Diante de inúmeros delitos, as principais problemáticas para tal agressão são o patriarcalismo social, e a falta de conhecimento e consciência por parte desses profissionais, assim como das próprias vítimas. Posto isso, durante a pesquisa foi encontrado um vasto leque de condutas lesivas a essas vítimas, pautadas por ações danosas, por muitas consideradas banais, entretanto com exorbitantes infortúnios a paciente. Desse modo, as ações mais frequentes são os comentários constrangedores às mulheres, como as ofensas, humilhações e xingamentos pessoais e/ou direcionadas a algum membro da família; as ameaças em caso de não aceitação de algum procedimento; a realização de episiotomia de maneira indiscriminada; a infusão intravenosa de ocitocina para acelerar o trabalho de parto sem conhecimento e concordância da paciente; o direito ao acompanhante negado; amarrar a vítima durante o parto; a negativa ao direito a segunda opinião médica, em caso de divergência entre parturiente e o profissional de saúde; a retirada dos pelos pubianos (tricotomia); manobra de Kristeller; o uso rotineiro de lavagem intestinal (enema); a realização frequente de exame de toque, de forma dolorosa, para verificar a dilatação; a ausência de hidratação ou alimentação durante o trabalho de parto; a proibição de levantar-se e de locomover-se durante o trabalho de parto; agendamento de cesárea sem a devida recomendação e sem consentimento, assim como obrigar a mulher a permanecer sempre deitada. Sob a ótica de tais desrespeitos, foi constatado que as mulheres estão se unindo em prol dos direitos que devem ser assistidos. Para isso, essas vítimas estão montando estratégias de confronto a violência obstétrica, baseada em denunciar tais atos através da Ouvidoria do hospital em questão. Porém, para haver efetivação deste mecanismo torna-se necessário o conhecimento do feito e do fato de que violência obstétrica pode ser punida. Consequentemente, faz-se necessário a criação de ferramentas de conscientização permanente e discussão rotineira da população a respeito do que significa a violência obstétrica, sua importância para o binômio mãe-feto, suas punições e práticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, “Convenção Belém do Pará”**. Disponível em: http://www.tjrj.jus.br/institucional/comissoes/cojem/cojem_convecacao_interamericana_prevenir.pdf. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher.** Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Acesso em: 18 fev. 2018.

CARNEIRO, Ana Catarine. **Você sabe o que é violência obstétrica?**. O blog da saúde, 2018. Disponível em: <http://www.blog.saude.gov.br/index.php/promocao-da-saude/53079-voce-sabe-o-que-e-violencia-obstetrica>. Acesso em: 28 ago. 2018.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: responsabilidade civil.** 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. Acesso em: 18 fev. 2018.

MELO, Nehemias Domingos de. **Responsabilidade civil por erro médico: doutrina e jurisprudência.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. Acesso em: 25 fev. 2018.

PEDROSA, Ana Paula. **Violência obstétrica atinge 25% das mulheres no Brasil.** O tempo, 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/violencia-obstetrica-atinge-25-das-mulheres-no-brasil/>. Acesso em: 27 ago. 2018.

RODRIGUES, Bárbara. **Violência obstétrica: a importância do parto humanizado.** 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/66766/violencia-obstetrica-a-importancia-do-parto-humanizado>. Acesso em: 19 out. 2018.

ABORTO - SUAS IMPLICAÇÕES EM NOSSA SOCIEDADE

AUTORES:

Luana Maria Felix de Araujo
Moisés Diego Fontoura da Silva
Nicolas Pimentel Targino de Oliveira
Mariana Alexandre Gomes

RESUMO: O projeto pondera entre os direitos fundamentais, em específico, o direito a vida e a liberdade, para melhor compreender o aborto. Além disso, apresenta as discussões sobre a legalização do aborto no Brasil, que envolve conhecimentos político, religioso, social, cultural, dentre outros.

Palavras-chave: Aborto. Liberdade x Vida. Direitos fundamentais.

INTRODUÇÃO: O projeto tem o objetivo de debater a legalização do aborto e suas implicações na sociedade brasileira. O aborto segundo o autor Alves “O ato consiste, puro e simplesmente, em interromper o desenvolvimento de uma vida embrionária, seja considerada ou não pela medicina como uma vida humana viável”. [2006, p.23] A legalização do aborto é bastante debatida em nossa atual sociedade e um tema que ganhou mais evidência nesses últimos anos, existe quem é contrário a esse ato, principalmente as entidades religiosas e quem são a favor, como o movimento feminista brasileiro. No Brasil quase uma em cada cinco mulheres aos 40 anos já fez pelo menos um aborto, estatísticas feita pela pesquisa nacional do aborto 2016 e, em 2015, foram 416 mil mulheres, aproximadamente. Dentre as mulheres que mais praticam o aborto estão as de menor escolaridade, pretas, pardas, indígenas e as que vivem na região Nordeste, principalmente. Em muitos países o aborto é legalizado e o primeiro país a legalizá-lo foi a Dinamarca em 1973, Já no Brasil não é legalizado e a vida é um direito garantido por lei, O artigo 5º da *Constituição Federal* defende direitos dos cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes no país, como o direito à vida, evidenciando assim que o aborto é um ato que viola a constituição, assim como a convenção americana sobre os direitos humanos – pacto San José da Costa Rica – ratificada pelo Brasil defende também o direito à vida. A partir de 2012 a constituição passou a aceitar a exceção em caso de feto anencefálico, ou seja, caso em que pode ocorrer o aborto desde que exista a comprovação de documentos. Dessa forma, com esse projeto iremos abordar debates sobre a legalização do aborto, o assunto é delicado, já que envolve a vida e exige um conhecimento sobre vários ângulos: político, social, jurídico, moral, religioso, filosófico, dentre outros. Para melhor compreendermos esse debate sobre a legalização do aborto no Brasil, iremos trazer informações mais aprofundadas sobre esse assunto, assim podendo transmitir nossos conhecimentos a toda a sociedade. Baseado em nossa pesquisa podemos entender claramente que a legalização aborto é e sempre será um tema que gera polêmica. O objetivo desse projeto é analisar supostas falhas que existem em nossa norma jurídica, buscar fazer com que a sociedade fique informada quanto às decisões tomadas pelo STF e fazer com que a sociedade busque seus direitos. Temos o propósito de esclarecer, do nosso ponto de vista, a divergência da norma que uma hora opta pela vida da mulher e outra pela vida do bebê, contudo podemos ter e passar um conhecimento

amplo acerca de tudo que ocorre sobre a possível legalização do aborto no Brasil. Com isso, o projeto tem o compromisso de analisar reflexões sobre o aborto e verificar a aplicabilidade da lei em nossa sociedade. Como instrumento de pesquisa, analisaremos debates sobre a legalização do aborto e suas implicações, baseando-se no direito à vida, expresso no Artigo 5º da Constituição Federal, além dos Artigos 124 aos 128 do Código Penal e a Convenção americana de direitos humanos, pacto de San José da Costa Rica de 22/11/1969 ratificada pelo Brasil em 25/09/1992. Concomitante a isso, enfatizaremos aspectos culturais, fatos históricos, sociais e jurídicos, dentre outros aspectos sobre a polêmica legalização do aborto no Brasil. Contudo o aborto mesmo no Código Penal sendo crime houve um acontecimento em que médicos que cometeram o aborto foram inocentados, o caso ocorreu em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense RJ, no ano de 2013, a primeira turma do STF formada por Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Rosa Weber, Luiz Fux e Marco Aurélio Mello, se reuniu para julgar um caso envolvendo médicos de Duque de Caxias (RJ), que foram denunciadas pelo ministério público a suposta prática do crime de aborto com o consentimento da gestante e formação de quadrilha. Os envolvidos foram presos em flagrante, mas colocados em liberdade pelo juízo de primeiro grau. O ministério público recorreu da decisão e o tribunal de justiça do Rio determinou a prisão preventiva, mantida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). O ministro Marco Aurélio Mello concedeu habeas corpus determinando a soltura dos acusados, e Barroso pediu vistas do processo. Por unanimidade, os ministros do STF entenderam que as prisões não se sustentam, porque não estão presentes os requisitos necessários para a decretação da prisão preventiva, porque os réus são primários com bons antecedentes e com bom trabalho e residência fixa, Além disso, Barroso apresentou argumento falando que: “a criminalização antes do terceiro mês de gestação viola a autonomia da mulher, a igualdade de gênero” e acrescentou “A interrupção voluntária da gestação não deve ser criminalizada, pelo menos, durante o primeiro trimestre da gestação. Durante esse período, o córtex cerebral – que permite que o feto desenvolva sentimentos e racionalidade – ainda não foi formado, nem há qualquer potencialidade de vida fora do útero materno. Por tudo isso, é preciso conferir interpretação conforme a Constituição aos Artigos 124 e 126 do Código Penal, para excluir do seu âmbito de incidência a interrupção voluntária da gestação efetivada no primeiro trimestre”, disse Barroso. Quanto a decisão, é válida e tão somente exclusiva, para o caso de Duque de Caxias examinado pelo STF. Diante desse fato foram geradas inúmeras polêmicas, pois isso pode ser a porta de entrada para que o aborto seja legalizado no Brasil e as consequências jurídicas disso é a violação ao Código Penal, já que é considerado crime seja cometido até o terceiro mês ou não. Debates entre igrejas e a sociedade sobre o aborto são frequentes, já que a igreja não aceita a legalização do aborto e a religião no Brasil é tão cultural que mesmo o direito sendo laico, a religião de alguma forma influência nessa não legalização. Objetivamos observar as discursões e reflexões sobre o aborto, verificando as aplicações e o impacto da norma em nossa atual sociedade, procurando fazer uma conexão entre os fatos e argumentações passadas em comparação ao momento atual de discursões e novas ideias sobre o assunto no Estado em que vivemos. Sendo estimulados por novos entendimentos do STF e debates sociais sobre a temática do aborto. **METODOLOGIA:** A metodologia usada para esse projeto foi através do método cartográfico, baseando-se na escala: apresentando levantamentos de informações sobre a legalização do aborto no

Brasil; A projeção: sendo a apresentação de como a legalização do aborto se projeta no Brasil; e a simbolização: apontando qual a intenção e objetivo do projeto. O projeto nos possibilita uma aprendizagem significativa para a nossa vida acadêmica sobre o aborto, trazendo consigo fatos, normas, exemplos e, assim, fomentando uma discussão de viés acadêmico sobre a legalidade do ato, analisado a partir de levantamentos bibliográficos, da Constituição Federal, Código Penal e do Pacto San José da Costa Rica, proporcionando uma visão maior e mais específica sobre esse fato social, trazendo suas implicações e sua repercussão na sociedade sob a ótica da política, da moral, social, histórica, jurídica, econômica e religiosa. Dessa forma, o nosso projeto apresenta encaminhamentos metodológicos de caráter essencialmente qualitativos, uma vez que nossas conclusões e levantamentos estão baseados em doutrinas, jurisprudências, trabalhos acadêmicos e afins. Não obstante, não descartamos a importância de encaminhamentos quantitativos, já que é necessário sair da teoria e, também, analisar como o aborto acontece na prática. Procuramos levantar dados estatísticos para melhor entendermos esse debate sobre a legalização do aborto, seguindo dados da pesquisa nacional do aborto, e através desses dados exporem o quão grande é o número de abortos em nosso país, ou seja, as pessoas não estão em conformidade a lei, já que existem tantos casos de abortos feitos em clínicas clandestinas ou usando-se de medicamentos abortivos. Iremos, portanto, trabalhar com esses dados de maneira a conscientizar e promover reflexões a sociedade brasileira, buscando também o entendimento do STF, da medicina e de outras fontes para compreendermos melhor o caso jurídico abordado em nosso projeto. Pesquisamos como a sociedade lida com esse assunto, visto que ainda é considerado um tabu, trazendo a posição do movimento feminista quanto a isso, que é um dos maiores grupos que defendem o direito à liberdade da mulher. Além disso, é válido salientar que, mesmo o aborto sendo expressamente ilegal (exceto casos específicos também exemplificados), há um caso em que ocorreu uma exceção quanto à decisão do STF. Baseado em nossa pesquisa podemos entender claramente que o aborto é e sempre será um tema que gera polêmica. No entanto, a intenção desse projeto é analisar supostas falhas que existem em nossa norma jurídica, buscar fazer com que a sociedade se informe sobre a esse fato e alertá-los sobre os riscos que isso pode acarretar. Temos, também, o propósito de esclarecer do nosso ponto de vista a divergência da norma que, uma hora, opta pela vida da mulher e outra, pela do bebê, contudo podemos obter e expor um conhecimento amplo acerca do que ocorre sobre a possível legalização do aborto no Brasil.

REVISÃO DA LITERATURA: Segundo Alves (2006) O aborto é um atentado covarde a vida, no qual o mesmo defende a vida intrauterina. Compactuando com esse contexto, conforme Diniz (2006), doutrinadora pró-vida, legalizar o aborto seria violar o direito à vida e considerar a vida extrauterina mais importante do que a intrauterina. Além disso, há discussões cujo interesse é também abortar legalmente em casos de deficiência, que para ela, poderia ser compreendido como eugenia. De acordo com o código penal, decreto lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940, artigos 124 aos 127 prever punições a quem cometer a prática do aborto, Já no artigo 128 mostra que não é punido o aborto quando necessário, como em caso de gravidez resultante de estupro e se não há outro meio de salvar a vida da gestante. Como podemos ver a seguir:

Código Penal – Decreto Lei nº 2848/40

Art. 124 – Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque: (Vide ADPF 54)

Pena – detenção, de um a três anos.

Aborto provocado por terceiro

Art. 125 – Provocar aborto, sem o consentimento da gestante:

Pena – reclusão, de três a dez anos.

Art. 126 – Provocar aborto com o consentimento da gestante: (Vide ADPF 54)

Pena – reclusão, de um a quatro anos.

Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência forma qualificada.

Art. 127 - As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte.

Art. 128 – Não se pune o aborto praticado por médico: (Vide ADPF 54)

Aborto necessário

I – Se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

Aborto no caso de gravidez resultante de estupro

II – Se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

(BRASIL, 1940).

Entretanto, para o ex-ministro da saúde, José Gomes Temporão, afirma que o aborto é uma questão de saúde pública, assim defendendo a liberdade da mulher (TEMPORÃO, 2010 apud BOGHOSSIAN, 2010). Sarmiento (2005), em seu artigo “Legalização do aborto e constituição”, menciona o conflito de alguns direitos fundamentais, como a liberdade da mulher e a vida intrauterina, não manifestando seu posicionamento, mas apresentando essas duas realidades. Além disso, conclui que a lei precisa ser modificada. Outro autor que disserta sobre a temática, Genival Veloso de França além de apresentar suas opiniões, traz alguns posicionamentos de outros autores e personalidades, como também defende o Direito considerado mais importante, o direito de viver. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A prática do aborto passou a ser criminalizado no Brasil em 1940 e de acordo com o atual Código Penal brasileiro vigente, decreto lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940, dos artigos 124 aos 127 prever punições a quem cometer esse crime. Já no artigo 128, apresenta que não é punido o aborto quando necessário, como em casos de gravidez resultante de estupro e se não há outro meio de salvar a vida da gestante. A partir de 2012 a Constituição passou a aceitar a exceção em caso de feto anencefálico, desde que exista a comprovação de documentos. Ademais, em nossa constituição é previsto no artigo 5º o direito à vida que de certa forma tem uma ligação direta com o aborto, ou seja, entende-se que é contra a prática abortiva, já que o aborto interfere na vida intrauterina. Sobre esse aspecto, podemos citar Alexy (1985), um dos mais influentes filósofos do Direito alemão contemporâneo, que em sua obra teoria dos direitos fundamentais cita que quando dois direitos fundamentais entram em conflito, acha necessário compará-los e ponderá-los, ou seja, pondo em voga qual o direito é mais importante. Então, trazendo ao tema, qual é o direito mais importante para ser preservado: a liberdade ou a vida? De acordo com Diniz (2006), doutrinadora pró-vida, legalizar o aborto seria violar o direito à vida e considerar a vida extrauterina mais importante do que a intrauterina. Além disso, há discussões cujo interesse é

também abortar legalmente em casos de deficiência, que poderia ser compreendido como eugenia. No entanto, a OMS relata que a criminalização dessa prática não reduz o número de abortos, ao contrário, isso faz com que aumente os procedimentos inseguros. Além disso, o Ministério da saúde durante anos lança campanhas que divulgam métodos contraceptivos. Um dos métodos mais utilizados entre as mulheres são os comprimidos anticoncepcionais, mas muitas vezes esses anticoncepcionais perdem sua eficácia e a falta de informação sobre esse aspecto leva as mulheres a não utilizá-los de maneira adequada. Entretanto, a problemática ocorre, uma vez que, a norma não possui eficácia, pois na última década aconteceram cerca de 9,5 e 12 milhões casos de abortos praticados no Brasil. De acordo com a Folha de São Paulo, nos últimos dez anos o Sistema Único de Saúde gastou R\$ 486 milhões com internações para tratar complicações do aborto, sendo 75% deles provocados. De 2008 até 2017, 2,1 milhões de mulheres foram internadas no Brasil. Além disso, em quase um terço deles, houve sérias complicações após o aborto, como hemorragias e infecções. Ao menos 4.455 mulheres morreram de 2000 a 2016, todos esses dados constantes no relatório do Ministério da Saúde entregue ao Supremo Tribunal Federal para discussão sobre a descriminalização do aborto. A questão vai mais além, Lenise Garcia, professora da UnB e presidente do Movimento Brasil sem aborto, afirma que essa prática na maioria das vezes acontece não como opção da mulher, mas como imposição masculina e por falta de apoio, seja familiar ou ligada a condição financeira.

CONCLUSÃO: De acordo com esses dados é fato que a ilegalidade não faz com que a prática seja impedida. Podemos afirmar que a prática é um fato social com diversas consequências, porque além da perda da vida embrionária, em diversos casos as mulheres também morrem. Ocorre que o problema também é relacionado à saúde pública, saúde essa totalmente defasada e escassa de qualidade, além disso, é notório o conflito da norma, pois nesse caso não é compreendido qual direito é resguardado: a vida ou a liberdade. Nesse contexto, percebemos que é extremamente importante a utilização de políticas públicas, o que a mulher precisa é de ajuda e compreensão. A solução da problemática encontra-se na educação, no apoio familiar, na informação. Além da intensificação de conhecimento sobre os métodos contraceptivos e o acesso a esses métodos de maneira facilitada e barata que auxiliam na prevenção, assim evitando a gravidez indesejada e consequentemente evitando aborto. Diante da situação, o Estado tem o dever ativo de colaborar e tornar o acesso ao conhecimento a população. Porque o problema está na base, afetado por diversos fatores, sejam educacionais, financeiros e psicológicos. É importante também a observância ao planejamento familiar, que é assegurado pela Constituição Federal e também pela Lei nº 9.263, de 1996, o planejamento familiar auxilia os casais que pretendem ter filhos, como também retardar o crescimento familiar, assim evitando a gravidez indesejada.

REFERÊNCIAS

ALVES, Paulo César de F. **Aborto:** um atentado covarde à vida. RN: Gráfica do RN empresa jornalística, 2006.

BOGHOSSIAN, Bruno. **Aborto é uma questão de saúde pública**: afirma Temporão. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,aborto-e-uma-questao-de-saude-publica-afirma-temporao,626538>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 maio 2017.

_____. **Lei nº 9.263 de 12 de janeiro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9263.htm. Acesso em: 16 maio 2017.

CIARDO, Fernanda. **Do aborto** – Artigo 124 a 128 do Código Penal. Disponível em: <https://ferciardo.jusbrasil.com.br/artigos/177420435/do-aborto-artigo-124-a-128-do-codigo-penal>. Acesso em: 20 abr. 2017.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciênc. saúde coletiva**. v. 22, n.2, p.653-660, 2017.

FRANÇA, Genival Veloso de. **Aborto**: Breves reflexões sobre o direito de viver. Disponível em: http://www.revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/440/323. Acesso em: 16 maio 2017.

OLIVEIRA JÚNIOR, Eudes Quintino. **O início da vida, segundo o Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <https://espaco-vital.jusbrasil.com.br/noticias/24937/o-inicio-da-vida-segundo-o-supremo-tribunal-federal>. Acesso em: 20 abr. 2017.

VENTURA, Manoel. **STF abre brecha para permitir aborto até o terceiro mês de gravidez**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/stf-abre-brecha-para-permitir-aborto-ate-terceiro-mes-de-gravidez-20563925>. Acesso em: 20 abr. 2017.

O EXERCÍCIO ARBITRÁRIO DA AUTOTUTELA: LINCHAMENTO

AUTORES:

Marcella Juliane Langer

Marcilia Pereira de Melo

Thalia Ryale e Silva

RESUMO: A fim de constatar o caráter punitivo dos linchamentos no Brasil surge a necessidade de verificar naqueles que cometem ou apoiam os atos trazendo para si o *ius puniendi* pertencente ao Estado-Juiz, já que as vítimas são afastadas dos princípios constitucionais tutelados pelo Estado Democrático.

Palavras-chave: Linchamento. Autotutela Penal. Estado Democrático de Direito.

INTRODUÇÃO: Transvestida de justiça, a autotutela penal realizada no âmbito privado, decorre da análise de culpa de um suposto agente criminoso com caráter marcadamente punitivo, evidencia a prática do linchamento na sociedade contemporânea e emerge daqueles que cometem a referida conduta, rogando para si o direito de punir, próprio do Estado. Os atos de linchamento são cruéis e afastam as vítimas de diversos princípios que são garantidos constitucionalmente, quais sejam: a dignidade da pessoa humana, presunção da inocência, devido processo legal, ampla defesa e contraditório, dentre outros protegidos pelo Estado Democrático de Direito, conforme o artigo 5º, Constituição Federal. Levados pelo sentimento coletivo de injustiça ou ineficiência da segurança exercida pelo Estado, ocorre a prática de um crime a fim de combater outro crime, buscando a retomada da ordem, haja vista a sensação de anomia, fruto de leis defasadas e uma força policial repressiva estatal incapaz de controlar a criminalidade nos pequenos e grandes centros urbanos. Diante disso, surge a mídia, favorecida pela rápida multiplicação de informações pelas redes sociais, alarmam o senso comum, disseminando violência e legitimando as atitudes lynchadoras em face do sentimento de ineficiência com as medidas protetivas adotadas pelo Estado. Nesse contexto, pode-se exemplificar um caso concreto ocorrido em 03 de maio de 2014 em que a dona de casa Fabiane Maria De Jesus, 33 anos, casada, mãe de duas filhas foi linchada em praça pública, veio a óbito dois dias após o ocorrido, o crime aconteceu no Bairro de Morrinhos III, Guarujá (SP)³². O crime contra Fabiane foi devido a uma notícia falsa que se espalhou pela internet, através de uma publicação nas redes sociais, de um retrato falado de uma mulher que supostamente era uma sequestradora de crianças e utilizava essas mesmas crianças para executar rituais de magia negra. Em questão de minutos a notícia se espalhou e a foto divulgada levou algumas pessoas pensarem que Fabiane seria autora de tal crime. Professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), José de Souza Martins iniciou suas investigações sobre

³² CRIMINAIS, CANAL CIÊNCIAS. **Autotutela do Século XXI: O Linchamento de Fabiane Maria de Jesus.** Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/569150377/autotutela-do-seculo-xxi-o-linchamento-de-fabiane-maria-de-jesus>. Acesso em: 04 set. 2018.

os linchamentos na década de 1970, descreve em sua obra a crueldade praticada pelos linchamentos:

A violência coletiva se manifesta entre nós, sobretudo nos linchamentos praticados, não raro, por multidões. Violência quase sempre cruel, expressão de uma concepção fundante do que é o humano e do que não o é entre nós, é marcada por uma grande diversidade de procedimentos violentos, que vão da perseguição à vítima, seu apedrejamento, as pauladas, socos e pontapés, à sujeição física, ao arrastá-la, mutilá-la e queimá-la, mesmo estando ainda viva (MARTINS, 2015).

Nos últimos 60 anos, mais de 1 milhão de brasileiros já participou de um ato linchador. Os números mostram que a prática se tornou um componente da realidade social brasileira, deixando de se apresentar como atitudes isoladas. O levantamento revelou casos concentrados principalmente entre 1945 e 1998. Desses, 2.579 indivíduos foram alcançados por tentativas e linchamentos consumados e apenas 1.150 (44,6%) foram salvos. Entre eles, 782 (64%) foram mortos e 439 (36%) feridos, segundo mostra o estudo. Com a inexistência de dados oficiais sobre o tema, o monitoramento foi realizado com a ajuda das notícias divulgadas pela imprensa, o que sugere que os números podem ser ainda maiores. Os justiceiros, como são conhecidos pela mídia nacional, surgem em um momento em que estes enjeitam, ainda que por segundos, a percepção moral, ética, jurídica e social para aprisionamento, julgamento e punição com as “próprias mãos” (por meios não legais), naquele em que o Estado não conseguiu cumprir o seu dever de regular a conduta dos seus governados, excluindo o devido processo legal, princípio da ampla defesa e princípio da proporcionalidade, disseminando a violência, intolerância e retrocesso aos direitos e garantias adquiridos ao longo da história brasileira. Nesse contexto, Estado de Natureza proposto por Thomas Hobbes, defende a máxima em que “o homem é lobo do homem”, no qual um homem se impõe a outro homem pela força e quando a coletividade presencia um crime, percebendo a ausência de uma proteção legítima, cujo aparato seria Estatal, praticam atos de violência ilegítima para que haja a punição a fim de retribuir o mal causado pelo infrator. Sendo assim, fica nítido que a prática de linchamentos no Brasil, demonstra o grau de imperativo presente na sociedade, filiado ao sentimento de impunidade e insegurança, almeja o reestabelecimento da ordem perdida. Em que se pese, é impossível o Estado estar presente em todas as situações que um bem jurídico está sofrendo alguma ameaça ou até mesmo haja violação, existem previsões legais, em casos determinados, para o exercício legítimo da autotutela, mas em nenhuma previsão se atribui a transferência do poder de punir do Estado à sociedade. **METODOLOGIA:** Seguindo a proposta do método cartográfico o artigo a ser realizado, na qual a temática do exercício arbitrário da autotutela, sendo o fenômeno do linchamento nitidamente um fato social, vivenciado nos grandes e pequenos centros urbanos, geralmente observável na faixa social mais baixa. A escala cartográfica se encontra explícita na problematização do linchamento, envolvendo a ineficiência do Estado garantidor da segurança e integridade física e a consequente sensação de impunidade da população, bem como a efetividade acerca dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal e a imperatividade do Código Penal. haja vista a complexidade do fato e sua abordagem de forma ampla, buscaremos a realidade de forma objetiva proporcionando um melhor desenvolvimento de pesquisa. Sendo assim, projetaremos a nossa

discussão a partir da violação aos direitos e garantias fundamentais ao criminoso, como também o crime cometido por àqueles que usurpam o *ius puniendi* do Estado, na tentativa de “fazer justiça com as próprias mãos”. Conforme o exposto, nosso trabalho será elaborado tendo em vista os aspectos sociais e jurídicos, ou seja, na observância do fato social e a aplicação do Direito. Logo, o método escolhido nos auxiliou na estrutura e organização do projeto, remetendo ilegitimidade dos linchamentos, no exercício arbitrário da autotutela. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Devido ao aumento preocupante de casos de linchamento, ondas de hostilidade e ódio estão cada vez mais visíveis nos grandes e pequenos centros urbanos, como uma resposta da sociedade à violência em face da sensação de impunidade cada vez mais presente, e da consequente ineficiência do Estado na garantia de segurança e das liberdades individuais, fato este que se agravou através de décadas de plena inércia do poder público ante as diferenças sociais. Porém, nítido após o presente estudo feito, diferentemente da justiça exercida pelo Estado, a ação do povo necessariamente não obedece aos princípios legais, que foram os responsáveis pela germinação do ordenamento de leis positivadas, fruto de uma evolução jurídica, que atravessou os princípios consuetudinários e desembarcou em nosso tempo na forma de um ordenamento baseado na justiça e cidadania. O linchamento não é classificado como um tipo penal, mas, pode ser tipificado por homicídio ou lesão corporal. A chamada “justiça com as próprias mãos” nega, em primeiro plano, o respeito aos direitos humanos, sendo este um direito natural essencial para a planificação da individualidade do homem como ser humano e da vida como um bem jurídico supremo, indiferente de cor, raça e credo. Assim, a despeito dessa prática social, o artigo 345, do Código Penal brasileiro, nos traz à baila a seguinte proposição: “Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite. Pena – detenção, de quinze dias a um mês ou multa além da pena correspondente violência”. A possibilidade de resolução de conflitos resultantes das relações sociais do dia a dia, nas quais o Estado não consegue se fazer presente, é autorizado pelo ordenamento jurídico pátrio a autotutela penal como via exceção: O Código Civil, por exemplo, homenageia o direito de retenção ao possuidor de boa-fé que tenha realizado benfeitorias necessárias no imóvel (art. 1.219, CC), o desforço imediato (art. 1.210, CC) e o penhor legal (art. 1470, CC). O Código Penal prestigia a autotutela como meio de defesa do indivíduo ao mal injusto causado, não configurando crime a prática do fato cometido em estado de necessidade, legítima defesa ou no estrito cumprimento do dever legal, bem como no exercício regular de direito, consoante previsão do art. 23 do CP, além da própria prisão em flagrante delito que pode ser realizada por qualquer do povo, conforme se denota da leitura do art. 301 do CPP. Entretanto, fora das concessões penais, é sabido que a morte de um ser humano, taxado previamente como criminoso pelas mãos das vítimas destes, apenas transmudam-se de agressores, sob a alegação de uma justiça pessoal e particular, sem um embasamento legal cabível, transmutando-se no exercício ilegal da aplicação da legislação penal em vigor. Além disso, verificaremos que o Código Penal prestigia a autotutela como meio de defesa do indivíduo, não configurando crime nos casos de estado de necessidade, legítima defesa, no estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito, conforme previsão no artigo 23, do CP, termos jurídicos este estabelecidos para o equilíbrio social. Assim, o Direito não tipifica de todo a autotutela, reservando-a para casos excepcionais em que a tutela

do Estado não pode ou não necessita estar presente. Depreende-se total ilegalidade a resposta dada pelas vítimas de violência, haja vista persistir ainda que a pretensão da sociedade seja considerada legítima, como por exemplo, linchamento como vingança de um homicídio. Ora, o perigo consiste no próprio ato de uma vingança transvestida de justiça social, ser insaciável e resultar, na maioria das vezes, a morte dos criminosos. Entretanto, apenas transmudam-se de agressores sob a alegação de justiça. A imperatividade típica da legislação penal, promove uma luta contra a vingança privada já em tempos primórdios legítima, apesar de crescente limitação do poder punitivo, o *ius puniendi*, permanecendo no Estado, não devendo a sociedade usurpar essa atribuição. Nesse sentido, o processualista Tourinho Filho (2003, p. 10) registrou: “A princípio, o Estado disciplinou a autodefesa. Mais tarde, despontou em algumas civilizações sua proibição, quanto a certas relações, a certos conflitos. E, assim, aos poucos, foi-se acentuando a intervenção do Estado, culminando por vedá-la” [...] O direito penal passa a ser concebido como um sistema racional de minimizar a violência e do arbítrio punitivo, bem como a exponencial da liberdade de da segurança dos cidadãos. A imperatividade posta pelo Estado promove estabilidade social, dispondo de um sistema normativo que apresente modelos de conduta, castigando atos possam colocar em perigo a coletividade, têm-se a importância da criminalização do “exercício arbitrário das próprias razões, como já supracitado artigo 345 do Código Penal. Dessa forma, mesmo sendo a legítima pretensão a represália da sociedade, é o Estado e não o particular, quem deve realizar os feitos para a resolução do conflito, a fim de efetivar as garantias fundamentais e o exercício da autotutela sempre permitido excepcionalmente. Assim estabelece-se mecanismos sólidos para o desenvolvimento e estruturação de uma sociedade livre, justa e solidária. A Constituição de 1988, em seu artigo 5º e seguintes, estabeleceu o Estado Democrático de Direito assegurando o exercício dos direitos e garantias sociais e individuais, como ainda a previsão de responsabilidades ao Estado e à sociedade para a concretização de tais direitos, com a finalidade de que o indivíduo viva exercendo um mínimo de dignidade, fato indispensável à pessoa humana, privilegiando a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Na contra mão da concessão dessas garantias, encontram-se aqueles que defendem a repressão e a violência para o reestabelecimento da “harmonia social” e este contínuo debate excede os limites do debate político nacional e converge na trajetória internacional na efetivação dos direitos humanos, na gradativa busca de conseguirmos um mundo mais civilizado. O princípio da humanidade das penas pode ser entendido que as penas sejam humanas, o tanto quanto possível, sendo este um retorno à obra “Dos delitos e das penas de Cesare Baccaria, no qual constitui um limite à atividade estatal, como ainda às prestações positivas que inerentes ao apenados. Encontra-se em alguns dispositivos do artigo 5º da Constituição Federal, tais como: inciso III, que dispõe que “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante”; inciso XLVI, o qual prevê a individualização da pena; inciso XLVII, referente à vedação das penas de morte, salvo em caso de guerra declarada, de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento, cruéis; inciso XLVIII, que prevê que “a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado”; inciso XLIX, que assegura o respeito à integridade física e moral dos presos e inciso L, o qual assegura às presidiárias o oferecimento de condições para que permaneçam com seus filhos

durante o período da amamentação (BRASIL,1988). Diante disso, é notável o entendimento que o ato de linchamento seja um ato que afronta inteiramente as garantias fundamentais, uma vez executada afasta completamente a existência de um Estado Democrático, em que a prática do linchamento desintegra as estruturas basilares do Direito Constitucional, Direito Penal e Processual penal, sonhando à vítima o direito de defesa, bem como o julgamento por um terceiro imparcial. Nesse sentido, ressalta Marques (2003, p. 32):

A moldagem do processo penal, como contenda entre partes, implica o integral repúdio da forma inquisitiva de procedimento, e no reconhecer, outrossim, que o acusado não é apenas objeto de investigações, mas também sujeito de direitos, ônus, deveres e obrigações dentro do procedimento destinado a apurar da procedência ou não da pretensão punitiva do Estado.

A atividade jurisdicional do Estado, a fim do estabelecimento da solução mais viável e justa aos conflitos postos, somente é exercida equilibradamente no processo, com o respeito e cumprimento as devidas garantias constitucionais das partes, coibindo arbitrariedades e concedendo a oportunidade de criminosos em poder posteriormente voltar à sociedade, já tendo sua retribuição ao mal causado. Além disso, em casos verídicos de linchamentos, é possível verificar que as vítimas, muitas vezes são inocentes, não merecendo a punição recebida, ao passo que nem mesmo se fossem criminosas, também não deveriam fazer jus a desproporcionalidade entre os atos cometidos e a punição sofrida, despida de dignidade e humanidade da sanção. A Lei de Talião, ou lei de retaliação, criado na Mesopotâmia, existia que um criminoso fosse punido proporcionalmente ao dano causado, no Brasil, a figura desses justiceiros sociais, assim acordo com Michel Foucault, citado por Daniel de Souza Lemos *et al.* (2014), a punição estava, no passado, vinculada a ideia de vingança. O progresso humano, ao longo da história, foi alterando essa lógica e o que era a vingança pessoal, ou do clã, passou a ser a vingança do corpo social, que pode ser representado por uma comunidade, ou pelo próprio Estado. Em seguida, a punição surge como uma resposta à agressão sofrida pela sociedade, em que contemporaneamente vemos o retrocesso da ideia primitiva de justiça privada. A partir do entendimento de Martins (2015, p. 55):

O típico linchamento começa com a descoberta do autor de crime que o torna potencial vítima de linchamento, sua perseguição, apedrejamento seguido a pauladas e pontapés, às vezes com a vítima amarrada a um poste, mutilação física, castração em caso de crimes sexuais (com a vítima ainda viva) e queima do corpo. Essas são as sequências mais comuns da violência.

O ceticismo popular para a justiça oficial, origina-se no elitismo do Poder Judiciários, onde diante dele, o povo prefere executar sua própria justiça, a recorrer aos órgãos oficiais. Como nos casos a seguir: O linchamento de Alailton Ferreira, 17 anos, ocorrido aos seis dias de abril de dois mil e quatorze foi noticiado pela imprensa jornalística nacional, por meio diversos noticiários, dentre eles os jornais online A Gazeta e Carta Capital. De acordo com a notícia (JOVEM..., 2014, online) intitulada por “Jovem espancado por moradores do bairro Vista da Serra II morre em hospital” descreveu o bárbaro linchamento do menor de idade causado acusações controversas, para alguns, ele teria, supostamente, cometido um estupro contra uma criança naquele bairro, e, para outros linchadores, o jovem seria um ladrão, todavia,

a notícia evidencia o fato de não haver nenhum registro de ocorrência, noticiando o fato às autoridades locais. o rapaz foi atingido por inúmeros chutes na cabeça e nas costas, alguns assistiram e gravaram vídeos que, posteriormente, foram publicados em redes sociais e Youtube.³³ Outro caso de linchamento ocorrido no ano de 2014 foi o que vitimou o professor de história, André Luiz Ribeiro, negro de 27 anos, que praticava sua corrida quando foi acusado de roubar um bar na região onde se encontrava.³⁴ De acordo com D'Agostino (2014, online), em página criada para noticiar especificamente atos de linchamento, denominada “Dias de Intolerância”, narra que aos vinte e cinco dias de junho de 2014, na periferia da zona sul da capital paulista, André estava praticando corrida, quando foi surpreendido por dois homens, o dono do bar assaltado e seu filho, em um fusca vermelho, eles desceram do carro e começaram a espanca-lo. O homem dizia que André havia assaltado seu bar. Foi imobilizado, acorrentado e agredido, mesmo dizendo ser inocente e professor. Aos dois homens, somaram-se de 15 a 30 pessoas. Tentaram quebrar suas pernas. Apontado como ladrão, acorrentado e brutalmente espancado por dezenas de pessoas, André relatou que o dono do bar assaltado já tinha mandado o filho buscar um facão quando os bombeiros chegaram. André foi socorrido por bombeiros que passavam no local. No entanto, para que a proteção fosse efetivada e a violência cessasse, André teve que provar que era professor, inocente e não bandido que merecia a violência deflagrada, respondendo a um dos bombeiros questões sobre a Revolução Francesa. Apenas assim, com a comprovação de que André era mesmo professor de História, entendeu-se tratar-se de um equívoco em que um inocente havia sido confundido com um criminoso e por isso linchado. Nos casos em comento, constata-se uma genuína forma de linchamento, onde a vítima foi condenada e executada pela massa linchadora, sem qualquer direito fundamental ou indícios de materialidade de fato delitivo, ocorrendo uma execução sumária que resultou na morte de um menor incapaz. Na grande maioria dos casos de linchamento, quando a vítima é resgatada pela polícia, os participantes da massa linchadora não são presos ou julgados, uma vez que a ação por ser coletiva, dificulte a identificação dos sujeitos, como também as autoridades públicas, simplesmente preferiram não prender esses infratores, talvez por ver no “justiçamento” a sua própria legitimidade. Nesse interim, o consequente aumento do número de crimes, bem como a insuficiência das instituições de segurança do Estado, a mídia sensacionalista esgota na sua integralidade os crimes bárbaros, passam a ser replicados em redes sociais, ocasionando grande repercussão, fomentando o clamor social por segurança e impotência, surgindo o sentimento de tomar para si a execução da justiça. Entretanto, em que se pese os linchadores procurarem o reestabelecimento da ordem, especialmente no Brasil, essa forma de se chegar a justiça, constitui uma tentativa fracassada, haja vista o linchamento constituir uma forma de violência, embora coletiva, as quais vitimiza pessoas inocentes, que sequer havia infringido o ordenamento jurídico. Logo, propomos a caracterização do linchamento ser a temporalidade, impunibilidade, anomicidade e imprevisibilidade. Os atos linchadores são quase sempre imprevisíveis, principalmente diante de crimes patrimoniais ou cometidos contra a pessoa, o popular sem conhecimento

³³ Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2014/04/pecam-perdao-deus-diz-mae-de-jovem-espancado-ate-morte-no-es.html>. Acesso em: 20 out. 2018

³⁴ Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,linchamentos-crime-ou-justica-popular,55292.html>. Acesso em: 20 out. 2018.

afundo acerca do fato, une-se aos demais, com o intuito de punição, da forma mais primitiva; A impunibilidade em decorrência da dificuldade de identificação de quem propriamente cometeu as ações linchadoras, pois geralmente são cometidos em coletividade; a temporalidade, em decorrência do sentimento do cidadão de que a justiça estatal ser morosa, sendo o linchamento o meio mais eficiente e rápido de retribuição ao suposto mal causado e anomie, pela sensação da sociedade na ausência de normas eficientes para a proteção destes. Portanto, a ação de justiça por parte do povo, acrescentada pela emotividade do momento, a sede de vingança, a ineficiência e ausência do Estado, nas suas diversas formas de Poder, dentre outros fatores sociais, é tida como conduta inapropriada, e não deve ser utilizada como argumento da ineficiência do Estado e o sentimento de dever de proteger, uma vez que é o momento em que há total abdicação ao “pacto social”, em que o justiceiro faz sua própria lei; Juiz e executor da Lei ao mesmo tempo, chegando a igualar-se à ação tipicamente criminológica, nivelando sua conduta pessoal aos meandros daqueles que verdadeiramente são os transgressores da Lei.

CONCLUSÃO: Dado o exposto, por meio de uma leitura mais detalhada concluímos que a prática o fenômeno do linchamento necessita de uma interpretação intensa daquilo que superficialmente se mostra. Preliminarmente, se faz necessário suplantarmos o entendimento que o considera somente um ato de barbárie munido de uma violenta massa agressora que corre atrás da vingança, independente de seus argumentos de fazer justiça. Além disso, a constante presença de linchamentos ao longo da história da pena fora omitida justamente por ser considerada uma espécie de violência arbitrária. Destarte, previamente, a prática do linchamento é entendida como manifestação de descontentamento da população perante as inércias e falta de eficiência das instituições estatais e alarmada pela frequente sensação de insegurança, na tentativa de sanar essa ausência, os conflitos que surgem em seu interior, em outro momento os linchamentos se mostram como nítida entoação de uma racionalidade desumanizadora, intolerante, estigmatizante e excludente que permanece na sociedade brasileira. A fim de proporcionar uma reflexão e um entendimento jusfilosófico, pode-se demonstrar a existência do Estado Democrático de Direito verificado no Brasil, em que cada estado dispõe da liberdade de desenvolver sua política de segurança não desonerando da União a prerrogativa de estabelecer leis sobre o assunto acaso necessário e desempenhando, desta forma, as garantias fundamentais estabelecidas pela Constituição Federal, surgindo a anomia, consistindo na situação social produzida pelo enfraquecimento dos vínculos sociais e pela perda da capacidade da sociedade regular o comportamento dos indivíduos, gerando, por exemplo, fenômenos sociais como o linchamento, quando o poder de punir é de competência exclusiva do Estado, visto que superada a vingança privada, a justiça feita com as próprias mãos, deve ser isolada para a manutenção de um Contrato social vigente no Estado Democrático. A ser considerado os ensinamentos de Foucault e Kant, verifica-se que nas práticas de linchamento sobrevive um homem que não faça uso da razão tem-se que tais práticas na vigência de um Estado Democrático de Direito enfraquece a justiça formal, substituindo-se pela vingança, produzindo uma deturpação de valores conquistados ao longo da evolução histórica da sociedade, sejam as garantias fundamentais. No que se refere à crescente adesão do linchamento e o senso comum disseminado pela mídia, pode-se observar de forma minuciosa a temerária situação pela qual a sociedade brasileira atravessa, pois, tais justificativas que são

utilizadas para a explicação dos atos de linchar são de forma precipitadas e incapazes de verificar o prejuízo causado á sociedade, pode-se citar inúmeros casos de pessoas que incitam a violência legitimando o uso desta para fins de “legítima defesa coletiva”. Andrade (2007, p. 9-10) explica que:

Os meios de comunicação social de massas, conscientes da parcela de poder que possuem, e cientes desta expectativa social por justiça, por vezes extrapolam suas funções, assumindo tarefas que não lhe dizem respeito, inerentes à função judiciária. A influência da mídia abarca a compreensão que a própria sociedade tem de si e das diversas instituições que a cercam. Um de seus principais meios de ingerência é sua capacidade de fixar a pauta temática das discussões sociais.

Em virtude do senso comum, faz-se necessário uma abordagem de forma crítica da legitimidade do linchamento, como modalidade do exercício irregular do exercício ilegítimo da autotutela comprovando a chamada “coexistência de tempos diferentes”, pois, apesar de ser de certa forma uma conduta ilegal, tem sido apoiada por grande parcela da população como uma suposta forma legítima de justiça perante a ineficiência estatal em efetivar as garantias fundamentais. Esse problema se torna mais agravante pelo fato de não existir tipificação penal para o ato de linchar no ordenamento jurídico, sustentando o aguardo do resultado do ato pelo Estado, não impedindo nem proibindo a sua prática, ao contrário, promovendo mais fomento. Foi demonstrado certa preocupação de alguns membros do poder legislativo quando levou-se em plenário um discussão e alerta acerca de uns movimentos linchadores, contudo, somente um projeto de lei, o PL 7.544 de 2014³⁵ foi proposto, o qual não possui nem de longe poder de prevenir o linchamento. Nunca se esteve tão em evidência a atual necessidade de o indivíduo exercer sua proteção pelas próprias mãos. O executivo demonstra total ineficácia na prevenção e combate de tal procedência de movimentos, da mesma forma, se demonstra incapaz de combater a crescente demanda de violência e insegurança, o que por sua vez enfraquece a ideia de Estado Democrático de Direito da proibição do exercício arbitrário da autotutela. Por fim, constata-se que o presente trabalho atingiu os seus objetivos na exploração do instituto do linchamento, com a utilização de ampla bibliografia, a partir de estudiosos, especialistas no assunto, como também autoridades. Percebemos que o justicamento popular, consiste em um crime coletivo como forma de protesto a ineficiência do Estado. Há uma dupla moral envolta ao fenômeno do linchamento, quais sejam o popular e o legal. A legitimidade do linchamento, resta superado o fato que o *ius puniendi* é estatal intransferível diante da sua ilegitimidade, inutilidade e falta de proporcionalidade que ensejam os atos revolucionários de linchar. Destarte, mediante as crises e conflitos pelos quais o Estado Democrático brasileiro vem passando, permite que o povo temeroso e ao mesmo tempo movido por revolta com a realidade, rente ao cliente, unem-se e torna-se juiz e executor. Para mudar esta realidade o Estado deverão procurar meios de mudar a credibilidade popular. Resta claro, por fim, que não há como controlar crimes, cometendo outro, como também não se pune um infrator, tornando-se um criminoso. Não se faz justiça agindo de forma arbitrária, criando um novo problema social, nem muito menos se deve condenar, sem o devido processo legal.

³⁵ Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=615049>.

REFERÊNCIAS

BODART, Cristiano das Neves. **O que é Anomia?** Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/o-que-e-anomia/>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 26 ago. 2018.

CAMARGO, Daniel Marques de. **Justiça com as próprias mãos: A sociedade e o direito**. Disponível em: <https://danieldecamargo.jusbrasil.com.br/artigos/139694809/justica-com-as-proprias-maos-a-sociedade-e-o-direito>. Acesso em: 26 ago. 2018.

CRIMINAIS,CANAL CIENCIAS. **Autotutela do Século XXI: O Linchamento de Fabiane Maria de Jesus**. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/569150377/autotutela-do-seculo-xxi-o-linchamento-de-fabiane-maria-de-jesus>. Acesso em: 04 set. 2018.

LAURETT, Jussara. **Responsabilidade do Estado frente aos Linchamentos**. Disponível em: <https://Jclaurett.Jusbrasil.Com.Br/Artigos/263354065/A-Responsabilidade-Do-Estado-Frente-Os-Linchamentos>. Acesso em: 02 set. 2018.

PEREIRA, Beatriz de Oliveira. **“(IN) Justiça Com as Próprias Mãos” e Primitivismo: uma Ameaça ao Estado Democrático de Direito**. Disponível em: <https://betrizopereira.jusbrasil.com.br/artigos/402135877/in-justica-com-as-proprias-maos-e-primitivismo-uma-ameaca-ao-estado-democratico-de-direito>. Acesso em: 26 ago. 2018.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - DESAFIOS NOS ÂMBITOS JURÍDICO E SOCIAL

AUTORES:

Ellen Thais da Costa Medeiros Alves
Maria Eduarda de Medeiros Rodrigues
Rayanne Beatriz Costa Ferreira
Amanda Saboya Cardoso da Silva

RESUMO: O presente trabalho apresenta uma abordagem sobre a violência contra a mulher, objetivando compreender a perpetuação desse tipo de violência, analisando a norma utilizada para inibir essa problemática e algumas dificuldades que a mesma enfrenta em sua aplicação e trazer propostas para a sua melhor efetivação nos âmbitos jurídico e social.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Desafios. Norma.

INTRODUÇÃO: Em pleno século XXI vivemos e nos movemos em um país onde o índice de violência praticados contra a mulher ainda existem e têm aumentado nos quatro cantos do Brasil; vivemos um paradoxo, a modernização e a dita civilização tendo que conviver com a barbárie que se encontra no tratamento violento e desumano dispensado a muitas mulheres brasileiras. A história da humanidade registra que em várias sociedades, épocas e locais diferentes, as mulheres foram dominadas pelos homens, revelando seu caráter machista e conservador, onde o homem aparece não somente como único provedor da família, mas também como aquele que detém poderes sobre seus filhos e a sua mulher. Inclusive, o de praticar castigos físicos e psicológicos contra seus familiares. A Pesquisa Data Senado – Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 2017 revela um aumento de 18%, em 2015, para 29%, em 2017, no número de mulheres que declararam ter sofrido algum tipo de violência doméstica. Também, 56%, em 2015, e 71%, em 2017, declararam conhecer alguma mulher que já sofreu violência doméstica. Entre as negras o percentual é maior. Das que se declaram pardas, 76% informaram ter sido vítima de violência física e 11% de violência sexual, enquanto das que se declaram pretas, 65% relatam ter sofrido violência física e 27% violência sexual. (GRAZZIOTIN, 2017). As estatísticas da violência contra a mulher elucidam que os desafios são muitos e os números preocupantes. A violência contra a mulher é uma das questões estruturantes das desigualdades entre homens e mulheres, fruto do patriarcado e do machismo, que garante a submissão de uma pessoa por outra e está em todas as classes sociais. Traz elementos como a manutenção de valores comportamentais e tradição que perpassam, cotidianamente, toda sociedade. Entretanto, o que era castigo praticado contra a mulher e considerado ‘normal’, passou a ser tratado como violência e conduta criminosa desde 2006, após o Estado Brasileiro ter sido condenado em 2001 por órgãos internacionais por negligência, omissão e tolerância à violência doméstica contra as mulheres e se viu obrigado a criar um novo dispositivo legal que trouxesse maior eficácia na prevenção e punição da violência doméstica no Brasil. Dispositivo esse, chamado Lei Maria da Penha. O fato que desencadeou essa condenação foi o caso de agressão sofrido da biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que foi espancada covardemente

e sofreu ações de violência pelo seu marido durante 23 anos de casamento. Diante da omissão do Estado brasileiro acerca desse fato, Maria da Penha recorreu á órgãos internacionais. Entretanto, frente á esses órgãos o Brasil não tomou nenhuma medida. Porém, após o Estado Brasileiro ter sido condenado em 2001 foi recomendada a finalização do processo penal do agressor de Maria da Penha (que ocorreu em 2002, com a prisão de seu ex companheiro) a realização de investigações sobre as irregularidades e atrasos no processo e á adoção de políticas públicas voltadas á prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher. Diante disso, faz-se necessário o aprofundamento e discussões sobre a violência contra a mulher, a fim de analisar a situação e os desafios da mesma frente á essa realidade, como também apresentar a metodologia utilizada pela Lei Maria da Penha e as dificuldades que essa lei enfrenta em sua aplicação, além de explanar alguns posicionamentos de autores a respeito da violência doméstica contra a mulher e as políticas de enfrentamento para esse tipo de violência. O objetivo não é esgotar aqui a discussão acerca dessa problemática, mas sim, contribuir para mais debates e proposições sobre as formas de enfrentamento da violência contra a mulher social e juridicamente. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa é o método cartográfico que se deu através de consultas a artigos jurídicos, sites e livros, como por exemplo, Lei Maria da Penha, do autor e senador José Agripino. Na escala é aplicado o fator histórico, que diz respeito á violência contra a mulher no âmbito doméstico ou familiar desde antigamente até os dias atuais, e a postura da mesma dentro da sociedade no decorrer do tempo. O fator social, referente ás causas dessa violência e a sua perpetuação, apesar da criação da Lei Maria da Penha, que tem como objetivo inibir esse tipo de violência e punir os agressores. Na projeção é demonstrada algumas dificuldades que a Lei Maria da Penha enfrenta para ser cumprida integralmente, deixando claro que apenas a Lei não é suficiente para combater a violência contra a mulher, além de se fazer necessário o seu aperfeiçoamento. Porém, ela foi bem concebida e é um importante de combate à referida questão. No simbolismo, é apresentada algumas propostas para a melhor efetivação da Lei no âmbito jurídico e social. **REVISÃO DA LITERATURA:** A Lei Maria da Penha cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Além disso, a Constituição Federal de 1988 assegura a igualdade jurídica entre homens e mulheres em seu artigo 5º, dispondo como princípio a não discriminação por raça, cor, sexo, idade, etnia. Dentre os autores que trabalham o tema, destaca-se Maria, autora do livro ‘ Maria da Penha Lei com nome de mulher: contra violência doméstica e familiar’. A única pretensão do livro é dialógica, numa interlocução voltada, antes de tudo, ás mulheres que encenam, a cada dia , dores multiplicadas e multifacetados exercícios de resistência e luta. Destaca-se também, o livro ‘ Aspectos criminais da Lei Maria da Penha’, do advogado Oliveira. Este tem como objetivo central fazer uma abordagem sobre a repercussão da Lei Maria da Penha no âmbito de sistema de justiça e buscar analisar como tem sido aplicada a Lei Maria da Penha, na prática da sociedade. Outro autor importante é o filósofo e

professor Barbosa, autor do 'Dossiê Violência contra as mulheres'. Seu trabalho, um dos pioneiros no País, começou na década de 1990, já com a perspectiva de gênero. A proposta, à época, era evitar a banalização e impunidade perante a violência doméstica, quando ainda não existia a Lei Maria da Penha e a abordagem jurídica dos casos era baseada na Lei nº 9.099/1995, que minimizava o problema, segundo especialistas, propondo punições alternativas para os agressores, como a doação de cestas básicas. Segundo o filósofo a proposta era uma forma de combater e erradicar a violência contra as mulheres, porque este tipo de crime era visto como um delito de menor poder ofensivo. Porém, isso podia agravar-se e a mulher chegaria até mesmo a correr risco de morte. A autora, Luanna Tomaz de Souza, Mestre em Direito na Universidade Federal do Pará e Doutora em Direito pela Universidade de Coimbra – Portugal, é a escritora do livro “Da Expectativa à Realidade: Aplicação das Sanções na Lei Maria da Penha” mesmo surgindo num contexto que é também de reconhecimento de direitos e de criação de políticas públicas a todas as mulheres, a Lei Maria da Penha aprofunda mecanismos de punição e por isso trouxe muitas expectativas punitivas. Este livro apresenta uma pesquisa de doutorado que tentou verificar em que medida estas perspectivas foram confirmadas, analisando as sanções impostas pelas Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Para a análise foi realizada uma extensa pesquisa de campo verificando as decisões judiciais, as dinâmicas de atuação dos/as agentes do direito nesse espaço e as estruturas institucionais existentes, tais como varas, promotorias, delegacias e núcleos da defensoria. Completando doze anos de sua publicação, a Lei Maria da Penha já fez com que fossem produzidas jurisprudências sobre os tipos de medidas adotadas em casos de violência contra a mulher, a forma de processamento das ações judiciais e as situações amparadas pela legislação especial. Um importante entendimento jurisprudencial do STJ, o qual foi sumulado no Enunciado 536 da corte, que estabelece que “a suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha”. Na prática, isso quer dizer que, independentemente da pena prevista, os crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher não são considerados de menor potencial ofensivo e, justamente por isso, a eles não se aplicam os institutos despenalizadores da Lei nº 9.099/95, como a transação penal e a suspensão condicional do processo. Devido à proximidade e intimidade entre agressores e vítimas, o STJ garante a validade da adoção de medidas protetivas em favor das mulheres submetidas a situações de violência, como a proibição de aproximação, e, especialmente nos casos de descumprimento das medidas, a possibilidade de decretação de prisão preventiva. Em uma dessas situações, a Justiça do Rio Grande do Sul decretou a prisão preventiva de um homem pelo descumprimento reiterado da proibição de aproximação após episódio de violência doméstica. Na decisão, o juiz ressaltou que “o réu mantém o assédio à vítima, apesar da existência de proibição de aproximação. No presente caso, a determinação de medida protetiva de afastamento não parece ser suficiente para que a vítima consiga estar em casa com tranquilidade”. No recurso em Habeas Corpus dirigido ao STJ, a defesa do preso alegou falta de fundamentação do decreto prisional, pois a decisão não estaria apoiada em dados concretos que justificassem a medida. Outra relevante jurisprudência foi decidida em junho de 2002, quando o Plenário do STF afastou a aplicação da Lei 9.099/1995 aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, reconhecendo a constitucionalidade

do artigo 41 da Lei 11.340. Ou seja, uma série de julgamentos do tribunal apontou que os crimes de lesão corporal no âmbito das relações domésticas, ainda que leves ou praticados de forma culposa, serão sempre processados por meio de ação penal pública incondicionada, ou seja, independem da manifestação da pessoa ofendida.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Tendo como parâmetro o que foi abordado anteriormente, podemos dizer que a violência praticada no âmbito familiar ou doméstico contra a mulher é um fato produzido historicamente e reproduzido até hoje, através do pensar, do sentir e do agir de determinados grupos sociais. No entanto, diante dessa problemática foi sancionada a Lei Maria da Penha que tornou crime a violência doméstica praticada contra a mulher, prevendo punições ao agressor e medidas protetivas da vítima, como por exemplo, afastamento do lar, proibição de contato, distanciamento e prisão do agressor. Existem alguns tipos de violência contra as mulheres como a violência sexual, física, psicológica, patrimonial e moral, as quais deixam danos irreparáveis nas vítimas. A Lei, promulgada há 12 anos criou um mecanismo judicial específico: os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres com competência cível e criminal, além de reforçar a atuação das Delegacias de Atendimento à Mulher, da Defensoria Pública e do Ministério Público e da rede de serviços de atenção à mulher em situação de violência doméstica e familiar; Mesmo assim, no Brasil, a situação da mulher não é nada confortável, haja vista que nos últimos anos, as estatísticas e os mapas da violência contra a mulher indicam que esses índices estão aumentando, a ponto de ocorrer cerca de 400 casos de violência doméstica todos os dias em nosso país, incluindo a altíssima taxa de homicídios. (GRAZZIOTIN, 2017). A existência de uma aparente “maior proteção” em favor do gênero feminino tem por finalidade ultrapassar a barreira da igualdade meramente formal para buscar uma igualdade material da mulher face ao homem, equiparando-as à posição destes e compensando eventuais desigualdades historicamente arraigadas em nossa cultura, pois a discussão acerca das desigualdades entre homens e mulheres não é recente, muito pelo contrário: dos gregos antigos até bem pouco tempo atrás, acreditava-se que a mulher era um ser inferior na escala metafísica que dividia os seres humanos, e, por isso, os homens detinham o direito de exercer uma vida pública. Às mulheres, sempre foi reservado um lugar de menor destaque, seus direitos e seus deveres estavam sempre voltados para a criação dos filhos e os cuidados do lar, portanto, para a vida privada. A constituição cidadã de 1988 foi de extrema importância para a história de lutas das mulheres pela igualdade, pois proclamou a igualdade jurídica entre homens e mulheres, estabelecendo a isonomia de direitos civis, sociais e econômicos. Define como princípio do Estado brasileiro a não – discriminação por motivo de sexo, raça e etnia, proíbe a discriminação da mulher no mercado de trabalho e estabelece direitos reprodutivos. Todavia, não é assim que as mulheres são vistas e tratadas, pois, apesar dos avanços na consolidação dos direitos da mulher no mundo, em pleno século XXI ainda não se pode dizer que as mulheres conquistaram uma posição de igualdade perante os homens. Apesar de a igualdade entre os sexos estar ressaltada enfaticamente na Constituição Federal, é secular a discriminação que coloca a mulher em posição de inferioridade e subordinação frente ao homem, o sexo masculino continua desfrutando de maior acesso à educação e a empregos bem remunerados. Apesar da Lei Maria da Penha ser um importante instrumento de combate á referida questão, é sabido que ainda existem problemas para o enfrentamento desse tipo de

violência tanto no âmbito jurídico quanto no social. Isso acontece devido à falta de conscientização da sociedade e porque há problemas na aplicação da norma. No âmbito jurídico verifica-se a questão da violência contra a mulher que ocorre em todos os lugares do Brasil, a aplicabilidade da Lei Maria da Penha nesses casos, relacionados à falta de estrutura por parte do Estado - como ausência de delegacias especializadas em alguns lugares e capacitação de seus agentes públicos - para atender toda essa demanda, principalmente no interior do País. Há número insuficiente de delegacias e varas especializadas e até mesmo o comportamento machista de alguns juízes e delegados dificulta o cumprimento da lei. E mesmo onde há delegacias, algumas se encontram em situação de abandono, dificultando o registro de boletins de ocorrência e tomada de depoimentos das vítimas ou testemunhas, além de haver desigualdades na distribuição das delegacias da mulher, pois há maior concentração delas na região Sudeste, enquanto nas regiões norte e centro-oeste há poucas, tornando o atendimento às vítimas precário. Uma constatação preocupante é que muitos dos casos de violência relatados não chegam às delegacias e, conseqüentemente, não são encaminhados à Justiça, isso porque na grande maioria dos casos, as vítimas preferem ficar caladas a buscar uma punição pelo fato ocorrido. Verificamos que as motivações para essa falta de denúncia são diversas, mas, a que mais prevalece é o medo do agressor, ou seja, o pavor que a vítima tem de sofrer conseqüências piores ao levar o caso à justiça. Outro motivo que impede que muitas mulheres tenham coragem de denunciar os seus agressores é o preconceito, pois se sabe que, existem aqueles que se referem a uma vítima dizendo 'bem feito', 'ela merecia', 'apanha porque quer', tratando-as como corresponsáveis pela violência da qual são vítimas. No âmbito social, o desconhecimento das leis, a falta de informações, a cultura machista enraizada e o medo de denunciar os agressores são alguns dos desafios para a efetivação dos direitos assegurados às mulheres na Lei Maria da Penha, como também a falta de uma educação sólida e eficaz, escolar e familiar que vise a diminuição e erradicação dessa violência. Outras tendências que também impedem a vítima de procurar a polícia são: a dependência financeira, a preocupação com a criação dos filhos, vergonha da agressão, as vítimas não acreditam na punição, acreditam que seria a última vez e não conhecem seus direitos. Portanto, constatamos que os problemas ainda existentes para o enfrentamento da violência contra a mulher estão presentes nos âmbitos jurídico e social. **CONCLUSÃO:** Concluímos que, a violência contra a mulher é histórica e não vai ser combatida apenas com a força da Lei, pois ela está ligada a costumes, sociedade patriarcal, machismo, tipo de educação escolar e familiar que recebemos. Mas, faz-se necessário e urgente a adoção de mecanismos eficazes de proteção que coloquem a mulher a salvo do agressor, para que ela tenha coragem de denunciar sem temer que sua palavra não seja levada a sério. A Lei Maria da Penha precisa ser uniformizada em todo o país, todos os municípios devem dar uma atenção especial as mulheres, por menor que estas cidades sejam, pois é dever do Estado e da própria sociedade preservar por uma sociedade justa e igualitária, enfrentando todas as formas de violência contra as mulheres, sendo imprescindível fazer valer a eficácia jurídica da lei em todos os seus termos. Além do Direito e da atuação do Estado para fazer valer os ditames da Lei, repensar o nosso modelo de sociedade e encontrar alternativas morais, éticas, pedagógicas e educacionais para o enfrentamento de todo tipo de violência contra quem quer que seja, é muito

importante. Diante desse quadro, é possível pensar que uma boa alternativa para enfrentar a violência doméstica e familiar é a de não deixar cair em desuso ou esquecimento essa valiosa Lei chamada Maria da Penha, com denúncias, mais estudos, debates, proposições e possíveis soluções, como a criação de políticas públicas em pequenos municípios, capacitação de seus agentes, para coibir e diminuir esse quadro caótico de violência praticado contra as Marias, as Penhas, e a muitas outras mulheres desse país.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Aparecida de Fátima. **A violência doméstica e os seus reflexos na saúde das mulheres atendidas na Delegacia Especializada em Defesa da Mulher**. Natal, 2001. 81p. Acesso em: 08 abr. 2018.

BANDEIRA, Lourdes, “**O que não estamos conseguindo alterar na questão da violência contra a mulher?**” Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000132&pid=S0034-7167200400010000300026&lng=pt. Acesso em: 05 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.340/2006. Lei Maria da Penha**. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

_____. **Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha: do papel para a vida. Brasília: Senado Federal, Gabinete da Senadora Rosalba Ciarlini, 2010. 22 p. Acesso em: 12 jul. 2018.

CARTILHA DA FEDERAÇÃO DAS MULHERES GAÚCHAS. **Diga não à violência contra a mulher**: assuma esta luta. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Confederação das Mulheres do Brasil, 2010. Acesso em: 15 ago. 2018.

CARTILHA LEI MARIA DA PENHA. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República. Brasília, 2007. Acesso em: 05 mar. 2018.
DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 15 dez. 2008. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.22439>. Acesso em: 10 maio 2018.

FRAGA, Paulo Denisar . Violência: forma de dilaceramento do ser social. In: **Revista quadrimestral de Serviço Social e Sociedade**. Violência. v. XXIII, nº 70, jul./2002. Acesso em: 05 out. 2018. p. 44-58.

GOMES, Luiz Flávio. BIANCHINI, Alice. **Aspectos criminais da Lei de Violência contra a Mulher**. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8916>. Acesso em: 09 maio 2018.

GRAZZIOTIN, Vanessa. **Violência contra a mulher**. Dados estatísticos. Data Senado, 2017. Acesso em: 24 set. 2018.

GUIMARÃES, Isaac Sabbá; MOREIRA, Rômulo de Andrade. **A Lei Maria da Penha: aspectos criminológicos, de política criminal e do procedimento penal**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2014. Acesso em: 05 out. 2018.

JESUS, Damásio de. **Violência contra a mulher: aspectos criminais da Lei nº 11.340/2006**. São Paulo: Saraiva, 2010. Acesso em: 16 out. 2018.

MATTA, Roberto da, et al. **Violência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982. Acesso em: 23 set. 2018.

SILVA, M. V. **Violência contra a mulher: quem mete a colher?** São Paulo: Cortez, 1992.

CONDUTA BRASILEIRA NO ÂMBITO MUNDIALIZADO DA CRISE DOS REFUGIADOS: VANGUARDA, DESAFIOS E CONSEQUÊNCIAS DO REFÚGIO

AUTORES:

Gabryell Alexandre Costa Pinheiro

Maria Eduarda de Souza Maranhão Bezerra Borges Vitorino

Gabriela de Albuquerque Moura

RESUMO: O presente projeto de análise sócio-jurídica explana informações sobre a participação do Brasil em âmbito mundial da crise dos refugiados, levando em consideração sua conduta, o motivo pela evasão dos apátridas de seu território natal e o trâmite do processo de refúgio.

Palavras-chave: Refugiado. Conduta Brasileira. Crise.

INTRODUÇÃO: Pautar a respeito da crise humanitária referente à crise dos refugiados pressupõe pensar numa sociedade inserida em um contexto histórico e social. O processo de refúgio e os motivos pelos quais se recorrem a este artifício (o refúgio) para que haja uma nova perspectiva de vida se fazem extremamente relevantes. Desse modo, desde 2010, quando da ocorrência da Primavera Árabe, a realidade mundial se deparou com o trânsito crescente de apátridas até os dias atuais, de forma tal que até o presente ano os índices de crescimento de deferimento e recebimento de solicitação de refúgio não param de evoluir. Tal evolução se deu por pessoas que se encontram fora de seu país por temor de perseguição, de conflitos armados, de violência generalizada, de violação massiva dos direitos humanos, por motivos de raça, de nacionalidade, de religião, de política ou ainda por participação em grupos sociais e que não podem ou não desejam regressar ao seu país natural. Consta aí a definição de “Refugiado”, existente desde a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, que consolida instrumentos legais relativos aos refugiados, estabelecem padrões de tratamento e auxilia no alcance aos direitos. Países como a Síria, Somália, Sudão, Líbia, Venezuela entre outros, sofrem com Guerras Civis no âmbito político, social, econômico e jurídico. Existentes em diversos países, tais conflitos são ainda agentes diretos de fragilização social por submeterem seus cidadãos a situações desumanas e, muitas vezes, ocasionando até a desconstrução civil, jurídica e moral do indivíduo. Nesse contexto, o Brasil, por sua vez, é signatário de um dos principais tratados internacionais de direitos humanos e promulgou, em julho de 1997, a Lei do Refúgio (nº 9.474/97), que aponta os critérios para o reconhecimento do refugiado. A Convenção e o Protocolo são, portanto, os principais instrumentos internacionais para a proteção dos refugiados. Dessa forma, o presente projeto visa apresentar os paradigmas da atual situação dos refugiados tendo em vista a relação do Brasil, a sua conduta e efetividade nas providências quanto a essa problemática no âmbito nacional e internacional. Versa ainda sobre o enquadramento jurídico do refugiado, partindo da evolução histórica e suas alterações no desenvolvimento do respectivo conceito e no fluxo migratório, discorrendo sobre a legislação que culminou na promulgação da Lei nº 9474/97, conhecida como Estatuto do Refugiado. Trata, por fim, dos órgãos envolvidos, como o CONARE e o ACNUR e suas competências e

atribuições, além dos procedimentos para a concessão do status de refugiado e do trâmite dos devidos processos legais. **METODOLOGIA:** Seguindo a proposta, elaboramos a nossa pesquisa seguindo o viés majoritariamente qualitativo. Fizemos uso ainda dos artifícios de dados quantitativos, doutrinas e do arcabouço jurídico-normativo que rege a situação dos apátridas dentro e fora do âmbito nacional. Visamos também explanar a necessidade em dialogar sobre o contexto histórico, social e os entraves jurídicos que os refugiados enfrentam para conseguirem sobreviver. No projeto em questão é utilizada a metodologia cartográfica, na qual se constitui por três elementos, sendo a escala um elemento do método que faz alusão ao contexto histórico. O elemento projeção se pautará na aplicabilidade das normas, tal elemento abrange ainda os motivos e as situações as quais os refugiados são submetidos antes de suas solicitações de refúgio e tentativas de fuga, e pauta sobre o perfil sociodemográfico e cidades de residência quando em território nacional. A simbolização, último elemento da metodologia citada, trata da eficácia da aplicação das normas brasileiras que influem no fluxo migratório mundial, tendo como base medidas protetivas e humanitárias exercidas no Brasil para mitigar tamanho embate enquanto fato jurídico-social. **REVISÃO DA LITERATURA:** Tendo em vista o assunto em análise, é importante salientar o reconhecimento do “refugiado”, que foi concebido a nível internacional no Artigo 1º da lei nº 9.474 de 1997, o qual foi elaborado de forma a abranger um grande número de pessoas. Além disso, no âmbito nacional, a lei brasileira de refúgio (nº 9.747/97) viabilizou a criação do CONARE, que garante documentação básica a esses indivíduos, incluindo carteira de identidade e de trabalho, além da liberdade de trânsito no território nacional e de outros direitos civis. Direitos esses que foram coercitivamente arrebatados dos cidadãos por motivos de terrorismo, pobreza, extrema violência, graves violações dos direitos humanos e guerras civis que, com a destruição da moradia da população, perderam toda sua documentação, acarretando na exiguidade de direitos fundamentais. Como exemplo desde fato, observa-se a falha de alguns refugiados sírios que, ao tentar seguir para a Grã-Bretanha pelo Eurotúnel, são retidos nos países por falta de documentação e correm risco de deportação. É importante ressaltar a frase do renomado Zigmunt Bauman, na qual ele diz: “a migração em massa não é um fenômeno recente. Ele tem acompanhado a era moderna, por vezes, apenas mudando e revertendo a direção. No momento, com a profunda e aparentemente insolúvel desestabilização do Oriente Médio. O autor traz termos bem discutíveis como: pânico moral; comunidades fechadas; mixofobia; políticas suicidas; cultura do conforto e câmaras de eco”.³⁶ As considerações até então expostas possibilitam a compreensão da relevância do papel brasileiro na tentativa de harmonizar a convivência social daqueles que são desagregados de seu país por motivos alheios a sua vontade e facilitar a socialização e a inserção destes na sociedade brasileira. Neste âmbito, pautando ainda sobre a forma de como se dá o acolhimento dos apátridas, vale salientar a localidade de residência destes quando em território brasileiro, uma vez que São Paulo, Rio de Janeiro, Guarulhos, Santos e Foz do Iguaçu são as principais cidades brasileiras de chegada de refugiados pela via da elegibilidade, reunindo a grande maioria (8 de 10) dos casos. Entre as cidades de residência, por sua vez, São Paulo, por ter grande contingente populacional de refugiados e, assim, se sentirem “familiarizados”, acaba

³⁶ BAUMAN, Zigmunt. **Estranhos à Nossa Porta**. Brasil: Zahar, 2017. 120 p.

permanecendo como destino mais escolhido, seguido de Rio de Janeiro, Foz do Iguaçu, Guarulhos e Brasília. Quando se observa a nacionalidade, há peculiaridades quanto às cidades de entrada dos refugiados no Brasil. No caso dos colombianos, por exemplo, a região Norte é a principal porta de entrada por ser fronteira. Já os libaneses entram pela região Sul, principalmente pelo estado do Paraná (pelo mesmo motivo, facilidade de entrada no país passando por países vizinhos, como Argentina, Paraguai e Uruguai). Finalmente, cabe destacar que muitas informações relevantes foram extraídas a partir dos dados apresentados, fornecendo uma base sólida para subsidiar a formulação de políticas públicas. Foram explanados apenas alguns resultados, que, de forma não exaustiva, possibilitou um detalhamento das discrepâncias entres as distintas nacionalidades, assim como um maior número de variáveis de análise, permitindo um mapeamento mais aprofundado de quem são os refugiados reconhecidos pelo governo brasileiro, bem como as trajetórias migratórias, o apoio no processo de integração no país, entre outros exemplos. A despeito das particularidades identificadas, muitos traços em comum também se fizeram notar. Contudo, cabe destacar que a principal característica comungada pela população analisada é sua natureza jurídica: a condição do refúgio. Portanto, o marco jurídico e institucional do governo brasileiro se dá pela sua conduta referente à lida com os refugiados, que foi reconhecida pela ACNUR como inovadora e de vanguarda, avançando, sobretudo, ao incluir a definição ampliada dada pela Declaração de Cartagena de 1984 que, em função da grave crise de guerras civis e violação dos direitos humanos na área centro-americana, objetivava garantir a proteção dos refugiados dessa região, reconhecendo, portanto, tais indivíduos como refugiados. Ressaltando tal ampliação, discorre sobre a forma de acompanhar as mudanças de natureza dos conflitos armados, o ex-funcionário da ACNUR, especializado em Direito Internacional e segurança dos refugiados, Varese (2005):

O conceito de Cartagena se torna estratégico numa época em que a natureza dos conflitos armados vem mudando rapidamente, quando ocorrem conflitos cada vez mais anárquicos ou para afirmar uma identidade de grupo. O mais trágico das novas faces da guerra são os níveis de violência e sobretudo a violência contra a população civil.

Desse modo, vale enfatizar o processo de solicitação de refúgio, que deve obedecer ao itinerário a ser seguido no Brasil avaliando instituições responsáveis pela elaboração do processo de solicitação, análise e decisão conforme discorre Andrade e Marcolini (2002, p. 1):

Uma vez reconhecida a condição jurídica de refugiado no Brasil, a pessoa recebe uma carteira de identidade, emitida pela Polícia Federal, tem direito à assistência médica pública, e está autorizado a estudar e trabalhar. Graças às estratégias desenvolvidas para integrar os refugiados na sociedade local, a maioria deles beneficia-se de programas sociais públicos e privados. Com base numa análise caso-a-caso, o refugiado pode receber ajuda financeira, concedida pelo ACNUR, por um período de tempo determinado. Esta ajuda, equivalente à um salário mínimo, é distribuída pela Cáritas Arquidiocesanas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Para abranger de uma forma mais ampla o trâmite do processo de solicitação, faz-se necessário o detalhamento deste, uma vez que o CONARE, para assegurar que os pedidos protocolados tenham fundamento, deve fazer pesquisas por meio da

imprensa e da internet, além de consultar organizações internacionais, como a ONU, e algumas universidades com as quais mantém convênio. Essas instituições, por sua vez, são incumbidas de enviar relatórios ao comitê brasileiro para que o resultado sobre suas pesquisas possam embasar o processo. Sobre os direitos adquiridos posteriores a obtenção do reconhecimento e os direitos dos refugiados já residentes no Brasil, entende-se que a partir do momento em que o refugiado solicita o status dessa condição, automaticamente o Estado lhe garante alguns direitos básicos referentes a dignidade e os direitos humanos. No CONARE estão elencados alguns desses direitos, referentes aos direitos dos solicitantes provisórios e dos permanentes:

- Ter acesso ao procedimento legal de solicitação de refúgio, gratuitamente e sem necessidade de advogado;
- Não ser devolvido para seu país de origem ou para onde sua vida possa estar em risco;
- Não ser discriminado pelas autoridades governamentais e pela sociedade;
- Não ser punido por entrada irregular no país;
- Receber a documentação provisória assegurada pela legislação: Protocolo Provisório, Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira de Trabalho;
- Ter os mesmos direitos e a mesma assistência básica de qualquer outro estrangeiro que resida legalmente no país. Entre os direitos civis básicos estão a liberdade de pensamento, de deslocamento e de não ser submetido à tortura e a tratamentos cruéis e degradantes. Já entre os direitos econômicos, sociais e culturais estão o acesso aos serviços de saúde pública e educação, direito ao trabalho e à liberdade de culto. (ACNUR, CARTILHA DIREITOS E DEVERES DOS SOLICITANTES DE REFÚGIO NO BRASIL, 2010, p. 10).

O dilema dos refugiados é um fenômeno de ordem mundial em que o Brasil tem participação relevante embora conte com poucos casos em trânsito no Poder Judiciário (avaliando proporcionalmente com a quantidade de refugiados). Todavia, a atuação correta e consciente desse poder na efetivação dos direitos aos refugiados é, indubitavelmente, um instrumento de altíssima relevância na garantia da proteção integral da sociedade em questão que, embasando-se no Direito Internacional dos Refugiados, no ACNUR e no CONARE, assegura e protege os direitos fundamentais desses indivíduos que se mostram carentes de auxílio civil, garantindo, conseqüentemente, segurança jurídica. Fica claro, dessa forma, que ao Estado brasileiro não basta conferir ao refugiado apenas o status de refugiado, necessitará aprimorar suas políticas públicas e sociais para um problema que está longe de ser sanado, pois o Brasil exerce o papel de um país multiétnico que, segundo o diretor de estudos e relações econômicas e políticas internacionais do IPEA, Sérgio Florêncio, conta “com uma das maiores capacidades de integração de refugiados no mundo” e, por isso, tornou-se uma referência para diversos povos que buscam aqui tranquilidade, segurança e vida digna, que não mais encontram em seu país de origem. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Com o intuito de explanar e garantir a abrangência da temática supracitada, o grupo, por meio de pesquisas tanto qualitativas quanto quantitativas, expôs aos leitores deste projeto, os motivos da vinda dos apátridas para o território brasileiro. Com base nisso, almeja-se que

haja interesse pelo tema de alta relevância social e crie-se engajamento para arguir conhecimento como consequência da manifestação de dúvidas por meio dos participantes. A equipe proporciona a interação dos espectadores de forma a conscientizá-los de quão deletéria é a concepção xenófoba frente à recepção dos refugiados. Para tanto, objetiva-se a exemplificação de casos práticos para maior compreensão do verdadeiro dilema preconceituoso que assola a realidade dos imigrantes. Nesse sentido, pôde-se avaliar também o quão importante é o deslinde do assunto em questão desde a causa primordial: os motivos de refúgio e, conseqüentemente, os entraves que os desagregados enfrentam quando em solo brasileiro, tornando-se peças fundamentais e “desencadeadoras” da xenofobia, já que se constitui por ser a repulsa a pessoas ou coisas estrangeiras. Desse modo, auxilia aos legentes que não detinham conhecimento acerca das aflições, das inúmeras perdas de familiares e tentativas falhas que eles enfrentavam para obter a dignidade fora de seu país. Durante os dois anos, nos quais o projeto foi executado, o grupo avançou bastante em relação à temática em pauta, principalmente nas questões intelectuais, pessoais e sociais. O convívio com notícias e vídeos acerca de tal tema, viabilizou ao grupo uma melhor perspectiva a respeito dos esforços exprimidos pelos apátridas para que consigam constituir nova vida, aprimorando ainda o olhar crítico do grupo a respeito das dificuldades encontradas ao se depararem com uma sociedade segregacionista. Além disso, inúmeras discussões aconteceram e acontecem, permitindo ao grupo um melhor diálogo e conhecimento em relação ao tema abordado. A crise humanitária referente aos apátridas fragmentados nos mais diversos países do mundo (com maior incidência no oriente médio) e as causas dessa problemática são inúmeras e aqui expomos apenas as mais corriqueiras, apesar de vasta e aprofundada pesquisa. Tal embate mundial, infelizmente, apresenta-se na contramão de uma sociedade madura, na qual o ódio, a violência, a austeridade e a ganância por poder e influência imperam sobre uma população fragilizada social e juridicamente, impedindo, dessa forma, com que a sociedade viva pacificamente e com a mínima dignidade. **CONCLUSÃO:** Portanto, após termos aprendido e solidificado nosso arcabouço intelectual acerca das análises e discussões referentes ao presente projeto, pudemos concluir que o mesmo foi de grande importância para o grupo inventor como também para aqueles que tiveram a oportunidade de testemunhar as intervenções executadas pelos autores, visto que foi extremamente gratificante a troca de conhecimento entre nós e os ouvintes. A partir do que foi estudado, pôde-se perceber um significativo aumento no número de solicitação de refúgio, comprovando a efetividade das medidas brasileiras e a observância da incidência de refugiados em determinadas localidades, podendo assim, caracterizar o perfil sociodemográfico desses. Destarte, é fato que o enquadramento jurídico do refugiado no Brasil se solidificou de modo que se pode constatar que está entre as melhores legislações constituídas dentre demais países que abrangem as questões dos refugiados. Todavia, ao Estado brasileiro não basta viabilizar ao refugiado somente o status de refugiado, necessitará aperfeiçoar suas políticas públicas e sociais para tal transtorno, que está longe de ser sanado, haja vista que o Brasil tornou-se uma referência para diversos povos que buscam neste território a segurança, tranquilidade e vida digna, que não mais encontram em seu país de origem.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José H.; MARCOLINI, Adriana. **A política brasileira de proteção e de reassentamento de refugiados** – breves comentários sobre suas principais características. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000100008>. Acesso em: 10 maio 2017.

BRASIL. Casa Civil. **Subchefia de Assuntos Jurídicos**. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm. Acesso em: 05 mar. 2017.

_____. Casa Civil. **Subchefia de Assuntos Jurídicos**. Lei nº 9.474/97. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm. Acesso em: 10 maio 2017.

CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_a_o_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 14 maio 2017.

DADOS SOBRE REFÚGIO NO BRASIL. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil>. Acesso em: 09 maio 2017.

DIREITOS E DEVERES DOS SOLICITANTES DE REFÚGIO NO BRASIL. ACNUR. Agência da ONU para refugiados. Cartilha informativa ACNUR, 2012; Disponível em: http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2012/Direitos_e_Devers_dos_Solicitantes_de_Refugio_e_Refugiados_no_Brasil_-_2012.pdf. Acesso em: 17 out. 2018.

GUIA DO ESTUDANTE. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/qual-tem-sido-o-papel-do-brasil-na-crise-dos-refugiados>. Acesso em: 09 maio 2017.

LIMA, João Brígido Bezerra; MUÑOZ, Fernanda Patrícia Fuentes; NAZARENO, Luisa de Azevedo. **Refúgio no Brasil**: Caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014). Brasília: Ipea, 2017.

MOREIRA, Bertino Júlia. **Refugiados no Brasil**: reflexões acerca do processo de integração local. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rembu/v22n43/v22n43a06.pdf>. Acesso em: 12 maio 2017.

O QUE É A CONVENÇÃO DE 1951? Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951/>. Acesso em: 09 maio 2017.

SITUAÇÃO JURÍDICA DO REFUGIADO NO BRASIL. Disponível em: <http://www.tcconline.ufp.br/media/tcc/2014/09/SITUACAO-JURIDICA-DO-REFUGIADO-NO-BRASIL.pdf>. Acesso em: 05 out. 2017.

VARESE, Luis. **Migrações forçadas e crises humanitárias**. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/textoseartigos.htm>. Acesso em: 06 out. 2017.

VIEIRA, André. Artigo. **Refugiados no Brasil: vítimas de Xenofobia**. Disponível em: <http://acasadoconcurseiro.com.br/blog/refugiados-no-brasil-vitimas-de-xenofobia>. Acesso em: 05 mar. 2017.

WAISBERG, Tatiana. **O Estatuto dos Refugiados e o tráfico internacional de pessoas**. Disponível em:

http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13285&revista_caderno=16. Acesso em: 17 out. 2018.

WEINTRAUB, Ana Cecília Andrade de Moraes. **Estudos sobre refugiados publicados no Brasil na década de 2000**. Disponível em:

http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_artlex&pid=S1851-16942012000200009. Acesso em: 03 out. 2017.

EFEITOS PREVIDENCIÁRIOS DO ACIDENTE DE TRABALHO

AUTOR:

Gabriel Delgado Guara

RESUMO: Trata-se de uma análise dos efeitos previdenciários do acidente de trabalho no Brasil, em abordagem interdisciplinar com conceitos doutrinários do direito trabalhista e previdenciário, e uma análise da relevância previdenciária do vínculo empregatício, para a garantia previdenciária.

Palavras chave: Acidente de trabalho. Direito trabalhista. Direito previdenciário.

INTRODUÇÃO: Na análise dos efeitos previdenciários do acidente de trabalho no direito brasileiro e seus efeitos, através de uma abordagem científica interdisciplinar, este artigo abordará conceitos doutrinários do direito civil da responsabilização, do direito penal sobre o dolo “eventual”, do direito trabalhista a respeito dos polos contratuais entre empresa e trabalhador, o direito previdenciário nas consequências advindas de um acidente de trabalho, além de apontar outros dispositivos infraconstitucionais como convenções e acordos coletivos do trabalho, normas regulamentadoras e jurisprudências atuais que abordam os acidentes laborais e seus efeitos previdenciários. É imprescindível ter uma base sobre o vínculo empregatício, passando sobre o acidente no ambiente de trabalho, para que gradativamente se possa chegar até os institutos previdenciários, sem esta base conceitual majoritariamente da esfera do direito trabalhista, torna-se muito difícil a compreensão ideal sobre o cerne deste artigo que é majoritariamente previdenciário. Analisar a forma como o direito brasileiro e a doutrina jurídica, tratam através de suas normas, súmulas, jurisprudência e códigos (mais precisamente a constituição, consolidação das leis trabalhistas, bem como a regulamentação previdenciária) os acidentes que ocorrem no ambiente de trabalho, ou fora dele, no exercício da atividade laboral, exemplificando e conceituando. Esclarecendo a definição básica de vínculo empregatício ou relação de trabalho para que se possa analisar as eventuais culpabilidades e responsabilidades na ocorrência de um acidente laboral, e quais os meios que o direito brasileiro tem para se prevenir os acidentes no ambiente de trabalho por parte dos empregadores. Esclarecer quais os tipos de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, bem como analisar quais os efeitos previdenciários, como também quem são os legitimados para requisitar um direito ao benefício de acidente laboral ou pensão decorrente de uma doença profissional ou de acidente de trabalho e quais as situações que a legislação previdenciária equipara a acidente de trabalho. Possui o objetivo também em seu cerne de informar o leitor da maneira mais didática simples e concisa possível, para esclarecer não apenas o estudante ou profissional da área do Direito, mas também todo e qualquer trabalhador, ou prestador de serviço, bem como trabalhadores autônomos e profissionais liberais de direitos que muitas vezes não percebem que possuem. É de suma relevância para a sociedade ter ciência sobre como o direito brasileiro trata dos acidentes no ambiente de trabalho ou no exercício da função do trabalhador, bem como os efeitos jurídicos, físicos, patrimoniais e previdenciários de quem sofreu

um acidente de trabalho, como também a responsabilização da empresa e quais as medidas preventivas adotadas por orientações jurisprudenciais, convenções e acordos coletivos do trabalho, pelas empresas individualmente e pelos trabalhadores para evitar os acidentes no exercício da profissão em seu ambiente laboral. Neste contexto a constituição federal de 1988, bem como a consolidação das leis do trabalho, o decreto lei nº 7.602/2011 que dispõe sobre a política nacional de segurança e saúde e as regras do regulamento da previdência social conceituam e categorizam os danos físicos, as doenças do trabalho, as sequelas, com os seus respectivos direitos a uma espécie de compensação, pensão, ou eventual aposentadoria por invalidez. Na esfera majoritária previdenciária, analiso as leis: 8.212 de 1991, e dos planos de custeio da previdência social, uma forma específica de subsistência da previdência social; e a lei nº 8.213 também de 1991, dos planos e benefícios da previdência social. (a regra geral, que trata principalmente das regras de recebimento e legitimação para o recebimento de auxílios e benefícios previdenciários e também a conceituação básica de acidente de trabalho).

METODOLOGIA: Esta pesquisa foi idealizada com base no interesse de esclarecimento sobre a relevante temática que envolve diversas disciplinas jurídicas além de relevante cunho em detrimento de esclarecimento social, pra tal, me utilizei das instalações do UNIFACEX Natal RN, bem como de seu acervo literário, da biblioteca do campus de capimacio para o desenvolvimento da pesquisa. E foi realizada em pesquisa bibliográfica, e diretamente na atual legislação vigente sobre: a relação trabalhista e o vínculo com a previdência social; o conceito de acidente de trabalho bem como quais são as consequências jurídicas, e direitos concernentes ao trabalhador acidentado e os seus dependentes legitimados a manifestarem o interesse da garantia previdenciária em decorrência de um acidente em função da atividade laboral. **REVISÃO DE LITERATURA:** A análise dos efeitos previdenciários do acidente de trabalho no direito brasileiro e seus efeitos é feita através de uma abordagem científica interdisciplinar; a pesquisa aborda conceitos doutrinários e dispositivos do direito trabalhista a respeito dos polos contratuais entre empresa e trabalhador para que primeiramente se tenha uma base de entendimento, e desta forma se possa obter uma melhor compreensão a respeito dos aspectos doutrinários, dispositivos e dos institutos do direito previdenciário especificamente gerados em decorrência de um acidente laboral. Para o direito e a legislação trabalhista a relação de trabalho se configura quando entre o trabalhador e o empregador existir o objeto: que é a prestação de um serviço mediante o pagamento de salário; porém para a doutrina trabalhista brasileira, para configuração do vínculo de emprego é preciso estar presente alguns requisitos essenciais e formalidades a serem respeitadas por ambos os polos da relação profissional. Concernente aos polos na relação trabalhista mais precisamente ao empregador a Consolidação das Leis do Trabalho, lei nº5.452/43 estabelece que:

Art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

§ 1º - Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

§ 2º Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego (BRASIL,1943, pág. 879)

Quanto ao empregado a lei nº 5.452/43 nos traz:

Art. 3º - Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.”

Art. 4º § 1º Computar-se-ão, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar e por motivo de acidente do trabalho.(BRASIL,1943 pág.879).

Para alguns autores da doutrina trabalhista majoritária como por exemplo: Sergio Martins estes requisitos “essenciais se configurarão quando houver na prestação do serviço: pessoalidade, habitualidade, alteridade, pessoa natural, onerosidade, subordinação.” (MARTINS, 2009, p. 91). No tocante à relação de trabalho estão relacionadas todos os tipos de prestação de serviço, mesmo aqueles sem carteira de trabalho ou documentos assinados comprovando a prestação de serviço, que muitas vezes são marcados pela informalidade, para servir de subterfúgio por parte do empregador, no interesse de obter vantagens (esquivar-se de prestação de impostos) ou descumprir muitas vezes normas e requisitos para a legalidade, segurança e saúde dos prestadores de serviço à sua disposição. Existe também a relação de trabalho, que muitas vezes não tem o negativo pretexto do empregador de fugir de nenhuma responsabilidade ou até mesmo agir com dolo ou culpa em não cumprir dispositivos para a segurança e saúde no ambiente e na prestação do serviço de seus trabalhadores, por ignorância ou não ter uma assessoria jurídica correta na sua área de atuação comercial ou empresarial. Sobre a relação de trabalho aduz Mauricio Godinho Delgado:

“A expressão tem caráter genérico: refere-se a todas as relações jurídicas caracterizadas por terem sua prestação essencial centrada em uma obrigação de fazer consubstanciada em labor humano. Refere-se, pois, a toda modalidade de contratação de trabalho humano modernamente admissível. A expressão relação de trabalho englobaria, desse modo, a relação de emprego, a relação de trabalho autônomo, a relação de trabalho eventual, de trabalho avulso e outras modalidades de pactuação de prestação de labor (como trabalho de estágio, etc.). Traduz, portanto, o gênero a que se acomodam todas as formas de pactuação de prestação de trabalho existentes no mundo jurídico atual. (DELGADO, 2007, p.455).

Observando o que foi aludido sobre a relação trabalhista, é de suma importância para perceber que o trabalhador terá através da formalidade de uma relação de emprego e do recolhimento necessário para se fazer jus ao direito previdenciário,

evitando desta forma, ter que provar judicialmente a relação empregatícia, bem como a comprovação contributiva para se figurar na posição de segurado da previdência social. Após o esclarecimento básico trabalhista, passemos a uma análise majoritariamente previdenciária, que diz o artigo 19 da lei nº 8.213/91 dos planos e benefícios da previdência social.

Art. 19. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho (BRASIL,1991, p. 1513).

É neste contexto que se poderá gradativamente avançar na temática dos efeitos previdenciários do acidente de trabalho, em uma análise e compreensão da natureza dos institutos que surgiram, e em alguns casos, na tentativa de diminuição da burocracia pelo poder público de aprimorar a efetividade da tutela do direito do segurado previdenciário, bem como também dos institutos basilares dos auxílios e seguros do acidente de trabalho a depender da enfermidade ou morte do segurado previdenciário. Como por exemplo do que foi aludido anteriormente observemos os seguintes institutos: O seguro de acidente de trabalho “SAT”, foi instituído no governo de Getúlio Vargas, é uma contribuição paga mais precisamente pelas empresas para cobrir perante o INSS eventuais acidentes, doenças de trabalho ou profissionais. Porém o SAT não exclui a responsabilidade do empregador de indenizar o trabalhador em caso de acidente ou de desencadeamento de doença, resultantes do dolo ou da culpa exclusiva por parte do empregador. E já com relação ao CAT:

O cadastro de comunicação de acidente de trabalho o “CAT” é exatamente a comunicação da ocorrência de um acidente de trabalho pela empresa, para o instituto de previdência social no prazo estabelecido de 1 (um) dia útil após o acidente, mesmo que não tenha resultado na incapacidade ou afastamento por lesão do empregado ou prestador de serviço. (GARCIA, 2013, p. 17)

É interessante também neste interim a compreensão do instituto moderno do NTEP (nexo técnico epidemiológico), instituído no art.21 da lei 8.213/91, pois a natureza deste, trata-se justamente da implantação de um mecanismo instituído pela lei, em que a junta pericial do INSS, baseia-se em estudos estatísticos, mapeamentos e averiguação de características típicas, para que seja facilitado o reconhecimento do nexo de ligação entre a atividade laboral e a causa motivadora do acidente ou doença ocupacional pela própria perícia médica de forma mais rápida. Diante da análise de tais institutos, cabe a abordagem daqueles especificamente previdenciários a luz da lei 8.213/91 concernente ao trabalhador acidentado.

Na regra da lei nº 8.213/91 da previdência social, o trabalhador acidentado receberá seu salário integral normalmente pago pela empresa nos 15 primeiros dias após o acidente, enquanto estiver afastado, se tal incapacidade ou sua recuperação não tiver sido plena nestes 15 primeiros

dias, não podendo o trabalhador voltar a sua atividade laboral, este terá o direito a partir do 16º dia de afastamento ao auxílio-doença acidentário. (GARCIA, 2013, p. 57).

No auxílio-doença acidentário, o segurado que estiver incapacitado de voltar ao seu trabalho por mais de 15 dias consecutivos, terá o direito ao recebimento do auxílio-doença de acidente de trabalho. O auxílio-doença decorrente de acidente laboral, consistirá em uma renda mensal de 91% do salário de benefício. O segurado será beneficiado até a data que cessar sua doença, e puder ser reaproveitado e habilitar-se para uma nova função na qual possa trabalhar normalmente e se manter, ou caso não venha a se recuperar nunca mais nem puder ser reaproveitado, passará por uma perícia do INSS sendo aposentado por invalidez. Concernente ao auxílio-acidente, é aquele benefício que tem a forma de indenização, e fará jus ao auxílio, o trabalhador que após sofrer um acidente por razão de sua função laborativa, tiver parcialmente reduzida sua capacidade de executar seu serviço em decorrência das sequelas de seu acidente. correspondendo tal benefício a 50% de salário, sendo devido até o dia de sua aposentadoria ou do óbito do trabalhador segurado, não podendo ser acumulado à aposentadoria. Já no artigo 44 da lei nº 8.213/91 da previdência social estabelece que a aposentadoria por invalidez decorrente de um acidente de trabalho consistirá de uma renda mensal de 100% do salário-de-benefício, e caso o então aposentado por invalidez estiver no momento da fixação e do recebimento de sua aposentadoria, recebendo auxílio-doença, o valor da aposentadoria poderá ser o mesmo do auxílio, desde que o valor seja superior (mais benéfico ao segurado) a porcentagem estabelecida na aposentadoria por invalidez. É sabido que a pior de todas as consequências oriundas de um acidente de trabalho é a fatalidade, a morte por consequência de um acidente de trabalho seja no ambiente laboral, ou até mesmo em outro lugar, mas como principal causa da fatalidade, o nexo de ligação com a atividade profissional de forma ampla. (GARCIA, 2013, p. 62).

Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;

II - os pais;

III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;

§ 1º A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes. (BRASIL, 1991, p.1512).

E o valor da pensão por morte de acidente de trabalho será de 100% mensal em cima do que o trabalhador receberia se estivesse aposentado por invalidez, decorrente de acidente de trabalho a partir da data de seu falecimento. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Em toda área de pesquisa além da doutrina tradicional, fui buscando sempre respaldo e confirmação na atual legislação vigente. Quanto aos polos obrigacionais na prestação de serviço, e o vínculo empregatício observo e busco esclarecimento de forma mais básica nos autores jurídicos trabalhistas Sérgio Pinto Martins no seu livro Direito do trabalho 25ª edição de 2009,

Maurício Godinho Delgado no seu livro Curso de Direito do Trabalho 6ª edição de 2007, além da consolidação das leis trabalhistas de 1943. Já com relação ao aspecto previdenciário do acidente de trabalho, a minha base majoritária vem do ex-procurador do trabalho do ministério público do trabalho Gustavo Barbosa Garcia, mais precisamente no seu livro: Acidentes de trabalho 5ª edição de 2013 onde o autor faz uma abordagem bem sucinta e direta de comentários e análise à legislação vigente específica dos aspectos previdenciários do acidente de trabalho, inclusive dos institutos relacionados a ele. Porém o referido tema dado sua relevância em todos os níveis da sociedade e aos mais diversos tipos de trabalhadores ou pessoas interessadas, termina sendo muito mal compreendido, haja vista a falta de esclarecimento básico na sociedade ou estudo específico das áreas jurídicas discutidas, e de que carece de certa forma de uma linguagem e destinação mais branda e cognitiva ao público destinado. Deste modo, esta pesquisa dada a sua clareza e simplicidade em sua forma de abordagem e linguagem, estará materializando o seu cunho “social informativo” a respeito do conjunto de esclarecimentos básicos, que normalmente é melhor compreendido pelos cientistas, profissionais e estudantes jurídicos. De modo que que o leitor de qualquer área científica, ou dos mais variáveis níveis de escolaridade possível, trabalhador de forma geral, de qualquer área profissional, tenha a mais clara compreensão a respeito do importante tema no qual está sendo tratado. **CONCLUSÃO:** É importantes salientar de início que, a informalidade no vínculo empregatício, pode trazer infortúnios e dificuldades burocráticas para o trabalhador no que se refere a eventuais direitos oriundos da seguridade social, no qual ele não se achará como segurado quando tiver necessidade, pelo fato de não estar inscrito no registro de seguridade social mediante o pagamento de algumas contribuições para que o trabalhador possa ser legitimado a receber estes benefícios, principalmente nos casos de acidentes de trabalho. A relação previdenciária está sempre doutrinariamente atrelada a saúde e a assistência social em um ideal de estado operante e garantista dos direitos sociais. Porém, a relação previdenciária diferente da garantia à assistência social e a saúde, está vinculada, tendo como requisito essencial, uma prestação contributiva que ocorre no vínculo empregatício. Logo, torna-se também relevante uma visão doutrinária sobre a compreensão da relação de emprego e a diferenciação desta, para a relação de trabalho, bem como os requisitos tidos como “essenciais” para a configuração da relação de emprego, pois a falta de um destes requisitos essenciais configura-se a prestação de trabalho e não o vínculo empregatício. Porém o grande diferencial entre estas duas modalidades: a relação de emprego e a de trabalho, é que as formalidades e a tutela jurídica do Estado brasileiro concernente à segurança, o direito e reconhecimento à seguridade social, esta logicamente muito mais forte e garantida na relação de emprego, porem mesmo existido qualquer vicio no recolhimento por arte do empregador, ou por outro motivo atrelado ao reconhecimento do vinculo de emprego, o trabalhador passa a ter o direito previdenciário ao seu favor, mesmo tendo que comprovar judicialmente. Por existir de fato sempre o recolhimento do instituto de seguridade e previdência social das devidas contribuições e seguros, para que o trabalhador esteja formalmente registrado e reconhecido como “segurado”. Evitando desta forma sabores burocráticos na tentativa de provar sua prestação de serviço e tempo laboral para o reconhecimento de seus direitos e garantias previdenciários principalmente aqueles concernentes ao acidente laboral.

A conclusão que se tira a respeito é que: é de suma importância e de direito de todo cidadão Brasileiro, a transparência na desburocratização e concretização de seus direitos e garantias constitucionais, existindo de fato a necessidade que todo trabalhador tem de seu reconhecimento empregatício saindo do anonimato e das “sombras” da informalidade, gerando naturalmente uma maior garantia e segurança jurídica e social em um estado garantidor da tutela e segurança da saúde do trabalhador, e seus direitos na relação trabalhista de forma equilibrada e não tão forçosa e dificultosa para o próprio Estado.

REFERÊNCIAS

AMADO, Frederico. **Curso de Direito e processo previdenciário** 5.ed. Salvador: Juspodivm, 2014.

BARBOSA GARCIA, Gustavo Barbosa. **Acidentes de trabalho**. 5. ed. São Paulo: Método, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2014a.

_____. **Consolidação das leis do trabalho de 1943**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2014b.

_____. **Dos planos e benefícios da previdência social de 1991**. 18. ed. São Paulo Saraiva, 2014c.

_____. **Decreto Lei nº 7.602 de 7 de novembro de 2011**. Política nacional de segurança e saúde no trabalho. São Paulo: saraiva, 2014d.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria de Previdência. **O Instituto Nacional do Seguro Social**. 2018. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/inss/>. Acesso em: 06 set. 2018.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 6 ed. São Paulo: LTR, 2007

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 18. ed. Niterói: Impetus, 2013

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2009

_____. **Direito da seguridade social**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2013

SALIBA, Tuffi Messias. **Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador**. 12. ed. São Paulo: LTR, 2017.

A CONSTITUIÇÃO COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA NAS ESCOLAS

AUTORES:

Pablo Andrew Ferreira de Farias
Fernando Vinicius de Araujo Pinto Advincula
Luiz Felipe Vasconcelos de Lima
Felipe Galvao Xexeu de Lima
Denison Kleanto Cordeiro da Silva

RESUMO: Este trabalho no formato de Relato de Experiência, visa apresentar, em relação à busca de cidadania cada vez mais plena na nossa sociedade, a proposta do ensino da Constituição Federal de 1988 na educação básica brasileira, feita pelo poder legislativo brasileiro, inicialmente em proposta do Senador Romário de Souza Faria. Reflexão sobre a proposta da carta constitucional sendo modelo ativo para a efetivação dos valores cidadãos para os jovens brasileiros, partindo do olhar sobre a realidade e contexto de nosso sistema educacional para poder aplicar essa premissa. Refletindo, também, de iniciativas já existentes na introdução do ensino constitucional em escolas no país, analisando o alcance dessas propostas, bem como, discussão sócio jurídica sobre o modo de operação que faça eficazmente, em âmbito nacional, trazer a Constituição e sua relevância no projeto de transformar a sociedade brasileira em uma sociedade cada vez mais conhecedora de deveres e direitos, seguindo em rumo a maior relevância da prática de cidadania.

Palavras-chave: Constituição. Educação. Cidadania.

INTRODUÇÃO: Para nosso relatório final sobre o objetivo de intervenção escolhido, conseguimos realizar a prática na Escola Estadual dr. Graciliano Lordão. Localizada nas Quintas, em Natal, Rio Grande do Norte. Quando pensamos a intervenção, escolhemos alguma turma do ensino fundamental, a turma escolhida pela escola, foi, então, o nono ano do ensino fundamental, do turno matutino. Pudemos, assim, na data de 4 e 7 de junho de 2018 realizarmos a efetivação do questionário inicial e, em seguida, a palestra e questionário final. De tal maneira que começamos a pôr em prática os objetivos idealizados, distribuindo questionários iniciais(4 de Junho), para conhecermos o conhecimento prévio dos estudantes sobre o que seria a Constituição e seu papel para a cidadania e quais seus conhecimentos sobre cidadania, pudemos perceber, então, que dos 26 questionários respondidos, a maioria(23 dos 26 questionários) não conhecia a Constituição e seus papéis na sociedade. Partindo desse conhecimento inicial, o segundo momento, em 7 de junho, realizamos nossa intervenção com a exposição do vídeo definido, dos slides e da palestra sobre o papel da Constituição e sua importância para o país, bem como, seu papel na consecução da cidadania. Construindo, assim, nosso segundo objetivo, de refletir em conjunto com os estudantes sobre o que seria a nossa carta magna, percebemos, uma interação positiva que refletiu no nosso terceiro objetivo. O terceiro momento, definido em nossos objetivos iniciais, era conseguir levar um conhecimento basilar, inicial, para esses estudantes sobre a importância do conhecimento da nossa Constituição Federal, um conhecimento definidor de cidadania, dentro dessa Constituição, como a observância da assunção de direitos e

deveres, e de respeito entre nós como sociedade. Acreditamos que pelas respostas no questionário final, conseguimos alcançar uma boa realização dessa meta (todos os 26 questionários consideraram importante o conhecimento da Constituição e todos consideraram a intervenção como algo proveitoso). **METODOLOGIA:** Observou-se o período atual, onde a constituição completa 30 anos de existência, e mesmo assim, poucos tem conhecimento acerca de seu conteúdo, principalmente as crianças. Esse foi um dos motivos pelos quais decidimos apresentar esse tema em ambiente escolar. Pode dizer que é preocupante a importância dada a Constituição Federal entre os populares, logo ela que trás tantos direitos e garantias que o povo brasileiro demorou anos para conseguir. Adotar a Constituição nas escolas como matéria não é apenas um ato de patriotismo ou algo parecido, mas sim, reconhecimento de tamanha importância que é a Carta magna para nossa sociedade. E foi partindo desse pressuposto que iniciamos nossa intervenção. A intervenção se deu na Escola Estadual dr. Graciliano Lordão. Localizada nas Quintas, em Natal, Rio Grande do Norte. Preferencialmente escolhemos uma turma de ensino fundamental, por serem alunos mais novos e possivelmente não conhecedores da constituição. Consequentemente, a escola escolheu para a intervenção a turma do nono ano do ensino fundamental matutino. A intervenção ocorreu entre os períodos de 4 a 7 de Junho de 2018, sendo que no dia 4 foi aplicado o primeiro questionário para avaliação da real situação em que se encontravam os alunos no que se refere ao conhecimento da Constituição, e então, no dia 7 foi realizada a devida intervenção, onde foi apresentado um vídeo ilustrativo em formato de desenho, que pode ser encontrado no seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=OT0UV5uB_Xs, além de slides explicativos e dinâmicos para poder interagir com os alunos, e assim dar espaço para possíveis dúvidas e opiniões. O período entre 4 e 7 serviu para avaliação parcial da situação e assim poder adequar a intervenção a situação da turma. Foram tomados os devidos cuidados com as imagens dos estudantes, pois todos eram menores de idade, impossibilitando a captura de imagem sem autorização destes. **RESULTADOS:** A partir da intervenção realizada nas escolas, tivemos contato com a percepção inicial desses estudantes sobre o papel da Constituição Federal, tivemos uma demanda primeira de pouco conhecimento sobre o que seria a carta aludida, sobre suas funções, que são tão primordiais para a nação, de tal maneira que pudemos perceber ao deitarmos o olhar sobre os questionários iniciais que uma maioria reveladora não sabia o que seria a Constituição, nem a sua função na sociedade. Como também, nosso outro objetivo, qual seja, identificar se os estudantes possuíam conhecimento sobre a noção de cidadania advinda da Constituição, uma noção de cidadania privilegiando a percepção de que temos direitos e deveres e devemos conhece-los, ao recebermos as respostas do questionário inicial, foi denotado também que maioria representativa não possuía esse conhecimento. A nossa prática foi então realizada, tal qual planejado nos objetivos da intervenção, levamos a discussão e conceitos sobre a Constituição e sobre cidadania, partindo do pressuposto que existe intenções oficiais de se levar o ensino da Constituição Federal para o ensino, como declarado em um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional. Para avaliar os efeitos de nossa intervenção, realizamos a entrega dos questionários finais para a turma escolhida pela escola para a feitura do nosso projeto, ficou declarado, assim, que nossa atitude teve um impacto positivo, principalmente no tocante a novas percepções para esses estudantes, a diferença

de respostas do questionário inicial para o final foi positiva. No questionário final, houve a colocação de conceitos próprios dos estudantes sobre a Constituição Federal e sobre a cidadania almejada em nossos objetivos, em uma diferenciação de pouco ou quase nenhum conhecimento sobre esses tópicos, para respostas com mais clareza e destacando a importância do conhecimento desses valores aludidos. **CONCLUSÃO:** Estamos como nação, completando 30 anos do momento em que uma intencionalidade de busca por democracia com assunção de direitos e deveres, com participação da sociedade e por, enfim, buscar uma nação cada vez mais esclarecida e cumpridora desses dados direitos e deveres. Por isso, 30 anos está fazendo também nossa Constituição Federal, em um momento que, mais uma vez, ela precisa ser consolidada e reafirmada como instrumento primordial para nossas intenções como um povo em progresso. Esse fator se torna relevante se olharmos as intenções de nossa intervenção realizada, pois, nada mais justo pensar no fortalecimento da Constituição e assim, o fortalecimento desses objetivos aqui colocados se cada vez mais pessoas tenha acesso ao entendimento do que seja nossa carta magna, para que ela serve, como ela preceitua cidadanias entre outros pontos importantes para a sociedade. De tal maneira que é revelador perceber como nas escolas, que seria um ponto crucial para levar o fortalecimento da Constituição, os estudantes não possuam, ou possuam pouco conhecimento desses conceitos, sendo, portanto, positivo a intenção do Congresso em levar a Constituição para as escolas do Brasil, bem como, louvável algumas atitudes como o da iniciativa Constituição nas Escolas feita por um grupo de advogados e que contribuiu como fonte ideológica para nossa intervenção também. Percebemos que pela nossa intervenção de dois encontros apenas, existiu uma relevância para esse conhecimento nos estudantes que participaram, o que nos faz denotar que se existisse uma medida estrutural contribuindo para esse conhecimento se obteria resultados positivos para nossa sociedade. Afirmando que essa medida, mesmo sendo aprovada pelo nosso Congresso Nacional, precisaria ainda de outras reflexões, principalmente, na questão de como efetivar isso na prática nas escolas nacionais, mas, pelo que foi aqui evidenciado, seria um ponto de partida importante para o Brasil.

REFERÊNCIAS

AYRES, A. de C. **A implantação do direito constitucional nas escolas:** uma medida de afirmação da cidadania. Jus.com.br. 12/2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/34891/a-implantacao-do-direito-constitucional-nas-escolas-uma-medida-de-afirmacao-da-cidadania>. Acesso em: 02 set. 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado PLS 70/2015.** Altera a redação dos arts. 32 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para inserir novas disciplinas obrigatórias nos currículos dos ensinos fundamental e médio. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119869>. Acesso em: 01 set. 2017. Texto Original.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 set. 2017.

NEVES, F.C.R. *et al.* **Projeto Constituição na Escola**.

Disponível em: <http://constituiconasescolas.com.br>. Acesso em: 02 set. 2017.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Revista Barbarói**. Santa Cruz do Sul (RS), jan./jun. 2013. n. 38, p.45-59. Disponível em:

<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2471/2743> . Acesso em: 02 set. 2017.

TAVARES, A. R. **Curso de Direito Constitucional**. 15. ed. São Paulo. Saraiva: 2017.

TRÁFICO HUMANO: UMA ANÁLISE ACERCA DA PERSPECTIVA SOCIAL E DOS DISPOSITIVOS LEGAIS DO MERCADO SEXUAL DE MULHERES

AUTORAS:

Renata Teixeira de Queiroz
Emanuelle Alves dos Santos
Maria Israele Ferreira de Oliveira
Islana Victoria de Medeiros
Edleide Silva Bezerra

RESUMO: O tráfico humano, principalmente o voltado para a exploração sexual das mulheres, tornou-se um dos mercados ilícitos que mais crescem a nível mundial, perdendo apenas para o tráfico de drogas e de armas. Dessa forma, esse estudo objetiva analisar a prática do crime de tráfico internacional de pessoas, com ênfase no mercado voltado para a exploração sexual de mulheres, ou seja, quais são suas causas, como também, versar quais são as leis, principalmente as do cenário brasileiro, no que diz respeito às suas aplicabilidades e efetividade diante da problemática em questão. Para isso, fez-se necessário realizar uma ampla pesquisa na qual foram utilizadas diversas fontes bibliográficas, tais como livros de conteúdo históricos e jurídicos, como também, em fontes eletrônicas disponíveis em rede, tais como, artigos científicos, relatórios, notícias publicadas em sites especializados e demais entidades que tratam de forma fundamentada da temática do tráfico humano. Assim, foi possível fazer análise de tal fenômeno abordando, principalmente, o cenário das leis diante dessa problemática ainda vigente no século XXI.

Palavras-chave: Tráfico humano. Mulheres. Leis.

INTRODUÇÃO: O tráfico humano, amplamente intitulado como tráfico de pessoas, é considerado um fenômeno criminal complexo uma vez que, além de violar gravemente a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), tal prática envolve vários setores que vão desde a comercialização ilegal de órgãos até a exploração sexual, a uma perspectiva mundial. Tal prática criminosa, principalmente o tráfico de pessoas voltado para o mercado sexual internacional, acabou por transformar os países em uma grande rede de comércio de seres humanos, tornando-se, assim, um dos mercados ilícitos que mais crescem atualmente devido a sua rentabilidade. Tornando-se, assim, uma problemática de grande relevância no cenário contemporâneo devido a sua dimensão. Apesar de o tráfico humano ser uma temática bastante discutida no século XXI, em razão de tal atividade estar inserida no ranking dos três mercados ilícitos que mais crescem na atualidade, perdendo apenas para o tráfico de drogas e de armas, esse fenômeno já veio se “desenhando” na história da humanidade. Segundo historiadores, foi a partir do século XV que começaram a surgir os primeiros indícios do comércio de seres humanos. Foi com a expansão marítima e comercial europeia, época conhecida como a das grandes navegações, onde fez-se necessário realocar mão de obra de outros territórios, através do fenômeno conhecido como tráfico negreiro, para suprir a carência de

produção oriunda da expansão dos sistemas mercantis. Posteriormente a esse acontecimento, que perdurou ainda por vários séculos, a preocupação voltava-se para o denominado tráfico de escravas brancas, ou “*White Slave Trade*” como ficou conhecido internacionalmente. Esse fenômeno, de natureza símil ao escopo dessa pesquisa, se tratava da saída de mulheres, principalmente as europeias, de seus países de origem com objetivo de inseri-las, coagidamente, no mercado sexual internacional. Atualmente, pode-se citar várias determinantes que fazem tal tipo de tráfico progredir, entretanto, a predominante são as condições de vida em que a provável vítima se encontra. Essas são oriundas, em sua maioria das vezes, de classes sociais de menor poder aquisitivo e sem prestígio social as quais esbarram justamente nos recursos econômicos limitados e nas desigualdades sociais e tornam-se estático perante o sistema capitalista que a sociedade se encontra inserido. No Brasil, essa realidade não seria diferente, uma vez que o país é marcado historicamente por grandes desigualdades contribuindo, assim, para um estado de vulnerabilidade social elevado. A Convenção contra o Crime Organizado Transnacional, realizada no ano de 2000 pela Organização das Nações Unidas (ONU), posteriormente complementada pelo Protocolo de Palermo, tornou-se o principal marco no combate a esse crime. Além disso, tais tratados acabaram por influenciar muitos países a introduzirem princípios e diretrizes acerca do tráfico humano em seus ordenamentos jurídicos. No Brasil, a tipificação do tráfico de pessoas estava presente no Código Penal apenas nos casos de Tráfico Internacional para Fins de Exploração Sexual (artigo 231) e Tráfico Interno para Fins de Exploração Sexual (artigo 231-A). Contudo, a Lei nº 13.344/2016 (Lei de enfrentamento ao tráfico de pessoas) suprimiu os artigos 231 e 231-A. Portanto, o objetivo deste estudo constitui-se em fazer uma análise acerca desse mercado ilícito tão difundido que se tornou o tráfico humano, abordando, assim, a perspectiva social desse fenômeno, a normatividade jurídica, principalmente a do cenário brasileiro, bem como sua efetividade. Sendo assim, esse trabalho visa trazer conceitos, informações, estatísticas, entre outros, que subsidiem a melhor compreensão dessa temática complexa. **METODOLOGIA:** A elaboração desse estudo, por se tratar de uma pesquisa teórica, deu-se, principalmente, através da utilização de ferramentas para consulta de diversas fontes bibliográficas, tais como livros de conteúdo históricos e jurídicos, leis, decretos, relatórios fornecidos por fontes oficiais. Assim, segundo Gil (2002), esse estudo pode ser denominado como uma pesquisa bibliográfica, uma vez que ainda foram utilizadas fontes eletrônicas disponíveis em rede, tais como: artigos científicos, livros digitais, relatórios, notícias publicadas em sites especializados e demais entidades que tratam de forma fundamentada da temática do tráfico humano. Vencida essa etapa da obtenção de dados acerca da temática escolhida, onde fez-se possível uma ampla compilação de informações referentes ao conteúdo, foi realizada a elaboração de resumos e fichamentos para possibilitar e facilitar o grupo a realizar um melhor desenvolvimento da estruturação do intitulado “Projeto de Análise Socio-Jurídica”. Esse estudo se encaixa, conforme Gil (2002), nas categorias de pesquisa exploratória-descritiva, pois, tem como propósito o levantamento bibliográfico para proporcionar uma maior familiaridade com objeto em estudo, nesse caso com o tema do tráfico de pessoas, suas modalidades, leis, contexto, entre outros. E, além disso, visa a análise das características do fenômeno em estudo. Foi usada, também, como base do trabalho a metodologia cartográfica a qual traz, como o próprio nome já sugere, os conceitos

geográficos da cartografia como um instrumento didático para a pesquisa. Esse método, trazendo para a perspectiva desse trabalho, consiste em trazer uma elucidação organizada e clara da relação do fato social, que nesse caso é o tráfico internacional de pessoas com ênfase na exploração sexual de mulheres, e do fato jurídico que são as leis que punem esse fato. Por fim, foi feita toda a estruturação do texto de acordo com todo o material obtido com o levantamento de pesquisa bibliográfica para que no desenvolver do texto fosse realizada uma linha de raciocínio sobre o tema versado, a fim de fazer as informações fluírem da forma mais compreensível possível. **REVISÃO DA LITERATURA:** Conforme o Protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, mais conhecido como Protocolo de Palermo, o tráfico humano pode ser definido como:

O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo-se à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração.

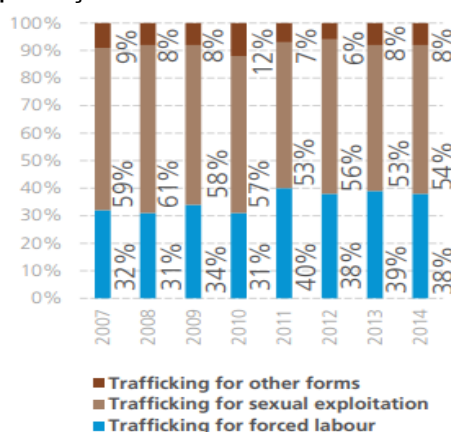
O próprio Protocolo de Palermo ainda complementa essa definição de tráfico trazendo como conceito de exploração como sendo “a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas similares à escravidão, a servidão ou a remoção de órgãos”. Isto é, o tráfico de seres humanos é uma forma de impedimento, ou melhor, uma restrição da liberdade humana, do direito de ir e vir do indivíduo. É importante destacar que esse fato entra diretamente em discordância com os termos estabelecidos pela Declaração Universal de Direitos Humanos estabelecida, carta elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a qual fomenta os direitos básicos inerentes a todo ser humano. Para reforçar a assertiva discutida acima, cabe colocar aqui, portanto, o artigo 3º do documento em questão, o qual versa o seguinte: “todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. Assim, como trata-se de uma forma de restrição de liberdade, o tráfico de pessoas vai de face ao esse artigo visto. Além disso, ainda fazendo referência a Declaração dos Direitos Humanos, cabe colocar também o artigo 4º do mesmo documento elaborado pela ONU, o qual expõe que “ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serem proibidos em todas as suas formas”. No entanto, como bem coloca Medeiros (2016), apesar de confrontar valores enunciados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), o tráfico de mulheres com fins para a exploração sexual apresenta um dos maiores crescimentos devido a busca incessante dos “consumidores”. Tal prática criminosa é uma das mais rentáveis do mundo, levantando por ano, conforme dados do Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crimes (UNODC), um capital de mais de U\$ 30 bilhões a nível mundial, perdendo apenas para outros dois tipos de tráfico: o de armas e as drogas. Fazendo um recorte mais geográfico e trazendo tal perspectiva para a realidade brasileira, quanto a normatividade da temática, antes de adentrar nos termos da Constituição Federal de 1988, é de suma importância

trazer a influência de um dos mais conhecidos pactos internacionais sobre o tema, o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas (Protocolo de Palermo). Esse último provocou implicações positivas na realidade nacional, promulgando, através do Decreto nº 5.017 do ano de 2004, o texto vigente no mesmo Protocolo. Além disso, ainda sobre influência dos termos do Protocolo de Palermo, em 26 de outubro de 2006 foi aprovado o Decreto nº 5.948 o qual no caput de seu artigo 1º versa o seguinte: “Art. 1º Fica aprovada a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que tem por finalidade estabelecer princípios, diretrizes e ações de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e de atendimento às vítimas [...]”. No tocante a Constituição Federal de 1988, o objeto de estudo desse trabalho tem sua essência retratada, principalmente, em dois significativos artigos. Primeiramente, no inciso III do Artigo 1º, no qual estabelece como um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana. Depois, já tratando, de certa forma, do conteúdo intrínseco as cláusulas pétreas, mais especificamente o que traz o seu inciso IV os direitos e garantias individuais, tem-se o que está disposto no caput do artigo da 5ª da Constituição: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Já no que diz respeito às leis infraconstitucionais, a tipificação do tráfico de pessoas estava presente anteriormente, apenas no Código Penal nos casos de Tráfico Internacional para Fins de Exploração Sexual (artigo 231) e Tráfico Interno para Fins de Exploração Sexual (artigo 231-A), ambos previstos no Título VI, intitulado “dos crimes contra a liberdade sexual”. Contudo, com a complexidade do tema viu-se a necessidade de adaptar Código Penal brasileiro à legislação internacional, dessa forma, a Lei nº 13.344/2016 suprimiu os artigos 231 e 231-A. Vale salientar que existem ainda outras leis dispostas no Código Penal que apesar de não tratarem diretamente sobre a temática do tráfico de pessoas em si, elas fazem alusão a exploração sexual de outrem e acabam que podem também ajudar a punir os responsáveis por tal prática criminosa. Quanto aos crimes correlatos ao tráfico humano e seus respectivos artigos pode-se destacar: o favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável presente no Artigo 218-B do Código Penal; Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual presente nos artigos 228 e 229 do Código Penal; Rufianismo (Artigo 230 do Código Penal), isto é, “tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça”; Retornando a Lei nº 13.344 promulgada em 6 de outubro de 2016, a qual dispõe sobre a prevenção e a repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas, como também, sobre as medidas de atenção às vítimas. Nela, são tratadas todas as modalidades de tráfico humano no qual se estabelece no artigo 13, dessa mesma lei, uma pena reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. Contudo, apesar de possuir toda uma normatividade tutelando sobre essa temática tão relevante para a sociedade, como já retratada anteriormente, essas leis parecem surtir o efeito necessário para decrescer as estatísticas. Conforme revela BRASIL (2013, p. 8) em seu Relatório Nacional de Tráfico de Pessoas:

Ainda que relevantes, esses esforços se revelam ainda tímidos, frente à dimensão do problema. Isto é percebido, por exemplo, na dificuldade com que as nações têm conseguido implementar uma legislação que reproduza os termos definidos no Protocolo, ou ao menos que amplie ou passe a cobrir juridicamente as práticas relacionadas ao tráfico de pessoas à medida em que estas vêm sendo cada vez mais observadas, de forma a intensificar as ações de prevenção e controle efetivo sobre elas.

Segundo a “United Nations Office on Drugs and Crime” (UNODC), em sua mais recente pesquisa sobre o tráfico de pessoas intitulada “Global Report on Trafficking in Persons”, publicada em 2016, trouxe dados atuais e que exemplificam assertiva apresentada acima. Na figura 1, pode-se perceber que apesar dos países já possuírem normas jurídicas a respeito do tráfico humano, as estatísticas, em um período de 7 anos (2007-2014) permanecem de certa forma constante ou apresentam um aumento. No que diz respeito ao tráfico voltado para os fins de exploração sexual, ainda de acordo com a figura 1, pode-se notar que os números permaneceram constantes e houve, apesar de pequena, um crescente nos dados mais atuais referente a transição do ano de 2013 para 2014, mesmo possuindo toda uma normatividade jurídica sobre o assunto.

Figura 1 - Formas de exploração entre as vítimas de tráfico detectadas (2007-2014)



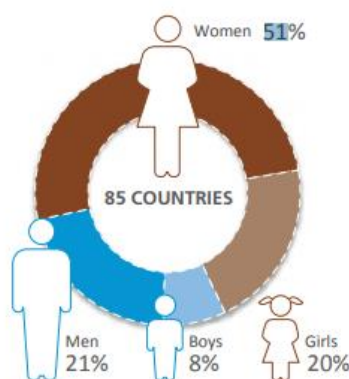
Fonte: UNODC, 2016.

Quanto aos perfis das vítimas traficadas a nível mundial a UNODC (2016, p. 23) coloca o seguinte:

Um total de 63.251 vítimas foram detectadas em 106 países e territórios entre 2012 e 2014. Com base nas 17.752 vítimas detectadas em 85 países em 2014, para as quais sexo e idade foram relatados, uma clara maioria era do sexo feminino - mulheres e meninas adultas - compreendendo cerca de 70% do número total de vítimas detectadas. As fêmeas têm composta a maioria das vítimas detectadas desde que o UNODC começou a coletar dados sobre o tráfico de pessoas em 2003.

Essa realidade versada acima, onde há o predomínio do sexo feminino dentre as pessoas traficadas, pode ser evidenciada na figura 2, onde, apenas no ano de 2014, as mulheres de 18 anos para cima corresponderam a 51% das pessoas totais traficadas e as mulheres de 17 anos para baixo apresentam uma porcentagem de 20 %. Sendo assim, o sexo feminino correspondeu a 71% do total de vítimas.

Figura 2 - Vítimas do tráfico de pessoas, por idade e sexo (2014).



Fonte: UNODC, 2016.

É importante evidenciar ainda que o “Global Report on Trafficking in Persons” destaca que, em sua grande maioria, as mulheres tendem a ser vítimas principalmente do tráfico humano com fins de exploração sexual, na qual a categoria mais comum é inseri-las em estabelecimentos voltados para a prostituição. No tráfico com fins para exploração sexual, sobretudo a do sexo feminino, o seguimento é o que apresenta os maiores números. Conforme Relatório Nacional de Tráfico de Pessoas elaborado pelo Ministério da Justiça junto com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), nos casos em que o sexo da vítima foi informado, entre os anos de 2011 a 2013, em 73,4% dele as vítimas eram do sexo feminino. No Brasil, entre os anos de 2005 e 2011, foram identificadas cerca de 340 mulheres que foram vítimas de tráficos com o objetivo de exploração sexual. Em 2012, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Saúde contabilizaram, em conjunto, mais de 400 mulheres traficadas que buscaram por ajuda. Contudo, apesar disso, não se teve notícias de nenhuma utilização das legislações nem específicas e nem correlatas do crime de tráfico de pessoas (ZÚQUETE; SOUZA; DESLANDES, 2016). Sendo assim, pode-se afirmar que tanto no cenário brasileiro quanto no cenário internacional, o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, temática central desse estudo, figura como a principal atividade de tráfico de pessoas existente mesmo possuindo toda uma normatividade que tutele os direitos dessas pessoas e punam os criminosos responsáveis por esse tipo de crime. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** É importante destacar que a principal causa, tanto no âmbito internacional quanto nacional, que faz esse tipo de tráfico progredir são as condições de vida em que as vítimas se encontram, ou melhor, a vulnerabilidade da vítima. Muitas dessas são mulheres, no caso do mercado de exploração sexual, objeto de estudo desse trabalho, são aquelas que se encontram em um estado de vulnerabilidade tanto econômica quanto social, ou seja, são aquelas pessoas que se encontram em situação de desemprego, com dificuldades de inserção social. Surge daí outro motivo, ainda conforme os autores, que logra o êxito desse mercado ilícito que é o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Aproveitando-se dessa difícil situação vivenciada por essas mulheres, as redes de tráfico atuam de uma forma bastante organizada e discreta, ou seja, os denominados “aliciadores” estruturam todo um planejamento e acabam por promover fortes laços de amizade e de confiança com as vítimas, não acarretando

em qualquer tipo de desconfiança. Além disso, conforme destaca o Senado Federal (2016), outro fator que faz esse tipo de crime crescer é a falta de denúncia tanto das vítimas quanto população. Enquanto as primeiras se sentem envergonhadas diante da situação e não querem se identificar como vítimas, as últimas, no caso a população, muitas das vezes desconhecem esse tipo de crime. Somente entre os anos de 2007 e 2010, ou seja, em um espaço de três anos, em quais 132 países de todas as partes do mundo foram analisados, 16% registraram nenhuma ocorrência ou condenação sobre o tráfico de pessoas e em apenas 23% desses países foram registradas algum tipo de condenação por esse crime, isto é, uma porcentagem incrivelmente pequena com relação a gravidade da temática que é o tráfico de seres humanos (CAMPOS, 2017). **CONCLUSÃO:** O presente trabalho se propôs fazer um estudo acerca do cenário do tráfico internacional de pessoas com fins de exploração sexual de mulheres, buscando sempre evidenciar os principais aspectos do contexto histórico em que sucedeu o fato social e relacioná-lo com o surgimento do fato jurídico, para assim poder analisar melhor a efetividade das normas que viriam a surgir a posteriori. Tendo em visto isso, parte da pesquisa realizada nesse trabalho focou em fazer um levantamento da evolução das normas legais que acompanharam o fenômeno do tráfico humano, tanto em uma esfera internacional quanto na esfera nacional. Logo, foram apresentados os princípios oriundos das Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) da ONU que embasa os ordenamentos jurídicos de muitos países e, também, as normas que regem sobre o tema na realidade brasileira. Com o levantamento histórico realizado no início do estudo foi possível evidenciar a relação entre o fato social e fato jurídico. Essa relação foi progredindo até materializar-se como os primeiros dispositivos normativos sobre a temática evoluindo para as legislações vigentes. Apesar disso, o tráfico humano não deixou evoluir devido, principalmente, a um notável estado de vulnerabilidade social e acabou por se tornar um dos mercados ilícitos que mais crescem no século XXI. Como o Brasil é um país marcado historicamente por grandes desigualdades sociais, torna-se um dos alvos mais escolhidos para se obter vítimas para esse tipo de mercado ilícito que se constitui o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, uma vez que essas se encontram em busca de melhores oportunidades de vida. Dessa forma, é de suma importância prevenir esse tipo de prática através de políticas públicas que venham a abordar sobre o tema uma vez que é um fenômeno invisível e pouco divulgado. As denúncias se fazem de extrema importância para auxiliar os órgãos com a localização das vítimas e, consequentemente, dessa verdadeira rede de comércio ilegal que se tornou o tráfico humano para a partir daí ajudar os órgãos competentes a garantir uma efetividade maior das referidas leis para que seja evitado a impunidade. Ademais, combater a vulnerabilidade social é uma das principais causas que faz esse mercado se propagar cada vez mais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Lei nº 13.344, de 26 de outubro de 2016**. Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Brasília, DF.

_____. **Ministério da Justiça**. Disponível em: http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-relatorios/relatorio-_2013_final_14-08-2015.pdf. Acesso em: 28 ago. 2018.

CAMPOS, Flávia Emília. **Tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual**. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/56967/trafico-internacional-de-mulheres-para-fins-de-exploracao-sexual#_ftn7. Acesso em: 4 set. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

MEDEIROS, Maria Alice de Brito Silva. **Tráfico Internacional de Pessoas: a escravidão moderna fundada na vulnerabilidade da vítima**. Disponível em: <https://alicebsm.jusbrasil.com.br/artigos/383893203/trafico-internacional-de-pessoas>. Acesso em: 4 set. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Disponível em: <http://www.onu.org.br>. Acesso em: 27 ago. 2018.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2018.

PUREZA, Diego Luiz Victório. **O crime de tráfico de pessoas após a Lei nº 13.344/2016**. Disponível em: http://ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18366&revista_caderno=3. Acesso em: 28 ago. 2018.

SENADO FEDERAL. **Nova lei contra o tráfico de pessoas facilita punição e amplia proteção à vítima**. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/novo-marco-legal-contr-o-traffic-o-de-pessoas-facilita-punicao-e-amplia-protecao-a-vitima>. Acesso em: 5 set. 2018.

UNODC. **Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime**. Disponível em: <http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/ungift.html>. Acesso em: 28 ago. 2018.

_____. **Quase um terço do total de vítimas de tráfico de pessoas no mundo são crianças, segundo informações do Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas 2016**. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2017/03/quase-um-terco-do-total-de-vitimas-de-traffic-o-de-pessoas-no-mundo-sao-criancas-segundo-informacoes-do-relatorio-global-sobre-traffic-o-de-pessoas.html>. Acesso em: 5 set. 2018.

_____. **Global Report On Trafficking In Persons**. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/>. Acesso em: 04 set. 2018.

ZÚQUETE, Jose Gonçalo Pais Estrela da Silveira; SOUZA, Edinilsa Ramos de; DESLANDES, Suely Ferreira. **Concepções sobre o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual: um estudo com representantes institucionais no Brasil e em Portugal.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v32n10/1678-4464-csp-32-10-e00075415.pdf>. Acesso em: 5 set. 2018.

OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

AUTORES:

Taua Silva Pimentel

Ludiana de Oliveira Queiroz

Jose Edson da Costa Junior

Polliana Naille Guedes de Queiroz

RESUMO: Neste trabalho revela as dificuldades do docente para a atuação, explanando para o âmbito jurídico que mesmo incorporados de normativas há o descaso social. Assim, busca contribuir com a superação de obstáculos identificados na legislação e requalificar a docência.

Palavras-chave: Educação. Desafios. Docência

INTRODUÇÃO: O presente trabalho tende a mostrar a visão do professor para a construção social dos alunos. Sabe-se que no Brasil, o professor é o principal fomentador da busca ao conhecimento, ao incentivo à pesquisa e ao crescimento acadêmico, atravessando também a perspectiva do desenvolvimento do caráter do indivíduo. Em uma percepção internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU), em reunião na cúpula de desenvolvimento sustentável no ano de 2015, estabeleceu 17 objetivos para transformar o nosso mundo até o ano de 2030. No documento, o objetivo 4º, visa justamente assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Nesse sentido, é essencial avaliar quais os direcionamentos que os mentores educacionais do país executam em prol do ensino. No sistema brasileiro há um programa, Assessoria de Comunicação Social Fundeb (2018) para a valorização dos profissionais na educação, que atende três principais requisitos, sendo eles: o financiamento de todas as etapas da educação básica; o fortalecimento da equidade no financiamento da educação; e a garantia na valorização dos profissionais dessa área, que é a principal fonte de financiamento da educação básica o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Segundo Garcês (2010) Com vigência estabelecida para o período 2007-2020, quando o total de alunos matriculados na rede pública foi considerado na distribuição dos recursos e o percentual de contribuição dos estados, Distrito Federal e municípios para a formação do fundo atingiu o patamar de 20%. O aporte de recursos do governo federal ao Fundeb, de R\$2 bilhões em 2007, aumentou para R\$3,2 bilhões em 2008, R\$5,1 bilhões em 2009 e, a partir de 2010, passou a ser no valor correspondente a 10% da contribuição total dos estados e municípios de todo o país. **METODOLOGIA:** A vertente metodológica utilizada foi o método qualitativo e cartográfico, pois busca inserir a realidade jurídica relacionando-se com o interesse social, e ainda, se voltando para a análise de conhecimentos, de professores nas áreas tanto públicas, quanto privadas, já que estes atuaram em ambos os setores, permitindo assim, uma melhor interação sobre o tema. Utilizamos como medida, a escala, pois ela tem a capacidade de identificar na Constituição Federal de 1988, nos seus artigos 6º e 205º e o 212º, em conjunto com a LDB, já que busca assegurar o direito a educação toda população brasileira. E com dados, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), relatando que o Brasil em 2017, teve sua nota 5,8

enquanto no município de Sobral no Ceará, foi de 9,1 com investimento médio de R\$ 3.091,00. A projeção identificada na fonte de pesquisa nasceu da ineficácia do estado, diante da quantidade de normas no âmbito educacional brasileiro, e ainda diante da omissão estatal responsável por esse direito social, torna-se a educação como basilar para a transformação da realidade social que habitamos, é de completa crise social, moral e política. A simbolização desta pesquisa é, explanar para o âmbito jurídico que mesmo incorporados no descaso social, existe a necessidade de aplicação qualificada na educação, para abolir este grande problema que afeta a sociedade, concedendo aos indivíduos na área educacional o mínimo para sua progressão, só assim, pode-se construir uma sociedade em que o homem possa usar da educação como uma fonte de crescimento coletivo.

REVISÃO DA LITERATURA: Nesse cenário, é importante destacar existência de outras Constituições Federais que tinham por objetivo analisar o ordenamento legal relacionado à vinculação de recursos destinados para a educação, disposto em diferentes Constituições Federais na CF 1934, CF 1937, CF 1946, CF 1967 e na Constituição Federal de 1988, que comemora 30 anos de vigência, precisamente nos seus artigos 6º e 205º, 206º, 208º e o 212º e 214º, versam sobre a educação em seus direitos e deveres do Estado, família e sociedade, estes enraizados por princípios, com aplicabilidade de recursos a ser ofertados no ensino público, como plano nacional de regime de colaboração com o caráter de definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino. Diante disso, escolhemos para exporem suas ideias sobre o tema do nosso artigo: a Me. Fernanda Priscila, o Me. Ricardo Duarte e o Esp. Christian Nóbrega, ambos com conhecimentos e vivência na área pública e privada, uma vez que os docentes tem papel importante na formação de cidadãos, com intuito dos interesses coletivos, sem haver distinções. Segundo, DANTAS (2016), “Ela (a educação) é précondição para o exercício da autonomia individual e, num segundo momento, para o exercício pleno dos direitos de cidadania.”. Porém, se houver falha ao decorrer do processo ensino-aprendizagem, poderá não formar cidadãos conscientes para cobrar de forma efetiva das entidades responsáveis a preservação dos direitos e garantias fundamentais da educação de qualidade, previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), Lei nº 9394/96. Na perspectiva ainda de Dantas (2016), os direitos prestacionais, como é o direito a educação, nasceram com o intuito de possibilitar aos indivíduos melhores condições de vida social e econômica, no intuito de reduzir as desigualdades que há, para propiciar a plena justiça social e garantir a plenitude na educação. Nesta análise sobre a docência destaca-se também a visão de GARCÊS (2010) no seu artigo, sua busca e de que como a educação poderia evoluir ou não de acordo com incentivos à docência, para que cada vez mais a qualidade do ensino venha a progredir, isso através de algumas ferramentas como, por exemplo: o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID), que tem como finalidade de antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com isso critica veemente a posição doutrinária que aborda a educação básica como um direito social, que versa sobre o mínimo existencial, pois tal princípio não analisa o princípio da dignidade humana. Assim, não desprezando tal princípio doutrinário, mas que em contrapartida, choca com o interesse público, pois com a aplicação do mínimo existencial, acabam negando tais direitos essenciais ao cidadão que são os

direitos sociais. Além disso, podemos analisar de que forma a educação deve ser vista:

A educação é à base do desenvolvimento e do despertar introspectivo do ser humano em busca de seus direitos! Sem educação não há futuro, sem futuro não há esperança e sem esperança não nos restará nada, a não ser viver na escuridão em pleno dia de verão! (OLIVEIRA, 2008).

Um dos maiores autores que o Brasil já teve sobre a relação ensino aprendizagem é Paulo Freire. Para ele, patrono da educação brasileira, professor em várias universidades nacionais e internacionais escreveu sobre a docência em sua última obra, "PEDAGOGIA DA AUTONOMIA: saberes necessários à prática educativa". Tratando logo em seu primeiro capítulo, que não há docência sem discência, em que o educador, em sala de aula necessita da ajuda de seus alunos, que não adianta só repassar os seus conhecimentos, mas sim achar meios de incentivos aos alunos a construir um pensamento, sempre dosando a prática e a teoria, e assim consiga ter uma hegemonia na sala de aula e fora dela, "...ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção" (FREIRE, 2003, p. 47). No entanto, no estado democrático de direito brasileiro atravessa grandes obstáculos quanto a aplicabilidades desses recursos referentes à educação. E, com isso a educação percorre por severas dificuldades. Mesmo com tratados, acordos, tanto no âmbito nacional quanto internacional, priorizando o direito a educação, há a necessidade de extirpar tal problemática. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No Brasil há a colaboração dos poderes executivo, judiciário e legislativo que têm competência para distribuição e efetivação dos direitos à educação, é necessário que o Estado deve buscar a fiscalização do crescimento profissional, para que só assim a docência contribua com a formação dos alunos, e que esses devem requalificar o seu nível de docência. Para o docente público chegar a exercer sua profissão, ele tem que estudar, se capacitar, ter uma graduação na área que deseja atuar. Assim ele passa a ensinar em rede pública através de concurso público. Na rede pública não se vê uma fiscalização após entrar em seu exercício de função, não há um controle, no qual é de extrema importância essa avaliação para saber a capacitação do professor, a atualização dos seus conhecimentos que tudo irá influenciar no entendimento dos alunos. Por esse motivo existe o FUNDEB, uma vez que ele busca atender a qualificação profissional, porém há casos em que o seu desvio de finalidade acarreta no desenvolvimento da educação, pois a falta de informação é um dos fatores que leva aos docentes acreditarem que o FUNDEB é uma bonificação, e não um investimento profissional. Na rede privada, o docente deve passar por uma entrevista de emprego, ter conhecimento na área de atuação, preenchendo os requisitos necessários e exigíveis da instituição, para posteriormente vir ocupar um cargo. Nestes aspectos citados, o problema da educação não para aqui, a sociedade tem uma parcela de culpa, além do poder público. A população deve buscar interagir, cobrar e os pais participarem de reuniões, pois só diante da participação efetiva dos pais, da escola e dos órgãos competentes, é que a educação brasileira pode reverter a situação precária que se vive. **CONCLUSÃO:** Ao analisar o exposto entre normatividade que é o método, tem toda capacidade de solucionar o problema da educação, já quando parte-se para a sua aplicabilidade existe um buraco negro, uma

inteligibilidade entre a realidade social . Declarando que não há a aplicabilidade mínima de recursos para reverter a situação drástica que se encontra a educação brasileira. Para Vanessa Barros (2018) “A escola, como sempre, é um meio de transformação. Mas estamos falando de uma boa escola: com professores valorizados, bem formados, para que crianças possam sonhar com um futuro que não seja miserável” .Hoje a carreira docente e a estrutura da educação básica pública brasileira, considerando seu financiamento e sua qualidade, está lançada por recuos os quais estão, algumas vezes, condicionados a interesses políticos dos seus respectivos gestores. O financiamento da educação passa-se a perceber uma articulação entre o setor público e o setor privado na provisão de bens e serviços em ambos os casos, destacando-se a existência de um Fundo público (FUNDEB) para investimento da educação básica brasileira, resultado do processo de descentralização financeira, tornando-se o principal instrumento de financiamento da Educação Básica. Especificamente, o desejo da valorização da carreira docente, há a necessidade de construção de uma política intrínseca e extrínseca, voltada para melhorar as condições de trabalho docente, em conjunto à melhoria da remuneração e formação inicial e continuada, haja vista que a política de financiamento da educação básica brasileira acontece por Fundos, e estes não se demonstram capazes para abarcar as melhorias focalizadas de maneira contínua. Sendo que a qualidade de ensino-aprendizagem é resultado de ações de desenvolvimentos que estão ligadas: a capacidade profissional, o interesse de atuação e o desejo de mudar a realidade da educação brasileira, hoje sobre déficit, pois os recursos atribuídos não estão sendo aplicados de forma precisa. O assunto não se esgota nestas poucas páginas, muito ainda se pode pesquisar sobre a docência e os seus desafios de atuação enquanto área do conhecimento, que realiza intervenções construtivas, e que se constitui enquanto espaço de atuação do pedagogo. Todo grau de responsabilidade da docência é reflexo da sua gigantesca influência para a construção cultural, econômica e política seja a nível nacional quanto internacional, e por último e não menos importante da emergência de nos atentarmos a questões sociais de uma forma qualificada e promissora. Espera-se, com este artigo, contribuir para o debate sobre as políticas docentes e o financiamento da educação, de modo a colaborar com a superação de obstáculos identificados na implementação da legislação nacional sobre os assuntos levantados, visando à valorização dessa categoria profissional. Sabemos que a Constituição não é uma lei como as outras. É a lei fundamental, soberana a mais importante do País, porque estabelece os princípios básicos do ordenamento jurídico. Segundo Santos (2014) na concepção de Ferdinand Lassale , num sentido sociológico, a Constituição é a soma dos fatores reais de poder que predominam em uma comunidade. É a composição do que realmente o povo necessita e deseja, devendo haver relação entre o documento escrito e as forças determinantes do poder para existir uma Constituição, caso isso não ocorra a constituição jurídica não passa de uma mera folha de papel. Para concluir utilizamos o pesquisador Rafael Alcadipani (2018), “precisamos ir além desse mantra: temos que exigir qualidade no ensino e menos desigualdade. Países com menos desigualdade geram um povo educado”, pois o que observa-se é que o nível de educação quando não é analisado, atinge as diferentes esferas da sociedade, e interfere no desenvolvimento dos segmentos da estruturação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1988.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. LDB: Diretrizes e Bases da Educação Nacional: 2. ed. Brasília: Câmara dos deputados, Coordenação de publicação.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito constitucional**. São Paulo: saraiva, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer nº 26/97 do Conselho Pleno. Financiamento da educação na Lei n.º 9.394 de 1996.

DANTAS, Fernanda Priscila Ferreira. **Direitos Sociais no Brasil: Desafios e Mecanismos Para a Sua Concretização**. Natal: Juruá, 2016. 184 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura).

GARCÊS, Adriana Aparecida Pereira; GARCÊS, Bruno Pereira. Utilização de programas institucionais para incentivo a docência: será esta a solução? **Revista de Educação Popular**, v. 8, n. 1, 2010.

NASCIMENTO, Renan. **Darcy Ribeiro estava certo: educação é o caminho para reduzir a criminalidade**. 2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/01/15/interna_politica,839547/darcy-ribeiro-estava-certo-educacao-e-o-caminho-para-reduzir-crime.shtml. Acesso em: 10 out. 2018.

OLIVEIRA, T. M. **Educação é a base de tudo**. Recanto das Letras, 2008. Disponível em: <http://recantodasletras.uol.com.br/frases/1019383>.

PÚBLICA, Clp - **Liderança. Como é feita a distribuição dos recursos do Fundeb?** 2018. Disponível em: <http://www.clp.org.br/Show/Como-e-feita-a-distribuicao-dos-recursos-do-Fundeb-?=3jHHfPVngBTKDXmmkBMkng==>>. Acesso em: 23 maio 2018.

SANTOS, Roberto Carlos Sobral. **Concepção de constituição adotada por Ferdinand Lassale, Carl Schmitt e Hans Kelsen**. 2014. Disponível em:

<https://jus.com.br/artigos/29843/concepcao-de-constituicao-adotada-por-ferdinand-lassale-carl-schmitt-e-hans-kelsen>. Acesso em: 10 out. 2018.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. FUNDEB. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32816>. Acesso em: 04 out. 2018.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 15.ed. rev.e atual. São Paulo Saraiva, 2017.

O LADO INEFICIENTE DAS COTAS RACIAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS

AUTORES:

Banster Douglas de Souza Costa
Cesar Augusto Sotero Leite Rodrigues
Kalistrato Custódio Valcácio

INTRODUÇÃO: Historicamente, o Brasil tem um passado devedor, em boa linguagem contábil um grande passivo intangível de difícil mensuração, com diferentes atores sociais; nesse mar de diversidade que compõe nossa gênese grupos se destacam, não pela irrelevância no contexto social e sim pelo trato auferido de maneira impositiva ao longo do tempo, que são identificados muito rapidamente como sendo alocados a segundo plano no contexto social, poderíamos citar os negros, os índios, os pobres, os imigrantes e etc. Grupos esses marcados por condições sociais limitantes. No intuito de sanar um dos entraves, o acesso ao ensino superior, buscou-se na propositura de normas reparar o dano, porém, o apelo político-partidário de maneira forte ao ponto de tornar a lei de cotas para o acesso ao ensino superior elemento propulsor de desigualdade entre os cotistas com isso agravando o estereótipo de cunho racista a cidadãos atendidos, por benefício, baseado na cor da pele em detrimento dos demais candidatos oriundos da escola pública. E esquecendo-se de trabalhar um aspecto de relevância primária, qualidade do ensino básico para fundamentar e capacitar a todos os alunos da escola pública sem distinção de cor, raça, religião ou condição financeira, como instrumento necessário a mudança do *status quo* do indivíduo. **METODOLOGIA:** adotou-se a pesquisa bibliográfica como metodologia para desenvolver o trabalho. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:** A Lei nº 12.711/ 2012 é a lei que regulamente este mecanismo de cotas no Brasil. Há estudos feitos nos Estados Unidos sobre a aplicação de cotas no país, em 1960. Dentre esses estudos destaca-se o livro do escritor e economista Thomas Sowell: “Ação Afirmativa ao Redor do Mundo”. Esse livro trata de explicar a eficiência das ações afirmativas ao redor do mundo, se tornando o estudo de maior expressão e objetividade feito sobre tal temática. O autor traz com objetividade, a discrepância de ascensão econômica entre negros e imigrantes em seu âmbito. Dentre os estrangeiros, os que mais revelaram atenção foram os Asiáticos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O ingresso nas instituições públicas de ensino superior com base no sistema de cotas tornou-se um referencial distorcido, quando não consegue atingir seu objetivo primário, qual seja, facilitar o acesso a alunos oriundos da escola pública de forma realmente igualitária. Tornou-se grave e cada vez mais comum o apelo de cunho racial quanto a descriminação sofrida por alunos cotistas, sendo estes geralmente taxados como “ menos capazes”, atribuindo-lhe subjetivamente incapacidade por ser dessa ou daquela cor. **CONCLUSÃO:** A lei demonstrou ineficiência na resolução de grave problema social. A educação superior em nada demonstra melhorias por adotar como requisito de acesso um sistema racial. Como melhor parâmetro permanece válido o econômico, pois, os futuros acadêmicos são alcançados por um critério onde nivela-os com mais objetividade e sem distinção de raça impedindo que pessoas se autodeclarem pertencentes a determinado grupo tão somente para atingir seus objetivos pessoais. Notou-se que a Lei comentada, também demonstrou outra ineficiência grave, pois ao

invés de promover uma melhoria educacional e social, provocou uma distorção de pensamentos e julgamentos sociais, chegando até a estimular uma segregação racial.

Palavras-chave: Cotas raciais. Ensino superior. Ineficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Lei de Cotas, Brasília, Disponível em:
http://www.imprensa nacional.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?ld=LEI%209887. Acesso em: 01 set. 2018.

REITOR DA UFBA AFIRMA QUE SISTEMA DE COTAS DA UNIVERSIDADE TEM MAIS EFICIÊNCIA SOCIAL. **Mundo Vestibular.** Disponível em:
<https://www.mundovestibular.com.br/articles/7777/1/Reitor-da-UFBA-afirma-que-sistema-de-cotas-da-universidade-tem-mais-eficiencia-social/Paacutegina1.html>. Acesso em: 01 set. 2018.

ABUSO SEXUAL INFANTIL NO SEIO FAMILIAR

AUTORES:

Christianny Nathally Rodrigues Almeida de Melo
Iara Claudino Nelo Da Silva Neta
Débora Aguiar De Barros Dias
Allyson Paulino Rodrigues Fernandes
Luiz Antonio De Lima Neto

RESUMO: O abuso sexual infantil intrafamiliar é cada vez mais recorrente. Vários fatores contribuem para esse crescente índice, e vão desde falta de diálogo dentro do lar até a não confiança na criança que ao ter coragem para contar às vezes é ignorada.

Palavras-chave: Criança. Violência. Alerta.

INTRODUÇÃO: Diante da disciplina de atividade interdisciplinar, foram realizados dois trabalhos com o assunto, sendo o primeiro um artigo como uma preparação para o segundo, que foi de fato o que levou à experiência, sendo este a intervenção que se deu por meio de uma palestra, onde nos foi dada a oportunidade de compartilhar acerca desse tema com adolescentes em uma sala de aula. Com ela pudemos transmitir nosso conhecimento e identificar a falta de informação que os alunos tinham acerca do assunto abordado. Para isso, tentamos o máximo possível explicar de maneira fácil para o entendimento de todos. Mostramos seus direitos e como pode-se ajudar uma vítima. Usamos como fontes principalmente o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código Penal e a Constituição Federal, já que queríamos enfatizar os direitos dos abusados. A Lei nº 8.069/90 trouxe, em paralelo com a Constituição Federal de 1988, uma nova era de direitos da criança e do adolescente, garantindo sua prioridade absoluta e proteção a ser exercida pelo Estado, pela família e pela sociedade. No entanto, pesquisas mostram que apesar disto, a maior parte da violência contra as crianças e adolescentes na atualidade ocorre dentro de seus lares e é praticada pelos próprios familiares, o que fere o cumprimento da lei citada no sentido de que a família deixa de cumprir o seu dever de proteção para com o menor. Entre os direitos estabelecidos constitucionalmente à crianças e adolescentes, no artigo 5º tem-se: a) prioridade absoluta; b) recebimento de informação adequada; c) manifestação de desejos e opiniões de maneira confidencial (sem afetar a troca de informações para fins de assistência à saúde e persecução penal), ou permanência em silêncio; d) assistência jurídica e psicossocial; e) ouvida em horário que lhe for mais adequado e conveniente, sempre que possível; f) segurança. Direitos estes que são gravemente violados em casos de violência e abuso sexual infantil no seio familiar. Em 4 de abril de 2017 foi publicada a Lei nº 13.431/17, que estabelece as garantias dos direitos da criança vítima ou testemunha de violência, que trouxe algumas novidades, entre as quais se destacam:

Art. 7º Escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de

proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.

Art. 8º Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.

Art. 9º A criança ou o adolescente será resguardado de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado, ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento.

Art. 10. A escuta especializada e o depoimento especial serão realizados em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garantam a privacidade da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência. (BRASIL, 2017).

Essas medidas trazem uma maior proteção à criança e ao adolescente, e fazem com que estes se sintam mais seguros e muito provavelmente mais confortáveis a vir a falar com as devidas autoridades. Apesar de tão contumaz, o assunto é pouco debatido diante do quanto deveria ser. Conseguimos ao máximo enriquecer o saber de cada um dos integrantes sobre o assunto de modo que pudéssemos transmitir conhecimento para pessoas que carecem deste e, principalmente, atrair a atenção do público para que passasse a se interessar pelo tema, servindo assim como uma forma de alerta aos que ouviram, o que os levaria a buscar compreender as situações que podem ocorrer com parte deles ou com parentes ou amigos próximos. Notamos que os jovens sabem o que é violência sexual infantil no seio familiar, porém, sabiam apenas o conceito básico, e não tinham consciência de algumas informações que são muito úteis e importantes, como que a data para o crime prescrever passa a contar somente do dia em que a vítima torna-se maior de idade, o que dá a esta um prazo muito maior para denunciar. Após passarmos esse conhecimento pudemos perceber que boa parte deles se sentiu feliz em saber que ainda podem ajudar (seja a si mesmos ou a outrem). A pesquisa é de extrema relevância no sentido de que ajuda a compreender como evitar, quando for possível, e ensina como lidar quando já tiver ocorrido a violência com alguém de seu meio. Com a escolha do tema, o grupo objetivou principalmente: a análise da problemática dos fatos, relacionando com os direitos estabelecidos e a realidade social; a avaliação dos tipos de violência praticados contra crianças; a identificação de informações e dados acerca do tema, como casos concretos e explicação detalhada sobre os direitos e garantias da criança e adolescente; a exposição das formas de denúncia e contribuição para que saiba como ajudar uma vítima; a apresentação de formas de identificar as vítimas com o intuito de impedir que o ato tenha continuidade ou poder colaborar, sabendo o que fazer quando já tiver ocorrido. **METODOLOGIA:** A intervenção foi realizada numa escola pública de Natal, no bairro de Potengi, na Zona Norte da cidade. Só foi realizado um encontro na escola, mas o grupo em si se reuniu várias vezes para pesquisar, discutir sobre as ideias que tinha cada um sobre o tema e a forma como iria abordá-lo para o público alvo. Conversou-se com o diretor da escola para que fosse analisada a viabilidade da realização da palestra no local. Devido à conversa percebeu-se que tal atividade seria boa para todos, visto que, a escola já contava com algumas experiências relacionadas ao abuso, e o nosso grupo tinha como objetivo intervir, mesmo que minimamente, sobre esses casos. Os alunos eram do último ano do ensino fundamental (9º ano). A palestra foi feita em junho de 2018, através de slides em uma sala específica para o uso deste, contou com um panfleto distribuído aos alunos com imagens e nomes,

endereços e telefones de locais para a denúncia, e principalmente exposição oral, procurando ser o mais didática possível, feita pelos integrantes do grupo e também de um psicólogo que ajudou a esclarecer os efeitos psicológicos que ficam nas vítimas de abuso sexual infantil no seio familiar, como dificuldade de relacionamento, depressão, ansiedade, crise de pânico e até algumas doenças mentais. Com a ajuda do psicólogo passamos mais informações sobre certos casos e o que pode acontecer com a vítima. **RESULTADOS:** Para a análise dos resultados o grupo contou com um questionário que foi passado para os alunos e também com debates entre os integrantes feitos em reuniões posteriores à palestra. Foi percebido principalmente que eles puderam compreender melhor o tema, e houve alguns relatos de casos contra os alunos denunciados no questionário que podia ser anônimo ou não (era opção deles) mostrando que se sentiram confiantes o suficiente para contar. Foram tomadas as medidas cabíveis com relação a estas denúncias. Neste caso, os resultados foram satisfatórios, pois era o que objetivávamos a princípio, deixa-los à vontade para se abrir conosco e conscientes da importância deste ato para que, mesmo os que não se sentiram bem para nos dizer, acabasse contando a alguém que confia e que tenha a capacidade de evitar de alguma maneira. **CONCLUSÕES:** Atualmente, é identificável que este problema está acontecendo intrinsecamente nos lares e está sendo mais divulgado. Sabe-se, porém, que este assunto está mais exposto porque algumas vítimas estão sendo levadas a cometer tragédias como consequência de seus traumas e outras estão procurando ajuda, alguém para conversar, o que facilita não só o caso a ser denunciado, como também na diminuição das sequelas nos agredidos. No entanto, é difícil que a vítima se sinta confortável com qualquer pessoa para relatar, principalmente por se tratar de um tema tabu na maioria das famílias. Este fato social é um caos no meio familiar, após a descoberta do acontecimento é provável que ocorra uma desestruturação no seio, muitas vezes os integrantes da família não percebem, ou não esperam que algo do tipo aconteça, ou que venha acontecendo frequentemente dentro de casa. Ocorrem também situações de alguém 'acobertar' e não querer comentar sobre, outras vezes por se tratar de uma criança e acharem que ela está mentindo ou fantasiando, entre outros fatores que contribuem para acumulação de problemas psicológicos na vida da vítima. Todo ser humano é ciente de que tem direitos, mas nem todos sabem a quem recorrer, ou como buscar ajuda em certos casos, ou o que de fato, esses direitos representam. Para a criança ou adolescente vítima de abuso sexual, a situação é muito mais difícil. Muitos enxergam que a família é um espaço de proteção e segurança, e se, durante sua infância ou adolescência, a vítima viver momentos de desproteção, violência e abuso de sua fragilidade, consequentemente, acarretará no futuro ações e desvios comportamentais, cognitivos e emocionais. Cria-se assim uma confusão na mente da criança ou adolescente, principalmente, quando a violência física ou moral é acompanhada de cenas de sedução/dominação e carinho mascarando o abuso. Então, devido a essa mistura de sentimentos, algumas vítimas ficam com medo, com vergonha de falar que já foram violentadas e acabam levando consigo todos esses traumas. Muitas vezes a pessoa vem sofrendo desde a infância e por não ter pedido ajuda inicialmente acha que de nada adiantará desabafar com alguém e denunciar o agressor posteriormente, inconsciente de que o direito protege-a, contando o prazo prescricional somente a partir do dia em que a criança fizer 18 anos – maioridade penal - portanto, tem-se um tempo longo para denunciar e ser ouvido. É essencial

que haja tratamento psicológico posterior ao trauma, que será de certa forma “ressocializador”, para que a vítima consiga no futuro conviver normalmente com amigos e familiares, passível de ter uma relação conjugal natural e sem traumas, além de evitar que essa venha a desenvolver doenças mentais que podem ser decorrentes de situações como esta. A importância e utilidade da intervenção está em diminuir (mesmo que devagar) o número de casos, deixando os jovens cientes de seus direitos, de como podem requerê-los e como ajudar um próximo. No entanto, é um assunto difícil de ser abordado, no sentido de que pode acabar ferindo pessoas que são ou já foram abusadas ao trazer para elas lembranças do ocorrido, mesmo que não seja esta a intenção. Apesar disso, foi crucial ver a aderência da turma às informações passadas e o quão satisfatório foi isso inclusive para o diretor que nos pediu para voltarmos mais vezes por sentir a falta e necessidade de palestras desse porte. Pretendemos retornar com esse tema de forma a esclarecer ainda mais questões aos alunos e também abordar outros assuntos que sentimos ali a necessidade, como: política de drogas e ECA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Penal. **decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm . Acesso em: 9 out. 2018.

_____. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.** Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm. Acesso em: 12 out. 2018.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm . Acesso em: 09 out. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/> . Acesso em: 18 out. 2018.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/>. Acesso em: 18 out. 2018.

PSICOPATIA E O DIREITO PENAL BRASILEIRO: CONSTRUÇÃO DE UM PANORAMA NACIONAL ATUAL E SUAS PERSPECTIVAS

AUTORA:

Marília Evelyn Medeiros de Andrade

RESUMO: Os crimes praticados por psicopatas são delitos que geram grandes debates na sociedade e no meio jurídico, desafiando tanto a ciência quanto a legislação brasileira, a qual vem enfrentando sérios problemas na aplicação de uma sanção adequada. Deste modo, o presente estudo objetivou-se estabelecer o cenário atual dessa problemática para direcionar novos avanços. Foi utilizado o método qualitativo, onde analisou-se notícias, artigos científicos e sites, e o método quantitativo, onde aplicou-se questionários aos profissionais jurídicos e da psiquiatria. A análise qualitativa demonstrou que ainda se encontra dificuldades nas aplicações de sanções penais adequadas sendo de extrema relevância o aumento das discussões sobre a problemática, além da necessidade de que a medicina se desenvolva nessa área. Essas necessidades também foram observadas nos resultados quantitativos. Deste modo, concluiu-se através do presente estudo, que o cenário atual do direito penal sob a psicopatia está em desenvolvimento. Porém, se faz de extrema importância o avanço da medicina para que se possa aplicar sanções penais mais adequadas.

Palavras-chave: Psicopatas. Direito penal. Cenário atual.

INTRODUÇÃO: Um dos maiores paradigmas para a justiça brasileira são as lacunas presentes no ordenamento jurídico a respeito do psicopata e o direito penal, tendo em vista que existem diversas controvérsias a respeito do conceito, origem, diagnóstico e possibilidades de tratamento da psicopatia. O Direito penal possui relação delicada com a psicopatia, pois os casos mais graves de homicídios e atentado a vida são cometidos por pessoas que apresentam características desse transtorno, as quais, são pessoas aparentemente comuns. Contudo, usam de estratégias ardilosas para cometerem seus crimes. Segundo a psiquiatra forense Hilda Morana, do Instituto de Medicina Social e de Criminologia do Estado de São Paulo, cerca de 20% dos presos sofrem de transtorno de personalidade Antissocial ou psicopática, sendo que apenas 1% a 3% da população também sofrem desse mal. A problemática deriva do fato que, os detentos que apresentam personalidade psicótica, não apresentam qualquer melhora após cumprir sua pena, sendo pouco provável qualquer tipo de tratamento ou tentativa de reeducação por ser, atualmente, um mal incurável. Ou seja, se solto, voltará a cometer as mesmas transgressões devido a sua reincidência ser duas vezes maior do que do que um criminoso comum. Por este motivo, o supremo tribunal federal alega que o indivíduo que sofre desse transtorno não é apto para viver em sociedade, os livrando da condicional. Deste modo, o presente estudo se objetivou analisar qualitativa e quantitativamente o cenário jurídico em torno da problemática que resulta dos questionamentos da aplicação do direito penal brasileiro frente aos crimes praticados por psicopatas, visando-se estabelecer um panorama atual dos debates jurídicos referentes ao direito penal e a psicopatia, destacando as sanções penais

aplicadas e sua eficácia. Assim, o trabalho se faz de grande importância para amadurecimento dessas discussões, uma vez que, pontos distintos de opiniões se formaram e há a necessidade de se unificar as ideias. Além disso, contribuirá de forma positiva no avanço das normas jurídicas, tendo em vista que serão reunidas informações e opiniões importantes para nortear discussões posteriores, afim de otimizar a obtenção das melhores formas de tratamento jurídico para com os psicopatas. **METODOLOGIA - Análise qualitativa:** Como procedimento metodológico, foi utilizada pesquisa bibliográfica em revistas, sites, livros, notícias e periódicos científicos. Na busca por estudos científicos referentes a problemática, serão utilizadas as ferramentas Google e periódicos e bancos de dados científicos nacionais. O termo utilizado será especificamente “psicopatia e o direito penal” limitando-se aos trabalhos publicados nos últimos 10 anos. Revistas, notícias e sites serão limitadas aos de grande impacto nacional, com credibilidade reconhecida, a fim de obter informações verídicas. Para essa triagem, serão observados requisitos básicos de segurança constados na Cartilha de Segurança para Internet (CERT.BR), no material produzido pelo órgão americano Instituto Poynter e pelo guia de notícias falsas disponível no site G1.com (Velasco, 2017). **Análise quantitativa:** Toda a coleta, tratamento e análises de dados, seguirão os procedimentos descritos por Gustin (2012). Para o levantamento das informações de caráter quantitativo, será elaborado um questionário, específico para a área jurídica e de psiquiatria forense, os quais constarão 20 questões objetivas que serão elaboradas com base nas informações obtidas da pesquisa qualitativa, considerando os principais pontos do cenário intelectual, a fim de estabelecer tendências e perspectivas. O tratamento dos dados se dará utilizando a ferramenta Excel e/ou Origin. **REVISÃO DA LITERATURA: Breve histórico sobre crimes:** Os crimes estiveram presentes na sociedade desde os primórdios até os dias atuais. Homicídios, punições violentas, crimes bárbaros, eram considerados práticas comuns, pois a falta de conhecimento e de uma legislação específica os levavam a acreditar que fosse uma forma de “vingança Divina”. Um dos primeiros casos de crimes que se tem conhecimento, foi o homicídio descrito na Bíblia, em Genesis, onde Caim mata seu próprio irmão Abel, por inveja de suas boas ações. Diversas outras grandes personalidades históricas como, Adolf Hitler, Saddam Hussein, Ted Bundy, Jeffrey Dahmer e Charles Manson, são protagonistas de crimes bárbaros. O que não se pode afirmar imprudentemente é se esses grandes personagens já apresentariam algum traço psicopático ou se poderiam ser portadores do transtorno de personalidade antissocial, apesar de ser notória e evidente a frieza com que alguns tratavam os seus prisioneiros (OLIVEIRA, 2012). Sabe-se que, em determinadas religiões, as pessoas que não faziam parte da nobreza (os pobres) quando manifestavam algum comportamento incomum, eram presas e passavam por tratamentos dolorosos, acreditando-se estarem possuídas por alguma entidade sobrenatural ou demoníaca (FOGLIA, 2016). As punições severas e condições ambiente eram fatores que agravavam a situação e o fato de os mesmos receberem punições iguais ou ficarem aprisionados com doentes mentais de natureza grave. Um dos pioneiros a observarem as doenças mentais foi Girolano Cordomo (1501-1596). Ele analisou a conduta do seu filho, que envenenou a própria mãe com raízes venosas e concluiu que essas pessoas não eram totalmente alucinadas, pois tinham entendimentos de suas ações. Outro grande estudioso foi Pablo Zacchio (1584-1644), além de ser considerado o pioneiro na psiquiatria Médico Legal, ele apontou estudos que indicavam a existência da psicopatia. Além

desses, existiram vários outros nomes, como: James Cowles Prichard (1786-1848), Bénédict Augustin Morel (1809-1873), Emil Kraepelin (1856-1926) e Kurt Schneider (1887-1967) e em 1941 foi lançado um dos livros mais influentes sobre psicopatia do século XX, *The Mask of Sanity*, escrito por Hervey Milton Cleckley, onde descreve critérios e características de um psicopata (FOGLIA, 2016). Com o avanço do Direito Penal, as penas cruéis e voltadas à religião deixaram de existir, mais precisamente após a Revolução Francesa, onde a privativa de liberdade passou a ser a principal sentença. **O que é psicopatia:** Psicopatia pode ser definida como um transtorno de personalidade, cuja origem ainda é pouco conhecida, que apresenta características de comportamentos afetivos e relacionais digressivos (Davoglio, 2012). O conceito da psicopatia apresenta algumas controvérsias, porém a psicopatia não pode ser comparada com uma doença mental, existindo uma grande diferença entre elas. Por exemplo, os psicopatas possuem sintomas mais leves do que os associados aos psicóticos (delírios e alucinações) (Zanella, 2014). Para Araújo (2007), a psicopatia é uma consequência da junção de fatores biológicos, psicológicos e sociais, e a denomina de transtorno multideterminado (Araújo, 2007). Alguns possíveis desencadeantes para esse tipo de transtorno são: abandono, abusos sexuais, na maioria das vezes quando criança, ou até mesmo o uso excessivo de bebidas alcoólicas (Araújo, 2007). Além disso, alguns estudos apontam prováveis causas médicas para a ocorrência desse tipo de personalidade como, por exemplo, lesões neurológicas causadas pela extração de tumores, epilepsia, depressão, redução das funções neurais, etc. Diversas pesquisas têm como características da personalidade psicopática a falta de emoção, culpa, impulsivo, antissocial, egocêntricos, manipuladores, dentre outras (Oliveira, 2012). Para a sua identificação, Cleckley, Robert Hare, um dos mais conceituados especialistas da área de psicopatia criminal, desenvolveu uma escala mundialmente utilizada para o diagnóstico da psicopatia, a qual chamou de *Psychopathy Checklist Revised* (PCL-R). Esta apresenta 20 itens que precisam ser avaliados por um especialista, estabelecendo o nível de psicopatia do indivíduo, com uma pontuação 0, 1 ou 2 a cada sintoma, de modo que o somatório determina o seu grau de extensão (Morana, 2011; Ambiel, 2006; Oliveira, 2012). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A sociedade brasileira já foi alvo de vários crimes cruéis praticados por psicopatas. São homicídios, estupros e métodos inimagináveis contra o ser humano que acontecem sem distinção de idade, classe ou raça. A seguir, será apresentado um dos casos que mais teve impacto no Brasil e os pareceres técnicos desse crime, a fim de demonstrar simplificada a forma de ação desses indivíduos. Os sites, notícias e revistas jurídicas escolhidos por sua confiabilidade foram (Folha Uol, G1, Superinteressante e Jusbrasil). Para a busca de periódicos foi utilizado o Google Acadêmico. **O caso dos meninos emasculados do maranhão e de Altamira (PA):** No Brasil, um mecânico de bicicleta, chamado Francisco das Chagas Rodrigues de Brito foi condenado pela morte de mais de 40 crianças e jovens, do sexo masculino. Os crimes ocorreram entre os anos de 1989 e 2003. Suas práticas foram consideradas desumanas envolvendo morte por asfixia, abuso sexual, ocultação de cadáver, mutilação dos corpos e vilipêndio. Esse caso ficou conhecido como o caso dos meninos emasculados do Maranhão e de Altamira, pois o assassino mutilava também seus órgãos sexuais (Folha Uol). **Laudo médico:** Segundo o laudo médico feito pelo Dr. Hamilton Raposo, Chagas é um psicopata devido às características apresentadas e sua forte sexualidade voltada para crianças do mesmo sexo. **Ponto**

de vista jurídico: Chagas está preso desde 2004 na penitenciária de Pedrinhas, São Luís - MA. Sua pena soma mais de 414 anos de reclusão (g1.com). Segundo o advogado Erivelton Lago, o réu foi considerado como semi-imputável, mas paga sua pena junto com os demais detentos. **Cenário atual:** Apesar de vários casos registrados que apresentaram grande repercussão midiática e de forte impacto social terem ocorrido no Brasil, continua sendo uma temática pouco abordada. Além disso, nessa área, não se tem um conhecimento científico sólido e são poucos os estudos publicados (Costa, 2014). Um dos estudos mais recentes encontrado na literatura pode contribuir de forma significativa para o tratamento dos indivíduos que sofrem desse transtorno. Sabe-se atualmente que há uma falha no cérebro dos portadores de psicopatia. Essas pessoas têm menos conexões entre o córtex pré-frontal ventromedial (parte do cérebro que fica responsável pelos sentimentos) e a amígdala, onde estão presentes o medo e ansiedade. Essas alterações podem ser responsáveis pelo comportamento frio desses assassinos (Superinteressante, 2017). A pesquisa recente, aponta que os psicopatas não são tão inteligentes como a mídia retrata. Ao analisarem estudo dos psicopatas com intelectual, não encontraram nada que comprove que os portadores desse transtorno tenham mentes acima do normal, mas foram considerados abaixo da média, por terem sido os piores nos testes de QI. Segundo os especialistas, esses estudos podem contribuir para entender melhor o que é psicopatia e ajudar em um tratamento eficaz no futuro (Superinteressante, 2017). Apesar da importância da ciência, no âmbito jurídico brasileiro, cabe à justiça determinar a aplicação da pena de um psicopático que, de acordo com Guilherme Souza Nucci, ainda são indivíduos difíceis de serem separados dos demais doentes mentais (Nucci, 2014). Na maioria dos casos, os psicopatas são considerados imputáveis, porém, há casos que caberá ao juiz decidir se aplicará ou não a medida de segurança que é realizada em clínicas de custódia e tratamento psiquiátrico (Borges, [20--]). Vale destacar que, um erro na sanção aplicada, poderá dar ao criminoso uma correção ineficaz dos seus atos (Costa, 2014). Em diversos estudos, é evidenciado que os psicopatas não deveriam ser considerados como imputáveis, pois, esses indivíduos não têm capacidade de recuperação, nem de reabilitação dos seus males e que conviver junto com outros detentos pode agravar mais sua situação, devido a sua inclinação para marginalização (Soares, XXXX), que segundo o psiquiatra Antônio de Pádua, podem se tornar os chefões de rebeliões dentro do próprio presídio (Superinteressante, 2017). Diante disso, em alguns países, os psicopatas não cumprem penas junto com prisioneiros comuns. Diferentemente da Legislação brasileira, as Leis internacionais já preveem várias formas de penalidades, como: prisão perpétua e pena de morte (mais frequentes). Outro método utilizado é a castração química, consiste na aplicação de hormônio feminino, resultando na diminuição da libido sexual e da agressividade do detento (Borges, [20--]). No Brasil existem dois projetos de Lei em trâmite na Câmara dos Deputados e no Senado que fala a respeito dessa castração química para os casos mais graves, com tendência sexual, que são os projetos de número 7.021\02 e 552\07. (Borges, [20--]). O projeto Lei nº 6.858, de 2010, tem por finalidade alterar a Lei de Execução Penal (LEP) nº 7210/1984. Esse projeto, de todos, fala com mais clareza a respeito dos psicopatas e aborda também a necessidade da criação de uma comissão técnica que não seja da própria administração prisional (Ribeiro, 2015) e sobre a importância da realização obrigatória do exame criminológico do criminoso não só na entrada para presídio, mas também por cada regime que passar. Fala

também da inclusão do § 3º ao art. 112 da LEP, onde o detento psicopata só poderá ter acesso a um regime menos rigoroso, ser livre da condicional, indulto ou comutação de penas, se for aprovado no laudo permissivo feito pela comissão acima abordada. (Borges, [20--]). Observa-se que no Direito Penal brasileiro há uma grande dificuldade no desenvolvimento de sanções penais que sejam adequadas, sendo de extrema importância e urgência o desenvolvimento de um método eficaz que trate de forma mais apropriada esses criminosos. A avaliação dos questionários levantou estatística de extrema relevância que corroboram com as indefinições relatadas na literatura. A tabela 1 destaca a visão jurídica e médica para o desenrolar de melhorias.

Tabela 1: Perguntas contendo porcentagem de resposta dos questionários.

Pergunta	Profissional	Nº de entrevistados	Resposta
Existem controvérsias na psiquiatria e psicologia acerca do conceito sobre psicopata. Vossa excelência acredita que a falta de uma definição precisa da medicina dificulta a criação de uma Lei mais adequada?	Jurista	10	90% dos entrevistados afirmaram que sim.
O código penal brasileiro não trata de forma específica o psicopata. Vossa excelência acredita que a falta de uma legislação agrava mais ainda a situação?	Jurista	10	98% dos entrevistados afirmaram que sim.
Vossa excelência, os psicopatas que estão nas penitenciárias do Brasil são tratados como os prisioneiros comuns?	Jurista	10	100% dos entrevistados afirmaram que sim.
O Direito Penal não trata de forma específica o psicopata. A falta de exatidão na medicina acerca desse transtorno pode dificultar a criação de uma legislação eficiente?	Psicólogo e psiquiatras	10	75% dos entrevistados afirmaram que sim.
Os psicopatas que cometem crime uma vez, podem vir a cometer novamente?	Psicólogo e psiquiatras	10	95% dos entrevistados afirmaram que sim.
Os psicopatas são	Psicólogo e	10	98% dos

capazes de viver em uma sociedade normalmente?	psiquiatras		entrevistados afirmaram que não.

Fonte: Autoria própria, 2018.

CONCLUSÃO: Com base nas informações do presente artigo, pode-se concluir que ainda há uma deficiência na resolução de questões relacionadas ao direito penal sob a psicopatia. Além disso, está problemática ainda é pouco discutida no Brasil, onde poucos trabalhos científicos são publicados e as atitudes tomadas ainda são pouco efetivas, tendo em vista que ainda não há previsão de mudança. Como pode-se observar nos resultados quantitativos, os profissionais entrevistados apresentam visões de incertezas, cuja resolução depende de avanços na ciência neurológica. Ainda que exista vários projetos de Lei em trâmite que visam melhorar a situação no Brasil, não há nenhuma Lei que os especifique os psicopáticos. São aplicadas penas comuns e medidas de segurança, algo ineficaz, segundo a medicina. Deste modo, se faz de extrema necessidade a intensificação dos debates entre profissionais competentes para que medidas sejam tomadas de forma mais assertiva, eficaz e segura.

REFERÊNCIAS

- AMBIEL, Rodolfo Augusto Matteo. **Diagnóstico de psicopatia:** a avaliação psicológica no âmbito judicial. Diagnóstico de psicopatia: a avaliação psicológica no âmbito judicial. Psico-USF, v. 11, n. 2, 2006.
- ARAÚJO, Marília Viveiros. **O psicopata e o Senso Moral.** Faculdade de Ciências da Saúde. Curso de Psicologia. Monografia. Brasília, 2007.
- ARAÚJO-JORGE, Tânia Cremonini de. **Consideração sobre Classificação de Livros.** Ministério da Educação. CAPES, 2016.
- BANHA, Nathalia Cristina Soto. A resposta do Estado aos crimes cometidos por psicopatas. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XI, n. 59, nov., 2008.
- BORGES, Evelyn Costa Laranjeira. **A mente criminosa e a psicopatia.** [S.l.:s.n], [20--].
- COSTA, Anderson Pinheiro da. **A ineficácia do direito penal brasileiro em face do psicopata delinquente.** Disponível em: http://conteudojuridico.com.br/?colunas&colunista=55692_Anderson_Costa&ver=1952. Acesso em: 35 nov. 2017.
- DAVOGLIO, Tércia Rita et al. **Personalidade e Psicopatia:** implicações diagnósticas na infância e adolescência. XXXX. Disponível em: <http://m.folha.uol.com.br>. Acesso em: 26 nov. 2017.
- FOGLIA, Isabela Soares. **Análise da Psicopatia sob o Prisma do Direito Penal.** Prudente Centro Universitário. Encontro de Iniciação Científica – ETIC, 2016.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza *et al.* Pesquisa Quantitativa na Produção de Conhecimento Jurídico. **Rev. Fac. Direito UFMG**, Belo Horizonte, n. 60, p. 291 a 316, 2012.

MORANA, Hilda Clotilde Penteado. PCL-R - PSYCHOPATHY CHECKLIST REVISED. **Revista de Criminologia e Ciências Penitenciárias**. COPEN, 2011.

NO ÂMBITO JURÍDICO e na legislação penal brasileira. Disponível em: http://noosfero.ucsal.br/articles/0003/1603/Evelyn_Costa_Laranjeiras_Borges.pdf. Acesso em: 26 nov. 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

OLIVEIRA, Alexandra Carvalho Lopes de. **A Responsabilidade Penal dos Psicopatas**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. Monografia. Rio de Janeiro, 2012.

PALHARES, Diego de Oliveira. O Psicopata e o Direito Penal Brasileiro Qual a Sanção Penal Adequada? v. 3. ORBIS: **Revista Científica**. ISSN: 2178-4809.

RIBEIRO, Lane. **Efeitos jurídico-penais: portadores de psicopatia**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/38351/efeitos-juridico-penais-portadores-de-psicopatia>. Acesso em: 15 nov. 2017.

VELASCO, Clara. **Como saber se uma notícia é falsa**. Disponível em: <https://g1.globo.com/e-ou-nao-e/noticia/como-saber-se-uma-noticia-e-falsa.ghtml>. Acesso em: 15 nov. 2017.

ZANELLA, Fernanda França. **A Imputabilidade Penal dos Portadores de Psicopatia**. Faculdade de Direito de Presidente Prudente. Centro Universitário Antônio Eufrázio de Toledo. Monografia. Presidente Prudente, 2014.

EDUCAÇÃO FÍSICA

AVALIAÇÃO DO IMC EM ALUNOS DO FUNDAMENTAL II UTILIZANDO O PROESP

AUTORES:

Lucas dos Santos Silva
Alexson Gomes de Lima
Rita de Cassia do Nascimento de Oliveira
Matheus Silva Arruda Miranda
Danielle Coutinho de Medeiros

RESUMO: Este trabalho vem consigo mostrar testes (Manual de Testes e Avaliação do PROESP-BR) importantes, feitos pelos os alunos de educação física do curso de licenciatura da UNIFACEX. O objetivo do trabalho foi de realizar a bateria de testes de medidas de dimensão corporal, o IMC (Índice de massa corporal). O IMC é um dos testes mais utilizados para alunos em aulas de Educação Física. A pesquisa foi aplicada em 40 estudantes, sendo 25 meninos e 15 meninas, utilizando a relação entre massa corporal e a estatura. As informações foram obtidas com os alunos da FACEX do 6º ao 9º ano. Com os resultados dos testes, percebemos que a média dos alunos que estavam abaixo do peso era de 35,5%, os alunos com o peso ideal eram de 55%, e os alunos com sobrepeso eram de 12,5%. Não foram resultados alarmantes, entretanto deve-se atentar para que possa ter uma vida mais saudável, praticando exercícios físicos prevenindo o índice de doenças por estarem fora do peso ideal. O presente trabalho contribui para o nosso conhecimento e a compreensão do protocolo aplicado. Portanto, concluímos que as aulas de Educação Física também podem contribuir para um estilo de vida mais saudável.

Palavras-chave: Educação Física. IMC. PROESP.

INTRODUÇÃO: Nas aulas de Educação Física é imprescindível que o professor conheça os limites de seus alunos e seu processo de desenvolvimento físico e motor. Para isso, além de uma visão ampla e conceitual, faz-se necessário o uso de testes que permitam resultados precisos. Existe uma variedade de testes que apresentam objetivos específicos para serem aplicados pelo professor. Sendo assim, procuramos realizar o teste de medidas de dimensão corporal IMC (Índice de Massa Corporal) utilizando a relação entre massa corporal e estatura em algumas turmas do Ensino Fundamental II, que nos possibilitou obter dados e criar parâmetros no que se refere ao desenvolvimento infantil. Esse teste é importante para a nossa formação acadêmica, pois, como professores de Educação Física, devemos conhecer nossos alunos e o seu processo de desenvolvimento físico, observando os variantes resultados, como também utilizar de recursos cabíveis e simples que podem ser encontrados nas escolas que tenham pouca estrutura física e material. **METODOLOGIA:** Participaram desse estudo de caráter descritivo quantitativo 40 alunos regularmente matriculados na FACEX, localizada na Cidade de Natal. Aplicado com alunos do 6º ao 9º ano, com idades entre 11 e 14 anos, sendo 25 meninos e 15 meninas. O teste foi promovido pelos acadêmicos do 5º período do curso de Licenciatura em Educação Física do UNIFACEX. Para a coleta de dados foi utilizado o Manual de Testes e Avaliação do PROESP-BR, este manual possui uma bateria de testes adaptados à realidade das escolas, visando

parâmetros de saúde e desenvolvimento motor. Neste estudo foi utilizado o Índice de Massa Corporal (IMC) para a realização da classificação da composição corporal.

Quadro 1: Descrição do teste realizado segundo o PROESP

<u>Medida do Índice de Massa Corporal (IMC)</u>
É determinado através do cálculo da razão (divisão) entre a medida de massa corporal total em quilogramas (peso) pela estatura (altura) em metros elevado ao quadrado.

Fonte: Autoria própria, 2018.

Quadro 2: Classificação IMC

IMC		
Idade	Meninos	Meninas
11	22,1	22,3
12	22,2	22,6
13	22,0	22,0
14	22,2	22,0

Fonte: Autoria própria, 2018.

Para a realização do trabalho inicialmente foram utilizados fichas com dados dos alunos e o Word. **REVISÃO DA LITERATURA:** A composição corporal influencia os alunos em atividades recreativas e esportivas, além disso, a destruição e o sobrepeso em alguns casos podem ser prejudiciais à saúde. A organização Mundial da Saúde (OMS, 2000) prevê atividades voltadas à promoção de saúde durante a infância e a adolescência para o combate efetivo da obesidade. Diante dos resultados obtidos em nossa pesquisa, o índice de alunos com sobrepeso não foi elevado, porém, Guedes e Grondin (2002) sugerem que as atividades voltadas à promoção da saúde devem frisar a importância de se adotar um estilo de vida saudável através da atividade física e alimentação, cultivando tais aspectos diariamente. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Ao longo deste ponto, serão apresentados os resultados obtidos, bem como a sua discussão, após a aplicação do teste de IMC – Índice de Massa Corporal, das variáveis envolvidas no estudo. Nossa intenção foi comparar o variável teste com a pesquisa realizada nesse estudo. Estes resultados estarão enquadrados no subgrupo, constituídos pelas idades e sexo dos indivíduos. O IMC é um dos testes mais utilizados para alunos nas aulas de Educação Física. A pesquisa foi aplicada em quarenta (40) estudantes, sendo vinte e cinco (25) meninos e quinze (15) meninas, utilizando a relação entre massa corporal e a estatura. Dentre os meninos, nove (9) se encontravam abaixo do peso, doze (12) estavam dentro do peso ideal e apenas quatro (4) estavam com sobrepesos. Das quinze (15) meninas, quatro (4) se encontravam abaixo do peso, dez (10) tinham o peso ideal e apenas uma aluna em estado de sobrepeso, com apresenta a tabela abaixo:

Alunos	Abaixo do peso	Normal	Sobrepeso
Meninos	9	12	4
Meninas	4	10	1

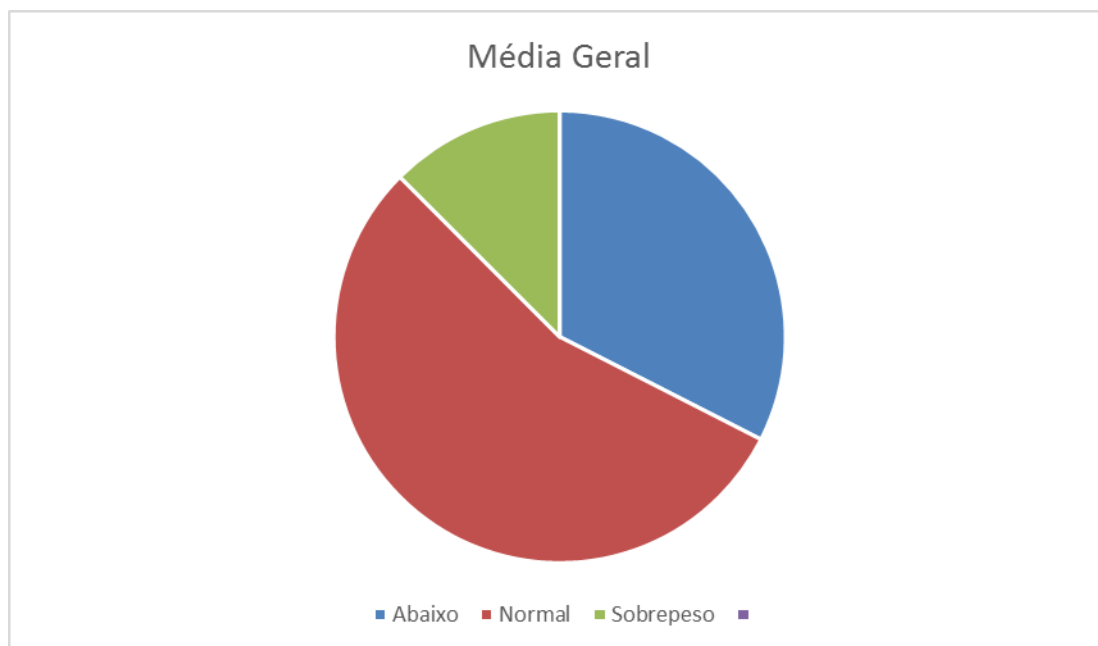
Fonte: Organização Mundial de Saúde – OMS, 2007.

O teste foi aplicado com treze (13) estudantes entre meninos e meninas com a faixa etária de onze (11) anos, três (3) alunos estavam abaixo do peso, nove (9) com o peso ideal e um (1) com sobrepeso. Na faixa etária dos doze (12) anos, com a quantidade de quatorze (14) alunos, entre ambos os sexos, notamos um índice maior de desnutrição, sendo seis (6) alunos abaixo do peso, cinco (5) com o peso ideal e três (3) com sobrepesos. Entre os alunos de treze (13) anos, sendo onze (11) crianças, entre meninos e meninas, três (3) estavam abaixo do peso, sete (7) se encontravam no peso ideal e apenas um (1) com sobrepeso. Dentre os alunos de quatorze (14) anos, um (1) estava abaixo do peso, outro estava com o peso ideal e não havia nenhum aluno com sobrepeso, como apresenta na tabela a seguir:

Idade	Abaixo do peso	Normal	Sobrepeso
11 anos	3	9	1
12 anos	6	5	3
13 anos	3	7	1
14 anos	1	1	0

Fonte: Organização Mundial de Saúde – OMS, 2007.

Dentro da média geral da pesquisa, o gráfico abaixo mostra os resultados encontrados com alunos de onze (11) à quatorze (14) anos de idade:



Média geral	Abaixo do peso	Normal	Sobrepeso
11 aos 14 anos	32,5%	55%	12,5%

Fonte: Organização Mundial de Saúde – OMS, 2007.

A partir do gráfico apresentado podemos ver que o maior índice de alunos com 55%, se encontra no peso ideal, apresentando resultados saudáveis de acordo com a tabela do PROESP-BR. Desde então em segundo lugar com 32,5%, estão os alunos abaixo do peso, este índice ainda está um pouco elevado. Em terceiro lugar com 12,5%, estão os alunos com sobrepeso. Os índices foram diagnosticados de acordo com a pesquisa aplicada e avaliada. O IMC pode ser usado como indicador de baixo peso e da adiposidade para estas faixas etárias, tanto para sexo masculino, como feminino. **CONCLUSÃO:** Diante do teste de Índice de Massa Corporal (IMC) realizado com os alunos da FACEX, de onze a quatorze anos de idade, podemos obter um resultado onde a maioria deles está dentro da média de peso ideal estabelecido para sua idade. Podemos perceber que as aulas de Educação Física têm uma grande importância para a saúde dos alunos, visto que todos os entrevistados praticam esportes ou outros tipos de atividades físicas, e com certeza esse foi um dos principais fatores que influenciaram para obtermos resultados tão positivos. Embora os resultados comprovassem que a segunda maior classificação de alunos está abaixo do peso, isso não indica que tenham falta de saúde, mas essas questões podem estar ligadas a aspectos fisiológicos e não patológicos. Os resultados mostram que a menor categoria de alunos se encontra dentro da média de sobrepeso, algo que é bastante plausível, visto o alto índice de obesidade de jovens e adolescentes no Brasil e no mundo. Mesmo que esses alunos não estejam dentro do peso ideal indicado para suas idades, eles possuem algo muito favorável

ao seu favor, que é a prática regular de atividades físicas, pois essa prática contribui positivamente para a sua saúde.

REFERÊNCIAS

GAYA, Adroaldo; GAYA, Anelise. **Projeto Esporte Brasil**: manual de testes e avaliação. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. Growth reference data for 5-19 years. 2007. Disponível em: http://www.who.int/growthref/who2007_bmi_for_age/en/index.html.

UFRGS. **PROESP**: Projeto Esporte Brasil. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/proesp/>. Acesso em: 10 jun. 2018.

RELATO DE EXPERIENCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO LL

AUTORES:

Alexson Gomes de Lima

Luciana Kelly Souza de Azevedo

RESUMO: Este presente trabalho tem como objetivo relatar e refletir experiências desenvolvidas nas atividades do Estágio Supervisionado II, de ensino fundamental, com os alunos da faixa etária de 10 a 14 anos. Sendo a proposta, do estágio obrigatório da disciplina do Curso de Licenciatura em Educação Física, do Centro Universitário Facex – UNIFACEX. O estágio teve etapas importantes para a formação docente, sendo dividido em três etapas no processo de atuação de campo, entre elas, observação, semiregência e principalmente regência. Durante esse processo foram realizadas leituras, reflexões e discussões sobre as influências do estágio na vida acadêmica do licenciando, e qual o rumo que o ensino da Educação Física vem se desenvolvendo, além de regências como uma forma de treinar e aprimorar metodologias a serem aplicadas durante o estágio. O trabalho traz descrições das ações realizadas na escola, além de reflexões sobre as metodologias e práticas utilizadas durante as aulas de Educação Física. Conclui-se, a partir desse estudo, que o estágio fornece informações e conhecimentos imprescindíveis à prática docente.

Palavras – chaves: Esportes. Estágio Supervisionado II. Educação Física.

INTRODUÇÃO: Este trabalho apresenta um relato de experiência vivenciada em atuação de campo, sobre a organização e desenvolvimento do estágio supervisionado II do curso de licenciatura em Educação Física, do Centro Universitário Facex - UNIFACEX. Com isso propôs uma reflexão sobre a importância desse momento, para desenvolvimento na formação acadêmica do alunado, que rege o estágio nos cursos de formação de professores e discussões sobre o processo que atualmente compõem o estágio em questão. Este relatório tem como objetivo descrever vivências de um estágio curricular obrigatório em uma escola privada. Entretanto a atividade é um dos componentes obrigatório para a conclusão do curso, a qual fornecer informações a coordenação do Estágio Supervisionado II, dos alunos do 5º período do curso de Licenciatura em Educação Física no Centro Universitário Facex - UNIFACEX, na disciplina de Estágio Supervisionado II. A proposta pedagógica da escola em que foi realizado o estágio é baseada na teoria sócio-interacionista, que concebe a aprendizagem como um fenômeno que se realiza na interação com o outro, o conhecimento deixa de ser assimilado passivamente e passa a ser produto de processos de elaboração e construção. O corpo discente da escola está compreendida de todos os níveis da educação básica, da educação infantil desde o ensino de nível médio, com crianças e adolescentes com idade entre 3 e 17 anos (faixa etária). Para esta Instituição, durante o período da educação infantil, a criança estabelece toda a base do seu desenvolvimento motor, intelectual e social. Já para o ensino fundamental I, o objetivo é a formação básica do cidadão mediante: O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. A compreensão do ambiente natural e social do sistema político, a tecnologia, da arte e dos valores em que se fundamenta a sociedade. O desenvolvimento da capacidade de

aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos, habilidades e a formação de atitudes e de valores. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. Portanto a proposta do ensino fundamental II, é etapa da educação onde os alunos são estimulados: a compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito. Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas. Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos. Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação. Finalizando a última etapa da educação básica, a proposta pedagógica do ensino médio contempla a preparação dos jovens para a realidade contemporânea, proporcionando a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos, desenvolvendo uma postura crítica e cidadã em relação ao conhecimento e à sociedade, contribuindo assim para a formação ética e a autonomia intelectual. A metodologia proposta de ensinar, mais do que o embasamento teórico, implica na definição de um conjunto de valores que engloba, não só a educação, mas sua forma de pensar o mundo. **METODOLOGIA:** O estágio foi realizado na Escola Equipe, localizado em Macaíba-RN, entre os dias 27 de fevereiro ao dia 21 de março de 2018, com carga horária de 120 horas. Com a atuação de campo, podemos perceber a importância de um planejamento de aula, até mesmo a se organizar e ter uma organização pedagógica e profissional, obtendo experiências satisfatórias e vivências importantes para nosso campo de atuação. As turmas acompanhadas foram 6º e 7º ano do Ensino Fundamental II, turma participativa e atenta ao professor. As turmas têm aproximadamente 50 alunos, sendo 25 cada, as aulas de Educação Física são desenvolvidas contra turno, alunos que estudam no período matutino no colégio equipe, tem a disciplina no período vespertino. O relatório aqui apresentado há registros vivenciados na observação, semi regência e regência. Durante o processo de observação, sendo dois encontros, as aulas eram desenvolvidas pelo professor titular de turma, a qual pude observar e analisar como era o campo de atuação do ensino fundamental II. Na semi regência são dois encontros, a qual aulas aplicadas pelo supervisor de campo, “Professor de Educação Física”, eu como estagiário, por alguns momentos participava do processo de aplicação das aulas juntamente com o mesmo, ajudando ao processo de aprendizagem dos alunos durante as aulas, utilizando o método de ensino aplicado. São quatro regências, que são aulas ministradas pelo estagiário, com a supervisão do professor de Educação Física da escola, sempre nos ajudando e mostrando na prática onde podemos melhorar desde a apresentação do plano de aula até a execução da aula. Toda esta experiência é de grande importância e irá contribuir bastante para o processo de aprendizado e nossa formação acadêmica. **RESULTADOS:** Na primeira observação realizada, notei que o professor trabalhava esportes coletivos durante as práticas de educação física, sendo um pouco solto, sem o processo de planejamento pedagógico. No entendimento de Kunz (2001), reflete sobre o pensamento pedagógico renovador da Educação Física e a produção

científica decorrente dele foram importantes para repensar a área, principalmente em função da preocupação com as realizações concretas no campo escolar da Educação Física. Pode-se constatar, porém, que ainda hoje poucos avanços aconteceram na efetiva prática do ensino da Educação Física. A aula deu início com uma brincadeira ‘pegue aranha’, como aquecimento. No segundo momento da aula foi desenvolvido uma brincadeira chamada ‘pega trem’. No terceiro momento proposto pelo professor, foi dividida a classe em duas equipes, para que pudesse ser realizado uma partida do jogo queimada, durante esse jogo foi observado que os alunos que tinham suas habilidades motoras mais avançadas, excluía um pouco aqueles que tinham menos, com isso não houve nenhuma alteração, nem intervenção do professor na atividade. No quarto momento da aula, foi desenvolvida a atividade de handebol, onde teria a participação dos meninos e das meninas no esporte, com o mesmo time da queimada, não sendo diferente da queimada, houve o entrosamento dos mais fortes, esquecendo os mais fracos, sem intervenção do professor. Na aula pode observar que o conteúdo proposto seria esportes coletivos, porém se mesclava, os jogos e brincadeiras com o esporte, afinal, os três primeiros momentos da aula não eram esportes, porém durante o esporte handebol, ficou claro que o esporte não foi desenvolvido como conteúdo escolar, e sim como uma brincadeira, sem intervenção pedagógica, e processo de ensino e aprendizagem, era apenas um momento que deixou transparecer que era para sentir sensações de liberdade e prazer, saindo um pouco da sala de aula, sem objetivo algum. A segunda observação realizada no dia 01/03, a aula desenvolvida nesta tarde, foi a mesma que foi realizada no dia 27/02, a qual teve o processo de três brincadeiras (pega aranha, pega trem e queimada), e dois esportes (handebol, e futsal), toda via o futsal era desenvolvido pelo último momento. As semi regências foram realizadas entre o dia 06 e dia 08 de março de 2018, assim, começou as coparticipações das aulas, neste dia se iniciava uma nova etapa, a qual me preparava para as regências futuras, portanto estava bem próxima. Como já de costume, se foi feito o aquecimento para que se pode se iniciar as práticas esportivas das aulas de educação física ministrada pelo titular de turma da escola equipe de macaíba. No dia 06 e 08/03, auxiliei o professor sendo árbitro da prática de futsal, com isso, me sentir um pouco desafiado pelos alunos, alguns deles mostraram resistência quanto a prática, causando conflitos entre eles devido não aceitar a perca pelo time adversário, embora as meninas participem com os meninos durante toda aula, neste momento já não participavam, por ser vista como um ser frágil em meios ao meninos. Entretanto, toda sequência de aula, foram realizadas de acordo como citada nas observações. Dia 13/03 foi realizado a primeira regência da última etapa do estágio supervisionado II, entretanto, resolvi com o mesmo dar continuidade ao trabalho a qual vinha sendo feito alguns dias, que seria esportes coletivos, ao contrário do mesmo, decidir então, realizar quatro aulas com o mesmo conteúdo “esportes”, porém com temas diferentes. Entretanto é de fundamental importância o trabalho de esportes nas aulas de Educação Física, assim: A Educação Física enquanto componente curricular da Educação básica deve assumir então uma outra tarefa: introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir do jogo, do esporte, das atividades rítmicas e dança, das ginásticas e práticas de aptidão física, em benefício da qualidade da vida (BETTI, 2002, p.75). Na primeira regência, o tema aplicado foi basquetebol, onde tinha como objetivo planejar e

utilizar estratégias para solucionar os desafios técnicos e táticos, na modalidade esportiva escolhida (basquetebol) para praticar de forma específica, através dos jogos desportivos cooperativos, tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Contido pelos três objetivos específicos, conceitual, procedimental e atitudinal. Entretanto Balbino e Paes afirmam que:

O ensino do esporte na Escola sugere que tenhamos cada vez mais perspectivas pedagógicas com natureza educacional, sendo necessário agregar às propostas os seguintes princípios: participação: é preciso jogar para aprender; cooperação: é preciso 'jogar com' ao invés de 'jogar contra'; co-educação: aluno e professor devem jogar juntos; convivência: é preciso jogar respeitando as diferenças" (BALBINO E PAES, 2005, p.26).

A segunda regência foi desenvolvida no dia 15/03, como já citado acima, a cada regência seria um esporte coletivo, então o tema desenvolvido no segundo encontro foi o futsal, onde tinha como objetivo geral, uma análise

as transformações na organização e na prática dos esportes em seus diferentes aspectos seja profissional e comunitário/lazer, na perspectiva socioeducativo. Paes, Montagner e Rodrigues falam sobre uma perspectiva inovadora da pedagogia do esporte: uma ênfase no olhar socioeducativo, afirmando:

Na perspectiva socioeducativa caberá lidar com valores, princípios e modos de comportamento, centrando sua atenção em compreender e possibilitar a medida em que o esporte, num mundo marcado pela indiferença, pelo egoísmo, pelas relações superficiais e pelo individualismo, poderá influenciar na transformação desse contexto e contribuir para a vida do aluno/jogador enquanto indivíduo mais crítico, ético, cooperativo, autônomo, tolerante, consciente de seus direitos e responsável por seus deveres como cidadão (PAES, MONTAGNER E RODRIGUES, 2009, p. 3).

No dia 20/03 foi desenvolvida a terceira regência do estágio II, entretanto o tema aplicado foi voleibol, com objetivo geral de propor e produzir alternativas para experimentação do esporte vôlei, não nas práticas corporais tematizadas na escola. A aula foi aplicada em fase inicial com jogos e brincadeiras, até que se tenha progressão até o esporte. Os jogos e brincadeiras interagem com a cooperação, Soler diz que:

São atividades que tentam através dos jogos diminuir as manifestações de agressividade, promovendo boas atividades, tais como: sensibilização, amizade, cooperação e solidariedade, facilitando o encontro como outros que jogam e os objetivos coletivos predominam sobre os objetivos individuais (SOLER, 2006, p. 110).

No dia 22/03 foi desenvolvido a última regência da última etapa do estágio supervisionado II, entretanto se concluiu mais um desafio proposto pelo campo de atuação, abordando o último tema de esportes coletivos, como proposta de conteúdo da base nacional comum curricular. O tema abordado na última regência de estágio foi handebol, a qual tinha como objetivo experimentar diferentes papéis e fruir o esporte handebol, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.
CONCLUSÃO: Pois bem, relacionado sobre essa vivência de estágio

supervisionado II, poderíamos pensar, e ao refletirmos, percebe-se que foi bastante positivo os resultados obtidos com o Estágio Supervisionado II, principalmente no que abrange a motivação dos discentes, o interesse pelas aulas, que foram bastante produtivos, deixou entender que foi despertado a sede dos alunos em busca de tais conhecimentos. A cada dia de estágio um momento semelhante ao outro, porém acontecimentos que envolviam os alunos e que chamavam a atenção para as aulas, como as atividades de jogos adaptadas aos esportes, podendo assim, ter uma progressão do alunado em meios as atividades, portanto o contato direto com o esporte poderia ser desmotivante para aqueles que tem menores habilidades, porém o contato indireto, também correria riscos a desmotivação para aqueles com maiores habilidades, e como estagiário, pode respeitar o limites e fases dos alunos. Um fator de extrema importância que foi notado ao longo deste período é que a professor não tinha dificuldade em determinados momentos de controlar a turma, porém se tinha uma pedagogia militarista, embora tivesse uma boa relação com os mesmos. Porém, diagnostiquei que não precisaria de uma pedagogia militarista para uma boa relação com os alunos, quanto menos para controle de classe. Dessa forma, sugere-se um trabalho com os professores para que tais fatos não aconteçam que haja mais firmeza na hora de passar conteúdos e de chamar atenção dos alunos quando se for necessário para que não fiquem dispersos a fim de atrapalharem o bom andamento das aulas. O estágio me transmitiu o conhecimento necessário e adequado para que possa planejar e aplicar, assim que necessário dentro de uma sala de aula ou mesmo em outra atividade que ramifique além da sala. Ao chegar a concluir este relatório, cheguei à mais uma conclusão, de que o estágio supervisionado II é uma maneira de estudo utilizado em que o estabelecimento usufrui para nos introduzir, através de um mestre, de um período de estágios, de como é e será a nossa futura profissão de educadores. Porém, como segunda vivencia de estágio, concluir que o segundo estágio obrigatório proposto na grade curricular em nossa formação acadêmica é que essa fase me possibilitou o contato indireto e direto com os alunos, a uma sequência pedagógica, e o planejar. Ficou claro que a relação entre alunos é de companheirismo, as vezes excluindo um pouco aquele que tinha menos habilidades, mas devido essa junção de turmas, notou-se que tinha uma relação cooperativa entre eles, misturando todos, e não aqueles grupinhos de sala. Um dos pontos negativos envolvidos na aula é que o professor titular não apresenta planejamento pedagógico em suas aulas, sendo elas soltas, deixando um pouco a escolha dos alunados, entretanto o que controlava suas aulas era o método tecnicista aplicado.

REFERÊNCIAS

- BALBINO, H. F. ; PAES, R. R.. Processo de ensino e aprendizagem do basquetebol: perspectivas pedagógicas. In: DE ROSE JR, Dante; TRICOLI, V. (Orgs.). **Basquetebol: uma visão integrada entre ciência e prática**. Barueri: Manole, 2005. p.16-29.
- BETTI, M. **Educação Física Escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas**. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, v. 1, n. 1, p.75, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 3º versão. Brasília: MEC, 2016.

KUNZ, Elenor. **Educação física**: ensino & mudanças. Ijuí, RS: Unijuí, 1991.

PAES, R.R.; MONTAGNER, P.C. ; FERREIRA, H.B. **Pedagogia do esporte**: iniciação e treinamento em basquetebol. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

SOLER, Reinaldo. **Educação física**: uma abordagem cooperativa. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.

JOGOS POPULARES NA ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA

AUTORES:

Gerson Farias Júnior

Beatriz Pinheiro da Silva

RESUMO: No século XX, alguns pesquisadores intensificaram os estudos sobre os jogos e colocavam o brincar como produto de influências sociais adquiridas através do contato com a comunidade. Os jogos tornaram-se um suporte fundamental à atividade do homem devido às contribuições positivas na saúde, ocupação de tempos livres, construção de personalidade, desenvolvimento de capacidades físicas e habilidades de solucionar problemas e a sua relevância no reforço das relações sociais a nível familiar e de grupo. Alguns jogos podem ser vistos como patrimônio da cultura popular, visto que, são de sabedoria e prática de diferentes comunidades, seus fundadores não são conhecidos, e sua propagação pode acontecer de forma espontânea, e a grande maioria dos autores aborda esses jogos como jogos populares. Diante do exposto o objetivo deste estudo será resgatar a prática de jogos populares nas aulas do Ensino Fundamental através do Jogo Betes e Queimada, tendo como objetivos específicos aplicar os jogos: Betes e Queimada e Identificar o grau de satisfação dos alunos referente à experiência de jogar bete e Queimada. Metodologia: Foi realizada uma pesquisa-ação. A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Alice Garcia Freire, na cidade de Bom Jesus/RN. A população deste estudo foi de alunos matriculados no 4º e 6º ano do Ensino Fundamental da cidade Bom Jesus/RN, no Programa Mais Educação. A frequência mais a amostra foram feitas por conveniência, baseada na participação dos alunos nas aulas de Ensino Fundamental durante o último bimestre. Foram incluídos na pesquisa alunos matriculados na escola Alice Garcia Freire; que estivessem no 4º e 6º ano do ensino fundamental. Foram excluídos do estudo os alunos que fossem incapazes de compreender comandos verbais; que apresentassem alguma comorbidade (doença que o impeça de realizar a atividade). No primeiro momento os alunos foram questionados sobre jogos populares e aplicado o jogo betes e no segundo momento, aplicado a queimada tradicional e com suas variações e realizado a aplicação da escala. Conclui-se que objetivo do trabalho foi alcançado com êxito, visto que, foi possível resgatar a prática dos dois jogos com uma boa aceitação por parte dos discentes.

Palavras- chave: Jogos. Crianças. Ensino fundamental.

INTRODUÇÃO: O esporte entrou nas escolas em meados do século XX, após a segunda guerra mundial, quando começou a ganhar espaço nas aulas de Educação física no mundo (JÚNIOR DE SÁ; MYSKIW, 2009). No Brasil, o esporte foi incorporado nas aulas entre os anos 1946 e 1968 através do método desportivo generalizado, porém se tornou mais forte com a ascensão do poder nacional (DARIDO RANGEL, 2005). Na década de 90 a prática pedagógica no ensino do esporte na Educação física escolar era desenvolvida de forma tradicional, voltada para a valorização e desenvolvimento das aptidões e habilidades dos alunos. Porém a concretização da emancipação crítica em relação ao esporte não acontece com a

atuação pedagógica tradicional e para que esse tipo de transformação seja possível, a mudança passa obrigatoriamente pelo professor (KUNZ, 1994). Neste sentido, para Neira (2010), o currículo cultural da Educação Física Escolar deve ser democrático, perpassando do planejamento, a escolha dos conteúdos até as atividades de ensino. Levarão em consideração as experiências sociais da cultura corporal e de vivência para assim poder aumentar o repertório de manifestações corporais.

No currículo cultural, a experiência escolar é um campo aberto ao debate, ao encontro de culturas e à confluência da diversidade de manifestações corporais dos variados grupos sociais. É um campo de disseminação de sentidos, de polissemia, de produção de identidades voltadas para a análise, interpretação, questionamento e diálogo entre e a partir das culturas, nele, as contribuições das teorias críticas são incorporadas e ampliadas. (NEIRA, 2015, p. 788).

A execução de todo professor, mesmo de forma pouco consciente, baseia-se sempre na concepção do aluno, ensino e aprendizagem que é responsável pelo tipo de representação que o professor constrói sobre o seu papel, o papel do aluno, a metodologia, a função social da escola e os conteúdos a serem trabalhados (DARIDO, 2003). A dimensão dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), é referida como um saber-fazer que envolve tomar decisões e realizar uma série de ações de maneira organizada para atingir uma meta. Ao explicar essa dimensão, Darido e Rangel (2005), afirmam que os estudantes, devem ter noção do que se deve saber fazer, por isso a necessidade deles aprenderem alguns fundamentos base dos esportes, bem como vivenciar momentos de brincadeiras e jogos. No século XX, alguns pesquisadores intensificaram os estudos sobre os jogos, Vygotsky coloca o brincar como produto de influências sociais adquiridas através do contato com a comunidade e Piaget, via no jogo uma forma mais ampla para o desenvolvimento intelectual da criança, tornando com o avanço da idade cada vez mais construções adaptadas. (BARANITA, 2012). As continuidades das brincadeiras de pai para filho e, entre sociedades, mostram que elas têm uma função relevante na existência humana, principalmente quando criança. É nesse sentido que a imaginação se move e se comove com o novo que ela vê em diferentes perspectivas (SANTOS; NORONHA, 2012). Já os jogos são um suporte fundamental à atividade do homem devido às contribuições positivas na saúde, ocupação de tempos livres, construção de personalidade, desenvolvimento de capacidades físicas e habilidades de solucionar problemas; são também relevantes como reforço das relações sociais a nível familiar, grupo e até de comunidade (CUNHA; JAQUEIRA; ARAÚJO, 2005). Segundo Huizinga (2004), o jogo é uma atividade, que necessita de limite de tempo e espaço, de acordo com regras livremente pré-estabelecidas, mas absolutamente obrigatórias acompanhadas do misto de sentimento de tensão e alegria. Ou seja, o jogo proporciona a socialização das crianças, mostra a relevância das regras para a ordem, entre outras finalidades. Segundo Cardoso (2004), os jogos populares são vistos pela oralidade, transformação, naturalidade, anonimato, conservação, que são particularidades do processo de transmissão de brincadeiras tradicionais, aos mais velhos ficam as memórias da infância e às crianças o brincar. Embora esses jogos possam ser executados por diferentes públicos de diferentes culturas, sofrem várias

transformações de contextos e formas, sendo adaptados às necessidades de cada grupo, e ao seu tempo (OKAMOTO, 2011). Desta forma, para Neira (2009) não existe forma de colocar o jogo nas práticas escolares se a ludicidade que a criança traz consigo não for respeitada. Para isso é necessário exercitar a cidadania, permitindo assim que o educador compreenda que jogar é conhecer a criança como sujeito, assumindo o papel de propiciador e amigo, e não de mentor do jogo, ou seja, ter coragem de, nas atividades escolares, problematizar junto à criança ampliando seu repertório da cultura lúdica. O questionamento do jogo enquanto manifestação da cultura considerada no currículo da Educação Física Escolar exige a contemplação de um novo entendimento da função do jogar na escola. Desse modo, ao invés de imaginar o jogo como conteúdo regulador e controlador dos alunos, o ponto de vista aqui escolhido sugere uma abordagem histórico-cultural, ou melhor, coloca-o como produto cultural pertencente ao homem histórico (Neira, 2009). A cultura, por sua vez, segundo Moreira e Candau (2007), refere-se à dimensão simbólica existente nas significações compartilhadas por um público, estende-se a uma prática social. Nesse contexto, os significados são dados a partir da linguagem. Quando um povo partilha uma cultura, distribui muitos significados, construídos, intruídos e aprendidos nas rotinas de utilização da linguagem (MOREIRA; CANDAU, 2007, p 27). O Jogo Betes, assim como os outros descritos no livro Esportes e Mitos, todos os jogos envolvendo um taco e uma bola, eram descendentes de um jogo chamado “knattleik”, originário da Islândia, que lembraria o atual hóquei. Uma dessas variações seria o “Cricket” Inglês, de quem surgiu o “Jogo de Tacos” brasileiro tendo este um início relativamente recente. No Brasil descobriu-se uma cidade interiorana do Estado de Minas Gerais chamada Alfenasque, onde está estritamente consolidada o jogo do Betes. Este, que sempre foi praticado nas ruas por pessoas das mais diversas faixas etárias, sendo repassado aos mais novos por observação e reprodução do que era praticado pelos mais velhos, evoluindo nas formas recreativa e desportiva, dando origem a um campeonato anual (Cambeta – Campeonato de Betes de Alfenas) como existe em qualquer outra modalidade (CUNHA, 2005). Atualmente com a evolução da tecnologia e diante da falta de estrutura física e material apresentada por algumas escolas, os jogos populares estão cada vez mais escassos das aulas de Educação Física. O Jogo Betes é um jogo de rua, popularmente jogado no Brasil, onde duas equipes de competidores, fazendo uso geralmente de materiais artesanais, almejam alcançar um objetivo comum, pré-estabelecido no início. É também conhecido por “Jogo do Betes”, “Jogo do Taco” ou “Tacobol” (BRASIL, 2010). Diante do exposto, o objetivo deste estudo será resgatar a prática de jogos populares nas aulas do Ensino Fundamental através do Jogo Betes e Queimada, tendo como objetivos específicos aplicar os jogos: Betes e Queimada e Identificar o grau de satisfação dos alunos referente à experiência de jogar betes e Queimada. **REFERENCIAL TEÓRICO:** Segundo Neira (2008), a Educação Física Escolar deve assegurar ao aluno o acesso à cultura corporal historicamente aglomerada por meio da experiência das várias maneiras nas quais ela se apresenta na comunidade; propiciar o espaço para avaliação e explanação dos motivos que levaram certos conhecimentos a respeito das práticas corporais à atual condição, bem como, pensar sobre os conhecimentos alusivos à corporeidade apresentados pelos meios de comunicação de massa e aqueles feitos e refeitos pelos grupos culturais historicamente desprivilegiados. Claramente, essas finalidades requerem uma busca constante pela explanação das possibilidades e

restrições provenientes da realidade sóciopolítico-cultural e econômica enfrentada pela população no seu dia a dia, o condicionando e determinando a formação, continuidade e transformação das manifestações da cultura corporal (Neira, 2010). A falta de experiência e de contato das novas gerações com os jogos populares faz com que, inicialmente, essa nova prática seja repleta de receios, impedindo que suas habilidades e aptidões sejam exploradas. Para Neira (2009) se o ambiente escolar for entendido como local escolhido socialmente para a criação, reconstrução e engrandecimento cultural, competirá à Educação Física propiciar aos alunos experimentações pedagógicas que facilitem tanto a execução das manifestações corporais existentes no universo cultural próximo e distante, quanto à observação crítica a respeito das variadas formas de representação cultural apresentadas pelas brincadeiras, lutas, esportes, ginásticas e danças, concedendo a cada aluno a chance de colocar-se enquanto criador de cultura corporal (NEIRA, 2009). Alguns jogos podem ser vistos como patrimônio da cultura popular, visto que, são de sabedoria e prática de diferentes comunidades, seus fundadores não são conhecidos, e sua propagação pode acontecer de forma espontânea, a grande maioria dos autores aborda esses jogos como jogos populares (SILVA, 2009). Entre eles Kishimoto (2009), e Friedmann (1994), que referem-se ao jogo popular como jogo tradicional infantil, como uma das demonstrações culturais situadas dentro do folclore, existente no dia a dia da criança, sendo um saber repassado de geração a geração, sucedendo nas relações que acontecem durante determinada fase da sua vida, e que pode ser executado nos mais diversos lugares, dentre eles a escola. Os Jogos tradicionais são também nomeados de jogos populares, sejam eles executados por adultos ou por crianças, principalmente por crianças de famílias carentes (OKAMOTO, 2011). Estes jogos têm uma ocorrência maior em lugares ao ar livre (zona urbana, zona rural), de modo que se tornam parcela da vida diária de seus participantes em seus momentos de tempo livre e chance de um encontro de grupo (SILVA, 2010; OKAMOTO, 2011). Ademais, Siqueira (1996) afirma que os materiais para realização dos jogos eram produzidos de forma artesanal com os objetos que existiam no local e que estes jogos proporcionavam momentos de socialização. Os jogos populares são uma bonita forma de expressão da alma popular, tornando necessário o lazer, a alegria do trabalho e a idealização rica por uma experiência de vários séculos (SILVA, 2010). Brinquedo e criança são palavras que estão estritamente relacionadas, a ligação entre cultura e criança é nitidamente constatada nos jogos e brincadeiras populares, principalmente aquelas praticadas na rua (PONTES; MAGALHÃES, 2003).

O jogo é um fenômeno antropológico que se deve considerar no estudo do ser humano. É uma constante em todas as civilizações, esteve sempre unido à cultura dos povos, à sua história, ao mágico, ao sagrado, ao amor, à arte, à língua, à literatura, aos costumes, à guerra. O jogo serviu de vínculo entre povos, é um facilitador da comunicação entre os seres humanos (MURCIA *et al.*, 2008, p. 9).

Para Ribeiro (2011) o adulto nomeou de brincadeira todas as descobertas da criança, e é ele mesmo o brinquedo, iniciando como expectador ativo e posteriormente tornando-se o verdadeiro parceiro. A criança aprende a coordenar, mais tarde cria uma situação específica diferente de outras situações. De acordo com Murcia *et al.* (2008), o processo de ensino aprendizagem deve estimular a

participação das crianças, favorecendo o desenvolvimento de atividades lúdicas no meio pedagógico associado a outras atividades. Segundo Soler (2002, p. 430): “O melhor lugar para se ofertar o jogo é a escola, pois a criança atual não tem, mais a rua para brincar, e começa a trabalhar muito cedo”. A Cultura é o principal conteúdo para a educação física, porque as manifestações corporais humanas são geradas na dinâmica cultural desde os primórdios da evolução até hoje, expressando-se, se diversificando e com significados próprios no contexto de grupos culturais específicos. O profissional de educação física não trabalha somente com o esporte em si, não lida com a ginástica em si. Ele trata do ser humano nas suas manifestações culturais relacionadas ao corpo e ao movimento humano historicamente definido como jogo, esporte, dança, luta e ginástica. O que irá definir se uma opção é digna de trato pedagógico pela educação física é a própria consideração e análise desta expressão na dinâmica cultural específica do contexto onde se realiza (DAÓLIO, 2004, p. 2). Segundo Baranita (2012), estes jogos podem ser aplicados no ambiente escolar, visto que, são uma realidade muito próxima das crianças, através dos jogos populares podem-se explorar habilidades como coordenação, o raciocínio rápido, o equilíbrio, e com a crescente urbanização, com o aumento da prática desportiva em ginásios, com o aparecimento da televisão e com os novos hábitos dos jovens e crianças, os jogos tradicionais têm vindo a desaparecer. **METODOLOGIA:** O presente estudo é uma pesquisa-ação. A pesquisa-ação educacional é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos, é um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela (TRIPP, 2005). Neste estudo utilizamos a pesquisa-ação para avaliar o conhecimento prévio dos alunos referente aos jogos populares e em seguida, resgatar a prática do jogo betes e da queimada. A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Alice Garcia Freire, na cidade de Bom Jesus/RN. **POPULAÇÃO E AMOSTRA:** A população deste estudo foi de alunos matriculados no 4º e 6º ano do Ensino Fundamental da cidade Bom Jesus/RN, no Programa Mais Educação. A frequência mais a amostra foi feita por conveniência, baseada na participação dos alunos nas aulas de Educação Física durante o último bimestre. Foram incluídos na pesquisa alunos: (a) alunos matriculados na escola Alice Garcia Freire; (b) que estivessem no 4º e 6º ano do ensino fundamental. Foram excluídos do estudo os alunos: (a) que fossem incapazes de compreender comandos verbais; (b) que apresentassem alguma comorbidade (doença que o impeça de realizar a atividade). **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:** O estudo foi realizado em duas etapas. Na primeira etapa, foi realizada uma roda de conversa, seguida da aplicação do Questionário sobre Jogos Populares (contendo 6 questões), em seguida foi realizada a execução do Jogo Betes. Na segunda Etapa, foi realizada uma roda de conversa inicialmente, seguida da execução do jogo Queimada Tradicional e mais quatro variações, por fim a aplicação da Escala de Experiência. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** *Primeira Aula:* No primeiro momento da aula fizemos uma roda inicial para conversarmos um pouco sobre o conteúdo, sobre as regras do jogo, foi realizada uma sondagem referente a conhecimentos prévios do tema abordado e quem jogou como jogaram na sua rua. No segundo momento, fizemos um alongamento, no terceiro momento fizemos uma iniciação ao jogo betes onde os

alunos fizeram quatro filas um de frente pro outro, duas filas ficavam com as bolinhas e as outras duas filas ficavam com o taco, os alunos que estivessem com as bolinhas lançavam para que os outros alunos que estivesse com o taco rebatesse a bolinha, fazendo isso um de cada vez, ao fazer 3 vezes cada um, mudava, quem estivesse com as bolinhas ia para o taco e quem estivesse com o taco ficava com as bolinhas. Ao terminarem o exercício formamos duplas para jogar betes, no início os alunos acharam um pouco complicado mais depois foram se adaptando e jogando muito bem, o professor deixou a critério dos alunos a formação das duplas e foi muito bom ver que os alunos se motivaram e participaram do jogo, as equipes foram feitas por meninos e por meninos e meninas. Segunda Aula: No primeiro momento, fizemos uma roda inicial para falar sobre as regras do jogo, saber quem já jogou, como era as regras de quando você jogava, em seguida realizamos uma partida de queimada dividindo as equipes com números iguais de participantes, na queimada tradicional acaba quando todos os participantes são queimados. Os participantes só são queimados quando a bola bate na pessoa e cai no chão, se a bola bater em alguém e a própria pessoa salvá-la, ou outra pessoa salvar, ninguém é queimado, as equipes foram compostas por meninos e meninas ao terminar a partida propomos aos alunos um jogo de queimada diferente do jogo que eles já conheciam que é chamado de Queimada Curinga. Na queimada curinga a equipe escolhe um jogador do seu time para ser o curinga, esse jogador não poderá ser queimado, pois, caso isso ocorra o jogo termina, os competidores da outra equipe não poderão saber quem é o curinga da equipe adversária, ao terminar a partida da queimada curinga propomos outro tipo de queimada chamada queimada abelha rainha. Na queimada abelha rainha as equipes escolhem um jogador para ser a abelha rainha, esse jogador tem que ser protegido por toda a equipe, se a abelha rainha for queimada o jogo acaba, ao contrário da queimada curinga os participantes da equipe adversária pode saber quem é a abelha rainha de cada equipe, em seguida fizemos mais uma partida de queimada, chamada de queimada de soma. Na queimada de soma o jogador que for queimado junta-se a outra equipe que o queimou, ganha a equipe que somar mais número de jogadores. Para finalizar fizemos a queimada de gêneros, na queimada de gêneros os meninos só podem queimar os meninos e as meninas só podem queimar as meninas. Participaram desta pesquisa 10 alunos com a idade média de 12 anos, 100% dos participantes estão cursando o Ensino Fundamental e engajado no Programa do Mais Educação. Dos alunos avaliados 100% responderam conhecer os jogos populares e esse tipo de jogo ter aplicabilidade na escola onde estuda. Quando questionado a frequência semanal em que essa prática acontece 60% relataram que são aplicados duas vezes por semana e 40% relataram que são aplicados uma vez por semana, essa diferença pode ser justificada, uma vez que a amostra abrange alunos de várias séries. Quando questionados se gostavam ou não de praticar esse tipo de atividade, 100% responderam gostar de jogos populares. Um percentual de 80% dos participantes relatou que o jogo mais realizado nas aulas de Educação Física é o Futebol, seguido de Queimada com 20%. Essa é uma realidade na maioria das escolas de nossa Cidade, onde o futebol é o jogo mais praticado, deixando de lado outros jogos simples e ao mesmo tempo riquíssimos em possibilidades como a queimada, como é relatado por Pinto e Lopes (2009) mais que uma atividade lúdica, a queimada permite que as crianças se arrisquem num jogo para alcançar a bola e, concomitantemente, desviar-se dela. Um jogo de aventuras, de corrida, de voz. Um

jogo que permite estar entre iguais, mas que também, pode gerar certo afastamento. Se o marcador da igualdade ou da diferença é temporariamente suspenso pela situação do jogo, ele parece se restabelecer em outras circunstâncias, como por exemplo, em decorrência de um erro durante o jogo. Quando comparado jogos populares com jogos eletrônicos 60% relataram preferir jogos populares e 40% jogos eletrônicos, um avanço para os dias atuais, onde as crianças aprisionam-se a jogos eletrônicos, restringindo-se a experimentar outros jogos. Resultado oposto do encontrado no estudo de 2005, onde todos os alunos dos 1º, 3º e 5º anos votaram nos jogos eletrônicos. Como retrata Marques (2013) em seu estudo, devido ao avanço da tecnologia que estamos vivendo, atualmente as crianças brincam de jogos eletrônicos (videogames, celulares, tablets, etc) e pouco menos de atividades mais divertidas e participativas. E os Jogos Populares tem um papel relevante nas aulas de Educação Física, pois além de ser divertido como os jogos eletrônicos, se conseguem trabalhar melhor a interação. Na avaliação final referente ao grau de satisfação dos alunos ao jogar betes e queimada o resultado foi positivo, 50% dos alunos classificaram como muito bom, 40% Excelente e 10% bom, com a intervenção foi possível a ampliação do repertório corporal dos alunos, além da descoberta de um novo jogo, o betes. Embora a maioria dos alunos não conhecesse o jogo betes, suas regras e a forma de jogar, o aceitaram e executaram bem, de modo que o resultado final foi muito bom. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a escassez dos jogos e a pouca variedade nas aulas de Educação Física, faz com que os alunos já estimulados pelo avanço da tecnologia, diminuam ainda mais essa prática. Torna-se necessário um olhar especial do professor para outros jogos que não sejam somente o futebol, a fim de explorar novas habilidades e aptidões dos alunos, bem como estimulá-los a desenvolver esses jogos. Conseguimos resgatar com êxito o Jogo betes que não era conhecido por muitos e adaptar e explorar outras habilidades com variações da queimada, e o mais importante, com uma boa aceitação dos discentes. Um dos fatores que aumenta o desinteresse dos alunos é a forma como os conteúdos são abordados, pois suas repetições que na maioria das vezes, são compostas do esporte tradicional (futebol) acabam fazendo com que os alunos se acomodem ou até mesmo desistam de realizar as atividades propostas, uma vez que estas não lhe agradam. A maior parte dos autores durante esse trabalho converge na idéia de que muitos professores assumem o esporte como único conteúdo nas aulas de Educação Física, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, e que isso desmotiva os alunos (Albuquerque *et al.*, 2009). Portanto, é necessário estimular a socialização, a variabilidade dos conteúdos de acordo com as aptidões de cada aluno, respeitando o limite de cada corpo e de acordo com cada jogo. Programar mudanças semanais nas aulas para motivá-los cada vez mais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Igor Valença. Dificuldades encontradas na Educação Física Escolar que influenciam na não-participação dos alunos: reflexões e sugestões. **Revista Digital** - Buenos Aires, v. 14, n. 136, sep., 2009.

BARANITA, Isabel Maria da Costa. **A importância do Jogo no desenvolvimento da Criança**. Disponível em: <http://www.saosebastiao.sp.gov.br/ef/pages/Corpo/Habilidades/leituras/a1.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Jogando Bete Alta**. 2010. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=26345>. Acesso em: 01 set. 2017.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Educação Física, v. 7. Brasília: MEC, 1998.

CARDOSO, Simoni Rossi. **Memórias e jogos tradicionais infantis: lembrar e brincar é só começar**. Londrina: Eduel, 2004.

CUNHA, Ana Maria Silva; JAQUEIRA, Ana Rosa Fachardo; ARAÚJO, Paulo Coêlho. **O jogo do bete**. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/17422>. Acesso em: 01 set. 2017.

DAÓLIO, J. **Educação física e o conceito de cultura**. Campinas: Autores Associados, 2004.

DARIDO, S. C. **Educação Física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DARIDO, Suraya Cristina. **Diferentes concepções sobre o papel da Educação Física na Escola**. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/41548/1/01d19t02.pdf?>. Acesso em: 21 out. 2017.

FRIEDMANN, A. **Jogos Tradicionais**. Disponível em: http://media.wix.com/ugd/27072f_6dad3e2bbe1aeb68317a9bcd8e9e5697.pdf. Acesso em: 28 nov. 2017.

HUIZINGA, Jonh. **Homo Ludens: O jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

JOÃO JÚNIOR DE SÁ; MYSKIW, Mauro. **Transformação didáticopedagógica e o ensino de novos esportes no ensino médio: um relato de experiência**. Marechal Cândido Rondon. v. 8, n. 14, p. 85-93, 2009.

KISHIMOTO, M. T. (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: Unijuí, 1994.

LIVRE ESPORTES. **Revista Digital de Esportes**. Bete já faz parte da tradição brasileira. 2010. Disponível em: <http://www.livresportes.com.br/reportagem/bete-jafaz-parte-da-tradicao-brasileira>. Acesso em: 01 set. 2017.

MARQUES, José Carlos Lustosa; PEREIRA, Vanildo Rodrigues. **Resgate Jogos Populares Para Alunos o Ensino Fundamental**. Versão Online, 2013. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uem_edfis_pdp_jose_carlos_lustosa_marques.pdf. Acesso em: 28 nov. 2017.

MOREIRA, A. F. B. e CANDAU, V. M. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MURCIA, Juan Antônio Moreno *et al.* **Aprendizagem através do jogo**. São Paulo, 2008.

NEIRA, Marcos Garcia. **“Focinho de porco não é tomada” ou desfazendo a confusão: interpretações distorcidas do currículo cultural da Educação Física**. Disponível em: http://www.gpef.fe.usp.br/teses/marcos_11.pdf. Acesso em: 27 nov. 2017.

_____. Em defesa do jogo como conteúdo cultural do currículo da educação física currículo da educação física. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte** – v. 8, n. 2, 2009. Disponível em: http://www.gpef.fe.usp.br/teses/marcos_15.pdf. Acesso em: 04 dez. 2017.

_____. Analysis of teachers' representations about the Physical Education cultural curriculum. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.14, n.35, p.783-95, out./dez. 2010.

OKAMOTO, Sueli Ribeiro de Souza. **O Jogo Popular como Conteúdo de Ensino nas Aulas de Educação Física**. 2011. 38 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso Monografia (Especialização em Educação Física na Educação Básica) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

PINTO, T. de O, LOPES, M. de F. **Brincadeira no espaço da rua e a demarcação dos gêneros da infância**. [S.]: Scielo Brasil, 2009.

PONTES, Fernando Augusto Ramos; MAGALHÃES, Celina Maria Colino. **A Transmissão da Cultura da Brincadeira: Algumas Possibilidades de Investigação**. Psicologia: Reflexão e Crítica, v.16, n. 1, 2003.

RIBEIRO, Katiuce Lucio; SOUZA, Selma Pereira. **Jogos na Educação Infantil**. Serra: Escola Superior de Ensino Anísio Teixeira, 2011.

SANTOS, Silvia Lima; NORONHA, Evelyn Lauria. Diversão antiga que ainda encanta: as crianças da amazônia nas brincadeiras de rua em Urucurituba / AM. **Rev. Areté**. Manaus, v. 5, n. 9, p.125-136, ago./dez., 2012.

SILVA, Erielton Pereira. **Utilização dos jogos nas aulas de educação física educação física**. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_40_1455654502.pdf. Acesso em: 05 dez. 2017.

SOLER, Reinaldo. **Jogos cooperativos**. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO E O "SER PROFESSOR" UMA EXPERIÊNCIA COM O PARKOUR

AUTOR:

Luiz Felipe Barbosa de Lima

RESUMO: Este relatório apresenta o relato da vivência do meu estágio supervisionado II, no nível do ensino fundamental II, onde pude entender e desempenhar, a função de um docente, da educação física escolar. Fazendo observações de aulas de educação física, auxiliando o professor supervisor de campo de estágio, e elaborando 4 regências para o presente nível de ensino. Abordando o conteúdo de esportes radicais de aventura, mais precisamente o esporte de aventura parkour. Esse esporte é relativamente novo começou a ser praticado no final do século XX na França e se caracteriza por movimentos de transposição, saltos e aterrissagens. De acordo com Pereira e Armbrust (2010) o parkour utiliza gestos motores já conhecidos, mas recria de forma desafiadora, criativa e inovadora esses movimentos. Tive como objetivo de oferecê-lo como possibilidade para a educação física escolar, propiciando aos alunos o contato com um esporte radical de aventura, conhecendo seu histórico, regras, valores e objetivos do esporte. De modo que cada aluno possa se apropriar desse conhecimento em relação a essa experiência de forma crítica, pois esse esporte não só aprimora capacidades físicas e gestos motores, mas também promove reflexão a seus praticantes por ser uma prática da zona urbana, que independe de condição aquisitiva ou de classe social, basta ter disposição e vontade de praticar, sendo assim um esporte bastante democrático.

Palavras-chaves: Estágio. Parkour. Docente.

INTRODUÇÃO: Este trabalho apresenta relato da vivência do meu estágio supervisionado II, no nível do ensino fundamental II, onde pude entender e desempenhar, a função de um docente, da educação física escolar. Fazendo observações de aulas de educação física, auxiliando o professor supervisor de campo de estágio, e elaborando 4 regências para o presente nível de ensino. Abordando o conteúdo de esportes radical de aventura, mais precisamente o esporte de aventura Parkour, relacionando os conhecimentos adquiridos com o estágio para identificar e construir a minha identidade como um docente por meio das competências aprendidas na presente experiência que tive por meio do estágio II. **JUSTIFICATIVA:** Esse trabalho é uma tentativa para ajudar os discentes que tem dúvidas sobre as questões a quais vão encontrar no estágio supervisionado, as habilidades e competências que devem ser desenvolvidas para que eles possam se tornar um docente, através da experiência que tive com um tema específico e mostrar como uma visão sobre o estágio supervisionado é importante para que eles possam compreender melhor como se preparar e aproveitar essa oportunidade do estágio para desenvolver suas habilidades e competências, colocando em prática tudo que aprenderam na faculdade. **METODOLÓGIA:** O presente trabalho é uma pesquisa exploratória no qual o foco da ação da pesquisa é o Parkour como uma

possibilidade pedagógica para a educação física escolar, executado no ensino fundamental II em uma escola da zona oeste da cidade do NATAL/RN onde, o público alvo eram alunos dos 6º e 7º Ano do ensino fundamental a faixa-etária é entre 11 a 15 anos. Materiais necessários:

- Peças de tatame
- Cones de demarcação.
- Disco de equilíbrio.
- Plataforma drope.
- Data show.

Espaço necessário: Quadra poliesportiva, pátio e dependências da escola, tais como, muros batentes e corrimãos. Em minha primeira regência, tive por tema os elementos históricos do parkour, Apresentação do mesmo como possibilidade para a educação física escolar. Onde e quando surgiu, quem foi seu criador, como surgiu o esporte e como se inspirou. Exibi um vídeo/ filme para que os alunos pudessem apreciar, onde observaram os movimentos básicos do Parkour, para que os mesmos tivessem uma noção do que se tratava o esporte em questão. Em seguida, no decorrer da aula de cunho teórico indaguei os nomes dos movimentos realizados no esporte, qual seu objetivo e como se dá sua prática e qual o Objetivo do esporte. Posteriormente promovi um debate sobre o parkour suas regras e seu histórico. Como forma de avaliar a presente aula procurei Observar se os alunos obtiveram aprendizado após o conteúdo passado e seu histórico, se conseguiam associar o que conheceram e prenderam com o vídeo/ filme que apreciaram. Afim de gerar uma reflexão, em detrimento da possibilidade da inclusão do parkour como atividade no cotidiano e na escola de modo geral. Sendo assim fiquei satisfeito ao notar a relevância que o conteúdo teve perante aos alunos. Na minha segunda regência comecei com uma roda inicial explanatória, apresentando os movimentos básicos do parkour, nomes dos movimentos, e como executar os mesmos. Em seguida trabalhei junto aos alunos cada movimento afim de ampliar o repertório motor da seguinte maneira: A priori trabalhei o rolamento com o uso de colchonete os alunos ficaram em duas filas onde demonstrei como se deve executar o rolamento em, seguida com minha ajuda os alunos executaram o rolamento como meu auxílio corrigindo os mesmos, sempre que foi necessário. Posteriormente na segunda atividade trabalhei o Salto de precisão, onde alunos ficaram enfileirados lado a lado usando a linha lateral da quadra, onde partindo dessa linha saltaram frente e logo em seguida saltaram para trás, afim de voltar a linha de onde estavam inicialmente, visando saltar com a maior precisão possível. E por fim a terceira atividade trabalhei “Equilíbrio do gato” para a iniciação do Parkour foi utilizado o disco de equilíbrio do treinamento funcional para adaptar esse movimento aos alunos pois o movimento original geralmente é feito andando/correndo em cima de muros. Coloquei os alunos em fila para que cada um deles conseguissem utilizar o disco, visando aprimorar seu equilíbrio e estabilidade. Pois o equilíbrio é algo fundamental para a prática do parkour. Ao término fiz uma roda final reflexiva Abrindo espaço para as dúvidas, perguntas, relatos dos alunos sobre dificuldades encontradas na aula e o que sentiram ao se deparar com esse esporte. Busquei avaliar a aula Observando se os alunos conseguiram executar as atividades propostas, se tiveram dificuldades e se o aprendizado da aula foi satisfatório para aquilo que foi pretendido. De modo que a

aula teve boa fluência sem maiores contratempos. A terceira regência, juntei os alunos para uma roda inicial explanatória, onde apresentei movimentos mais avançados do parkour, como “tic-tac” aterrissagem, escalada de muro e traçar/transportar obstáculos. Elaborei um circuito onde cada estação tinha um tipo de movimento a ser executado, de modo que essa combinação dos movimentos dentro do circuito permitiu aos alunos explorarem o que já tinham aprendido em relação ao esporte. Posteriormente Promovi um debate com os alunos, os questionando em relação ao circuito e o que acharam sobre a combinação dos movimentos ao qual lhes permitiu ver na prática o que é o que consiste esse esporte, que é se deslocar com a maior eficiência possível. Busquei avaliar permitindo que os alunos fizessem uma auto avaliação, onde os alunos se propuseram a dar notas ao seu desempenho e o que aprenderam. Por fim notei que a presente aula foi muito satisfatória, os alunos levaram a sério o conteúdo e se deram notas com críticas a si próprios, comentando o que podiam ter feito melhor e o que conseguiram realizar de positivo na aula. Na quarta regência, comecei a aula com uma roda inicial explanatória, relatando aos alunos qual o objetivo das aulas abertas, com o intuito de que eles pudessem se envolver no processo de ensino-aprendizagem, Construindo a aula com eles questionando-os em relação ao que mais gostaram sobre o Parkour, pondo em prática o que adquiriram de aprendizado e explorando os espaços da escola, tais como; muros, batentes, calçadas e corrimãos. Ao final da aula fiz uma roda final agradecendo a todos os alunos por se dedicarem ao processo e disponibilidade, ao aceitar algo novo que não é comum no ambiente escolar, pois vencer o estereótipo de sempre ter futsal e queimada como aulas práticas é algo bem difícil para qualquer professor em início de carreira. Após esse momento de agradecimentos aproveitando a roda final realizei a minha última avaliação Promovendo debate com os alunos, questionando-os em relação a todas as aulas, propiciando um momento de auto crítica, e o que acharam do Parkour como uma possibilidade para o ambiente escolar. **RESULTADOS:** A partir das aulas ministradas, por meio de anotações e feedback dos alunos, pude coletar as informações sobre o interesse, ponto de vista, aprendizados e dificuldades dos mesmos em relação ao tema proposto e com isso pude compreender melhor a relação do estágio supervisionado com a formação do “Ser Professor” na educação física escolar, reforçando a minha percepção de que a vivência do estágio supervisionado é de fundamental importância para a formação do “Ser Docente”, pois justamente, no estágio que o professor em formação adquiri as primeiras experiências para ter condições de encarar o mercado de trabalho, pois durante o processo de intervenção desenvolvi habilidades e competências no qual é necessário para a construção do “Ser Docente” da Educação Física. A partir do momento que entrei na sala de aula sendo o regente principal em meio aqueles jovem, senti que o processo de formação da docência é algo fundamental, porque ali na sala de aula que colocamos em prática tudo que apreendemos, tendo o papel de mediador do conhecimento e assim sendo produto e produtor da cultura. **CONCLUSÃO:** Concluo esse relatório de estágio com satisfação, por todo aprendizado adquirido, por passar por mais uma etapa importante, do início docência e vida acadêmica. Onde pude trazer um tema diferente do habitual como o parkour, pois a Educação Física é uma área rica e cheia de possibilidades nos quais podemos explorar das mais diferentes formas e promover o acesso as mais variadas culturas, passados em cada aula, cada conteúdo, cada tema, cada indagação.

Posso definir todas essas culturas que a Educação Física é, como uma só, que fala uma só língua, que tem por nome cultura corporal do movimento, o professor é produzido por ela e a reproduz com intuito de que seja eterna, de que o conhecimento como toda produção humana não pereça e assim permaneça, sendo repassada de geração em geração. Para que o professor ensine tudo o que é necessário para que essa pessoa possa ser um cidadão de bem, compreendendo seus direitos e deveres, com ética e senso crítico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Educação física. Brasília: MEC, 1997.

O PARKOUR COMO POSSIBILIDADE PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR. **Motrivivência**, v. XXV, n. 41, p. 247-257, dez., 2013. Disponível em: <http://dex.doi.org/10.5007/2175-8042.2012v>.

PEREIRA, D.; ARMBRUST, I. **Pedagogia da aventura:** Os esportes radicais, de aventura e de ação da escola. São Paulo: Fontoura, 2010.

ENFERMAGEM

CUIDADOS DE ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DE INFECÇÕES DO TRATO URINÁRIO NOS PACIENTES EM USO DE SONDA URETRAL

AUTORAS:

Maria Carolina Silva Pontes

Rafaela Costa de Medeiros

RESUMO: O cateterismo vesical de demora é a inserção de uma sonda de Foley no canal uretral até a bexiga e deixa o paciente sujeito a Infecções do Trato Urinário (ITU) se o procedimento não for realizado de maneira correta e com técnica asséptica. Assim, objetiva-se conhecer como se encontram, na literatura científica nacional, os cuidados de enfermagem na prevenção da infecção do trato urinário nos pacientes em uso de cateterismo vesical. Trata-se de um estudo desenvolvido através da revisão integrativa de literatura, realizada, no mês de outubro de 2018 na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), indexadas nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da saúde (LILACS). Os critérios de inclusão utilizados foram textos disponíveis em língua portuguesa, completos e de livre acesso, dos últimos 05 anos (2014 a 2018) que envolvessem as ideias deste estudo. No estudo de Arrais, Oliveira, Souza (2017) sobre a análise da assistência de Enfermagem, a partir de indicadores, com foco na prevenção da infecção urinária, foi detectado que o controle e a prevenção de ITU, relacionada ao cateter, precisam da implementação e a avaliação de programas e protocolos de controle de infecção sendo, portanto, de competência do enfermeiro a segurança da assistência ao paciente. As ações preventivas de enfermagem devem ser primordialmente educativas seja por meio de protocolos ou capacitação junto a equipe de enfermagem, buscando sempre uma assistência de qualidade.

Palavras-chave: Cateterismo vesical. Cuidados de enfermagem. Controle de infecção.

INTRODUÇÃO: O cateterismo vesical de demora é a inserção de uma sonda de Foley no canal uretral até a bexiga. É um procedimento invasivo e, por isso, deixa o paciente sujeito a Infecções do Trato Urinário (ITU) se o procedimento não for realizado de maneira correta e com técnica asséptica (AMARAL *et al.*, 2017). Dentre as funções deste tipo de sondagem, pode se listar a drenagem da urina, promovendo alívio ao paciente principalmente na obstrução urinária, pré e pós-operatório, coleta de urina e incontinência urinária, monitoração do balanço hídrico – supervisão da eliminação de líquidos (CHAVES; MORAES, 2015). Segundo a Resolução 450/2013, a sondagem vesical é um procedimento que envolve riscos ao paciente no que diz respeito as infecções do trato urinário e/ou a trauma uretral ou vesical. Por isso, requer cuidados de Enfermagem de maior complexidade técnica, conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas. Por essas razões, no âmbito da equipe de Enfermagem, a inserção de cateter vesical é privativa do Enfermeiro conforme lei nº

7498/86 e seu decreto regulamentador 94406/87 (COFEN) (NUNES; FONTES; LIMA, 2017). Assim, o enfermeiro deve ter conhecimentos técnicos e científicos para

realizar este procedimento, além de executá-lo no contexto do Processo de Enfermagem, atendendo-se às determinações da Resolução Cofen nº 358/2009 e aos princípios da Política Nacional de Segurança do Paciente, do Sistema Único de Saúde”. O procedimento deve ser asséptico desde a inserção da sonda até a sua fixação, porém, nem sempre os cuidados assépticos são realizados (JESUS; COELHO; LUZ, 2018). disto questiona-se: Como se encontram, na literatura científica nacional, os cuidados de enfermagem na prevenção da infecção do trato urinário nos pacientes em uso de cateterismo vesical? Assim, no intuito de responder a este questionamento, objetiva-se conhecer como se encontram, na literatura científica nacional, os cuidados de enfermagem na prevenção da infecção do trato urinário nos pacientes em uso de cateterismo vesical. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo desenvolvido através da revisão integrativa de literatura. A revisão integrativa é fundamentada na avaliação de pesquisas pertinentes que proporcionam uma excelente base de informações para avançar em melhorias no que se concerne à estruturação da prática clínica. Sintetizando saberes relacionado a temas específico, indicando falhas nos estudos que necessitam ser elucidadas, indicando a importância da produção e aprofundar-se mais nas pesquisas (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). A pesquisa bibliográfica foi realizada, no mês de outubro de 2018, com levantamento de material publicado e disponível na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), indexadas nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da saúde (LILACS). Para andamento da pesquisa foram utilizados os seguintes Descritores (DeCS): Cateterismo vesical; cuidados de enfermagem; controle de infecção. Os critérios de inclusão utilizados foram textos disponíveis em língua portuguesa, completos e de livre acesso, dos últimos 05 anos (2014 a 2018) que envolvessem as ideias deste estudo. Com relação aos critérios de exclusão tomados foram artigos de bases não confiáveis, que fugissem da temática abordada no referente estudo, publicados em anos inferiores a 2014, em língua estrangeira. Após o refinamento, aplicada leitura crítica e minuciosa foram identificados 05 estudos para subsidiar esta pesquisa. Os dados coletados estão referenciados adequadamente, com ética, tomando as devidas precauções quanto à preservação da autoria dos artigos pesquisados. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No estudo de Arrais, Oliveira, Souza (2017) sobre a análise da assistência de Enfermagem, a partir de indicadores, com foco na prevenção da infecção urinária, foi detectado que o controle e a prevenção de ITU, relacionada ao cateter, precisam de uma gama de medidas. Dentre elas, a implementação e a avaliação de programas e protocolos de controle de infecção devem ser contínuas, sendo, portanto, de competência do enfermeiro as intervenções que possam ter como meta primordial a qualidade de vida e a segurança da assistência ao paciente (NUNES; FONTES; LIMA, 2017). Assim, os cuidados preventivos na infecção do trato urinário necessitam de maior atenção, investindo-se em educação continuada, com a prática do cuidado baseado em evidências, com vistas a uma assistência segura e livre de danos. Outro item importante na prevenção de infecções relacionadas ao uso do cateter urinário, diz respeito à manipulação da sonda vesical de demora (AMARAL *et al.*, 2017). É necessária a reflexão do enfermeiro sobre a importância da manipulação correta dos cateteres vesicais. Destarte, os riscos para infecção urinária devem ser constantemente avaliados onde a prática de higienização das mãos deve ser realizada criteriosamente e as condições anatômicas de cada paciente devem

sempre ser levadas em consideração na hora da fixação e manipulação, assim como a educação do paciente e de seus familiares (NUNES; FONTES; LIMA, 2017). Além da higienização das mãos, outras medidas preventivas são identificadas na literatura como o registro adequado sobre o cateterismo, seja no prontuário ou na própria bolsa coletora da sonda, o período estabelecido para troca, a manutenção da bolsa coletora, abaixo do nível da bexiga e a união do cateter com o tubo coletor a qual não deve ser desconectada, pois aumenta o risco de contaminação. Corroborando com estes achados, em pesquisa de Chaves e Moraes (2015) sobre a avaliação das práticas de prevenção de infecções do trato urinário, no uso de cateter vesical, numa unidade de terapia intensiva em Florianópolis/Santa Catarina, a equipe de enfermagem descuidava-se das estratégias de intervenção e na qualidade da prestação do cuidado. A avaliação dos indicadores, a infraestrutura, o processo e os resultados, encontram-se fragilizados em sua operacionalidade. Já na pesquisa de Jesus, Coelho e Luz (2018) acerca dos cuidados de enfermagem para prevenção de infecção do trato urinário em pacientes com cateterismo vesical de demora, no ambiente hospitalar, os cuidados de enfermagem para a prevenção de ITU abordam cuidados relacionados a técnica do cateter vesical de demora e na manutenção do cateter. Além disso, evidenciou-se que o enfermeiro é o principal responsável para conscientizar a equipe sobre os cuidados para minimizar os riscos de ITU associada ao cateter (AMARAL *et al.*, 2017). **CONCLUSÃO:** o enfermeiro é a chave para a avaliação do uso continuado do cateter sem infecção, identificando as complicações e implementando práticas de cuidados preventivos para minimizar as complicações como a infecção urinária. As ações preventivas de enfermagem devem ser primordialmente educativas seja por meio de protocolos ou capacitação junto a equipe de enfermagem, buscando sempre uma assistência de qualidade.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Dayana Medeiros *et al.* Pós-operatório de vulvectomy e cateterismo vesical de demora: revisão integrativa. **Rev. Enferm UFPE online**, Recife, v.11,n.10, p.3948-57, out., 2017.
- ARRAIS, E. L. M.; OLIVEIRA, M. L. C.; SOUSA, I.D.B. Prevenção de infecção urinária: indicadores de qualidade da assistência de enfermagem em idosos. **Rev Enferm UFPE online**, Recife, v.11, n.8, p.3151-3157, ago., 2017.
- CHAVES, N.M. de O.; MORAES, C. L. K.. Controle de infecção em cateterismo vesical de demora em unidade de terapia intensiva. **R. Enferm. Cent. O. Min.** v. 5, n.2, p.1650-1657, 2015.
- JESUS, Jamille Santos; COELHO, Mônica Franco; LUZ, Reginaldo Adalberto. Cuidados de enfermagem para prevenção de infecção do trato urinário em pacientes com cateterismo vesical de demora (CVD) no ambiente hospitalar **Arq Med Hosp.** São Paulo, v. 63, n.2, p. 96-9, 2018.

MENDES, Karina; SILVEIRA, Renata; GALVÃO, Cristina. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Revista de Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, out./dez. 2008.

NUNES, D. L. DE S.; FONTES, W. DOS S.; LIMA, M. A. DE. Cuidado de Enfermagem ao Paciente Vítima de Acidente Vascular Encefálico. **Rev. bras Ciências da Saúde**, v. 21, n.1, p.87-96, 2017.

ESCLEROSE MÚLTIPLA: UMA REVISÃO DA LITERATURA

AUTORAS:

Brenda Ariel Pereira da Silva
Isabela Silva do Vale
Juliana Cardoso de Souza Martins
Nadia Cruz das Chagas Miranda
Tamires Farias de Azevedo
Andressa Monica Gomes Fernandes

RESUMO: No Brasil segundo a ABEM no ano de 2016 cerca de 35 mil pessoas conviviam com Esclerose Múltipla. Estima-se que esse número tenha crescido razoavelmente durante o passar dos anos até os dias atuais. Trata-se de uma - revisão integrativa da literatura a respeito do tema, realizada através do levantamento bibliográfico na Biblioteca Virtual em Saúde – BVS, no idioma português, inglês e espanhol, ano de publicação de 2013 a 2018, textos completos em PDF e que relatasse sobre a esclerose, sobre sua caracterização e tratamentos, foram usados os operadores booleanos AND e OR. Descrever os tipos de Esclerose Múltipla e suas características. A Federação Internacional de Esclerose Múltipla por meio do Atlas da Esclerose Múltipla do ano de 2013, afirma que em média o sexo feminino é mais atingido pela doença do que o masculino o que não é compreendido cientificamente as suas causas, em média a sua manifestação clínica é de 20 a 40 anos. Em virtude do que foi mencionado a Esclerose Múltipla não tem uma etiologia clara e objetiva, onde possam ser prevenidas diretamente contra essa deficiência no Sistema Neurológico. No entanto estudos recentes tentam comprovar como de maneira simples podemos diminuir a chance do seu aparecimento, como tendo maior exposição à vitamina D e menor ao tabagismo.

Palavras - chave: Esclerose Múltipla. Bainha de Mielina. Sistema Nervoso Central.

INTRODUÇÃO: A Esclerose Múltipla (EM) é uma doença neurológica, crônica e autoimune – ou seja, as células de defesa do organismo atacam o próprio sistema nervoso central, provocando lesões celulares e medulares (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCLEROSE MÚLTIPLA, 2016). É uma doença crônica que se caracteriza por desmielinização progressiva da substância branca do cérebro e da medula espinhal, com períodos de exacerbação e remissão (SUSAN *et al.* 2005). Como a bainha de mielina está presente em todo sistema nervoso central (SNC) a deficiência na transmissão dos impulsos pode ser acometida em qualquer região do cérebro, o que leva a apresentar a sintomatologia diferente de acordo com a região do cérebro afetada. Decorrente desse processo de interferência direta na transmissão dos impulsos entre os neurônios são causados os sinais e sintomas característicos da doença. mielina envia impulsos elétricos para o cérebro interpretar. Esta lipoproteína complexa protege o axônio do neurônio [...] Sua alta resistência elétrica e sua baixa capacitância permitem que a mielina conduza impulsos nervosos de um nódulo de Ranvier para o seguinte (SUSAN *et al.* 2005). No Brasil segundo a ABEM no ano de 2016 cerca de 35 mil pessoas conviviam com Esclerose Múltipla. Estima-se que esse número tenha crescido razoavelmente

durante o passar dos anos até os dias atuais. Diante do tema, surgiu o interesse em apresentar a população a doença, como ela é caracterizada, seus tipos, epidemiologia e seus direitos, além de retratar sobre as formas de tratamento existentes. Portanto, com base nos assuntos expostos, o presente trabalho tem como objetivo descrever os tipos de Esclerose Múltipla e suas características. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura a respeito do tema, realizada através do levantamento bibliográfico na Biblioteca Virtual em Saúde – BVS, por meio da leitura de artigos científicos disponíveis na base de dados eletrônica Scientific Electronic Library Online - SciELO, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde - LILACS, em revistas online, site da Associação Brasileira de Esclerose Múltipla – ABEM, Federação Internacional de Esclerose Múltipla - MSIF, Associação Brasileira de Neurologia, site do Ministério da Saúde, e livros publicados na área. Para a busca dos artigos foram utilizados os seguintes descritores: Esclerose Múltipla, Bainha de Mielina, Sistema Nervoso Central. Os critérios de inclusão foram: artigos em forma de revisão de literatura, relato de experiência, anais de eventos, publicações em revistas, documentos ministeriais, no idioma português, inglês e espanhol, ano de publicação de 2013 a 2018, textos completos em PDF e que relatasse sobre a esclerose, sobre sua caracterização e tratamentos, foram usados os operadores booleanos AND e OR. Sendo excluídos artigos que estivessem disponíveis apenas em resumo, duplicados e com o ano de publicação inferior a 2013. As informações foram coletadas entre os meses de agosto a outubro do ano de 2018. Foram encontradas 312 publicações, onde 20 foram discutidas de forma crítica exploratória e organizada, pré-selecionados 15 e selecionados 07 que contemplavam todos os critérios preestabelecidos.

Quadro 1: Filtragens obtidas no portal de periódicos CAPES, quanto a texto completo em PDF, no Brasil, idioma português entre os anos de 2013 a 2018.

DESCRITORES	RESULTADOS	FILTRAGEM
BAINHA DE MIELINA	38	16
ESCLEROSE MÚLTIPLA	449	167
SISTEMA NERVOSO CENTRAL	3337	1170

Fonte: Acervo dos autores, 2018.

No quadro 1 foi realizada uma busca no portal de periódicos CAPES, a fim de encontrar textos completos em PDF, no idioma português, com seu ano de publicação de 2013 a 2018, utilizando os descritores Bainha de Mielina, Esclerose Múltipla e Sistema Nervoso Central onde foram encontrados os resultados expostos a cima. **RESULTADOS:** Foram selecionados os artigos que abordassem de forma significativa sobre a Esclerose Múltipla e que pudessem atender ao objetivo do trabalho.

Quadro 2: Síntese obtida na base de dados BVS, quanto a texto completo em PDF, no Brasil, idioma português entre os ano de 2013 a 2018.

DESCRITORES	RESULTADOS	FILTRAGEM
BAINHA DE MIELINA	17.903	5
ESCLEROSE MÚLTIPLA	50.875	64
SISTEMA NERVOSO CENTRAAL	192.331	243

Fonte: Acervo dos autores, 2018.

No quadro 2 foi realizada uma busca na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde, a fim de encontrar textos completos em PDF, no idioma português, com seu ano de publicação de 2013 à 2018, utilizando os descritores Bainha de Mielina, Esclerose Múltipla e Sistema Nervoso Central onde foram encontrados os resultados expostos.

Quadro 3: Cruzamentos realizados na base de dados BVS em 2018, com os filtros utilizados a texto completo em PDF, no Brasil, idioma português no período citado na tabela.

DESCRITORES	CRUZAMENTOS	ANO DE PESQUISA	RESULTADOS
BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE – BVS	ESCLEROSE MÚLTIPLA AND BAINHA DE MIELINA	2013 – 2015	0
	ESCLEROSE MÚLTIPLA AND SISTEMA NERVOSO CENTRAL	2013 – 2015	11
	ESCLEROSE MÚLTIPLA OR BAINHA DE MIELINA	2013 – 2015	38
	SISTEMA NERVOSO CENTRAL OR BAINHA DE MIELINA	2013 -2015	248

Fonte: Acervo dos Autores, 2018.

No quadro 3 foi realizado um cruzamento dos descritores Bainha de Mielina, Esclerose Múltipla e Sistema Nervoso Central na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde – BVS com a utilização dos operadores booleanos AND e OR nos anos

de 2013 à 2018 variando em cada cruzamento, chegando aos resultados expostos a cima.

Quadro 4: Cruzamentos realizados no Portal de Periódicos CAPES em 2018, com os filtros utilizados a texto completo em PDF, no Brasil, idioma português no período citado na tabela.

DESCRITORES	CRUZAMENTOS	ANO DE PESQUISA	RESULTADOS
CAPES	ESCLEROSE MÚTIPLA AND BAINHA DE MIELINA	2013 – 2018	1
	ESCLEROSE MÚTIPLA AND SISTEMA NERVOSO CENTRAL	2013 – 2018	25
	ESCLEROSE MÚTIPLA OR BAINHA DE MIELINA	2013 – 2018	181
	SISTEMA NERVOSO CENTRAL OR BAINHA DE MIELINA	2013 -2018	1.181

Fonte: Acervo dos Autores, 2018.

No quadro 4 foi realizado um cruzamento dos descritores Bainha de Mielina, Esclerose Múltipla e Sistema Nervoso Central no portal de periódicos CAPES com a utilização dos operadores booleanos AND e OR nos anos de 2013 à 2018, chegando aos resultados expostos a cima.

Quadro 5: Artigos utilizados na composição do artigo sua respectiva base de dados e ano de publicação

ARTIGO	BASE DE DADOS	ANO DE PUBLICAÇÃO
Esclerose Múltipla	LILACS	2015
Esclerose Múltipla: Duas apresentações clínicas uma só doença!	LILACS	2014
Sistematização da Assistência de Enfermagem para Acompanhamento Ambulatorial de Pacientes com Esclerose Múltipla	LILACS	2013

Characterization of the first symptoms of Multiple Sclerosis in a Brazilian center: cross-sectional study	SCIELO	2017
Atlas da Esclerose Múltipla	Federação Internacional de Esclerose Múltipla	2013
Recomendações Esclerose Múltipla	Associação Brasileira de Neurologia	2012
Um novo conceito para o tratamento de Esclerose Múltipla	Revista Brasileira de Ciências da Vida	2018

Fonte: Acervo dos Autores, 2018.

O quadro 5 mostra a relação dos artigos utilizados na construção do artigo, e a base de dados em que foi encontrado respectivamente e seu ano de publicação nas bases de dados LILACS, SCIELO, MSIF e Associação Brasileira de Neurologia.

DISCUSSÕES: A Esclerose Múltipla – EM é considerada uma doença disseminada no tempo e espaço, o que implica no comprometimento do sistema nervoso central em épocas e topografias diferentes (BIENES, OLIVEIRA E BICHUETTI, 2015), pode evoluir inicialmente em quatro formas: A primeira é a Esclerose Múltipla Remitente Recorrente (EMRR) que corresponde a 80% dos novos casos de EM e é caracterizada pela apresentação de surtos de duração maior que 24 horas e com intervalo de no mínimo 30 dias entre uma nova manifestação. A Segunda é a Esclerose Múltipla Primariamente Progressiva (EMPP) onde há uma evolução progressiva da doença com uma velocidade variável, ocorrendo períodos de estabilização e melhora, não havendo um surto definido e afeta 10% dos pacientes. A Terceira é a Esclerose Múltipla Secundariamente progressiva (EMSP) possui um significativo número de pacientes com a EMRR irá desenvolver a EMSP depois de um longo período de tempo após o diagnóstico. E por último a Esclerose Múltipla Primariamente Progressiva com Surto (EMPP com Surto) que é considerada a mais rara e apresentam uma evolução constante do agravamento e com ataques mais claros da doença. A etiologia da EM ainda não é bem compreendida, mas muitas evidências sugerem que esteja relacionada tanto a fatores genéticos como ambientais (Associação Brasileira de Neurologia, 2012). A Federação Internacional de Esclerose Múltipla por meio do Atlas da Esclerose Múltipla do ano de 2013, afirma que em média o sexo feminino é mais atingido pela doença do que o masculino o que não é compreendido cientificamente as suas causas, em média a sua manifestação clínica é de 20 a 40 anos (ABEM, 2016). O diagnóstico torna-se

bastante complexo por seus sintomas se assemelharem com outras patologias sendo em alguns casos insuficiente o diagnóstico clínico/laboratorial e sua confirmação tende a ser um diagnóstico tardio, o que pode levar a uma piora no quadro clínico do paciente tornando seus sintomas mais evidentes, diminuindo assim a sua qualidade de vida. Seu tratamento é prescrito por um Neurologista de acordo com o grau e os sintomas do portador. Consiste na busca da redução dos sintomas característicos da EM e a redução dos surtos melhorando assim a qualidade de vida do paciente. Dentre os medicamentos mais utilizados estão os imunossuppressores e os interferons. Dentre as novas medicações utilizadas estão os anticorpos monoclonais, neuroreabilitação, terapias de apoio e complementares e o transplante autólogo de células tronco (ABEM, 2016). Há estudos que apontam a utilização do Metavil que é um medicamento a base da Cannabis, uma redução dos sintomas como espasticidade moderada e severa, e dores neuropáticas, avaliação esta feita por portadores da EM que utilizaram o medicamento durante 1 mês e meio (VIEIRA *et al.*, 2018). O Ministério da Saúde mediante a portaria 391, de 5 de maio de 2015 no Art. 3º diz que os gestores estaduais e municipais do SUS, conforme a sua competência e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com a doença em todas as etapas descritas no Anexo desta Portaria. Dentre todas as exigências descritas na portaria está a recomendação do atendimento dos portadores em serviços especializados para que a sua avaliação seja realizada por neurologistas e prescritos os medicamentos necessários. **CONCLUSÃO:** Em virtude do que foi mencionado a Esclerose Múltipla não tem uma etiologia clara e objetiva, onde possam ser prevenidas diretamente contra essa deficiência no Sistema Neurológico. No entanto estudos recentes tentam comprovar como de maneira simples podemos diminuir a chance do seu aparecimento, como tendo maior exposição à vitamina D e menor ao tabagismo. Atualmente existem centros especializados onde se realizam atendimentos aos portadores como consultas com Psicólogos, Fonoaudiólogos, Fisioterapeutas além de Neurologistas para realizarem todo o suporte necessário. No dia 30 de agosto é comemorado o dia Nacional de conscientização da Esclerose Múltipla, onde foi denominado de agosto laranja por ser a cor que representa a EM, assim como todas as campanhas mensais do ministério da saúde tem como intuito apresentar a população o que é a doença, como é o tratamento e assim desmistificar alguns tabus da população.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCLEROSE MÚLTIPLA. Disponível em: <http://abem.org.br/esclerose/o-que-e-esclerose-multipla/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

_____. Disponível em: <http://abem.org.br/esclerose/esclerose-multipla-em-detalhes/>. Acesso em: 02 set. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NEUROLOGIA. Disponível em: http://formsus.datasus.gov.br/novoimgarq/14491/2240628_109700.pdf. Acesso em: 02 set. 2018.

BIENES, G.; OLIVEIRA, G.M.L.; BICHUETTI, D.B. Esclerose Múltipla. **Revista Brasileira de Medicina**. Rio de Janeiro, v. 72, n.12, p.49-59, dez./2015. Disponível em: http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?fase=r003&id_materia=6277. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/maio/06/PCDT-Esclerose-Multipla-06-05-2015.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2018.

CAVENAGHI, V. B *et al.* Characterization of the first symptoms of multiple sclerosis in a Brazilian center: cross-sectional study. **São Paulo Medical Journal**. São Paulo. v.135, n.3. 222-5, jan./2017.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ESCLEROSE MÚLTIPLA. **Atlas da Esclerose Múltipla 2013**. Disponível em: <http://www.msif.org/wp-content/uploads/2014/11/Atlas-of-MS-Portuguese-web2.pdf>. Acesso em: 02 set. 2018.

SANTOS, J.B.R. **Centro de Colaboradores do Sus Avaliação de Tecnologias & Exelência em Saúde**. Disponível em: http://www.ccates.org.br/content/_pdf/PUB_1502398988.pdf. Acesso em: 25 ago. 2018.

SUSAN, E.A *et al.* **Fisiopatologia Básica**. Tradução por Ana Karine Ramos Brum. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 2005.

VIEIRA, A.R.M. *et al.* Um novo conceito para o tratamento de Esclerose Múltipla. **Revista Brasileira de Ciências da Vida**. v. 6, n. Especial, maio, 2018. Disponível em: <http://jornal.faculdadecienciasdavid.com.br/index.php/RBCV/article/view/783>. Acesso em: 30 set. 2018.

O USO DE PLANTAS MEDICINAIS NO TRATAMENTO DE FERIDAS CRÔNICAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

AUTORAS:

Isabela Silva do Vale
Juliana Cardoso de Souza Martins
Brenda Ariel Pereira da Silva
Nadia Cruz das Chagas Miranda
Tamires Farias de Azevedo
Andressa Monica Gomes Fernandes

RESUMO: Feridas crônicas, caracteriza como “aquela que independente da sua causa, sua cicatrização é lenta, ocorrendo em um período de tempo maior do que o esperado” (HELITO; KAUFFAM, 2006). Objetiva-se discutir quais plantas medicinais são utilizadas no tratamento de feridas crônicas. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura a respeito do tema, realizada através do levantamento bibliográfico na Biblioteca Virtual em Saúde – BVS e Portal de Periódicos (CAPES), por meio da leitura de artigos científicos disponíveis na base de dados eletrônica Scientific Electronic Library Online – SciELO, em revistas online, no site do Ministério da Saúde e em livros publicados na área. Resultados: A análise realizada em estudos envolvendo plantas medicinais no processo de tratamento de feridas, identificaram 18 espécies de plantas medicinais comumente utilizadas nesse processo, abordando no presente estudo apenas as plantas medicinais comumente conhecidas, dentre elas estão: A babosa, a bananeira, o barbatimão, a bardana, a margarida e o mastruz, mostrando sua eficácia/potencial cicatrizante no tratamento das feridas. Conclui-se que nota-se, que a temática abordada ainda é um campo pouco estudado e difundida no País, devendo-se incentivar a elaboração de estudos e investigações científicas na área para melhores conhecimentos e comprovações da eficácia das plantas, além de ser uma alternativa para difundimos a terapêutica como tratamento alternativo para a população, principalmente a mais carente, já que são métodos terapêuticos simples, de baixo custo e de fácil obtenção.

Palavras-chave: Doença Crônica. Ferimentos e Lesões. Plantas Medicinais.

INTRODUÇÃO: A utilização de plantas para o tratamento de doenças acontece desde o período da pré-história, onde o homem primitivo dependia totalmente da natureza para sobreviver, se alimentando dos animais e vegetais ali existentes. Ao adoecer, recorriam aos vegetais existentes no local em que viviam para adquirir a cura, muitas vezes obtinham sucesso e outras vezes fracasso, no entanto, foi a partir dessas experiências que eles foram adquirindo conhecimento e descobrindo as propriedades de cada uma das plantas utilizadas (BRANDELLI, 2017). No decurso da evolução da humanidade, novos conhecimentos foram sendo adquiridos e novos experimentos e estudos foram sendo realizados pelo homem sobre as plantas medicinais, suas características, eficiência, benefícios e malefícios, o que evidenciou cada vez mais a eficácia das plantas medicinais no tratamento de diversas doenças ocasionadas ao ser humano e a relevância das mesmas como importantes fitoterápicos, além da contribuição para a descoberta de novos fármacos (BRANDELLI, 2017; BRASIL, 2006). Por conseguinte, ao decorrer de todos esses

avanços a prática da utilização de plantas medicinais passou a ser intitulada como uma terapêutica integrativa denominada de fitoterapia, que consiste em uma “terapêutica caracterizada pelo uso de plantas medicinais em suas diferentes formas farmacêuticas, sem a utilização de substâncias ativas isoladas, ainda que de origem vegetal” (BRASIL, 2006a, p.4). No Brasil, essa prática foi institucionalizada no ano de 2006, através da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e da Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF). E atualmente, é utilizada como recurso terapêutico para promoção, proteção e recuperação da saúde (BRASIL, 2006b). Nesse sentido, atualmente está terapêutica vem sendo desenvolvida no tratamento de diversas enfermidades, dentre elas, podemos destacar as feridas crônicas, que se caracteriza como “aquela que independente da sua causa, sua cicatrização é lenta, ocorrendo em um período de tempo maior do que o esperado” (HELITO; KAUFFAM, 2006). Desta forma, surgiu um interesse sobre o tema, por ser uma forma de tratamento terapêutico simples, fácil, de baixo custo, benéfico e indispensável no processo de cicatrização de feridas crônicas. Além, da curiosidade de saber sobre quais plantas medicinais são utilizadas nesse processo, suas características e eficácia. Portanto, com base nos assuntos expostos o presente trabalho tem como objetivo discutir quais plantas medicinais são utilizadas no tratamento de feridas crônicas. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura a respeito do tema, realizada através do levantamento bibliográfico na Biblioteca Virtual em Saúde – BVS e Portal de Periódicos – CAPES, por meio da leitura de artigos científicos disponíveis na base de dados eletrônica Scientific Eletronic Library Online – SciELO, em revistas online, no site do Ministério da Saúde e em livros publicados na área. Para a busca dos artigos foram utilizados os seguintes descritores: Doença crônica, Ferimentos e Lesões e Plantas Medicinais. Os critérios de inclusão foram: artigos em forma de revisão de literatura e estudo de caso, publicações em revistas, documentos ministeriais, no idioma português, com ano de publicação de 2014 a 2018, textos completos em PDF e que relatassem sobre plantas medicinais no tratamento de doenças, além disso foi realizado o cruzamento utilizando os operadores booleanos AND e OR. Sendo excluídos artigos que estivessem disponíveis apenas em resumo, duplicados e com o ano de publicação inferior a 2014. Foram encontradas 212 publicações, onde 35 foram discutidas de forma crítica exploratória e organizada, pré-selecionados 25 e selecionados 11 que contemplavam os critérios preestabelecidos. As informações foram coletadas entre os meses de setembro a outubro do ano de 2018. **RESULTADOS:** Foram realizadas buscas na Base de dados, levando em consideração os descritores e critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, sendo selecionados os artigos que abordassem de forma significativa sobre o tratamento de feridas crônicas com plantas medicinais que pudessem atender ao objetivo do trabalho.

Quadro 1 - Filtragens obtidas na base de dados BVS, quanto a texto completo em PDF, idioma português entre os anos de 2014 a 2018.

DESCRITORES	BVS	CAPES	FILTRAGEM - BVS	FILTRAGEM - CAPES
DOENÇA CRÔNICA	276.426	4.672	1.403	1.058

FERIMENTOS E LESÕES	135.540	341	471	35
PLANTAS MEDICINAIS	146.186	3.473	920	175

Fonte: Acervo dos Autores, 2018.

O quadro 1, apresenta os resultados obtidos de uma busca na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde – BVS e no Portal de Periódicos – CAPES, com o intuito de encontrar textos completos em PDF, no idioma português, com seu ano de publicação de 2014 a 2018, utilizando os descritores Doença Crônica, Ferimentos e Lesões e Plantas Medicinais.

Quadro 2 - Cruzamentos realizados na base de dados BVS em 2018, com os filtros utilizados a texto completo em PDF, no Brasil, idioma português no período citado na tabela.

BASES DE DADOS	CRUZAMENTOS	ANO DE PESQUISA	BVS	CAPES
BVS	Doenças crônicas AND Ferimentos e Lesões	2014 - 2018	12	6
	Doenças crônicas AND Plantas Medicinais	2014 - 2018	21	10
	Ferimentos e Lesões AND Plantas Medicinais	2014 - 2018	7	2
	Plantas Medicinais AND Doenças Crônicas OR Ferimentos e Lesões	2014 - 2018	172	—
	Ferimentos e Lesões OR Doenças Crônicas	2014 - 2018	529	1.440
	Plantas Medicinais OR Ferimentos e Lesões	2014 - 2018	1.384	356

Fonte: Acervo dos Autores, 2018.

O quadro 2, apresenta os cruzamentos dos descritores Doença Crônica, Ferimentos e Lesões e Plantas Medicinais na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde – BVS e no Portal de Periódicos – CAPES, com a utilização dos operadores booleanos AND e OR nos anos de 2014 a 2018 variando em cada cruzamento, chegando aos resultados expostos a cima.

Quadro 3 - Artigos utilizados na composição do artigo e sua respectiva base de dados e ano de publicação.

ARTIGO	BASE DE DADOS	ANO DE PUBLICAÇÃO
Plantas medicinais no processo de cicatrização de feridas: uma revisão de literatura.	SCIELO	2014
Propriedades farmacológicas da <i>Aloe vera</i> (L.) Burm. f.	SCIELO	2014
Uso de plantas medicinais para o tratamento de feridas.	REVISTA INTERDISCIPLINAR	2015
Saberes e práticas no cuidado centrado na pessoa com feridas.	SCIELO	2017
O uso do <i>Aloe sp</i> (aloe vera) em feridas agudas e crônicas: revisão integrativa	SCIELO	2017
Ação cicatrizante de plantas medicinais: um estudo de revisão	REVISTA CIÊNCIA E SAÚDE UNIPAR	2018
Perspectivas na utilização de fitoterápicos na cicatrização tecidual: revisão sistemática	ARCH HEALTH INVEST	2018
Indicações de plantas medicinais realizadas por raizeiros para tratamento de feridas	REVISTA ELETRÔNICA DE ENFERMAGEM	2016
O Uso da <i>Calendula officinalis</i> no tratamento da reepitelização e regeneração tecidual..	REVISTA UNINGÁ	2014
Importância do uso de plantas medicinais nos processos de xerose, fissuras e cicatrização na diabetes mellitus.	SCIELO	2015
Política nacional de Plantas medicinais e Fitoterápicos.	MINISTÉRIO DA SAÚDE	2006

Fonte: Acervo dos Autores, 2018.

O quadro 3, mostra a relação dos artigos utilizados na construção do artigo, a base de dados em que foi encontrado, além do seu ano de publicação. Com base nos resultados mostrados nas tabelas acima podemos perceber que quando se utiliza a filtragem da língua portuguesa a literatura disponível cai drasticamente. Isto é reflexo de um tabu existente no Brasil, que restringe muito o conhecimento e a utilização das plantas medicinais. **DISCUSSÕES:** No Brasil, é notório que a diversidade

cultural existente foram grandes influenciadoras no processo da utilização de ervas no tratamento de doenças e feridas. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 80% das pessoas dos países em desenvolvimento utilizam práticas tradicionais nos seus cuidados básicos de saúde e 85% destes utilizam plantas ou preparações destas. (BRASIL, 2006c). As plantas medicinais são administradas após um ferimento cutâneo, onde irão agir promovendo a coagulação do sangue, combatendo as infecções e acelerando o processo de cicatrização tecidual. As feridas são criadas de formas diferentes, e é importante saber sua etiologia para indicar o tratamento adequado, pois o tratamento varia dependendo do processo patológico subjacente. A cicatrização das feridas envolve processos fisiológicos integrados. As camadas de tecido envolvidas e sua capacidade de regeneração determinam o mecanismo de reparo para qualquer ferida. Existem dois tipos de feridas, aquelas com perda de tecidos e aquelas sem essa perda. As feridas crônicas se caracterizam nas feridas com perda de tecidos, onde a cicatrização ocorre por segunda intenção. A ferida fica aberta até que se encha de tecido cicatricial, leva mais tempo para se fechar, ocasionando um risco maior de infecção. O reparo de feridas com essas características, consiste em 3 fases: fase inicial ou inflamatória, fase proliferativa ou de fibroplasia, e fase de remodelação ou maturação. Só após a conclusão dessas 3 fases é que a ferida sara totalmente, logo o uso de plantas medicinais serve para acelerar essas fases e obter uma cicatrização da ferida mais rápida e eficaz (POTTER; PERRY, 2013). Sendo assim, foi realizada uma análise de estudos envolvendo plantas medicinais no processo de tratamento de feridas, identificando quais as plantas medicinais comumente utilizadas nesse processo. Dessa forma, de acordo com as análises realizadas foram identificadas 18 espécies de plantas medicinais utilizadas no processo de tratamento de feridas crônicas, no entanto, abordaremos apenas as plantas medicinais comumente conhecidas, dentre elas estão: A babosa, a bananeira, o barbatimão, a bardana, a margarida e o mastruz.

Quadro 5. Plantas Medicinais Utilizadas no Tratamento de Feridas Crônicas.

NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR
ALOE VERA	Babosa
<i>ANACARDIUM OCCIDENTALE</i>	Cajueiro
<i>ARCTIUM LAPPA</i>	Bardana
<i>ARRABIDAEA CHICA</i>	Crajiú
<i>CALÊNDULA OFFICINALIS</i>	Margarida
<i>CENTELLA ASIÁTICA</i>	Centela ou Pegaga
<i>COCOS NUCIFERA</i>	Coqueiro
<i>CORONOPU DIDYMUS</i>	Mastruz
<i>CURCUMA LONGA</i>	Açafrão-da-terra
<i>GLYCYRRHIZA GLABRA</i>	Alcaçuz

<i>HIMATANTHUS OBOVATUS</i>	Janaguba
<i>JATROPHA CURCAS</i>	Pinhão ou Purgueira
<i>MALVA SYLVESTRIS</i>	Malva
<i>MUSA PARADISIÁCA</i>	Bananeira
<i>OLEUM AMYGDALAE</i>	Óleo de amêndoas
<i>PANDANUS ODORATISSIMUS</i>	Pinheiro
<i>SCHINUS TEREBINTHIFOLIUS</i>	Aroeira
<i>STRYPHNODENDRON ADSTRINGENS</i>	Barbatimão

Fonte: Acervo do Autor, 2018.

Aloe Vera, conhecida popularmente como babosa, tem uma forte ação cicatrizante, indicada para queimaduras de sol, psoríase, feridas crônicas e outros problemas da pele, seu gel é eficaz no tratamento de problemas cutâneos e o suco para problemas intestinais. Estudos realizados comprovam que a babosa em suas diversas formas são grandes contribuintes no processo de cicatrização de feridas foi comprovado que aumenta a síntese de colágeno no tecido de granulação, bem como aumenta a proliferação de fibroblastos, acelerando assim o processo de cicatrização da ferida (GUIA DE PLANTAS, 2016; CHINI, 2017). *Musa paradisíaca*, conhecida popularmente como bananeira, possui ação cicatrizante e antimicrobiano, indicada para tratamentos de feridas e queimaduras, onde acelera a cicatrização e evitar bolhas, devido a uma substância chamada leucocianidina existente em sua casca. Estudos realizados em ratos apontam a eficácia de cicatrização da bananeira e suas diversas partes, confirmando sua eficácia apresentando lesão menor de acordo com o passar dos dias do tratamento, apresentando crosta total ou parcial ao final do experimento, comprovando que o extrato aquoso da folha apresentou processo de cicatrização mais acelerado e organizado. (SANTOS, 2012). *Stryphnodendronadstringens*, conhecida popularmente como Barbatimão, possui um efeito cicatrizante, devido à presença de princípios ativos que favorecem a epitelização e proliferação celular. Pode ser encontrada em forma de chá, pó e pomadas, está última utilizada no tratamento de feridas crônicas (GUIA DE PLANTAS, 2016). Estudos realizados (Vieira, 2015), apontaram resultados positivos em experimentos com pomada à base de barbatimão para o tratamento de úlceras em ratos, onde verificou-se que o uso contínuo da pomada estimulou a migração de células e proliferação dos queratinócitos no início do tratamento, além de ter aumentado a produção de fibras colágenas, por volta do 10 a 14 dia, facilitando a cicatrização. *Arctiumlappa*, conhecida como Bardana, usada contra acnes e furúnculo, além de ser usada no tratamento de diabetes, reumatismo, úlceras, entre outros. Possui ação fúngica, cicatrizante, calmante, depurativa. Podem ser usadas em as folhas e as sementes para fazer o chá e as raízes para fazer o óleo (GUIA DE PLANTAS, 2016). Não foram encontradas publicações que comprovassem estudos realizados com a planta Bardana. *Anacardiumoccidentale*, conhecida popularmente como Cajueiro ajuda na cicatrização da pele por ser rica em vitamina C e conter uma membrana chamada de acajumembrana que é rica em um suco que atua eficientemente na cicatrização de feridas e queimaduras. Além de agir como

cicatrizante, ela é adstringente, antisséptica e tônica, útil para retirar as células mortas de pele e fechar os poros, protegendo-a da sujeira. Estudos realizados (PIREZ, 2014 apud SCHIRATO *et al.*, 2006) comprovaram o efeito do cajueiro avaliado em ratos, que demonstrou a presença de tecido de granulação fibrovascular no sexto dia pós-operatório. *Calêndula officinalis*, conhecida popularmente como Margarida, é bastante utilizada para ajudar a cicatrizar ferimentos, isso, se deve aos seus poderosos princípios ativos diuréticos e anti-inflamatórios. Estudos realizados, comprovaram que as substâncias presentes dessa planta possuem efeito estimulante de proliferação de fibroblastos, promovendo um efeito cicatrizante da lesão (GUIA DE PLANTAS, 2016; BRASIL, 2014). *Coronopus didymus*, conhecida popularmente como matruz é um ótimo cicatrizante de machucados, isso porque, suas folhas carregam uma grande quantidade de óleos essenciais. De acordo com estudos realizados, o extrato aquoso de *Coronopus* apresenta um número de fibroblastos e fibras colágenas, comprovando a eficiência no processo de cicatrização de feridas (MARTELLI, 2018 apud NITZ, *et al.* 2006). **CONCLUSÃO:** De acordo com os assuntos expostos acima, podemos observar que existe uma grande variedade de plantas medicinais que podem ser usadas no tratamento de cicatrização de doenças crônicas, entretanto, ainda há muito o que aprender e explorar. Nota-se que a temática abordada ainda é um campo pouco estudado e difundido no País, e que atualmente existem poucos estudos realizados que comprovem a eficácia dessas plantas medicinais e outras que ainda não conhecemos popularmente. Portanto, pela vasta riqueza da flora brasileira deve-se incentivar a elaboração de estudos e investigações científicas abordando a temática discutida, para melhores conhecimentos e comprovações da eficácia das plantas medicinais, para que possamos também difundir a terapêutica como tratamento alternativo para a população, principalmente para a mais carente, já que são métodos terapêuticos simples, de baixo custo e de fácil obtenção. Fazemos esta abordagem não só a título de informação sobre as plantas medicinais usadas no tratamento fitoterápico de feridas crônicas, mas também para ajudar a divulgar mais os conhecimentos adquiridos em relação a essa terapêutica e utilização dessas plantas medicinais.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, M. A. *et al.* Uso de plantas medicinais para o tratamento de feridas. **Rev. Interd.** v. 18, n. 2, p. 60-67, abr., maio, jun. 2015. Disponível em: https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/download/631/pdf_212 . Acesso em: 20 set. 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 971 de 03 de Maio de 2006:** Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. 2006. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html. Acesso em: 18 set. 2018.

_____. Ministério da Saúde e Anvisa (Orgs). **Monografia da Espécie *Calendula Officinalis* L. (Calêndula).** Brasília, 2014. 67 p. Disponível em:

<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/novembro/25/Vers--o-cp-Calendarula.pdf> . Acesso em: 17 out. 2018.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Plantas medicinais e fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_fitoterapicos.pdf . Acesso em: 12 set. 2018.

BUENO, M. J. A. **Manual de Plantas Medicinais e Fitoterápicos utilizados na Cicatrização de Feridas**. 2016. 118 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado Profissional em Ciências Aplicadas à Saúde) – Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2016. Disponível em: <http://www.univas.edu.br/mpcas/docs/dissertacoes/26.pdf> . Acesso em: 25 set. 2018.

CHIBANTE, C. L. P. *et al.* **Saberes e práticas no cuidado centrado na pessoa com feridas**. Esc. Anna Nery. v. 21, n. 2, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/1414-8145.20170036>. Acesso em: 24 set. 2018.

CHINI, L. T. *et al.* O uso do Aloe sp (aloe vera) em feridas agudas e crônicas: revisão integrativa. **Aquichan**. 2017, v. 17, n. 1, p. 7-17, mar. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5294/aqui.2017.17.1.2>. Acesso em: 10 out. 2018.

FREITAS, V.S; RODRIGUES, R.A.F; GASPI, F.O.G. Propriedades farmacológicas da Aloe vera (L.) Burm. f. **Rev. Bras. Pl. Med.** Campinas, v. 16, n. 2, p. 229-307, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-05722014000200020>. Acesso em: 16 out. 2018.

GUIA de plantas em casa especial. **Plantas Medicinais**. 3. ed. São Paulo: Online, 2016. 100 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=kfokDwAAQBAJ&pg=PA37&dq=Barbatim%C3%A3o&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjTx6fKqZ3eAhXJUJAKHSaXCfcQ6AEIPDAE#v=onepage&q=Barbatim%C3%A3o&f=false> . Acesso em: 18 out. 2018.

HELITO, A. S; KAUFFMAN, P. (Orgs). **Saúde: entendendo as doenças, a enciclopédia médica da família**. São Paulo: Nobel, 2006. p. 420-421. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=50HAbUglvgC&pg=PA421&dq=feridas+agudas+e+cr%C3%B4nicas&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwid4cz-k4LeAhXMI5AKHSOmCREQ6AEILzAB#v=onepage&q=feridas%20agudas%20e%20cr%C3%B4nicas&f=false>. Acesso em: 02 out. 2018.

MARTELLI, A; ANDRADE, T. A. M; SANTOS, G. M. T. Perspectivas na utilização de fitoterápicos na cicatrização tecidual: revisão sistemática. **Arch. Health Invest**. 2018, v. 7, n. 8, p. 344-350. Disponível em: <http://www.archhealthinvestigation.com.br/ArcHI/article/view/3047>. Acesso em: 10 out. 2018.

MONTEIRO, S. C; BRANDELLI, C. L. C. (Orgs.). **Farmacobotânica: Aspectos teóricos e aplicação**. Porto Alegre: Artmed, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=nYswDwAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=farmacobotanica+PLANTAS+MEDICINAIS:+HIST%C3%93RICO+E+CONCEITOS+Clar+Lia+Costa+Brandelli&hl=pt->. Acesso em: 10 set. 2018.

MORESKI, D. A. B. *et al.* Ação cicatrizante de plantas medicinais: um estudo de revisão. **Arq. Cienc. Saúde UNIPAR**. Umuarama, v. 22, n. 1, p. 63-69, jan. /abr. 2018.

NASCIMENTO, M. W. A. *et al.* Indicações de plantas medicinais realizadas por raizeiros para tratamento de feridas. **Rev. Eletr. Enf.** 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ree.v18.31143>. Acesso em: 10 out. 2018.

PIRIZ, M. A. *et al.* Plantas medicinais no processo de cicatrização de feridas: uma revisão de literatura. **Rev. Bras. Pl. Med.** Campinas, v.16, n.3, p. 628-636, 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1983-084X/12_178. Acesso em: 28 set. 2018.

POTTER, P. A; PERRY, A. G. HALL, M; STOCKERT, P. A. (Ed). RITOMY, M. (Trad). **Fundamentos de Enfermagem**. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=uToPBAAAQBAJ&pg=PA1215&dq=feridas+cr%C3%B4nicas&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj37IHAjo7eAhWGE5AKHYHMBbg4ChDoAQgmMAA#v=onepage&q=feridas%20cr%C3%B4nicas&f=false>.

SANTOS, J. M. **Estudo do potencial cicatrizante, antimicrobiano e antiedematogênico da *Musa paradisíaca* L.** 2012. 99 p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

SILVA, L.L. *et al.* Importância do uso de plantas medicinais nos processos de xerose, fissuras e cicatrização na diabetes mellitus. **Rev. Bras. Pl. Med.** Campinas, v. 17, n. 4, p.827-835, 2015. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1983-084X/14_078. Acesso em: 10 out. 2018.

VIEIRA, G. T. **Avaliação do Efeito Cicatrizante de *Inga subnuda* e *Pseudopiptadenia contorta* em feridas cirúrgicas em coelhos**. 2015. 123 p. Tese (Doutorado Bioquímica Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2015.

OS DESAFIOS NA PROMOÇÃO À SAÚDE DO HOMEM NA ATENÇÃO BÁSICA

AUTORAS:

Edlamara Alves Pereira
Lais Galvão de Moura
Janaina Iara Soares Peres Marques
Rayze Dionísio da Silva
Talita Fonseca Barbosa
Tayssa Suelen Cordeiro Paulino

RESUMO: O presente estudo objetiva descrever os desafios voltados à realização das ações de promoção a saúde do homem na Atenção Básica. Trata-se de uma pesquisa descritiva do tipo revisão integrativa. A coleta dos dados se deu por meio dos bancos de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando-se os Descritores em Ciências da Saúde: Saúde do Homem, Promoção à Saúde e Atenção Primária. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão foram encontrados 71 artigos, no qual foram selecionados um total de 7 artigos para compor o referencial teórico. Os estudos evidenciaram a comprovação de que o público masculino é mais vulnerável às doenças do que as mulheres, devido à resistência masculina na busca de cuidados à saúde no âmbito da atenção primária. Questões culturais, negligência do autocuidado, incompatibilidade de horários, associados à falta de acolhimento e déficit de conhecimento a respeito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) por parte dos profissionais das unidades de saúde são alguns obstáculos que dificultam a presença da clientela masculina no primeiro nível de atenção à saúde. De modo geral, observou-se que apesar de existir a PNAISH, que é um direito do homem, voltada para promoção de sua saúde, ainda não foi possível alcançar de forma significativa a população masculina.

Palavras-chave: Saúde do Homem. Promoção à Saúde. Atenção Básica.

INTRODUÇÃO: A saúde do homem vem ganhando espaço nas discussões principalmente pelos profissionais de saúde, de modo a realizar intervenções na atenção básica que atendam às necessidades da população masculina. Em busca da diminuição das morbimortalidades que os acomete (MOREIRA; FONTES; BARBOZA, 2014). Os desafios a serem enfrentados na promoção à saúde do homem podem surgir a partir da própria construção da masculinidade imposta pela sociedade, que interpreta o gênero, relacionando-o a um ser invulnerável e rígido. Impondo o paradigma de que não se deve adoecer e nem se autocuidar, dessa forma interferindo na procura pelos serviços de saúde (GOMES; NASCIMENTO; ARAÚJO, 2007 apud BARBOSA, 2014). Estudos apontam que, a população masculina tem uma expectativa de vida inferior à feminina em todo o mundo. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2009 a expectativa de vida em homens é em média de 66 anos, quanto nas mulheres chega à média de 71 anos (STORINO; SOUZA; SILVA, 2013). Sendo notória, a necessidade da implementação de uma política de saúde direcionada ao homem, surge no âmbito

do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) foi criado em 2008 e implementada em agosto de 2009 através da portaria GM/MS nº1944. Ela conduziu a elaboração de diretrizes e ações que foram direcionadas especialmente para a atenção integral, com intuito voltado para a promoção e prevenção da saúde do homem. Que são enfatizados como essências e preferencial na Atenção Básica (AB) (BRASIL, 2009). A PNAISH surge com o objetivo para promover e facilitar melhores condições na qualidade de saúde da população masculina com faixas etárias entre 29 a 59 anos de idade. Desse modo irá contribuir de forma eficaz na redução de mortalidade, morbidade e na qualidade de vida dos mesmos (BRASIL, 2009). Ao contrário do que se preconiza a PNAISH, a população masculina entra no sistema de saúde pela atenção ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade. Realizando o caminho contrário ao da atenção básica, devendo ser a primeira opção e denominada a porta de entrada no atendimento à saúde (BARBOSA, 2014). Inúmeros desafios se colocam como entraves na inserção do homem na atenção básica. Sendo observados obstáculos relacionados à construção sociocultural masculina, estrutura de serviços, organização institucional e capacitação profissional. Como também o acolhimento não direcionado e a escassez de estratégias que de fato promovam a saúde e facilite o atendimento (VIEIRA *et al.*, 2013). De acordo com Gomes, Nascimento e Araújo (2007 apud BARBOSA, 2014), o horário de atendimento na atenção básica é coincidente com a jornada de trabalho, causando ao homem uma preocupação mediante o risco efetivo de perder o emprego, sendo ele designado como provedor principal da família, na maioria das vezes decide por adiar o cuidado com a própria saúde. Observa-se ainda que na atenção básica, a assistência à saúde do homem é limitada apenas aos programas de hipertensos e diabéticos (Hiperdia) e a saúde do idoso. Havendo uma lacuna no tocante de estratégias e planejamento das equipes, acerca de realizar busca ativa, ações de promoção e prevenção, em um espaço acolhedor direcionado para todos os homens (ARAÚJO *et al.*, 2014). Nessa conjuntura, e a partir do exposto percebe-se a necessidade de se discutir acerca dos desafios na promoção à saúde do homem na atenção básica haja vista, que os serviços ainda apresentam certa dificuldade no manejo da assistência a essa população. Diante do exposto, o presente estudo tem o objetivo de descrever os desafios na promoção à saúde do homem na atenção básica.

METODOLOGIA: Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, do tipo revisão bibliográfica integrativa. A revisão integrativa é uma metodologia ampla, realizada através de 6 etapas: identificação do tema, busca na literatura, categorização dos estudos, avaliação dos achados, interpretação dos resultados e síntese do conhecimento. No qual possibilita conclusões gerais sobre determinado assunto e incorpora a aplicabilidade dos resultados obtidos para melhoria da prática (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). A pesquisa foi realizada por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na qual estão indexadas as seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) e Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal (REDALYC). Os Descritores em Ciência da Saúde (DeCS) utilizados foram: Saúde do homem, Promoção à saúde e Atenção Primária. Para o cruzamento foi empregado o operador booleano “AND”. Da seguinte forma: Promoção à saúde AND Atenção Primária, Saúde do homem AND

Atenção Primária, Saúde do homem AND Promoção à saúde AND Atenção Primária. Foram encontrados 71 artigos após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, no qual foram selecionados um total de 7 artigos para compor o referencial teórico. Foram adotados como critérios de inclusão: as categorias de artigo original e revisão de literatura, que abordassem o tema proposto, disponibilizados na íntegra, em língua portuguesa, de forma online e gratuita. Logo, excluíram-se artigos em forma de resumos e cartas ao editor. Neste estudo, todos os dados foram adequadamente referenciados, identificando os autores e as fontes da pesquisa que foram aplicados, respeitando e contemplando a ética em todo o conteúdo científico e citações, de modo a preservar a propriedade das obras consultadas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A partir da leitura minuciosa dos artigos foi possível estabelecer as informações através de uma catalogação no quadro logo abaixo.

Quadro 1 - Quadro síntese das principais informações dos artigos, de acordo com o título, autor, objetivo, conclusão e ano de publicação.

Base de dados	Título	Autor	Objetivos	Conclusão	Ano
Scielo	Dificuldades de inserção do homem na atenção básica a saúde: a fala dos enfermeiros	MOREIRA, A. R. L. S. F.; FONTES, W. D.; BARBOSA, A. T. M.	Conhecer as dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros no contexto da saúde do homem na atenção básica no Município de João Pessoa - PB.	A dificuldade de inserção do homem na atenção básica é justificada por 3 fatores: o homem em si, sua ausência no serviço e o déficit de autocuidado, o profissional, onde pode-se identificar uma falta de capacitação e conhecimento com relação a saúde do homem, e o serviço, onde pode-se identificar feminilização da atenção básica, incompatibilidade de horários, e o excesso de demanda, onde	2014

				implica em um descuido com a saúde masculina.	
Scielo	Assistência integral à saúde do homem: necessidades, obstáculos e estratégias de enfrentamento.	CAVALCANTI, J. R.D.; FERREIRA, J. A.; HENRIQUES, A. H. B.; MORAIS, G. S. N.; TRIGUEIRO, J. V. S.; TORQUATO, I. M. B.	Conhecer as necessidades de saúde, identificar os obstáculos que impedem o atendimento das necessidades de saúde do homem e apresentar as estratégias de enfrentamento para uma assistência integral e humana a um grupo de homens.	A criação da Política de Atenção Integral à Saúde do Homem não foi suficiente para inseri-lo no contexto de saúde, desta forma, propõe-se mudanças no modelo assistencial.	2014
Redalyc	Acessibilidade e do homem aos serviços de atenção básica: Uma aproximação com a bioética da proteção	SILVA, D. M.; SOUZA, T.O.; LIMA, M. V.; YARID, S.D.; SENA, E.L.S	Analisar pesquisas que abordem a temática da acessibilidade do homem aos serviços da AB após a implementação da PNAISH, dialogando essa temática com a bioética da proteção.	Existe uma gama de fatores relacionados ao funcionamento dos serviços e ao Estereótipo de masculinidade construído culturalmente que dificultam a acessibilidade dos homens aos serviços	2013
Bireme	A percepção do enfermeiro da Estratégia Saúde da Família sobre a saúde do homem.	AGUIAR, R. S.; SANTANA, D. C.; SANTANA, P. C.	Analisar a percepção do enfermeiro da Estratégia Saúde da Família sobre a saúde do homem.	A criação da política foi crucial para que se iniciasse uma modificação na maneira de tratar e acolher os homens nos serviços de saúde, porém, ainda há	2015

				necessidade de se investir na divulgação dessa política tanto para a população quanto para os profissionais.	
Redalyc	Atenção Integral à Saúde do Homem: Estratégias utilizadas por Enfermeiras (os) nas Unidades de Saúde da Família do interior da Bahia.	MOREIRA, A. M. A.; CARVALHO, C. N.	Analisar as estratégias utilizadas por enfermeiras (os) nas Unidades de Saúde da Família do município de Itabuna-Bahia no que tange à Atenção Integral à Saúde do Homem.	Os resultados do estudo irão proporcionar pensamento crítico-reflexivo dos gestores, profissionais de saúde, especialmente enfermeiras (os) para que estratégias de atenção à saúde do homem sejam realizadas, transpondo as barreiras que impedem ou dificultam a adesão masculina nos serviços de saúde.	2016
Scielo	Planejamento, gestão e ações à saúde do homem na estratégia de saúde da família.	PEREIRA, L. P., NERY, A. A.	Observar o estado do planejamento e da gestão das ações de saúde, diante do pensamento de implantação da PNAISH na Estratégia de Saúde da Família.	Mesmo com a criação da PNAISH, não foi possível haver a inserção do homem no contexto de saúde, portanto propõe-se que haja uma mudança dentro da atenção primária.	2014

Scielo	Atenção à saúde dos homens no âmbito da Estratégia Saúde da Família	MOURA, E. C.; SANTOS, W.; NEVES, A. C. M.; GOMES, R.; SCHWARZ, E.	Descrever as especificidades da atenção à saúde dos homens no âmbito da ESF, conforme a visão do gestor, a demanda dos homens adstritos às unidades avaliadas e as práticas desenvolvidas pelas equipes da ESF	No que se refere à saúde do homem, percebe-se uma distância entre a relação dos objetivos e alcance da política. Há falhas desde a adequação da estrutura para o atendimento na atenção básica à motivação e desenvolvimento de ações de promoção contra os agravos mais frequentes nesta população, o que, por vezes, têm dificultado o acesso à saúde, por parte da população masculina.	2014

Fonte: Autoria própria, 2018.

A Política Nacional de Saúde do Homem deve ser implementada contemplando seus nove eixos, os quais tratam das formas de abordagem dessa política dentro da atenção primária, sendo elas a inserção de estratégias e ações voltadas à saúde masculina, estratégias que aumentem a demanda da população masculina dentro dos serviços, sensibilização dos homens e suas famílias, para que haja a estimulação do autocuidado, trabalho integrado entre ações governamentais e sociedade civil, para efetivar ações relacionadas a saúde do homem, implantação e expansão do sistema de atenção à saúde do homem, aumentando a qualidade e resolubilidade dentro da atenção básica, promoção de ações de educação continuada, para a qualificação dos profissionais da saúde, investimento em insumos, equipamentos e recursos humanos para garantir atenção à população masculina, uso dos sistemas de informação, e a realização de estudos e pesquisas, avaliando a qualidade das ações ofertadas, e oferecendo melhoras se necessário (MOREIRA; FONTES; BARBOSA, 2013). Através do estudo de Aguiar, Santana, Santana (2015) constatarem-se diversas barreiras enfrentadas na promoção da saúde do homem e consequente falta de adesão dos mesmos aos serviços de saúde. Dentre as quais estão associadas à negligência no autocuidado. Pereira e Nery (2014) corroboram atestando que é unanimidade entre os homens responderem que são displicentes ao cuidado de sua saúde, assumem que a busca

pelo serviço só se dá em último caso, quando a saúde já está bem debilitada, muitas vezes em situação que é impossível haver a reabilitação. (PEREIRA; NERY, 2014). A incompatibilidade dos horários de funcionamentos dos serviços de saúde com a rotina de trabalho, o acolhimento inadequado, o medo da descoberta que algo não vai bem com sua saúde, a timidez de expor o corpo ao profissional, sobretudo, se for do sexo feminino, assim como, a resistência em buscar atendimento em virtude de preconceitos machistas, são fatores que afastam a comunidade masculina dos serviços de saúde (AGUIAR; SANTANA; SANTANA, 2015). A baixa resolutividade na assistência devido à demora no atendimento, lentidão na marcação de exames e a falta de vínculo com a equipe são pontos citados por Cavalcanti et al. (2014) como causas prováveis da evasão dos homens nos serviços de saúde. Silva et al. (2013) aborda em sua pesquisa sobre a opinião masculina acerca da ambiência das Unidades Básicas de Saúde (UBS), consideram a forma decorativa que os funcionários organizam as unidades, como espaços aparentemente femininos. Fato que provoca um sentimento de não pertencimento aquele lugar. Ficou evidente que apesar da existência da PNAISH, a realidade brasileira que as ações que conseguem alcançar uma pequena parcela dos homens, são destinadas a população em geral, como programas de acompanhamento de hipertensão e diabetes, ficando a população jovem masculina desassistida, por não haver ações específicas para esse público (MOREIRA; CARVALHO, 2016). Observa-se ainda que poucas estratégias vêm sendo desenvolvidas pelos enfermeiros nas UBS (Unidade Básica de Saúde), em virtude do déficit de conhecimento a respeito da PNAISH por esses profissionais, fato esse que tem dificultado a realização de estratégias locais para atenção integral à saúde do homem (MOREIRA; CARVALHO, 2016). Salienta-se que não existe uma estratégia específica nem um plano de ação que estruture a saúde do homem na ESF (Estratégia Saúde da Família) dos municípios. Nesse âmbito, é importante frisar que deve haver o interesse por parte do sistema de saúde de fazer investimentos nos serviços básicos, que são considerados como a porta de entrada, com ações e políticas voltadas à saúde do homem, a fim de não só fazer a prevenção de doenças, bem como a promoção da saúde masculina (PEREIRA; NERY 2014). No que se refere a saúde do homem há muito o que ser feito: desde implantação do horário estendido noturno (SILVA *et al.*, 2013), ações de educação permanente para educar e sensibilizar o homem sobre a importância de medidas de prevenção de doenças e manutenção da saúde, colaborando para que eles aos poucos se tornem autores do próprio cuidado (CAVALCANTI, 2014), adequação da estrutura e ambiência para o atendimento na atenção básica (MOURA *et al.*, 2014). Inserir educação continuada acerca da Política Nacional de Atenção Integral no tocante do enfermeiro, aprofundando o seu conhecimento de modo que possibilite uma melhor assistência, planejamento das ações, acolhimento qualificado e direcionado aos homens para que eles tenham um acesso facilitado na busca por atendimento e prevenção (AGUIAR; SANTANA; SANTANA, 2015). **CONCLUSÃO:** O desenvolvimento desse estudo possibilitou uma análise sobre a abordagem da promoção da saúde do homem no âmbito da atenção básica. Através do levantamento bibliográfico, notou-se que ainda existem tabus e preconceitos a serem quebrados, bem como, a falta de acolhimento por meio dos membros dos serviços de saúde, a incompatibilidade de horários de atendimento com a longa jornada de trabalho. De modo geral, observou-se que apesar de existir a PNAISH, que é um direito do homem, voltada para

promoção de sua saúde, ainda não foi possível alcançar de forma significativa a população masculina. Nesse sentido foi identificado que o déficit de capacitação e conhecimento sobre a PNAISH nos profissionais de saúde, dificultando a implementação dessa política nas Unidades básicas de saúde. Sendo a Atenção Básica porta de entrada nos serviços de saúde, é imprescindível que os profissionais de saúde implementem as ações voltadas para a promoção, prevenção, bem-estar e qualidade de vida da população masculina, prestando acolhimento, comunicação, horários alternativos, e resolutividade de maneira integral. Verificou-se uma escassez de artigos atualizados sobre o tema, espera-se que os resultados apresentados nesta pesquisa sirvam de subsídios para nortear profissionais de saúde a planejar e implementar melhor as ações da PNAISH.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. S.; SANTANA, D. C.; SANTANA, P.C. A percepção do enfermeiro da estratégia saúde da família sobre a saúde do homem. **R. Enferm. Cent. O. Min.** v. 5, n. 3, p. 1844-1854, set. /out., 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/872>. Acesso em: 19 maio 2018.

ARAÚJO, M. G. *et al.* Saúde do homem: Ações e serviços na estratégia saúde da família. **Revista de Enfermagem UFPE**, Recife, v.8, n.2, p.264-271, fev., 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/318118746_MEN'S_HEALTH_ACTIONS_AND_SERVICES_IN_FAMILY_HEALTH. Acesso em: 30 maio 2018.

BARBOSA, C.J.L. Saúde do homem na atenção primária: mudanças necessárias no modelo de atenção. **Revista saúde e desenvolvimento**, v.6, n.3, p.101-114, 2014. Disponível em: <https://www.uninter.com/revistasauade/index.php/saudeDesenvolvimento/article/download/277/226>. Acesso em: 30 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem**: Princípios e diretrizes. Brasil: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_homem.pdf. Acesso em: 30 maio 2018.

CAVALCANTI *et al.* Assistência integral a saúde do homem: Necessidades, obstáculos e estratégias de enfrentamento. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**. v. 18, n.4, p. 628-634, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1277/127732789011.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

GOMES, R.; NASCIMENTO, E. F.; ARAÚJO, F. C. Saúde do homem na atenção primária: Mudanças necessárias no modelo de atenção. *In*: BARBOSA, C. J. L. **Caderno Saúde e Desenvolvimento**. v. 6, n. 3, p. 100-114, jul./dez. 2014.

Disponível em:

<https://www.uninter.com/revistasauade/index.php/saudeDesenvolvimento/article/view/277>. Acesso em: 30 maio 2018.

MOREIRA R. L. S. F.; FONTES, W. D.; BARBOSA, T. M. Dificuldades da inserção do homem na atenção básica à saúde: A fala dos enfermeiros. **Escola Ana Nery**, João Pessoa, v. 18, n.4, p. 615-621, out./ dez., 2014. Disponível em: <http://www.Scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.5935/1414-8145.20140087&pid=S1414-81452014000400615&pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

MOREIRA, M. A, CARVALHO, C. N. Atenção integral à saúde do homem: Estratégias utilizadas por enfermeiras (os) nas Unidades de Saúde da Família do interior da Bahia. **Sau. & Transf. Soc.**, Florianópolis, v. 7, n.3, p. 121-132, 2016. Disponível: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.5935/1414-8145.20140087&pid=S1414-81452014000400615&pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

MOURA, E. C.; SANTOS, W.; NEVES, A. C. M.; GOMES, R.; SCHWARZ, E. Atenção a saúde dos homens no âmbito da Estratégia Saúde da Família. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, n. 2, p. 429-438, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n2/1413-8123-csc-19-02-00429.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

PEREIRA, L. P.; NERY, A. A., Planejamento, gestão e ações à saúde do homem na estratégia de saúde da família. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**. v. 18, nº 4, p. 635-643, out/dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452014000400635&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 30 maio 2018.

ROSA, W. A. G.; LABATE, Renata. C. Saúde do homem na atenção primária: Mudanças necessárias no modelo de atenção. In: BARBOSA, C. J. L. **Caderno Saúde e Desenvolvimento**. v. 6, n. 3, p. 100-114, Jul./Dez. 2014. Disponível em: <https://www.uninter.com/revistasauade/index.php/saudeDesenvolvimento/article/view/27>. Acesso em: 30 maio 2018.

SILVA, D. M.; SOUZA, T.O.; LIMA, M. V.; YARID, S.D.; SENA, E.L.S. Acessibilidade do homem aos serviços de atenção básica: Uma aproximação com a bioética da proteção. **Cogitare Enferm. Jequié**, v. 18, n. 3, p. 573-8, jul./set., 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=483649281023>. Acesso em: 30 maio 2018.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n.1, p.102-106, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf. Acesso em: 19 out. 2018.

STORINO L. P.; SOUZA K. V.; SILVA K. L., Necessidades da saúde do homem na atenção básica: Acolhimento e vínculo como potencializadores da integralidade. **Escola Ana Nery**, Belo Horizonte, v.17, n.4, p.638-645, out./dez. 2013. Disponível

em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v17n4/1414-8145-ean-17-04-0638.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

VIEIRA K. L. D.; GOMES V. L. O.; BORBA M. R.; COSTA C. F. S. Atendimento da população masculina em Unidade Básica Saúde da Família: Motivos para a não procura. **Escola Ana Nery**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, jan./mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452013000100017. Acesso em: 30 maio 2018.

MECANISMOS DE AÇÃO CENTRAL DO PARACETAMOL E SUAS MANIFESTAÇÕES FISIOLÓGICAS

AUTOR:

Judson José Lino da Silveira

RESUMO: O paracetamol é um fármaco bastante utilizado no mundo apresenta características anticonceptivas e antipiréticas pautadas em diversos mecanismos de ação. É bastante utilizado no Brasil e seu uso inadequado pode provocar hepatotoxicidade e nefrotoxicidade. O presente estudo busca elencar que mecanismos de ação são estes e quais seus resultados fisiológicos. O trabalho é uma revisão narrativa de literatura realizada na BVS sob as bases de dados Scielo, MEDline e LILICS, para além disso fez-se uso também de documentos do ministério da saúde. Os principais mecanismos de ação deste fármaco são a ação sobre os canais de cálcio, canal TRVP1, inibição das COXs e do ácido nítrico resultando em diversas manifestações que vão desde de ação sobre vasos e analgesia. Conhecer o mecanismo de ação do paracetamol e suas manifestações fisiológicos é fator crucial para o planejamento da assistência do paciente, uma vez que é via essas ações que subsidiaram os processos de observação e intervenções a serem realizados.

Palavras-chave: Paracetamol. Dor. Antinociceptivo.

INTRODUÇÃO: O paracetamol é um princípio ativo de caráter analgésico e antitérmico. A analgésica pela elevação do limiar de dor e antipirese via centro hipotalâmico, estrutura cerebral reguladora da temperatura corpórea (BRASIL, 2013). A substâncias é preconizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), para dores em níveis leve e moderado, estados de febre e cefaleias (BRASIL, 2012). Apesar de largamente utilizado no Brasil este fármaco pode provocar hepatotoxicidade em razão de esgotar os níveis de glutathione hepática (antioxidante) e do excesso de produção do N-acetil-p-benzoquinonaimina (NAPQI), que é um metabólico que se conecta a proteínas hepáticas e desencadeia necrose de células do fígado (CASTRO, 2014). O Paracetamol é absorvido a nível do trato gastrointestinal e distribuído de forma uniforme por vários tecidos do corpo, excluindo-se o adiposo. Ele é também é capaz de atravessar a membrana hematoencefálica, provocando efeitos centrais, assim como a barreira placentária. No líquido cefalorraquidiano, líquido que banha o espaço entre as meninges, aracnoide e pia-máter, atinge concentrações máximas em torno de 2 ou 3 horas (CASTRO, 2014). O acetaminofeno, como também é conhecido o paracetamol, difere dos Anti-inflamatórios não esteroidais (AINEs) porque sua ação é mais central, diferente destes que atua com maior ênfase a nível periférico. Para além disso, outra diferença significativa é que o paracetamol não inibe o Tromboxano A₂, portanto não tem efeito anticoagulante nem anti-inflamatório (ANDERSON, 2008, TOUSSAINT, 2010; SMITH, 2009). A substância anteriormente citada também difere do AINEs por ter menor ação em áreas inflamadas cuja presença de íons peróxidos estão em elevadas concentrações, isto pode balizar o sentido do fármaco não ter efeito inflamatório, uma vez que tecidos inflamados apresentam regiões ricas em

peróxidos, como o superóxido (BOUTAUD *et al.*, 2012). Nesse sentido, foi formulada a questão de pesquisa “quais os principais mecanismos de ação central do paracetamol e seus efeitos fisiológicos?”. A inquietação pelo tema vem pelo amplo uso da substância em escala mundial (MÜHLBAUER, 2016), como também seu risco de hepatotoxicidade e nefrotoxicidade, com alas para um maior conhecimento de profissionais da saúde a respeito do mecanismo de ação deste fármaco no corpo humano. O presente trabalho tem o objetivo elencar quais os principais mecanismos centrais de ação do paracetamol e seus efeitos fisiológicos, contribuindo pra a agregação de conhecimento em torno da questão aqui proposta com reflexos na prática clínica de aplicação do fármaco. **METODOLOGIA:** O presente trabalho é uma pesquisa explorativa do tipo revisão narrativa, que são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual (ROTHER, 2007). A pesquisa fora realizada na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), considerando as seguintes bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILICS); Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Para além disso, fez o uso de livros e documentos do Ministério da Saúde que abordasse o tema do mecanismo de ação do paracetamol assim como informações relevantes sobre ele. As palavras chaves utilizadas foram “paracetamol”, “dor”, “antinociceptivo”, combinadas entre si. A seleção dos artigos se deu por meio de leituras exploratórias sobre o tema: paracetamol e seus mecanismos de ação central e reflexos fisiológicos. Os critérios de exclusão utilizados são compreendidos em resumos de textos, relatos de casos, relato de experiência e textos em língua estrangeira, excluindo-se o inglês. Enquanto dos de inclusão foram livros, documentos e textos que fossem livros, ou artigos no formato de dissertação de mestrado, tese de doutorado, revisões integrativas e narrativas em língua inglesa ou portuguesa que abordassem a temática bem como a questão de pesquisa. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

Quadro 01 – Mostrando o mecanismo de ação do paracetamol, seu resumo e o efeito fisiológico produzido pelo mecanismo:

Mecanismos de ação.	Resumo do mecanismo.	Efeito fisiológico.
Metabólito AM404	Reduz a degradação intracelular de Anandamida, elevando sua concentração.	Analgesia, redução da temperatura.
Inibição de prostaglandina E2	O paracetamol diminui a formação de prostaglandina E2 nos receptores hipotalâmicos.	Acionamento de mecanismo de perda de calor como sudorese e vasodilatação, no

		hipotálamo anterior.
Canal iônico TRPV1	O AM404 é agonista deste canal e ativação das vias descendentes inibitórias da dor, ao conecta-se com este receptor.	Analgesia.
Inibição dos canais de cálcio	inibe os canais de cálcio, assim como a lidocaína e procaína.	Analgesia.
Inibição das ciclo-oxigenases	Redução da formação de prostaglandinas por macrófagos, assim como diminuição de mediadores químicos da dor.	Vasoconstrição de vasos craniais e diminuição da dor
Inibição do óxido nítrico sintetase	Ao inibir esta enzima impede a síntese do óxido nítrico, que é um potencializador da dor.	Redução da percepção da dor. Redução da vasodilatação.

Fonte: Autoria própria, 2018.

A nível hepático, o Paracetamol é desacetilado, transformando-se em p-aminofenol. No cérebro e na medula espinhal este composto é interage com o ácido araquidônico, intracelular, culminando na substância N-araquinoifenolamina (AM404) por ação da amida hidrólase de ácido gordo (FAAH). A nova substância formada é atagonista do receptor TRPV1, um canal iônico permeável a cátions ativado por uma série de estímulos nocivos, como calor, redução de pH e agentes irritantes como a capsaicina. Ele também é inibidor da captação de anandamida. A sua atividade no local eleva os canabinoídes endógenos, consequentemente aumentando a atividade dos receptores de serotonina (5-HT), responsáveis por frustra a transmissão de impulsos nocivos, resultando em antinocicepção e analgesia (ANDERSON, 2008; BERTOLINI *et al.*, 2006 apud CASTRO, 2014). O efeito antagonista do AM404 na ativação do TRPV1 também promove ação antinociceptivo por ligar vias bulbo-espinhais descendentes inibitórias da dor, topografadas na substância cinzenta periaquedutal (MALLET *et al.*, 2010; LIAO *et al.*, 2011 apud MÜHLBAUER, 2016). Na dor central, regiões do bulbo e pontinhas são ativadas, elas são vias descentes serotoninérgicas e noradrenérgicas do sistema de analgesia central que operam na medula espinhal, liberando encefálinas [neurotransmissores narcóticos, semelhante a morfina secretados pelo encéfalo, que aliviam a dor e produz euforia] reduzindo a

liberação do hormônio glutamato deprimindo a sensação de dor supra-espinhal. Quando ocorre uma agressão ou perturbação tecidual iniciasse a liberação de neurotransmissores como substância p (neuromodulador da dor, que eleva a atividade do glutamato); neurocinina-A (excitadora de neurônios, vasodilatadora); glutamato e aspartato. Estes compostos ativam receptores n-metil-D-aspartato (NMDA) e não-NMDA, provocando, após somação de potenciais de ação, despolarização. O glutamato é responsável por ativar o NMDA, com isso há retirada de íon de magnésio do interior do receptor e entrada de cálcio para a célula, fato que provoca aumento da resposta dolorosa, o paracetamol promove a redução dos níveis de glutamato, reduzindo a ligação do hormônio com o receptor, evitando a entrada do cálcio e saída do magnésio (ROCHA *et al.*, 2007; MALBERG, YAKSH, 1992). Para além disso, a elevação dos níveis de cálcio também ativa a enzima nitrato-sintetase, percursora do óxido nítrico (NO), importante vasodilatador e potencializador da dor, o paracetamol age inibindo justamente essa enzima, impedindo a formação do NO (Coderre; Vaccarino; Melzack, 1990). Em episódios febris provocados por pirógenos exógenos liberados por vírus, bactérias, fungos... provocam a formação de interleucinas pelos macrófagos. Esses mediadores ativavam a enzima fosfolipase A2, dando início a cascata do ácido araquidônico e formação das prostaglandinas locais. Estas se conectam a receptores de cunho protanóides no hipotálamo acionando pelo hipotálamo posterior mecanismos de ganho de calor, como tremores e vasoconstrição, resultando na elevação da temperatura do paciente. O paracetamol age bloqueando a formação de prostaglandina E2, sanando o mecanismo de ganho de calor e fazendo o termostato hipotalâmico reconhecer a temperatura normal e liberando os mecanismos de depleção de calor no hipotálamo anterior, como a sudorese e vasodilatação (RANG *et al.*, 2011). O Paracetamol pode ser um inibidor seletivo da COX-2, mas também pode inibir a COX-1 dependendo dos níveis de peróxido. Por este motivo, pode-se explicar porque o princípio ativo é tão eficaz no SNC – peróxidos baixos – e infrutífero em tecidos periféricos, onde há maiores concentrações de peróxidos. Além disso, a substância parece ser efetiva sob o bloqueio da isoforma da COX-1, conhecida como COX-3, (GRAHAM *et al.*, 2013). **CONCLUSÃO:** o paracetamol é uma substância bastante utilizada no mundo como episódios de dores leves a moderada, e bastante recomendada para o uso de cefaleias. Apesar de ser uma droga usada a bastante tempo seu mecanismo de ação ainda não é totalmente conhecido, sendo assim este trabalho elencou 6 principais mecanismos de ação da droga. O primeiro meio de inibição decorre do Metabólito AM404, responsável por provocar elevação da Anandamida, resultando no efeito fisiológico de Analgesia, redução da temperatura. Este metabólito ao conecta-se com o Canal iônico TRPV1, aciona as vias serotoninérgicas e noradrenérgicas inibitórias descendentes, corroborando para um quadro de analgesia. Consoante com essas vias inibitórias descendentes o paracetamol parece diminuir a concentração de glutamato, impedindo, portanto, a retirada de magnésio do receptor NMDA e evitando o influxo de cálcio para dentro da célula somado ao fato de que pouco cálcio dentro da célula não ativa a enzima que gera o NO, estes mecanismos também ajudam a debelar o nível de dor. Quanto sua ação antipirese, a substância se destaca pela inibição da prostaglandina E2, que via hipotálamo irá acionar de mecanismo de perda de calor como sudorese e vasodilatação, no hipotálamo anterior, portanto, reduzindo a temperatura. O paracetamol é uma substância que atua em diferentes frentes, fato

que a torna mais fascinante, logo deve-se estudar melhor tal composto e publicar mais trabalhos que linguagem mais acessível para que se possa compreender melhor seus mecanismos. O conhecimento sobre as ações centrais do paracetamol pode se mostrar relevante na prática clínica observacional, principalmente para profissões na área da saúde que estão em constante contato com o paciente, uma vez que a ciência de como ocorre a ação deste medicamento faz com que o profissional saiba o que está ocorrendo no corpo do paciente e consiga relacionar as manifestações clínicas do corpo a determinada ação farmacologia desta substância. Logo, o maior conhecimento das ações e manifestações fisiológicas do fármaco, pode provocar aprimoramento no processo de trabalho dos profissionais da saúde, implicando principalmente, a formulação de planos de cuidados e prescrições mais adequados para pacientes em uso do princípio ativo aqui abordado.

REFERÊNCIAS

Anderson, B.J., Paracetamol (Acetaminophen): mechanisms of action. **Paediatr Anaesth.** v.18, n.10, p. 915-21, 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18811827>. Acesso em: 01 out. 2018.

BOUTAUD, O.; ARONOFF, D.M.; RICHARDSON, J.H.; MARNETT, L.J.; OATES, J.A. Determinants of the cellular specificity of acetaminophen as an inhibitor of prostaglandin H(2) synthases. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 99, p. 7130 –7135, 2002. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12011469>. Acesso em: 01 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota Técnica nº 346/2013**. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/setembro/17/Paracetamol.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea: queixas mais comuns na Atenção Básica. CADERNOS DE ATENÇÃO BÁSICA**. Brasília: Ed. Ministério da Saúde, 2012. 290 p. (Cadernos de Atenção Básica n. 28, v. II) Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/caderno_28.pdf. Acesso em: 13 mar. 2018.

CASTRO, Pedro Luís Pereira de. **Farmacocinética do paracetamol**. 2014, Dissertação (mestrado em ciências farmacêuticas) - Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Fernando Pessoa, Porto. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4415/1/PPG_21981.pdf. Acesso em: 01 out. 2018.

CODERRE TJ, Vaccarino AL, Melzack R - Central nervous system plasticity in the tonic pain response to subcutaneous formalina injection. **Brain Res**, p.155-158, 1990. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/.../20092-NataliaElisaBMelo.pdf?>. Acesso em: 10 out. 2018.

MALMBERG AB, Yaksh TL. Hyperalgesia mediated by spinal glutamate or substance P receptor blocked by spinal cyclooxygenase inhibition. **Science**, v. 257, p.1276-1279, 1992. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/1381521>. Acesso em: 01 out. 2018.

RANG, H.; *et al.* **Farmacologia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

ROCHA, Anita Perpétua Carvalho *et al.* Dor: Aspectos Atuais da Sensibilização Periférica e Central. **Revista Brasileira Anestesiologia**, v.57, n.1, p.94-105, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rba/v57n1/11.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

TOUSSAINT, K., *et al.*, What do we (not) know about how paracetamol (acetaminophen) works? **J Clin Pharm Ther**, 2010. v.35, n.6, p. 617-38, 2005. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21054454>. Acesso em: 10 out. 2018.

GERENCIAMENTO DE ENFERMAGEM NO MANEJO CLÍNICO DE PACIENTES SUBMETIDOS A HEMODIÁLISE: ATENÇÃO PARA ALTERAÇÕES ORGÂNICAS E PSÍQUICAS

AUTORES:

Judson José Lino da Silveira
Amanda Juliana Oliveira de Araujo
Carlos Eduardo da Silva Cortez
Maria Jordany Ribeiro dos Santos
Silvania Farias de Queiroz
Deborah Aline Silva Macedo

RESUMO: o presente trabalho é uma revisão narrativa de literatura na qual buscou abranger as principais alterações de ordem orgânica e psíquica que influenciam e impactam o cliente submetido a terapia de hemodiálise, objetivando informar de forma factível que alterações são estas e explicar de forma sucinta o porque elas ocorrem.

Palavras-chave: Enfermagem. Hemodiálise. Complicações.

INTRODUÇÃO: O rim é um órgão que apresenta múltiplas funções, entre estas à excreção de produtos finais, produções hormonais, controle do equilíbrio hidroeletrólítico, do metabolismo acidobásico e da pressão arterial (PA). Entretanto é um órgão suscetível a perturbações que desregulam estas funções, esses distúrbios são associadas a diversos fatores de risco, dentre os quais pode-se citar pessoas com diabetes tipo 1 e 2; indivíduos hipertensivos, idosos, portadores de obesidade (IMC > 30Kg/m²); humanos com patologias do aparelho circulatório; tabagistas e exposição a elementos nefrotóxicos (BRASIL, 2014). Nesse contexto a hemodiálise, é um procedimento de saúde usado para remover toxinas do corpo, se faz necessária em casos em que as comorbidades supracitadas estão associadas às alterações heterogêneas que afetem desde a estrutura renal quanto a função (BRASIL, 2014). Para realizar este procedimento é necessário puncionar de um acesso venoso central (AVC). Em terapias hemodialíticas agudas é faz-se uso de um acesso temporário via inserção percutânea de um cateter em veia profunda ou central calibrosa. Mas, a indicação geral é que o cateter seja inserido na veia jugular interna direita, visto que a subclávia é associada a intercorrências como pneumotórax, perfusão da artéria subclávia, lesão no plexo braquial e estenose central (SILVA, 2018). O acesso venoso femoral para a hemodiálise deve ser evitado ao máximo possível, pois pode provocar recirculação em decorrência do baixo fluxo pericater (DAUGIRDAS, BLAKE, 2013). Os profissionais de enfermagem devem ficar badalados em relação as possíveis complicações que podem ocorrer em clientes submetidos a este tipo de terapia, bem como orienta-los sobre os cuidados com o cateter venoso. As principais complicações que podem ocorrer são a hipotensão, arritmias, alterações glicêmicas, obstrução do fluxo por coagulação do sistema, sangramentos e hipotermia (SILVA, 2018). A orientação correta para o cliente sobre estes aspectos pode favorecer o processo de gerenciamento em enfermagem no manejo de clínico de pacientes sob uso do cateter venoso central das hemodíálises, já que, com as devidas informações, este paciente ou seu acompanhante poderá comunicar qualquer perturbação fisiologia

que está sofrendo decorrente do procedimento de saúde. SANTOS (2018), afirma que os pacientes desejam que os profissionais, em especial o enfermeiro, estejam com eles realizando orientações durante os procedimentos que envolvam o cateter venoso central. Sob este espectro foi formulada a questão de pesquisa “quais são as principais alterações orgânicas e psíquicas que o enfermeiro deve atentar na hemodiálise?” objetivando contemplar as principais alterações orgânicas e psíquicas que o enfermeiro deve atentar na hemodiálise de forma factível.

METODOLOGIA: O estudo é uma pesquisa descritiva do tipo revisão narrativa de literatura, que são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual (ROTHER, 2007). Para a construção desta revisão literária, foram utilizadas as seguintes etapas: seleção das questões temáticas; coleta de dados através da base de dados eletrônica; elaboração de um instrumento de coleta com informações de interesses a serem extraídas dos estudos análise crítica da amostra, interpretação dos dados e apresentação dos resultados. A busca ocorreu através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas seguintes bases de dados eletrônicas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Além disso foram utilizados manuais do Ministério da Saúde e livros. Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) utilizados para pesquisa foram: enfermagem, hemodiálise, nutrição. Os critérios de inclusão foram periódicos e documentos do ministério da saúde em portuguesa, língua inglesa, espanhol e que abordassem o tema assim como a questão de pesquisa. Quanto aos parâmetros de exclusão destaca-se: artigos duplicados, em forma de resumos e carta ao editor, resumos de textos e trabalhos cujo plágio seja constatado. A seleção dos manuscritos foi realizada por meio da leitura crítica entre o período de Julho a Outubro de 2018, buscando a questão de pesquisa dos trabalhos com o rigor ético quanto à propriedade intelectual das obras, no que diz respeito ao uso do conteúdo e de citação.

RESULTADOS E DISCUSSOES: A Insuficiência Renal Crônica (IRC) é relacionada pela perda irreversível de funções renais e representa um preocupante problema de saúde pública no Brasil. Esta enfermidade impacta significativamente a vida dos seus portadores. MUNIZ *et al.* (2015), salientam que pacientes com IRC necessitam do tratamento com hemodiálise, no qual altera aspectos relacionados a rotina do paciente e da família provocando desgaste físico, alterações mentais, destacando assim o primordial papel do enfermeiro, onde o mesmo tonifica a assistência com conhecimentos e competências gerenciar o plano assistencial do portador. O déficit de autocuidado acontece na medida em que o cliente é limitado/ incapaz de regular seu autocuidado, necessitando da enfermagem. (FRAZAO, 2014). A ciência do cliente sobre o procedimento de hemodiálise é determinante cabal e taxativo para que ele possa compreender suas continências alimentares e hídricas, bem como as adversidades provenientes do tratamento (SOUSA, 2011). Com frequência é possível visualizar pacientes estrear na hemodiálise de forma abrupta. Sem antes existir um preparo físico-mental adequado, promovendo, assim, elevação dos níveis de stress e repulsa ao tratamento (MACHADO, 2011). Ribeiro *et al.*, (2016) destaca que, o enfermeiro, por estar continuamente com o paciente, família ele é responsável pelas orientações a esses sujeitos, informações relativas a doença, suas implicações e limitações, tal como comunicar sobre o processo terapêutico, aspectos técnicos do tratamento da hemodiálise e possíveis implicações

psicológicas que o paciente possa vir a desenvolver. Frazão (2014), complementa elencando que os profissionais enfermeiros são também os responsáveis por tornarem um ambiente confortável e adequado, além de prepararem cada sessão de hemodiálise cuidadosamente, gerenciando as máquinas, misturas de fluidos e a monitorização dos sinais vitais. No que tange às características nutricionais, pacientes sobre uso de terapia hemodialítica são submetidos a uma dieta e um aporte hídrico austero sendo como fundamento crucial para a gerência da assistência em enfermagem acompanhar as consequências orgânicas e psíquicas, já que a probabilidade destes sujeitos progredir para anorexias, intoxicação por ureia, acidose metabólica, infecções, e mudanças gastrointestinais são elevadas de forma exponencial (SANTOS, 2013). Logo, é necessário que o enfermeiro tenha discernimento no liame de atividades específicas da equipe de enfermagem na hemodiálise, visto que a realização das orientações e procedimentos de forma exata trará segurança tanto para o profissional quanto para o paciente (DEBONE *et al.*, 2017). Para além disso, o gestor de enfermagem mirar nas principais complicações que podem decorrer durante e a após processos de hemodiálise, que são: a hipotensão, arritmias, alterações glicêmicas, obstrução do fluxo por coagulação do sistema, sangramentos, obstrução do cateter, desvio deste e hipotermia (SILVA, 2018). **CONCLUSÃO:** O enfermeiro para gerenciar o manejo assistência de enfermagem na perspectiva da terapia de hemodiálise necessita compreender todo procedimento, bem como todas as suas alterações decorrentes dele. Nesse aspecto, este profissional deve assistir as possíveis alterações psíquicas e orgânicas que decorram de alterações de processo nutricionais e hídricos. É necessário também prover o maior acesso à informação entre os sujeitos envolvidos no processo, em especial, cliente e família, pois a falta de orientações acerca do procedimento de hemodiálise pode acarretar estresse que por sua vez provoca alterações nos padrões vitais e na dinâmica fisiológica, repercutindo negativamente no objetivo do tratamento. As principais alterações orgânicas são a mudança nutricional, que pode provocar a anorexia, resultando em aversão do paciente ao procedimento por afetar diretamente sua imagem corporal. a hipotensão, por diminuição do débito cardíaco e retirada do sangue pela máquina, arritmias, alterações glicêmicas, por remoção de moléculas de glicose no decorrer do procedimento; obstrução do fluxo por coagulação do sistema, em função do tempo de coagulação e concentração destes fatores; sangramentos, em casos onde o tempo de coagulação é elevado e sua concentração de protrombina ser reduzida. obstrução do cateter, desvio deste e hipotermia. Sob este espectro, o presidente trabalho considera a questão de pesquisa contemplada, pois conseguiu abranger as principais alterações a nível orgânica (hipotensão, hipoglicemia, obstruções do sistema e do lúmen do cateter, desnutrição e distúrbios da imagem corporal), contribuindo para a factibilidade da informação no tange este tema.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Diretrizes Clínicas para o Cuidado ao paciente com Doença Renal Crônica – DRC no Sistema Único de Saúde/** Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. p. 37 p. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/marco/24/diretriz-cl--nica-drc-versao-final.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2018.

DEBONE, M. C. *et al.* Diagnósticos de enfermagem em idosos com doença renal crônica em hemodiálise. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, n. 4, p. 833-9, 2017. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/2670/267052023019/>. Acesso em: 28 jul. 2018.

FRAZÃO, M. C. F. Q. *et al.* Cuidados de enfermagem ao paciente renal crônico em hemodiálise. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, v. 15, n. 4, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3240/324032212018/>. Acesso em: 14 out. 2018.

MACHADO, G. R. G.; PINHATI, F. **Tratamento de diálise em pacientes com insuficiência renal crônica.** Cadernos UniFOA, v. 9, n. 26, p. 137-148, 2014. Disponível em: <http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/cadernos/article/view/193/0>. Acesso em: 14 ago. 2018.

MUNIZ, G. C. *et al.* Diagnósticos de enfermagem em pacientes com insuficiência renal crônica em tratamento hemodialítico. **Revista Pesquisa Saúde**, v. 16, n. 1, p. 34-40, 2015. Disponível em: <http://periodicosbh.estacio.br/index.php/revistahorus/article/viewFile/4421/47964928>. Acesso em: 14 out. 2018.

RIBEIRO, K. R. A. *et al.* Cuidados de enfermagem aos pacientes com insuficiência renal crônica no ambiente hospitalar. **Revista Científica de Enfermagem**, v. 6, n. 18, p. 26-35, 2016. Disponível em: <http://periodicosbh.estacio.br/index.php/revistahorus/article/viewFile/4421/47964928>. Acesso em: 14 out. 2018.

ROTHER, T. E. Editorial: revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paul Enfermagem**. v.20, n. 2, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001. Acesso em: 15 ago. 2018.

SANTOS, Felipe Kaezer dos *et al.* A satisfação dos pacientes com o cuidado de enfermagem na hemodiálise. **Rev. pesqui. cuid. fundam.** v.10, n.2, p.432-440, abr.-jun. 2018 . Disponível em: www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/6068. Acesso em: 28 jul. 2018.

SILVA, A. F. S *et al.* Principais Complicações apresentadas durante a Hemodiálise em pacientes críticos e propostas de intervenções de enfermagem. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**. v. 8, 2018. Disponível em: DOI:10.19175/recom.v7i0.2327. Acesso em: 14 ago. 2018.

SOUSA, M. N. A.; SARMENTO, T.C.; ALCHIERI, J. C. Estudo quantitativo sobre a qualidade de vida de pacientes hemodialíticos da Paraíba, Brasil. Rev. **CES Psic.** 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3240/324032212018//>. Acesso em: 14 out. 2018.

EDUCAÇÃO SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA: O PAPEL DO ENFERMEIRO

AUTORES:

Maria Beatriz Viana Silva
Ryvea Parmennedys Fernandes Silva
Deyla Moura Ramos Isoldi

RESUMO: A adolescência é marcada por um processo de transformações e descobertas que instiga os jovens a desenvolver sua própria identidade e questionar seus valores e ideologias. O estudo objetivou apresentar o papel do Enfermeiro perante este contexto e como o mesmo pode intervir nesse momento. Estudo descritivo do tipo revisão integrativa, realizou-se uma busca na Biblioteca Virtual em Saúde através das bases de dados: LILACS, SCIELO e MEDLINE, manuais do Ministério da Saúde e livros. Utilizou Descritores em Ciências da Saúde e o operador *booleano* and para refinamento do material, critérios de inclusão e exclusão. Selecionou-se 16 estudos potencialmente relevantes, dos quais 15 atendiam aos critérios selecionados. A formação do Enfermeiro fornece subsídios para que ele atue em diversos ambientes e cabe a ele desenvolver práticas educativas capazes de englobar a família e suas singularidades, considerando contextos socioculturais e promovendo trocas de informações e experiências, valorizando vivências dos adolescentes. Nota-se que os pais e próprios educadores não estão preparados para abordar sobre a tema e que o profissional enfermeiro mediante programas e junto da ESF são de fundamental em educar sobre sexualidade.

Palavras-chave: Adolescência. Enfermagem. Sexualidade.

INTRODUÇÃO: A adolescência é marcada como uma fase de tensão durante o processo de desenvolvimento humano devido às diversas transformações físicas e biológicas, concomitantes às psicológicas e sociais, próprias da fase. A descoberta das capacidades de reproduzir-se instiga-os a desenvolver sua própria identidade e, por sua vez a questionar valores e ideologias (GOSSELIN, 2014). A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera, ainda, como juventude o período que se estende dos 15 aos 24 anos, identificando adolescentes jovens (de 15 a 19 anos) e adultos jovens (de 20 a 24 anos). A lei brasileira, através do Estatuto da Criança e do Adolescente, considera adolescente o indivíduo de 12 a 18 anos (CARNEIRO, 2015). Segundo Carter (2012), a sexualidade faz parte da personalidade humana e é uma necessidade básica que deve ser abordada juntamente de outros aspectos relevantes da vida, onde todas as transformações na adolescência transcorrem no despertar da sexualidade de uma maneira diferenciada, sob influência das singularidades desta fase, então muitos iniciam precocemente e desconhecem das suas estruturas anatômicas e dos métodos de prevenção das IST (Infecção Sexualmente Transmissível), por isso é preciso a participação de profissionais que entendam do assunto para ajudar durante esse período de descoberta (NOTHAFT, 2014). Essas circunstâncias exigem a necessidade de mais esclarecimentos sobre o tema para os jovens, visando à sua proteção, prevenção e recuperação. Desse modo, há necessidade de executar estratégias que respondam as necessidades desse público de forma personalizada, humanizada e qualificada, sendo a educação

uma das principais ferramentas para tal (CARTER, 2012). Neste sentido, considera-se o enfermeiro como um profissional que possui, dentre outras atribuições, o papel de transmitir informações e executar a educação em saúde nos serviços de assistência e na comunidade, sendo o cuidado de enfermagem um dos componentes vitais na educação em saúde, pois é dotado na capacidade de desenvolver práticas educativas, individuais, coletivas e culturais, garantindo ao adolescente o desempenho de sua sexualidade de forma saudável e responsável (SILVA *et al.*, 2016). Diante destas considerações cabe o questionamento: De que forma o enfermeiro aborda a sexualidade frente aos adolescentes? Assim o objetivo deste estudo foi descrever a abordagem do profissional Enfermeiro mediante o processo de transformações na adolescência em meio a sexualidade.

METODOLOGIA: Trata-se de um estudo descritivo do tipo revisão integrativa da literatura, do modo revisão mais amplo, onde tem como finalidade buscar e avaliar criticamente o conhecimento de vários estudos distintos, tentando assim indicar hipóteses equivalentes ou relacionadas, permitindo a combinação de dados da literatura teórica e empírica (PRODANOV; FREITAS, 2013). Adotou-se a seguinte roteirização para a presente revisão integrativa: definição da questão norteadora (problema) e objetivo da pesquisa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão das publicações (seleção da amostra); busca na literatura; análise e categorização dos estudos, apresentação e discussão dos resultados (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). A busca ocorreu através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas seguintes bases de dados eletrônicas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE). Além disso foram utilizados manuais do Ministério da Saúde e livros. Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) utilizados para pesquisa foram: Adolescência, Enfermagem, Sexualidade. Para refinamento do material, utilizou-se o operador *booleano* and combinados da seguinte forma: Adolescência *and* Sexualidade, Enfermagem *and* Adolescência, Enfermagem *and* Sexualidade. Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados na língua portuguesa, inglesa e espanhola disponíveis na íntegra e gratuitos e, que compartilhassem da temática e objetivo proposto. E quanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados, em forma de resumos e carta ao editor. Para análise crítica dos artigos realizou-se leitura completa com as respectivas sínteses e um recorte temporal para a busca dos artigos, buscando estudos dos últimos 5 anos. Os dados utilizados neste estudo foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus autores e demais fontes de pesquisa, observando rigor ético quanto à propriedade intelectual dos textos científicos que foram pesquisados, no que diz respeito ao uso do conteúdo e de citação das partes das obras consultadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Dentre as publicações selecionadas, percebe-se que as mesmas ocorreram entre os anos de 2013 a 2017, sendo números equivalentes de publicações durante os anos. Diante disso, ao realizar o recorte temporal para a busca dos artigos percebe-se que, a literatura apresenta estudos atuais nessa temática. Quanto aos resultados, selecionou-se 16 estudos potencialmente relevantes, dos quais 15 apresentaram-se voltados para a temática abordada e que atendiam aos critérios de elegibilidade. Os adolescentes ainda atribuem ao sexo e à sexualidade a mesma significância, relacionando-os a uma função reprodutora e de perpetuação da espécie. Como reflexo disso, os mesmos apresentam dificuldades

em identificar suas próprias percepções sobre o tema (NERY *et al.*, 2015). O Ministério da saúde junto com o da educação, desenvolveram o Programa Saúde Escolar (PES) para fornecer assistência integral a saúde de todos que estão na rede básica de ensino e junto da Estratégia Saúde da Família (ESF), o que tem facilitado trabalhar sobre essas temáticas com o público jovem (COSTA, FIGUEREDO, RIBEIRO, 2013). Ribas (2017), ressalta que o papel da escola e dos profissionais da saúde torna-se decisivo, quando o assunto é educação sexual, principalmente para esclarecer as questões e dúvidas ligadas a contracepção e prevenção de doenças. Marques (2017), complementa que cabe ao profissional Enfermeiro desenvolver e executar práticas educativas e participativas, capazes de englobar a família e suas singularidades, considerando todo o contexto sociocultural, histórico, econômico, político, e proporcionando trocas de informações e experiências, valorizando sempre as vivências dos adolescentes, já que a percepção sobre sexualidade e sexo são criados encima desses valores. Os enfermeiros são profissionais de saúde com uma formação generalista, onde atuam nas diversas áreas, dentre elas na educação em saúde. Sua formação fornece subsídios para que o mesmo atue em diversos ambientes e contextos, desde escolas, por meio de oficinas com temas diversos, como saúde sexual e reprodutiva para adolescentes e outros pertinentes a temática. Além disso, este profissional é de extrema importância na capacitação de profissionais, na orientação aos pais e na adesão da família, uma vez que os jovens não se sentem seguros para conversar sobre o assunto e passam a buscar informações na internet que muitas vezes estão expostas de forma generalizadas e erradas (CAVALCANTE *et al.*, 2016). O número de IST e de gravidez na adolescência vem aumentando cada vez mais, o que leva a compreensão de que os jovens mesmo com muitas opções de preservativos estão fazendo o uso de forma errada ou não fazem o uso, indicando uma falha no processo de educação sexual deles e que só procuram o serviço de saúde quando apresentam alguma sintomatologia. O nível de educação sexual em jovens que tem os pais e profissionais da saúde como referência são bem mais elevados do que aqueles que buscam amigos e internet (FONTES, 2017). **CONCLUSÃO:** Diante do exposto, nota-se que os pais e os próprios educadores de modo geral não estão preparados para abordar sobre a temática com os seus filhos e que o profissional enfermeiro mediante os programas e junto da ESF são de fundamental importância quando se fala em educar sobre sexualidade. É necessário deixar os jovens confortáveis, seguros e confiantes para que eles exponham as suas dúvidas e o dialogo flua, envolver os familiares e preceptores se faz importante para que todos entendam do assunto.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Rithianne Frota *et al.* **Educação sexual na adolescência:** uma abordagem no contexto escolar. SANARE - Revista de Políticas Públicas, v. 14, n. 1, 2015. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/617/334>. Acesso em: 16 out. 2018.

CARTER, D. **Comprehensive sex education for teens is more effective than abstinence**. AJN The American Journal of Nursing, v. 112, n. 3, p. 15, 2012. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22373675>. Acesso em: 16 out. 2018.

CAVALCANTE, J. M. *et al.* **A importância do enfermeiro como educador na orientação à adolescente grávida em âmbito escolar**. 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/2554>. Acesso em: 16 out. 2018.

COSTA, D. D. O. *et al.* **Especificidades em saúde do adulto e o papel das diferentes áreas em saúde da família: questões da prática assistencial para enfermeiros**, 2017. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/7852>. Acesso em: 16 out. 2018.

COSTA, Gilberto Martins; FIGUEREDO, Rogério Carvalho de; RIBEIRO, Mirelly da Silva. A importância do enfermeiro junto ao PSE nas ações de educação em saúde em uma escola municipal de Gurupi-TO. **Rev Científica ITPAC [periódico na Internet]**, v. 6, n. 2, 2013. Disponível em: <https://assets.itpac.br/arquivos/Revista/62/6.pdf>. Acesso em: 17 out. 2018.

FONTES, Miguel Barbosa *et al.* Fatores determinantes de conhecimentos, atitudes e práticas em DST/Aids e hepatites virais, entre jovens de 18 a 29 anos, no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1343-1352, 2017. Disponível em: https://scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017000401343. Acesso em: 18 out. 2018.

MENDES, K. D. D; SILVEIRA, R. C. C. P; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & contexto enferm.** v. 17, n. 4, p. 758-64, 2008.

NERY, I. S. *et al.* Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 28, n. 3, p. 287-292, 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3070/307039760016.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.

NOTHAFT, Simone Cristine dos Santos *et al.* Sexualidade do adolescente no discurso de educadores: possibilidades para práticas educativas. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 18, n. 2, p. 284-294, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/MULTILASER/Downloads/v18n2a03.pdf>. Acesso em: 17 out. 2018.

PRODANOV, C. C. ; FREITAS, E. C. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.insite.pro.br/Sala%20de%20aula%20Programa%20dez%20Metodologia.html>. Acesso em: 16 out. 2018.

RIBAS, M. A.; CARVALHO, T. G. M. L. Programa Saúde e Prevenção nas escolas: articulação entre a academia, serviços de saúde e comunidade para a promoção da saúde do escolar de Tupanciretã/rs. **Revista interdisciplinar de ensino, pesquisa**

e extensão, v. 5, n. 1, 2017. Disponível em:
<http://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/eletronica/article/view/546-558>.
Acesso em: 16 out. 2018.

SILVA, M. R. B. *et al.* Por que elas não usam? um estudo sobre a não adesão das adolescentes aos métodos contraceptivos e suas repercussões. **Saúde em Redes**, v. 1, n. 4, p. 75-83, 2016. Disponível em:
<http://revista.fagoc.br/index.php/saude/article/view/251>. Acesso em: 16 out. 2018.

WEEKES, C.V.; HAAS, B. K.; GOSSELIN, K. P. **Expectations and self-efficacy of African American parents who discuss sexuality with their adolescent sons: an intervention study. Public Health Nurs.** 31(3):253-61. 2014. Disponível em:
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24117865>. Acesso em: 16 out. 2018.

ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO EM UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: PERCEPÇÃO ENFERMEIROS E USUÁRIOS

AUTORAS:

Nathalia Raysa Freitas Duarte

Márcia Cunha da Silva Pellense

RESUMO: Avaliar o processo de Acolhimento com classificação de risco em Unidades de Urgência e Emergência na percepção dos enfermeiros e usuários. Trata-se de uma revisão de literatura do tipo integrativa, realizada no período de Fevereiro à Outubro de 2018, onde foram feitas pesquisas através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS): nas bases de dados: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e pelo Banco de Dados em Enfermagem: Bibliografia Brasileira (BEDENF), bem como em manuais do ministério da saúde. Diante da análise de dados foi percebido que a implementação do Acolhimento com Classificação de Risco em Unidades de Urgência e Emergência foi fator contribuinte para manter a organização dos setores, descongestionamento das filas de espera, além da diminuição de possíveis complicações em pacientes considerável graves. Conclui-se que houve avanços significativos após a implementação dos protocolos de Acolhimento de Classificação de Risco, porém há ainda falhas no sistema diante da percepção dos enfermeiros e usuários.

Palavra-chave: Acolhimento. Triage. Enfermagem em Emergência.

INTRODUÇÃO: É crescente a demanda de usuários aos serviços de urgência e emergência no Brasil, por serem instituições portas abertas para qualquer tipo de situação, que acolhem principalmente pacientes que apresentam agravos clínicos agudos, mas também não podendo negar atendimento aos baixos críticos, o que gera uma superlotação das unidades e conseqüentemente um tempo de espera maior dos usuários. (DURO; 2017). Em busca de manter as unidades organizadas e prover atendimentos de acordo com a necessidade de cada paciente, o Ministério da Saúde lança em 2004a Política Nacional de Humanização (PNH), o HumanizaSUS, que trouxe com si a priorização de um atendimento qualificado, trazendo como instrumento inicial o processo de acolhimento. (BRASIL, 2004). O Acolhimento é uma diretriz fundamental da PNH que visa uma relação ética e humanitária entre os profissionais e os usuários, o que influencia em uma escuta qualificada, e uma resposta imediata de acordo com cada premência, o que torna um atendimento que abrange todos os níveis. (BRASIL, 2004). Assim, o HumanizaSUS traz junto com o acolhimento os protocolos de classificação de risco, que são meios de identificação precoce dos pacientes em estados mais críticos e que requerem cuidados imediatos. Esse tipo de medida foi adotada devido o excesso da demanda em unidades de urgência e emergência, como forma de organização do setor, descongestionamento da unidade e priorização dos mais graves. (BRASIL, 2004). De acordo com a Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048 de 05 de novembro de 2002, também implementada pelo Ministério da Saúde, que dispõe a importância de organizar os

atendimentos e setores de urgência e emergência, fornecendo um acolhimento qualificado através do contato inicial com o paciente, sabendo diferenciar as urgências maiores das demais urgências (moderada a leve). (BRASIL, 2002). O processo de classificação de risco é uma etapa fundamental no atendimento em redes de urgência e emergência, pois tem por objetivo identificar precocemente fatores clínicos, visto que o tempo de espera pode influenciar em complicações mais graves, sequelas irreparáveis e risco iminente de morte aos pacientes considerável graves. (INOUE et al; 2015). De acordo com os protocolos estabelecidos pela PNH o processo classificatório parte diante do grau de complexidade avaliado de acordo com cada paciente, individualmente. Os protocolos são baseados em quatro divisões: Vermelho: referente às emergências, Amarelo: referentes às urgências, Verde: pacientes de menor urgência e Azul: pacientes não urgentes. (BELLUCCI JÚNIOR; J. A. et al. 2015). Visto que é um protocolo exercido unicamente pelo enfermeiro, é importante que haja um vínculo entre o profissional e o usuário, para que o profissional forneça a segurança necessária ao paciente, promovendo a garantia do acesso ao serviço e orientações prestadas sobre qualquer dúvida precisa. (MENDES et al., 2018). Diante todos os avanços para melhoria de direcionamento e gestão dessas unidades, e apesar de ser um tema bastante visto, mas ainda desconhecido pela maioria da população, fator contribuinte para a superlotação das unidades, pois casos que poderiam procurar unidades de baixa complexidade recorrem a essas unidades para resolver o paliativo. O presente estudo busca prover orientações acerca do processo de Acolhimento com Classificação de Risco. A motivação do estudo deu-se a partir de um dos autores ter passado pelo setor de classificação de risco, durante seu estagio de enfermagem, vendo claramente a importância desse setor, visto que por mais que seja uma unidade de pronto atendimento onde acolhe pacientes em situação de urgência e emergência, existe também pacientes com quadros e sintomas leves no qual não se deve negar atendimento, por isso a importância da ordem de prioridades. Para tanto, o presente estudo busca responder a seguinte questão norteadora: Quais as percepções dos enfermeiros e usuários frente ao processo de Acolhimento com Classificação de Risco em Unidades de Urgência e Emergência? Para expandir as discussões a respeito do tema, foi realizado este estudo com o objetivo de avaliar o processo de Acolhimento com Classificação de Risco em Unidades de Urgência e Emergência. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão do tipo integrativa, que caracteriza como um método que possibilita e envolve a análise de diferentes estudos, oportunizando fatos baseados em evidências. A pesquisa incluiu a análise de artigos relevantes e coletas de dados que deram suporte para a tomada de decisão. Com o intuito de responder a questão norteadora: 'Quais as percepções dos enfermeiros e usuários frente ao processo de Acolhimento com Classificação de Risco em Unidades de Urgência e Emergência?'. Realizou-se a busca de materiais de Fevereiro à Outubro de 2018. A busca dos artigos ocorreu através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS): nas bases de dados: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e pelo Banco de Dados em Enfermagem: Bibliografia Brasileira (BEDENF), bem como em manuais do ministério da saúde. Foram utilizados os

seguintes descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Acolhimento, Triage, Enfermagem em Emergência. E para o processo de refinamento da seleção dos artigos foram utilizados o operador booleano “AND” e “OR”, combinados na seguinte forma: Acolhimento and Enfermagem em emergência que resultou em uma busca de 12 artigos, Triage and Enfermagem em emergência que resultou em 7 artigos e Triage or Acolhimento que resultou em 1 artigo, tendo como total o número de 20 artigos. Após a leitura dos textos foram excluídos 9 artigos que fugiram da temática. Para o processo de análise crítica dos artigos, realizou-se leitura completa com as respectivas sínteses, tendo como o critério de inclusão: textos completos e de livre acesso, disponíveis em Língua Portuguesa, que compartilhassem da temática e objetivo do estudo. E quanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados, em forma de resumos e carta ao editor. Os dados utilizados neste estudo foram devidamente referenciados, respeitando os princípios éticos e legais e mencionando cada um dos autores e suas demais fontes de pesquisa.

RESULTADO E DISCUSSÃO: PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO EM SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA:

A classificação de risco em unidades de urgência e emergência diz respeito à avaliação do estado clínico geral do paciente, possibilitando identificar precocemente pacientes que requer cuidados imediatos através do processo de acolhimento, evitando possíveis riscos de agravos ao usuário. (DURO *et al.*, 2017). Esse processo se dar principalmente através da escuta qualificada, uma boa anamnese e uma importante etapa do exame físico: A inspeção. O que permite a coleta de importantes dados clínicos e queixas relevantes ao paciente, concluindo o processo e classificando cada paciente de forma isolada e mediante aos protocolos estabelecidos pela PNH. (HERMINDA *et al.* 2017). Os protocolos implementado em 2003 pelo Ministério da Saúde, dispõe sobre as etapas do processo de classificação de risco, onde o pacientes que requer cuidados imediatos, sem tempo de espera, é classificado como vermelho, pacientes críticos ou semicríticos que necessita de atendimento o mais breve possível são classificados como amarelo. Além disso, têm os pacientes que são prioridades não urgentes, que podem aguardar até 30 minutos para iniciar atendimento, avaliados em verde, e ainda, pacientes classificados como azuis aqueles casos de consultas de baixa complexidade. (BRASIL; 2004). No que diz respeito à classificação é importante ressaltar que existem padrões de alterações de alguns Sinais Vitais (SSVV) que podem ser fundamentais para a tomada de decisão do atendimento, sinais que devem ser avaliados logo no acolhimento e interpretado pelo enfermeiro no processo de classificação, como a alteração da pressão arterial, alteração na frequência respiratória, na elevação brusca de temperatura e na alteração da Saturação. (SILVA *et al.*, 2014). Nessa perspectiva, é importante o enfermeiro ter um bom conhecimento teórico e prático referente aos protocolos, que o permita identificar e diferenciar cada caso, para isso é observadas algumas alterações que possibilita o trabalho. É importante saber que a alteração dos Sinais Vitais é considerada um forte agravado, pressão arterial muito elevada ou diminuída é um despertar para possíveis complicações. (SILVA *et al.*, 2014). Alguns casos, como pacientes com perfurações no peito, abdômen ou cabeça que correm risco de perda elevada de sangue, podendo provocar um quadro grave de choque hipovolêmico,

pacientes com traumatismo craniano encefálico, politraumatizados ou casos de queimaduras acima de 25% da superfície corporal são casos que são encaminhados imediatamente para sala de emergência, pois são pacientes que apresentam risco iminente de morte. (BRASIL; 2004). Segundo Silva *et al.* (2014), Os pacientes que devem ser avaliados pelo médico no período máximo de 30 minutos após a classificação de cor amarela são pacientes que além dos sinais vitais alterados, apresentam nível de consciência rebaixado, quadro de cefaléia, dor torácica, podem apresentar ainda febre e dispnéia. Esses pacientes devem ser atendidos com urgência, pois podem evoluir para complicações mais graves. Pessoas com idade superior a 60 anos, gestantes, portadores de deficiência física são pessoas que são atendidos com prioridades em atendimentos ou lugares que não seja setores de urgência e emergência. Nesses setores esses casos são pacientes que se não tiver sinais vitais ou queixas que demonstre casos maiores, são atendidos como pessoas capazes de aguardar sem que haja um agravo efetivamente clínico da sua patologia. (BRASIL; 2004). Aos pacientes que são de baixa complexidade e que sua situação é resolvida em Unidades Básicas de Saúde, ainda sim é feito o acolhimento, o processo de classificação, com a escuta qualificada, e toda a atenção ao paciente, sem negar atendimento e negligenciar qualquer situação, é feita a orientação e prestado toda assistência. (INOUE *et al.* 2015).

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) traz na Resolução 423/2012 no artigo 1º à privatização do processo de classificação de risco em serviços de urgência sendo privativa do enfermeiro, não podendo ele delegar tal atividade para nenhum outro membro de sua equipe. (BRASIL; 2012). Nessa perspectiva, o enfermeiro se torna o agente fundamental na organização e no fluxo de atendimento das unidades, pois ele é o contato direto com o paciente, no qual definirá o nível e a ordem de prioridade de cada paciente, cabendo a ele acolher e orientar o paciente de acordo com sua necessidade. (BELLUCCI JÚNIOR *et al.*, 2015). Sabemos que vários fatores estão associado a qualidade desse atendimento, não só o enfermeiro, pois a falta de estruturas das unidades, a falta de recursos e materiais, além da incompreensão do doentes que muitas vezes não entende o processo classificatório. (MARCONATO; MONTEIRO, 2017). É claro que a estrutura física se torna inadequada diante da grande demanda do sistema atual, apesar dos pacientes classificados como azuis serem orientados a procurarem serviços de baixa complexidade, como as unidades básicas de saúde, ainda existe essa falta de compreensão para muitos que continuam a procurar serviços de urgência e emergência (INOUE *et al.*, 2015). Diante disso o enfermeiro deve prover ações que assegure a segurança dos usuários, bem como o direito de atendimento, disponibilizarem um ambiente agradável, assim como ofertar privacidade. Considerando ainda que todo o paciente tenha direito a presença de um acompanhante. (HERMINDA *et al.* 2017). Herminda *et al.* (2017), diz que um dos fatores considerável relevante para um bom desempenho de um enfermeiro classificador é a experiência profissional, sendo o processo de classificação de risco um processo amplo, que requer um conhecimento teórico e prático fundamental, por isso a importância de uma educação continuada para os profissionais da área. Outro

fator contribuinte para que o processo de classificação de risco seja eficaz é que haja um trabalho multidisciplinar, pois a classificação é feita unicamente pelo enfermeiro, mas as outras etapas são realizadas pelos outros profissionais da saúde. Por isso a importância de uma comunicação clara e precisa para que aconteça um trabalho mais seguro. (DURO *et al.* 2017). Outro fator que afeta diretamente na prática do enfermeiro classificador é a não compreensão dos usuários, de não saber o processo de classificação de risco e de não entender os protocolos estabelecidos pela PNH. Com isso surge a dificuldade de entender as prioridades e as ordens do atendimento. (DURO *et al.* 2017). Diante do exposto o enfermeiro deve ter a liberdade e autonomia para expor os protocolos e explicar a situação evitando conflitos maiores com os usuários Sabendo que a maioria que procura atendimento são pacientes leigos, que não conhecem a política, e que estão em situações de estresse e vulnerabilidade. (DURO *et al.*, 2017).

A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS AOS SERVICOS PRESTADOS: A grande parte da população que frequenta unidades de urgência e emergência reclama da superlotação dos setores, consequentemente de um tempo de espera maior, certa vulnerabilidade e a falta de um espaço receptivo, onde forneça privacidade ao serviço prestado. (MORENO *et al.* 2018). Uma das frequentes queixas acerca dos usuários se diz respeito à falta de informação e orientação a população durante o fluxo do atendimento em relação ao processo de acolhimento e classificação de risco. Já que são população que desconhece as diretrizes. (GUEDES; HENRIQUE; LUMA; 2013). Existiu uma queixa interessante entre os pacientes atendidos nas unidades de urgência e emergência que questionaram a falta de humanização dos profissionais da área da saúde, que se explicam como a dificuldade da estrutura física, alta demanda e avanço de tecnologias. . (GUEDES; HENRIQUE; LUMA; 2013). Ademais, existe as queixas da falta de estruturas, falta de recursos e materiais, meios de entretenimentos, que não cabe só aos profissionais da saúde mudar esse quadro, e sim aos órgãos competentes resolver tal situação. (MORENO *et al.*, 2018). De acordo com Oliveira *et al.*(2017) Os usuários assumem que o processo de classificação de risco torna o atendimento mais eficaz, principalmente para paciente com maior grau de risco, onde o tempo é fundamental para que não haja maiores complicações. Com isso, os usuários apresentam maior discernimento em relação aos pacientes classificados com vermelho e amarelo. Apesar do exposto, ainda é notório que exista certa dificuldade por parte de alguns de entender sua classificação clínica, ao ser comparada com as demais, mesmo sabendo que a avaliação é feita de forma individual e pela soma do acolhimento, que não consiste apenas ao que o paciente se queixa, mas a associação com seus sinais vitais e sintomas apresentados. (OLIVEIRA *et al.*, 2017). Talvez o motivo pelo qual os pacientes classificados como verde e azul não concordem com o processo classificatório, visto que seriam problemas resolvidos em serviços de baixa complexidade, mas que mesmo procurando os serviços de urgência e emergência o atendimento não deve ser negligenciado. (OLIVEIRA *et al.*, 2017). Com isso nota-se que o processo de classificação de risco ainda não é bem aceito por uma grande parcela dos usuários, visto que muitos não têm conhecimento dos protocolos e diretrizes estabelecidos pela PNH. E que pra muitos o sistema só é válido para os casos emergenciais, não

sendo totalmente eficaz para o atendimento aos pacientes baixos críticos (OLIVEIRA *et al.*, 2017). **CONCLUSÃO:** O estudo contribuiu para que houvesse uma análise das percepções dos enfermeiros e usuários diante da acolhimento com classificação de risco em unidade de urgência e emergência. E notou-se que o sistema contribuiu para avanços significativos em relação aos atendimentos. Porém, ainda é um processo falho e que deixa lacunas. É preciso que haja uma comunicação efetiva entre os profissionais e usuários, afim de que sobrevenha medidas de controle da atual situação. O vínculo entre ambas partes permite passar para a população conhecimento acerca dos outros tipos de redes de atenção à saúde (RAS), o que permitiria uma diminuição das excessivas demandas que compõe as unidades. A comunicação também é preciso para que se obtenha um atendimento eficiente e humanitário, saber que a escuta qualificada é o maior requisito do processo de acolher. Identificando precocemente os casos ditos graves, reduzindo o número de mortes, sequelas e tempo de internação prolongada do paciente. Os outros fatores mencionados como a falta na estrutura, na recepção e não escassez de materiais é um processo mais complexo, que envolve não só a participação dos enfermeiros e usuários, mais ainda esferas governamentais. Com tudo, o processo de acolhimento com classificação de risco em unidade de urgência e emergência vem sendo implementado fazendo sua principal função, de priorizar as urgências maiores das demais urgências. É um processo recente, ainda falho, mas imprevisível em redes de urgência e emergência.

REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2048, de 5 de novembro de 2002.**

Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html.

Acesso em: 16 fev. 2018.

_____. Ministério da Saúde. **Acolhimento com avaliação e classificação de risco.** Brasília, 2004. Disponível em:

https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.saude.sp.gov.br/resources/humanizacao/biblioteca/pnh/acolhimento_com_avaliacao_e_classificacao_de_risco.pdf&ved=2ahUKEwj6p6_a6qbbAhWGIJAKHbt6DI8QFjAAegQICRAB&u sg=AOvVaw2WWTCwZd_CJ6OTPSuWdgXD. Acesso em: 16 fev. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Resolução COFEN nº 423/2012, de 15 de Fevereiro de 2012. Dispõe sobre a participação do Enfermeiro na Atividade de Classificação de Riscos. *In: Conselho Federal de Enfermagem* [legislação na internet]. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-n-4232012_8956.html. Acesso em: 23 set. 2018.

DURO, C. L. M.; LIMA, M. A. D. S.; WEBER, L. A. F. Opinião de enfermeiros sobre classificação de risco em serviços de urgência. **REME – Rev Min Enferm.** 21: e-

1062, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/174045>. Acesso em: 16 fev. 2018.

GUEDES; M. V. C.; HENRIQUES; A. C. P. T.; LIMA; M. M. N. Acolhimento em um serviço de emergência: percepção dos usuários. **Rev Bras Enferm**, v.66, n.1, p. 31-7, Brasília, jan./fev. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v66n1/v66n1a05.pdf>. Acesso em: 23 set. 2018.

HERMIDA; P. M. V.; NASCIMENTO; E. R. P.; ECHEVARRÍA-GUANILO; M. E. *et al.* Acolhimento com classificação de risco em unidade de pronto atendimento: estudo avaliativo. **Rev Esc. Enferm USP**, 52: e-03318, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-220X2017001303318>. Acesso em: 23 set. 2018.

INOUE, K. C.; MURASSAKI, A. C. Y.; JÚNIOR; J. A. B. *et al.* Acolhimento com classificação de risco: Avaliação da estrutura, processo e resultado. **Rev. Min. Enferm**, v.19, n.1, 13-30, jan./mar. 2015. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/982>. Acesso em: 16 fev. 2018.

INOUE; K. C.; BELLUCI JÚNIOR; J. Aparecido; PAP; M. A. *et al.* Avaliação da qualidade da Classificação de Risco nos Serviços de Emergência. **Acta Paul Enferm**. v.28, n.5, p.420-425, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0194201500071>. Acesso em: 16 fev. 2018.

BELLUCI JÚNIOR, J. A. ; VITURI, D. W.; VERSA; G. L. G. S. *et al.* Acolhimento com classificação de risco em serviço hospitalar de emergência: Avaliação do processo de atendimento. **Rev Enferm UERJ**, 23(1) 82-7, Rio de Janeiro, jan./fev. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2015.4976>. Acesso em: 16 fev. 2018.

MARCONATO; R. S.; MONTEIRO; M. I. Risk classification priorities in an emergency unit and outcomes of the service provided. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. 25:e2974, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692017000100407&lng=pt&nrm=iso&tling=pt. Acesso em: 23 set. 2018.

MENDES; T. J. M.; SILVEIRA; L. M.; SILVA L. P. *et al.* Associação entre o acolhimento com classificação de risco, desfecho clínico e o score mews. **REME – Rev Min Enferm**. 22: e-1077, 2018. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=33244&indexSearch=ID>. Acesso em: 23 set. 2018.

MORENO; E. C. S. G.; SANTOS; F. M.; MARINHO; D. D. T. *et al.* Acolhimento com classificação de risco em um hospital da rede pública: percepção dos usuários. **Revista Saúde e Pesquisa**, v. 11, n. 1, p. 89-97, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.177651/1983-1870.2018v11n1p89-97>. Acesso em: 23 set. 2018.

OLIVEIRA; J. L. C.; GATTI; A. P.; BARRETO; M. S. Acolhimento com classificação de risco: percepções de usuários de uma unidade de pronto atendimento. **Texto Contexto Enferm**, v.26, n.1, e0960014, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072017000960014>. Acesso em: 23 set. 2018.

SILVA; M. F. N.; OLIVEIRA; G. N.; PERGOLA-MARCONATO; A. M. *et al.* Protocolo de avaliação e classificação de risco de pacientes em unidade de emergência. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v.22, n.2, p.218-25, mar./abr. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692014000200218&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 23 set. 2018.

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFISSIONAIS PARA A ADEÇÃO DOS HOMENS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

AUTORAS:

Amanda Gabriela Alves Batista
Larissa dos Santos Andrade
Gabriela Camara Andrade
Renata Duarte de Moura
Maria Gabriella Pinheiro de Oliveira

RESUMO: O artigo tem como objetivo identificar, a partir das evidências científicas da literatura, os desafios enfrentados pelos profissionais e as barreiras existentes para a adesão dos homens aos serviços de saúde. Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa realizada em outubro de 2018, por meio de busca de artigos indexados nas seguintes bases eletrônicas. Para a busca foram utilizados como descritores: profissionais de saúde e saúde do homem. Foram selecionados 10 artigos, que respondiam a temática específica. O aprimoramento da busca ocorreu por meio da combinação do operador booleano AND. Os critérios de inclusão, utilizados foram: artigos acessíveis no idioma de português, texto completos, estudos realizados no período de 2014 a 2018 artigos e que contemplassem o tema em questão. Foram excluídos os estudos em idiomas estrangeiros, artigos duplicados e textos publicados antes de 2014. Os estudos demonstram que existem muitos desafios impostos para a adesão do homem aos serviços de saúde. Os resultados apontam que para a adesão do homem a um estilo de vida mais saudável é preciso que os profissionais desenvolvam ações voltadas à promoção da saúde. É necessário investir na qualificação dos profissionais de saúde para que possam dar respostas às demandas da população masculina e a ampliação do acesso, reduzindo as barreiras para o atendimento. As ações devem estar voltadas ainda à desmistificação de tabus sobre a saúde do homem. Para tanto, os profissionais precisam atuar de forma a superação do modelo hegemônico.

Palavras-chave: Saúde do Homem. Profissionais de Saúde. Atenção à Saúde.

INTRODUÇÃO: A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como uma condição de bem-estar físico, mental e social e não exclusivamente inexistência de alteração do estado de saúde e enfermidades. Sendo incluso em tal conceito o direito social, as condições de cidadania, que deve ser estabelecido para que não haja uma diferenciação de raça, de religião, ideologia política ou condição socioeconômica. Nesse aspecto, a saúde é assim apresentada como um valor coletivo, um bem de todos (OMS, 2018). A saúde masculina é uma temática pouco discutida e questionada em comparação à saúde da feminina. O adoecimento e o autocuidado são pouco prezados pelo homem. Isso porque a construção de gênero fortemente ligada a questões culturais que norteiam as concepções de masculinidade (MOREIRA, 2014). A maneira como os serviços de saúde estão organizados influencia sobremaneira a inserção do homem neste meio. Percebe-se também a falta de estratégias na atenção básica voltadas ao público masculino que

estejam relacionadas à prevenção de agravos e à promoção de saúde. Desta forma, é essencial sensibilizar os profissionais de saúde, para que possam dar respostas as demandas específicas deste público (MOREIRA, 2014). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016, os homens possuem em média menos 7,1 anos de vida do que as mulheres. Enquanto as mulheres possuem expectativa de vida de 79,3, os homens chegam a 72,2 anos, com cerca de 68% das mortes entre 20 e 59 anos de óbitos masculinos (IBGE, 2016). A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) foi instituída pelo Ministério da Saúde, através da Portaria GM/MS nº 1944, em 27 de agosto de 2009. Essa política busca ofertar ações de promoção à saúde do homem, promovendo a melhoria dessas condições em contextos socioculturais e político-econômicos. Para tanto, preconiza a população masculina de 20 a 59 anos. Ela aborda 5 eixos temáticos importantes que devem ser implementados na AB para uma maior adesão aos serviços, que são: Acesso e Acolhimento; Saúde Sexual e Reprodutiva; Paternidade e Cuidado; Doenças prevalentes na população masculina e Prevenção de Violências e Acidentes (OMS, 2018). Diante disso, observa-se uma grande demanda de discussões que envolvem o processo saúde-doença na população masculina. Os desafios que os profissionais de saúde e gestores enfrentam apontam para a necessidade de reconhecimento dos agravos à saúde do homem. Entende-se que há uma resistência masculina na procura pelos serviços de saúde, particularmente da atenção básica que é o serviço de saúde primário (CAVALCANTI *et al.*, 2014). Partindo desses pressupostos, o artigo tem como objetivo identificar, a partir das evidências científicas da literatura, os desafios enfrentados pelos profissionais e as barreiras existentes para a adesão dos homens aos serviços de saúde. A motivação para a escolha do tema está relacionada a necessidade de aquisição de conhecimentos que contribuam para aprimorar as competências profissionais voltadas ao cuidado integral à saúde da população masculina. Pretende-se que o estudo possa contribuir socialmente para compreensão dos profissionais de saúde e da população masculina para a superação dos obstáculos enfrentados.

METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa, realizada a partir das seguintes etapas: 1) seleção da pergunta de pesquisa; 2) definição dos critérios de inclusão de estudos; 3) representação dos estudos apresentados em formato de tabela; 4) análise crítica dos achados; 5) interpretação dos resultados e 6) apresentação das evidências encontradas. A coleta de dados foi realizada em outubro de 2018, por meio de busca de artigos indexados nas seguintes bases eletrônicas: Literatura Latino-Americana de Ciências de Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Foram selecionados estudos publicados no período compreendido entre 2014 a 2018. Para a busca foram utilizados como Descritores em Ciência da Saúde (DeCS): profissionais de saúde e saúde do homem. Inicialmente foram encontrados 2.415.740 artigos, entretanto, após a filtragem e refinamento foram selecionados 10 artigos, que respondiam a temática específica. O aprimoramento da busca ocorreu por meio da combinação do operador booleano AND. Os critérios de inclusão, utilizados foram: artigos acessíveis no idioma de português, texto completos, estudos realizados no período de 2014 a 2018 artigos e que contemplassem o tema em questão. Foram excluídos os estudos em idiomas estrangeiros, artigos duplicados e textos publicados antes de 2014.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: os estudos demonstram que existem muitos desafios impostos para a adesão do homem aos serviços de saúde. Os achados apontam

para três categorias: o próprio usuário, os profissionais de saúde e os serviços de saúde (MOREIRA, 2014).

FIGURA 1 - Dificuldades existentes.

Categorias	Subcategorias
Homem	Dificuldade na adesão do atendimento na Atenção Primária.
	Automedicação.
	Déficit no autocuidado e mitos sobre a Masculinidade / Machismo
	Ausência no atendimento.
	Reorganização do horário de trabalho para aderir hábitos saudáveis.
Profissionais da saúde	Déficit na capacitação sobre a saúde do homem.
	Déficit de conhecimento sobre a PNAISH.
Dos serviços	Incompatibilidade dos horários com as atividades laborais.
	Excesso de demandas na atenção básica.
	Não estão organizados no acolhimento ao homem.

Fonte: BRASIL, 2014.

FIGURA 2. Mortalidade masculina na faixa etária de 20 a 59 anos em 2014 e Internação masculina na faixa etária de 20 a 59 anos, Brasil, 2015.

Mortalidade	Morbidade
Em 2014, ocorreram 361.577 óbitos na faixa etária de 20 a 59 anos no Brasil. Analisados por sexo. • 68% dessas mortes foram em homens. • 38% foi a maior proporção desses óbitos na faixa etária de 50 a 59 anos.	Em 2015, foram realizadas 5,9 milhões de internações no Sistema Único de Saúde na faixa etária de 20 a 59 anos no Brasil. • 51% dessas internações foram entre os homens. • Onde 30% foram na faixa etária de 50 a 59 anos.
Entre os óbitos por causa externas a principal causa destacam-se mortes devido a agressão por meio de disparo de outra arma de fogo ou de arma não especificada, com 29.297 óbitos. • 95% desses óbitos ocorreram em homens. • 54% ocorreram na faixa etária 20 a 29 anos.	A principal causa são internações por traumatismo intracraniano, com 60.033 hospitalizações. • 82% dessas internações ocorreram em homens. • Onde 31% foram na faixa etária entre 20 a 29 anos.
A segunda causa destaca-se as mortes por Infarto Agudo do Miocárdio (IAM), com 22.310 óbitos. • 70% desses óbitos ocorreram em homens. • 61% ocorreram na faixa etária de 50 a 59 anos.	A segunda causa são as internações, por Hérnia inguinal com 65.200 hospitalizações. • 86% dessas internações foram entre os homens. • Onde 36% foram na faixa etária entre 20 a 29 anos
A terceira causa destacam-se óbitos por neoplasia maligna dos brônquios e dos pulmões, com 6.365 óbitos. • 54% dessas mortes ocorreram em homens. • 77% ocorreram na faixa etária de 50 a 59 anos.	A terceira causa são internações causadas por Infarto Agudo do Miocárdio, com 40.780 hospitalizações. • 69% dessas internações foram entre os homens. • Onde 64% ocorreram na faixa etária entre 50 a 59 anos.

Mortalidade	Morbidade
A quarta causa destaca-se óbitos por doença alcoólica do fígado, com 7.269 óbitos. • 88% dessas mortes ocorreram em homens. • 44% ocorreram na faixa etária 50 a 59 anos.	A quarta causa são internações destacam-se por doenças decorrentes a infecção pelo vírus HIV, com 30.185 hospitalizações. • 65% dessas internações ocorreram em homens. • Onde 35% ocorreram em homens na faixa etária de 30 a 39 anos.
A quinta causa destaca-se óbitos por doença pelo HIV, resultantes de doenças infecciosas e parasitas, com 8.162 óbitos. • 67% desses óbitos ocorreram em homens. • 34% ocorreram na faixa etária de 40 a 49 anos.	A quinta causa são as internações por pneumonia, com 125.420 hospitalizações. • 4% dessas internações ocorreram em homens. • onde 37% ocorreram na faixa etária de 50 a 59 anos.

Fonte: Autoria própria, 2015.

Em relação a procura do homem aos serviços de saúde percebe-se que o homem procura os serviços de saúde, na maioria das vezes, na presença uma situação grave, dando preferência a prontos-socorros, pronto-atendimentos, muitas vezes se automedicando, visto que nesses serviços são atendidos de forma pontual e rápida. Desta forma, acreditam que esse tipo de atendimento irá surtir efeito terapêutico imediato (MOREIRA, 2014). No âmbito da atenção básica, os profissionais sentem grande dificuldade em captar esse público e reconhecem a incompatibilidade de horários. Aliado a isso, muitos profissionais ainda desconhecem as ações preconizadas pela Política Nacional de Atenção Integral da Saúde do Homem (PNAISH), ocasionada pelo déficit das ações de educação permanente (MOREIRA, 2014). Em relação a não adesão dos homens aos serviços básicos de saúde, percebe-se que ela está diretamente relacionada a questão de horários. Seja ela no próprio serviço de saúde no qual não oferta horários flexíveis e também não atendem os finais de semana como também do próprio horário dos usuários. A procura pelos serviços acaba ocasionando a perda de um dia de trabalho para marcar uma consulta, e mais outro dia para que esse paciente possa ser atendido (MOZER, 2014). Como os serviços de saúde não são preparados para atendê-los eles acabam não indo a outros serviços. É necessário adequar horários e ampliar os atendimentos em finais de semana. Geralmente o medo de descobrir alguma doença grave também faz os homens se ausentarem. Quando precisam usar medicamentos não seguem o tratamento regularmente, muitas vezes se automedicando por confiarem em seus conhecimentos empíricos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018). As publicações evidenciam que o público masculino recorre a farmácias, pronto-socorro e pronto-atendimentos, depois de passarem boa parte do

tempo com alguma dor ou desconforto. A busca por soluções rápidas para os problemas de saúde incluindo a automedicação, sem medir os riscos pode ocasionar problemas ainda mais graves a esses pacientes (MOREIRA, 2014). Os dados apontam para um auto índice de doenças associadas ao estilo de vida, pois os homens normalmente estão expostos e/ou envolvidos em acidentes de trânsito, situações de violência, e não tem o costume de ter uma boa alimentação, além de não praticam esportes regularmente. As doenças mais evidentes encontradas neste público estão relacionadas ao alcoolismo, IST/AIDS, e câncer de próstata (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018). No que se diz respeito aos profissionais percebe-se que se há um déficit sobre o conhecimento da Política Nacional de Atenção Integral da Saúde do Homem (PNAISH). Nesse sentido, as instituições de saúde devem promover a educação permanente, voltada a qualificação e reflexão sobre as práticas vigentes e a incorporação de novos conceitos sobre a temática. Importante destacar que ainda existe, por parte dos usuários, muita dificuldade em aderir aos cuidados preventivos, o que leva a crer que ainda existe um modelo hegemônico de masculinidade (MOREIRA, 2014). É inegável que vivemos em uma sociedade com viés machista e impõe certas regras quanto a comprovação da masculinidade ao homem. Nessa lógica é vedado aos homens expor em público alguns sentimentos como o choro, o medo e a ansiedade. Essa postura socialmente imposto, dificulta sobremaneira a sua adesão às medidas de prevenção e promoção da saúde, disponíveis nas unidades voltadas a atenção básica (ARAÚJO, 2014). **CONCLUSÃO:** A partir do estudo observa-se que para o auxílio da adesão do homem a um estilo de vida mais saudável é preciso que os profissionais desenvolvam de ações voltadas à promoção da saúde orientando aos pacientes a procurar os serviços para a prevenção e não apenas quando já estiver doente. Para tanto, é necessário investir na qualificação dos profissionais de saúde para que possam dar respostas as demandas da população masculina e a ampliação do acesso, reduzindo as barreiras para o atendimento. As ações devem estar voltadas ainda à desmistificação de tabus sobre a saúde do homem. Para tanto, os profissionais precisam atuar de forma a superação do modelo hegemônico. Como limitações do estudo, destaca-se a escassez de artigos sobre o tema na literatura, Foi possível que esse ainda é um assunto pouco debatido. Nesse sentido, pretende-se que a estudo possa contribuir para a ampliação do debate, servindo como subsídio teórico para os profissionais de saúde.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Grayce Alencar *et al.* **O homem na atenção básica: percepções de enfermeiros sobre as implicações do gênero na saúde.** Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 607-614, dez., 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452014000400607&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 out. 2018.

ARAÚJO, Mércio Gabriel de *et al.* **Opinião de profissionais sobre a efetivação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem.** Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 682-689, dez. 2014. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452014000400682&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 out. 2018.

BARROS, Camylla Tenório *et al.* **“Mas se o homem cuidar da saúde fica meio que paradoxal ao trabalho”: relação entre masculinidades e cuidado à saúde para homens jovens em formação profissional.** *Saúde e Sociedade.*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 423-434, Junho 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902018000200423&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 out. 2018.

BATISTA, Amanda Trajano; SALDANHA, Ana Alayde Werba; FURTADO, Francisca Marina Freire. **Auto conceito masculino e auto cuidado em saúde.** *Psicologia, Saúde & Doenças*, Lisboa, v. 18, n. 3, p. 859-869, dez.,

2017. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862017000300018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **MORBIMORTALIDADE.** Masculina no Brasil. Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde www.saude.gov.br/bvs. MORBIDADE. Disponível em: <http://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/fevereiro/19/Folder---dados-de-morbimortalidade-masculina-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 9 out. 2018.

CAVALCANTI, Joseane da Rocha Dantas *et al.* **Assistência Integral a Saúde do Homem: necessidades, obstáculos e estratégias de enfrentamento.** Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 628-634, dez., 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452014000400628&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2016. **Pesquisa Nacional de Mortalidade.** Disponível em: http://ftp.ibge.gov.br/Tabuas_Completas_de_Mortalidade/Tabuas_Completas_de_Mortalidade_2016/tabua_de_mortalidade_2016_analise.pdf. Acesso em: 7 out. 2018.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes; GOMES, Romeu; RIBEIRO, Claudia Regina. **E agora o homem vem?!** Estratégias de atenção à saúde dos homens. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, e00060015, 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2016000400710&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 out. 2018.

MOREIRA, Renata Livia Silva Fonsêca; FONTES, Wilma Dias de; BARBOZA, Talita Maia. **Dificuldades de inserção do homem na atenção básica a saúde: a fala dos enfermeiros.** Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 615-621, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452014000400615&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 out. 2018.

MOURA, Erly Catarina de; GOMES, Romeu; PEREIRA, Georgia Martins Carvalho. **Percepções sobre a saúde dos homens numa perspectiva relacional de**

gênero, Brasil, 2014. Ciência Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 291-300, Janeiro 2017. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017000100291&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 out. 2018.

MOZER, Isabele Torquato; CORREA, Áurea Christina de Paula. **Implementação da Política Nacional de Saúde do Homem: o caso de uma capital Brasileira.** Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 578-585, dez. 2014. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452014000400578&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 out. 2018.

TEIXEIRA, Daiane Cristina *et al.* **Concepções de enfermeiros sobre a política nacional de atenção integral à saúde do homem.** Trabalho Educação Saúde, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 563-576, dez., 2014. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462014000300563&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 out. 2018.

A CONTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NA PROMOÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO

AUTORAS:

Larissa dos Santos Andrade
Gabriela Camara Andrade
Amanda Gabriela Alves Batista
Alexia Thiemy da Costa
Cristina Mendes
Marcia Cunha da Silva Pellense

RESUMO: Os profissionais de saúde possuem um importante papel na prática do aleitamento materno, durante o pré-natal e após esse período. É por meio de suas atividades que esses profissionais podem enfatizar e incentivar a importância da amamentação, dando todo suporte para a mãe e o bebê. Compreende-se que o leite materno possui inúmeros benefícios que vai dos seus primeiros anos de vida até a vida adulta trazendo impactos positivos. O presente estudo tem por objetivo analisar à luz da literatura, a importância dos profissionais de saúde na promoção do aleitamento materno exclusivo, bem como as ações relacionadas a essa prática. Trata-se, de uma revisão bibliográfica do tipo integrativa. A coleta de dados foi realizada em Maio de 2018 e a busca ocorreu nas principais bases de dados indexadas na Biblioteca Virtual em Saúde, utilizando os descritores: aleitamento materno e leite humano. Os resultados apontam os benefícios e os fatores que influenciam no aleitamento materno. Evidenciam ainda a importância dos profissionais de saúde nesse contexto e aponta a falta de capacitação destes como um fator determinante para a prática do aleitamento. Por fim, conclui-se que o apoio da família e dos profissionais é imprescindível para o sucesso da amamentação. Para tanto, a qualificação dos profissionais de saúde é imprescindível para dar autoconfiança e reforçar a autoestima das mulheres em relação a amamentação.

Palavras-chave: Aleitamento materno. Leite humano. Profissionais de saúde.

INTRODUÇÃO: O aleitamento materno é uma das formas mais simples, natural e segura de alimentar uma criança, desde os primeiros dias de vida, visto que existem inúmeros componentes imunológicos presente no leite materno. Essa ação é essencial para o alcance do desenvolvimento e crescimento da criança, trazendo benefícios tanto para a mãe como para o bebê, no âmbito de uma saúde física e psíquica. (SASSA *et al.*, 2014). Nesse sentido, a Organização Mundial de Saúde (OMS), recomenda que haja a amamentação deva ocorrer até os dois anos de idade ou mais. Recomenda ainda que nos primeiros 6 meses de vida do bebê, a amamentação seja exclusiva, sem adição de qualquer outro tipo de alimento como: sucos, chás, água. Após os 6 meses a alimentação deve ser complementada com outros alimentos saudáveis e de hábito da família, no intuito de estimular a criança a uma alimentação saudável futuramente. Compreende-se por Aleitamento Materno Exclusivo (AME) a alimentação da criança composta somente por leite materno, seja ele na própria mama ou ordenha, sem adição de outros alimentos, líquidos ou sólidos, exceto medicamentos (OMS, 2018). Salienta-se que são inúmeras as vantagens do leite materno, visto que estão associadas à prevenção de doenças

respiratórias, doenças crônicas, alergias e infecções, promoção do alimento completo. Além disso, não necessita de preparo e está sempre na temperatura certa. O aleitamento materno contribui para o desenvolvimento da dentição e a fala. Também proporciona para o bebê um bom desenvolvimento físico, mental e aumento da defesa imunológica e da capacidade cognitiva, reduzindo a mortalidade infantil, e estreitando o laço afetivo entre mãe e bebê. (OLIVEIRA *et al.*, 2017). No Brasil a literatura mostra que a maioria das mulheres inicia o aleitamento materno após o nascimento da criança, porém metade dessas mulheres não continuam com a amamentação exclusiva. Há vários fatores que podem influenciar na eficácia do AME, o que contribui para o desmame precoce. Dentre esses fatores destaca-se: o uso de chupetas pelos lactentes, as práticas inadequadas, a ausência do pré-natal, grau de escolaridade da mãe, nível socioeconômico, idade da mãe, trabalho materno, condições do parto, falta de incentivo ou interferência do cônjuge e de parentes, intenção da mãe de amamentar, além da desinformação da população e em especial os profissionais da saúde. (VASQUEZ *et al.*, 2015; ALMEIDA, 2014). Segundo Oliveira (2017) o motivo alegado pelas mães para o desmame precoce está relacionado a falta de orientação por parte da equipe de saúde. Face ao exposto, percebe-se a importância do profissional de saúde, especialmente o enfermeiro, na promoção do aleitamento materno, principalmente em relação à orientação correta quanto aos benefícios da amamentação, tanto a mãe quanto a família. (OLIVEIRA, *et al.*, 2017). A promoção e apoio do aleitamento podem correr conjuntamente com o enfermeiro ou qualquer profissional de saúde, tanto no pré-natal, pré-parto e nascimento, quanto durante as imunizações, teste do pezinho e retorno para a consulta de puerpério. (OLIVEIRA, *et al.*, 2017). Nessa perspectiva, o estudo tem por objetivo, analisar à luz da literatura, a importância dos profissionais de saúde na promoção do aleitamento materno exclusivo, bem como as ações relacionadas a essa prática. A motivação para a escolha o tema, se deve a inquietação das autoras em obter conhecimentos que possam contribuir para o aprimoramento de suas competências e dos demais profissionais de saúde. Dessa forma, pretende-se que o estudo contribua como subsídio científico, demonstrando a relevância dos profissionais de saúde para a prática do aleitamento materno.

METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão de literatura do tipo integrativa a qual sintetiza pesquisas sobre determinada temática, possuindo embasamento científico, com direcionamento. Para a elaboração do estudo foram seguidas as seguintes etapas: 1) Elaboração da pergunta norteadora; 2) Busca ou amostragem na literatura; 3) Coleta de dados; 4) Análise crítica dos estudos incluídos; 5) Discussão dos resultados e 6) Apresentação da revisão integrativa (SOUZA *et al.*, 2010). A coleta de dados foi realizada em Maio de 2018, cuja busca ocorreu na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), por meio das seguintes bases indexadas: Literatura Latino-Americana de Ciências de Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENf) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos (PUBMED). Foram selecionados estudos no período compreendido entre 2014 a 2018, a partir dos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS): aleitamento materno e leite humano. Para o refinamento da busca foi utilizado o operador booleano AND. Foram incluídos os artigos acessíveis no idioma português, texto completos, estudos realizados no período de 2014 a 2018 e que atendiam a temática. Foram excluídos os estudos em idiomas outros idiomas, textos publicados há mais de 5 anos e artigos incompletos. Os artigos duplicados foram

contabilizados apenas uma vez. Após a aplicação dos critérios de inclusão foram selecionados 07 artigos para a construção desta revisão. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Compreende-se que o leite materno possui inúmeros benefícios como: reduzir o risco de infecções respiratórias, gastrointestinais e urinárias, previne as alergias e a mortalidade infantil; para a mãe: diminui o risco do câncer de mama e ovário, e a osteoporose. Contribui ainda para o retorno ao peso pré-gestacional mais rápido e para diminuir o sangramento uterino pós-parto, trazendo vantagens para mãe, filho e a família, criando assim um laço afetivo maior. Nesse contexto, destaca-se a importância dos profissionais de saúde durante o período do pré-natal ao pós-natal, enfatizando e buscando orientações e estratégias que possam acolher a mãe de uma forma adequada fazendo com que a mulher adquira mais autonomia nessa prática (OLIVEIRA, 2017). Percebe-se resultados positivos quando os profissionais de saúde realizam as orientações de forma coletiva, principalmente com uma equipe multiprofissional. Isso se deve ao fato de que a educação é um importante e complexo instrumento do profissional da saúde para o cuidado, uma vez que promove uma troca de experiências maior com essas gestantes. Para tanto, as ações educativas sobre aleitamento materno realizadas pela equipe multiprofissional precisam incluir informações sobre: a pega correta, as posições que sejam mais favoráveis ao bebê, e ofertando palestras para mães. É oportuno salientar que nesse contexto, ainda existe um grande número de mães analfabetas, que residem em zonas rurais e que muitas vezes não tem o acesso e a atenção, a saúde. Nesse aspecto, as ações de caráter individual também são eficazes, sendo recomendado o recomendando o aconselhamento individual para um melhor entendimento e sensibilização das mães ao aleitamento (SILVA, 2017). Os achados na literatura também evidenciam que o contato da pele da mãe com a do bebê, na sua primeira hora de vida, favorece o aumento do tempo de amamentação, diminuindo o choro, propiciando níveis mais favoráveis de frequência cardíaca como também a frequência respiratória da criança. Nesta perspectiva, a amamentação auxilia no estabelecimento do vínculo afetivo entre a mãe e o filho (SILVA, 2017). Vários estudos relacionam o grau de escolaridade com a amamentação materna, mostrando uma maior prevalência de aleitamento entre as lactentes das mães que tem mais anos de estudo. Autores como Bbaale (2014) ressaltam que aquelas mães que estudaram menos, conseqüentemente, amamentaram seus bebês por um menor período de tempo. Em relação aos bicos artificiais os achados demonstram que o uso de chupetas é maior quando as mães têm grau de escolaridade menor. Alguns autores afirmam que mães mais jovens foram as que mais ofertaram o uso da chupeta aos seus filhos. Ainda segundo esses autores, mães com idades mais avançadas são menos influenciadas a opiniões e sugestões de familiares com relação a saúde e o tipo de alimentação que é oferecido aos seus filhos e filhas. Certamente a necessidade de uso de chupeta e de mamadeira está relacionada a fatores culturais ou familiares. Observou-se que as mães que residem na zona urbana foram as que menos ofereceram os bicos artificiais, pois foram as que mais amamentaram sob livre demanda (MONTESCHIO, 2015; DADALTO, 2018). O nível socioeconômico é um dos fatores que influenciam diretamente na duração da amamentação, uma vez que, o tempo do aleitamento é menor em pessoas da classe mais baixa. Importante ressaltar que nas populações mais pobres se verificou uma diferença no acesso e qualidade da orientação alimentar e nutricional oferecidas pelos profissionais de saúde. Percebeu-se a oferta precoce de alimentos

complementares na alimentação das crianças. Alguns autores apontam que a maior um maior risco para a interrupção do aleitamento materno é a inserção da mãe no trabalho materno fora de casa, indicando a necessidade de retorno ao trabalho (SEEHAUSEN *et al.*, 2017). Os estudos analisados demonstram, em sua maioria, que o profissional de saúde não está apto para a promoção do aleitamento materno. Tendo em vista essa falta de capacitação, as gestantes e puérperas não recebem uma orientação adequada por esses profissionais, os quais deveriam estar comprometidos com a promoção do aleitamento e aptos a fornecer informações, assim como destreza para o manejo da amamentação (ALMEIDA, 2015). Diante do cenário de dificuldades na amamentação, a orientação profissional é de fundamental importância para auxiliar as dificuldades pré-estabelecidas. O apoio dos profissionais é imprescindível para dar autoconfiança e reforçar a autoestima das mulheres em relação a amamentação. Estratégias de educação em saúde devem ser aplicadas em diversos momentos, tais como: no pré-natal, na sala de parto, no alojamento conjunto e no puerpério. Essas informações e orientações devem ser ampliadas à rede de apoio familiar, tendo em vista que uma mãe que não amamenta com facilidade pode apresentar uma baixa autoestima e perda da autoconfiança, tornando-se suscetível à pressão de familiares, sociais e emocionais. Outro fato contribuinte para a diminuição do aleitamento é o incentivo por parte materno para as mães iniciantes e principalmente as adolescentes, que se tornam menos propensas a sustentar a amamentação (ALMEIDA, 2015). Conclui-se ainda que as mães sofrem várias influências sobre a decisão de amamentar, como déficit de conhecimento e motivação, uso fórmulas infantis que facilita e torna mais prático, dentre outras, e embora os profissionais de saúde estejam dispostos a dar apoio, se deparam com a falta de tempo e de recursos para tal prática (ALMEIDA, 2015).

CONCLUSÃO: Percebe-se que são vários os motivos que afetam a amamentação exclusiva. Eles incluem desde acesso às consultas do pré-natal, grau de escolaridade das gestantes, vida socioeconômica até a falta de capacitação profissional. Esses obstáculos são decisivos para a prática ou não do aleitamento materno. Ao longo do estudo, evidenciou-se ainda, que as orientações realizadas pelos profissionais de saúde são primordiais para o sucesso da amamentação. Assim sendo, é de suma importância sensibilizar as gestantes quanto aos benefícios que o leite humano proporciona ao lactante e puérpera. Deste modo, cabe aos profissionais da saúde encorajar as gestantes quanto a prática do aleitamento. Também é importante que não aconteça falha na promoção, pois se ela acontece de forma efetiva desde início das consultas de pré-natal o risco do abandono ao aleitamento irá ser menor. Oportuno destacar que a participação da família da parturiente nas consultas pré-natal faz com que a mulher se sinta acolhida e segura. A capacitação dos profissionais de saúde, para a mudança de práticas também é de grande relevância, visto que ela proporciona maior interesse destes em trabalhar com a comunidade. Acredita-se que, além da qualificação profissional, o acesso às unidades de saúde deve ser facilitado para que as gestantes busquem o atendimento. O estudo buscou contribuir, na perspectiva de apontar meios para superar os problemas que levam à interrupção do aleitamento materno. Pretende-se que o estudo tenha contribuído para intervir de alguma forma para uma redução do abandono da amamentação e para o incentivo ao aleitamento exclusivo até os seis meses.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jordana Moreira; LUZ, Sylvana Araújo; UED, Fábio Veiga. Apoio ao aleitamento materno pelos profissionais de saúde: revisão integrativa da literatura. [S.l.]: **Revista Paulista de Pediatria**. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpp/v33n3/0103-0582-rpp-33-03-0355.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

BBAALE, Edward. Determinants of early initiation, exclusiveness, and duration of breastfeeding in Uganda. [S. l.]: **Journal of Health Population Nutrition**., 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25076662>. Acesso em: 29 maio 2018.

COCA, Kelly Pereira *et al.* **Conjunto de medidas para o incentivo do aleitamento materno exclusivo intra-hospitalar: evidências de revisões sistemáticas**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/2018nahead/0103-0582-rpp-2018-36-2-00002.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

DADALTO, Elâine Cristina Vargas; ROSA, Edinete Maria. Conhecimentos sobre benefícios do Aleitamento Materno e desvantagens da chupeta relacionados à prática das mães ao lidar com recém-nascidos pré-termo. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 399-406, Dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822017000400399&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 maio 2018.

MONTESCHIO, Caroline Aparecida Coutinho; GAIVA, Maria Aparecida Munhoz; MOREIRA, Mayrene Dias de Sousa. O enfermeiro frente ao desmame precoce na consulta de enfermagem à criança. **Revista Brasileira de Enfermagem**., Brasília, v. 68, n. 5, p. 869-875, Out. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672015000500869&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 maio 2018.

OLIVEIRA, Camila Martins *et al.* Promoção do Aleitamento Materno: intervenção educativa no âmbito da Estratégia de Saúde da Família. [S.l.]: **Revista Enfermagem Revista**, 2017. v. 20, n. 2. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/enfermagemrevista/article/view/16326/12418>. Acesso em: 29 maio 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Unicef. **Aleitamento materno**. 2018. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/activities_10003.htm. Acesso em: 27 maio 2018.

SASSÁ, Anelize Helena *et al.* Bebês pré-termo: aleitamento materno e evolução ponderal. [S.l.]: **Revista Brasileira de Enfermagem**. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v67n4/0034-7167-reben-67-04-0594.pdf>. Acesso em: 27 maio 2018.

SEEHAUSEN, Mariana Pujól von *et al.* Fatores associados ao aleitamento cruzado em duas cidades do Sudeste do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 4, e00038516, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017000405016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 maio 2018.

SERVA, Vilneide Braga. Aleitamento materno: um guia para pais e familiares. Recife: **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, 2002. v. 2, n. 3, p. 327. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v2n3/17104.pdf>. Acesso em: 27 maio 2018.

SILVA, Cristianny Miranda *et al.* **Práticas educativas segundo os “Dez passos para o sucesso do aleitamento materno” em um Banco de Leite Humano**. Belo Horizonte: Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n5/1413-8123-csc-22-05-1661.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

SOUZA, Marcela Tavares, SILVA, Michelly Dias, CARVALHO, Rachel. Revisão Integrativa: o que é e como fazer. **Eisten**, 2010, p. 102-106. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf. Acesso em: 18 set. 2018.

VASQUEZ, Jamila; DUMITH, Samuel C.; SUSIN, Lulie Rosane Odeh. Aleitamento materno: estudo comparativo sobre o conhecimento e o manejo dos profissionais da Estratégia Saúde da Família e do Modelo Tradicional. Recife: **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v15n2/1519-3829-rbsmi-15-02-0181.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

A EFETIVIDADE DAS CAMPANHAS DE IMUNIZAÇÃO NO COMBATE DA INFLUENZA H1N1- UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

AUTORAS:

Monnally Santos Ramos
Karoline Karen Gomes de Souza
Renata Duarte de Moura
Geovana Santos Araujo
Maria Gabriella Pinheiro de Oliveira
Marcia Cunha da Silva Pellense

RESUMO: As estratégias norteadoras das campanhas de imunização têm como expectativa uma redução na mortalidade, nas complicações e nas internações decorrentes das infecções pelo vírus da influenza H1N1. O estudo busca analisar as evidências disponíveis sobre o impacto das campanhas vacinais no combate da doença. Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada em maio de 2018, por meio de busca nas bases de dados eletrônicas. Dentre os critérios de elegibilidade estabelecidos destacam-se os estudos que avaliaram a efetividade das campanhas no enfrentamento do vírus em idosos, gestantes e crianças. Nesse aspecto foram selecionados 10 artigos para compor essa revisão. Os principais achados apontam para a falta de conhecimento dos profissionais e dos pacientes no entendimento sobre a eficácia da vacina e seus eventos adversos. Tal fato tem causado medo e insegurança da população dificultando ainda mais no cumprimento das metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e aumentando a probabilidade de expansão da doença. A partir dos achados, conclui-se que a vacina é segura, eficaz para a prevenção do vírus e campanhas são efetivas no combate a influenza H1N1.

Palavras-chave: Influenza humana. Vírus da influenza A subtipo H1N1. Vacinação.

INTRODUÇÃO: A Influenza humana é uma doença infecciosa causada por vírus altamente transmissível que têm se propagado em todo o mundo com frequência sazonal, que atinge cerca de 5 a 15% da população com maior prevalência em idosos, gestantes, crianças e portadores de doenças crônicas. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima-se entre 250.000 a 500.000 mortes a cada ano pela influenza (CAVALIERI; LIMA; TRAEBERT, 2016). Os vírus da Influenza A podem ser classificados de acordo com a variação e combinações de duas proteínas encontradas na sua superfície. O H1N1 e o H3N2, são os subtipos com maior circulação, porém o que causou maior impacto negativo na saúde pública foi o subtipo H1N1, considerado uma pandemia em 2009 devido ao aumento substancial no número de casos novos de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) (ORTIZ *et al.*, 2015). De acordo com Rosseto e Luna (2016) a infecção pelo vírus influenza A (H1N1) consiste em uma doença viral aguda do sistema respiratório infectocontagiosa causada pela mutação do vírus da gripe, que facilita a readaptação potencializada, tornando-o cada vez mais forte e resistente, com essa constante mutação o ser humano pode ser infectado várias vezes. Em 2009, no ápice de proliferação do vírus e aumento da incidência da doença, foram confirmados 27.850 casos no Brasil (LEITE; LEITÃO; LEITE, 2013). No ano de 2016,

observam-se novos casos de pessoas infectadas pelo vírus e os principais sintomas apresentados: febre alta, dor muscular, dor de cabeça, tosse, cansaço e em alguns casos diarreia e vômitos (BEIRIGO; PEREIRA; SILVA, 2017). Com o monitoramento da doença, surgiram recomendações advindas da OMS no que diz respeito a vacina, que foi criada por diferentes cepas do vírus Myxovirus influenza inativados, fragmentados e purificados. Nesse aspecto, a composição e concentração de antígenos hemaglutinina (HA), eles são atualizados a cada ano de acordo com indicadores epidemiológicos relacionados a doença (GOLYNSKI; MARQUES, 2010). Na tentativa de minimizar os danos causados pelo agravo, o Ministério da saúde vem investindo sistematicamente em campanhas de imunização e prevenção. No entanto, a doença ainda persiste no quadro atual da saúde pública do país (BRASIL, 2010). A política de vacinação contra a influenza que iniciou em 1999 no Brasil, adotou medidas de prevenção no controle do vírus, com a vacina sendo distribuída de maneira gratuita, seguindo um grupo de classificação de risco. A gripe está associada ao aumento do risco da mortalidade em populações vulneráveis (BÓS; MIRANDA, 2014). Para que essa política de prevenção seja eficaz, é necessário que a prática de promoção à saúde seja aplicada em conjunto. A informação entre profissionais de saúde e da população é mais uma das principais estratégias de prevenção e controle da doença, tanto para a população para conhecer informações gerais sobre medidas de proteção individuais, transmissão da doença, e principalmente conhecer sobre a vacinação. Nesse sentido, autores como Máxima *et al.* (2018), ressaltam que é imprescindível o conhecimento dos profissionais de saúde, a identificação dos grupos de risco e também do método de proteção individual e contágio da doença, como por exemplo a lavagem das mãos e a utilização correta dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). As estratégias mais utilizadas pelo Ministério da Saúde são as campanhas de imunização. A expectativa é que haja redução na mortalidade, nas complicações e nas internações decorrentes das infecções pelo vírus da influenza, na população alvo mesmo assim existe uma recusa da população na adesão às campanhas de vacinação. Vale destacar que é papel dos profissionais de saúde desenvolver tais campanhas que orientam sobre a vacina. O foco deve estar voltado para a sensibilização da população para melhor aceitação do assunto. As campanhas devem buscar esclarecer e desmistificar conceitos falsos sobre a vacina e encorajar as populações a fazerem uso da mesma (MONTELES *et al.*, 2017). A relevância do estudo justifica-se pelo aumento substancial da influenza H1N1 frente aos desafios relacionadas as políticas de saúde e as mutações do vírus, bem como o entendimento da efetividade em torno das campanhas de imunização como principal ferramenta de prevenção. O presente estudo tem como objetivo analisar, à luz da literatura, as evidências disponíveis sobre o impacto das campanhas de imunização no combate da influenza H1N1.

METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada no Portal Periódicos CAPES e na Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), nas seguintes bases de dados eletrônicas indexadas: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino-Americana do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) no período de abril e maio de 2018. Foram utilizadas as combinações dos descritores em português: “influenza humana”, “Vírus da Influenza A Subtipo H1N1”, “vacinação”, “Prevenção Primária”, “programas de imunização”. O refinamento da busca ocorreu mediante os operadores booleanos (AND e OR). Inicialmente foi realizada a leitura dos títulos e resumos de todos os artigos recuperados na busca. Foram incluídos no

estudo artigos que trataram de: 1) Influenza humana ou influenza H1N1; 2) que trataram sobre programas de imunização e prevenção primária; 3) conhecimento sobre influenza entre profissionais e a população 4) campanhas de vacinação 5) artigos em português e 6) publicados até 23 de maio de 2018. Foram excluídos os artigos que: 1) que trataram sobre as estratégias de prevenção ou promoção em outras doenças; 2) que incluíram os outros subtipos da influenza. Os artigos que atendiam os critérios foram direcionados para a leitura na íntegra (segunda etapa). Após a leitura integral dos artigos, foram selecionados 10 estudos para compor essa revisão. **RESULTADOS:** Os estudos inseridos foram publicados entre os anos de 2014 a 2017, sendo quatro estudos de revisão, quatro estudos transversais, um estudo ecológico e um relato de experiência, todos eles realizados no Brasil e que predominantemente trataram de questões relacionadas as campanhas de imunização. Os artigos predominantemente avaliaram a efetividade das campanhas de imunização no enfrentamento da influenza humana em idosos, gestantes e crianças assim como em grupos prioritários. Os principais achados apontam à falta de conhecimento dos profissionais e dos pacientes quanto ao entendimento sobre a eficácia da vacina e seus eventos adversos, o que tem causado medo e insegurança da população dificultando ainda mais no cumprimento das metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e aumentando a probabilidade de expansão da doença. Entretanto, é consenso nas evidências encontradas que a vacina é segura e eficaz para a prevenção da gripe H1N1. **DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:** De acordo com os resultados apresentados podemos apontar que as campanhas se apresentam como estratégias efetivas no combate a influenza H1N1, no entanto, à falta de conhecimento dos profissionais e dos pacientes sobre a eficácia da vacina e seus eventos adversos dificultam o cumprimento das metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde. Nesse contexto, vale salientar que a vacinação está disponível na rede pública desde 8 de março de 2010, sendo distribuída gratuitamente para os grupos de riscos que abrangem a campanha de vacinação (idosos, crianças, gestantes, e indivíduos com comorbidades). A vacina é contraindicada às pessoas que tem alergia a ovo de galinha e derivados. (LUNA *et al.*, 2014). O principal objetivo das campanhas é reduzir as complicações que são causadas pelo agravamento do vírus. Sendo assim, torna-se visível que quando as populações não aderem às campanhas os óbitos são maiores em regiões com fragilidades na cobertura (LOPES; SCHEIBEL, 2014). No intuito de potencializar as campanhas, é preciso uma maior circulação das informações por meio de mídias para auxiliar os profissionais da saúde na divulgação. Além disso, é de fundamental importância o acompanhamento da caderneta de vacinação, fortalecendo assim a adesão as vacinações (DAUFENBACH *et al.*, 2014; MACIEL-LIMA, 2015). Apesar de o Ministério da Saúde ter adotado medidas para combater o vírus da influenza por meio de campanhas, tais medidas não foram suficientes por diversos fatores. De acordo com Lopes (2015), a não obrigatoriedade da vacinação faz com que as pessoas não tenham maior consciência sobre a sua importância, esse fato é preocupante pelo impacto negativo na adesão as vacinações e possíveis complicações relacionadas a doença. Existem dificuldades na adesão por parte das gestantes, porém a literatura sugere que a vacina inativada contra influenza é segura quando administrada a gestantes e pode beneficiar tanto a mãe quanto o bebê (BRICKS *et al.*, 2016). Com relação aos idosos não vacinados, observou-se que esse grupo tinha uma percepção de que a vacina provocaria a gripe, esse fato

comprova à necessidade de investir no acesso à informação sobre as campanhas de vacinação (MOURA, 2015). Com base nessas discussões, o conhecimento sobre a eficácia da vacinação torna-se essencial diante de sua importância, que segundo o Ministério da saúde reduz a mortalidade, complicações e agravos da influenza. A partir disso, é evidente que a efetividade da vacina vai depender das áreas cobertas, sendo necessária a atualização da epidemiologia e da cepa viral, uma vez que ele é mutante, daí a importância da vacinação ser sazonal. Essa mudança é feita a cada ano pela Rede de Vigilância Global, que faz parte da OMS. Por fim, as evidências fornecidas apontam que as vacinações são seguras e eficazes, na prevenção e redução de internações e mortalidade associados a gripe H1N1 (LUNA *et al.*, 2014). **CONCLUSÃO:** A partir das discussões apresentadas na presente revisão, conclui-se que as campanhas são efetivas no combate a influenza H1N1. Por outro lado, à falta de conhecimento dos profissionais e dos pacientes sobre a eficácia da vacina e seus eventuais efeitos adversos ocasionam uma menor adesão as vacinações, fragilizando dessa maneira a efetividade das campanhas. Com base nas evidências apresentadas, sugere-se que novos estudos acompanhem a efetividade das campanhas e a eficácia da vacinação, apontando fragilidades e dificuldades a serem enfrentadas pelas políticas públicas de saúde.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, J.D., ROSS, T.M. Vírus da gripe H3N2 em humanos: mecanismos virais, evolução e avaliação. **Hum vaccin immunother**, v. 1, n.1, p. 1-8, 2018. Disponível em:
<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/21645515.2018.1462639?needAccess=true>. Acesso em: 18 maio 2018.
- BEIRIGO, A. P. T.; PEREIRA I. S. SILVA, P.C. L. Influenza a (H1N1): Revisão Bibliográfica. **Revista de saúde e biologia**, Minas Gerais, v.12, n.2, p.53-67, mai./ago., 2017. Disponível em:
<http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/sabios2/article/view/2495/982>. Acesso em: 30 maio 2018.
- BÓS, A. J. G.; MIRANDOLA, A. R.; Cobertura vacinal está relacionada à menor mortalidade por doenças respiratórias, **Ciência & saúde coletiva**, Porto Alegre, v.18, n.5: p.1-4, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n5/31.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégia Nacional de vacinação contra o vírus influenza Pandêmico (H1N1) 2009. Brasília (DF): Ministério da saúde; 2010. Disponível em:
http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/informe_tecnico_vacina_18_03_internet.pdf. Acesso em: 05 maio 2018.
- BRICKS, L. F. *et al.* Vacina influenza para gestantes: o que há de novo? **Revista de saúde e ciências biológica**, São Paulo, v.4 n.1, 2016. Disponível em:

<http://revistaopiniaojuridica.unichristus.edu.br/index.php/jhbs/article/view/479/200>. Acesso em: 30 maio 2018

CAVALIERI, G. C.; LIMA, V. C.; TRAEGER, J. Perfil epidemiológico dos casos de influenza a em Santa Catarina, Brasil no ano de 2012. **Arquivos catarinenses de medicina**, Florianópolis, v. 45, n.2: p. 79-90, 2016. Disponível em: <http://www.acm.org.br/acm/seer/index.php/arquivos/article/view/78/93>. Acesso em: 29 maio 2018.

DAUFENBACH, L. Z.; Impacto da vacinação contra a influenza na morbidade hospitalar por causas relacionadas à influenza em idosos no Brasil. **Epidemiologia serviços saúde**, Brasília, v.23, n.1, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ress/v23n1/2237-9622-ress-23-01-00009.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

GOLYNSKI, K. S.; MARQUES, C. M. Avaliação epidemiológica dos casos de influenza a (H1N1) e o impacto da vacinação em indivíduos que residem em Curitiba-PR. **Cadernos da escola de saúde**, Curitiba, v.2, n.14: p. 32-51, 2015. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.unibrazil.com.br/index.php/cadernossaude/article/view/2440/2010>. Acesso em: 29 maio 2018.

LIMA, S. M. et al. A repercussão da gripe A (H1N1) nos jornais paranaenses. **História, ciências, saúde**, Rio de Janeiro, v.22, n.1, jan./mar. 2015, p.275-291. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3861/386138083016/>. Acesso em: 30 maio 2018.

LOPES, P. S. D.; SCHEIBEL, I. M. Cobertura vacinal contra influenza e motivos da não vacinação em crianças com idade de risco internadas em hospital terciário. **Revista da AMRIGS**, Porto Alegre, v.59, n. 2, p.73-77, abr./jun. 2015. Disponível em: http://www.amrigs.org.br/revista/59-02/01_1414_Revista%20AMRIGS.pdf. Acesso em: 30 maio 2018.

LUNA, E. J. A.; GATTÁS, V. L.; CAMPOS, S. R. S. L. C. Efetividade da estratégia brasileira de vacinação contra influenza: uma revisão sistemática. **Epidemiologia serviços saúde**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 559-575, jul. /set. 2014. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000300020. Acesso em: 29 maio 2018.

MAXIMA, L. M. I. et al. conhecimento sobre influenza entre profissionais de saúde de um hospital geral. **Saúde em redes**, v.1, n.3, p.37-48. 2015. Disponível em: <http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/sabios2/article/view/2495/982>. Acesso em: 30 maio 2018.

MONTELES, M. S. et al. Fatores de não adesão dos idosos a vacina contra influenza: uma revisão bibliográfica. **UNINGÁ Review**, São Luís, v.30, n.3, p.76-82, abr./jun 2017. Disponível em: <http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/article/view/2024/1617>. Acesso em: 30 maio 2018.

MOURA, R. F. et al. Fatores associados à adesão à vacinação antiinfluenza em idosos não institucionalizados, São Paulo, Brasil. **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, v.31, n.10, p. 2157-2168, out. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v31n10/0102-311X-csp-31-10-2157.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

ORTIZ, Y.M. et al. Perfil epidemiológico da Influenza Humana A H1N1 em Cochabamba, Bolívia, de 2009 a 2014. **Boletim médico boliviano**, Cochabamba v.38, n.2, p.18-23, 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-29662015000200004. Acesso em: 29 maio 2018.

ROSSETTO, E. V.; LUNA, J. A.; Relacionamento entre bases de dados para vigilância da pandemia de influenza A (H1N1) pdm09, Brasil, 2009-2010. **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n.7, p. 1-12, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v32n7/1678-4464-csp-32-07-e00014115.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

SILVA J. K. S. A importância do conhecimento quanto ao vírus da influenza A (H1N1): relato de experiência. **Revista de epidemiologia e controle de infecção**, Guanambi, v.5, n.4, 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/epidemiologia/article/view/6192/4637>. Acesso em: 30 maio 2018.

CÂNCER DE PRÓSTATA: UMA REVISÃO DA LITERATURA

AUTORES:

Lindineide Aires Bezerra de Lima
Clara Emanuele de Albuquerque
Maria Letícia da Silva Viana
Brenda Ariel Pereira da Silva
Nadia Cruz das Chagas Miranda
Andressa Monica Gomes Fernandes

RESUMO: Segundo dados do Instituto Nacional de Câncer – INCA a estimativa para novos casos no ano de 2018 é de 68.220, e ainda de acordo com o Sistema de Informação de Mortalidade – SIM em 2013 o número de mortes causadas por câncer de próstata eram de 13.772. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura a respeito do tema, realizada através do levantamento bibliográfico na Biblioteca Virtual em Saúde – BVS. Os critérios de inclusão foram: artigos em forma de revisão de literatura, relato de experiência, anais de eventos, publicações em revistas, documentos ministeriais, no idioma português, ano de publicação de 2014 a 2018, textos completos em PDF e que relatassem sobre o câncer de próstata, sobre sua caracterização e tratamentos. Descrever o câncer de próstata e suas características. O câncer de próstata, na maioria dos casos, cresce de forma lenta e não chega a dar sinais durante a vida e nem a ameaçar a saúde do homem. Em outros casos, pode crescer rapidamente, se espalhar para outros órgãos e causar a morte (INCA, 2017). Portanto, como exposto a cima a detecção do câncer em sua fase inicial apresenta grandes chances de uma cura, por isso é importante que os homens acima de 45 com histórico de câncer de próstata e de 50 sem histórico devem ir ao urologista para fazer os exames e detectar precocemente.

Palavras-chave: Neoplasias da Próstata. Próstata e Oncologia.

INTRODUÇÃO: Câncer é o nome dado a um conjunto de mais de 100 doenças e tem um crescimento desordenado (maligno) de células que invadem os tecidos e órgãos, podendo espalhar-se (metástase) para outras regiões do corpo (BRASIL, 2018). As neoplasias malignas tendem a ter uma multiplicação rápida e agressiva, podendo assim invadir os tecidos próximos o que é denominado de metástase, já o tumor benigno tem um crescimento lento e dificilmente apresentam risco a saúde do paciente. A próstata é um órgão pélvico, ímpar, situado inferiormente à bexiga urinária e atravessado em toda sua extensão pela parte prostática da uretra. Consiste principalmente em musculatura lisa e tecido fibroso, mas contém também glândulas. [...] No idoso é comum o aumento patológico, causando dificuldade de esvaziamento da bexiga urinária (DANGELO e FATTINI, 2007). No Brasil, o câncer de próstata é o segundo mais comum entre os homens (atrás apenas do câncer de pele não-melanoma). Em valores absolutos e considerando ambos os sexos é o quarto tipo mais comum e o segundo mais incidente entre os homens (BRASIL, 2018). Segundo dados do Instituto Nacional de Câncer – INCA a estimativa para novos casos no ano de 2018 é de 68.220, e ainda de acordo com o Sistema de Informação de Mortalidade – SIM em 2013 o número de mortes causadas por câncer

de próstata eram de 13.772. Diante exposição do tema despertou-se o interesse em apresentar o câncer de próstata, sua etiologia, sintomas e tratamento. Em vista disso tem como objetivo descrever o câncer de próstata e suas características. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura a respeito do tema, realizada através do levantamento bibliográfico na Biblioteca Virtual em Saúde – BVS, por meio da leitura de artigos científicos disponíveis na base de dados eletrônica Scientific Eletronic Library Online - SciELO, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde – LILACS, Banco de Dados em Enfermagem – BDEF, em revistas online, site do Instituto Nacional de Câncer - INCA, site do Ministério da Saúde, e livros publicados na área. Para a busca dos artigos foram utilizados os seguintes descritores: Neoplasias da Próstata, Próstata e Oncologia. Os critérios de inclusão foram: artigos em forma de revisão de literatura, relato de experiência, anais de eventos, publicações em revistas, documentos ministeriais, no idioma português, ano de publicação de 2014 a 2018, textos completos em PDF e que relatassem sobre o câncer de próstata, sobre sua caracterização e tratamentos, foram usados os operadores booleanos AND e OR. Sendo excluídos artigos que estivessem disponíveis apenas em resumo, duplicados e com o ano de publicação inferior a 2014. As informações foram coletadas no mês outubro do ano de 2018. Foram encontradas 876 publicações, onde 15 foram discutidas de forma crítica exploratória e organizada, pré-selecionados 10 e selecionados 6 que contemplavam todos os critérios preestabelecidos.

Quadro 6: Filtragens obtidas no portal de periódicos CAPES, textos completos em PDF no Brasil, idioma português nos anos de 2014 a 2018.

DESCRITORES	RESULTADOS	FILTRAGENS
NEOPLASIAS DA PRÓSTATA	774	35
PRÓSTATA	12.670	118
ONCOLOGIA	22.130	207

Fonte: Acervo dos autores, 2018.

O quadro 1 representa a busca realizada no portal de periódicos CAPES, com o propósito de encontrar textos completos no idioma português, com seu ano de publicação de 2014 a 2018, utilizando os descritores Neoplasias da próstata, Próstata e Oncologia, sendo encontrados os resultados expostos. **RESULTADOS:** Para a realização do estudo foram selecionados artigos que abordassem o câncer de próstata e que atendessem o objetivo do trabalho.

Quadro 7: Síntese de dados obtidos por meio da base de dados BVS, textos completos em PDF, no idioma português, no período de 2014 a 2018.

DESCRITORES	RESULTADOS	FILTRAGEM
NEOPLASIAS DA PRÓSTATA	133.894	72

PRÓSTATA	181.147	397
ONCOLOGIA	20.510	407

Fonte: Acervo dos autores, 2018.

O quadro 2 representa a busca realizada na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde, com o propósito de encontrar textos completos no idioma português, com seu ano de publicação de 2014 a 2018, utilizando os descritores Neoplasias da próstata, Próstata e Oncologia, sendo encontrados os resultados expostos.

Quadro 3: Cruzamentos realizados na base de dados BVS em 2018, com os filtros utilizados a texto completo em PDF no idioma português de acordo com o período citado na tabela.

DESCRITORES	CRUZAMENTOS	ANO DE PESQUISA	RESULTADOS
BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE – BVS	ONCOLOGIA AND NEOPLASIAS DA PRÓSTATA	2014 – 2016	5
	PRÓSTATA AND NEOPLASIAS DA PRÓSTATA	2014 – 2016	71
	PRÓSTATA OR ONCOLOGIA	2014 – 2016	744
	ONCOLOGIA OR NEOPLASIAS DA PRÓSTATA	2014 -2016	433

Fonte: Acervo dos Autores, 2018.

O quadro 3 representa o cruzamento dos descritores Neoplasias da próstata, Próstata e Oncologia, na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde, utilizando os operadores booleanos AND e OR nos anos de 2014 a 2016, sendo encontrados os resultados expostos.

Quadro 4: Cruzamentos realizados no portal de periódicos CAPES em 2018, com os filtros utilizados a texto completo em PDF no idioma português de acordo com o período citado na tabela.

DESCRITORES	CRUZAMENTOS	ANO DE PESQUISA	RESULTADOS
CAPES	ONCOLOGIA AND NEOPLASIAS DA PRÓSTATA	2014 – 2018	3
	PRÓSTATA AND NEOPLASIAS DA PRÓSTATA	2014 – 2018	27
	PRÓSTATA OR ONCOLOGIA	2014 – 2018	317
	ONCOLOGIA OR NEOPLASIAS DA PRÓSTATA	2014 -2018	232

Fonte: Acervo dos autores, 2018.

O quadro 4 representa o cruzamento dos descritores Neoplasias da próstata, Próstata e Oncologia, no portal de periódicos CAPES, utilizando os operadores booleanos AND e OR nos anos de 2014 a 2018, sendo encontrados os resultados expostos.

Quadro 5: Artigos utilizados na composição do artigo sua respectiva base de dados e ano de publicação.

ARTIGO	BASE DE DADOS	ANO DE PUBLICAÇÃO
Câncer de Próstata	Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto	2015
Câncer de Próstata: Retrato de uma Realidade de Pacientes em	BDENF	2017

Tratamento		
Sobrevida de Risco de Óbito de Pacientes Após Tratamento de Câncer de Próstata no SUS.	SCIELO	2017
Tratamento do Carcinoma da Próstata Metastizado: Surgimento de Novos Horizontes Terapêuticos.	Revista Gazeta Médica	2016
Tumores Urológicos no Brasil	LILACS	2014
Caracterização Social e Clínica dos Homens com Câncer de Próstata atendidos em um Hospital Universitário	BDENF	2015

Fonte: Acervo dos Autores, 2018.

O quadro 5 mostra a relação dos artigos que foram utilizados na construção do artigo, e a base de dados em que foi encontrado respectivamente e seu ano de publicação dentre as bases de dados estão LILACS, SCIELO e BDENF.

DISCUSSÕES: O câncer de próstata, na maioria dos casos, cresce de forma lenta e não chega a dar sinais durante a vida e nem a ameaçar a saúde do homem. Em outros casos, pode crescer rapidamente, se espalhar para outros órgãos e causar a morte (INCA, 2017). A escala de avaliação do grau de avanço da patologia varia de 1 a 5, o grau 1 caracteriza-se em células pequenas com pouca variação de tamanho e estão organizadamente agrupadas, no grau 2 as células já apresentam uma variação maior no seu tamanho e começam a se desagregar, o grau 3 as células tem tamanho maior variando também a sua forma, com bordas lisas, já grau 4 as células são grandes e irregulares, invadem os tecidos adjacentes, e por fim o grau 5 que representa o tumor anaplásico, onde as células maioritariamente estão agrupadas formando grandes massas e invadindo os tecidos e órgãos vizinhos. Dentre os principais fatores de risco estão a idade porque naturalmente com o passar dos anos a próstata ter uma tendência a aumentar o seu tamanho normal, a história de câncer de próstata na família e o sobrepeso/obesidade. Sua prevenção está baseada em adquirir hábitos saudáveis como a prática de atividades físicas, alimentação balanceada, evitar o consumo de bebidas alcoólicas e o tabagismo. O câncer de próstata tende a ser silencioso, os seus sinais e sintomas se dão em disúria, hematúria, polaciúria e/ou nictúria na fase inicial, já na fase mais avançada

pode causar dor óssea, insuficiência renal. O diagnóstico do Câncer se dá por meio de exames como o toque retal, onde o médico avalia o tamanho, forma e textura da próstata, introduzindo o dedo protegido por uma luva lubrificada no reto. E também pelo PSA que consiste em um exame de sangue que mede a quantidade de uma proteína produzida pela próstata - Antígeno Prostático Específico. Níveis altos dessa proteína podem significar câncer, mas também doenças benignas da próstata (BRASIL, 2017). Apesar desses exames o diagnóstico final acontece com a realização de biópsia. [...] indivíduos estão sendo diagnosticados tardiamente e longo período para entrar em tratamento após o diagnóstico. Consequentemente, recebem mais tratamento paliativo que curativo. Isso pode refletir dificuldades na utilização dos serviços de saúde para a realização dos exames preventivos do câncer (PSA e toque retal), bem como para o acesso à assistência oncológica e tratamento oportuno (BRAGA *et al.*, 2017). Nas formas de tratamentos utilizadas destacam-se a quimioterapia, radioterapia, cirurgia para a doença localizada, em sua fase metastática o tratamento é realizado por meio de terapia hormonal (BRASIL, 2018). **CONCLUSÃO:** Portanto, como exposto acima a detecção do câncer em sua fase inicial apresenta grandes chances de uma cura, por isso é importante que os homens acima de 45 com histórico de câncer de próstata e de 50 sem histórico devem ir ao urologista para fazer os exames e detectar precocemente. A resistência na maioria dos homens em procurar o atendimento médico e realizar os exames já se tornou cultural, com isso tem dificultado a detecção precoce da doença, diante destes fatores o processo de cura fica relativamente mais complexo pelo grau de avanço. O Ministério da Saúde no mês de novembro promove uma campanha chamada “novembro azul” intensificando o tema, onde incentiva e conscientiza o público masculino para a realização dos exames de controle, abordando sobre os sintomas, prevenção, importância da realização do exame anualmente se não se enquadrar na categoria de risco, e com isso desmistificar e conscientizar da importância do exame, mostrando que um simples exame pode salvar uma vida.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, J.S.; CONCEIÇÃO, V.M.; OLIVEIRA, R.A.A.; ZAGO, M.M.F. Caracterização Social e Clínica dos Homens com Câncer de Próstata atendidos em um Hospital Universitário. **Rev. Mineira de Enfermagem**. v. 19. abr.-jun. de 2015. Disponível em: <http://www.reme.org.br/exportar-pdf/1015/v19n2a15.pdf>.
- BRAGA, S.F.M.; SOUZA, M.C.; OLIVEIRA, R. R.; ANDRADE, E.L.G.; ACURCIO, F.A.; CHERCHIGLIA, M. L; Sobrevida de Risco de Óbito de Pacientes após Tratamento de Câncer de Próstata no Sus. **Rev. Saúde Pública**. v. 51. São Paulo, 15 de maio de 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsp/v51/pt_0034-8910-rsp-S1518-87872017051006766.pdf. Acesso em: 09 out. 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Instituto Nacional de câncer**. Disponível em: http://www1.inca.gov.br/conteudo_view.asp?id=322. Acesso em: 08 out. 2018. Disponível em:

<http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/tiposdecancer/site/home/prostata>. Acesso em: 09 out. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Câncer de próstata: vamos falar sobre isso?**. José Alencar Gomes da Silva. Rio de Janeiro: Inca, 2017. Disponível em: http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/cartilha_cancer_prostata_2017_final_WEB.pdf. Acesso em: 09 out. 2018.

_____. _____. Secretaria de Assistência à Saúde. Instituto Nacional de Câncer. **Programa nacional de controle do câncer da próstata: documento de consenso**. - Rio de Janeiro: INCA, 2002. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cancer_da_prostata.pdf. Acesso em: 09 out. 2018.

DAMIÃO, R. *et al.* Câncer de Próstata. **Rev. Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**. v. 14. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistahupe/article/view/17931/13463>. Acesso em: 13 out. 2018.

DANGELO, J. G.; FATTINI, C. C. **Anatomia sistêmica e segmentar**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2007. p. 192-193.

MOTA, P. *et al.* Tratamento do Carcinoma da Próstata Metastizado: Surgimento de Novos Horizontes Terapêuticos. **Rev. Gazeta Médica**. v. 3. abr./jun. de 2016. Disponível em: <http://repositorio.hospitaldebraga.pt/handle/10400.23/1063>. Acesso em: 09 out. 2018.

QUIJADA, P.D.S. *et al.* Câncer de Próstata: Relato de uma Realidade em Pacientes em Tratamento. **Rev. Enfermagem UFPE online**. v. 11, Recife 9 de jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/23416/19092>. Acesso em: 09 out. 2018.

MÉTODOS NÃO FARMACOLÓGICOS PARA O ALÍVIO DA DOR EM PACIENTES ONCOLÓGICOS

AUTORAS:

Raisa da Silva Galvão

Micarla Daiane Ferreira

Wandessa dos Santos Rangel Silva

Rafaela Costa de Medeiros

RESUMO: O objetivo foi identificar os métodos não farmacológicos que podem ser implementados no cuidar de enfermagem, para o alívio da dor em pacientes com câncer. Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa onde a busca ocorreu do mês de março a outubro de 2018 através da biblioteca virtual em saúde (BVS) nas seguintes bases de dados eletrônicas: literatura latino-americano e do caribe em ciências da saúde (LILACS) e Scientific Electronic Online (SCIELO). Os critérios de inclusão adotados incluíram: estudos publicados na língua portuguesa, nos últimos 10 anos (2008 a 2018) disponíveis na forma gratuita, e online, e que compartilhasse da temática e do objetivo proposto. E aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados em forma de resumo e carta ao editor. De acordo com Batalha e Mota (2013) o objetivo das terapias não farmacológicas seriam uma intervenção útil para aliviar a dor, porém deveriam ser estudadas e executadas pelos profissionais da saúde em sua plenitude, de forma a não intervir no tratamento da patologia. Arantes *et al.* (2013) afirma que um dos melhores recursos para tratar a dor do paciente é a escuta da fala do mesmo, tendo em vista que o corpo e o psíquico são vinculados pela palavra daquele que a expressa e que a dor é o que for que aquele que vivencia diz que é, contudo a expressão do paciente ao falar de sua dor. O cuidado acolhedor e humanizado dos profissionais enfermeiros aliado a utilização de terapias naturais como as utilizadas pelas práticas integrativas e complementares em saúde funciona como uma medida não farmacológica e que deve ser realizado na íntegra, não apenas o paciente, mas os seus familiares.

Palavras - chave: Enfermagem. Terapias Complementares. Dor oncológica.

INTRODUÇÃO: O câncer constitui-se como uma patologia crônico-degenerativa descrita pelo crescimento desordenado de células que se proliferam rapidamente, determinando a formação de tumores que invadem outros tecidos e órgãos por dispersão que pode ser direta ou por via linfática e sanguínea, ocasionando metástase (COSTA *et al.*, 2013). Por ser uma doença invasiva, os pacientes por ela afetados passam por vários procedimentos que causam dor e desconforto desde o exame para diagnosticar a doença até a terapêutica utilizada como os medicamentos e suas reações adversas. Assim, é possível inferir que a dor referida pelo paciente deve ser de relevância para a equipe de enfermagem, podendo achar-se relacionada com a enfermidade de base ou o seu progresso (PEREIRA *et al.*, 2015). Ainda com relação a dor oncológica, na fase inicial do câncer ela pode estar ausente e sem manifestações clínicas. Contudo, em estágio evoluído, 90% dos pacientes oncológicos lamentam-se de dor crônica, num nível moderado a severo,

suficiente para reduzir suas atividades e qualidade de vida pois este é um acontecimento multifatorial que envolve o indivíduo em seus aspectos biopsicossocial (ABREU, 2013). Assim, a valorização da dor do paciente oncológico, por parte da equipe de enfermagem, é o primeiro passo para o planejamento do cuidar. Seu controle tem sido objetivo de pesquisas a procura das melhores terapias para que se favoreça uma melhor qualidade de vida ao paciente oncológico. Nesse sentido, o cuidado da equipe de enfermagem ao paciente oncológico em situação de dor, implica na efetivação de terapêuticas farmacológicas e não farmacológicas (BATALHA, MOTA. 2013). Com relação as farmacológicas, é de valia destacar a escada “analgésica”, proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a qual define o tipo de medicação para o paciente de acordo com o seu grau. Já em relação as não farmacológicas, estas são compostas de intervenções adjuvantes, de custo acessível, fácil aplicação e quase sem efeitos colaterais, o que favorece a sua utilização (COSTA, 2013). Nessa perspectiva, a equipe de enfermagem encontra-se numa posição privilegiada para avaliar a dor do paciente sob seus cuidados, podendo, sobretudo, influenciar em seu controle. No entanto, na prática clínica ainda existem falhas com relação a habilidades dos profissionais de enfermagem para o controle eficiente da dor (GRANER, 2013). No campo da saúde existe uma necessidade urgente de novas implementações em relação à questão da enfermidade e as formas de interferir, tais como a clínica ampliada, a humanização, a integridade em saúde e a produção do cuidado transformando o modelo técnico-assistencial. Juntamente a tais abordagens, tem se verificado nos últimos anos uma crescente aceitação das terapias complementares em nossa sociedade. A atuação do profissional enfermeiro, de modo independente e colaborativo, compreende a identificação da queixa da dor, e a seleção de estratégias para o seu controle (COSTA, 2013). O interesse na pesquisa desse estudo despertou-se a partir do conhecimento acadêmico com relação ao sofrimento dos pacientes oncológicos pela terapêutica farmacológica utilizada. A prestação de cuidados paliativos com terapias e práticas complementares são de suma importância para o bem-estar do paciente, e gera conhecimento aos profissionais da equipe de enfermagem para melhoria do planejamento do cuidado aos pacientes oncológicos. Desta forma, percebe-se a importância dessa temática no que diz respeito a conhecer as formas de alívio da dor por meio de métodos não invasivos que possibilitam conforto, e diminuir o estresse causado pelos fármacos utilizados no tratamento. Diante disto, a questão norteadora que levou a esta pesquisa, foi a seguinte: Quais os métodos não farmacológicos podem ser implementados no cuidar de enfermagem, para o alívio da dor em pacientes com câncer? Portanto, esse estudo tem por objetivo identificar os métodos não farmacológicos que podem ser implementados no cuidar de enfermagem, para o alívio da dor em pacientes com câncer. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo do tipo revisão integrativa de literatura a qual inclui a análise de pesquisas relevantes que dão suporte para a tomada de decisão e a melhoria da prática clínica, possibilitando a síntese do estado do conhecimento de um determinado assunto, além de apontar lacunas do conhecimento que precisam ser preenchidas com a realização de novos estudos" (MENDES, 2008). Para a construção desta revisão literária, foram utilizadas as seguintes etapas: seleções das questões temáticas, coleta de dados através da base de dados eletrônica, com alguns critérios de inclusão e exclusão para selecionar a amostra; elaboração de um instrumento de coleta com informações de interesses a serem extraídas dos estudos

análise crítica da amostra, interpretação dos dados, e apresentação dos resultados. A busca ocorreu do mês de março a outubro de 2018 através da biblioteca virtual em saúde (BVS) nas seguintes bases de dados eletrônicas: literatura latino-americano e do caribe em ciências da saúde (LILACS) e Scientific Electronic Online (SCIELO). Os Descritores em ciências da saúde (DeCS) utilizados para pesquisa foram: “Enfermagem”, “Terapias Complementares”, “Dor oncológica”. Para refinamento do material utilizou-se o operador booleano *and*, combinados da seguinte forma: “Enfermagem” *and* “Terapias Complementares” sendo 6 artigos encontrados, “Enfermagem” *and* “Dor Oncológica” encontrados 4 artigos, e “Terapias Complementares” e “Dor oncológica” encontrados 20 artigos. Os critérios de inclusão adotados incluíram: estudos publicados na língua portuguesa, nos últimos 10 anos (2008 a 2018) disponíveis na forma gratuita, e online, e que compartilhasse da temática e do objetivo proposto. E aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados em forma de resumo e carta ao editor. Para a avaliação dos artigos realizou-se a leitura completa e aprimorada, os dados foram devidamente referenciados, identificando os autores e as fontes de pesquisa, contemplando rigor ético, quanto a propriedade dos textos científicos que foram pesquisados, no que diz respeito ao uso do conteúdo. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após a observação dos artigos selecionados, percebe-se que, com relação aos anos de publicação, os de 2013 e 2015 foram os que mais publicaram com 3 artigos cada (30%) sobre os métodos não farmacológicos no cuidar de enfermagem para o alívio da dor em pacientes oncológicos. Já nos anos de 2014 e 2017, foram publicados 2 artigos em cada ano (20%). Diante desta temática, Cunha *et al.* (2015) afirmaram que o câncer é uma patologia crônica que pode desencadear reações destrutivas na vida de quem adoece, tanto no âmbito biológico, quanto no emocional/psíquico. Com isso, é necessário que condutas terapêuticas sejam traçadas para minimização dessas reações destrutivas. Dentre estas terapêuticas, a acupuntura tem sido uma das práticas utilizada como coadjuvante no tratamento oncológico produzindo resultados satisfatórios ao indivíduo. Ainda com relação aos cuidados de enfermagem, Freire *et al.* (2017) afirmam que, cabe ao profissional enfermeiro tratar a dor do paciente de forma holística, visto que em nossa sociedade, apesar das diversas formas de tratamento para o câncer, ainda é considerado incurável. Dessa forma, o apoio religioso/espiritual tem um significado positivo, pois a fé proporciona uma maneira de pensar construtivamente. Com relação a isso Freitag *et al.* (2014), relata que a dor é definida como uma prática sensorial e emocional, e que o enfermeiro deve oferecer possibilidades para complementar o tratamento respeitando as suas crenças e valores, visando um cuidado holístico de forma natural proporcionando o bem estar físico e emocional ao paciente, e um desses métodos que se adapta a saúde é a energia chamada reiki, que auxilia para o equilíbrio das necessidades físicas, mentais, emocionais e espirituais. Nessa perspectiva Melo *et al.* (2013) ressalta que as Práticas Integrativas Complementares (PIC) tem mostrado um resultado satisfatório no alívio da dor, visando um modelo de saúde que propõe acentuar a autonomia do paciente realizando medidas não invasivas e tóxicas, entretanto existem alguns desafios com relação a execução dessa terapia, visto que as práticas biomédicas hospitalares tem desviado o foco para o interesse a saúde humana integrativa que visa um modelo cartesiano. Desse modo Pereira *et al.* (2013) afirmam que no alívio da dor oncológicas são executadas ações farmacológicas. Entretanto os profissionais enfermeiros deveriam reduzir sua prática a administração

de analgésicos, e focando também nas terapias naturais, relatando que essa seria uma conduta mais efetiva para o alívio da dor, visto que tais condutas proporcionam bem-estar ao paciente. Porém, Rocha *et al.* (2015), reforçam que se faz necessário agregar as ações farmacológicas as não farmacológicas, toda via se faz necessário a utilização das terapias convencionais para o tratamento oncológico as quais consistem no uso de analgésicos dependendo da intensidade da dor para melhor resultado. De acordo com Batalha e Mota (2013), o objetivo das terapias não farmacológicas seriam uma intervenção útil para aliviar a dor, porém deveriam ser estudadas e executadas pelos profissionais da saúde em sua plenitude, de forma a não intervir no tratamento da patologia. Arantes *et al.* (2013), afirma que um dos melhores recursos para tratar a dor do paciente é a escuta da fala do mesmo, tendo em vista que o corpo e o psíquico são vinculados pela palavra daquele que a expressa e que a dor é o que for que aquele que vivencia diz que é, contudo a expressão do paciente ao falar de sua dor, são apontados como via principal de acesso as medidas para diminuir suas dores. Segundo Mello (2014), se faz necessário novas formas de avaliação da dor com o uso de NOC, visto que é a principal preocupação do enfermeiro na assistência a esses pacientes, a avaliação, o controle e alívio do desconforto e do sofrimento. Entretanto a classificação dos resultados de enfermagem NOC ainda é pouco descrita na prática clínica. Soares *et al.* (2015) constataram que **CONCLUSÃO:** o cuidado acolhedor e humanizado dos profissionais enfermeiros a criança acometida pelo câncer, concede o máximo de conforto e diminuição da dor. Assim, este tipo de cuidado acolhedor funciona como uma medida não farmacológica e que deve ser realizado na íntegra, não apenas o paciente, mas os seus familiares, dessa forma é dever do enfermeiro, acolher, confortar e apoiar a família durante todo o tratamento. Além disso, percebe-se que a utilização de terapias naturais como as utilizadas pelas práticas integrativas e complementares em saúde auxiliam na minimização da dor nestes pacientes.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Juliana castro de Miranda *et al.* Corpo e finitude a escuta do sofrimento como instrumento de trabalho em instituição oncológica. **Artigo da clinica da dor**, v.1,2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n9/v18n9a05.pdf>. Acesso em: 13 maio 2018.

BATALHA, Luís Manoel da Cunha *et al.* A massagem na criança com câncer. **Jornal de pediatria**, v.89, p.595-600, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jped.2013:03.022>. Acesso em: 24 jun. 2018.

COSTA, Marta Miriam Lopes *et al.* Condutas terapêuticas utilizadas no manejo da dor em oncologia. **Revista pesquisa cuidado é fundamental online**, v.7, n.1, p.1883-1890. 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/5057/505750945013>. Acesso em: 20 jul. 2018.

CUNHA, José Henrique da Silva *et al.* Acupuntura no tratamento do câncer em indivíduos adultos. **Caderno de naturologia terapia complementar**, v.4, n.7, 2015.

Disponível em: <http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/CNTC/article/view/4747>
Acesso em: 18 ago. 2018.

FREIRE, Maria Eliane Moreira *et al.* Assistência espiritual e religiosa a pacientes com câncer no contexto hospitalar. **Revista fund. Care online**, v.9, n.2, p.356-362. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9789/21755361.2017>. Acesso em: 25 jul. 2018.

FREITAG, Vera Lúcia *et al.* Benefícios do reiki em população idosa com dor crônica. **Revista contexto enfermagem**, v.23, n.4, p.1032-40. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072014001850013>. Acesso em: 03 out. 2018.

MELO, Suzane Cristina costa *et al.* Práticas complementares de saúde e os desafios de sua aplicabilidade no hospital. **Revista Brasileira de enfermagem**, v.66, n.6, p.840. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672013000600005&script=sci_abstract. Acesso em: 23 set. 2018.

MELLO, Bruna Schraeder. Aplicabilidade dos resultados de enfermagem segundo nursing outcomer classification (NOC) em pacientes oncológicos com dor aguda e crônica em cuidados paliativos. **Dissertação ao curso de Mestrado UFRS**, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/108317>. Acesso em: 07 out. 2018.

ROCHA, Amanda de Fatima Portugal *et al.* Alívio da dor oncológica: Estratégias contadas por adolescentes com câncer. **Texto contexto enfermagem Florianópolis**, v.24, n.1, p. 96-104. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0107072015002120013>. Acesso em: 12 out. 2018.

SOARES, Mayara Rosário Rodrigues *et al.* Sentimentos, acolhimentos e humanização em cuidados paliativos às crianças portadoras de leucemia. **Revista fund. Care online**, v.5,n. 3, p.354-363.2013. Disponível em: <http://10.9789/2175-5361.2013>. Acesso em: 18 out. 2018.

MÉTODOS NÃO FARMACOLÓGICOS PARA ALÍVIO DA DOR DESENVOLVIDOS DURANTE O TRABALHO DE PARTO

AUTORAS:

Clesia Raylli Souza de Oliveira
Rennya de Sousa Saraiva Alves
Karolina de Moura Manso da Rocha

RESUMO: O Objetivo foi buscar evidências científicas que mostrem a eficácia dos métodos não farmacológicos desenvolvidos durante o trabalho do parto para aliviar a dor da parturiente. A pesquisa é do tipo Revisão Integrativa (RI), a busca dos artigos ocorreu na Biblioteca Virtual de Saúde, nas seguintes bases de dados: Literatura Latino Americana em Ciências de Saúde (LILACS), a Scientific Electronic Library Online (SCIELO), a Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e cadernos do Ministério da saúde (MS). Foram selecionados 08 artigos que atendiam aos critérios de inclusão, que mostram a eficácia dos métodos não farmacológicos no alívio da dor, além de demonstrar como a categoria da enfermagem vem buscando utilizar essas práticas durante o TP, promovendo uma assistência mais humanizada na clínica obstétrica, a fim de minimizar a quantidade de medidas invasivas. É necessário trazer para a prática clínica, alternativas naturais que promovam o conforto e valorize a liberdade da mulher. A eficácia dos MNFs foi demonstrada através das experiências vivenciadas pelas parturientes. Além de promover o alívio da dor, foi visto que o parto se torna menos tenso, pois há uma diminuição da ansiedade e estresse, proporciona relaxamento, diminui o tempo de TP auxiliando na descida fetal.

Palavras chaves: Trabalho de parto. Cuidados de enfermagem. Terapias Complementares.

INTRODUÇÃO: A cada ano no Brasil, ocorre em torno de três milhões de nascimentos, 98% deles acontecem em ambientes hospitalares, sejam públicos ou privados, segundo dados do Ministério da Saúde (MS). Com o avanço da tecnologia moderna os procedimentos invasivos foram bastante utilizados com o objetivo de tornar o parto mais seguro e melhorar os índices de morbidade e mortalidade natais e perinatais. Por outro lado, o uso indiscriminado de intervenções invasivas, que só deveriam ser realizadas em casos considerados inseguros, hoje é uma prática rotineira, deixando de considerar os aspectos emocionais e o significado fisiológico que o parto deve representar para a mãe e para o recém-nascido (BRASIL, 2016). O parto é um evento que faz parte da fisiologia da mulher e por muitas vezes é marcado por práticas não recomendadas pelas evidências científicas, tornando esse momento frustrante. Com isso a Rede Cegonha, estratégia do Governo Federal lançada em junho de 2011, foi criada com o objetivo de trazer mudanças significativas para mudar esse cenário, adotando boas práticas que visem a qualidade do atendimento e promovam uma atenção humanizada à gravidez, ao parto e puerpério (BRASIL, 2013). Em épocas passadas, quem acompanhava a mulher durante a evolução do parto eram mulheres experientes e habilidosas

dotadas de conhecimento, chamadas de parteiras, elas costumavam realizar os partos no domicílio da parturiente. Para amenizar a dor eram preparadas receitas fitoterápicas, ou seja, terapias medicinais. Elas acreditavam muito no poder da oração, para isso, utilizavam como equipamento um talismã para abençoar o caminho tortuoso do parto (OSÓRIO; SILVA JÚNIOR; NICOLAU, 2014). O trabalho de parto (TP) é um conjunto de mudanças fisiológicas, caracterizadas com o aumento do número contrações uterinas, que por consequência provocam a dilatação do colo do útero e com isso o nascimento do feto. Esse processo envolve uma mistura de sentimentos positivos e negativos. Na maioria das vezes, a dor, considerada como quinto sinal vital, é um sinal do trabalho de parto e é muito comum acompanhar a mulher durante a evolução do pré-parto até o parto (CLEROBIN; OLIVEIRA; BRISOLA, 2016). A dor é um sintoma natural que faz parte da fisiologia humana, consiste em uma experiência particular e complexa. Partindo desse aspecto, toda parturiente deve ser respeitada na sua individualidade e não devem ser recriminadas por não se sentirem preparadas para o TP. Cada mulher vivencia esse momento de uma forma diferente, já que o limiar de dor é algo subjetivo. Cabe ao enfermeiro obstetra e aos demais profissionais de saúde que atuam diretamente na assistência ao parto, promover estratégias que tragam conforto e segurança durante esse processo, para que sejam minimizados os possíveis estressores (MAFETONI; SHIMO, 2014). A assistência da enfermagem no acompanhamento à mulher durante o pré-parto, vem ganhando cada vez mais autonomia, na utilização de métodos não farmacológicos (MNFs). O uso dessas práticas vem proporcionando às mulheres sentimentos de confiança e segurança, tornando essa experiência menos dolorosa e traumática. O profissional de enfermagem, por estar mais próximo da parturiente nesse período, torna-se indispensável, preocupando-se com seu bem-estar, ele atua como um apoio psicológico ajudando à mulher enfrentar seus medos e angústias, passando tranquilidade para aliviar a dor (BEZERRA; MELO; OLIVEIRA, 2017). Diante disso fica claro a necessidade de implementar ações voltadas para a desmedicalização, pois os analgésicos em si, não são suficientes para tratar a dor, por isso deve-se trazer para a prática clínica um cuidado mais humanizado que torne o processo do parto o mais natural possível, sem intervenções invasivas, administração de fármacos e também diminuir a quantidade de partos cirúrgicos. Os MNFs vêm suprir essa carência e com isso diminuir o nível de carga negativa que afeta a parturiente no transcorrer do TP. Esses cuidados são defendidos pelo movimento de humanização do parto (MEDEIROS *et al.*, 2015). O receio de sentir dor durante o trabalho de parto é um ponto bastante relevante e requer estudos mais abrangentes que possibilitem transformações nesse cenário, na tentativa de minimizar a dor durante esse período. Trazer para discussão a importância dos profissionais de enfermagem, reconhecer e ter em sua prática assistencial medidas não farmacológicas que promovam o alívio da dor é de fundamental importância para área da saúde, a fim de estar sempre promovendo melhorias, trazendo autonomia para o profissional e um cuidado voltado para humanização da prestação de cuidados, para adequar o processo de trabalho do enfermeiro (BEZERRA; MELO; OLIVEIRA, 2017). A percepção das mulheres neste período é essencial, pois é através das observações feitas por elas, que se pode perceber se as medidas adotadas estão contribuindo ou não para alívio da dor. Com isso, sendo evidenciado o funcionamento do uso dos MNFs como estratégias que facilitem o TP, essas

terapias complementares tendem a expandir-se, proporcionando efetividade dos cuidados de enfermagem nesse processo (MAFETONI; SHIMO, 2014). Durante o percurso da graduação de enfermagem no UNIFACEX, manifestou-se o desejo de desenvolver sobre o tema a partir de algumas situações presenciadas durante a prática vivencial do cuidado em uma maternidade, que o fez refletir sobre a precariedade e fragilidade da assistência a puérpera e o uso de práticas prejudiciais utilizadas durante o trabalho de parto. Isso o motivou a conhecer sobre os métodos não farmacológicos utilizados durante o trabalho de parto e sua eficácia. Considerando a relevância do tema, este estudo parte das seguintes questões de pesquisas: Como a literatura aborda a eficácia dos métodos de alívio da dor da parturiente? Quais os métodos não farmacológicos desenvolvidos durante o trabalho de parto? O objetivo desta revisão é buscar evidências científicas que mostrem a eficácia dos métodos não farmacológicos desenvolvidos durante o trabalho do parto para aliviar a dor da parturiente. O estudo irá contribuir com as publicações já existentes e destacar a eficácia dos métodos não farmacológicos como alternativa natural, minimizando a utilização de intervenções invasivas e proporcionando às parturientes, sentimentos que agreguem confiança e segurança, respeitando assim o sentido fisiológico que o parto representa para a mãe e o recém-nascido. **PERCURSO METODOLÓGICO:** A pesquisa é do tipo Revisão Integrativa (RI), na qual é utilizada uma análise de pesquisa de cunho relevante, que tem como objetivo, melhorar a prática clínica, assim como, dar suporte para tomada de decisão. Isso possibilita a síntese do conhecimento de um determinado assunto e apontar lacunas que necessitam de estudos mais criteriosos. (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). Segundo Mendes; Silveira; Galvão (2008) a RI é composta de 06 etapas, sendo elas: identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa; estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos, amostragens e busca na literatura; definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados e categorização dos estudos; avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; interpretação dos resultados; apresentação da revisão e síntese do conhecimento. A busca dos artigos incidiu nos meses de março a novembro de 2018. A pesquisa ocorreu na Biblioteca Virtual de Saúde, na qual estão indexadas as seguintes bases de dados: Literatura Latino Americana em Ciências de Saúde (LILACS), a Scientific Electronic Library Online (SciELO), a Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e cadernos do Ministério da saúde (MS) selecionados por serem importantes indicadores de literaturas científicas e técnicas. Para busca do material, foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Trabalho de parto, Parto humanizado, Cuidados de enfermagem, Enfermagem obstétrica e Terapias Complementares. E para refinamento da seleção dos artigos utilizou-se o operador booleano and combinados da seguinte forma: " terapias complementares and trabalho de parto" resultando em 05 artigos, " parto humanizado and enfermagem obstétrica" resultando em 06 artigos e " trabalho de parto and cuidados de enfermagem", resultando em 04 artigos, depois de lidos foram selecionados 08 artigos no total e 02 cadernos do Ministério da saúde. Para selecionar os manuscritos, utilizaram-se os critérios de inclusão, quais sejam: textos completos e de livre acesso, disponíveis em Língua Portuguesa, publicados entre 2013 a 2018, que compartilhassem da temática e objetivo do estudo. E quanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados, em forma de resumos e carta ao editor. Para análise crítica dos artigos

foi realizado uma leitura completa dos artigos com as respectivas sínteses. Os dados utilizados neste estudo foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus autores, observando rigor ético quanto à propriedade intelectual dos textos científicos que foram pesquisados, no que diz respeito ao uso do conteúdo e de citação das partes das obras consultadas. O resultado da busca será organizado em um quadro síntese contendo ano de publicação, metodologia, métodos não farmacológico e eficácia dos métodos, para categorização dos estudos. **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:** Serão apresentados abaixo os artigos que atenderam o objetivo do estudo e seus dados pertinentes. Foram incluídos 08 artigos no total conforme o quadro 1.

Quadro 1 - Distribuição dos dados analisados contendo ano de publicação, metodologia, métodos não farmacológicos e eficácia dos métodos.

ANO DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE METODOLOGIA	MÉTODOS NÃO FARMACOLÓGICOS	EFICÁCIA DOS MÉTODOS
2017	Exploratório-descriptivo	Massagem, banhos, presença contínua do profissional, incentivo à deambulação.	O processo do parto será menos tenso, menos conflitante e menos doloroso, proporcionando à mulher conforto e dando a ela atenção e os cuidados que necessitam.
2017	Revisão narrativa da bibliografia	Técnicas de respiração, massagem, banhos, bola suíça, deambulação, eletroestimulação e crioterapia.	Estes métodos promovem relaxamento, reduzem a ansiedade, aumentam o vínculo entre a gestante e seu/sua acompanhante e reduzem o risco de exposição desnecessária aos fármacos.
2017	Estudo descritivo, transversal, com abordagem quantitativa	Banho morno	Reduziu e amenizou a sensação de dor, provocando relaxamento nas parturientes.
2016	Pesquisa convergente assistencial	Acupuntura e auriculoterapia.	Mostram animadoras perspectivas para a assistência ao trabalho de parto por se tratarem de métodos de baixo custo e seguros, aumentando o número

			de alternativas não farmacológicas para as parturientes.
2015	Transversal e descritivo	Suporte contínuo, o banho de chuveiro ou de imersão, massagens na região lombar, exercícios de respiração e exercícios de relaxamento muscular.	As entrevistadas relataram que o uso dos métodos não farmacológicos foi uma experiência positiva, com diminuição no tempo do trabalho de parto, sensação de bem-estar, e redução no alívio das dores.
2015	Revisão bibliográfica	Bola suíça, hidroterapia, posição vertical, massagem, exercícios respiratórios e de relaxamento muscular, deambulação e estimulação elétrica transcutânea.	Auxílio da descida da apresentação fetal, auxílio no relaxamento, alívio da dor, promoção do conforto e baixa do nível de estresse e ansiedade.
2014	Revisão Integrativa	Eletroestimulação transcutânea (EET), exercício respiratório, massagem, deambulação ou mudança de posição, hidroterapia, crioterapia e assistência de doulas.	Tais métodos conduzem para a conclusão de que valorizar a liberdade da mulher, oferecendo-lhe alternativas e medidas de conforto, é uma importante via na assistência à parturiente em seu trabalho de parto.
2014	Revisão sistemática	Massagem, aromaterapia, o banho de imersão, a acupuntura e a acupressão.	São eficazes métodos para aliviar a dor no trabalho de parto, pois além de diminuírem a percepção dolorosa, ainda reduzem os níveis de ansiedade e de estresse.

Fonte: Autoria própria, 2018.

Os estudos selecionados tratam-se do uso dos MNFs e os resultados encontrados mostram a eficácia desses métodos no alívio da dor, além de demonstrar como a categoria da enfermagem vem buscando utilizar essas práticas durante o TP, promovendo uma assistência com mais humanização na clínica obstétrica, afim de

minimizar a quantidade de medidas invasivas que são impostas durante a rotina do hospital. (MAFETONI; SHIMO, 2014). De modo geral, o TP é marcado por duas fases, denominadas, latente, na qual as contrações acontecem de forma regular podendo a dilatação cervical ir de 1 a 5 cm e ativa, na qual as contrações se tornam mais frequentes e intensas, podendo a dilatação alcançar até 10 cm, nesse momento as mulheres referem cólica abdominal, desconforto em baixo ventre e na parte das costas, isso acontece porque os níveis de adrenalina aumentam com o sentimento de medo e ansiedade, elevando ainda mais o nível de dor, em resposta a isso são produzidos hormônios que amenizam essa carga negativa, sendo a endorfina um dos principais analgésicos endógenos (COELHO; ROCHA; LIMA, 2017). Desde a década de 60 que os métodos não farmacológicos são estudados e analisados, mas a sua eficácia ainda é questionada. A quantidade de publicações encontradas foram suficientes para discutir acerca do tema desenvolvido, isso comprova que os MNFs estão sendo constantemente aplicados na prática clínica trazendo melhorias para a área da saúde. (OSÓRIO; SILVA JÚNIOR; NICOLAU, 2014). Desse modo, o uso do exercício respiratório, utilizado de forma lento e profundo foi associado junto do relaxamento muscular, mas não houve redução significativa nos escores de dor com essa combinação, apenas uma sensação de bem-estar físico e emocional, reduzindo o grau de ansiedade da parturiente. (MAFETONI; SHIMO, 2014). Outro método efetivo é a mobilidade corporal, a qual foi orientada e incentivada pelo profissional, apresentando resultados positivos durante o TP, como a tolerância a dor. Foi citado que a deambulação traz liberdade para a parturiente, tirando o foco da dor causado pelas contrações. Fisiologicamente, é muito melhor pra gestante e para o feto manter-se em movimento, pois o útero tende a contrair-se mais rapidamente e o fluxo sanguíneo que chega ao feto pela placenta é mais volumoso, tornando o processo mais curto. (MAFETONI; SHIMO, 2014). Vale destacar o banho de imersão como uma estratégia considerada importante, já que foi visto que torna o processo menos doloroso, mas deve-se frisar que a falta de recursos estruturais em algumas instituições não colaboram para que essa ação seja mais utilizada. A água tem um efeito de relaxamento, por isso só deve ser utilizada quando a mulher tiver entre o 5 e 6 cm de dilatação para que não haja desaceleração do TP (MAFETONI; SHIMO, 2014). Conforme, (Hanum, *et al.* (2017) O banho morno é uma medida amparada pela literatura por ser bem utilizado, além de ser bastante elogiado pelas parturientes, essa método atua promovendo relaxamento, amenizando a dor, a ansiedade e o estresse e sendo associada a outros métodos como massagem e exercícios respiratórios, essa prática se torna ainda mais efetiva. Diante dos estudos foram vistos que as terapias complementares como: acupuntura e auriculoterapia, sendo utilizadas durante o TP tem papel benéfico, proporcionando alívio da dor nos 30 minutos iniciais do tratamento, o feedback das parturientes durante o puerpério com relação a técnica foi muito positiva, possibilitando sentimentos que acalmam, tranquilizam e diminuem o cansaço, além de tratar-se de medidas seguras e de baixo custo (CLEROBIN; OLIVEIRA; BRISOLA, 2016). Segundo Souza, Aguiar, Silva (2015) A bola suíça demonstrou ser uma medida eficaz para ajudar na progressão do parto, favorecendo a descida do feto, aumentando a dilatação do colo e estimulando a movimentação da parturiente, trazendo benefícios de bem estar psicológicos que amenizem o desconforto. O estudo também mostrou que o uso da bola junto ao banho de aspersão promoveu relaxamento, diminuindo a ansiedade, sendo considerada uma

prática segura. De acordo com os relatos das gestantes, o suporte contínuo com doulas e com um acompanhante de sua escolha, ajuda muito na diminuição do tempo do TP, além de torna o processo mais rápido, elas referiram sentimentos de satisfação e uma sensação de bem estar, pois muitas relataram sentirem medo de ficar sozinha (MEDEIROS *et al.*, 2015). Foi constatado através de relatos das parturientes que a assistência prestada pela equipe de enfermagem, realmente se preocupa e busca ofertar medidas que promovam o bem estar físico e mental. Incluindo assim ações, como diálogo, um toque, uma massagem, banhos, incentivos a deambulação, um ambiente acolhedor, a presença de um acompanhante e de um profissional, utilizando sempre a humanização na assistência, muitas mulheres citaram que o cuidado prestado foi melhor do que elas esperavam, comprovando que a enfermagem possui eficácia no alívio da dor no percurso do parto. (BEZERRA; MELO; OLIVEIRA, 2017). **CONCLUSÃO:** É necessário trazer para a prática clínica, alternativas naturais que promovam conforto, segurança e valorize a liberdade da mulher. Os resultados do estudo mostraram como a enfermagem contribui e busca ofertar MNFs, sendo eles, essenciais para o incentivo do enfrentamento da dor durante o TP. Por outro lado é visto que o número de procedimentos invasivos, muitas vezes desnecessários, é usado rotineiramente no serviço hospitalar, isso requer uma reflexão que acarretem em mudanças que minimizem esse quantitativo. O uso dessas medidas vem crescendo cada vez mais de acordo com as evidências científicas e sua eficácia é demonstrada através das experiências vivenciadas pelas parturientes, que relataram que o parto se torna menos tenso, pois há uma diminuição da ansiedade e estresse, diminui o tempo de TP, ajuda na descida do feto, promove relaxamento, ameniza a dor, promove o conforto e confiança. Essa RI permitiu observar a importância do enfermeiro no processo de parturição, dando mais visibilidade a inserção da categoria da enfermagem na assistência obstétrica, possibilitando um cuidado mais qualificado e humanizado durante o parto, além de contribuir na melhoria da assistência. Diante disso fica clara a necessidade de novas pesquisas para dar suporte ao seu uso na prática clínica.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretriz Nacional de Assistência ao Parto Normal**. Relatório de recomendação CONITEC. Brasília-DF, jan. 2016. Disponível em: http://conitec.gov.br/images/Consultas/2016/Relatorio_Diretriz-PartoNormal_CP.pdf. Acesso em: 28 maio 2018.
- _____. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde Gravidez, parto e nascimento com saúde, qualidade de vida e bem-estar / Ministério da Saúde**, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno. Área Técnica de Saúde da Mulher. – Brasília- DF: Editora do Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/gravidezpartonascimentosaudequalidade.pdf>. Acesso em: 28 maio 2018.
- BEZERRA, Hélyda de Souza; MELO Tulio Felipe Vieira; OLIVEIRA, Dannielly Azevedo de. Satisfação das mulheres quanto à assistência recebida da enfermagem no pré-parto. **Revista de Enfermagem UFPE online**. Recife. v.11, n.5, p. 18852-1857, maio, 2017. Disponível em: <http://pesquisa.bvsalud.org/cvsp/resource/pt/bde-31375?lang=pt>. Acesso em: 08 maio 2018.
- CHEROBIN, Fabiane; OLIVEIRA, Arnildes Rodrigues; BRISOLA, Ana Maria. Acupuntura e auriculoterapia como métodos não farmacológicos de alívio da dor no processo de parturição. **Cogitare Enfermagem**. v.21, n.3, p.01-08, jul./set. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/45152/pdf>. Acesso em: 22 maio 2018.
- COELHO, Kathlin Cristina; ROCHA, Ivanilde Marques da Silva; LIMA, Anderson Luiz da Silva. Métodos não farmacológicos para alívio da dor durante trabalho de parto. **Revista Recien**. São Paulo. v.7, n. 21, p.14-21, abr. 2017. Disponível em: <https://www.recien.com.br/index.php/Recien/article/view/244/pdf>. Acesso em: 13 ago. 2018.
- HANUM, Samira dos Passos *et al*. Estratégias não farmacológicas para alívio da dor no trabalho de parto: efetividade na perspectiva da parturiente. **Revista de Enfermagem da UFPE**. v. 11, n. 8, p. 3303-3309, ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/110197/22089>. Acesso em: 13 set. 2018.
- MAFETONI, Reginaldo Roque; SHIMO, Antonieta Keiko Kakuda. Métodos não farmacológicos para alívio da dor no trabalho de parto: revisão integrativa. **Revista mineira de enfermagem**. Minas Gerais. v.18, n.2, p. 505-512, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20140037>. Acesso em: 08 maio 2018.
- MEDEIROS, Juliana *et al*. Métodos não farmacológicos no alívio da dor de parto: percepção de puérperas. **Revista espaço para a saúde**. Londrina. v.16, n.2, p.37-

44, abr/jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22421/1517-7130.2015v16n2p37>. Acesso em: 22 maio 2018.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVAO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm.** Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 mar. 2018.

OSÓRIO, Samara Maria; SILVA JÚNIOR, Lourival Gomes da; NICOLAU, Ana Izabel Oliveira. Avaliação da efetividade de métodos não farmacológicos no alívio da dor do parto. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**. v.15, n.1, p.174-84, jan./fev. 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3240/324030684022/>. Acesso em: 22 maio 2018.

SOUZA, Émilin Nogueira Silva; AGUIAR, Maria Geralda Gomes; SILVA, Bianka Sousa Martins. Métodos não farmacológicos no alívio da dor: equipe de enfermagem na assistência a parturiente em trabalho de parto e parto. **Enfermagem Revista**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 42-56, mar. 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/enfermagemrevista/article/view/11693>>. Acesso em: 22 maio 2018.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍFILIS CONGÊNITA NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN

Maria Cristiana da Silva Souto
Damares da Silva Barreto
Renata Silva de Medeiros Santos
Ingrid Silva Lima Paulino
Dayane de Souza Laurentin

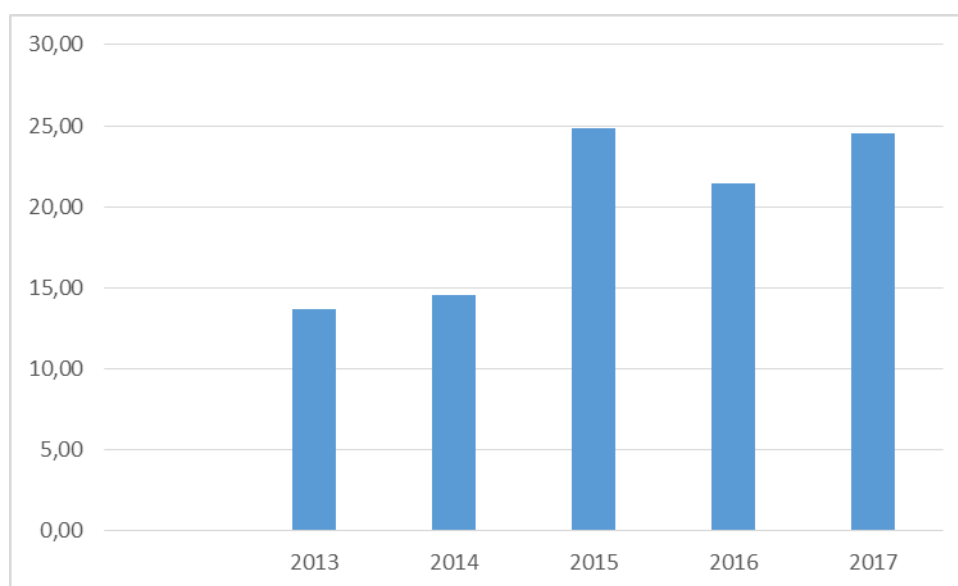
RESUMO: A sífilis, é uma doença infecciosa e sexualmente transmissível (IST), causada pelo *Treponema pallidum*. Quando adquirida e não tratada na gestação, poderá causar mortes fetais e neonatais precoces, com alta probabilidade de transmissão vertical, principalmente nas fases primária e secundária, aumentando o risco de mortes perinatais (NEWMAN *et al.*, 2013). Este estudo teve como objetivo identificar o perfil epidemiológico dos casos de sífilis congênita, no município do Natal/RN, no período de 2013 a 2017. Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, desenvolvido por meio de série temporal entre 2013 a 2017, com uma abordagem quantitativa, realizado no município de Natal/RN. Em Natal, foram notificados 1523 casos de SC entre os anos de 2013 a 2017. A maior frequência dos casos se deu em mães com escolaridade da 5ª à 8ª série incompleta do ensino fundamental, que correspondeu a 38,01%, seguido do ensino médio completo com 10,9%. Dos casos notificados 83,72% das gestantes realizaram pré-natal 8,8% tiveram diagnóstico durante esse período. A realização de estudos epidemiológicos permite uma melhor compreensão da doença e contribui para o planejamento.

Palavras-chave: Gravidez. Pré-natal. Sífilis Congênita.

INTRODUÇÃO: A sífilis, é uma doença infecciosa e sexualmente transmissível (IST), causada pelo *Treponema pallidum*. Quando adquirida e não tratada na gestação, poderá causar mortes fetais e neonatais precoces, com alta probabilidade de transmissão vertical, principalmente nas fases primária e secundária, aumentando assim o risco de mortes perinatais (NEWMAN *et al.*, 2013). É um grave problema de Saúde Pública, em nível global, mesmo com diagnóstico que são considerados de baixo custo e efetividade do tratamento, o qual é reconhecido desde a década de 1950 (OPAS, 2012). Devido a esses fatos e a relevância dessa doença na saúde pública, no Brasil, no ano de 1986, por meio da Portaria Ministerial Nº 542, foi inserida na lista nacional de doenças e agravos de notificação compulsória, tornando obrigatória para todos os profissionais de saúde a realização da notificação (BRASIL, 1986). Estudo realizado pelo Ministério da Saúde, com uma amostra de 36000 gestantes, distribuídas nas regiões do país, obteve como resultado as prevalências da sífilis em gestante por região foi de 0,85% para o Brasil como um todo, 1,05% para a região Norte, 1,14% para o Nordeste, 0,73% para o Sudeste, 0,48% para o Sul e 1,20% para o Centro-Oeste. Este mesmo estudo verificou que em 2013, a taxa de detecção foi de 7,4 casos de sífilis em gestantes para cada 1 000 nascidos vivos. É uma preocupação do Ministério da Saúde debelar a sífilis congênita, uma vez que o diagnóstico e tratamento devem ser feitos ainda no pré-natal (BRASIL, 2015). Mediante essa necessidade, a atuação da Atenção Básica à saúde, se torna imprescindível para a redução da prevalência da Sífilis Congênita

(SC), por ser a principal porta de entrada dos serviços. As equipes de Saúde da Família é o principal fio condutor desse processo, devido à proximidade com o paciente, e sua contribuição para mudança no quadro epidemiológico da doença. Para tanto, devem ser capacitados e assim tenham um olhar interdisciplinar, pois se trata de uma doença complexa e que envolve todo o processo de diagnóstico e cura (GRUMACH *et al.*, 2007). Mediante esse cenário Silva *et al.* (2015), relata que no Brasil, existe muita discussão a respeito desse tema, no entanto, a escassez de estudos que retratem o perfil epidemiológico em diversos locais dificulta uma discussão maior entre profissionais e gestores. Este estudo teve como objetivo identificar o perfil epidemiológico dos casos de sífilis congênita, no município do Natal/RN, no período de 2013 a 2017. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, desenvolvido por meio da série temporal entre 2013 a 2017, com uma abordagem quantitativa, realizado no município de Natal/RN. Os dados foram coletados no DATASUS. As variáveis estudadas, foram: frequência de casos notificados de sífilis congênita, escolaridade da mãe, se realizou pré-natal, e o momento de identificação da doença. Para proceder à análise, primeiramente, os dados foram digitados em planilhas de cálculos dos programas Microsoft Office Excel, em seguida analisados por meio da estatística descritiva, utilizando-se de cálculos de frequência simples. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Em Natal, foram notificados 1523 casos de SC entre os anos de 2013 a 2017.

Gráfico 01 – Frequência dos casos de sífilis congênita notificados no período de 2013 a 2017, no município de Natal/RN.

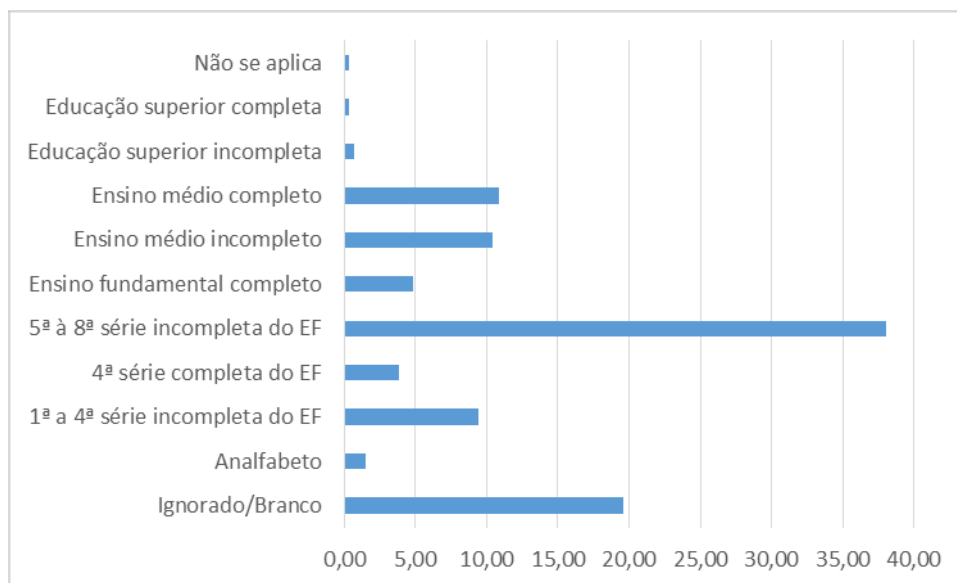


Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net., 2013 – 2017.

Durante o período estudado, conforme percebido no gráfico 1, ocorreu um comportamento crescente de casos em todos os anos. No ano de 2015, apresentou a maior frequência a qual correspondeu a 24,82%, seguido dos anos de 2017, 2016, 2014 e 2013, com as respectivas frequências, a saber: 24,5; 21,5; 14,6 e 13,7%.

Fatores como às desigualdades sociais e à fragilidade na cobertura e assistência do pré-natal ofertados à população, principalmente no nível da atenção básica, também são citados por Araújo *et al.* (2012). Moreira *et al.* (2017) em seu estudo, atribuiu o aumento da incidência dos casos de SC à melhoria da notificação e investigação dos casos, bem como a maior qualidade de detecção de sífilis gestacional no pré-natal.

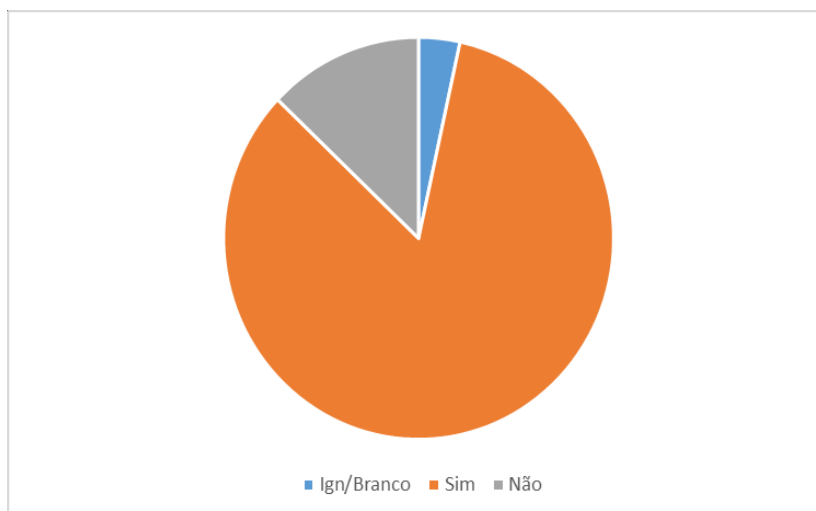
Gráfico 02 – Frequência dos casos de sífilis congênita notificados, segundo escolaridade da mãe, no período de 2013 a 2017, no município de Natal/RN.



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net., 2013 – 2017.

De acordo com o gráfico 2 a maior frequência dos casos se deu em mães com escolaridade da 5ª à 8ª série incompleta do ensino fundamental, que correspondeu a 38,01%, seguido do ensino médio completo com 10,9%. A baixa escolaridade torna-se desafio para a saúde pública, pois a compreensão adequada sobre a patologia, tratamento e prevenção é de suma importância para acompanhamento adequado das gestantes diagnosticadas com sífilis (MOREIRA *et al.*, 2017). A luz da reflexão de Mesquita *et al.* 2012, esse atribuiu que quanto maior o nível de escolaridade, melhor conduta terá quanto a adoção de hábitos saudáveis. Bowen *et al.* (2015) cita que as mulheres com sífilis possuem as seguintes características: são jovens, pardas, com baixa escolaridade e que realizaram o pré-natal.

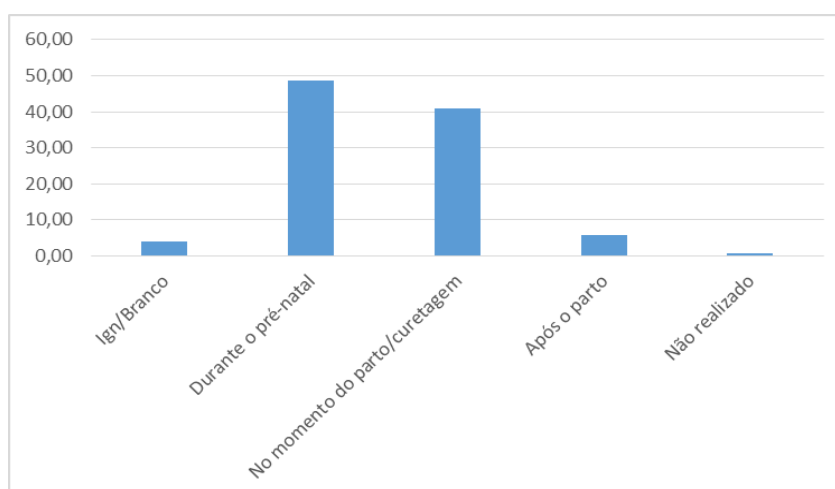
Gráfico 03 – Frequência dos casos de sífilis congênita notificados, segundo a variável realização do pré-natal, no período de 2013 a 2017, no município de Natal/RN.



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net., 2013 – 2017.

O gráfico 3 apresenta que neste estudo 83,72% realizaram pré-natal. Apesar do pré-natal, Moreira et al (2017) afirma que esse é o momento da mulher ser acolhida para garantir gestação segura a ela e ao feto, no entanto, pôde verificar em seu estudo, que das 198 gestantes pesquisadas, 157 (79,29%) realizaram o pré-natal, e mesmo assim tiveram filhos portadores da SC. Ressalta ainda que é no pré-natal que ocorre a realização do diagnóstico precoce da sífilis materna, bem como o seu tratamento, que deve ocorrer em tempo oportuno, para que assim possa prevenir a transmissão vertical para o recém-nascido.

Gráfico 04 – Frequência dos casos de sífilis congênita notificados, segundo o momento da detecção da doença, no período de 2013 a 2017, no município de Natal/RN.



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

Observa-se no gráfico 4 que os diagnósticos, da sífilis nas gestantes, ocorreram durante o pré-natal, representando 48,8%. A despeito do pré-natal, Moreira et al (2017) afirma que esse é o momento da mulher ser acolhida para garantir gestação segura a ela e ao feto, no entanto, pôde verificar em seu estudo, que das 198 gestantes pesquisadas, 157 (79,29%) realizaram o pré-natal, e mesmo assim tiveram filhos portadores da SC. Lafetá et al (2016), verificou, em estudo semelhante que no período de 2007 e 2013, 64,8% dos casos não foram tratados corretamente, tal fato pode ter contribuído para esse aumento de casos. Destaca ainda que a prevenção nos casos da SC está na dificuldade do diagnóstico e do tratamento precoce e adequado. Atribui-se ainda que a falta de matéria prima para produção de Penicilina pode ter contribuído ainda para o aumento significativo desses casos (MOREIRA *et al.*, 2017). **CONCLUSÃO:** O estudo identificou que o ano com maior frequência de casos foi o de 2015, quanto a escolaridade dessas mulheres, possuíam ensino fundamental incompleto, e que realizaram pré-natal, sendo diagnosticadas nesse período. A realização de estudos epidemiológicos permite uma melhor compreensão da doença e contribui para o planejamento das ações de promoção e proteção à saúde para os grupos mais vulneráveis, e com isto, poderá reduzir a prevalência da SC. Outro ponto importante para destacar é a realização do teste rápido ser realizado nos três trimestres da gravidez, para que assim possam diagnosticar e tratar todos os casos antes do parto.

REFERÊNCIA

ARAÚJO CL, Shimizu HE, Sousa AIA, Hamann EM. Incidência da sífilis congênita no Brasil e sua relação com a Estratégia Saúde da Família. **Rev Saúde Pública**. 2012; v.46, n.3, p.479-486.

BOWEN V, Su J, Torrone E, Kidd S, Weinstock H. Increase in incidence of congenital syphilis: United States of America, 2012-2014. *MMWR Morb Mortal Wkly Rep*. 2015 nov., 64(44):1241-5.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Boletim Epidemiológico - Sífilis**. v. IV, n. 1. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2015/57978/_p_boletim_sifilis_2015_fechado_pdf_p__18327.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 542, de 22 de dezembro de 1986**. Dispõe sobre o sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 24 dez.1986; seção 1.p.19827.

GRUMACH A. S., *et al.*. **A (des)Informação relativa à aplicação da penicilina na rede do sistema de saúde do Brasil: o caso da sífilis**. *J Bras Doencas Sex Transm*. 2007;19(3-4):120-7.

LAFETÁ KRG, Martelli Júnior H, Silveira MF, Paranaíba LMR. Sífilis materna e congênita, subnotificação e difícil controle. **Rev. bras. epidemiol.** [Internet] 2016; 19(1).

MESQUITA KO, *et al.* **Análise dos casos de sífilis congênita em Sobral.** Ceará: contribuições para assistência pré-natal. DST-J Bras Doenças Sex Transm. [Internet] 2012; 24(1).

NEWMAN L, Kamb M. *et al.* **Global estimates of syphilis in pregnancy and associated adverse outcomes:** Analysis of multinational antenatal surveillance data. PLOS Medicine. 2013;10 (2).

ORGANIZACIÓN Pan-Americana de la Salud. **Análisis de la situación al año 2010:** eliminación de la transmisión maternoinfantil del VIH y de la sífilis congénita en la Región de las Américas [Internet]. Washington: Organización Pan-Americana de la Salud, 2012.

SILVA LSR, Rocha SS, Silva TA, Andrade WL, Silva WMP. Análise dos casos de sífilis congênita nos últimos 20 anos: uma revisão da Literatura. *In: Anais do 18º Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem.* 15 – 18 set. 2015. João Pessoa. Brasília: Conselho Federal de Enfermagem; 2015.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM PARA O ALÍVIO DA DOR ATRAVÉS DE MÉTODOS NÃO FARMACOLÓGICOS NO RECÉM-NASCIDO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

AUTORAS:

Rennya de Sousa Saraiva Alves
Clesia Raylli Souza de Oliveira
Karolina de Moura Manso da Rocha

RESUMO: Trata-se de uma Revisão Integrativa desenvolvida entre março a setembro de 2018, com o objetivo de identificar na literatura as principais ações não farmacológicas realizadas pelo profissional de enfermagem para o alívio da dor no RN da UTIN. Foram utilizados 12 artigos, a partir dos seguintes critérios de inclusão: trabalho completo, disponíveis em língua portuguesa, publicados no período de 2010 a 2018 e coerentes com a temática abordada. Assim, foi percebido que, de acordo com a literatura, a enfermagem pode promover o alívio da dor no RN utilizando métodos não farmacológicos, promovendo conforto e bem estar.

Palavras- chaves: Assistência de enfermagem. Dor. Método não farmacológico.

INTRODUÇÃO: A estadia dos recém-nascidos (RN) na UTIN não é um processo simples, o mesmo se encontra em um local restrito, no qual permanece exposto a diversos estímulos desagradáveis o que leva a alterações nos seus parâmetros vitais, dentre eles a dor e o estresse, causados por procedimentos dolorosos, ruídos, manipulação excessiva, luz intensa dentre outros. Sendo assim deve-se ressaltar importância do cuidado a partir de uma visão holística, com o objetivo de reduzir os efeitos nocivos desta internação. (RAMADA; ALMEIDA; CUNHA; 2013). Segundo Pacheco *et al.* (2014) A UTIN vem passando por avanços tecnológicos e científicos, o que auxiliou na diminuição da morbimortalidade. Com tudo não há como evitar expor os neonatos a intervenções dolorosas, que na maioria das vezes se faz necessário em virtude da terapêutica adequada à reabilitação dos mesmos. Os RNS São submetidos em média 12 procedimentos por dia onde a punção do calcâneo é um dos mais frequentes (CASTRAL *et al.*, 2012). Conforme FARIAS *et al.* (2011; p. 867) “dor é uma experiência sensorial e, emocionalmente, desagradável, associada a um dano real ou potencial nos tecidos ou descrito em termos desse dano”. É apontado como o quinto sinal vital, salientando seu significado com o intuito de orientar os profissionais que atuam nos cuidados aos neonatos, da importância tanto na mensuração, avaliação como também no tratamento (PACHECO *et al.*, 2012). Até meados da década de 1970, acreditava-se que o recém-nascido (RN) não sentia dor. Havia a suposição de que o seu sistema nervoso central ainda imaturo, era incapaz de realizar efetivamente a condução de estímulos dolorosos, pela falta de mielinização e ausência de memória, sendo a dor desconsiderada durante muitos anos. Atualmente, constitui evidência que o sistema nervoso do mesmo está formado com origem na sétima semana de gestação (FARIAS *et al.*, 2011). O RN não é capaz de expressar de forma verbal a dor que sente, com isso não quer dizer que não sintam dor, e o enfermeiro precisa estar atento para interpretar sua

linguagem própria. Estudos recentes mostram que os mesmos possuem componentes anatômicos, neuroquímicos e funcionais necessários para receber e transmitir estímulos dolorosos e que a mielinização incompleta vem ser compensada pelo menor distanciamento intramural o qual aumenta a velocidade média de condução nervosa (CAETANO *et al.*, 2016). O Neonato exposto a estímulos frequente e prolongado a dor e estresse, está susceptível a prejuízos no sistema nervoso central levando a uma instabilidade da criança doente. O que também pode induzir a uma alteração permanente em virtude do desenvolvimento da plasticidade do cérebro imaturo, alterando assim o sistema de dor somado a diminuição do limiar de dor. De acordo com este desequilíbrio pode haver nestes pacientes uma elevação da mortalidade também podendo a longo prazo levar a prejuízos como dificuldade de interação, déficit neurológico, de aprendizagem e cognição (OLIVEIRA *et al.*, 2011). Os métodos de prevenção à dor são considerados importantes não só pelos seus princípios éticos, mas também pelo potencial deletério devido a exposições repetidas do RN a dor. Porém todos os conhecimentos clínicos na área da dor neonatal, não estão sendo adotados efetivamente na prática clínica. Pode-se observar uma distância em relação ao conhecimento sobre os métodos não farmacológicos utilizados para reduzir a dor desses pacientes e observa-se pouca abordagem na literatura brasileira sobre a prevenção e o tratamento utilizando esses métodos. Constituindo-se em um grande desafio para os profissionais da enfermagem do século XXI (AQUINO; CRISTOFFEL, 2010). O estudo justifica-se pelo fato da necessidade do preparo da equipe de enfermagem para o cuidado prestado ao RN na UTIN no que diz respeito à utilização das intervenções não farmacológica para a prevenção e alívio da dor, pois os mesmos podem vir a deparar-se com dificuldades, impedindo assim um cuidado adequado e eficiente, e quando a dor é tratada ou prevenida de forma ineficiente pode aumentar o risco de danos à saúde do paciente, sendo imprescindível que os mesmos se adequem também aos avanços tecnológicos que tem proporcionado maior sobrevivência a estes pacientes, mas sem perder o foco de que o centro do cuidado deve ser o cliente (AQUINO; CRISTOFFEL, 2010). A motivação do autor partiu das aulas sobre RNs em UTI e a leitura de artigos, pois como foi dito anteriormente a dor é algo muito presente nestes pacientes e o enfermeiro consegue ter autonomia na prescrição dos métodos não farmacológicos, e também é um modo de promover um cuidado não apenas medicamentoso, mas também humanizado levando alívio da dor, qualidade da assistência e conforto. Considerando a relevância do tema, este estudo parte da seguinte questão de pesquisa: Como o profissional de enfermagem pode promover o alívio não farmacológico nos RN's da UTIN? O presente estudo tem o objetivo de Identificar na literatura as principais ações não farmacológicas realizadas pelo profissional de enfermagem para o alívio da dor no RN na UTIN.

METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão integrativa, que é um método de pesquisa criteriosa e relevante, empregados como melhor forma de fornecer conhecimento. Tem a finalidade de compilar os resultados obtidos, sobre um tema após uma análise ampla, para ser criticamente analisado por profissionais, dar subsídios à tomada de decisão e a melhorias das práticas clínicas (ERCOLE; MELO; ALCOFORADO, 2014). Para se construir uma revisão integrativa se fez necessário

percorrer seis distintas etapas, as quais são: a identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa; o estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/amostragem ou busca na literatura; definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/ categorização dos estudos; avaliação dos estudos incluídos; interpretação dos resultados; e apresentação da revisão/síntese do conhecimento (ERCOLE; MELO; ALCOFORADO, 2014). A Busca pelos artigos ocorreu nos meses de março a setembro de 2018 nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS): Literatura Latino-americana e do caribe em Ciência em Saúde (LILACS), base de dados bibliográficas especializada na área de Enfermagem (BDENF), Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE), Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica em Linha) (SCIELO). Para a busca do material foi utilizados os seguintes descritores ciência em saúde (DECS): Assistência de enfermagem, neonatologia, dor, revisão Integrativa e conceito e para a seleção, foi adotado como refinamento o operador booleano OR e os cruzamentos foram: Assistência de enfermagem or neonatologia, onde foram encontrados 11 artigos nas bases de dados lilacs, mediline e BDENF; dor or neonatologia 03 artigos nas bases scielo, e revisão integrativa or conceito 03, na scielo. Também utilizado o booleano AND e os cruzamentos foram: dor AND toque terapêutico resultando em 01 artigo na base scielo, dor and método não farmacológico 01 artigos na base de dado lilacs e 01 na base scielo, e dor and mãe canguru 01 na base mediline. Utilizou-se como critério de inclusão para a seleção do manuscrito: Trabalho completo, disponíveis em língua portuguesa, publicados no período de 2010 a 2018 e coerentes com a temática abordada. Quanto aos critérios de exclusão destacam-se: artigos duplicados, em forma de resumo, cartas ao editor e trabalhos que não abordem a temática. Resultando no total em 08 artigos. Após a seleção de todos os artigos, foi realizada uma criteriosa análise dos textos, a partir de uma ampla leitura com a síntese dos dados coletados, destacando os cuidados de enfermagem no alívio da dor ao RN pré-termo em UTI, prontamente referenciando, respeitando seus autores e outras fontes utilizadas e contemplando rigor ético relacionado à propriedade intelectual dos artigos científicos, tanto nos conteúdos quanto nas citações dos textos consultados. **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:** Em relação aos resultados, foram selecionados oito estudos relevantes, os quais atendiam aos critérios esperados em relação à temática abordada, que compõem o presente estudo. Em seguida será apresentada uma abordagem geral dos manuscritos.

Quadro 1 - Serão apresentados elementos analisados como ano de publicação, objetivo, metodologia, ações não farmacológicas, Conclusão. Natal, 2018.

TÍTULO	AUTORES	ANO	OBJETIVO	METODOLOGIA	AÇÕES NÃO FARMACOLÓGICAS PARA O ALÍVIO DA DOR	CONCLUSÃO

Dor Neonatal: medidas não-farmacológicas utilizadas pela equipe de enfermagem.	AQUINO, CHRISTOFFE L,	2010	Identificar os procedimentos considerados dolorosos pelos profissionais de enfermagem e verificar as medidas não farmacológicas de alívio da dor e de conforto empregadas pelos profissionais de enfermagem no cuidado neonatal.	Trata-se de um estudo descritivo, exploratório quantitativo.	-Sacarose	Para o cuidado com o recém-nascido na UTI neonatal e para a promoção do alívio da dor, é necessário e recomendando a capacitação e o treinamento dos profissionais de enfermagem, para a adoção de medidas adequadas para o alívio da dor no RN. Sendo uma dessas medidas a sucção não nutritiva.
Cuidado de enfermagem no alívio da dor de recém-nascido: revisão integrativa.	FARIAS <i>et al.</i>		Identificar em publicações de enfermagem as ações não farmacológicas para o alívio da dor no RN.	Método de revisão integrativa.	- Musicoterapia - Solução glicosada	São varias as medidas não farmacológicas para alívio da dor, e se faz necessário o estabelecimento de protocolos pelo enfermeiro para assistência do RN com dor.
Implementação de medidas para o alívio da dor em neonatos pela equipe de enfermagem	OLIVEIRA <i>et al.</i>	2011	Identificar a implementação de medidas para o alívio da dor em neonatos pelos profissionais de Enfermagem, bem como caracterizá-las em tipo, frequência e finalidade da aplicação.	Trata-se de uma pesquisa descritiva, transversal e de abordagem quantitativa.	- Toque terapêutico	Foram demonstrados diversos métodos não farmacológicos, os quais são divulgados pela literatura como métodos eficientes e que precisam ser estimulados nas UTINS, juntamente com a equipe de enfermagem, ressaltando a continuidade dos estudos sobre a temática e a

						elaboração de protocolos.
O cuidado pelo enfermeiro ao recém-nascido prematuro frente à punção venosa,	PACHECO <i>et al.</i>	2012	Descrever de que forma o enfermeiro realiza os cuidados para minimizar a dor antes, durante e após a punção venosa em recém-nascidos prematuros.	Trata-se de um estudo qualitativo,	- Posicionamento, contenção e organização do recém-nascido de forma confortável. (ninho) -Acalento, aconchego e manuseando de forma cuidadosa.	Concluiu-se que é necessário que o enfermeiro assuma seu importante papel na redução da dor no RN durante a punção venosa, prevenindo assim possíveis danos a saúde mental e física.
Fatores maternos influenciam a resposta à dor e ao estresse do neonato em posição canguru	CASTRAL <i>et al.</i>	2012	Investigar a associação entre os fatores maternos (comportamento, depressão e/ou ansiedade e estresse) e a resposta à dor e ao estresse de RNs, submetidos à punção de calcâneo para exame de triagem neonatal em posição canguru.	Trata-se de estudo descritivo, exploratório.	- Posição canguru	O estresse materno durante o parto é transmitido ao RN, causando algumas alterações fisiológicas. Espera-se que a partir do presente estudo aja um reconhecimento da importância do veículo mãe e filho, e a implementação de uma assistência ao RN mais humanizada pela equipe de enfermagem.
O recém-nascido com dor: atuação da equipe de enfermagem	CAETANO <i>et al.</i>	2013	Descrever as formas de avaliação de dor do recém-nascido utilizadas pela equipe de enfermagem e analisar a prática da enfermagem	Estudo quantitativo de caráter descritivo, tipo exploratório e transversal,	-Sucção não nutritiva	A avaliação e o manejo da dor ainda são feitos de maneira empírica sem uma padronização pelos profissionais de enfermagem, que ainda não

			quanto ao manejo da dor do neonato.			tem consciência do seu Papel na assistência ao neonato, apesar de tomar atitudes frente a dor do RN.
Toque terapêutico: influência nos parâmetros vitais de recém-nascidos.	RAMADA, ALMEIDA, CUNHA	2013	Comparar os parâmetros vitais apresentados por recém-nascidos internados na terapia intensiva neonatal antes e após a aplicação do toque terapêutico.	Trata-se de um estudo de campo, do tipo quase-experimental, de abordagem quantitativa.	-Toque Terapêutico	Foi evidenciado por estudos que o toque terapêutico além de produzir relaxamento da dor no RN, mostrou alterações nos parâmetros vitais e estreitamento nos laços afetivos familiares.
Prevenção e manejo não farmacológico da dor no recém-nascido.	MOTTA, CUNHA	2015	Apresentar os principais métodos não farmacológicos de alívio da dor no recém-nascido disponíveis para utilização na Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal.	Pesquisa bibliográfica do tipo exploratória.	-Sucção não nutritiva -Solução glicosada -Amamentação -Contato pele a pele (posição canguru) -Contenção facilitada e enrolamento (ninho)	O uso dos métodos não farmacológicos são essenciais para uma assistência humanizada ao RN e para a prevenção de danos, contudo mesmo com a sensibilização da equipe não são utilizados nos procedimentos de rotina. Sendo importante o desenvolvimento de estratégias para utilização desses métodos por cada serviço.

Fonte: Autoria própria, 2018.

As medidas não farmacológicas adotadas para sanar a dor, são consideradas intervenções não invasivas, compreendendo assim um conjunto de medidas de ordem física, emocional comportamental e educacional, sendo na maioria das

vezes de baixo custo, de fácil aplicação e com pequenas chances de complicações. Profissionais de neonatologia e pesquisadores acreditam não só na efetividade desses métodos, mas também na boa organização do RN e na promoção de sua estabilidade, conservando assim energias para seu crescimento e desenvolvimento (OLIVEIRA *et al.*, 2011). Profissionais de enfermagem tem um importante papel na diminuição e no controle da dor e sofrimento dos RNs na unidade de terapia intensiva neonatal (UTIN), pois passam a maior parte do tempo junto a estes pacientes e também são responsáveis pela maioria das intervenções dolorosas tão comuns nas unidades neonatais. E com isso uma assistência humanizada e de qualidade depende da sensibilização da equipe (CAETANO *et al.*, 2013). Nos bebês os métodos não farmacológicos são indicados nos casos de dor aguda provocada por procedimentos menos complexos como: aspiração, punção venosa, coleta de sangue e punção do calcanhar. Nestes casos os procedimentos podem se realizados durante a amamentação ou sucção não nutritiva, estimulação multissensorial, contato pele com pele, amamentação, entre outros. Podendo haver a possibilidade de associação de métodos não farmacológicos e farmacológicos para potencializar seu efeito no alívio da dor (PACHECO *et al.*, 2012). Segundo Motta e Cunha (2015) a sucção é um reflexo natural do neonato sendo a sucção não nutritiva, uma das medidas mais utilizados na UTIN, promovendo além do alívio da dor, calma e conforto. Este método pode ser adotado utilizando chupeta ou dedo enluvado, levando assim a minimização da hiperatividade e o desconforto, além de reduzir a intensidade e a duração da dor aguda do RN que passam por procedimentos dolorosos. Dentre os efeitos proporcionados pela sucção não nutritiva estão à redução da frequência cardíaca e do gasto de energia, aumento da oxigenação, melhora das funções gastrointestinais e também respiratórias. Contudo a chupeta não é uma opção adequada, pois pode estimular o desmame precoce e promover mais efeitos deletérios do que benéficos (CAETANO *et al.*, 2013). Conforme Farias *et al.* (2011) em relação ao uso da glicose, embora o mecanismo de redução da dor ainda não estar bem definido a partir de sua administração, sabe-se que o açúcar promove a liberação de endorfinas, substância essa que promove bem estar produzida pelo copo. A sacarose tem um grande efeito analgésico, sendo um dos mais usados durante os procedimentos dolorosos e o enfermeiro possui um importante papel na implementação deste método durante estes procedimentos, cabendo aos profissionais se sensibilizar e se conscientizar em implementar medidas terapêuticas (AQUINO; CHRISTOFFEL; 2010). De acordo com Ramada, Almeida e Cunha (2013) o toque terapêutico é um método no qual por meio das mãos são transferidos para o corpo do paciente, amor, energia e calor. O praticante procura harmonia com o campo universal, buscando dirigir a energia vital do RN restabelecendo assim sua vitalidade, promovendo seu bem estar. E além desta troca de energia entre o terapeuta e o cliente, este método como alguns tipos de massagens, produz também estimulação mecânica dos tecidos a partir da aplicação e pressão dos tecidos moles e em consequência estimula terminações nervosas receptoras. Porém em neonatos instáveis fisiologicamente, o toque (alisamento repetitivo) pode provocar estresse comportamental e dessaturação de oxigênio (OLIVEIRA *et al.*, 2011). Alguns

estudos mostram que o dialogo entre os profissionais, telefones, campainhas e alarmes, leva o RN a entrar em um processo de desconforto, fadiga e repulsa. Contudo foi observado que a musica erudita tem finalidade terapêutica levando a um efeito de calma, apesar do efeito direto da musica no alivio da dor ainda não ser conclusivo, acredita-se que ela favorece desviando a atenção do paciente da dor para a música. De qualquer forma as duas hipóteses levam ao incentivo da musica como método para o alivio da dor. As pesquisas também mostram que na visão das mães, a musicoterapia é benéfica para seus filhos (FARIAS *et al.*, 2011). A amamentação tem efeitos positivos em relação à redução da dor nos neonatos submetidos a procedimentos dolorosos especialmente durante as punções do calcâneo, e pode-se perceber de um modo geral sua eficácia. Estudos vem mostrar que a amamentação é mais eficiente no alivio da dor dos RNs durante os procedimentos dolorosos, que somente o colo materno. O alivio pode ser potencializado quando associado a tratamentos como: estímulos multissensoriais, sucção não nutritiva, glicose, contato pele com pele, e a congregação desses métodos é uma intervenção sugerida, durante procedimentos que levem a dor (MOTTA; CUNHA, 2015). De acordo com Motta e Cunha (2015) a posição canguru ou contato pele com pele minimiza sinais fisiológicos e de hábitos durante os procedimentos dolorosos o qual se mostra eficaz na redução da dor durante os mesmos, principalmente nos casos de punções capilares sendo indicado tanto antes, quanto durante e após as intervenções dolorosas quando possível. Existem vários itens interagindo durante a execução do método canguru como os movimentos rítmicos da respiração, o som dos batimentos cardíacos, calor materno, entre outros. Sendo assim a mãe tem importante papel na analgesia proporcionada por este método (CASTRAL *et al.*, 2012). Conforme Motta e Cunha (2015) contenção facilitada e enrolamento, é uma intervenção que realizada a contenção dos membros do RN junto ao tronco com alinhamento da linha media dos membros superiores flexionados e a flexão das extremidades inferiores, é uma contenção firme, porém permite certos movimentos. Pode ser envolvido em ninhos ou mantas, proporcionando redução do choro durante os procedimentos dolorosos, menor alteração na frequência cardíaca e melhora o sono-vigília. Este método proporciona um fluxo permanente de estímulos que pode competir com estímulos dolorosos. A posição em flexão também pode levar a uma aproximação das mãos com a boca, melhorando o tônus, a postura, o desenvolvimento neuromuscular, o controle fisiológico e a eficácia na autorregulação (PACHECO *et al.*, 2012). O acalento, o aconchego e o manuseio cuidadoso, também o carinho, levar os bebês ao colo são técnicas que devem ser usadas pelos enfermeiros, para minimizar a dor e acalmam o recém-nascido. O toque e o manuseio com delicadeza têm suas particularidades importantes, pois o primeiro sistema sensorial a madurece e se desenvolver é a sensibilidade tátil. Embora os procedimentos dolorosos e invasivos não possam ser eliminados, pois em muitas vezes se faz necessários aos RNs, pode-se protegê-los prevenido os mesmos de efeitos negativos. Os profissionais também precisam evitar sempre que possível à manipulação em excesso (PACHECO *et al.*, 2012). Para o adequado manejo da dor, os profissionais devem usar intervenções de acordo com a necessidade de cada paciente, É importante

que uma vez realizadas estas técnicas, é necessário que a dor seja reavaliada de 30 minutos a 1 hora após, para certificar-se da eficácia destas. Dentro da UTIN o tratamento da dor deve ter posição de destaque e a prevenção e o controle, deve ter prioridade durante todo período de internação (MOTTA; CUNHA, 2015). **CONCLUSÃO:** Como foram retratados a partir de estudos, os RNs são capazes de sentir dor e os profissionais de enfermagem devem atuar para prevenir e promover seu alívio, no qual podem ser usados os métodos não farmacológicos. Contudo, apesar destes estudos mostrarem sua importância, a efetividade, e também às várias formas de alívio da dor por meio dessas medidas, observou-se que muitos profissionais ainda não têm conhecimento teórico e prático sobre estas intervenções e muitos não possuem a real consciência da importância do seu papel frente ao cuidado do neonato. São tratamentos que possui muitos efeitos benéficos além de proporcionar um cuidado humanizado, conforto e bem estar, sendo muitas vezes necessários ser associados aos farmacológicos. Sendo assim o que se percebe é a necessidade da padronização e da elaboração de protocolos pelas instituições para o uso destes métodos e também a capacitação dos profissionais de enfermagem para que possam proporcionar um cuidado seguro e eficiente.

REFERENCIAS

- AQUINO, F. M.; CHRISTOFFEL, M. M.; Dor neonatal: medidas não-farmacológicas utilizadas pela equipe de enfermagem; **Rev. Rene.** Rio de Janeiro; v. 11; n. Especial; p. 169-177; 2010; Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12623/1/2010_art_fmaquino.pdf. Acesso em: 04 set. 2018.
- CAETANO, E. A.; LEMOS, N. R. F.; CORDEIRO, S. M.; PEREIRA, F. M. V.; MOREIRA, D. F.; BUCHHORN, S. M. M.; O recém-nascido com dor: atuação da equipe de enfermagem; **Esc. Anna Nery**; Rio de Janeiro; v.17; n. 3; jul./ ago. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452013000300006>. Acesso em: 24 mar. 2018.
- CASTRAL, T. C.; WARNOCK, F. F.; RIBEIRO, L. M. Fatores maternos influenciam a resposta à dor e ao estresse do neonato em posição canguru; **Rev. Latino-Am. Enfermagem.** São Paulo; v. 20; n. 3; maio/jun. 2012; Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v20n3/pt_a03v20n3.pdf. Acesso em: 03 set. 2018.
- ERCOLE, F. F.; MELO, L. S.; ALCOFORADO, C. L. G.C.; Revisão integrativa versus revisão sistemática; REME. **Rev. min. Enferm.**; v. 18; n. 1; p. 09-11; jan.-mar.2014. Disponível em: pesquisa.bvsalud.org/enfermagem/resource/pt/bde-25575. Acesso em: 02 maio 2018.
- FARIAS, L.M.; REGO, R. M. V.; LIMA, F. E. T. *et al.* Cuidados de enfermagem no alívio da dor de recém-nascido: revisão integrativa; **Rev. Rene.** ; Fortaleza; v.12; n.4; p. 866-874; out/dez. 2011; Disponível em:

www.periodicos.ufc.br/index.php/rene/article/viewFile/4360/3340. Acesso em: 24 mar. 2018.

OLIVEIRA, R. M.; SILVA, A.V.S.; SILVA, L. M. S. Implementação de medidas para o alívio da dor em neonatos pela equipe de enfermagem; **Esc. Anna Nery**; Rio de Janeiro; v. 15; n. 2; abr./jun. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452011000200009>. Acesso em: 24 mar. 2018.

MOTTA, G. C. P.; CUNHA, M. L. C.; Prevenção e manejo não farmacológico da dor no recém-nascido; **Rev. Bras. Enferm.**; Brasília; v. 68; n.1; jan./fev. 2015; Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2015680118p>. Acesso em: 03 set. 2018.

PACHECO, S. T.; SILVA, A. M.; LIOI, A.; RODRIGUES, T. A. F. O cuidado pelo enfermeiro ao recém nascido prematuro frente a punção venosa; **Rev. Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro; v. 20, n. 3; p. 11-306; jul. 2012; Disponível em: www.e-publicacoes.uerj.br, v. 20, n. 3 (2012). Pacheco. Acesso em: 24 mar. 2018.

RAMADA, N. C. O.; ALMEIDA, F. A.; CUNHA, M. L. R. Toque terapêutico: influência nos parâmetros vitais de recém-nascidos; **Einstein**; São Paulo, v. 11, n. 4, out./dez. 2013; Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-45082013000400003>. Acesso em: 04 set. 2018.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A PACIENTES EM CUIDADOS PALIATIVOS EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

AUTORAS:

Micarla Daiane Ferreira

Raísa da Silva Galvão

Rafaela Costa de Medeiros

RESUMO: Descrever a assistência de enfermagem a pacientes em cuidados paliativos em unidade de terapia intensiva (UTI). Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa, nas seguintes bases de dados eletrônicas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de dados de Enfermagem (BDENF) e *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), livros e manuais do Ministério da Saúde. Assim, a assistência de enfermagem a estes pacientes deve ser realizada por meio de cuidados ativos e totais e deve contar com o apoio de uma equipe de saúde multidisciplinar de forma a beneficiar a qualidade de vida dos pacientes e dos seus familiares por meio do cuidado e conforto do sofrimento, da dor, também como de outras dificuldades físicas, sociais, psicológicas e espirituais que angustiam pacientes e familiares. Portanto a enfermagem deve realizar ações no sentido de apoiar o paciente e a sua família, permitindo diminuir os medos, angústias e ansiedades e contribuindo com a apropriada participação de ambos no processo. Dessa maneira, é necessário ressaltar a importância de assistência de enfermagem a pacientes em cuidados paliativos e seus familiares, com intervenções terapêuticas, conforto, e suporte emocional, como, a influência que o profissional de saúde, especificamente o enfermeiro pode estar exercendo comunicação verbal e não verbal, para assim diminuir os medos e suas angústias.

Palavras-chave: Cuidados Paliativos. Unidade de Terapia Intensiva. Assistência de Enfermagem.

INTRODUÇÃO: A Unidade de Terapia intensiva é um setor característico do ambiente hospitalar e fornece assistência em saúde a pacientes de alto risco de vida. Nessa perspectiva a UTI contam com equipe multidisciplinar com assistência contínua, onde é feito uma rotatividade entre a equipe, interferindo assim na criação de apego entre profissionais e pacientes, além de causar mecanização do cuidado. Os profissionais de saúde que atuam nesse setor necessitam de um preparo técnico-científico que possa orientá-los para as diversas situações que, em sua maioria, desafia o limite entre a vida e a morte (SILVA *et al.*, 2015). Quando o paciente se encontra neste limite deve ser ofertado o cuidado paliativo solicitados por uma equipe de saúde multidisciplinar, onde a prática aperfeiçoa a qualidade de vida do paciente e de seus familiares perante uma doença que ameaça a vida, por meio da precaução e conforto do sofrimento e dor, bem como de outras dificuldades físicas, sociais, psicológicas e espirituais (SILVA *et al.*, 2017). Sendo assim, os cuidados paliativos necessitam ser oferecidos concomitantes aos cuidados restaurativos, pois não são excludentes para prevenção e tratamento do paciente e seus familiares. As unidades de terapia intensiva se preocupam com a integralidade e morte digna do paciente (COELHO *et al.*, 2014). Neste interim um estudo

publicado em 2015 participou 68 serviços brasileiros de cuidados paliativos (CP). Inclui-se desses fatos metade dos serviços centrados, atuando no estado de São Paulo (50%). Segundo a análise, o modelo de acolhimento mais prevalente é o de cujo ambulatorial (53%), a população característica é mista, isto é, oncológicos e não oncológicos (57%), prevalece a assistência a adultos (88%) e idosos (84%) e o modelo de financiamento mais comum é o público (50%) (MARKUS et al., 2017). Portanto a morte é, um acontecimento no qual se conclui a vida. Situação capaz de trazer às reações humanas de comoção, seja no sujeito que está morrendo ou na família. Dessa forma, não se pode analisar a morte apenas como fato biológico, mas sim um processo de semelhanças culturais que está atual no dia a dia, independentemente de seus agentes ou formas, e ordinalmente relacionado a hospitais e instituições de saúde (ALMEIDA et al., 2014). A importância da enfermagem nos cuidados paliativos, surgiu a motivação sobre esta temática no decorrer de uma prática acadêmica em unidades de terapia intensiva (UTI), onde percebe-se uma dificuldade que a enfermagem tem em lidar com os procedimentos de morte e morrer gerando possíveis falhas nas assistências aos pacientes. Diante disso, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: Qual a assistência de enfermagem a pacientes em cuidados paliativos em unidade de terapia intensiva (UTI)? Destaca-se a importância de contribuições relacionadas às estratégias que o enfermeiro utiliza em pacientes de UTIs em cuidados paliativos com a finalidade de auxiliar os profissionais de enfermagem a encarar de forma natural e menos dolorosa o processo de morte e morrer, além de contribuir com as produções científicas que versam sobre a temática. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é descrever a assistência de enfermagem a pacientes em cuidados paliativos em unidade de terapia intensiva (UTI). **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa. A revisão integrativa caracteriza-se, como uma revisão de literatura que agrega achados de estudos, que são desenvolvidos através de diversas metodologias. Além disso, possibilita realizar uma análise que transcende resultados de pesquisas primárias, apresentando outras dimensões da pesquisa, e as competências para surgimento de outras teorias e também problemas de pesquisa. Contudo, a revisão integrativa é realizada de forma sistemática e normatizada, para garantir a qualidade, validade e rigor exigido na pesquisa científica (SOARES et al., 2014). A busca ocorreu através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas seguintes bases de dados eletrônicas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de dados de Enfermagem (BDENF) e *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), livros e manuais do Ministério da Saúde. As palavras chave foram escolhidas a partir de consulta aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS-BIREME) foram estes: Cuidados Paliativos, Assistência de Enfermagem, UTI. Foi realizado cruzamento utilizando operador *booleano AND*. Esta seleção ocorreu durante o mês de março a outubro de 2018, dos últimos cinco anos (2014-2018). A análise dos artigos deu-se das seguintes etapas: 1) identificação do tema -problema; 2) busca dos artigos; 3) categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos; 5) interpretação de resultados; 6) síntese dos conhecimentos. Após a utilização dos critérios de elegibilidade e a seleção por títulos e resumo, a busca resultou em 18 artigos, 2 foram removidos pois estavam duplicados. Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados na língua portuguesa disponível na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática e objetivo propostos. E quanto aos critérios de exclusão destacam-se artigos

duplicados, em forma de resumos e carta ao editor. Diante da análise crítica dos artigos resultou em uma leitura completa com as respectivas sínteses. Os dados usados neste estudo foram devidamente referenciados, respeitando e verificando seus autores e demais fontes de pesquisa, analisando o rigor ético quanto à propriedade intelectual dos textos científicos que foram pesquisados, no que diz respeito ao uso do conteúdo e de citação das partes das obras consultadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O processo para busca deste tema deu-se através de 16 artigos. Entretanto, após leitura de seus resumos e considerando os critérios de inclusão estabelecidos, foram utilizados 11 artigos para elaboração desta revisão. Sendo assim alguns dos artigos apareceram em mais de uma das bases de dados e, por esta razão, foram contabilizados apenas uma vez. Contudo, percebe-se que após a busca para análise foram publicados mais artigos do ano de 2015. O tipo de estudo que mais evidenciado foi o de abordagem qualitativa. A ênfase dada nos estudos diz respeito a importância do profissional qualificado para prestar uma assistência de enfermagem a pacientes em cuidados paliativos em unidade de terapia intensiva (UTI). Garantindo-lhe que com ações simples, técnicas e científicas que podem alcançar com ênfase o tema proposto. Diante da análise e discussão dos artigos supracitados, pode-se inferir que a assistência de enfermagem a ser ofertada nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI) tem como missão o atendimento aos pacientes difíceis e de alta complexidades direcionadas por um modelo de amparo biologicista, cartesiano, curativista, fragmentado e mecanizado. Esse setor agrupa um aparato de recursos tecnológicos e é classificado como um ambiente cheio de dor e angústia, pois os pacientes que precisam de cuidados intensivos estão, em geral, afetados por patologias agudizadas e em condições críticas de vida (MARTINS *et al.*, 2015). Estes pacientes em condições críticas de vida ou longe de chances terapêuticas de cura são considerados como pacientes terminais e, por isso, são assistidos por alguns profissionais da equipe de saúde como se não houvesse mais nada a ser feito por sua vida. Contudo, o paciente em etapa terminal está vivo e precisa de atenções específicas, denominadas como cuidados paliativos onde são ofertadas pela equipe de enfermagem uma assistência de qualidade durante o processo de morte e morrer vivenciado pelo paciente (SILVA; PEREIRA; MUSSI, 2015). Neste processo de morte e morrer, alguns sinais podem ser apresentados pelo paciente como: confusão, agitação, extremidades frias, ruído respiratório, visão borrada e desfocada, diminuição de diurese, alucinações, debilidade intensa. Diante deste cenário, percebe-se que este processo de morte e morrer é, certamente, um episódio difícil de ser compreendido pelo paciente em cuidados paliativos (KOVÁCS, 2014). Neste interim, o planejamento das ações ao paciente em cuidados paliativos na UTI pode ser complexo, conflitante e desafiador, acumulando dilemas éticos, que de início momento, transcorrem pela dúvida na significação do estado de previsão ou não, e em sequência, por tomadas de decisão variantes, como investir no tratamento ou não, alimentar ou não alimentar, ou mesmo, indicar ou não indicar na UTI (SANTOS *et al.*, 2017). Assim, a assistência de enfermagem a estes pacientes deve ser realizada por meio de cuidados ativos e totais e deve contar com o apoio de uma equipe de saúde multidisciplinar de forma a beneficiar a qualidade de vida dos pacientes e dos seus familiares por meio do cuidado e conforto do sofrimento, da dor, também como de outras dificuldades físicas, sociais, psicológicas e espirituais que angustiam pacientes e familiares (KOVACS, 2014). Diante desse quadro, a equipe de enfermagem precisa

desempenhar um papel assistencial não somente com o paciente em cuidados paliativos como também junto da família deste. Com isso, a enfermagem necessita ofertar um suporte emocional a estes familiares por meio de comunicação e acesso a conhecimentos sempre buscando uma linguagem apropriada e compreensiva diante das demandas (SILVEIRA *et al.*, 2015). Percebe-se, que o diálogo entre o paciente, familiares e o enfermeiro, harmoniza um cuidado individual, compreendendo o ser humano como ser biológico, psicológico, social e espiritual e não como um ser partido em seus sistemas funcionais. Isso possibilita um cuidado integral, obedecendo aos princípios da prática paliativa (FARIA *et al.*, 2017). Portanto, é admissível que a equipe de enfermagem planeje ações com intervenções terapêuticas aos pacientes em cuidados paliativos e a sua família, buscando promover o conforto, ofertando suporte social e emocional e garantindo a integridade física humanística (COELHO, 2014). Nesta perspectiva, a assistência de enfermagem nos cuidados paliativos precisa olhar o paciente como um ser único, complexo e multidimensional. Sendo assim este tipo de cuidado, incondicional e humanizado, só é plausível quando o enfermeiro faz uso de comunicações do tipo verbal e não verbal para que se entenda e compreenda as necessidades de saúde de cada paciente por meio de um olhar mais holístico, e levando em consideração que a família deve complementar os cuidados de enfermagem utilizando a compreensão, respeito e apoio durante a vivência dos momentos que fazem parte do processo de morte e morrer, os quais tornam o paciente frágil (MENIN; PETTENON, 2015; LUIZ *et al.*, 2018). Portanto a enfermagem deve realizar ações no sentido de apoiar o paciente e a sua família, permitindo diminuir os medos, angustias e ansiedades e contribuindo com a apropriada participação de ambos no processo. Neste sentido, ao se planejar ações para controlar os impactos que os pacientes de cuidados paliativos e de seus familiares, deve-se ter a sensibilidade e a capacidade de identificar desordens do campo físico, psíquico, social e espiritual (LUIZ *et al.*, 2018). Dessa forma a enfermagem pode agir no âmbito de apoio ao paciente e o grupo familiar, permitindo tornar mínimo os medos e aflições e contribuindo com a adequado conhecimento de ambos em todo o processo. Assim sendo é importante que esse profissional esteja preparado tecnicamente e tenha humanização para assistir o doente e sua família, que necessita de um acolhimento e encontra na enfermagem esse elo de confiança para lhe harmonizar conforto nesse momento difícil (SILVEIRA *et al.*, 2015). Diante do exposto citado o enfermeiro, como elemento da equipe multidisciplinar, desempenha um papel primordial na assistência e promoção nos cuidados paliativos o de diminuir o sofrimento e beneficiar uma melhor qualidade de vida, fundamentados na filosofia desses cuidados e em princípios éticos. Esses princípios motivam as ações dos cuidados paliativos e apreciam a autonomia do paciente como um dos pontos principais na busca da excelência dos cuidados prestados pela Enfermagem (ALMEIDA *et al.*, 2014). Portanto podem ser citadas algumas dificuldades relatadas pelos enfermeiros em oferecer uma assistência de qualidade aos pacientes em cuidados paliativo vem desde o seu processo de formação. Alguns estudos evidenciaram que não têm nos cursos de graduação e pós-graduação instruções de estudo voltados cuidados paliativos, existindo apenas poucos debates profundo sobre a temática. Isso esclareceria o fato dos profissionais transformarem a morte em um tabu e não a aceitem como um processo natural do ciclo da vida (MARKUS *et al.*, 2017). Neste interim pode-se citar como outro fator exposto pelos profissionais

de enfermagem em alguns estudos em questão como desfavorável no cuidado ao paciente terminal é a ausência da sistematização da assistência da enfermagem que compreende a formato como o trabalho da enfermagem é disposto, em cima do método científico e o referencial teórico, de modo possível para o melhor acolhimento das precisões de cuidado do indivíduo, família. A não sistematização gera uma assistência com ações despedaçadas e imediata, sem planejamento antecedente, danificando sua qualidade por não conseguir a integralidade, um ideal do cuidado paliativo, visto que, este valoriza tanto a atenção, prevenção e alívio dos sintomas (FARIA *et al.*, 2017). **CONCLUSÃO:** É necessário ressaltar a importância de assistência de enfermagem a pacientes em cuidados paliativos e seus familiares, com intervenções terapêuticas, conforto, e suporte emocional, como, a influência que o profissional de saúde, especificamente o enfermeiro pode estar exercendo comunicação verbal e não verbal, para assim diminuir os medos e suas angústias. Apesar de ser um tema relevante, existe uma escassez de produções científicas, direcionadas na perspectiva de cuidados paliativos da contribuição do enfermeiro. No entanto, essa visão holística sobre essa temática, é muito positivo, demonstra uma forma de esclarecer sobre esses cuidados ativos e principalmente que esse assunto pode ser abordado através do enfermeiro que está inserido neste processo como mediador de uma determinada escolha e educador em saúde. O enfoque voltado para o ser humano em sua integralidade e a precisão de intervenção em sinais de natureza física, social, emocional e espiritual transtornam a prática dos Cuidados Paliativos em um trabalho fundamentalmente de equipe, multiprofissional e interdisciplinar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. S. *et al.* Produção científica da enfermagem sobre morte/morrer em unidades de terapia intensiva. **Revista oficial do conselho federal de Enfermagem**, v.4, n. 3, p. 179-83, 2014. Disponível em: <http://revista.portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/547/230>. Acesso em: 11 maio 2018.

COELHO, Adriana Ferreira. A Importância do Conhecimento do Cuidado Paliativo pelos docentes durante o Curso de Graduação em Enfermagem. **Revista Rede de Cuidados em Saúde**, v.8.n. 3, 2014. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.com.br/index.php/rcs/article/view/1975/1171>. Acesso em: 08 maio 2018.

FARIA, Thais Nayara Tavares de *et al.* Cuidados Paliativos Em Unidade De Terapia Intensiva: Percepções Dos Profissionais De Enfermagem. **Rev enferm UFPE online.**, Recife, v.11, n. 5, p. 1996-2002, maio., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/23353/18969>. Acesso em: 27 set. 2018.

KOVACS, Maria Julia. A caminho da morte com dignidade no século XXI. **Rev. Bioét.**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 94-104, Apr. 2014 Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422014000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 set. 2018.

LIMA, Kelcione Pinheiro *et al.* Fatores contribuintes para ocorrência de eventos adversos em unidade de terapia intensiva: perspectiva do enfermeiro. **Revista de enfermagem UFPE online**, v.11 n. 3, p.1234-1243,2017. Disponível em File:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Desktop/13499-34298-1-PB.pdf . Acesso em: 07 abr. 2018.

LUIZ, Marina Mendes *et al.* Cuidados paliativos em enfermagem ao idoso em UTI: uma revisão integrativa. **Revista online de pesquisa**, Rio de Janeiro, v.10 n.2 p. 585-592, abr./jun., 2018. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/viewFile/5051/pdf_1. Acesso em: 17 set. 2018.

MARKUS, Lucimara Andréia *et al.* A Atuação Do Enfermeiro Na Assistência Ao Paciente Em Cuidados Paliativos. **Revista Gestão & Saúde**, v. 17, n. 1 p. 71-81,2017. Disponível em: <http://www.herrero.com.br/files/revista/file808a997f5fc0c522425922dc99ca39b7.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

MARTINS, Júlia Trevisan *et al.* Humanização no processo de trabalho na percepção de enfermeiros de unidade de terapia intensiva. **Cogitare Enferm [Internet]**, v.20, n.3, p.589-95 jan., 2015. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/cogitare/article/view/41521>. Acesso em: 11 set. 2018.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out./dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018. Acesso em: 04 ago. 2018.

MENIN, Gisele Elise; PETTENON, Marinez Koller. Terminalidade da vida infantil: percepções e sentimentos de enfermeiros. **Rev. Bioét.**, Brasília ,v. 23, n. 3, p. 608-614, dezembro. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422015000300608&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 set. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. Controle do câncer: conhecimento em ação: Guia para Programas Eficientes da OMS: **Cuidados Paliativos**, 2007. Disponível em: <http://www.who.int/cancer/media/FINALPalliativeCareModule.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

SANTOS, Débora Cristina Leitão dos *et al.* Planejamento da assistência ao paciente em cuidados paliativos na terapia intensiva oncológica **Acta Paul Enferm**, v. 30, n. 3, p.295-300, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v30n3/1982-0194-ape-30-03-0295.pdf>. Acesso em: 27 set. 2018.

SILVA, Isabella Navarro *et al.* Conhecendo as práticas de cuidado da equipe de enfermagem em relação ao cuidado na situação de final de vida de recém-nascidos. **Revista Esc Anna Nery, Rio de Janeiro**, v.21, n.4, p. 1-8, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ean/v21n4/pt_1414-8145-ean-2177-9465-EAN-2016-0369.pdf. Acesso em: 27 ago. 2018.

SILVA, Marcelle Miranda da. *et al.* Cuidados paliativos na assistência de alta complexidade em oncologia: percepção de enfermeiros. **Revista de Enfermagem**, v.19, n. 3, p. 1-8, jul./set. 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1277/127741627010.pdf>. Acesso em: 03 maio 2018.

SILVA, Rudval Souza da; PEREIRA, Álvaro; MUSSI, Fernanda Carneiro. Conforto para uma boa morte: perspectiva de uma equipe de enfermagem intensivista. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 40-46, mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452015000100040&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 set. 2018.

SILVEIRA, Natyele Rippel *et al.* Cuidado paliativo e enfermeiros de terapia intensiva: sentimentos que ficam. **Rev. Bras. Enferm**, Brasília, v. 69,n. 6,p. 1074-1081, dezembro, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672016000601074&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 set. 2018.

SOARES, Cassia Baldini *et al.* Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. **Revista da escola de enfermagem da USP**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 335-345, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48n2/pt_0080-6234-reeusp-4802-335.pdf. Acesso em: 27 out. 2018.

CUIDADOS DE ENFERMAGEM AO RECÉM-NASCIDO PRÉ-TERMO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL

AUTORAS:

Aysa Nayara Silva de Moraes
Viviane Araújo da Camara
Vivian Batista Beserra Torres
Rivania Ruth Tiburcio da Silva
Wandessa dos Santos Rangel Silva
Andressa Monica Gomes Fernandes

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo de descrever os cuidados de Enfermagem ao recém-nascido Pré-termo em unidade de terapia intensiva neonatal. Trata-se de uma revisão integrativa, utilizando as bases de dados: Literatura Latina – Americana e do Caribe em Ciência de Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), todas pertencentes à Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), a pesquisa foi realizada nos meses de fevereiro e maio 2018, sendo utilizado 12 artigos no total, com artigos publicados nos últimos 9 anos. A equipe de Enfermagem dispõe de habilidades técnicas e conhecimento científico fundamental para uma assistência adequada, além de utilizar a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), para organizar e ofertar o melhor cuidado ao neonato, sendo responsável em fornecer um ambiente terapêutico, monitorar constantemente para intervir de forma rápida, bem como uma boa interação com os familiares. Conclui-se que o profissional de Enfermagem é muito importante nos cuidados ao RNPT na UTIN, não o tratando como um objeto, e sim como um indivíduo passível de cuidados, na qual encontram em condições frágeis, necessitando que a equipe implante estratégias para intervir adequadamente diante dos riscos e condições do quadro.

Palavras-chaves: Prematuridade. Enfermagem. Neonato.

INTRODUÇÃO: O Recém Nascido Pré-termo (RNPT) é definido por aquele nascido vivo com menos de 37^o semanas de gestação. Portanto, um o nascimento prematuro constitui-se em uma agressão ao feto, uma vez que este apresenta órgãos em fase de desenvolvimento, com imaturidade morfológica e funcional, o que o faz ser considerado de alto risco, com isso necessitam de uma assistência mais minuciosa e integral (OLIVEIRA; MONTECELLI; BRUGGEMANN, 2002; FIALHO *et al.*, 2014). Deste modo, as Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) é um local que oferece esse suporte, atendendo neonatos de 0 a 28 dias de vida, com profissionais habilitados e qualificados envolvidos para uma melhor assistência, principalmente a equipe de Enfermagem que está sempre presente em todas as situações, seja de maneira mais técnicas, nas execuções das ações, ou até mesmo oferecendo um apoio emocional para aqueles que necessitam diante desta circunstância tão delicada (ROCHA *et al.*, 2015). De acordo com o Fundo Das Nações Unidas Para a Infância – UNICEF (2017) é alta a quantidade de RNPT no Brasil, em que muitas vezes é associada à gravidez na adolescência, baixa

escolaridade e principalmente pré-natal de baixa qualidade, e que segundo a pesquisa, 61% dos nascimentos prematuros ocorreu de modo espontânea, e os outros 39% a parti de intervenções obstétricas, seja por indução do parto ou cesariana. Sendo assim é uma situação preocupante, pois as complicações relacionadas podem levar a sequelas graves ou até mesmo aos óbitos neonatais. Lanskyet *et al.* (2014) relata que o índice de mortalidade Neonatal apresenta-se elevado no Brasil, com 15,3 por mil nascidos vivos, e que 25% das mortes acontecem nas primeiras 24 horas de vida e que segundo esse estudo, a situação é considerada um paradoxo, pois, embora os partos ocorram constantemente nos hospitais, com toda a medicalização e atendimento presente, os números ainda são altos, por isso relacionam muitas vezes com a baixa qualidade da assistência, utilização de práticas arcaicas e iatrogênicas. Assim, devido às complicações da prematuridade, o RNPT precisa de um tratamento intensivo, sendo admitido na UTIN, podendo evoluir ao óbito ou permanecer na unidade por longos períodos até a recuperação. Segundo Nascimento e Silva (2014) extensos períodos de internação, com uso de técnicas e procedimentos invasivos podem acorrentar o aparecimento de morbidades, principalmente infecções neonatais, distúrbios respiratórios e hematológicos. Desta maneira, a equipe de Enfermagem tem um papel importante nessa assistência, na qual é responsável em acompanhar o RNPT 24 horas no dia, observando e identificando as alterações anormais, para que a parti destes planeje e execute suas ações de maneira apropriada para uma evolução favorável. Por tanto, Nascimento e Silva (2014) diz que é exigido que os profissionais sejam muito bem capacitados e treinados para intervir em qualquer intercorrências, garantindo uma abordagem não somente para o neonato, mas também para a família. Além do mais, a experiência de ter um filho ou até mesmo uma parente Pré-termo internado, seja em qual for o nível de gravidade, é um momento bastante complicado, em que o Enfermeiro tem que está preparado para lidar com essas situações, interagindo, e realizando uma comunicação direta e eficiente com os familiares para aliviar as sensações dessa vivência, bem como traçando um plano de cuidado que, principalmente, tenha a presença da mãe, pois, segundo Neiva *et al.* (2013, p.845) "a participação da mãe influencia em inúmeras justificativas, como: reduz as infecções hospitalares, favorece o vínculo e em especial melhora as condições emocionais do binômio". Nesta perspectiva, despertou o interesse em conhecer como são essas assistências de Enfermagem prestadas ao Recém-Nascido Pré-Termo, visto que é um grande desafio para os profissionais envolvidos, na qual é uma situação em que requer uma intervenção minuciosa e competente, que um erro pode ser fatal, uma vez que o indicador de mortalidade é frequente. Deste modo, criou-se a necessidade de pesquisar mais profundamente essas intervenções que podem levar a diminuição da mortalidade, possíveis sequelas, e principalmente o aumentando a qualidade da sobrevida. Além disso, motivou-se a partir de uma vivência familiar em que ocorreu a observação da rotina de uma Recém Nascida Pré-termo na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, em que resultou em óbito devido a complicações relacionadas. Frente a isso, surgiu a seguinte questão de pesquisa: Quais são os cuidados de Enfermagem oferecida ao RN Pré-Termo em UTI Neonatal? Mediante a essa indagação, definiu-se como objetivo desta investigação é descrever os cuidados de Enfermagem ao recém-nascido Pré-termo em unidade de terapia intensiva neonatal. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de uma revisão integrativa, cujo objetivo é de reunir e sintetizar resultados da

pesquisa sobre um determinado tema ou questão, de forma ordenada e sistematizada, e assim ofertando conhecimentos importantes para o tema escolhido (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). O mesmo estudo afirma que para a elaboração dessa revisão é necessária 6 etapas: Identificação do tema, problema de pesquisa e seleção da hipótese; Amostragem; Categorização dos estudos; Avaliação dos estudos; interpretação dos resultados; síntese do conhecimento. A pesquisa foi realizada nos meses de fevereiro e maio 2018. Utilizando as bases de dados como: Literatura Latina – Americana e do Caribe em Ciência de Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), todos pertencentes ao Portal da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Nesta perspectiva, para a catalogação da pesquisa foram utilizados as palavras-chaves: Prematuridade; Enfermagem; Neonato, Terapia Intensiva, sendo utilizado 12 artigos no total. Como critérios de inclusão para a seleção, foram analisados artigos na íntegra, disponível em língua portuguesa e que aborda a temática escolhida, já os critérios de exclusão: textos em formato de carta ao leitor e artigos duplicados. Além dos artigos foram utilizados também como complemento dados da nova campanha “quem espera, espera”, do Fundo Das Nações Unidas Para a Infância – UNICEF e o livro “Enfermagem Obstétrica e Neonatológica”. Portanto, após a seleção dos artigos e do material em geral para a pesquisa, foi realizado análise, e em seguida a leitura na íntegra, para obtenção dos resultados. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** De acordo com a Lei nº 7.498/86, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem, em que é privativo do Enfermeiro ter um cuidado direto com os pacientes graves com risco de vida, com habilidades técnicas de maior complexidade, exigindo conhecimentos científicos e capacidade de tomar decisões imediatas, na qual a UTIN requer essas responsabilidades para o melhor cuidado ao neonato (ENFERMAGEM, 2014). Desse modo, os cuidados de Enfermagem se iniciam a partir da utilização da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), que consiste na aplicação do processo de Enfermagem, cujo objetivo em direcionar as ações conforme as necessidades e fragilidades do RN Pré-termo, possibilitando organização na assistência de forma individual, para reduzir as complicações ao longo do tratamento, promovendo a recuperação e adaptação do paciente (RIBEIRO *et al.*, 2016). A equipe de enfermagem é o principal responsável em zelar o bem-estar do RN Pré-termo em todos os aspectos, a princípio fornecendo um ambiente terapêutico, visto que as Unidades de Terapia Intensiva Neonatal é bastante diferentes do ambiente intrauterino, necessitando de um local adequado para o tratamento até se adaptar com meio extrauterino de maneira independente (RIBEIRO *et al.*, 2016). Tal ambiente, muitas vezes, é caracterizada por luzes fortes, ruídos intensos, interrupções do ciclo do sono, mudanças de temperaturas, e até mesmo manipulações, por vezes invasivas, de forma constante, na qual se faz necessárias intervenções para não acarretar alterações fisiológicas e comportamentais comprometendo o desenvolvimento do neonato (MARTINS *et al.*, 2011). Segundo Martins *et al.*, os ruídos é relacionado com alarmes de equipamentos, manipulação nas incubadoras e até mesmo a voz humana, cujos são atitudes que podem ser evitados e controlados, e assim não provocando mudanças como: ritmo cardíaco, na pressão sanguínea, na respiração, no sono, no consumo calórico e sobretudo a perda auditiva. Além de a equipe ficar atentar em controlar a luminosidade, para não ocasionar estresse, apneia, taquicardia ou até mesmo retinopatia. Mas os cuidados com a iluminação não aborda só no ambiente, mas

também a parte terapêutica, como por exemplo, a fototerapia, em que pode estar exposto a queimaduras (MARTINS *et al.*, 2011). Por outro lado, a luz e o som para o desenvolvimento da visão e da audição, principalmente para os RNPT, quando estão monitorados adequadamente e no período certo, são bastante benéficos. Desta forma o profissional tem que ter uma sensibilização no manuseio, no excesso de luz e barulho que podem vir a prejudicar a recuperação do neonato (MARTINS *et al.*, 2011). O RNPT, como é considerado de alto risco, na qual seus órgãos são imaturos, e existem riscos de instabilidade funcional, é importante fazer a monitorização dos sinais vitais de forma contínua, além de averiguar os parâmetros clínicos essenciais para cada caso, bem como a realização exames físicos diariamente para melhor avaliação do quadro, até o mesmo se adaptar. Nessa circunstância, a observação rigorosa do comportamento do RNPT, se torna fundamental, pois a percepção do Enfermeiro na comunicação verbal ou não verbal dele, é considerada de suma importância para o desenvolvimento do cuidado, identificando os sinais e as mensagens transmitidas a cada instante, através de gestos, posturas, expressões faciais, escuta e entre outros (NASCIMENTO *et al.*, 2013). O profissional tem que ser capaz de perceber a mensagem, decifrar o significado, para traçar um plano de cuidado adequado, permitindo maior interação entre a equipe e o RN, para que assim consiga agir de forma rápida, e diminuindo os sinais de estresse e desorganização, bem como promovendo o bem estar e homeostase. (NASCIMENTO *et al.*, 2013). Outro cuidado importante para adaptação do RN no meio extrauterino é manutenção do equilíbrio térmico, em que o RNPT, principalmente nas primeiras horas, tem dificuldade em regular a temperatura, por esse motivo precisa ser avaliada com frequência e forma contínua, com a intenção de não evoluir para hipotermia ou hipertermia. (BRASIL, 2011). Essa possível evolução no quadro pode acarretar um grande estresse no organismo desse prematuro, podendo ocasionar danos como: aumento consumo do oxigênio, diminuir a produção de surfactante, contribuir para o desenvolvimento ou agravamento de insuficiência respiratória ou inclusive podendo causar lesão cerebral. Com isso o profissional deve intervir sobre o problema de base (BRASIL, 2011). Além disso, é privativo do Enfermeiro realizar cuidados (procedimentos técnicos) como: passagem de sondas, realização do Cateter Central de Inserção Periférica (PICC), coleta de sangue para gasometria, de hemocultura, aspiração orotraqueal e endotraqueal, assim como curativos de maior complexidade e realizar avaliação de escalas. Junto a esses cuidados, também deve ser citados a oxigenioterapia e alimentação (RIBEIRO *et al.*, 2016; SILVA; ARAUJO; TEXEIRA, 2012). Nesse contexto, outra ação que requer atenção na assistência de Enfermagem é a terapia intravenosa, pois pacientes críticos, em que é preciso administração de várias drogas constantemente e alimentação parenteral, exigindo manutenção de um acesso seguro e duradouro, para isso a equipe tem que sempre observar se há sinais flogísticos, e usar os Equipamentos de proteção individual no manuseio, sobretudo realizar a higienização correta das mãos, para não ocorrer complicações, como infecções no local (RIBEIRO *et al.*, 2016; SILVA; ARAUJO; TEXEIRA, 2012). Agrupando a esses cuidados, a equipe deve adotar medidas de amenizar a dor diante de tratamento ou terapias dolorosas. Segundo o estudo, o instrumento padrão para avaliar o nível da dor encontra-se disponíveis em algumas escalas específicas para o período neonatal, para assim intervir de maneiras farmacológicas (analgésicos) ou não farmacológicas, por exemplo, utilizar uma chupeta de gaze

embebida em glicose (RIBEIRO *et al.*, 2016). Bem como, a manutenção da integridade da pele do RN, é um aspecto indispensável na assistência, dentre inúmeros fatores que pode contribuir para evitar lesionar a pele, é interessante ter o cuidado na hora do banho e com o cordão umbilical, além disso, nos procedimentos invasivos, realizando antisepsia no local, ter atenção em observar a perda de água e calor para que não cause ressecamento e possa prejudicar a pele, assim como utilizar hidratantes para prevenir a ruptura, e por fim a mudança de decúbito para evitar lesões por pressão (ADRIANO; FREIRE;PINTO, 2009). Os RNPT tem certa urgência no ponto de vista nutricional, pois pode levar a efeitos adversos e permanentes no Sistema Nervoso Central (SNC), na cognição, no comportamento e no desenvolvimento somático. Em alguns casos a imaturidade no sistema gastrointestinal pode dificultar a oferta de nutrientes por via enteral, fazendo-se necessária a alimentação parenteral, a escolha deve ser através da observação da capacidade de deglutição e sucção do neonato, relacionada à imaturidade cerebral (BRASIL, 2011). Deste modo, os profissionais oferecem quantidades adequadas de leite materno ao Recém-nascido, em alguns casos o leite materno deverá ser suplementado para suprir a carência nutricional. Os neonatos de baixo peso e muito imaturo requer uma atenção maior, visto que pode a ingestão pode ocasionar aspiração, com isso a ingestão deve ser lenta e gradual (SILVA; ARAÚJO; TEIXEIRA, 2012). A equipe de enfermagem neonatal precisar incorporar a esses cuidados à família, devem acompanhá-los nas primeiras visitas a UTIN, informar sobre as condições do RN continuamente, responder aos questionamentos, oferecer suporte emocional, compreender, encorajar a toca-lo, envolve-los realmente aos cuidados, assim como, direcionar a mãe sobre o seu papel na assistência, cujo é a pessoa mais importante nessa adaptação (FRELLO; CARRANO, 2012). Logo, para promover essa relação, o Enfermeiro deve usar estratégias para fortalecer o binômio, dentre método canguru, aleitamento materno e a participação nos cuidados de rotina com seu RN (FRELLO; CARRANO, 2012). **CONCLUSÃO:** Diante de tudo que foi mencionado, é notório a importância da equipe de Enfermagem nos cuidados ao RNPT na UTIN, na qual envolve não só as atribuições técnicas, mas também fatores emocionais difíceis, auxiliando os familiares, principalmente, a mãe, a enfrentar essa situação de internação. Para uma assistência de qualidade, é fundamental que a equipe de Enfermagem disponha de conhecimentos específicos e atualizados, habilidades técnicas, agilidade e sensibilidade, bem como ter capacitação na área, atuando em conjunto com outros profissionais da saúde, na qual cada membro sabe quais são suas responsabilidades para um melhor resultado. É interessante que o Enfermeiro padronize a forma de assistir os Recém-nascidos, para assim oferecer uma boa qualidade técnica. Promovendo uma educação continuada à equipe, com realizações de treinamentos e orientações, bem como ações voltadas para instruir os pais quanto os cuidados ao RN. As ações humanizadas ao RN caracterizam-se por uma assistência de forma holística, não o tratando como um objeto, e sim como um indivíduo passível de cuidados, na qual encontram em condições frágeis, e necessitando da melhor assistência para que seus sistemas imaturos consigam se adaptarem ao meio externo. Portanto, como RNPT possui chances de sequelas e/ou apresentar agravos, se torna necessário que a equipe implante estratégias para intervir adequadamente diante dos riscos e condições do quadro, podendo até diminuir as incidências de óbitos neonatal através de uma boa assistência, bem como um planejamento individual.

REFERÊNCIAS

- ADRIANO, Louanna Silva; FREIRE, Izaura Luzia; PINTO, Juliana Teixeira. Cuidados intensivos com a pele do recém-nascido pré-termo. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiás, v.11, n.1, p. 173-180, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fen/article/view/46916/23019>. Acesso em: 02 set. 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção à Saúde do Recém-Nascido. **Cuidados Com o Recém-nascido Pré-termo**. Guia para os Profissionais de Saúde. Brasília, v.4, 2011. Disponível em: http://www.redeblh.fiocruz.br/media/arn_v4.pdf. Acesso em: 02 fev. 2018.
- _____. **Lei nº 7.498/86, de 25 de Junho de 1986**. Conselho Regional de Enfermagem. Legislação do exercício profissional da enfermagem, Goiás, 2014. Disponível em: <http://go.corens.portalcofen.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/Legislacao-do-Exercicio-Profissional-da-Enfermagem.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.
- FIALHO, Flávia Andrade *et al.* Instrumentos para o processo de Enfermagem do neonato pré-termo à luz da Teoria de Dorothy Jhonson. **Revista Cuidart**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.652-660, 2014. Disponível em: <https://www.revistacuidarte.org/index.php/cuidarte/article/view/103/178>. Acesso em: 25 mar. 2018.
- FRELLO, Ariane Thaise; CARRARO, Telma Elisa. Enfermagem e a relação com as mães de neonatos em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 65, n.3, p.514-521, maio/jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672012000300018. Acesso em: 02 fev. 2018.
- LANSKY, Sônia *et al.* Pesquisa Nascer no Brasil: perfil da mortalidade neonatal e avaliação da assistência à gestante e ao recém-nascido. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p.5192-5207, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v30s1/0102-311X-csp-30-s1-0192.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2018.
- MARTINS, Carolina *et al.* Unidade de terapia intensiva neonatal: o papel da enfermagem na construção de um ambiente terapêutico. **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**, Minas Gerais, v.1. n. 2, p. 268-276, abr/jun 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/44>. Acesso em: 21 abr. 2018.
- MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão Integrativa: Método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na Enfermagem. **Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.17, n.4, p.758-764, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018. Acesso em: 21 abr. 2018.

MONTICELLI, Marisa; BRÜGGEMANN, Odaléa Maria. **Enfermagem obstétrica e neonatológica: textos fundamentais**. 2. ed. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. 314 p.

NASCIMENTO, Lílian *et al.* Percepção e Atuação da Equipe de Enfermagem Frente ao Recém-nascido Pré-termo Desorganizado. **Revista Baiana de Enfermagem, Salvador**, v. 27, n. 1, p. 21-30, jan./abr. 2013 Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/6896/6785>. Acesso em: 25 fev. 2018.

NASCIMENTO, Vagner; SILVA, Rômulo. Assistência de Enfermagem ao Recém-Nascido Pré-termo Frente às Possíveis Intercorrências. **Revista de Enfermagem da Ufsm**, Mato Grosso, p.419-438, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/10252>. Acesso em: 14 fev. 2018.

NEIVA, Camila Alves Correa *et al.* Opinião de mães de bebês hospitalizados sobre intervenções de enfermagem: estudo descritivo. **Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa**, Fluminense, v.4, n.2, p.844-863, 2013. Disponível em: https://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/4197/html_55. Acesso em: 25 fev. 2018.

OTAVIANO, Francisca de Paiva; DUARTE, Izabel Pereira; DUARTE, Izabel Pereira. Assistência de Enfermagem ao Neonato Prematuro em Unidades de Terapia Intensiva (UTIN). **Revista Saúde em Foco**, Teresina, v.2, n.1, p.60-79, 2015. Disponível em: <http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/saudeemfoco/article/view/296/845>. Acesso em: 24 fev. 2018.

QUEM espera, espera. **Brasil: Fundo das Nações Unidas Para A Infância (UNICEF)**, 2017. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/quem_espera_espera.pdf. Acesso em: 06 mar. 2018.

RIBEIRO, José *et al.* O Prematuro em Unidade de Terapia Intensiva: A Assistência do Enfermeiro. **Revista de Enfermagem UFPE Online**, Recife, v.10, n.10, p.3833-3841, outubro, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/>. Acesso em: 27 ago. 2018.

ROCHA, Maria Cristina Pauli da *et al.* Assistência humanizada na terapia intensiva neonatal: ações e limitações do enfermeiro. **Saúde em Revista**, Piracicaba, v. 15, n. 40, p.67-84, 2015. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/sr/article/view/2534/1476>. Acesso em: 25 fev. 2018.

SILVA, Loiana Gomes; ARAÚJO, Rosália Teixeira de; TEIXEIRA, Marizete Argolo. O cuidado de enfermagem ao neonato pré-termo em unidade neonatal: perspectiva de profissionais de enfermagem. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Góias, v.14, n.1, p.634-643, 2012. Disponível em:

https://www.fen.ufg.br/fen_revista/v14/n3/pdf/v14n3a21.pdf. Acesso em: 24 fev. 2018.

A RELEVÂNCIA DA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE PARA O CUIDADO EM ENFERMAGEM

AUTORAS:

Viviane Araújo da Camara
Aysa Nayara Silva de Moraes
Vivian Batista Beserra Torres
Luzia Kelly Alves da Silva Nascimento
Rivania Ruth Tiburcio da Silva
Andressa Monica Gomes Fernandes

RESUMO: O objetivo deste trabalho é descrever a relevância da identificação do paciente para o cuidado em enfermagem. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, obtida através de artigos indexados nas bases de dados Lilacs, Schielo e BDNF, juntamente com dados referenciais da Organização Mundial de Saúde, Ministério da Saúde, e Rede Brasileira de Enfermagem e Segurança do Paciente. Onde foram utilizados 14 artigos, respeitando os anos de 2013 a 2018 para compor este estudo, no período de Março a Novembro de 2018. Nota-se que o protocolo de identificação do paciente relaciona-se com a segurança do paciente em primeiramente, e que suas estratégias de enfrentamento são simples de serem aplicadas. Porém, algumas limitações colaboram para ocorrência de erros durante a execução desta prática. Contudo, as instituições de saúde podem lançar mão de protocolos baseados nas diretrizes da Organização Mundial de Saúde, como artifícios que colaborem para melhorar e incentivar a adesão a esta atividade. Este processo garante que seja prestado o cuidado certo ao paciente certo, promovendo a segurança durante todo seu atendimento.

Palavras-chave: Enfermagem. Segurança do Paciente. Sistemas de Identificação de Pacientes.

INTRODUÇÃO: Mundialmente, questões que envolvem a temática da Segurança do Paciente e o que ela permeia, vêm sendo muito discutidas. A Organização Mundial de Saúde (OMS) conceitua Segurança do Paciente como a redução dos riscos de falhas, relacionados a assistência a saúde limitando a uma margem estreitamente aceitável. A proposta é de tratar os riscos que circundam o cuidado em saúde, bem como intervir nos mesmos para reduzi-los ou eliminá-los (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2009; SOUZA; SILVA, 2014). A possível ocorrência de falhas no cuidado, ao final podem acarretar grandes consequências para o paciente, família e instituições de saúde, onde estas acabam refletindo no alargamento do tempo de internações, e consequentemente levando ao aumento considerado das despesas desses estabelecimentos. Dessa forma, esse tema constitui uma problemática de saúde global (HEMESATH *et al.*, 2015; OMS, 2018). Dados estimativos indicam que 421 milhões de internações acontecem todo ano no mundo, e no curso dessas hospitalizações, em 42,7 milhões, ocorrem Eventos Adversos (EA), isso chega assim a constituir a 14ª causa de morbidade e mortalidade mundial confrontadas com outras doenças como a malária. Destaca-se também, que 1 em cada 10 paciente são vítimas de algum EA que leva a insegurança da assistência, e esses são passíveis de serem evitados em 50% dos casos (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE,

2018). Posto isso, criada pela OMS a Aliança Mundial para a Segurança do Paciente em 2004 para desenvolver, encorajar e executar metas que assegurassem práticas mais seguras na assistência dada ao paciente. No Brasil, foi elaborada a Política Nacional de Segurança do Paciente, a fim de estabelecer protocolos e formar núcleos. E também constituída a Rede Brasileira de Enfermagem e Segurança do Paciente (REBRAENSP) que junto com o COREN-SP lançou 10 Passos para a Segurança do Paciente igualmente voltada para o cuidado resguardado (TASE *et al.*, 2013). Dentre as estratégias propostas por essas organizações, a Identificação do Paciente evidencia-se, dado que, a partir dela que se organiza a assistência, e consequentemente as intervenções cabíveis a cada paciente, já que geralmente o mesmo precisa ser no mínimo identificado para que seu atendimento se inicie, e que se desenvolvido de maneira exata pelos profissionais é capaz de prevenir erros (TASE; TRONCHIN, 2016). Esse método é dito como holístico, pois abarca a cultura de segurança, o envolvimento do usuário e profissionais, e elementos estruturais, acabando por garantir uma assistência segura em qualquer ambiente de saúde. A administração de medicamentos, sangue, hemocomponentes, entrega de neonatos, exames, são exemplos de atividades que se sofrerem falhas no processo de identificação podem levar a acometimento de EA. Portanto, esse conteúdo é um ponto de inquietação no cuidar em saúde (TASE *et al.*, 2013). O enfermeiro por sua vez, está na frente da assistência, em virtude de ser quem presta diretamente a maioria dos cuidados ao usuário, e de exercer papel também de gerenciador e líder. Assim sendo, tem condições para detectar os problemas de insegurança de antemão, e logo agir para reduzir os danos. Devido a isso, é possível que as estratégias de enfrentamento possam surgir a partir do mesmo (SILVA *et al.*, 2016; OLIVEIRA *et al.*, 2017). Deste modo, o estudo se mostra relevante, pois endossa ainda mais as propostas dos demais com a mesma problemática levantada. Ainda que tenham sido elaborados outros, necessita-se também de mais pesquisas que envolvam o contexto citado, em função de efetivar o valor da Identificação do Paciente no cuidado de enfermagem (SILVA; 2016). Destaca a atenção que precisa ser dispensada à cultura de segurança em todos os serviços de saúde, tem proposta de reforçar a conscientização do profissional de enfermagem sobre o mecanismo desse processo, mostrando que também o próprio paciente é participante ativo do seu cuidado, e ainda levanta possibilidades e caminhos a seguir para a aplicação de artifícios para prevenção, o que auxilia no desenvolvimento de outras futuras pesquisas em enfermagem (SIMAN; BRITO, 2017). A motivação do estudo se deu a partir de observações sobre a percepção do enfermeiro a cerca da Identificação do Paciente, aliada às rotinas nas práticas vivenciais do cuidado realizadas, e a teoria vista em período acadêmico sobre o tema. Essas reflexões favoreceram o despertar para uma análise do tema em campos de atuação visitados, onde questionamentos eram levantados sempre que a prática da identificação não bem executada deixava uma abertura para a ocorrência de EA. Diante disso, o estudo parte em busca de respostas para o respectivo questionamento: Qual a relevância da identificação do paciente no cuidado de enfermagem? Doravante, objetivou-se descrever a relevância da identificação do paciente para o cuidado em enfermagem. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa, a qual agrupa e analisa ideias de estudos relevantes já desenvolvidos através de distintos métodos, que possibilitam o pesquisador fazer uma síntese da temática desejada, e tem como objetivo dar suporte para a tomada de decisão, e

melhora da prática clínica, ao passo que destaca lacunas que necessitam de pesquisas futuras para que sejam preenchidas (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO 2008; SOARES *et al.*, 2014). Este tipo de revisão é constituída por seis etapas, as quais são: identificação da questão de pesquisa e hipótese; seleção dos estudos primários; apresentação das características dos estudos primários; análises desses estudos; interpretação dos resultados; e relato ou escrita da revisão (SOARES *et al.*, 2014). A busca dos artigos foi efetuada no período de fevereiro a maio de 2018, nas bases de dados: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Scientific Electronic Library Online (SciELO), e estas foram acessadas através da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Na busca dos mesmos, utilizou-se as Palavras-chave: Enfermagem; Segurança do Paciente; Sistemas de Identificação de Pacientes. Quanto aos critérios de inclusão dos estudos selecionados considerou-se: textos na íntegra, acessíveis, disponibilizados nos idiomas português e inglês, publicados no período de 2013 a 2018 e que fossem coerentes com a temática do estudo. E quanto aos critérios de exclusão, aponta-se: cartas ao editor, e artigos duplicados, ou em forma de resumo. A seleção do material foi feita em um primeiro momento, a partir da verificação das sínteses dos artigos e textos, e, por conseguinte a leitura e análise dos mesmos por completo, a fim de reunir o máximo de informações sobre o tema, para a construção do quadro síntese e análise dos resultados. **ANÁLISE E DICUSSÃO DOS RESULTADOS:** O primeiro passo para a realização de ações que intencionam a segurança do cuidado, é avaliação do clima de segurança. O que se refere aos elementos mensuráveis da cultura de segurança, que pode ser analisada através da percepção dos profissionais, sistemas de segurança e a conduta dos gestores. Ou seja, esta é resultante do clima que é notado pelos profissionais dentro do local de trabalho (KOLANKIEWICZ *et al.*, 2017). O desenvolvimento dessa cultura de segurança nas instituições de saúde, diz respeito a permuta de valores e conhecimentos compartilhados entre os profissionais sobre o que é relevante dentro daquele âmbito, e como o mesmo funciona, interagindo com a estrutura local e sistema organizacional, criando diretrizes que promovam a segurança. Partindo desse pressuposto, uma cultura de segurança quando fragilizada reforça hábitos negativos. (MELLO; BARBOSA, 2017). Portanto, Lemos *et al.*, (2018) sugerem que a equipe de enfermagem, em virtude de passar mais tempo com o paciente, identifique, analise, notifique e meça erros e falhas na assistência. Onde através do papel de liderança possam criar um clima de segurança, formar um trabalho multiprofissional para a melhoria do gerenciamento de erros, resultando numa abordagem organizacional destes e não punitiva, a qual incentiva entre os profissionais a partilha de aprendizados, seguindo assim uma educação evolutiva. Assim sendo, frente ao método de identificação, a mesma também desempenha forte influência e, a partir da sua conscientização real, e da participação do paciente, é possível o aprimoramento gradativo da adesão a este método que pode ser realizado por vários meios, desde que seja considerado diminuir a incidência de falhas, independentemente da maneira de como foi utilizado. (REBRAENSP, 2013; SILVA *et al.*, 2016; SIMAN; BRITO, 2017). A Identificação do Paciente de forma correta, é um processo que assegura o paciente a receber os cuidados a eles destinados de maneira segura, prevenindo o acontecimento de possíveis erros que possam o prejudicar. Porém, algumas condições, como estado de consciência do paciente, circunstâncias do ambiente, ou mudanças de setor, leito ou profissional, podem intensificar os riscos para execução dessa prática. (BRASIL,

2016). Nessa perspectiva, não somente a equipe de enfermagem, mas também todos os profissionais devem fazer parte efetivamente desse processo de identificação, na admissão, transferência, recebimento de paciente advindo de outra instituição, bem como antes dos cuidados que serão prestados de qualquer tratamento, ou procedimento. Essa identificação deve ser realizada através de pulseira de identificação, prontuários, etiquetas, com a participação ativa do próprio paciente e sua família no decorrer da confirmação de sua identidade. (AVELAR *et al.*, 2010). Assim, este método de identificação, englobando a comparação de todos os dados contidos nas pulseiras dos usuários com os dos prontuários, ou cadastrados no sistema local, em conjunto com as informações confirmadas pelo próprio paciente e família podem ser como um momento importante de interação entre o paciente e o profissional na construção do processo da assistência. (HOFFMEISTER; MOURA, 2015). Esse envolvimento pode viabilizar mais uma barreira contra EA pelo fato do paciente e suas famílias serem a principal fonte de informação. Dado que, não somente os pacientes se sentem de certa forma prezados por estarem envolvidos com seu próprio tratamento, mas seus questionamentos indicam possíveis erros, nos quais os profissionais devem estar sempre atentos, sem ignorar qualquer detalhe fornecido. (INSTITUTE FOR HEALTHCARE IMPROVEMENT, 2018). Nesse seguimento, o uso de pulseiras de identificação como barreira contra EA é bastante disseminado, porém evidencia limitações, uma vez que, informações incorretas, falta de padronização de cores e locais de colocação, têm sido causa de erro na prestação de serviço de saúde. Porém, uso de tecnologias como código de barras, identificação por meio de radiofrequência, e biometria mostram reduzir significativamente a quantidade de episódios de erro. (REBRAENSP, 2013). Não obstante, uma pesquisa realizada por Hoffmeister; Moura (2015) trazem a através de consonância entre estudos, que ao passo que essas tecnologias podem ter altos custos, o correto emprego das pulseiras e a devida identificação no leito, acabam por diminuir a ocorrência de erros, visto que a exigência no uso dessas pulseiras em todos os pacientes não pede equipamentos caros, ou automatizações elaboradas, e sim apenas a consolidação desse sistema simples em atividade. Ante o exposto, relativo a Identificação do Paciente, a OMS recomenda que as instituições elaborem protocolos com destaque para a responsabilidade dos trabalhadores, que implementem o uso de pulseiras e que nestas contenham pelo menos dois itens identificadores padronizados, não indicando o uso a colocação de número de quarto ou leitos nas pulseiras. Esta estimula ainda a inclusão da educação continuada para os profissionais introduzida na checagem do processo da identificação correta do paciente. (TASE *et al.*, 2013). Nessa acepção, o MS no protocolo integrante da Política Nacional para segurança do paciente acrescenta, que a verificação seja feita antes de qualquer procedimento, sendo sempre confirmada pelo paciente e família, e que esta seja repetida durante todo o período do cuidado. Aventa ainda que a instituição deve padronizar o membro de colocação da pulseira, porém que seja feito o rodízio de membros; e que no momento da confirmação dos dados pelo paciente, não sejam feitas perguntas indutoras. (BRASIL, 2016). Assim, a REBRAENSP (2013) sugere em seu protocolo que as instituições estabeleçam perante norma local o responsável pela colocação da pulseira no paciente, bem como, determinem protocolos de identificação para os que estejam comatosos, sedados e/ou desorientados, com incapacidade de verbalizar, e pacientes pediátricos. Propõe

ainda a implementação de capacitações para os profissionais, que abordem a maneira de identificação correta. Então, Hemesath *et al.*, (2015), diante de sua pesquisa em um hospital, também salientam que lançar mão de mecanismos que envolvam exemplos realistas com situações vividas cotidianamente, tem impacto positivo sob os profissionais, pois este é considerado uma vertente educacional de grande valia, onde o exemplo real ajuda aos mesmo no reconhecimento da realidade favorecendo a aprendizagem e melhorando a segurança do cuidado. No entanto, a gestão de serviço, escassez de pessoal, falhas na comunicação entre equipes, problemas com a estrutura física do ambiente, e falta de equipamentos e materiais, prejudicam a continuidade do cuidado, e consequentemente afetam diretamente as práticas de enfermagem, uma vez que ela é participante ativa desse processo. Porém com a criação dos já citados protocolos assistenciais o trabalho da mesma se torna mais direcionado. (SILVA *et al.*, 2016). Nesse interim, quanto as fragilidades frequentes no decorrer desse processo, as apontadas na pesquisa de Hoffmeister; Moura (2015) são os erros relativos ao nome dos pacientes e no número da identificação. No entanto, é possível a ocorrência de falhas, posto que em alguns estabelecimentos os enfermeiros tem que escrever os dados dos pacientes nas pulseiras. Quanto a ausência do uso das pulseiras, recomenda-se a pratica de monitorar a dimensão de pacientes utilizando-as e identificar a razão. Partindo para outra ótica da identificação, Souza *et al.*, (2015) dentre os achados de seus estudos acerca das percepções dos profissionais de enfermagem sobre questões da identificação, colocam que a identificação do paciente é um elemento importante para assegurar a segurança na administração de medicamentos. Acrescentando ainda que a identificação de maneira errônea se mostra um dos principais fatores que os levam a cometer erros de medicação. A partir daí, a identificação de hemocomponentes, hemoderivados, deve seguir legislação específica. Bem como, a rotulagem de frascos ser feita na presença do paciente, fazendo com que as identificações permaneçam no frasco durante todas as fases, seja ela - pré analítica, analítica ou pós analítica - do processo. Nesse viés, pesquisas relatam que a utilização de placas visíveis e as já citadas pulseiras de identificação constituem uma estratégia para redução de erros ligados a administração de medicamentos. (AVELAR *et al.*, 2010; REBRAENSP, 2013; MS, 2016; TASE; TRONCHIN, 2016). Outro ponto importante que deve ser destacado, é a questão inerente a identificação de riscos, a exemplo, alergias e quedas. Essa prática está cada vez mais comum nos serviços. Trata-se da identificação do risco por meio de pulseiras coloridas. Esse faz às vezes de um artifício de alerta, porém, pode ser arriscado se não houver uma padronização de cores não apenas dentro de uma instituição, como também, entre outros serviços de saúde. (REBRAENSP, 2013). Siman e Brito (2016), frente sua pesquisa, acrescentam que um plano de cuidado de enfermagem posterior a avaliação de riscos bem como seus fatores que contribuem para a predisposição para os mesmos é fundamental. **CONCLUSÃO:** Diante das reflexões trazidas, nota-se que a segurança do paciente dentro das instituições de saúde constitui um elemento crucial para assistência, dado que, a partir do seu estabelecimento nesses ambientes abre-se caminhos inerentes a cultura de segurança, gerenciamento de riscos, e responsabilização do paciente com seu próprio tratamento, acabando por contribuir na qualidade da assistência holisticamente. Assim sendo, a necessidade de seu estabelecimento se evidencia, pois quando trabalhada estrategicamente consegue promover uma conscientização

da equipe multiprofissional, principalmente do profissional de enfermagem. Todo este processo deverá ser subsidiado por uma comunicação efetiva entre profissionais, bem como, entre eles e os pacientes, e conduta ética, onde os erros não sejam motivos de punição, e sim de exemplo para futuras intercorrências. Nesta direção, o processo de identificação do paciente por envolver-se com o início do cuidado e com todas as etapas no mesmo, demonstra-se essencial para garantir a segurança da assistência. É um método simples, relativamente de baixo custo e que envolve toda a equipe de saúde, tendo o enfermeiro como principal componente para sua correta realização. O enfermeiro está associado a todo o momento da assistência, por isso é quem deve lidar intimamente com este processo e seus aspectos, podendo sim atuar a partir do planejamento das estratégias sugeridas pela OMS, participando da execução de todas as etapas que tangem a implementação efetiva desse processo, tal como na monitorização destas, visando minimizar os riscos que levam aos agravos à saúde. Neste sentido, denota-se que para se obter uma assistência com o mínimo de erros, é necessário que ela seja realizada baseada na organização, na correta aplicação sobretudo, padronização das ações de segurança e na responsabilização dos envolvidos. Tais intervenções refletem de maneira satisfatória na prevenção de eventos adversos nos serviços de saúde. Acredita-se fazer necessários mais estudos que corroborem e enfatizem esse tema, para que possam surgir mais questionamentos, como também outras reflexões que complementem a proposta em virtude desta ser o passo elementar para garantia de uma assistência segura, e que proporciona ao paciente - que é a ponta final - resultados satisfatórios em seu cuidado direcionado.

REFERÊNCIAS

- AVELAR, Ariane Ferreira Machado *et al.* **10 Passos Para a Segurança do Paciente**. Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo / Rede Brasileira de Enfermagem e Segurança do Paciente. São Paulo, 2010. Disponível em: https://portal.coren-sp.gov.br/wp-content/uploads/2010/08/10_passos_seguranca_paciente.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.
- BRASIL. Protocolo Integrante do Programa Nacional de Segurança do Paciente. Protocolo de Identificação do Paciente, 2016. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/julho/03/Protocolo---Identificacao-do-Paciente.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- HEMESATH, Melissa Prade *et al.* Estratégias Educativas Para Melhorar a Adesão à Identificação do Paciente. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v.36 n.4 p.43-48, dez.2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v36n4/pt_1983-1447-rgenf-36-04-00043.pdf. Acesso em: 25 fev.2018.
- HOFFMEISTER, Louíse Viecili; MOURA, Gisela Maria Schebella. Uso de Pulseiras de Identificação em Pacientes Internados em um Hospital Universitário. **Ver. Latino-Am. Enfermagem**. Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 36-43, jan.-fev. 2015. Disponível em:

http://www.scielo.br/pdf/rlae/v23n1/pt_0104-1169-rlae-23-01-00036.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.

INSTITUTE FOR HEALTHCARE IMPROVEMENT. Involve Patients in Safety Initiatives. Fev. 2018. Disponível em: <http://www.ihl.org/resources/Pages/Changes/InvolvePatientsinSafetyInitiatives.aspx>. Acesso em: 20 ago. 2018

KOLANKIEWICZ, Adriane Cristina Bernart et al. Clima de Segurança do Paciente entre Trabalhadores de Enfermagem: Fatores Contribuintes. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v.30, n.5, p. 531-537, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/apv/v30n5/0103-2100-ape-30-05-0531.pdf> . Acesso em: 20 ago. 2018.

LEMOS, Grazielle de Carvalho et al. A Cultura de Segurança do Paciente no Âmbito da Enfermagem: Reflexão Teórica. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**. v. 8. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/2600>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MELLO, Janeide Freitas; BARBOSA, Sayonara Fátima Faria. Cultura de Segurança do Paciente em Unidade de Terapia Intensiva: Perspectiva da Equipe de Enfermagem. **Rev. Eletr. Enf.** Santa Catarina, v. 19, p 07, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v22n4/31.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão Integrativa: Método de Pesquisa Para a Incorporação de Evidências na Saúde e na Enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.17, n.4, p.758-764, out./dez., 2008 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2018.

OLIVEIRA, João Lucas Campos de et al. Fatores Facilitadores na Implantação das Estratégias de Segurança do Paciente: Um Estudo Exploratório. **Online Brazilian Journal of Nursing**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, p. 108-118, 2017. Disponível em: https://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/5515/pdf_2_ Acesso em: 25 fev. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). The Conceptual Framework for the International Classification for Patient Safety: Final Technical Report. Jan.2009. Disponível em: http://www.who.int/patientsafety/taxonomy/icps_full_report.pdf. Acesso em: 25 fev. 2018.

_____. 10 factsonpatientsafety. Mar.2018: Disponível em: http://www.who.int/features/factfiles/patient_safety/en/. Acesso em: 25 fev.2018
REDE BRASILEIRA DE ENFERMAGEM E SEGURANÇA DO PACIENTE.
Estratégias para a segurança do paciente: Manual Para Profissionais da Saúde. Rede Brasileira de Enfermagem e Segurança do Paciente. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.132 p. Disponível em:

https://www.rebraensp.com.br/images/publicacoes/manual_seguranca_paciente.pdf
Acesso em: 20 ago. 2018.

SILVA, Aline Teixeira *et al.* Assistência de Enfermagem e o Enfoque da Segurança do Paciente no Cenário Brasileiro. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v.4, n. 111, p. 292-301, out./dez/, 2016 Disponível em:
https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2016.v40n111/292-301/pt_ Acesso em: 25 fev. 2018.

SILVA, Andréia Cristina Araújo *et al.* A segurança do Paciente em Âmbito Hospitalar: Revisão Integrativa da Literatura. **Cogitare Enfermagem**, Paraná, v.21, n.esp:01-09, 2016. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2016/08/1528/37763-184992-1-pb.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2018.

SIMAN, Andréia Guerra; BRITO, Maria José Menezes. Mudanças na Prática de Enfermagem para Melhorar a Segurança do Paciente. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Rio Grande do Sul, v.37 n.esp, n. 68271, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v37nspe/0102-6933-rgenf-1983-14472016esp68271.pdf>. Acesso em: 25 fev.2018.

SOARES, Cassia Baldini *et al.* Revisão Integrativa: Conceitos e Métodos Utilizados na Enfermagem. **Rev. Esc Enferm USP**, v.48, n.2, p.335-345, São Paulo, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48n2/pt_0080-6234-reeusp-48-02-335.pdf. Acesso em: 25 fev. 2018.

SOUZA, Ruth Francisca Freitas de, SILVA, Lolita Doplicoda. Estudo Exploratório das Iniciativas Acerca da Segurança do Paciente em Hospitais do Rio de Janeiro. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v.22 n.1 p. 22-28, jan./fev. 2014. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v22n1/v22n1a04.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2018.

SOUZA, Sabrina de *et al.* Identificação da Criança na Pediatria: Percepções dos profissionais de Enfermagem. **Revista Baiana de Enfermagem**. v. 29, n. 1, p. 5-11, jan./mar. 2015 Disponível em:
<https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/11529>. Acesso em: 20 ago. 2018

TASE, Terezinha Hideco *et al.* Identificação do Paciente Nas Organizações de Saúde: Uma Reflexão Emergente. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v.34, n.2, p.196-200, 2013.Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v34n3/a25v34n3.pdf>. Acesso em: 25 fev.2018

_____; TRONCHIN, Daisy Maria Rizatto. Sistemas de Identificação de Pacientes em Unidades Obstétricas e a Conformidade Das Pulseiras. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v.28, n.4, p. 374-380, 2015. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ape/v28n4/1982-0194-ape-28-04-0374.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2018.

O COMPORTAMENTO DO ENFERMEIRO NAS AÇÕES EDUCATIVAS DIANTE DE PACIENTES COM INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA NA ATENÇÃO BÁSICA

AUTORAS:

Ana Paula Rodrigues Neves

Rafaela Costa de Medeiros

RESUMO: Identificar como ocorre o comportamento do enfermeiro nas ações educativas para a prevenção da insuficiência renal crônica e de pacientes com alguma lesão renal já instalada na atenção básica. Trata-se de um estudo desenvolvido através da revisão de literatura integrativa. Pesquisa bibliográfica foi realizada, nos meses abril a outubro de 2018. Os critérios de inclusão utilizados foram textos disponíveis em língua portuguesa, dos últimos 08 anos que envolvessem as ideias deste estudo, critérios de exclusão tomados foram artigos de bases não confiáveis, que fugissem da temática abordada no referente estudo. A atuação do enfermeiro relaciona-se à promoção da saúde de acordo com as necessidades da população. Para que a promoção da saúde destes pacientes seja realizada, é necessária a atuação dos enfermeiros por meio da sistematização com a elaboração de atividades educativas em saúde, com o intuito de encorajar o autocuidado desses pacientes. Conclui-se que o enfermeiro é essencial no âmbito da saúde, tanto na assistência como no gerenciamento do trabalho. Devido ao seu empoderamento, pela proximidade com a comunidade, é fundamental uma sensibilização associada com saberes estruturado para reconhecer os possíveis riscos enfrentados pela população que apresenta DRC, durante a consulta de enfermagem.

Palavras-chave: Educação em Saúde. Insuficiência Renal Crônica e Atenção Básica.

INTRODUÇÃO: Inúmeras são as doenças que podem acometer o ser humano, dentre elas podemos elencar um grupo mais restrito chamada de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), no qual a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) faz parte. Esta doença também é caracterizada como fator de risco primordial para o surgimento de outra DCNT como a Insuficiência Renal Crônica (IRC). Assim, a IRC é caracterizada pela fase crítica da doença renal, quadro clínico não reversível. O paciente renal em muitos dos casos desconhece que possui a doença, podendo conviver anos com a forma assintomática e não saber (COSTA, 2014). É de suma importância identificar precocemente o indivíduo com hipertensão arterial, pois o mesmo pode desenvolver a IRC. Fornecer orientação a respeito da conduta a ser seguida durante o tratamento que pode ser tanto farmacológico, quanto não farmacológico, ou até mesmo a associação de ambos para atingir um bom resultado, frisando sempre a importância da não desistência da terapêutica. Por isso, a atuação do enfermeiro na atenção básica se faz cada vez mais importante no acompanhamento dos pacientes da hipertensão arterial sistêmica (HAS) definida pela elevação da pressão arterial (PA) $\geq 140 \times 90$ mmHg. (GENIOLE *et al.*, 2011). A insuficiência renal crônica trata-se de uma doença com evolução lenta, podendo

levar anos para o surgimento das manifestações clínicas. É silenciosa, por isso torna-se difícil de ser diagnosticada, decorrente da HAS negligenciada por anos a qual causa comprometimento das estruturas renais, podendo evoluir para danos mais severos como a perda do parênquima renal, e até da função renal caso a pessoa seja diagnosticada tardiamente, ou não realize o tratamento adequado (BRASIL, 2017a). Pode-se considerar como fatores de risco para desenvolver a IRC além da hipertensão, a idade tendo a maior prevalência nos idosos, o sexo (grande incidência entre os homens) e uma dieta hipersódica. (PAULA *et al.*, 2016). É crescente o número de casos da Doença Renal Crônica (DRC), em torno de 40 mil pacientes ao ano no Brasil, sendo progressivamente o aumento de pacientes que fazem a Terapia Renal Substitutiva (TRS) – 126.000 pacientes no ano de 2017, dos quais 5.900 efetuam transplante renal. (BRASIL, 2017b). Mediante a fragilidade do atendimento ao público, o Ministério da Saúde (MS) elaborou e disponibilizou políticas para o aprimoramento do atendimento aos usuários. Permitindo consistência das unidades em atuar, tendo com porta de entrada a Atenção Básica, que permite aos enfermeiros estar à frente desta jornada, traçando intervenções juntamente com a equipe multidisciplinar para o enfrentamento dessa doença, fortalecendo o vínculo com o paciente, educando quanto à importância do tratamento (PAULA *et al.*, 2016). A motivação desse estudo teve como casos de familiares do autor, onde foi visto a evolução da doença de forma silenciosa, diagnóstico tardio, progressão da doença, com a diminuição da função renal, deficiência na educação dos usuários a respeito da doença, e a omissão dos mesmos em vários momentos em seguir com o tratamento recomendado pela equipe de atendimento. Diante deste conflito surgiu a seguinte questão: Como ocorre o comportamento do enfermeiro nas ações educativas para a prevenção da insuficiência renal crônica e de pacientes com alguma lesão renal já instalada na atenção básica? Assim, deve-se rever às práticas educativas de enfermagem em seu campo de atuação com intuito de preservar os pacientes com IRC, firmando a cada consulta, em rodas de conversa a importância de manter o tratamento. Diante deste cenário, este estudo tem como objetivo identificar o comportamento do enfermeiro nas ações educativas diante de pacientes com insuficiência renal crônica na atenção básica. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo desenvolvido através da revisão de literatura integrativa. A revisão integrativa é fundamentada na avaliação de pesquisas pertinentes que proporcionam uma excelente base de informações para avançar em melhorias no que se concerne à estruturação da prática clínica. Sintetizando saberes relacionado a temas específico, indicando falhas nos estudos que necessitam ser elucidadas, indicando a importância da produção e aprofundar-se mais nas pesquisas. (MENDES, 2008). A pesquisa bibliográfica foi realizada, nos meses abril a outubro de 2018, com levantamento de material publicado e disponível na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), indexadas nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da saúde (LILACS), bem como manuais do Ministério da Saúde. Para andamento da pesquisa foram utilizados os seguintes Descritores (DeCS): Educação em Saúde, Insuficiência Renal Crônica e Atenção Básica. Na ferramenta *And* utilizada para refinamento dos artigos foram utilizadas as seguintes combinações: Educação em Saúde *and* Insuficiência Renal Crônica obteve resultado de 32 artigos, na combinação de Atenção Básica *and* Insuficiência Renal Crônica resultou em 24 artigos, no cruzamento entre Educação em Saúde *and*

Atenção Básica obteve 1.583 artigos. Os critérios de inclusão utilizados foram textos disponíveis em língua portuguesa, completos e de livre acesso, dos últimos 08 anos (2010 a 2018) que envolvessem as ideias deste estudo, que apresentaram dados epidemiológicos fidedignos, no entanto, os critérios de exclusão tomados foram artigos de bases não confiáveis, que fugissem da temática abordada no referente estudo. Após o refinamento, aplicada leitura crítica e minuciosa sobre 16 artigos, analisando os quais seriam propícios para subsidiar este estudo, 06 destes foram utilizados para darmos início à construção do trabalho. Os dados coletados estão referenciados adequadamente, com ética, tomando as devidas precauções quanto à preservação da autoria dos artigos pesquisados. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Após análise, é possível perceber que o ano com maior quantitativo de artigos publicados foi o de 2016 com 4 (66,66%) sendo possível inferir que, nos últimos oito anos as publicações sobre esta temática vem sendo alvo de interesse dos profissionais de enfermagem. Com relação ao objetivo do estudo, 4 artigos (66,66%) tratam sobre as ações educativas que podem ser realizadas pelo enfermeiro na prevenção e progressão da Doença Renal Crônica (DRC). Estes objetivos corroboram com o objetivo proposto por nosso estudo, o que auxilia a responder a questão de pesquisa abordada. De acordo com o que está disposto no estudo de Paula *et al.* (2016), existe uma relação de elementos que favorecem para o não desenvolvimento das atividades educativas adequadas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do que se faz pertinente ao atendimento aos pacientes com DRC. Com relação aos elementos que dificultam as atividades, Paula *et al.* (2016), descreve a existência de um grande percentual de unidades com estrutura física deficiente, onde não dispõem de consultórios suficientes para um atendimento, o suprimento de medicamentos não é o suficiente para atender a demanda das unidades, ressaltando a falta de capacitação dos profissionais em exercer um atendimento qualificado. Silva *et al.* (2015), trás em sua fala que: “A atuação do enfermeiro relaciona-se à promoção da saúde de acordo com as necessidades da população”. Para que a promoção da saúde destes pacientes seja realizada, é necessária a atuação dos enfermeiros por meio da sistematização com a elaboração de atividades educativas em saúde, com o intuito de encorajar o autocuidado desses pacientes. Sabe-se que, quando se toma consciência da proporção da doença, ganhamos um usuário colaborativo e empenhado em ajudar-se e a aderir ao tratamento ofertado. Desse modo, é importante a ampliação de modelos que assistam ao enfermeiro a fortalecer o vínculo com a população, desenvolvendo meios que aprimorem esta comunicação profissional/paciente, fazendo uso das tecnologias como auxílio nas ações educativas. Para que isso ocorra, são necessários investimento na educação permanente desses profissionais os quais são mediadores no processo de educação desses usuários, trazendo para perto até os familiares neste processo de educação na prevenção da progressão da DRC, sabendo que o processo é lento. Andrade, Almeida e Santos (2016). Seguindo a vertente de Andrade, Almeida e Santos (2016), e reafirmando o que fora supracitado por outros autores linhas a cima. O enfermeiro ainda sente uma fragilidade na regulamentação de um protocolo que assessorie os enfermeiros nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), fazendo uso desse protocolo para estruturar as suas ações que irá desempenhar ao lado desses pacientes. Travagim *et al.* (2010), defende a importância da consulta de enfermagem bem elaborada, para rastrear pacientes com riscos a desenvolver a DRC, registrando tudo que fora

importante em prontuário, procurando identificar os riscos para a progressão da doença já instalada nos pacientes, construindo um elo com este paciente, firmando a sua regularidade nas consultas. Sendo que um tratamento mais conservador poderia ser o suficiente para este paciente evitando complicações. Duarte *et al.* (2016), dispõem da seguinte concepção. A Diabetes Mellitus (DM) e a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) caso não controlada pelo paciente poderá levar ao desenvolvimento da DRC, o nível de comprometimento renal é maior quando associada essas doenças, a progressão será rápida agravando mais o estado clínico do paciente. Portanto, a solicitação de exames para rastreio desses pacientes em potencial, tais como a Taxa de Filtração Glomerular (TFG), proteinúria, verificação da pressão arterial (PA), verificação dos níveis glicêmicos onde será possível a partir desses valores de referência, identificar uma possível lesão renal destes pacientes. Melo *et al.* (2016) resume bem em seu estudo tudo que os demais autores já trouxeram para a formulação de uma boa prática de enfermagem. Salientado a busca desses pacientes, enxergando os riscos que causam agravos para essas pessoas, visando adesão de um tratamento mais conservador que poderia ter sido o suficiente para estes pacientes evitando tais complicações se caso os mesmos tivesse conseguido um acompanhamento qualificado na atenção primária desde o início, quando era um potencial a desenvolver a DRC. **CONCLUSÃO:** O enfermeiro se torna cada vez mais essencial no âmbito da saúde, tanto na assistência como no gerenciamento do trabalho. Devido ao seu empoderamento, pela proximidade com a comunidade que vem desenvolvendo suas ações, é fundamental uma sensibilização associada com saberes estruturado para reconhecer os possíveis riscos enfrentados pela população que apresenta DRC, enxergando esses pontos durante a realização da consulta de enfermagem. Diante do crescimento acelerado de pessoas desenvolvendo doença renal, sabendo da fragilidade que as unidades de saúde enfrentam com estrutura física, baixo investimento em educação permanente para qualificação dos enfermeiros, é vital que se formule o mais rápido possível um protocolo que regulamente o atendimento, o caminhar desses pacientes na atenção básica sabendo que ela é a porta de entrada da nossa saúde. Para que assim os enfermeiros possam desempenhar um trabalho adequado no processo de educação saúde/doença com esses usuários. Durante toda a pesquisa foi sentida a dificuldade em encontrar artigos de qualidade que abordassem a temática proposta por este trabalho, alguns autores discutiam a respeito da doença renal só que em outros níveis de atendimento da saúde (terciário). Ainda são escassos artigos que tratem atuação dos enfermeiros na atenção básica mediante o enfrentamento da DRC, é necessário que se amplie o conhecimento a cerca desse assunto para que futuros profissionais possam conseguir artigos de qualidade para subsidiar seu trabalho já que não dispõem de um protocolo que norteie suas ações.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, I; ALMEIDA, M. R. S. A; SANTOS, R. V. Atuação da Enfermagem em Atenção Básica na Prevenção e Progressão da Insuficiência Renal Crônica. **Rev. Eletrôn. Atualiza Saúde**, Salvador, v. 4, n. 4, p.23-31, jun. 2016. Disponível em: <http://atualizarevista.com.br/wp-content/uploads/2016/07/Atua%C3%A7%C3%A3o-da-enfermagem-em-aten%C3%A7%C3%A3o-b%C3%A1sica-na-preven%C3%A7%C3%A3o-e-progress%C3%A3o-da-insufici%C3%Aancia-renal-cr%C3%B4nica-v-4-n-4.pdf>. Acesso em: 07 out. 2018.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Atenção especializada e hospitalar: Nefrologia**. 2017a. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/atencao-especializada-e-hospitalar/especialidades/nefrologia>. Acesso em: 16 abr. 2018.

_____. Ministério da Saúde. **Sociedade Brasileira de Nefrologia - SBN**. Rio de Janeiro: Informa, v. 114, n. 25, abr./maio/jun. 2017b. Trimestral. Disponível em: <https://sbn.org.br/app/uploads/sbninforma114-2.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

COSTA, F. G; COUTINHO, M.P.L; SANTANA, I. O. **Insuficiência renal crônica: representações sociais de pacientes com e sem depressão**. Bragança Paulista, v. 19, n. 3, p. 387-398, jan., 2014.

DUARTE, G. C. *et al.* Doença renal crônica: reconhecimento dos fatores de risco pelos profissionais da atenção primária. **Revista de Enfermagem e Saúde**, Pelotas, v. 6, n. 2, p.97-287, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/viewFile/5985/6045>. Acesso em: 22 set. 2018.

GENIOLE, L. A. I; KODJAOGLANIAN, V. L; VIEIRA, C. C. A; CATIA, C. M. **Atenção Básica em Saúde da Família: Assistência de Enfermagem por Ciclos de Vida**. 2011. 240 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pós-graduação em Atenção Básica em Saúde da Família, Ufms, Campo Grande, 2011.

MELO, A. P. R. *et al.* Ações de Profissionais da Estratégia Saúde da Família na Detecção da Doença Renal Crônica. **Revista Enfermagem Ufpe On Line**, Recife, v. 10, n. 5, p. 44-1635, maio, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/13527/16285>. Acesso em: 04 out. 2018.

PAULA, E. A. *et al.* Potencialidades da atenção primária à saúde no cuidado à doença renal crônica. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, v. 24, n. 09, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692016000100412&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 23 abr. 2018.

SILVA, A. C. *et al.* A Ação do Enfermeiro na Prevenção de Doenças Renais Crônicas: uma revisão integrativa. **Sanare: Revista de Políticas Públicas**, Sobral, v. 14, n. 2, p.148-155, jun./dez. 2015. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/840>. Acesso em: 07 out. 2018.

TRAVAGIM, D. S. A. *et al.* Prevenção e Progressão da Doença Renal Crônica: atuação do enfermeiro com diabéticos e hipertensos. **Rev. Enfermagem UERJ**, Rio

de Janeiro, v. 18, n. 2, p.7-291, abr./jun. 2010. Disponível em:
<http://www.dms.ufpel.edu.br/ares/bitstream/handle/123456789/158/v18n2a21.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 out. 2018.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM: DIFICULDADES ENCONTRADAS NO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO

AUTORAS:

Izadora Madalena Costa Figueiredo
Joicy Cristianne dos Santos Alves
Luzia Kelly Alves da Silva Nascimento
Rafaela Costa de Medeiros

RESUMO: Objetiva Identificar a ocorrência da assistência de enfermagem diante das dificuldades encontradas no Aleitamento Materno Exclusivo. Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa onde a busca ocorreu de abril a outubro de 2018, através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas seguintes bases de dados eletrônicas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados na língua portuguesa, disponíveis na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática e objetivo proposto, bem como artigos publicados nos últimos 5 anos (2014 a 2018). E quanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados, em forma de resumos e carta ao editor. O enfermeiro deve estimular o aleitamento materno demonstrando as mulheres práticas corretas, como a pega e sucção correta, orientando a prevenção de infecções nos mamilos e mastite. Esse é um processo de cuidar, não só ajuda as mães, como também fortalece o profissional de saúde, na sua prática profissional. (COSTA *et al.*, 2018). Diante dos casos expostos e das dificuldades mencionadas pelas puérperas, conclui-se que a informação vinda por meio do profissional de enfermagem ainda deixa a desejar. A enfermagem que mantém contato direto com a gestante deve orientar de forma clara os benefícios que um aleitamento materno exclusivo trás para o bebê e para a mãe, e das práticas para manter esse aleitamento, já que muitas puérperas relataram não conhecer tais práticas, optando por complementar com fórmulas lácteas.

Palavras-chave: Aleitamento Materno. Desmame Precoce. Enfermagem.

INTRODUÇÃO: Sabe-se que o leite materno é uma nutrição completa, supre todas as necessidades nutricionais de uma criança nos seis primeiros meses de vida. O leite ajuda no sistema imunológico, previne alergias, ajuda no sistema cognitivo. Além dos benefícios para o bebê, também é ótimo para as mães, pois previne o câncer de mama, auxilia na involução uterina, retorno ao peso corporal, evita hemorragias pós-parto, sem falar no vínculo mãe e filho (OLIVEIRA *et al.*, 2015; BRANDÃO *et al.*, 2016). Além destes benefícios, o leite materno sendo introduzido logo após o nascimento reduz significativamente a mortalidade neonatal, a qual ocorre até o 28º dia de vida do bebê, de acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Também é relevante enfatizar que, no Brasil, quase metade das mortes infantis com menos de um ano de idade ocorrem na primeira semana de vida (49,4%), o que mostra a importância do aleitamento materno após o nascimento da criança (OLIVEIRA *et al.*, 2015). Mesmo com todos estes benefícios,

muitas mães inferem dificuldades para implementar a amamentação, seja por insegurança ou por falta de informações as quais deveriam ter início ainda no pré-natal. Como consequência destas dificuldades, muitas mães acabam utilizando o leite artificial para suprir as necessidades do bebê, o que contribui para um desmame precoce, isto é, antes dos seis meses de vida (BRANDÃO *et al.*, 2016; FARIAS; WISNIEWSKI, 2015). Ainda com relação as dificuldades para implementar a amamentação, é de valia destacar os problema com as mamas como a mastite, bico invertido e traumas mamários. Outro fator é o conhecimento empírico onde a maioria das pessoas falam que o leite materno é fraco. Na verdade, não existe leite fraco, o mesmo é suficiente para as necessidades da criança onde o será produzido à medida que o estímulo da sucção ocorrer (OLIVEIRA *et al.*, 2015). A volta ao trabalho também é um fator para o desmame, e com isso as mães introduzem o leite artificial por ser mais prático, mesmo tendo a opção da ordenha, que é uma prática pouco utilizada. A utilização de formulas artificiais de leite e consequentemente o uso de mamadeiras, faz com que os bebês se confundam, gerando nestes a preferência pela mamadeira e a ausência do estímulo da produção de leite materno pela sucção do bebê (OLIVEIRA *et al.*, 2015; MONTESCHIO, GAVÍIA, MOREIRA, 2015). Diante deste contexto, destaca-se a importância das ações da assistência de enfermagem junto as mães que apresentam dificuldades para amamentar, principalmente as mães de primeira viagem, no intuito de minimizar estas dificuldades. Assim, a assistência de enfermagem tem um papel importante na orientação as mães para estimular o aleitamento materno e evitar o desmame precoce, por meio de ações e orientações as gestantes. Desta forma, o enfermeiro pode e deve apoiar esta prática, orientando as técnicas de amamentação, o não uso de mamadeiras, pois causam desmame e até doenças como diarreias, tendo como objetivo melhorar a qualidade de vida das crianças (MONTESCHIO, GÁIVA, MOREIRA, 2015). Após vivência do autor com o aleitamento materno exclusivo, foi possível perceber a importância da amamentação tanto para o bebê como para a mãe. Diante deste cenário, surge a seguinte questão norteadora: Como ocorre a assistência de enfermagem diante das dificuldades encontradas no Aleitamento Materno Exclusivo? Com isto, o presente estudo tem como objetivo Identificar a ocorrência da assistência de enfermagem diante das as dificuldades encontradas no Aleitamento Materno Exclusivo. Espera-se que, com este estudo, ocorra a contribuição literária sobre a importância desta temática na área de atuação da enfermagem. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa a qual inclui análise de pesquisas relevantes. Esse método possibilita a síntese de múltiplos estudos, uma pesquisa ampla a qual permite busca, avaliação crítica e a síntese das evidências (MENDES, SILVEIRA, GALVÃO, 2008). Para a construção desta revisão literária, foram utilizadas as seguintes etapas: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa, coleta de dados através da base de dados eletrônica, com alguns critérios de inclusão e exclusão para selecionar a amostra; análise crítica da amostra, interpretação dos dados e apresentação dos resultados. A busca ocorreu de abril a novembro de 2018, através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas seguintes bases de dados eletrônicas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) utilizados para pesquisa foram: Aleitamento Materno, Desmame Precoce, Enfermagem. Para refinamento do material, utilizou-se o operador booleano *AND* combinado da seguinte forma:

“aleitamento materno” AND “ Desmame Precoce”, com 63 artigos, “Aleitamento Materno” AND “ Enfermagem”, com 166 publicações e “Desmame precoce” AND “Enfermagem” foram obtidos 17 artigos. Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados na língua portuguesa, disponíveis na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática e objetivo proposto, artigos publicados nos últimos 5 anos (2014 a 2018). E quanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados, em forma de resumos e carta ao editor. Foi realizada leitura completa dos artigos, com as respectivas sínteses. Os dados utilizados foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus autores e demais fontes de pesquisa, contendo rigor ético quanto aos textos científicos que foram pesquisados, no que diz respeito ao uso do conteúdo e de citação das partes das obras consultadas. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O aleitamento materno é a melhor forma de alimentar o bebê até o sexto mês de vida; a amamentação exclusiva trás diversos benefícios tanto para a mãe como para o bebê. (BRANDÃO *et al.*, 2016). Nos dias atuais as mães estão deixando de amamentar seus filhos antes dos seis meses de vida, causando um desmame precoce. E muitos fatores estão associados a isso, tais como: intercorrências das mamas: um dos principais problemas que levam ao desmame precoce. Interferência familiar: a família tenta ajudar, porém acaba atrapalhando, pois carregam consigo a herança cultural, tais como: “ o bebê tem que tomar água para não ficar com sede”, “ tem que dá o chá para o bebê quando ele tiver cólica”, “ o bebê está chorando de fome, seu leite é fraco”. Todos esses comentários familiares contribuem para o desmame precoce, pois as mães despreparadas pela falta de informação de um profissional, acabam fazendo aquilo que escuta de sua mãe e ate avó. Trabalho materno: é um fator agravante para o desmame, pois a mãe passa muito tempo longe da criança. (FARIAS, WISNIEWSKI, 2015; OLIVEIRA *et al.*, 2015). Desta forma o enfermeiro tem um papel fundamental para evitar que ocorra um desmame precoce. Porém ainda há uma falta de orientação; muitas falhas pelos profissionais da saúde, de intervir, ajudando essas mães à evitarem um desmame antes dos seis meses de vida dos seus bebês. (OLIVEIRA *et al.*, 2015). O enfermeiro deve estimular o aleitamento materno demonstrando as mulheres práticas corretas, como a pega e sucção correta, orientando a prevenção de infecções nos mamilos e mastite. Esse é um processo de cuidar, não só ajuda as mães, como também fortalece o profissional de saúde, na sua prática profissional. (COSTA *et al.*, 2018). **CONCLUSÃO:** Diante dos casos expostos e das dificuldades mencionadas pelas puérperas, conclui-se que a informação vinda por meio do profissional de enfermagem ainda deixa a desejar. A enfermagem que mantém contato direto com a gestante deve orientar de forma clara os benefícios que um aleitamento materno exclusivo trás para o bebê e para a mãe, e das práticas para manter esse aleitamento, já que muitas puérperas relataram não conhecer tais práticas, optando por complementar com fórmulas lácteas. Os profissionais relatam que orientam sobre a importância do aleitamento, Mas deixam vago quando se trata das práticas da amamentação, da importância da boa pega, para assim evitar fissuras mamilares que foi uma das dificuldades relatada. Assim os profissionais precisam rever as orientações, para que as puérperas não deixem de amamentar exclusivamente até os seis meses o seu bebê por falta de orientação, ou seja de conhecimento sobre a nova fase, o enfermeiro pode dividir as informações a cada consulta de pré-natal para facilitar o entendimento da gestante, para que não

haja falhas nas informações, e o aleitamento aconteça conforme preza o ministério da saúde.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, A. *et al.* Aleitamento materno: fatores que influenciam o desmame precoce. **Revista científica facmais**, [S./], v. 5, n. 1, p. 1-9, mar./maio 2016. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?>. Acesso em: 30 ago. 2018.

COSTA EFG, *et al.* Atuação do enfermeiro no manejo clínico da amamentação: estratégias para o aleitamento materno. **Rev Fund Care Online**. 2018 jan./mar.; 10(1):217-223. DOI: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2018.v10i1.217-223>.

FARIAS, Suelen; WISNIEWSKI, Danielle. Aleitamento materno x desmame precoce. **Revista UNINGÁ Review**, [S./], v. 22, n. 1, p. 14-19, abr./jun. 2015. Disponível em: <http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/article/view/1624>. Acesso em: 31 ago. 2018.

MENDES, Karina; SILVEIRA, Renata; GALVÃO, Cristina. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Revista De Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, out./dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext. Acesso em: 09 maio 2018.

MONTESCHIO, Carolina; GAÍVA, Maria; MOREIRA, Mayrene. O enfermeiro frente ao desmame precoce na consulta à criança. **Revista brasileira de enfermagem**, Brasília, v. 68, n. 5, p. 869-875, set./out. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672015000500869>. Acesso em: 30 abr. 2018.

OLIVEIRA, C. *et al.* Amamentação e as intercorrências que contribuem para o desmame precoce. **Revista gaúcha de enfermagem**, Porto Alegre, v. 36, p. 16-24, set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-14472015000500016>. Acesso em: 29 abr. 2018.

SILVA, D. *et al.* Promoção do aleitamento materno o pré-natal: discurso das gestantes e dos profissionais de saúde. **Revista mineira de enfermagem**, Florianópolis-sc, v. 22, p. 1-8, maio, 2018. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/1239>. Acesso em: 19 out. 2018.

URNANETTO, P. *et al.* Facilidades e dificuldades encontradas pelas puérperas para amamentar. **Rev Fund Care online**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 339-405, abr./jun. 2018. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/6060/pdf>. Acesso em: 26 set. 2018.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA

AUTORAS:

Rivania Ruth Tiburcio da Silva
Tayssa Suelen Cordeiro Paulino
Wandessa dos Santos Rangel Silva
Vivian Batista Beserra Torres
Aysa Nayara Silva de Moraes
Viviane Araujo da Camara

RESUMO: O objetivo deste trabalho é discutir sobre a assistência de enfermagem ao paciente com hipertensão arterial sistêmica. Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa, com levantamento bibliográfico de março a outubro de 2018. Para busca dos artigos foram utilizados as bases de dados LILACS e SciELO. O estudo apresenta as atribuições do enfermeiro com relação à assistência oferecida ao paciente com hipertensão arterial, que por sua vez, acontece não apenas de forma imediata, mas também, continua.

Palavras-chaves: Hipertensão arterial. Paciente. Enfermagem.

INTRODUÇÃO: A hipertensão é uma doença crônica, caracterizada pelo aumento da pressão arterial. Um dos principais fatores que contribui para elevação da pressão na corrente sanguínea é o consumo excessivo de cloreto de sódio. De acordo com a literatura os valores consideráveis para um diagnóstico de hipertensão são: sistólica igual ou maior que 140mmHg e diastólica igual ou superior a 90mmHg (ARAUJO-GIRÃO; OLIVEIRA; GOMES, 2014). Ressalta-se que atualmente a hipertensão arterial possui um número maior de casos, porém, existem menos taxas de controle, considerando-se um dos principais fatores de riscos para doenças cardiovasculares e um dos mais importantes problemas de saúde pública no Brasil e no mundo. (SILVA; COLÓSIMO; PIERIN, 2009). Estima-se que no Brasil há aproximadamente 17 milhões de pessoas com hipertensão arterial, sendo que, 35% destas, são pessoas a partir de 40 anos de idade, as quais estão mais propensas a este diagnóstico. (MOURA; BEZERRA; MOREIRA 2010). Assim sendo, é perceptível a extrema importância da promoção à saúde e a prevenção de agravos da doença de forma contínua, contribuindo para diminuição dos casos. Perante isso, percebe-se que faz-se necessário um planejamento de enfermagem traçando estratégias para promover a saúde, prevenir a doença, orientar e avaliar o processo como um todo. (ARAUJO-GIRÃO; OLIVEIRA; GOMES, 2014.). Nesse caso, o enfermeiro tem um papel crucial durante o desenvolvimento das ações de promoção à saúde e prevenção da hipertensão arterial, oferecendo melhor assistência ao hipertenso, que ocorre geralmente na atenção básica de saúde. Durante a assistência de enfermagem é de real necessidade a colaboração do paciente, pois, além do cuidado do profissional na unidade de saúde, deve-se estimular ao paciente o auto cuidado. (SILVA; COLÓSIMO; PIERIN, 2009). Contudo, deve-se haver um acompanhamento de enfermagem onde precisam ser observados os níveis

pressóricos, fatores de risco como, por exemplo: obesidade, tabagismo, entre outros. É importante também estar atento a lesões em órgãos alvos e comorbidades associadas, tendo em vista o cuidado para que não ocorram danos às pessoas (GIRÃO *et al.*, 2015). Mediante isso, foram desenvolvidas algumas atividades durante o período acadêmico que despertaram e influenciaram para construção deste artigo, com a temática de hipertensão arterial sistêmica. Surgindo a seguinte questão: Como ocorre a assistência de enfermagem ao paciente com hipertensão arterial? Este por sua vez, é um tema bastante discutido na área de saúde, o qual irá contribuir enquanto futura profissional para o aprimoramento do conhecimento e também com a produção científica na área. Assim sendo, o objetivo desse trabalho é descrever a assistência de enfermagem ao paciente com hipertensão arterial sistêmica. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura científica a qual proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática. O mesmo apresentará as fases constituintes de uma revisão integrativa e os aspectos irrelevantes considerados para a utilização desse recurso metodológico (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2009). A busca ocorreu através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas seguintes bases de dados eletrônicas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os descritores em Ciências da Saúde (DeCS) utilizados para pesquisa foram: Hipertensão Arterial, Paciente com hipertensão arterial e Enfermagem. Para refinamento do material, utilizou-se o operador booleano AND combinados da seguinte forma: assistência de enfermagem AND hipertensão arterial AND paciente com hipertensão arterial AND assistência ao hipertenso. Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados na língua portuguesa disponíveis na forma gratuita e online, e que compartilhassem do objetivo proposto. Quanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados em forma de resumos e carta ao editor. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A hipertensão arterial sistêmica é uma condição multifatorial que se caracteriza pela persistência de pressão arterial sistólica e diastólica elevada, normalmente acontece quando há uma resistência maior dos vasos sanguíneos dificultando assim a passagem do sangue e exigindo uma força maior do coração no bombeamento. (BRASIL, 2013). É uma doença crônica e que pode ser associada a alterações funcionais e estruturais de alguns órgãos, como por exemplo: coração, encéfalo, rins e vasos sanguíneos. Evidenciando, um alto risco de doenças cardiovasculares e cerebrovasculares. (BRASIL, 2013). Entretanto, a hipertensão tem como característica principal, os níveis pressóricos elevados, além disso, são observadas características importantes como: obesidade, rigidez arterial, hipertrofia cardíaca, hiperatividade do sistema nervoso simpático, disfunção endotelial, entre outros. (SILVA, OLIVEIRA, PIERIN, 2015). Os pacientes com hipertensão arterial sistêmica costumam apresentar sinais e sintomas bem comuns, como: cefaleia, sudorese fria, náuseas, mal estar, incomodo na região da nuca, dores no peito, visão embaçada, sangramento nasal, retenção de líquido (edema), zumbido nos ouvidos e cansaço. (SILVA, OLIVEIRA, PIERIN, 2015). Todavia, há alguns fatores de riscos que, associados entre si e a outras condições, contribuem para o desencadeamento da pressão arterial sistêmica. Entre eles podemos destacar: idade, gênero, hereditariedade, raça, obesidade, estresse, vida sedentária, álcool, tabagismo, anticoncepcionais, alimentação rica em sódio e gordura. (SILVA, OLIVEIRA, PIERIN, 2015). No entanto, é possível identificar e orientar qual conduta

deve ser tomada diante dos sintomas apresentados. Para isso, contamos com uma equipe multiprofissional, onde o enfermeiro desenvolve o importante papel na assistência do paciente com hipertensão arterial. Este por sua vez, identifica os sintomas, faz acompanhamento inicial, o qual acontece pelas medidas pressóricas durante sete dias, em seguida ele avalia e encaminha para assistência médica. (FELIPE, ABREU, MOREIRA, 2018). Mediante a prescrição médica são iniciadas as consultas de enfermagem, as quais competem apenas aos enfermeiros. É onde acontece à assistência de enfermagem de forma continua sendo feitas mensalmente (BRASIL, 2013). Durante as consultas, são coletados dados importantes do paciente, como por exemplo: rotina de exercícios físicos, alimentação, lazer, histórico familiar, outras patologias existentes, automedicação, e início dos sinais e sintomas. Também são aferidos sinais vitais, com ênfase na pressão arterial, medida de peso, circunferência da cintura e altura para calcular índice de massa corporal. (BRASIL, 2013). A assistência de enfermagem ao paciente com hipertensão arterial vai muito além de uma consulta mensal. Faz-se necessário o desenvolvimento de atividades onde possam estar envolvendo toda equipe multiprofissional sendo eles: psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas médico, enfermeiro, técnicos e auxiliares de enfermagem. (FELIPE; ABREU; MOREIRA, 2018). Tomar os remédios no horário prescrito, praticar exercícios físicos, ingerir alimentos saudáveis, abandono do tabagismo (se for o caso), não fazer uso de álcool e outras drogas. Estas condições são essenciais para o controle da pressão arterial e sucesso do tratamento. (FELIPE; ABREU; MOREIRA, 2018). O enfermeiro por sua vez, possui grande importância na assistência ao paciente com hipertensão arterial sistêmica, desde o acolhimento até o diagnóstico e tratamento. Durante a assistência, é realizado o exame físico e anamnese, onde serão observados sinais e sintomas, avaliados exames laboratoriais, funções fisiológicas, e outras patologias que possam ter sido desenvolvidas a partir da hipertensão. (MOURA *et al.*, 2010). A cada consulta o enfermeiro registra todas as informações colhidas com base nas avaliações citadas acima e desenvolve a melhor conduta possível. É importante este acompanhamento para saber se o tratamento está obtendo resultado ou não. Além da mudança de hábitos, faz-se necessário o tratamento medicamentoso, o qual é orientado a ser seguido rigorosamente. (MOURA *et al.* 2010). A assistência de enfermagem não se detém apenas no atendimento imediato nem nas consultas mensais, mas também em saúde coletiva, visitas domiciliares, grupos de autoajuda e grupos de atividade física. Essas são atividades planejadas pelo enfermeiro e desenvolvidas com a ajuda de toda a equipe multiprofissional. (MOURA *et al.* 2010). Essa equipe tem o dever de acompanhar e orientar o paciente de forma que contribua para com o tratamento, uma vez que será por toda a vida. Vale salientar que é de extrema importância a colaboração do paciente, principalmente fora do âmbito hospitalar. (FELIPE; ABREU; MOREIRA, 2018). Ainda sobre o acompanhamento de enfermagem, é feito um monitoramento não apenas dos valores pressóricos, mas como de todo sistema corpóreo, através da solicitação de exames laboratoriais e exames de imagens, diminuindo assim o risco de uma descoberta tardia de patologias que possivelmente tenham sido desenvolvidas a partir do aumento constante da pressão arterial venosa. (SOUSA *et al.*, 2015). Contudo, percebe-se a importância das ações de promoção e prevenção da doença, pois ainda são altos os índices de pessoas no Brasil e no mundo que nascem ou desenvolvem a hipertensão arterial. (SOUSA *et al.*, 2015). **CONCLUSÃO:** Percebe-se que este

assunto tem sido bastante discutido entre os profissionais da área da saúde, porém como mostra nos índices, o controle da doença ainda é menor que o número de casos. Com base na literatura estudada, o enfermeiro tem se destacado não só pela assistência de qualidade oferecida de imediato ao hipertenso, mas nas ações desenvolvidas continuamente. Dessa forma, é evidente a importância das pesquisas, estudos e trabalhos que falam sobre a assistência de enfermagem ao paciente com hipertensão arterial sistêmica. Estudos que irão contribuir para o aprimoramento de conhecimentos não apenas dos estudantes de enfermagem, mas como para profissionais que já atuam na área. Mesmo com uma grande variedade de assuntos voltados para o tema, ainda há uma dificuldade para encontrar trabalhos publicados recentemente, sendo a maioria, de anos anteriores a 2015. Observando por esse ângulo, pode-se afirmar o quanto se faz importante a atualização do conhecimento, uma vez que, as literaturas estão mudando a todo o momento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO-GIRÃO, Ana L.; OLIVEIRA, Glória Y. Martins de; GOMES, Emiliania B. **A interação no ensino clínico de enfermagem: reflexos no cuidado à pessoas com hipertensão arterial**. 14 f. ARTIGO (Graduação) - Curso de Enfermagem, Universidade Regional do Cariri, Ceará, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15446/rsap.v17n1.47789>. Acesso em: 29 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégia para o cuidado da pessoa com doença crônica: Hipertensão arterial sistêmica. **Cadernos de Atenção Básica**, Distrito Federal Ministério da Saúde, 2013. n. 37. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/cab37>. Acesso em: 13 set. 2018.

FELIPE, Gilvan Ferreira; ABREU, Rita Neuma Cavalcante de; MOREIRA, Thereza Maria Magalhães. Aspectos contemplados na consulta de enfermagem ao paciente com hipertensão atendido no programa de saúde da família. **Revista Esc Enfermagem Usp**, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n4/v42n4a01>. Acesso em: 29 mar. 2018.

MOURA, Denizielle de Jesus Moreira *et al.* Cuidado de enfermagem ao cliente com hipertensão: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília** 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v64n4/a20v64n4.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2018.

SILVA, Stael Silvana Bagno Eleutério da; COLÓSIMO, Flávia Cortez; PIERIN, Angela Maria Geraldo. **O efeito de intervenções educativas no conhecimento da equipe de enfermagem sobre hipertensão arterial**. 09 f. ARTIGO (Graduação) - Curso de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&nrm=iso&lng=pt&tlng=pt&pid=S0080-62342010000200035. Acesso em: 29 mar. 2018.

SILVA, Stael Silvana Bagno Eleutério da; OLIVEIRA, Sofia de Fatima da Silva Barbosa de; PIERIN, Angela Maria Geraldo. O controle da hipertensão arterial em mulheres e homens: uma análise comparativa. **Revista de enfermagem, USP**. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v50n1/pt_0080-6234-reeusp-50-01-0050.pdf. Acesso em: 30 set. 2018.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. **Revisão integrativa: o que é e como fazer**. 05 f. ARTIGO (Pós-Graduação) - Curso de Enfermagem, Faculdade De Enfermagem Do Hospital Israelita Albert Einstein –Fehiae, São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102. Acesso em: 13 maio 2018.

SOUZA, Antonia Sylca de Jesus *et al.* Consulta de enfermagem ao cliente hipertenso na estratégia saúde da família. **Revista de enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro 2015. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=762104&indexSearch=ID>. Acesso em: 29 mar. 2018.

AS CONSEQUÊNCIAS DA SÍNDROME DE BURNOUT NOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

AUTORES:

Gabriel Antonio da Cruz Carneiro
Jeandiego Simplicio de Sousa Costa
Mainara Maria Pereira de Souza
Maria Beatriz Viana Silva
Joyce Lohana Firme Silva
Marcia Cunha da Silva Pellense

RESUMO: Síndrome de Burnout é uma reação cumulativa aos estressores ocupacionais relacionados muitas vezes às várias atribuições pelo enfermeiro, havendo consequências severas e necessidade de intervenções, a fim de sanar o surgimento de fatores estressores desencadeantes da síndrome. O presente trabalho busca descrever, à luz da literatura, as consequências da Síndrome de Burnout nos enfermeiros. Trata-se de um estudo descritivo do tipo revisão integrativa, cuja busca ocorreu através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas seguintes bases de dados eletrônicas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) utilizados para pesquisa foram: Cuidados de Enfermagem; Transtornos mentais; Esgotamento profissional. Os resultados apontam que o contingente de profissionais na área de enfermagem é predominantemente feminino. A enfermagem é umas das profissões mais estressantes do setor público. Esse fator é justificado pela falta de reconhecimento, excesso de atividades atribuídas ao profissional, dificuldades em delimitar os diferentes papéis entre enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, alta carga emocional, além dos baixos salários que agrava a situação, o que leva os profissionais a terem mais de um vínculo empregatício, consequentemente tendo como resultando uma carga mensal longa e estafante. Conclui-se que as consequências da Síndrome de Burnout em profissionais de saúde, especificamente em enfermeiros, independente da sua área de atuação. Tendo em vista o acometimento de cada vez mais enfermeiros, pela Síndrome, é importante a formulação de intervenções que contribuam para sua prevenção e controle.

Palavras-chaves: Cuidados de Enfermagem. Transtornos mentais. Esgotamento profissional.

INTRODUÇÃO: A Síndrome de Burnout (SB) é uma reação cumulativa aos estressores ocupacionais contínuos, caracterizado por cronicidade, ruptura da adaptação, desenvolvimento de atitudes negativas e também comportamentos de redução da realização pessoal no trabalho (SILVA, 2015). O desenvolvimento dessa síndrome decorre de um processo gradual de desgaste no humor e desmotivação acompanhado de sintomas físicos e psíquicos. O profissional perde o sentido da sua relação com o trabalho e faz com que várias coisas já não tenham muita importância. É caracterizada por três dimensões sintomatológicas: exaustão emocional verificada pela presença do esgotamento emocional e/ou físico, despersonalização observada pela insensibilidade emocional ou endurecimento

afetivo e falta de envolvimento no trabalho, identificada pela inadequação pessoal e profissional. Estão envolvidas também atitudes e condutas negativas com relação aos usuários, clientes, organização e trabalho (SILVA *et al.*, 2015). De acordo com o Ministério da Previdência Social, no ano de 2007 foram afastados do trabalho 4,2 milhões de indivíduos, sendo que em 3.852 foram diagnosticados Síndrome de Burnout (SILVA; BARROS, 2016). Embora o Burnout acometa as mais diversas profissões, os enfermeiros estão submetidos continuamente a elementos geradores do estresse laboral, que são associados à síndrome: a escassez de pessoal, que supõe acúmulo de tarefas e sobrecarga laboral, o trabalho por turno e/ou noturno, o trato com usuários problemáticos, o conflito e ambiguidade de papéis, a baixa participação nas decisões, à inexistência de plano de cargos e salários, o sentimento de injustiça nas relações laborais e os conflitos com colegas e/ou instituição. Além disso, as consecutivas interrupções e reorganização das tarefas, das quais agravam a sobrecarga, o lidar de modo muito próximo com a morte, a criação de um vínculo afetivo com o paciente e seu sofrimento e a exposição constante a risco de contaminações. A frágil organização política dessa categoria profissional e o desconhecimento do papel do enfermeiro numa organização hospitalar potencializam a vulnerabilidade (GALINDO *et al.*, 2012). A Síndrome de Burnout tem consequências sobre a saúde física e mental do profissional, entre elas as alterações cardiovasculares, fadiga crônica, cefaleias, enxaqueca, úlcera péptica, insônia, dores musculares ou articulares, ansiedade, depressão, irritabilidade, entre outras. Também pode interferir na vida doméstica, com as relações familiares ressentindo-se da falta de tempo para o cuidado dos filhos e o lazer (GOES *et al.*, 2016). Com base nesses pressupostos, o presente trabalho busca descrever, à luz da literatura, as consequências da Síndrome de Burnout nos enfermeiros.

METODOLOGIA: Trata-se de um estudo descritivo do tipo revisão integrativa, visto que esse é um método de revisão que tem como finalidade buscar e avaliar criticamente o conhecimento de vários estudos distintos. Nesse contexto, visa indicar hipóteses equivalentes ou relacionadas, permitindo a combinação de dados da literatura teórica e empírica (PRODANOV; FREITAS, 2013). Para a elaboração do estudo foram adotadas as seis etapas da revisão integrativa: 1) seleção da pergunta de pesquisa; 2) definição dos critérios de inclusão de estudos de seleção da amostra; 3) representação dos estudos selecionados em forma de tabela, considerando todas as características comuns; 4) análise crítica dos achados, identificando diferenças e conflitos; 5) interpretação dos resultados e 6) reportar, de forma clara, a evidência encontrada. A busca ocorreu através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas seguintes bases de dados eletrônicas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) utilizados para pesquisa foram: Cuidados de Enfermagem; Transtornos mentais; Esgotamento profissional. Para refinamento do material, utilizou-se o operador *booleano and* e *or* combinados da seguinte forma: Esgotamento profissional *and* Cuidados de enfermagem, Esgotamento profissional *and* Transtornos mentais, Cuidados de Enfermagem *and* Transtornos mentais; Esgotamento profissional *or* Cuidados de Enfermagem e Transtornos mentais *or*; Esgotamento profissional. Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados na língua portuguesa disponível na forma gratuita e online, e que compartilhassem da temática e objetivo proposto. Quanto aos critérios de exclusão, destacam-se artigos duplicados, em forma de

resumos, carta ao editor e que não tratasse sobre a temática proposta. Para análise crítica dos artigos realizou-se leitura completa com as respectivas sínteses. Os dados utilizados neste estudo foram devidamente referenciados, respeitando e identificando seus autores e demais fontes de pesquisa, observando rigor ético quanto à propriedade intelectual dos textos científicos que foram pesquisados, no que diz respeito ao uso do conteúdo e de citação das partes das obras consultadas. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Na presente revisão integrativa, foram analisados 07 estudos que cumpriram os critérios de inclusão e exclusão previamente definidos.

Quadro 1: Caracterização dos estudos contendo as principais informações dos artigos, quanto à base de dados, título, autor, objetivo, tipo de estudo e principais resultados. Natal, 2018.

TÍTULO	AUTOR	OBJETIVO	TIPO DE ESTUDO	RESULTADOS PRINCIPAIS
Fatores desencadeadores de estresse em profissionais de enfermagem no ambiente hospitalar: evidências da literatura.	VIEIRA, F. S <i>et al.</i>	, identificar as áreas em que os enfermeiros encontram-se mais estressados e os fatores desencadeadores de estresse atribuídos pelos profissionais à atividade laboral.	Revisão sistemática da literatura.	Os setores que apresentam maior nível de estresse são setores críticos como unidades de emergência e UTIs sendo consideradas como as mais estressantes onde o próprio ambiente é definido como estressor. Dentre os fatores estressantes que mais acometem os enfermeiros está sentir-se desvalorizado, falta de recursos humanos e sobrecarga de trabalho.
Manifestações psicossomáticas associadas à síndrome de burnout referidas por trabalhadores de saúde.	GOUVÊA, P. B. <i>et al.</i>	Descrever os sintomas físicos relatados pelos trabalhadores que apresentaram sinais da Síndrome de Burnout.	Estudo descritivo e quantitativo.	Observou-se que todos que apresentavam sinais e sintomas da Síndrome de Burnout relataram a presença de sintomas físicos, sendo os mais frequentes: cefaleias, sentimento de cansaço mental, alterações de apetite, hipertensão e dificuldades com o sono. Estes sintomas podem

				ser graves e ter grande impacto negativo na vida pessoal e profissional dos portadores da síndrome.
Fatores estressores e as estratégias de enfrentamento utilizadas por enfermeiros hospitalares: revisão	LIMA, P. C. <i>et al.</i>	Identificar as áreas em que os enfermeiros se encontram mais estressados e os fatores desencadeadores de estresse atribuídos pelos profissionais à atividade laboral.	Revisão integrativa.	O estresse é natural da condição humana e pode ser desencadeado por diversos fatores que estão diretas ou indiretamente ligados ao ambiente hospitalar e para que o estresse não se torne patológico existem as estratégias de coping.
Discussão sobre as causas da Síndrome de Burnout e suas implicações à saúde do profissional de enfermagem.	SILVA, J. L. L; DIAS, A. C; TEIXEIRA, L. R	Descrever causas e implicações da Síndrome de Burnout, discutindo sobre possíveis consequências para o profissional de enfermagem.	Revisão de Literatura.	A partir da análise dos resultados, constata-se que o processo está intimamente relacionado a fatores organizacionais, pessoais, individuais e até mesmo os inerentes à profissão. As repercussões descritas são várias, envolvendo esferas físicas, psíquicas, emocionais, organizacionais e familiares.
Manifestações psico-comportamentais do burnout em trabalhadores de um hospital de média complexidade.	EZAIAS, G. M; HADDAD, M. C. L; VANNUCHI, M. T. O.	Relacionar sintomas psíquicos e comportamentais com as dimensões positivas da síndrome de Burnout em profissionais de um hospital público de média complexidade.	Estudo descritivo de natureza quantitativa.	As relações entre as dimensões da síndrome e sintomas pesquisados com valores de p significativos, por meio da aplicação do teste Qui-quadrado, evidenciando a repercussão do sofrimento psíquico na produtividade e qualidade do

				trabalho.
Estresse ocupacional do enfermeiro na unidade de terapia intensiva.	PIEIDADE, M. I. G. <i>et al.</i>	Compreender os fatores causadores de estresse ocupacional no enfermeiro da unidade de terapia intensiva.	Revisão de Literatura.	O trabalho revela que na unidade de terapia intensiva os principais agentes estressores, além dos fatores supracitados, envolvem os fatores pessoais como dupla jornada, constante estado de alerta, fracasso no relacionamento interpessoal, absenteísmo, bem como diante de uma carga estressora, o organismo pode entrar em estado de exaustão psicofísica que num estágio mais avançado pode levar ao Burnout.
Preditores da síndrome de burnout em enfermeiros de unidade de terapia intensiva.	VASCONCELOS, E. M; MARTINO, M.	Identificar a prevalência e analisar a existência de fatores preditores da síndrome de <i>burnout</i> em enfermeiros de unidade de terapia intensiva.	Estudo quantitativo, descritivo, transversal	Apresentaram burnout 14,3% da amostra. Das variáveis estudadas, a duração das férias foi a única que apresentou associação significativa com a ocorrência do burnout ($p=0,034$ / $OR=3,92$).

Fonte: Autoria própria, 2018.

O contingente de profissionais na área de enfermagem é predominantemente feminino. Em sua maioria, exercem diversas atividades, pois ao se inserir no mercado de trabalho a mulher não se desvincula do seu ofício de mãe e chefe do lar o que lhe gera um acúmulo de tarefas e atribuições, podendo ser um fator gerador de desgaste físico e mental para essas trabalhadoras (VIEIRA *et al.*, 2013). Outro fator de suma importância tem-se ainda o acúmulo de função, existe ainda, o duplo vínculo empregatício muitas vezes relacionado a salários que não condizem com suas funções, característica evidenciada no estudo de diversas literaturas. Desse modo, são somados a esta mulher trabalhadora o emprego e as atividades familiares e domésticas, gerando uma sobrecarga de tarefas e, conseqüentemente, o estresse (GOUVEA *et al.*, 2014). A enfermagem é umas das profissões mais estressante do setor público. Esse fator é justificado pela falta de reconhecimento, excesso de atividades atribuídas ao profissional, dificuldades em delimitar os

diferentes papéis entre enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, alta carga emocional, além dos baixos salários que agrava a situação, o que leva aos profissionais a terem mais de um vínculo empregatício, consequentemente tendo como resultando uma carga mensal longa e estafante. Essa diversidade de situações sugere um quadro favorável ao desenvolvimento da Síndrome de Burnout (LIMA *et al.*, 2015). Parte dos problemas de saúde citados pelos profissionais pode ter causa psicossomática e contribuir para o desenvolvimento da Síndrome. Os sintomas podem manifestar-se de imediato ou permanecer silenciosos até gerar processos patológicos importantes no indivíduo. Cada pessoa reage de forma singular ao estresse crônico e pode apresentar uma gama de reações psicossomáticas que afeta vários aspectos de sua vida (SILVA; DIAS; TEIXEIRA, 2012). Como forma de enfrentar seus problemas psicossociais e físicos, os profissionais acometidos pela SB, por vezes fazem uso excessivo de calmantes, álcool e drogas. O desgaste se reflete também nas relações familiares (separações, maus tratos) e no trabalho, resultando diminuição significativa do rendimento e aumento de absenteísmo que significa falta no trabalho (EZAIAS; HADDAD; VANNUCHI, 2012). O reflexo de tantos problemas é de caráter preocupante uma vez que, o profissional que é acometido com a síndrome apresenta respostas significativas em seu corpo, ou seja, sinais que indicam o seu surgimento. O aparecimento destes diz respeito as mais diversas variáveis, como, sintomas emocionais e físicos (SILVA *et al.*, 2015). De acordo com Piedade *et al.* (2012), esta síndrome está relacionada com vários fatores, desde a cobrança por produtividade no trabalho, e a diminuição de profissionais para as execuções de tarefas. O profissional afetado pela síndrome sente-se exausto, gerando tensão, fadiga e esgotamento. Segundo Gouvêa *et al.*, (2014), ao relacionar a Tríade do Burnout com sintomas físicos, encontrou-se que todos que apresentavam alto grau de exaustão emocional, alto grau de despersonalização e baixa realização profissional relataram a presença de sintomas físicos. Cefaleias, distúrbios do sono, cansaço mental e dores musculares estão presentes em mais da metade dos profissionais, sendo que o cansaço mental foi o que mais prevaleceu nos profissionais de saúde. O cansaço emocional é considerado o traço inicial, podendo a manifestação ser física psíquica ou uma combinação das duas. Após a instalação do cansaço, a reação imediata que surge é a de despersonalização, ocasionada pela insensibilidade emocional do profissional, mediante as condutas clínicas e dissimulação efetiva. A baixa autoestima reflete em uma auto avaliação negativa, que associada com o trabalho, gera insatisfação e desanimo, acreditando assim que este não vale a pena, comprometendo o exercício de uma profissão que existe um olhar holístico e empático, torando assim a SB um grave problema de saúde pública. (VASCONCELOS; MARTINO, 2017). **CONCLUSÃO:** As consequências da Síndrome de Burnout em profissionais de saúde, especificamente em enfermeiros, independente da sua área de atuação gera uma série de sinais e sintomas chegando até o uso de drogas lícitas e ilícitas a fim de mascarar seus sentimentos. Os estudos apontam que tal fato compromete o desempenho de suas funções, principalmente o cuidado direto ao paciente. Tendo em vista o acometimento de cada vez mais enfermeiros, pela Síndrome, é importante a formulação de intervenções que contribuam para sua prevenção e controle. A implementação de projetos em educação continuada, a fim de obter melhoria das condições de trabalho, além de servir como fator de conscientização sobre a saúde mental dos

trabalhadores, e uma necessidade de aprofundamento quanto ao estudo do tema abordado. É imprescindível também a adoção de estratégias de avaliação da síndrome nas diversas categorias de enfermagem contribua para melhorias no ambiente de trabalho, no cuidado, nas instituições e também na sociedade.

REFERÊNCIAS

- EZAIAS, G. M; HADDAD, M. C. L; VANNUCHI, M. T. O. Manifestações psicomportamentais do burnout em trabalhadores de um hospital de média complexidade. **Rev. Rene**, v.13, n.1, p.19-25. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/3760/2978>. Acesso em: 19 out. 2018.
- GALINDO, R. H *et al.* Síndrome de Burnout entre enfermeiros de um hospital geral da cidade do Recife. **Rev. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 420-427. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342012000200021&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 out. 2018.
- GOUVÊA, P. B. *et al.* Manifestações psicossomáticas associadas à síndrome de burnout referidas por trabalhadores da saúde. **Saúde, Santa Maria**, v.40, n.1, p. 45-52, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/2236583410060>. Acesso em: 19 out. 2018.
- GOÊS, I. P. S. *et al.* Ocorrência da Síndrome de Burnout em enfermeiros das Unidades de Saúde da Família no município de São Sebastião do Paraíso–MG. **Revista de Iniciação Científica da Libertas**, v. 2, n. 1, 2016. Disponível em: <http://www.libertas.edu.br/revistas/index.php/riclibertas/article/view/22>. Acesso em: 22 out. 2018.
- LIMA, P. C. *et al.* Fatores estressores e as estratégias de enfrentamento utilizadas por enfermeiros hospitalares: revisão. **Investigación en Enfermería: Imagen y Desarrollo**, Bogotá, v.17, n.2, p. 51-65, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.ie17-2.feea>. Acesso em: 19 out. 2018.
- LIMA, F. D *et al.* Síndrome de burnout em residentes da Universidade Federal de Uberlândia. 2004. **Rev. bras. educ. méd.** v. 31, n. 2, p. 137-146, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-55022007000200004&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 19 out. 2018.
- PIECADE, M. I. G. *et al.* Estresse ocupacional do enfermeiro na Unidade de Terapia Intensiva. **Caderno Saúde e Desenvolvimento**, Salvador, v.1, n.1, p. 27-39, 2012. Disponível em: <http://www.uninter.com/revistasauade/index.php/cadernosaudedesenvolvimento/article/view/136>. Acesso em: 19 out. 2018.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 21 out. 2018.
- SILVA, S. C. P. S. *et al.* A síndrome de burnout em profissionais da Rede de Atenção Primária à Saúde de Aracaju, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 3011-3020,

2015. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232015001003011&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 22 out. 2018.
- SILVA, R. P. *et al.* Burnout e estratégias de enfrentamento em profissionais de enfermagem. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v.670, n.1, p. 130-145, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 de out. 2018.
- SILVA, M. G; BARROS, B. P. Percepção de estresse de servidores na atenção básica de saúde de Dourados-MS. **Saúde em Redes**, v. 1, n. 4, p. 35-52, 2016. Disponível em: <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/637>. Acesso em: 19 out. 2018.
- SILVA, J. L. L; DIAS, A. C; TEIXEIRA, L. R. Discussão sobre as causas da síndrome de *burnout* e suas implicações à saúde do profissional de enfermagem. **Aquichán**. Bogotá, v. 12, n. 2, p. 144-159, Aug. 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-59972012000200006. Acesso em: 19 out. 2018.
- SILVA, V. F. *et al.* Fatores que influenciam no estresse ocupacional dos enfermeiros que atuam no Programa Saúde da Família. **Revista Científica Interdisciplinar**, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p. 162-179, 2015. <http://dx.doi.org/10.17115/2358-8411/v2n2a8>. Acesso em: 21 out. 2018.
- VASCONCELOS, E. M; DE MARTINO, M. F. Preditores da síndrome de burnout em enfermeiros de unidade de terapia intensiva. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 38, n. 4, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/65354>. Acesso em: 22 out. 2018.
- VIEIRA, F. S *et al.* Estresse: fatores desencadeadores no exercício profissional de enfermeiros. **Rev. Enferm UFPI online**, v.11, n. 2, p. 55-59. 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/5057/505750944039/>. Acesso em: 19 out. 2018.

A IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM NOS CUIDADOS À VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

AUTORAS:

Vivian Batista Beserra Torres
Tayssa Suelen Cordeiro Paulino
Wandessa dos Santos Rangel Silva
Aysa Nayara Silva de Moraes
Rivania Ruth Tiburcio da Silva
Viviane Araújo da Camara

RESUMO: O objetivo deste estudo é discutir a importância da enfermagem nos cuidados à mulher vítima da violência doméstica na atenção primária em saúde. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura científica, realizada nas bases de dados: Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os cuidados da equipe de enfermagem e do profissional enfermeiro são relevantes perante a mulher vítima de violência doméstica, desenvolvendo assistência qualificada e humanizada para o encorajamento da mulher e núcleo familiar com o propósito em diminuir o sofrimento psíquico vivenciado pela pessoa. A assistência integral na atenção primária dispõe do auxílio do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) direcionado na promoção à saúde.

Palavras-chaves: Violência doméstica. Enfermagem. Atenção primária em saúde.

INTRODUÇÃO: A violência doméstica contra mulher relaciona-se com um desequilíbrio social levando a violação dos direitos humanos. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estipula a violência como forma intencional que resulte ou não em dano psicológico, privação, deficiência no desenvolvimento, lesão ou morte, sendo um tipo de violência comum no Brasil. (SILVA *et al.*, 2017). Diante disso, é necessário o acolhimento previsto na política nacional de humanização (PNH) no sentido de amparar adequadamente à vítima susceptível a retaliação por parte do agressor, sendo possível garantir o acesso de modo oportuno, ampliando as práticas em saúde e assegurando a partir da gravidade, vulnerabilidade e do risco adequando-se a necessidade da vítima (BRASIL, 2013). O mapa da violência do ano de 2015 mostra o Brasil na quinta posição no grupo de 83 países ditos como civilizados pela OMS, com a taxa de mortalidade entre 4,8 por 100 mil mulheres, mostrando claramente os elevados indicadores do país. (WASELFISZ JJ, 2015). A violência contra mulher (VCM) é um grave problema mundial, passando a referir-se como questão de saúde pública estimando mundialmente que entre 10% a 50% das mulheres vivenciou algum tipo de agressão física (SILVA *et al.*, 2017). Em nível mundial caracteriza-se violência doméstica, mulheres entre 15 e 44 anos agredidas independentes dos vínculos afetivos. Supostamente esses dados são crescentes mostrando a grande incidência mantida em ambiente doméstico, contudo a maioria dos agressores é do sexo masculino e tem relações afetivas com as vítimas agredidas (GOMES *et al.*, 2012). Baseado na Lei nº 11.340 mais conhecida como lei Maria da Penha constituída com o objetivo de reduzir atos violentos sofridos pelas

mulheres no Brasil entrou em vigor dia 22 de setembro de 2006 e esta lei discorre sobre diversas medidas de proteção, podendo encaminhar à vítima para serviços de saúde especializados incluindo proteção em âmbito judicial de forma gratuita para homens e mulheres, conduzindo à serviços referenciados com atendimento voltado para recuperação da vítima (CRUZ;ESPINDULA;TRINDADE, 2016). Nesses casos os serviços de saúde dispõem ou devem dispor de profissionais capacitados, colaborando na detecção do problema e apoiando à vítima, na atenção básica (AB) o atendimento é favorável pelo vínculo e a proximidade entre os profissionais e a usuária, tornando-se um método para cuidar da vítima tendo em vista a redução dos casos existentes e combatendo o surgimento de novos casos (SILVA *et al.*, 2017). A lei 10.778 de 24 de novembro de 2003 possibilita aos profissionais da saúde efetivarem a notificação compulsória em casos suspeitos ou confirmados de violência doméstica ou familiar, sendo uma ferramenta importante usado em serviços de saúde públicos e privados (GOMES *et al.* 2014). O Apoio dos profissionais de enfermagem é de suma importância, pois o enfermeiro da Estratégia de saúde da Família (ESF) compactua com a equipe multidisciplinar com o Núcleo de apoio à saúde da família (NASF), agindo como um dos eixos principais na reintegração moral da mulher (CRUZ;ESPINDULA;TRINDADE, 2016). É preciso que a enfermagem tenha um olhar mais humanizado, cuidadoso perante situações de violência doméstica, pois existem diversos fatores e elementos fundamentais aos quais a vítima foi exposta, desta forma os prestadores da assistência à saúde necessitam buscar conhecimentos para melhor amparar e direcionar adequadamente à mulher (GOMES *et al.*, 2012). O estudo justifica-se, pois durante o período acadêmico foi observado poucos estudos sobre a problemática e os estudos relatam à escassez do conhecimento por parte dos profissionais da saúde, deste modo à necessidade de discussão desse assunto. Diante disso, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: Qual a importância da enfermagem nos cuidados com a vítima de violência doméstica na atenção básica? Devido à análise de casos e dados existentes sobre a temática, o estudo vai contribuir acerca de discussões para o acolhimento adequado disponível na atenção básica.-Sendo assim, o objetivo do estudo é discutir a importância da enfermagem nos cuidados à mulher vítima de violência doméstica na atenção básica. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa, método científico de sintetizar o conhecimento e aplicabilidade de resultados de estudos de uma determinada temática de forma sucinta e coesa usando especificidade e atualização de modo a analisar e identificar estudos sobre o mesmo assunto tendo impacto no pensamento crítico (ROMAN; FRIEDLANDER, 1998). Para construção desta revisão foram utilizadas as seguintes etapas: seleção das questões temáticas, busca nos estudos sobre o problema de pesquisa, coletas de dados através de bases de dados eletrônica com alguns critérios de inclusão e exclusão, a serem extraídos dos estudos (PRODANOV; FREITAS, 2013). A busca ocorreu através da Biblioteca virtual em Saúde (BVS) nas seguintes bases de dados eletrônica Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF), assim como alguns manuais e cadernos do ministério da saúde, as informações foram coletadas entre os meses de março e setembro de 2018. Os descritores em saúde (DeCS) utilizados foram: Violência doméstica, Enfermagem, Atenção Primária em Saúde, Para refinamento do material, utilizou-se o operador booleano *and* combinados na seguinte forma: “Violência Doméstica” *and*

“Enfermagem”, “Violência Doméstica” and “Atenção Primária em Saúde”, “Enfermagem” and “Atenção Primária em Saúde”, “Violência Doméstica” and “Enfermagem” and “Atenção Primária em Saúde”. Os critérios de inclusão adotados foram: estudos publicados nos últimos 10 anos em língua portuguesa e inglesa disponíveis de forma gratuita e online e que compartilhassem da temática e objetivo proposto. E quanto aos critérios de exclusão, destaca-se: artigos duplicados que não partilhassem da temática, em forma de resumo e carta ao editor. Para análise crítica dos artigos realizou-se leitura completa com as respectivas sínteses, na primeira parte, definição do tema, questão de pesquisa e objetivo dando início as pesquisas para construção do trabalho através das bases de dados e os descritores (DeCS), organizando as ideias de forma clara e com resultados relevantes nas discussões e conclusão dos artigos selecionados para a pesquisa. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Dentre as 22 publicações encontradas durante a pesquisa foram selecionadas 10 artigos, sendo dois manuais do ministério da saúde e um mapa da violência, analisados de forma crítica com leitura exploratória e ordenada, os dados coletados serão apresentados na tabela esquemática, onde serão descritos os autores, anos, títulos, objetivo, metodologia e as principais conclusões. De acordo com o mapa de violência de 2015, as agressões físicas, psicológicas são ordenadas e repetitivas efetuadas com elevada ocorrência no local de residência, superando a violência nas ruas, 60% dos atendimentos feitos no SUS, acentuam-se entre mulheres adultas e idosas (WAISELFISZ JJ, 2015). Os dados da pesquisa revelam a violência doméstica como resultado de relações de hierarquização dos sexos e diferenciação entre as funções de ambos na sociedade, não correlacionando com problemas mentais do agressor e sim, com um sistema sócio-político que denomina as atividades humanas de forma patriarcal e machista (MENEHHEL, 2011). Segundo Meneghel 2011, a lei Maria da Penha conceitua a violência doméstica todos os tipos de agressões físicas ou psicossociais, mesmo que a vítima tenha ou não envolvimento afetivo com agressor, tomando como base as relações entre gêneros. Os estudos no Brasil apontam os parceiros íntimos, estando diretamente ligados à atos violentos contra mulheres a partir de 18 anos e idosas com mais de 60 anos, no ano de 2013 somaram no total 549.540 dos casos confirmados (WAISELFISZ JJ, 2015). Independente de religião, situação socioeconômica, cultura ou escolaridade, a VCM é notada como principal agravo de formas externas, sendo subsequente à acidentes no trânsito, assaltos e estupro, contudo a Lei Maria da Penha caracteriza “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). As queixas de maior frequência das vítimas de violência doméstica são as agressões físicas, distúrbios psicológicos decorrentes de traumas, tentativas de suicídio, fraturas, abortamentos etc. Na atenção primária ampara ocorrências de transtornos mentais com predominância nos casos confirmados assim como, doenças crônicas e agravos à saúde sexual reprodutiva (GOMES *et al.* 2015). Segundo a Lei 11.340/2006 estabelece no âmbito doméstico e familiar subsistem quatro tipos de violências sofridos pelas mulheres, sendo a violência física com danos e lesões à integridade da vítima, a violência verbal consiste em ofensas, ameaças, xingamentos e injúrias, nesses casos relacionam-se coma violência psicológica caracterizada por isolamento, intimidações e humilhações resultando em distúrbios psicológicos associada a violência sexual decorrendo de práticas sexuais não permitidas, a violência patrimonial engloba

retenção, furto ou danos a bens materiais, documentos e recursos (SIGNORELLI; AUAD; PEREIRA 2013). A atenção Básica encontra-se em diversos territórios fortalecendo as vivências entre a comunidade, vale ressaltar a relevância do vínculo afetivo com a relação terapêutica permitindo interação entre ambos para construção do cotidiano da população e a unidade de saúde, prevendo acesso na identificação dos casos e assim facilitando à abordagem de mulheres no serviço, além da promoção e o apoio dos profissionais da unidade básica, existem os encaminhamentos e orientações adequadas de acordo com o NASF, Centros de Atenção Psicossociais (CAPS), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados em de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência de Atenção à Saúde da Mulher em Situação de Violência (CRAM). (BRASIL, 2016). Nesse contexto, enfatizando o processo de trabalho da equipe da ESF, composta por médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem e Agentes comunitários de saúde (ACS), cada membro tem relevante contribuição na identificação de casos novos e atendimento às vitima de casos identificados. A visita domiciliar (VD) é uma estratégia eficaz e específica para inteirar-se sobre a intimidade nos lares, promovendo uma tomada de decisão pontual nos casos de violência doméstica (BROCH *et al.*, 2017). Na atenção primária devem-se desenvolver ações que mostrem as vítimas seus direitos sexuais, humanos e constitucionais no acolhimento sucedido da entrevista, registro da história, exame clínico e ginecológico em casos de violência sexual, prescrição de exames complementares e acompanhamento psicológico evitando o processo de adoecimento das mulheres (GOMES *et al.*, 2014). É preciso que o profissional observe as expressões verbais, a dificuldade em relatar as agressões, tendo compromisso nas condutas tomadas ressaltando a importância dos conhecimentos vinculados aos direitos da mulher e sejam relacionadas diretamente as necessidades relatadas pela vítima, o diálogo contido no acolhimento é primordial na continuidade dos cuidados à saúde da mulher (BRASIL, 2016). O acolhimento da vítima necessita de um olhar holístico por parte dos membros da equipe em saúde devendo auxiliar à mulher na construção de um projeto de vida levando à evasão da situação de violência, o enfermeiro tem a função do acolhimento acerca de procedimentos protocolais e encaminhamentos de acordo com a necessidade (BROCH *et al.*, 2017). Segundo a resolução do COFEN (2009) o acolhimento tem início a partir de coleta de dados, estabelecimentos dos diagnósticos de enfermagem, planejamento das intervenções de enfermagem sendo necessária a avaliação dos resultados por meio das informações relatadas pelo usuário no acolhimento. A magnitude da violência é alarmante e o crescimento tem como tendência a evolução do silêncio de milhares de mulheres sobre o que é enfrentada diariamente em ambiente doméstico, a ESF deve disponibilizar de um espaço mesmo que individualmente para promoção do momento de “ouvir” e de maneira confortável proporcionar confiança, sendo indispensável o vínculo produzido na atenção primária à saúde (LEITE *et al.*, 2017). Existindo o vínculo de confiança possibilita que a vitima consiga relatar os episódios violentos vivenciados e discussões, além de observar o sofrimento psíquico vivenciado pela mulher, nesse momento de identificação, sucedendo a notificação compulsória gerando assim, o primeiro método protetivo realizado na instituição de saúde (GARBIN *et al.*, 2014). O primeiro contato da usuária violentada recomenda-se foco no acolhimento, na escuta qualificada evidenciada como terapia potencial na contribuição na melhoria da vida

centrada no usuário, desta forma fortalecendo os laços entre os profissionais da saúde e usuária, permitindo expressão de dúvidas e anseios que possibilita o essencial na produção de resolutividade do problema diante das demandas do trabalho em saúde. Após a escuta qualificada o profissional de enfermagem pode realizar os registros nos prontuários, fichas com ética e responsabilidade profissional, descrevendo com detalhes os dados colhidos na anamnese e classificando as lesões visualizadas através do exame físico podendo ser realizado pelo enfermeiro (BRASIL, 2016). De acordo com a lei nº 10.788/24 de novembro de 2003, normatiza obrigatoriamente a execução das notificações compulsórias nos casos de VCM, independente onde o caso foi identificado, a lei institui como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (GARBIN *et al.* 2014). Através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde (MS) são feitas as notificações de forma continuada na busca de casos novos atendendo à lei 10.778 para a realização da notificação compulsória de violência contra a mulher, o profissional deve preencher a ficha de notificação específica sujeita à atualização do MS (WASELFISZ JJ, 2015). Os inúmeros problemas enfrentados imediatos e à longo prazo englobam todo o ciclo familiar, sendo assim os estabelecimentos de saúde constituem um dispositivo de inovadoras práticas para discussão sobre a abordagem e identificação desses casos, criando também espaços para a escuta qualificada dessas usuárias como forma de acolhimento, prestando à assistência adequada, compreendo todo o contexto familiar em que a vítima encontra-se, entretanto é necessário que a equipe tenha como ferramenta de embasamento os protocolos à serem seguidos para colaboração efetiva visando o atendimento integral e interdisciplinar da vítima (LEITE *et al.* 2017). Segundo a resolução do COFEN (2009) o acolhimento tem início a partir de coleta de dados, estabelecimentos dos diagnósticos de enfermagem, planejamento das intervenções de enfermagem sendo necessária a avaliação dos resultados por meio das informações relatadas pelo usuário no acolhimento. As atribuições do enfermeiro da atenção primária é primordial, pois os estudos mostram que as vítimas mais fragilizadas procuram os serviços de saúde na busca por uma assistência resolutiva para a situação que consiga “acolher, ver e ouvir” de forma integral no processo que possibilite realizar um monitoramento do caso, avaliando os riscos regulamente, propiciando uma melhoria na habilidade de detecção e condução de casos de violência, fazendo-se possível na atenção básica manter a vinculação entre profissionais e usuários (BROCH *et al.*, 2017). O enfermeiro desempenha expressiva contribuição tanto nas escutas qualificadas realizadas para entender e constatar os relatos sofridos pela vítima que facilita na tomada de decisões para o encaminhamento centrado nas necessidades apuradas pelo profissional no momento do acolhimento, quanto no matriciamento junto à equipe do NASF (ACOSTA *et al.*, 2017). Os profissionais de enfermagem tem papel relevante para amparar as mulheres, incentivar o enfrentamento do problema, mesmo sendo um tema tão cruel vivenciado por algumas mulheres no local de residência resultando na maioria dos casos em: Gravidez indesejada, infecções sexuais, estresse pós-traumático, complicações ginecológicas relacionadas à abortamentos entre outros (LEITE *et al.*, 2017). A capacitação dos profissionais da saúde para identificação dos casos com violência conjugal é imprescindível, pois a formação acadêmica, notificação dos agravos, articulação intersetorial e as

propostas de compreensão da complexidade da violência nos serviços têm como finalidade sensibilizar esses profissionais no comprometimento de questões que implicam na saúde das vítimas, contribuindo para o defrontamento do fenômeno (GOMES *et al.*, 2014). Tanto no âmbito hospitalar ou ambulatorial são unidades necessárias em diferentes setores da saúde que promovem atenção à integridade física da mulher, a equipe de enfermagem destaca-se nas consultas, no acolhimento com orientações sobre os direitos, quanto às redes de apoio social, portanto é indispensável à capacitação dos profissionais no atendimento, ainda sendo dificultoso e de pouca visibilidade a notificação compulsória levando à baixa adesão desses servidores registrarem os casos identificados (ALBUQUERQUE NETTO *et al.*, 2015). **CONCLUSÃO:** Desta forma, a revisão integrativa possibilitou na compreensão profunda sobre a temática abordada, principalmente na descrição da atuação da equipe de enfermagem na atenção primária perante a vítima de violência conjugal em âmbito doméstico, entendendo a relevante contribuição desses profissionais na identificação de novos casos, no acolhimento, encaminhamento da vítima à serviços especializados e notificação dos casos confirmados, contudo favorecendo o enfrentamento da violência doméstica. Vale ressaltar a importância do estudo na formação acadêmica dos futuros profissionais e educação permanente para os servidores atuantes é extremamente relevante na qualificação, sensibilização dos profissionais perante a vítima nas questões de saúde pública, prestando a assistência humanizada de forma integral que englobe mulher e núcleo familiar. Houve dificuldade moderada na construção do trabalho no sentido de busca de artigos que complementassem a temática voltada na área específica de enfermagem, portanto alguns estudos com oito anos de publicação mantêm-se atuais quando comparados os resultados de outros artigos com menos de dois anos, ambos enriquecendo à contribuição para o estudo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE NETTO, Leônidas de *et al.* Mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: tomada de decisão por apoio institucional especializado. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Rio Janeiro, p.1-8, 27 jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v36nspe/0102-6933-rgenf-36-spe-0135.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

ACOSTA, Daniele Ferreira *et al.* Representações sociais de enfermeiras acerca da violência doméstica contra a mulher: estudo com abordagem estrutural. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Rio grande do Sul. 8p. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v39/1983-1447-rgenf-39-e61308.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização PNH, **Humaniza SUS**, Distrito Federal. Ministério da Saúde, 2013 16p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf. Acesso em: 25 fev. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento da Atenção Básica. Instituto Sírio-libanês de Ensino e Pesquisa, **Protocolos da Atenção Básica, Saúde das Mulheres**. Brasília-DF, 232p. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo_saude_mulher.pdf. Acesso em: 26 set. 2018.

BROCH, Daiane *et al.* Representações sociais da violência doméstica contra a mulher entre profissionais de saúde: um estudo comparativo. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, Porto Alegre 2017 p.10 Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/1630/1775> . Acesso em: 26 set. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Resolução 358; Brasília-DF, 2009. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-3582009_4384.html. Acesso em: 28 set. 2018.

CRUZ, Suzyelaine Tamarindo Marques da; ESPINDULA, Daniel Henrique Pereira; TRINDADE, Zeidi Araújo. Violência de gênero e seus autores: Representações dos profissionais de Saúde. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 22, n. 3, p.555-5667, 18 maio 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusf/v22n3/2175-3563-pusf-22-03-555.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2018.

GARBIN, Cléa Adas Saliba *et al.* Desafios do profissional de saúde na notificação da violência: obrigatoriedade, efetivação e encaminhamento. **Ciência & Saúde Coletiva**. Araçatuba-São Paulo 12p. 26 out. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2015.v20n6/1879-1890/pt>. Acesso em: 25 set. 2018.

GOMES, Nadirlene Pereira; ERDMAN, Alacoque Lorenzini. Violência conjugal na perspectiva de profissionais da “Estratégia Saúde da Família”: problema de saúde pública e a necessidade do cuidado à mulher. **Revista de Enfermagem Uerj**, Rio Janeiro, p.1-5, 25 jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v22n1/pt_0104-1169-rlae-22-01-00076.pdf . Acesso em: 12 jun. 2018.

GOMES, Nadirlene Pereira *et al.* Homens e Mulheres em vivência de violência conjugal: características socioeconômicas. **Revista Gaúcha Enfermagem**, Porto Alegre, v. 2, n. 33, p.109-116, jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472012000200016. Acesso em: 26 fev. 2018.

GOMES, Vera Lúcia de Oliveira *et al.* Violência doméstica contra a mulher: representações de profissionais de saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Rio grande do Sul, Brasil, 7p. 23 jul-ago 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v23n4/pt_0104-1169-rlae-23-04-00718.pdf. Acesso em: 25 set. 2018.

LEITE, Franciele Marabotti Costa *et al.* Violência contra a mulher em Vitória, Espírito Santo, Brasil. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, p.1-5, v. 51 10 abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102017000100223&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 29 set. 2018

MENEGHEL, Stela Nazareth *et al.* Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Caderno Saúde Pública**, Rio Janeiro, p.743-752, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v27n4/13.pdf>. Acesso em: 26 set. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf> . Acesso em: 25 maio 2018.

ROMAN, Arlete Regina; FRIEDLANDER, Maria Romana. Revisão Integrativa de Pesquisa aplicada à Enfermagem. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 3, n. 2, p.109-112, jul. 1998. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/44358/26850>. Acesso em: 10 maio 2018.

SIGNORELLI, Marcos Claudio; Daniela; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Violência doméstica contra mulheres e a atuação profissional na atenção primária à saúde: um estudo etnográfico em Matinhos, Paraná, Brasil. **Caderno Saúde Pública**, Rio Janeiro, p.1230-1240, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v29n6/a19v29n6.pdf>. Acesso em: 26 set. 2018.

SILVA, Neuzileny Nery Ferreira *et al.* Atuação dos enfermeiros da Atenção Básica a mulheres em situação de violência. **Enfermagem em Foco**, Rio Grande do Sul, p.70-74, 26 set. 2017. Disponível em: <http://revista.portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1290/403>. Acesso em: 22 fev. 2018.

WASELFISZ JJ. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília (DF): FLACSO; 2015. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 04 ago. 2018.

A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO PELO ENFERMEIRO A PUÉRPERA COM NEONATO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL

AUTORA:

Wandessa dos Santos Rangel Silva
Rafaela Costa de Medeiros
Raísa da Silva Galvão
Vivian Batista Beserra Torres
Rivania Ruth Tiburcio da Silva
Aysa Nayara Silva de Moraes

RESUMO: Identificar a importância do acolhimento pelo enfermeiro a puérpera com neonato em unidade de terapia intensiva neonatal. Trata-se de uma revisão integrativa onde a busca dos artigos ocorreu de março a novembro de 2018, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), mais especificamente na base de dados eletrônica literatura Latino Americana e do Caribe em Saúde (LILACS). Os critérios de inclusão foram: artigos com texto completo, disponíveis em língua portuguesa, de forma gratuita e online, nos últimos 10 anos (2008 a 2018), considerando relação com a temática abordada. Com relação aos critérios de exclusão para selecionar a amostra, pode-se destacar: artigos incompletos, em forma de carta ou resumo, não relacionados com o tema abordado. Ao final, foram selecionados 07 artigos. Durante o estudo foi possível observar que existem fatores primordiais que precisam ser enxergados com um olhar humanizado durante a assistência do enfermeiro, para que isso sirva de ferramenta durante toda a estadia do binômio mãe e filho. O que inclui um suporte às necessidades das mães, um apoio emocional, envolvimento nos cuidados com o bebê, disponibilidade para conversar e apoio familiar e paterno. Conclui-se que quanto à atuação do enfermeiro, é cada vez mais relevante a sua importância no processo de transformação nas ações que buscam a implementação do acolhimento através da educação permanente, pois é através da reeducação desses profissionais que possamos obter uma aptidão técnica.

Palavras-Chave: Enfermeiro. Acolhimento. Puérpera.

INTRODUÇÃO: A Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) trata-se de uma unidade de alta complexidade onde o neonato com suas necessidades fisiológicas, afetadas ou comprometidas, é bruscamente separado de sua mãe. Um ambiente impactante, onde o Recém-nascido (RN) permanece exposto a manuseios excessivos, estímulos dolorosos, iluminação, barulho e temperatura instável, o que descreve um lugar desarmonioso e hostil (FERREIRA *et al.*, 2016). Percebe-se também que a palavra UTI, gera por parte do desconhecido um impacto onde as pessoas entendem que é um lugar destinado para a morte. Assim cria-se uma insegurança por parte da família do neonato, sendo uma experiência desafiadora e delicada para a mãe acompanhante (SOUZA *et al.*, 2011). A internação desse bebê a esta unidade é um evento pelo qual a mãe não está preparada, uma vez que nesse ambiente, a puérpera, vivencia situações constrangedoras marcadas por medo, insegurança e tensão ao presenciar condutas terapêuticas e procedimentos dolorosos, até poder cuidar de seu filho ou participar ativamente desses cuidados e se sentir verdadeiramente mãe (ZAGONEL *et al.*, 2003). Diante deste cenário, os

pais encontram-se afetivamente envolvidos e devem ser acolhidos pelo enfermeiro, pois esse profissional torna-se imprescindível no momento de facilitar a aproximação da puérpera com o neonato, e assim, devem apresentar preparo e sensibilidade, viabilizando um acolhimento humanizado e conclusivo (AMARAL; COLEGARI, 2016; FERREIRA *et al.*, 2016). Vivenciar esta rotina durante a estadia do neonato a essa unidade, facilita ao enfermeiro reconhecer a dor apresentada por essa mãe que transparece muitas vezes sentimento de culpa, desilusão e aflição. Necessitando de apoio emocional nesse momento delicado. Compreendendo a experiência vivenciada pela puérpera, confabulando de forma empática e afetiva, são simples ações que humanizam o relacionamento enfermeiro – família. O enfermeiro exerce uma importante atuação na promoção do apego. Neste sentido, percebe-se o quanto é fundamental na interação entre a puérpera e o neonato no acolhimento, o que reproduz um elemento essencial servindo como ajuda para recuperação do neonato. Desta forma, o enfermeiro deve promover ações que envolvam a puérpera nos cuidados do neonato, sempre que permissível, tais como: receber essa mãe e orientá-la da melhor maneira possível, sobre a importância do aleitamento materno, contato pele a pele, auxiliar nos cuidados de higienização do bebê sempre que possível de forma a fornecer condições mínimas de conforto, e assim diminuir seus sentimentos quanto ao medo e ansiedade, promovendo sempre que viável a participação e apoio paterno para mãe e bebê. (FRELLO; CARRAR, 2012). Em Março de 2003, foi lançada pelo Ministério da Saúde, a Política Nacional de Humanização (PNH) ou HumanizaSus como também é conhecida, durante o XXº Seminário Nacional dos Secretários de Saúde, realizado em Natal/RN. A PNH é uma política Nacional que busca qualificar o modo de atenção e gestão na rede SUS, tendo o acolhimento como uma de suas diretrizes (BRASIL, 2010). Diante disto, mesmo sendo o acolhimento uma diretriz prevista na PNH, percebe-se que existem aspectos desafiadores enfrentados pelo enfermeiro no decorrer da implementação deste acolhimento para com os pais e a equipe envolvida nos cuidados. Assim, como forma de melhorar este acolhimento, a equipe deve promover o envolvimento dos pais nos cuidados, após a estabilização do mesmo. Como consequência, a mãe se sentirá preparada para esses cuidados admitindo uma postura responsável e afetivamente harmoniosa com o neonato (BRASIL, 2010). A escolha desta temática surgiu por meio de experiência vivenciada onde a partir desta foi possível perceber a importância do enfermeiro implementar um cuidar humanizado e assim qualificar o acolhimento em seus locais de assistência buscando desenvolver técnicas voltadas para a capacitação profissional por meio de ações que priorizem a PNH. Desta forma, considerando o cuidado de enfermagem frente ao acolhimento e as principais dificuldades enfrentadas pela mãe acompanhante, surgiu a seguinte questão de pesquisa: Qual a importância do acolhimento pelo enfermeiro a puérpera com neonato em unidade de terapia intensiva neonatal? Espera-se com esse estudo contribuir para ampliação do conhecimento sobre a importância do acolhimento e da PNH que está inserida no Sistema Único de Saúde brasileiro. Diante deste cenário, delineou-se o seguinte objetivo: Identificar a importância do acolhimento pelo enfermeiro a puérpera com neonato em unidade de terapia intensiva neonatal.

METODOLOGIA: Trata-se de estudo de revisão integrativa que consiste na construção de uma análise baseada em uma pesquisa de literatura, trazendo ampla contribuição para métodos e resultados de pesquisas, consequentemente ajudará na realização de futuros estudos. O objetivo primordial deste método de pesquisa é

obter um imenso entendimento de um determinado fenômeno baseando-se em estudos vistos anteriormente. (MENDES *et al.*, 2008). Ainda com relação a pesquisa integrativa, esta tem por finalidade buscar a súmula de estudos publicados. Uma de suas especificidades estar em obter certas conclusões de determinada área de estudo. (MENDES, SILVEIRA, GALVÃO, 2008). A busca dos artigos ocorreu de março a outubro de 2018, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), mais especificamente na base de dados eletrônica literatura Latino Americana e do Caribe em Saúde (LILACS). Durante o refinamento do material foi utilizado o operador booleano *and* da seguinte forma: Enfermeiro *and* Acolhimento, o que resultou em 247 artigos, Enfermeiro *and* UTI Neonatal, resultando em 502 artigos, Enfermeiro *and* neonato, resultou 4.543, Acolhimento *and* UTI neonatal, resultando em 23 artigos, Acolhimento *and* Neonato resultou em 79 artigos, sendo utilizados 07 artigos no total. Para relacionar os artigos, os critérios de inclusão foram selecionados: artigos com texto completo, disponíveis em língua portuguesa, de forma gratuita e online, nos últimos 10 anos (2008 à 2018), considerando relação com a temática abordada. Com relação aos critérios de exclusão para selecionar a amostra, pode se destacar: artigos incompletos, em forma de carta ou resumo, não relacionados com o tema abordado. A análise dos artigos se teve por meio da leitura integral com os respectivos métodos. As informações utilizadas para obtenção desse estudo foram minuciosamente referenciadas, obedecendo e identificando suas fontes de pesquisas e autores das obras literárias, cumprido rigor ético quanto às informações prestadas dos textos científicos que foram pesquisados, respeitando toda a obra que foi consultada e citadas em partes que foram adquiridas para a pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Com relação ao ano de publicação, foi possível perceber que, os anos de 2011, 2016 e 2017 foram os que mais prevaleceram no quantitativo de artigo com 2 cada (20%). Levando em consideração as publicações de 2016 e 2017, percebe-se que a literatura científica na área de enfermagem vem pesquisando sobre esta temática e buscando atualizações para prática assistencial. Com relação ao local de pesquisa, detectou-se que o estado de São Paulo foi o que mais publicou sobre a temática com um quantitativo de 03 artigos (30%). Assim, a abordagem humanizada pelo enfermeiro durante a assistência neonatal e a puérpera, ofertam resultados satisfatórios no que diz respeito ao cuidar em saúde e a sobrevivência dos recém-nascidos prematuros. Com isso, a implementação dos cuidados de enfermagem precisam ocorrer de forma individualizada e integral, conforme as necessidades do recém-nascido e sua genitora. Além disso, os cuidados ofertados devem fornecer tecnologias para reestabelecimento do recém-nascido, acolhimento à família, construção do relacionamento interpessoal entre enfermagem, puérpera e recém-nascido para que haja formação de vínculo e melhoria da qualidade do cuidar (FERREIRA *et al.*, 2016). Durante o estudo de Souza, *et al.* (2011) foi relatado que os enfermeiros frente ao acolhimento as puérperas com neonatos em unidades de terapia intensiva neonatal, são de grande importância para a família durante o processo de enfrentamento da internação e recuperação do neonato. Porém, esta assistência de enfermagem acaba sendo fragilizada devido as ações mecanizadas e a sobrecarga de trabalho que existem nestes ambientes de saúde. Percebe-se que, dentre os profissionais de saúde que atuam na neonatologia, o enfermeiro encontra-se mais próximo dos neonatos e suas genitoras. Por isso, conseguem perceber com mais facilidade suas necessidades de saúde. Além do enfermeiro, a família também possui papel importante na promoção

da saúde do RN sua mãe, por isso, sua opinião deve ser levada em consideração e sua presença deve ser estimulada durante a permanência hospitalar da criança (MURAKAMI; CAMPOS, 2010). Assim, para intervir na melhoria deste atendimento, existem ações que podem ser executadas pelo enfermeiro para acolher com qualidade a puérpera com neonato em unidade de terapia intensiva. Dentre estas ações destaca-se o fortalecimento do vínculo afetivo entre o binômio mãe e filho, permitindo que a mulher acompanhante participe de perto da evolução clínica do seu Recém Nascido (RN), além de promover um bom aleitamento materno. Sendo assim, é importante que o enfermeiro adquira a empatia e a confiança da família do neonato, promovendo ações que busquem minimizar as dores e sofrimento da mesma (FRAGA; PEDRO, 2004). Além do fortalecimento do vínculo, Fraga e Pedro (2004) inferem em sua pesquisa que o enfermeiro, junto à instituição de saúde, deve se mobilizar em prol da criação de grupos de apoio para os pais dos neonatos, onde os mesmos possam receber informações sobre o estado geral de saúde do filho, bem como o esclarecimento de dúvidas, expor seus sentimentos e conflitos através de uma boa assistência psicológica, podendo compartilhar com outros pais suas experiências. Desse modo, a experiência de hospitalização deixa de ser tão traumática para a puérpera e o bebê e assim o enfermeiro pode executar as suas tarefas técnicas com mais facilidade, inclusive permitindo à participação materna a percepção do papel de acolhimento e de promoção de bem estar, que deve ser exercido por este (MURAKAMI; CAMPOS, 2010). No decorrer da estadia do RN na UTIN, deve se envolver as famílias. Embora não haja comunicação verbal dos bebês, esses dão sinais de suas necessidades e tanto a equipe quanto os pais envolvidos, precisam aprender a se comunicar com eles, pois os neonatos necessitam de (OLIVEIRA; SANINO, 2011). As Puérperas de neonatos internados em unidades de terapia intensivas, estão envolvidas emotivamente com seus filhos, são, na maioria das vezes, as pessoas que estão mais vulneráveis a uma variedade de emoções psicológicas e que muitas vezes são manifestadas por quadros de aflição, ansiedade, irritação, arrependimento, desalento e temor (VIEIRA; MAFRA, 2016). O acolhimento dos usuários nos serviços de saúde como um ser autônomo e merecedor é visto, como elemento fundamental no processo de humanização. Essa afirmação presume conhecer quem é esse “outro”, para promover mecanismos que facilite a livre expressão da verbalização dessas demandas reais (VIEIRA; MAFRA, 2016). Sendo assim, a enfermagem deve contribuir para subtrair a dor e o sofrimento do binômio mãe e filho através da compreensão quanto aos seus sentimentos. Além disso, a enfermagem necessita realizar uma auto avaliação de suas ações de acolhimento diante do problema enfrentado pela família bem como orientar a mãe sobre os cuidados que os neonatos podem receber no decorrer da rotina hospitalar durante o internamento (SOUSA *et al.*, 2011). No ano de 2002 foi implementado através do ministério da saúde, a norma de Atenção humanizada ao neonato de baixo peso com o método mãe canguru, que visa atender à reivindicação individuais mencionadas pelos usuários e trabalhadores da rede SUS, assegurar uma plenitude na assistência, além disso, promover uma atenção de excelência às puérperas, aos neonatos e seus familiares (FONTES *et al.*, 2011). No intuito de otimizar a assistência, esses estudos abordam a humanização do cuidado evidenciando as relações estabelecidas entre gestores, equipe de saúde envolvidas, usuários e núcleo familiar, da qual a equipe é infundida de compromisso e responsabilidades, para promover práticas de acolhimento, bem-estar, auto

confiança de forma a fortalecer ou adquirir vínculo afetivo entre pais e neonatos (FERREIRA *et al.*, 2016). **CONCLUSÃO:** O presente estudo traz contribuição aos profissionais da saúde para produção científica e estudos sobre a temática abordada. Além de discussões, intervenções e a importância da qualidade na assistência a essas mães acompanhantes e seus filhos. O período da maternidade é uma fase muito valorosa na vida de uma mulher, uma vez que se inicia a criação de uma relação para a vida inteira, em que diversas irrealidades foram depositadas em cada planejamento que foi idealizado. Diante disso, com a hospitalização do neonato na UTI neonatal fica evidente que essas mães passam uma desordem de sensações emocionais e as condolências reais são as mais variantes, sendo esse um período complexo e com um peso emocional profundo, tanto para essas mães quanto para os profissionais que participam desse ambiente. O vínculo afetivo do binômio mãe e filho se inicia durante a gestação e se estende após o nascimento, numa interação recíproca, um vínculo harmônico corporal e afetivo entre ambos, fortalecendo a cada momento e que vai perpetua ao longo da vida. A estadia do neonato na UTIN indica uma permanência hospitalar temporária do binômio mãe e filho, as mães passam a vivenciar uma nova rotina em um ambiente que lhe é estranho, distanciando-se do seu cotidiano, tendo que conviver com uma nova rotina, afastados do núcleo familiar e conforto de seus lares, na qual não havia idealizado antes, criando novos hábitos e rotinas. Durante esta estadia, as mães vivenciam situações marcadas por medo, insegurança e tensão. Neste momento a adaptação é exaustiva, cada momento é vivenciado e superado através do período puerperal, onde é marcado e descrito por etapas, dentre elas está a delimitação entre perdido a gravidez e adquirido o filho. Seguindo uma continuidade onde a mulher será denominada mãe, contudo para que ela possa apoderar-se do seu bebê e se conceber ao mesmo momento o papel da maternidade está precisará percorrer um longo caminho, inicialmente haverá um sentimento de perda. Observa-se no decorrer da pesquisa que nesse ambiente essas mães encontram-se fragmentadas psicologicamente e é evidente a necessidade de apoio, bem como uma percepção distinta por parte do enfermeiro. O que compreende neste momento que os profissionais encontram-se inseridos nesse ambiente hospitalar, no entanto, há pouca interação entre estes profissionais e as mães, que em vários momentos relatam ter atenção quando solicitado ou quando estão em profunda depressão. O acolhimento a esta mãe por parte do enfermeiro tem-se mostrado na maioria dos casos onde ocorre que como consequência positiva gera uma recuperação do binômio mais precoce, o fortalecimento do vínculo afetivo promovendo a continuidade dos laços afetivos gerados pela mãe e bebê, promovendo assim uma qualidade de vida e ofertando uma recuperação eficiente. Quanto à atuação do enfermeiro, é cada vez mais relevante a sua importância no processo de transformação nas ações que buscam a implementação do acolhimento através da educação permanente, pois é através da reeducação desses profissionais que possamos obter uma aptidão técnica. Sendo responsabilidade desse profissional treinar, capacitar e supervisionar a equipe de enfermagem, como garantia para uma qualidade na atenção dos usuários que necessitam de seu atendimento. No entanto, os profissionais que atuam nas unidades de terapia intensiva neonatal tem um papel fundamental, de promover a melhor qualidade no atendimento desses bebês e de seus familiares que acompanham essa evolução clínica, dando suporte técnico, físico e emocional, é através destes profissionais que surge a responsabilidade de transmitir as orientações necessárias. Assim sendo,

este estudo de pesquisa de literatura será capaz de ser utilizada como incoação, uma vez que há poucas diligências sobre compartilhamento desta enunciação. Pretende-se contribuir para a motivação de estudos acerca do tema como também, em áreas que tenham afinidade com o tema.

REFERÊNCIAS

AMARAL; Lídia Faria Prado, CALEGARI; Tatiany. Humanização da Assistência de Enfermagem à família na Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica. **Revista UFPR**, Uberlândia, p.9, jun./set. 2016 Disponível em: <http://fi-admin.bvsalud.org>. Acesso em: 20 fev. 2018.

ALMEIDA; Cinthia Reis, MORAIS; Aisiane Cedraz, LIMA; Karinne Dayane França, SILVA; Anna Carolina Oliveira Cohim. Cotidiano de mães acompanhantes na unidade de terapia intensiva neonatal. **Revista de Enfermagem UFPE**, Recife/PE, p.8, jul.2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/22640/29478>. Acesso em: 23 set. 2018.

BRANDÃO; Adriana de Paula Mendonça, DINIZ; Cláudia Helena, SANTOS; Lorrâny Furtado, SOUZA; Maria Cristina Ferreira de. Humanização da assistência de enfermagem frente a dor e ao estresse do recém-nascido em unidade de terapia intensiva neonatal: uma revisão de literatura. **Revista Científica FacMais**, p. 25, mar. 2017. Disponível em: <http://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2017/04/7>. Acesso em: 22 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Assistência à Saúde. **Programa nacional de humanização de assistência hospitalar (PNHAH)**. Brasília: Ministério da Saúde; 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnhah01.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2018.

FERREIRA; José Hernevides Pontes, AMARAL; João Joaquim Freitas, LOPES; Márcia Maria Coelho Oliveira. Equipe de Enfermagem e Promoção do Cuidado Humanizado em Unidade Neonatal. **Revista Rene**, Fortaleza-Ceará, p.9, nov./dez.2016. Disponível em: <http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-835705>. Acesso em: 26 abr. 2018.

_____; João Joaquim Freitas do, LOPES; Márcia Maria Coelho Oliveira. Equipe de enfermagem e promoção do cuidado humanizado em unidade neonatal. **Revista Rene**, Fortaleza/CE, p.9, nov.-dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/6455>. Acesso em: 18 de set. 2018.

FONTES; Fernanda da Silva, *et al.* Cuidado ao recém-nascido prematuro na perspectiva da reorganização comportamental – um olhar de enfermagem. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**. Rio de Janeiro/RJ, p.8, jul./set. 2011. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v20n3/v20n3a04.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

FRAGA; Iara Teresinha Gama, PEDRO; Eva Néri Rubim. Sentimentos das Mães de Recém-Nascidos Prematuros: Implicações para a enfermagem. **Revista Gaúcha**, Porto Alegre, p.9, Fev. 2004. Disponível em: www.seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem. Acesso em: 26 mar. 2018.

FRELLO, Ariane Thaise; CARRO, Telma Elisa. **Rev. Bras. Enferm.** v.65, n.3, Brasília maio/jun., 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672012000300018. Acesso em: 02 nov. 2018.

MENDES, Karina DalSasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [S.l.], v. 17, n. 4, p.758-764, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018. Acesso em: 02 mar. 2018.

MOTTA, Bruno Feital Barbosa; PERCUCCHI, Juliana; FILGUEIRAS, Maria Stella Tavares. O acolhimento em Saúde no Brasil: uma revisão sistemática de literatura sobre o tema. **Revista da SBPH**, Rio de Janeiro, v.177, n.1, p. 6, jun. 2014. Disponível em: pepsic.bvsalud.org/scielo. Acesso em: 23 abr. 2018.

MURAKAMI; Rose, CAMPOS; Claudinei José Gomes. Importância da relação interpessoal do enfermeiro com a família de crianças hospitalizadas. **Revista REBen**, campinas/SP, p.7, ago. 2010. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672011000200006. Acesso em: 26 out. 2018.

OLIVEIRA; Letícia Lemes de, SANTINO; Giane Elis de Carvalho. A humanização da equipe de enfermagem em unidade de terapia Intensiva neonatal: concepção, aplicabilidade e interferência na assistência humanizada. **Rev. Soc. Bras. Enferm. Ped.**, São Paulo/SP, p. 9, dez. 2011. Disponível em: <https://sobep.org.br/revista/component/zine/article/143-a-humanizacao-da-equipe-de-enfermagem-em-unidade-de-terapia-intensiva-neonatal.html>. Acesso em: 19 out. 2018.

ROSEIRO; Cláudia Paresqui, PAULA; Kelly Maria Pereira. **Concepções de humanização de profissionais em Unidades de Terapia Intensiva Neonatal**. Campina/SP, p. 12, jan./mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2015000100109&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 ago. 2018.

SOUZA, Alcineide Mendes de; MOTA, Carleandra da Silva; CRUZ, Ionárya Araújo Costa da, MENDES; Sayonara dos Santos; MARTINS, Maria do Carmo de Carvalho e; MOURA, Maria Eliete Batista. Sentimentos expressos por mães de neonatos prematuros internados na UTI Neonatal. **Revista de Pesquisa: cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, dez. 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/5057/505750891013/>. Acesso em: 07 out. 2018.

VERONEZ; Marly, BORGHESAN; Nataly Alves Barbosa, CORRÊA; Darci Aparecida Martins, HIGARASHI; Leda Harumi. **Vivência de mães de bebês prematuros do nascimento a alta: notas de diários de campo**. Revista Gaúcha de Enfermagem, Rio Grande do Sul, p.8, mar. 2017. Disponível em: www.seer.ufrgs.br/revistagauchadeenfermagem. Acesso em: 14 set. 2018.

VIEIRA; Livia Ribeiro, MAFRA; Luiz Antônio Staub. **Humanização hospitalar e violência simbólica:** a percepção das mães em UTIs Neonatais. Tempus, actas de saúde colet, Brasília, p.16, set, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v49nspe2/1980-220X-reeusp-49-spe2-0042.pdf>. Acesso em: 05 set. 2018.

ZAGONELI, I.P.S.; MARTINS, M.; PEREIRA, K.F.; ATHAYDE, J. - O cuidado humano diante da transição ao papel materno: vivências no puerpério. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 5, n. 2 p. 24 – 32, 2003. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista>.

ENGENHARIA CIVIL

ESTUDO DE PARÂMETROS PARA A INCORPORAÇÃO DA ETAPA DE ADSORÇÃO EM CARVÃO ATIVADO PARA TRATAMENTO DE ÁGUA DA LAGOA DO JIQUI

AUTOR:

Hugo Mozer Barros Eustaquio

RESUMO: A utilização da tecnologia de adsorção em carvão ativado para a melhoria da qualidade da água é bastante conhecida no mundo. Considerando o uso desta tecnologia, a eficiência da possível implantação da etapa de adsorção por carvão ativado granular em dois tamanhos de grãos, pode ser avaliada como alternativa para auxiliar o tratamento de água na ETA da Lagoa do Jiqui. Visando à melhoria da cor e turbidez das águas tratadas, com a utilização do carvão ativado. A adsorção de material orgânico em carvão ativado geralmente ocorre porque as forças atrativas entre a superfície do carvão (apolar) e o contaminante (apolar) são mais intensas do que as forças que o mantêm dissolvido na água (polar). Tal fenômeno de superfície ocorre devido à atração elétrica do soluto para com o carvão (por forças de van der Waals). A água utilizada no estudo foi coletada na ETA do Jiqui, estação com tecnologia de filtração direta. A vazão de captação no momento da coleta era de 1838,4 m³/h, esta água pós tratamento é utilizada principalmente para diluição da água de poços que abastecem a população da zona sul de Natal/RN. No laboratório da Unifacex foram realizados os ensaios de cor e turbidez, pH, condutividade e sólidos totais dissolvidos, para a verificação dos valores médios presentes no líquido. A partir dos dados obtidos em colunas de pequena escala, pode-se mensurar o desempenho de filtros adsorvedores, bem como projetar adequadamente um sistema de remoção de cor e turbidez.

Palavras chave: Filtração. Redução. Cor e turbidez.

INTRODUÇÃO. A água doce é um recurso natural limitado, cuja qualidade vem deteriorando em consequência do aumento da população e da carência de políticas públicas direcionadas a sua preservação. O comprometimento da qualidade da água para fins de abastecimento é, geralmente, decorrente de poluição causada por diferentes fontes, tais como efluentes domésticos, efluentes industriais e deflúvio superficial urbano e agrícola (REBOUÇAS, 2006). Um grande desafio relacionado à produção de água para abastecimento com qualidade, está associado às Estações de Tratamento de Água (ETA), vezes por um funcionamento inadequado ou insuficiente referente ao controle dos patógenos existente no efluente, as águas para abastecimento público devem e precisam obedecer a padrões de potabilidade relacionados a turbidez, cor, PH, odor, coliformes totais e entre outros, para tornar o abastecimento sanitariamente seguro, e gerar uma melhor qualidade de vida, estes regulamentados pela Portaria de Consolidação nº 05, 2017. Porém, quando nas ETA's seu procedimento está sendo insuficiente para a desinfecção do efluente devido ao aparecimento de novos componentes como: vírus, bactérias, compostos farmacêuticos, hormônios, poluentes emergentes e entre outros é necessário a implantação de novos processos ao longo de seu tratamento. Visando o tratamento de águas adequado, a implantação de carvão ativo para adsorção no processo de tratamento das ETA's vem sendo uma solução viável. O carvão ativado desempenha

um papel vital para a remoção de produtos orgânicos biorresistentes da água residual municipal, efluentes industriais, águas subterrâneas contaminadas e lixiviação de aterros. Devido à sua grande área e química de superfície específica, o carvão ativado pode adsorver da água grandes quantidades de poluentes orgânicos dissolvidos dentro de seus poros internos sendo o absorvente mais comumente utilizado devido a vantagem de seu baixo custo e boa eficiência na remoção de diversos contaminantes (COCENZA, 2014). Em Natal, a situação das águas superficiais é muito dependente de fatores climáticos, visto que seus principais reservatórios estão inseridos no ambiente urbano, os fatores climáticos alteram os componentes contidas nas águas, pois as patógenos são carregados para os reservatórios. A ETA Jiqui é responsável pelo tratamento de água da lagoa do Jiqui, responsável pela diluição das águas dos poços que abastecem a parte da zona sul de natal, atualmente a ETA o tratamento por tecnologia de filtração direta e é constituído por: Coagulação / Floculação, Decantação, Filtração, Desinfecção. As etapas de tratamento que são realizadas na estação de tratamento do Jiqui seriam suficientes, no entanto nos períodos de chuva na cidade de Natal contribuem de forma negativa para a alteração das características, principalmente a cor, da água da lagoa do Jiqui. As precipitações fizeram com que o rio Pitimbu ganhasse volume e contribuísse para o aumento de volume da Lagoa do Jiqui. Neste processo, foi carregando sedimentos e também matéria orgânica em suspensão para o corpo hídrico fazendo com que a cor e a turbidez da água ficassem alteradas. A alteração de cor e da turbidez trazem mudanças estéticas para a água, porém, não impede seu consumo. Este trabalho tem como objetivo avaliar a eficiência da possível implantação da etapa de adsorção por carvão ativado granular (CAG) com dimensões de partículas diferentes, como alternativa para auxiliar o tratamento de água na ETA da Lagoa do Jiqui, visando à melhoria da cor e turbidez das águas tratadas.

REVISÃO DA LITERATURA Apesar de tradicionalmente não estar presente nem na tecnologia de ciclo completo e tão quanto na de filtração direta, a aplicação de carvão ativado é considerada uma tecnologia favorável no tratamento de águas e efluentes devido à sua natureza multifuncional e ao fato de o carvão não adicionar nenhum componente prejudicial à água tratada (DE SILVA, 2000). De acordo com Tchobanoglous, Burton e Stensel (2004) e Cavalcanti (2012), o carvão ativado é inicialmente preparado a partir da carbonização de materiais orgânicos com alta percentagem de carbono, tais como os de origem vegetal (amêndoas, casca de coco, casca de nozes, madeira), podendo incluir outros materiais, de origem mineral (carvão, antracita, betuminoso, linhito) e de origem animal (ossos). O carbonizado é produzido aquecendo-se o material base até a incandescência (aproximadamente 700°C) em uma retorta para eliminar os hidrocarbonetos, mas com suprimento de oxigênio insuficiente para manter a combustão. O processo de carbonização é basicamente um processo de pirólise. A ativação ocorre em seguida, através da exposição do carbonizado à gases oxidantes como vapor e CO₂ em altas temperaturas, na faixa de 800 a 900°C), criando uma estrutura porosa nas partículas de carvão. De maneira bastante simplificada a adsorção pode ser exposta, como um processo no qual uma substância gasosa, líquida ou sólida fica presa à superfície de um sólido. Ou seja, pode caracterizar a adsorção como a variação da concentração de uma substância em uma interface, sendo que o espaço de interface é uma medida fortuita da região limite entre duas substâncias não-miscíveis. Quando a concentração de uma substância aumenta em uma interface, ocorre o que se chama

de adsorção positiva; quando a concentração desta substância diminui na região de interface, tem-se uma adsorção negativa. Porém, costuma-se tratar o fenômeno de adsorção apenas nos casos de adsorção positiva, na qual a concentração de uma substância aumenta na região de interface. (NETZ e ORTEGA, 2002). Na execução e elaboração de um projeto de filtros de carvão ativado alguns pontos devem ser considerados, inicialmente a seleção do carvão, em sequência devem-se determinar duas importantes variáveis no projeto de sistemas de carvão ativado granular: o tempo de contato de leito vazio (em inglês, “emptybedcontact time”, EBCT) e as curvas de ruptura (em inglês, “breakthrough”), que, em conjunto com a vazão a ser tratada, determinam o tamanho do leito de carvão e o volume do vaso adsorvedor. Outro parâmetro de projeto relevante que está relacionado às curvas de ruptura é a taxa de exaustão do carvão (ou taxa de uso), parâmetro que determinará o tamanho do sistema de reativação ou a frequência em que o carvão deverá ser substituído quando o sistema não possuir reativação in situ. (CLARK; LYKINS JR., 1991 apud TOUMA, 2013). O tempo de contato de leito vazio (EBCT) é uma variável de projeto primária que corresponde ao tempo de retenção em um leito sem mídia (DROSTE, 1997 apud TOUMA, 2013). Na prática, o tempo de contato de leito vazio pode variar pela mudança da profundidade do leito de CAG à vazão constante, ou pela mudança de vazão à profundidade do leito constante (ÇEÇEN; AKTAŞ, 2012). À medida que o EBCT aumenta, não apenas ocorre o retardamento da ruptura, como também há uma melhora no uso do carvão. No entanto, após certo ponto, aumentar o EBCT não apresenta mais esse efeito e o volume adicional no adsorvedor atua apenas como capacidade de armazenamento para o carvão exausto. O percentual do carvão total no leito que está exausto no ponto de ruptura é maior em um leito mais profundo do que em um leito mais raso. Dessa forma, deve-se buscar uma profundidade de leito ótima considerando somente o custo do adsorvedor. (CLARK e LYKINS JR., 1991 apud TOUMA, 2013). Para realização dos cálculos de tempo de leito vazio (EBCT) utiliza-se a Equação 1.

$$EBCT = \frac{\text{volumedoleito}}{\text{vazão}} = \frac{\text{profundidadedoleito}}{\text{velocidade}} = \frac{l}{v} \quad (1)$$

A ruptura ocorre quando a concentração efluente excede um valor preestabelecido; porém, a curva de ruptura é uma função contínua da concentração efluente em relação ao volume total de água tratada ou em relação ao tempo (RIZZO e SHEPHERD, 1980 apud TOUMA, 2013). De modo geral uma curva de ruptura permite relacionar a concentração de adsorbato à quantidade do leito de carvão exausto, ativo (zona de adsorção) e livre de material adsorvido. A curva de ruptura exibe um formato em S na zona de adsorção e termina assintoticamente, aproximando-se da concentração de alimentação (DROSTE, 1997). Com o passar do tempo, o leito vai saturando e a zona de adsorção se move em sentido descendente através da coluna até que ocorra a ruptura. O comprimento da zona de adsorção é tipicamente uma função da carga hidráulica aplicada à coluna e das características do carvão ativado. (TCHOBANOGLIOUS, BURTON e STENSEL, 2004). Relacionando a massa de carvão requerida por unidade de volume de água tratada até a ruptura é possível medir a taxa de exaustão (Equação 2). Tal relação também pode ser traduzida pela razão entre a densidade aparente do carvão em larga escala e o número de volumes de leito processados em pequena escala até atingir a ruptura (ASTM D6586-03, 2008).

$$Taxa de Exaustão = \frac{\text{massa do carvão}}{\text{volume do efluente}} \quad (2)$$

A carga hidráulica, também chamada de taxa hidráulica superficial ou velocidade superficial, em tratamento de águas e efluentes (Equação 3), é definida como a vazão de líquido fluindo através do leito por área ($L^3/T/L^2$). Essa taxa corresponde à velocidade do líquido em um leito vazio com área de seção transversal. (TOUMA, 2013). Realizada a seleção do tempo de contato requerido para uma dada meta de tratamento, a área de seção transversal do adsorvedor é definida para garantir que as cargas hidráulicas estejam em uma faixa de operação razoável, em relação aos valores usualmente praticados. Faixas típicas de carga hidráulica para leitos de fluxo descendente são de 5 a 15 $m^3/h/m^2$ e para os leitos de fluxo ascendente de 12 a 25 $m^3/h/m^2$ (SHARMA, 2011).

$$v = \frac{\text{vazão}}{\text{área de seção transversal}} \quad (3)$$

METODOLOGIA. A água utilizada no estudo foi coletada na ETA do Jiqui, estação com tecnologia de filtração direta. A vazão de captação no momento da coleta era de 1838,4 m^3/h . A coleta da água aconteceu exatamente após o processo de filtração e antecedendo o processo de desinfecção. Com o auxílio de bombonas de 20L a água foi coletada e trazida para o laboratório onde ocorreram os testes de adsorção. No laboratório da instituição foram realizados os ensaios de cor e turbidez, pH e sólidos totais dissolvidos, para a verificação dos valores médios presentes no líquido. Visando a melhoraria dos aspectos de cor e turbidez presentes na água mesmo após todo o processo de tratamento, considerando que o indicador cor é um problema que se verifica nos tempos chuvosos da cidade de Natal, utilizou-se carvão ativado granular em dois tamanhos de grãos, no processo de adsorção. A série de ensaios foi destinada a pesquisar as taxas de filtração ideais, tipos de carvão e características da duração da adsorção. Para isso houve a construção de um filtro com coluna de carvão ativado, este denominado de EC1. O filtro tem dimensões de 20 mm de diâmetro por 300 mm de altura, com coluna de carvão ativado de 150mm de altura. O material para adsorção foi composto por 5,5 gramas de CAG menores grãos e 16,05 gramas de CAG de maiores grãos, sendo este umedecido superficialmente para ser misturado com o CAG de menores grãos. Esse processo foi realizado com o intuito que o carvão ativado de menor dimensão não percolasse e encontra-se apenas no final do filtro. O dimensionamento da coluna das colunas CAG obedece às recomendações da norma ASTM D 3922-89. O filtro foi abastecido manualmente, houve uma carga hidráulica constante em todo o processo de experimento com intuito de manter a vazão de tratamento e consequentemente a taxa de adsorção. No final da coluna de carvão foi utilizada uma configuração com telas e com filtro de papel para impedir que o CAG de menor dimensão passasse para a água coletada. O ensaio de adsorção ocorreu em fluxo contínuo durante um tempo necessário para identificar a ruptura no processo de tratamento. Durante esse tempo foram realizadas coletas no efluente para análises dos parâmetros monitorados. Os resultados foram analisados com um tratamento matemático exposto pela norma ASTM D 6586-03 destinada a ensaios com carvões em leitos fixos, citada por diversos pesquisadores como: Voltan, Dantas,

Paschoalato e Di Bernardo (2016), Oliveira, Buriti, Ceballos e Lopes (2016), Santos, et al (2014). **RESULTADOS E DISCUSSÃO.** Caracterização dos carvões ativados: A análise granulométrica mostra que o CAG de maiores grãos tem percentual de 92,33% de grãos entre as peneiras 4,75 a 2,36 mm. Já a curva do CAG de menores grãos tem um percentual de 60,98% de grãos entre as peneiras 300 e 150 µm. A granulometria é utilizada para que seja conhecido o tamanho dos grãos do carvão ativado, uma vez que quanto menores forem os grãos, maior é a taxa de adsorção, pois o tamanho do adsorvente determina o tempo requerido para o transporte dentro dos poros, que são os locais em que ocorre a adsorção (SNOEYINK, 1990; DI BERNARDO; DANTAS, 2005). Sendo assim, como relatado na metodologia, no processo de adsorção utilizou-se uma combinação entre os dois tipos de carvões caracterizados. Resultados da caracterização da água de estudo e da água pós-adsorção: A caracterização da água de estudo identificou os valores de Cor = 15 Uc; Turbidez = 6,95 uT; pH 7,29; Sólidos totais dissolvidos = 62 mg/L. O ensaio foi realizado até o tempo de 150 min. A primeira coleta ocorreu logo imediatamente à passagem pelo carvão, depois de 10 min e em seguida com a periodicidade de coletas para análises dos parâmetros a cada 20 min. A eficiência máxima de remoção de cor ocorreu com 50 minutos de ensaio, tal remoção obteve um valor 0 uC cor no efluente (Valor este inferior a capacidade de precisão do equipamento de medição). Para os demais parâmetros avaliados a eficiência máxima ocorreu em 70 minutos. A turbidez apresentou o valor de 2,4 uT no efluente. Quando se trata do PH, após a adsorção em carvão ativado os valores permanecem dentro da faixa recomendada pela norma de potabilidade (6,0 a 9,5), os sólidos totais dissolvidos estão bem abaixo do máximo permitido pela norma 1000 ml/L para consumo humano. O processo de remoção ocorreu através da adsorção no tempo de contato necessário. **Tempo de contato de leito vazio (EBCT).** O tempo de contato de leito livre encontrado em nosso ensaio que é 3,12 min, tempo esse que se encontra fora de faixa por ensaios já previstos por outros escritores que é de 5-30; 7-20, mesmo com o tempo de contato sendo abaixo do previsto nosso filtro mostrou eficiência na remoção de cor e turbidez da água em estudo.

$$EBCT = \frac{3,56E - 4 m^2 \times 15E - 2 m}{17,142e10 - 6 m^3/min} = 3,12 min$$

O efeito do EBCT no desempenho do filtro é o de alterar o tempo para atingir a concentração de ruptura ("breakthrough"), a qual é definida como o ponto em que a concentração do contaminante de interesse no efluente do adsorvedor excede a meta de tratamento preestabelecida. Tempos de contato relativamente mais curtos resultam em ruptura precoce, enquanto tempos de contato relativamente mais longos retardam a ruptura. Existe claramente um balanço econômico entre a frequência de saturação e o volume do adsorvedor (ÇEÇEN; AKTAŞ, 2012; CLARK; LYKINS JR., 1991; DROSTE, 1997). Com os dados do monitoramento do efluente em todos os tempos relatados foi possível construir a curva de ruptura do filtro de adsorção, essa apresenta o momento exato onde o filtro satura e passa a não mais fazer o processo de adsorção evidenciando o parâmetro cor com o mesmo índice da água coletada na ETA Jiqui, esta saturação ocorre aos 130 minutos de ensaio.

$$\text{Taxa de Exaustão} = \frac{5,5 + 16,05 \text{ g}}{0,2857 \times 130 \times 60 \text{ cm}^3} = 0,00967 \frac{\text{g}}{\text{cm}^3}$$

Com a taxa de exaustão encontrada podemos contabilizar quantas gramas de carvão ativado será necessário para fazer o processo de adsorção em 1 cm³. Com este dado em mãos em trabalhos posteriores será possível contabilizar quanto de carvão ativado será necessário para a implantação da etapa de adsorção na ETA Jiqui. Esta variável indica a quantidade de carvão ativado requerida por filtro e, portanto, as dimensões do equipamento e o custo de instalação (BERNARDIN JR., 1980 apud TOUMA, 2013, p. 45).

Carga Hidráulica

$$v = \frac{0,2857E-6 \times 60 \times 60 \text{ m}^3/\text{h}}{3,56E-4 \text{ m}^2} = 2,89 \frac{\text{m}^3}{\text{m}^2 \cdot \text{h}} \text{ ou } 69,34 \text{ m}^3/\text{m}^2 \cdot \text{d}$$

A carga hidráulica encontrada mostra a quantidade de líquido fluindo através do leito de área, para o fluxo descendente a carga hidráulica encontrada e de 5 a 15 m³/m²/h, o ensaio apresentou um resultado abaixo da faixa. No entanto a carga encontrada nos propiciou dar continuidade aos testes em laboratório, sendo possível obter resultados satisfatórios ao objetivo deste trabalho. Pode-se ainda considerar que Silva *et al.* 2017, usaram taxas de aplicação semelhantes (59 a 79 m³/m².d) às usadas nesse trabalho. **CONCLUSÃO:** Os métodos utilizados para análise de comportamento e verificação de critérios de projeto para filtros de carvão ativado com a função adsorvedora, realizando os testes em pequena escala apresentaram resultados eficientes para a finalidade. A realização de testes em pequena escala apresentam vantagens tanto no que se refere à redução de custos financeiros como na economia de tempo. Com a realização de testes em laboratório necessita-se de menores quantidades de carvões e amostras bem como há a possibilidade de ser conduzido com baixas vazões, proporcionando o alcance de resultados em poucos dias. Testes em pequena escala possibilitam que varias alternativas e combinações do material utilizado, carvão ativado, em maiores ou menores dimensões, ou ate mesmo testar a eficiência de associar o CAP com o CAG. Baseado nas informações obtidas com os testes de coluna de pequena escala, é possível avaliar o comportamento de filtros adsorvedores, tal como projetar de maneira apropriada um sistema que trabalhe em sequência com as etapas de tratamento já existentes em estações de tratamento de água, como por exemplo a ETA do Jiqui, agindo com ênfase na remoção de cor e turbidez.

REFERÊNCIAS

ASTM D 3922-89. Standard practice for estimating the operating performance of granular activated carbon for removal of soluble pollutants from water, 1993.

ASTM D 6586-03. **Standard practice for the prediction of contaminant adsorption on GAC in aqueous systems using rapid small-scale column tests**, 2008.

BERNARDO, L. DE; DANTAS, A.D.B. **Métodos e técnicas de tratamento de água**. 2. ed. São Carlos: Rima, 2005.

CAVALCANTI, J. E. W. de A.. **Manual de tratamento de efluentes industriais**, Engenho Editora Técnica., 2.ed. ampliada., São Paulo, 2012.

ÇEÇEN, F.; AKTAŞ, Ö. **Activated carbon for water and wastewater treatment: integration of adsorption and biological treatment**. Weinheim: WILEY-VCH Verlag GmbH & Co. KGaA, 2012.

CLARK, R. M.; LYKINS JR., B. W. **Granular activated carbon: design, operation and cost**, Chelsea: Lewis Publishers, Inc., 1991.

COCENZA, G. A. S. **Estudo comparativo entre aplicação do carvão ativo pulverizado e a filtração em carvão ativo granular para estação de tratamento de água de 100 l/s**. São Paulo: Monografia. Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. 2014.

DROSTE, R L. **Theory and practice of water and wastewater treatment**, John Wiley & Sons, Inc., 1997.

HAMADI, N.K.; CHEN, X.D.; FARID, M.M.; LU, M.G.Q. **Adsorption kinetics for the removal of chromium(VI) from aqueous solution by adsorbents derived from used tyres and sawdust**. *Chemical Engineering Journal*, 84: 95–105. 2001.

HELLER, L.; PÁDUA, V. L. **Abastecimento de água para consumo humano**. Minas Gerais: UFMG, 2006.

MACEDO, J. A. B. **Águas & Águas**. 3. ed. Minas Gerais: CRQ – MG, 2007.

MORENO, P., CASTILHO, M. **Bioindicadores de qualidade de água ao longo da bacia do Rio das Velhas (MG)**. In: V. L. Ferracini, S. C. N Queiroz & M. P. Silveira. p. 95-116. Jaguariúna: Embrapa, 2004.

NETZ, P. A.; ORTEGA, G. G. **Fundamentos de Físico-Química - Uma abordagem conceitual para as ciências farmacêuticas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

OLIVEIRA, S. N. ; BURITI, J. da S. ; CEBALLOS, B. S. O. de ; LOPES W. S. Remoção de *Microcystis Aeruginosa* e *Microcistina-Lr* por sedimentação e filtração seguida de coluna de carvão ativado granular. **Revista Engenharia Ambiental**, Espírito Santo do Pinhal, v. 13, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Estratégia Global para a Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde**. 57ª Assembléia Mundial de Saúde: Wha 57.17 8ª sessão plenária de 22 de maio de 2004.

PAVANELLI, G. **Eficiência de diferentes tipos de coagulantes na coagulação, floculação e sedimentação de água com cor ou turbidez elevada.** São Carlos, SP. 233p. (Dissertação Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2001.

REBOUÇAS, A. C. **Água doce no mundo e no Brasil.** 3. ed. [S./]: Escrituras, 2006.

SANTOS, F. S. F. dos, *et al.* **Avaliação da eficiência de colunas de CAG na remoção de Microcistina-Lr de água de abastecimento.** IX Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental, ABES- RS, 2014.

SHARMA, S.K., **Activated Carbon Treatment. Lecture Handouts of Unesco-IHE Institute for Water Education,** The Netherlands, 2011.

SILVA, M. N. C. e, OLIVEIRA, R. de, CEBALLOS, B. S. O. GUERRA, A. B. AQUINO, S. F. de. LIBÂNIO M. **Hierarquização da eficiência de remoção de cianotoxinas por meio de adsorção em carvão ativado granular.** EngSanitAmbient, v.22, n.4, 691-697, 2017.

SILVA, F DE. **Activated carbon filtration.** Water quality products magazine, 2000.

SNOEYINK, V. Adsorption of organic compounds. *In: LETTERMAN, R.D. Waterquality&treatment: a handbookofcommunitywatersupplies.* New York: American Water Works Associationand McGraw-Hill, 1990. p. 781-867.Sons, Inc., 1997.

TCHOBANOGLIOUS, G.; BURTON, F.. L.; STENSEL, H. D.**Wastewater engineering, treatment and reuse, Fourth Edition, Metcalf and Eddy, Inc.,** McGraw-Hill Education, 2004.

TOUMA, S. L.**Testes acelerados em colunas de pequena escala: o uso de carvão ativado granular em projetos de reúso de efluentes de refinarias de petróleo.** Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em tecnologia de processos Químicos e bioquímicos. Universidade federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p.48, 2013.

VALENCIA, C. A. V. **Aplicação da adsorção em carvão ativado e outros materiais carbonosos no tratamento de águas contaminadas por pesticidas de uso agrícola.** Dissertação de Mestrado. Programa PPG em Engenharia Metalúrgica-PUC. Pontifica Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2007.

VON SPERLING, M.; GONÇALVES, R. F. **Lodo de esgotos: tratamento e disposição final.** Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, UFMG; Curitiba: SANEPAR, 484 p., 2001.

VOLTAN P. E. N.; DANTAS A. D. B.; PASCHOALATO C. F. R.; DI BERNARDO L. **Predição da performance de carvão ativado granular para remoção de herbicidas com ensaios em coluna de escala reduzida.** Eng SanitAmbient, v. 21, 2016.

ANÁLISE DO PROJETO DA ESTAÇÃO CIENTÍFICA DO ARQUIPÉLAGO DE SÃO PEDRO E SÃO PAULO

AUTORES:

Barion Silva de Oliveira
Natanael Felipe de Oliveira
Michelli Silva de Oliveira

RESUMO: Em 2006, fortes ondas destruíram grande parte da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ECASPSP), compelindo o governo brasileiro a projetar uma nova estação mais resistente às forças marítimas, moderna e em pouco espaço de tempo (GUMZ *et al.*, 2007). Em 2007, foi implantada uma nova ECASPSP, utilizando técnicas específicas para atender as necessidades peculiares da localidade, levando em consideração a geologia local, meio de transporte, tempo de montagem, intempéries naturais, entre outros contratempos. Este trabalho pretende apresentar tais técnicas utilizadas na nova ECASPSP.

Palavras-chave: ECASPSP. Sustentabilidade. Arquipélago de São Pedro e São Paulo.

INTRODUÇÃO: O arquipélago São Pedro e São Paulo (ASPSP) é um conjunto de pequenas ilhas, localizado no estado de Pernambuco. Situa-se na parte central do oceano atlântico, aproximadamente 1010 km da capital do estado do Rio Grande do Norte (SECIRM, 2015). Para melhor acomodar os pesquisadores que iam investigar no referido arquipélago, foi construída uma estação científica. Desde 1988, o Brasil mantém essa estação. A reconstrução da Estação Científica Arquipélago São Pedro São Paulo (ECASPSP) é uma edificação diferenciada por ser edificada em um conjunto de ilhotas, no meio do oceano. As técnicas utilizadas na reconstrução desse empreendimento certamente servem de inspiração aos acadêmicos de engenharia civil, uma vez que terão a oportunidade de conhecer um trabalho singular, em que engenheiros altamente capacitados planejaram e executaram soluções para diversos problemas fora do nosso cotidiano. Nesse sentido, o exemplo da reconstrução da ECASPSP serve para ampliar o conhecimento geral do estudante do curso de engenharia civil, além de estimular pesquisas na área da construção civil, fomentando técnicas inovadoras para o exercício da profissão. Notadamente quando o profissional da engenharia é posto a solucionar uma problemática tão desafiadora quanto essa, a solução poderá vir por meio de técnicas simples e conhecidas ou por meio de inovações. É notório que investigar técnicas utilizadas na reconstrução de uma estação no meio do oceano, num arrumado de ilhotas de solo único que somados medem um pouco mais que um campo de futebol traz um significativo conhecimento técnico e científico para a formação do engenheiro civil. Assim, o impacto dessa edificação no meio acadêmico minimamente serve para suscitar um novo olhar no âmbito da construção, já que vamos tratar de técnicas não convencionais numa situação não habitual. Por fim, acredita-se que ter conhecimento das técnicas utilizadas na reconstrução da ECASPSP aguçará a curiosidade dos acadêmicos do curso de engenharia, além de proporcionar um maior entusiasmo na aquisição de novos conhecimentos, bem

como possibilitará um aumento nas expectativas para o exercício da profissão.

METODOLOGIA: A metodologia usada para estudar a reconstrução da estação foi baseada em relato de experiência, pesquisa bibliográfica e acervo material da Marinha. A Marinha do Brasil junto SECIRM (Secretaria internacional de recursos do mar) mantém quatro ocupantes na ECASPSP por 15 dias, geralmente pesquisadores das diversas universidades do país. Acompanhamos uma das expedições que ocorreu entre 28 de junho e 23 de julho de 2018. A marinha junto a SECIRM também mantém regulamente a manutenção da estação a cada 3 meses, esta manutenção tem duração de 10 dias sendo 4 dias de mar e 6 dias no arquipélago (se for preciso), possibilitando assim, coletar o material necessário para este trabalho. O relato de experiência foi muito importante para complementar a pesquisa bibliográfica devido a falta de material catalogado sobre a construção da estação. O artigo mais detalhado sobre o assunto é dos próprios idealizadores do projeto.

RESULTADOS: O projeto da nova Estação Científica foi baseado em um conjunto de informações obtidas através de estudos realizados desde a primeira construção, outrora realizados em territórios semelhantes como Antártica e Atol de Rocas (próximo ao arquipélago de Fernando de Noronha), buscando sempre coerência com o ambiente, levando em consideração o território inóspito do arquipélago e pensando em um projeto sustentável para a mesma (GUMZ *et al.*, 2007). Para a elaboração desse novo projeto, foram levadas em consideração algumas condicionantes locais para basear as tomadas de decisão referente ao projeto, que foram divididas em fatores logísticos, ambientais, físicos e psicológicos (GUMZ *et al.*, 2007). Dentre os fatores logísticos se destacam a necessidade do cuidado ao dimensionar as peças de montagem, uma vez que seriam transportadas através de botes de borracha, como também a adoção de um sistema construtivo de simples execução devido a mão de obra reduzida (GUMZ *et al.*, 2007). Já como fatores ambientais, podemos citar a obrigação de conseguir uma relação harmônica com o ambiente natural, porém com a presença evidente no Arquipélago, um sistema de obtenção de água com o uso de dessalinizadores e sistema de captação de energia solar através de placas fotovoltaicas. Como fatores climáticos foram analisados as questões de temperatura, que foi escolhido como opção à construção de beirais mais extensos e ventilação cruzada obtendo melhor circulação de ar no interior da Estação. Em junho de 2006, ocorreu o episódio com maior gravidade. O acontecimento de abalos sísmicos no Hemisfério Norte, com grandeza acima de 6 na escala Richter, provocou o surgimento de fortes ondas a cerca de 140 Km do ASPSP (SANTOS, 2014). A equipe adotou o uso de uma estrutura em monobloco na edificação principal com um sistema de amortecimento interligando a fundação à estrutura da casa, uma maneira de diminuir o impacto dos tremores. No ambiente onde a estação foi edificada ocorrem constantes alagamentos em virtude da incidência de fortes ondas e dos períodos de ressaca do mar, portanto o equipe de elaboração decidiu por elevar ainda mais o nível da casa, o que dificultou a entrada de água em seu interior, como também contribuiu para seu conforto térmico. Levando em consideração todos os pontos de interferência do meio ambiente e após os estudos realizados, a estação também precisou ser relocada. Os estudos através de simulações computadorizadas permitiram a visualização e escolha do melhor local. O layout foi projetado pensando-se no conforto e funcionalidade da estação, sendo distribuídos de forma a tornar mais ventilado e arejado o interior, janelas, ambientes e móveis bem locados que assim favorecessem através de ventilação

cruzada (GUMZ *et al.*, 2007). Suas fundações foram executadas de maneira a garantir a estabilidade da edificação e facilitar o transporte que foi realizado através de botes infláveis e também sobre o terreno rochoso da ilha. Para isso as fundações foram concebidas por discos de concreto pré-moldados transpassados por barras rosqueadas semelhante ao projeto da primeira ECASPSP e com manta asfáltica entre eles proporcionando melhor acomodação no contato entre os discos, porém desta vez identificou-se a necessidade de torná-las resistentes à incidência de fortes ondas que regularmente atingiam os blocos. Então as sapatas foram elevadas fazendo com que sua função passasse também a ser como de pilaretes o que levou os projetistas a tomarem cuidados adicionais, visto o perigo que estruturas mais esbelta tem a resistirem aos abalos sísmicos. O sistema construtivo foi pensado de maneira a ter fácil transporte, montagem e possível desmontagem caso necessite. Para tal, foi adotado o sistema de viga-laje em madeira, que se trata de peças de madeira unidas por barras rosqueadas formando uma estrutura em monobloco que foram antecipadamente produzidas e montadas na Base Naval de Natal de maneira que fossem realizados apenas mínimos ajustes de montagem no local definitivo. A madeira escolhida foi a Tamarindo por sua maior resistência a insetos, intempéries e demais agentes degradantes (GUMZ *et al.*, 2007). Um detalhe a ser observado foi a utilização de massa de calafetar, produto usado para vedar espaços entre as madeiras das embarcações, esse material foi utilizado entre o piso e a primeira peça de madeira utilizada no sentido horizontal como parede com o objetivo de tornar impossível entrada de água que escorresse sobre a superfície do piso externo. Em relação ao abastecimento de água, foi adotado um sistema de dessalinização da água do mar que demanda um alto consumo energético que é o obtido através do sistema de captação fotovoltaico. Foi tentado, desde a primeira estação a implantar um sistema de captação de água de chuva, no entanto descartado devido a grande incidência de guano que se acumula na cobertura também devido à concentração de aves no arquipélago. Ainda sim, a água utilizada nas descargas da ECASPSP é coletada do oceano, porém para consumo humano e banho é utilizada a água mineral trazida do continente. Todos os esgotos vindouros de banheiros, cozinhas e limpeza são lançados diretamente no mar. Todavia os resíduos produzidos por compostos químicos que são utilizados em manutenções de equipamentos são devidamente embalado e levados para o continente para devido tratamento junto com o lixo inorgânico. É importante observar que a quantidade de lixo orgânico gerado na estação é mínima em relação ao eventual impacto no mar do encontro, sendo, portanto desprezível o índice de poluição gerado. A produção de energia elétrica foi projetada para ser autossuficiente, portanto utilizou-se da tecnologia de captação da luz solar através de placas fotovoltaicas para obter a quantidade necessária para o consumo da edificação. A energia absorvida pelas placas fotovoltaicas é armazenada em baterias e chegam a durar dias sem a necessidade de recarga, dando segurança e tranquilidade caso haja problemas na absorção de energia. A manutenção do sistema se dá principalmente através da limpeza manual diária das placas para remoção de guano produzido pela população de aves do local. A cobertura da ECASPSP é feita com estrutura também em madeira com telhas ecológicas do tipo sanduíche que possui uma camada interna de isolamento térmico que contribui bastante para o equilíbrio e sensação térmica no seu interior. Em julho de 2017 embarcamos no Navio Patrulha Oceânico Araguari ao arquipélago para uma manutenção e podemos averiguar na prática todo o acervo do

material até então coletado. Lá acompanhamos diversos serviços de manutenção, tanto na edificação como nos equipamentos elétricos e eletrônicos. Também foi possível observar sua estrutura, conforto e durabilidade, constatada também sua firmeza em relação às batidas das ondas e seu conforto num período significativo. Depois de estudar o local, verificar na prática, as condições climáticas e analisar os projetos da edificação, concluímos que as técnicas utilizadas foram de fato convincentes, e os resultados foram satisfatórios. Com uma fundação suspensa elevando o piso a mais de um metro do chão, a casa consegue maior isolamento e segurança contra as inundações provocadas pelas ondas. A necessidade de manutenção da estação é diária, levando a uma constante preocupação com os equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos presentes. Os maiores exemplos disso são o dessalinizador e as placas fotovoltaicas que requerem uma maior atenção quanto à limpeza e manutenção. A estação é estável e não precisa de aquecedor nem ar condicionado, pois o ambiente é arejado e por ser uma edificação de madeira tem um forte isolamento térmico. A estação atende as necessidades dos quatro ocupantes permanentes no local, dando ótimas condições de habitação e sustentabilidade. **CONCLUSÃO:** Consideramos importante o conhecimento de novas técnicas e meios de construção na formação do aluno de engenharia civil. Esse trabalho vai mostrar ao formando que numa situação atípica os desafios vão ser grandes, porém as soluções podem vir de ideias simples, que é o caso da construção da ECASPSP. Tomando como público alvo os estudantes de engenharia, esse trabalho servirá para que os alunos de engenharia civil tenham conhecimento de uma nova prática construtiva. O conhecimento dessa experiência vai aguçar a curiosidade e abrir o "campo de visão" do aluno de engenharia, dando a ele uma nova perspectiva da dimensão da área de atuação, abrindo infinitas ideias, possibilidades e desafios.

REFERÊNCIAS

GUMZ, E. M. P.; ALVAREZ, C. E. de; CASAGRANDE, B. A Nova Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo: a interferência do ambiente desde a implantação ao projeto executivo. IV Encontro Nacional e II Encontro Latino americano sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis, 2007, **Anais do Evento**, Campo Grande – MS, 2007.

SANTOS, Hannah Samara Julião; **Estação Científica para o Arquipélago de São Pedro e São Paulo**. Natal: UFRN, 2014.

_____. **O Arquipélago de São Pedro e São Paulo: O Brasil no meio do Atlântico**. Brasília: SECIRM, 2015. Disponível em:
<https://www.marinha.mil.br/sites/www.marinha.mil.br.secirm/./arquipelagospsp.pdf>.
Acesso em: 10 maio 2018.

OS BENEFÍCIOS DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DIRETOR E DO CÓDIGO DE OBRAS EM TIBAU DO SUL/RN, BEM COMO PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO PARA ATUALIZAÇÃO DO TEXTO

AUTORES:

Mateus Tomaz Freitas Silva
Magno Davi Ferreira Aquino
Rivan Rodrigues da Silva
Jatniel Santos da Cunha
Priscila de Lima Marinho
Duilio Assunção Marçal de Araújo

RESUMO: O presente trabalho procura apresentar a importância de uma cidade possuir uma legislação voltada a sua política urbana que possa proporcionar benefícios para as áreas sociais, econômicas, culturais e de proteção ambiental. Na cidade de Tibau do Sul/RN o Plano Diretor, Código de Obras e Código de Meio Ambiente foram implementados à legislação municipal desde 2008 de forma conjunta. Apesar de na época já existir uma distribuição de imóveis foi possível promover uma adequação de momento, e evitar a longo prazo uma desordem de imóveis ainda mais prejudicial para os padrões urbanísticos de toda a região. Além de expor as vantagens da implantação este artigo procura promover propostas de criação de leis complementares para solução de problemáticas na área urbanística e de planejamento de tráfego.

Palavras-chave: Plano Diretor. Política Urbana. Implantação.

INTRODUÇÃO: A lei complementar nº 06 de 30 de dezembro de 2008 dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Tibau do Sul/RN, que atua como instrumento da política de desenvolvimento da cidade, e possui como legislações complementares o Código de Obras e Código Municipal de Meio Ambiente, leis municipais nº 382 e nº 383 ambas de 31 de dezembro de 2008, respectivamente. Sabe-se que do contexto histórico da cidade parte-se de uma idealização de vila de pescadores para um lugar com grande interferência da globalização, desta forma a implantação de legislações que promovessem o controle sobre o desenvolvimento urbano foram de vital importância. Segundo a Câmara Municipal a cidade passou por um processo de emancipação política em meados de 1963, dessa forma observa-se que até a data de criação das legislações citadas haviam se passado cerca de 45 anos de uma possível expansão urbanística desordenada que até hoje mostra seus impactos. Apenas em 2009 foi possível iniciar de fato um plano de controle e evitar uma desordem ainda maior do que havia ocorrido. No pleito 2014/-2015 foi realizado concurso público que foi capaz de proporcionar a constituição de um quadro de funcionários com qualificações técnicas específicas de engenharia civil, arquitetura, fiscais de meio ambiente e obras, que contribuiriam para uma implantação do plano diretor de maneira mais efetiva. Atualmente é possível considerar que a Secretaria de Obras, Meio Ambiente e Urbanismo apresenta comportamento bastante ativo no cenário municipal, promovendo notificações, autos de infração e devidos processos administrativos junto ao Ministério Público da Comarca. Apesar do extremo avanço observado é possível encontrar limitações específicas no Plano Diretor que foram identificadas através das demandas geradas com eventos e rotina de trabalho em

campo. Diante disso o presente trabalho apresenta propostas de alteração na legislação com o objetivo de alcançar mais eficiência do texto que regula tais ações.

METODOLOGIA: A metodologia do trabalho foi baseada no estudo da atual legislação que a Secretaria de Obras, Meio Ambiente e Urbanismo de Tibau do Sul utiliza em seu campo de trabalho, desta forma foram analisados limitantes que surgiram nas atividades diárias e demandas promovidas por eventos que geraram transtornos no tráfego de veículos, elaborando assim uma revisão de texto no Plano Diretor que atendesse a resolução ou mitigação de tais problemas. **RESULTADOS**

E DISCUSSÃO: Proposta de alteração referente ao Sistema viário de transporte. Ao analisar o capítulo V do Plano diretor que descreve o sistema viário de transporte identifica-se que o Art. 68 estabelece através de oito incisos, diretrizes que procuram garantir o direito de ir e vir disposto na Constituição Federal. No entanto, a realidade atual mostra que a cidade sofre de grandes transtornos no tráfego devido ao fato do trânsito não ser municipalizado, a Prefeitura esclarece que não tem autonomia sobre o trânsito local tendo em vista que a jurisdição é do estado, apesar de já existir a Lei Municipal nº 286, de 27 de fevereiro de 2003 que dispõe sobre prover recursos para custear a execução de programas de investimento e manutenção das ações de tráfego e trânsito. Alega-se que questões burocráticas não permitiram a efetivação do texto da lei, dessa forma visualizando os conflitos que ocorrem em épocas de festas e/ou eventos de grande porte é proposto que se adicione o inciso IX ao Art. 68 do Plano Diretor, que implementaria parte do texto que já trata da elaboração de projeto específico para usos que possam provocar impacto ao tráfego. Esse inciso irá tratar sobre a mobilização conjunta do setor Público e Privado para que de posse do projeto seja constituído um planejamento de fluxo do tráfego que reduza os impactos identificados. O texto passaria a vigorar com a seguinte descrição:

Art. 68. No que concerne ao sistema viário e de transporte, objetivando garantir o direito de ir e vir disposto na Constituição Federal ficam estabelecidas as seguintes diretrizes:

I – Definir a rede viária estrutural do Município, conforme mapa anexo com indicação das vias existentes e das vias previstas, as quais poderão ser objeto de alteração segundo estudos prévios de viabilidade;

II – Estabelecer o controle de velocidade nas vias principais;

III – Ampliar o sistema viário municipal com indicação de melhorias necessárias na estruturação viária existente com vistas a resolver os problemas dos corredores congestionados nos núcleos urbanos municipais;

IV – Definir áreas exclusivas para cada tipo de transporte, bem como locais próprios para estacionamento;

V – Elaborar projeto específico para usos que gerem impacto no tráfego;

VI – Criar locais apropriados para terminais rodoviários nos núcleos urbanos, ou onde se faça necessário;

VII – Definir rotas para transporte de cargas pesadas ou perigosas;

VIII – Criar mecanismos que permitam a livre circulação de pessoas em vias de intenso tráfego, podendo o poder público, restringir o acesso de veículos, se necessário;

IX – De posse do projeto específico no inciso V, os setores público e privado deverão estabelecer de forma conjunta planejamento do fluxo de tráfego que minimize os possíveis impactos, podendo para isso promover campanhas de conscientização e controle de obediência a sinalização proposta.

Proposta de alteração referente a criação de ruas: Outra intervenção que é proposta ao Plano Diretor nesse trabalho está no tocante a criação de novas ruas, o que vem ocorrendo é que pelo fato de não existir legislação pertinente a criação de ruas o contribuinte que realiza o desmembramento de um lote procura a Câmara Municipal e a rua acaba por ter a possibilidade de ser aprovada e não seguir as dimensões mínimas exigidas, por não ocorrer uma análise técnica durante o procedimento. As dimensões citadas estão dispostas na Lei complementar nº 008 de 24 de outubro de 2014 que pode ser consultada no site da Câmara Municipal de Tibau do Sul/RN. Um exemplo prático do que foi citado é observado em uma publicação de 06 de agosto de 2018 quando foi publicado no site da Federação dos Municípios do RN - FEMURN, a lei ordinária municipal número 612 da referida data, e de código identificador (ODCB61F1), que dispõe sobre a denominação da *Rua Rael Felismino da Silva*. É possível identificar que a rua foi denominada, e na descrição cita-se que possui 5m (cinco metros) de largura em toda sua extensão, sem distinção da caixa carroçável ou mesmo calçada deixando claro que o texto da publicação não foi revisado por um servidor da área competente, e que muito menos tenha sido realizada vistoria técnica no objeto da publicação. Mediante as situações citadas é proposto alteração no Art. 121 que é localizado no capítulo III, que trata do parcelamento. Ao texto já existente pretende-se adicionar um parágrafo único que irá propor uma subordinação da aprovação de novas ruas a uma análise técnica que promoverá o cumprimento das dimensões mínimas. O texto passaria a vigorar da seguinte forma:

Art. 121. Os parcelamentos não poderão, salvo se de iniciativa do poder público municipal, implicar em desapropriações ou recuos adicionais em relação aos imóveis próximos.

Parágrafo Único. Para criação de novas ruas, sejam faixas de rolamentos resultantes de parcelamento ou não, deverá ser requisitada vistoria técnica para análise do que está disposto sobre as dimensões mínimas a serem seguidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Na conclusão deste trabalho é possível evidenciar o quão fundamental o Plano Diretor e suas leis complementares se mostraram para a cidade de Tibau do Sul/RN, seja norteando o controle da expansão urbanística desenfreada, ou exercendo diretrizes sobre o uso do solo, e o próprio fluxo do tráfego municipal. Dentre outros objetivos também foi mostrado a necessidade de o texto legislativo sempre receber acompanhamento para atualização, evitando assim que possíveis erros causem prejuízos ao bem público ou mesmo aos contribuintes. Todavia todo o estudo realizado conseguiu resultar em bastante aprendizado e pretende contribuir para o desenvolvimento da cidade, uma vez que é dever de toda a sociedade procurar promover medidas que proporcionem qualidade de vida para todos de maneira geral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Complementar nº 006, de 30 de dezembro de 2008.** Plano Diretor de Tibau do Sul. Disponível em: <http://www.tibaudosul.rn.leg.br/leis/leis-complementares/lei-complementar-no-006-de-30-de-dezembro-de-2008/view>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. **Lei nº 286, de 27 de fevereiro de 2003.** Fundo Municipal de Transportes e Trânsito. Disponível em: <http://www.tibaudosul.rn.leg.br/leis/lei-ordinaria-municipal/lei-no-286-de-27-de-fevereiro-de-2003/view>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. **Lei Municipal nº 382, de 31 de dezembro de 2008.** Código de Obras. Disponível em: <http://www.tibaudosul.rn.leg.br/leis/lei-ordinaria-municipal/lei-municipal-no-382-de-31-de-dezembro-de-2008/view>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. **Lei Municipal nº 383, de 31 de dezembro de 2008.** Código de Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.tibaudosul.rn.leg.br/leis/lei-ordinaria-municipal/lei-municipal-no-383-de-31-de-dezembro-de-2008/view>. Acesso em: 12 out. 2018.

TRÂNSITO DA REGIÃO DE PIPA ESTÁ SOB JURISDIÇÃO DO ESTADO.

Disponível em: <http://agorarn.com.br/agorapipa/desordenado-transito-da-regiao-de-pipa-ainda-esta-sob-jurisdicao-do-estado/>. Acesso em: 12 out. 2018.

ESTUDO DE CASO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE TIBAU DO SUL/RN

AUTORES:

Mateus Tomaz Freitas Silva
Magno Davi Ferreira Aquino
Rivan Rodrigues da Silva
Priscila de Lima Marinho
Jatniel Santos da Cunha
Hugo Mozer Barros Eustaquio

RESUMO: O presente trabalho descreve o estudo de caso sobre o desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB de Tibau do Sul/RN. O plano tem como objetivo abranger a realidade da infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e dos resíduos sólidos do município, somada à percepção da população sobre as condições e qualidade de prestação desses serviços. Desta forma o artigo propõe apresentar o processo realizado para elaboração do PMSB, bem como diretrizes utilizadas para o mapeamento do município em virtude das características buscadas.

Palavras-chave: Saneamento. Infraestrutura. Abastecimento.

INTRODUÇÃO: Segundo o Plano Plurianual de Governo (PPA 2016-2019), é de competência do Ministério da Saúde apoiar estados e municípios na implementação de medidas estruturais em áreas rurais e comunidades tradicionais, que assegurem a ampliação do acesso, a qualidade e a sustentabilidade das ações e serviços públicos de saneamento básico. Desta maneira o Ministério da Saúde delega essas atribuições à Fundação Nacional de Saúde (Funasa). No desenvolvimento do PMSB a cidade de Tibau do Sul conta com uma equipe formada por um comitê de coordenação e outro executivo, ambos compostos por pessoas que ocupam cargos públicos, representando a parte governamental, assim como voluntários que representam a parte da organização da sociedade civil. Recebe-se apoio de uma equipe técnica da UFRN, que apresenta na sua composição geólogos, geógrafos, administradores, advogados, engenheiros ambientais e engenheiros civis. O comitê executivo municipal do PMSB realiza as atividades práticas de coleta de informações, desde registros fotográficos a coordenadas de pontos de referência, e alimentação de planilhas técnicas. Através de assembleias a equipe técnica avalia o andamento do trabalho ressaltando os pontos que devem ser melhorados ou implementados ao documento. Uma adversidade encontrada é que nem todos os membros apresentam comportamento atuante o que acaba atrasando o desdobramento dos trabalhos, por isso por meio de portarias novas pessoas são integradas a equipe sempre que necessário. **METODOLOGIA:** A metodologia de pesquisa consiste na análise da elaboração do PMSB, identificando os benefícios que a implantação do mesmo pode proporcionar a cidade, promovendo um mapeamento de pontos característicos na esfera do saneamento básico e gestão de recursos hídricos. **REVISÃO DA LITERATURA:** A sociedade contemporânea hoje em dia consegue visualizar a extrema necessidade do saneamento básico tendo em vista os enormes benefícios que são adquiridos. Em 1990 nos países em

desenvolvimento cerca de 1,232 bilhões de pessoas não contavam com serviço comunitário de abastecimento de água (Gleick,1993). A implantação de sistemas de abastecimento de água, constataram que houve reduções de até 78% na prevalência das doenças associadas a água contaminada, nas populações observadas (Martins 1995, 2000). Pode-se estabelecer que a qualidade de vida está ligada de forma diretamente proporcional ao percentual de quão saneada é a região onde se reside. A situação do abastecimento de água no Brasil, se considerados os números globais de população atendida, pode ser considerado como razoavelmente bom (ABES, 2003). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No desenvolvimento do PMSB avalia-se a situação do município no tocante a caracterização de aspectos de saúde, físicos, educacionais, sociais, econômicos, demográficos e no diagnóstico relativo aos sistemas de saneamento básico. No que diz respeito aos aspectos sociais é possível observar que nas últimas décadas a cidade passou por um processo de urbanização, saindo de 61,28% de pessoas residindo em áreas urbanas em 1991 para 65,45% em 2010, dados que são confirmados pelo IBGE. De acordo com os dados do censo demográfico do IBGE é interpretado que o ritmo de crescimento da população do município aumentou nos últimos anos, saindo de 2,95% no período de 1991 – 2000, chegando a 3,92% ao ano entre 2000 e 2010. Realizando uma abordagem mais técnica relativa ao diagnóstico dos sistemas de saneamento básico é possível visualizar que a equipe do PMSB conseguiu estabelecer um levantamento de dados que promove uma referência para identificação de áreas do município onde se localizam situações mais críticas no contexto da deficiência do sistema de esgotamento sanitário, com isso foram desenvolvidos gráficos que dividem regiões por proporção de domicílios com banheiro e fossa séptica. Essa referência é de extrema importância pois através dela é possível constituir um planejamento de manejo que possa mitigar os problemas de ausência de recursos do âmbito sanitário. Na elaboração do Plano Municipal de Saneamento, além da observância obrigatória de toda a legislação federal e estadual pertinente, deve-se obediência as normas estabelecidas nas legislações municipais que asseguram a população o direito ao saneamento básico, que são: Lei Orgânica, Código de Meio Ambiente, Código de Obras e Plano Diretor. Segundo a equipe do PMSB a comunidade da Praia de Pipa e a sede do município possuem uma prestadora de serviço em relação ao abastecimento de água e esgotamento sanitário que é a CAERN, nas demais comunidades todos os serviços são de responsabilidade da prefeitura, tendo as secretarias de Obras, Meio Ambiente e Urbanismo e a de Transportes e Serviços Urbanos como responsáveis pela assistência. A distribuição de águas nas comunidades se dá através de poços artesianos operados pelo próprio município. Eles são distribuídos nas comunidades de Sibaúma, Pernambuco, Cabeceiras, Munim, Manimbu, Bela Vista, Piau e Umari. A equipe do PMSB coletou as coordenadas de localização desses poços, e através do software Google Earth foi possível produzir um mapeamento próprio que será anexado ao documento, também foi possível desenvolver um levantamento que facilita a identificação estatística da demanda e situação de abastecimento.

- UNIDADES RURAIS DE PLANEJAMENTO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (2017)

BELA VISTA – 2600 HABITANTES

CABECEIRAS – 2048 HAB.

MANIMBU – 844 HAB.

MUNIN – 234 HAB.

PERNAMBUCQUINHO – 360 HAB.

PIAU – 1056 HAB.

SIBAÚMA - 985 HAB.

UMARI – 1812 HAB.

Segundo a CAERN em 2016 a quantidade da população atendida com abastecimento de água era de 7.616 habitantes o que podemos dizer que representa cerca de 56 % de toda a população tibauense do sul, e a quantidade da população atendida com esgotamento sanitário era de 3.737 habitantes, cerca de 27 % do total. A qualidade da água é monitorada pela Secretaria de Saúde através do programa Vigiágua, que segundo a secretaria ocorre monitoramento mensalmente e semestralmente, salvo se solicitado pela regional em períodos menores. Ainda de acordo com a CAERN tanto em Tibau do Sul como Pipa não existe uma setorização de abastecimento de água, dessa forma há uma distribuição descentralizada de dispositivos para controle do fluxo, chamados de pontos de manobra. Eles funcionam como instrumentos de auxílio e são distribuídos, sendo 3 em Tibau, e 7 em Pipa. A coleta das coordenadas também auxiliou no fornecimento da localização desses pontos através do Google Earth. O tratamento do sistema de esgotamento sanitário da cidade acontece nas lagoas de estabilização, que estão localizadas próximo a comunidade de pipa. A CAERN afirma que na metodologia do tratamento ele é composto por tratamento preliminar que consiste em limpeza da caixa de areia com retirada dos resíduos sólidos e gradeamento. Após esse processo passa ao tratamento secundário que consiste em 03 lagoas facultativas, de 5,5 m a 6 m de profundidade, onde ocorre a evaporação solar e a proliferação de bactérias anaerobicamente. Segue após esse processo para as 06 lagoas de maturação (compondo um esquema de 01 lagoa facultativa para 02 lagoas de maturação), onde o tratamento é feito apenas por meio de bactérias aeróbicas e no final do processo segue para a lagoa de infiltração. **CONCLUSÃO:** A análise realizada do desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Básico permitiu a visualização do quão importante é que a cidade possua um mapeamento de referência para nortear os sistemas que atuam na implementação do saneamento e na gestão dos recursos hídricos. A elaboração desse documento além de proporcionar uma quantificação dos déficits municipais consegue promover uma melhor eficiência em ações que buscam melhorar a qualidade de vida da população. Diante disso este trabalho evidenciou pontos que demonstram como o PMSB se torna uma diretriz fundamental para solução de problemas e produção de margens estatísticas da cidade, objetivando que independente da classe econômica, cultura ou meio que seja, a população tenha os serviços prestados com eficácia.

REFERÊNCIAS

AÇÕES DE SANEAMENTO RURAL - FUNASA. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/web/guest/acoes-de-saneamento-rural-funasa>. Acesso em: 15 out. 2018.

AÇÕES ESTRATÉGICAS EM SAÚDE AMBIENTAL. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/web/guest/acoes-estrategicas-em-saude-ambiental>. Acesso em: 15 out. 2018.

TISUTIYA, Milton Tomoyuki. **Abastecimento de água.** São Paulo. Departamento de engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2006. XIII – 643 p. 3.ed.

BRASIL. **Lei Complementar nº 006, de 30 de dezembro de 2008.** Plano Diretor de Tibau do Sul. Disponível em: <http://www.tibaudosul.rn.leg.br/leis/leis-complementares/lei-complementar-no-006-de-30-de-dezembro-de-2008/view>. Acesso em: 15 out. 2018.

COMPARATIVO DA RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO E ABSORÇÃO DE ÁGUA DE TIJOLOS ECOLÓGICOS E BLOCOS CERÂMICOS

AUTORES:

Mateus Tomaz Freitas Silva
Magno Davi Ferreira Aquino
Rivan Rodrigues da Silva
Priscila de Lima Marinho
Jatniel Santos da Cunha
Hugo Mozer Barros Eustaquio

RESUMO: Considerando o apelo do setor da construção civil por materiais mais sustentáveis e com melhor desempenho e eficiência o tijolo ecológico surge como alternativa para alvenaria de vedação em relação ao bloco cerâmico. O presente trabalho comparou os dois blocos a luz de outras pesquisas buscando conhecer melhor suas características, e realizou com base nas normas atualizadas os ensaios de resistência a compressão e absorção de água. Os resultados dos ensaios demonstraram ótimo desempenho do bloco de solo-cimento frente ao bloco cerâmico.

Palavras-chave: Tijolo Ecológico. Desempenho. Solo-cimento.

INTRODUÇÃO: Sabe-se que o setor da construção civil busca alternativas aos métodos construtivos tradicionais. Problemas como crise habitacional, grande geração de resíduos, a insuficiência energética, a poluição atmosférica e degradação ambiental de florestas, água e solo, preocupam não só os ambientalistas, mas autoridades políticas e geram demandas urgentes para os especialistas e pesquisadores. Cada vez mais, torna-se necessário o desenvolvimento de sistemas construtivos mais eficientes e materiais mais sustentáveis. O solo-cimento é um material composto de solo, água e cimento e outros aditivos e vem sendo utilizados em habitações no Brasil desde 1948, e passou a ser difundido como alternativa para baratear construções no Brasil (PRESA, 2011). Essa mistura é submetida a compactação num teor de umidade ótimo para obtenção de máxima densidade, de modo a formar um material estruturalmente resistente e durável, utilizado na forma de tijolos, blocos e paredes monolíticas (ALBUQUERQUE, 2008). O tijolo ecológico ou tijolo modular solo-cimento produzido por meio de prensa manual tem um processo produtivo simples: preparação da matéria prima, mistura, prensagem e cura. O resultado é um bloco com alto grau de padronização e qualidade, e elevada resistência. A cura é realizada sem a queima de biomassa, pode-se empregar resíduos da construção civil como matéria prima para produção. O sistema construtivo promete ser mais econômico e de mais rápida execução. Enquanto a fabricação de blocos cerâmicos requer grande quantidade de energia, além de implicar em mudança de padrão do uso do solo, dos recursos hídricos e alterações da cobertura vegetal e na composição atmosférica. Um estudo de viabilidade econômica comparou os custos de produção

do tijolo ecológico e do bloco cerâmico e demonstrou que uso do primeiro representa uma economia de 20,4 % do custo e 23,1 % e de tempo (PINHEIRO E FONTES, 2016). O estudo ainda aponta que a economia do custo final pode chegar até 50% do preço de uma parede comparado a uma alvenaria tradicional. A eficácia da estabilização estrutural dos tijolos prensados de terra crua, com ou sem aditivos, é avaliada, comumente, por meio de testes físico mecânicos destrutivos como: ensaios de resistência à compressão simples, capacidade de absorção de água (ALBUQUERQUE, 2008). O presente estudo avança sobre o comparativo do tijolo ecológico solo-cimento e do bloco cerâmico, ao passo que, se utiliza das Normas Brasileiras - NBR que padronizam esses ensaios para realizar os testes com os dois materiais e discutir os resultados e sua importância. **METODOLOGIA:** Inicialmente, no dia 13 de fevereiro de 2018, realizou-se uma visita técnica a uma obra unifamiliar de tijolo ecológico no município de Tibau do Sul. O próprio proprietário que produz os tijolos repassou várias informações sobre o processo produtivo e o sistema construtivo. Entre as quais que os tijolos são produzidos com um traço com as proporções 2:1:8 (cimento, cal e solo). O cimento utilizado foi o CP II-Z que segundo a Associação Brasileira de Cimento Portland - ABCP é o cimento Portland composto com adição de material pozolânico e carbonático que lhe confere menor permeabilidade. O Solo utilizado apresentava uma 70% de areia. Os tijolos ecológicos utilizados nos ensaios foram cedidos pelo proprietário da obra visitada com medidas (12,5 x 25 x 6,5). Já os blocos cerâmicos utilizados foram de segunda categoria e oito furos de um lote doado ao laboratório do Centro Universitário Facex, onde também foram realizados os ensaios. Ambos os blocos estudados são utilizados em alvenaria de vedação, sem fim estrutural. A segunda parte, foi uma pesquisa bibliográfica onde reunimos dados que nos permitiram conhecer e comparar os dois blocos, no que diz respeito a questões ambientais, sociais e econômica, e principalmente as normas que padronizam os ensaios, que nos possibilitaram comparar as características mecânicas, a saber, resistências a compressão simples e Absorção de água. As normas Brasileiras da ABNT* para ensaios de Caracterização Mecânica de blocos de solo-cimento e cerâmicos utilizadas foram:

- **BLOCOS DE SOLO-CIMENTO**

NBR10834

Bloco vazado de solo-cimento sem função estrutural/1994

NBR10835

Bloco vazado de solo-cimento sem função estrutural – Forma e dimensões – Padronização/1994

NBR10836

Bloco vazado de solo-cimento sem função estrutural – Determinação da resistência à compressão e da absorção de água – Método de ensaio/2013

- **BLOCO CERÂMICO**

NBR15270-1

Blocos cerâmicos para alvenaria de vedação – Terminologia e requisitos/2005

NBR15270-3

Blocos cerâmicos para alvenaria estrutural e de vedação – Métodos de ensaio/2005

NOTA: * Associação Brasileira de Normas Técnicas

Por último, seguindo o conteúdo das normas foram realizados os ensaios no laboratório de materiais do Centro Universitário Facex. **ABSORÇÃO DE ÁGUA:** A absorção de água é uma importante característica dos blocos utilizados em alvenaria de vedação. Pois, o teor de umidade implicará diretamente na impermeabilização da alvenaria, na relação com outros materiais, principalmente aglomerantes hidráulicos e na durabilidade da construção (...). O solo quando misturado com cimento deve possuir uma umidade ideal para que se obtenha maior densificação possível no momento da compactação, já que a capacidade de prensagem está diretamente relacionada com a umidade da massa que será compactada. A NBR10836 ABNT (2013) para tijolo ecológico e a NBR 15270-3 ABNT (2005) para o bloco cerâmico apresentam o mesmo procedimento para determinação da absorção de água:

- Secar os corpos de prova em estufa, entre 105 °C a 110 °C, por 24h, para obter-se a massa seca (m_1);
- Imergir os corpos de prova em um tanque durante 24h, para obter a massa saturada (m_2).
- Os instrumentos utilizados no ensaio: balança de precisão, o tanque de imersão, flanela

Os valores individuais de absorção de água, em porcentagem, a relação entre o peso seco da amostra, e o peso saturado da mesma, de modo a apontar a quantidade de água que a amostra absorve em sua pior condição.

$$A = \frac{(m_2 - m_1)}{m_1} \text{ (equação 1)}$$

A absorção média foi obtida por meio da média aritmética dos valores individuais. Conforme a NBR10834, deve estar entre 2% e 20%, individualmente menores que 22%. Já no caso do bloco cerâmico varia entre 8% a 22%, de acordo com a NBR 152170-1 ABNT (2005). Abaixo ou acima desses limites, a utilização para determinados fins; pode ser comprometida; uma absorção de água muito baixa pode comprometer a aderência da argamassa, enquanto a absorção muito alta pode reduzir a resistência do bloco. **RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO SIMPLES:** A NBR 10836 (2013) descreve os procedimentos que devem ser seguidos para a determinação da resistência a compressão dos blocos de solo-cimento vazados. O ensaio de resistência a compressão simples tem grande relevância pois determina a tensão máxima de ruptura do bloco. No caso do bloco de solo-cimento a NBR10836 ABNT (2013) dita o procedimento para ensaio:

- Regularização das faces de trabalho por meio de retífica ou pasta de cimento Portland;
- Identificação e imersão dos corpos-de-prova na água, por no mínimo 6 horas;

- Determinar das faces de trabalho com precisão de 1mm, sem desconto o desconto das áreas de furos ou reentrâncias;
- A aplicação uniforme de carga uniforme na razão de (50 kgf/s).

Para os blocos cerâmicos a NBR15270-3 ABNT (2005) apresenta procedimento muito semelhantes, com exceção do incremento de carga que é de $(0,05 \pm 0,01)$ Mpa/s. Os valores nominais de resistência a compressão, em décimo de unidade, expressos em megapascals (Mpa), são obtidos dividindo-se a carga máxima observada durante o ensaio, em newtons (N), pela área da face de trabalho, em milímetros quadrados (mm²):

$$f_t = \frac{F}{S} \text{ (equação 2)}$$

A resistência a compressão média é obtida por meio da média aritmética dos valores individuais. De acordo com NBR 10834 ABNT (2013) nenhum resultado individual apresentado pode ser menor que 1,7 Mpa, e média de todos os resultados individuais não devem ser menores que 2,0 Mpa. No caso do bloco cerâmico a NBR 15270-1 ABNT (2005) prever que a resistência a compressão seja igual ou superior a 1,5 Mpa. **REVISÃO DA LITERATURA:** A primeira tentativa de utilização do solo-cimento como material de construção civil aconteceu na cidade de Sarasota, Flórida (EUA), na pavimentação de uma rua, em 1915. O material utilizado foi uma mistura de areia de praia, conchas e cimento Portland. O resultado não se mostrou satisfatório (PITTA,1995). Entretanto de acordo com Ferreira (2003) essa tentativa não obteve sucesso, pois uma das razões para isso foi o uso de solos de baixa qualidade. Ainda, segundo Segantini; Alcântara (2010) a utilização do solo-cimento no Brasil se deu a partir de 1936, tendo início após a Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP) regulamentar o seu uso. Alguns exemplos de suas primeiras aplicações são os seguintes: Pavimentação de um aeroporto em Petrolina, 1941; uma casa de bombas de 42m², em 1945, que foi a primeira edificação a usar este material no Brasil; Casas utilizando a técnica das paredes monolíticas, no Vale Florido, em Petrópolis, em 1950. Um fato que foi muito importante para a maior aceitação do solo-cimento como material de construção foi a construção do Hospital Adriano Jorge, do Serviço Nacional de Tuberculose, em Manaus, que conta com 10800m² de área, e ainda apresenta bom estado de conservação e está em uso (Lima,2006). **RESULTADOS:** Os resultados dos ensaios de absorção de água seguindo metodologia já especificada, encontram-se nos tópicos 4.1 e 4.2. A absorção para ambos os blocos estiveram dentro dos limites pré-estabelecidos na norma. O valor médio para o bloco cerâmico é de 9,57% e para o bloco de solo-cimento 10,50 %.

4.1 ABSORÇÃO DE ÁGUA DO BLOCO CERÂMICO

- MASSA SECA

CPI – 2564,7 g

CPII – 2569,7 g

CPIII – 2370,1 g

- MASSA SATURADA

CPI – 2801,6 g

CPII – 2813,8 g

CPIII – 2606,3 g

- UMIDADE

CPI – 9,24 %

CPII – 9,5 %

CPIII – 9,97 %

ABSORÇÃO DE ÁGUA DO BLOCO DE SOLO-CIMENTO

- MASSA SECA

CPI – 3162,7 g

CPII – 3206,9 g

CPIII – 3123,5 g

- MASSA SATURADA

CPI – 3493,4 g

CPII – 3530,4 g

CPIII – 3465,5 g

- UMIDADE

CPI – 10,46 %

CPII – 10,09 %

CPIII – 10,95 %

Para o ensaio de resistência a compressão simples os resultados estão nos tópicos 4.3 e 4.4. O valor médio para o bloco cerâmico foi de 0,73 Mpa e para o bloco de solo-cimento 2,13 Mpa. O bloco cerâmico não atendeu o limite de 1,5 Mpa previsto na média, obteve uma resistência 48,51 % do desejado. Já o bloco de solo-cimento atendeu os limites prescrito na NBR10834 tanto na média e como individualmente.

RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO SIMPLES DO BLOCO CERÂMICO

- ÁREA

CPI – 175,63 cm²

CPII – 174,8 cm²

CPIII – 171 cm²

- CARGA

CPI – 1450 kgf

CPII – 1340 kgf

CPIII – 1010 kgf

- TENSÃO

CPI – 0,83 Mpa

CPII – 0,77 Mpa

CPIII – 0,59 Mpa

RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO SIMPLES DO TIJOLO ECOLÓGICO

- ÁREA

CPI – 152,52 cm²

CPII – 150,06 cm²

CPIII – 153,75 cm²

- CARGA

CPI – 2660 kgf

CPII – 2600 kgf

CPIII – 4510 kgf

- TENSÃO

CPI – 1,74 Mpa

CPII – 1,73 Mpa

CPIII – 2,93 Mpa

CONCLUSÃO: Os resultados dos ensaios demonstraram ótimo desempenho do bloco de solo-cimento frente ao bloco cerâmico. O bloco de solo-cimento além das vantagens ambientais, de custo e eficiência do sistema construtivo, demonstrou que mesmo produzido de forma artesanal com prensa manual conseguiu atender as especificações da NBR10834, de absorção de água e resistência a compressão simples. Já o bloco cerâmico apesar de obter menores porcentagem de absorção do que o tijolo ecológico, obteve resultados de resistência a compressão bem abaixo do previsto em norma e 34% do valor do bloco de solo-cimento. Apesar de ainda existir no mercado certa resistência a empregabilidade do bloco solo-cimento espera-se que a necessidade da utilização de meios cada vez mais sustentáveis unidos as características que o bloco pode alcançar possam proporcionar a sua disseminação no mercado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L. C. **Resistência a Compressão de Tijolos Solo-Cimento Fabricados com Montículo do Cupim**. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-70542008000200032.. Acesso em: 17 out. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10834** - Bloco vazado de solo-cimento sem função estrutural. Especificação. Rio de Janeiro, 1994. 3p.
_____. **NBR 10835**: Bloco vazado de solo-cimento sem função estrutural, forma e dimensões. Padronização. Rio de Janeiro, 1994. 2p.

_____. **NBR 10836**: Bloco vazado de solo-cimento sem função estrutural – Determinação da resistência à compressão e da absorção de água. Método de ensaio. Rio de Janeiro, 2013. 8p.

_____. **NBR 15270-1**: Blocos cerâmicos para alvenaria de vedação — Terminologia e requisitos. Rio de Janeiro, 2005. 15p.

_____. **NBR 15270-3**: Blocos cerâmicos para alvenaria estrutural e de vedação- Métodos de ensaio. Rio de Janeiro, 2005. 15p.

PRESA, M.B. **Resistência à Compressão e Absorção de Água em Tijolos de Solo Cimento**. BRASILIA, 2011, 41p. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1798/1/2011_MarcelloBastosPresa.pdf. Acesso em: 17 out. 2018.

SANTANA, J.S.; CARVALHO, A.X; FARIA, A. G. **Tijolo Ecológico Versus Tijolo Comum**: Benefícios Ambientais e economia de energia durante o processo de Queima. 2013. Disponível em: <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2013/II-005.pdf>. Acesso em: 17 out. 2018.

ANÁLISE DA COMPACTAÇÃO DO SOLO DE UMA FUNDAÇÃO DO TIPO RADIER

AUTORES:

Rayxa Santos da Silva
Geciliane Matias Freire
Thiago de Souza Louzada

RESUMO: Sabe-se que a compactação é uma característica inerente ao solo e varia de acordo com o tipo do solo. O presente artigo visa analisar através dos ensaios de frasco de areia e proctor normal o grau de compactação do solo utilizado como aterro reforçado com geossintético para uma fundação do tipo radier.

Palavras-chave: Grau de compactação do solo. Aterro reforçado com geossintético. Radier reforçado.

INTRODUÇÃO: É de fundamental importância na engenharia civil à busca por novos materiais e novas técnicas construtivas, que forneçam maior facilidade e agilidade na execução, assim como, a redução de custos de uma obra. O presente artigo visa analisar o grau de compactação de um solo reforçado com geossintético utilizado na construção de uma fundação por radier executado na cidade de Parnamirim, Rio Grande do Norte. A NBR 6122:1996 - Projeto e execução de fundações - define radier como “Elemento de fundação superficial que abrange todos os pilares da obra ou carregamentos distribuídos”. Portanto pode-se afirmar que essa fundação é utilizada com o intuito de absorver de forma uniforme os carregamentos da edificação de forma a trabalhar como uma laje em concreto armado sobre o solo em questão. Entre suas vantagens citam-se distribuição de forma uniforme das cargas que atuam sobre sua superfície, reduzindo a possibilidade de recalques diferenciais que são as principais causas de trincas e fissuras em paredes da edificação. O radier possibilita também uma redução da tensão que é aplicada sobre o solo, pois a carga é distribuída em uma grande área. Esse tipo de fundação contribui para a diminuição do tempo de execução em comparação com os outros tipos de fundações, possibilitando ainda uma obra mais limpa em que a própria fundação serve de contra piso ou piso da edificação. A escolha do tipo de fundação pelo proprietário da obra e orientador desse projeto se deu devido aos seguintes condicionantes: *Nível do lote*, o lote onde será edificada a residência de dois pavimentos se encontra em uma área próxima a um rio, um local baixo e passível de alagamentos. Pensando nisso resolveu-se que a casa deveria ficar a uma altura de um metro do nível da rua; *Tipo de solo e nível do lençol freático*, o solo encontrado no local é um solo predominantemente arenoso, tendo apenas uma camada superficial (capa) de solo orgânico. O nível freático foi um ponto importante na decisão do método construtivo, pois se apresenta há cerca de setenta centímetros da superfície, o que dificulta a utilização de sapata e ainda acarreta em perda de resistência do solo; e *Economia*, buscar o método eficiente e de menor custo possível. Levando-se em conta esses fatores restou selecionar as soluções possíveis para o caso, que foram: 1) Utilizar estacas cravadas (pré-moldadas),

aterrear o local e executar blocos de coroamento e vigas baldrames; 2) Utilizar sapatas corridas com embutimento inferior a setenta centímetros abaixo de todas as paredes da casa e posterior aterramento até a cota em que seria feito o contra piso; 3) Construir uma contenção ao redor da área ocupada pela residência na altura desejada, aterrar e compactar o solo no interior da contenção e posteriormente na parte interna da contenção, apenas sobre o solo compactado, executar um radier. A solução adotada foi do radier sobre solo compactado e reforçado com geotêxtil. A adoção do geotêxtil teve duas finalidades, a primeira foi de acrescentar mais resistência a cisalhamento ao solo, método esse que vem sendo bastante utilizado na construção de muros de contenção. A segunda foi de fazer uma proteção contra a fuga de partículas do solo de dentro da contenção, já que, parte da contenção fica acima do nível do solo. O presente trabalho visa dar maior ênfase ao processo de compactação, que é de suma importância para o sucesso da obra. A compactação do solo é o processo cujo objetivo é reduzir o volume de vazios existentes entre as partículas, como também aumentar sua resistência, tornando-o mais estável, menos permeável e mais coeso. Dessa forma, a compactação visa alterar as características do solo a partir de uma maior densificação do mesmo concomitantemente a uma diminuição da sua permeabilidade. Quando se realiza a compactação de um maciço de solo é importante que se consiga ter uma ideia de quanto compacto se encontra esse solo. Esse tipo de ensaio é muito comum em obras de pavimentação. Utiliza-se para isso o grau de compactação, que é o parâmetro que expressa de forma resumida o quanto compacto o solo em campo se encontra comparando-o com a compactação máxima obtida em laboratório. Determina-se o grau de compactação pela relação entre o valor de peso específico seco encontrado em campo e o resultado do peso específico seco máximo obtido em laboratório (CAPUTO, 1988). Geralmente os resultados são fornecidos em porcentagens. A realização desse ensaio de grau de compactação tem por finalidade atestar se a compactação realizada em campo foi adequada para posterior execução da fundação do empreendimento. Para determinação do grau de compactação do solo foram realizados os ensaios de frasco de areia (em campo) e o ensaio de proctor normal (no laboratório). **METODOLOGIA:** O estudo realizado tem como base teórica a *NBR 7182/16 - Ensaio de compactação* e a *NBR 7185/86 – Determinação da massa específica aparente “in situ”, com o emprego do frasco de areia*. Tivemos como orientador o professor Thiago de Souza Louzada, da presente universidade. A realização dos ensaios de frasco de areia (*in situ*) e de proctor normal (em laboratório), torna possível a obtenção do grau de compactação do aterro. O aterro tem uma área de 100 m² e profundidade de 1 metro sendo feita a compactação em duas camadas utilizando-se o compactador à percussão popularmente conhecido por sapinho no terreno situado na Rua Luiz Xavier dos Santos, Bairro cotovelo, Parnamirim. Para determinar o grau de compactação desse aterro foi realizado no dia 23 de agosto o ensaio de frasco de areia em campo e a coleta de amostra para análises em laboratório. Ensaio de frasco de areia: Para se calcular o grau de compactação, primeiramente devemos conhecer os parâmetros que o definem, ou seja, o peso específico aparente seco em campo e em laboratório. Para o ensaio de campo, foram utilizados os seguintes aparelhos: frasco de plástico transparente com funil metálico com registro, bandeja quadrada metálica, nível de bolha, pá de mão, talhadeira de aço, sacola de plástico rígido para acondicionar a amostra sem perda de umidade, areia lavada e seca, com massa específica conhecida, balança e

aparelho Speedy test. Pesou-se o conjunto frasco e areia, posteriormente foi realizada a escavação de um furo de 10 centímetros de diâmetro no solo compactado, no qual, dez gramas do solo retirado direcionado para determinar o teor de umidade pelo método Speedy teste, que consistiu em duas esferas de aço e uma ampola de carbureto, que se adicionar com 10 g do solo retirado da fundação em análise, no recipiente, agitado para que a esferas de aço se choquem com a ampola de vidro, quebrando-a e liberando o carbureto (Cac2), assim reagindo com a água existente no solo, gerando pressão analisada no monômetro, logo após, foi posicionado o frasco preenchido com a areia e cone instalado de cabeça para baixo e a bandeja com o orifício no centro, liberamos a areia preenchendo o furo, após a passagem de toda a areia, fecha-se o registro e pesa-se novamente o frasco de areia. Será encontrada uma massa menor que a anterior e com a diferença de massas e a densidade da areia conhecida, será possível calcular o volume do furo feito no solo. Tendo posse dos valores da massa do solo seco e o volume do furo, pode-se calcular a massa específica seca do solo, o que permitirá fazer uma comparação com os resultados obtidos em laboratório e por fim determinar o grau de compactação do solo. Ensaio de proctor normal: O ensaio de proctor tem como objetivo a determinação da curva de compactação que é realizado através de sucessivos impactos de um soquete padronizado. Logo, Para o ensaio de laboratório, foi utilizada uma amostra do aterro compactado de três quilogramas para a realização do ensaio de Proctor, o qual foi realizado no laboratório da UNIFACEX nos 27 e 28 de agosto com assistência da técnica de laboratório da universidade, com as seguintes matérias: cilindro metálico pequeno (cilindro de CBR), balança, espátulas, bandeja, cápsulas. O ensaio foi realizado com reuso de material, no qual, se repetiu o procedimento por 6 vezes, para que termos seis pontos no gráfico de compactação. Em uma bandeja foi colocado os 3 kg de solo, em que foi destorreado, em seguida foi umedecido com uma umidade de 2,5% inicial, e depois de estar bem homogêneo, compactar as três camadas com 26 golpes cada, após a compactação da última camada, foi retirado o cilindro complementar depois escarificar (cisalhamento ou corte do solo) o material que estava em contato com a parede do mesmo, com auxílio de uma espátula, depois foi retirado o excesso de solo que estava acima do molde. Remover o cilindro de sua base e pesa o conjunto molde e solo, ao subtrair o peso do molde do conjunto obtemos o peso do solo úmido, com o auxílio do extrator, retirar o corpo de prova do molde e do centro do mesmo, tomar uma amostra para determinação da umidade, colocando em uma capsula pesando e colocando na estufa para secagem. Assim, nas próximas da mesma forma aumentando o teor de umidade de 2% a cada repetição. Em seguida secaram-se as doze amostras de seis repetições com reaproveitamento de material, posteriormente colocaram-se as amostras na estufa por 24 horas de acordo com NBR 7182/16, ao obter todos os resultados pode-se fazer a relação entre o teor de umidade e o peso específico aparente seco obtida em laboratório. **RESULTADOS:** Serão apresentados os resultados dos ensaios do *frasco de areia*, de *proctor normal* e do *grau de compactação*. - *Determinação do peso específico aparente seco através do ensaio do **Frasco de areia***. Inicialmente coletaram-se os dados de uma amostra de solo deformada com 2830 gramas com teor de umidade de 7,5% determinou-se a massa seca da amostra coletada, a massa e o volume do furo realizado no ensaio e por fim determinou-se o peso específico do solo através das equações mostradas abaixo:

- *Determinação da massa seca do solo*

$$M_{seca} = \frac{M_{úmida}}{1+W} \therefore M_{seca} = \frac{2830}{1+0.075} = 2632,56 \text{ g}$$

M úmida = 2830 g

M seca = 2632,56 g

- *Peso específico do solo*

M₁ (Massa do conjunto areia + frasco - inicial) = 8615 gramas;

M₂ (Massa do conjunto areia + frasco - final) = 6058 gramas;

M₃ (Massa retida no cone) = 543 gramas;

Massa da amostra após as correções (M₄)

$$M_4 = M_1 - (M_2 + M_3)$$

$$M_4 = 86145 - (6058 + 543) = 2014 \text{ g}$$

- *Determinação do volume do furo*

ρ_n = peso específico da areia do frasco (g/cm³)

M = massa da amostra do frasco

V = volume do furo (cm³)

$$\rho_n = \frac{M}{V} \therefore V_n = \frac{M}{\rho_n} \therefore V = \frac{2014}{1,435} = 1403,48 \text{ cm}^3$$

- *Determinação do peso específico seco do solo retirado do furo:*

Com os valores de volume e massa obtidos pelas expressões acima foi possível determinar o peso específico a partir do cociente entre a massa e o volume como demonstrado abaixo:

$$\gamma_s = \frac{M_s}{V} \times g \therefore$$

γ_s = peso natural do solo (KN/m³)

M seca = massa seca do solo coletado (g)

V = volume do furo

g = aceleração da gravidade (m/s^2)

$$\gamma_s = \frac{2632,56}{1403,48} \times 10 = 18,75 \text{ KN/m}^3$$

Conclui-se que a compactação executada em campo fez com que o solo (aterro) atingisse o peso específico seco de $18,75 \text{ KN/m}^3$.

- *Determinação do peso específico aparente seco através do ensaio de **Proctor normal***

Podem-se observar na Tabela 1 teores de umidade das amostras, massa e volume do cilindro utilizado, massa da amostra de solo utilizada, peso específico natural, peso específico aparente seco do solo a partir dessa tabela pode gerar o gráfico a fim de correlacionar os dados da compactação versus o teor de umidade. Os percentuais de umidade, peso específico natural, peso específico aparente seco foram obtidos com base nos dados expostos na tabela e com auxílio das seguintes equações:

- Teor de umidade $W (\%) = \frac{M_{\text{úmido}}}{M_{\text{seco}}} - 1 \times 100$
- Peso específico natural $\gamma_n = \frac{M_{\text{úmida}} - M_{\text{seca}}}{\text{volume do cilindro}}$
- Peso específico aparente seco $\gamma_d = \frac{\gamma_n}{1 + w}$

Tabela 1: Resultados ensaio de Proctor pontos 1, 2 e 3

Ponto	1		2		3	
Massa do cilindro (g)	4.059		4.060		4.061	
VOLUME do Cilindro (cm ³)	1000		1000		1000	
Massa do cilindro (g) + Solo úmido (g)	5.741		5.993		6.512	
Massa do solo úmido (g)	1.682		1.933		2.451	
Massa Esp. Apar. Úmida (g/cm ³)	1,682		1,933		2,451	
Peso Esp. Apar. Úmido (KN/m ³)	16,82		19,33		24,51	
Número da Cápsula	300	402	309	23	405	420
Massa da Cápsula (g)	13,01	10,811	12,292	11,624	12,729	12,97
Massa da Cápsula + Solo úmido (g)	30,867	30,996	61,785	42,748	52,988	56,174
Massa da Cápsula + Solo seco (g)	30,258	30,319	59,394	41,114	50,166	53,25
Massa da água (g)	0,6084	0,6764	2,3914	1,6348	2,8228	2,9245
Massa do solo seco (g)	17,249	19,508	47,102	29,49	37,436	40,28
Teor de Umidade W (%)	3,53%	3,47%	5,08%	5,54%	7,54%	7,26%
Umidade Média (%)	3,50%		5,31%		7,40%	
Peso Esp. Aparete Seca (KN/m ³)	16,2516		18,3553		22,8211	

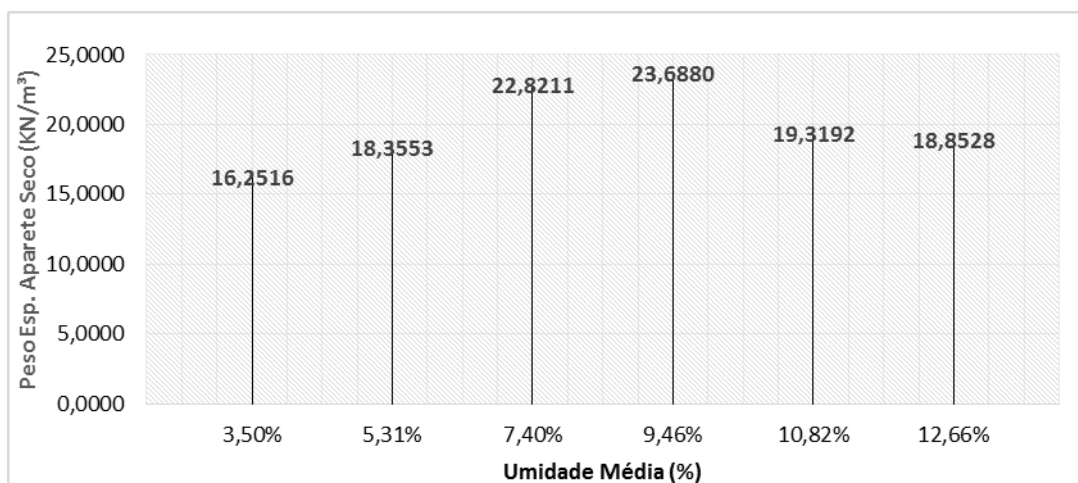
Fonte: Autoria própria, 2018.

Tabela 2: Resultados ensaio de Proctor pontos 4, 5 e 6

Ponto	4		5		6	
Massa do cilindro (g)	4.062		4.063		4.063	
VOLUME do Cilindro (cm ³)	1000		1000		1000	
Massa do cilindro (g) + Solo úmido (g)	6.655		6.204		6.187	
Massa do solo úmido (g)	2.593		2.141		2.124	
Massa Esp. Apar. Úmida (g/cm ³)	2,593		2,141		2,124	
Peso Esp. Apar. Úmido (KN/m ³)	25,93		21,41		21,24	
Número da Cápsula	280	12	21	403	307	414
Massa da Cápsula (g)	11,936	11,107	11,565	11,614	11,696	12,995
Massa da Cápsula + Solo úmido (g)	58,718	60,604	63,193	42,742	77,495	109,7
Massa da Cápsula + Solo seco (g)	54,536	56,47	58,186	39,681	69,905	99,116
Massa da água (g)	4,1823	4,1336	5,007	3,0608	7,5895	10,581
Massa do solo seco (g)	42,601	45,363	46,621	28,067	58,209	86,121
Teor de Umidade W (%)	9,82%	9,11%	10,74%	10,91%	13,04%	12,29%
Umidade Média (%)	9,46%		10,82%		12,66%	
Peso Esp. Aparete Seca (KN/m ³)	23,6880		19,3192		18,8528	

Fonte: Autoria própria, 2018.

Figura 1: Curva de compactação: Peso esp. aparente seco para diferentes teores de umidade



Fonte: Autoria própria, 2018.

A partir do gráfico que mostra o peso específico aparente seco para amostras de solo com diferentes teores de umidade, pode-se afirmar que a amostra de solo que teve umidade de 9,46% alcançou o maior peso específico aparente seco máximo de 23,68 kN/m³. Esse ensaio nos leva a crer que a umidade que o aterro deveria estar no momento da compactação era de 9,46%.

- Determinação do **Grau de Compactação**

Com todos os dados obtidos por meio do ensaio do frasco de areia em campo e o de proctor normal em laboratório pode-se determinar o grau de compactação, realizando os cálculos pela relação $GC = \frac{\rho_s (insitu)}{\rho_s (compactação)} \times 100$, no qual obtemos o valor de 79%. **CONCLUSÃO:** Ao verificar o grau de compactação do aterro verificou-se que a compactação do aterro ficou em 79% da compactação máxima obtida em laboratório, esse valor para obras rodoviárias de pavimentação não seriam aceitos e uma nova compactação deveria ser realizada. Para aterros que servirão de base para fundações por radier não se encontrou nenhuma recomendação a respeito de grau de compactação mínimo. Deve-se levar em conta que diferentemente de obras rodoviárias que possuem um valor estipulado de carga, a fundação por radier terá essa grau de compactação variando principalmente com a carga que será fornecida pela edificação. Uma forma de analisar as condições do maciço compactado foi comparando o peso específico em campo obtido pela compactação, com tabelas que correlacionam o ensaio de SPT com valores de peso específico e estado de compactidade como, por exemplo, a de Godoy (1972). Com isso conseguimos estimar que a compactidade do solo se enquadrasse em compacto ou muito compacto, o que já é suficiente para a execução do radier em questão.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6122**: Projeto e Execução de Fundações: Referências. Rio de Janeiro, p. 2, 1996.

_____. **NBR 7185/86**: Determinação da Massa Específica Aparente “IN SITU”: Referências. Rio de Janeiro, 2016.

CAPUTO, HOMERO PINTO. **Mecânica dos Solos e suas aplicações**: Fundamentos. 6. ed. Revisada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HACHICH, W. *et al.* **Fundações**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Pini, 2003.

VELLOSO, D.A.; LOPES, F.R. **Fundações**. 3. ed. Rio de Janeiro: COPPE-UFRJ, v.1 e 2, 2002.

FARMÁCIA

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIFÚNGICA DE GARRAFADAS ADQUIRIDAS EM FEIRAS LIVRES DO RIO GRANDE DO NORTE

AUTORES:

Guilherme Gomes Freire
Luanda Barbara Ferreira Canario de Souza
Jessica Fernandes da Silva Alves
Deborah Munique Nogueira de Sousa Fontoura
Mayara Leite Silva
Maria Beatriz Moreira Pereira

RESUMO: As garrafadas são produtos complexos que consistem em preparações contendo diversas combinações de plantas medicinais veiculadas em bebidas alcoólicas. Essas preparações, amplamente difundidas nas diversas regiões do país através do conhecimento popular, são utilizadas com finalidades terapêuticas diversas, e são comercializadas em mercados e feiras livres. Uma das possíveis aplicações da garrafada é para o tratamento de infecções fúngicas. Portanto, o objetivo desse trabalho foi avaliar a atividade antifúngica de garrafadas comercializadas em feiras livres do Rio Grande do Norte. A análise antifúngica foi realizada através da técnica de microdiluição em caldo de acordo com o documento M27-A2 do Clinical and Laboratory Standards Institute (CLSI), frente as seguintes espécies de *Candida*: *C. albicans*, *C. dubliniensis*, *C. tropicalis*, *C. glabrata*, *C. krusei* e *C. parapsilosis*. Foram analisadas duas garrafadas que possuíam em sua composição plantas medicinais diferentes. Ambas as garrafadas apresentaram ação antifúngica com destaque para garrafada B que foi capaz de inibir em 100% o crescimento das espécies *C. glabrata* e *C. parapsilosis* (CIM100 = 1:8). A ação antifúngica apresentada pelas garrafadas deve-se as plantas medicinais que as compõem. A garrafada é um produto bastante promissor no estudo de novas moléculas que possuam ação antifúngica.

Palavras-chave: Garrafada. Atividade Antifúngica. *Candida* spp.

INTRODUÇÃO: Historicamente, o homem utiliza recursos naturais como os vegetais, para diversos fins, principalmente na alimentação e na medicina (VILA VERDE e colab, 2003). Nessa constante interação homem-ambiente, houve o acúmulo de conhecimentos empíricos sobre a ação dos vegetais, e estes conhecimentos vêm sendo transmitidos desde as antigas civilizações até os dias atuais, fazendo com que a utilização de plantas medicinais se tornasse uma prática generalizada na medicina popular (TRESVENZOL e colab., 2006). Dentro do contexto de uso de plantas medicinais, destacam-se as preparações já consagradas pela cultura popular como “garrafadas”. As garrafadas são produtos complexos que consistem em preparações contendo diversas combinações de plantas medicinais veiculadas em bebidas alcoólicas, sendo o vinho a mais utilizada, podendo-se, ainda, utilizar o mel, o vinagre ou água como veículos. Essas preparações, amplamente difundidas nas diversas regiões do país através do conhecimento popular, são utilizadas com finalidades terapêuticas diversas, e são comercializadas em mercados e feiras livres, pelo Brasil a fora (PASSOS e Colab., 2018). Camargo

(2011), define garrafada como sendo uma “fórmula medicinal preparada com componentes de origem vegetal, mineral e animal, complementada com elementos religiosos próprios dos sistemas de crença vigentes no Brasil”. Segundo Dantas (2008), as garrafadas são soluções constituídas basicamente por dois componentes distintos, o solvente e os solutos. São utilizados veículos (solvente) hidroalcoólico, como vinho, cachaça, vinho-branco e água. O soluto é, em geral, as partes de vegetais, como cascas, frutos, folhas, raízes ou flores, secas ou verdes (podendo ser também acrescentados elementos de origem animal ou mineral), os quais ficam em maceração de três a vários dias. As leveduras do gênero *Candida* são microrganismos de interesse médico, devido à alta frequência com que colonizam e infectam o hospedeiro humano. (PLANTINGA e colab., 2012; SARDI e colab., 2013). São microrganismos constituintes da microbiota normal do homem, vivendo como comensais da cavidade oral, do trato gastrointestinal e da vagina. *Candida* spp. figuram como leveduras constituintes da microbiota oral em cerca de 20-80% dos adultos saudáveis, sem evidência de infecção (BARBEDO, 2010; MENDONÇA e colab., 2012). No entanto, dependendo das condições imunológicas do hospedeiro e dos atributos de virulência de *Candida* spp., estes micro-organismos podem tornar-se patogênicos (ANWAR e colab., 2012; CHAVES e colab., 2013; MAURYA e colab., 2013). Portanto, o objetivo do presente estudo foi avaliar a atividade antifúngica de garrafadas produzidas à base de plantas medicinais comercializadas em feiras livres do Rio Grande do Norte. **METODOLOGIA: Descrição do Produto Natural – Garrafada.** Foram adquiridas duas garrafadas no comércio popular do Rio Grande do Norte (Região metropolitana da capital Natal/RN). Destas, uma fora produzida de maneira totalmente artesanal (denominada garrafada A), a outra continha lacre e controle de produção (denominada Garrafada B). A garrafada A, de acordo com o rótulo, é composta por Ameixa, Quixabeira, Aroeira, Urtiga branca, Pau-d’arco, Jatobá, Cajueiro roxo, Barbatenol, Cúmaru, Sucupira, Bage de Jucá e Vinho. Já a garrafada B, denomina-se “Saúde da Mulher” e, de acordo com o rótulo, é indicada para alguns tipos de infecções como: ovários, vias urinárias, cólicas ocasionais, infecções venéreas e inflamação mamária, tendo em sua composição cascas de Ameixa, Jurema, Janaguba, Unha de gato, Uxi amarelo, Inharé, Babosa, Quebra pedra, Pau-ferro e Ipê roxo. Além disso, apresenta também em seu rótulo, modo de usar, contraindicações, data de fabricação e validade, tabela nutricional, e informação de que se trata de um medicamento fitoterápico (Figura 1).

Tabela 1 - Prováveis espécies utilizadas na composição das garrafadas.

Garrafada A		Garrafada B	
Nome comum	Provável espécie	Nome Comum	Provável Espécie
Ameixa	<i>Ximenia americana</i>	Ameixa	<i>Ximenia americana</i>
Quixabeira	<i>Sideroxylon obtusifolium</i>	Jurema	<i>Mimosa tenuiflora</i>
Aroeira	<i>Schinus terebinthifolius</i>	Janaguba	<i>Himatanthus obovatus</i>
Urtiga branca	<i>Lamiun álbum</i>	Unha de Gato	<i>Uncaria tomentosa</i>
Pau-D'arco	<i>Tabebuia serratifolia</i>	Uxi amarelo	<i>Endopleura uchi</i>
Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i>	Inharé	<i>Helicostylis tomentosa</i>
Cajueiro roxo	<i>Anacardium occidentale</i>	Babosa	<i>Aloe vera</i>
Barbatimão	<i>Stryphnodendron adstringens</i>	Quebra-pedra	<i>Phyllanthus niruri</i>
Cumaru	<i>Amburana cearenses</i>	Pau-ferro	<i>Libidibia ferrea</i>
Sucupira	<i>Pterodon emarginatus</i>	Ipê roxo	<i>Handroanthus impetiginosus</i>
Bage de jucá	<i>Libidibia férrea</i>		

Fonte: Autoria própria, 2018.

Figura 1 - Garrafadas analisadas no estudo. A) Garrafada artesanal B) Garrafada artesanal com rótulo e descrição de medicamento Fitoterápico.



Fonte: Autoria própria, 2018.

Atividade Antifúngica: A atividade antifúngica das garrafadas foi realizada através do método de microdiluição em caldo, de acordo com o protocolo M27-A2 do Clinical

and Laboratory Standards Institute – CLSI (2008), adaptado para produtos naturais. Foram testadas seis espécies de leveduras do gênero *Candida*, incluindo: *C. albicans*, *C. dubliniensis*, *C. tropicalis*, *C. glabrata*, *C. krusei*, *C. parapsilosis*. As leveduras foram cultivadas em ágar Sabouraud Dextrose por 48h a 37°C. Obteve-se uma suspensão inicial padronizada de acordo com a escala nº 0,5 de McFarland (1×10^6 células). Em seguida, realizou-se diluições seriadas, a primeira em solução salina (1:50) e a segunda em caldo Mueller-Hinton (1:30). Aliquotas de 100 µL da diluição final do inóculo foram distribuídas em placas de microtitulação de 96 poços que previamente continha 100 µL de diluições seriadas das garrafadas em análise. A garrafada foi submetida ao processo de filtração antes da realização do teste. As placas foram incubadas a 37°C por 48h. A menor concentração de garrafada capaz de inibir 50% do crescimento foi considerada a Concentração Inibitória Mínima - CIM50 e a CIM100 foi a menor concentração que inibiu o crescimento total dos microrganismos analisados. As garrafadas são produtos que combinam plantas medicinais de maneira empírica, onde não é possível saber ao certo as concentrações dos produtos naturais que as compõem. Portanto, as CIM encontradas para esse produto natural serão expressas em forma de titulação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: O presente trabalho avaliou a atividade antifúngica de duas garrafadas obtidas em feiras livres. A atividade antifúngica da garrafada foi avaliada frente a diferentes espécies de *Candida*, sendo elas: *C. albicans*, *C. dubliniensis*, *C. tropicalis*, *C. glabrata*, *C. krusei*, e *C. parapsilosis*. Para a análise, realizou-se o teste de microdiluição em caldo conforme o protocolo M27-A2 do CLSI. O protocolo permite a análise de diferentes concentrações do fármaco ou produto natural em relação ao crescimento das leveduras quando em contato com as mesmas, sendo a leitura do teste visual. É importante frisar que devido ao fato da garrafada ser um produto artesanal, não sabemos exatamente quanto em concentração temos de cada planta na sua composição. Portanto, o ensaio de avaliação da atividade antifúngica foi feito em forma de titulação, através de diluições seriadas. Em relação aos resultados obtidos, podemos observar na tabela 2 que ambas foram capazes de inibir o crescimento em 50% de todas as espécies fúngicas analisadas em titulações diferentes. E apenas a garrafada B foi capaz de inibir em 100% o crescimento de duas espécies fúngicas testadas: *C. glabrata* e *C. parapsilosis* (Tabela 2). As espécies *C. albicans*, *C. glabrata* e *C. krusei* foram as mais susceptíveis a ação da garrafada A, tendo em vista que essa garrafada mesmo muito diluída (titulação de 1:28) foi capaz de inibir 50% do crescimento dessas espécies fúngicas (tabela 2). Esse achado é de grande importância, pois na atualidade está cada vez mais frequente o surgimento de cepas pertencentes à essas espécies apresentando resistência a ação dos antifúngicos convencionais (CUENCA-ESTRELLA, 2014; DOS SANTOS e colab., 2018). Ainda é importante frisar que *C. krusei* possui resistência intrínseca ao fluconazol, antifúngico muito utilizado no tratamento de infecções fúngicas. (HE e colab., 2015). A garrafada B também possuiu uma ótima ação frente as espécies de *Candida* analisadas. Foi possível detectar que *C. tropicalis* e *C. glabrata* foram as espécies mais susceptível em relação a CIM50. Entretanto é muito importante destacar que essa garrafada inibiu em 100% o crescimento de *C. glabrata* e *C. parapsilosis* com CIM100 igual a 1:8 para ambas as espécies.

Tabela 2 - Atividade antifúngica da garrafada comercializada em feiras livres do RN

Espécies Fúngicas	Garrafada A		Garrafada B	
	CIM 50	CIM 100	CIM 50	CIM 100
<i>Candida albicans</i>	1:128	-	1:64	-
<i>Candida dubliniensis</i>	1:64	-	1:64	-
<i>Candida tropicalis</i>	1:64	-	1:512	-
<i>Candida glabrata</i>	1:128	-	1:128	1:8
<i>Candida krusei</i>	1:128	-	1:64	-
<i>Candida parapsilosis</i>	1:64	-	1:64	1:8

*CIM 50 = inibição de 50% do crescimento

**CIM 100= inibição de 100% do crescimento

Os resultados encontrados em nosso trabalho são bastante promissores, tendo em vista que obtivemos uma ótima ação antifúngica das garrafadas. De forma geral, vimos que ambas as garrafadas tiveram atividade ótima contra as espécies de *Candida* com destaque a ação sobre *C. krusei*, *C. glabrata* e *C. parapsilosis*. *C. krusei* é uma espécie que apresenta resistência intrínseca ao fluconazol e *C. glabrata* pode apresentar susceptibilidade reduzida aos azólicos devido à rápida capacidade de adquirir resistência a esta classe de medicamentos (BRILHANTE e colab., 2016; SHEN e colab., 2015). Ambas as garrafadas apresentaram ação antifúngica, entretanto verificamos que as mesmas possuíam ação diferente para as diversas espécies de *Candida* testadas. Esse resultado deve-se ao fato de que as garrafadas possuem plantas constituintes diferentes e que a ação antifúngica exercida pelas mesmas é devido a sua composição. Outros estudos mostraram atividade antibacteriana de garrafadas frente a micro-organismos gram-positivos e gram-negativos (FALCÃO et al., 2009; FERREIRA et al., 2016), todavia frente a fungos não encontramos relatos na literatura. A atividade antifúngica da garrafada não é surpreendente, já que as possíveis espécies vegetais presentes possuem conhecida atividade antifúngica: *Ximenia americana* (OMER & ELNIMA, 2003), *Sideroxylon obtusifolium* (COSTA et al., 2013), *Schinus terebinthifolius* (FREIRES et al., 2011), *Lamiun álbum* (SILVA, R.B. et al., 2016), *Tabebuia serratifolia* (BOTELHO, et al., 2008), *Libidibia férrea* (LIMA, et al., 1997), *Anacardium occidentale* (ARAUJO, C.R.F. et al., 2005), *Amburana cearenses* (BRAVO et al., 1999), *Pterodon emarginatus* (ABRAHAM, 2001), *Stryphnodendron adstringens* (FENNER et al., 2006) e *Hymenaea courbaril* (SANTANA, 2015). As plantas medicinais possuem um papel importante no desenvolvimento da busca de novas terapias farmacológicas. A amplitude de compostos químicos presentes nas mesmas aliadas às novas tecnologias favorece a trajetória para o desenvolvimento de novos fármacos. A triagem de plantas que apresentam potencial atividade terapêutica e que estimulem estudos científicos são fundamentadas através da busca de dados fitoquímicos, testes biológicos e de informações acerca do uso das mesmas por parte da medicina tradicional (GUIMARÃES e Colab., 2017). **CONCLUSÃO:** As garrafadas analisadas em nosso estudo demonstraram atividade antifúngica que atribuímos as possíveis espécies vegetais presentes que possuem conhecida atividade antifúngica. Ambas as garrafadas tiveram ação sobre as espécies de *Candida*, com melhores valores para as espécies *C. albicans*, *C. glabrata*, *C. krusei* e *C.*

parapsilosis. Faz-se ainda necessário destacar a detecção de CIM100 para *C. glabrata* e *C. parapsilosis* em relação a garrafada B, sendo esse achado de grande importância tendo em vista os fenômenos de resistência aos antifúngicos convencionais apresentados por essas espécies. Assim podemos concluir que a garrafada é um produto feito a partir de plantas medicinais e bastante promissor no estudo de novas moléculas que possuam ação antifúngica.

REFERÊNCIAS

- ANWAR, Khan P e MALIK, A e SUBHAN, Khan H. **Profile of candidiasis in HIV infected patients**. Iranian journal of microbiology, v. 4, n. 4, p. 204–209, dez. 2012.
- BARBEDO, Leonardo S. **Candidíase**. Microbiologia (Madrid), v. 22, n. 1, p. 22–38, 2010.
- BRILHANTE, Raimunda S.N. e colab. **Azole resistance in *Candida* spp. isolated from Catú Lake, Ceará, Brazil: An efflux-pump-mediated mechanism**. Brazilian Journal of Microbiology, v. 47, n. 1, p. 33–38, 2016.
- CAMARGO, Maria Thereza Lemos de Arruda. A garrafada na medicina popular: uma revisão historiográfica. **Dominguezia**, v. 27, n. 1, p. 41-49, 2011.
- CHAVES, Guilherme Maranhão e colab. **Species Distribution and Virulence Factors of *Candida* spp . Isolated from the Oral Cavity of Kidney Transplant Recipients in Brazil**. Mycopathologia, v. 175, p. 255–263, 2013.
- CLSI. **M27-A3 Reference Method for Broth Dilution Antifungal Susceptibility Testing of Yeasts; Approved Standard**—Third Edition, 2008.
- CUENCA-ESTRELLA, M. **Antifungal drug resistance mechanisms in pathogenic fungi: from bench to bedside**. Clinical microbiology and infection : the official publication of the European Society of Clinical Microbiology and Infectious Diseases, v. 20 Suppl 6, p. 54–9, Jun. 2014.
- DANTAS, V. S. et al. Análise das garrafadas indicadas pelos raizeiros na cidade de campina grande PB. **Revista de Biologia e Farmácia**, v. 3, n. 1, p. 7-13, 2008.
- SANTOS, Joycy Francely Sampaio; SANTOS, colab. **Chemical composition, antifungal activity and potential anti-virulence evaluation of the *Eugenia uniflora* essential oil against *Candida* spp**. Food Chemistry, v. 261, p. 233–239, 30 set. 2018.
- GUIMARÃES, Luciana Lopes e Colab. **Análise fitoquímica de plantas medicinais indicadas popularmente na forma de garrafadas para o tratamento da úlcera gástrica**. Unisanta Health Science, v. 1, n. 1, p. 88–97, 7 nov 2017.
- HE, Xiaoyuan e colab. **Overexpression of both ERG11 and ABC2 genes might be responsible for itraconazole resistance in clinical isolates of *Candida krusei***. PLoS ONE, v. 10, n. 8, p. 1–13, 2015.
- MAURYA, Vijeta e colab. **Oropharyngeal candidiasis and *Candida* colonization in HIV positive patients in northern India**. Journal of infection in developing countries, v. 7, n. 8, p. 608–613, 15, ago., 2013.
- MENDONÇA, Fabio Henrique Boarini Pacheco e colab. **Effects of probiotic**

bacteria on *Candida* presence and IgA anti-*Candida* in the oral cavity of elderly. Brazilian dental journal, v. 23, n. 5, p. 534–8, Jan 2012.

PASSOS, Márcia Maria Barros dos *et al.* A disseminação cultural das garrafadas no Brasil: um paralelo entre medicina popular e legislação sanitária. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 248-262, 2018.

PLANTINGA, Theo S e colab. **Human genetic susceptibility to *Candida* infections.** Medical mycology, v. 50, n. 8, p. 785–94, 15 Nov 2012..

SARDI, J. C O e colab. ***Candida* species: Current epidemiology, pathogenicity, biofilm formation, natural antifungal products and new therapeutic options.** Journal of Medical Microbiology, v. 62, p. 10–24, 2013.

SHEN, Yinzhong e colab. **Differentially expressed proteins in fluconazole-susceptible and fluconazole-resistant isolates of *Candida glabrata*.** Drug discoveries & therapeutics, v. 9, n. 3, p. 191–196, 2015.

TRESVENZOL, L. M. Estudo sobre o comércio informal de plantas medicinais em Goiânia e cidades vizinhas. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 3, n. 1, 2006.

VILA VERDE, G. M.; PAULA, J. R.; CANEIRO, D. M. Levantamento etnobotânico das plantas medicinais do cerrado utilizadas pela população de Mossâmedes (GO). **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 13, p. 64-66, 2003.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE MICROBIOLÓGICA E ATIVIDADE ANTIFÚNGICA DE GARRAFADA MEDICINAL COMERCIALIZADA NA FEIRA LIVRE DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN

AUTORAS:

Jessica Fernandes da Silva Alves
Deborah Munique Nogueira de Sousa Fontoura
Luanda Barbara Ferreira Canario de Souza
Mayara Leite Silva
Maria Beatriz Moreira Pereira

RESUMO: Garrafadas são preparações medicinais advindas da maceração de produtos vegetais (principalmente cascas) em solvente alcóolico, geralmente vinho. Contudo, em virtude das condições de coleta e preparo desses produtos, existe a preocupação em relação ao controle de qualidade microbiológico dos mesmos, bem como em relação à atividade terapêutica. Dessa forma, o presente estudo objetivou avaliar a qualidade microbiológica e o potencial antifúngico de uma garrafada medicinal comercializada na feira livre de São Gonçalo do Amarante/RN. A análise microbiológica foi realizada de acordo com os padrões estabelecidos pela Farmacopeia Brasileira 5ª ed. (2010) para produtos não estéreis, através do método de semeadura em superfície. Já a atividade antifúngica seguiu a metodologia de microdiluição em caldo proposta pelo CLSI. De acordo com as análises realizadas, a amostra apresentou crescimento de $5,2 \times 10^6$ UFC/g e de $1,1 \times 10^5$ UFC/g para fungos e bactérias, respectivamente. Já na atividade antifúngica, todas as espécies de *Candida* testadas foram sensíveis com valores de CIM50 entre 1:64 e 1:128, todavia *C. albicans*, *C. glabrata* e *C. krusei* mostraram maior sensibilidade. Os resultados obtidos mostraram que a garrafada apresentou crescimento bacteriano dentro dos limites aceitáveis, porém apresentou elevada carga fúngica, podendo oferecer riscos à saúde da comunidade. Por outro lado, a garrafada mostrou atividade antifúngica atribuída as possíveis espécies vegetais presentes que já estas possuem relatos de atividade antifúngica na literatura. Assim, apesar das garrafadas serem produtos legitimados na medicina popular, carecem de legislação própria para que possam fornecer condições mais seguras para sua obtenção e utilização.

PALAVRAS-CHAVE: Garrafada. Controle microbiológico. Atividade antifúngica.

INTRODUÇÃO: As plantas medicinais são utilizadas desde tempos remotos sendo, muitas vezes, o principal recurso terapêutico na prevenção, tratamento ou cura de doenças de populações de países em desenvolvimento (ALVES *et al.*, 2011). No Brasil, a população das grandes e pequenas cidades não possui o contato direto com o cultivo de plantas medicinais, assim a aquisição é feita, em sua maior parte, em feiras livres. No contexto do uso e comércio de plantas medicinais destaca-se a figura do raizeiro (curandeiro), que apesar de não possuir conhecimento formal, é um referencial no preparo e indicação de plantas e preparações medicinais (RIBEIRO; SOUZA, 2008). Uma preparação medicinal bastante encontrada em feiras livres é a garrafada, uma combinação de plantas medicinais veiculada em bebidas alcoólicas, geralmente vinho, podendo-se, ainda, utilizar outros veículos como mel, vinagre ou água (DANTAS *et al.*, 2008; CAMARGO, 2011). Essas preparações, amplamente difundidas entre a população, são utilizadas com

finalidades terapêuticas diversas e administradas por via oral. Apesar de amplamente utilizadas e reconhecidas pela população como remédio, não são submetidas a nenhum teste de segurança, eficácia e qualidade, pois não se enquadram na categoria de planta medicinal, nem tampouco fitoterápico (PASSOS et al., 2018). Na comercialização desses produtos emerge uma preocupação no que se refere a qualidade, especialmente do ponto de visto microbiológico, pela potencial carga microbiana presente em matéria-prima de origem natural. A contaminação das drogas vegetais pode ser proveniente de sua flora natural, ou pode ser adquirida nas etapas de manipulação (GARBIN; TIUMAN; KRÜGER, 2013). A qualidade microbiológica das preparações medicinais pode ser analisada mediante pesquisa da ausência absoluta de microrganismos viáveis ou pela presença deles em grandezas pré-definidas, estabelecendo limites microbianos aceitáveis. Uma delas é a pesquisa de coliformes totais e/ ou fecais que são indicadores de contaminação fecal e baixos índices de higiene, outra é a pesquisa de microrganismos patogênicos causadores de patologias no homem (*Salmonella* spp; *Pseudomonas aeruginosa*) (FARMACOPEIA BRASILEIRA, 2010). Dessa forma, o objetivo do presente estudo foi avaliar a qualidade microbiológica sanitária de uma garrafada a base de plantas medicinais comercializada na feira livre do município de São Gonçalo do Amarante/RN. Em paralelo verificou-se o potencial antifúngico da preparação medicinal, considerando que esta é uma de suas indicações terapêuticas.

METODOLOGIA: Descrição da Preparação Medicinal – Garrafada. A garrafada coletada para análise, de acordo com o vendedor, possui indicação terapêutica a problemas de saúde da mulher, tais como inflamação uterina, cistos ovarianos, menopausa, alteração do pH vaginal, distúrbios do ciclo menstrual e para ajudar a engravidar. A garrafada é composta por onze (11) plantas medicinais com os seguintes nomes vernaculares: Ameixa, Quixabeira, Aroeira, Urtiga branca, Pau-D'arco, Jatobá, Cajueiro roxo, Barbatimão, Cumaru, Sucupira e “Bage” de jucá. A garrafada foi preparada pelo próprio feirante, em sua residência, misturando-se as “cascas” das plantas supracitadas no vinho numa garrafa de vidro. As cascas das plantas usadas na preparação medicinal foram adquiridas pela compra em outro comércio, na CEASA/RN (Central de Abastecimento do Rio Grande do Norte). No rótulo não possui quaisquer informações sobre os nomes botânicos das plantas usadas. A ausência de identificação taxonômica das plantas é perigosa e pode ter adulterações, mesmo que de forma não intencional (LIMA, NASCIMENTO e SILVA, 2016). Dessa forma, com base em uma pesquisa na literatura, as prováveis espécies utilizadas estão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Prováveis espécies utilizadas na composição da garrafada.

Nome comum	Provável espécie
Ameixa	<i>Ximenia americana</i>
Quixabeira	<i>Sideroxylon obtusifolium</i>
Aroeira	<i>Schinus terebinthifolius</i>
Urtiga branca	<i>Lamiun álbum</i>
Pau-D'arco	<i>Tabebuia serratifolia</i>
Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i>
Cajueiro roxo	<i>Anacardium occidentale</i>
Barbatimão	<i>Stryphnodendron adstringens</i>
Cumaru	<i>Amburana cearenses</i>

Sucupira	<i>Pterodon emarginatus</i>
Bage de jucá	<i>Libidibia férrea</i>

Fonte: Autoria própria, 2018.

Análise Microbiológica: Como não há legislação sanitária específica para as garrafadas, já que estas não se enquadram na categoria de fitoterápicos, nem de plantas medicinais, utilizou-se a metodologia de análise microbiológica para produtos não estéreis (método em superfície) da Farmacopeia Brasileira 5ª edição (ANVISA, 2010). Mediu-se 10 mL da garrafada e adicionou-se a 90 mL de caldo caseína soja. Em seguida, a partir dessa diluição inicial, foram preparadas as demais diluições decimais (10^{-1} a 10^{-6}) empregando-se o mesmo diluente. Foram adicionados 100µL das diluições decimais preparadas anteriormente na superfície das placas de Ágar Caseína Soja para bactérias e Ágar Sabouraud para fungos filamentosos e leveduras. Após a inoculação, as placas foram incubadas a 35°C por 24h/48h, sendo em seguida realizadas as contagens de unidades formadoras de colônia (UFC). A contagem nas placas foi realizada naquelas que continham no máximo 300 colônias de bactérias ou fungos. De acordo com a Farmacopeia Brasileira 5ª edição (2010), nas drogas vegetais que serão submetidas a processos extrativos a quente e a frio, respectivamente, a contagem total de bactérias aeróbias corresponde a 10^7 e 10^5 UFC/g ou mL e a contagem total de fungos/leveduras igual a 10^4 e 10^3 UFC/g ou mL. Esses parâmetros foram considerados para a avaliação dos resultados encontrados nas análises. **Atividade Antifúngica:** A atividade antifúngica da garrafada foi realizada através do método de microdiluição em caldo, de acordo com o protocolo M27-A2 do Clinical and Laboratory Standards Institute – CLSI (2008), adaptado para produtos naturais. Foram testadas seis espécies de leveduras do gênero *Candida*, incluindo: *C. albicans*, *C. dubliniensis*, *C. tropicalis*, *C. glabrata*, *C. krusei*, *C. parapsilosis*. As leveduras foram cultivadas em ágar Sabouraud Dextrose por 48h a 37°C. Obteve-se uma suspensão inicial padronizada de acordo com a escala nº 0,5 de McFarland (1 a 5×10^6 células). Em seguida, realizou-se diluições seriadas, sendo a primeira em solução salina (1:50) e a segunda em caldo Mueller-Hinton (1:30). Alíquotas de 100 µL da diluição final do inóculo foram distribuídas em placas de microtitulação de 96 poços que previamente continha 100 µL de diluições seriadas da garrafada em análise. A garrafada foi submetida ao processo de filtração antes da realização do teste. As placas foram incubadas a 37°C por 48h. A menor concentração de garrafada capaz de inibir 50% do crescimento foi considerada a Concentração Inibitória Mínima (CIM50) e a CIM100 foi a menor concentração que inibiu o crescimento total dos microrganismos analisados. A garrafada é um produto artesanal, onde não é possível saber ao certo as concentrações dos produtos naturais que a compõe. Portanto, as CIM encontradas para essa preparação medicinal serão expressas em forma de titulação. **RESULTADOS E DISCUSSÃO: Análise Microbiológica.** Os resultados obtidos na análise microbiológica da garrafada estão demonstrados na Tabela 2. Em todas as amostras analisadas foi possível verificar crescimento bacteriano e fúngico.

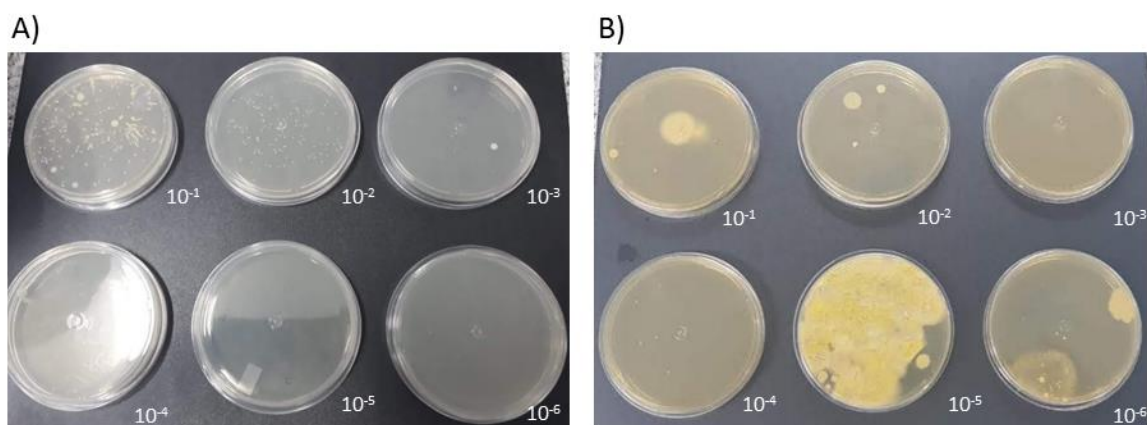
Tabela 2 - Contagem de microrganismos viáveis de garrafada comercializada em feiras livres do RN.

Droga Vegetal	Bactérias	Fungos
	UFC/g	
Garrafada Ameixa, Quixabeira, Aroeira, Urtiga branca, Pau-D'arco, Jatobá, Cajueiro roxo, Barbatimão, Cumaru, Sucupira, "Bage" de jucá e vinho.	$1,1 \times 10^5$	$5,2 \times 10^6$

Fonte: Autoria própria, 2018.

As garrafadas são produtos artesanais que em sua maioria são obtidas a partir de processos de extração a frio (maceração) de drogas vegetais utilizando o auxílio de bebidas alcoólicas como vinho e cachaça (PASSOS et al., 2018). De acordo com a Farmacopeia Brasileira, 5ª edição (2010), os limites de aceitação quanto a contagem total de fungos e leveduras em produtos não estéreis para preparações de uso oral contendo matéria-prima de origem vegetal é de 10^3 UFC/g ou mL. Já para a contagem total de bactérias aeróbias esse limite é de 10^5 UFC/g ou mL. Assim, a garrafada analisada no estudo não cumpriu o parâmetro estabelecido para contagem total de fungos ($5,2 \times 10^6$ UFC/g), tendo uma contagem maior que o esperado. Os dados da literatura são escassos em relação a presença de contaminação microbiana em garrafadas à base de plantas medicinais. Ferreira e colaboradores (2016) analisaram a qualidade microbiológicas de garrafadas vendidas em feiras livres no estado do Ceará e observaram ausência de *Salmonella* sp. e coliformes. Todavia, a garrafada analisada mostrou contaminação por bolores e leveduras, com elevada carga fúngica, e crescimento microbiano nas culturas analisadas (Figura 1).

Figura 1. Análise Microbiológica de garrafada comercializada em feira livre do RN. A) Cultura em meio Ágar caseína-soja. B) Cultura em meio Ágar Sabouraud.



Fonte: Autoria própria, 2018.

Mesmo sendo veiculadas em solventes alcóolicos, o que em tese proporciona uma maior conservação, as preparações a base de plantas medicinais estão sujeitas a contaminação por microrganismos, comumente presentes na própria flora natural de alguns vegetais, tais como fungos, bactérias, bolores e leveduras. A contaminação pode ocorrer, ainda, durante o processo de produção e fabricação. Em condições inadequadas de processamento dessas preparações, pode ocorrer a contaminação por microrganismos considerados patogênicos ao ser humano, tornando elevada a contaminação do material utilizado (AMARAL et al., 2001). Portanto, se faz necessário à existência do controle de qualidade microbiológico dos produtos vegetais utilizados para elaborá-las, com o intuito de evitar uma possível contaminação do produto final, garantindo sua qualidade microbiológica (SALOMON, 2009). **Atividade Antifúngica:** Os resultados da atividade antifúngica estão apresentados na Tabela 3. Os valores de CIM50 para as espécies analisadas foram variáveis, mas *C. albicans*, *C. glabrata* e *C. krusei* mostraram-se mais sensíveis com CIM50 na diluição 1:128 (Figura 2).

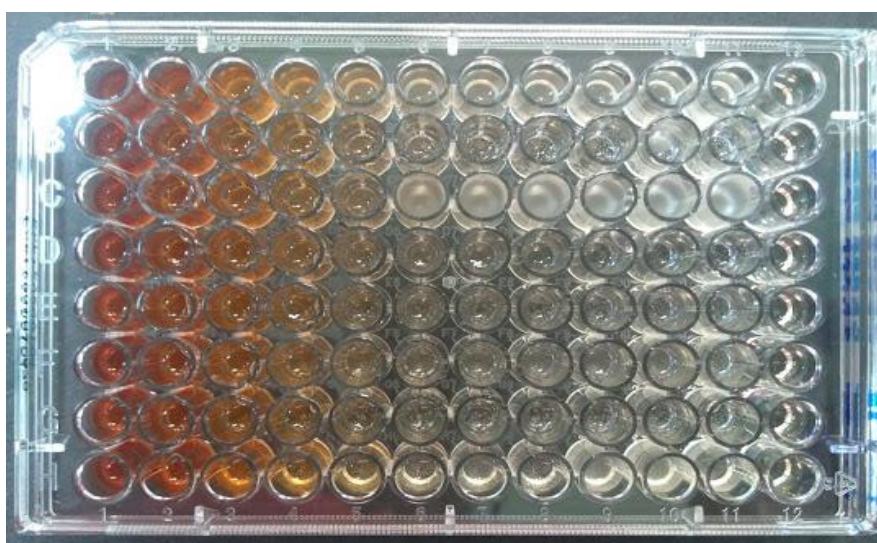
Tabela 3 - Atividade antifúngica da garrada comercializada em feiras livre no RN.

Espécies Fúngicas	CIM 50	CIM 100
<i>Candida albicans</i>	1:128	-
<i>Candida dubliniensis</i>	1:64	-
<i>Candida tropicalis</i>	1:64	-
<i>Candida glabrata</i>	1:128	-
<i>Candida krusei</i>	1:128	-
<i>Candida parapsilosis</i>	1:64	-

*CIM 50 = inibição de 50% do crescimento

**CIM 100= inibição de 100% do crescimento

Figura 2 - Atividade antifúngica de garrafada comercializada em feira livre do RN. Método de Microdiluição em caldo. Garrafada testada na faixa de diluição de 1:4 a 1:4096.



Fonte: Autoria própria, 2018.

Leveduras do gênero *Candida* pertencem à microbiota normal do homem, vivendo como comensais da cavidade oral, do trato gastrointestinal e da vagina. São microrganismos oportunistas de grande importância clínica, uma vez que colonizam e infectam com frequência os hospedeiros humanos, onde aproximadamente 20 a 30% das mulheres apresentam colonização vaginal por este fungo (MEDEIROS et al. 2014). Outros autores mostraram atividade antibacteriana de garrafadas frente a micro-organismos gram-positivos e gram-negativos (FALCÃO et al., 2009; FERREIRA et al., 2016), todavia frente a fungos este é o primeiro relato na literatura. A atividade antifúngica da garrafada não é surpreendente, já que as possíveis espécies vegetais presentes possuem conhecida atividade antifúngica: *Ximenia americana* (OMER & ELNIMA, 2003), *Sideroxylon obtusifolium* (COSTA, et al., 2013), *Schinus terebinthifolius* (FREIRES, et al., 2011), *Lamiun álbum* (SILVA, J.L., 2014), *Tabebuia serratifolia* (BOTELHO, et al., 2008), *Libidibia férrea* (LIMA, et al., 1997), *Anacardium occidentale* (ARAUJO, C.R.F. et al., 2005), *Amburana cearenses* (BRAVO, et al., 1999), *Pterodon emarginatus* (ABRAHAM, 2001), *Stryphnodendron adstringens* (FENNER et al., 2006) e *Hymenaea courbaril* (). O potencial antimicrobiano das garrafadas medicinais pode estar relacionado com a presença de diterpenos nessas espécies, agentes antimicrobianos presentes em sua maior concentração nas cascas de plantas medicinais (VASCONCELOS et al., 2004).

CONCLUSÃO: O uso e preparação de garrafadas a base de plantas medicinais representa uma carência de conhecimento científico e de boas práticas em manipulação. Os vegetais utilizados são quase sempre identificados pelo nome popular sem distinção de espécie e origem. Sua manipulação ocorre, na maioria das vezes, de forma inadequada, propiciando uma maior vulnerabilidade à contaminação por microrganismos na elaboração dessas formulações. A garrafada aqui analisada mostrou contaminação por bolores e leveduras, com carga fúngica acima daquela recomendada pela Farmacopeia Brasileira. Por outro lado, a garrafada mostrou atividade antifúngica atribuída as possíveis espécies vegetais presentes que possuem conhecida atividade antifúngica, com melhores valores para as espécies *C. albicans*, *C. glabrata* e *C. krusei*. Assim, conclui-se que devido à ausência de legislação específica para as garrafadas, estes produtos são órfãos de regulamentação sanitária carecendo de condições mais seguras para sua obtenção e utilização.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L.P.L.; DIAS, C.N.; DIAS, I.C.L. et al. Contexto Histórico, Uso Popular e Concepção Científica Sobre Plantas Medicinais. **Caderno Pesquisa**, v. 18, 2011.
- ABRAHAM, W.R. Sesquiterpenos bioativos produzidos por fungos: Eles são úteis para humanos também? **Curr Med Chem**, v.8, p. 583-606, 2001.
- AMARAL, F.M.M.; COUTINHO, D.F.; RIBEIRO, M.N.DE.S. Controle de Qualidade de Frutos de *Luffa operculata* (L.) Cogn. Comercializados em Mercados de São Luís/ Maranhão, Brasil. **Revista do Hospital Universitário**, v. 3, p. 1–73, 2001.

ARAÚJO, C.R.F.; PEREIRA, M.S.V.; HIGINO, J.S. *et al.* Atividade antifúngica in vitro da casca do *Anacardium occidentale* Linn. sobre leveduras do gênero *Candida*. **Arquivos em Odontologia de Belo Horizonte**, v.41, n.3, p.193-272, 2005.

BRAS, H.P.; MELO, L.T.; BRANDÃO, S.V. *et al.* Análise microbiológica de preparações medicinais adquiridas em raizeiro na cidade de Sanclerlândia, Goiás. **Revista Faculdade Monte Belos (FMB)**, v. 8, n. 1, p. 1-10, 2014.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Farmacopeia Brasileira**, 5.ed., v. 1 e 2, Brasília, 2010.

BRAVO, J.A.; SAUVAIN, M.; GIMENEZ, T.A. *et al.* Bioactive phenolicglycosides from *Amburana cearensis*. **Phytochemistry**, v. 50, p. 71-74, 1999.

BOTELHO, L.S.; MORAES, M.H.D.; MENTEN, J.O.M. **Fungos associados às sementes de ipê-amarelo (*Tabebuia serratifolia*) e ipê-roxo (*Tabebuia impetiginosa*):** incidência, efeito na germinação e transmissão para as plântulas. *Summa Phytopathologica*, Botucatu, v. 34, n. 4, p. 343-348, 2008.

CAMARGO, M.T.L.A. A garrafada na medicina popular: uma revisão historiográfica. **Dominguezia. Buenos Aires**. v. 27, n. 1, p. 41-49, 2011.

CLSI, Clinical and Laboratory Standards Institute. **M27-A3 Reference Method for Broth Dilution Antifungal Susceptibility Testing of Yeasts; Approved Standard—Third Edition**, 2008. Disponível em: https://clsi.org/media/1461/m27a3_sample.pdf. Acesso em: 18. Jun. 2018.

COSTA, E. M. B. *et al.* Atividade antimicrobiana in vitro de extratos vegetais da região semi-árida da Paraíba, PB, **Journal of Dental Science**, v. 28, n. 4, p. 101-104, 2013.

DANTAS, V.S.; DANTAS, I.C.; CHAVES, T.P. *et al.* Análise das garrafadas indicadas pelos raizeiros na cidade de Campina Grande-PB. **Biofar**. v. 3, n. 1, p. 7-13, 2008.

FALCÃO, T.M.B.; TAVARES, M.A.; NETO, M.V.L. *et al.* Atividade Citotóxica e Antibacteriana de “garrafadas” comercializadas nas feiras livres do município de Barreiras-BA. *In: 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Química, Anais da Sociedade Brasileira de Química*, 2009.

FENNER, R.; BETTI, A.H.; MENTZ, L.A. *et al.* Plantas utilizadas na medicina popular brasileira com potencial atividade antifúngica. **Revista Brasileira de ciências farmacêuticas**, Rio Grande do Sul, v. 42, n. 3, p. 1-26, jun.-set., 2006.

FERNANDES, T.T.; SANTOS, T.A.F.; PIMENTA, C.F. Atividade antimicrobiana das plantas *Plathymenia reticulata*, *Hymenaea courbaril* e *Guazuma ulmifolia*. **Revista de patologia tropical**, Goiânia, GO, v. 34, n. 2, 2005.

FERREIRA, M.J.G.; DIAS, F.G.B.; PEREIRA, E.C. *et al.* Avaliação higiênico-sanitária e atividade antimicrobiana de garrafadas medicinais comercializadas em feiras livres do estado do Ceará. In: **Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos**, p. 1-6, 2009.

FREIRES, I.A. *et al.* Atividade antifúngica de *Schinus terebinthifolius* (Aroeira) sobre cepas do gênero *Candida*. **Revista Odontológica do Brasil-Central**, v.20, n. 52, p.41-45, 2011.

GARBIN, L.; KRÜGER, R. L; TIUMAN, T. S. Avaliação da qualidade de plantas medicinais distribuídas por uma unidade de saúde de um município do interior do Paraná. **Revista Ciências Exatas e Naturais**, v. 15, n. 1, p. 77–93, 2013.

LIMA, E.C. *et al.* Atividade antifúngica de extratos obtidos de espécies de leguminosae contra dermatófitos. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v.1, n.1/3, p.6-53, 1997.

LIMA, I.E.O.; NASCIMENTO, L.A.M.; SILVA, M.S. Comercialização de Plantas Medicinais no Município de Arapiraca-AL. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 462-472, 2016.

MEDEIROS, M.A.P.; VIEIRA DE MELO, A.P.; GONCALVES, S.S. *et al.* Relação genética entre isolados vaginais e anais de *Candida albicans* de mulheres com candidíase vulvovaginal no nordeste do Brasil. **Jornal de Microbiologia médica**, v. 63, n.11, p. 1436–1445, 2014.

OMER, M.E.F.A.; ELNIMA, E.I. **Atividade antimicrobiana de *Ximenia americana***. Fitoterapia. v. 74, p. 6-122, 2003.

PASSOS, M.B. *et al.* A disseminação cultural das garrafadas no Brasil: um paralelo entre medicina popular e legislação sanitária. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 248-262, 2018.

RIBEIRO, V.V.; SOUZA, A. E. F. Perfil dos raizeiros e estudos de suas indicações acerca das plantas medicinais utilizadas no tratamento das doenças do trato respiratório. **BioFar - Revista de Biologia e Farmácia**, v. 03, p. 102–109, 2008.

SALOMON, L.S. **Contaminação microbiológica de produtos farmacêuticos**. Tese (Especialização em Microbiologia) - Instituto de Ciências Biológicas Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, p. 48, 2009.

SILVA, J.; SOUZA, P.E.; MONTEIRO, F.P. *et al.* Atividade antifúngica utilizando extratos de plantas medicinais contra patógeno do cafeeiro. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v. 16, n. 3, p. 44-539, 2014.

VASCONCELOS, M.C.A.; RODOVALHO, N.C.M.; POTT, A. *et al.* (2004). Avaliação de atividade biológica das sementes de *Stryphnodendron obovatum* Beth. (Leguminosae). **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v.14, n. 1, p. 121-127.

AVALIAÇÃO DA ROTULAGEM DE AZEITES DE OLIVA SEGUNDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE: ITENS OBRIGATÓRIOS E OPCIONAIS

AUTORES:

Jessica Fernandes da Silva Alves
Amerson Rodolfo Oliveira dos Santos
Manuela Bernardo Camara Barbosa
Mayara Leite Silva
Maria Beatriz Moreira Pereira

RESUMO: Informações presentes nos rótulos dos alimentos configura um importante meio para informar o consumidor sobre a composição e características do produto adquirido. As resoluções RDC nº 259 de 20 de setembro de 2002 (regulamento técnico para rotulagem de alimentos embalados) e RDC nº 360 de 23 de dezembro de 2003 (regulamento técnico para rotulagem nutricional de alimentos), da ANVISA/MS, visam garantir o fornecimento de informações básicas sobre esses produtos ao consumidor. Os azeites de oliva são óleos vegetais extraídos da azeitona madura, fruto da oliveira (*Olea europaea L.*). Seu consumo vem crescendo devido principalmente à substituição da gordura animal pela vegetal e ainda pelas propriedades funcionais que esses óleos oferecem como a presença dos ácidos graxos mono e poli-insaturados, propriedade antioxidante e a presença de vitaminas lipossolúveis em sua constituição. O objetivo desse trabalho foi avaliar a rotulagem geral e nutricional, bem como as informações de caráter opcional presentes nos rótulos dos azeites de oliva comercializados no município de Natal/RN, verificando adequação a legislação vigente. Foram analisados 14 rótulos de 7 marcas diferentes, de azeite de oliva, comercializados em supermercados no município de Natal – RN. Após realização das análises foi possível concluir que a rotulagem obrigatória está sendo cumprida pelos produtores de azeite de oliva, porém as informações de caráter opcional apresentam variações de marca para marca, sendo necessária uma melhor padronização dessas informações pelos órgãos competentes.

Palavras-chave: Rotulagem. Azeite de oliva. Tabela nutricional.

INTRODUÇÃO: Existe uma grande importância nas informações contidas nos rótulos dos produtos alimentícios, já que este é o grande responsável por auxiliar o consumidor na adesão de dietas mais saudáveis, melhorando a qualidade do estilo de vida da população. Isso se dá por serem os rótulos os responsáveis por garantir informações básicas ao consumidor sobre os produtos alimentícios embalados, sendo assim o elo de comunicação entre o produto e o consumidor. (YOSHIZAWA, N. et al., 2003). No Brasil, foram regulamentadas duas resoluções para estabelecer padrões mínimos para a rotulagem desses produtos, são elas: Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 259 de 20/09/2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que dispõe sobre o Regulamento técnico para rotulagem de alimentos embalados e a RDC nº 360 de 23/12/2003 da ANVISA que dispõe sobre o Regulamento técnico sobre rotulagem nutricional de alimentos. (BRASIL, 2002;

2003). De acordo com a RDC nº 259/2002 da ANVISA, rotulagem é toda a descrição, informação, legenda, imagem, grafia ou todo o conteúdo descritivo ou gráfico, em modalidade escrita ou impressa, que possa estar aderida sobre a embalagem do alimento, destacando as principais informações nutricionais do produto. Segundo Tavares *et al.* (2013), a rotulagem nutricional de um alimento configura-se como um canal que liga o consumidor e as empresas responsáveis pela produção de alimentos, objetivando o fornecimento de maiores informações sobre os produtos que estão adquirindo. A informação nutricional está em evidência atualmente, já que os consumidores estão buscando cada vez mais saber o que estão consumindo em busca de uma melhor qualidade de vida. Um dos produtos que merece destaque nessa busca são os óleos vegetais. Estes estão sendo amplamente consumidos no mercado mundial devido às suas propriedades funcionais e metabólicas, como a atuação dos ácidos graxos mono e poli-insaturado presente nesse tipo de alimento. (MORETTO; FETT; 1998). Os óleos vegetais são as principais fontes de ácidos graxos ao ser humano. Os óleos são substâncias insolúveis em água, formados pela condensação de produtos de glicerol e ácidos graxos, denominados triglicerídeos (MORETTO; FETT; 1986). As principais formas de obtenção desses óleos são pela extração com solvente ou pela prensa dos grãos vegetais (soja, azeitona, milho, girassol, etc.) por processos mecânicos ou químicos. Existe uma ampla variedade de óleos vegetais, no entanto, valem destacar aqueles óleos que são obtidos da prensa do fruto da azeitona, os chamados azeites de oliva. (RAMALHO, H.F. *et al.*, 2012). Os azeites de oliva são extraídos por processos mecânicos a partir da azeitona madura, fruto originário da oliveira (*Olea europaea* L.). São denominados como alimentos funcionais por possuir atividade antioxidante, ser rico em minerais, ácidos graxos mono e poli-insaturados e vitamina A, D K e E. Apresenta larga escala de consumo, uma vez que, a população busca constantemente por alimentos que auxiliem no controle dos níveis de colesterol na corrente sanguínea e pela adesão de uma dieta rica em nutrientes funcionais. (LEONARDI, G.J. *et al.*, 2018). Segundo a Instrução Normativa nº 01/2012 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), é considerado azeite de oliva aquele em que na sua constituição não apresente associação com outros óleos vegetais de baixo valor comercial (soja, milho, girassol, etc.), a associação desses óleos com o azeite de oliva configura em descumprimento da normativa supracitada, desclassificando o produto como “azeite”. As informações nos rótulos dos óleos vegetais são de extrema importância por orientar o consumidor na escolha do produto desejado, direcionando essa escolha a partir do teor nutricional informado em cada tipo e/ ou marca de óleo, além de fornecer informações suficientes sobre o produto desejado. Uma das primordiais funções da rotulagem de produtos embalados (BRASIL, 2002), é a diminuição ou prevenção da ocorrência de fraudes alimentares, previstas no próprio rótulo do produto. Dessa forma, quando as informações de rotulagem encontram-se em conformidade com a legislação vigente, permite ao consumidor, uma escolha mais adequada que atenda as suas necessidades funcionais e metabólicas. (BRASIL, 2014). O objetivo do trabalho foi avaliar a rotulagem geral e nutricional dos azeites de oliva comercializados no município de Natal/RN, verificando a adequação à legislação vigente e parâmetros de caráter opcional considerados importantes na rotulagem. **METODOLOGIA:** Foram analisados 14 rótulos de 7 marcas diferentes de azeites de oliva, adquiridos em supermercados localizados no município de Natal/RN, sendo 10 rótulos do azeite

de oliva extravirgem, 2 rótulos de óleo de bagaço de oliva refinado e azeite extravirgem e 2 rótulos de óleo composto de soja geneticamente modificado e oliva. As embalagens dos respectivos produtos variavam entre plástico, alumínio e vidro, transparentes e âmbar. Os rótulos foram avaliados de acordo com a legislação vigente: RDC nº 259 de 20/09/2002 e RDC nº 360 de 23/12/2003 ambas da ANVISA e Instrução Normativa nº 01/2012 do MAPA. Todas as amostras foram analisadas de acordo com as informações presentes no rótulo geral e na tabela nutricional, levando em consideração tanto a amplitude das informações quanto a aparência estética exigida por lei. As informações de caráter não obrigatório também passaram por análise, visto que, também devem atender as exigências estabelecidas. A análise de rotulagem levou em consideração a lista de ingredientes, a tabela nutricional, as informações opcionais, e as informações consideradas de caráter obrigatório exigidos pela legislação. Os parâmetros avaliados foram o prazo de validade do produto, a presença do número do lote, informação sobre as condições adequadas de armazenamento, presença da tabela nutricional obrigatória contendo todos os nutrientes do produto e respectivas quantidades adequadas ao consumo diário, à presença de informação obrigatória quando da adição de mais de um composto ao produto (associação). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Todos os rótulos analisados cumpriram os requisitos obrigatórios exigidos para a rotulagem geral de acordo com a RDC nº 259 de 20/09/2002. Na tabela 1 encontram-se os resultados das análises das amostras para as informações de rotulagem geral (obrigatória) presentes nos azeites e óleos vegetais analisados.

Tabela 1 - Informações de rotulagem geral obrigatória das amostras analisadas.

Especificação	Número de rótulos
Denominação de venda	14
Data de envasilhamento	14
Prazo de validade e lote	14
Conteúdo líquido	14
Identificação de origem	14
Condições de armazenamento	14
Tabela nutricional	14
Lista de ingredientes	08
Presença de substâncias alergênicas, enzimas e corantes específicos, proteínas derivadas do trigo, leite, etc.	14

Fonte: Autoria própria, 2018.

Uma vez que os itens supracitados são de caráter obrigatório exigido por lei, a falta de algum deles configuraria descumprimento da legislação vigente. As empresas demonstram uma séria preocupação com relação aos cumprimentos das determinações especificadas. (CAVADA, G.S. *et al.*, 2012). Com relação à lista de ingredientes informadas nos rótulos dos produtos, destaca-se que, dos 14 rótulos

analisados, 8 apresentaram a descrição da lista de ingredientes, enquanto 6 amostras (42,9%) não especificaram essa informação, considerada obrigatória segundo a RDC nº 360/2003, configurando em descumprimento da legislação vigente. Dos rótulos que não apresentaram a descrição dos ingredientes, 2 deles eram compostos por associação de óleo de bagaço de oliva refinado (90%) e azeite extravirgem (10%). Verificando a quantidade expressa em porcentagem (%), a concentração do óleo de bagaço é maior que a do azeite extravirgem e, por esse motivo, não se pode afirmar que esse produto é um “Azeite de origem extravirgem” especificamente, pois o mesmo é composto por uma associação de óleos vegetais, onde o azeite é a substância de menor quantidade na associação. Segundo RDC 259/2002 e RDC 360/2003 é obrigatória a presença da tabela nutricional, esta deve conter: valor energético, porção, medida caseira, VD%, proteínas, carboidratos, gorduras totais, gorduras trans, gorduras saturadas, sódio e fibra alimentar. A tabela 3 mostra uma relação dos nutrientes contidos na tabela nutricional das amostras analisadas. Alguns nutrientes que fornecem benefícios para a saúde não são considerados obrigatórios constar no rótulo nutricional, ficando facultativa a presença dessa informação. São eles: gorduras monoinsaturadas, gorduras poli-insaturadas, vitamina E, ômega 3 e ômega 6. Vale ressaltar a importância do destaque para essas informações mesmo sendo de caráter opcional, uma vez que, ao declará-las, é uma excelente forma de exaltar a qualidade nutricional do produto ao consumidor. (RABELO, M.D. *et al.*, 2017). Nas amostras analisadas, apenas 2 rótulos apresentaram a descrição da presença da vitamina E na tabela nutricional, enquanto os demais não tinham quantidades significativas da substância citada. Não foram apresentados valores significativos de gorduras poli-insaturadas, monoinsaturadas e nem de ômega 3, 6 e 9. Esses nutrientes estão intimamente relacionados com a prevenção de doenças cardiovasculares, eles atuam na redução dos níveis do colesterol LDL, total e na redução dos níveis de triglicerídeos. Daí a importância do destaque para essas informações no produto alimentício (MACHADO & SANTIAGO, 2001; SPOSITO *et al.*, 2007). Na tabela 2 são apresentados os nutrientes encontrados na tabela nutricional dos azeites e óleos vegetais analisados.

Tabela 2 - Nutrientes encontrados na tabela nutricional das amostras analisadas.

Nutriente	Número de rótulos
Carboidratos	14
Proteínas	14
Gorduras totais	14
Gorduras trans	14
Gorduras saturadas	14
Gorduras poli-insaturadas e monoinsaturadas	00
Ômega 3, 6, 9	00
Fibra alimentar	14
Sódio	14
Vitaminas E	01
Outras vitaminas e minerais	00

Fonte: Autoria própria, 2018.

Vale ressaltar a importância da análise de informações consideradas por lei como facultativas, uma vez que, também passam por verificação do cumprimento da legislação. Com relação à rotulagem de óleos vegetais, foi verificada a presença de informação do índice de acidez informado no rótulo, do índice de peróxido, das características organolépticas (sabor e odor) e, quando da associação de um óleo com mais de uma substância, sua composição e respectiva quantificação. Na tabela 3 são apresentados os itens de rotulagem opcional analisados nesse estudo.

Tabela 3 - Itens de rotulagem opcional analisados nos rótulos dos azeites e óleos vegetais.

Especificação	Número de rótulos	Composição e quantificação (%)
Índice de acidez	12	≤ 0,50%
Índice de peróxido	12	≤ 20,00 mEq O ₂ /kg
Características organolépticas (sabor/odor)	10	Sabor (suave)
Associação de óleos vegetais (soja, milho, girassol)	02	Óleo de bagaço de oliva (90%) + azeite extravirgem (10%); Óleo composto de soja (85%) + oliva (15%)

Fonte: Autoria própria, 2018.

A associação do azeite de oliva a outros óleos vegetais de baixo valor comercial também merece atenção. Segundo IN nº 01/2012 do MAPA é proibida a associação de óleos vegetais de baixo valor comercial (soja, girassol e milho) a azeite de oliva. Essa associação se configura em fraude alimentar, não podendo o produto ser considerado um tipo de azeite. Em 2 rótulos analisados, foi detectado a presença da associação de óleo de soja geneticamente modificado com azeite de oliva e aroma (15%), ou seja, o composto contém mais óleo de soja do que o próprio azeite de oliva, não podendo ser considerado “azeite”, e dessa forma, pode levar o consumidor a engano, erro ou confusão. Na tabela 4 encontram-se os resultados das análises das amostras que continham em sua composição a associação do azeite de oliva com outros óleos vegetais. Erros de rotulagem são frequentes devido a essa associação de óleos, uma vez que, a expressão “AZEITE DE OLIVA” vem em maior destaque, enquanto a composição do produto (associação com outros óleos) vem de forma discreta e minuciosa ou até mesmo ausência dessa informação, induzindo o consumidor a comprar um produto designado como outro, por apresentar erro nas informações de rotulagem. (BRASIL, 2014).

Tabela 4. Amostras de óleo vegetal com mais de uma substância associada.

Amostra	Composição e

	quantificação (%)
Óleo de bagaço de oliva refinado e azeite extravirgem.	Óleo bagaço (90%) + Azeite extravirgem (10%)
Óleo composto de soja geneticamente transformado e oliva	Óleo de soja geneticamente modificado (85%) + Oliva (15%)

Fonte: Autoria própria, 2018.

CONCLUSÃO: Diante das análises realizadas, é possível concluir que para todos os itens avaliados presentes nas rotulagens dos azeites de oliva um item, a lista de ingredientes, não estava dentro dos padrões estabelecidos em legislação. A rotulagem obrigatória, em sua grande parte, vem sendo respeitada pelas empresas produtoras de alimentos, em especial, as que produzem os azeites de oliva. A presença dessas informações confere ao consumidor, segurança e maior confiabilidade do produto adquirido. No entanto, existem diferenças entre fabricantes quando se trata da apresentação de informações adicionais aos produtos, que não são de caráter obrigatório constar em rótulo, mas que pela falta dela em uns e pela presença em outros, podem induzir o consumidor ao erro. Para melhoria da garantia de qualidade da rotulagem geral e nutricional, se faz necessário uma melhor padronização dessas informações pelos órgãos designados competentes. A rotulagem de alimentos por ser considerado um veículo de comunicação entre o fornecedor do produto e o consumidor do mesmo, deve obedecer todas as especificações estabelecidas pela legislação, a fim de proporcionar segurança dos alimentos produzidos, principalmente quando se tratar de produtos consumidos em larga escala mundial, como é o caso dos óleos vegetais, mas precisamente, os azeites de oliva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (ANVISA) **Resolução – RDC nº 259 de 20/09/02** – Regulamento Técnico Sobre Rotulagem de Alimentos Embalados. Diário Oficial da União. 20 set 2002. Acesso em: 06. jun. 2018.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (ANVISA). **Resolução – RDC nº 360 de 23/12/03** – Regulamento Técnico Sobre Rotulagem Nutricional de Alimentos. Diário Oficial da União. 23 dez. 2003. Acesso em: 08 ago. 2018.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (ANVISA). **Resolução – RDC nº 54 de 12/11/12** – Regulamento Técnico Sobre Informação Nutricional Complementar. Diário Oficial da União. 12 nov. 2012. Acesso em: 01. Set. 2018.

_____. MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 1 de janeiro de 2012** – Estabelece o regulamento técnico do azeite de oliva e do óleo de bagaço de oliva na forma presente dessa instrução. 01 jan., 2002. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Acesso em: 10 ago. 2018.

CAVADA, G.S. *et al.* **Rotulagem nutricional: você sabe o que está comendo?** Brazilian Journal of Food Technology, [S.l.], p. 84-88, maio, 2012.

LEONARDI, J.G. *et al.* Avaliação das insaturações de azeites extras virgens pelo índice de iodo (Método de Wijs). **Revista saúde em foco**, São Paulo, n.10, p. 01-30, mar., 2018.

MACHADO, F.M.S.; SANTIAGO V.R. **Os benefícios do consumo de alimentos funcionais**. In: Torres EAF, Machado FMS. Alimentos em questão: uma abordagem técnica para as dúvidas mais comuns. São Paulo: Ponto Crítico. p. 35-43, 2001.

MORETTO E.; FETT R. **Tecnologia de óleos e gorduras vegetais**. São Paulo: Varela, 1998.

MORETTO, E.; FETT, R. **Óleos e gorduras vegetais: processamento e análises**. Florianópolis: UFSC, 1986.

RABELO, D.M. *et al.* Avaliação da rotulagem de óleos vegetais segundo legislação vigente: Itens obrigatórios e opcionais. **Revista A Barriguda**, Campina Grande, v. 7, n. 1, p. 023-0034, jan./abr., 2017.

RAMALHO, H.F.; SUAREZ, P.A.Z. A química dos óleos e gorduras e seus processos de extração e refino. **Revista Virtual de Química**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 2-15, nov., 2012.

SPOSITO, A.C.; CARAMELLI, B.; FONSECA, F.H.A.; BERTOLAMI, M.C. Departamento de Aterosclerose da Sociedade Brasileira de Cardiologia. IV Diretriz Brasileira sobre Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 88, n. 1, p. 2-18, 2007.

YOSHIZAWA, N.; POSPISSIL, T.R.; VALENTIM, G.A. *et al.* Rotulagem de alimentos como veículo de informação ao consumidor: Adequações e irregularidades. **Revista de Biotecnologia CEPPA**, Curitiba, v. 21, n. 1, p. 169-180, jan./jun., 2003.

LEVANTAMENTO ETNOFARMACOLÓGICO DE PLANTAS MEDICINAIS COMERCIALIZADAS EM FEIRAS LIVRES DE MUNICÍPIOS DO AGRESTE E LESTE POTIGUAR

AUTORES:

Maria Beatriz Moreira Pereira
Mayara Leite Silva
Vinícius Costa Ferreira
Jessica Fernandes da Silva Alves
Luanda Barbara Ferreira Canário de Souza
Deborah Munique Nogueira de Sousa Fontoura

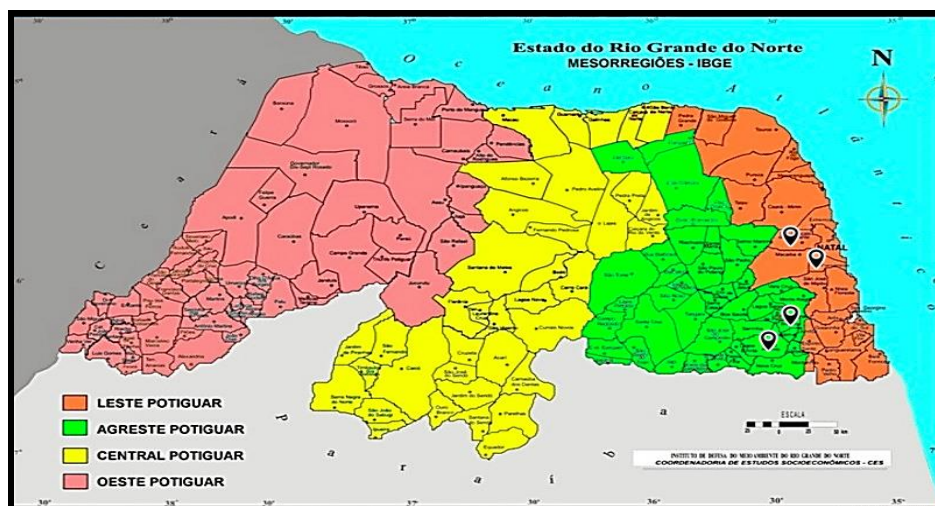
RESUMO: A utilização de plantas medicinais é prática comum no Brasil. Grande parte da comercialização destas se dá no ambiente das feiras livres. Nesse viés, estudos etnofarmacológicos são importantes pois permitem comparar os dados de comercialização de plantas medicinais com a literatura. Assim, o objetivo desse estudo foi realizar um levantamento etnofarmacológico das plantas medicinais vendidas em feiras livres de quatro municípios do estado do Rio Grande Norte. Os resultados mostraram que as plantas vendidas são, em sua maior parte, adquiridas de terceiros e as espécies que se destacaram foram: erva doce (*Pimpinella anisum*), boldo-do-chile (*Peumus boldus*), camomila (*Matricaria chamomilla*), cajueiro roxo (*Anacardium occidentale*) e gengibre (*Zingiber officinale*). Em relação as preparações medicinais, a garrafada para saúde da mulher mostrou-se como a mais vendida. As indicações terapêuticas das plantas e produtos foram diversas, mas anti-inflamatória, calmante e expectorante/para tosse foram mais citadas. A parte da planta mais utilizada é a casca e forma de preparo, o chá. Sob a ótica dos comerciantes, a motivação do uso de plantas medicinais por parte dos consumidores, se deve principalmente ao baixo custo e a um melhor “efeito” observado em relação aos medicamentos químicos. Por fim, estudos dessa natureza contribuem para valorização e preservação do conhecimento popular. Todavia, vale salientar a carência de legislação específica para as preparações terapêuticas comercializadas em feiras livres, como as garrafadas.

Palavras-chave: Plantas medicinais. Etnofarmacologia. Medicina popular.

INTRODUÇÃO: Desde os primórdios da existência humana, as plantas são utilizadas com fins medicinais, para tratamento, cura e prevenção de doenças (GIRALDI e HANAZAKI, 2010). No Brasil, a utilização de plantas medicinais surge como uma alternativa terapêutica, consideravelmente influenciada pela cultura indígena, pelas tradições africanas e pela cultura europeia trazida pelos colonizadores (ALVES *et al.*, 2016). A população é adepta a utilização de produtos naturais principalmente devido ao baixo custo destes em comparação aos medicamentos químicos, e pela crença de que “não faz mal porque é natural” (VEIGA JÚNIOR, PINTO e MACIEL, 2005; BADKE *et al.*, 2012). Grande parte do uso popular de plantas medicinais é baseado na comercialização em mercados e feiras populares (VEIGA JUNIOR, PINTO e MACIEL, 2005). Nesse contexto, os raizeiros têm um importante papel na divulgação e manutenção da medicina popular,

através da comercialização de plantas medicinais e preparações medicinais denominadas “garrafadas” e “leites”, orientando como usá-las e prepará-las para curar as mais diversas doenças, apesar de não terem, em geral, um conhecimento profundo sobre os verdadeiros usos dos vegetais que comercializam, seus efeitos adversos e interações medicamentosas (DOURADO, DOCA e ARAÚJO, 2005). Uma vez que são fontes potenciais de compostos terapêuticos, as espécies medicinais devem ser estudadas (MING, 1996). Nesse viés, levantamentos etnofarmacológicos são importantes para o conhecimento e estudo de plantas medicinais, já que permitem a comparação entre os dados coletados e os dados científicos, para uma posterior devolução de informações à comunidade sobre o uso seguro e racional dessas espécies (ALBUQUERQUE & HANAZAKI, 2006). Assim, esse estudo tem como objetivo realizar um levantamento etnofarmacológico das plantas medicinais vendidas em feiras livres de quatro municípios do estado do Rio Grande do Norte, sendo dois destes da mesorregião leste potiguar e dois do agreste potiguar. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi realizada em feiras livres de quatro (04) municípios do estado do Rio Grande do Norte por meio da aplicação de um questionário semiestruturado aos comerciantes de plantas medicinais. Dois dos municípios são localizados na mesorregião leste potiguar (em laranja no mapa) – Parnamirim e São Gonçalo – e dois deles são localizados na mesorregião do agreste potiguar (em verde no mapa) – Brejinho e Santo Antônio do Salto da Onça (Figura 1).

Figura 1 – Municípios de localização das feiras livres e coleta das informações.



Fonte: Adaptado do IDEMA, 2013.

O levantamento de dados ocorreu no mês de outubro de 2018. Primeiramente identificou-se as bancas que comercializavam plantas para fins medicinais, pois algumas se detinham a venda apenas de temperos. Aos entrevistados, foram previamente explicados os objetivos da pesquisa, deixando-os à vontade em participar ou não do estudo. A aceitação em participar da pesquisa se deu por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O questionário era composto por 13 perguntas abertas e fechadas que buscavam obter

informações sociodemográficos, plantas mais utilizadas, objetivo do uso, parte utilizada, forma de preparo para o uso, frequência da utilização, local de aquisição da planta, doenças que podem tratar e de contraindicação do uso. Não se realizou coleta de material botânico para herborização, o material foi apenas fotografado e a identificação foi feita através de consulta à bibliografia específica (LORENZI e MATOS, 2008) e a partir das informações disponíveis em sites eletrônicos como flora Brasil e outros bancos de dados online de herbários. Os dados foram analisados de forma quantitativa com o auxílio do programa Microsoft Office Excel, sendo expressos em porcentagem (%).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Caracterização dos informantes. Cinco informantes, em um total de quatro feiras, contribuíram com essa pesquisa. Os comerciantes de plantas medicinais pertenciam em sua maioria ao gênero masculino (60%). A faixa etária entre os homens variou de 18 a 48 anos e entre as mulheres, de 29 a 49 anos. As mulheres possuíam um maior nível de escolaridade, tendo todos o ensino médio completo, já entre os homens apenas um possuía o ensino médio completo (33%). Quanto à origem do conhecimento sobre plantas medicinais, 60% dos informantes afirmaram tê-lo adquirido pela vivência com familiares (mãe e avó, principalmente), os demais relataram ter adquirido o conhecimento com o tempo, após ter iniciado a comercialização das plantas. Em relação ao conhecimento obtido por familiares, especialmente vindo de mulheres, Battisti e colaboradores (2013) mostraram que as mulheres detêm o conhecimento sobre as espécies vegetais com efeito terapêutico, considerando que estas são responsáveis pela saúde da família, preparando medicamentos caseiros. Quando questionados quanto ao tempo que comercializa plantas medicinais, o tempo mínimo relatado foi de 6 anos e o máximo de 22 anos. A maioria dos comerciantes informou que também comercializa em outras feiras da região. Todos relataram que não fazem o cultivo das plantas medicinais, apenas fazem a revenda, sendo em 60% dos casos os produtos adquiridos na cidade de Guarabira/PB.

Plantas comercializadas. De acordo com o levantamento realizado, foram citadas 21 espécies de plantas usadas para fins medicinais, como pode ser observado na Tabela 1, todas identificadas e distribuídas em 13 famílias botânicas. As famílias mais representativas em números de espécies foram Zingiberaceae, Anacardiaceae, Fabaceae, Asteraceae, Myrtaceae, Apiaceae e Lamiaceae, com duas (02) espécies cada. As demais famílias apresentaram somente uma espécie cada. Dentre as espécies mais vendidas a mais citada foi erva doce (*Pimpinella anisum*) (100%), seguida de boldo-do-chile (*Peumus boldus*) (80%), camomila (*Matricaria chamomilla*) (80%), cajueiro roxo (*Anacardium occidentale*) (60%) e gengibre (*Zingiber officinale*) (60%). As demais foram citadas em frequência inferior a 50%. Essas plantas são citadas em diversos levantamentos dessa natureza em ordens distintas (BOCHNER *et al.*, 2012; ALVES *et al.*, 2016; LIMA, NASCIMENTO e SILVA, 2016). Erva doce e boldo-do-chile constam na Farmacopeia Brasileira, possuindo informações semelhantes em relação às partes utilizadas indicações terapêuticas citadas pelos informantes. Em relação a parte da planta usada há um predomínio na utilização de cascas (42%) e folhas (38%) (Figura 2). O uso de cascas é comum entre comunidades localizadas na Caatinga, já que as plantas nativas dessa região são, em geral, do tipo caducifolia, ou seja, desprovidas de folhas, para suportar os longos períodos sem chuva (ALVES *et al.*, 2016).

Figura 2 – Destaque para a variedade de cascas vendidas em uma banca de plantas medicinais.



Fonte: Autoria própria, 2018.

Tabela 1 - Espécies de plantas medicinais mais citadas pelos comerciantes de feiras livres dos municípios de São Gonçalo do Amarante, Parnamirim, Brejinho e Santo Antônio do Salto da Onça/RN.

Nome vernacular	Espécie	Família	Citações (%)	Parte usada	Forma de uso	Indicação terapêutica
Açafrão	<i>Curcuma longa</i>	Zingiberaceae	40	Rizoma (pó)	Chá	Anti-inflamatório
Ameixa	<i>Ximenia americana</i>	Oleaceae	20	Casca	Chá	Cicatrizante
Aroeira	<i>Schinus terebinthifolius</i>	Anacardiaceae	20	Casca	Chá, lambedor, banho de assento	Cicatrizante, corrimento
Barbatimão	<i>Stryphnodendron adstringens</i>	Fabaceae	20	Casca	Chá	Inflamação na garganta, cicatrizante e antidiabético
Boldo-do-chile	<i>Peumus boldus</i>	Monimiaceae	80	Folhas	Chá	Má digestão
Cajueiro roxo	<i>Anacardium occidentale</i>	Anacardiaceae	60	Casca e folhas	Chá, garrafada e banho de assento	Antidiabético, tosse, corrimento
Camomila	<i>Matricaria chamomilla</i>	Asteraceae	80	Folhas	Chá	Calmante, insônia
Canela	<i>Cinnamomum</i> sp.	Lauraceae	20	Caule	Chá	Calmante

				(pó)		
Canela de velho	<i>Miconia albicans</i>	Melastomataceae	20	Folha	Chá	Dor nos ossos, inflamação no corpo
Cravo	<i>Syzygium aromaticum</i>	Myrtaceae	20	Casca	Chá	Tosse e alergia
Cumaru	<i>Amburana cearensis</i>	Fabaceae	40	Casca	Lambedor e chá	Gripe, inalação
Endro	<i>Anethum graveolens</i>	Apiaceae	20	Semente	Chá	Gripe, resfriado, congestão nasal e calmante
Erva doce	<i>Pimpinella anisum</i>	Apiaceae	100	Folha	Chá	Calmante
				Semente	Chá	Má digestão
Eucalipto	<i>Eucalyptus globulus</i>	Myrtaceae	20	Folha	Chá	Expectorante, dor na garganta, descongestionante nasal
Gengibre	<i>Zingiber officinale</i>	Zingiberaceae	60	Raiz	Chá	Gripe, gastrite, enjoo e tosse
Craijirú	<i>Arrebidaea chica</i>	Bignoniaceae	20	Folha	Chá	Câncer
Hortelã	<i>Mentha spicata</i>	Lamiaceae	20	Folha	Chá	Calmante, expectorante
Macela	<i>Achyrocline satureioides</i>	Asteraceae	20	Semente	Chá e ingestão da própria semente	Má digestão
Quixabeira	<i>Sideroxylon obtusifolium</i>	Sapotaceae	20	Casca	Infusão	Cicatrizante, inflamação no útero e pedra nos rins
Unha de gato	<i>Uncaria tomentosa</i>	Rubiaceae	20	Casca	Chá	Mioma
Urtiga branca	<i>Lamium album</i>	Lamiaceae	20	Casca	Molho em água	Antimicrobiano

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Em relação a forma de uso/preparo, o chá cozido (decocção) se destaca, sendo essa informação também corroborada por Farias, Borges e Ferreira (2015). Além de plantas medicinais também são comercializadas nas bancas preparações medicinais, tais como lambedor e garrafada, bem como uma variedade de condimentos, tais como: cominho, corante, alho, louro, sal, e outros produtos como vassoura de palha e ração para animais (Figura 3). Em relação as garrafadas, a maior parte das que tinha disponível para venda eram destinadas a problemas de saúde da mulher, tais como inflamação uterina, distúrbios menstruais, entre outros relacionados a infertilidade feminina. A composição dessas preparações é variável e inclui cascas de diversas plantas, tais como: ameixa, jurema, janaguba, unha de gato, uxi amarelo, inharé, babosa, quebra pedra, ipê roxo e pau ferro, veiculadas em solvente hidroalcolico. Vale salientar que no rótulo não vêm discriminadas as espécies, apenas os nomes comuns e a única contraindicação é para gestantes. Segundo Passos *et al.* (2018), apesar de serem produtos legitimados pela medicina

popular, as garrafadas são produtos que não possuem legislação específica, não se enquadrando na categoria de fitoterápico, nem ainda de planta medicinal. Em relação a sua composição, esses mesmos autores afirmam que as plantas uxi amarelo e unha de gato são comumente encontradas em garrafadas cuja indicação seja “para engravidar”.

Figura 3 – Variedade de outros produtos vendidos juntamente com plantas medicinais nas feiras livres.



Fonte: Autoria própria, 2018.

De acordo com as indicações terapêuticas citadas, expectorante/para gripe/tosse, calmante e anti-inflamatório destacam-se. Anti-inflamatório foi a utilidade terapêutica mais citada por Alves *et al.* (2016) em seu levantamento. Quando questionados sobre a motivação das pessoas em comprar plantas medicinais, os informantes relataram que os consumidores acreditam que as plantas medicinais têm um efeito “melhor” do que os medicamentos que são vendidos em farmácia, além de terem um preço mais acessível. Quanto ao público consumidor, os informantes afirmaram serem as mulheres e idosos os maiores consumidores. Nesse viés, Andrade *et al.* (2012) afirmaram que as pessoas com mais idade são as detentoras de maior experiência nesse assunto, entretanto, pessoas de meia idade têm se interessado cada vez mais, podendo-se inferir que a transmissão das informações ocorre de geração em geração. **CONCLUSÃO:** Com a realização dessa pesquisa, podemos perceber que a utilização de plantas medicinais é uma prática antiga, porém ainda frequente nos dias hodiernos. Diversas espécies foram citadas para fins medicinais, das quais destacam-se erva doce (*Pimpinella anisum*), boldo-do-chile (*Peumus boldus*), camomila (*Matricaria chamomilla*), cajueiro roxo (*Anacardium occidentale*) e gengibre (*Zingiber officinale*). As indicações de uso que mais se destacaram foram: anti-inflamatório, tosse/expectoração e calmante; e a forma de preparo foi o chá cozido. Em relação às preparações medicinais, a garrafada para saúde da mulher mostrou-se como a mais vendida. Segundo os comerciantes, a motivação do uso de plantas medicinais por parte dos consumidores, se deve principalmente ao baixo custo e a um melhor “efeito” observado em relação aos medicamentos químicos. Por

fim, evidencia-se a importância de se preservar e estudar o conhecimento popular acerca de plantas medicinais, prática que faz parte da cultura da região Nordeste, todavia, vale salientar a carência de legislação específica para preparações terapêuticas comercializadas em feiras livres, como as garrafadas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U. P.; HANAZAKI, N. As pesquisas etnodirigidas na descoberta de novos fármacos de interesse médico e farmacêutico: fragilidades e perspectivas. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 16, 2006.

ALVES, C. A. B. *et al.* Comercialização de plantas medicinais: um estudo etnobotânico na feira livre do município de Guarabira, Paraíba, Nordeste do Brasil. **Gaia Scientia**, v. 10, n. 4, 2016.

ANDRADE, S.E.O. *et al.* Estudo etnobotânico de plantas medicinais na comunidade Várzea Comprida das Oliveiras, Pombal, Paraíba, Brasil. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v.7, n.3, p.46-52, 2012.

BADKE, M.R.; BUDÓ, M.L.D.; ALVIM, N.A.T.; ZANETTI, G.D.; HEISLER, E.V. Saberes e práticas populares de cuidado em saúde com o uso de plantas medicinais. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v.21, n.2, p.363-370, 2012.

BATTISTI, C. *et al.* Plantas medicinais utilizadas no município de Palmeira das Missões, RS, Brasil. **Revista Brasileira de Biociências**, v. 11, n. 3, p. 338-348, 2013.

BOCHNER, Rosany *et al.* Problemas associados ao uso de plantas medicinais comercializadas no Mercado de Madureira, município do Rio de Janeiro, **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**. v.12, n.3, Brasil. 2012.

DOURADO, E.R.; DOCA, K.N.P.; ARAÚJO, T.C.C. Comercialização de Plantas Medicinais por “Raizeiros” na Cidade de Anápolis-GO. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 2, p. 67-69, 2005.

FARIAS, L. F.; BORGES, F. V.; PEREIRA, M. P. Levantamento etnofarmacológico de plantas medicinais utilizadas no bairro Jardim Primavera, Alta Floresta – MT. **Enciclopédia Biosfera**, v.11 n.21; p. 3225, 2015.

GIRALDI, M.; HANAZAKI, N. Uso e conhecimento tradicional de plantas medicinais no Sertão do Ribeirão. **Acta botânica brasileira**, v. 24, n. 2, p. 395-406, 2010.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE (IDEMA). **Mapa das mesorregiões do RN (mapa corocromático)**, 2013. Disponível em: <http://www.idema.rn.gov.br/>.

LIMA, I. E. O.; NASCIMENTO, L. A. M.; SILVA, M. S. Comercialização de Plantas Medicinais no Município de Arapiraca-AL. **Rev. Bras. Pl. Med., Campinas**, v. 18, n. 2, p. 462-472, 2016.

LORENZI, H.; MATOS, F.J.A. **Plantas medicinais no Brasil**: nativas e exóticas. Instituto Plantarum, 2002, 512p.

MING, L.C. **Coleta de Plantas medicinais**. In: DI STA SI, L.C. Plantas medicinais: Arte e Ciência - um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo: UNESP, p.23-37, 1996.

PASSOS, M. M. B. *et al.* A disseminação cultural das garrafadas no Brasil: um paralelo entre medicina popular e legislação sanitária. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 248-262, 2018.

VEIGA JÚNIOR, V. F.; PINTO, A. C.; MACIEL, M. A. M. Plantas medicinais: cura segura? **Química nova**, v. 28, n. 3, p. 519-528, 2005.

ANÁLISE DA QUALIDADE MICROBIOLÓGICA DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO OBTIDA DE DIFERENTES FONTES DE ARMAZENAMENTO

AUTORES:

Mayara Leite Silva
Maria Beatriz Moreira Pereira
Luanda Barbara Ferreira Canario de Souza
Vinicius Costa Ferreira
Carina Vitoria Rodrigues do Rego
Patricia Vidal da Silva

RESUMO: A água é uma substância indispensável à saúde e a manutenção do corpo humano. A mesma também pode se destacar como meio de disseminação de microrganismos patogênicos, como os coliformes totais e *Escherichia coli*, essa última, sendo um indicador de contaminação fecal. O presente estudo teve como objetivo analisar a qualidade microbiológica da água obtida de diferentes fontes de armazenamento, utilizando o teste presuntivo para coliformes totais e o sistema Colilert® (IDEXX), para a detecção de *E. coli*. As amostras de água analisadas foram coletadas de um sistema de filtração que utilizava filtro de carvão, de um pote de cerâmica e galão de água mineral. A técnica dos tubos múltiplos foi realizada para o teste presuntivo para Coliformes totais e a pesquisa de *E. coli* foi realizada através das recomendações do fabricante para o sistema Colilert® (IDEXX). Os resultados demonstraram a inexistência de coliformes totais na amostra de água mineral, entretanto nas amostras obtidas do filtro e do pote de cerâmica detectamos >16,0 e 16,0 NMP/100mL de água analisada, respectivamente. Em relação a presença de *E. coli*, marcador de contaminação fecal, não detectamos a presença em nenhuma das amostras analisadas. Os coliformes totais encontrados nas amostras de água analisadas, provavelmente, vieram da falta de manutenção e processo de armazenamento de água dos locais de coleta. Esse achado poderá implicar na saúde do consumidor, sendo preciso a realização de estratégias corretivas e preventivas para a eliminação da fonte de contaminação.

Palavras-chave: Água. Análise Microbiológica. Coliformes.

INTRODUÇÃO: A água é um componente essencial para a vida na terra, e para o homem é de suma importância para sua sobrevivência, pois grande parte do corpo humano é composto por água, aproximadamente, entre 70 e 75% (MIRANDA 2011). A maior parte do globo terrestre é coberta de água, entretanto, 97,5% da dessa água é salgada, e assim, imprópria para o consumo humano. Apenas 2,493% é água doce, porém, somente 0,007% está disponível em rios e lagos disponíveis para consumo, a outra parte é inacessível, pois encontrasse em geleiras ou regiões subterrâneas (VENDRAMEL, KÖHLER 2002). Segundo a legislação que determina a água apropriada para o consumo, a Portaria do Ministério da Saúde nº 518/2004 define como Água Potável para consumo humano cujos parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam ao padrão de potabilidade e que não ofereça riscos à saúde (MOUSINHO *et al.*, 2014). De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (ABINAM, 2009), o consumo de água mineral no Brasil

vem crescendo há diversos anos, um percentual médio de 10% a cada ano. Todavia, ainda é possível observar em muitas casas brasileiras o consumo de água filtrada, nos tradicionais filtros de barro ou cerâmica. A qualidade da água é fundamental para o bem estar da população. Uma água de má qualidade quando ingerida pode provocar o surgimento de algumas enfermidades (ALVES *et al.*, 2002). Segundo dados publicados em 2011, na Confederação Nacional dos Municípios (CNM 2012), a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que pelo menos 2 milhões de pessoas, principalmente crianças, morrem por ano, devido à doenças causadas pela água contaminada (ALBANO *et al.*, 2012). Os grupos de organismos patogênicos transmitidos por contaminação através da água podem ser as bactérias, são organismos microscópicos uninucleares em que falta um núcleo completamente definido, como a *Shigella* e os *Coliformes totais e fecais*. Também se encontra os vírus, são grande grupo de agentes infecciosos submicroscópicos (10 a 25nm), envoltos por uma membrana proteica ao redor de um núcleo, onde estão contidas todas as informações para sua reprodução, como o *Rotavírus* e *Enterovírus*. Os protozoários também estão presentes, são animais unicelulares que se reproduzem por cissiparidade, a *Giardia lamblia* é um exemplo. Os Helmintos são vermes intestinais e parasitas que também são encontrados na água, como os Nematoides (CHAPRA, 1997). Em algumas ocasiões epidemias acontecem consequentemente da origem de postos de abastecimento de água. Segundo o manual prático de análise de água (2006), a análise da água, principalmente da utilizada ao consumo humano, é de grande importância. Pois só com esse tipo de pesquisa podemos comprovar de que a água distribuída é de confiança. Devido a isso, e sabendo da importância de avaliar a qualidade microbiológica da água, o presente estudo tem o objetivo analisar a qualidade microbiológica da água para consumo humano obtida de diferentes fontes de armazenamento, sendo elas: água filtrada em filtro de carvão, água armazenada em pote de cerâmica e água mineral (galão 20L). **METODOLOGIA: Coleta das amostras de água.** Foram realizado coletas de 3 amostras, contendo 100 ml de água cada, de diferentes fontes de armazenamento de água potável para consumo humano, sendo elas: Filtro de carvão, pote de cerâmica e galão de água mineral. A coleta foi realizada, respectivamente nas cidades de Brejinho e Parnamirim - RN, utilizando frascos transparentes, com tampa rosqueável e estéreis. Logo após a sua realização, as amostras foram levadas imediatamente ao Laboratório Multidisciplinar do Unifacex, onde as análises foram executadas. **Análise da qualidade microbiológica da água.** As amostras foram analisadas através da técnica dos tubos múltiplos, onde foi realizada a pesquisa presuntiva para a detecção de coliformes nas amostras de água. O meio Caldo Lactosado foi utilizado na pesquisa presuntiva para a detecção de coliformes totais e o sistema Colilert (IDEXX, Japão) para a detecção de coliformes totais e a *Escherichia coli*. As amostras coletadas foram homogeneizadas e em seguida adicionou-se 10 mL das amostras a tubos contendo 10 mL de Caldo Lactosado, em concentração dupla, e tubos de Durham invertidos. Foram utilizados 5 tubos por diluição da amostra. Após o inoculo, os tubos foram incubados a $35\pm 2^{\circ}\text{C}$ por 24h, onde foi observada a produção de gás a partir da fermentação da lactose. A não produção de gás após a incubação indica a ausência de Coliformes nas amostras de água analisadas. O número de tubos positivos foi anotado para determinar o número mais provável (NMP) de coliformes totais/mL (SAÚDE, 2013). Para a análise utilizando o sistema de detecção Colilert (IDEXX, Japão), 100 mL das

amostras de água foram acondicionadas em erlenmeyers estéreis e em seguida adicionou-se o conteúdo de um blister ao mesmo, sendo feito fechamento da vidraria e incubação a $35\pm 2^{\circ}\text{C}$ por 24h. Após o tempo de incubação é possível detectar a presença de coliformes totais a partir da mudança de coloração no meio de cultura, que torna-se amarelo em relação ao controle e também a presença de *E. coli* a partir da emissão de fluorescência. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No presente trabalho, foram coletadas 3 amostras de água, contendo 100 mL cada, de diferentes fontes de armazenamento de água potável para consumo humano, sendo elas: Filtro de carvão, pote de cerâmica e galão de água mineral. O resultado relativo à detecção de coliformes totais através da técnica de tubos múltiplos está demonstrado nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1 - Detecção de Coliformes totais em amostras de água pela técnica de tubos múltiplos.

Fonte de Água	Detecção de Coliformes Totais		
	Amostra 1	Amostra 2	Amostra 3
Filtro	+	+	+
Pote de Cerâmica	+	+	+
Mineral	-	-	-

Fonte: Autoria própria, 2018.

Tabela 2. Número mais provável (NMP) de Coliformes totais em amostras de água.

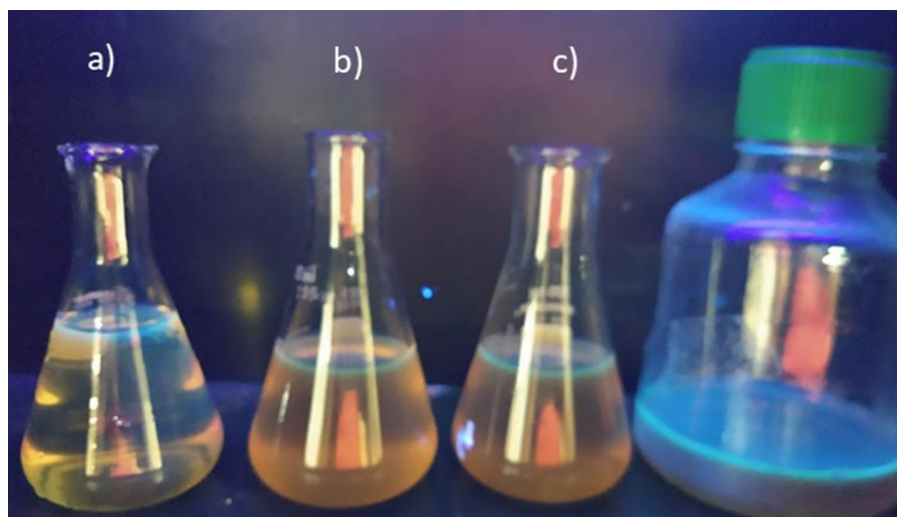
Fonte de Água	NMP/100mL	Limites	
		Inferior	Superior
Filtro	>16,0	8,0	Infinito
Pote de Cerâmica	16,0	3,3	52,9
Mineral	<2,2	0	6,0

Fonte: Autoria própria, 2018.

As amostras coletadas do filtro e do pote de cerâmica apresentaram-se contaminadas por coliformes totais, enquanto que apenas as amostras de água mineral não apresentaram a presença de coliformes. Esse achado deve-se provavelmente a falta de manutenção no filtro e da ausência de tratamento da água armazenada no pote de cerâmica. A água destinada ao consumo humano não deve apresentar nenhum tipo de contaminante físico, químico ou microbiológico que venha trazer danos a saúde humana. A água pode ser contaminada no ponto de origem, durante a sua distribuição e, principalmente, nos reservatórios particulares, sejam eles de empresas ou domiciliares. As causas mais frequentes da contaminação da água nesses reservatórios são a vedação inadequada das caixas d'água e cisternas, e carência de um programa de limpeza e desinfecção regular e periódica (YAMAGUCHI *et al.*, 2013). No Brasil, de acordo com a Portaria n. 518, de

2004, do Ministério da Saúde / ANVISA, a água é considerada potável, sob o ponto de vista microbiológico, quando está de acordo com a seguinte conformidade: ausência de coliformes totais e termotolerantes em 100 ml de amostra de água para consumo, considerando-se assim inofensiva para a saúde do homem. (SIQUEIRA *et al.*, 2010). Muitos estudos realizados no Brasil, mostraram resultados discrepantes em relação a presença de coliformes em amostras de água mineral. Alguns estudos corroboram os resultados obtidos em nosso trabalho como o realizado por Mattos e colaboradores (2017) que analisaram 24 amostras de água mineral engarrafada comercializada em um município baiano e nenhuma revelou a presença de coliformes totais e/ou *Escherichia coli*, estando, portanto todas aprovadas para este parâmetro de acordo a legislação vigente. Enquanto, em uma análise microbiológica desenvolvida por Cunha e colaboradores (CUNHA, 2012) na cidade de Macapá no estado do Amapá, nas amostras de água mineral adquiridas no comércio local, foi encontrado sinal de contaminação por *E. coli* em uma de suas amostras. Em nosso trabalho, o sistema Colilert foi utilizado para a detecção de coliformes totais e a *Escherichia coli* nas amostras de água. O resultado da pesquisa de *E. coli* está demonstrado na figura 1. O colilert é um sistema composto por um meio cromogênico que possuem em sua composição o 4-metil-umbeliferril. A *E. coli*, quando presente é capaz de metabolizar esse composto através da β -glucuronidase gerando fluorescência. De acordo com a figura 1 é possível ver que nenhuma das amostras de água mostraram-se contaminadas por *E. coli*.

Figura 1. Pesquisa de *E. coli* em amostras de água através do sistema Colilert em luz ultravioleta. **A)** Água mineral **b)** Água do filtro **c)** Água do pote de cerâmica. Frasco de tampa verde: controle positivo de fluorescência.



Fonte: Autoria própria, 2018.

Quanto aos aspectos microbiológicos, mesmo que não ocorram registros bacteriológicos em amostras de água (coliformes totais e *E. coli*), na literatura tem sido considerados outros parâmetros além dos normalmente utilizados para analisar o teor microbiano. Por exemplo, a ausência de coliformes ou *E. coli* não exclui, por

exemplo, fungos e filamentosos, independentemente do resultado negativo da análise bacteriológica. Alguns autores afirmam que desconsiderá-los pode representar um problema, em especial para usuários não saudáveis de águas, como pacientes imuno comprometidos (PONTARA *et al.*, 2011). **CONCLUSÃO:** O presente trabalho analisou amostras de água coletadas de diferentes fontes de armazenamento e pudemos observar que com exceção das amostras de água mineral, as demais amostras coletadas do filtro e do pote de jarro apresentaram o crescimento de coliformes totais. Esses microrganismos provavelmente contaminaram a água advinda dos processos de armazenamento e manutenção aplicada pelos donos das casas onde as coletas foram realizadas. Os coliformes totais é um grupo de bactérias que inclui espécies gram negativas, capazes de produzir gás a partir da fermentação da lactose. Encontrar essas bactérias como contaminantes não é tão representativa de contaminação fecal quanto a *E. coli* tendo em vista que esse grupo também é composto por bactérias não entéricas. No entanto, na pesquisa para a presença de *E. coli*, observamos que todas as amostras apresentaram ausência de crescimento desta bactéria, significando ausência de contaminação fecal. Outros testes devem ser realizados a fim de identificar as espécies de coliformes totais contaminantes encontradas nas amostras de água.

REFERÊNCIAS

ALBANO, R.C. *et al.* Análise de indicadores microbiológicos em amostras de água mineral natural. **Cadernos da Escola de Saúde**, Curitiba, 9: 128-137 v. 1.

ALVES, N.C.; ODORIZZI, A.C.; GOULART, F.C. Análise microbiológica de águas minerais e de água potável de abastecimento, Marília, SP. **Rev. Saúde Pública**. 2002; 36 (6): 749 – 51.

BRASIL. **Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais - ABINAM**
Disponível em: http://www.abinam.com.br/lrmais_materias.php?cd_materias=71.
Acesso em: 14 out. 2018.

_____. Fundação Nacional de Saúde. **Manual prático de análise de água**. 2.ed. rev. - Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2006. 146 p. Brasília, 2006.

_____. **Resolução CONAMA nº 274, de 29 de novembro de 2000**: Define os critérios de balneabilidade em águas brasileiras. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2000.

_____. **Agência Confederação Nacional dos Municípios**. (ACNM). Água contaminada mata dois milhões de pessoas por ano no mundo. Disponível em: URL:http://www.cnm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14887&catid=27:saude&Itemid=116 – 2011. Acesso em: 19 set. 2018.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 518 de 25 de março de 2004**. Dispõe sobre os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da

qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2004.

_____. SAÚDE, F. N. DE. **Manual Prático de Análise de Água**. 4ª ed. Brasília, 2013 Fundação Nacional de Saúde. [S.l.: s.n.], 2013. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/site/wpcontent/files_mf/manual_pratico_de_analise_de_agua_2.pdf. Acesso em: 22 out. 2018.

CHAPRA, S.C. Surface water-quality modeling. **Revista Mc Graw-Hill - New York** - 1997. v. 1, p. 503-17.

CUNHA, H. F. A. *et al.* Qualidade físico-química e microbiológica de água mineral e padrões da legislação. **Revista Ambiente & água**, v. 7, n. 3, p. 17–35, 2012.

MATTOS, G.N.; LIMA, L.G.; VIEIRA, V.F.; DUARTE, S.F.P. Avaliação de Coliformes Totais e Escherichia coli em Diferentes Lotes de Água Mineral Comercializadas em um Município do Sudoeste Baiano. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia** v.11, n. 38. 2017 - ISSN 1981-1179 . Edição eletrônica em <http://idonline.emnuvens.com.br/id>

MIRANDA, E. E. **A água no corpo humano**. Disponível em: <http://www.meioambientenews.com.br/conteudo.ler.php?id=215&q%5B1%7Cconteudo.idcategoria%5D=27>. Campinas, 2004 . Acesso em: 14 out. 2018.

MOUSINHO, D.D.; GONÇALVES, L.S.; SARAIVA, A.; CARVALHO, R.M. Avaliação da qualidade físico-química e microbiológica da água de bebedouros de uma creche em Teresina - PI. **Revista Interdisciplinar**. v. 7, n. 1, p. 93-100, jan., fev., mar. 2014.

PONTARA, A. V.; OLIVEIRA, C. D. D.; BARBOSA, A. H.; SANTOS, R. A.; PIRES, R. H.; MARTINS, C. H G. Microbiological monitoring of mineral water commercialized in Brazil. **Brazilian Journal of Microbiology**, v. 42, n. 2, p. 554-559, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-83822011000200020>

SIQUEIRA, L. P. de *et al.* Avaliação microbiológica da água de consumo empregada em unidades de alimentação. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 15, n. 1, p. 63 jan. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14131232010000100011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 22 out. 2018.

YAMAGUCHI, U. M. *et al.* Qualidade microbiológica da água para consumo humano em instituição de ensino de Maringá-PR. **O mundo da saúde**, v. 37, n. 7, p. 312–320, 2013.

VENDRAMEL, E.; KOHLER, V.B. A história do abastecimento de água em Maringá, Estado do Paraná. **Acta Scientiarum**. 2002; v.24, n.1,p. 253-60.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE MICROBIOLÓGICA DE PLANTAS MEDICINAIS COMERCIALIZADAS EM FEIRAS LIVRES NO RIO GRANDE DO NORTE

AUTORES:

Mayara Leite Silva
Maria Beatriz Moreira Pereira
Vinicius Costa Ferreira
Jessica Fernandes da Silva Alves
Luanda Barbara Ferreira Canario de Souza
Deborah Munique Nogueira de Sousa Fontoura

RESUMO: O uso de plantas medicinais é uma das praticas mais antigas empregadas para tratamento de doenças humanas. Nas regiões menos desenvolvidas do país e até mesmo nas grandes capitais brasileiras, plantas medicinais são vendidas em feiras livres, mercados públicos e até mesmo cultivadas nos quintais das residências. Contudo, em virtude das condições de coleta, cultivo e preparo desses produtos existe a preocupação em relação ao controle de qualidade microbiológico dos mesmos, bem como em relação à atividade terapêutica. Dessa forma, o presente estudo objetivou avaliar a qualidade microbiológica de plantas medicinais comercializadas na feira livre de São Gonçalo do Amarante e Brejinho/RN. A análise microbiológica foi realizada de acordo com os padrões estabelecidos pela Farmacopeia Brasileira 5ª ed. (2010) para produtos não estéreis, através do método de semeadura em superfície. As drogas vegetais analisadas no trabalho foram: Urtiga Branca (*Lamium album*), Canela de velho (*Miconia albicans*) e Unha de gato (*Uncaria tomentosa*). Em todas as amostras analisadas foi possível verificar crescimento bacteriano e fúngico. Os níveis de microrganismos aeróbios variaram de $1,2 \times 10^7$ a $3,5 \times 10^7$ UFC/g para bactérias e de $4,4 \times 10^3$ a $2,7 \times 10^7$ UFC/g para fungos, sendo a *Lamium album* a planta que apresentou maior crescimento para bactérias e *Miconia albicans* a planta que apresentou maior crescimento para fungos. Tendo em vista que houveram plantas medicinais fora do parâmetro preconizado pelos órgãos regulamentadores, as mesmas podem oferecer riscos à saúde da comunidade.

Palavras-chave: Análise microbiológica. Plantas medicinais. Feiras livres.

INTRODUÇÃO: O uso de plantas medicinais é uma das praticas mais antigas empregadas para tratamento de doenças humanas (BRUNINNG *et al.*, 2012). Consiste em um conjunto de conhecimentos entre os muitos usuários e praticantes, sendo difundidos, acima de tudo pela tradição. Muito do que se conhece nos tempos hodiernos sobre tratamentos com plantas medicinais origina-se de conhecimentos populares. Mesmo com o progresso do conhecimento científico, as plantas ainda assim são usadas, com bastante frequência para fins medicinais, principalmente por pessoas que moram em áreas rurais das cidades, e também pelo alto custo dos medicamentos industrializados (BRUNINNG *et al.*, 2012). Nas regiões menos desenvolvidas do país e até mesmo nas grandes capitais brasileiras, plantas medicinais são vendidas em feiras livres, mercados públicos e até mesmo cultivadas nos quintais das residências. Esse tipo de comércio abrange diversas espécies,

produtos e subprodutos de plantas, sendo na grande maioria comercializada apenas pelo nome popular, e nem sempre quem comercializa é detentor dos conhecimentos de suas aplicações, interações entre as espécies e modos corretos de utilizá-las (ALVES *et al.*, 2016). Com o aumento significativo do interesse do público brasileiro por terapias naturais, é necessário investigar se os produtos comercializados estão sendo apresentados e ofertados ao usuário de acordo com a legislação vigente. O controle microbiológico tem como função determinar o número total de microrganismos presentes em preparações não estéreis, cosméticos e drogas vegetais, além de identificar micro-organismos patogênicos, tais como *Salmonella* sp., *Escherichia coli*, *Staphylococcus aureus* e *Pseudomonas aeruginosa*, que não devem estar presentes (SONAGLIO *et al.*, 2003). Diante do exposto, a presente pesquisa teve por objetivo realizar a análise microbiológica de três plantas medicinais comercializadas em feiras livres no estado do Rio Grande do Norte. **METODOLOGIA: Obtenção do Material Vegetal.** As drogas vegetais foram adquiridas em feiras livres de cidades do Rio Grande do Norte. As plantas são comercializadas apenas por seus nomes comuns e após pesquisa na literatura sugerimos as espécies analisadas (Tabela 1). A Figura 1 mostra os exemplares coletados.

Tabela 1 - Plantas coletadas para análise microbiológica.

Nome comum	Parte da planta	Nome botânico	Município de coleta
Canela de velho	Folhas	<i>Miconia albicans</i>	Brejinho
Urtiga branca	Cascas	<i>Lamium album</i>	São Gonçalo do Amarante
Unha de gato	Cascas	<i>Uncaria tomentosa</i>	Brejinho

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Figura 1 - a) Urtiga Branca (*Lamium album*), b) Canela de velho (*Miconia albicans*). c) Unha de gato (*Uncaria tomentosa*).



Preparo das drogas vegetais: Pesou-se 10g de cada droga vegetal e adicionou-se a 90 mL de caldo caseína soja. Em seguida, a partir dessa diluição inicial, foram preparadas as demais diluições decimais (10^{-1} a 10^{-5}) empregando-se o mesmo diluente. **Análise Microbiológica:** A análise microbiológica foi realizada através da

utilização do método em superfície recomendado pela Farmacopéia Brasileira 5ª ed. (2010). Foram adicionados 100µL das diluições decimais preparadas anteriormente na superfície das placas de Ágar Caseína Soja para bactérias e Ágar Sabouraud para fungos filamentosos e leveduras. Após a inoculação, as placas foram incubadas a 35°C por 24h/48h, sendo em seguida realizadas as contagens de unidades formadoras de colônia. A contagem nas placas foi realizada naquelas que continham no máximo 300 colônias de bactérias ou fungos. De acordo com a Farmacopeia Brasileira 5ª ed. (2010), nas drogas vegetais que serão submetidas a processos extrativos a quente e a frio, respectivamente, a contagem total de bactérias aeróbias corresponde a 10^7 e 10^5 UFC/g ou mL e a contagem total de fungos/leveduras igual a 10^4 e 10^3 UFC/g ou mL. Esses parâmetros foram considerados para a avaliação dos resultados encontrados nas análises.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: No presente trabalho foi realizada a análise microbiológica das drogas vegetais Urtiga Branca (*Lamium album*), Canela de velho (*Miconia albicans*) e Unha de gato (*Uncaria tomentosa*). Os resultados obtidos na contagem de colônias das drogas vegetais analisadas estão demonstrados na Tabela 2. Em todas as amostras analisadas foi possível verificar crescimento bacteriano e fúngico. Os níveis de microrganismos aeróbios variou de $1,2 \times 10^7$ a $3,5 \times 10^7$ UFC/g para bactérias e de $4,4 \times 10^3$ a $2,7 \times 10^7$ UFC/g para fungos, sendo a *Lamium album* a planta que apresentou maior crescimento para bactérias e *Miconia albicans* a planta que apresentou maior crescimento para fungos.

Tabela 1 - Contagem de microrganismos viáveis de drogas vegetais comercializadas em feiras livres do RN.

Droga Vegetal	Bactérias	Fungos
	UFC/g	
Urtiga Branca (<i>Lamium album</i>)	$3,5 \times 10^7$	$2,7 \times 10^7$
Canela de Velho (<i>Miconia albicans</i>)	$3,2 \times 10^7$	$4,4 \times 10^3$
Unha de Gato (<i>Uncaria tomentosa</i>)	$1,2 \times 10^7$	$2,3 \times 10^5$

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Realizando uma análise dos valores de UFC/g encontrados com os parâmetros preconizados pela Farmacopeia Brasileira, observamos que todas as drogas vegetais mostraram contagem de bactérias conformes com os limites estabelecidos para processos extrativos a quente, entretanto caso as mesmas venham a ser utilizadas em processos extrativos a frio, o número de UFC/g de bactérias excede os parâmetros. Em relação à contagem de UFC/g para os fungos, observamos que apenas a Canela de velho (*Miconia albicans*) está conforme o estabelecido pela farmacopeia para processos extrativos a quente e a frio, enquanto que as demais encontram-se com uma contagem de colônias muito maior que os limites

preconizados na Farmacopeia Brasileira. A *Lamium album*, popularmente conhecida como “urtiga branca” potencializada por sua ação analgésica, anti-inflamatória e antimicrobiana, foi descrito na literatura, a realização de ensaios pré clínicos sobre o uso tradicional no tratamento e prevenção de doenças cardiovasculares, suas flores e folhas são utilizadas como antitussígeno, o chá de suas folhas e ramos é usado para estancar sangramentos, o consumo das folhas é indicado para dieta alimentar destinada a perda de peso. Esta planta tem sido uma alternativa natural e segura ao tratamento de rinite alérgica crônica. Possui também propriedades antirreumática, antisséptica, bactericida, adstringente, como diurético-depurativo, estimulante circulatório, antianêmico, emenagogo, afrodisíaco, hemostático, estomáquico, vasodilatador e vermífugo. É citado também o uso do extrato aquoso da planta inteira como estimulante capilar e também utilizada como coadjuvante no tratamento prolongado da hiperplasia prostática benigna (AVILA, 2013). A literatura também traz a utilização da *Miconia albicans*, popularmente conhecida como “canela de velho” com especificidades diferentes traz ação anti-inflamatórias e tonificantes, atribuindo sua aplicabilidade principalmente nos casos de artrite, artrose e dores musculares, além de ser utilizada em infusões (AVILA, 2013). E por último a *Uncaria tomentosa*, conhecida pela “unha de gato”, são documentados com propriedades imunoestimulantes, anti-inflamatórias, anticancerígena, reparadora das células e reativadora da imunidade podendo também ser utilizada no tratamento de amigdalite e artrite (ALONSO, 2004). **CONCLUSÃO:** Observou-se que a comercialização, utilização e manipulação das ervas medicinais, é uma prática antiga, mas que nunca perdeu a essência e nem a procura na sua utilização. Na análise microbiológica das raízes e cascas utilizadas na pesquisa, as metodologias utilizadas foram adequadas para avaliar a quantidade de colônias microbiológicas suficiente para nos trazer resultados, apresentando presença de bactérias e fungos. Diante disso, podemos concluir que é de total relevância o estudo e conhecimento preciso em relação à utilização e comercialização das plantas medicinais, bem como, o acondicionamento das mesmas antes de chegar ao consumidor final, a fim de existir menor quantidade de contaminação no seu manuseio.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P.; ALENCAR, N. L. Métodos e técnicas para a coleta de dados etnobiológicos. *In: Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica*. NUPEEA, Recife, Brazil, 2010b, p.39-64.

ALVES, C.A.B. *et al.* Comercialização de plantas medicinais: um estudo etnobotânico na feira livre do município de Guarabira, Paraíba, nordeste do Brasil. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21707/gaia.v10.n04a31>. **Gaia Scientia** (2016). v. 10, n.4, p. 390-407.

ALONSO, Jorge. **Tratado de Fitofármacos e Nutracéuticos**. Rosário: Corpus, 2004.

ÁVILA, L. C. **Índice terapêutico fitoterápico – ITF**. 2 ed. Petrópolis, RJ, 2013.

BRAZ, P.H.; MELO, T.L.; BRANDÃO, R.S.; PINTO, M.V; GONCALVES, V.S. Análise microbiológica de preparações medicinais adquiridas em raizeiro na cidade de Sanclerlândia/GO. **Revista Faculdade Montes Belos (FMB)**, v. 8, n. 1, 2015, p (1-10), 2014.

BUGNO, A. *et al.* Avaliação da contaminação microbiana em drogas vegetais. **Rev. Bras. Farm.** São Paulo, v.41, n.4, p. 4 , 2005.

BRUNINNG, M.C.R.; GONZALEZ, G.B.; VIANNA, C.M.M. A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu – Paraná: a visão dos profissionais de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n.10, p. 2675-2685, 2012.

FREITAS, L.O. ; ANSELMO, R. Analises de coliformes fecais a 45°C em plantas medicinais comercializadas em feiras livres e ervanários do distrito federal. **Ensaio e Ciência - Ciências Biológicas e da Saúde**. v. 16, n. 3, 2012.

FÉLIX-SILVA, J. *et al.* Identificação botânica e química de espécies vegetais de uso popular no Rio Grande do Norte, Brasil . **Rev. Bras. Pl. Med.**, Botucatu, v.14, n.3, p.548-555, 2012.

LASTE, F.D. Qualidade microbiológica de chá verde (CAMELLIA SINENSIS) comercializado no município de Concórdia- SC. **Saúde Meio Ambiente**. v. 5, n. 1, p. 35-42, jan./jun. 2016 ISSN 2316-347.

LOW, T.; RODD, T.; BERESFORD, R. Segredos e virtudes das plantas medicinais: um guia com centenas de plantas nativas e exóticas e seus poderes curativos. **Reader's Digest Livros**. Rio de Janeiro, RJ. 1994, 416p. il.

NASCIMENTO, V. T. *et al.* Controle de qualidade de produtos à base de plantas medicinais comercializados na cidade do RecifePE: erva-doce (*Pimpinella anisum* L.), quebra-pedra (*Phyllanthus* spp.), espinheira santa (*Maytenus ilicifolia* mart.) e camomila (*matricaria recutita* L.). **Rev. Bras. Pl. Med.**, v.7, n.3, p.56-64, 2005.

RODRIGUES, J.D.; LIMA, C.P. Análise microbiológica e físico química de amostras secas de camomila, *Matricaria recutita* (L.), asteraceae, comercializadas em Curitiba, Paraná. **Cad. da Esc. de Saúde**, Curitiba, v.2 n.14, p. 11-20.

SANTOS, I.M.R; FERREIRA, S.M.O.; ARAÚJO, T.P.; FERREIRA, S.A., BRANDÃO; R.S., MIRANDA, L.C.B.; NOGUEIRA, S.V. Analise microbiológica de matérias-primas vegetais comercializadas em farmácias magistrais e ervanarias do município de Goiânia/GO. **Revista Faculdade Montes Belos (FMB)**, v. 8, n. 1, 2015, p (1-9), 2014.

SILVA, B.R *et al.* Avaliação da qualidade microbiológica de lambedores comercializados no município de Cuité – PB. **Revista Saúde e Ciência Online**. v.5, n.1, 2016.

SILVA, BR *et al.* Avaliação microbiológica de Lambedores. **Revista Saúde e Ciência online**, 2016; v.5, n.1, p. 05 – 22.

SIMÕES, C. M. O. *et al.* **Farmacognosia**: da planta ao medicamento. 5. ed. Porto Alegre/Florianópolis: Editoras da UFRGS e UFSC, 2004.

SOUZA, F.S.; Produtos Fitoterápicos e a necessidade de um controle de qualidade microbiológico. **VEREDAS FAVIP - Revista Eletrônica de Ciências** - v. 3, n. 2 – jul. - dez., 2010.

PEREIRA, J.C.N. *et al.* Analise microbiológica de ervas medicinais na cidade de Vitória de Santo Antão – PE. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, v. 8 e 9, p.205-216, 2011/2012.

YAMAMOTO, H. C. *et al.* Controle de qualidade microbiológico de Produtos Farmacêuticos, Cosméticos e Fitoterápicos Produzidos na zona da mata, mG. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2004**; Belo Horizonte, MG. Disponível em: <http://www.ufmg.br/congrext/Desen/Desen7.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

ANÁLISE MICROBIOLÓGICA PRIMÁRIA DE LEITE UHT COMERCIALIZADOS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE NATAL/RN

AUTORES:

Rafaela Camara Bezerra
Narita Renata de Melo Seixas
Sabrina Karolaine Irineu de Araújo Sousa
Kerzea Miguel de Oliveira
Delanne Cristina Souza de Sena Fontineli
Manuela Bernardo Camara Barbosa

RESUMO: A avaliação microbiológica do leite é indispensável, dado que este tipo de alimento é um dos mais consumidos diariamente em todo o mundo. A fim de evitar contaminações, é necessário que o produto seja submetido aos processos de controle de qualidade que assegure a permanência de suas propriedades físicas e químicas, de modo a favorecer seu valor comercial e nutricional. Com isso, a pesquisa realizada teve por objetivo avaliar microbiologicamente leites de vaca do tipo UHT comercializados no município de Natal/RN, com intuito de identificar a presença de microrganismos que não foram eliminados mesmo após o processo de ultra alta temperatura. Utilizou-se amostras de seis marcas de leite UHT integral distintas, onde as mesmas foram semeadas em placas de petri com quatro tipos de meio de culturas diferentes, em duplicata e, em seguida, após a incubação por 72 horas, observou-se que apenas o meio ágar nutriente apontou crescimento microbiano, o que já é esperado por ser um meio não seletivo. Este resultado é satisfatório, apesar de ser uma análise preliminar, atesta que o método utilizado para eliminação dos microrganismos é eficiente.

Palavras-chave: Leite. UHT. Análise microbiológica.

INTRODUÇÃO: O leite de vaca é considerado um dos alimentos nutritivos mais antigos utilizados pelos seres humanos, essencialmente, devido a sua rica fonte de gorduras, proteínas e sais minerais. Essas fontes nutricionais permitem que esse alimento seja considerado o mais completo e indispensável para o organismo humano nos primeiros anos de vida (MOURA *et al.*, 2017). Devido sua composição química, o mesmo é utilizado como matéria-prima capaz de originar outros diversos produtos lácteos, como a manteiga, iogurte, queijos, leites fermentados, produtos concentrados e desidratados que possuem significativo valor econômico (CHAPAVAL, 2000). Com sua grande disponibilidade de nutrientes, alta atividade de água e seu pH próximo da neutralidade, o mesmo torna-se um ótimo substrato para o crescimento de uma variedade de microrganismos, inclusive patogênicos (ARCURI *et al.*, 2006). Este produto pode ser classificado conforme os processos térmicos utilizados para a sua conservação, dentre estes, existe a pasteurização que é comumente utilizada com objetivo de estender o tempo de vida útil do alimento, agindo na eliminação de aproximadamente 98% dos microrganismos, incluindo patogênicos não esporulados, além da esterilização que permite a ocorrência da morte térmica dos microrganismos, mas não de forma absoluta, uma vez que alguns apresentam-se termorresistentes, podendo então, continuar presente no produto

(ROCHA, 2004). Embora seja possível manter a integridade do alimento, Mulinari, Rosolen e Adami (2017) esclarece que é importante que haja o mínimo de alterações possíveis na composição química do produto, garantindo a qualidade apropriada para consumo. O leite do tipo Ultra High Temperature (UHT) ou Ultra Alta Temperatura (UAT), conhecido como leite longa vida, é um dos produtos lácteos mais consumidos. É compreendido como produto homogeneizado que foi submetido, no tempo de dois a quatro segundos, a uma temperatura de 130 a 150°C, por meio de um método térmico de fluxo contínuo, rapidamente resfriado a uma temperatura inferior a 32 °C e conservado em condições assépticas em embalagens estéreis e totalmente fechadas (BRASIL, 2002). Entretanto, apesar de todas as técnicas utilizadas para assegurar a esterilidade do alimento, é possível que ainda ocorra contaminação por multiplicação de microrganismos, o que torna o produto inadequado para o consumo, uma vez que pode ocasionar modificações químicas das gorduras, açúcares e proteínas, alterando assim suas características padrões. Esta contaminação por microrganismos pode acarretar em liberação de toxinas, o que constitui uma das causas mais frequentes de problemas sanitários e perdas econômicas, além de causar prejuízos à saúde humana (MENEZES *et al.*, 2014). Tratando-se de um dos alimentos mais consumidos no mundo, é indispensável o controle microbiológico do leite e de produtos lácteos para a saúde do consumidor. Para certificar a qualidade do produto, é necessário que ocorra o cumprimento do controle de qualidade de modo a garantir a permanência das propriedades físicas e químicas do produto, tornando-o adequado para o consumo. Ainda assim, é sabido que ocorre por parte de algumas empresas, o não cumprimento das leis que determinam a qualidade do produto, ou seja, o processo de produção transcorre em fraudes (RONCATO; RONCATO; VILLWOCK, 2017). Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo verificar os parâmetros de qualidade do produto quanto a presença de coliformes fecais e também sua predisposição ao crescimento de microrganismos como as bactérias e os fungos, a partir da realização de análises microbiológicas utilizando meios de cultura, semeados com amostras de leites UHT's de seis marcas de grande circulação no mercado, a fim de assegurar a confiabilidade e segurança desses produtos.

METODOLOGIA: Os experimentos foram realizados no Laboratório Multidisciplinar I do Centro Universitário FACEX (Unifacex) Campus Capim Macio, Natal/RN. Foram selecionadas seis marcas de leite de vaca UHT integral comercializadas em estabelecimentos no município de Natal/RN. As amostras foram adquiridas no comércio local do município e transportadas à temperatura ambiente para o laboratório, onde foram devidamente codificadas como “V”, “N”, “B”, “E”, “P” e “C”, para fins de manter a integridade das empresas. Para realização deste trabalho, foi desenvolvida uma metodologia baseada na Instrução Normativa nº 62, de 26 de Agosto de 2003, com modificações, onde foram realizadas análises microbiológicas utilizando os meios de cultura ágar nutriente, ágar sabouraud, ágar macconkey e ágar salmonella shigella (SS), a fim de identificar possíveis contaminações microbianas. Para estas análises, utilizou-se as seis marcas distintas de leite UHT, onde para cada marca, foram utilizadas duas amostras de mesmo lote. O procedimento de semeadura foi realizado em uma Cabine de Segurança Biológica da QUIMIS, Tipo II A (CSB IIA - fluxo laminar), modelo Q216F21RA1, onde todos os materiais que entraram em contato com as amostras foram previamente esterilizados para que não houvesse contaminação durante o processo. Iniciou-se o

procedimento identificando as placas de petri com uma divisão ao meio, onde um lado continha uma letra de reconhecimento para cada amostra e o outro lado para controle negativo. Em seguida, foram transferidos 50 ml da amostra de uma das marcas para um becker, e com o auxílio de swab foi realizado, em duplicata, o semeio com estrias da amostra concentrada em superfície para cada meio de cultura. O mesmo procedimento foi realizado para as demais marcas. Ao fim da semeadura, as amostras foram incubadas em uma estufa, onde foram submetidas a temperatura de 35 °C durante 72 horas. Passado o tempo de incubação, foram observados e anotados os resultados até então obtidos. Para comprovação dos resultados, foi realizada uma nova análise, seguindo o mesmo procedimento. Essas análises foram realizadas com novas amostras de cada marca, porém permanecendo o mesmo lote. **REVISÃO DA LITERATURA:** Sendo o leite um produto alimentício que se destaca entre os alimentos mais consumidos no mundo, Brito e Brito (1998), reforça que, a importância dada a este alimento para a vida humana aumenta as precauções quanto a execução do controle de qualidade para com o produto, resultando numa melhor verificação dos parâmetros que garantem a permanência das propriedades nutritivas, evitando os possíveis prejuízos para saúde do consumidor. Uma série de combinações tecnológicas de ultrapasteurização em envase asséptico utilizando embalagens de longa vida (Tetra Pak) juntamente com a retirada do ar ao término do processo de fechamento da embalagem confere ao leite UHT a manutenção dos nutrientes e características organolépticas, sob temperatura ambiente e sem adição de conservantes (LUIZ *et al.*, 2010). No Brasil, segundo Tamanini *et al.* (2011), a produção de leite UHT tem se elevado predominantemente devido a comodidade que traz para o consumidor, uma vez que o mesmo encontra no produto uma melhor predisposição no que diz respeito a conservação por um maior intervalo de tempo e com a menor chance de putrefazer, o que garante a segurança alimentar do mesmo. No trabalho de Camara e Weschenfelder (2014), estima-se o consumo do leite UHT em cerca de 87% das famílias brasileiras, valor expressivo e dirigente para manter-se a qualidade a partir, principalmente das medidas higiênicas no momento de coleta de matéria-prima. De acordo com Regulamento Técnico para Fixação de Identidade e Qualidade do Leite UHT (UAT) (BRASIL, 1997), as medidas de precauções quanto a qualidade do produto são observadas a partir da presença de algumas características, como o aspecto líquido, a coloração branca e sabor característico, diminuindo as chances de aparição de sabores e odores estranhos. Segundo Lima *et al.* (2009), pode-se observar, além dos aspectos sensoriais, os aspectos físico-químicos e microbiológicos a partir de uma análise nos lotes dos produtos que, de acordo com seu tempo de vida em prateleira, em torno dois meses após a data de fabricação, já se é possível perceber modificações em sua estrutura, como a formação de corpo de fundo gelificados, mudanças na coloração que corrobora em produto não homogeneizado, alterações no sabor e odor, além da diminuição do teor de gorduras que normalmente apresentam-se em leites UHT's. No trabalho de Martins *et al.* (2008), observa-se que a verificação da qualidade do produto também pode ser realizada a partir temperatura que, quando mantida adequadamente, garante a esterilização do produto e atesta o sucesso do mesmo no âmbito comercial. Existem ainda as análises microbiológicas que são realizadas com o intuito de aferir a qualidade dos produtos, identificando a presença de microrganismos quanto a espécie e a quantidade presente e/ou ausente. Para o leite UHT, essas análises

agiram na identificação da qualidade de cada um dos lotes utilizados e demais derivados do mesmo, seguindo a regulamentação deferida pela Anvisa (BRASIL, 2001), uma vez que satisfazem os índices de atividade, como a pureza, características organolépticas e inocuidade do produto. Para a realização destas análises, são utilizados meios de cultura que possibilitam, a partir do falso cultivo de microrganismo, a identificação das possíveis contaminações nos mais diversos alimentos, uma vez que disponibilizam as propriedades necessárias que favorecem o crescimento. Silva (2002) destaca a importância dessas análises como um meio de testar o crescimento de determinados microrganismos que chegam ao alimento através até mesmo de um manuseio inadequado, resultando em intoxicações alimentares. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Sabe-se que o leite UHT deriva de processos térmicos, que tem como principal objetivo eliminar os microrganismos que alteram a sua qualidade ou que podem provocar algum tipo de patogenia aos consumidores. Na Tabela 1, estão apresentados os resultados com as médias das unidades formadoras de colônias (UFC) das análises de crescimento de microrganismos em cada meio. Pode-se observar que houve desenvolvimento somente no meio ágar nutriente, o que era esperado para um meio não seletivo. Logo, a sigla N/A foi utilizada para classificar os meios que não apresentaram nenhum tipo de crescimento considerável.

Tabela 1: Médias das análises microbiológicas do leite UHT.

CONTAGEM DE MICRORGANISMOS (UFC/mL)						
MEIO/AMOSTRA	V	N	B	E	P	C
Ágar Nutriente	$6,75 \times 10^0$	$2,25 \times 10^0$	$2,0 \times 10^0$	$2,5 \times 10^{-1}$	$2,5 \times 10^{-1}$	$2,5 \times 10^{-1}$
Ágar Sabouraud	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ágar Macconkey	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ágar Salmonella Shigella	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: Autoria própria, 2018.

O meio ágar nutriente apresentou uma quantidade de UFC relativamente pequena. As amostras V, N e B apresentaram um número maior de formação de colônias quando comparado com as demais amostras que, como é possível observar, a média de UFC sinaliza um número insignificante de crescimento de microrganismos nas amostras E, P e C. O meio ágar nutriente é comumente utilizado para transporte, conservação e manutenção de culturas, e, o crescimento de microrganismo observado no mesmo é derivado da presença de propriedades que facilitam o desenvolvimento de bactérias, tal como a presença de extrato de levedura que age como fonte de vitamina, especificamente a do grupo B, assim, o resultado obtido equivale ao esperado (BRASIL, 2013). Entretanto, pode indicar uma possível contaminação durante o processo ou algum dano na embalagem do produto, ou ainda, ter ocorrido erro no procedimento de esterilização da máquina de envase e de tratamento térmico (ROCHA, 2004). O meio ágar sabouraud

proporciona o crescimento de fungos patogênicos e comensais, e também de leveduras, contém alta concentração de carboidrato e não apresentou resultados significativos. O mesmo resultado observou-se com o ágar macconkey que, é um meio de cultura que tem como propósito o desenvolvimento de bactérias apenas do tipo gram negativas, pois ele possui em sua composição substâncias como ácido biliar e cristal violeta que impede o crescimento de gram positivas. Por fim, o ágar SS que é um meio diferenciado, composto por sais de bile, verde brilhante e citrato de sódio, que também tem por finalidade a inibição de bactérias gram positivas e o isolamento da *Salmonella* e *Shigella* (BRASIL, 2013). O resultado observado nos meios ágar sabouraud, ágar macconkey e ágar SS não apresentaram crescimento microbiológico, mesmo sendo utilizados com intuito de observar crescimento e isolar determinados microrganismos. **CONCLUSÃO:** De acordo com o apresentado, o crescimento observado no meio ágar nutriente, meio não seletivo, retrata um número de colônias que não determina contaminação microbiana de alto risco. O crescimento pode ser artefato da técnica utilizada, uma vez que a mesma, ainda com a realização do processo de esterilização, não admite total garantia de não haver contaminação. Apesar de se tratar de dados preliminares, este trabalho mesmo corrobora com informações satisfatórias no que diz respeito a técnica de ultra alta temperatura utilizada para a produção de leite de vaca integral, apresentando eficiência diante do resultado. Este resultado é convincente em virtude de tratar-se de leites de marcas de grande comercialização, o que assegura que há um controle de qualidade microbiológico ativo, garantindo um uso sem maiores riscos de reações adversas aos consumidores.

REFERÊNCIAS

ARCURI, E.F. *et al.* **Qualidade microbiológica do leite refrigerado nas fazendas.** Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia. v. 58, n.3; p. 440-446, 2006.

BRASIL. **Microbiologia Clínica Para O Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde.** 5. ed. Brasília, DF: Anvisa, p. 5-95, 2013. Disponível em: http://ccihadm.med.br/legislacao/Microbiologia_clinica_ANVISA_Meios_de_cultura.pdf. Acesso em: 19 out. 2018.

_____. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal. Instrução Normativa nº62, de 26 de agosto de 2003.** Métodos analíticos oficiais para análises microbiológicas para controle de produtos de origem animal e água. Diário Oficial da república Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 set. 2003.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução normativa nº 51 de 18 de setembro de 2002. Brasília, DF: MAPA, 2002a. Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=8932>. Acesso em: 11 out. 2018.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Regulamento Técnico para Fixação de Identidade e Qualidade do Leite UHT (UAT): aprovado pela Portaria nº 370, de 04 de setembro de 1997.

_____. Resolução RDC nº 12, de 2 de janeiro de 2001. Aprova o “Regulamento técnico sobre padrões microbiológicos para alimentos”. órgão emissor: ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/RDC_12_2001.pdf/15ffddf6-3767-4527-bfac-740a0400829b. Acesso em: 14 out. 2018.

BRITO, Maria Aparecida Vasconcelos Paiva; BRITO, José Renaldi Feitosa.

Qualidade do Leite. [S.l.: s.n.], 1998. cap. 3.

CAMARA, Fabiane Alexia; WESCHENFELDER, Simone. LEITE UHT INTEGRAL: Avaliação da Rotulagem Nutricional e dos Padrões de Identidade e Qualidade.

Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes, Juiz de Fora, v. 69, n. 4, p.268-279, 2014. Disponível em:

<https://www.revistadoilct.com.br/rilct/article/view/331/326>. Acesso em: 15 out. 2018.

CHAPAVAL, L. **Leite de qualidade:** manejo reprodutivo, nutricional e sanitário. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000. 196 p.

LIMA, Fabiana Marquior *et al.* **Qualidade de Leite Uht Integral e Desnatado, Comercializado na Cidade de São Joaquim da Barra, Sp.** Nucleos Animalium, São Paulo, v. 1, n. 1, p.61-69, 2009.

LUIZ, Domareski Jackson *et al.* **Avaliação físico-química e microbiológica do leite UHT comercializado em três países do Mercosul (Brasil, Argentina e Paraguai).** ALAN, Caracas, v. 60, n. 3, p. 261-269, sept. 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-06222010000300008&lang=pt. Acesso em: 15 out. 2018.

MARTINS, Ana Maria Centola Vidal *et al.* **Efeito do processamento UAT (Ultra Alta Temperatura) sobre as características físico-químicas do leite.** Ciência e Tecnologia de Alimentos, Campinas. p. 295-298, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cta/v28n2/a05v28n2>. Acesso em: 11 out. 2018.

MENEZES, Maria Fernanda Cáceres *et al.* MICROBIOTA E CONSERVAÇÃO DO LEITE. **Revista do Centro do Ciências Naturais e Exatas**, Santa Maria, v. 18, p.76-89, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/viewFile/13033/pdf>. Acesso em: 19 out. 2018.

MOURA, Riane Castro de *et al.* **Análise físico-química e microbiológica do leite cru comercializado em Roraima.** Boletim do Museu Integrado de Roraima, Universidade Estadual de Roraima - Rr, v. 112, p.29-38, 03 jul. 2017. Semestral. Disponível em: <https://uerr.edu.br/bolmirr/wp-content/uploads/2017/07/BOLMIRR-v112-Moura-et-al.pdf>. Acesso em: 04 set. 2018.

MULINARI, Eduardo Luis; ROSOLEN, Michele Dutra; ADAMI, Fernanda Scherer. Avaliação da Qualidade Microbiológica de Leite Pasteurizado Produzido no Rio Grande do Sul. **Revista Caderno Pedagógico**, Lajeado - RS, v. 14, n. 1, p.28-35, 2017.

ROCHA, Giulianna Lara. **Influência do Tratamento Térmico no Valor Nutricional do Leite Fluido**. 2004. 53 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia de Alimentos, Departamento de Matemática e Física, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2004.

RONCATO, P.; RONCATO, M.; VILLWOCK, A. P. As Fraudes na Cadeia Produtiva do Leite: Um Estudo de Caso na Região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul sob a Luz da Nova Economia Institucional. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 38, p. 295-318, 2017.

SILVA, Maria Ccília da. **Avaliação da Qualidade Microbiológica de Alimentos Com a Utilização de Metodologias Convencionais e Sistema Simplate**. 2002. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Agrônoma, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002.

TAMANINI, Ronaldo *et al.* Contribuição ao Estudo da Qualidade Microbiológica e Físico-Química do Leite Uht. **Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes**, Minas Gerais, v. 66, n. 382, p.27-33, 2011. Disponível em: <https://rilct.emnuvens.com.br/rilct/article/view/179/187>. Acesso em: 14 out. 2018.

COMPLICAÇÕES GESTACIONAIS E NEONATAIS DECORRENTES DO USO DE CRACK

AUTORAS:

Kerzea Miguel de Oliveira
Kercia Miguel de Oliveira
Iracy Luanna de Albuquerque Silva
Rafaela Camara Bezerra
Sabrina Karolaine Irineu de Araújo Sousa

RESUMO: O uso de crack durante a gestação acarreta várias complicações, dentre elas as gestacionais e as neonatais. O crack se constitui numa droga de alto poder de dependência sob os usuários, qual sendo consumida durante a gestação expõe a gestante usuária, como também o neonato, a riscos imediatos e tardios. Este trabalho trata-se de uma revisão da literatura e tem por objetivo discorrer sobre as complicações decorrentes do consumo de crack no período gestacional.

Palavras-chave: Crack. Gestação. Complicações.

INTRODUÇÃO: Desde as primeiras civilizações o consumo de drogas é inerente ao meio social, onde juntamente a fatores de caráter cultural, econômico e religioso, corroborou para que este evento se estendesse por séculos até os dias atuais, gerando um significativo impacto na saúde pública, acarretando em consequências dispendiosas à sociedade (ALMEIDA *et al.*, 2018). O uso do crack no Brasil desde a década de 90 alcança níveis crescentes, trazendo novas e preocupantes perspectivas as autoridades sanitárias e implicando gravemente no cotidiano dos usuários e no contexto social. O consumo desenfreado devido à dependência provocada pela substância impulsionou no aumento da violência, comportamentos sexuais de risco e disseminação de determinadas doenças (RASGA MOREIRA, *et al.*, 2015). O crack é um estimulante do Sistema Nervoso Central (SNC) derivado da cocaína, apresentado na forma de base, pouco solúvel em água, se constitui volátil a altas temperaturas, sendo consumido através de aquecimento em “cachimbos” usados somente para este fim. A cocaína é uma substância extraída da *Erythroxylon coca*, uma planta oriunda da América do Sul, popularmente conhecida como coca (DUAILIBI; RIBEIRO; LARANJEIRA, 2008). Um levantamento realizado no ano de 2013 pelo Ministério da Justiça em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz aponta para um total de 370 mil brasileiros que consumiram crack em algum momento de sua vida. Os usuários são em sua maioria homens (78,78%). Nas mulheres (21,22%), cerca de 10% destas reportaram estarem grávidas no momento das entrevistas (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2014). Geralmente a idade de iniciação no consumo de crack é estabelecida entre 11 e 35 anos. As motivações que são relatadas regularmente para o consumo dessa substância são a tristeza ou alívio do stress, influência de terceiros, além do fácil acesso e custo reduzido. Outros tipos de drogas são utilizados juntamente ao crack, como o tabaco, o álcool, e a maconha. Esse consumo precoce pode ser justificado, como meio para lidar com determinantes sociais desfavoráveis a que as mulheres usuárias estão expostas, como a ausência de um suporte familiar, situação de rua e menor poder aquisitivo (COSTA *et al.*, 2012). Numa perspectiva atual, o fenômeno da dependência química

mostra-se coesivo ao modelo psicossocial relacionado à saúde. Nesse aspecto, os quesitos psicológicos e orgânicos tem relativa importância, mas também tornam-se relevantes os aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e legais correlacionados a este fenômeno, uma vez que provocam consequências psíquicas, sociais e físicas. Sendo assim, a ocorrência da drogadição se revela como complexa e cercada de múltiplos fatores (PRATTA *et al.*, 2009). No contexto social, a importância da classe, raça e gênero são mais significativos na formação de experiências. Isto significa que as atribuições do uso se vinculam mais ao contexto em que o indivíduo está inserido, do que ao efeito produzido pela substância química no qual eles procuram (MACEDO; ROSO; LARA, 2015). O uso de crack durante a gravidez é um fator de bastante relevância, pois acarreta implicações para a mãe e feto em virtude dessa substância atingir a circulação sanguínea rapidamente, culminando num efeito de curta duração da droga, levando rapidamente à dependência. Neste contexto, a grávidas usuárias de crack são tidas como alto risco, por possuírem maior probabilidade de apresentarem complicações (WRONSKI *et al.*, 2016). Dessa forma, essa revisão da literatura propõe abordar as principais complicações gestacionais e neonatais em decorrência da exposição ao crack durante o período gestacional. **METODOLOGIA:** O presente estudo trata-se de uma revisão narrativa da literatura. Segundo Rother (2007), revisão narrativa pode ser definida como uma análise de literatura publicada em fontes como livros e artigos de revistas impressas e/ou eletrônicas, mediante a interpretação e análise crítica pessoal do autor. Neste estudo de revisão narrativa, apropriado para discutir o estado da arte de um determinado assunto, foi realizado, sem estabelecer uma metodologia rigorosa, uma breve pesquisa, porém de grande abrangência no período de 5 de Setembro/18 a 14 de Outubro/18. Foram realizadas buscas de artigos científicos em bases eletrônicas, tais como a LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências de Saúde), SCIELO (Scientific Electronic Library Online) e literatura internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE). A abrangência dos artigos selecionados foi de junho/2007 a setembro/2018. Nas buscas, foram utilizadas palavras-chaves em português e inglês e os descritores utilizados foram: crack; crack e complicações gestacionais; crack e complicações neonatais. Os critérios de inclusão dos artigos foram: artigos de pesquisa e estudos de caso sobre o crack, riscos da exposição ao crack na gestação e repercussões decorrentes da exposição pré-natal ao crack. Os resumos de todos os artigos identificados na busca eletrônica foram revisados. Quando viável, os estudos que coincidiram abranger os critérios para sua inclusão foram obtidos inteiramente. Baseando-se nesta ação, gerou-se uma lista de artigos a fim de serem incluídos na revisão. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A ação da cocaína é dada por meio do bloqueio da recaptação de determinados neurotransmissores (norepinefrina, serotonina e dopamina) o que leva a uma estimulação adrenérgica prolongada (YAMAGUCHI, *et al* 2008). O tempo estimado para que a cocaína cruze a barreira hematoencefálica e consequentemente penetre no SNC leva aproximadamente 10-15 minutos quando inalada e entre 3-5 minutos quando injetada. Seus efeitos duram entre 45 e 20 minutos, respectivamente, conforme a forma de uso. O consumo de cocaína na forma fumada (crack) gera seus efeitos rapidamente (10-15 segundos) e a duração da “sensação prazerosa” persiste em torno de 5 minutos. Essa “sensação prazerosa” que dura brevemente, ocasiona intervalos reduzidos entre os episódios de uso da substância, contribuindo para que esta forma de uso encontre-se mais

estritamente relacionada à dependência, quando comparada à cocaína consumida na forma inalada ou injetada (ZEFERINO *et al.*, 2017). Os metabolitos do crack são distribuídos para praticamente todo organismo, manifestando efeitos significativos neurológicos, cardiovasculares e pulmonares. Essas substâncias geralmente são encontradas no sangue, suor, na saliva, urina, no leite materno e meconio fetal. Os dois últimos, respectivamente, constituem-se como sendo as principais vias de excreção materna e fetal da droga (CARVALHO; CHASIN; CARVALHO, 2008). Um estudo realizado com gestantes usuárias de drogas, revelou que tais mulheres iniciavam tardiamente o pré-natal, conseqüentemente por causa disso tinham um menor acompanhamento da gestação, favorecendo diversas intercorrências clínicas, como anemia e desnutrição. Realçou-se ainda, que o consumo de drogas como a cocaína durante a gravidez estava fortemente ligado a complicações no momento do parto, a saber: parto prematuro, descolamento prematuro de placenta, arritmias e outros efeitos adversos (CEMBRANELLI *et al.*, 2012). Os efeitos ocasionados pelo consumo do crack na gestação estão associados mais frequentemente ao alto nível de ativação dos sistemas adrenérgicos da genitora, o que resulta em vasoconstrição, que conseqüentemente provoca taquicardia, hipertensão, cefaléia, aborto espontâneo, hematoma retroplacentário, perda do fluxo placentário (causando inúmeras vezes um quadro clínico de restrição de crescimento fetal), oligoâmnio (diminuição do líquido amniótico), entre outros agravos que não se restringem somente à mãe, mas atingem o feto/recém-nascido (OLIVEIRA *et al.*, 2016). Nos neonatos expostos ao crack durante o pré-natal, observa-se prematuridade, baixo peso ao nascer, atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, como também um maior risco de morte súbita e ocorrência de apneia do sono (BOTELHO; ROCHA, 2013). Nas gestantes usuárias, o consumo do crack causa perda de apetite, o que faz com que a maioria delas substituam suas refeições pelo consumo da droga. Este fato faz com que grande parte dos neonatos apresentem desnutrição (CAMARGO; MARTINS, 2014). A maioria dos efeitos apresentados no período neonatal está ligada a síndrome de abstinência neonatal (SAN). A síndrome de abstinência neonatal (SAN) deriva da falta das substâncias usadas pelo organismo materno, a qual é percebida pelo neonato, sendo apresentada por grande parte desses neonatos. Os sintomas que compõem o quadro de abstinência tendem a apresentar-se mais comumente de 3 a 4 dias após o nascimento, porém é possível a manifestação destes nas primeiras duas semanas de vida. Os sintomas mais comuns da síndrome de abstinência neonatal são: irritabilidade, problemas associados ao sono e a sucção, vômitos, diarreia e sudorese intensa (KRANS; COCHRAN; BOGEN, 2015). Nestes casos de síndrome de abstinência, a farmacoterapia deve ser indicada para o tratamento da sintomatologia, salientando que esta não pode ser estendida para fins profiláticos, uma vez que na maioria dos casos, os sinais/sintomas podem ser controlados por medidas gerais. Por não existir um padrão universal de conduta farmacológica, em geral a farmacoterapia consiste na administração de morfina oral ou metadona (PORCEL GALVEZ, *et al.*, 2014).

CONCLUSÃO: Através dessa revisão, conclui-se como inegáveis os efeitos nefastos do crack sobre o neonato exposto durante o período gestacional. Efeitos estes, que em sua grande maioria, comprometem desde o desenvolvimento embrionário até a manutenção da vida dos neonatos. Muitos desses efeitos, inclusive, acompanharão o indivíduo por toda vida. Do ponto de vista social, observou-se que os perfis das gestantes usuárias apontam para uma vulnerabilidade social e familiar, o que

discorre em fatores de risco a estas mulheres. A gestação em concomitância com uso de crack tem de ser encarada como um problema de saúde pública que requer muitíssima atenção e estabelecimento de políticas públicas e educacionais em saúde, tendo em vista as complicações geradas como consequência desse fenômeno.

REFERÊNCIAS

- ACCORNERO, Veronica H. et al. **Impact of prenatal cocaine exposure on attention and response inhibition as assessed by continuous performance tests**. Journal of developmental and behavioral pediatrics: JDBP, v. 28, n. 3, p. 195, 2007. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2760335/?tool=pubmed>. Acesso em: 08 out. 2018.
- ALMEIDA, Renata Barreto Fernandes de et al. **Treatment for dependency from the perspective of people who use crack**. Interface (Botucatu), Botucatu , v. 22, n. 66, p. 745-756, set. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/icse/v22n66/en_1807-5762-icse-22-66-0745.pdf. Acesso em: 07 set. 2018.
- BOTELHO, Ana Paula Machado Botelho; ROCHA, Regina da Cunha Rocha; MELO, Victor Hugo Melo. **Uso e dependência de cocaína/crack na gestação, parto e puerpério**. Femina, v. 41, n. 1, 2013. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0100-7254/2013/v41n1/a3777.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.
- CAMARGO, Paola Oliveira; MARTINS, Maria de Fátima Duarte. **Os efeitos do crack na gestação e nos bebês nascidos de mães usuárias: Uma revisão bibliográfica**. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 22, n. 1SE, 2014. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1047/531>. Acesso em: 11 out. 2018.
- CARVALHO, Virgínia Martins; CHASIN, Alice A. da Matta; CARVALHO, Débora Gonçalves de. **A study on the stability of anhydroecgonine methyl ester (crack biomarker), benzoylecgonine, and cocaine in human urine**. Revista de Psiquiatria Clínica, São Paulo, v. 35, supl. 1, p. 17-20, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v35s1/a05v35s1.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.
- CEMBRANELLI, Eduardo et al. **Consequências do uso de cocaína e metanfetamina durante a gravidez**. Femina. vol 40 | nº 5 2012. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0100-7254/2012/v40n5/a3413.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.
- COSTA, Gabriela de Moraes et al. **Pregnant crack addicts in a psychiatric unit**. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 8-12, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v61n1/03.pdf> Acesso em: 07 set. 2018.

DUALIBI, Lígia Bonacim; RIBEIRO, Marcelo; LARANJEIRA, Ronaldo. **Profile of cocaine and crack users in Brazil**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, supl. 4, p. s545-s557, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csp/2008.v24suppl4/s545-s557/en>. Acesso em: 07 set. 2018.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Pesquisa nacional sobre o uso de crack**. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde; 2014. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/10019>. Acesso em: 22 set. 2018.

KASSADA, Danielle Satie *et al.* **Prevalência do uso de drogas de abuso por gestantes**. Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 26, n. 5, p. 467-471, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ape/v26n5/en_a10v26n5.pdf. Acesso em: 05 set. 2018.

KRANS, Elizabeth E.; COCHRAN, Gerald; BOGEN, Debra L. **Caring for opioid dependent pregnant women: Prenatal and postpartum care considerations**. Clinical obstetrics and gynecology, v.58, n.2, p.370, 2015. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4607033/?tool=pubmed>. Acesso em: 09 out. 2018.

OLIVEIRA, Tenilson Amaral *et al.* Perinatal Outcomes in Pregnant Women Users of Illegal Drugs. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 4, p. 183-188, abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v38n4/0100-7203-rbgo-38-04-00183.pdf>. Acesso em: 08 out. 2018.

PRATTA, Elisângela Maria Machado *et al.* O processo saúde-doença e a dependência química: interfaces e evolução. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v. 25, n. 2, p. 203-211, 2009. Disponível em: <http://w.scielo.br/pdf/ptp/v25n2/a08v25n2.pdf>. Acesso em: 09 out. 2018.

PORCEL GALVEZ, Ana María *et al.* **Síndrome de abstinencia neonatal: evolución en los últimos diez años**. Enfermería global., Murcia , v. 13, n. 36, p. 337-351, out. 2014. Disponível em: <http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v13n36/revision4.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

RASGA MOREIRA, Marcelo *et al.* Uma revisão da produção científica brasileira sobre o crack—contribuições para a agenda política. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 4, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n4/pt_1413-8123-csc-20-04-01047.pdf. Acesso em: 08 out. 2018.

ROTHER, Edna Terezinha. **Revisão sistemática X revisão narrativa**. Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 20, n. 2, p. V-VI, Jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v20n2/a01v20n2.pdf>. Acesso em: 06 set. 2018.

SOARES, Ana Dulce Amorim Santos et al. Complicações obstétricas do consumo de cocaína/crack na gestação: revisão integrativa. **Revista de Enfermagem UFPE Online**, Recife, 10(3):1143-8, Mar. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/11069/12499> Acesso em: 10 set. 2018.

WRONSKI, Jéssica Luana, et al. Uso do crack na gestação: vivências de mulheres usuárias / Crack use during pregnancy: the experience of women users. **Revista de Enfermagem UFPE Online**, 10(4): 1231-1239 Abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/11108/12576>. Acesso em: 15 set. 2018.

YAMAGUCHI, Eduardo Tsuyoshi et al. Drogas de abuso e gravidez. **Revista de Psiquiatria Clínica**. São Paulo, v. 35, supl. 1, p. 44-47, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v35s1/a10v35s1.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018.

ZEFERINO, Maria Terezinha et al. Semelhanças e contrastes nos padrões de uso de crack em Santa Catarina, Brasil: capital vs Meio Oeste. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 97-106, Jan. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n1/1413-8123-csc-22-01-0097.pdf>. Acesso em: 07 set. 2018.

FISIOTERAPIA

AVALIAÇÃO POSTURAL DE CRIANÇAS ESTUDANTES DO COLÉGIO FACEX

AUTORES:

Carmem Gabriella Lima Medeiros
Karla Jesielly Varela da Costa
Beatriz Alves da Silva
Ronnie Peterson Andrade de Sousa
Diana Amélia de Freitas Medeiros

RESUMO: Apresenta a avaliação da postura corporal de crianças de 7 a 11 anos estudantes do Colégio Facex. Estudo observacional, analítico transversal, o qual fez parte do Programa de Iniciação Científica (PROIC) do Centro Universitário Facex – UNIFACEX de 2017 a 2018. A postura foi avaliada com o participante na posição ortostática e registrada em quatro vistas: anterior, posterior, lateral esquerda e direita. Foram realizadas marcações de pontos anatômicos especificados. A aquisição das imagens foi realizada por meio de uma câmera fotográfica digital, sendo posteriormente analisadas pelo *software* Kinovea®. 33 crianças foram avaliadas (19 meninos e 14 meninas), com média de idade de 7,9 anos. Destas, todas apresentaram desnivelamento de ombro e 32 desnivelamento de escápula, todas apresentaram desnivelamento de espinha íliaca anterossuperior e 28 de espinha íliaca pósterio superior, 28 apresentaram desnivelamento de joelho, 12 apresentaram joelho varo e 6 joelho valgo. Conclui-se que todas as crianças avaliadas apresentaram algum grau de assimetria na análise. As alterações posturais apresentadas pelas crianças do estudo foram: desnivelamento de ombro, de escápula, quadril e de joelho, presença de joelho varo e valgo.

Palavras-chave: Postura. Avaliação. Criança.

INTRODUÇÃO: A postura pode ser definida como o estado de equilíbrio entre músculos e ossos, com a capacidade de proteger as demais estruturas do corpo humano dos traumatismos, seja na posição ortostática (em pé), sentado ou deitado (NEVES; LEITE, 2016). Há um consenso na literatura que tanto aspectos somáticos quanto biomecânicos influenciam na postura corporal (SEDREZ *et al.*, 2013). Durante a infância e adolescência ocorrem diferentes transformações psicológicas, físicas, hormonais e sociais, como o crescimento ósseo e ganho de peso corporal, repercutindo em alterações posturais (NEVES; LEITE, 2016). Além disso, alguns outros fatores podem ocasionar distúrbios musculoesqueléticos e influenciar na postura, como: sexo, peso da mochila, posicionamento no computador, tempo de permanência sentado, diminuição da flexibilidade, e estilo de vida menos ativo (COELHO *et al.*, 2014). Os maus hábitos posturais assumidos durante a fase escolar, muito prevalentes nesta faixa etária (RUIVO; PEZARAT-CORREIA; CARITA, 2014), adquirem resultados que se tornam permanentes na vida adulta (NEVES; LEITE, 2016; OLIVEIRA FILHO; LEMOS; OLIVEIRA, 2013). A avaliação da postura corporal proporciona uma detecção precoce de possíveis transtornos posturais, contribuindo para prevenir o surgimento de diferentes distúrbios musculoesqueléticos. Trata-se de um método semiológico simples, econômico e de fácil utilização. Com o intuito de detectar precocemente possíveis transtornos

posturais, o presente estudo teve como propósito avaliar a postura corporal de crianças estudantes do Colégio Facex. **REVISÃO DA LITERATURA:** A avaliação da postura corporal é um método semiológico comumente utilizado na prática clínica devido a sua simplicidade e boa reprodutibilidade (SEDREZ *et al.*, 2013). Há na literatura estudos com o propósito de avaliar alterações posturais em diferentes situações clínicas e em diferentes faixas etárias. Rocha e colaboradores (ROCHA *et al.*, 2011) avaliaram possíveis alterações do equilíbrio escapular de 148 crianças escolares de 10 a 12 anos no município de Parnaíba, Piauí. Este estudo, no entanto, não utilizou nenhum *software* para análise postural. Os autores afirmaram que 66,2% dos escolares avaliados apresentaram alterações do alinhamento escapular. Morimoto e Karolczak (MORIMOTO; KAROLCZAK, 2012) avaliaram 117 crianças de 8 a 10 anos estudantes de duas escolas da cidade de Vale do Sinos, Rio Grande do Sul. Estes autores observaram que 97,4% das crianças avaliadas apresentaram assimetria de escápula, 89% da amostra apresentou anteriorização de cabeça e 98,3% anteroversão de pelve. Neves e colaboradores (NEVES; LEITE, 2016) avaliaram 284 crianças e adolescentes de 10 a 14 anos matriculados em uma escola do município de Lavras, Minas Gerais, observando que todas as crianças avaliadas apresentaram algum tipo de alteração postural. Estudos previamente publicados e citados mostram a relevância clínica de se avaliar a postura corporal em diferentes faixas etárias, especialmente na infância e adolescência, uma vez que pode contribuir para detecção precoce de alterações posturais e de transtornos osteomusculares. **METODOLOGIA:** Estudo observacional, do tipo analítico transversal, o qual fez parte do Programa de Iniciação Científica (PROIC) do Centro Universitário Facex - UNIFACEX de 2017 a 2018. A pesquisa seguiu os critérios da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que rege as pesquisas com seres humanos no Brasil e foi cadastrada na Plataforma Brasil, base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos, tendo obtido parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 66044517.6.0000.5296). Todos os participantes da pesquisa e seus responsáveis receberam explicações sobre os objetivos, importância e procedimentos necessários para a realização do estudo. Os dados foram coletados após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (para os pais ou responsáveis) e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (para as crianças). A coleta de dados foi realizada na unidade de Educação Infantil do Colégio Facex. A população do presente estudo foi composta por 33 crianças na faixa etária entre 07 e 11 anos completos. Os limites de idade das crianças e adolescentes foram estipulados com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Foram consideradas elegíveis para participar do presente estudo crianças de ambos os sexos, com faixa etária entre 07 e 11 anos completos. Foram excluídos da amostra aqueles participantes que se mostrassem incapazes de compreender os procedimentos necessários, e aqueles que desistissem de participar da pesquisa durante o período de avaliação. Inicialmente, foi realizado contato prévio com os participantes nas salas do segundo ao quinto ano da Educação Infantil do Colégio Facex. Na ocasião, os objetivos do estudo e como este seria realizado foram explicados, assim como foi anexado às suas agendas uma carta convite com orientações a respeito do projeto juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido. Esta documentação também continha o contato do professor coordenador da pesquisa para sanar eventuais dúvidas dos pais ou responsáveis.

Os interessados em participar da pesquisa entregaram os termos assinados à coordenação da Educação Infantil do Colégio Facex. A avaliação foi realizada em horário pré-agendado com os pais, professores e equipe pedagógica do colégio durante as aulas da disciplina de Educação Física. As crianças com autorização a participar eram encaminhadas a uma sala distinta a fim de não interferir com o andamento da aula da disciplina supracitada. Os dados de cada criança foram registrados em uma ficha de avaliação padronizada. Os dados antropométricos, peso e altura, foram mensurados por meio de uma balança antropométrica WELMY® modelo 31 (Welmy®, Santa Bárbara D'Oeste – SP, Brasil), devidamente calibrada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (INMETRO). A pesagem foi realizada com os participantes em uso de roupas leves e descalços na posição ortostática com os calcanhares unidos. Para mensuração da estatura, as panturrilhas, nádegas, dorso e região occipital estavam em contato com a régua antropométrica, sendo a cabeça alinhada pelo examinador. O nome, a data de nascimento, o sexo, peso e altura dos participantes foram plotados no *software WHO Anthro Plus* para avaliar o estado nutricional. Esta ferramenta foi desenvolvida pela Organização Mundial de Saúde (*World Health Organization* – WHO) para monitorar o crescimento de crianças pré-escolares a adolescentes de 5 a 19 anos, sendo escolhida pelo presente estudo por avaliar e refletir mais precisamente o estado nutricional desta faixa etária quando comparada ao cálculo do IMC. Após o cálculo do percentil, o estado nutricional das crianças e dos adolescentes foi classificado da seguinte forma:

- Percentil inferior a 3 – baixo peso;
- Percentil a partir de 3 e inferior a 85 – eutrófico;
- Percentil a partir de 85 e inferior a 97 – sobrepeso;
- Igual ou acima do percentil 97 – obesidade.

A avaliação postural foi realizada em uma sala reservada e iluminada, na qual a parede serviu de fundo para o cenário fotográfico com a finalidade de facilitar a observação dos desvios posturais. As fotografias foram realizadas com o participante na posição ortostática, registradas em quatro vistas: anterior, posterior, lateral esquerda e direita (MIRANDA; SCHOR; GIRÃO, 2009). A aquisição das imagens foi realizada por meio de uma câmera fotográfica digital da marca Samsung®, de 14.2 megapixels, associada a um tripé regulável para sua fixação. Os pontos anatômicos foram assinalados com marcadores adesivos e os centros das proeminências ósseas foram identificados pela palpação dos seus limites externos. As seguintes referências ósseas foram marcadas: Testa (dois dedos acima do nariz); Acrômio da escápula, Ângulo inferior da escápula, Manúbrio do esterno, Epicôndilo lateral do úmero, 7ª vértebra cervical (C7), 3ª vértebra torácica (T3), 5ª vértebra torácica (T5), 9ª vértebra torácica (T9), 12ª vértebra torácica (T12), 3ª vértebra lombar (L3), 5ª vértebra lombar (L5), Espinhas ilíacas anterossuperiores, Espinhas ilíacas pósteros superiores, Ápice da patela, Maléolo lateral da fíbula. As imagens foram analisadas em um computador por meio do *software* para Avaliação Postural Kinovea®, versão 8.26. As análises foram feitas por meio de ângulos de modo a avaliar a simetria entre acrômios, espinha ilíaca anterossuperior e pósteros superior, ângulo inferior da escápula, ápice da patela e ângulo Q (ângulo de carregamento do

joelho). Para a análise de simetria foi utilizado um algoritmo do *software* Kinovea[®] que por meio de pontos define ângulos. Para isto, foi traçado uma linha reta do ponto anatômico mais elevado e outra até o outro ponto anatômico correspondente. Para análise do ângulo Q, se traçou uma linha reta da tuberosidade anterior da tíbia cruzando o ápice da patela e outra do ápice da patela à espinha ilíaca anterossuperior. Os parâmetros de normalidade para meninos foram considerados de 11 – 17°, e quando < 11° considerado geno varo e > 17° valgo. Para as meninas o padrão de normalidade a ser considerado foi de 14 – 20°, quando < 14° considerado geno varo e > 20° valgo. Ao final das avaliações, foi entregue aos participantes do presente estudo uma cartilha contendo orientações acerca de padrões posturais adequados, a qual foi devidamente explicada pelos colaboradores da pesquisa por meio de uma linguagem simples. Além disso, todos os pais ou responsáveis receberão um relatório contendo os principais achados da avaliação postural de cada criança avaliada. **RESULTADOS:** Foram analisadas 33 crianças da 2ª à 5ª série da Educação Infantil do Colégio Facex, sendo 19 do sexo masculino e 14 do sexo feminino, com média de idade de 7,9 anos. No que se refere à avaliação do percentil, uma criança apresentou baixo peso, vinte foram consideradas eutróficas, sete consideradas sobrepeso e quatro apresentaram obesidade. Quanto à avaliação postural, todas as crianças avaliadas apresentaram alguma assimetria em uma das estruturas avaliadas. Em relação à assimetria dos ombros, analisadas por meio do acrômio, 8 meninas apresentaram o lado esquerdo mais elevado que o direito, com média de 2,25° de desnível, e 6 apresentaram o lado direito mais elevado, tendo uma média de desnível de 4°. Em relação aos meninos, 13 apresentaram o lado direito mais elevado, com uma média de 2,15° de diferença, e 6 no lado esquerdo, tendo um desnivelamento de 2,7° aproximadamente. Na avaliação da assimetria entre as escápulas, analisadas por meio do seu ângulo inferior, 8 meninas apresentaram o lado esquerdo mais elevado com média de 4,6° de assimetria, e 5 o lado direito, com média de 4° de diferença, e uma apresentou simetria. Já entre os meninos, 10 tiveram o lado esquerdo mais elevado, com média de 6,3° de desnível, 8 o lado direito mais elevado (4,87°) e um apresentou simetria. Quanto ao quadril em sua vista anterior, avaliada por meio das espinhas ilíacas anterossuperiores, 11 meninas apresentaram o lado direito mais elevado, com uma média de assimetria de 3,72° e 3 apresentaram o lado esquerdo mais com diferença de 4,33°. Entre os meninos, 10 apresentaram o lado direito mais elevado (4,3°) e 9 o lado esquerdo (3,22°). Na vista posterior, na avaliação do quadril por meio das espinhas ilíacas pósterio superiores, 8 meninas apresentaram o lado direito mais elevado (5,12°) e 5 apresentaram o lado esquerdo mais elevado (3,8°), uma menina não apresentou alteração. Em relação ao sexo masculino, 8 meninos apresentaram o lado esquerdo mais elevado (3,25°), 7 o lado direito (4,71°) e 4 não apresentaram alteração. Na avaliação da simetria entre os joelhos, 7 meninas apresentaram o direito mais elevado (4,3°), 3 tinham o esquerdo mais elevado (4°) e 4 apresentaram simetria. Já os meninos, 10 tinham o lado direito mais elevado (3,3°), 8 o lado esquerdo, sendo uma média da diferença entre os pontos de 3,25° e um não apresentou alteração nessa vertente. Ainda em relação ao joelho, nenhuma menina apresentou em membro inferior direito (MID) geno varo, somente uma tinha geno valgo e 13 estavam dentro do padrão considerado normal. Em relação ao membro inferior esquerdo (MIE), uma apresentou geno varo, 2 geno valgo e 11 estão dentro do padrão de normalidade. Já os meninos, apresentaram um maior percentual de

geno varo, sendo que 4 apresentaram esta alteração no MID e 7 no MIE. Quanto ao valgismo, apenas um apresentou a alteração no MID e 2 no MIE. Dessa forma, 14 meninos estão dentro do padrão de normalidade em relação ao MID e 10 no MIE.

DISCUSSÃO: O presente estudo demonstrou que todos os indivíduos analisados têm em pelo menos uma vertente da análise algum grau de assimetria, além de ser observado elevado índice de alterações posturais. Ao longo dos anos houve uma evolução na metodologia de avaliação postural, partindo de uma avaliação apenas subjetiva, na qual as possíveis alterações posturais eram analisadas apenas pela inspeção do avaliador, facilitando a ocorrência de erros, até uma avaliação objetiva, na qual se utilizam imagens fotográficas ou radiológicas (BADARÓ; NICHELE; TURRA, 2015), processo este chamado de fotogrametria (SOUZA *et al.*, 2011). Neste segundo caso, há geralmente uma associação com *softwares* para mensuração e análises de ângulos e distâncias (BADARÓ; NICHELE; TURRA, 2015), tendo sido este o método de avaliação postural escolhido pelo presente estudo. Na presente pesquisa foram observadas as seguintes alterações posturais: assimetria de ombro, escápula, quadril (espinhas ilíacas anterossuperiores e pósteros superiores) e joelho. Desvios posturais semelhantes foram encontrados em estudos previamente publicados. Morimoto e Karolczak (MORIMOTO; KAROLCZAK, 2012), em estudo realizado com 117 crianças de 8 a 10 anos, observaram as seguintes alterações: assimetria de escápula (presente em 97,4% dos casos), anteriorização de cabeça, posteriorização de cabeça, anterversão de pelve e retroversão de pelve. Nunes e colaboradores (NUNES; TEIXEIRA; LARA, 2017) observaram os seguintes desvios posturais em sua amostra composta por 38 crianças de 6 a 9 anos: inclinação de cabeça para direita ou esquerda, desnivelamento dos acrômios, desnivelamento de espinha ilíaca anterossuperior, ângulo de Tales maior à direita ou esquerda, hiperlordose ou retificação da cervical, anteriorização ou posteriorização da cabeça, e anterversão ou retroversão pélvica. É sabido que alguns desvios posturais são considerados característicos da fase de crescimento, perpetuando-se na infância e adolescência (BADARÓ; NICHELE; TURRA, 2015), não sendo, assim, considerados compensatórios. Santos e colaboradores (SANTOS *et al.*, 2009) desenvolveram um estudo, publicado no ano de 2009, com o objetivo de avaliar a postura de escolares do ensino público fundamental e diferenciar as alterações que fazem parte do crescimento normal das compensatórias. Este observou elevada incidência de escápula alada, desnível e protrusão de ombro, aumento do ângulo valgo de joelho e hiperlordose lombar, as quais foram consideradas normais durante o desenvolvimento da criança (SANTOS *et al.*, 2009). Por sua vez, as inclinações e a protrusão cervical, alterações que necessitam de intervenção precoce e que também foram identificadas, foram consideradas como compensatórias (SANTOS *et al.*, 2009). Ainda segundo Santos e colaboradores (SANTOS *et al.*, 2009), alterações como assimetria de ombros são decorrentes do uso inadequado de mochilas, levando em conta fatores como o peso, o tamanho e a forma deste utensílio escolar, o tempo de transporte, o terreno, o clima, a característica e a constituição física do indivíduo (SANTOS *et al.*, 2009). Informação corroborada por Brzęk e colaboradores (BRZEK *et al.*, 2017), em estudo recentemente publicado. A inclinação pélvica, por sua vez, está relacionada à diferença no comprimento do membro inferior, à alteração unilateral da fáscia plantar e à contratura na musculatura adutora ou abduutora (SANTOS *et al.*, 2009). Outros mecanismos compensatórios, como inclinação cervical, rotação medial de fêmur, protrusão cervical e cifose torácica

ocorrem devido a desequilíbrios musculares. Nunes e colaboradores (NUNES; TEIXEIRA; LARA, 2017) citam outros fatores relacionados aos maus hábitos posturais na infância, como mobiliário escolar inadequado, bem como baixo nível de atividade física, fator este desencadeante de desequilíbrios corporais. **CONCLUSÃO:** O presente estudo objetivou realizar avaliações posturais de crianças de 7 a 11 anos estudantes do Colégio Facex. Todas as crianças avaliadas apresentaram em pelo menos uma vertente da análise algum grau de assimetria. As alterações posturais apresentadas pelas crianças do estudo foram: desnivelamento de ombro, de escápula, quadril (espinhas ilíacas anterossuperiores e pósteros superiores) e de joelho, além de presença de joelho varo e valgo.

REFERÊNCIAS

- BADARÓ, A. F. V.; NICHELE, L. DE F. I.; TURRA, P. **Investigação da Postura Corporal de Escolares em Estudos Brasileiros**. Fisioterapia e Pesquisa, v. 22, n. 2, p. 197–204, 2015.
- BRZEK, A. et al. **The Weight Of Pupils' Schoolbags In Early School Age And Its Influence On Body Posture**. BMC Musculoskeletal Disorders, v. 18, n. 1, p. 117, 21 dez. 2017.
- COELHO, J. J. et al. **Influência da Flexibilidade E Sexo Na Postura De Escolares**. Revista Paulista de Pediatria, v. 32, n. 3, p. 223–8, 2014.
- MIRANDA, R.; SCHOR, E.; GIRÃO, M. J. B. C. Avaliação Postural em Mulheres com Dor Pélvica Crônica. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 31, n. 7, p. 353–60, 2009.
- MORIMOTO, T.; KAROLCZAK, A. P. B. **Associação Entre As Alterações Posturais E A Respiração Bucal Em Crianças**. Fisioterapia e Movimento, v. 25, n. 2, p. 379–88, 2012.
- NEVES, M. M. F.; LEITE, J. M. R. S. Avaliação Postural Em Crianças Do Ensino Fundamental. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 20, n. 4, p. 285–92, 2016.
- NUNES, F. L.; TEIXEIRA, L. P.; LARA, S. Perfil Postural De Estudantes De Escolas Urbanas e Rurais: Um Estudo Comparativo. **Ciência e Movimento**, v. 25, n. 1, p. 90–8, 2017.
- OLIVEIRA FILHO, R. S.; LEMOS, T. V.; OLIVEIRA, F. B. **A Influência Da Kinesio® Taping Na Correção da Protrusão de Ombro avaliado por meio da Biofotogrametria Computadorizada**. Fisioterapia Brasil, v. 14, n. 4, p. 252–6, 2013.
- ROCHA, J. C. T. et al. **Alterações Do Equilíbrio Escapular Em Escolares De 10 A 12 Anos No Município De Parnaíba/PI**. Fisioterapia Brasil, v. 12, n. 6, p. 442–6, 2011.

RUIVO, R. M.; PEZARAT-CORREIA, P.; CARITA, A. I. **Cervical And Shoulder Postural Assessment Of Adolescents Between 15 And 17 Years Old And Association With Upper Quadrant Pain.** Brazilian Journal of Physical Therapy, v. 18, n. 4, p. 364–71, 2014.

SANTOS, C. I. S. *et al.* Ocorrência De Desvios Posturais Em Escolares Do Ensino Público Fundamental De Jaguariúna, São Paulo. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 27, n. 1, p. 74–80, mar. 2009.

SEDREZ, J. A. *et al.* **Reprodutibilidade Intra-Observador De Um Protocolo Para Avaliação Postural Em Escolares.** Pensar a Prática, v. 16, n. 2, p. 372–86, 2013.

SOUZA, J. A. *et al.* Biofotogrametria Confiabilidade das Medidas do Protocolo do Software Para Avaliação Postural (SAPO). **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, v. 13, n. 4, p. 299–305, 2011.

ALTERAÇÕES POSTURAIS INFLUENCIADAS PELO AMBIENTE ESCOLAR EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA REVISÃO DE LITERATURA

AUTORAS:

Aida Gurgel

Ana Vitória da Silva Bezerra

Carmem Gabriella Lima Medeiros

Dayane Luanny Melo de Lima

RESUMO: Destaca a postura e suas alterações derivada de maus hábitos em idade escolar onde causam variações não saudáveis à postura na vida adulta. Objetivo – Revisão bibliográfica de possíveis causas que podem acarretar alterações na postura de indivíduos que são advindas de hábitos escolares na infância e adolescência e podem refletir em problemas na idade adulta. Foram selecionados artigos que abordavam alterações posturais em crianças/adolescentes no ambiente escolar. Com o critério de seleção artigos publicado nos anos anteriores em no máximo 10 anos. Os artigos utilizados foram buscados nas plataformas SciELO e Portal Periódicos CAPES. Resultados – O ambiente escolar torna-se muito favorável ao surgimento e piora de desvios posturais. Em estudos de avaliações posturais em escolas em turmas de 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental, avaliou 47 alunos por meio da aplicação de um questionário e ficha de avaliação postural, o tipo de escoliose avaliada por meio de flexão anterior do tronco em pé e pesagem de mochilas. Conclui-se que os dados citados neste estudo mostram que as alterações na postura de crianças e adolescentes estão associadas a fatores de risco presentes no ambiente escolar.

Palavras-chave: Postura. Hábitos. Avaliação.

INTRODUÇÃO: A postura humana é uma posição corporal a qual é mantida uma condição estática ou em movimento. (PAGNUSSAT; PAGANOTTO, 2008). O principal objetivo da postura é manter o equilíbrio de modo que o corpo possa realizar diversas funções, como: escrever, trabalhar, comer, entre outras. Este equilíbrio para o controle da postura requer que o centro de gravidade esteja incluso na zona de estabilidade e que o peso corporal se conserve de maneira segura. (MARRERO, 1998; BROWNE *et al.*, 2002). Uma postura considerada adequada é a que se mantém um esforço muscular mínimo, estabelecendo a sustentação do corpo, influenciada pela linha da gravidade. Enquanto a postura classificada como inadequada seria aquela em que o estresse é distribuído para estruturas menos capazes de suportar o peso, provocando alterações que causam dor em decorrência da mudança do centro da gravidade. (DETSCH, 2005). Na infância, época em que ocorrem a maioria dos problemas posturais, há um período de adequação das estruturas anatômicas. Pode ser observado um arquétipo de postura na forma de carregar mochilas, no modo de sentar, apresenta uma marcha inadequada e também um tempo prolongado na posição sentada, motivos que podem levar a alterações na postura, fadigas e dores crônicas na coluna. (REGO; SCARTONI, 2008). Os desvios posturais encontrados na coluna vertebral em humanos são chamados hiperlordose lombar, hipercifose dorsal e escoliose. A hiperlordose lombar

é a atenuação da curvatura da coluna lombar, hiper cifose dorsal é o aumento na curvatura da coluna torácica, e escoliose é o nome dado a alterações laterais. (NEVES; LEITE, 2016). Os maus hábitos posturais afetam estudantes de ambos os gêneros e de diferentes idades, encorajando profissionais de saúde a apresentar projetos educativos a fim de intervir nesses hábitos e propor soluções para possíveis complicações. (DETSCH, 2005). Tendo em vista as consequências que os maus hábitos causam dentro de um ambiente ao qual passamos parte importante de nossa vida, faz-se necessário atentar para estudos e intervenções que visam melhorar as condições estruturais que crianças e adolescentes enfrentam diariamente. A fisioterapia no meio escolar pode promover programas de prevenção, reeducação e também tratamento para auxiliar na adaptação do aluno ao ambiente de ensino. O objetivo deste trabalho é fazer uma revisão bibliográfica de possíveis causas que podem acarretar alterações na postura de indivíduos que são advindas de hábitos escolares na infância e adolescência e podem refletir em problemas na idade adulta. **METODOLOGIA:** Este artigo é de revisão bibliográfica. Os artigos utilizados foram buscados nas plataformas Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Portal Periódicos CAPES. Foi encontrado 22 artigos e 1 dissertação que abordavam a temática, destes, foram utilizados 6 artigos e 1 dissertação. Os critérios de seleção considerados partiram de artigos publicados do ano 2000 até o ano de 2017, artigos que relatam sobre a postura de indivíduos em idade escolar, artigos que abordam alterações posturais em crianças e adolescentes e artigos que relacionam as alterações posturais em crianças e adolescentes e hábitos escolares. Os artigos foram selecionados de acordo com o tema e posteriormente passaram por análise para averiguação de critérios de inclusão e exclusão. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** De acordo com os artigos encontrados foi observado que grande parte das crianças e adolescentes que participaram das pesquisas apresentam algum tipo de alteração que é influenciada pelo ambiente escolar.

Tabela 1 – Avaliação postural de escolares

Autor	Ano	Tipo de estudo	Número de indivíduos	Intervenção	Resultados	Conclusão
Pagnussat AS, Paganotto KM	2008	Análise qualitativa e quantitativa	90 escolares	Análise da curvatura lombar através do método Flint e observação de Biofotogrametria no CoreoDRAW.	Em relação ao ângulo lombar a média geral dos estudantes foi de 27,02°. Assim, em 52,2% dos escolares o ângulo lombar estava compreendido entre 25 e 27° enquanto que, em 47,8% dos escolares ângulo lombar estava compreendido entre 28° e	Os dados obtidos nesse estudo demonstram que, com o avançar da idade, ocorre retificação lombar e diminuição da flexibilidade para isquiotibiais e flexores biarticulares do quadril.

					31°. Em relação à distância entre a EIAS e a EIPS, a média geral dos escolares foi 38 cm, sendo que a distância variou de 3,04 cm a 4,50.	
Detsch	2005	Análise qualitativa e quantitativa.	495 estudantes do sexo feminino.	Aplicação de questionário classificando as alterações posturais em escoliose C esquerda, escoliose C direita, escoliose em S e escoliose Z, hiper cifose dorsal, hiperlordose lombar, dorso plano, cifose lordose, dorso-curvo e postura desleixada.	A prevalência de alterações posturais laterais foi de 66% e de alterações posturais ântero-posteriores de 70%. A prevalência de alterações laterais foi maior nas alunas com IMC normal.	As alterações posturais foram definidas como alterações das curvas fisiológicas da coluna vertebral, identificadas através de avaliação postural não-invasiva.
Neves, Leite	2016	Análise qualitativa e quantitativa.	284 indivíduos em idade escolar. 152 do sexo feminino e 132 do sexo masculino.	Foi aplicada uma ficha de anamnese elaborada pela autora e posteriormente aplicação do Instrumento de Avaliação Postural (IAP).	A pesquisa mostrou que 60% da amostra noticiou sentir dor ou desconforto no carregamento do material escolar no percurso casa-escola e escola-casa. Quanto ao desnivelamento de ombro 44% dos alunos	Através da realização de avaliações posturais, foi observado que todas as crianças do ensino fundamental que participaram do estudo apresentaram alguma disfunção ou alteração postural, o que pode gerar complicações

					apresentavam ombro esquerdo elevado, e 40% ombro direito. Em vista lateral 53% apresentaram hiperlordose lombar e 93,5 anteversão pélvica.	futuras.
Aron e Scartoni	2008	Análise qualitativa e quantitativa.	47 alunos	Aplicação de questionário e ficha de avaliação postural, Classificação do tipo de escoliose avaliada por meio de flexão anterior do tronco em pé e pesagem de mochilas.	Prevalência em média da permanência na posição sentada de 5 horas por dia, dorsalgia na região da coluna vertebral e costume de carregar mochilas com excesso de peso. As principais alterações encontradas foram a escoliose e o desnivelamento de espinha ilíaca anterior superior em 51% da amostra. 34% apresentaram joelhos varo e valgo, 36% apresentou protusão de ombro, 24% anteriorização da cabeça e 32% verismo e valguismo dos pés.	O presente estudo sugere a prática rotineira da avaliação postural e educação postural como medidas preventivas no ambiente escolar, para evitar que essas crianças se tornem futuros adultos portadores de deformidades estruturais.
YAMADA, E F. et al.	2014	Análise qualitativa e quantitativa	37 crianças e adolescentes.	Aplicação de um questionário com informações pessoais e hábitos diários, e avaliação	Foi observado que as crianças apresentaram uma elevada prevalência de cabeça	Os resultados deste estudo constataram que as crianças e adolescentes apresentaram uma frequência

				postural onde foram avaliados na vista anterior, lateral e posterior, com fotografias posteriormente analisadas no software de avaliação postural (SAPO).	rodada, elevação de ombro à direita, EIAS elevada à esquerda, inclinação de tronco para o lado direito, valgo dos joelhos, além da anteriorização da cabeça e do corpo, e escoliose. Os adolescentes apresentaram frequências elevadas de cabeça rodada à direita, ombro esquerdo mais elevado, EIAS direita mais alta, inclinação de tronco para o lado direito, verismo no joelho direito e valgismo no joelho esquerdo, anteriorização de cabeça e do corpo, diminuição do ângulo tíbiotarsico.	muito elevada de alterações posturais mas estruturas avaliadas – cabeça, ombro, tronco, pelve, coluna, joelho e tornozelo. É indispensável a detecção precoce dessas alterações durante a infância e a adolescência para que uma intervenção fisioterapêutica preventiva e específica possa minimizar os problemas futuros.
ROCHA. <i>et al.</i>	2011	Estudo transversal	148 crianças	Este estudo teve como objetivo analisar quantitativamente as alterações escapulares em escolares no município de Parnaíba/PI.	O estudo observou as seguintes alterações no equilíbrio estático da cintura escapular: (5,2%), protusão (16,5%), adução (20,6%), abdução (27,8%). A taxa de normalidade	Concluiu-se que 66,2% dos escolares avaliados apresentaram alterações do alinhamento escapular e ao comparar as outras alterações, há variação significativamente e distinta na prevalência da adução e protusão

					foi 29,9%. A alteração escapular mais comum nos alunos avaliados foi a elevação escapular, 27,8%.	escapular.

Fonte: Autoria própria, 2018.

CONCLUSÃO: Vários estudos comprovam a incidência e agravamento de alterações na postura de crianças e adolescentes no ambiente escolar, tendo em vista que é nessa fase em que ocorre um importante desenvolvimento do sistema musculoesquelético. As alterações encontradas estão associadas a fatores de risco presentes nesse lugar.

REFERÊNCIAS

BROWNE, J. *et al.* Clinical Assessment Of The Quantitative Posturography System. *Physiotherapy*, v. 88, n. 4, p.217-223, abr. 2002. Disponível em: Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s0031-9406\(05\)60413-0](http://dx.doi.org/10.1016/s0031-9406(05)60413-0). Acesso em: 10 jun. 2018.

DETSCH, Cíntia. **Prevalência De Alterações Posturais Em Escolares Do Ensino Médio De São Leopoldo, RS, Brasil**. 2005. 85 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Fisioterapia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

MARRERO, Rodrigo C. Miralles. **Biomecanica Clinica Del Aparato Locomotor**. Barcelona: Masson, 1998. 350 p.

NEVES, M. M. F. LEITE, J. M. R. S. Avaliação Postural Em Crianças Do Ensino Fundamental. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 20, n. 4, p.285-292, 2016. APESB (Associacao de Apoio a Pesquisa em Saude Bucal). <http://dx.doi.org/10.4034/rbcs.2016.20.04.04>. Disponível em: APESB (Associacao de Apoio a Pesquisa em Saude Bucal). <http://dx.doi.org/10.4034/rbcs.2016.20.04.04>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PAGNUSSAT, A. S. PAGANOTTO, K. M. **Caracterização da Curvatura Lombar em escolares na fase do Desenvolvimento Estrutural: Study Of Lumbar Curvature In The Structural Development Phase**. *Fisioterapia em Movimento: Physical Therapy in Moviment*, Cascavel, Pr, p.39-46, jan. 2008. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/fisio/article/view/18991/18361>. Acesso em: 05 jun. 2018.

REGO, A. R. O. N. SCARTONI, F. R. Alterações Posturais de Alunos de 5ª e 6ª Séries do Ensino Fundamental. **Fitness e Performance**, v. 7, n. 1, p.5-10, 2008.

Disponível em: Colegio Brasileiro de Atividade Física Saúde e Esporte (COBRASE). <http://dx.doi.org/10.3900/fpj.7.1.10.p>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ROCHA, J. C. T. *et al.* **Alterações do Equilíbrio Escapular em Escolares de 10 a 12 Anos no Município de Parnaíba/PI.** *Fisioterapia Brasil*, v. 12, n. 6, nov./dez. 2011, Parnaíba, PI, v. 12, p.442-446, 15 nov. 2011.

YAMADA, E. F. *et al.* Alterações Posturais Em Crianças e Adolescentes Institucionalizados. **R. Bras. Ci. e Mov.**, [S.l.], p.43-52, 08 ago. 2014. Docentes do Curso de Fisioterapia da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

NUTRIÇÃO

ELABORAÇÃO DE UM LANCHE SAUDÁVEL PARA O PÚBLICO ESCOLAR INFANTIL

AUTORAS:

Daiana Izaias da Silva
Barbara Carolayne de Oliveira Souza da Silva
Paloma Gabriela de Medeiros
Iris Barbosa de Azevedo
Genyklea Silva de Oliveira

RESUMO: O objetivo do seguinte estudo foi elaborar um produto feito predominantemente com alimentos in natura ou minimamente processado como uma opção de lanche saudável para crianças em fase pré-escolar, com idade de 2 a 6 anos, e a partir disso foi estabelecido um Valor Energético Total (VET) que foi utilizado como referências para elaboração do produto. Com base nessas necessidades foi elaborado um pão de queijo, batata inglesa e gergelim, que usa predominantemente ingredientes in natura e minimamente processados, garantindo assim a oferta de um lanche mais saudável. Também foi levado em consideração à sustentabilidade e a segurança alimentar e nutricional, bem como o método de conservação e embalagem apropriado. Para a proposta de marketing seguiu-se as devidas orientações do código de ética de publicidade. O produto final foi bem aceito pelos professores avaliadores levando os critérios do questionário de aceitação aplicado, podendo mesmo ser incluído ao lanche dos pré-escolares, porém ainda é necessária uma maior educação alimentar e nutricional, para que as crianças se conscientizem da importância do lanche.

Palavras-chaves: Alimentação Infantil. Estado Nutricional. Segurança Alimentar e Nutricional.

INTRODUÇÃO: Nas últimas décadas ocorreu uma mudança no estilo de vida e na dieta da população em resposta à industrialização de alimentos, com isso, ocorreu uma modificação na saúde e no estado nutricional das pessoas, com a redução de algumas doenças agudas para o aumento de doenças crônicas não transmissíveis, que tem entre os fatores causais: a alimentação e o sedentarismo (OMS, 2003). Devido a essas grandes mudanças, o Brasil enfrenta um aumento expressivo de sobrepeso e de obesidade em todas as faixas etárias, e as doenças crônicas são as principais causas de morte entre adultos (BRASIL, 2014). Em relação às crianças brasileiras, diversos fatores contribuíram para uma diminuição no déficit de peso por idade, devido a uma grande expansão de serviços públicos de saneamento e programas de saúde, como a organização da atenção básica no SUS (COUTINHO, 2008). Após a diminuição deste déficit de peso, houve também um aumento significativo nos índices de obesidade em crianças brasileiras, segundo Pedraza *et al.* (2017) a taxa de obesidade em escolares brasileiros chegou a 18,3% em 2009, esses índices podem estar diretamente associados aos maus hábitos alimentares e ao sedentarismo em crianças. Dentro o conjunto dessas diversas ações e estratégias políticas para alimentação e saúde, o Guia Alimentar para a População

Brasileira se “constitui como instrumento para apoiar e incentivar práticas alimentares saudáveis no âmbito individual e coletivo, bem como para subsidiar políticas, programas e ações que visem a incentivar, apoiar, proteger e promover a saúde e a segurança alimentar e nutricional da população” além de orientar sobre alimentação para crianças menores de dois anos, que consistem em recomendações gerais deste guia (BRASIL, 2014, p. 09). Outro instrumento de diretrizes voltadas à alimentação e saúde para crianças entre dois e sete anos incompletos, é a Cartilha de Orientação Nutricional e Infantil (2013), que junto com o Ministério da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde adotam os “10 passos” como guia para alimentação saudável para crianças nas fases pré-escolares e escolar”. Diante do exposto, o presente trabalho que foi produto de uma atividade interdisciplinar de ensino do 5º eixo do curso de nutrição do Unifacex, teve como objetivo a elaboração de um produto alimentício para crianças na fase pré-escolar, na faixa etária de dois a seis anos de idade, com objetivo da introdução de um lanche mais saudável, com ingredientes predominantemente in natura ou minimamente processados, que atendam as recomendações energéticas para o lanche escolar. **METODOLOGIA:** A elaboração do produto foi realizada no laboratório multidisciplinar de alimentos de uma instituição privada de ensino superior de Natal/RN, no período de maio a junho, durante o semestre letivo de 2018.1, no qual foram realizados 5 encontros para testes de aperfeiçoamento do produto, seguido da apresentação do mesmo. Como público alvo foi escolhido uma faixa etária de 2 a 6 anos, e a partir disso aplicado o método da IOM (2001) para estabelecer uma média do valor energético total (VET) obtendo-se o valor de 1.304 Kcal, e de acordo com a recomendação das DRI para a fase pré escolar, foram estabelecidas as necessidades de macro e micronutrientes da população (Quadro 1). A partir disso foram calculadas a contribuição nutricional (quadro 2) do alimento desenvolvido, e para a adequação segundo a recomendação da DRI foi levando em consideração 20% da necessidade energética diária e micronutrientes, e foi utilizada uma margem de adequação de 3%. De acordo com a composição nutricional do alimento (Quadro 1), pode-se observar uma possível adequação das necessidades nutricionais do público alvo, correspondendo a 23% da necessidade energética diária, contribuindo com 12% de carboidratos, 3% de proteínas e 8% de lipídeos. Houve também possível adequação dos micronutrientes: sódio e vitamina A, já o ferro e cálcio se mostraram possivelmente inadequados, porém com valores próximos ao da recomendação. Com relação a vitamina D não houve fontes significantes desse mineral na composição do alimento. Pôr o produto se tratar de um lanche para o período escolar, essas possíveis inadequações não se tornam tão preocupantes, pois as necessidades podem ser supridas nas demais refeições feitas ao longo do dia. Sendo assim, o produto elaborado foi o pão de queijo, batata inglesa e gergelim, em que foi utilizado alimentos minimamente processados, dando preferência também aos orgânicos, procurando atender as necessidades nutricionais do público alvo com um alimento também sustentável. Os ingredientes escolhidos para essa preparação foram batata inglesa orgânica, queijo minas padrão, ovos de galinha caipira, polvilho doce e azedo, azeite de oliva extra virgem, gergelim torrado e sal. O pão de queijo é um alimento atrativo aos olhos das crianças e é uma ótima

opção para lanches. Os ingredientes foram pensados e escolhidos de forma que tornasse o pão saboroso para o paladar infantil e que agregasse valor nutricional ao produto final, trazendo todas essas qualidades e fornecendo uma refeição apropriada às crianças dessa faixa etária. Não foi manipulado nenhum ingrediente que tivesse utilização de agrotóxicos em sua fabricação, nem conservantes químicos artificiais ou alimentos transgênicos. O método de conservação mais adequado para o produto foi o congelamento. O método de congelamento é dos melhores para conservar alimentos, pois manterá praticamente todas as suas características naturais. A partir dessa técnica de conservação, ocorrerá diminuição da atividade de água do alimento, onde serão formados cristais de gelo que impedirão que a água presente seja aproveitada por microrganismos, e quanto mais baixa a temperatura, menor será sua atividade enzimática e maior será sua vida útil (VASCONCELOS, MELO FILHO, 2010). A embalagem a ser utilizada para o congelamento foi um saco biodegradável com fechamento em selagem, e para a venda serão servidos em caixinhas de alumínio com tampa de papelão. Para esse processo foi levado em consideração, a resolução nº 216/04 de Boas Práticas de Fabricação que traz as medidas de higiene que devem ser obedecidas pelos manipuladores desde a escolha e compra dos produtos a serem utilizados no preparo do alimento até a venda para o consumidor. O objetivo das Boas Práticas é evitar a ocorrência de doenças provocadas pelo consumo de alimentos contaminados. Dessa forma, as medidas que foram adotadas para a elaboração do pão de queijo de batata inglesa e gergelim foram as seguintes: inicialmente foi adotado o uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI'S), como toucas, vestimentas adequadas, sapatos fechados, e a retirada de todos os adornos pelos manipuladores; a realização dos processos de higienização das mãos e bancadas com o uso de água, sabão e álcool; higienização dos alimentos, como as batatas que foram deixadas em uma solução de água com hipoclorito de sódio em um período aproximado de 15 minutos; e os ovos que foram lavados em água corrente com sabão neutro e o uso de uma esponja. Posteriormente foram higienizados os utensílios utilizados no preparo geral do alimento. Com isso ao seguir estas regras permite-se a elaboração de um alimento higiênico e adequado, garantindo a segurança alimentar livre de contaminação ou qualquer outro dano que venha trazer prejuízos a saúde dos consumidores. De acordo com o Conselho Nacional de Segurança alimentar e Nutricional (CONSEA) a discrepância entre a fome e os excessos alimentares gera uma insegurança alimentar, com isso, a Segurança Alimentar leva em consideração três aspectos principais: quantidade, qualidade e regularidade no acesso e disponibilidade dos alimentos (RIBEIRO, 2014). Já sustentabilidade é caracterizada principalmente pela preservação do meio ambiente, não utilizando agrotóxicos nas produções agrícolas, e evitando o consumo de alimentos transgênicos (BELIK, 2003). Com base nisso, para a produção do pão de queijo deu-se preferência a alimentos orgânicos, ou seja, aqueles que não apresentam adição de agrotóxicos e produtos químicos que alterariam os seus valores nutricionais, como também aspectos físicos que agredem o meio ambiente. Além disso, é uma forma de trazer opções de lanches saudáveis nas escolas, contribuindo para educação nutricional das crianças na escolha dessa refeição.

Sabendo que cada vez mais os indivíduos dão preferência a comidas mais práticas e rápidas sem levar em consideração a qualidade nutricional das mesmas, foi elaborado um pão de queijo de batata e gergelim com características organolépticas adaptadas as necessidades nutricionais dessa faixa etária. Além disso, por se tratar de um produto voltado ao público infantil deve-se levar em consideração o artigo 23 do Código de ética de publicidade que traz o seguinte princípio “Os anúncios devem ser realizados de forma a não abusar da confiança do consumidor, não explorar sua falta de experiência ou de conhecimento e não se beneficiar de sua credulidade”. Na elaboração de produtos destinados a crianças e adolescentes os anúncios devem respeitar a dignidade, ingenuidade, credulidade, inexperiência e o sentimento de lealdade do público-alvo. Também deve se dar atenção às características psicológicas deste público, pressupondo a menor forma de entendimento. Com base nisso a divulgação do produto, será feita nas mídias sociais, ressaltando a importância de uma alimentação saudável para o desenvolvimento das crianças. Também serão desenvolvidas degustações acompanhadas de ações a fim de promover e divulgar os benefícios do produto. **RESULTADOS:** A avaliação do pão de queijo foi a partir do questionário de aceitabilidade, na qual o público avaliador, sendo estes os professores poderiam escolher entre cinco opções, sendo elas: detestei, não gostei, indiferente, gostei e adorei. Além dessas opções, era possível fazer observações do que mais agradou no produto e do que menos agradou. Na avaliação do produto observou-se que 50% dos avaliadores gostaram do produto e 50% adoraram. Nas observações do que mais agradou, relataram ser o sabor, a textura e o cheiro. A partir desses resultados foi realizado o cálculo de aceitabilidade do produto obtendo um índice de 90%. Com isso, o pão de queijo pode ser incluído como uma opção de lanche saudável para as crianças. **CONCLUSÃO:** O produto elaborado é um alimento considerado in natura ou minimamente processado com foco a ser consumido no lanche escolar pelo público infantil avaliado. Este alimento possui como fonte principal o carboidrato, sendo esse macronutriente imprescindível para esta fase da vida, em que as crianças necessitam de uma ótima fonte calórica para a energia gasta no dia a dia, além disso, o produto dispõe de boas fontes de lipídios, proteínas e fibras, como também, um bom aporte de vitaminas e minerais. Dessa forma, pode-se considerar uma ótima alternativa de lanche para as crianças, podendo substituir alimentos altamente industrializados por essa opção mais saudável, agradável ao paladar infantil e também benéfica para a saúde. Porém, não há a garantia de que as crianças optarão por consumir o pão de queijo, batata inglesa e gergelim, tendo em vista que é comum nas escolas a oferta de alimentos processados e ultraprocessados, e que fazem parte da atual rotina onde a maioria das crianças se encontra. Com isso é de extrema importância a educação alimentar e nutricional desde a infância, o que contribuirá para que as crianças façam boas escolhas nos seus lanches, garantindo uma alimentação saudável desde os primeiros anos de vida.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PRUDENTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA – APEC. Brasil. **Código de Ética e Publicidade**. Disponível em:

https://www.unoeste.br/facopp/arquivos/todos_arquivos/65c63839bc8fb6fa35179ea112f90fea_CÃDIGO%20DE%20ÃTICA%20PUBLICIDADE.pdf. Acesso em: 21 maio 2018.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Revista Saúde e Sociedade**. 2013. v. 12. p. 12-20.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 2016, de 15 de setembro de 2004**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br>. Acesso em: 18 maio 2018.

_____. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para população brasileira**. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

COUTINHO, J. G; GENTIL, P. C; TORAL, N. **A desnutrição e obesidade no Brasil: o enfrentamento com base na agenda única da nutrição**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2008.

FERNANDES, B. S. *et al.* **Cartilha de Orientação Funcional**. Belo Horizonte, MG. Faculdade de Medicina da UFMG. 2013. Disponível em: http://www.portaldaenfermagem.com.br/downloads/Cartilha_Orientacao_Nutricional_12_03_13.pdf. Acesso em: 18 maio 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Dieta, Nutrición y Prevención de Enfermedades Crónicas**. Serie de Informes Técnicos, 916. Ginebra: OMS. 1990. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42755/WHO_TRS_916_spa.pdf?sequence=1. Acesso em: 18 maio 2018.

PEDRAZA, D. F. *et al.* Estado nutricional e hábitos alimentares de escolares de Campina Grande, Paraíba, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 22, n. 2, p. 469-477, Feb. 2017 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017000200469&lng=en&nrm=iso. access on 14 Oct. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017222.26252015>.

PHILLIPI, S. T . **Tabela de Composição de Alimentos: Suporte para decisão nutricional/** Sonia Tucunduva Phillipi. 4. ed. rev. atual. Barueri, SP: Manole, 2013.

_____; AQUINO, R.C. **Princípios para o planejamento de uma alimentação saudável**. Brueri, SP: Manole, 2013.

RIBEIRO, C. S. G.; PILLA, M. C. B. A.. **Segurança Alimentar e Nutricional:** interfaces e diminuição de desigualdades sociais. Demetra, 2014. p: 41- 52.
TACO - **Tabela Brasileira de composição de alimentos/NEPA** – UNICAMP. 4. ed. rev. e ampl. . Campinas: NEPA, 2011.161 p.

VASCONCELOS, M. A. S.; MELO FILHO, A. B. **Conservação de Alimentos.** Recife, PE: EDURFPE, 2010.

ANEXOS

ANEXO A– Recomendações de macro e micronutrientes

Quadro 1 – 20% das Recomendações nutricionais diárias de macro e micronutrientes

20% das necessidades diárias				Lanche			Micronutrientes	20% da recomendação/dia	Lanche
Macronutrientes	Min. (g) Max.	Min.(Kcal) Max.	Min. (%) Max.	G	Kcal	%	Ferro (mg)	0,82	0,7
Proteínas	3,2 13	13 52	1 4	10,5	42	3	Sódio (mg)	240	242,9
Lipídios	8,7 11,5	78 104	6 8	11,8	10	8	Cálcio (mg)	200	283,6
Carboidratos	29,3 42,5	117 170	9 13	40,6	162	1 2	Vitamina C (mcg)	4,4	9,4
Fibras	9 g			0,26	-	-	Vitamina A (mcg)	55	52,3
Energia	Min. 1265	1304	Max. 1343	-	311	2 3	Vitamina D (mcg)	80	0,2

Fonte: Autoria própria, 2018.

ANEXO B – Contribuição Nutricional do pão de queijo para as crianças

Quadro 2 – Contribuição nutricional do pão de queijo

QUANTIDADE PORÇÃO (100 g)		% VALOR DIÁRIO
CONTRIBUIÇÃO ENERGÉTICA (Kcal)	311 KCAL	23 %
CARBOIDRATOS (g)	40,6 g	12 %
PROTEÍNAS (g)	10,5 g	3 %
GORDURAS TOTAIS (g)	11,8 g	8 %
GORDURAS POLINSATURADAS (g)	4,5 g	-
GORDURAS MONOINSATURADAS (g)	0,12 (g)	-
FIBRA ALIMENTAR (mg)	0,26 g	3 %
SÓDIO(mg)	242,9 mg	20%
CÁLCIO (mg)	283,6 mg	28 %

FERRO(mg)	0,7 mg	15 %
VITAMINA A (mcg)	52,3 mcg	19 %
VITAMINA C (mcg)	1,5 mcg	6 %
VITAMINA D (mcg)	0,2 mcg	0 %

Fonte: Autoria própria, 2018.

Anexo C – Informação nutricional do pão de queijo de batata inglesa e gergelim

Quadro 3 – Informação nutricional do pão de queijo de batata inglesa e gergelim.

PÃO DE QUEIJO DE BATATA INGLESIA E GERGELIM INFORMAÇÃO NUTRICIONAL PORÇÃO DE 100 G (5 UNIDADES P)		
	QUANTIDADE PORÇÃO	% VD (*)
VALOR ENERGÉTICO	311 KCAL / 1.306 KJ	16 %
CARBOIDRATOS	40,6 g	14 %
PROTEÍNAS	10,5 g	14 %
GORDURAS TOTAIS	11,8 g	21 %
GORDURAS SATURADAS	4,5 g	20 %
GORDURAS POLINSATURADAS	4,5 g	-
GORDURAS MONOINSATURADA	0,12 g	-
GORDURAS TRANS	0,0 g	-
FIBRA ALIMENTAR	0,26 g	1 %
SÓDIO	242,9 mg	10 %
CÁLCIO	283,6 mg	28 %
FERRO	0,7 mg	5 %
VITAMINA A	52,3 mcg	9 %
VITAMINA C	1,5 mcg	3 %
VITAMINA D	0,2 mcg	4 %
* % VALORES DIÁRIOS DE REFERÊNCIA COM BASE EM UMA DIETA DE 2000 KCAL OU 8400 KJ. SEUS VALORES DIÁRIOS PODEM SER MAIORES OU MENORES DEPENDENDO DE SUAS NECESSIDADES.		

Fonte: Autoria própria. Valores nutricionais consultados em tabelas de composição de alimentos, 2018.

ELABORAÇÃO DE UMA PIZZA DE FARINHA DE COUVE FOLHA PARA O PÚBLICO ESCOLAR INFANTIL

AUTORES:

Giovanna Silva de Oliveira Monteiro
Edlin Tairini da Silva Costa
Adriana Cristina Agostinho Pereira
Marcos Felipe Silva de Lima

RESUMO: Elaborar uma pizza de massa integral de sabor agradável ao paladar de crianças em fase pré-escolar. Para calcular necessidades energéticas, utilizou-se uma amostra por conveniência constituída por 42 crianças entre 2 e 6 anos. Para a obtenção dos dados optou-se por avaliar as crianças de uma escola privada de Natal-RN. Foram coletados idade, peso e estatura. Em seguida foram estabelecidos médias para definir o valor energético total – VET para então chegar ao produto final. Resultados – Foram obtidos resultados desejáveis, pois o presente trabalho, demonstrou o quão aceita foi a pizza integral, contando com a nota máxima de aceitabilidade, cujo era 5 pontos. Média total do produto elaborado foi de, 4,7 pontos, onde pode-se observar que foi agradável ao paladar dos jurados. O destaque do produto, foi a massa, pois continha sabor e a textura agradável. Conclui-se que a elaboração do produto teve como objetivo melhorar a qualidade da alimentação infantil, por meio de um produto natural e com sabor agradável para o público ao qual foi destinado, contribuindo nutricionalmente para a saúde de tais. Com a elaboração de uma pizza integral, a partir da farinha de couve folha.

Palavras-chave: Pré-escolar. Estado Nutricional. Pizza Integral.

INTRODUÇÃO: Em decorrência das mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais que o Brasil sofreu nos últimos anos, houve uma modificação no estilo de vida da população. Com as transições, demográfica, epidemiológica e nutricional houve uma maior expectativa de vida, com baixa fecundidade e reduzida mortalidade infantil, e mudanças nos hábitos alimentares da população Brasileira. (BRASIL, 2014). O fácil acesso de produtos industrializados repleto de aditivos, tem contribuído bastante para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, atingindo crianças precocemente, elevando assim um número maior de obesidade, diabetes e hipertensão, mudando o perfil nutricional da população, caracterizada pela redução na prevalência dos déficits nutricionais e aumento expressivo de sobrepeso (BRASIL, 2014). As formações de hábitos alimentares se tornam essenciais durante a fase pré-escolar. As crianças devem ser incentivadas pelos pais a terem bons hábitos alimentares desde cedo, para não serem influenciadas por outras pessoas. Além disso a alimentação dos pais exerce grande influência decisiva na alimentação infantil, afetando assim as preferências alimentares da criança. (FERNANDES *et al.*, 2009). O Guia Alimentar para a População Brasileira aborda 10 passos sobre como ter uma alimentação saudável. Sugerindo o uso de alimentos *in natura*, obtidos diretamente das plantas ou de animais, ou minimamente processados, sem muitos aditivos, apenas para temperos

e em pequenas quantidades. Deve-se restringir o uso de alimentos processados e ultra processados, pois além de conter muitos aditivos e serem pobres em fibras pode desencadear diversos problemas de saúde, tais como, doenças do coração, diabetes e vários tipos de câncer, além de contribuir para o aumento de sobrepeso e obesidade. (BRASIL, 2014). O Guia sugere que a população prefira os alimentos cultivados localmente e sempre que possível, adquirir alimentos orgânicos e de base agroecológica, de preferência diretamente dos produtores para que contribua com a economia da região onde moram. Sugere também comer com regularidade e atenção em ambientes apropriados e, sempre que possível, com companhia sempre que possível, com familiares, amigos ou colegas de trabalho ou escola. (BRASIL, 2014). A companhia nas refeições, também favorece o comer com regularidade e atenção. Desta forma é de suma importância desenvolver, exercitar e compartilhar habilidades culinárias, compreendendo e participando e/ou elaborando o seu próprio alimento, fazendo com que o indivíduo conheça os alimentos e saiba o que está comendo. Fazer uso do tempo livre para dar à alimentação o espaço que ela merece, evitando assim os *fast-food*, alimentos industrializados e processados ricos em açúcares e sódio, dando preferência e prioridade a comidas saudáveis. (BRASIL, 2014). O guia sugere que, quando os indivíduos forem realizar refeições fora de casa, procurem sempre os locais que servem refeições feitas na hora, com preço justo e comidas caseiras. Sendo, portanto, um ser crítico em relação a informações, orientações e mensagens sobre alimentação veiculadas em propagandas comerciais. Desta forma, sabendo que a função da mídia é aumentar a venda do produto e não informar ou educar as pessoas. (BRASIL, 2014). O presente trabalho objetivou desenvolver um produto alimentício adequado para crianças, a fim de substituir alimentos ultra processados por alimentos mais saudáveis que sejam atrativos ao paladar infantil e atinja 20% das suas necessidades energéticas em um lanche. **METODOLOGIA:** Elegeu-se como público alvo crianças a partir de 2 a 6 anos de idade, pois esse público é atraído para os *fast foods* pela publicidade desses produtos, brindes e por ingredientes sedutores, porém ricos em açúcares, gorduras saturadas, sal e aditivos químicos e pobres em nutrientes. Dessa maneira, foi pensado algo que pudesse “substituir” esses tipos de alimentos mais de uma forma mais saudável que pudesse agregar nutrientes a essa faixa etária. Foi elaborada uma pizza feita de farinha integral, rica em fibras que estimulam um bom funcionamento do intestino, podem ajudar no controle da glicemia e dão maior saciedade que os refinados. Um dos ingredientes é a farinha de couve liofilizada rica em cálcio, ferro, fósforo, minerais que auxiliam na formação de ossos e dentes essenciais nessa fase do crescimento. Nesse alimento se encontram proteínas de alto valor nutricional e gorduras boas essenciais para o funcionamento do organismo. Considerou-se essencial incluir um alimento que já é bastante conhecido e apreciado por todas as crianças de uma forma mais saudável e que pudesse contribuir para que a mesma possa aprender a fazer boas escolhas desde a infância até a vida adulta. Para a elaboração do produto, seguiu-se as seguintes etapas: **Determinação das necessidades nutricionais do público-alvo.** Foram avaliadas 42 crianças com idade entre 2 a 6 anos em uma escola privada de Natal-RN. Foram coletados idade, peso e estatura. Para crianças entre 2 e 3 anos utilizou-se IOM (2001). Já para as crianças a partir de 3 anos, foi FAO/OMS (2006). De acordo com a avaliação do estado nutricional das crianças, e conforme recomendado, após os cálculos, ficou estabelecido como média do VET o valor de 1.273kcal/dia. Foram

calculados de acordo com as recomendações, as necessidades da população, para os 20 % do valor diário do lanche elaborado. **Desenvolvimento do produto:** Tendo como objetivo, uma não alteração das condições naturais do produto elaborado, foi escolhido como método de conservação o congelamento por ar e refrigeração. Tendo como período de congelamento um prazo de até 60 dias. Sendo esses métodos simples, barato e de fácil acesso a população que venha a comprar e consumir o mesmo. O congelamento consiste na redução da temperatura de um alimento, sendo essa reduzida abaixo do seu ponto de congelamento onde a água sofre uma mudança, passando do seu estado líquido para o sólido, havendo então a formação de cristais de gelo. O método de congelamento é considerado um dos melhores para a conservação dos alimentos a longo prazo, pois mantém principalmente todas as características naturais do produto. Com relação à temperatura de armazenamento, quanto mais baixa, maior será a vida útil do produto. A refrigeração tem como função conservar as características do produto *in natura*, tornando-se um método temporário de conservação (dias ou semanas), visto que esse método não elimina a atividade enzimática e microbiana, apenas as retarda. Geralmente é utilizada em combinação com outras técnicas de conservação. **RESULTADOS:** Os resultados do presente trabalho demonstram o quanto aceito a pizza integral foi média total de aceitabilidade, 4,7. O que mais agradou do nosso produto foi a massa, sabor e a textura. Visto que é um produto bem aceito pelas crianças, e de fácil preparo, além de ser mais saudável e saboroso, priorizando a saúde das mesmas e contribuindo para formação de bons hábitos alimentares desde a infância. Tendo em vista os aspectos analisados durante o processo de elaboração deste trabalho pode-se concluir que de acordo com os novos hábitos alimentares que se formou diante da transição nutricional sofrida nos últimos anos, fora visto que a população tem aumentado o seu consumo de alimentos ricos em açúcares, gorduras saturadas e aditivos. Observando esse alto índice de sobrepeso e obesidade infantil que tem se alastrado nos últimos anos, nesse ponto foi onde surgiu a ideia de criar o produto. **CONCLUSÃO:** Foi desenvolvida uma pizza integral com farinha de couve liofilizada. A mesma contribuiu com 10% do total de Kcal da alimentação do público-alvo escolhido, crianças de 2 a 6 anos de idade. Pretende-se com o produto desenvolvido, melhorar a qualidade da alimentação infantil, enriquecendo um produto que é conhecido e apreciado pela maior parte das crianças. Os testes de aceitabilidade demonstraram que o produto desenvolvido teve uma excelente aceitação, com notas elevadas no teste. Além disso, o método de conservação utilizado propiciou um prazo de 60 dias da produção ao consumo do alimento, sem o uso de aditivos químicos e conservantes, tornando o produto uma escolha saudável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Como e porque separar o lixo?** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/8521-como-e-porqu%C3%AA-separar-o-lixo>. Acesso em: 27 maio 2018.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. **Resolução – RDC Nº 216, de 15 de setembro de 2004**. Estabelece procedimentos de boas práticas para serviço de alimentação, garantindo as condições higiênico-sanitárias do alimento preparado. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 setembro de 2004.

CERVATO-MANCUSO, Ana Maria; FIORE, Elaine Gomes; REDOLFI, Solange Cavalcante da Silva. **Guia de Segurança Alimentar e Nutricional**. Barueri-SP: Manole, 2015. 188 p.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN nº 599/2018**. Dispõe sobre o Código de Ética do Nutricionista e dá outras providências. Brasília DF, 22 fevereiro 2018.

FERNANDES, Benedito Scaranci *et al.* **Cartilha de orientação nutricional infantil**. Minas Gerais: [s.n.], 2009. 33 p. Disponível em: http://www.portaldaenfermagem.com.br/downloads/Cartilha_Orientacao_Nutricional_12_03_13.pdf. Acesso em: 20 maio 2018.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Influência da mídia na alimentação infantil**. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/nutricao/a-influencia-da-midia-na-alimentacao-infantil/14570>. Acesso em: 27 maio 2018.

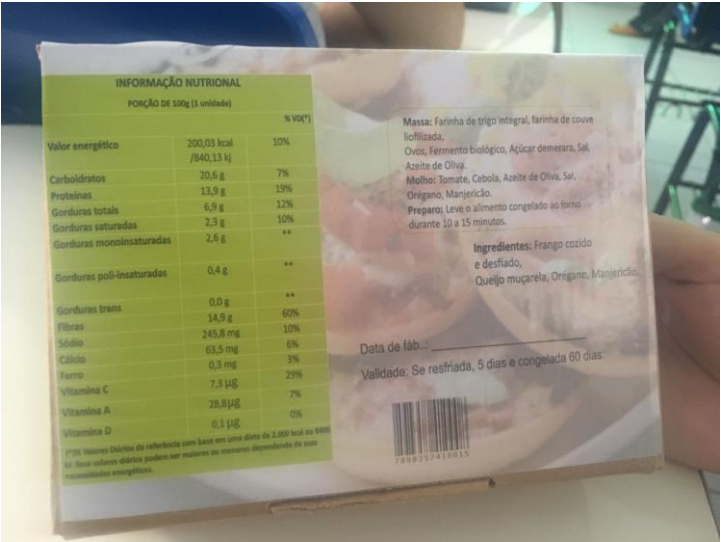
VASCONCELOS, Margarida Angelica de Silva; MELO FILHO, Artur Bibiano de. **Técnico em Alimentos: Conservação influência da mídia da alimentação infantil de alimentos**. Recife: E-tec Brasil, 2010. 119 p.

APÊNDICE 1

Quadro 1: Informação nutricional do alimento desenvolvido, para 2.000 kcal/dia.

INFORMAÇÃO NUTRICIONAL		
PORÇÃO DE 100g (1 unidade)		
Quantidade por porção		% VD(*)
Valor energético	200,03 kcal /840,13 kj	10%
Carboidratos	20,6 g	7%
Proteínas	13,9 g	19%
Gorduras totais	6,9 g	12%
Gorduras saturadas	2,3 g	10%
Gorduras monoinsaturadas	2,6 g	**
Gorduras poli-insaturadas	0,4 g	**
Gorduras trans	0,0 g	**
Fibras	14,9 g	60%
Sódio	245,8 mg	10%
Cálcio	63,5 mg	6%
Ferro	0,3 mg	3%
Vitamina C	7,3 µg	29%
Vitamina A	28,8µg	7%
Vitamina D	0,1 µg	0%
(*)% Valores Diários de referência com base em uma dieta de 2.000 kcal ou 8400 kJ. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades energéticas.		

APÊNDICE 2



SAÚDE DO HOMEM E OBESIDADE: UM RELATO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

AUTORAS:

Jéssica da Conceição do Nascimento
Naiara Lima da Silva
Tatiana Akemi Wake
Katiuscia Medeiros Silva de Araújo
Genyklea Silva de Oliveira

RESUMO: A saúde do homem ainda é uma abordagem pouco mencionada na sociedade e na área da saúde. Estudos comprovam que os homens são mais vulneráveis as enfermidades graves e crônicas. Dessa forma, umas das doenças crônicas que apresenta grande impacto nos agravos a saúde do homem é a obesidade. Objetivo: Sensibilizar o sexo masculino em relação aos fatores que envolvem a obesidade, através de um vídeo educativo. Metodologia: O trabalho interdisciplinar foi realizado pelos alunos do 6ª período do curso bacharelado de Nutrição, em uma instituição de ensino superior. Foi elaborado um vídeo didático abordando o tema saúde do homem e abrangendo o subtema da obesidade, utilizando aparelho telefônico para filmagem e aplicativo para edição de vídeo. O vídeo apresenta duração de 3 minutos e 30 segundos. Contemplando os dados epidemiológicos da obesidade no Brasil, sua caracterização, etiologia e tratamento. A partir deste trabalho, conclui-se que é necessário o aprimoramento de políticas públicas e ações educativas voltadas para a prevenção da obesidade com enfoque no sexo masculino.

Palavras-chave: Saúde do homem. Obesidade. Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO: A saúde do homem ainda é uma abordagem pouco mencionada na sociedade e na área da saúde, que priorizam os grupos mais vulneráveis como as crianças, mulheres e idosos. Isso se deve ao próprio público em questão apresentar resistência a procura dos serviços de saúde, pois se consideram insuscetíveis ao desenvolvimento de doenças, porém estudos comprovam que os homens são mais vulneráveis as enfermidades graves e crônicas, além de morrerem mais cedo que as mulheres (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009). Assim, umas da doenças crônicas que apresenta grande impacto nos agravos a saúde do homem é a obesidade. Essa doença de caráter multifatorial, compreende fatores psicossomáticos, genéticos, ambientais e estilo de vida. Além disso, a obesidade se apresenta como fator de risco para Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT), que podem interferir na qualidade de vida e aceitação social dos indivíduos (ABESO, 2016; CUPPARI, 2015). De acordo com o Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico - VIGITEL, A obesidade cresceu 60% de 2006 à 2016. No sexo masculino essa frequência é 18,1%, ficando apenas 1% abaixo do sexo feminino. Em contrapartida os homens apresentam maior índice de sobrepeso, representando 57,7% do percentual total. Portanto, é necessário diagnosticar precocemente a obesidade, com o propósito de iniciar tratamento multidisciplinar adequado diminuindo a morbimortalidade dos indivíduos (VIGITEL,

2016). A contextualização do trabalho engloba os aspectos epidemiológicos da obesidade, a etiologia, caracterização e seu tratamento dietético. Este trabalho trata-se de uma atividade interdisciplinar realizada por alunos no 6º período da graduação em nutrição cujo tema abordado foi a saúde do homem e prevenção da obesidade. Logo, o objetivo do trabalho é sensibilizar o sexo masculino em relação aos fatores que envolvem a obesidade, através de um vídeo educativo.

METODOLOGIA: O trabalho interdisciplinar foi realizado pelos alunos do 6º período do curso bacharelado de Nutrição, em uma instituição privada de ensino superior do estado do Rio Grande Do Norte, na cidade de Natal, no período de outubro a dezembro de 2017. Para o desenvolvimento do tema foi realizado vídeo educativo acerca da saúde do homem com foco na obesidade. No qual, foi elaborado seguindo as exigências contidas no edital da atividade interdisciplinar elaborados pelos professores do 6º período. A gravação de vídeo deveria ter duração máximo de 5 minutos. A gravação foi realizada em três etapas de acordo com as temáticas abordadas sobre a obesidade. Desse modo, como referencial teórico foram consultados os guias do Ministério da Saúde que tratavam da saúde do homem, livros, dados disponibilizados pelo Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde – VIGITEL, o Guia Alimentar para a População Brasileira e as Diretrizes Brasileiras de Obesidade. Os conteúdos incluem os dados epidemiológicos sobre a obesidade no Brasil, os fatores etiológicos que envolvem o desenvolvimento da obesidade, bem como sua caracterização e tratamento nutricional. Em relação ao conteúdo abordado referente ao tratamento dietético, o mesmo envolve a redução calórica para promoção de balanço energético negativo. Esse tratamento deve envolver um programa de modificação comportamental, que envolva a atividade física e mudanças permanentes na alimentação (ABESO, 2016). Entretanto, para obtenção do sucesso a dieta do paciente deve ser modificada de modo que seja sustentável, com planejamento alimentar que se adeque a individualidade do mesmo e promova a reeducação alimentar (ABESO, 2016). Ainda com enfoque central, foi abordado o Guia Alimentar Para População Brasileira com prioridade nos dez passos para uma alimentação saudável, com foco na promoção e prevenção da obesidade. Com isso, evitando o consumo exagerado de calorias e a oferta desequilibrada de nutrientes na alimentação, limitar o consumo de alimentos ultra processados, preferir consumir regularmente alimentos in natura ou minimamente processados, dar preferência a frutas e legumes nas principais refeições (BRASIL, 2014). Por fim, ocorreu a edição do vídeo para junção das partes, que foram filmadas na biblioteca da instituição, gravadas em um único momento. Para a gravação foi utilizado aparelho telefônico, no qual foi utilizado o Movie Make, 2011, um software da Microsoft para edição do vídeo.

RESULTADOS: A apresentação do vídeo ocorreu em sala de aula, com duração de 3 minutos e 30 segundos para o corpo docente do curso de nutrição e demais alunos. A apresentação foi avaliada e pontuada com base na descrição de notas atribuídas por disciplina do período letivo, conforme descrito no edital. A nota final foi 9,5. Os avaliadores explanaram comentários positivos em relação ao tema abordado, estrutura contexto do conteúdo, parabenizando o todo o trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A partir deste trabalho, conclui-se que o vídeo executado apresentou uma maneira didática de abordar a obesidade como um problema de saúde pública, de forma a sensibilizar o público masculino quanto as suas comorbidades. As fragilidades da intervenção estão relacionadas a

compreensão do público alvo quanto aos aspectos da obesidade abordados em sua complexidade. A partir deste trabalho, conclui-se que é necessário o aprimoramento de políticas públicas e ações educativas voltadas para o sexo masculino. Uma vez que se apresentam como grupo de risco para desenvolvimento de doenças graves e crônicas, devido a maior resistência na procura de serviços de saúde, tanto para a prevenção como o tratamento de agravos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde.**

Brasília, 2016. Disponível em:

http://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/junho/07/vigitel_2016_jun17.pdf.

Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral a saúde do Homem:** princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à

Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em:

http://www.unfpa.org.br/Arquivos/saude_do_homem.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2. ed.

Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em:

189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira.pdf. Acesso em: 27 nov. 2017.

CUPPARI, Lilian. **Guia de nutrição:** clínica no adulto. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2014, p. 185.

DIRETRIZES Brasileiras de Obesidade – DBO. **Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. (ABESO)** 4.ed. São Paulo, 2016. Disponível em:

<http://www.abeso.org.br/uploads/downloads/92/57fccc403e5da.pdf> . Acesso em: 29 nov. 2017.

APROVEITAMENTO INTEGRAL DA ENTRECASCA DA MELANCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

AUTORES:

Jessica da Conceição do Nascimento

Marcos Felipe Silva de Lima

RESUMO: No Brasil, a fome coexiste com o desperdício de alimentos. O aproveitamento integral dos alimentos surge como uma iniciativa para o consumo sustentável dos alimentos sem com a mínima geração de desperdício. Metodologia: O trabalho foi realizado em uma Unidade de Alimentação e Nutrição do setor de nutrição e dietética de um hospital psiquiátrico localizado na cidade de Natal no Rio Grande do Norte no período de setembro de 2018. Foi utilizado apenas um dia para a preparação e teste de aceitabilidade. Resultados: No total foram aproveitados 1.950kg de entrecasca. O tempo de cozimento equivaleu aproximadamente a uma hora. A preparação final teve como rendimento de 110 porções, no qual foram servidas para os funcionários do hospital. Além disso, o cozimento foi completo e não houve sabor residual, o sabor suave e textura leve se assemelhou ao vegetal chuchu. Conclui-se que o aproveitamento integral da entrecasca da melancia como legume foi bem aceito e totalmente necessário dentro de uma UAN, tendo em vista o aproveitamento integral dos alimentos e seus benefícios em relação a diminuição de gastos.

Palavras-chave: Aproveitamento Integral dos Alimentos. Desperdício de Alimentos. Produção de alimentos.

INTRODUÇÃO: No Brasil, a fome coexiste com o desperdício de alimentos, o que se torna algo contraditório, uma vez que essa situação se apresenta como um enorme problema a ser enfrentado. O nosso país é um dos maiores exportadores de produtos agrícolas do mundo, entretanto existem milhares de cidadãos sem acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficiente (GONDIM, 2005). Mais de 200 mil toneladas de lixo são geradas diariamente no Brasil em consequência do desperdício que ocorrem em restaurantes, bares e lanchonetes que juntos desperdiçam cerca de 15% a 50% de alimentos por dia. Entre os fatores que levam a este ocorrido estão o gerenciamento e acondicionamento inadequado dos hortifrúteis. De fato, essas perdas não ocorrem apenas durante a cadeia produtiva do alimento, mas também durante o preparo incorreto dos mesmos (AIOLFI, 2016; SESC, 2003). Assim, o aproveitamento integral dos alimentos surge como iniciativa para aproveitar todas as partes comestíveis de alimentos que geralmente são descartados possibilitando uma redução de custos, aumento do rendimento e valor nutritivo das preparações. Entretanto, poucas pessoas possuem o hábito deste tipo de alimentação alternativa, desprezando partes comestíveis de alimentos ricas em nutrientes que poderiam ajudar a manter a saúde nutricional (SESC, 2003; ROSA, 2009). Em alguns casos essas partes comestíveis podem ser ainda mais nutritivas que o próprio alimento. Um exemplo disso é o teor de fibras que geralmente se apresenta em maiores quantidades nas cascas de frutas. Nesse contexto pode se

reaproveitar as cascas, talos, folhas para o preparo de doces, compotas, farinhas, bolos, sucos entre outros (OLIVEIRA 1993). Alguns autores ao analisar a composição centesimal de partes geralmente não comestíveis Godim et al, 2005 ao analisarem a composição centesimal de cascas de frutas, verificaram que as mesmas apresentaram maiores quantidades de nutrientes do que a própria polpa, sendo encontrado maiores quantidades de potássio, cálcio e magnésio. Tais autores afirmam que as cascas das frutas analisadas devem ser utilizadas como alternativas para a ingestão adequada de nutrientes e ao mesmo tempo evitar o desperdício de alimentos (GODIM et al., 2005). De forma semelhante Storck et al. (2013) verificaram que cascas, talos, folhas e sementes contêm quantidades relevantes de minerais, proteínas e polifenóis, além disso mostraram ter uma baixa quantidade de carboidrato, o que pode ser benéfico para dietas para redução de peso ou até mesmo para indivíduos com intolerância a glicose. Por fim, é necessário o incentivo a prática da alimentação alternativa, principalmente por parte do profissional nutricionista. Visando o fornecimento de alimentação adequada e economia de custos para pessoas de baixa renda e para população em geral, principalmente destacar o valor nutricional dessas partes que geralmente não são comestíveis que contém fibras, minerais e vitaminas essenciais para o organismo (ROSA, 2009). Diante do exposto, esse trabalho possui como objetivo desenvolver uma preparação baseada no reaproveitamento integral dos alimentos de uma Unidade de Alimentação e Nutrição. **METODOLOGIA:** O trabalho foi realizado em uma Unidade de Alimentação e Nutrição do setor de nutrição e dietética de um hospital psiquiátrico localizado na cidade de Natal no Rio Grande do Norte. No período de setembro de 2018. Foi utilizado apenas um dia para a preparação e teste de aceitabilidade. A intervenção em questão se trata do aproveitamento integral dos alimentos, através do aproveitamento da entrecasca da melancia como legumes na preparação. A entrecasca da melancia foi adicionada a preparação que estava sendo preparada na Unidade de Alimentação e Nutrição no dia do teste que, no caso, foi a isca de carne com legumes. As etapas de pré-preparo se iniciaram com a retirada de toda a polpa da melancia, restando apenas a casca e entrecasca. Em seguida, foi retirada a casca mais rígida de cor verde escura até que restassem apenas a entrecasca de cor branca. Para finalização a mesma foi cortada em cubos e adicionada a preparação em conjunto com os demais legumes e verduras.

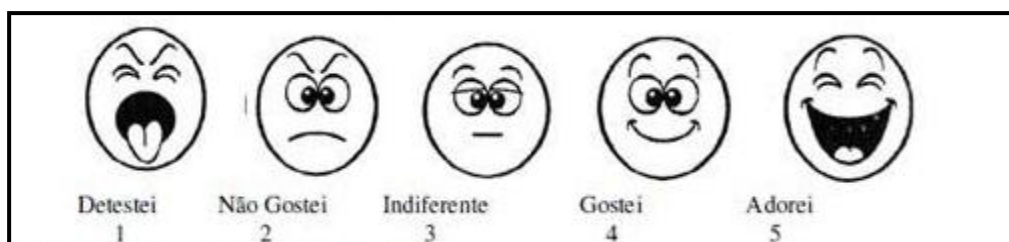
Figura 1 – Imagens do pré-preparo da entrecasca da melancia.



Fonte: Autoria própria, 2018.

Para avaliar a aceitação do alimento foi aplicada uma escala hedônica para teste de aceitabilidade, para os funcionários que estavam na escala do dia em questão. Foram incluídos no teste doze colaboradores dos turnos matutino e vespertino. Após todos degustarem uma pequena amostra da preparação com a entrecasca de melancia foi solicitado aos mesmos que respondessem sobre o sabor da entrecasca como legume.

Figura 2 – Escala hedônica para teste de aceitabilidade.



Fonte: BRASIL, 2017.

RESULTADOS: O peso total da melancia antes do pré-preparo foi de 9kg no qual foram aproveitados 1.950kg de entrecasca. O tempo de cozimento equivaleu aproximadamente a uma hora. A preparação final teve como rendimento de 110 porções, no qual foram servidas para os funcionários do hospital. Dessa forma, foi possível identificar o potencial da mesma para aumentar o rendimento das preparações. Além disso, o cozimento foi completo e não houve sabor residual, o sabor suave e textura leve se assemelhou ao vegetal chuchu. Em relação a aceitabilidade, de acordo com o teste a maioria dos funcionários 50% no total de 12 funcionários afirmaram que gostaram da preparação. De forma semelhante 48% adoraram e apenas 8% que representa apenas 1 funcionário afirmou ter detestado a preparação. A maioria das falas dos funcionários foram comentando sobre a semelhança de sabor e aparência que a entrecasca da melancia tem com o chuchu. A intervenção surgiu como uma opção para a falta de recursos financeiros para aquisição de hortifrúti, principalmente por se tratar de um hospital com percentual de prestação de serviços filantrópico. Dessa forma, fortalece a importância do aproveitamento integral dos alimentos. Além disso, a entrecasca da melancia pode ser introduzida em outras preparações servidas para os funcionários e pacientes, como as proteínas em gerais, sopas, molhos, saladas cozidas entre outros. É possível aproveitar integralmente outros vegetais para criação de novas receitas como utilizar os talos e cascas de vegetais e legumes para refogar ou cozinhar preparações. A casca da banana pode ser utilizada para preparação de farofa ou até mesmo ser empanada e grelhada semelhante a uma proteína. Outra parte geralmente não comestível com grande potencial para criação de farinhas são as sementes de abóbora e melancia (SESC, 2003).

Tabela 1 – Teste de aceitabilidade do estrogonofe de carne com a utilização da entrecasca de melancia como opção de legume, realizado para funcionários de uma Unidade de Alimentação e Nutrição em Natal-RN, 2018.

ACEITAÇÃO	N	%

Detestei	1	8,3%
Não gostei	0	0,0%
Indiferente	0	0,0%
Gostei	6	50,0%
Adorei	5	41,7%

Fonte: Autoria própria, 2018.

CONCLUSÃO: Diante disso, foi possível concluir que o aproveitamento integral da entrecasca da melancia como legume foi bem aceito e totalmente necessário dentro da Unidade de Alimentação e Nutrição, tendo em vista o aproveitamento integral dos alimentos e seus benefícios em relação a diminuição de gastos. Assim, é necessário que haja a introdução de novas propostas como essa que visam a produção de alimentos sustentáveis e mais saudáveis.

REFERÊNCIAS

AIOLFI, Andréa Hachmann; BASSO, Cristina. Preparações elaboradas com aproveitamento integral dos alimentos. **Disciplinarum Scientia| Saúde**, v. 14, n. 1, p. 109-14, 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.unifra.br/index.php/disciplinarumS/article/view/1037/981>. Acesso em: 10 set. 2018.

GONDIM, J. A. M. *et al.* Composição centesimal e de minerais em cascas de frutas. **Rev. Ciênc. Tecnol. Alim.**, Campinas, v. 25, p. 825-827, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cta/v25n4/27658.pdf>. Acesso em: 9 set. 2018. Acesso em: 10 set. 2018.

OLIVEIRA, A.S.D. **Reciclando ideias**: para não dizer que não falei de lixo. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 1993.

ROSA, Talita Cristina Maffei da; CARDOSO, Gessi Maria; SCHIMITEZ, Luiz Carlos. **Aproveitamento Integral dos Alimentos**: uma questão sócio-cultural. Disponível em: http://cacphp.unioeste.br/eventos/saudepublica/poster/aproveitamento_integral_alimentos.pdf. Acesso em: 10 set. 2018.

SANTOS, Karine Silva dos. **Ministério da Educação Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE**. 2. ed. 2017. Disponível em: http://rebrae.com.br/wp-content/uploads/2018/02/Teste-de-Aceitabilidade-_2a-edicao-2017.pdf. Acesso em: 11 set. 2018.

SESC, Mesa Brasil. **Banco de alimentos e colheita urbana**: aproveitamento integral dos alimentos. Rio de Janeiro: Sesc/DN, v. 45, 2003. Disponível em: <http://www.sesc.com.br/mesabrasil/cartilhas/cartilha7.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

STORCK, Cátia Regina *et al.* Folhas, talos, cascas e sementes de vegetais: composição nutricional, aproveitamento na alimentação e análise sensorial de preparações. **Ciência Rural**, v. 43, n. 3, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cr/v43n3/a8413cr6971.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.

ASSOCIAÇÃO DO POLIMORFISMO RS 9939609 DO GENE FTO COM A PREDISPOSIÇÃO PARA OBESIDADE

AUTORAS:

Maria Aparecida Ferreira de Araújo Alves Moreira
Delanne Cristina Souza de Sena Fontineli
Rafaela Cristina da Silva

RESUMO: A obesidade é um fator de risco para o surgimento de muitas doenças, entre elas, as DCNT's (Doenças Crônicas Não Transmissíveis), essas tornam-se cada vez mais frequentes no mundo. Os fatores ambientais, especialmente a dieta se correlacionam com fatores genéticos, o que contribui para o surgimento de doenças. O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa e tem como objetivo trazer informações sobre a relação do polimorfismo rs9939609 no gene *Fat Mass and Obesity* (FTO) e sua interação com a obesidade. Realizando buscas em artigos científicos selecionados nos bancos de dados da Pubmed, que estão disponíveis em inglês, entre os anos de 2015 a 2018. Após análise bibliográfica foi observado que a variação rs9939609 no gene FTO está associada à predisposição para a obesidade. Indivíduos que carregavam o alelo A apresentaram maior acúmulo de gordura corporal. Contudo ainda são necessários estudos mais aprofundados que possam confirmar e entender melhor o efeito do rs9939609 no gene FTO e a sua relação com a obesidade.

Palavras-chave: Gene FTO Obesity. rs9939609 obesity. Dieta mediterrânea FTO.

INTRODUÇÃO: Nas últimas décadas, ocorreram várias transições que foram responsáveis por mudanças significativas no estilo de vida dos indivíduos. Iniciando-se pela transição demográfica, com a diminuição da mortalidade, seguida pela diminuição da natalidade e, por último os movimentos migratórios, considerando um determinado tempo e espaço geográfico. Os movimentos migratórios, também conhecidos como transição urbana (concomitantemente ligada à transição demográfica) ocorreram de forma que, as famílias saíram das zonas rurais para as áreas definidas como urbanas por inúmeros fatores, entre eles, a busca por trabalho e alimento (CARMO, DAGNINO e JOHANSEN, 2014). Ademais a transição epidemiológica refere-se à modificações a longo prazo, que estão diretamente relacionadas com a perspectiva de vida, perfil de adoecimento e mortalidade da população. Segundo Araújo (2012), a transição epidemiológica, caracteriza-se pela evolução progressiva de um perfil de alta mortalidade por doenças infecciosas para um outro perfil o qual predominam as doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs). Correlacionada com as anteriores, a transição nutricional evidencia a diminuição da desnutrição e o aumento significativo da obesidade. Segundo dados da Vigitel (2016) o excesso de peso no Brasil cresceu em 26,3% em 10 anos passando de 42,6% em 2006 para 53,8% em 2016. A cidade de Rio Branco (AC), lidera o ranking com a prevalência de 60,6%. Já a obesidade cresceu 60% em 10 anos. De 11,8% em 2006 para 18,9% em 2016. No Brasil as doenças cardiovasculares, diabetes, doenças respiratórias crônicas e câncer respondem por 74% dos óbitos, ou seja,

essas doenças são as principais causas de morte no Brasil. O mesmo estudo revelou o aumento de 42% das mortes por DCNTs no mundo entre 1990 e 2013. De 27 milhões para 38,3 milhões. Enquanto cai o número de óbitos por doenças transmissíveis, causas maternas e neonatais (VIGITEL, 2016). O desenvolvimento econômico e a urbanização foram determinantes para as modificações no estilo de vida da população, expressos por padrões alimentares discutíveis e por modelos de ocupação predominantemente sedentários, favorecendo o aumento de peso e, portanto, a obesidade. Há uma predominância de pessoas obesas em países desenvolvidos e urbanizados. No entanto, os hábitos alimentares superam as questões geográficas e econômicas (OLIVEIRA *et al.*, 2003). A obesidade é um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de doenças, principalmente as DCNTs. O obeso está mais propenso a desenvolver doenças como hipertensão, diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares entre outras. Ademais, as causas da obesidade são inúmeras podendo ocorrer pelo elevado consumo de carboidratos, a falta de exercício físico, maus hábitos alimentares ou também pelo patrimônio genético (CARLUCCI *et al.*, 2013). Ao final do projeto genoma humano pôde-se observar que o sequenciamento do DNA humano tem uma estimativa de 25 mil genes sequenciados. Através disso pesquisas buscam descobrir associações e variações de genes com doenças específicas e compreender o modo pelo qual genes, proteínas e fatores ambientais interagem para causar alterações funcionais que resultem no aparecimento de doenças (SBAN, 2018). No contexto da manutenção da saúde e prevenções de doenças, surgem a nutrigenética e a nutrigenômica com o intuito de trazer informações sobre a interação gene e dieta e a sua relação com a expressão gênica. A nutrigenética estuda a variabilidade genética entre os indivíduos, a qual pode estar relacionada com o risco de desenvolvimento de doenças, considerando o padrão alimentar dos indivíduos. Por outro lado, a nutrigenômica estuda como a composição alimentar e genoma afetam a expressão gênica (FUJII *et al.*, 2010). Entre vários genes estudados para a obesidade destaca-se o *FTO* (*Fast Mass and Obesity Associated*) que está associado com a massa gorda e o aumento do Índice de Massa Corporal, também conhecido como IMC (BITELO, 2013). De acordo com o que foi apresentado anteriormente, parece relevante e importante a busca de informações e a discussão a respeito das temáticas da nutrigenômica, nutrigenética e os genes associados, bem como sua influência na obesidade. Um estudo específico sobre os temas torna-se essencial no sentido da promoção à saúde e no estudo da interação gene e nutriente, para que se possa conhecer os fatores de riscos associados aos hábitos alimentares e através disso promover uma mudança na dieta do indivíduo, respeitando a individualidade e assim fornecendo a prevenção e manutenção da saúde. Diante disso, o objetivo deste estudo foi trazer informações sobre a relação do polimorfismo rs9939609 no gene *FTO* e a obesidade. **REVISÃO DE LITERATURA:** Os campos da nutrigenética e nutrigenômica surgiram com diferentes orientações para observar a interação da dieta com os genes. A nutrigenética cobre o impacto ou influência de variantes genéticas ou polimorfismos de indivíduos na resposta metabólica a nutrientes ou dieta. Por sua vez, a nutrigenômica propõe-se a fornecer conhecimento molecular nos componentes da dieta, que contribuem para a saúde, alterando a expressão e/ou as estruturas de acordo com a constituição genética individual. Ambas têm o objetivo comum para conseguir uma nutrição personalizada, a fim de otimizar a manutenção da saúde humana (GOYENECHEA *et al.*, 2010). A

função do gene *FTO* ainda não foi elucidada. Em camundongos e humanos foi encontrado uma maior expressão desse gene no cérebro, principalmente no núcleo arqueado e no hipotálamo, região envolvida na regulação do apetite. Partindo dessa hipótese o *FTO* teria um possível papel no controle da homeostase energética. Também foi encontrado uma pequena expressão desse gene no tecido adiposo, pâncreas e fígado, musculatura esquelética estriada e cardíaca, rins, gônadas, entre outros. O gene *FTO* é encontrado na região cromossômica 16q12.2, possui 9 exons e 8 introns, um total de 2.348 SNPs (*Single Nucleotide Polymorphism*). Destes polimorfismos, 92 têm conhecimento da importância científica, dentre eles 26 tem relação com o IMC. O SNP rs9939609 encontrado no intron 1 do gene *FTO* vem sendo estudado com mais frequência por apresentar maior sucesso na taxa de genotipagem (100%) possibilitando associações com menores chances de erros. É constituído por dois alelos A e T. Sendo que o alelo A apresenta um maior acúmulo de gordura corporal, principalmente quando se apresenta em sua forma homozigota (AA) (LIMA et al., 2010). Segundo Lima et al. (2010), a importância de estudar a relação do rs9939609 e de outros polimorfismos com a evolução da obesidade, é pelo fato de várias doenças crônicas não transmissíveis terem sua instalação facilitada quando o indivíduo apresenta um excesso de gordura corporal. Segundo Machado (2013), a dieta mediterrânea destaca-se por um consumo significativo de azeite, frutas e hortaliças, frutos secos, vegetais e cereais; um consumo moderado de peixe e aves; um baixo consumo de laticínios, carnes vermelhas, carnes processadas e doces; e vinho com moderação, respeitando a sazonalidade, a biodiversidade e os hábitos locais. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura integrativa, que consiste na estruturação de uma análise ampla da literatura que contribui para debates sobre técnicas e decorrência das pesquisas, assim como ponderações a respeito da realização de futuros estudos. O intuito deste método de pesquisa é obter um profundo entendimento acentuado de um determinado fenômeno baseando-se em estudos anteriores (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014). Foi realizado a partir de um levantamento com base em artigos científicos nas bases de dados do *National Center for Biotechnology Information* (NCBI), tendo acesso aos bancos de dados da PubMed. Dessa maneira, foi desenvolvida uma pesquisa aplicada com métodos qualitativos. Com o propósito de investigar o tema, utilizaram-se artigos publicados entre 2015 e 2018, que abordavam temática relacionada ao objetivo deste trabalho e que estavam disponíveis em língua inglesa. Quanto aos descritores, são: gene *FTO* obesity, rs9939609 obesity e mediterranean diet *FTO*. Após análise, foram excluídos os artigos que não relacionavam-se com a temática do estudo, mesmo tendo título e/ou palavras-chave correlacionados além dos que não disponibilizavam texto completo e os artigos que não tinham acesso público. Na busca, utilizando os três descritores, foi encontrado um total de 993 artigos e após as etapas de seleção, 11 artigos foram escolhidos para o estudo. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

Autor/ Ano	Metodologia	Amostra	Principais resultados
DUICU et al., 2016	Estudo prospectivo	201 crianças da Romênia com sobrepeso e obesidade e 186	O SNP rs9939609 foi significativamente associado à

		participantes com peso normal, avaliados no Departamento de Pediatria entre 2012 e 2015.	obesidade. A proporção de crianças obesas que carregavam o alelo AA homozigotas foi significativamente maior. Já as que carregavam alelo (TT) foram distribuídas igualmente dentro dos grupos.
DANG <i>et al.</i> , 2017	Questionário composto de 39 perguntas com intuito de avaliar 9 dimensões dos desejos de comida.	78 indivíduos da cidade de Nashville entre 22 e 83 anos de idade, completaram o questionário Food Cravings Questionnaire e foram submetidos à genotipagem para FTrs9939609.	rs9939609 FTO e desejos de comida. Aqueles que apresentaram a variação rs9939609A FTO em relação ao homozigotos TT, apresentaram os desejos de comida mais elevados o que implica na elevação do IMC.
RIVERA <i>et al.</i> , 2017	3 coortes de replicação e 2 coortes de descoberta originais.	A amostra consistiu em 6.902 indivíduos com depressão e 6.799 controles.	O estudo revelou uma interação significativa entre o FTO, depressão e IMC e apontou que a depressão aumentava o efeito do FTO no IMC. O estudo mostrou também uma relação positiva entre o IMC e o genótipo rs9939609 e depressão.
BADIU <i>et al.</i> , 2015	Estudo de coorte	53 sujeitos (30 adultos, 23 crianças)	A adesão a uma dieta mediterrânea é benéfica para indivíduos com predisposição genética para a obesidade, desde que seja mantida por um longo período de tempo junto com o exercício físico sustentado.
KOLAČ KOV, K <i>et al.</i> , 2016	Ensaio randomizado	854 indivíduos não obesos, com idades entre 20 e 40 anos, residentes em três regiões diferentes da Polônia.	A distribuição do tecido adiposo não é afetada pelo gene FTO entre os indivíduos com o IMC normal.
HU,YH <i>et al.</i> , 2015	Caso-controle	Um total de 489 indivíduos (245 pacientes com obesidade, 244 controles).	Não foram encontradas associações significativas para o polimorfismo rs9939609 do FTO com a ocorrência de síndrome metabólica entre os pacientes com obesidade e controles.
GROOT, C <i>et al.</i> , 2015.	Ensaio randomizado	492 indivíduos holandeses com idades entre 70 e 82 anos.	O alelo de risco FTO está associado a volumes mais baixos do núcleo accumbens, sugerindo que o maior peso corporal dos portadores de alelos de risco pode ser

			resultado de mudanças nas estruturas cerebrais relacionadas à recompensa.
QIBIN QI <i>et al.</i> , 2015	Análise combinada	16.094 indivíduos com idades entre 1 e 18 anos.	Foi confirmada associação entre SNP rs9939609 e o alelo de aumento de IMC em indivíduos brancos, mas não em afro-americanos e asiáticos. Dados também mostraram que a ingestão proteica pode modificar a influência das variantes do FTO no IMC.
SHABANA; SHAHIDA, Hasnain., 2015	Amostragem aleatória	631 indivíduos (346 indivíduos obesos e 285 controles) selecionados em hospitais e população geral de Lahore, Sheikhpura, Bhakkar e Burewala.	O rs9939609 não apresenta efeito sobre o perfil lipídico, mas tem ação sobre a glicose no sangue, o que sugere que ele desempenha um papel na regulação de energia.
MEISEL <i>et al.</i> , 2015.	Ensaio randomizado	1.411 alunos de uma universidade do Reino Unido, com idades entre 18 e 30 anos.	Houve uma tendência para portadores de AA para $\geq 5\%$ de ganho de peso em comparação com portadores de TT ($p = 0,089$), mas o tamanho da amostra foi pequeno, por muitos terem abandonado a pesquisa.
LIVINGSTONE <i>et al.</i> , 2015	Ensaio randomizado controlado	1607 adultos, selecionados em sete locais de recrutamento europeus (Universidades).	A cópia do alelo de risco FTO foi relacionada a um aumento de Peso e IMC. A porcentagem de participantes com excesso de peso ou obesidade foi maior nos portadores do alelo de risco FTO do que os não portadores.

Fonte: SILVA e MOREIRA, 2018.

Dentre os marcadores que apresentam associação com a obesidade poligênica (resultante de um desequilíbrio entre a ingestão calórica e a variação genética) o SNP rs9939609 é o mais correlacionado com esta desordem, apresentando vários fatores de risco metabólicos. Como por exemplo: peso, IMC, circunferência abdominal, percentual de gordura (BADIU *et al.*, 2015). Certos SNPs podem ser a causa de predisposições ao desenvolvimento de doenças, como por exemplo, o SNP rs9939609 que, dentre os estudos explorados anteriormente, o que mais se

associa com elevadas taxas de gordura corporal, sobrepeso e obesidade. Esse SNP é composto por alelos A e T, sendo que em indivíduos que carregavam o alelo A eram aqueles que mais apresentavam um maior acúmulo de gordura corporal, principalmente quando apresentado na forma homozigótica AA. **CONCLUSÃO:** Diante dos artigos apresentados foi observado que a variação rs9939609 no gene *FTO* está associada à predisposição para a obesidade. Indivíduos que carregavam o alelo A apresentaram maior acúmulo de gordura corporal. Contudo ainda são necessários estudos mais aprofundados nas diferentes populações, levando em consideração que estudos já observaram relação entre o polimorfismo e o IMC em indivíduos brancos, mas não em afro-americanos e asiáticos. Levando em consideração os aspectos mencionados pode-se concluir que a predisposição genética para o gene *FTO* e a variação rs9939609 pode evoluir para o surgimento da obesidade. Porém, se for conhecido a herança genética e através dela for adotada uma dieta específica e exercício físico a predisposição genética pode ser não determinante para o desenvolvimento da obesidade. A dieta mediterrânea foi útil para tal população, revelando a diminuição da massa de gordura corporal, porém deve ser seguida por um longo período de tempo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, José Duarte de. Polarização epidemiológica no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, [S.l.], v. 21, n. 4, p.533-538, dez. 2012. Trimestral. Instituto Evandro Chagas. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742012000400002>. Acesso em: 05 jun. 2018.
- BADIU, C et al. O estudo do polimorfismo do gene *FTO* rs9939609 em associação com a obesidade e o manejo da obesidade em uma coorte romena. **Journal Of Medicine e Life**. Bucareste, p. 232-238. abr., 2015.
- BITELLO, Adriana Regina. **Relação entre a dieta e o polimorfismo rs 9939609 do gene *FTO* e a interação entre os marcadores bioquímicos e nutricionais**. 2013. 61 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Biotecnologia. Centro Universitário Univates, Lajeado, 2013.
- CARLUCCI, Edilaine Monique de Souza et al. Obesidade e sedentarismo: fatores de risco para doença cardiovascular. **Com. Ciências Saúde**, Maringá, v. 24, n. 4, p.375-384, set. 2013.
- CARMO, Roberto Luiz do; DAGNINO, Ricardo de Sampaio; JOHANSEN, Igor Cavallini. Transição demográfica e transição do consumo urbano de água no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S.l.], v. 31, n. 1, p.169-190, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-30982014000100010>.
- DANG, L.C. et al. Affects food cravings and interacts with age to influence age-related decline in food cravings. **Physiology & Behavior**. 2017.

DUICU, Carmen *et al.* SNP FTO rs 9939609 está associado aos níveis de adiponectina e leptina e ao risco de obesidade em uma coorte de população de crianças romenas. **Medicina (baltimore)**, v. 95, n. 20, p.1-7, maio 2016.

FUJII, Tatiane Mieke de Meneses; MEDEIROS, Roberta de; YAMADA, Ruth. Nutrigenômica e nutrigenética: importantes conceitos para a ciência da nutrição. **Sociedade Brasileira Food Nutrition**. São Paulo, p. 149-166. abr. 2010.

GOYENECHEA, Estibaliz *et al.* Respuesta a la dieta en función del genotipo: hacia una nutrición personalizada en el obeso. **Clínica e Investigación En Arteriosclerosis**, Pamplona, v. 22, p.10-13, jan. 2010.

GROOT, Corjan de *et al.* Association of the Fat Mass and Obesity-Associated Gene Risk Allele, rs9939609A, and Reward-Related Brain Structures. **Obesity A Research Journal**. Nashville, p. 2118-2122. out. 2015.

HU, Y.H. *et al.* Association between polymorphisms of fat mass and obesity-associated gene and metabolic syndrome in Kazakh adults of Xinjiang, China. **Genetics And Molecular Research**. Xinjiang, p. 14597-14606. 19 nov. 2015.

KOLAČKOV, K. *et al.* The Frequencies of Haplotypes of FTO Gene Variants and Their Association with the Distribution of Body Fat in Non-Obese Poles. **Adv Clin Exp Med**. v.25, n.1, p. 33-42, jan-fev. 2016.

LIMA, William Alves; GLANER, Maria Fátima; TAYLOR, Aline Pic. Fenótipo da gordura, fatores associados e o polimorfismo rs9939609 do gene FTO. **Rev Bras Cineantropom Desempenho Hum**, Florianópolis, v. 2, n. 12, p.164-172, jan. 2010. Bimestral.

LIVINGSTONE, Katherine M. *et al.* Fat mass- and obesity-associated genotype, dietary intakes and anthropometric measures in European adults: the Food4Me study. **British Journal Of Nutrition**, [S.l.], v. 115, n. 03, p.440-448, 1 dez. 2015. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0007114515004675>.

MACHADO, Alexandra. Dieta mediterrânea: a dieta que protege?. **Rev Port Med Geral Fam**, Lisboa, v. 29, n. 4, p. 265-267, jul. 2013. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-51732013000400011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 jun. 2018.

MEISEL, Susanne F. *et al.* The Association of FTO SNP rs9939609 with Weight Gain at University. **Obesity Facts**, Londres, v. 8, p.243-251, 04 set. 2015.

OLIVEIRA, A.M.A. *et al.* Sobrepeso e obesidade infantil: influência de fatores biológicos e ambientais em Feira de Santana, BA. **Arq. Bras. Endocrinol. Metab.**, v. 47, n. 2, p.144-150, 2003.

QIBIN, QI *et al.* Dietary Intake, FTO Genetic Variants, and Adiposity: A Combined Analysis of Over 16,000 Children and Adolescents. **Diabetes**, [S.l.], v. 64, n. 7,

p.2467-2476, 26 fev. 2015. American Diabetes Association.
<http://dx.doi.org/10.2337/db14-1629>.

RAZQUIN, C. *et al.* A 3-year intervention with a Mediterranean diet modified the association between the rs9939609 gene variant in FTO and body weight changes. **International Journal Of Obesity**. Pamplona, p. 266-272. jan. 2010.

RIVERA, Margarita *et al.* Interaction between the FTO gene, body mass index and depression: meta-analysis of 13701 individuals. **British Journal Of Psychiatry**, [S./], v. 211, n. 02, p.70-76, ago. 2017. Royal College of Psychiatrists.
<http://dx.doi.org/10.1192/bjp.bp.116.183475>.

SHABANA; SHAHIDA, Hasnain. Effect of the Common Fat Mass and Obesity Associated Gene Variants on Obesity in Pakistani Population: A Case-Control Study. **BioMed Res. Int.** Lahore, 2015.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, 2018. Disponível em: http://www.sban.org.br/por_dentro/informativos/124/posicionamento-da-%E2%80%9Cthe-academy-of-nutrition-and-dietetics%E2%80%9D-genomica-nutricional. Acesso em: 26 maio 2018.

STEEMBURGO, Thais; AZEVEDO, Mirela J.de; MARTÍNEZ, José Alfredo. Interação entre gene e nutriente e sua associação à obesidade e ao diabetes melito. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, [S./], v. 53, n. 5, p.497-508, jul. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0004-27302009000500003>.

VIGITEL. 2016. Disponível em: http://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/abril/17/Vigitel_17-4-17-final.pdf. Acesso em: 06 mar. 2018.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, [S./], v. 14, n. 474, p.165-189, jan. 2014. Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.ds08>.

PEDAGOGIA

FORMAÇÃO CONTINUADA E REFLEXÃO: CONDIÇÃO PARA UMA PRÁTICA DE QUALIDADE!?

AUTORAS:

Maria da Paz Siqueira de Oliveira
Lúcia de Fátima Cunha

RESUMO: Este artigo é fruto de uma investigação realizada com professores de uma escola da Rede Pública de Natal/RN, com o objetivo de discutir e refletir sobre o processo reflexivo na formação do professor. Inclui três professoras do ensino fundamental e uma coordenadora pedagógica. Foi realizado na perspectiva da abordagem colaborativa crítico-reflexiva, por entendermos que todos os envolvidos são corresponsáveis pelo processo e pela produção do conhecimento, assim como, pela efetivação de sua prática. Utilizamos como referenciais autores, tais, como: Magalhães (2006), Ibiapina (2016), Vygotsky (2001), Ferreira (2009), entre outros. A pesquisa evidenciou a necessidade de um processo de formação contínua com professores do ensino fundamental em uma abordagem crítico-reflexiva buscando a otimização da prática. Além disso, é perceptível a construção de um novo olhar sobre o ensino e a aprendizagem e sobre o processo de formação, mas há a clareza de que ainda há muito a ser feito para que esse processo seja realmente eficiente e efetivo.

Palavras-chave: Formação contínua. Abordagem crítico-reflexiva. Prática.

INTRODUÇÃO: Ser professor no contexto atual requer conhecimento, dinamismo, criatividade, autonomia e uma avaliação constante sobre o que faz. É o professor a partir da ação que desenvolve quem estabelece os rumos para uma aprendizagem efetiva do seu aluno. Professor que avalia e reflete sobre o seu fazer dá condição para que o aluno também aprenda a refletir e compreender o seu processo de aprendizagem. Nesse sentido, a reflexão seria o caminho na busca de ações coerentes, efetivas e consistentes. Refletindo, o professor vive um processo dialético possibilitando uma retomada constante da sua prática. A escola tem o importante papel de formar cidadãos conscientes, críticos, reflexivos, com condições de compreender e mudar o seu contexto considerando a realidade que ora vivemos. Precisa ser eficiente e efetiva naquilo a que está destinada, ser clara na definição de funções e da sua organização, tendo em vista que as ações são específicas, mas coletivas e articuladas, sendo fundamental que seja desenvolvida uma ação participativa, em que parte dos saberes acumulados ao longo da história, juntamente com os conhecimentos e saberes que cada um dos sujeitos traz consigo possibilite um processo de democratização, em que a igualdade e a justiça social sejam elementos presentes na afirmação dos direitos individuais e coletivos, criando um espaço inclusivo, que atenda as necessidades dos sujeitos que dele necessitam. A prática desenvolvida nas instituições escolares é alimentada e reforçada por uma sociedade que está no meio do percurso entre o discurso e a prática. Assim, pensamos que é fundamental redimensionar a prática escolar de modo que possamos efetivamente nos voltar para a formação do sujeito ativo, reflexivo,

cidadão atuante e participativo, condição e exigência do contexto atual. O professor deve, portanto, auxiliar o aluno em seu papel de aprender, desafiando, confirmando, incentivando o seu movimento de construção e reconstrução do conhecimento. Martins (2004, p. 31), expressa que, “ensinar passa a ser uma empreitada mais difícil do que aprender por que o ensino exige é “que se aprenda [...]”. Nessa perspectiva, a formação continuada tem sido um elemento importante para que o professor se conscientize do seu papel e tenha clareza da necessidade de estar se fundamentando no sentido de fazer com que suas ações sejam pertinentes. Nessa direção, consideramos que a reflexão pode dar elementos para que o processo de ensinar desenvolvido pelo professor produza frutos potencializadores da aprendizagem. Assim, é objetivo geral deste trabalho refletir criticamente com professores de uma Escola da Rede Pública municipal de Natal/RN visando à melhoria das suas ações e conseqüentemente, da aprendizagem dos/as seus/as alunos/as, e especificamente, buscar alternativas viáveis para que o processo de ensino seja efetivo; estabelecer relações entre a abordagem teórico-prática durante processo de formação; entender que a reflexão crítica é fundamental e necessária ao processo de ensinar e aprender. **REFERENCIAL TEÓRICO:** São muitas as dificuldades vividas no contexto das instituições escolas no que se refere a vários aspectos. Questiona-se o nível de aprendizagem dos alunos e a isso, relaciona-se o domínio dos conteúdos pelos professores e a falta de fundamentação teórica proveniente de uma formação não tão eficiente, o que dificulta o desenvolvimento da prática. Pensamos que o professor na sua formação inicial recebe conhecimentos que vão lhe respaldar, mas precisa compreender que a cada ano, surge uma “nova geração” e a realidade escolar muda. Temos alunos de mais diferentes níveis sociais, que recebem ou não, um bom respaldo familiar, que tem ou não, autonomia no seu pensamento e que possuem formas diferentes de aprender. Se não tivermos clareza disso e soubermos estabelecer as devidas relações teórico-práticas, não chegaremos aos objetivos que foram definidos. É fato que possuir respaldo teórico é fundante, entretanto, não é o bastante. É necessário que a instituição escolar crie um ambiente reflexivo para que seja possível uma avaliação constante, sistemática e permanente e dessa forma o professor possa tomar consciência da importância do trabalho que desenvolve para a formação da criança e do jovem. Para Aguiar e Ferreira (2007, p. 74), estar consciente é saber a importância dos seus objetivos, do trabalho que realiza e suas implicações imediatas e futuras. É o sujeito compreender a si e o mundo. Para isso, é necessário propiciar a construção de novos conhecimentos, refletindo e discutindo sobre a importância de um processo reflexivo para a autoformação do professor no contexto da escola campo de atuação. Conforme Celani (2003, p. 22), a educação contínua deve ser entendida como um processo que possibilita ao professor educar-se, à medida que caminha em sua tarefa de educador. Ao mesmo tempo, o professor precisa tomar para si o seu próprio processo de formação buscando a superação dos seus limites, tendo consciência de que a sua ação se dá no âmbito do individual, mas também no âmbito da coletividade, consciência de que há uma ética necessária que precisa estar presente na sua prática. Para Freire (1996, p.45), “nenhuma formação docente pode fazer-se alheia de um lado, do exercício da criticidade que implica a promoção da curiosidade ingênua para a curiosidade epistemológica, [...]”. É necessária a aquisição de uma postura reflexiva norteadora do processo de ensino-aprendizagem, levando em consideração que sua prática em sala de aula tem papel

fundamental no desenvolvimento intelectual de seu aluno podendo ele ser o foco de crescimento ou não, quando da sua aplicação metodológica na condução da aprendizagem. Sobre essa questão, Gadotti (2000, p. 96), enfatiza que o educador é um mediador do conhecimento diante do aluno, que é o sujeito da sua própria formação. Ele precisa construir conhecimento a partir do que faz e também buscar sentido nesse fazer e apontar novos caminhos para o que fazer dos seus alunos. Vivemos hoje um contexto onde os avanços tecnológicos e científicos se dão em uma imensa velocidade. Esses avanços exigem da escola e do professor uma nova postura com relação a sua forma de lidar consigo e com seu aluno. Esse profissional precisa estar atento às novas exigências para que possa construir caminhos que atendam as exigências e expectativas desse sujeito. Em função disso, fala-se muito no âmbito das instituições de formação e na escola em trabalho crítico-reflexivo. Entretanto, são percebidos muitos equívocos e falta de compreensão no uso desse termo, talvez por que ainda há bastante imaturidade em relação a essa discussão e dessa forma, não podemos considerar algo acabado (VIEIRA; MEDEIROS, 2007, p. 169). Quando falamos em reflexão nos reportamos às ideias de Dewey (1979) que considerava a reflexão como um elemento impulsionador da melhoria de práticas profissionais docentes. Dewey (1979, apud ALARCÃO 1996), “considerava o pensamento reflexivo como sendo a espécie de pensamento que consiste em examinar mentalmente o assunto e dar-lhe consideração séria e consecutiva”. A partir das situações que surgem cotidianamente, o professor vai criando, “inventando”, novas formas de lidar com essas situações e abrindo novos caminhos. São mobilizadas novas experiências, que dialogam com as ideias dos autores e vão assim, encontrando as devidas soluções. A “a esse movimento de construção e reconstrução, fazer e refazer, de agregação de teorias e experiências, Schön denomina de reflexão sobre a reflexão na ação” (PIMENTA, 2006, p. 20). É imprescindível que o professor seja capaz de a partir das reflexões ter um posicionamento capaz de melhorar a sua prática. Assim, é necessário que além de reflexivo seja crítico em relação ao contexto e as ações que desenvolve. Sobre isso, Pimenta (2006, p. 24), afirma:

[...] quanto à abordagem da prática reflexiva torna-se necessário estabelecer os limites políticos, institucionais e teórico-metodológicos relacionados a esta, para que não se incorra numa individualização do professor, advinda da desconsideração do contexto em que ele está inserido. A transformação da prática dos professores deve-se dar, pois, numa perspectiva crítica.

Há muitos significados de reflexão, uma vez que existem vastas e diferentes perspectivas sobre o ensino, a aprendizagem, a educação escolar e a ordem social (IBIAPINA, 2004, 15). Assim, é importante que saibamos o que e por que estamos refletindo, em qual contexto isso ocorre e para onde nos levará essa reflexão. Entendemos que não nascemos sabendo refletir, como não nascemos sabendo planejar, estudar, pesquisar, ou seja, não é uma atividade que acontece naturalmente. Para que aconteça é necessária a organização de formas adequadas que possibilitem desenvolver essa atividade. “Exercitar a reflexão implica em planejamento sistemático de modo a garantir a interação com diferentes pontos de vista” (VIEIRA; MEDEIROS, 2007, p. 171). São imprescindíveis condições adequadas para essa ação ocorra já que ela é uma condição necessária para que o professor desenvolva com qualidade o seu

trabalho. É nessa perspectiva que optamos pelos autores com os quais dialogamos, entre outros, para dar sustentação a essa discussão sobre a reflexão no processo de formação e de atuação do professor. **METODOLOGIA:** Para desenvolver o trabalho proposto nos utilizamos da Pesquisa Colaborativa que é uma abordagem que já estamos vivenciando há algum tempo e que é bastante pertinente considerando os nossos objetivos. Na perspectiva colaborativa todos os partícipes são pesquisadores e corresponsáveis pelo processo e co-construtores do conhecimento. É uma forma de fazer com que os professores envolvidos vivam seu processo de formação, retomem o seu fazer e discutam os problemas vividos na sua prática. Para Ibiapina (2016, p. 45), os contextos de pesquisa colaborativa proporcionam condições para que os docentes reflitam sobre as práticas educativas que desenvolvem e sobre as situações que apresentam contradições de um agir que os preocupa e que eles querem modificar, transformar. Para a modalidade de pesquisa utilizada tínhamos necessidade de procedimentos que estivessem de acordo com tal modalidade: os Ciclos de Estudos Reflexivos, Observação Colaborativa, Sessões reflexivas, entre outros. Para este artigo, optamos por trazer para discussão as Sessões Reflexivas. Através das Sessões foi possível refletir sobre o entendimento dos partícipes sobre o trabalho pedagógico. Segundo Liberali (2004, p. 26), o processo reflexivo envolve quatro ações: descrever, informar, confrontar e reconstruir. A descrição é o ponto inicial para a reflexão. É a descrição da ação, de maneira que ela fique clara aos participantes, sintetizando o contexto do trabalho. Na informação, busca-se os princípios teóricos que embasam as ações. Respondemos a questão: qual o significado da escolha do tema. Na Confrontação, buscamos as causas das ações, as explicações teóricas que lhes dão sustentação, os valores culturais as permeiam, suas contribuições. Na Reconstrução, buscamos alternativas para as ações, explicando o porquê das novas proposições. As Sessões são compostas por três momentos, utilizando-se sempre as mesmas ações. Pelo tempo que tínhamos disponível e pelos objetivos pretendidos tomamos como referência apenas as duas primeiras ações: descrição e informação. O 1º momento se constitui de uma autorreflexão. Na descrição, cada partícipe faz um relato descritivo das ações desenvolvidas. Respondemos à questão: o que foi feito? Na informação, são solicitados esclarecimentos sobre conceitos e princípios estudados. Foi respondida a questão: qual o significado do que fizemos? O 2º momento se constitui de uma heteroavaliação e é quando cada um dos partícipes faz uma análise reflexiva do processo vivido pelos outros partícipes. Utilizamos nesse segundo momento os seguintes questionamentos, para cada uma das ações. Na **descrição**: o processo de discussão vivenciado contribuiu para o desenvolvimento da capacidade de refletir? Por quê? Na **informação**: os objetivos pretendidos foram atingidos? Por quê? O 3º momento se constitui de uma reflexão sobre o agir colaborativo do outro, que é uma reflexão coletiva orientada pelos princípios da reflexibilidade crítica, objetivando desenvolver ações que permitam estabelecer a junção entre subjetividade e intersubjetividade. Dentre outros questionamentos, podemos explicitar: **descrição**: solicito informações complementares? Retomo aspectos que ajudem à compreensão do que foi discutido? Evidencio contradições. Na **informação**, solicitei esclarecimentos sobre conceitos e princípios estudados? Solicitei evidências da relação entre as práticas e a internalização dos conhecimentos? Complementei a discussão acrescentando outras evidências?

Para Ibiapina (2004, p. 72),

A reflexão é atividade mental, o olhar para dentro de nós mesmos, em que questionamos pensamentos, teoria forma e a experiência concreta, é um diálogo volitivo com a realidade, olhar para fora, em que refletimos e refratamos os conteúdos externos, interpsicologicamente construídos, e os internos [...].

Segundo Horikawa (2004, p. 136), “a Sessão Reflexiva é orientada pelo objetivo de se romper com aspectos da cultura escolar que impedem a transformação”. Nessa direção esse procedimento metodológico foi fundamental para que todos os professores avaliassem e buscassem os caminhos que podem e devem perseguir modificando assim, a sua forma de pensar, refletir, dirigir a sua atividade. Para realizar este trabalho participaram quatro professoras de uma escola pública de Natal/RN. Todas elas graduadas em Pedagogia e pós-graduadas: três especialistas: duas Psicopedagogas, uma especialista em Educação Infantil e uma mestre em Educação. Essas profissionais exercem suas atividades há um tempo de treze a vinte anos e suas turmas estão compostas de 20 a 30 alunos. Estão na faixa etária entre 35 e 48 anos. O processo desenvolvido foi feito de forma organizada e sistemática. Fizemos um cronograma de estudo, escolhemos o local mais adequado na instituição ambiente de trabalho das partícipes para realizar esses momentos, para que fosse possível a fundamentação reflexiva que tanto desejávamos; e procuramos nos estudiosos do tema respaldo para as nossas discussões e elaborações. Inicialmente estudamos o texto: “Reflexibilidade: estratégia de formação do professor”, de Ibiapina (2004), como intuito de discutirmos o conceito de reflexão. Realizamos oito momentos bastante produtivos. Quatro desses momentos ocorreram no dia do planejamento das professoras e os outros aconteceram na mesma escola, no turno noturno (nesse turno não há aula). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** É importante destacar que o início não foi tranquilo. Tivemos conflitos pelo tempo que seria despendido para estudo (essa não é uma prática comum nas escolas), pelos horários, mas chegamos a um ponto comum. A cada momento de encontro e discussão íamos percebendo a necessidade de outros momentos cada vez mais frequentes em que fosse possível um processo de estudo e reflexão sobre as nossas ações, uma vez que era algo inexistente na escola. Além de que, todos tinham clareza de que estudar, refletir criticamente, rever e refazer as ações deve ser prioridade, tendo em vista as mudanças que ocorrem cotidianamente no contexto da instituição. Antes dos estudos foi realizado um diagnóstico da compreensão inicial dos professores sobre reflexão e logo depois das discussões, após leituras dos textos, como forma de compararmos o crescimento e as mudanças ocorridas realizamos a Sessão Reflexiva, cujos elementos mais importantes estão apresentados no quadro 2. Cada professor se denominou com uma letra do alfabeto (A, B, C, D) para que fossem apresentados neste trabalho, mas não identificados. Vejamos no quadro a seguir o entendimento inicial das partícipes sobre o que é reflexão.

Quadro 1 - Conceito inicial das professoras

PROFESSORA	CONCEITO
A	Reflexão é pensar diante de dada situação
B	Refletir é agir conscientemente sobre as nossas ações

C	Refletir é usar a consciência no que a gente faz. É discutir e buscar a relação entre teoria e prática.
D	Reflexão é a articulação Entre teoria e prática. Daí resulta diferentes formas de ver, representar e modificar a realidade.

Fonte: Diagnóstico realizado/2017.

Embora não seja nada efetivamente sistemático, as professoras antes dos momentos de estudo possuíam certa compreensão a respeito do que é reflexão. Contudo, não sabemos se compreendiam o significado disso para a sua formação e para o seu fazer. A partir das leituras, novos conhecimentos foram sendo construídos, melhorando, enriquecendo o olhar do professor sobre as suas representações e conceitos. Segundo Aguiar e Ferreira (2007, p. 74), o conhecimento torna possível a sistematização das informações, processo essencial para a atividade prática em determinado momento, assim como serve de base para o momento posterior do conhecimento e da prática social. O conhecimento teórico como norteador da atividade prática precisa superar o senso comum, elegendo o conhecimento sistematizado como categoria reguladora da prática social. Na verdade, os próprios professores puderam sentir essa necessidade pelos momentos de estudo e da própria reflexão. As dificuldades que se apresentam se dão por falta de conhecimento sobre suas próprias práticas, pois geral, fazem o seu trabalho visando as necessidades práticas, o que ocorre em um processo empírico, sem uma investigação metódica e sistemática (HORIKAHA, 2004, p. 123). Embora essa alternativa metodológica tenha se mostrado bastante eficiente, não deu conta de esclarecer muitas questões fazendo com que todas as partícipes sentissem a necessidade de ter a Sessão Reflexiva como elemento constituinte do processo desenvolvido pela escola, como constituinte do seu processo de formação. Freire (1996, p. 39), enfatiza que “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a própria prática”. Nas discussões ocorridas a partir da compreensão e das leituras feitas foram percebidos equívocos, limitações, mas muito interesse no sentido de melhorar o entendimento e a prática desenvolvida, como veremos nos *extraits* da Sessão Reflexiva a seguir, sobre uma das nossas discussões sobre o que é reflexão.

Quadro 2 - discussão sobre reflexão

Professoras (partícipes)	Extraits da discussão
P1	Todos aqui mostraram um enorme desejo refletir sobre a prática e aprofundá-la no intuito de melhorar a aprendizagem das nossas crianças. [...] Temos que continuar nossa forma e estudo de forma ainda mais organizada... Nessas discussões compreendi melhor o que é pensar, refletir e como as crianças conseguem aprender a pensar durante o Desenvolvimento delas [...]. Mas não é fácil. Como vou fazer isso na prática?
P2	Foi muito importante essa Sessão Reflexiva. Seria interessante que nós a usássemos como forma de avaliação do nosso processo de trabalho. Um momento como esse é muito significativo, Deve ser um instrumento de trabalho da gente...

P3	Acredito que como seres inacabados que somos, estamos em constante processo de desenvolvimento e a capacidade de pensar dialeticamente também exige um exercício contínuo, diálogo com os autores confronta com a realidade, assegurar a dialética da continuidade e ruptura [...]. Parodiando Paulo Freire, penso que refletir a prática é a melhor forma de desenvolver cada vez mais e melhor a minha prática.
P4	Tenho clareza de que o processo de formação de professores exige uma constante reflexão. (Segundo FREIRE, 2013), “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a própria prática”. Foi com essa intenção que organizamos esses momentos de estudo, não foi?! Se eu melhorar a minha prática estarei ajudando aos meus alunos aprender com eficiência e eficácia, na medida em que também compreendem o seu contexto.

Fonte: Sessão Reflexiva/ 2017.

Nos *extraits* é possível perceber que as profissionais manifestam preocupações e necessidade de continuar estudando e fazendo exercício contínuo de reflexividade para adquirir uma melhor compreensão e efetividade na sua atividade profissional e consequentemente resultados positivos na aprendizagem dos seus alunos. Há um diálogo crítico em relação aos seus fazeres visando sempre os seus alunos. P3 e P4 são muito explícitas com relação a isso, quando parodiando Freire afirmam que melhorando as suas práticas estão ajudando os seus alunos. Fica difícil mudar uma prática de uma hora para outra. Estudos, processos críticos reflexivos serão necessários, mas não terão utilidade se não houver volitividade e disponibilidade. O professor precisa querer aprender, a mudar, a fazer diferente. Nos discursos dos professores vemos muita vontade de estudar para fazer melhor mesmo que P1 tenha expressado: como fazer? Ela compreendeu o que é refletir, mas questiona, como pôr em prática essa reflexão. Ainda há um entendimento equivocado que “basta à prática para a construção do saber docente e de um possível individualismo, fruto da reflexão em torno de si próprio” (VIEIRA; MEDEIROS, 2007, p. 169). É necessária uma articulação entre teoria e prática. É necessário que as instituições escolares possibilitem a formação em serviço do professor baseada na “reflexão da prática à luz de um referencial que lhe dê sustentação” (VIEIRA; MEDEIROS, 2007), pois temos que considerar que a prática pela prática é vazia e sem significado, da mesma forma que uma teoria desvinculada da prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: As discussões realizadas enriqueceram as nossas construções pessoais a respeito do ato de refletir sobre o fazer pedagógico. Afinal, possuir um substancial embasamento teórico é de suma importância para que se possamos encaminhar as nossas ações. É necessário ter clareza das opções teóricas e dos motivos que fazem com que ajamos de determinada maneira. As Sessões Reflexivas possibilitaram aos participantes aprofundamentos teóricos, revisões e reconstrução da prática, conhecimento das suas limitações, as melhores maneiras de alcançar os seus objetivos, como também às implicações políticas e ideológicas do fazer pedagógico. Enfim, consideramos que foram vividos momentos reflexivos bastante significativos, por que fizeram com que fossem estabelecidas relações entre os conhecimentos e experiências, entre as ideias dos autores e o que já conhecíamos. Despertaram a necessidade e a vontade de caminhar por caminhos mais frutíferos, de querer continuar a estudar, a aprender e a buscar sempre novas maneiras de fazer com que o processo de ensino e aprendizagem seja mais consistentes, mais dinâmico e efetivo. Com certeza,

construímos um novo olhar sobre a necessidade de formação, mas muito ainda temos o que fazer para que esse processo seja realmente efetivo e eficiente.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Olivete Rufino B. P.; FERREIRA, M. S. Uma estratégia de desenvolvimento profissional docente. In: IBIAPINA, Ivana Maria L.; RIBEIRO, M. M. **Pesquisa em educação** – múltiplos olhares. Brasília: liberlivro editora, 2007.
- CELANI, Maria Antonieta Alba (Org.) **Professores e formadores em mudança**: relato de um processo de reflexão e transformação da prática docente. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.
- GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.
- HORIKAWA, A Y. Interação pesquisador-professor: por uma relação colaborativa. In: MAGALHÃES, M. C. C.; IBIAPINA, Ivana M. L. M.; FERREIRA, M. S. **A pesquisa colaborativa na perspectiva sócio-histórica** – Linguagem, educação e sociedade.
- IBIAPINA, Ivana M. L. M; BANDEIRA, Hilda M. M; ARAÚJO, Franscico A.M. (Orgs.). **Pesquisa colaborativa**: multirreferenciais e práticas convergentes. EDUFPI, 2016.
- _____. **Reflexibilidade**: estratégia de formação de professor. Disponível em: http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT.2/GT2_32_2004.pdf. Acesso em: 19.maio 2017.
- LIBERALI, F. C. As linguagens das reflexões. In: MAGALHÃES, M C.C. (Org.) **A formação do professor como um profissional crítico**: Linguagem e reflexão. Campina/SP: Mercado das letras, 2004.
- MAGALHÃES, M C.C.(Org.) **A formação do professor como um profissional crítico**: Linguagem e reflexão. Campina/SP: Mercado das letras, 2004.
- MARTINS, J. Psicologia da aprendizagem: uma abordagem fenomenológica. In: VIEIRA Hostiza M.; MEDEIROS, Marinalva V. Reflexividade: um caminho possível na formação continuada de professores. In: **A pesquisa como mediação de práticas socioeducativas**. In: IBIAPINA, Ivana M. L. M; CARVALHO, Maria Vilani C. de C. (Orgs.). Teresina: EDUPFI, 2007.
- PIMENTA, Selma G. Professor reflexivo: da alienação da técnica e autonomia da crítica. GHEDIN, E. In: PIMENTA, S. G. GHEDIN, Evandro (orgs). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002. São Paulo: Cortez, 2006.
- ZEICHNER, Kenneth M. **A formação reflexiva de professores**: ideias e práticas. Lisboa: Educa, 1993.

DESENHO UNIVERSAL - POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE TODOS NO ESPAÇO ESCOLAR E NA SOCIEDADE

AUTORAS:

Rayanne Fernandes de Araújo Lima

Kerzia de Oliveira Pinheiro

Ana Isabel Guimarães Nobre

RESUMO: O presente estudo promoverá uma reflexão acerca da inclusão de todos, no espaço escolar e no âmbito social, de maneira participativa e produtiva. Nessa perspectiva vimos que o desenho universal tem como finalidade tornar a vida de todos mais acessível, permitindo o uso de determinados objetos ou espaços pelo maior número possível de pessoas, sem que haja a necessidade de adaptações ou dificuldades para seu uso ou execução. O estudo exploratório contou com os fundamentos da pesquisa qualitativa, tendo como objetivo refletir acerca do Desenho Universal como possibilidade de inclusão escolar e social de alunos com deficiência. Participaram da entrevista quatro professores que trabalham no Ensino Fundamental de escolas públicas e privada, situada na cidade de Natal/RN. A escolha por este público foi motivada pelas observações apresentadas por discentes em estágio supervisionado no curso de graduação em Pedagogia. Os estudos apontam para o Desenho Universal como meio de tornar a educação acessível para todos, explorando tanto a questão e da acessibilidade física, quanto as suas possíveis aplicações pedagógica para os alunos, sendo eles com deficiência ou não.

Palavras-chave: Desenho universal. Acessibilidade. Práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO: Partindo do princípio do direito à educação para todos, princípio esse que defende a constituição brasileira e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira), compreendemos que temos leis que garantem o acesso à educação, tanto em seu contexto social como cultural. Analisando o termo “educação para todos”, compreendemos que essa educação precisa ser de qualidade para desenvolver as competências de aprendizagens dos educandos e poderíamos ainda acrescentar que não pode ser “de qualquer maneira”, pois precisamos garantir o acesso ao conhecimento historicamente acumulado, a todas as pessoas, independente da sua condição física, religiosa, cultural e ou econômica. No decorrer do processo histórico é percebido o quanto o direito básico a educação, tem sido relegado à revelia, sem a mínima sensibilidade aos direitos humanos, defendido também pela a Organização Mundial dos Direitos Humanos (ONU).

Há urgente necessidade de [...] eliminação de barreiras físicas e sócias, visando a criação de uma sociedade acessível a todos, com ênfase particular de medidas ara corresponder as necessidades e interesse dos que enfrentam dificuldades em participar plenamente da sociedade; [...] (Nações Unidas, p.100)

Diante da nossa experiência no âmbito escolar, tanto da rede pública quanto privada, temos constatado que por diversas vezes alguns alunos não tem tido oportunidades de desenvolver suas habilidades, diante de alguma limitação física, intelectual e outras. Essa situação nos tem sensibilizado e motivado a procurar

informar as pessoas acerca do Desenho Universal, como possibilidade de acesso ao conhecimento, bem como a participação na sociedade de fato e direito. Mas o que é Desenho Universal?

O desenho Universal pode ser chamado “desenho para todos” ou , como sugeri Conde (1994), “arquitetura para todos”. Hoje, colocado dentro do movimento da inclusão social, o desenho universal poderia também ser chamado “desenho inclusivo”, ou seja, projeto que inclui todas as pessoas. Os produtos e ambientes feitos com desenho universal ou inclusivo não parecem ser especialmente destinados a pessoas com deficiência. Eles podem ser utilizados por qualquer pessoa, deficientes ou não. (SASSAKI, 1997, p.141).

Segundo Kranz (2015), o conceito de Desenho Universal (DU) foi desenvolvido entre os especialistas e profissionais da área de arquitetura, nos EUA, mais especificamente na Universidade da Carolina do Norte, tendo como objetivo a criação de um projeto para que ambientes, produtos e afins pudessem ser usados por todos, sem que houvesse exceções ou qualquer tipo de adaptação do projeto após sua conclusão. Entende-se por universal tudo aquilo que torna possível a realização ou ainda a prática das atividades e tarefas cotidianas de todo o ser humano, seguindo esse linear, o DU busca a inclusão de pessoas de diversos seguimentos, independentemente de sua idade, tamanho, peso ou condição física. Um fator essencial nesse processo de inclusão é a acessibilidade. O espaço físico é capaz de se comunicar dizendo ao usuário quando não é adequado, impossibilitando o uso daqueles que apresentam alguma limitação na sua utilização. Por essa razão se dá a importância da adequação do espaço físico, pois permite que todos exerçam as atividades necessárias, o que é essencial para a plena participação em todas as atividades escolares dos alunos deficientes. De acordo com a cartilha do Instituto Paradigma (2008), quando se fala em adequação dos espaços para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, leva-se em consideração o conceito de desenho universal, ou seja, não está em foco a utilização dos espaços por pessoas específicas. Toma-se como base todos os usuários dos espaços, sejam funcionários ou visitantes, desde crianças até idosos (Puhlmann; Estuqui, 2008). A acessibilidade no contexto escolar conta com aspectos arquitetônicos, de comunicação e pedagógicos. De acordo com o portal do MEC, o termo acessibilidade significa incluir a pessoa com deficiência na participação de atividades como o uso de produtos, serviços e informações. Alguns exemplos são os prédios com rampas de acesso para cadeira de rodas e banheiros adaptados para deficientes. Existem algumas leis e decretos sobre acessibilidade, conforme mencionadas abaixo:

- Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007;
- Decreto nº 7.724, de 16 de Maio de 2012 - Regulamenta a Lei nº 12.527, que dispõe sobre o acesso a informações;
- Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico;

- Portaria nº 03, de 07 de Maio de 2007 - Institucionaliza o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – e-MAG.

Seguem alguns exemplos desse acesso no âmbito escolar: Ter sinalização tátil para indicar obstáculos que possam causar acidentes para pessoas com deficiência visual; permitir a circulação de todos com segurança e autonomia; ter banheiros acessíveis que permitam o uso com segurança, conforto e privacidade; possibilitar o uso igual de equipamentos por todos os alunos; é poder brincar das mesmas brincadeiras junto com outras crianças, no parquinho e demais áreas livres; possibilitar o acesso de alunos com deficiência a todos os ambientes, incluindo salas de aula, auditório, biblioteca, refeitório, quadras de esportes, pátio e sanitários; e é ter a oportunidade de aprender LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para a melhor comunicação com alunos surdos; contando ainda com uma biblioteca com livros em braile, audiolivros, materiais em LIBRAS, para que todos os alunos possam acessar as informações. Conforme pesquisas, observamos que dentro do ambiente escolar, na maioria das vezes, são utilizados parâmetros para usuários de cadeira de rodas, por ser o tipo de equipamento que necessita maior espaço nos ambientes para circulação, manobras, transferências e maior limitação de alcance visual e manual. Também são utilizados conceitos como áreas de circulação, giro, transferência e aproximação. Se tratando do alcance manual, visual e auditivo, importante lembrar que eles diferem de pessoa para pessoa, especialmente tendo como parâmetro pessoas em cadeira de rodas e pessoas em pé. É fundamental que os quadros de avisos, sinalização visual em portas, objetos, acessórios de banheiros, prateleiras, interruptores, entre outros, devem ser posicionados em altura acessível para o maior número possível de pessoas. Referindo-se ainda a área interna da escola, é necessária a presença de soleiras (peça de pedra colocada no espaço da porta para evitar tropeços); ter acessos e corredores que permitam a locomoção segura e autônoma de todos os usuários para se chegar às salas e outras dependências da escola; é necessária também a adequação de outros elementos instalados no piso, tais como: capachos e grelhas; portas que permitam uma abertura frontal para que cadeirantes possa se descolar sem auxílio de terceiros; as maçanetas e trincos não devem apresentar dificuldade de manuseio, sendo o do tipo alavanca o mais adequado; ter proteção anti-choque, que são portas tenham na sua parte inferior, inclusive no batente, revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas; ter barras e puxadores próximos ao sanitários e vestuários; rampas para vencer os desníveis; sinalização; corrimãos; plataformas elevatórias ou elevadores; entre outros. Diante de tudo isso, compreendemos que uma escola para todos é uma escola acessível. A acessibilidade não está relacionada apenas ao espaço físico, é necessário que se tenha comunicação acessível e atitudes inclusivas. Uma escola inclusiva, precisa se preocupar também, com mediações pedagógicas, adaptações e ajudas técnicas para equiparação de oportunidades.

A instituição escola, bem como suas práticas pedagógicas, não pode ser entendida como um espaço isolado do contexto mais amplo da sociedade; pelo contrário, a escola é permeada e formada também por fatores sócio-culturais, os quais são historicamente produzidos, inclusive em seu interior. (Kranz, 2015, p. 24).

O Desenho Universal no âmbito escolar irá a partir da preocupação com a acessibilidade e usabilidade de espaços e serviços oferecidos pelas instituições de ensino, muitas crianças, jovens e adultos enfrentam problemas com a falta de condições nesses estabelecimentos, seja em sua estrutura ou nas metodologias adotadas (ou falta delas) pelos docentes dessa instituição. Focando nas problemáticas definidas aqui como físicas, podemos listar desde falta de iluminação adequada, ausência de rampas, elevadores de acesso e corrimões, até mesmo uma simples porta com maçanetas inadequadas a quem tem qualquer tipo de dificuldade motora. São muitos os obstáculos a serem superados nesse sentido, principalmente em um ambiente escolar, visto que a realidade de cada aluno pode diferir radicalmente de um para outro, juntamente com suas necessidades, e quando pomos em comparação essas problemáticas entre instituições públicas e privadas, podemos observar o quanto diverge cada uma delas. De acordo com informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apenas 26% das escolas no país oferecem condições de acessibilidade. Isso não quer dizer, entretanto, que sejam totalmente acessíveis. Muitas escolas se limitam a realizar adaptações “pontuais”, muitas vezes improvisadas, como construção de pequenas rampas e adaptação de banheiros, geralmente para cumprir algum requisito para autorização de funcionamento ou suprir a demanda de um estudante em particular. O quadro se torna ainda mais preocupante quando se constata que grandes partes dessas adaptações não estão de acordo com as normas técnicas de acessibilidade. É muito comum encontrarmos rampas muito inclinadas, sendo necessário uma ou duas pessoas ajudando um cadeirante a subir, pisos escorregadios ou banheiros mal adaptados. Medidas usadas paliativamente afim de minimizar seus custos, visto que uma escola não pode negar a matrícula de um aluno por não poder atender suas necessidades específicas, pois além de criar uma imagem negativa, ela também pode sofrer penalidades judiciais por isso. As instituições particulares não podem cobrar nenhum tipo de taxa extra para cobrir os custos com adaptações feitas para esse aluno, todos esses custos já devem estar incluídos no orçamento anual de custos da escola. Já na realidade da escola pública a questão da acessibilidade é ainda menor, percebemos a precariedade e o descaso, com falta de verbas e investimentos na área da educação, refletidas em suas infra-estruturas, em maior parte em péssimo estado de conservação e sem o mínimo de conforto, acessibilidade e usabilidade do seu espaço por todos. A motivação para a realização do presente estudo se deve ao interesse e afinidade das pesquisadoras com a temática do Desenho Universal, especialmente na área da educação, que apesar de ser um assunto tão importante para a sociedade, ainda é pouco conhecido. E ainda, por considerar necessária uma reflexão acerca da aplicação nos espaços escolas e atuação dos educadores e gestores nessa prática. Frente ao exposto, no intuito de se aprofundar na temática, elaboramos as seguintes questões de pesquisa: Conhece Desenho Universal? Como o D.U pode ser aplicado a escola? Assim, o estudo pretende informar sobre a importância do Desenho Universal para as se desenvolver práticas pedagógicas eficientes que assegurem a aprendizagem de todos os alunos. **METODOLOGIA:** Esse estudo retrata o Desenho Universal como possibilidade de inclusão de pessoas com deficiência no espaço escolar e fora dele. O estudo exploratório contou com os fundamentos da pesquisa qualitativa,

tendo como objetivo conhecer a realidade do processo de inclusão escolar e a acessibilidade arquitetônica e pedagógica.

Avaliação qualitativa está dentro do mesmo paradigma da pesquisa participante; apenas centra-se especificamente no tratamento metodológico da dimensão qualitativa da realidade social. (DEMO, 1995, p.241)

O nosso estudo com o objetivo de conhecer a realidade do processo de inclusão escolar e a aquisição da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais subsidiou a decisão pela pesquisa qualitativa e exploratória. Acreditamos que através desta podemos interpretar os significados mediante as evidências apresentadas nas interações observadas no contexto do espaço escolar observado, buscando compreender as questões de ordem pedagógicas e sociais que interferem ao processo de inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. Participaram da entrevista quatro professores que trabalham nos anos iniciais do ensino fundamental de escolas públicas e privada, situada na cidade de Natal/RN. A escolha por este público foi motivada pelas observações apresentadas por discentes em estágio supervisionado no curso de graduação em Pedagogia. Os estudos apontam para o Desenho Universal como meio de tornar a educação acessível para todos, explorando tanto a questão da acessibilidade física, quanto as suas possíveis aplicações pedagógica para os alunos, sendo eles com deficiência ou não. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura acerca do desenho universal. Para a elaboração desse estudo realizamos o levantamento dos artigos científicos sobre o assunto, utilizamos o Google acadêmico, o referencial de Kranz (2015), Sassaki (1997), Arletto (2008), portal do MEC entre outros. A análise dos estudos encontrados foi sistematizada seguindo as etapas da pesquisa bibliográfica, contemplando:

- Levantamento bibliográfico preliminar na base de dados e leitura exploratória, verificando a viabilidade dos estudos encontrados para a revisão literária;

- Leitura interpretativa, articulando os conhecimentos com os estudos analisados; e a elaboração do texto final que sintetiza os resultados da pesquisa literária.

Por último, entrevista as professoras do Ensino Fundamental, acerca do conhecimento e práticas do Desenho Universal no âmbito escolar como possibilidade de inclusão escolar e social a todas as pessoas. **CONCLUSÃO:** Diante das informações apresentadas neste estudo foi possível identificar que o tema abordado ainda é desconhecido pelos professores que participaram dessa pesquisa, por expressar o desconhecimento acerca do Desenho Universal também como possibilidades de acesso ao conhecimento científico às pessoas com alguma limitação. Vimos ainda que se associa a acessibilidade, apenas a estrutura relacionada ao espaço físico, por também desconhecer o seu conceito, conforme a ABNT (associação Brasileira de normas técnicas) como possibilidade de alcance em diversas áreas buscando o Desenho Universal, que é a melhoria da qualidade de vida para todos, no qual não limita e nem restringe, ou seja, acesso unificado em qualquer ambiente ou produto para utilização independentemente da idade, tamanho, habilidade ou deficiência. No ambiente escolar, a aplicação do desenho universal é fundamental, tanto para a prática pedagógica, quanto à estruturação física da instituição, por permitir o que é previsto em lei, que é o acesso de todos à educação de qualidade, para que se ampliem as oportunidades de desenvolvimento

de cada estudante, tendo ele limitação ou não. Com este estudo pode-se reafirmar a importância que cada instituição tem de implantar o DU, por relevância da temática para a contribuição no desenvolvimento integral dos alunos, bem como possibilitar o acesso ao conhecimento historicamente acumulado pela humanidade e primordialmente a participação de todos na sociedade. Sabe-se, portanto que as estruturas escolares brasileiras deixam muito a desejar, por possuírem diversas barreiras arquitetônicas, mas essa realidade, cada vez mais vem passando por mudanças e o que vemos hoje são escolas que se adaptando as necessidades de seus alunos. É necessário que o espaço permita a circulação com autonomia em todos os espaços daquele ambiente, de modo que o aluno sinta-se inserido e motivado para permanecer investindo na sua escolaridade. É interessante que além da estruturação física adaptada as reais necessidades dos indivíduos, a escola esteja preparada para fazer na prática a inclusão de todos acontecer. Por meio dessa pesquisa constatamos que o Desenho Universal, também favorece recursos pedagógicos necessários ao acesso ao conhecimento e, assim a inclusão de todos de fato e direito.

REFERÊNCIAS

ACESSIBILIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR, 2008. Disponível em:

<http://www.institutoparadigma.org.br/arquivos/cartilha%20espaco%20escolar.pdf>.

Acesso em: 17 out. 2018.

ARLETTO, ANA CLAUDIA, AND SILVANA CAMBIAGHI. **Desenho Universal**: um conceito para todos." *São Paulo: Instituto Mara Gabrilli* (2008). Disponível em:

http://maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf. Acesso em: 17 set. 2018.

DEMO, PEDRO. **Metodologia científica em ciências sócias**. São Paulo: atlas, 1995.

KRANZ, CLÁUDIA ROZANA. **O desenho universal pedagógico na educação matemática inclusiva**. São Paulo: Livraria da Física, 2015.

NUNES, CLARISSE; MADUREIRA, Isabel. . **Desenho Universal para a Aprendizagem**: Construindo práticas pedagógicas inclusivas. Da investigação às práticas. Disponível em:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-13722015000200008. Acesso em: 17 out. 2018

PORTAL DO MEC. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/31874>. Acesso em: 17 out. 2018.

SASSAKI, ROMEU KAZUMI. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: Wva(r) Editora e Distribuidora, 1997.

A INDISCIPLINA NA SALA DE AULA: A VISÃO DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PRIVADA DO MUNICÍPIO DE NATAL

AUTORAS:

Maria Letícia da Silva Medeiros

Juliana Glenda Pereira de Menezes Oliveira

Samara Gomes Venâncio

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo apresentar resultados sobre as concepções da indisciplina escolar, segundo a perspectiva dos professores de uma Escola da Rede Privada do município de Natal, procurando identificar as formas de manifestação desses fenômenos em seu cotidiano. Para a realização deste estudo, adotamos como procedimentos metodológicos a pesquisa explicativa-descritiva, a partir de uma abordagem quali-quantitativa, tendo como procedimento técnico o estudo de caso. Este estudo se fundamentou nas reflexões teóricas de autores como Rego (1996), Garcia (2006), Giancaterino (2007), Oliveira (2005) Santos (2002), entre outros. Como resultado da análise dos dados apreendidos, pudemos perceber que os sujeitos de pesquisa, quase em sua totalidade, consideram que a falta de limites instituídos dentro da convivência familiar é o motivo mais forte para influenciar esse tipo de comportamento.

Palavras-chave: Indisciplina Escolar. Sala de aula. Escola Privada.

INTRODUÇÃO: Nos dias de hoje conseguimos perceber que a indisciplina escolar é um comportamento bastante evidente nas salas de aula brasileiras, o que se caracteriza como um motivo, ainda que indesejado, para que as escolas reflitam e partam para algum tipo de mudança, buscando um bem estar social que faça das salas de aula locais propícios para que o processo de ensino e aprendizagem se desenvolva sem nenhum tipo de interferência. Para alcançar o objetivo proposto foi realizado um estudo de caso em uma escola da cidade de Natal/RN da rede privada de ensino, na qual foi possível observar crescentes casos de indisciplina em sala de aula. Tivemos como sujeitos de pesquisa 15 educadoras que lecionam na educação infantil, com quem aplicamos um questionário e obtivemos os dados quantitativos de nossa pesquisa. Após os dados serem compreendidos e analisados qualitativamente, estes nos ajudaram a compreender a seguinte problemática: O que os professores concebem como indisciplina escolar, a quem atribuem esse fenômeno, como lidam e onde aprenderam a lidar com ele? Para melhor compressão, o presente trabalho está estruturado em três tópicos e as considerações finais. No tópico um, apresentamos o referencial teórico utilizado para dar base a este estudo, discutindo algumas concepções sobre a indisciplina, seu conceito e como esse desafio deve ser enfrentado pela a escola. No tópico seguinte consta a descrição dos procedimentos metodológicos escolhidos para a realização desta pesquisa, a opção do estudo de caso como procedimento técnico, o questionário como instrumento de apreensão de dados e o detalhamento desse processo na busca por dados quantitativos. No último tópico, tratamos sobre os resultados e discussão da análise dos dados que foram apreendidos através dos questionários aplicados com as professoras, que transcritos de maneira fiel e

seguidos por pela interpretação dos dados, verificando assim se estes vão ao encontro do objetivo geral estabelecido por este estudo. Na conclusão, se buscou identificar se realmente foram válidos os procedimentos escolhidos, fazendo uma averiguação se a problemática destacada realmente foi respondida, trazendo uma compressão final sobre os dados analisados. **REVISÃO DA LITERATURA: ALGUMAS CONCEPÇÕES SOBRE A INDISCIPLINA: CONCEITO:** A indisciplina consiste, de acordo com Rego (1996), em uma criação cultural e, por esse motivo, não é universal. Contudo, Guimarães (1996) ressalta que a indisciplina possui um movimento ambíguo, salientando que não devemos entender a escola como o único espaço onde ela ocorre, pois o social e o cultural também estão envolvidos nessa problemática. Na literatura educacional observando pela perspectiva do cotidiano escolar, a indisciplina está associada a uma inclinação negativa. Esse comportamento tem se tornado uma fonte de motivação, ainda que indesejável, para que as escolas reflitam e partam para algum tipo de mudança. As tensões causadas pela falta progressiva de disciplina assumiram o papel de motivar revisões nas posições, valores, pressupostos e projetos que vêm norteando as práticas pedagógicas há anos (GARCIA, 2006). Numa síntese conceitual, Ferreira (2000) nos faz perceber que a indisciplina se apresenta como o descumprimento de normas fixadas, seja pela escola ou por qualquer legislação aplicada. Esse comportamento se mostra lesivo, visto que sem a disciplina, são poucas as chances de se obter um bom processo de desenvolvimento e aprendizagem. **INDISCIPLINA ESCOLAR:** A indisciplina na sala de aula tem sido um dos grandes desafios encontrados pelos professores, e lidar com essa dificuldade traz incertezas e inseguranças quanto ao que devemos fazer e como devemos nos posicionar diante de tal situação. Partindo desse princípio, Giancaterino (2007, p. 87) afirma que:

A indisciplina em sala de aula e na escola tem sido uma preocupação crescente nos últimos anos entre os educadores. Os grandes responsáveis pela educação de jovens, como família e a escola, não estão sabendo ou conseguindo cumprir o seu papel.

Garcia (2001) destaca a importância de que concebermos a indisciplina como fenômeno de aprendizagem, superando sua conotação de anomalia, ou de problema comportamental a ser neutralizado através de mecanismos de controle. Dessa maneira, percebemos que ser um aluno indisciplinado não é apenas romper as regras estabelecidas pela escola, mas fazê-lo de forma que prejudique seu próprio desenvolvimento. Retomando a abordagem de Giancaterino (2007), precisamos analisar o contexto em que o aluno está inserido, sendo ele familiar, social ou afetivo, para compreender de onde parte este comportamento. Poli (2006) explica que todas as crianças precisam de referenciais colocados pelos pais para que cresçam de modo saudável. Isso a tranquiliza e melhora a sua autoestima, solucionando inclusive problemas de insegurança. Uma vez que esses não referenciais são empregados, as crianças podem tomar atitudes inadequadas como forma de serem notadas. Em conformidade com a ideia de Santos (2002), observamos que as crianças têm vivido uma ausência prejudicial de limites por parte dos pais, pensando estar fazendo o bem. Na verdade, essa liberdade excessiva surtirá um efeito significativo em seu comportamento tanto no meio social, como em

seu contexto escolar. No que diz respeito a determinar esses limites, Santos (2002, p. 46) descreve que:

A ausência de limites, instituídas na educação familiar por pais demasiadamente tolerantes, fecunda consequências desastrosas, produzindo crianças indisciplinadas, extremamente agressivas, insolentes, rebeldes, por conseguinte vivem sempre em conflitos internos, demonstram insegurança em tudo realizam, crescem ampliando paralelamente sentimentos nada plausíveis, como o egoísmo e a intolerância, pois estão sempre convictos de que as pessoas que os rodeiam estarão à sua disposição para satisfazer suas necessidades.

É certo que se esses limites descritos por Santos (2002) forem bem estabelecidos, podem trazer benefícios em todos os aspectos de seu desenvolvimento, seja ele cognitivo, emocional, intelectual ou social. É necessário que a criança aprenda a lidar com os outros, com as diferenças e entender que nem sempre obterá tudo aquilo que deseja. Tiba (2006) realça a importância de reagir à quebra de limites dos filhos, para que eles entendam que a ordem natural é que o “mais fraco” respeite o “mais forte”. Eles precisam compreender que possuem deveres e esses não podem ser desrespeitados. O “não” para os filhos é tão importante quanto o “sim”, pois faz com que entendam que existem limites e regras a serem cumpridos. Ao perceber que essas regras não existem ou não são postas em prática, a criança encontrará meios para testar o adulto e descobrir seus pontos fracos e fortes (REGO, 1996). Nesse sentido, Palato (2009) assegura que a família e a escola são os principais responsáveis pela educação da criança. É necessário apenas que se crie uma relação mais estreita entre as duas. Para lidar com a Indisciplina Escolar, é importante que a família e a escola andem juntas, dialogando, buscando a solução dos conflitos que esse comportamento pode causar. **METODOLOGIA:** O presente trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre as concepções da indisciplina escolar, segundo a perspectiva dos professores de uma Escola da Rede Privada do município de Natal, procurando identificar as formas de manifestação desses fenômenos em seu cotidiano. Para a realização desta pesquisa foi selecionada uma escola após uma longa observação dos crescentes casos de indisciplina em sala de aula que estavam ocorrendo na instituição escolhida, tendo ocorrido o primeiro contato no ano 2016 através de um estágio realizado em uma turma da Educação Infantil. Alguns anos após o contato inicial, retornamos à escola para informar acerca do presente estudo, seus objetivos, e pedir a colaboração dos professores para alcançarmos os resultados que serão apresentados no tópico seguinte. Para os sujeitos de nossa pesquisa não foram estabelecidos critérios de seleção dos professores, tendo participado da pesquisa 15 educadoras do setor de Educação Infantil, todas do gênero feminino, todas estas com licenciatura em Pedagogia, e a grande parte delas concluiu ou está cursando pós-graduação *lato sensu* nas áreas de Psicopedagogia e Neuropedagogia. A abordagem delimitada para realizar a pesquisa foi a quali-quantitativa, tendo iniciado o seu desenvolvimento partindo do caráter qualitativo. De acordo com a concepção de Triviños (1987), a abordagem qualitativa trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O seu uso objetiva captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir

as consequências. A pesquisa tem também uma abordagem quantitativa, por trabalhar com porcentagem e gráficos na análise da apreensão de dados. No que se refere a essa abordagem, Aliaga e Gunderson (2002) esclarecem que a pesquisa quantitativa pode ser compreendida como uma forma de explicar os fenômenos por meio da apreensão de dados numéricos que deverão passar por uma análise através de métodos estatísticos. Portanto, nota-se que esse tipo de pesquisa busca uma precisão dos resultados. Deste modo, é possível que sejam evitados equívocos na análise e interpretação dos dados, gerando maior segurança em relação às respostas obtidas. Sua aplicação é frequente em estudos descritivos, os quais procuram relações entre variáveis, buscando descobrir características de um fenômeno (RICHARDSON, 2008). A princípio, a pesquisa foi desenvolvida de modo descritivo que, como caracteriza Gil (2008), trata-se de descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Este método tem como uma de suas peculiaridades a utilização de técnicas padronizadas, como a apreensão de dados através de questionários, assim como foi realizado neste trabalho. Em seguida, foi utilizado o método explicativo, para que pudéssemos identificar os fatores que contribuem para a crescente Indisciplina Escolar. Constatamos a necessidade de unir o modo explicativo ao descritivo, pois, do ponto de vista de Gil (2008), uma pesquisa explicativa pode ser a continuação da descritiva, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado. O procedimento técnico escolhido para desenvolver esta pesquisa foi o estudo de caso. Como descrito por Fonseca (2002, p. 33), o estudo de caso “visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação [...] O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe”. Optamos pelo o questionário como instrumento utilizado para apreensão de dados. Para Cerro e Bervian (2002, p. 48) “o questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja”. O objetivo do questionário aplicado foi compreender na realidade e com mais precisão os aspectos e situações enfrentadas pelas professoras em suas respectivas salas de aula. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados e a discussão desta pesquisa buscaram apresentar aspectos sobre a indisciplina escolar, segundo a perspectiva dos professores de uma Escola da Rede Privada do município de Natal, e na obtenção das circunstâncias em que esse comportamento ocorre. As causas e consequências dessa conduta e as estratégias desenvolvidas para lidar com ela também foram abordadas em alguns momentos. O objetivo do estudo foi alcançado através de minuciosas observações e reflexões intensas, utilizando-se da aplicação de um questionário estruturado, direcionados a 15 pedagogas. Inicialmente, buscamos saber das entrevistadas qual a concepção de Indisciplina Escolar trazida por elas ao longo da trajetória vivenciada em sala de aula. A maioria das professoras entrevistadas (93,3%) entende como um aluno indisciplinado aquele que não cumpre com as regras propostas pela instituição de ensino. Partilhando da concepção apresentada pela maioria das entrevistadas, Parrat-Dayán (2008, p. 18) determina que: “o conceito de disciplina está relacionado com a existência de regras; e o de indisciplina, com a desobediência a essas regras”. Depois de obtida a resposta de uma ideia inicial a respeito da Indisciplina Escolar, procuramos compreender o que ou quem as professoras entendiam como responsáveis pela conduta inadequada adotada por esses alunos. À vista disso, Weber (2009) destaca

a importância de analisar o comportamento da criança para tentar descobrir que condições a levam a assumir determinada postura. Acredita-se que a indisciplina é um mau comportamento proveniente de fatores diversos, inclusive das relações conflituosas no ambiente em que a criança é educada, seja em casa ou na escola. De modo geral, é provável que não haja um fator específico pelo qual o sujeito adere determinada conduta. Dessa maneira, questionamos às educadoras qual o principal responsável pela Indisciplina Escolar, e 80% das entrevistadas acreditam que a família é o fator mais relevante em termos de “alimentar” o comportamento indisciplinado dos alunos. Não é à toa nem de hoje que o papel da família no processo disciplinar e de aprendizagem do aluno é questionado. Isso pode, sem sombra de dúvidas, ser resultado da ausência de limites citada por Santos (2002). O autor menciona que as crianças vivem em um ambiente demasiadamente tolerante, o que pode facilmente torná-las indisciplinadas, agressivas, rebeldes, egoístas e intolerantes, pelo fato de estarem sempre convencidos de que são rodeados por pessoas que estarão sempre à sua disposição para realizar suas necessidades e desejos. Em outro ponto do questionário, abordamos as contribuições para que ocorressem casos de indisciplina em sala de aula. Seguindo a perspectiva que diz respeito às responsabilidades familiares, 80% das professoras acreditam que a falta de limites instituídos pela família é o que mais contribui para que isso ocorra. Em contrapartida, 20% das pedagogas acreditam que aulas não significativas e monótonas também podem gerar alunos desinteressados e, por consequência, indisciplinados. Em decorrência disso, compreende-se que a escola também tem a sua responsabilidade no que se refere a proporcionar aos alunos aulas mais diferenciadas, inclusive em ambientes fora da escola, que os coloque em contato com outros espaços e realidades. Krasilchik (2004) assegura que quando as experiências educativas são mais dinamizadas e se assemelham a situações em que os alunos poderão aplicar os conhecimentos adquiridos, o processo de aprendizagem fluirá com mais facilidade. Ao final das entrevistas, buscamos entender como tem se desenvolvido o relacionamento professor-aluno. Das quinze pedagogas entrevistadas, oito (53,3%) ainda tem uma experiência negativa no que diz respeito ao relacionamento entre educando e educador. Entre elas, três (20%) julgam que o aluno não respeita nem valoriza o professor. Já as outras cinco (33,3%), consideram que o professor é valorizado, mas apenas quando o aluno tem um bom desempenho, mostrando assim resultados satisfatórios. Portanto, se o aluno vai mal por qualquer que seja o motivo, a culpa é do professor porque não é bom, mas se ele vai bem, ele é considerado um bom profissional. De maneira contrária, sete professoras (46,7%) relataram experiências positivas relacionadas ao respeito do aluno pelo professor em sala de aula. Entre elas, três (20%) creem que há respeito mútuo entre educando e educador, e as outras quatro (26,7%) afirmam que o professor é valorizado e visto como alguém importante para o aluno. Procuramos focar nesse ponto como conclusão da análise acerca da Indisciplina Escolar, pois se entende que quanto maior for a proximidade do professor com o aluno, maior será a facilidade dele se integrar ao ambiente (TIBA, 2006). Em vista disso, compreendemos que quanto maior for a identificação do aluno com o lugar em que convive, mais prazeroso será o processo de aprendizagem, reduzindo assim a possibilidade de aderir uma conduta indisciplinada. **CONCLUSÃO:** Ao longo deste estudo, objetivamos compreender as concepções que as professoras de uma Escola Privada do município de Natal carregavam a respeito da Indisciplina Escolar.

Buscamos também, a partir dessas concepções, responder quais são as causas que levam o aluno a assumir um comportamento indisciplinado. Através do estudo de caso realizado, percebemos a forte influência da falta de limites impostos no âmbito familiar como principal fator no comportamento das crianças. A maioria das professoras entrevistadas atribuiu à família a responsabilidade pelas condutas inadequadas dos alunos. Apesar disso, percebemos que em poucos casos a escola é a responsável por este comportamento. Em síntese, podemos destacar que na Escola pesquisada os casos de indisciplina em sala de aula são decorrentes de uma crescente ausência de limites e regras instituídas no cotidiano familiar.

REFERÊNCIAS

- ALIAGA, M.; GUNDERSON, B. **Interactive Statistics**. Thousand Oaks: Sage, 2002.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.
- FERREIRA, L. A. M. **Ato Infracional e Indisciplina escolar**. Boletim da Escola Superior do Ministério Público, 2000.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- GARCIA, J. A gestão da indisciplina na escola. *In: Colóquio da Secção Portuguesa da Afiarse/Aipelf*. 11, Lisboa. Atas. Lisboa: Estrela e Ferreira. 2001.
- _____. Indisciplina, incivilidade e cidadania na escola. **ETD - Educação Temática Digital**. 2006. p. 124-132. Disponível em: <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-197641>. Acesso em: 28 set. 2018.
- GIANCATERINO, R. **Escola, Professor, Aluno**. Os Participantes do Processo Educacional. São Paulo: Madras, 2007.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUIMARÃES, A. M. **Indisciplina e violência**: ambiguidade dos conflitos na escola. *In: AQUINO, J. G. (Org.) Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1996.
- KRASILCHIK, Myriam. **Prática de Ensino de Biologia**. 4. ed. São Paulo: USP, 2004.
- PALATO, Amanda. Sem culpar o outro. **Revista Nova Escola**. Guia do Ensino Fundamental de 9 anos. São Paulo, n. 225, abr./ set., 2009.
- PARRAT-DAYAN, S. **Como enfrentar a indisciplina na escola**. São Paulo: Contexto, 2008.
- POLI, Cris. **Filhos autônomos, filhos felizes**. 13. ed. São Paulo: Gente, 2006. Líber Livro, 2005.
- PRADANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. Disponível em: <https://formacademicospe.wordpress.com/2017/03/27/6-livros-de-metodologia-para-download/>. Acesso em: 29 set. 2018.

REGO, Teresa Cristina R. **A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva vygotskiana**. In: AQUINO, Julio Groppa (org.). Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social - Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2008.

SANTOS, C. Roberto dos. **Ética, moral e competência dos profissionais da educação**. Avercamp: São Paulo, 2002.

TIBA, Içami. **Disciplina**: limite na medida certa. Novos paradigmas. Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Integrare, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, L. **Eduque com carinho**. Curitiba: Juruá, 2009.

PRÁTICAS DE LEITURA LITERÁRIA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ARNALDO MONTEIRO BEZERRA

AUTORAS:

Samara Gomes Venâncio

Juliana Glenda Pereira de Menezes Oliveira

Maria Letícia da Silva Medeiros

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo apresentar resultados preliminares sobre a compressão das concepções da leitura literária manifestadas por uma escola pública da cidade de Natal/RN como prática pedagógica, tendo como tema central a relação entre a literatura e a escola. Para realizar este estudo se adotou como procedimentos metodológicos a pesquisa exploratória-descritiva, a partir de uma abordagem quali-quantitativa, tendo como procedimento técnico o estudo de caso. Sendo contida nesta pesquisa uma relevante discussão sobre a relação entre a literatura e a escola. Este estudo se fundamentou nas reflexões teóricas de autores como Amarilha (2009), Anjos (2015), Barros (2013), Lajolo (2005) e Zilberman (2003). Como resultado da análise dos dados apreendidos, obtivemos a confirmação da necessidade da leitura literária na escola quando esta é desempenhada efetivamente por professores que tenham uma boa relação com esta prática. Devendo a leitura literária ser desenvolvida no ambiente escolar sem pragmatismo, apenas com o fim em si mesma, convidando os alunos a serem amantes da literatura.

Palavras-chave: Leitura Literária. Escola. Prática Pedagógica.

INTRODUÇÃO: Guardo como uma doce lembrança a primeira vez que entrei em uma biblioteca e a alegria que senti em contemplar aquelas prateleiras repletas de livros coloridos. Lembro-me também que apesar de estar envolvida por aquele ambiente tão mágico e encantador, minha primeira atitude não foi correr e escolher um bom livro e embarcar na aventura envolvente que este poderia me proporcionar. Naquela idade eu não sabia o que a leitura tinha para me oferecer. Até que um dia, fui conduzida aos livros de uma maneira diferente, por um caminho prazeroso, tendo como guia uma professora amante da literatura, que perpetuou em mim o amor que sentia pelos livros. Aspirei realizar a presente pesquisa em minha graduação, buscando compreender as concepções da leitura literária manifestadas por uma instituição municipal de ensino na cidade de Natal/RN, dando assim o primeiro passo da minha contribuição. Para alcançar o objetivo foi realizado um estudo de caso na Escola Municipal Arnaldo Monteiro Bezerra, tendo como sujeitos de pesquisa 8 professoras do ensino fundamental I com as quais foram aplicados 10 questionários com 13 questões cada um. Os dados quantitativos oriundos dos questionários aplicados, após serem analisados e compreendidos buscaram responder a seguinte problemática: “Qual o lugar da Escola Municipal Arnaldo Monteiro Bezerra em relação à leitura literária e a construção do conhecimento, tendo em vista a formação de leitores autônomos e reflexivos?”. Para melhor compressão, o estudo aqui apresentado está estruturado em quatro tópicos e as

considerações finais. No tópico 1, consta o referencial teórico utilizado para embasar esta pesquisa, sendo composto por autores como Amarilha (2009), Anjos (2015), Barros (2013), Lajolo (2005) e Zilberman (2003). No tópico 2 trata-se sobre a descrição dos procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa. Ao tópico 3 sobre os resultados e discussão coube a análise dos dados apreendidos, transcritos de forma fiel e seguidos por uma reflexão e interpretação crítica dos dados. Por fim, na conclusão, se procurou refletir e verificar se a problemática em destaque realmente foi respondida, trazendo um esclarecimento final sobre os dados analisados. **REVISÃO DA LITERATURA: Literatura na escola:** Quando falamos sobre a relação entre a literatura e escola abrimos margem para uma relevante discussão. É essencial definirmos o que é literatura e a sua relação com a escola. Deste modo conforme a definição dada por Barros (2013, p.24):

Sabe-se que a literatura é um processo de continuo prazer, que ajuda na formação de um ser pensante, autônomo, sensível e crítico que, ao entrar nesse processo prazeroso, se delicia com histórias e textos diversos, contribuindo assim para a construção do conhecimento e suscitando o imaginário.

Na visão de Lajolo (2005) a escola é fundamental para a aproximação dos jovens e das crianças com a literatura. É no ambiente escolar onde os alunos precisam viver experiências necessárias, ao longo da vida, para poderem recorrer à literatura como fonte de informações e como um instrumento de aprendizagem e forma de lazer. Mesmo com a existência desse notório elo entre a literatura e a escola brevemente apresentado, formar leitores nos dias de hoje, especialmente leitores literários, não é fácil, mas se torna desafiante. Este desafio se torna evidente quando se percebe, conforme afirma Barros (2013), que não é fácil dominar as relações entre literatura, leitura e escola. Para que esse domínio seja possível, na percepção aguçada de Barros (2013) é necessário que se realize uma reflexão geral do processo de leitura na escola, através desta se torna possível nortear a prática pedagógica e reavaliar o conhecimento de literatura que está sendo apresentado para as nossas crianças através das atividades desenvolvidas em sala de aula. **Literatura para quê? Compreendendo as atribuições da literatura na escola.** Para que se fortaleça a relação existente entre a literatura e a escola é essencial que possamos compreender o para quê a literatura deve permanecer na escola. É dever da escola tornar seus alunos, leitores capazes de realizar leituras abrangentes, críticas, inventivas. Apenas assim os livros terão sentido em suas vidas. Desta maneira a escola ensinará a seus alunos a terem na leitura uma forma para viverem melhor (LAJOLO, 2005). Mediante a visão de Zilberman (2003) a literatura na escola assume uma função formadora. Nesta função a literatura dá conta de uma tarefa cultural, fazendo com que a criança adquira conhecimento sobre o mundo e o seu próprio ser. Ainda conforme Zilberman (2003, p. 30) a literatura se “apresenta como o elemento propulsor que levará a escola à ruptura com a educação contraditória e tradicional”. Corroborando com este pensamento, Anjos (2015) salienta a importância da literatura na escola, a caracterizando como um elemento humanizador, apta a promover mudanças e corroborar para a construção do pensamento social. Além de servir como um instrumento para emancipação do pensamento social dos alunos, a literatura na escola também serve para aproximar o leitor da arte. A literatura como toda arte precisa ser apreciada e corresponder às

expectativas do leitor. Ao ser apreciada a literatura sacia o apetite do leitor pelo belo e pelos anseios de sua imaginação. Esta desperta no aluno uma nova relação com diferentes sentimentos e cosmovisões. A literatura fornece condições para o desenvolvimento intelectual do leitor, formação de seus princípios individuais permitindo a interpretação de seus próprios sentimentos e ações (BARROS 2013).

Os nós da literatura na escola. A nossa história com a leitura possui uma ligação direta com a história da leitura no Brasil. O Brasil em sua origem não era habitado por povos que sabiam ler e escrever. Recebemos a leitura dos portugueses. Ao mesmo tempo que Portugal trouxe a leitura e a escrita para o Brasil, também dificultou bastante sua difusão. A obscura colonização portuguesa proibia as impressões e controlava severamente os livros utilizados nas poucas escolas que existiam na época (LAJOLO, 2005). Um outro fator que implica no bom desenvolvimento da literatura, sendo este percebido na escola, são professores que possuem uma visão pragmática desse tipo de leitura. Ao se preocuparem muito com livros que alcancem o objetivo de ensinar, os professores acabam deixando de lado a fruição deste tipo de leitura. Atrelam a literatura a falsa ideia de um conteúdo desprovido de significado, que não possui objetivo técnico e não agrega um conhecimento específico (ANJOS, 2015). Corroborando com este pensamento, Amarilha (2009) discorre também sobre esta visão distorcida que muitos possuem da literatura. Esse tipo de leitura é julgada como algo sem objetivo ou perda de tempo. Esta ideia surge pelo fato da leitura literária não ser uma atividade controlada por tarefas, notas ou provas. Por isso muitos a percebem como algo inútil do ponto de vista pedagógico. Refutando a esta implicação, Amarilha (2009, p. 49) afirma que “a literatura educa, mas essa educação tem caráter formativo que não se presta ao domínio escolarizado de pontos, deveres e notas”. Por causa de sua rebuscada origem, sua difícil difusão ao longo da história e a maneira pragmática que a escola insiste em apresentar a literatura para seus alunos, não é difícil que haja no ser humano um presente desinteresse pela leitura, principalmente pela leitura de literatura. Porém para Lajolo (2005, p. 5) “ler é mesmo uma delícia, um grande prazer. Mas só para quem sabe, pois o prazer da leitura é um prazer aprendido. Para gostar de ler literatura, é preciso aprender”. Defendendo a esta ideia Lajolo (2005) diz que para se gostar de ler é necessário aprender. Um indivíduo mesmo que não possua um gosto genuíno pela leitura pode ser ensinado a gostar. Para isso é essencial que alguém ensine este gosto para nossas crianças e jovens. Por isso, outro fator complicador é gerado, quando o professor que ensina literatura não gosta de lê. Amarilha (2009, p. 25) entende que “mais difícil ainda é ensinar a encontrar prazer no texto quando nós mesmos não nos deparamos com esse momento”. Conforme a visão de Anjos (2015) o educador não deve exigir leitura de seu aluno, porém partilhar sua própria satisfação em ler com este. O professor precisa conquistar seu aluno para a literatura, o provocando e o desafiando-o. Esta forma de incentivo à leitura literária só ocorre quando o professor também se sente motivado por esta.

METODOLOGIA: Depois de realizado o levantamento e mapeamento do estado da arte, visando conhecer o grau de relevância e depois buscar o que ainda não foi feito, tentando responder que aspectos vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares e de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos, o presente estudo delimitou como objetivo compreender as concepções da leitura literária

manifestadas por uma escola pública do município de Natal/RN. Nesse estágio, foi realizada uma revisão bibliográfica de obras de autores como Amarilha (2009), Anjos (2015), Barros (2013), Lajolo (2005) e Zilberman (2003). Esta pesquisa se caracteriza como exploratória-descritiva. Segundo Cervo e Bervian (2002) a pesquisa exploratória tem como um de seus objetivos descrever precisamente uma situação, buscando descobrir as relações existentes entre os elementos que a compõem. Já a pesquisa descritiva para os mesmos autores, trata-se de uma maneira de descrever caracterizar propriedades ou relações que existem em uma comunidade, grupo ou realidade de pesquisa. Sustentando a validade da utilização desse tipo de pesquisa Gil (2000, p. 42) destaca que “as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”. Para este estudo foi escolhida a abordagem quali-quantitativa, que conforme Prodanov e Freitas (2013) definem que a abordagem qualitativa é aquela que possui um vínculo indissociável entre o mundo real e a subjetividade do sujeito, fazendo com que os dados adquiridos através dessa abordagem não possam ser contabilizados em números. Para os mesmos autores se diferenciando da qualitativa, a abordagem quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, e traduzido em números. Dessa forma se optou pelos os dois tipos de abordagem, buscando trazer uma melhor compreensão na análise dos dados deste estudo. O procedimento técnico utilizado foi o estudo de caso que para Cervo e Bervian (2002, p.67) se caracteriza como sendo “a pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo do seu universo, para examinar aspectos variados de sua vida”, sem haver a intenção de generalizar os resultados da pesquisa. Focamos esta pesquisa em identificar qual o lugar que determinada escola pública assume em relação à leitura literária e a construção do conhecimento, tendo em vista a formação de leitores autônomos e reflexivos. A Escola Municipal Professor Arnaldo Monteiro Bezerra localizada no bairro Neópolis, na cidade de Natal/RN, foi o local escolhido para a realização desse estudo. No universo de 12 professores que lecionavam no ensino fundamental da escola, através de uma amostragem probabilística aleatória simples foram aplicados questionários com 8 professoras. Vale destacar que a escola possui 12 salas de ensino fundamental I com suas respectivas professoras, porém no período em que a pesquisa foi realizada 2 professoras estavam dando aula nos dois turnos e duas professoras estavam de licença, apenas 8 estavam lecionando, sendo 4 no turno matutino e 4 no turno vespertino. Os questionários foram impressos, aplicados e respondidos pelas as professoras. Para Cervo e Bervian (2002, p. 48) “o questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja”. Após a aplicação dos questionários com o grupo de professoras, foi realizada uma compreensão precisa dos dados apreendidos no campo de investigação. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados e a discussão desta pesquisa buscaram compreender as concepções da leitura literária manifestadas por uma escola pública, através da prática pedagógica de 8 professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental. O objetivo do estudo foi alcançado utilizando-se da aplicação de um questionário estruturado, direcionados a professoras, todas do sexo feminino, com prática docente entre 14 e 24 anos, que lecionam na Escola Municipal Professor Arnaldo Monteiro Bezerra, no bairro de Neópolis, na cidade de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, para crianças de seis a dez anos de idade, na qual o objetivo foi perceber como é utilizada a literatura

na rotina de aula das entrevistadas. Os dados analisados nos permitem visualizar o uso da literatura na rotina diária de sala de aula de forma bastante primorosa. Na visão de Lajolo (2005) a forma dos professores trabalharem bem, ou não, a literatura em sala de aula é reflexo das experiências que tiveram com esta no passado. Por este motivo, nas primeiras questões do questionário procuramos saber mais sobre como se dava a relação pessoal das professoras entrevistadas com a literatura, por isso, nossa primeira questão almejava saber o quanto as educadoras gostavam de ler. Com unanimidade 100% das professoras afirmaram que gostam bastante de ler. Desta maneira obtivemos a comprovação que uma escolarização que utiliza adequadamente a literatura de modo a propiciar um letramento literário aos seus alunos vai além da questão da formação do professor que precisa de uma base teórica capaz de auxiliar em sua prática docente. Deixando claro que o educador não pode apenas exigir que seus alunos leiam, ele deve partilhar sua própria satisfação em ler, focando em procedimentos de leitura para que seus educandos possam aproveitar essa forma diferenciada de conhecimento e humanização, sendo esta maneira a mais consciente e com mais profundidade (ANJOS, 2015). Partindo para o contexto da prática da literatura em sala de aula, perguntamos as professoras para quê trabalhar a leitura de literatura com seus alunos. A esta pergunta 90% das professoras responderam que trabalhavam a leitura de literatura para estimular o gosto pela leitura entre seus alunos e 10% disseram que se utilizavam desta para auxiliar no autoconhecimento e no conhecimento de mundo de seus educandos. Podemos perceber que todas as professoras usam da leitura de literatura para meios significativos, o que corrobora com a visão de Barros (2013) que nos mostra que a literatura se torna uma grande aliada da escola, pois esta diverte, estimula a imaginação e desenvolve o raciocínio e compreensão de mundo. Depois de sabermos para quê as professoras trabalham a leitura de literatura procuramos então descobrir de que maneira o texto literário estava sendo trabalhado nas salas de aula das educadoras. O texto literário estava sendo trabalhado através da contação de histórias por 40% das professoras, 10% das educadoras utilizavam os textos do livro didático, outras 10% trabalhavam através das rodas de leitura e 20% disseram que trabalhavam o texto literário de outras maneiras. A maioria das educadoras utilizam o texto literário através da contação de histórias o que para Amarilha (2009, p.18) é extremamente compreensível, pois:

Percebe-se, portanto, que a história, lida ou contada, desempenha uma função catalisadora de interesse e prazer. Ora, se as crianças mobilizam é porque o mundo organizado em narrativa corresponde a seus interesses e anseios e, por conseguinte, é significativo para elas.

Como vimos os textos contidos no livro didático também são utilizados por 10% das professoras, Amarilha (2009) descreve este tipo de utilização como sendo fragmentos literários genericamente chamados de leitura, pois há confusão entre o conceito de literatura, neste contexto quando o aluno tem acesso à livros de literatura, com o conceito de leitura de literatura, realizada quando o aluno apenas faz a leitura de fragmentos de textos literários em livros didáticos, o que atrapalha na compreensão da literatura como manifestação lúdica. Outros 10% das educadoras usam a roda de leitura como prática literária, o que se configura como um meio para que a classe aprenda a ouvir, já que tolerância e respeito pelo próximo também são aprendidos através da leitura (LAJOLO 2009). Destaque também para 20% das

professoras que entre outras práticas se utilizam da leitura na quadra para acolher seus alunos. Com isso perguntamos qual era o interesse e o rendimento dos alunos diante desta, resultou que 90% dos alunos segundo as professoras se mostravam muito interessados e tinham um bom rendimento e 10% se mostravam também interessados, porém por pouco tempo não rendendo como o esperado. Podemos perceber que o livro como metodologia vem cativando o interesse da maioria dos alunos e garantindo um bom rendimento destes, já para os 10% que se mostram interessados, porém não rendendo como o esperado, devem ser testadas metodologias que cativem estes alunos por completo contribuindo para o bom rendimento destes, metodologias diversas como fantoches, objetos, fantasias entre outros. Sobre a rotina das professoras em relação à leitura, 90% afirmaram praticar a leitura diariamente em suas aulas e 10% disseram praticar a literatura apenas durante a disciplina de língua portuguesa. Se faz perceptível que a leitura é uma prática bastante presente na rotina de sala de aulas destas professoras o que se caracteriza como algo bastante promissor, Já sobre os 10% que apenas praticam a leitura durante a disciplina de português, vimos que a leitura não deve ser praticada sob uma concepção de decodificação, pois com isso passamos a ter uma visão pragmática e conservadora sobre o que é e para que serve o texto literário (BARROS, 2013). Sabendo que o professor é uma das peças principais em relação a prática da literatura em sala de aula, perguntamos as educadoras qual o papel pensavam exercer mediante a leitura do texto literário entre seus alunos. Disseram que exerciam o papel de incentivadoras do texto literário entre seus alunos 90% das professoras e 10% responderam que exerciam o papel de mediadora da leitura do texto literário entre os alunos. Isso nos mostra que para adquirirem autonomia na leitura, os alunos/leitores não podem ser deixados a ler sozinhos. Aprender a ler é um ato social, em que existe interferência pedagógica de uma geração sobre outra. Resultando em um trabalho com origem da soma dos esforços dos alunos e do professor, pois no desenvolvimento da capacidade de leitura dos seus educandos, o professor tem um papel pedagógico fundamental (AMARILHA, 2009).

CONCLUSÃO: Por fim percebemos com esta pesquisa a assídua presença da leitura literária no ambiente escolar. Vimos o quanto a contação de histórias é uma prática literária presente no cotidiano dos alunos, servindo como instrumento de incentivo ao gosto pela leitura entre os educandos e auxiliando no autoconhecimento e na compreensão de mundo destes, tornando-os assim leitores críticos e reflexivos. As educadoras da escola são peças chave na formação de novos leitores e percebemos que isso só foi possível por estas já possuírem uma boa relação pessoal com a leitura e por isso assumem o papel de incentivadoras e mediadoras da leitura literária entre seus alunos. Destacamos por fim que a Escola Municipal Professor Arnaldo Monteiro Bezerra assume o lugar de comunidade leitora, onde além de promover a formação de alunos, promove a formação de leitores autônomos e reflexivos.

REFERÊNCIAS

AMARILHA, Marly. **Estão mortas as fadas?** Literatura infantil e prática pedagógica. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

ANJOS, Valéria Maria Sant'ana Britto dos. **Ênfase à leitura literária na escola: um caminho para a formação do leitor crítico**. 2015. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2015. Disponível em:

http://www.profletrasdch5.uneb.br/imagens_sys/VALERIA_ANJOS.pdf. Acesso em: 11 set. 2018.

BARROS, Paula Rúbia Pelloso Duarte. **A contribuição da literatura infantil no processo da aquisição de leitura**. 2013. 53 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, Lins, 2013.

Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/56015.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:

https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 27 set. 2018.

LAJOLO, Marisa. **Meus alunos não gostam de ler... O que eu faço?** Campinas: Cefiel/iel/unicamp, 2005. Disponível em: https://docgo.net/philosophy-of-money.html?utm_source=meus-alunos-nao-gostam-de-ler-m-lajolo-58-p. Acesso em: 12 set. 2018.

PRADANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. Disponível em:

<https://formacademicospe.wordpress.com/2017/03/27/6-livros-de-metodologia-para-download/>. Acesso em: 29 set. 2018.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 11. ed. São Paulo: Global, 2003.

PSICOLOGIA

A MANIFESTAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER RELACIONADA AO CONSUMO DE ÁLCOOL E/OU DROGAS PELOS AGRESSORES

AUTORAS:

Kercia Miguel de Oliveira
Kerzea Miguel de Oliveira
Ana Andréa Barbosa Maux

RESUMO: A violência contra as mulheres constitui-se em fenômeno pernicioso que é influenciado pela cultura patriarcal, o qual ocasiona danos físicos e psíquicos as vítimas. A convivência com o agressor contidamente em ambiente domiciliar se caracteriza num agravante para esse quadro, pois as vítimas tornam-se mais vulneráveis a repetidas e implacáveis práticas de violência. Traumas psíquicos e físicos são gerados mediante a prática da violência, em alguns casos os traumas assumem um caráter permanente. O consumo de álcool e/ou drogas pelos agressores constitui em um fator de risco que permeia gravemente a vivência das mulheres que são vítimas. Este trabalho tem por objetivo apresentar a manifestação da violência doméstica contra as mulheres, conexa com o consumo de álcool e/ou drogas pelos agressores.

Palavras-chave: Violência. Mulheres. Álcool e/ou drogas.

INTRODUÇÃO: Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência consiste no modo intencional de poder e de força, tornando uma ameaça concreta, contra si, outra pessoa distinta, contra comunidades e/ou grupos. Ela costuma ocasionar ou acarretar: agravos psíquicos, privações, danos no desenvolvimento, lesão e ainda morte. Sendo designado como um fator histórico, multifacetado e profundo (SACRAMENTO; REZENDE, 2006). Apesar de existir estimativas imprecisas, a violência a nível mundial torna-se altamente dispendiosa, refletindo no cuidados de saúde e afetando economicamente diversos países através de condições específicas, como o cumprimento de medidas legislativas e investimentos extraviados (DAHLBERG; KRUG, 2006). A OMS define três tipos de violência: interpessoal, coletiva e auto infligida. Estas são dispostas dos seus específicos subtipos. A que ocorre no ambiente familiar é classificada como de natureza interpessoal e, ainda, dividida entre companheiros íntimos (DA FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012). Pedrosa e Zanello (2017) relatam, baseando-se no conceito estabelecido no ano de 1994, na Convenção de Belém do Pará, a violência contra a mulher como alguma conduta ou ação formulada através de uma perspectiva de gênero, que ocasione lesão, aflição ou sofrimento psicológico, sexual ou físico direcionado a mulher que, portanto, pode ser cometida em ambiente público como também particular. No ano de 1999 a OMS considerou este fenômeno como questão de saúde pública. Em 2013, a mesma organização constatou que 35% das mulheres em todo o mundo tornaram-se vítimas de violência física ou sexual. Este percentual, levando em consideração as estatísticas, pode corresponder a 70% da população feminina de determinados países. Portanto, levando em conta essas considerações numéricas, conclui-se que em cada cinco mulheres três estiveram, ou ainda estão, na condição de vítimas de algum tipo de violência. A problemática abrange estupros, agressões sexuais e físicas, violações emocionais e raciais, mutilações genitais e

assassinatos. A prática da violência pode ser atribuída a companheiros íntimos, familiares, estranhos, conhecidos da vítima e ainda agentes do Estado (SCHRAIBER, 2002). O presente trabalho tem por objetivo abordar a temática em que ocorre a violência praticada contra as mulheres, associando ao consumo de álcool e outras drogas, através das determinações e repercussões que este ato costuma acarretar. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo revisão narrativa da literatura. Que se realiza através de análise literária por meio de publicações em livros e artigos de revistas (impressas ou eletrônicas), por meio de análise crítica e interpretação do autor. Ao promover uma educação continuada ao leitor, esse tipo de publicação disponibiliza uma atualização de conhecimento em curto tempo, através de um tema breve e específico (ROTHER, 2007). A busca de artigos abarcou pesquisa em bases eletrônicas. As bases pesquisadas foram: SCIELO (Scientific Electronic Library Online), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e PEPSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia). O período de abrangência foi entre 1998 e 2017. As buscas foram realizadas de 09 à 17 de Setembro de 2018, sob os seguintes descritores: violência contra a mulher no contexto social e violência doméstica relacionada ao uso de álcool e/ou drogas. Por meio da busca eletrônica os resumos dos artigos em sua totalidade tiveram de ser revisados. A partir da abrangência de critérios exigidos os estudos foram incluídos. Através disso foi escolhida uma série de artigos específicos que se relacionavam com a temática pesquisada e foram inclusos nesta revisão. Foram encontrados 13 artigos que relatam: consumo de álcool e outras drogas relacionando-os a violência contra a mulher, danos causados, contextos sociais, questões de gênero das vítimas e autores da violência contra a mulher. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Ainda no tocante aos fatores que postulam para as agressões cometidas pelos parceiros íntimos contra as mulheres, estes parecem ter uma elevada ligação com o consumo de álcool e drogas por parte dos companheiros. Várias mulheres não compreendem a ampla influência do álcool e de outras drogas na ação de violência praticada pelos agressores, ato este amparado sobre a ideologia patriarcal, de superioridade sexual atribuída na divergência de relações entre gêneros. (MOREIRA; BORIS; VENANCIO, 2011). Um estudo transversal que abordou a manifestação da violência doméstica realizado na cidade de Durango, no México, com a participação de 384 mulheres, revelou um percentual de 42% que foram vítimas de violência sexual. Já a violência física, manifestou-se em 40% da amostra e, ainda, outros 38% sofrem violência emocional. Essa pesquisa demonstrou que havia precedentes da prática de violência por meio do uso de álcool ou/e outras drogas ingeridas e/ou usadas por familiares dessas mulheres, estabelecendo-se como elementos alusivos e relacionados a três dimensões de violência anteriormente citadas: física, emocional e sexual (ALVARADO-ZALDÍVAR *et al.*, 1998). Na cidade de São Paulo, outro estudo, realizado em um pronto-socorro com mulheres vítimas de agressão física, levantou dados que relatam a correlação da ingestão de bebidas alcoólicas por parte dos companheiros dessas mulheres, com esta determinada prática de violência (GIANINI; LITVOC; ELUF NETO, 1999). Adeodato *et al.* (2005) denotam que 70% dos parceiros íntimos de mulheres que são agredidas fizeram uso de álcool e em 11% dos casos eles ingeriram drogas de procedência ilícitas. Os autores ainda indicam que há uma correlação direta, entre agressão aos filhos e consumo do álcool por este agressor. Meneghel *et al.* (2000) relatam a influência da maconha em 37,2% dos casos de violência doméstica e outros 32,7% derivante ao uso de

cocaína. Entretanto, o álcool tem uma maior preponderância e torna-se mais danoso à estrutura familiar. Através de uma maior aceitação social, possui um amplo consumo pelos homens. Um estudo feito com mulheres vítimas de violência a respeito das experiências psíquicas mencionou que a vivência da violência presente nas relações das suas famílias, principalmente com seu parceiro íntimo, causa sofrimento psíquico. O uso abusivo do álcool foi apontado como causador da insatisfação daquelas mulheres e também complementa sua condição de padecimento (CAVALCANTE; SILVA, 2011). Prado *et al.* (2011), afirmam que ocorre um acréscimo nos percentuais de depressão e também sofrimento psíquico feminino, atribuídos à ingestão de álcool pelo parceiro, como também abuso do álcool e de outros tipos de drogas, além de suicídio. Uma pesquisa feita no Nordeste do Brasil, que procurou avaliar a violência doméstica praticada contra mulheres como um estimulante a ocorrência de problemas de saúde apresentados por estas vítimas. As participantes do estudo, que no momento exibiam lesões pelo corpo causadas por queimaduras como consequência de tentativa de suicídio, afirmaram que a prática da violência pelo parceiro foi um fator que antecedeu a tentativa de acabar com suas vidas (DINIZ *et al.*, 2007). **CONCLUSÃO:** A violência contra mulheres traz a tona fatores relacionados a esta prática. Que são determinados por questões culturais de decorrências patriarcais, que enaltecem a superioridade do gênero masculino sobre feminino. O consumo de álcool e outras drogas por agressores representa um dos fatores contribuinte para a manifestação desse determinado tipo de violência. As consequências causadas por tal ato resultam em danos graves e em alguns casos irreparáveis às vítimas. Apesar do uso do álcool e outras drogas incitarem uma prática nociva de comportamento dos homens, não se pode atribuir integralmente a predominância desse fator a violência contra as mulheres. Torna-se necessário haver o reconhecimento e investimento sobre conexões e demandas que envolvam a saúde da mulher infligida pela violência. Sendo essencial a qualificação da atenção à saúde das mulheres que são vítimas de violência, qual abrange a diversas áreas assistenciais.

REFERÊNCIAS

- ADEODATO, Vanessa Gurgel et al. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, p. 108-113, 2005. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0034-89102005000100014&script=sci_arttext. Acesso em: 17 set. 2018.
- ALVARADO-ZALDÍVAR, Gloria et al. **Prevalência de violência doméstica na cidade de Durango**. Salud pública de México, v. 40, p. 481-486, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/spm/1998.v40n6/481-486/>. Acesso em: 17 set. 2018.
- CAVALCANTE, Ana Célia; SILVA, Raimunda Magalhães. Experiências psíquicas de mulheres frequentadoras da rede pública de saúde em Teresina (PI, Brasil). **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 2211-2220, abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000400020&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 set. 2018.
- DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, supl. p. 1163-1178, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 set. 2018.
- DINIZ, Normélia Maria Freire et al. **Mulheres que foram queimadas pelos maridos ou parceiros**. Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 321-325, Set. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000300013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 set. 2018.
- FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. **Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais**. Psicologia & Sociedade, v. 24, n. 2, p. 307-314, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/07.pdf>. Acesso em: 09 set. 2018.
- GIANINI, Reinaldo J.; LITVOC, Julio; ELUF NETO, José. Agressão física e classe social. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 180-186, abr. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v33n2/0059.pdf>. Acesso em: 17 set. 2018.
- MENEGHEL, Stela Nazareth et al. **Mulheres cuidando de mulheres: um estudo sobre a Casa de Apoio Viva Maria, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil**. Cadernos de Saúde Pública, v. 16, p. 747-757, 2000. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-311X2000000300023&script=sci_arttext&lng=es. Acesso em: 17 set. 2018.
- PRADO, Juliana de Almeida et al. Relations between Depression, Alcohol and Gender in the Metropolitan Region of São Paulo, Brazil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 9, p. 2425-2434, set. 2012. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000900023&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 set. 2018.

PEDROSA, Mariana; ZANELLO, Valeska. (In) visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 32, n. 5, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v32nspe/1806-3446-ptp-32-spe-e32ne214.pdf>. Acesso em: 09 set. 2018.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. V-VI, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v20n2/a01v20n2.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

SACRAMENTO, Livia de Tartari e; REZENDE, Manuel Morgado. **Violências:** lembrando alguns conceitos. *Aletheia*, Canoas, n. 24, p. 95-104, dez. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942006000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 set. 2018.

SCHRAIBER, Lilia Blima *et al.* Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 36, p. 470-477, 2002. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0034-89102002000400013&script=sci_arttext&lng=pt#ModalArticles. Acesso em: 09 set. 2018.

SERVIÇO SOCIAL

VIOÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL: EM BUSCA DE UMA AVALIAÇÃO

AUTORES:

Jardson Silva

Milena Beatriz de Oliveira Pimentel

RESUMO: Este estudo visa compreender a política municipal na área da violência sexual infantojuvenil, em Natal/RN, tendo por universo os CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). Terá como objetivos específicos identificar as ações das políticas municipais governamentais, no que se refere à prevenção e ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual; traçar o perfil dos adolescentes vítimas de violência contra crianças e adolescentes e dos agressores que cometeram este ato de violência. Os procedimentos metodológicos utilizados nesta investigação foram: pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem crítica-dialética. A primeira etapa da pesquisa desenvolveu-se a partir do levantamento bibliográfico e pesquisa documental sobre o objeto de estudo, incluindo a revisão de materiais sobre a problemática da violência sexual sofrida por crianças e por adolescentes. Concluiu-se que retirar a criança do abuso e da exploração sexual comercial não é função exclusiva do Governo, mas deve tornar-se também uma preocupação da sociedade brasileira como um todo, pois essa realidade em que passa a criança ou o adolescente cerceia a oportunidade de se desenvolverem de forma integral, como sujeito de direitos, afetando negativamente o seu percurso escolar e as condições gerais de exercício da cidadania.

Palavras-chave: Violência. Infantojuvenil. Direitos Sociais.

INTRODUÇÃO: A realidade contemporânea nos mostra o contexto de exclusão e miséria humana, decorrente das relações desiguais e hierarquizadas, inscritas no modelo de sociedade atual, o qual é perpassado pelo projeto neoliberal. Esse modelo de desenvolvimento que imprime um padrão de vida moderno a todas as realidades sociais, e ao mesmo tempo submete aos interesses do grande capital, o modo de viver, produzir e reproduzir das diversas classes sociais que geram na sociedade o agravamento da questão social; notadamente, da violência contra os sujeitos mais fragilizados, em particular, as crianças e os adolescentes, mas também a população sênior que não faz parte deste nosso estudo. Sendo assim, vive-se na contemporaneidade um momento de plenos desafios, no qual é necessário ter coragem, esperança, resistir e sonhar, como forma de enfrentar o presente. É preciso alimentar os sonhos e concretizá-los no horizonte de novos tempos – mais justos, humanos e solidários. Tomando por base o contexto brasileiro, objetiva-se, neste trabalho, compreender a política municipal na área da violência sexual infantojuvenil, em Natal/RN, tendo por universo os CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). Tendo como objetivos específicos: identificar as ações das políticas municipais governamentais, no que se refere à prevenção e ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual em Natal/RN; Traçar o perfil dos adolescentes vítimas de violência contra crianças e adolescentes e dos agressores que cometeram este ato de violência. Neste estudo

utilizou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes como seu norteador. **REVISÃO DA LITERATURA:** Para Faleiros (2000), a violência enquanto categoria conceitual e explicativa em que crianças e adolescentes são vitimizados sexualmente deve ser analisada em seu contexto histórico, econômico, cultural, social e ético. A violência sexual infanto-juvenil está normalmente relacionada a diversas formas de violência e decorre da sua gravidade, cujas consequências físicas, psicológica e social na criança e no adolescente clamam por políticas articuladas de proteção integral e de garantia de direitos sociais. Na realidade de vida das crianças e dos adolescentes abusados ou explorados sexualmente, constata-se outro tipo de violência que interpela mais diretamente os poderes públicos que se caracteriza pela ação ou pela omissão desses poderes, que agem ou deixam de agir sob os argumentos dos costumes, das necessidades de sobrevivência, da deficiência das políticas sociais básicas, da fragilidade do aparelho público, do alto nível de organização das redes de exploração e da mercantilização nesta sociedade capitalista. De acordo com Netto (2001), o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a "questão social" - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da questão social, traduzidas no analfabetismo, violência, fome, desemprego, subemprego e no trabalho infantil, entre outras. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada nesta investigação possui uma aproximação com a abordagem crítica-dialética, que não só inspirou metodologicamente esta investigação, como refletiu na sua exposição. Não apenas em virtude de uma postura ideológica, mas também por acreditarmos que suas categorias (historicidade, totalidade e contradição) são as mais adequadas para o conhecimento da realidade em estudo, uma vez que se trata de categorias antagônicas. No primeiro momento da pesquisa desenvolveu-se o levantamento bibliográfico e pesquisa documental sobre o objeto de estudo, incluindo a revisão de materiais sobre a problemática da violência sexual sofrida por crianças e por adolescentes; e da classificação dos documentos e principais fontes para subsidiar a análise. Realizou-se um estudo tendo por base os dados estatísticos mais atuais dos indicadores sociais relacionados à infância e à adolescência, como educação, violência doméstica, sexo da vítima, família e outras informações que permitissem a caracterização da realidade biopsicossocial desse segmento populacional infanto-juvenil do município de Natal/RN, região Nordeste do Brasil. A pesquisa documental foi mediada pelo acesso aos materiais disponíveis nos CREAS. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de levantamentos nas mais diversas fontes, primárias e secundárias: livros, periódicos nacionais, sites, etc. Sendo assim, para realizarmos este trabalho utilizamos a pesquisa de dados relevantes sobre a realidade referente à violência contra crianças e adolescentes, a fim de tomar conhecimento da situação vivenciada por elas na sociedade contemporânea. Diante deste contexto, foi possível compreender a violação dos direitos da criança e do adolescente. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Percebe-se que houve alguns avanços no que se refere às políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil, de que é exemplo a criação do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), na lei nº 8069/90, um importante instrumento na defesa dos direitos e na promoção social da criança e do adolescente, que reconhece esta população como prioridade absoluta de proteção integral na escola, família e comunidade. Importante ressaltar que a garantia de direitos é um sistema articulado de espaços e mecanismos de

proteção e defesa de direitos, bem como de controle social. Tais conquistas foram geradas por meio da relação estabelecida entre o Estado e a sociedade civil, e com a visibilidade e inclusão da temática na agenda nacional e internacional. Essas políticas públicas são acompanhadas da destinação de recursos públicos para a sua implementação, no sentido de acautelar os direitos voltados à criança e ao adolescente em situação de violência sexual, com vistas aos direitos à vida digna, ao desenvolvimento saudável da sexualidade, à garantia de políticas públicas de inserção socioeconômicas e culturais. Considerando a importância desse debate na atualidade, da incursão por literatura relacionada ao assunto relevam-se duas importantes dimensões da violência sexual infanto-juvenil: abuso sexual e exploração sexual. A primeira classificação refere-se à agressão sexual que tem por finalidade tirar vantagens unicamente sexuais; a segunda, aos casos de violência sexual cujo objetivo é a obtenção de lucro econômico. Da revisão da literatura releva-se a dimensão intrafamiliar e extrafamiliar do fenômeno em estudo. A violência intrafamiliar é aquela que exige uma relação de parentesco com a vítima, também denominada de abuso sexual intrafamiliar ou incesto. Desse modo, o relacionamento entre a criança e o agressor que deveria ser de proteção e de cuidados, viola a infância provocando sentimento de traição e sedução. No que diz respeito à outra forma de agressão, a extrafamiliar, ela conforma situações em que não existe a relação de convivência familiar, denominada também de abuso sexual extrafamiliar, e de exploração sexual quando é constatada a venda e comercialização do corpo. Dessa forma, a partir de dados levantados pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, afirma-se que no ano de 2017, especificamente no Rio Grande do Norte, foram denunciados 1921 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Desse total, quatro por cento das denúncias os suspeitos são os tios da vítima, cinco por cento é o padrasto, dezoito por cento dos suspeitos é pai da vítima, e trinta e oito por cento é a própria mãe da vítima, pessoas cuja responsabilidade é proteger e cuidar. Podemos assim analisar que esses agressores em sua grande maioria fazem parte do convívio familiar das crianças e adolescentes que tiveram suas vidas violadas. De acordo com a Secretaria Nacional de Juventude em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que agregam estudos sobre os aspectos importantes da vulnerabilidade dos jovens, percebe-se que a violência atinge, em sua maioria, jovens negros, do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Tendo por base o Atlas da Violência (IPEA; FBSP, 2017), nota-se que mais da metade das 59.080 pessoas mortas por homicídios em 2015 eram jovens (31.164, equivalentes a 54,1%), das quais 71% negras (pretas e pardas) e 92% do sexo masculino. Esta investigação mostra que, além de questão da violação aos direitos humanos, a agressão impede que esses jovens brasileiros tenham uma vida com dignidade e evidencia uma perda de possibilidades para o futuro e o desenvolvimento do país (IPEA; FBSP, 2017). No que diz respeito à questão de gênero na incidência da vulnerabilidade juvenil à problemática da violência, as mulheres negras com a idade entre 15 a 29 anos apresentam maior envolvimento que as demais jovens na mesma faixa etária. O estudo identifica o uso de drogas das crianças e adolescentes acolhidos pelo CEDECA mostrando que 79% delas não fazem uso de nenhuma substância psicoativa. O CREAS, que caracteriza-se como uma unidade pública e estatal que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, a oferta de atenção especializada e continuada tem

como objetivo a família e a situação vivenciada. Esta oferta possui atenções municipais na ocorrência de situações de risco pessoal e social por ocorrência de negligência, abandono, ameaças, maus tratos, violência física, psicológica e sexual, discriminações sociais e restrições a plena vida com autonomia e exercício de capacidades, prestando atendimento prioritário a crianças, a adolescentes e a suas famílias nas situações de abuso e exploração sexual infanto-juvenil; as famílias inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que é uma iniciativa que visa proteger crianças e adolescentes, menores de 16 anos, contra qualquer forma de trabalho, garantindo que frequentem a escola e atividades socioeducativas. Seu objetivo principal é erradicar todas as formas de trabalho infantil no país, em um processo de resgate da cidadania e inclusão social de seus beneficiários. O programa oferece auxílio financeiro, pago mensalmente pela Caixa Econômica Federal, à mãe ou ao responsável legal do menor, por meio de cartão magnético; e a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, entre outros. Oferece, ainda, atividades e atenções para as famílias em serviços socioassistenciais, saúde e educação em diversas políticas públicas, como por exemplo o Bolsa Família, o Abrigo Municipal, o Conselho Tutelar, etc. A exploração sexual infanto-juvenil aparece como perdas e perdições; perda de si e perda de oportunidades; perda não só da vida pessoal, mas também daquela socialmente aceita. Configura-se como um processo da sociedade burguesa de marginalização e de exclusão de classe. Ou seja, as explorações sexuais e econômicas se articulam num processo de mercantilização e de fetichização das relações entre as classes implicadas num mercado permeado pelas relações econômicas, sociais e sexuais. Na realidade de vida das crianças e dos adolescentes abusados ou explorados sexualmente, constata-se outro tipo de violência que interpela mais diretamente os poderes públicos. Ela se caracteriza pela ação ou pela omissão desses poderes, que agem ou deixam de agir sob os argumentos dos costumes, das necessidades de sobrevivência, da deficiência das políticas sociais básicas, da fragilidade do aparelho público, do alto nível de organização das redes de exploração e da mercantilização nesta sociedade capitalista. Numa reflexão baseada no pensamento marxista, observa-se que as vítimas de exploração sexual apresentam os limites da cidadania burguesa. Inseridas em classes sociais dominadas, apresentam uma cidadania definida e circunscrita pelos limites da esfera privada. Neste sentido, a agressão sexual contra a infância e a adolescência se apresenta de diversas maneiras, e tanto a sua compreensão como o seu enfrentamento necessitam ser esclarecidos em suas especificidades. **CONCLUSÃO:** Apresentou-se neste estudo uma reflexão sobre a questão da violência sexual infanto-juvenil, buscando compreender os significados do que foi e do que está sendo feito para contribuir com o seu enfrentamento. Sugere-se uma periodização das políticas públicas desde os anos de 1920, com a criação do Código de Menores, até a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, considerando os contextos históricos e as ênfases nas formas de intervenção governamental e não governamental. Constatou-se que o enfrentamento do abuso sexual no Brasil, na conjuntura dos anos de 1990, se destacou no âmbito da mobilização social da área da infância, o que levou a temática a compor a agenda pública brasileira e ao reconhecimento pelo UNICEF de que o Brasil é referência para outros países na prática de mobilização e articulação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Sendo assim, concluiu-se que retirar a criança do abuso e

da exploração sexual comercial não é função exclusiva do Governo, mas deve tornar-se também uma preocupação da sociedade brasileira como um todo, pois essa realidade em que passa a criança ou o adolescente cerceia a oportunidade de se desenvolverem de forma integral, como sujeito de direitos, afetando negativamente o seu percurso escolar e as condições gerais de exercício da cidadania. Por fim, a violência sexual infantojuvenil é um problema de alto grau de gravidade, vítimas que não tem autonomia para se defender, sem ter como sair desse perigo. Acreditamos que por intermédio deste estudo, poderemos com determinação e esperança, lutar pela garantia de direitos das crianças e adolescentes que a longo da história vem sendo conquistados através da legislação brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº.17.943-A, de 12 de outubro de 1927.** Código de Menores, Brasília, DF, out., 1927.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente, Brasília, DF, jul 1990.

_____. Ministério da Justiça. **Plano Nacional de enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil.** 3. ed. Brasília: SEDH/DCA, 2006.

_____. **Secretaria de Desenvolvimento Social. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.** 2. ed., Brasília, 2010.

CUNHA, Maria Leonina Couto. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes na modalidade abuso sexual.** (Módulos III e IV do Curso de Capacitação). Centro de Combate à Violência Infantil (Cecovi). UNICEF: Rio de Janeiro, 2004.

FALEIROS, Eva. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.** CECRIA, MJ-SEDH-DCA, FBB, UNICEF: Brasília, 2000.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 3a ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LEAL, Maria L. P. **A Mobilização das ONGs para o Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Brasil.** 8 de agosto de 2001. 336 folhas. Tese de Doutorado em Serviço Social - PUC/SP, São Paulo, 2001.

PAULO NETTO, José. **Cinco notas a propósito da "Questão Social".** Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. v. 2, n.3. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

IMPACTOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NA VIDA DA CLASSE TRABALHADORA

AUTORES:

Jardson Silva
Ana Tereza da Silva Alves
Erlem Ranna Silva Rocha
Maria Heloisa Tome dos Santos

RESUMO: Este estudo traz dados acerca das principais mudanças da Proposta de Emenda Constitucional nº 287/2016, que visa mudanças na Previdência Social. Tem como objetivo estudar as principais alterações propostas na referida proposta de Emenda Constitucional, na perspectiva de apreender seus impactos sobre a classe trabalhadora. O procedimento metodológico utilizado neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, com embasamento na teoria crítico-dialética. Concluiu-se que as mudanças que a PEC trará terão impacto profundo e negativo no modo de vida da classe trabalhadora brasileira, tanto no que se refere ao seu desempenho profissional quanto à sua expectativa e qualidade de vida em geral. Ocorrerá, particularmente, uma série de regressões nos direitos conquistados pelas mulheres, trabalhadores rurais e professores, todos eles garantidos e presentes na Constituição Federal, a qual sofre um verdadeiro afronte.

Palavras-chave: Reforma Previdenciária. Neoliberalismo. Direitos Sociais.

INTRODUÇÃO: Vive-se na contemporaneidade um momento de desmanche das políticas públicas ocorrendo no cenário brasileiro, momento este que traz consigo mudanças para a classe que vive do trabalho. A atual conjuntura nos mostra o contexto das relações desiguais e hierarquizadas, inscritas no modelo que é perpassado pela ideologia neoliberal. Este trabalho tem como objetivo estudar as principais alterações propostas na referida proposta de Emenda Constitucional, na perspectiva de apreender seus impactos sobre a classe trabalhadora, bem como fazer uma avaliação destes impactos na vida da mesma, utilizando a Constituição Federal de 1988 como documento norteador. Diante destas transformações, encontra-se a proposta de Reforma da Previdência Social a qual o Governo Federal apresentou através da Proposta de Emenda Constitucional nº. 287/2016 que propõe alterações no sistema previdenciário brasileiro, modificando as regras de aposentadoria, em razão da expectativa de vida média da população, a tendência de redução da população em idade ativa, entre outros aspectos. Segundo os defensores da reforma, tem também como objetivo a sustentabilidade da Previdência social promovendo a igualdade de trabalhadores rurais, urbanos do setor privado e servidores públicos. Entretanto, é importante pontuar que tradicionalmente, o governo brasileiro tem utilizado recursos da seguridade social para investimentos no mercado financeiro, deixando em segundo plano o financiamento das políticas públicas. Nesse contexto, a reforma da previdência social vem atender a interesses do capital financeiro, sustentando-se na alegação de uma permanente crise que inviabilizaria a previdência social tal como se configura na legislação atual. **METODOLOGIA:** O processo metodológico utilizado neste trabalho detém uma proximidade com a abordagem crítico-dialética, que não

apenas nos auxiliou metodologicamente, como nos ajudou a refletir sobre sua exposição. Não apenas por uma postura ideológica, mas por considerarmos que suas categorias são as mais apropriadas para a compreensão da realidade em estudo, uma vez que se entende de categorias ontológicas. Na primeira parte da pesquisa fizemos o levantamento bibliográfico acerca do objeto de estudo, introduzindo materiais sobre os impactos da Reforma da Previdência Social sobre a classe trabalhadora, onde foi realizada uma análise dos dados estatísticos mais atuais dos futuros transtornos que a reforma irá causar as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros e suas famílias. A pesquisa foi feita tomando por base a Constituição Federal de 1988 e o texto da Proposta de Emenda Constitucional nº287/2016. A pesquisa bibliográfica teve continuidade em diversas fontes, sendo utilizados dois meios, os primários e secundários: livros, periódicos nacionais, sites, etc. Com isso, fizemos levantamentos de dados com extrema relevância, mostrando o estado atual da Previdência Social. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Verifica-se que a atual crise que o Brasil passa é resultado de descontroles fiscais e de um cenário político com muitas desconfiças por parte da sociedade quanto a credibilidade nos seus representantes. No mais, a crise econômica fez com que o governo começasse a levantar o debate sobre a necessidade urgente de uma reforma na previdência social. Ocorre que, diferentemente do que muitas vezes é divulgado pela grande mídia a Previdência não está em crise, mas seria sensato que toda a sociedade se mobilizasse para pensar conjuntamente sobre o sistema de previdência social brasileira. O que fica evidente é que as questões relativas à Previdência Social não estão sendo tratadas de forma séria pelo Governo. É sabido que existem fatores que exigirão adaptações do sistema previdenciário e que devem ser discutidos pela sociedade como, por exemplo, o aumento da expectativa de vida e o envelhecimento da população. Entretanto, o que se apresenta agora não é um debate através de dados reais e análises aprofundadas da questão. Pelo contrário: o Governo resolveu adotar a opção mais simples, que é a de penalizar a classe trabalhadora aumentando o tempo para a aposentadoria e reduzindo o valor dos benefícios. Tudo com o suposto objetivo de corrigir o “rombo” que não é culpa dela e, mais, que nem sequer existe, conforme afirmação de Wagner (2017). É possível observar que nos momentos de crise uma das primeiras medidas que os governos pensam é justamente alegar que os gastos com Previdência são elevados e que geram rombos nos cofres públicos. Porém, a sociedade merece ser cada vez mais esclarecida e entender como funciona a Previdência Social, a qual está dentro de um grande sistema chamado de Seguridade Social, o qual forma um tripé compostos pela Saúde, Assistência Social e pela Previdência Social. De acordo com Mota (2000), as políticas de proteção social, nas quais se incluem a saúde, a previdência e a assistência social, são consideradas produto histórico das lutas do trabalho, na medida em que respondem pelo atendimento de necessidades inspiradas em princípios e valores socializados pelos trabalhadores e reconhecidos pelo Estado e pelo patronato. Quaisquer que sejam seus objetos específicos de intervenção, saúde, previdência ou assistência social, o escopo da seguridade depende tanto do nível de socialização da política conquistado pelas classes trabalhadoras, como das estratégias do capital na incorporação das necessidades do trabalho. Erigida no campo de luta dos trabalhadores, ela é sempre e continuamente objeto de investidas do capital no sentido de “adequá-la” aos seus interesses. Contudo, a Previdência Social abrange somente aqueles que contribuem

para o sistema, de forma contributiva, compulsória e ao mesmo tempo o sistema é solidário, ou seja, todos contribuem para o sistema previdenciário para que no futuro sejam recompensados com as contribuições que fizeram ao longo da vida, sem contar com os benefícios que os segurados têm direito antes mesmo da aposentadoria, como o auxílio doença. A Reforma da Previdência Social apresentada através da Proposta de Emenda Constitucional nº. 287/2016, propõe mudanças no sistema previdenciário brasileiro, alterando as regras de aposentadoria, em razão da expectativa de vida média da população, a tendência de redução da população em idade ativa, entre outros aspectos. Segundo os defensores da reforma, tem também como objetivo a sustentabilidade da Previdência social promovendo a igualdade de trabalhadores rurais, urbanos do setor privado e servidores públicos. A PEC 287 propõe que todos, exceto militares, terão as mesmas regras de aposentadoria: trabalhadores da iniciativa privada, Políticos e Servidores Públicos, inclusive os de alto escalão, da União, Estados e municípios, vão se aposentar aos 65 anos homens e mulheres, com valor do benefício limitado ao Teto do INSS (R\$5531), além de aumentar o tempo de contribuição para 49 anos para que o trabalhador receba a aposentadoria integral. Atualmente a forma de aposentadoria por tempo de contribuição é: idade mínima sendo 55 anos para mulheres e 60 para homens contabilizando o tempo mínimo de 30 anos de contribuição para ambos, algumas profissões tem uma redução de 5 anos como professores e atividade rural. Com a reforma da Previdência haverá apenas aposentadoria por idade aos 65 anos, que não distinguirá entre homem ou mulher, trabalhador urbano ou rural, servidor público ou trabalhador da iniciativa privada. Além disso, passa-se a exigir do trabalhador o mínimo de 25 anos de contribuição para que receba a aposentadoria parcial. O valor da aposentadoria também passará por modificações, para receber 100% da média salarial da categoria o trabalhador deve contribuir por 49 anos, visto que quem optar pela contribuição mínima de 25 anos terá direito a somente 70%. Sendo que o valor será de 51% da média das remunerações, acrescido de um ponto para cada ano de contribuição, limitando a 100%. Percebe-se que a pessoa que queira se aposentar com 100% do salário deverá começar a trabalhar com 16 anos de forma ininterrupta até os 65 anos. Como também a pensão por morte, que deverá obedecer à regra de não inferioridade ao salário mínimo, contudo, o valor não poderá ultrapassar o teto de dois salários mínimos, para quem já recebe algum tipo de aposentadoria. Com a PEC 287, a aposentadoria por invalidez passa a exigir a incapacidade permanente para o trabalho. Também o valor do benefício é reduzido, pois, à exceção da invalidez por acidente de trabalho, o cálculo seguirá a regra de 51% da média dos salários de contribuição, acrescido de um ponto percentual por ano de contribuição. Nem mesmo as situações de doenças profissionais serão protegidas. As situações de doenças graves, especificadas em lei, resultarão em aposentadorias proporcionais e não mais integrais (100% do salário de benefício). Com a reforma, exige-se para a aposentadoria especial o exercício de atividades que efetivamente prejudiquem a saúde, e a periculosidade deixa de ser critério para concessão. Em vez de oferecer proteção, o texto da reforma está exigindo o dano efetivo e a perda das condições de saúde. Ademais, é proposta uma idade mínima de 55 anos para esta modalidade de aposentadoria, independentemente da insalubridade, o que hoje não se exige. A proposta de reforma fixa em 20 anos o tempo mínimo na atividade prejudicial para a

concessão do benefício, o que representa aumento em alguns casos. Não bastassem esses critérios mais exigentes, a PEC limita ao máximo de cinco anos a diminuição do tempo de serviço do trabalhador exposto às condições prejudiciais à saúde, bem como reduz o valor das aposentadorias, de 100% do salário de benefício, para o percentual calculado segundo a regra geral apontada anteriormente. Extremamente preocupante também é a elevação da carência mínima de 65 para 70 anos para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedido aos idosos e portadores de deficiências socialmente mais vulneráveis (renda familiar per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo), e que hoje beneficia mais de quatro milhões de famílias (cerca de 16 milhões de pessoas). Com essa elevação da idade, idosos que aos 65 anos não conseguirem se aposentar precisarão sobreviver até os 70 anos sem qualquer benefício que lhes garanta renda. Além de restringir o alcance dessa política social voltada para o contingente mais vulnerável da sociedade, cria-se um possível hiato de desproteção e, aos que atingirem a idade exigida, confere benefício com valor arbitrado pelo governo, inferior a um salário mínimo. A Proposta é a mais agressiva proposta de contrarreforma da história da seguridade social. As medidas de contrarreforma dos governos anteriores adotaram a mesma orientação mercadológica, todavia, se aprovada, a PEC 287 abrirá uma fenda sem precedentes no sistema. As regressões de direitos previstas corroerão o já limitado significado de seguridade social inscrito na Constituição Federal de 1988, eliminarão as possibilidades de sua universalização e negarão sua perspectiva solidária. Sob o argumento falacioso de déficit da previdência, o governo esconde o superávit da seguridade e o objetivo da PEC de atender aos interesses do capital financeiro, principalmente das instituições que operam planos de previdência (bancos, fundos de pensão e outros fundos de investimentos). Estas instituições receberão, como segurados/as, os/as trabalhadores/as expulsos/as da previdência pública que tiverem renda suficiente - e os/as credores/as de títulos públicos, entre os/as quais muitos/as que operam planos de previdência. Os recursos que seriam destinados à seguridade social cobrirão compromissos com a dívida pública. Nesse sentido, a PEC alinha-se ao regime fiscal instituído em 2016, que congela o teto dos investimentos primários. Não por acaso, o Ministério da Previdência Social foi extinto e suas funções estratégicas foram redirecionadas para a Fazenda, que articulou as duas capciosas propostas, sob o comando do capital financeiro. Estão em jogo o confisco das contribuições e a expropriação de direitos dos/as trabalhadores/as, além do desmonte da seguridade. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a reforma acaba com o direito conquista pelas mulheres de se aposentarem com cinco anos a menos do que os homens, tanto na idade quanto no tempo de contribuição. Isso é feito mesmo que as mulheres ainda sejam desfavorecidas no mercado de trabalho e continuem tendo de cumprir dupla jornada, a de trabalho e a de afazeres domésticos. Além disso, as mudanças propostas para a aposentadoria do trabalhador rural, igualando as condições com as exigidas do trabalhador urbano, desfazem a diferenciação que a Constituição Federal prevê em função das condições assimétricas de trabalho e de vida entre o meio rural e o meio urbano. Por um lado a reforma contribuirá para o aumento da produtividade, da poupança e do investimento, com resultados positivos para toda a economia. Entretanto, a desigualdade irá aumentar pela proposta original do governo, se aposentar ficaria mais difícil para todos atingindo diretamente os trabalhadores, além de servidores e

segurados do INSS. Atualmente, a grande parcela da população brasileira é de pessoas de baixa renda, sendo assim, dificilmente algum/a trabalhador/a conseguirá aposentar-se, seja pela incapacidade contributiva e baixa estimativa de longevidade, seja devido aos elevados índices de desemprego e rotatividade no emprego. A reforma da Previdência vai obrigar o brasileiro a permanecer mais tempo num mercado de trabalho em que as empresas se acostumaram a trocar funcionários mais velhos, e de salários maiores, por outros mais jovens e “baratos”. O temor é de que isso crie um exército de desempregados (exército industrial de reserva) de meia idade que não podem se aposentar.

REFERÊNCIAS

- BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social no Brasil**: conquistas e limites à sua efetivação. 2003. 18 p. Artigo (Serviço Social). [S.l.]:Universidade Católica Dom Bosco, 2003. Disponível em: http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/seguridade_social_no_brasil_conquistas_e_limites_a_sua_efetivacao_-_boschetti.pdf. Acesso em: 12 out. 2018.
- MOTA, Ana Elizabete. **Seguridade Social Brasileira**: Desenvolvimento Histórico e Tendências Recentes. 2000. 10 p. Artigo (Serviço Social) - FNEPAS, [S.l.], 2000. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-2.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.
- PREVIDÊNCIA: reformar para excluir?. Brasil: Nata Design, 2017. Disponível em: http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2017/02/Previdencia_Doc_Sintese.pdf. Acesso em: 11 out. 2018.
- REFORMA DA PREVIDÊNCIA? **Assistente social diz não!** 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1343>. Acesso em: 13 out. 2018.
- SANTOS, Leonardo Mateus dos. **A Reforma da previdência e os impactos perante a sociedade**. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI259050,91041-A+Reforma+da+previdencia+e+os+impactos+perante+a+sociedade>. Acesso em: 12 out. 2018.
- TELES, Guilherme. **Reforma da Previdência**: uma análise que vale a pena. Disponível em: <https://guilhermetelesadv.jusbrasil.com.br/artigos/443240095/reforma-da-previdencia-uma-analise-que-vale-a-pena>. Acesso em: 13 out. 2018.
- VALES, Carmem Gabriella Bezerra; VALES, Ana Carla Bezerra; SILVA, Leid Jane Modesto da. **Análise das Reformas na Previdência Social Brasileira**: os desafios para a atuação do assistente social. 2005. 12 f. Análise (Graduandas em Serviço social) - UFBP, Londrina PR, 2005.

WAGNER, José Luiz; RAMBO, Luciana Inês; ANDRADE, Valmir Floriano Vieira de. **Cartilha Crítica da Reforma da Previdência**. Brasília, DF: [s.n.], 2017. 21 p.
Disponível em:
https://www.anfip.org.br/doc/publicacoes/Documentos_20_03_2017_18_29_12.pdf.
Acesso em: 15 out. 2018.

CRÔNICA DE UMA MORTE ANUNCIADA: AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E A LUTA DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS

AUTORES:

Phamella Lynorranne Tomaz Coelho da Silva
Maiara Barbosa de Oliveira
Henrique Ferreira Mota Junior
Angela Maria da Camara
Kleyte Rayane Ramos Ferreira de Lima

RESUMO: Este trabalho é resultado dos estudos desenvolvidos na disciplina Atividade multidisciplinar em Serviço Social - AMESS III, do curso de Serviço Social do Centro Universitário Facex. Seu objetivo é discutir os principais impactos da reforma que vem sendo proposta pelo governo federal no âmbito da previdência social, especialmente na atual conjuntura, marcada pelo aprofundamento do neoliberalismo, pela aceleração da desconstrução dos direitos da classe trabalhadora e do sucateamento das políticas sociais, particularmente da previdência social, neste ano de 2018. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, incluindo as buscas em plataformas de trabalhos científicos, como SCIELO. Os resultados apontam para um aprofundamento da questão social, em um cenário de desconstrução de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora e de um processo de reestruturação produtiva que afeta os assistentes sociais em sua própria condição de trabalhadores e ameaça sua permanência nos quadros funcionais da previdência social.

Palavras-chave: Reforma da Previdência Social. Serviço Social. Neoliberalismo.

INTRODUÇÃO: A reforma da previdência social enviada ao Congresso Nacional protocolada (PEC 287/2016) propõe diversas alterações significativas e deveras impactantes no contexto da previdência. Algumas das propostas são: mudança na idade mínima para aposentadoria, alteração da pensão por morte, teto do INSS, entre outros. Cabe ressaltar que se a PEC 287 entrar em vigor, ampliará as expressões da questão social, além de sobrepujar os direitos conquistados anteriormente configurando um retrocesso para a classe trabalhadora. Nessa perspectiva, este estudo tem como objetivo discutir os impactos que essa reforma, ou melhor, contrarreforma (BEHRING; BOSCHETTI, 2009), trará à classe trabalhadora, especialmente aos assistentes sociais que atuam na previdência social. Trata-se de uma discussão de suma relevância, dado o cenário de retração do Estado brasileiro no âmbito do enfrentamento da questão social, a inserção histórica da profissão de serviço social na previdência e o aprofundamento das desigualdades, cujos efeitos já se fazem sentir no aumento do desemprego estrutural, da violência urbana e de outras expressões da questão social.

METODOLOGIA: A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, buscando analisar as informações a partir de uma perspectiva qualitativa, recorrendo ao pensamento social crítico, considerando as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, onde as políticas sociais são produto histórico das lutas da classe trabalhadora, demarcando os anos 80 como um período em que essas lutas

avançaram significativamente no Brasil, tendo como principal resultado o sistema de seguridade social e uma ampla carta de direitos assegurados na Constituição Federal de 1988. Compreende-se que, fundamentado no método crítico-dialético, o estudo busca superar um olhar superficial da realidade, alcançando a essência dos fenômenos, por um processo de sucessivas aproximações. Desse modo, além de utilizar o material trabalhado diretamente nas disciplinas cursadas durante o semestre letivo, também se buscou um aprofundamento na busca do acervo bibliográfico disponível com os marcadores Previdência Social, Neoliberalismo, contrarreforma do estado e Serviço Social na Previdência. **REVISÃO DA LITERATURA:** A previdência social tem seu marco inicial no Brasil em 1888, que autorizava o governo a abrir Caixa de Socorro para trabalhadores das estradas de ferro, mas como esta lei foi praticamente uma letra morta, considera-se a origem como a Lei “Eloy Chaves”, de 1923, que inaugurou a previdência social brasileira, que previa a criação de uma Caixa de Aposentadorias Pensões (CAPs) para cada empresa de estrada de ferro abrangendo a todos os empregados. Esse sistema foi depois ampliado para portuários, marítimos e empregados. As CAPs asseguravam benefícios básicos de aposentadoria e pensões a empresas em que eram organizadas. A Lei Eloy Chaves, originalmente instituiu o direito de estabilidade no emprego, após dez anos, como mecanismo atuarial de garantir a receita previdenciária para o pagamento de benefícios. O sistema CAPs era um seguro social feito por empresa e depois unificado na Caixa geral. Ao longo de sua história, a política previdenciária guarda relação com o movimento estrutural/conjuntural de cada momento histórico da sociedade brasileira, expresso em suas diversas políticas econômicas e na correlação de forças que se estabelecem. Nessa trajetória, a política previdenciária tem como características básicas constitutivas o paradoxo entre a reprodução da força de trabalho e a incorporação de direitos sociais, ora tendendo à universalização de cobertura e ampliação dos benefícios e serviços, ora tendo a uma restrição dos mesmos com base na concepção das políticas de Seguridade Social ou na concepção restrita do Seguro Social. Uma das bandeiras do Governo de Michel Temer, é a reforma da Previdência Social, que tem como objetivo a sustentabilidade do regime, promovendo a igualdade de trabalhadores rurais, urbanos do setor privado e servidores públicos. Segundo o secretário de Previdência Social do Governo Temer, Marcelo Caetano, se não houver uma mudança, a alternativa é o aumento dos impostos ou corte de despesas em outros setores, como saúde e educação. É uma questão matemática, e não ideológica. O secretário afirma que nos dias de atuais temos 11 idosos (65 anos) para cada 100 pessoas com 15 a 64 anos, e que em 2060 estima que será de 44 para cada 100. De acordo com um estudo feito pela equipe técnica do governo, os gastos do país com a previdência só seriam compatíveis se 25% da população fossem idosos. Para o pesquisador do Ipea, o governo está diante de um desafio para convencer as pessoas a aceitar um reajuste mais rígido para se aposentar. No Brasil, enfrentamos os impactos das (contra) reformas da Previdência Social desde os seus primórdios. Destarte, podemos citar algumas poucas PECs que fizeram parte dessas reformas, como a PEC 20 em 1990 que alterou o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), e a PEC 40 que mudou o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos em 2003. Estas reversões permitiram que as necessidades do grande capital triunfassem sobre a classe trabalhadora. Em vista disso, com a nova PEC 287/2016 que o Governo Temer

propôs, não é uma reforma, mas uma contrarreforma, pois ataca e acaba com os direitos que foram conquistados com a Constituição Federal de 1988. Os/as Assistentes Sociais, como classe trabalhadora e o fato de ter que lidar com as políticas sociais, sofrem um grande impacto da contrarreforma, da qual o professor da UnB, Evilásio Salvador, chamou de gerenciamento da barbárie. No Código de Ética do/a Assistente Social, é um dos seus princípios fundamentais, a defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadora; defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. Dessa maneira, os/as assistentes sociais devem resistir à contrarreforma. O fazer profissional do assistente social, no âmbito do INSS é permeado pelo desafio constante de redefinir-se e se reconstruir seus referencias, sempre na direção dos interesses de usuários, tem, portanto sua intervenção voltada para defesa dos direitos sociais dos usuários e a melhoria das condições de vida da população, através de serviços e recursos, bem como pelo exercício de ação sócio educativa e emancipatória defendendo e efetivando seus direitos. A partir de 90, com a implementação do modelo neoliberal no país, muitas transformações aconteceram: o agravamento das desigualdades sociais, flexibilização e precariedade das relações de trabalho, retratação do Estado e de suas responsabilidades e ações no campo social, encolhendo os espaços públicos e alargamento dos espaços privados, entre outros que acabaram por incidir diretamente na prática profissional dos assistentes sociais. O neoliberalismo surge como uma resposta política e ideológica contrária ao Keynesianismo e ao Welfare State em busca de alternativas para minimizar a queda das taxas de lucro e altas taxas de inflação. A partir daí o ideário neoliberal começa a ter espaço na sociedade capitalista avançada. Objetivou-se enfraquecer as organizações sociais e sindicais e fomentar o exército industrial de reserva para assim desestabilizar o poder da classe trabalhadora e promover a desigualdade social. Quando surgiu na Europa e nos Estados Unidos após a Segunda Guerra mundial, período no qual o capitalismo dominava e foi uma reação contra o estado intervencionista e de bem-estar que se operou no campo teórico e político. As medidas propostas pelo neoliberalismo vêm para atacar a classe trabalhadora que irá ficar à mercê dos capitalistas. Dado esses fatos, os trabalhadores terão menos acesso aos direitos sociais, o que provocará maior desigualdade social, determinando assim, novas expressões à questão social. Assim sendo, a atuação profissional do assistente social tem sofrido mudanças a partir do advento do neoliberalismo. A conquista dos direitos de outrora é ameaçada pela PEC 287/2016, pois a mesma é adversa ao que já havia sido conquistado. Em vista disso, a matriz teórico-metodológica proporcionou um redimensionamento da atuação do Serviço Social na Previdência bem como buscou contribuir por efetivação de direito sociais da população da política da Previdência. Para isso fundamenta-se no método crítico dialético, apresentando novas bases estratégicas, éticas legais para ação profissional, sendo orientado por uma concepção de previdências sociais como direito dos trabalhadores. A atual conjuntura do espaço sócio – operacional do assistente social no INSS é permeada pela defasagem das atribuições regulamentadas aos próprios profissionais, condições de trabalho

incompatíveis com o atendimento de qualidade e por interesses contraditórios. É exigido dos profissionais um posicionamento crítico, capaz de captar novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrindo alternativas de ação. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Hodiernamente, existem duas formas de se aposentar no Brasil, isto é, pela idade mínima de 65 anos sendo homens e 60 anos de idade, sendo mulheres, no entanto é necessário ter contribuído durante 15 anos, ou então pelo tempo de contribuição que seria de 35 anos para homens e 30 anos para as mulheres sem limite de idade. Todavia, com a PEC 287/16 a idade mínima de contribuição passa a ser 25 anos, e terá direito apenas 70% do valor contribuído, e 40 anos por tempo de contribuição. A PEC 287 não garante a todos o direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, velhice ou outros casos de perda. Afeta também a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) elevando a carência mínima do Benefício de Prestação Continuada (BPC), de 65 para 70 anos. Esta mudança faz com que reduza drasticamente o grau de proteção aos idosos e deficientes em situações de vulnerabilidade. Atualmente 4,5 milhões de pessoas são beneficiadas com o BPC, entretanto, com a PEC o sistema de proteção social beneficiará apenas três milhões de idosos. O BPC representa 79% do orçamento das famílias brasileiras e, em 47% dos casos o benefício é a única renda familiar. Sendo assim, com a redução do valor para menos que um salário mínimo e as novas regras que dificultarão o acesso, ameaçam então, devolver a essas famílias à miséria. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287/2016, encaminhada à Câmara Federal pelo Executivo, trará consequências negativas a classe trabalhadora e em toda história da seguridade social, cabe explicar também que, anteriormente, os governos que estavam no poder orientaram-se pelo mesmo viés mercadológico. A PEC 287/2016 tem o objetivo de perfazer/reduzir o acesso aos direitos, tornando cada vez mais fatigante o alcance dos benefícios. As mudanças previstas após a aprovação limitam o conceito da seguridade social que foi instituído na constituição federal, dificultando sua universalização. Contudo, as regras da previdência serão válidas para os novos contribuintes e para os homens com menos de 50 anos idade e as mulheres com menos de 45, que já contribuem. Os/As demais cumprirão o tempo de contribuição restante, acrescido de 50% sobre ele. Além disso, a PEC abre espaço para um retrocesso sem precedentes o que reproduzirá as desigualdades sociais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a estimativa de longevidade para os homens nordestinos ao nascer é, em média, 70,2 anos - inferior à média nacional -, sendo que a estimativa para Alagoas, Maranhão e Piauí é 66 anos. Portanto, muitos trabalhadores não terão direito à aposentadoria ou ao BPC, porque não alcançarão a idade mínima. A proposta rompe com o princípio de equidade na participação do custeio, que garante, atualmente, a cobertura a mais de 6,5 milhões de segurados/as especiais, e em relação às desigualdades de gênero, que garante regras afirmativas para as mulheres. Sob o argumento de *déficit* da previdência, o governo esconde o *superávit* da seguridade e o objetivo da PEC de atender aos interesses do capital financeiro, principalmente das instituições que operam planos de previdência (bancos, fundos de pensão e outros fundos de investimentos). Estas instituições receberão, como segurados/as, os/as trabalhadores/as expulsos/as da previdência pública que tiverem renda suficiente - e os/as credores/as de títulos públicos, entre os/as quais muitos/as que operam planos de previdência. Os recursos que seriam destinados à seguridade social cobrirão

compromissos com a dívida pública. Nesse sentido, a PEC alinha-se ao regime fiscal instituído em 2016, que congela o teto dos investimentos primários. Não por acaso, o Ministério da Previdência Social foi extinto e suas funções estratégicas foram redirecionadas para a Fazenda, que articulou as duas capciosas propostas, sob o comando do capital financeiro. **CONCLUSÃO:** Dentro desse contexto, podemos concluir que a PEC 287/16, torna a aposentadoria mais inacessível a população. Ao entrar em vigor, o Brasil transfigura-se o campeão em regras restritivas para a aposentadoria, intensificando-se assim, os níveis de miséria e distorções dos direitos a sociedade, como também o desmantelamento das políticas sociais. Conforme a assistente social do INSS, Marinete Moreira, a proposta do governo é mortal e acaba não só com a Previdência, mas com toda a Seguridade Social. A mesma também ressalta que as propostas do Governo de Michel Temer são uma afronta e um desrespeito à população, que se sustenta através do seu trabalho, cada vez mais expropriado pelo capital. Os/as assistentes sociais no âmbito da previdência têm novos desafios diante da atual conjuntura política e econômica que vem se desenhando no nosso país. Compete ao profissional, adequar-se às variações contemporâneas, orientando-se pelo código de ética como base principal do seu fazer profissional. Dentro desse contexto, cabe aos assistentes sociais, como classe trabalhadora se organizar e resistir. É preciso coletivizar as demandas individuais e dialogar com a população usuária no sentido de mobilização. O país vai ter uma geração de pessoas que jamais se aposentarão ou terão acesso a seus direitos. Tornando-se sim, uma verdadeira “crônica de uma morte anunciada”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Murilo Rodrigues; FERNANDES, Adriana. Estadão. **Previdência do Brasil é a 13ª Mais Cara.** 09 ago. 2016. Disponível em:

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,previdencia-do-brasil-e-a-13-mais-cara,10000067999>. Acesso em: 12 set. 2018.

ANTUNES, **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine BOSCHETTI, Ivanete, **I Política social fundamentos e História**, 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. **Condições de trabalho e lutas dos assistentes sociais pela jornada de 30 horas.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo, 4,107. set. 2011.

BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro Reis, (Orgs.). **O Serviço Social na Previdência:** trajetória, projetos profissionais e saberes. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério Da Previdência e Assistência Social. **Matriz Teórico-Metodológico do Serviço Social na Previdência Social**. Brasília: Instituto Nacional do Seguro Social/ Divisão do Serviço Social/ Esplanada dos Ministérios. 1995.

BRAZ, Marcelo. **Capitalismo, crise e lutas de classes contemporânea**: Questões e Polemicas. Serviço Social e sociedade 4º, 111, São Paulo: [s.n.], 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **“Reforma” da Previdência? Assistente Social diz não!**. 23 fev. 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1343>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. **A Contrarreforma da Previdência**: por que assistentes sociais devem dizer não à PEC 287. 12 dez. 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1327>. Acesso em: 12 set. 2018.

_____. **Código de Ética do/a Assistente Social**: Lei nº 8.662/93. 10. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CONTRIBUIÇÃO TÉCNICA AO DEBATE SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA. **Previdência**: reformar para excluir?. Brasília: DIEESE/ANFIP. 2017.

FECHINE, Ana Karine Ferreira da Silva; ROCHA, Márcia Maria de Sá; CUNHA, Thanúsia Hensel. **O Neoliberalismo e a Formatação das Políticas Sociais**: desafios contemporâneos. Rio Grande do Norte. 2014.

GARLET, Claudia Lago; RENK, Elisônia Carin. **Serviço Social na Previdência Social**: Atuação do Assistente Social. Paraná, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Carvalho, Relações Sociais Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MACEDO, Alano Carmo; MOREIRA, Joana Idayanne. **Serviço Social na Previdência Social**: gênese, desenvolvimento e perspectivas contemporâneas. Brasília: Ser Social, 2017.

MENEZES, Adriana. **Direito Previdenciário**. 6. ed. Salvador: JusPodivm. 2016.

RODRIGUES, Elaine Suely. **O Marco da Previdência Social no Brasil e o Serviço Social**. Minas Gerais, 2014.

SANTOS, Leonardo Mateus Machado. Migalhas. **A Reforma da Previdência e os Impactos Perante a Sociedade**. 19 maio 2017. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI259050,91041-A+Reforma+da+previdencia+e+os+impactos+perante+a+sociedade>. Acesso em: 12 set. 2018.

SILVA, Maria Izabel da. **A Organização Política do Serviço Social no Brasil**: De Vargas a Lula, Serviço Social e Realidade. França: [s.n.], 2007.

SILVA, Maria Lucia Lopes. **Previdência Social no Brasil:** (des)estruturação do Trabalho e condições para sua universalização. São Paulo: Cortez, 2012.

SOFIA, Julianna; ALEGRETTI, Laís. Folha Digital. **Sem Ajuste na Previdência, Solução é Elevar Imposto.** 15 ago. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/08/1802933-sem-ajuste-na-previdencia-solucao-e-elevar-imposto-afirma-secretario.shtml>. Acesso em: 12 set. 2018.

A IMPORTÂNCIA E O DESAFIO PARA O/A ASSISTENTE SOCIAL NA PREVIDÊNCIA E A SUA PARTICIPAÇÃO NA LUTA DE CLASSES

AUTORAS:

Ana Paula de Lima
Isdayanny Marques de Oliveira Silva
Cassia Faria de Medeiros
Ester Miranda da Silva Sobrinha

RESUMO: Este trabalho traz uma perspectiva da atuação dos/as assistentes sociais no âmbito da Previdência Social. Deste modo, discernindo pontos sobre a importância do profissional e os desafios que se apresentam no decorrer da sua atuação profissional. Também contém uma sucinta visão burocrática e econômica da Previdência, assim como relacionado as reformas das quais possam recorrer e os impactos que trarão a classe trabalhadora. A partir destes pontos, é válido citar a participação dos/as assistentes sociais na luta de classes.

Palavras chaves: Previdência. Classe trabalhadora. Assistente social.

INTRODUÇÃO: A reconceituação do Serviço Social é um processo que se iniciou na década de 1960, para repensar a profissão, desvinculando-se do conservadorismo e assistencialismo, perdurando até os dias atuais. Na Intenção de Ruptura a aproximação da profissão com o Marxismo, foi essencial para a obtenção de uma linha de pensamento crítica e dialética. O Serviço Social está atrelado ao contexto histórico. No Brasil, passando pela Era Vargas, pelo governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, a efervescência popular no final do governo João Goulart, o golpe ditatorial e depois a redemocratização do país. Postumamente a conquista da Constituição federal de 1988, com isso foram sucessivos direitos alcançados. Apesar de atualmente ocorrer “certos” retrocessos. Isso, tendo como enfoque a percepção das reformas que estão em discussão sobre a Previdência Social. A Previdência está inserida na seguridade social, essa que abrange a saúde e assistência social. Apresenta-se na CF/88 no art.194, sendo:

Compreende um conjunto integrado de ações de iniciativas de poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos fundamentais relativos à saúde, à previdência e à assistência social.(BRASIL, 1988).

METODOLOGIA: O projeto desse trabalho foi construído, através de pesquisa. Sendo estudado e tomando como base a perspectiva de alguns autores sobre o tema proposto. Utilizamos da busca em livros, artigos e via Internet, inserimos estudos de professores e profissionais da previdência, assim como adentramos no âmbito da atuação do/a profissional assistente social. A partir disso, a elaboração do conteúdo foi executada em grupo, com muitos encontros dentro da universidade Unifacex. **Desenvolvimento:** Segundo o Ex-ministro da Fazenda, Henrique

Meirelles¹ que reforçou a necessidade da reforma da Previdência no próximo governo para evitar uma crise maior nas contas públicas, comprometendo o pagamento de aposentadorias e de salários. Um dos principais argumentos que especialistas usam para indicar que a Previdência é superavitária é o de que na conta do governo não são consideradas as chamadas “contribuições sociais” (Cofins, CSLL e PIS/Pasep), que fazem parte do orçamento da Seguridade Social. Com a Desvinculação de Receitas da União (DRU) — mecanismo que permite ao governo federal usar livremente 20% de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas — o uso das contribuições sociais é expandido também para outras áreas. No entanto, o que outros especialistas explicam é que a Seguridade reúne Previdência, Saúde e Assistência. Portanto, mesmo que esses recursos não fossem enviados para outras áreas, eles não poderiam ser destinados integralmente para as pensões e aposentadorias. Senão, as outras duas áreas que compõem a Seguridade ficariam desfalcadas. A professora da UFRJ, Denise Gentil², elucida que o governo faz um cálculo baseado apenas na receita sobre a folha de pagamento de salários e de outros contribuintes do INSS, o que está errado, porque existem outras contribuições sociais para entrar nessa conta. Então, um dos motivos que explica o déficit é justamente não incluir todas as fontes da Receita da Seguridade Social — como a Cofins, CSLL, PIS/Pasep. Com isso, ele desobedece ao raciocínio dos artigos 194 e 195 da Constituição Federal. Por outro lado, o governo eleva artificialmente as despesas, ao incluir o gasto com aposentadorias dos militares e dos servidores públicos, que possuem um regime próprio e não fazem parte do orçamento da Seguridade Social. Além disso, a DRU ajuda nessa redução das receitas. O Estado desconsidera o patamar de desonerações tributárias concedidas ao setor privado. O gasto cresce e o governo ignora que sua política de renúncia, em patamares elevadíssimos de receitas de contribuições sociais, prejudica o equilíbrio fiscal do sistema previdenciário. Ele propõe uma reforma da Previdência pelo lado da redução do gasto sem considerar a possibilidade de rever suas políticas que prejudicam a receita do sistema. Fora o problema da gestão ineficiente da elevada soneração, já que há empresas que descontam a arrecadação do funcionário e não transferem esse valor para a Previdência. Ainda segundo Gentil, as receitas de Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) são suficientes para cobrir os gastos com as aposentadorias rurais e foram criadas com esse objetivo, de proporcionar uma aposentadoria não contributiva equivalente à dos trabalhadores urbanos. Porém, parte importante dessas duas contribuições são destinadas a outras áreas por causa da Desvinculação de Receitas da União. Será que o crescimento menos acelerado da população e o aumento da expectativa de vida contribuem para um possível rombo? Mesmo que um país não tenha um rombo nas contas da Previdência, os fatores demográficos são fundamentais para que um governo analise a necessidade de eventuais reformas. No caso do Brasil, a tendência é de que a população “envelheça”. Isso acontece quando as mulheres passam a ter menos filhos e a população começa a viver mais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2024 deve ser encerrada essa fase de “bônus demográfico” do Brasil. Vianna, traz a perspectiva que a reforma da Previdência Social proposta pelo Governo Federal no Brasil é crucial para a grande maioria da sociedade. Encaixa-se bem nesse ciclo de debates intitulado Futuros do Brasil. Futuros no plural, sim, pois se, de um lado, diz o discurso oficial (do governo e da

grande mídia) que sem a reforma da previdência não haverá futuro para os candidatos à aposentadoria, de outro, dizemos nós, os opositores dessa reforma que com ela, não haverá futuro para os candidatos à aposentadoria. Com base no que se decorre, a tríade da Seguridade Social é constituída pela junção entre a Previdência Social, Assistência Social e Saúde. Diante disso, a assistência social baseada no art. 203 da CF/88, será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à Seguridade Social. Tendo em vista, a importâncias dos/as assistentes sociais na luta pelo alcance de direitos. Sendo assim na participação no desenvolvimento da política da previdência. Faleiros, trata que a Previdência Social passou a se instituir no Brasil (1923), por meio da Lei Eloy Chaves. Todavia, anteriormente dessa lei, existiram momentos acometidos na sociedade brasileira, os quais partiram de base para a implantação da Previdência no país. No entanto, adentrando na percepção dos desafios dos/as assistentes sociais no âmbito da atuação profissional, Braga e Cabral, trazem uma concepção que:

Os desafios para o serviço social na previdência impõem-se com realidade premente, exigindo que os profissionais aprofundem o entendimento teórico analítico da realidade e de sua própria intervenção técnico-operativo. O que se coloca, novamente, é a necessidade de compreensão crítica da realidade, no sentido de captar a totalidade do ser social-econômico, político e cultural, em suas múltiplas determinações, e as transformações societárias, manifestas na questão social, ou seja, nas condições concretas de vida e trabalho da população usuária da previdência. Essa compreensão, processada a partir de mediações necessárias, apontará as estratégias de intervenção do trabalho profissional. Impõe-se, como prioritário, o resgate da Matriz – de suas diretrizes e fundamentos – como eixo unificador de um projeto profissional no âmbito da previdência (BRAGA; CABRAL; p.180).

Partindo desse contexto, é importante ressaltar o embate das classes antagônicas. Marx fala que “toda luta é uma luta política”, dessa maneira os/as assistentes sociais estão entrelaçados as lutas de classes. Isso principalmente, após a aproximação com o Marxismo no processo de Intensão de Ruptura. Levando essa discussão para o âmbito da Previdência, a proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016 para alterar as regras de acesso aos benefícios previdenciários. A proposta não é uma reforma, mas uma contrarreforma, já que ataca e acaba com direitos conquistados a partir da Constituição Federal de 1988. No caso da categoria de assistentes sociais, além de sofrer todos os impactos da contrarreforma como classe trabalhadora, ainda vai ter que lidar, a partir do desmantelamento das políticas sociais, com o desemprego e com o gerenciamento da barbárie. O que ocasionará, o adoecimento coletivo de assistentes sociais. Por isso, é tarefa do Serviço Social brasileiro resistir à contrarreforma. Juntar-se a outros sujeitos coletivos, se mobilizar. E se utilizar de uma das principais ferramentas de trabalho da categoria, que é a informação. A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), afirma que não existe déficit da Previdência Social, pelo contrário: que houve superávits sucessivos nos últimos anos. A contrarreforma é um vitupério para

a classe trabalhadora, pois os direitos que serão acometidos são: A PEC proposta pelo Governo fixa uma idade mínima de aposentadoria de 65 anos tanto para homens quanto para mulheres (que, atualmente, podem se aposentar aos 60). A nova regra valerá para mulheres com até 45 anos e homens com até 50 anos. A proposta diz que será preciso um mínimo de 25 anos de tempo de contribuição, sendo que, atualmente, o tempo mínimo de contribuição é de 15 anos para a aposentadoria por idade. No entanto, a idade mínima obrigatória de 65 anos, tanto para homens e mulheres, e aumento do tempo de contribuição mínima de 15 para 25 anos. Levando em conta que as mulheres levam uma vida de tripla jornada, e que durante o seu tempo de trabalho recebem menos do que os homens, pela discriminação de gênero e a desigualdade do mercado de trabalho para elas, exercendo a mesma função; Podemos então considerar esse tempo de idade mínima para se aposentar injusto para as mulheres. A média de vida da população brasileira hoje é de 75,6 anos. Entretanto, se considerar a diferença dessa média por região uma parte considerável da população brasileira morrerá sem fazer jus à aposentadoria. A proposta do governo é mortal e acaba não só com a Previdência, mas toda a Seguridade Social. Soma-se a isso a privatização da saúde, que hoje é um direito de todos e dever do Estado; O resultado será “uma massa de pessoas pauperizadas sem ter perspectiva de acesso a qualquer direito da Seguridade Social. Nas regras atuais, trabalhadores e trabalhadoras rurais são segurados especiais e podem se aposentar aos 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres). Têm esse direito sem ter cumprido a exigência de contribuir com a Previdência por 30 anos (mulheres) e 35 anos (homens). Para se aposentar, o trabalhador ou trabalhadora rural precisa comprovar que atingiu a idade de aposentadoria realizando atividades no campo. Além disso, podem contribuir com uma alíquota sobre sua produção. Com as novas regras, a alíquota paga por estas pessoas será individual e obrigatória, e o trabalhador ou trabalhadora também precisará ter, no mínimo, 65 anos. De acordo com estudo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), trabalhadores e trabalhadoras do campo começam sua atividade mais cedo, o que caracteriza a idade mínima indistinta como mais um fator de injustiça. Segundo a entidade, as pessoas no campo começam a trabalhar antes dos 14 anos. Além de, normalmente, não haver formalização, são pessoas que, devido as condições extenuantes de trabalho, envelhecem precocemente. Ou seja, trabalhadores e trabalhadoras rurais têm ainda mais risco de morrerem antes de conseguirem se aposentar. É uma situação repugnante esta proposta, dadas as condições de trabalho no campo. Esses/as trabalhadores/as já contribuem simbolicamente com um percentual sobre sua produção agrícola. Benefícios para pessoas com deficiência e idosas de baixa renda não terão mais o valor de um salário mínimo e as regras dificultarão o acesso. As pessoas beneficiárias da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e do Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BPC) poderão receber um valor inferior ao salário mínimo, tendo em vista que o benefício não será vinculado mais a este valor, e sim definido em lei. Além disso, A idade mínima para essas beneficiárias passará de 65 anos para 70 anos, numa transição que durará 10 anos para a nova idade. A pensão por morte, da qual o valor pago à viúva ou ao viúvo passará a ser de 50% do valor do benefício recebido pelo contribuinte que morreu com um adicional de 10% para cada dependente do casal. As pensões não serão mais vinculadas ao salário mínimo, mas num valor a ser definido por lei. Só receberá 100% da pensão aquela

pessoa que tiver cinco filhos. Além disso, o valor extra pago por conta do número de dependentes não será agregado à pensão no momento em que dependentes completarem 18 anos. Também não será possível acumular esse benefício com outra aposentadoria ou pensão. Os valores da pensão poderão ser inferiores a um salário mínimo. Ou seja, nem o mínimo para sua sobrevivência as famílias terão com a morte do trabalhador ou trabalhadora que era responsável pelo sustento familiar. A conselheira do CFESS e assistente social do INSS de João Pessoa (PB), Raquel Alvarenga, ainda alerta: “a pensão por morte é um benefício instituído inicialmente para as mulheres e companheiras. A Constituição Federal de 1988 abrangeu os maridos e companheiros e, mais recentemente, companheiras/os das uniões homoafetivas. A dependência econômica do casal é presumida na legislação previdenciária e no Código Civil, ao vetar o acúmulo dos benefícios, não se está levando em consideração a qualidade de vida construída anos a fio pelo casal, como também os gastos que são da família e não apenas de um membro. Ou seja, pior impossível, pois além de perder um ente da família, ainda tem um rebaixamento no orçamento doméstico, o que rebaterá inevitavelmente na qualidade de vida do viúvo ou viúva”. “A categoria de assistentes sociais é de vanguarda na luta por direitos”, afirma Evilásio Salvador, destacando o protagonismo do Serviço Social, juntamente com toda classe trabalhadora, na resistência contra a regressão de direitos, como a contrarreforma da Previdência. Os/as assistentes sociais devem entender que as propostas do Governo golpista de Michel Temer, são um afrontamento e um desrespeito à população, que se sustenta através do seu trabalho, cada vez mais expropriado pelo capital. Os/as profissionais têm que se reconhecer como classe trabalhadora, assim como se organizar e resistir. É preciso coletivizar as demandas individuais e dialogar com a população usuária no sentido de mobilização. “Nosso posicionamento é contrário às contrarreformas do governo Temer. Por isso, precisamos fortalecer nossa unidade debater o conteúdo das contrarreformas em curso, de modo a contribuir para o aprimoramento do trabalho profissional de assistentes sociais junto à população usuária”, ressalta Josiane Soares, coordenadora da Comissão de Orientação e Fiscalização do CFESS. O CFESS vem também produzindo uma série de manifestos e notas contra o desmonte da Seguridade Social, que devem ser socializados com um maior número de pessoas. “Não dá para a categoria se informar e reproduzir o discurso da mídia tradicional, que atua em favor do capital e do empresariado no Brasil. Assim, é preciso que assistentes sociais leiam o material que não só o CFESS, mas o Serviço Social brasileiro vem produzindo, denunciando o desmantelamento das políticas públicas e o esfacelamento dos direitos”, enfatiza a coordenadora da Comissão de Comunicação do CFESS, Daniela Neves. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Para concluir esse texto, tendo em mente que o tema abordado é de notável amplitude. Diante disso, tecemos algumas considerações. Baseado no estudo da visão de diferentes autores, assim considerando o entrelace da historicidade social e política do Serviço Social com as políticas sociais. Dando-se conta da real importância dos/as assistentes sociais no âmbito da Seguridade Social no Brasil. Como também, dos desafios constantemente presentes no percurso desses/as profissionais. Nesse sentido, é válido ressaltar a relevância da participação dos/as assistentes sociais na luta de classes. Sem sombra de dúvida, o Brasil hoje é um país de profundas instabilidades políticas, éticas e social. Depois de muitas vitórias conquistadas pela classe trabalhadora, vivemos em tempos de retrocessos, dos direitos e da

democracia, a qual foi tão almejada em tempos sombrios no Regime Militar. Entretanto, em pleno século XXI, uma parcela da população clama pela volta a ditadura. Diante desse contexto, o individualismo e o fascismo vem antes da ética, da igualdade, do bom senso e do respeito. Portanto, o desmonte de direitos advindos do neoliberalismo já é uma realidade lastimável na sociedade brasileira, e o pior de tudo é ver que uma parcela de trabalhadores acredita que o Estado tem que ser mínimo, que temos que privatizar o máximo, aceitando assim a reforma da previdência. Devemos perceber que a mídia é um dos principais mecânicos de alienação que tanto reforça essas ideologias da classe dominante sobre a classe trabalhadora; então precisamos continuar lutando para que esse cenário mude.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Léia; CABRAL, Maria do Socorro Reis. **O Serviço Social na Previdência:** trajetória, projetos profissionais e saberes. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Lei nº 8.662/93 de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm. Acesso em: 10 set. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. (CFESS). Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1327>. Acesso em: 10 set. 2018.

ESTADÃO. Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/public/economia/reforma-da-previdencia-debate/> > Acesso em: 10 set. 2018.

IAMAMOTO, Arilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

O GLOBO. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/relator-de-cpi-conclui-que-previdencia-nao-deficitaria-21981646>. Acesso em: 10 set. 2018.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VIANNA, Maria Lucia Werneck Teixeira. **Reforma da Previdência:** contexto atual, pós - verdade e catástrofe. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

VIOLÊNCIA E ATO INFRACIONAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA FUNDASE/RN

AUTORAS:

Lidiane Silva de Oliveira

Renata Rocha Leal de Miranda Pereira Pinheiro

RESUMO: O referido trabalho tem a finalidade de analisar a violência contra crianças e adolescentes em Natal/RN, tendo por universo os/as atendidos/as pela Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNDASE). O estudo teve como objetivos específicos compreender como a agressão e o ato infracional interfere no desenvolvimento social infanto-juvenil; e traçar o perfil dos adolescentes que praticam o ato infracional. A metodologia utilizou-se de pesquisa bibliográfica, documental, de campo e analítica, tendo como público alvo profissionais e adolescentes atendidos por esses serviços. O embasamento teórico sustenta-se em autores como Bourdieu, Faleiros, Foucault, Weber, Yasbek, entre outros. A análise demonstra a realidade infanto-juvenil vivenciando preconceitos, violências de diversas naturezas e crime contra a vida, afetando negativamente o seu percurso escolar e as condições gerais de exercício da cidadania.

Palavras-chave: Violência. Infantojuvenil. Ato Infracional.

INTRODUÇÃO: O estudo resulta da experiência empírica na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNDASE) junto aos jovens envolvidos com ato infracional. Contemporaneamente, constata-se a existência de crianças e adolescentes que são violentados, usados para obter lucro, envolvidos em facções e gangues ou simplesmente mortos pelos familiares, sendo estas realidades também observadas cotidianamente na mídia. A contemporânea nos mostra o contexto de exclusão e miséria humana, decorrente das relações desiguais e hierarquizadas, inscritas no modelo de sociedade atual, o qual é perpassado pelo projeto neoliberal. Objetiva analisar a violência contra crianças e adolescentes em Natal/RN, tendo por universo os/as atendidos/as pela Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNDASE), tendo em vista o fenômeno de adolescentes influenciados pelo prestígio, mediante sua aceitação/participação em facções e gangues. Tal violência é tratada distintamente como simbólica, moral, física, sexual e psicológica, e não está isolada das relações econômicas e das relações de gênero, raça e cultura que configuram a estrutura material e simbólica de uma sociedade, envolvidas pelo aparato e poder do Estado. **METODOLOGIA:** Esta investigação optou por uma abordagem crítico dialética, com procedimentos quantitativos e qualitativos que melhor garanta o esclarecimento da análise da problemática da violência e do crime praticado contra crianças e adolescentes na cidade de Natal-RN. Diante do percurso metodológico utilizado (pesquisa bibliográfica, documental). **REVISÃO DA LITERATURA:** Em linhas gerais, não se pode compreender e explicar a violência cometida contra crianças e adolescentes sem que se leve em conta a estrutura econômica da sociedade. Desigualdade e “questão social”, redes exploradoras, drogas e crime organizado são as condições fundamentais da agressão simbólica e real contra crianças e adolescentes. Ou seja, o antagonismo elevado entre as

classes sociais na sociedade capitalista é pré-condição para a exclusão dos sujeitos a exercerem o seu direito a uma cidadania plena. Importante ressaltar que essa garantia de direitos é um sistema articulado de espaços e mecanismos de proteção e defesa de direitos, bem como de controle social. Percebe-se que houve alguns avanços no que se refere às políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil, de que é exemplo a criação do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), na lei nº 8069/90, um importante instrumento na defesa dos direitos e na promoção social da criança e do adolescente, que reconhece esta população como prioridade absoluta de proteção integral na escola, família e comunidade. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Conforme pesquisa documental na FUNDAC-RN, em 2013, no CEDUC-Pitimbu, os adolescentes na cela de adaptação, cumprem medida socioeducativa pelo cometimento do ato infracional equiparado ao crime de homicídio previsto no artigo 121 do Código Penal. Alguns adolescentes relataram as péssimas condições das celas. Observou-se que estes participam de atividades durante a semana, como esporte e arte, existindo também a profissionalização (marcenaria, pintura e etc.). A pesquisa mostrou que alguns dos adolescentes entrevistados, não transmitiam sentimento de revolta ou esperança. Para Faleiros (2000), a violência enquanto categoria conceitual e explicativa em que crianças e adolescentes são vitimizados sexualmente deve ser analisada em seu contexto histórico, econômico, cultural, social e ético. A violência infanto-juvenil está normalmente relacionada a diversas formas de violência e decorre da sua gravidade, cujas consequências físicas, psicológica e social na criança e no adolescente clamam por políticas articuladas de proteção integral e de garantia de direitos sociais. Configura-se como um processo da sociedade burguesa de marginalização e de exclusão de classe. Ou seja, as explorações sexuais e econômicas se articulam num processo de mercantilização e de fetichização das relações entre as classes implicadas num mercado permeado pelas relações econômicas, sociais e sexuais. Na realidade de vida das crianças e dos adolescentes abusados ou explorados sexualmente, constata-se outro tipo de violência que interpela mais diretamente os poderes públicos. Ela se caracteriza pela ação ou pela omissão desses poderes, que agem ou deixam de agir sob os argumentos dos costumes, das necessidades de sobrevivência, da deficiência das políticas sociais básicas, da fragilidade do aparelho público, do alto nível de organização das redes de exploração e da mercantilização nesta sociedade capitalista. Numa reflexão baseada no pensamento marxista, observa-se que as vítimas de exploração sexual apresentam os limites da cidadania burguesa. Inseridas em classes sociais dominadas, apresentam uma cidadania definida e circunscrita pelos limites da esfera privada. Neste sentido, a agressão sexual contra a infância e a adolescência se apresenta de diversas maneiras, e tanto a sua compreensão como o seu enfrentamento necessitam ser esclarecidos em suas especificidades. No tocante ao respeito aos dados referentes à cor dos adolescentes atendidos nas Medidas em Meio Aberto, entre os anos de 2006 a 2013, a investigação revelou que 374 atendidos nestes anos eram da cor branca, 985 representavam a cor parda, 442 atendidos eram da cor preta. Tal informação nos mostra a incidência de adolescentes envolvidos com o ato infracional na cor parda. Com relação à escolaridade dos adolescentes em cumprimento de Medida em Meio Aberto, o estudo realizado comprovou um baixo nível de escolaridade, onde nos anos de 2006 a 2013, foram atendidos 86 adolescentes não alfabetizados; 977 com ensino fundamental; 129 apresentavam o

ensino médio; e 41 na categoria de outros (cursos técnicos, entre outros). Quanto ao uso de álcool e outras drogas, pelos adolescentes das medidas em meio aberto, observa-se que a maconha é a mais utilizada. Percebe-se que, entre os anos de 2006 a 2013, a ingestão de bebidas alcoólicas representava um total de 366 entre os adolescentes atendimentos; a maconha num total de 648 atendidos naquele período; a cocaína 75 atendimentos; crack 121 atendidos; outros 217 atendimentos. **CONCLUSÃO:** Torna-se importante ressaltar que, a história do adolescente no Brasil sempre foi da segregação, Código de Menores, Tutela, Fundação Estadual para o Bem-Estar do menor (FEBENS), que vem até hoje insistindo em si manter no sistema criando dificuldade para inserção do modelo socioeducativo, se verifica a forma segregacionista de castigo, controle, enquadramento, porém o que não vivenciamos foi o modelo socioeducativo. O Código de Menores perdurou por sessenta anos e sofreu, em 1979, uma reformulação pela qual foi introduzida a doutrina da situação irregular do “menor”, não se modificando, porém, a concepção do adolescente como “menor abandonado” e como “delinquente”. Esse Código de Menores era dirigido também a pais com problemas psicossociais, com desequilíbrio, dificultando cuidar de seus filhos. No que se refere a esse instrumento jurídico verifica-se que – o Código de Menores era direcionado não a todas as crianças, mas àquelas em “situação irregular”. O código definia em seu Artigo 1º, a quem a lei se aplicava: “O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código (BRASIL, 1927). A partir da compreensão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 1990, especificamente no que se refere às medidas socioeducativas, é possível entender que tal contexto, se refere à forma de aplicação dos meios e medidas que se cabem ao adolescente, assim que for confirmada a prática de ato infracional. Tais medidas perpassam desde advertência, até internação em estabelecimento educacional, como são referidos no artigo 112 do ECA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927.** Código de Menores, Brasília, DF, out 1927.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente, Brasília, DF, jul. 1990.

_____. Ministério da Justiça. **Plano Nacional de enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil.** 3. ed. Brasília: SEDH/DCA, 2006.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Social. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.** 2. ed. Brasília, 2010.

CUNHA, Maria Leonina Couto. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes na modalidade abuso sexual.** (Módulos III e IV do Curso de Capacitação). Centro de Combate à Violência Infantil (Cecovi). UNICEF: Rio de Janeiro, 2004.

FALEIROS, Eva. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. CECRIA, MJ-SEDH-DCA, FBB, UNICEF: Brasília, 2000.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LEAL, Maria L. P. **A Mobilização das ONGs para o Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Brasil**. 8 de ago. 2001. 336 folhas. Tese de Doutorado em Serviço Social - PUC/SP, São Paulo, 2001.